SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 08 de Novembro de 2024 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XIII | Nº 3150

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
AMSOP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ
EXTRATO DE CONTRATO CONCORRÊNCIA Nº 001/2024

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ - AMSOP
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N°CONCORRÊNCIA 001/2024
CONTRATANTE:ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ - AMSOP
CONTRATADA:VERTICALLE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 35.793.031/0001-21, estabelecida a Rua Pioneiro Antônio Fabiane, nº 635, sala 01, centro, na cidade de Verê, estado do Paraná.
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE DO PARANÁ – AMSOP, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO.
VALOR: R$ 536.000,00 (quinhentos e trinta e seis mil reais).
PRAZO CONTRATO:120 (cento e vinte) dias.
Fonte de Recurso: Recursos Próprios
PROCESSO LICITATÓRIO: Concorrência nº 001/2024
DATA DA ASSINATURA:24 de outubro de 2024.

ELOIR NELSON LANGE
Presidente da AMSOP

Publicado por:
Jessika Luft
Código Identificador:CCB2A909

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
RESOLUÇÃO 002/2024

Ementa: "Dispõe sobre regime de uso do Cartão Magnético de Pagamento de Despesas do Consórcio Intermunicipal de Educação do Estado do Paraná – CIEDEPAR"

O Presidente do CIEDEPAR – Consorcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná , no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Protocolo de Intenções e o disposto no inciso I do art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Federal nº 4.320/64 em seu art. 60 e seguintes no que couber, e ainda, a Instrução Normativa nº 11 de 29 de março de 2023, estabelece condições para o pagamento das despesas com compra de bens e prestação de serviços, de que dispõe o inciso I do art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e para o regime de adiantamento, por suprimento de fundos, de que tratam os arts. 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

CONSIRDERANDO a necessidade de regulamentar o uso de Cartão Magnético de Pagamento de Despesas e em consonancia com os artigos 41, inc. I, 42 e 43, § 1º, inc. III da Lei Federal nº 4.320/64, RESOLVE:

DO CARTÃO MAGNÉTICO PARA USO CORPORATIVO
Art.1° - Os recursos tomados a título de fundo fixo pelos servidores públicos serão disponibilizados exclusivamente por transação bancária eletrônica, sendo disponibilizado Cartão Magnético de Pagamento de Despesas emitido em nome do **Consórcio Intermunicipal de Educação do Estado do Paraná – CIEDEPAR**, e operacionalizado por Instituição Financeira.

Art. 2º - Sem prejuízo dos demais instrumentos de pagamento previstos em legislação, a utilização do Cartão Magnético de Pagamento de Despesas poderá ocorrer na aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos, observadas as disposições contidas nos arts. 45, 46 e 47 do Decreto Federal 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e regulamentação complementar.

Art. 3º - Cabe a Secretaria Executiva expedir ato de nomeação do empregado público responsável pelo uso do cartão corporativo.

Art. 4º - Autorizada, a despesa será empenhada e creditado o valor no Cartão Magnético de Pagamento de Despesas.

Art. 5º - Eventualmente e de maneira justificada, algum saldo de for recolhido no exercício seguinte, o valor será classificado como receitas diversas do exercício em que se efetuou o recolhimento.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Art. 6º - A prestação de contas far-se-á mediante entrada, no Setor de Contabilidade, dos seguintes documentos:

a) Balancete de Prestação de Contas;
b) Relação de todos os documentos de despesa incluindo: número e data do documento, espécie do documento, nome do interessado e valor da despesa, constando no final da relação a soma da despesa realizada;

c) Todos os documentos de despesas deverão ser colados em folha de ofício A4 individualizados e;
d) Cópia da guia de recolhimento do saldo se houver;
e) Cópia da Nota de Empenho e da Nota de Anulação se houve saldo recolhido;
f) Documentos das despesas realizadas, dispostos em ordem cronológica;
g) Os documentos mencionados para a devida prestação de contas, se forem de medidas reduzidas, serão colados em folhas brancas tamanho ofício, em cada folha poderão ser colados quantos documentos forem possíveis sem que fiquem sobrepostos uns aos outros;
h) Em cada documento constarão, obrigatoriamente, atestado de recebimento do material ou da prestação do serviço; a finalidade da despesa; o destino do material e outros esclarecimentos que se fizerem necessários á perfeita caracterização da despesa.

Art. 7º - Não serão aceitos documentos rasurados, ilegíveis, com data anterior ou posterior ao período da aplicação de uso.

Parágrafo Único - Somente serão aceitos documentos originais, não se admitindo outras vias, fotocópias ou outra espécie de reprodução.

Art. 8º- Caberá ao Setor de Contabilidade a tomada de contas das transações realizadas com o cartão corporativo;

Art. 9º o prazo para prestação de contas será de 10 dias corridos após a data de vencimento do cartão.

Art. 10º - Recebidas as prestações de contas, o Setor de Contabilidade verificará se as disposições da presente resolução, se foram inteiramente cumpridas, fazendo as exigências necessárias e fixando prazos razoáveis para que os responsáveis possam cumpri-las.

Art. 11º - Se as contas forem consideradas em ordem, o Setor de Contabilidade certificará o fato no local apropriado do documento mencionado.

Art. 12º - Com o parecer do Setor de Contabilidade o processo será encaminhado diretamente a Secretaria Executiva, para aprovação ou não aprovação das contas, voltando ao Setor de contabilidade para as seguintes providências:

I - No caso de as contas terem sido aprovadas:

a) baixar a responsabilidade inscrita na conta Responsáveis pelo cartão corporativo;
b) Convidar o responsável para tomar ciência, no próprio processo;
c) Arquivar o processo de prestação de contas apenso ao processo que autorizou as transações com o cartão corporativo, em local seguro onde ficará á disposição do Tribunal de Contas e do Sistema de Controle Interno;

II - Na hipótese da aprovação das contas condicionada a determinadas exigências:

a) Providenciar o cumprimento das exigências determinadas;
b) Adotar as medidas indicadas nas alíneas anteriores;

III - não tendo sido aprovadas as contas, seguir a orientação determinada pelo Presidente em seu despacho final.

Art. 13º - No primeiro dia útil imediato ao vencimento do prazo para prestação de contas, se estas não tiverem sido apresentadas, o Setor de Contabilidade oficiará diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de 3 (três) dias úteis para fazê- lo.

Art. 14º - Não sendo cumprida a obrigação de prestação de contas, após o vencimento do prazo final estabelecido no artigo anterior, o Setor de Contabilidade remeterá, no dia imediato, ofício, a Controladoria Interna, devidamente informada, para abertura de procedimento administrativo nos termos de legislação vigente.

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 15º - A Tomada de Contas Especial será instaurada pela Contabilidade com acompanhado pela Controladoria Interna em especial o Setor de Auditoria Interna, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e à qualificação do dano, quando:

I - Não for apresentada a prestação de contas no prazo de até 10 dias corridos conforme instrumento normativo;

II - Não for aprovada a prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pelo convenente, em decorrência de:

a) Atendimento parcial dos objetivos avançados;
b) Desvio de finalidade;
c) Impugnação de despesas;
d) Não aplicação dos recursos de forma condizente a legislação;
e) Não devolução de eventuais saldos;

III - Ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

Art. 16º - A instauração da Tomada de Contas Especial obedecerá a Instruções Normativas do respectivo Órgão de Controle, qual seja, Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 17º - Regula-se as normas para utilização de Cartão Magnético de Pagamento de Despesas, dentro do regime de fundo fixo, nos termos do artigo 1º desta Resolução e às normas dispostas neste Capítulo.

Art. 18º - O Cartão Magnético de Pagamento de Despesas é um instrumento emitido em nome do Consórcio Intermunicipal de Educação do Estado do Paraná – CIEDEPAR e operacionalizado por instituição financeira autorizada, utilizado exclusivamente pelo portador identificado, nos casos indicados em ato próprio da autoridade competente.

Parágrafo único - O portador do Cartão Magnético de Pagamento de Despesas é o empregado público responsável pelo adiantamento, designado pelo ordenador de despesa.

Art. 19º - Quando for utilizado o Cartão Magnético de Pagamento de Despesas, a disponibilização dos recursos será efetuada mediante prévio aporte financeiro na conta "Pronto Pagamento" do cartão, obedecidos os limites estabelecidos para cada portador.

§ 1º Entende-se como conta "Pronto Pagamento" a conta corrente aberta pelo Consórcio para gestão financeira do Cartão Corporativo.

§ 2º É vedada a realização de despesas mediante utilização do cartão de pagamentos, quando não houver saldo suficiente na conta "Pronto Pagamento".

§ 3º Os recursos financeiros destinados à realização de despesa com cartão pronto pagamento serão movimentados em conta específica, obrigando a instituição financeira administradora a aplicar os saldos disponíveis em fundo de investimentos.

Art. 20º - O Cartão Magnético de Pagamento de Despesas é de uso, pessoal e intransferível, do portador nele identificado e ficará restrito às transações definidas nesta Resolução, ficando vedado saques em moeda corrente.

Parágrafo único. A prestação de contas, que deverá ser feita a cada reposição.

Art. 21º - O limite de crédito destinado à utilização do cartão pronto pagamento, cujo saldo será recomposto em conformidade com o cronograma mensal de desembolso financeiro, tendo como limite os valores autorizados Presidente do Consórcio Intermunicipal de Educação do Estado do Paraná – CIEDEPAR.

Art. 22º - É vedada a aceitação de qualquer acréscimo no valor da despesa em função do pagamento por meio do cartão de pagamentos.

Art. 23º - Não será admitida qualquer cobrança relativa à taxa de adesão, de manutenção, de anuidades ou quaisquer outras decorrentes da emissão e uso do cartão de pagamentos.

Art. 24º - A Instituição Financeira disponibilizará, extrato bancário, com detalhamento das transações lançadas para fins de conferência e certificação, pelos portadores do cartão pronto pagamento, os quais constituirão as respectivas prestações de contas.

Parágrafo único. Constatadas divergências entre os dados constantes dos extratos bancários e os comprovantes de débito na respectiva conta, o portador deverá contestar a parcela divergente junto à Instituição Financeira contratada, e solicitar esclarecimentos ou realizar os acertos cabíveis.

Art. 25º A Diretoria Executiva é responsável, perante a Instituição Financeira, pelas transações e obrigações decorrentes da utilização, devida ou não, dos cartões emitidos com autorização do respectivo titular, com prejuízo da responsabilidade solidária do portador.

§ 1º A responsabilidade de que trata o caput deste artigo será suprimida a partir:

I - Da data e hora da comunicação à Instituição Financeira contratada, da ocorrência de roubo, furto, perda ou extravio de cartão em vigor;

II - Da data de inclusão no boletim de cancelamento, quando se tratar de cartão cancelado ou substituído, ainda que não devolvido pelo portador à Instituição Financeira contratada.

§ 2º No ato da comunicação de roubo, furto, perda ou extravio, a Central de Atendimento da Instituição Financeira contratada, informará o "Número de Ocorrência de Atendimento", que representará a confirmação e identificação do pedido de bloqueio do cartão.

§ 3º É responsável pela comunicação de roubo, furto, perda ou extravio do cartão, o portador do mesmo, sendo de sua responsabilidade comunicar imediatamente à instituição financeira o ocorrido, com elaboração de boletim de ocorrência quando necessário.

Art. 26º – Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Curitiba, 02 de abril de 2024

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:2D9E15D5

ESTADO DO PARANÁ
CISMEL - NCP | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NCP

GABINETE DO PRESIDENTE
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 002/2024

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO n. 002/2024
Partes: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE – CISMEL/NPC e F. BRUNELLI ROSA SOCIEDADE UNIPESSOAL DE ADVOCACIA: Aditivo de prorrogação do prazo de vigência. Com fundamento no Processo Administrativo n° 021/2024, datado de 30/10/2024, acordam as partes, nos termos da lei n° 14.133/21, em prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de Assessoria Jurídica por 3 (três) meses, observando-se o início em 09/11/2024 e encerramento em 09/02/2025, sendo que para este período será mantido o valor inicialmente compactuado, resultando no valor mensal de R$ 7.000,00 (sete mil Reais), totalizando ao final da vigência a quantia de R$ 21.000,00 (vinte e um mil Reais). Fica responsável pela fiscalização da execução do presente contrato Douglas Franklin Cardozo Cortez – Gerente de Licitações. As demais condições estipuladas originalmente no contrato permanecem inalteradas, em especial a forma de pagamento. Data e assinaturas.

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:B1A8532B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
SÚMULA: CONCEDER AVANÇO VERTICAL AO SERVIDOR GESSE ALVES DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 341/2024, de 07 de Novembro de 2024.

SÚMULA: Conceder avanço vertical ao servidor GESSE ALVES DE SOUZA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:
- Conceder a partir de 07 de novembro de 2024, o Avanço vertical de que trata a Lei Municipal Nº 652/2022 em seu Artigo 13: "Sem prejuízo do disposto no art. 12 terá o direito, de no máximo 1 (um) avanço a cada 12(doze) meses, o servidor que apresentar conclusão de 80 horas em curso(s) que deverão ser ministradas pelo município, por instituições de ensino oficiais reconhecidos pelo MEC, por instituições governamentais (tais como TCE, TCU, Integrantes do Sistema S, DETRAN, SAMU) ou por entidade que o Município integre tais como (AMERRIOS, AMP, CNM), por entidade ou conselho da classe de profissional e Escolas ou Fundações de formação e aperfeiçoamento de servidores afetos a área de formação do servidor ou de áreas da Administração Pública Municipal" tendo em vista que o servidor abaixo relacionado apresentou Certificado de conclusão em curso de qualificação profissional **"Poliomielite"** e o curso de **"Tuberculose"** totalizando uma carga horária de 80 horas, ofertado pelo portal de cursos CONASEMS, com término no mês de novembro de 2024, após a aprovação da Lei 652/2022, entregue no setor de Recursos Humanos na data de 07/11/2024 cumprindo o dispositivo no §1 do já referido Artigo 13- " O direito previsto neste artigo se limita a 1(uma) vez a cada 12 (doze) meses e será válido a partir da entrega no Departamento de Recursos Humanos do certificado que comprovar a totalização das horas. Após a concessão do referido avanço, o servidor somente poderá avançar novamente pelo mesmo motivo após 12 (doze) meses".

NOME	MATRÍCULA	CARGO	NÍVEL ATUAL	CLASSE E NÍVEL APÓS AVANÇO VERTICAL
GESSE ALVES DE SOUZA	17930	AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE	GOA-A088	GOA-A089

- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Piquiri, 07 de Novembro de 2024.

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lauren Christine Ribeiro de Matos
Código Identificador:A9AFAC99

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO TERMO ADITIVO DE REEQUILIBRIO CON N° 285.2023

Número do Contrato:285/2023
Número do Aditivo: 001/2024
Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 075/2023.
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU.
Contratado:LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PEMA LTDA
CNPJ:03.040.285/0001-82
Endereço do Contratado:Linha São Roque, nº s/n Estrada Rural na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná
Objeto:Contratação de empresa especializada na execução de serviços de recepção, gerenciamento e destinação final de resíduos urbanos do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência
Valor por Tonelada:R$ 318,67 (trezentos e dezoito reais e sessenta e sete centavos).
Data da Assinatura:.**07/11/2024**
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu/Pr, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:145A04F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA N° 003.2024

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024
O Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, torna público, para ciência dos interessados, que estão abertas inscrições para pessoa jurídica, a partir das **08 horas do dia 08/11/2024 até as 17 horas do dia 14/11/2024**, na sala do Departamento de Cultura na Prefeitura Municipal, sito a Avenida Demétrio Pinzon, nº 16 – Centro, ou via email destacado abaixo, na cidade de Boa Esperança do Iguaçu/PR, com objeto de seleção de projetos culturais natalinos para receberem apoio financeiro na categoria descrita no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná.
Todas as informações pertinentes ao presente instrumento, inclusive as características quanto ao objeto, estarão à disposição dos interessados no Departamento de Cultura da Prefeitura, nos dias úteis das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, demais informações através do telefone/whatsapp (46) 98400.9045 ou via e-mail: cultura@boaesperancadoiguacu.pr.gov.br

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 07 de novembro de 2024.

GIVANILDO TRUMI –
Prefeito.

RENATO GRASSI -
Presidente da Comissão de Licitação.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:7D1F8BF9

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 043.2024

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2024

1 - OBJETO:
1.1. Contratação de empresa para especializada para aquisição de peças e mão de obra para conserto do caminhão TECTOR 27-320 6x4, placa SER0H97, pertencentes a secretaria de Viação e Obras do Município de Boa Esperança do Iguaçu estado do Paraná.

2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
2.1. A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.
2.1.1. Nesse mesmo sentido, o art. 11, da Lei n.º 14.133/2021, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponde a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.
2.1.2. Deste modo, resta justificada a contratação do serviço acima mencionado através de processo de dispensa de licitação com fulcro no art. 75, I da Lei 14.133/2021.
2.1.3. Conforme previsão legal do art. 75, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, e suas alterações, é possível a contratação por meio de dispensa de licitação, vejamos:

Art. 75.É dispensável a licitação:
I- Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU/PR, inscrito no CNPJ sob nº 95.589.255/0001-48, com sede na Avenida Demétrio Pinzon, nº 16 – Centro na cidade de Boa Esperança do Iguaçu/PR, neste ato representada pela Prefeita em Exercício Sra. Odilmara Terezinha Dreves Freitas.

CONTRATADA: POSSOLI CAMINHOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 04.640.295/0001-11, com sede no endereço Rua RED. BR 277 KM 582, S/N, CENTRALITO, na cidade de Cascavel, Paraná.

VALOR TOTAL: R$ 6.680,19 (seis mil seiscentos e oitenta reais e dezenove centavos).

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato será até **31 de dezembro de 2024.**

DA AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

Considerando a justificativa da Secretaria, quanto à necessidade do objeto e a avaliação das soluções disponíveis no mercado, concluindo-se pela viabilidade da contratação.
Considerando que o processo é instruído com os documentos relacionados no art. 72 da Lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021.
Considerando os pareceres favoráveis à contratação e/ou saneamento dos aspectos consignados nas respectivas ressalvas.

AUTORIZO a contratação direta a que se refere o presente termo.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 07 de novembro de 2024

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:A4D8A8F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2024
CONTRATANTE: Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, com sede à Rua Demétrio Pinzon, 16 - Centro, inscrito no CGC/MF nº 95.589.255/0001-48, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções,

Givanildo Trumi, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.676.643-8 e do CPF/MF nº 980.475.829-68, e
CONTRATADA: CRESCER CONSTRUTORA LTDA.
OBJETO: Construção do Paço Municipal e Câmara de Vereadores com área construída de 2.065,49 m², de acordo com projetos e planilhas em anexo aprovadas pelo PARANACIDADE SAM 30.
VALOR: R$ R$ 3.950.000,00 (três milhões, novecentos e cinquenta mil reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 (trezentos e sessenta) dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 720 (setecentos e vinte) dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de novembro de 2024.
FORO: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 07 de novembro de 2024

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:F31DD184

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO - PE 020/2024

A Comissão Especial de Licitações do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, no exercício das atribuições que lhe confere o Ato de Consórcio, torna pública a retificação da data de abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico n.º 020/2024.
A nova data da sessão pública passa a ser 26 de novembro de 2024, a partir das 09:00 horas.
O processamento do certame se dará na plataforma comprasgovernamentais.gov.br
A íntegra do edital se encontra disponível no endereço: www.conims.com.br, aba licitações.

Pato Branco/PR, 07 de novembro de 2024.

SANDRA FIM
Pregoeira

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:0D330486

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
ATO DE CONSÓRCIO Nº 087/2024

Dispõe sobre a Comissão Especial de Avaliação para atuar no processo de Dispensa Emergencial nº 022/2024 do Consórcio Intermunicipal de Saúde.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS, Senhor Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções, Estatuto Social e Contrato de Consórcio Público:
CONSIDERANDO a Dispensa nº 022/2024 que tem por objeto a ***Formação de registro de preços emergencial para aquisição parcelada de materiais odontológicos em geral.***
CONSIDERANDO que conforme consta no Aviso de Dispensa a previsão de uma comissão responsável para avaliação das amostras quando solicitadas.
CONSIDERANDO que para compor a comissão é necessário a participação de profissionais com qualificação técnica, no caso odontólogos e, como o CONIMS não disponibiliza destes em seu quadro, se voluntariaram duas odontólogas do município de Pato Branco, consorciado ao CONIMS para a avaliação das amostras, sem ônus ao Consórcio.
CONSIDERANDO que a Resolução n.º 60/2023 do CONIMS, em seu parágrafo 11 estabelece a possibilidade da nomeação de empregados dos municípios consorciados.
CONSIDERANDO que o Presidente da Comissão e Coordenadora do setor de Planejamento e Gerenciamento de Contratações do CONIMS para organizar as demandas das avaliações necessárias para os membros técnicos.
RESOLVE:
Art. 1º Indicar os seguintes profissionais conforme segue, para compor comissão de avaliação de amostras:

NOME	CARGO
GESLANI CRISTINA GRZYB PINHEIRO	Presidente
HELOISA GABRIEL BRANCO	Membro Técnico
VALERIA DURAES DE OLIVEIRA HASS	Membro Técnico

Art. 2º A comissão designada deverá examinar e avaliar os itens e os respectivos documentos quanto a sua conformidade com o padrão de qualidade e composição necessários para o atendimento aos descritivos dos itens, de acordo com a ficha de avaliação constante no Anexo da Dispensa.
Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco/PR, 07 de novembro de 2024.

Assinado Digitalmente
PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:9F600380

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
ATO DE CONSÓRCIO Nº 088/2024

Concede diária pela prestação de serviço fora do domicílio.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde, Senhor Paulo Horn, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e pelo Contrato de Consórcio Público:
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº. 189 de 15 de setembro de 2023, que regulamenta a concessão de diárias;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 12 da Instrução Normativa Nº. 89, de 28 de fevereiro de 2013, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

RESOLVE:
Art. 1º Conceder diária pela prestação de serviços fora do domicílio:

NOME	CPF	EMPREGO / FUNÇÃO
Ivete Maria Lorenzi	825.884 (...)	Secretária Executiva
Mauricio Gross da Costa	076.080 (...)	Gestor de Projetos
Paulo Horn	554.075 (...)	Presidente

Data da Ida: 11/11/2024 **Horário:** 07:30
Data do Retorno: 12/11/2024 **Horário:** 18:00
Número de Diárias: 01 com pernoite
Valor da Diária por Pessoa: R$ 650,00 (Seiscentos e cinquenta reais)
Objetivo: Outros objetivos não ligados ao TCE/PR. Assembleia Geral Ordinária e Reunião ordinária técnica da ACISPAR - Associação dos Consórcios e Associações Intermunicipais de Saúde do Paraná – em Curitiba/PR.
Município de Destino/UF: Curitiba/PR
Código do IBGE: 4106902

Pato Branco/PR, 07 de novembro de 2024.

(Assinado Digitalmente)
PAULO HORN
Presidente

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:34419915

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
RETIFICAÇÃO: TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicado em 09 de abril de 2024, Edição nº 2998 – **Diário Oficial dos Municípios do Paraná** Retifica-se: Processo nº 093/2024 – OTORRINOLARINGOLOGIA CLINICA E CIRURGICA.
Onde se lê: **Lei 8.666/93;** Leia-se: **Lei 14133/21.**

Publicado por:
Ivete Maria Lorenzi
Código Identificador:73649229

DEPARTAMENTO DE CULTURA
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01 – PNAB/2024

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01 – PNAB/2024.
O Município de Chopinzinho, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte/Departamento de Cultura, torna público a RETIFICAÇÃO do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01 – PNAB/2024.**

ONDE SE LÊ:
2 INFORMAÇÕES GERAIS
2.1 Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nos segmentos descritos no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais de Chopinzinho. Os projetos contemplados neste edital deverão obrigatoriamente ser executados em uma ou mais localidades relacionadas abaixo:
I – Nossa Sra. Aparecida; II – São Miguel; III – São Sebastião; IV – Frei Vito; V – São Genaro; VI – Verdi; VII – São José; VIII – Cristo Rei; IX – Comunidade do Lagoão; X – Comunidade São Francisco; XI – Comunidade Santa Inês; XII – Comunidade São Luiz; XIII – Comunidade Bugre; XIV – Comunidade Palmeirinha; XV – Comunidade Passo Liso.
LEIA-SE:
2. INFORMAÇÕES GERAIS
2.1 Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nos segmentos descritos no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais de Chopinzinho. Os projetos contemplados neste edital deverão obrigatoriamente ser executados em uma ou mais localidades relacionadas abaixo:
I – Nossa Sra. Aparecida; II – São Miguel; III – São Sebastião; IV – Frei Vito; V – São Genaro; VI – Verdi; VII – São José; VIII – Cristo Rei; IX – Comunidade do Lagoão; X – Comunidade São Francisco; XI – Comunidade Santa Inês; XII – Comunidade São Luiz; **XIII – Comunidade Bugre/Bugre Alto** XIV – Comunidade Palmeirinha; XV – Comunidade Passo Liso.
ONDE SE LÊ:
4. INSCRIÇÕES
O agente cultural deverá encaminhar presencialmente a partir das 13 horas do dia 06 de novembro de 2024 (quarta-feira) até as 17 horas do dia 14 de novembro de 2024 (quinta-feira), em envelope lacrado indicando: Nome do Proponente/Coletivo, na sede do Departamento da Cultura, Casa da Cultura Bráulio Sauer, situada na Avenida XV de Novembro, nº 4872, ao lado do Ginásio Deonisto Debona, Cristo Rei, Chopinzinho, contendo a seguinte documentação obrigatória:
LEIA-SE:
4. INSCRIÇÕES
O agente cultural deverá encaminhar presencialmente a partir das 13 horas do dia 06 de novembro de 2024 (quarta-feira) até as 17 horas do dia 14 de novembro de 2024 (quinta-feira), em envelope lacrado indicando: Nome do Proponente/Coletivo, na sede do Departamento da Cultura, Casa da Cultura Bráulio Sauer, situada na Avenida XV de Novembro, nº 4872, ao lado do Ginásio Deonisto Debona, Cristo Rei, Chopinzinho, **ou pelo e-mail culturachopinzinho@gmail.com** até as 23 horas e 59 minutos do dia 17 de novembro de 2024 (domingo), contendo a seguinte documentação obrigatória:

ONDE SE LÊ:
7.6 RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Comissão de Execução e Prestação de Contas, que deve ser apresentado presencialmente na sede do Departamento da Cultura, Casa da Cultura Bráulio Sauer, situada na Avenida XV de Novembro, nº 4872, ao lado do Ginásio Deonisto Debona, Cristo Rei, Chopinzinho, do dia 20 a 22 de novembro de 2024, das 08:00 às 17:00, conforme prazo de 3 dias úteis, previsto no inciso III do art. 9º da Lei Nº 14.903/2024 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

LEIA-SE:
7.6 RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Comissão de Execução e Prestação de Contas, que deve ser apresentado presencialmente na sede do Departamento da Cultura, Casa da Cultura Bráulio Sauer, situada na Avenida XV de Novembro, nº 4872, ao lado do Ginásio Deonisto Debona, Cristo Rei, Chopinzinho, do dia 20 a 22 de novembro de 2024, das 08:00 às 17:00, conforme prazo de 3 dias úteis, previsto no inciso III do art. 9º da Lei Nº 14.903/2024 a contar da publicação do resultado, **ou pelo e-mail culturachopinzinho@gmail.com** até as 23 horas e 59 minutos do dia 22 de novembro de 2024, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

ONDE SE LÊ:
9.1 ETAPA DE HABILITAÇÃO
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de03 (três) dias após a publicação do resultado da etapa de habilitação, os documentos em envelope lacrado, sendo presencialmente na sede do Departamento da Cultura, Casa da Cultura Bráulio Sauer, situada na Avenida XV de Novembro, nº 4872, ao lado do Ginásio Deonisto Debona, Cristo Rei, Chopinzinho, dos dias 27 a 29 de novembro de 2024, das 08:00 às 17:00, destinado à Comissão de Execução e Prestação de Contas os seguintes documentos:
LEIA-SE:
9.1 ETAPA DE HABILITAÇÃO
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de03 (três) dias após a publicação do resultado da etapa de habilitação, os documentos em envelope lacrado, sendo presencialmente na sede do Departamento da Cultura, Casa da Cultura Bráulio Sauer, situada na Avenida XV de Novembro, nº 4872, ao lado do Ginásio Deonisto Debona, Cristo Rei, Chopinzinho, dos dias 27 a 29 de novembro de 2024, das 08:00 às 17:00, **ou pelo e-mail culturachopinzinho@gmail.com** até as 23 horas e 59 minutos do dia 29 de novembro de 2024, destinado à Comissão de Execução e Prestação de Contas os seguintes documentos:

ONDE SE LÊ:
9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à Comissão de Execução e Prestação de Contas, que deve ser apresentado presencialmente na sede do Departamento da Cultura, a Casa da Cultura Bráulio Sauer, situada na Avenida XV de Novembro, nº 4872, ao lado do Ginásio Deonisto Debona, Cristo Rei, Chopinzinho, dos dias 04 a 06 de dezembro de 2024, das 08:00 às 17:00, conforme prazo de 3 dias úteis, previsto no inciso III do art. 9º da Lei Nº 14.903/2024 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

LEIA-SE:
9.2 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado à Comissão de Execução e Prestação de Contas, que deve ser apresentado presencialmente na sede do Departamento da Cultura, a Casa da Cultura Bráulio Sauer, situada na Avenida XV de Novembro, nº 4872, ao lado do Ginásio Deonisto Debona, Cristo Rei, Chopinzinho, dos dias 04 a 06 de dezembro de 2024, das 08:00 às 17:00, **ou pelo e-mail culturachopinzinho@gmail.com** até as 23 horas e 59 minutos do dia 06 de dezembro de 2024, conforme prazo de 3 dias úteis, previsto no inciso III do art. 9º da Lei Nº 14.903/2024 a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Chopinzinho, 07 de novembro de 2024.

COMISSÃO PNAB CHOPINZINHO
Departamento de Cultura
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Prefeitura Municipal de Chopinzinho

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:77EA8B7D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO PE 90058-2024

Extrato do Contratos do Pregão Eletrônico nº 90058/2024. AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (SEMEADEIRAS, PLANTADEIRAS, PULVERIZADORES, GRADES E ESCARIFICADOR), PARA SEREM DISPONIBILIZADOS PARA AS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS, POR CHAMAMENTO PÚBLICO, ATRAVÉS DA LEI COMPLEMENTAR N° 110/2019. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: A entrega dos implementos deverá ser feita junto a garagem da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, no prazo de até 20 (vinte) dias, após a emissão e recebimento da nota de empenho, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, situada na rua Santos Dumont, 3883 – Centro – 85.560-000 – (046) 3242-1514 – Chopinzinho-Pr. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: Gestão/Unidade: 10.01 - DPTO DE AGRICULTURA, PEC. E ZOOTECNIA. Fonte de Recursos: 000 – Recursos Orginários (Livres) / 501 - Diversos / Alienação de Ativos. Programa de Trabalho: 2060800061.029 - Aquisição/Reposição de Máquinas, Equip. e Veículos. Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. Desdobrado: 1866 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOV. / 1911 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOV. Partes: Município de Chopinzinho e Contrato 243/2024 – Empresa - BALANSIN & BALANSIN LTDA. Valor Total R$ 285.350,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais). Contrato 244/2024 – Empresa AGROSOLO MAQUINAS LTDA. Valor Total R$ 32.990,00 (trinta e dois mil, novecentos e noventa reais). Contrato 245/2024 – Empresa - VERDES CAMPOS COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA. Valor Total R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais). Contrato 246/2024 – Empresa - ALX IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA. Valor Total R$ 48.999,98 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos). Contrato 247/2024 – Empresa - ALBANI MATTE INDUSTRIA DE MAQUINAS. Valor Total R$ 6.390,00 (seis mil, trezentos e noventa reais). Contrato 248/2024 – Empresa - NELI TERESINHA DA SILVA – MAQUINAS – EPP. Valor Total R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). Data da assinatura: 30 de outubro de 2024. Chopinzinho - PR,

EDSON LUIZ CENCI –
Prefeito.

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:36845EBB

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90058-2024 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90058/2024

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço Por Item - Compras nº 90058/2024, de 03/10/24, e após expirado o prazo recursal, eu EDSON LUIZ CENCI, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total – R$
NELI TEREZINHA DA SILVA MAQUINAS - ME	17.500,00
VERDES CAMPOS COMERCIO DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	288.000,00
AGROSOLO MAQUINAS LTDA	197.940,00
ALBANI MATTE INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	6.390,00
BALANSIN & BALANSIN LTDA	426.850,00
ALX IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA	48.999,98
VALOR TOTAL R$	985.679,98

Que apresentou o Menor Preço Por Item.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 07 de novembro de 2024

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito

Publicado por:
Eliziane Luiza Sangaleti
Código Identificador:C1ADBD4C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1255-2024 - FÉRIAS LUCIANA AIMI ZUQUELLO

PORTARIA Nº 1.255/2024

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e pelo Decreto 371/2020, de 11 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Memorando nº 5.355/2021, da Secretaria de Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias a servidora Luciana Aimi Zuquelo, matrícula funcional nº 815-3, ocupante do cargo de Escriturário, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2023 a 31 de julho de 2024, para fruição de 09 a 18 de dezembro de 2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, PR, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK
Secretário de Administração

JOSEANE DE SOUZA
Secretária de Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:07C071AE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1256-2024 - FÉRIAS ROSIMARCIA CERBATTO

PORTARIA Nº 1.256/2024

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e pelo Decreto 371/2020, de 11 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico 5.481/2024, da Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 20 (vinte) dias à servidora Rosimarcia Cerbatto, matrícula funcional nº 3279-8, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo de 05 de abril de 2023 a 04 de abril de 2024, a serem usufruídas de 02 a 21 de dezembro de 2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, PR, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK
Secretário de Administração

JENNIFER NUNES DE ALMEIDA
Secretária de Assistência Social, Mulher e Família

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:121862E0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1257-2024 - FOLGA COMPENSATÓRIA ANGELITA DOS REIS DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1.257/2024

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e o Decreto nº 371/2020, de 11 de agosto de 2020 e pelo Decreto nº 431/2018, de 02 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 5.488/2024, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Folga Compensatória por serviços prestados à Justiça Eleitoral, para a servidora Angelita Dos Reis De Oliveira, matrícula funcional nº 1361-5, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, durante os dias 06 e 07 de novembro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, PR, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK
Secretário de Administração

MARI LÚCIA LAZAROTTO
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:F18FB94D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1259-2024 - FOLGA COMPENSATÓRIA GISELE SAVIO

PORTARIA Nº 1.259/2024

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e o Decreto nº 371/2020, de 11 de agosto de 2020 e pelo Decreto nº 431/2018, de 02 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico nº 5.587/2024, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Folga Compensatória por serviços prestados à Justiça Eleitoral, para a servidora Gisele Savio, matrícula funcional nº 679-3, ocupante do cargo de Professor, durante os dias 11 e 12 de novembro de 2024 e 05 e 06 de dezembro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, PR, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK
Secretário de Administração

MARI LÚCIA LAZAROTTO
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:89CC0730

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1260-2024 - FÉRIAS MARCIA MITRUT

PORTARIA Nº 1.260/2024

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e pelo Decreto 371/2020, de 11 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Memorando nº 5.489/2024, da Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Inovação e Tecnologia;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 30 (trinta) dias à servidora Marcia Mitrut, matrícula funcional nº 2341-6, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2023 a 31 de março de 2024, para fruição durante o período de 02 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, PR, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK
Secretário de Administração

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E24AB76B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1263-2024 - FOLGA COMPENSATÓRIA SIMONE FERNANDES FORNARI

PORTARIA Nº 1.263/2024

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições

que lhe são conferidas por lei, e o Decreto nº 371/2020, de 11 de agosto de 2020 e pelo Decreto nº 431/2018, de 02 de outubro de 2018;

CONSIDERANDO o Memorando nº 5.189/2024, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Folga Compensatória por serviços prestados à Justiça Eleitoral, para a servidora Simone Fernandes Fornari, matrícula funcional nº 2293-0, ocupante do cargo de Professor, durante os dias 04 e 05 de dezembro de 2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, PR, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK
Secretário de Administração

MARI LÚCIA LAZAROTTO
Secretária de Educação,Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:800BC983

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA - 1.261 - 2024 - DIÁRIAS LUANA CASTILHO SIMON

PORTARIA Nº 1.261/2024
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 371/2020,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Servidora Luana Castilho Simon, Assistente Social, matrícula nº 2038-0, CPF nº 088. ***. ***-05, 02 (duas) diárias de viagem, no valor total de R$ 160,00, conforme Art. 11, § 1º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, sem pernoite, nos dias 07 e 08 de novembro de 2024, para Pato Branco-PR, para participar de Reunião Descentralizada Mesorregião Sudoeste Paranaense – 2024 – Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK
Secretário de Administração

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:61C54ABD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA - 1.262 - 2024 - DIÁRIAS NEIDE MARIA GASPARETO PASQUALI

PORTARIA Nº 1.262/2024
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 371/2020,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Servidora Neide Maria Gaspareto Pasquali, Conselheira de Assistência Social, CPF nº 473. ***. ***-91, 02 (duas) diárias de viagem, no valor total de R$ 160,00, conforme Art. 11, § 1º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, alterada pela Lei nº 4.028/2023, sem pernoite, nos dias 07 e 08 de novembro de 2024, para Pato Branco-PR, para participar de Reunião Descentralizada Mesorregião Sudoeste Paranaense – 2024 – Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK
Secretário de Administração

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:50A908AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE CHOPINZINHO-PR

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE CHOPINZINHO-PR
Capítulo I

Da Finalidade e Competência

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, criado pela Lei Municipal nº 2.836/2011, de 24 de agosto de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 3.659/2017 de 29 de setembro de 2017, revogadas pela Lei Municipal nº 3.802, de 19 de dezembro de 2019, tem competência propositiva, consultiva e fiscalizadora no que se refere às políticas públicas sob ótica de gênero, pugnando pela igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de modo a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania.

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher tem como objetivos, propor, deliberar, normatizar e fiscalizar políticas relativas aos direitos das mulheres.
Art. 3º São atribuições e competências do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:
– elaborar seu Regimento Interno;
– propor diretrizes e políticas voltadas à eliminação das discriminações que atingem as mulheres;
- propor instrumentos concretos que assegurem a participação das mulheres em todos os níveis de atividades municipais, ampliando as alternativas de emprego e renda;
– estimular, apoiar e desenvolver estudos, projetos e debates relativos à condição das mulheres, bem como propor medidas ao Governo, objetivando eliminar toda e qualquer forma de discriminação;
– promover intercâmbio com instituições e organismos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, de interesse público ou privado, com a finalidade de estudar, elaborar e propor políticas, medidas e ações relacionadas às competências do Conselho;
– estabelecer e manter canais de relação com os movimentos de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos;
– realizar campanhas educativas de conscientização sobre a violência contra as mulheres;
- propor a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica, além de estimular a instituição de serviços de apoio às mulheres vítimas de violência;
– acompanhar e fiscalizar o cumprimento da legislação e convenções coletivas que assegurem a proteção e os direitos das mulheres;
– garantir, através de propostas e sugestões, o desenvolvimento de programas dirigidos às mulheres, especialmente nas áreas de:
assistência social, mulher e família;
atenção integral à saúde da mulher;
prevenção à violência contra a mulher;
educação;
habitação;
planejamento urbano;
lazer e cultura;
geração de emprego e renda.
– receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

– Gerir, fiscalizar e articular os recursos financeiros do Fundo Municipal Especial dos Direitos da Mulher.

Capítulo II
Da Composição e Funcionamento

Art. 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é órgão colegiado, constituído por (10) dez membros representativos do Poder Público e (11) onze membros representativos de órgãos ou entidades representativas da sociedade civil, legalmente constituída, e respectivos suplentes envolvidos com a questão da mulher, a serem nomeados por decreto do Prefeito Municipal.

Art. 5º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, tem a seguinte composição:

§ 1º Os órgãos representativos do Poder Público são:
– uma (1) representantes da Secretaria Municipal da Educação e Cultura;
– uma (1) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
– uma (1) representante da Secretaria Municipal; de Saúde;
- uma (1) representante da Divisão de Planejamento e Projetos;
– uma (1) representante da Procuradoria Geral do Município;
– uma (1) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Tecnologia;
– uma (1) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
– uma (1) representante da Secretaria de Administração
– uma (1) representante da Secretaria de Finanças;
– uma (1) representante da Secretaria Estadual da Educação.

§ 2º Os órgãos ou entidades representativas da sociedade civil, legalmente constituída, são:

– uma (1) representante da Associação das Mulheres Rurais
– uma (1) representante da Associaçao Comercial e Empresarial de Chopinzinho – ACEC e Mulheres Empresárias;
– uma (1) representante do Conselho da Comunidade;
– uma (1) representante do Grupo GAMA de Chopinzinho;
– uma (1) representante do Grupo Feminino da COASUL;
– uma (1) representante da OAB – Ordem dos Advogados, subsecçãode Pato Branco;
– uma (1) representante do Rotary Iguaçu e Senhoras Rotarianas;
– uma (1) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
– uma (1) representante do Sindicato Rural de Chopinzinho;
– uma (1) representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – SISMUCH;
– ONCVIDA – Grupo de Apoio aos Pacientes com Cancer e Familiares de Chopinzinho.

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher terá sua organização funcional com a seguinte composição:
– Plenária
– Diretoria
– Secretaria Executiva
– Comissões Permanentes
– Comissões Temporárias

Seção I A Plenária

Art. 7º A Plenária é órgão soberano do conselho, a ele compete deliberar e exercer o controle das Políticas Públicas do Município sob a ótica de gênero, composto pela totalidade de seus membros.

Art. 8º A Plenária compete:
Eleger a diretoria;
Deliberar sobre os assuntos previstos no artigo 3º;
Deliberar sobre a instituição de Comissões Temporárias e/ou permanentes;
Aprovar e propor alterações no seu Regimento Interno;
Elaborar seu plano financeiro, orçamentário;
Propor adequação a lei que o regula;
Propor a congregação e união de esforços dos movimentos sociais em prol dos direitos da mulher.

Art. 9º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher reunir-se-á em local e dia previamente determinado, pelo menos uma vez a cada trinta (30) dias, podendo ser extraordinariamente, convocado de maneira formal, com antecedência mínima de 24h, sempre pela sua Presidente ou por um terço dos seus membros titulares.

§ 1º A Plenária será instalada em primeira convocação com a presença da maioria simples dos membros, ou seja, 50% mais um, ou em segunda convocação, com qualquer número de presentes, 15 (Quinze) minutos após o horário designado para sua realização em primeira convocação.

§ 2º Quando o Poder Público Municipal decretar Estado de Sítio, Estado de Defesa e/ou Estado de Calamidade Pública, as reuniões ordinárias, extraordinárias e de suas comissões, serão mantidas, porém serão realizadas por videoconferências ou por outro meio digital disponível.

§ 3º As alterações ao Regimento Interno serão decididas por maioria absoluta.
Art. 10° As reuniões ordinárias e extraordinárias serão comunicadas a as entidades ou órgãos participantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por meio eletrônico as suas Conselheiras Representantes, com sua respectiva pauta.

Art. 11° Qualquer conselheira ou membros da sociedade civil poderão apresentar matérias à apreciação da Plenária com antecedência de no mínimo dois dias úteis, enviando-as por escrito para a Secretaria-Executiva, que a incluirá na pauta da reunião seguinte.

Art. 12° As deliberações serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à Secretaria-Executiva ordená-las.

Art. 13° As reuniões ordinárias terão suas pautas preparadas pela Secretaria-Executiva e aprovadas pela Diretoria, delas constando necessariamente:
- Abertura da sessão e leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- Leitura do expediente das comunicações;
- Ordem do dia;
- Palavra livre.

Art. 14° Poderá ser requerida urgência para qualquer matéria não constante de pauta.

Parágrafo único. O requerimento da urgência será apresentado com trinta minutos de antecedência à diretoria, acompanhada da respectiva matéria e suas justificativas.

Art. 15° Perderá o mandato a conselheira titular e suplente que, sem justificativa formal deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas no período de um ano.

Parágrafo Único: A entidade deverá ser comunicada 30 dias antes da possibilidade de perda do mandato, por ofício, para se quiser nomear nova representante.

Art. 16° Poderão participar das reuniões, sem direito a voto, representantes de qualquer organismo governamental ou não governamental.

Seção II A Diretoria

Art. 17° Cumpre à diretoria dirigir e coordenar as atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 18° A Diretoria é composta por:
Presidente;
Vice-Presidente;
.

Art. 19° Os cargos serão preenchidos por eleição dentre os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em reunião especialmente convocada para essa finalidade.

§ 1º A diretoria terá mandato de dois anos, permitida a reeleição, por igual período.
§ 2º A diretoria poderá ser dissolvida por decisão de 2/3 do Plenário, procedendo-se imediatamente à eleição da nova diretoria.

Art. 20° A Presidente compete:
- Convocar as reuniões estabelecendo a pauta dos trabalhos;
- Coordenar os trabalhos e presidir as reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Submeter à votação as matérias a serem decididas pela Plenária, intervindo na ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;
Representar o Conselho e delegar competências;
- Receber, despachar e encaminhar os documentos recebidos; VI- Assinar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento;
VII -Submeter à apreciação da plenária o relatório anual do conselho;
Encaminhar ao Governo do Município, quando necessária sua apreciação e decisão, exposição de motivos e informações sobre matéria da competência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; IX-Cumprir e fazer cumprir as normas regimentais e deliberações do Conselho, tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;
Exercer outras atividades que lhe forem atribuídas por deliberação da Plenária;
Distribuir às comissões matérias para estudos e trabalhos relativos à competência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Orientar o funcionamento das comissões.

Art. 21° A Vice-Presidente compete:
Substituir a Presidente em suas ausências ou impedimentos;
Auxiliar a Presidente no cumprimento de suas atribuições.

Capítulo III

Do Funcionamento das Comissões

Art. 22° Para melhor desempenho de suas atividades, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher criará comissões, constituídas por membros do Conselho Municipal, de caráter permanente ou temporário, cujos trabalhos e resultados serão apreciados e deliberados pela Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
Parágrafo Único – Cada Conselheira deverá participar de ao menos uma Comissão, e de qualquer número que tiver interesse.

Art. 23° As Comissões, constituídas pelas Conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, eleitas pela plenária, para mandato de dois anos, terão as seguintes atribuições:
Assessorar a Presidente, objetivando aprofundar e qualificar a análise das matérias submetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;

Colaborar com estudos e pareceres sobre os assuntos de suas áreas de competência e de relevância para as políticas sociais, bem como sobre temas específicos, por delegação da Plenária;
Fomentar a capacitação continuada dos atores sociais para a execução de programas direcionados ao Direito da Mulher;
Acompanhar e avaliar as ações aprovadas em plenária, nas suas respectivas áreas de atuação;
Acompanhar e avaliar os ganhos sociais de programas e projetos aprovados na área de políticas públicas de atendimento às mulheres;
Propor a elaboração de projetos e ações em conjunto como Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres do Município.

Art. 24° Para melhor organização e andamento dos trabalhos, cada comissão deverá escolher, dentre seus integrantes, os que exercerão as funções de coordenadora e relatora de cada matéria específica, atendendo ao seguinte:
– A Coordenadora tem a função de presidir os trabalhos, convocar as reuniões, dirigir as discussões e definir as atividades pertinentes;
– A Relatora de cada matéria específica das comissões fará a exposição das conclusões e deliberações em plenária do Conselho.

Art. 25° O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá instituir comissões temporárias, compostas de representantes técnicos ou de membros do conselho, com o objetivo de assessorar tecnicamente, desenvolver projetos, estudos, análises e dar parecer formal sobre assunto específico que venha a ser apresentado em plenária.

Parágrafo único. A plenária, ao decidir sobre a criação da comissão temporária, disporá no mesmo ato sobre a forma de seu funcionamento.

Seção III

A Secretaria Executiva

Art. 26° A Secretaria Executiva, cujo titular será designado pela Secretaria de Assistencia Social e Familia, prestará suporte técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 27° São atribuições da Secretaria Executiva:
Prestar assessoria técnica e administrativa ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Registrar, arquivar, elaborar e encaminhar os documentos e correspondências determinadas pela plenária ou pela presidência;
Contribuir na elaboração da pauta das reuniões conforme orientação da Diretoria;

Manter sobre guarda os livros e documentos do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Assessorar as comissões instituídas pelo Conselho, para o desenvolvimento de suas funções de maneira eficiente e eficaz;
Implantar e alimentar banco de dados do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Ordenar datas das reuniões conforme calendario interno pré-estabelecido no plano de trablho do Conselho e tornar públicas as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
Prestar informações e esclarecimentos acerca do funcionamento do conselho;
Remeter matérias às comissões e apoiar o seu funcionamento;
Manter a diretoria informada sobre os trabalhos desenvolvidos pelas comissões;
Contribuir na elaboração do relatório anual das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e encaminhá-lo aos órgãos competentes;
XII– Elaborar a Ata das reuniões ordinárias e extraordinárias da plenária, quando da ausência, impedimento de ambas as secretárias da diretoria.

Capítulo V Disposições Gerais

Art. 28° Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução deste regimento serão resolvidas pela plenária.

Art. 29° Este Regimento Interno, aprovado pela Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher entrará em vigor na data de sua publicação.

Chopinzinho 04 de novembro de 2024.

NEIDE GASPARETTO PASQUALI
Presidente 2024/2026
Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Publicado por:
Ana Flávia Mafioletti Zuconelli
Código Identificador:C5A678FD

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 17/2024

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
1ª PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2024
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 17/2024

Eu, **ALEXANDRE DONATO**, Prefeito do Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, resolve HOMOLOGAR o procedimento administrativo do CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2024, INEXIGIBILIDADE Nº 17/2024, em referência para que produza seus jurídicos e legais efeitos, confirmando o seu resultado no bojo do Processo Administrativo nº 82/2024, ADJUDICANDO seu objeto aos seguintes produtores(as):

GERSON RODRIGUES DA CRUZ
JOAO BATISTA CEZARIO
LEANDRO MATIAS DOS ANJOS
LEOMAR DELFINA DOS SANTOS
MARIA APARECIDA DOS SANTOS
PAULO DEMETKE
PAULO SERGIO CORREIA DA SILVA
RILDO APARECIDO MARINS
SOLANGE RIBEIRO PEREIRA DE ALCANTARA

PAÇO MUNICIPAL, 07 de Novembro de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:2488DE3E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE RESULTADO – PROPOSTA E HABILITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2024 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 36/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de seguros para veículos do tipo passeio, van e mini bus, pertencente ao Município de Corumbataí do Sul-Pr, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração, conforme anexo I.

Com base no Art. 176, da Lei Federal nº 14.133, torna público o resultado da fase de Proposta e Habilitação da licitação em epígrafe, conforme quadro abaixo:

EMPRESA	VALOR TOTAL	HABILITAÇÃO
GENTE SEGURADORA S/A	R$ 599,00	Habilitada
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	R$ 4.298,00	Habilitada

PAÇO MUNICIPAL, 06 de Novembro de 2024.

CASSIANA CÁSSIA ALVES
Agente de Contratação
Portaria Nº 105/2022

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:439A0B13

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2024 COMUNICADO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 36/2024

Com base nas informações constantes no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2024, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 36/2024, e ante as justificativas, que se embasou no Artigo 75 Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve dispensar a exigência de licitação Contratação de empresa para prestação de serviços de seguros para veículos do tipo passeio, van e mini bus, pertencente ao Município de Corumbataí do Sul-Pr, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração, conforme anexo I, partes integrantes deste processo administrativo, no valor total de R$ 4.897,00 (quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais), sendo R$ 599,00 (quinhentos e noventa e nove reais) junto à empresa GENTE SEGURADORA S/A, com sede na cidade de PORTO ALEGRE – RS e R$ 4.298,00 (quatro mil, duzentos e noventa e oito reais) junto a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., com sede na cidade de SÃO PAULO - SP.

Paço Municipal, 07 de Novembro de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:B2971804

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2024 COMUNICADO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 35/2024

Com base nas informações constantes no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2024, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 35/2024, e ante as justificativas, que se embasou no Artigo 75 Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve dispensar a exigência de licitação Contratação de empresa para fornecimento de impressora multifuncional, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, conforme anexo I, partes integrantes deste processo administrativo, no valor total de R$ 5.495,00 (cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), junto à empresa A.M. VEDOVOTO COM VAR MAT DE INFORMATICA - ME, com sede na cidade de BARBOSA FERRAZ - PR.

Paço Municipal, 07 de Novembro de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:CC8B1C21

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 112/2024

Regulamenta o Conselho Municipal de Contribuintes criado pela Lei Municipal n.º 368, de 2006, que 'Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná'.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições do art. 332 e seguintes da Lei Municipal n.º 368/2006,

DECRETA:

CAPITULO I
DA FINALIDADE E JURISDIÇÃO

Art. 1°. O Conselho Municipal de Contribuintes de Corumbataí do Sul, Órgão de composição paritária de caráter deliberativo, criado pela Lei Municipal 368/2006, tem por finalidade o julgamento dos recursos administrativo-tributários em segunda instância, bem como responder aos recursos de consulta.

CAPITULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 2°. Compete ao Conselho:
julgar os recursos administrativos tributários em segunda instância;
proceder aos reexames necessários para o julgamento dos processos a que se refere a Lei 368/2006;
elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno;
responder Pedido de Esclarecimento;
responder ao Procedimento Administrativo de Revisão;
resolver os casos omissos.

CAPITULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3°. O Conselho e composto de 05 (cinco) Conselheiros titulares e 05 (cinco) suplentes, das mesmas representações, sendo:
Três titulares e três suplentes, servidores efetivos do quadro de servidores do município;
Um titular e um suplente, contador;
Um titular e um suplente, indicado pela ACIACOR - Associação Comercial de Corumbataí do Sul;

CAPITULO IV
DOS CONSELHEIROS

Art. 4°. Aos Conselheiros compete:
relatar os processos que lhes forem distribuídos;
proferir o voto nos julgamentos;
redigir acórdãos;
solicitar ao Presidente diligências necessárias a instrução dos processos que relatarem;
solicitar vistas de processos, com suspensão ou adiamento de julgamento, para exame e apresentação do voto em separado;
sugerir medidas de interesse do Conselho;
apreciar a arguição de impedimento do Presidente, cabendo ao Conselheiro mais idoso presidir o ato de julgamento de impedimento e proferir, além do seu voto, sendo o caso, o voto de desempate.

Art. 5°. Perdera o cargo o Conselheiro que faltar a três sessões consecutivas ou a oito alternadas, durante cada ano, salvo concessão de licença.

Art. 6°. As licenças aos Conselheiros, de que trata o art. 5° deste decreto, serão concedidas pelo Presidente, mediante despacho fundamentado.
Art. 7°. No caso de licença, suspenção, impedimento ou impossibilidade de comparecimento a qualquer sessão, o Conselheiro deverá comunicar o fato com pelo menos 2 (dois) dias uteis de antecedência, a Secretaria do Conselho, a fim de ser convocado o respectivo suplente para substituição.
Parágrafo único. Reassumindo o Conselheiro Titular, o suplente perde automaticamente o direito de compor o órgão para julgamento.

CAPITULO V
DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 8°. Os membros do Conselho Municipal de Contribuintes ficam impedidos de atuar em processos:

de interesse de seus parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau inclusive;
de interesse de pessoa jurídica de direito privado de que seja titular, sócio, acionista, membro da Diretoria, Conselho Fiscal ou órgãos equivalentes;
em que tomaram parte ou tenham interferido em qualquer condição ou a qualquer título; e
que tratem de notificação de lançamento ou auto de infração por eles emitidos, conjunta ou individualmente.
Parágrafo único. O impedimento poderá ser arguido por quaisquer partes, bem como pelos membros deste Conselho, até o início da sessão de julgamento.

Art. 9° Poderá o Conselheiro dar-se por suspeito por motivo relevante de ordem geral ou intima, cuja apreciação caberá ao Presidente do Conselho.

CAPITULO VI
DA PRESIDENCIA DO CONSELHO

Art. 10. A presidência do Conselho será exercida por conselheiro com formação nas áreas de Economia, Administração, Ciências Contábeis ou Direito, de reconhecido saber jurídico-tributário, nos termos da lei, e nomeado a partir de lista tríplice, elaborada na forma do parágrafo único, para um mandato de 1 anos, podendo ser reconduzido, desde que não exerça mais de 2 períodos consecutivos.

Parágrafo único. Para fins de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, os conselheiros titulares elaboração lista tríplice, nela somente podendo figurar as pessoas que preencherem os requisitos do caput e que obtiverem maioria dos votos dos conselheiros titulares.

Art. 11. Ao Presidente do Conselho, compete:
dirigir os trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes, decidindo as questões que lhe forem apresentadas;
representa-lo perante quaisquer pessoas ou órgãos;
comunicar a autoridade competente, de ofício ou a requerimento de qualquer Conselheiro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios, em processo submetido a julgamento do Conselho;
presidir as sessões, proferindo, quando necessário, voto de desempate; e
definir período de recesso do Conselho.

CAPITULO VII
DO SECRETARIO GERAL DO CONSELHO

Art. 12. Ao Secretário Geral compete:

secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;
dirigir o expediente da Secretaria;
encaminhar as decisões transitadas em julgado para a Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul;
preparar a Pauta de Julgamento;
preparar o relatório mensal do Conselho Municipal de Contribuintes;
manter em dia o registro dos processos, de maneira e facilitar a pesquisa e localização;
solicitar a devolução dos autos que estiverem em poder de Representantes da Administração Pública, procuradores ou dos relatores, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias.

CAPITULO VIII
DAS PARTES E SEUS PROCURADORES

Seção I
Do Representante do Setor de Tributação

Art. 13. Compete ao Representante do Setor de Tributação:
Caso seja necessário comparecer as sessões, participar de todos os feitos e discussões concernentes aos processos que estiverem sendo julgados;
ter vista e manifestar-se por escrito em todos os processos, antes de distribuídos aos relatores;
prestar esclarecimentos quando solicitados pelos conselheiros;
zelar pela execução das leis, decretos e regulamentos que devam ser aplicados pelo Conselho, propondo, as medidas que julgar convenientes.

Seção II
Do Contribuinte e do Seu Procurador

Art. 14. A intervenção do contribuinte far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.
§ 1° A intervenção direta de entes jurídicos far-se-á por seus dirigentes legalmente constituídos.
§ 2° A intervenção de dirigente ou de procurador não produzira efeito se, no ato, não for feita a prova de que os mesmos são detentores dos poderes de representação.
§ 3° E facultado ao contribuinte ou aos seus procuradores vista dos autos na Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes.
§ 4° E facultada a sustentação oral por parte do contribuinte ou do seu procurador que deverá ser comunicada antes do início da sessão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da sessão.

Art. 15. As partes interessadas e facultada vista dos autos na repartição em que se encontram, vedada a sua retirada e permitindo o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação da parte interessada.
Parágrafo único. A parte interessada arcara com o custo de reproduções que solicitar.

CAPITULO IX DOS RECURSOS

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 16. É vedado reunir em urna só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte.

Art. 17. O pedido de desistência de recursos só poderá ser conhecido quando apresentado antes do início da votação, constituindo o mesmo em confissão da matéria, para todos os efeitos legais.

Art. 18. Os recursos perante o Conselho de Contribuintes têm efeito suspensivo.

Art. 19. Transitado em julgado o acordão, o secretario, independentemente de despacho, providenciará a baixa dos autos ao órgão de origem, no prazo de 5 (cinco) dias.
Art. 20. Os prazos para interposição de recursos serão contados em dias úteis, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Seção II
Do Recurso de Oficio

Art. 21. Contrariando no todo ou em parte a pretensão da Fazenda Municipal, as decisões de 1ª Instância ensejarão recurso de oficio para o Conselho de Contribuintes.
§ 1° Não será cabível recurso de oficio (reexame necessário) quando a decisão de primeira instância desonerar o contribuinte do pagamento de credito tributário corrigido monetariamente, até o valor de 100 (cem) URMFB (Unidade de Referência do Município de Corumbataí do Sul), vigente a época da decisão.
§ 2° O recurso de oficio será interposto pelo julgador de primeira instância, que deverá fazer constar de sua decisão a necessidade do reexame da questão pelo Conselho de Contribuintes.
§ 3° Mesmo que não atendida a exigência do parágrafo anterior o processo subirá ao Conselho, por remessa do Secretário Geral, e caso preenchidos os requisitos legais o Conselho de Contribuintes tomará conhecimento pleno do processo, como se tivesse havido o recurso de oficio.

Seção III
Do Recurso Voluntário

Art. 22. Da decisão de primeira Instância, contraria total ou parcialmente ao contribuinte, fica facultada perante o Conselho a interposição de recurso ordinário no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que se considerar feita de sua notificação.
Parágrafo único. O recurso, por petição dirigida ao Conselho, deverá ser devidamente protocolado na repartição municipal onde se encontrar o processo, que por sua vez será encaminhado ao Secretário Geral, conterá:
o nome e a qualificação do recorrente;
os fundamentos de fato e de direito;
as diligências que o recorrente pretende sejam efetuadas, expostos os motivos que as justificam;
o pedido de nova decisão.

Seção IV
Do Pedido de Esclarecimento

Art. 23. Caberá pedido de esclarecimento, pelo contribuinte ou pela Representante da Fazenda, com efeito suspensivo, no prazo de cinco dias contados da respectiva cientificação, quando a decisão recorrida:
for omissa, contraditória ou obscura; e
deixar de apreciar matéria de fato ou de direito alegada na petição.
§ 1° O relator levara a julgamento o pedido de esclarecimento na reunião subsequente a do seu recebimento, dispensada a prévia publicação da pauta.
§ 2° Não será conhecido o pedido que for considerado manifestamente protelatório ou vise indiretamente a reforma da decisão.
§ 3° Não se tomará conhecimento do pedido de esclarecimento que for interposto intempestivamente, oportunidade em que será liminarmente indeferido pelo Relator.
§ 4° Da decisão do Relator ou do Conselho em relação ao pedido de esclarecimento não caberá novo pedido de esclarecimento.

Seção V
Do Pedido De Revisão

Art. 24. A Procuradoria-Geral do Município ou o Secretário de Administração poderão, nos termos da Lei, requerer a revisão de decisão de mérito não unanime do Conselho Municipal de Contribuintes de que não caiba mais recurse.
§ 1° A decisão de mérito poderá ser revista quando:
violar literal disposição de lei;
for contrária a prova dos autos;
contrariar jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
basear-se em prova cuja falsidade seja demonstrada no procedimento de revisão;
for apresentado documento novo, cuja existência se ignorava na ocasião do julgamento, que por si só possa modificá-lo; e
fundada em erro de fato, resultante de atos ou documentos dos autos.
§ 2° Não cabe procedimento administrativo de revisão na hipótese a que se refere o inciso II do art. 173 do Código Tributário Nacional.
§ 3° No processo e julgamento do procedimento administrativo de revisão, aplicar-se- ao, naquilo que for compatível, as regras atinentes ao recurso ordinário.
§ 4° O julgamento do procedimento administrativo de revisão e de competência exclusiva do Conselho Municipal de Contribuintes.

CAPITULO X
DA ORDEM DOS TRABALHOS

Seção I
Do Funcionamento do Conselho

Art. 25. O Conselho realizara sessões ordinárias e extraordinárias.
§ 1° As sessões ordinárias serão realizadas, mensalmente, em dia e hora a serem previamente fixados pelo presidente do Conselho ou, na ausência deste, pelos Conselheiros.
§ 2° As sessões extraordinárias serão realizadas em dia e hora previamente fixados pelo Presidente do Conselho ou, na falta deste pelos Conselheiros conforme a necessidade.
§ 3° As sessões, sejam ordinárias ou extraordinárias, serão marcadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias uteis.

Seção II
Do Processo Administrativo Tributário

Art. 26. Os recursos encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes serão recebidos pela Secretaria, que providenciara sua juntada ao processo.

Art. 27. O recurso deverá conter expressamente a numeração atribuída ao processo de primeira instância.
Parágrafo único. O pedido de Esclarecimento e o procedimento administrativo de revisão serão processados nos mesmos autos do Recurso e distribuídos diretamente ao relator do acordão.

Art. 28. Recebido o Recurso será dado vista dos autos ao Representante da Secretaria de Finanças para sua manifestação no prazo de 30 (trinta) dias e, na sequência, caso se trate de recurso de oficio, o contribuinte será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar, querendo, suas contrarrazões.

Art. 29. Encerrado o prazo do artigo anterior, será promovida, em sessão e por sorteio, a distribuição dos processos ao relator que deverá, na sessão seguinte, solicitar pauta para julgamento ou pedir as diligências que entender necessárias.
Parágrafo único. Restando exitosa diligência a autoridade notificante com a juntada de novos documentos e ou novas informações, o feito será remetido a Representante da Fazenda e, após, será intimada a

parte contrária para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar manifestação.

Seção III
Do Julgamento

Art. 30. As pautas de julgamento serão afixadas no hall de entrada da Prefeitura com antecedência mínima de 10 (dez) dias, indicando, para cada caso:

número do processo;
nome do recorrente;
nome do Relator; e
local, data e hora da sessão.

Art. 31. As sessões do Conselho serão públicas, em todas as suas fases.

Art. 32. O Julgamento dos processos exigirá a presença de no mínimo 3 (três) conselheiros, podendo os faltantes proferirem decisão escrita com antecedência mínima de 2 (dois) dias.
§ 1° Aberta a sessão e não havendo quórum para julgamento ou inexistindo a paridade, aguardar-se-á por 20 (vinte) minutos, e, em persistindo a situação, o Presidente encerrara os trabalhos.
§ 2° O Conselheiro Titular, nas hipóteses previstas neste regimento, poderá ser substituído pelo seu suplente, valendo a presença deste para composição do quórum indicado no caput.

Art. 33. As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 34. A sessão obedecerá a seguinte ordem de trabalho:

leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;
julgamento dos Processos;
apreciação de redução a termo de acórdãos;
leitura do expediente e sorteio de processos;
assuntos gerais de competência do Conselho.

§ 1° As atas serão assinadas pelo Presidente, pelos Conselheiros, pelo Representante da Secretaria de Finanças e pelo Secretário do Conselho.
§ 2° O Relator, o Representante da Fazenda, o contribuinte ou seu Procurador, poderão requerer preferência de julgamento ao Presidente, desde que justificadamente.

Art. 35. O julgamento poderá ser adiado, mediante declaração do Presidente da sessão:

a pedido do relator;
se o pedir, pela primeira vez, o Representante da Fazenda ou o contribuinte, antes de iniciada a sessão, em requerimento acompanhado de prova de justo impedimento;
sobrevindo o pedido de desistência;
Parágrafo único. O feito, cujo julgamento tenha sido adiado, será o primeiro a ser julgado na sessão seguinte.

Art. 36. Anunciado o feito a ser julgado, o Presidente concederá a palavra ao relator para proceder a leitura do relatório, na sequência terá início a discussão.
§ 1° Nenhum julgamento far-se-á sem a presença do Presidente do Conselho.
§ 2° Salvo nos casos de impedimento, licença ou suspensão, o relator não poderá ser substituído pelo seu suplente no julgamento do processo, devendo o feito ter o julgamento adiado para a próxima sessão.

Art. 37. Qualquer questão preliminar ou prejudicial suscitada no julgamento será decidida antes do mérito.
§ 1° Versando a preliminar sobre a nulidade suprível, o Conselho converterá o julgamento em diligência, devendo o Presidente ordenar a remessa dos autos ao órgão competente, para que este supra a nulidade.
§ 2° Rejeitada a preliminar ou prejudicial, ou se com elas não for incompatível a apreciação do mérito, seguirá a discussão e julgamento da matéria principal, e sobre essa deverão pronunciar-se os Conselheiros vencidos na preliminar.

Art. 38. Concluídos o relatório e os debates iniciais, o contribuinte e o Representante da Fazenda poderão fazer uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, com direito a réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos.

Art. 39 Findos os debates, terá início a votação, com o voto do Relator, o qual não poderá ser interrompido.
§ 1° Em discussão o voto do Relator, os Conselheiros poderão falar uma primeira vez, afirmando, de logo, o respectivo voto.
§ 2° Depois do pronunciamento do último Conselheiro, intervindo na discussão, o Relator poderá usar da palavra para sustentar ou modificar suas conclusões.
§ 3° Em seguida poderão os demais conselheiros voltar a usar da palavra, igualmente, para sustentar ou modificar suas conclusões.
§ 4° Mesmo ausente na sessão em que houve a exposição da causa pelo Relator, o Conselheiro poderá votar na sessão de retomada de votação interrompida por pedido de vista, ou nas subsequentes.

Art. 40. Os Conselheiros falarão sempre sem limitação de tempo e nenhum se pronunciará, sem que o Presidente lhe conceda a palavra, nem aparteará o que dela estiver usando, salvo expresso consentimento, podendo o Presidente, em caso de eventual diálogo generalizado na discussão, apelar pela ordem de suspender, temporariamente a sessão.

Art. 41. Com exceção do Relator, o Conselheiro que não se considerar suficientemente esclarecido sobre a matéria, poderá pedir vista do processo, suspendendo-se o julgamento.
§ 1° O suplente que estiver substituindo o conselheiro titular na sessão será o último a votar ou pedir vista do processo.
§ 2° O conselheiro que pedir vista dos autos, deverá apresenta-lo na sessão seguinte para a continuidade do julgamento, proferindo o seu voto.

Art. 42. Antes de proclamada a decisão, qualquer Conselheiro, pedindo a palavra pela ordem, poderá modificar o seu voto já proferido.

Art. 43. Concluída a votação, os votos serão consignados na Ata de Julgamento, que acompanhara os autos.

Art. 44. Os votos fundamentados por escrito e em separado serão juntados ao processo na sessão em que forem proferidos.

Art. 45. Ainda que ausente na sessão, o Conselheiro poderá ser sorteado a relatar, devendo o processo lhe ser encaminhado pela secretaria.
Parágrafo único. Os processos que o Conselheiro Titular se der por impedido ou suspeito serão remetidos automaticamente ao seu suplente.

Art. 46. Permanecerão em pauta os processos dos quais se tenha concedido vista, que não foram julgados por falta de "quórum" ou exiguidade de tempo, ou cujo julgamento haja sido suspenso por qualquer outro motivo.

Art. 47. O julgamento do pedido de esclarecimento dar-se-á na sessão subsequente ao recebimento do pedido pelo relator, dispensada a previa publicação da pauta.

CAPITULO XI DO ACORDÃO

Art. 48. Todas as decisões serão tomadas por voto nominal e aberto, sendo nula de pleno direito a decisão que não observar qualquer destes requisitos.

Art. 49. O acordão, com a ementa respectiva, deverá ser redigido com relatório breve da questão e fundamentação da decisão, e terá a data da sessão em que se concluir o julgamento.

§ 1° Vencido o Relator, em preliminar de que resulte não se conhecer o mérito, ou na questão principal, ainda que em parte, redigirá o acordão o Conselheiro designado pelo Presidente.
§ 2° Se o Relator deixar a função de Conselheiro aplicar-se-á ao caso a regra do parágrafo anterior.
§ 3° Se o Relator licenciar-se ou afastar-se poderá redigir o acordão, aplicando-se, se não o fizer de igual modo, a regra do parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 50. O acordão será conferido, pela conclusão, e assinado pelo Relator.

CAPITULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51. A restauração de processos extraviados far-se-á segundo as normas regulamentares vigentes.

Art. 52. Qualquer Conselheiro, por si, poderá propor a alteração deste Regulamento, devendo a proposta ser apresentada em sessão do Conselho.
§ 1° Aceita a proposta de alteração do regimento, nomeará o Presidente um Relator, o qual apresentara parecer no prazo que lhe for designado.
§ 2° O parecer será discutido e aprovado por maioria simples.
§ 3° A aprovação, ou não, da proposta, será efetivada sob a forma de Resolução e após encaminhada pelo Presidente do Conselho ao Executivo Municipal para homologação por Decreto.

Art. 53. Quando no julgamento dos recursos o Conselho concluir pela ocorrência de qualquer falta funcional ou violação das disposições de caráter penal, poderá determinar que, antes do arquivamento do processo, seja ele remetido as autoridades competentes para os fins cabíveis.

Art. 54. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, 07 de novembro de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal
Corumbataí do Sul

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:734CDE51

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 113/2024

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Contribuintes de Corumbataí do Sul - PR, regulamentado pela Lei Municipal n.º 368/2006.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto na Lei Municipal n.º 368/2006, que "Dispõe sobre o Código Tributário do Município de Corumbataí do Sul", e no Decreto Municipal nº 112/2024, que regulamenta o Conselho Municipal de Contribuintes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros titulares e suplentes para a composição do Conselho Municipal de Contribuintes, conforme abaixo especificado:

I – Representantes do quadro de servidores efetivos do Município:
Titular 1: TELCIOMAR APARECIDO DE SOUZA
Suplente 1: JENIFFER DE OLIVEIRA SILVA
Titular 2: IRENILSON PEREIRA DE OLIVEIRA
Suplente 2: JUSCILENO RAIMUNDO DOS SANTOS
Titular 3: RUI BERNARDO DE OLIVEIRA
Suplente 3: OSMAR JOÃO PEREIRA

II – Representantes Contadores de Corumbataí do Sul:
Titular: PEDRO ISRAEL
Suplente: ALEXANDRE DE PÁDUA DOS SANTOS

III – Representantes indicados pela Associação Comercial de Corumbataí do Sul (ACIACOR):

Titular: MYLLA EVENLYN DE ANDRADE SOUZA
Suplente: SANDRA REGINA UMBELINO

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais para a nomeação e atuação dos Conselheiros, conforme as disposições e competências estabelecidas pela Lei Municipal n.º 368/2006 e pelo Decreto regulamentador.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Corumbataí do Sul - PR, 07 novembro de 2024.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal
Corumbataí do Sul

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:A88CE481

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2024

Extrato da Ata Registro de Preço Nº 204/2024
Pregão Eletrônico Nº 40/2024
Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUIÇÃO**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e parcelada aquisição de equipamentos de informática e telecomunicação para atender as necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Enéas Marques, Paraná.**
Valor: **R$ 22.590,00(vinte e dois mil e quinhentos e noventa reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **05/11/2024**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 5 de novembro de 2024

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Koerich
Código Identificador:10D085BE

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 205/2024

Extrato da Ata Registro de Preço Nº 205/2024
Pregão Eletrônico Nº 40/2024
Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **AMMO INFORMATICA LTDA**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e parcelada aquisição de equipamentos de informática e telecomunicação para atender as necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Enéas Marques, Paraná.**
Valor: **R$ 24.675,00(vinte e quatro mil e seiscentos e setenta e cinco reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **05/11/2024**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 5 de novembro de 2024

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Koerich
Código Identificador:4F7F34DB

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 207/2024

Extrato da Ata Registro de Preço Nº 207/2024
Pregão Eletrônico Nº 40/2024
Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **LICITAINFO LTDA**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e parcelada aquisição de equipamentos de informática e telecomunicação para atender as necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Enéas Marques, Paraná.**
Valor: **R$ 26.170,00(vinte e seis mil e cento e setenta reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **05/11/2024**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 5 de novembro de 2024

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Koerich
Código Identificador:A2F939A6

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 208/2024

Extrato da Ata Registro de Preço Nº 208/2024
Pregão Eletrônico Nº 40/2024
Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA**.
Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e parcelada aquisição de equipamentos de informática e telecomunicação para atender as necessidades das Secretarias e Departamentos do Município de Enéas Marques, Paraná.**
Valor: **R$ 32.700,00(trinta e dois mil e setecentos reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **05/11/2024**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 5 de novembro de 2024

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Koerich
Código Identificador:2F418FFF

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2024

Extrato da Ata Registro de Preço Nº 197/2024
Pregão Eletrônico Nº 39/2024
Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA**.
Objeto: **Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas para atender a demanda da prefeitura municipal e secretarias**
Valor: **R$ 564.000,00(quinhentos e sessenta e quatro mil reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **29/10/2024**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 29 de outubro de 2024

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Koerich
Código Identificador:E9DB684A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO DE CANDITADOS - AFRO

Município de Fênix / PR. CONCURSO PÚBLICO 01/2024

CONVOCAÇÃO CANDIDATOS AFRODESCENDENTES

A Comissão de Avaliação de Candidatos Afrodescententes, sobre o concurso público nº 01/2024 do municipio de fênix – Pr, nomeada através da portaria nº 09/2024, por seus membros a seguir nomeados, considerando o disposto no edital nº 01.01/2024, que estabelece as instruções para realização de CONCURSO PÚBLICO para provimento dos cargos descritos e ofertados no citado certame menciona que:

RESOLVE:

3.6.7 O candidato aprovado e classificado para a vaga de afrodescendente, será convocado para confirmar a situação declarada no ato da inscrição perante a Comissão de Avaliação de Afrodescendente a ser designada pela Administração Municipal.

Art. 1º - Convocar os candidatos a seguir descritos, inscritos na condição de Afrodescendentes e aprovados no concurso público nº 01/2024 para participar da banca de confirmação da situação declarada.
Art. 2º - A avaliação ocorrerá no período da tarde, no horario compreendido entre as 16H e 18H do dia 09/11/2024, na Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves - Rua Jaborandi, 135 - Fênix/Pr, devendo o candidato se apresentar munido de documento de identificação válido e com foto.
Art. 3º - O candidato convocado que por qualquer motivo não se fizer presente, ou não estiver portando documento original válido e com foto, e ou se recusar a participar da banca de avaliação será desclassificado da condição de Afrodescendente, permanecendo no certame, na classificação de ampla concorrencia.

Fênix, Pr. 07 de novembro de 2024.

MARIA LUIZA T.O. COSTA PEDRO RIBEIRO

SIMONI R. ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FÊNIX
CONCURSO PÚBLICO - 01.01/2024 ORGANIZAÇÃO: FADCT

Cargo: AUXILIAR DE SECRETARIA – FÊNIX

INSC.	NOME	DOCUMENTO	NASC.	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0000412	Betania de Oliveira Marques	RG: 10281515556 SSP-PR	30/12/1986	58,00	2º

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO ARTÍSTICA – FÊNIX

INSC.	NOME	DOCUMENTO	NASC.	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0001313	**Isabel Aparecida de Souza**	RG :86796554 SSP PR	**11/12/1981**	**67,00**	**8º**

Cargo: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL: EDUCAÇÃO ESPECIAL – FÊNIX

INSC.	NOME	DOCUMENTO	NASC.	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0000894	ANDREIA DO CARMO NOVAES SILVA	RG 8630320-5 IIPR PR	21/08/1984	63,00	**10º**

Cargo: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL – FÊNIX

INSC.	NOME	DOCUMENTO	NASC.	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0001645	ANDREINA DURAN DA SILVA	RG 141311751 SESP/PR PR	15/10/2002	88,00	**5º**

Cargo: TÉCNICO EM CONTABILIDADE – FÊNIX

INSC.	NOME	DOCUMENTO	NASC.	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
0001659	DOMINGOS SANTOS CONSTA	RG 65414058 SESP PR 1	04/08/1979	71,00	**4º**

Publicado por:
Wilson Candido Russi
Código Identificador:8EE23BC2

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA N° 508/2024

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais) a favor do Sr. Rafael Júnior Maiorar Secretário de Esporte e Lazer, referente ao pagamento de 5 (cinco) diárias, face a viagem do dia 07/11/2024 a 12/11/2024 para Pontal do Paraná-PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 06 de novembro de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:55674F9F

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA N° 509/2024

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais) a favor do Sr. Dione Cardoso de Oliveira, motorista, referente ao pagamento de 5 (cinco) diárias, face a viagem do dia 07/11/2024 a 12/11//2024 para Pontal do Paraná-PR, tratar assunto referente ao município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 06 de novembro de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:A309F888

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA N° 510/2024

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais) a favor da Sra. Maria José Pelizer Pedroso, Vice Prefeita, referente ao pagamento de 5 (cinco) diárias, face a viagem do dia 07/11/2024 a 12/11/2024 para Pontal do Paraná-PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 06 de novembro de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:455E676F

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO N° 203/2024

Designa o fiscal abaixo descrito e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (PR), o Sr. Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso de suas atribuições constitucionais e,

CONSIDERANDO, que cabe à Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração; e

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal e gestor do contrato formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

RESOLVE

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) municipal, LUCIANO CAVALHEIRO – Matrícula 934 para exercer a função de fiscal e acompanhar a execução da manutenção das estradas das vilas rurais com material fresado a ser cedido pelo DER-PR

Art. 2° O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças - PR, 07 de novembro de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:88C62FCD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 093/2023.

ESPÉCIE: Contrato n° 093/2023.

REF.: Tomada de Preço nº 02/2023.

PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, e a empresa **A R CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**

CNPJ Nº 30.406.445/0001-37.

— DO OBJETO:
Constitui objeto do presente termo aditivo de prorrogação de execução contratual e vigência de 120 (cento e vinte) dias, a previsão de conclusão dos serviços estava prevista para ocorrer nos próximos 15 (quinze) dias, no período entre final do mês de outubro e a primeira semana do mês de novembro, no período previsto para a conclusão da obra até a presente data, o Municipio vem enfrentando um aumento significativo no índice pluviométrico, o que inviabiliza a execução dos serviços conforme previamente previstos, impossibilitando a conclusão no prazo informado do objeto descrito abaixo: "Pavimentação asfáltica de via urbana em CBUQ, área de 1.880,01 m², compreendendo as seguintes etapas: serviços preliminares; movimento de terra; base e sub-base; revestimento asfáltico; meio-fio e sarjeta; serviços de urbanização; sinalização de trânsito; drenagem; e ensaios de controle tecnológico."
Ressaltando o prazo adicional solicitado de 120 dias sendo que o prazo de vigência do contrato acima citado será de 10/11/2024 a 10/03/2025, além da conclusão da obra, servirá para realização dos tramites administrativos finais, como medições, processamento de pagamentos e prestação de contas.

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 07/11/2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cananor Mariano de Almeida Junior
Código Identificador:05F5CE44

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 203/2023

ESPÉCIE: Contrato n° 203/2023.

REF.: Pregão Eletrônico n°57/2023.

PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, e a empresa Templa Engenharia Ltda.
CNPJ Nº: 48.708.969/0001-48.

DO OBJETO:
O presente Termo aditivo tem por objeto a dilatação de prazo de execução e vigência em 120 (cento e vinte) dias, ficando o inicio para 10/11/2024 e termino 09/03/2025. aditivo esse de interesse publico, pois há projetos em andamento que dependem da continuidade do contrato, como a implantação da Unidade de Valorização de Reciclaveis, objeto de convenio com a usina Ttaipu. A interrupção do contrato e a necessidade de um novo processo licitatório neste momento acarretariam atrasos na execução desses projetos e poderiam comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos no convenio, gerando possíveis prejuízos administrativos e financeiros.

DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 07/11/2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cananor Mariano de Almeida Junior
Código Identificador:71157EE9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2024

O Prefeito Municipal, Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/21 e suas alterações legais, resolve:

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o relatório da Dispensa Eletrônica realizado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, conforme Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021

CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia e internet móvel 4G ou superior com fornecimento de 63 planos, incluindo a portabilidade de números já existentes, para um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, com área de cobertura de sinal na cidade de Nossa Senhora das Graças, incluindo as Vilas Rurais e Distrito de Mendeslândia visando atendimento a Administração Pública do município de Nossa Senhora das Graças/PR, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL SA
CNPJ: 02.558.157/0001-62
VALOR TOTAL R$ 7.560,00 (sete mil e quinhentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: 12 meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Reduzido	Exercício	Programática	Fonte	Descrição
46	2024	03001041220003230133390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
62	2024	03003041220003230333390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
71	2024	03004041220003230433390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
80	2024	04001041290003240133390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
93	2024	04002041220003240333390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
102	2024	04003041230003240433390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
128	2024	06001041220003260633390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
143	2024	06001154520005260133390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
190	2024	07001101220007270133390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
218	2024	07001103010007270533390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -

				PESSOA JURÍDICA
219	2024	07001103010007270533390390000	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
285	2024	07001103010007272433390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
286	2024	07001103010007272433390390000	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
368	2024	08001121220000280133390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
405	2024	08001123610010280733390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
441	2024	08002123650010281933390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
506	2024	08006133920011281333390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
528	2024	09001278120012290333390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
534	2024	10001236910013210233390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
559	2024	11001206080014211333390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
585	2024	13001082440008213133390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
600	2024	13002082430009613633390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
611	2024	13003082440008213533390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
669	2024	14001061820000214533390390000	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial de Nossa Senhora das Graças/PR.

Nossa Senhora das Graças/PR 07 de novembro de 2024

Cordialmente,

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:7166162D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2024

O Prefeito Municipal, Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/21 e suas alterações legais, resolve:

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o relatório da Dispensa Eletrônica realizado pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, conforme Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021

CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de Serviço Social (Assistente Social), por profissional habilitado, com registro no Conselho de Classe correspondente, disponibilizado pela licitante vencedora, em disponibilidade de carga horária de no máximo 20 horas semanais para atuar no Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD – SUAS), visando atendimento das necessidades da Administração Pública do município de Nossa Senhora das Graças/PR, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

CONTRATADA: MILANO PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
CNPJ: 57.325.541/0001-07
VALOR TOTAL R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
VIGÊNCIA: 04 MESES

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Reduzido	Exercício	Programática	Fonte	Descrição
858	2024	13003082440008213533390390000	33955	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial de Nossa Senhora das Graças/PR.

Nossa Senhora das Graças/PR 07 de NOVEMBRO de 2024

Cordialmente,

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:5E380BDD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO MILANO PRESTADORA DE SERVICOS LTDA

O prefeito Municipal, Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2024
b) Licitação nº:	36/2024
c) Modalidade:	Dispensa:
d) Data da Homologação:	07/11/2024
e) Objeto da Homologação:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de Serviço Social (Assistente Social), por profissional habilitado, com registro no Conselho de Classe correspondente, disponibilizado pela licitante vencedora, em disponibilidade de carga horária de no máximo 20 horas semanais para atuar no Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD – SUAS), visando atendimento das necessidades da Administração Pública do município de Nossa Senhora das Graças/PR, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

08.244.0008.2.135. - Manter as Atividades do CRAS

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: MILANO PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
CNPJ/CPF: 57.325.541/0001-07

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Contratação de empresa especializada na área de	4	R$ 2.500,00	R$ 10.000,00

	serviço social, com fornecimento de profissional Assistente Social para implantação do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD-SUAS), para atualização e regularização dos registros unipessoais, e busca ativa, prioritariamente das famílias mais vulneráveis, compreendendo a população em situação de rua, povos indígenas, entre outros, Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), para sua inclusão no Cadastro único.			

Valor Total Homologado - R$ 10.000,00

Nossa Senhora das Graças, 07 de novembro de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:3A09C335

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 512/2024

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Conceder 15 (quinze) dias de férias à funcionária comissionada abaixo relacionada:

ALESSANDRA RIBEIRO DA SILVA SCABELLO, matrícula nº **1034** – Referentes ao exercício: 04/01/2023 03/01/2024.
Ficando 15 (quinze) dias de férias a desfrutar posteriormente, conforme Lei 906/2021.

Período de férias, de: 18/11/2024 à 02/12/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:3438EC06

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 513/2024

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Conceder férias aos funcionários abaixo relacionados:

- ELI SOARES DOS SANTOS COSTA, matrícula nº **42** – Referentes ao exercício: 2023/2024.
- Período de férias: 09/12/2024 à 07/01/2025.

- MARIA DE FÁTIMA LUSTOSA DE ARAUJO, matrícula nº **142** – Referentes ao exercício: 2021/2022.
- Período de férias: 16/12/2024 à 14/01/2025.

- **SILVANO JOSÉ NOGUEIRA**, matrícula nº 724 - Referentes ao exercício: 2022/2023.
- Período de férias: 02/12/2024 à 31/12/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:925D71F8

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 514/2024

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Conceder 30 (trinta) dias de férias ao funcionário abaixo relacionado:

- FABIO BARBOSA DE MIRANDA, matrícula nº **727** – Sendo 15 (quinze) dias de férias referentes ao exercício: 2021/2022. Mais 15 (quinze) dias de férias referentes ao exercício: 2022/2023.
Ficando 15 (quinze) dias a desfrutar posteriormente, referentes ao exercício: 2022/2023, conforme Lei, 906/2021.
Período de férias, de: 23/12/2024 à 21/01/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:DE243853

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90075/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90075/2024 – UASG 926478

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 26/11/2024 até as **08h00**, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preços por item que tem por objeto **Registro de preços, objetivando a futura e eventual aquisição de caixas de bombom para entrega às crianças residentes no Município, em atenção a Lei nº 1.009/2021, mediante précadastro junto a Secretaria de Assistência Social do Município de São Jorge D'Oeste/Pr.** Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **08h00 do dia 26 de novembro de 2024,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br**.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 06/11/2024.

LEILA DA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:6F725C3B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DISPENSA Nº 34/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Licitação Modalidade: Dispensa Nº 34/2024

Objeto:

CONTRATAÇÃO DA EMPRESA: DUMAS COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 07.897.939/0004-92, SITUADA A AVENIDA TUPY, 609, BORTOT, PATO BRANCO/PR, CEP: 85.504-000 OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO PARA A 4ª REVISÃO DO VEÍCULO JEEP COMPASS, PLACA RHM9F73, VISANDO A MANUTENÇÃO E O ATENDIMENTO AOS REQUISITOS NECESSÁRIOS, LISTADOS NO TERMO DE GARANTIA DO VEÍCULO EMITIDO PELO FORNECEDOR DO MESMO.

Em cumprimento ao disposto no art. 75, inciso IV, da Lei 14.133/2021, torna público o resultado da Dispensa de licitação em epigrafe:

O valor total será de **R$ 4.442,95 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e cinco centavos).**

Homologo a presente Dispensa de Licitação.

São Jorge D'Oeste – Pr, 07/11/2024

LEILA DA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:03A06F46

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 3 TERMO CONTRATO 163/2021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 163/2021**, parte integrante do(a) Pregão nº 216/2021
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**SODES SOLUÇÕES EM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA EPP – CNPJ nº.** 24.870.433/0001-66
Objeto:	**Com fundamento no artigo 57, II, §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, considerando os termos do parecer jurídico acostado ao processo, bem como havendo interesse recíproco entre as partes, nos termos da Clausula Terceira do instrumento contratual originário, fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato em 12 (doze) meses.**
Prazo de vigência	**07/11/2025**
Prazo de execução	**07/11/2025**
Data assinatura	07/11/2024

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:4BB2CEEB

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1 TERMO ATA 76/2024

EXTRATO DE TERMO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Termo aditivo:	**1º TERMO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINACEIRO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 76/2024**, parte integrante do(a) Pregão nº 11/2024
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**CLAUDETE DOS SANTOS POSSAMAI & CIA LTDA – CNPJ nº.** 11.327.892/0001-56
Objeto:	**O presente Termo tem por objeto o reequilíbrio do valor do seguinte produto; LOTE 1 – ITEM 54: DIOSMINA + HESPERIDINA 450MG + 80MG: de R$ 0,37 (trinta e sete centavos), para R$ 0,74 (setenta e quatro centavos).**
Prazo de vigência	**25/07/2025**
Prazo de execução	**25/07/2025**
Data assinatura	07/11/2024

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:599D06DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
REVOGA O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 53/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 4.420/2024

Revoga o Procedimento Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº. 53/2024 e dá outras providências.

LEILA DA ROCHA, Prefeita do Município de São Jorge do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o contido no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21 e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.
CONSIDERANDO que administração pública pode rever seus atos a qualquer momento, bem como poderá revogar a licitação em razão de interesse público e deverá anular por ilegalidade;
DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o procedimento licitatório na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 53/2024, pela razão dos motivos acima descritos.
Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, 61º ano de emancipação.

LEILA DA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:ADF336ED

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2024

Processo Licitatório Nº 06/2024
Inexigibilidade de Licitação nº 06/2024
Contrato Administrativo n.º 13/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 00.791.289/0001-04, com sede na Rua Valentin Olivo, nº 727, Saudade do Iguaçu/PR, representada pelo seu Presidente, Vereador Felipe Forgiarini, brasileiro, solteiro, produtor rural, portador do RG nº 10.417.101-0 e inscrito no CPF sob o nº 082.837.829-08.
CONTRATADA: ECOOPEL COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida DAS CASTANHEIRAS, Nº 81, LOTEAMENTO ARAUCARIA PARK II - Vitorino/PR - CEP 85520-000, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 26.926.117/0001-94, Inscrição municipal N° 209, Inscrição Estadual Nº 90740401-33, E-mail: cleberbridi@hotmail.com, Telefone: (49) 3388-2231, neste ato representada pelo Sr. CLEBER TADEU BRIDI, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens. comerciante, nascido em 11 de outubro de 1990, na localidade de Campo Erê, SC, portador da cédula de identidade n° 5.365.318-1, SSP-SC, CPF n° 064.943.309-24, residente e domiciliado na Rua Guilherme Hack n° 432, Bairro Progresso, CEP 89.990-000, São Lourenço do Oeste, SC.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e entrega de materiais e utensílios de limpeza, produtos de higienização, gêneros alimentícios e utensílios para copa e cozinha, essenciais para o consumo e uso pelos vereadores, servidores e visitantes da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu.
VALOR TOTAL: R$ 1.917,11 (um mil, novecentos e dezessete reais e onze centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.
DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2024.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná em 06 de novembro de 2024.

FELIPE FORGIARINI
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:8C058D28

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2024

Processo Licitatório Nº 06/2024
Inexigibilidade de Licitação nº 06/2024
Contrato Administrativo n.º 11/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 00.791.289/0001-04, com sede na Rua Valentin Olivo, nº 727, Saudade do Iguaçu/PR, representada pelo seu Presidente, Vereador Felipe Forgiarini, brasileiro, solteiro, produtor rural, portador do RG nº 10.417.101-0 e inscrito no CPF sob o nº 082.837.829-08.
CONTRATADA: DU FRUTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida IGUAÇU, Nº 2362, SALA 01; COLINA – Saudade do Iguaçu/PR – CEP 85568-000, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 48.815.282/0001-01, Inscrição municipal N° 3421/2022, Inscrição Estadual Nº 90977062-95, E-mail: dudufrutasltda@gmail.com Telefone: (43) 9 9811-7356, neste ato representada pelo Sr. EDUARDO HENRIQUE CARVALHO, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 17/11/2004, n° do CPF 129.427.549-66, residente e domiciliado na cidade de Saudade do Iguaçu - PR, no Sitio Linha Pereira, nº s/n, Interior, CEP: 85568-000.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e entrega de materiais e utensílios de limpeza, produtos de higienização, gêneros alimentícios e utensílios para copa e cozinha, essenciais para o consumo e uso pelos vereadores, servidores e visitantes da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu.
VALOR TOTAL: R$ 2.178,00 (dois mil, cento e setenta e oito reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.
DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2024.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná em 06 de novembro de 2024.

FELIPE FORGIARINI
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:1C62F12B

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2024

Processo Licitatório Nº 06/2024
Inexigibilidade de Licitação nº 06/2024
Contrato Administrativo n.º 15/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ nº 00.791.289/0001-04, com sede na Rua Valentin Olivo, nº 727, Saudade do Iguaçu/PR, representada pelo seu Presidente, Vereador Felipe Forgiarini, brasileiro, solteiro, produtor rural, portador do RG nº 10.417.101-0 e inscrito no CPF sob o nº 082.837.829-08.
CONTRATADA: : BUGRE COMERCIAL LTDA , pessoa jurídica de direito privado, com sede à RUA MARECHAL FLORIANO, 1130, ESTRELA, SÃO MIGUEL DO OESTE, SC, CEP 89.900-000, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 35.088.051/0001-00, Inscrição municipal N° S/N, Inscrição Estadual Nº 260264270, E-mail: compras@bugrecomercial.com.br Fone: (49) 3622-1248, neste ato representada pela Sra. IVONI PAULINA BOFF nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 25/01/1955, casada em COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, EMPRESARIA, CPF n° 477.163.209-04, CARTEIRA DE IDENTIDADE n° 1416040, órgão expedidor SESPDCIGPT - SC, residente e domiciliada na RUA LINHA CANELA GAUCHA, SN, INTERIOR, SAO MIGUEL DO OESTE, SC, CEP 89900000, BRASIL.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e entrega de materiais e utensílios de limpeza, produtos de higienização, gêneros alimentícios e utensílios para copa e cozinha, essenciais para o consumo e uso pelos vereadores, servidores e visitantes da Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu.
VALOR TOTAL: R$ 1.882,54 (um mil, oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.
DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2024.

Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná em 06 de novembro de 2024.

FELIPE FORGIARINI
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Adriano Faust
Código Identificador:94B7189B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2024
REGIDO PELA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 25 de novembro de 2024, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, que tem por objeto a Aquisição de Caixas de Bombons, para distribuição as crianças em idade escolar, em comemoração ao Natal, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das 08h31min horas do dia **25 de novembro de 2024.**
RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **09:01 horas do dia 25 de novembro de 2024,** no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) “acesso identificado no link – licitações”.
Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas.
Informações complementares através do telefone 0800 090 6545

Saudade do Iguaçu, 07 de novembro de 2024.

DARLEI TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:5288D8A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 70/2024
OBJETO: O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de empresa especializada em execução de Pavimentação em Tratamento Superficial Triplo (TST). A obra será executada na Vila Santiago, Comunidade do Urutu no Município de Saudade do Iguaçu PR, estes serviços serão executados nos trechos descritos no memorial descritivo da obra, com área total de lote 01 27.920,00 m², lote 02 10.852,40 m2 através do Programa Itaipu mais que energia e contrapartida do município conforme Concorrência 006/2024. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor DARLEI TRENTO, portador do CPF nº 006.***.***-03 e do RG nº 7.***.***-8. CONTRATADA: PEDREIRA SANTIAGO LTDA, com CNPJ

Nº77.744.134/0001-41, com sede RUA TREZE DE MAIO ,S/N CHOPINZINHO - PR a neste ato representado por MOISES DE GASPERIN, portador do CPF Nº 518.***.***-00. LOTE 01 – VALOR GLOBAL DE R$ 2.359.298,81 (Dois milhões trezentos e cinquenta e nove mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos). LOTE 02 – VALORGLOBAL DE R$ 918.701,19 (Novecentos e dezoito mil setecentos e um reais e dezenove centavos). VALOR GLOBAL DO DOIS LOTES DE R$ 3.278.000,00 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil reais). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 06 MESES, PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/11/25. ASSINATURA DO CONTRATO: 06/11/2024.

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:82312A70

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na publicação do dia 07/11/2024 edição: 3149

Onde se le:
(...)PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 60 DIAS(...)

LEIA-SE:

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 67/2024
OBJETO: Aquisição de Cadeira Odontológica, Seladora e Bateria para o Raio X. Para atender a necessidade da Secretaria de Saúde do município de Saudade do Iguaçu estado do Paraná conforme Pregão 64/2024. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor DARLEI TRENTO, portador do CPF nº 006. ***. ***-03 e do RG nº 7. ***. ***-8. CONTRATADA:PEIXOTO EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, com CNPJ Nº04.684.027/0001-00, com sede AV SANTO ANTÔNIO, 815, MARILIA - SP a neste ato representado por HELDER TOLEDO PEREIRA, portador do CPF Nº 137. ***. ***-40. ITENS: LOTE/ITEM: 1 – VALOR UNIT. R$ 18.100,00 – VALOR TOTAL R$ 36.200,00 (trinta e seis mil e duzentos reais). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 30 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/12/24. ASSINATURA DO CONTRATO: 25/10/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 68/2024
OBJETO: Aquisição de Cadeira Odontológica, Seladora e Bateria para o Raio X. Para atender a necessidade da Secretaria de Saúde do município de Saudade do Iguaçu estado do Paraná conforme Pregão 64/2024. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor DARLEI TRENTO, portador do CPF nº 006. ***. ***-03 e do RG nº 7. ***. ***-8. CONTRATADA:EQUIPSUL COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS A SAUDE EIRELI, com CNPJ Nº36.999.842/0001-46, com sede RUA RICALDE MARQUES, PORTO ALEGRE - RS a neste ato representado por ROBERTA PIZZOLI, portador do CPF Nº 811. ***. ***-72. LOTE/ITEM: 2, 1 – VALOR UNIT. R$ 270,00 – VALOR TOTAL R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 30 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/12/24. ASSINATURA DO CONTRATO: 25/10/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 69/2024
OBJETO: Aquisição de Cadeira Odontológica, Seladora e Bateria para o Raio X. Para atender a necessidade da Secretaria de Saúde do município de Saudade do Iguaçu estado do Paraná conforme Pregão 64/2024. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor DARLEI TRENTO, portador do CPF nº 006. ***. ***-03 e do RG nº 7. ***. ***-8. CONTRATADA:EMMENSA VAREJISTA DE SUPRIMENTOS EIRELI, com CNPJ Nº13.573.964/0001-70, com sede EST GENERAL AFONSO DE CARVALHO, RIO DE JANEIRO - RJ a neste ato representado por VINNICIUS TOMOTEO FERREIRA, portador do CPF Nº 081. ***. ***-39. LOTE/ITEM: 3, 1 – VALOR UNIT. R$ 10.900,00 – VALOR TOTAL R$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 30 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 25/12/24. ASSINATURA DO CONTRATO: 25/10/2024.

Publicado por:
Divisão de Licitações e Contratos
Código Identificador:60EB5DC1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 54/2024

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 54/2024
Nº PROC. ADM. 462/2024

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade NELSON GARCIA JUNIOR.

PUBLICAÇÃO: 07/11/2024 15:29
INÍCIO REC. PROPOSTA: 07/11/2024 16:00
FIM REC. PROPOSTA: 13/11/2024 08:00
INÍCIO DISPUTA: 13/11/2024 08:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 54.475,7500

OBJETO DO PROCESSO

Locação de palco, som e iluminação para a Semana Natalina que terá início no dia 29 de novembro de 2024 até o dia 03 de dezembro de 2024.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link:https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DRrI4GpSu2ZnOMsXIp1jGNW%2FjkU4gelEKwG4hpyr1GAH3Qh79Htx1heRqGDpvDnyd2 P9kpg7CK7vKP1mkM%2F6bycZG5Y8Lz4GqW39JxfLZyd8%3D

_____
ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS

ABATIÁ-PR - 07/11/2024

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:E706EE63

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 55/2024

Extrato de publicação

DISPENSA ELETRÔNICA - 55/2024
Nº PROC. ADM. 477/2024

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos

interessados que o órgão MUNICIPIO DE ABATIA, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS e tendo como autoridade NELSON GARCIA JUNIOR.

PUBLICAÇÃO: 07/11/2024 16:34
INÍCIO REC. PROPOSTA: 07/11/2024 17:00
FIM REC. PROPOSTA: 13/11/2024 13:00
INÍCIO DISPUTA: 13/11/2024 13:30
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 4.500,0000

OBJETO DO PROCESSO

Locação de um caminhão carreta recreativa para chegada do Papai Noel e passeio gratuito das crianças e acompanhantes, com início às 19:00 até 00:00, no dia 29 de novembro de 2024.

Para demais informações contato via e-mail: gabinete@abatia.pr.gov.br, telefone: 4335561222 ou acesso pelo link:https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DHtwL8de8qgl6 hw1MMdUGGCyj8_lLv6Pi0HDQMCIZTK%2FNmocW8K%2Flt1X7njHxuiEmYZ_1vHffBwTlv1Z46Epp4onGN8Djye41lbiBRBbDGj0%3D

___
ROSANGELA MARIA DE OLIVEIRA MARTINS

ABATIÁ-PR - 07/11/2024

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:E822841D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 524/2024 - NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - MURILO VINICIUS CAVALHEIRO DA SILVA

PORTARIA nº 524/2024, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

SÚMULA: "Dispõe sobre Nomeação de Servidor Público Municipal e da outras providências"

Considerando, a necessidade de acompanhamento de Processos Licitatórios e Contratos da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo;

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte PORTARIA

ARTIGO 1º - Fica nomeado o Sr. MURILO VINICIUS CAVALHEIRO DA SILVA, portador da RG nº 60.381.387-2 SP, para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÕES em Processos Licitatórios – Exercício 2024 – Município de Adrianópolis-PR.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, especificamente a Portaria nº 163/2024.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 07 de Novembro de 2024

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:5F40CE08

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 296/2024 EXTRATO DE 3ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 154/2021 PREGÃO PRESENCIAL 043/2021

RESOLUÇÃO Nº 296/2024

EXTRATO DE 3ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 154/2021
PREGÃO PRESENCIAL 043/2021
CONTRATADO: MARLI APARECIDA BONTORIN
OBJETO: "Aquisição de manilhas, areia, pedra brita, tijolo, ferro e cimento para uso pelo Setor de Transportes"
PRAZO: 12 (doze) meses a partir de 06/novembro/2024

Adrianópolis, 07 de Novembro de 2024.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:2AC6702D

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 297/2024 EXTRATO DE 3ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATO Nº 155/2021

RESOLUÇÃO Nº 297/2024
EXTRATO DE 3ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATO Nº 155/2021
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2021
CONTRATADA: BONTORIN & CIA LTDA – ME
OBJETO: Aquisição de Itens para a Alimentação Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino
PRAZO: 12 (doze) meses a partir de 06/11/2024

Adrianópolis, 07 de Novembro de 2024.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:D738029F

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 298/2024 EXTRATO DE 2ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 113/2023

RESOLUÇÃO Nº 298/2024

EXTRATO DE 2ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 113/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2023
OBJETO: Aquisição de Refeições para atender as necessidades das Secretarias do Município
CONTRATADA: PATRÍCIA DE LIMA DOS SANTOS 093.479.079-52
PRAZO: 06 (seis) meses
Vencimento em 07 / Maio/ 2025

Adrianópolis, 07 de Novembro de 2024.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:E0D9D061

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2024

É INEXEGIVEL DE LICITAÇÃO, NA FORMA DO ART. 74, INCISO II, DA LEI 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, A CONTRATAÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA:

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL DEVIDAMENTE MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ – JUCEPAR

CONTRATADA: PEDRO LERNER KRONBERG
CPF: ***.142.199-**
ENDEREÇO: RUA ANDRE DE BARROS, N 226, SALA 404, CENTRO – CURITIBA/PR
VALOR GLOBAL: 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR ARRECADADO NOS LEILÕES REALIZADOS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A despesa referente a contratação acima, correrá por conta do orçamento geral de exercício de 2024, nas seguintes Dotações Orçamentárias, a saber:
02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.001 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.001.04 - ADMINISTRAÇÃO
02.001.04.122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.001.04.122.2 - GESTÃO ADMINISTRATIVA TRANSPARENTE
02.001.04.122.2.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO
GERAL
22 - 3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA F
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Agudos do Sul, 07 de outubro de 2024.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Rocha Dos Santos
Código Identificador:F2FDBC08

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO ANTERIOR - NOMEIA DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFº. ROSANE KROLL DE OLIVEIRA.

Súmula: Nomeia Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Profº. Rosane Kroll de Oliveira.

Considerando a criação do **CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFº. ROSANE KROLL DE OLIVEIRA**, nos termos do Decreto Municipal 186/2024:

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Nomear à servidora **IVETE DO ROCIO FERREIRA**, matrícula nº 77, e matrícula 313, na função de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Profº. Rosane Kroll de Oliveira, e nos termos do art. 4º, § 1º da Lei Municipal nº 941/2019, para acrescer em 50% os vencimentos da matrícula 77, e o segundo período de matrícula 313.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2024.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal de Agudos do Sul

Publicado por:
Cássia Fabíola da Rocha Alves
Código Identificador:0B22829B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DA FAZENDA
REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PPP DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ.

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PPP DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ.

APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA/ PROJETO PARA COMPOSIÇÃO DO EDITAL DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS PARA MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EXPANSÃO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR.

Processo manifestação de Interesse – Chamamento nº 01/2015 – Edital n° 002/20215

OBJETO:
A presente AUDIÊNCIA PÚBLICA, aberta a qualquer interessado, tem por objetivo apresentar o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP), divulgado pelo COMITÊ GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, designado pela Portaria n. 453/2023, referentes às minutas editalícias e contratuais de projeto de parceria público-privada, sob a modalidade de concessão administrativa, para a MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EXPANSÃO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, serviços previstos na*modelagem técnico operacional*pertencente à Atualização do Procedimento de Manifestação de Interesse PMI – Edital n.º 002/2015.

Os documentos pertinentes ao Projeto de PPP DE ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, AMBIENTAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E JURÍDICA/ PROJETO PARA COMPOSIÇÃO DO EDITAL DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS PARA MODERNIZAÇÃO, OTIMIZAÇÃO, EXPANSÃO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR estão à disposição dos interessados através do link: https://tamandare.pr.gov.br/parcerias-publico-privadas/ppp-iluminacao-publica
II. DATA e HORÁRIO:
Aaudiência públicaocorrerápresencialmente, no dia 19 de novembro de 2024, das 15h00 às 17h00.
III. LOCAL:
Informa-se que a Audiência Pública será realizada no Centro De Edson Dalke, localizado em Almirante Tamandaré, na Rua Rachel Candido De Siqueira, n. 533, bairro Jardim São José, CEP 83501-130, com transmissão ao vivo pela plataforma*Facebook*(à saber:*https://www.facebook.com/PREFEITURATAMANDARE/*).

IV. PARTICIPAÇÃO DOS INTERESSADOS:
1) A participação é aberta a todos os interessados, que deverão se identificar em lista de presença disponibilizada na entrada do local onde ocorrerá a Audiência Pública.
2) Os interessados identificados e presentes na Audiência Pública poderão, ao final da apresentação, manifestar-se verbalmente e/ou por

escrito devendo preencher o formulário disponibilizado aos presentes durante a Audiência Pública, conforme modelo do Anexo I.
3) A critério do Presidente da mesa e/ou do Secretário Executivo, poderá ser fixado tempo para manifestação verbal de interessados durante a audiência pública.

V. PROCEDIMENTOS:
V.I. ABERTURA (15 minutos)
a) A Mesa será composta por um Presidente, um Secretário Executivo e, no mínimo, um Expositor Técnico, os quais serão informados na abertura dos trabalhos.
b) Após a apresentação do Projeto, o Presidente e/ou o Secretário Executivo, a seu exclusivo critério, poderá solicitar ao(s) consultor(es) esclarecimentos dos trabalhos.

V.II. EXPOSIÇÃO TÉCNICA
a) Tempo de Exposição do projeto: 45 minutos.
b) O tempo de manifestação dos expositores poderá ser estendido, a critério do Presidente e/ou do Secretário Executivo.
c) Qualquer interessado poderá, durante a Audiência Pública, subscrever questionamentos, dúvidas, sugestões ou contribuições, nos termos do item IV, que poderão ser respondidas durante a Sessão e/ou posteriormente, juntamente com as questões apresentadas durante o período de Consulta Pública.
d) Não serão permitidos apartes e réplicas.
e) Observado o tempo máximo de audiência, a Mesa responderá, no todo ou em parte, os questionamentos ou as manifestações apresentadas, após apreciação. As respostas às questões não respondidas durante a audiência serão disponibilizadas no sítio eletrônico indicado no item I.

V.III. APRESENTAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES (15 minutos)
a) Os interessados presentes poderão se manifestar oralmente por até 3 (três) minutos, respeitada a ordem definida pela Mesa e a duração máxima destinada às manifestações orais.
b) A critério exclusivo do Presidente da Mesa, poderá ser concedido tempo adicional para a realização de manifestações.
c) Qualquer interessado poderá manifestar de forma escrita, por meio dos formulários disponibilizados, questionamentos, dúvidas, sugestões ou contribuições
d) As contribuições poderão ser respondidas durante a Sessão ou posteriormente, juntamente com as questões apresentadas durante o período de Consulta Pública.

V.IV. ENCERRAMENTO
a) Após a realização dos trabalhos, o Presidente da Audiência Pública declarará encerrada a Sessão.
b) Da realização de Audiência Pública, lavrar-se-á ata, a qual será publicada nos locais acima referidos, observado o princípio da publicidade dos atos administrativos.

VI. REGISTRO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
a) Todas as exposições e manifestações serão registrada pela Prefeitura Municipal de Almirante por meio eletrônico (gravação em áudio e vídeo), de forma a preservar a integridade de seus conteúdos e o seu máximo aproveitamento como subsídios ao aprimoramento a que se destina a Audiência Pública.

b) Ao participar da Audiência Pública todos os participantes autorizam a utilização e a divulgação pela Prefeitura de Almirante Tamandaré das gravações, referidas no item anterior, bem como dos demais materiais apresentados durante a Audiência Pública.

VII. DA DURAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:
A Audiência Pública terá duração de 2 (duas) horas e poderá ter o encerramento antecipado ou prorrogado, a critério do Presidente.

Município de Almirante Tamandaré, 06 de novembro de 2024.

SIMONE SINIRA STEDILE
Presidente Comitê Gestor Parcerias Público Privada
Portaria 453/2023

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PPP DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – ANEXO I
FORMULÁRIO PARA MANIFESTAÇÃO DURANTE A AUDIÊNCIA PÚBLICA
(Este formulário será distribuído aos interessados que se inscreverem para participação presencial na Audiência Pública e desejarem manifestar-se)

Identificação do Participante	
Nome	
Profissão	
Empresa/ Entidade/ Movimento	
Manifestação	

Publicado por:
Elizandra da Luz Macedo
Código Identificador:37C064D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 100/2024

PROTOCOLO 0018.000017248/2024

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS, PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS INTEGRANTES DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, DA REDE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO INTEGRAL",** em favor de **MERCADO DA BOLA ARTIGOS ESPORTIVOS E ESCOLARES LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 10.503.421/0001-99**, com o valor global de **R$ 35.932,00 (trinta e cinco mil, novecentos e trinta e dois reais)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 07 de novembro de 2024

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:DEED27BD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 020/2024 INEXIGIBILIDADE 43/2024

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 020/2024
INEXIGIBILIDADE 43/2024

Objeto: Premiação de projetos, iniciativas, atividades ou ações de **Pontos de Cultura**, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva.

LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DA LICITAÇÃO:

Os interessados deverão protocolar os documentos no Núcleo de Protocolo situado na Prefeitura localizada na Rua Emílio Johnson, 360 - Vila Santa Terezinha, no horário das 8:00 às 11:30 e 13:00 às 17:00

Período: de 08 de novembro de 2024 a 29 de novembro de 2024, das 08h00min às 13h00min e das 12h00min às 17h00min.

Valor Máximo: R$ 214.449,72 (duzentos e quatorze mil, quatrocentos e quarenta e nove mil e setenta e dois centavos).

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado através do site da prefeitura www.tamandare.pr.gov.br.

Dúvidas/Esclarecimentos: Em caso de dúvida/esclarecimentos, entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação

Almirante Tamandaré, 07 de novembro de 2024.

JOSÉ LUIZ AFORNALLI
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

LUANA PEREIRA
Técnica

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:DD0B2824

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
ERRATA - AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2024

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2024
INEXIGIBILIDADE 42/2024
Objeto: SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
ONDE SE LÊ: **Período: de 07 de novembro de 2024 a 29 de novembro de 2024, das 08h00min às 13h00min e das 12h00min às 17h00min.**
LEIA-SE **Período: de 07 de novembro de 2024 a 29 de novembro de 2024, das 08h00min às 13h00min e das 12h00min às 17h00min.**

Publicado por:
Larissa Lima da Cunha
Código Identificador:8DD3CC3D

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº01 DO CONTRATO Nº021/2022.

Número Do Processo: 0018.00009503/2024.
OBJETO: Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços publicitários limitados às atividades previstas no caput e §1º, do art. 2, da Lei 12,232/2010.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E TRADE COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.
Constitui objeto deste **apostilamento** a alteração do FISCAL do contrato em referência, **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO - item 4, **substituindo o Sr. JULIANO GOINSKI, pela Sra. KRISTINA MENEZES GOMES**, inscrita no CPF/MF sob nº030.991.899-52.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO LEGAL E CONTRATUAL.
2.1 O presente apostilamento possui fundamento nos seguintes termos:
2.1.1 Art. 67 da Lei federal nº8.666, de 21 de junho de 1993.
2.1.2 Processo Administrativo nº0018.00009503/2024.

Data da Assinatura: 04/11/2024.

Almirante Tamandaré, 07 de novembro de 2024.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:D8DFDC93

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº209/2021.

Número Do Processo: 0018.000017553/2024.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação, envolvendo o licenciamento de uso de software, em ambiente web e sob o modelo de computação em nuvem, para gestão municipal.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E BETHA SISTEMAS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO REAJUSTE.
Procede-se ao reajuste conforme o índice INCP/IBGE, no percentual equivalente a 4,091150%, atualizando o valor do Contrato nº206/2021, de R$2.424.492,32 (dois milhões quatrocentos e vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), **para R$2.523.681,94** (dois milhões quinhentos e vinte e três mil seiscentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos).
CLÁUSULA SEGUNDA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.
Prorrogam-se os prazos de execução e vigência, por mais 12 (doze) meses, com **início em 09 de novembro de 2024, e, fim, em 09 de novembro de 2025.**

Data da Assinatura: 01/11/2024.

Almirante Tamandaré, 07 de novembro de 2024.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:5BB1EDF2

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº246/2023.

Número Do Processo: 0018.000017848/2024.
OBJETO: Fornecimento parcelado de gás de cozinha.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E JEAN DANILO DE FARIA COMERCIO DE ÁGUA E GLP LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO.
As partes de comum acordo procedem a prorrogação do Contrato Administrativo nº246/2023 pelo período de **4 (quatro) meses:**
Início:13/12/2024
Término: 13/04/2025.

Data da Assinatura: 04/11/2024.

Almirante Tamandaré, 07 de novembro de 2024.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:C6E109C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 843/2024

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, no Art. nº 70, o qual trata dos procedimentos administrativos para transição de governo,

RESOLVE:
Art.1º Fica criado o Grupo de Trabalho para transição da gestão do Município de Almirante Tamandaré, composto dos membros a seguir relacionados:
I - Membros da Administração Municipal:

•
Sandro Miguel Mendes; (Coordenador)

•

Aristides Gustavo Machado;

•
Marcelo Czaikowski;

•
Adriane de Fatima Trevizan;

•
Cesar Leandro Chamulera.

II - Membros indicados pelo candidato eleito Daniel Lovato:

•
Fabio Augusto da Silva;

•
José Luiz Tavares;

•
Ernesto Antônio Rossi;

•
Pedro Henrique Val Feitosa;

•
Luiz Carlos Teixeira da Luz.

Art. 2º. O grupo de transição iniciará os trabalhos na data de 10 de novembro de 2024, com previsão de encerramento para o dia 10 de dezembro do corrente, com apresentação de relatório final dia 13 de dezembro de 2024.
Art. 3º. A participação no grupo de trabalho não será remunerada e a participação contará como atividade administrativa em prol do serviço público.
Art. 4º. As despesas administrativas como transportes, impressões, fotocópias, encadernação e outras mediante solicitação, correrá por conta do orçamento municipal, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal.
Art. 5º. Por delegação de competência, o Prefeito no exercício do cargo deve determinar aos secretários municipais e demais gestões que recebam a comissão do grupo de trabalho em dia e hora agendadas, e atendam às solicitações da coordenação da comissão de transição para pleno exercício de todos os atos, visando a transição do cargo municipal.
Art. 6º. Os casos omissos e/ou situações excepcionais serão dirimidos pela coordenação da comissão de transição.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 05 de novembro de 2024.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Martins da Silva
Código Identificador:30AC86A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 794/2024

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto da Lei Complementar nº 020/2011,

RESOLVE:

CONCEDER elevação de nível a profissional abaixo relacionada, nos termos do art. 76, inciso IV, da Lei Complementar 020/2011, e protocolo 0018.0000017725/2024, a partir de 01 de outubro de 2024:

MAT.	FUNCIONÁRIO	DATA DE ADMISSÃO	CARGO	CLASSE	REF.NOVA
4860	EDISON DUARTE DA SILVA	01/04/2009	Agente de Serviços Gerais	AA-05	AA-06

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 15 de outubro de 2024.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Martins da Silva
Código Identificador:704DA5CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 813/2024

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. NOMEAR a Sra. JOCELIA ALVES FONSECA, RG nº 5.***.*66-6/PR, CPF nº 003.***.*69-69, para o cargo de GESTOR PÚBLICO I, DA SECRETARIA DE CIDADANIA E OUVIDORIA, símbolo cc-03, com no mínimo 40 horas semanais, partir de 07 de outubro de 2024.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 23 de outubro de 2024.

GERSON COLODEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Martins da Silva
Código Identificador:71BBE168

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2024 CONCURSO PÚBLICO 2024

O Prefeito Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a **HOMOLOGAÇÃO** do **RESULTADO FINAL** e **CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS** do **CONCURSO PÚBLICO** através do **EDITAL N. 35/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMISNTRAÇÃO** e tendo em vista a necessidade de preenchimento de cargo abaixo relacionado,CONVOCA os seguinte candidatos classificados, para comparecer à Secretaria de Recursos Humanos, situada à Rua Cantu, nº 180 - Centro, Altamira do Paraná (Paço Municipal), no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação deste edital, munido dos seguintes documentos:
(a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
(b) PIS ou PASEP e data de cadastramento (se já for cadastrado);
(c) Registro de nascimento ou certidão de casamento ou Declaração de União Estável;
(d) Carteira de identidade;
(e) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
(f) Título de Eleitor;
(g) Certidão de quitação eleitoral;
(h) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação (no caso de candidato do gênero masculino);
(i) Laudo médico com data do mês de contratação, que comprove aptidão física e mental para o cargo pretendido;
(j) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
(k) Certidão de nascimentos dos filhos menores de 21 anos, se possuir;
(l) Comprovante de residência atual;
(m) Certidão negativa de antecedentes criminais;

(n) Declaração da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como, de não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da Constituição Federal), com exceção das hipóteses previstas no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal e a compatibilidade de horário.
(o) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

O candidato convocado deverá apresentar fotocópias dos documentos exigidos juntamente com os originais para autenticação, ou fotocópias autenticadas em cartório. (Item 10.3 do Edital 01/2024 do Concurso Público).

O candidato é responsável pelos custos da emissão e entrega dos documentos, solicitados neste Edital (Item 10.3 do Edital 01/2024 do Concurso Público)
.
CARGO: Enfermeiro

Candidato(a)	Classificação
Bruna Gabrielly Martins	3

Altamira do Paraná, 07 de novembro de 2024.

JOSE ETEVALDO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Aparecida da Cruz
Código Identificador:0C60A5F5

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 431/2024

O Prefeito Municipal de Altamira do Paraná – Pr, ***JOSE ETEVALDO DE OLIVEIRA****, no uso de suas atribuições legais e de Competência que lhes são conferidas por Lei.*

R E S O L V E

Art. 1º - EXONERAR *a partir do dia 07 (sete) de novembro de 2024, a funcionária* ***ROSENILDA APARECIDA PEDRO,*** *matrícula nº* ***508751****, que exercia até a presente data o Cargo em Comissão de Diretor De Assistência Ao Idoso lotada na Secretaria Municipal de Saúde.*

Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando todas as disposições em contrário.*

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Altamira do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2024.

JOSE ETEVALDO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Aparecida da Cruz
Código Identificador:9E364839

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
PONTO FACULTATIVO

DECRETO Nº93/2024

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

Transfere Feriado Municipal do dia 12 de novembro (**Emancipação Política de Amaporã)** e da outras providencias.

Decreta

Art. 1º Fica transferido o Feriado Municipal do dia 12 de novembro de 2024 (**Emancipação Política de Amaporã),** para o dia 14 de novembro de 2024, voltando a Câmara Municipal de Amaporã a atender em horário normal de expediente na segunda-feira dia 18 de novembro de 2024.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se.

Amaporã-PR, em 07 de novembro de 2024.

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA
Presidente

Publicado por:
Zeneide Aparecida Rocha Fonseca
Código Identificador:EC3814FF

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO Nº 184/2024

Exercício: 2024
Decreto nº 184/2024 de 06/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de AMAPORÃ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1028/2023 de 13/12/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 31.300,00 (trinta e um mil trezentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
07.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO RODOVIÁRIA MUNICIPAL	
07.001.26.782.0006.2.031.		Manter a Gestão das Atividades da Divisão Rodoviária Municipal	
193 - 3.3.90.30.00.00	01512	MATERIAL DE CONSUMO	3.300,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL - GERAL	
08.001.12.361.0013.2.049.		Manter o Transporte Escolar	
320 - 3.3.90.30.00.00	31125	MATERIAL DE CONSUMO	5.300,00
324 - 3.3.90.39.00.00	31125	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.700,00
10.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	
10.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE	
10.002.17.512.0007.2.155.		Manter a Gestão da Coleta Seletiva de Lixo e do Aterro Sanitário	
888 - 3.3.90.30.00.00	555	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
Total Suplementação:			**31.300,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.3.2.1.01.01.99.12000000	Fonte: 1512	200,00
Receita:1.3.2.1.01.01.99.33000000	Fonte: 555	1.858,78
Receita:1.7.2.1.53.01.00.00000000	Fonte: 1512	3.100,00
Receita:1.7.2.9.52.01.01.00000000	Fonte: 31125	8.000,00
Receita:1.7.2.9.99.01.02.00000000	Fonte: 555	18.141,22
Total da Receita:		**31.300,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de AMAPORÃ , Estado do Paraná, em 06 de novembro de 2024.

MAURO LEMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raquel Teixeira Cardia
Código Identificador:6DDCC812

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 024/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Dispensa em conformidade ao disposto no artigo 75 inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, CONSIDERANDO que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, RATIFICO a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2024.**

Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

Objeto a ser contratado: **Contratação de empresa especializada em fornecimento de internet com fibra óptica, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Cras, Secretaria de Assistência Social, Casa da Cultura, CMEI Maria de Fátima Lopes de Souza, Conselho Tutelar, Departamento de Agricultura e Posto de Saúde NIS I.**

Favorecido: TORRES & ANSELMI LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 02.327.415/0001-08.

Valor Total: O valor máximo para contratação do objeto da presente licitação é de 55.419,24 **(Cinquenta e cinco mil e quatrocentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos)**.

Fundamento Legal Art. 61º, do Decreto Municipal n. 222/2023, c/c art. 75, incisos II, da Lei Nacional n. 14.133/2021.
II - Para contratação de outros serviços e compras que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado na forma do art. 182, da Lei nº 14.133 de 2021;

Justificativa Anexa nos autos do processo de Dispensa de licitação nº 024/2024.

Dotação Orçamentária:
Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais, estaduais e federais do exercício de 2024, e superávit do ano de 2023, através das dotações abaixo:

04001041220003201033390400000 - Serviços De Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
08003123650013204833390400000 - Serviços De Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
08004133920011205533390400000 - Serviços De Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
09001101220003216333390400000 - Serviços De Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
10001206080008203733390400000 - Serviços De Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
11001081220003210733390400000 - Serviços De Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
11001082440014212033390400000 - Serviços De Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
11002082430014611433390400000 - Serviços De Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no caput do Art. 11 inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Amaporã/PR, em 07 de novembro de 2024.

MAURO LEMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Mauricio de Oliveira Rebussi
Código Identificador:6BC6171E

RECURSOS HUMANOS
DECRETO NO 185/2024

DECRETO No 185/2024

SÚMULA: Transfere Feriado Municipal do dia 12 de novembro (Emancipação Política de Amaporã) e dá outras Providências.

MAURO LEMOS, Prefeito Municipal de Amaporã Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1o – Fica transferido o Feriado Municipal do dia 12 de novembro de 2024 (**Emancipação Política de Amaporã**), para o dia 14 de novembro de 2024**.**
Art. 2o – Os serviços essenciais continuarão em pleno funcionamento, não ficando atingido pelo presente Decreto.
Art. 3o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã – Estado do Paraná, aos sete (07) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e quatro (2024).

MAURO LEMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Regina Venceslau Canuto
Código Identificador:AEA6B72C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 141/2024

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 059/2024
REGISTRO DE PREÇOS N° 043/2024
Aos 06 (seis) dias do mês de novembro do ano 2024**,** o **MUNICÍPIO DE ANAHY**, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado(a) pelo Prefeito Carlos Antonio Reis, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Dispensa, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
1.DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Registro de Preços para a Aquisição de Show pirotécnico, destinados atender a festa de Réveillon de 2024/2025,do município de Anahy-PR.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
2.1. Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: A empresa **PIROCENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FOGOS DE FOGOS DE ARTIFÍCIO LTDA-ME**, **CNPJ: 04.744.227/0001–00**, sediada na Rua Jorge Rebelatto, 123 Cascavel – PR, CEP 85816-860, representada por seu socio administrador o Sr. Ronivaldo Carlos Fagundes dos Santos, portador do RG: 6.051.121-7 SESP/PR e CPF: 015.918.709-50 tel: (45) 98801-9100, e-mail: pirocenter@pirocenter.com.br.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1	PIROCENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FOGOS DE ARTIFICIO LTDA CNPJ: 04.744.227/0001-00	R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).
VALOR TOTAL		**R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).**

O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:0355135F

LICITAÇÃO
AVISO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 168/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº. 061/2024
REGISTRO DE PREÇOS 047/2024 COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021 DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.192/2023 DECRETO MUNICIPAL Nº. 2.318/2024

OBJETO: Registro de Preços para a Contratação de serviços Show da Virada, destinados atender a festa de Réveillon de 2024/2025,do município de Anahy-PR**,** de acordo com as especificações técnicas do anexo I e demais disposições do edital. **DATA E HORA PARA INÍCIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 08/11/2024 às 09h**. DATA E HORA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 13/11/2024 às 08h. **DATA DA DISPUTA:** 13/11/2024 10h**. HORÁRIO DA FASE DE LANCES**: Das 10h min às 11h. **ENDEREÇO ELETRÔNICO**: Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br. **VALOR ESTIMADO**: R$ 28.513,78 (vinte e oito mil quinhentos e treze reais e setenta e oito centavos). Edital disponível no site da Prefeitura www.anahy.atende.net ou por e-mail: licitacaoanahy.pr@gmail.com. **INFORMAÇÕES**: (45) 3249-1149.

Anahy-PR, 07 de novembro de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:DF817039

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 6.339/2024.

Nomeia para Cargo de Provimento em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 337/2005 e Lei nº. 339/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 06 de novembro de 2024, Jean Rodrigo de Oliveira, portador do RG. 10.777.869-1/PR, para o cargo de Chefe de Equipe, matrícula funcional nº 12086/1, lotado no Departamento de Obras e Urbanismo, CC – VI, Grupo de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Lei Municipal nº 337/2005 de 27 de abril de 2005.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:91E51F19

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 6.340/2024.

Dispõe sobre a concessão de diárias a Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 969/2021 de 07 de outubro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder em favor do servidor efetivo Edinaldo José da Silva, no cargo de Fiscal de Tributos responsável pela UMC/INCRA, portador do RG. 4.157.155-1/PR, matrícula funcional nº 5290/1, lotado no Departamento de Administração, 04 (quatro) diárias para empreender viagem a serviço do Município de Anahy sendo:

Data:	11 a 14 de novembro
Destino:	Barracão - PR
Objetivo:	Participar do 4° Encontro de Fiscais de ITR – Imposto Territorial Rural, o evento se caracteriza como um espaço de troca e atualização de informações, promovido pela Convicta Treinamento e Soluções Tecnológicas.
Memorando nº	082/2024
Quant. de Diárias:	04 (quatro) diárias

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

CARLOS ANTONIO REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:1DD5448D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 18.683 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 02 de dezembro de 2024, à Servidora Pública Municipal **MARIA ISABEL DE SOUZA CASAGRANDE,** ocupante do cargo de **ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 28-06-2021 a 27-06-2022.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:FC87255C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 18.684 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 16 de dezembro de 2024, à Servidora Pública Municipal **FERNANDA MONTEIRO DO NASCIMENTO INÁCIO,** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 12-04-2022 a 11-04-2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:93F86EDB

GABINETE DA PREFEITA
ERRATA PORTARIA Nº. 18.681 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Onde se lê:

Art.1º. Nomear os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão de Contratação de Licitação, a partir do dia 06 de novembro de 2024.

Pregoeira: Cyndi Thayná Subirá Antunes
Membro: Ana Gabriely Vitorino
Membro: Bruna Muriele Romano Reys
Membro: Dorival Tenerelle
Membro: Pedro Selleti Carvalho
Membro: Stéphanie dos Santos Papini Souza
Membro: Tatiane Aparecida Marchiori
Membro: Vitória Miyao Gomes

Leia-se:

Art.1º. Nomear os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão de Contratação de Licitação, a partir do dia 06 de novembro de 2024.

Leiloeira: Cyndi Thayná Subirá Antunes
Membro: Ana Gabriely Vitorino
Membro: Bruna Muriele Romano Reys
Membro: Dorival Tenerelle
Membro: Pedro Selleti Carvalho
Membro: Stéphanie dos Santos Papini Souza
Membro: Tatiane Aparecida Marchiori
Membro: Vitória Miyao Gomes

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:0684E6B5

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 18.685 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

R E S O L V E
Art. 1º. Conceder 26 dias de férias remanescentes, a partir do dia 26 de dezembro de 2024, ao Servidor Público Municipal, **EMERSON MARTINS BEZERRA,** ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, referente ao período aquisitivo: 01/02/2023 a 31/01/2024.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024, 81 da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:37E6B6FF

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 18.686 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

***IONE ELISABETH ALVES ABIB**, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e*

***Considerando** o artigo 4º, da Lei nº. 2.642, de 17 de junho de 2015.*

RESOLVE:

***Art. 1º** - Instituir a **Equipe Técnica de Monitoramento** e **Avaliação do Plano Municipal de Educação**, Lei nº. 2.642, de 17 de junho de 2015.*

***Art. 2º** - Ficam estabelecidas como atribuições da Equipe Técnica:*
a) Elaborar documento de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação;
b) Sistematizar todos os dados e informações referentes ao Plano Municipal de Educação;
c) Relacionar todas as metas e estratégias em ordem cronológica, possibilitando melhor visualização, consulta e controle dos processos de execução;
d) Emitir Notas Técnicas para os indicadores específicos e/ou textos relativos às metas não mensuráveis;
e) Elaborar e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relatórios contendo as Fichas de Monitoramento, as Notas Técnicas e outras informações relevantes.

***Art. 3º** - A Equipe Técnica será constituída pelos seguintes membros:*
01 – Rosilene Marques Fernandes Farinha;
02 – Ana Helena Pereira de Campos Bernardini;
03 – karen Caroline Harue Takano Lourenção;
04 – Maria Cláudia Silva jardim Selleti;
05 – Kediller Patrícia Dias Feliciano;
06 – Keity Nadalini Simoni;

07 – Kelen Cristina Ribeiro;
08 – Mona Lisa Selleti Carvalho;
09 – Claudia Luciane da Cunha;

Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, **Especialmente a Portaria nº. 14.848 de 17 de Março de 2021.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 07 de Novembro de 2024,81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:5A9DDE64

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº. 10.588 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Súmula: Altera membro do Conselho Municipal de Contribuintes.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica Municipal,

Considerando a desistência do Conselheiro Suplente Amauri Junior de Oliveira.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros conselheiros para comporem o "Conselho Municipal de Contribuintes", de acordo com a Lei nº 1.440 de 26 de dezembro de 2001, Código Tributário Municipal.

ATUAÇÃO	CONSELHEIRO TITULAR	CONSELHEIRO SUPLENTE
Secretário de Finanças	Dirceu Luiz	Gleison Esneder Manicardi
Fiscalização	Fábio Biancardi Baldini	Marcel Lemana
Associação Comercial	Murilo Ferrari de Souza	Paulo Sérgio da Silva
Contabilistas	Ederson Souza Silva	Renato Biancardi

Art. 2º - Na hipótese dos conselheiros supracitados encontrarem-se impedidos de participarem do julgamento, a composição será alternadaentre titulares e suplentes.

Art. 3º- A cada conselheiro, efetivo ou suplente, será atribuído um jeton correspondente a R$ 50,00 (cinquenta reais), por comparecimento à sessão,nos dizeres do Artigo 537 do Código Tributário Municipal, atualizado pelo IPCA.

Art. 4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:AB261E82

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 10.590/2024 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Decreto nº 10590/2024 de 07 de novembro de 2024.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 26.058,77 (vinte e seis mil e cinqüenta e oito reais e setenta e sete centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 3776/2023 de 21/12/2023.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA EDUCAÇÃO	
05.001.12.122.0002.2.019.		Manter o Gabinete de Educação	
1383 - 3.3.91.39.00.00	03107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.250,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.034.		Manter os Postos de Saúde do Município	
1112 - 3.3.90.34.00.00	3493	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	1.775,22
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter o Departamento de Serviços Urbanos e Rodoviários	
1382 - 3.3.90.30.00.00	03511	MATERIAL DE CONSUMO	22.033,55
Total Suplementação:			**26.058,77**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:50927921

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 10.591/2024 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Decreto nº 10591/2024 de 07 de novembro de 2024.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor deR$ 10.535,00 (dez mil quinhentos e trinta e cinco reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 3776/2023 de 21/12/2023.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.003.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
10.003.08.241.0023.2.079.		Manter o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - CCI	
777 - 3.3.90.30.00.00	1934	MATERIAL DE CONSUMO	10.535,00
Total Suplementação:			**10.535,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.6.50.01.01.00000000	Fonte: 1934	10.535,00
Total da Receita:		**10.535,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:2239F44F

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2024 PROCESSO LICITAÇÃO Nº 236/2024 PREGÃO Nº 076/2024 - FORMA ELETRÔNICA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORME PARA BANDA MUSICAL MUNICIPAL DE ANDIRÁ, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO.

EMPRESA VENCEDORA:

FERNANDO CEZAR RABELO DE OLIVEIRA LTDA, inscrito no **CNPJ: 28.971.746/0001-61**

VIGÊNCIA: 07.11.2024 a 06.11.2025

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita

STÉPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira

FERNANDO CEZAR RABELO DE OLIVEIRA
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2024, ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO www.andira.pr.gov.br/licitações

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:BBE937AB

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 18.687 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDOa Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante daAdministração especialmente designado.

CONSIDERANDOo Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	SILVANA APARECIDA JESUS DA SILVA		
Fiscal Substituto:	Aline de Cássia Fabrício		
Gestor Titular:	DANILO MOTA DA SILVA		
Gestor Substituto:	Silvia Flores		
Ata nº	092/2024	**VIGÊNCIA:**	07.11.2024 A 06.11.2025
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	076/2024		
Contratado:	**FERNANDO CEZAR RABELO DE OLIVEIRA LTDA**		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORME PARA BANDA MUSICAL MUNICIPAL DE ANDIRÁ, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO.		
Valor:	**R$ 57.802,00**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 07 de Novembro de 2024, 81º da Emancipação Política;

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:5E5838BE

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 03/2024 CONSELHO TUTELAR (2024-2028)

A Prefeita Municipal de Andirá por meio da Secretaria Municipal de Andirá e Educação Profissionalizante no exercício de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 3.665 de 24 de março de 2023; Edital de Abertura nº 01/2023 (Comissão Especial) do Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar e Decreto nº
10.065 de 05 de outubro de 2023, que homologa o resultado final da Eleição do
Conselho Tutelar **CONVOCA,** Conselheiro Tutelar suplente eleito para atuar no Conselho Tutelar de Andirá no período do atestado médico da conselheira Rozilene Aparecida Marchioni Menegassi.

O ConselheiroTutelar devera comparecer noDepartamento deRecursos Humanos da Prefeitura Municipal de Andirá em 03 dias (três) para o processo de entrega das documentações necessária para a posse.

Classificação	**Nome do candidato/ Cognome**
2º suplente	Everson Henrique de Souza

Considerando que José Carlos Reynaldo (1º suplente) desistiu da posse em uma declaração enviada ao setor de Recursos Humanos.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 07 de novembro de 2024.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:FCDA9857

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093 – 2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, MEDIANTE O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, COM NATUREZA CONTINUADA, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir do dia 08/11/2024.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:59 min do dia 27/11/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h:00min do dia 27/11/2024.
LOCAL: BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes

ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: (43) 3538-8100 (Ramal 228) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 07 de Novembro de 2024.

STEPHANIE PAPINI DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:0A3CF791

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO PORTARIA N° 1.245 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

WAGNER MARTINS DE ALMEIDA, Diretor Presidente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 324 de 11 de abril de 2019 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	**LUCAS FELIPE BATISTA DE MELO**		
Fiscal Substituto:	**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS**		
Gestor Titular:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA:	**019-2024**	**Vigência:**	**05/11/2024 A 04/11/2025**
ID DA ATA:	**045-2024**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**22-2024**		
Contratado:	**BENÍCIO PNEUS EIRELI**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A FROTA DO SAMAE**		
Valor:	**R$ 7.524,00 (Sete mil, quinhentos e vinte e quatro reais).**		

Fiscal Titular:	**LUCAS FELIPE BATISTA DE MELO**		
Fiscal Substituto:	**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS**		
Gestor Titular:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA:	**019-2024**	**Vigência:**	**05/11/2024 A 04/11/2025**
ID DA ATA:	**046-2024**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**22-2024**		
Contratado:	**FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI BENÍCIO PNEUS EIRELI**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A FROTA DO SAMAE**		
Valor:	**R$ 11.384,00 (Onze mil, trezentos e oitenta e quatro reais).**		

Fiscal Titular:	**LUCAS FELIPE BATISTA DE MELO**		
Fiscal Substituto:	**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS**		
Gestor Titular:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA:	**019-2024**	**Vigência:**	**07/11/2024 A 06/11/2025**
ID DA ATA:	**047-2024**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**22-2024**		
Contratado:	**GAMA PNEUS LTDA**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A FROTA DO SAMAE**		
Valor:	**R$ 826,00 (Oitocentos e vinte e seis reais).**		

Fiscal Titular:	**LUCAS FELIPE BATISTA DE MELO**		
Fiscal Substituto:	**JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS**		
Gestor Titular:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA:	**019-2024**	**Vigência:**	**06/11/2024 A 05/11/2025**
ID DA ATA:	**048-2024**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**22-2024**		
Contratado:	**PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI – ME**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A FROTA DO SAMAE**		
Valor:	**R$ 6.496,00 (Seis mil, quatrocentos e noventa e seis reais).**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o SAMAE perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 05 de novembro de 2024, revogada as disposições em contrário.

Andirá, 07 de novembro de 2024.

WAGNER MARTINS DE ALMEIDA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:849F34FF

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2024

PROCESSO LICITAÇÃO Nº **47/2024**
Pregão Nº **22/2024**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A FROTA DO SAMAE

EMPRESAS VENCEDORAS:

BENÍCIO PNEUS EIRELI, CNPJ 39.535.062/0001-33.
Vigência: 05/11/2024 a 04/11/2025.

FG COMERCIO DE PNEUS EIRELI, CNPJ 17.234.948/0001-04.
Vigência: 05/11/2024 a 04/11/2025.

GAMA PNEUS LTDA, CNPJ 55.623.647/0001-6.
Vigência: 07/11/2024 a 06/11/2025.

PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI – ME, CNPJ: 17.092.175/0001-79.
Vigência: 06/11/2024 a 05/11/2025.

WAGNER MARTINS DE ALMEIDA
Diretor Presidente

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro

REPRESENTANTES LEGAIS:
LUANA APARECIDA PILATO RIBEIRO
GIOVANA MENDES GONÇALES
BERNARDO ANDRES FLACH
RAFAEL LUIZ MORETTO VICINI

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO SAMAE.
https://samaeandira.com.br/licitacoes

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:112C8F35

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO AVISO DE REABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PERSIANAS, CONTRATAÇÃO DE SOM DE CARRO VOLANTE E MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO **TIPO:** MENOR PREÇO.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 08h:00 do dia 26/11/2024; **INÍCIO DA SESSÃO**: 09h:00m do dia 26/11/2024. **LOCAL:** BNC (Bolsa Nacional de Compras) - www.bnc.org.br.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O edital completo encontra-se no site do SAMAE de Andirá https://samaeandira.com.br/licitacoes ou www.bnc.org.br, maiores informações no Departamento de Licitações e Compras - Rua Minas Gerais, nº 828 – Jardim Centenário – Andirá – PR, das 08h:00m às 12h:00m, e das 13h:30m às 17h:00m, ou pelo telefone 43 3538 – 1710. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Andirá, 07 de novembro de 2024.

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:A428E549

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

CISLIPA
AVISO DE LICITAÇÃO - INEXIGIBILIDADE 09/2024 - CREDENCIAMENTO PÚBLICO 05/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 32/2024
INEXIGIBILIDADE Nº. 09/2024

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná-CISLIPA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ n°13.681.884/0001-39, por meio da pregoeira (Portaria n° 16/2023) torna público para ciência dos interessados o INEXIGIBILIDADE n° 03/2023, cujo objeto é por Credenciamento, visando o **"CREDENCIAMENTO PÚBLICO PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA RODOVIA E UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO NOS MUNICÍPIOS CORSORCIADOS PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ".** Envio dos documentos até 29/11/2024. Tipo: Valor fixo; Valor estimado: **R$ 2.986.995,00 (dois milhões, novecentos e oitenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais).**. O procedimento licitatório está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Federal n° 10.520/2002, Lei Complementar Federal n° 123/2006, alterada pela Lei Complementar n° 147/2014, com aplicação subsidiária na Lei n° 14.133/21. O edital completo encontra-se a disposição dos interessados, na subsede do CISLIPA, localizado na Rua Manoel Correia, n°1948, Bairro Palmital, cidade de Paranaguá-PR, via e-mail licitação@cislipalitoral.com.br, no site www.cislipalitoral.com.br e www.comprasbr.com.br.

Paranaguá, 07 novembro de 2024.

THAYNA CORREIA DA SILVA
Pregoeira - Portaria nº 40/2024

Publicado por:
Andre Luis da Costa Pereira
Código Identificador:4B03FDD6

SAMAE DE ANTONINA
EXTRATO 3º ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 10/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº SAMAE-06/2021

RATIFICADO EM: 04/11/2024.

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a 3ª ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO Nº. 10/2021, referente a prestação de serviços especializados em locação de software (s) integrado (s) de gestão comercial de saneamento.

VALOR: R$ 66.044,19 (sessenta e seis mil quarenta e quatro reais e dezenove centavos).

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, CNPJ 75.247.098/0001-85.

CONTRATADA: SANEGRAPH SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SS LTDA, com registro no CNPJ/MF sob o nº 01.903.128/0001-28.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 14.001.17.122.0008.2.074.3.3.90.40.11.00 – FONTE 76

BASE LEGAL: *Art.57, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações.*

DATA DO FIRMAMENTO: 04/11/2024.

ASSINATURA: Assinado pelo Diretor Geral do SAMAE, o Sr. Cleber de Araujo Cezarino e pelo Representante Legal da Contratada o Sra. Fernanda Mourão Ribeiro Dallagnol.

Publicado por:
Adilson Dias Pinheiro
Código Identificador:F1D3FD7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 442/2024 - LICENÇA MÉDICA, STELLA MARIS CARVALHO FREIRE

PORTARIA Nº 442/2024

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme o protocolo nº 2972/2024.

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **STELLA MARIS CARVALHO FREIRE , AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matriculas nº 305971**, 14 (quatorze) dias Licença Médica, no período de **24/10/2024 a 06/11/2024**.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONINA, em 25 de Outubro de 2024.

JOSE PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:4A7C79C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 443/2024 - LOTAR, DESIGNAR, A(O) SERVIDOR(A) LARISSA GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 443/2024

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Lotar, Designar, a(o) Servidor(a**) LARISSA GOMES DOS SANTOS , AGENTE FISCAL TRIBUTARIO,** para prestar serviço junto a, **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** a partir do dia **01/11/2024.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONINA, em 25 de Outubro De 2024.

JOSE PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:B225F170

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 444/2024 - LICENÇA ESPECIAL , STELLA MARIS CARVALHO FREIRE

PORTARIA Nº 444/2024

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando requerimento **Protocolado sob nº 2945/2024.**

Resolve:

Conceder a(o) Servidor(a) **STELLA MARIS CARVALHO FREIRE , AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matriculas nº 305971,** Licença Especial Remunerada de 90 (noventa) dias , no período de **07/11/2024 até 04/02/2025**.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONINA, em 29 de Outubro de 2024.

JOSE PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:225B81C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 445/2024 - LICENÇA MATERNIDADE DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, ADRIANE MACIEL DOS SANTOS CORRÊA

PORTARIA Nº 445/2024

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Protocolado sob o nº 3022/2024.

Resolve:

Conceder a Servidora, **ADRIANE MACIEL DOS SANTOS CORRÊA ,** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, no período de **12/10/2024** até **09/04/2025**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONINA, **em 31 de Outubro de 2024**

JOSE PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:D028870F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 446/2024 - LICENÇA MÉDICA, JULIANE BRENNER VIEIRA

PORTARIA Nº 446/2024

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e conforme Protocolo nº 3009/2024.

Resolve:

Conceder, a(o) Servidor(a**) JULIANE BRENNER VIEIRA,** ocupante do cargo de **ENFERMEIRA, Matricula nº 6041, 15 (quinze)** dias Licença Médica, conforme atestado anexo ao protocolo supracitado no período de **29/10/2024 até 12/11/2024,** pagos pela Prefeitura e a partir do 16º (décimo sexto) dia pago pelo RGPS/INSS, desde que deferido pela perícia médica/INSS.

Conforme atestado anexo ao protocolo supracitado o servidor deverá permanecer em tratamento médico/clinico por um período 15 (quinze) dias, **devendo requerer auxilio doença junto ao RGPS/INSS, auxiliado pelo Setor de Recursos Humanos – PMA**.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONINA, em 31 de Outubro de 2024.

JOSE PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:114E80F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 447/2024 - DEMITIR/EXONERAR A(O) SERVIDOR(A) MARLI DE FATIMA ESTEVES, POR MOTIVOS DE APOSENTADORIA

PORTARIA Nº 447/2024

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando Carta de Concessão de Aposentadoria do **INSS Nº 221.879.222-7.**

Resolve:

Demitir/Exonerar a(o) Servidor(a) **MARLI DE FATIMA ESTEVES,** do cargo **PROFESSOR(A) , MATRICULA Nº 307671**, por Motivos de Aposentadoria, conforme **Carta de Concessão do INSS**, em **31/10/2024.**

Declarar vago o cargo público de PROFESSOR(A) no Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONINA, 31 de Outubro de 2024.

JOSE PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:CAB38216

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 448/2024 - INSTAURAR COMISSÃO SINDICANTE, PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NARRADAS NO PROTOCOLO Nº 2998/2024

PORTARIA Nº 448/2024

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Considerando o Protocolo nº 2998/2024** .

RESOLVE:

Instaurar Comissão Sindicante, para apurar possíveis irregularidades narradas no **Protocolo nº 2998/2024**, ocorridas na *Escola Municipal* Prof º. *João Paulino*Vieira Filho .

Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Sindicante:

PATRIZIA DAYANE CALIXTO DE SOUZA – Presidente
MARCIO CRUZ DE SOUZA – Membro
JEAN MULLER DA SILVA REIS - Membro

A Comissão deverá iniciar os seus trabalhos dentro de 03 (três) dias, contados da Publicação deste ato.

Ultimados os trabalhos, a Comissão apresentará ao Chefe do Poder Executivo, o relatório para o julgamento final, precedido de parecer da Procuradoria Jurídica.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário .

GABINETE DO PREFEITO em, 01 de Outubro de 2024.

JOSE PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:2D2EA0CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 449/2024 - LICENÇA ESPECIAL , ROBERTO ALVES DA COSTA

PORTARIA Nº 449/2024

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando requerimento Protocolado sob nº 2969/2024.

Resolve:

Conceder a(o) Servidor(a) **ROBERTO ALVES DA COSTA ,** ocupante do cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, Licença Especial Remunerada de 90 (noventa) dias no período de 11/11/2024 à 08/02/2025.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONINA, em 05 de Outubro de 2024.

JOSE PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:8E560B63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 450/2024 - LICENÇA MÉDICA, CELSO LUIS MACHADO DA COSTA

PORTARIA Nº 450/2024

O Prefeito Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e Protocolo nº 3037/2024.

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **CELSO LUIS MACHADO DA COSTA, AGENTE FISCAL TRIBUTARIO,** 15 (quinze) dias de Licença Médica, no período de 21/10/2024 a 04/11/2024.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONINA, em 05 de Outubro de 2024.

JOSE PAULO VIEIRA AZIM
Prefeito Municipal

JEAN PIERRE RICARDO RAMOS
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:13C340D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ASTORGA
PENSÃO

PORTARIA Nº 011/2024
O DIRETOR PRESIDENTE, em conjunto com o DIRETOR DE PREVIDÊNCIA, DA Caixa de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Astorga – PREVISA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 25, letra “a”, inciso VI, da Lei Municipal nº 2.086/2008,
R E S O L V E M

Art. 1º. CONCEDER PENSÃO POR MORTE, à **JOÃO MONTEIRO BORGES**, brasileira, viúvo, portador da CI/RG. nº 7.061.630-0-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 276.978.199-53, em virtude do falecimento da servidora inativa **LAURA GALHARDO BORGES,** que era portadora da CI/RG nº 3.146.561-3-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 870.172.459-20, que pertencia ao Quadro de Pessoal Inativo da PREVISA.
Art. 2º. A presente Pensão é concedida pela regra prevista no Art. 40, § 7º e 8º (Redação anterior à EC 103/2019), da Constituição Federal e a forma de reajuste será feita sem paridade.

Art. 3º. O valor do provento de pensão será de R$ 1.412,00 (um mil, quatrocentos e doze reais, competência outubro/2024.

Art. 4º. A data de início do benefício é 09 de outubro de 2024, data do óbito.

Registre-se, publique-se e anote-se.

Edifício da Prefeitura do Município de Astorga, 06 (seis) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

MARCUS EVANDRO GIAROLA
Diretor Presidente

MÔNICA REGINA MONTAGNA
Diretora de Previdência

Publicado por:
Jéssica Fabeni Gimenes
Código Identificador:6D9345FF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO PIL 263/2024

PIL - Nº 27/2024 - PMA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO - N° 263/2024

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, CNPJ/MF: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADO: LUCAS J. DE CASTRO FERREIRA, CNPJ/MF: 09.587.849/0001-88.
OBJETO: Constitui o objeto deste contrato, Contratação de empresa responsável pela apresentação da dupla LUCCA E MATEUS para show no evento de lançamento do "Astorga Luz" a ser realizado no dia 14 de novembro de 2024, a partir das 21h30min, nas imediações da Praça Ermelindo Lopes Barroso - município de Astorga-Pr, Conforme a proposta da contratada, independentemente de transcrição, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR DO CONTRATO: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06.009.13.392.0014.2.068.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias, contado da assinatura do presente instrumento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Lucas Jhonatan De Castro Ferreira.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.

Publicado por:
Luciana Geraldo
Código Identificador:E7C0A6A1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DE SUSPENSÃO - PE 059/2024

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2024

O **MUNICÍPIO DE ASTORGA**, com sede na Av. Dr. José Soares de Azevedo, nº 48, em Astorga-PR; considerando, questionamentos sobre os termos do edital; considerando, ainda, a necessidade de diligência junto ao departamento solicitante; fica suspenso o processo licitatório PE 059/2024, que tem por objeto o Registro de preços para aquisição futura e parcelada de gás liquefeito de petróleo em botijão de 13kg e 45kg, bem como vasilhames, reguladores, mangueiras e abraçadeiras caso haja a necessidade, para abastecimento de diversas secretarias municipais, tais como: Escolas Municipais, Centros de Educação Infantil, Benefícios eventuais para atendimento da demanda social nos CRAS I e II. **- Obs: A nova data e horário de abertura da sessão, estarão disponíveis no site www.astorga.pr.gov.br, www.gov.br/compras e também serão publicados no Órgão Oficial de Divulgação do Município - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.com.br/amp.**

Astorga, 07 de novembro de 2024.

ADRIANA ANTONIETA BRANDOLIM
Diretora do Departamento e Adm. Patrimônio e Suprimentos

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:A803CE58

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023 EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO N.º 011/2024

A Prefeita do Município de Astorga, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

DEFERIR o pedido de reclassificação protocolado pela candidata aprovada e convocada no Concurso Público nº 001/2023, conforme prevê o **Item 20.4, letra "s", do Edital de Concurso Público nº 001/2023:**

"O candidato, no ato de sua convocação, poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio a ser requisitado no Departamento de Recursos Humanos".

CARGO: PSICÓLOGO

NOME	POSIÇÃO NO CONCURSO	POSIÇÃO NO FINAL DA LISTA	Nº PROTOCOLO
- Cristiane Gouvea de Bortoli	11º lugar	61º lugar	20057/2024 de 05/11/2024

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 06 (seis) dias do mês de Novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:325CB1DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 1046/2024

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E
NOMEAR, **MANOELA PINHEIRO DAS NEVES**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8.255.814 - SESP/SC e CPF nº 147.081.589-39, nascida em 08/03/1999, natural de Marituba - PA, residente e domiciliada à Rua 09 de julho, nº 72, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, em virtude de habilitação no **Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2024**, para contratação de empregados públicos, **pelo período de 12 (doze) meses**, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para o emprego público de **MERENDEIRO**, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos da Lei nº 3.122/2021, de 04/08/2021, **no período de 05 de Novembro de 2024 a 04 de Julho de 2025**.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 04 (quatro) dias do mês de Novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:28589BE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1055/2024

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

Art.1º. CONCEDER APOSENTADORIA, VOLUNTÁRIA POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a servidora **MARIA DE FÁTIMA SANCHES NUNES,** lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portadora da CI/RG nº. 4.462.688-8/SSP/PR., inscrita no CPF/MF sob nº. 018.457.939-27, ocupante do cargo de Gari, nível 01-P, matrícula 667.

Art.2º. A presente aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº. 41/03, sendo que o valor do provento de aposentadoria será o da última remuneração e a forma de reajuste será com paridade, conforme disposto no Artigo 7º, da Emenda Constitucional nº. 41/03.

Art.3º. O valor do provento de aposentadoria será de R$ 2.210,00 (dois mil, duzentos e dez reais), referente à competência setembro/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, em 06 (seis) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:AF154FBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1056/2024

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

Art.1º. CONCEDER APOSENTADORIA, VOLUNTÁRIA POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a servidora **MARIA ISABEL FERREIRA,** lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portadora da CI/RG nº. 6.006.635-3/SSP/PR., inscrita no CPF/MF sob nº. 018.458.389-63, ocupante do cargo de Gari, nível 01-P, matrícula 668.

Art.2º. A presente aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº. 41/03, sendo que o valor do provento de aposentadoria será o da última remuneração e a forma de reajuste será com paridade, conforme disposto no Artigo 7º, da Emenda Constitucional nº. 41/03.

Art.3º. O valor do provento de aposentadoria será de R$ 2.210,00 (dois mil, duzentos e dez reais), referente à competência setembro/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, em 06 (seis) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:9CC18507

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1057/2024

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

Art.1º. CONCEDER APOSENTADORIA, VOLUNTÁRIA POR IDADE E POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a servidora **LUZIA PEREIRA FONSECA,** lotada no Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, portadora da CI/RG nº. 5.790.669-3/SSP/PR., inscrita no CPF/MF sob nº. 994.501.789-68, ocupante do cargo de Gari, nível 01-P, matrícula 666.

Art.2º. A presente aposentadoria é concedida pela regra prevista no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº. 41/03, sendo que o valor do provento de aposentadoria será o da última remuneração e a forma de reajuste será com paridade, conforme disposto no Artigo 7º, da Emenda Constitucional nº. 41/03.

Art.3º. O valor do provento de aposentadoria será de R$ 2.210,00 (dois mil, duzentos e dez reais), referente à competência setembro/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, em 06 (seis) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:26549628

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 538/2024

PORTARIA nº. 538/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial ao contido no art. 98, §2° e §3° da Lei Federal 8112/90, conforme instrumentalizado no Processo Administrativo n° 26253/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza a redução de carga horária da servidora **GRAZIELE BATHKE**, matrícula 4165-1, cargo de Assistente Administrativo, em 20 horas semanais.
Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de novembro de 2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 07 de novembro de 2024..

MARCOS ANTONIO ZANETTI
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo
Código Identificador:1F8D50D5

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 026/2024 - CONVOCAÇÃO PROFESSOR

EDITAL Nº 026/2024

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, considerando, rigorosamente, a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 009/2024, homologado, pelo Decreto nº. 359/2024 visando a contratação em caráter temporário do cargo de professor, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 13232/2024 nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e 661/2012.

TORNA PÚBLICO:

Que em atendimento aos dispositivos contidos no **ITEM 9 DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO**, da **CHAMADA PÚBLICA 009/2024** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas desta Municipalidade, na Avenida Brasil, 665, em Balsa Nova, no dia **11/11/2024, às 9:00 horas**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de Professor ou pela opção de desistência provisória com pedido de final de lista conforme item 9.3.
De acordo com os memorandos 713 e 771, Processos 24875/2024 e 25226/2024 da SMECE, às vagas são:

INSTITUIÇÃO	N° DE VAGAS (3)	TURNO
CMEI-Cantinho da Serra	01	MANHÃ
CMEI-Cantinho da Serra	02	TARDE

A escolha das vagas respeitará rigorosamente a ordem classificatória.
Os candidatos interessados deverão entregar a documentação necessária para sua admissão e/ou manifestar o interesse pelo final de lista, conforme item 9.3 e 9.5, no prazo de até o dia **12/11/2024.**

CLASS.	CANDIDATOS	N° DO PROCESSO
77º	MONIQUE MILENE DA CRUZ DA SILVA	15529/2024
78º	SONIA MARA SANT'ANA COLTRO	14795/2024
79º	NOCELI DE FATIA FERREIRA DREVNIAK	15625/2024

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para ser contratado o candidato deverá apresentar os seguintes documentos pessoais originais, em situação regular, acrescido de 01 (uma) cópia, às suas expensas:
1) Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Comprovante do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2) 1 fotos 3x4 recentes
3) CTPS (pág. da foto e verso) e o número do PIS;
4) Comprovante de abertura de conta corrente no banco informado pelo departamento de gestão de pessoas, contendo o número da agência e conta;
5) Comprovante de endereço atual;
6) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
7) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral;
8) Avaliação médica de saúde ocupacional a ser agendado junto ao Departamento de Gestão de Pessoas;
9) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;
10) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
11) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, XVI e suas alterações, nos termos do anexo IV deste Edital.
12) CPF dos dependentes.
13) Consulta Qualificação Cadastral – e-social (http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml).
Tendo em vista a implantação do e Social, instituído pelo Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o candidato deverá apresentar impressão da tela de consulta de Qualificação Cadastral, obtida através do site http://portal.esocial.gov.br/, na qual conste a mensagem "Os dados estão corretos". Caso a mensagem exibida seja diferente, deverão ser providenciadas as correções, conforme orientações constantes na consulta.

Balsa Nova, 07 de novembro de 2024.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal 113/2023
Secretária Interina Municipal De Educação, Cultura E Esportes
MAYARA KAROLINE BULOW –
Portaria 539/2024

Publicado por:
Bianca Aparecida Marreiro
Código Identificador:E593C36E

CÂMARA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº-015/2024 (ART.75 II DA LEI Nº14.133/2021) NO COMPRAS GOV. Nº-90015/2024

Processo Administrativo n.°25/2024
Torna-se público que a Câmara Municipal de Balsa Nova/PR. por meio do seu Agente de Contratação, que realizará Dispensa Eletrônica, contratação de empresa para prestação de serviços fotográficos conforme Termo de Referência, com critério de julgamento *(menor preço no item* na hipótese do art. 75*, inciso II,* nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021,
VALOR MÁXIMO DO ITEM: R$ 1.638,00 (um mil, seiscentos e trinta e oito reais)
Data da sessão: 13 de novembro 2024
Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00
Link: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp
Critério de Julgamento: *menor preço no item*
Regime de Execução: *Entrega imediata*

NELIO JOSÉ CHIQUITO
Presidente da Câmara Municipal de Balsa Nova

Publicado por:
Luana Savio Pacheco
Código Identificador:F4A32C83

GABINETE
DECRETO Nº 442/2024

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo de Remoção para oProfissional da Educação – Professores e Educadores, da rede Municipal de Ensino de Balsa Nova, conforme especifica.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, com fundamento nas disposições do TÍTULO VII da Lei Municipal n. 222/1991 e demais disposições aplicáveis a espécie, bem

como conforme instrumentalizado no processo administrativo n. 27641/2024,

DECRETA

Art. 1º. Fica instaurado o Processo Seletivo de Remoção destinado aos professores que manifestarem interesse em ocupar as vagas descritas a seguir:

I – **01 (uma) vaga**para Profissional da Educação Professor para a Escola Municipal Joaquim Ribas de Andrade – Período da Manhã

01 (uma) vagapara Profissional da Educação Professor para a Escola Municipal Joaquim Ribas de Andrade – Período da Tarde

II -**02 (duas) vagas**para Profissional da Educação Professor para a Escola Municipal Padre Boleslau Liana – Período da Manhã

02 (duas) vagaspara Profissional da Educação Professor para a Escola Municipal Padre Boleslau Liana – Período da Tarde

III – **01 (uma) vaga**para Profissional da Educação Professor para a Escola Municipal Irmã Rosalina - Período da Manhã

lV – **03 (trêrs) vagas**para Profissional da Educação Professor para a Escola Municipal Dr. Mário Faraco – Período da Tarde

V – **01 (uma) vaga**para Profissional da Educação Professor para a Escola Municipal Professor Joaquim da Rocha Soares – período da manhã.

Vl – **01 (uma) vaga**para Profissional da Educação Professor para a Escola Municipal Especial Zilda Arns Neuman – período da tarde

VIl – **01 (uma) vaga**para Profissional da Educação - Educador para o Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho da Serra – Período Integral

VIII – **01 (uma) vaga**para Profissional da Educação - Educador para o Centro Municipal de Educação Infantil Profesora Margarida Flórida Chiló – Período Integral

lX –**02 (duas) vagas**para Profissional da Educação - Educador para o Centro Municipal de Educação Infantil Tia Niva – Período Integral

X –**03 (três) vagas**para Profissional da Educação - Educador para o Centro Municipal de Educação Infantil Brincando e Criando– Período Integral

I – DO PROCEDIMENTO A SER OBSERVADO

Art. 2º. Os servidores interessados em concorrer às vagas disponibilizadas por este Decreto deverão protocolar seu pedido mediante a entrega da ficha de inscrição (anexa a este Decreto), no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de sua publicação. O protocolo poderá ser realizado pelo site da prefeitura ou diretamente pelo link: https://balsanova.oxy.elotech.com.br/protocolo/abertura ProcessoExterno, devendo ser utilizado o seguinte assunto: 558 - PROCESSO SELETIVO DE REMOÇÃO – PROFESSOR. A ficha de inscrição para preenchimento está vinculada ao referido assunto.

Art. 3º. Caso apenas um servidor manifeste interesse para a vaga, o pedido será imediatamente deferido, dispensando a instrução do processo.

Art. 4º. Havendo mais de um candidato para a vaga, a Secretaria Municipal de Educação encaminhará o processo ao Departamento de Gestão de Pessoas, que deverá providenciar as seguintes informações sobre cada candidato:

I – Tempo de serviço na função de professor;
II – Titulação do candidato;
III – Idade do candidato;
IV – Tempo de serviço na unidade escolar atual.

Parágrafo único. O Departamento de Gestão de Pessoas deverá instruir o processo com cópia da ficha funcional do servidor interessado.

Art. 5º. Instruído o processo, os autos serão encaminhados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, que providenciará a elaboração da lista de candidatos e determinará sua publicação em Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

Art. 6º. Após a publicação da lista de candidatos, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte procederá à classificação, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 196, § 2º, da Lei Municipal n.222/1991.

Art. 7º. O resultado deste Processo Seletivo será divulgado antes do início do ano letivo de 2025.

II – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 04 de novembro 2024.

MARCOS ANTONIO ZANETTI
Prefeito de Balsa Nova

PROCESSO SELETIVO REMOÇÃO 2024

FICHA DE INSCRIÇÃO
Nome: _____
Data de nascimento: ____/____/____
RG:_____CPF:_____
Domiciliado em: _____
Bairro:_____
Cidade:_____Estado:_____CEP:_____
Telefone fixo: ( ) _____
Telefone celular: ( ) _____
Email:_____
Whatzap:_____
Conforme Processo Administrativo nº 27641/2024 me candidato a concorrer avaga na Instituição de Ensino _____
no período da _____.

Balsa Nova, _____ de _____ de 2024.

_____
Assinatura do (a) Candidato (a)

Por meio deste instrumento, **DECLARO**, que as informações são corretas, atualizadase verdadeiras, **AUTORIZANDO**, inclusive, a receber informações e notificações,eventualmente expedida pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo deRemoção, por intermédio de endereço eletrônico, whatzap, telefone ou outras meios decomunicações.

Publicado por:
Bianca Aparecida Bonka
Código Identificador:E1CBEA10

GABINETE
DECRETO N° 443/2024

SÚMULA: *Dispõe sobre os critérios das inscrições no Cadastro Municipal Unificado, da Classificação, da Reclassificação, da Documentação para Matrícula e da Transferência nas Instituições Educacionais Municipais e nas Instituições Conveniadas com o Município que atendem a Política Municipal de Educação Infantil para o Calendário Escolar de 2025, e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Balsa Nova e demais disposições aplicáveis a espécie, e conforme instrumentalizado no processo administrativo n. 27914/2024

CONSIDERANDOas metas e diretrizes estabelecidas na Lei n° 13.005, de 25.06.2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e, ainda, com fundamento na Lei Municipal nº 866/2015, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação de Balsa Nova PME – BALSA NOVA,

DECRETA

Art. 1º. Os critérios das inscrições, da classificação, da reclassificação, da documentação para matrícula e da transferência no Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova, nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino e, eventualmente, nas Instituições Conveniadas com o Município de Balsa Nova, que atendam a etapa da Educação Infantil, serão efetuados respeitando as diretrizes e os procedimentos deste Decreto.

I - DO CADASTRO MUNICIPAL UNIFICADO DE BALSA NOVA

Art. 2º. O Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova tem por objetivo planejar e organizar a oferta de vagas nas Instituições Educacionais Municipais e, eventualmente, nas Instituições Conveniadas com o Município que atendem a etapa Educação Infantil, tornando público e acessível aos munícipes a classificação dos cadastrados.

Art. 3º. O Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova será organizado em duas fases:

I -**Fase Inicial**: Inscrição a ser realizada nas Instituições Educacionais que atendem a etapa Educação Infantil – Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs de Balsa Nova.

II –**Fase deClassificação**: de acordo com os critérios previstos neste Decreto, pela instituição após o término da fase inicial, para atendimento à demanda.

§ 1°. Nesta fase, as "***vagas remanescentes***" serão disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova em âmbito Municipal, em observância à classificação referente aos artigos 7º e 8º deste Decreto e às opções de Instituições de Educação Infantil indicadas pelos pais ou responsáveis legais no ato de inscrição.

§ 2°. São critérios para distribuição das vagas existentes, respectivamente:

a) Será concedido prioridade de atendimento de crianças em "***situação de risco***" e "***aquelas com deficiência***", na forma estabelecida do artigo 98 da Lei n° 8.069/90, encaminhados mediante determinação judicial, pelo Conselho Tutelar de Balsa Nova, pelo Ministério Público e pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do Bugre e independente da colocação na lista de espera, com documentação comprobatória.

b) Os encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar de Balsa Nova e pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS do Bugre deverão ser devidamente fundamentados através de Laudo de Avaliação Social realizado por Assistente Social considerando os critérios adotados neste Decreto, a fim de esclarecer a situação de "***risco evidenciado***", podendo ser solicitado a estes órgãos complementação das informações se a "***situação de risco***".

c) As famílias cuja a renda "***per capita***" seja inferior a ½ (meio) salário mínimo nacional, considerando prioritárias as famílias que se encontram com "***maior tempo esperadas vagas remanescentes***" no Município de Balsa Nova, através de comprovação do "**PROTOCOLO**", realizado pela responsável da instituição no**PROTOCOLO DO (CMEI) CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÂO INFANTIL**, no transcorrer no**CALENDÁRIO ANUAL ESCOLAR de 2024,**que resultaram na instauração de processos administrativos contendo a data e horário da autuação.

d) A aferição de renda familiar, será de acordo com a documentação apresentada pela família, através da utilização das informações constantes no Cadastro Único do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, holerites, declaração do empregador, depósitos de Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, declaração do empregador, dentre outros.

e) a criança que se enquadrar no Item "***c***" somente será preterida na situação indicada no Item "***a***" e "***b***", assim como, nas situações que a família independente a sua renda comprovem:

01) o tempo de espera das vagas remanescentes através do**PROTOCOLO**, que resultaram na instauração de processo administrativo na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte de Balsa Nova no transcorrer do Calendário Anual de 2024;

02) nas situações que os pais exerçam atividades profissionais e não tenham parentes ou terceiros próximo para deixar seus filhos em decorrência de incompatibilidade de jornada e trabalho.

f) até que seja realizado o recadastramento, deverão ser observados os critérios previsto neste item para distribuição de vagas existentes, considerando a lista de espera anual.

g) A Lista de Espera para o Início do Ano Letivo de 2025 e o resultado final deste procedimento de cadastramento e atualização de dados pessoais, serão publicados na plataforma eletrônica do Município de Balsa Nova, bem como, nos Centros Municipais de Educação Infantil de Balsa Nova.

II - DOS PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL UNIFICADO DE BALSA NOVA

Art. 4º. A inscrição no Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova deverá ser feita pelos pais ou responsáveis legais, no período indicado em Edital publicado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova, disponibilizado na Imprensa Oficial Municipal e sítio eletrônico desta Municipalidade, devendo ser observado que:

I - a inscrição inicial no Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova poderá ser realizada em qualquer **Instituição Educacional Municipal que atende a etapa Educação Infantil,**e seu protocolo será efetivado junto ao CMEI Centro Municipal de Educação Infantil, deste município, pelo responsável da instituição cadastrante.

II - as vagas serão oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova, conforme classificação, porém,***A SUA DISPONIBILIDADE NÃO ESTARÁ VINCULADA AO LOCAL***utilizado para fins de inscrição no Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova.

Art. 5º. No momento da inscrição no Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova, os pais ou responsáveis legais deverão apresentar cópia dos seguintes documentos:

I - Certidão de Casamento e/ou declaração de união estável e, principalmente, de Nascimento da criança cadastrada e dos "***demais filhos de 0 a 18 anos"***de idade incompletos;

II - Cópia do CPF e CIRG ou documento oficial com foto, dos pais ou dos responsáveis legais pela criança, e demais membros integrantes daquele conjunto familiar;

III - comprovante judicial de guarda, sendo o caso;

IV - Comprovante de residência no Município de Balsa Nova, atualizado, em nome dos pais e ou responsáveis legais;

V - Laudo médico da criança deficiente;

VI - Documento que comprove participação no***Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal***(Cad Único e NIS) e ou Municipal comprovando situação de extrema vulnerabilidade social;

VII – comprovante atualizado de rendimentos (holerite) ou Declaração do Empregador, dos pais ou responsáveis legais e demais membros integrantes daquele conjunto familiar;

VIII - declaração atualizada de matrícula e frequência dos pais menores de dezoito anos, no ensino obrigatório, se no **período diurno;**

IX - Apresentação do protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras;

X – Declaração autorizando a equipe técnica de assistentes sociais a proceder buscas ativas, diligências e visitação na residência ou local de trabalho para suprir eventuais dúvidas necessárias para realização do Relatório Social e conferencia de informações;

XI – cópia da última anotação da Carteira de Trabalho da Previdência Social – CTPS ou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho;

XIII – Declaração informando o número de familiares e grau de parentesco das pessoas que convivem **na mesma residência**da criança (grupo familiar);

XIV – Outros documentos que se fizerem necessário para elaboração da Avaliação Social exigido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova.

Art. 6º. Uma vez entregues os documentos para cadastro a Instituição providenciará seu protocolo, autuação e realizará a avaliação dos documentos apresentados elaborando a classificação dos candidatos.

§ 1º. Efetuada a classificação, as Diretoras e/ou Agentes Educacionais dos Centros Municipais de Educação Infantil remeterão à Secretaria Municipal de Educação a lista de alunos classificados por turno.

§ 2º. A avaliação dos critérios de classificação será de responsabilidade funcional da diretora da Instituição e do agente educacional.

III - DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 7º As vagas nas Instituições Educacionais que atendem a Etapa Educação Infantil serão oferecidas atendendo as crianças de maior idade, respeitando a organização de turmas, faixa etária e período de inscrição, priorizando a seguinte ordem:

I –"***Crianças deficientes"***;

II - "***Situação de risco***" estabelecida do artigo 98 da Lei n° 8.069/90 encaminhados mediante determinação judicial, pelo Conselho Tutelar de Balsa Nova, pelo Ministério Público e pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do Bugre e independente da colocação na lista de espera;

III - As famílias cuja a renda "***per capita***" seja inferior a ½ (meio) salário mínimo nacional, considerando prioritárias as famílias no Município de Balsa Nova;

§1°. A Situação de Risco estabelecido no inciso II, deste artigo deverá ser comprovado por Laudo de Avaliação Social realizado por profissional inscrito no Conselho Regional da Assistência Social considerando os critérios adotados neste Decreto, assegurando, as Diretoras do Centros Municipais de Educação Infantil apresentarem quesitos e apontamentos para nova Avaliação Social.

§ 2°. Para fins de ordem classificatória das famílias cuja a renda per capita seja inferior a ½ (meio) salário mínimo nacional, será considerado:

a) nas situações que os pais exerçam atividades profissionais e não tenham parentes ou terceiros próximo para deixar seus filhos em decorrência de incompatibilidade de jornada e trabalho.

Art. 8º. Após o atendimento do disposto no artigo anterior, as vagas remanescentes serão oferecidas para as crianças de maior idade, em datas determinadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova e com o cronograma previsto pelo Edital publicado na Imprensa Oficial Municipal.

Art. 9º. A classificação dos cadastrados para as Instituições Educacionais que atendem a etapa Educação Infantil se dará em conformidade com os artigos 7º e 8º deste Decreto e com o cronograma previsto pelo Edital publicado na Plataforma Digital do Município de Balsa Nova.

Parágrafo único. Os critérios de classificação e desempate seguirão a ordem:

I - com período maior de espera sobre as vagas remanescentes, mediante solicitação através de "PROTOCOLO", e instauração de procedimento administrativo arquivado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova;

II - responsáveis legais com maior número de filhos de 0 a 6 anos de idade, devidamente comprovado, por meio de certidão de nascimento;

III - responsáveis legais com maior número de filhos de 7 a 18 anos de idade incompletos, devidamente comprovados, por meio de certidão de nascimento;

IV – responsáveis legais com maior número de parentes e familiares (tios, avós, etc.) que convivem na residência e domicílio da criança.

V – Responsáveis que exerçam atividades profissionais e não tenham parentes ou terceiros para deixar os filhos durante a jornada de trabalho.

Art. 10. A classificação dos cadastrados será disponibilizada no sítio eletrônico do Município de Balsa Nova, na data e horário apontados pelo Edital, publicado na Imprensa Oficial Municipal.

Parágrafo único. As inscrições serão realizadas durante o ano letivo de acordo com cronograma previsto pelo Edital publicado na Imprensa Oficial Municipal, desta forma as listas de classificação terão **validade de 6 meses**, devendo ser renovadas as informações para renovação do cadastro.

IV - DA ATUALIZAÇÃO DE DADOS E DA RECLASSIFICAÇÃO

Art. 11. Os cadastros realizados no ano letivo de 2024, serão automaticamente recadastrados para o ano de 2025, com as mesmas notas;

I - O período de 6 meses para atualização permanece o mesmo, considerando a data de protocolo;

II - No ato da atualização do cadastro serão necessários os seguintes documentos:

Comprovante de endereço atualizado;
Comprovante de renda atualizado.

III - a atualização será realizada dentro do processo inicial de cadastro.

V - DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS

Art. 12. As vagas nas Instituições Educacionais que atendem a Etapa Educação Infantil serão atribuídas atendendo o disposto nos artigos 7º e 8º deste Decreto nas seguintes conformidade:

I - Distribuição das vagas de acordo com as opções indicadas pelos pais e/ou responsáveis legais no ato de inscrição, podendo optar por mais de uma instituição; conforme o cronograma previsto pelo Edital publicado na Imprensa Oficial Municipal.

VI - DA MATRÍCULA

Art. 13. No ato da matrícula, os pais e/ou responsáveis legais deverão preencher formulário específico, constando dados e informações pessoais, na Instituição Educacional uma foto 3X4 da criança, e entregar para **simples conferência** os respectivos originais:

I - Certidão de Nascimento da criança;

II - Comprovante de residência no Município de Balsa Nova atualizado em nome dos pais e/ou responsáveis legais;

III -Declaração de vacinação atualizada;

IV - Cartão do SUS da criança;

V - Cópia do CPF e CIRG ou documento oficial com foto dos pais ou responsáveis legais;

VI - Comprovante judicial de guarda, sendo o caso;

VII - Laudo médico dos pais, responsável legal ou irmão/irmã deficiente;

VIII- documento que comprove participação no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e ou Municipal comprovando situação de extrema vulnerabilidade social, sendo o caso;

X - Declaração atualizada de matrícula e frequência dos pais menores de dezoito anos, no ensino obrigatório, no período diurno, para a comprovação do critério previsto no inciso IX do artigo 5º deste Decreto, sendo o caso;

XI - comprovante de trabalho dos pais ou responsáveis legais:

a) Carteira de Trabalho constando contrato de trabalho e comprovante de rendimentos (holerite);

b) trabalhadores autônomos ou informais: carnê de contribuição do INSS, registro de Microempresário Individual ou carnê de contribuição do ISS;

c) declaração de trabalho do empregador, informando o tipo de atividade realizada, renda e carga horária semanal, assinada por duas testemunhas.

Art. 14. O não comparecimento dos pais e/ou responsáveis legais para a efetivação da matrícula na Instituição Educacional, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**a partir da divulgação dos resultados no diário oficial, ensejará na desclassificação do candidato e no chamamento do próximo candidato classificado.

Parágrafo único. É responsabilidade exclusiva dos pais ou responsáveis legais das crianças em acompanharem as publicações e boletins de chamamento disponibilizado periodicamente no sítio eletrônico do Município de Balsa Nova, não sendo obrigatório a comunicação de qualquer outra forma.

Art. 15. A criança que não comparecer à Instituição Escolar, sem justificativa dos pais ou responsáveis legais, por 10 (dez) dias consecutivos será considerado desistente e terá a vaga preenchida pelo próximo candidato da lista de classificação.

Parágrafo único. O afastamento da criança motivado por situações particulares poderá ser concedido pela Direção da Instituição Escolar.

VII - DA TRANSFERÊNCIA

Art. 16. Havendo interesse os pais e/ou responsáveis legais poderão solicitar transferência de crianças regularmente matriculadas nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino e, eventualmente, nas Instituições conveniadas com o Município que atendem a etapa da Educação Infantil, conforme previsto em Edital publicado na Imprensa Oficial Municipal.

Parágrafo único. Os critérios e procedimentos de transferência serão regularizados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova no ato convocatório para realização do cadastramento.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As vagas serão oferecidas para as crianças, cujos pais ou responsáveis legais **comprovem residir/domiciliar no Município de Balsa Nova**.

Parágrafo único. a residência poderá ser confirmada a qualquer momento através de diligência, a ser realizada pela Secretaria de Educação, e constatando incompatibilidade da informação prestada, **perder-se-á imediatamente a vaga.**

Art. 18. As crianças não contempladas com vagas, permanecerão nas listas de classificação do Cadastro Municipal Unificado do ano letivo de 2025.

Art. 19. A criança, cujos pais ou responsáveis legais não efetuarem a matrícula dentro do prazo determinado, conforme, sairá na lista de classificação do Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova, deverá realizar nova inscrição.

Parágrafo único. Por ocasião do recadastramento deverá ser entregue aos pais ou responsáveis das crianças protocolo de inscrição devendo constar nesse que para permanência na lista de espera**deverá ser realizada renovação da inscrição a cada seis meses, sob pena do nome ser retirado da lista**.

Art. 20. O preenchimento das vagas nas Instituições Educacionais que atendem a etapa Educação Infantil respeitará a relação de quantidade criança/adulto, a faixa etária e o espaço físico de cada Instituição Educacional.

Art. 21. Nas Instituições Educacionais que atendem a etapa Educação Infantil, somente serão efetuadas matrículas de crianças a partir de quatro meses de idade.

Art. 22. Terão direito ao acesso à mesma Instituição Educacional irmãos gêmeos que forem contemplados para fins de matrícula.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova.

Art. 24. A eventual ampliação da estrutura física dos Centros Municipais de Educação Infantil, bem como, a abertura de vagas mediante a contratação de "Servidores Públicos da Educação" e "Profissionais da Educação - Educador", regulamentado pelas Leis Municipais 661/2012 e 856/2015, ficará condicionado a prévio estudo de viabilidade técnica e financeira considerando as limitações prevista no §1°, do artigo 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal e artigo 169 da Constituição Federal, que determina que a despesa com pessoal ativo e inativo da União não poderá exceder os limites estabelecidos nesta Lei Complementar.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 07 de novembro 2024.

MARCOS ANTONIO ZANETTI
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Bianca Aparecida Bonka
Código Identificador:2F5D28D3

GABINETE
DECRETO N° 444/2024

SÚMULA: *Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Monitoramento do Cadastro Municipal Unificado das Matrículas nas Instituições da Etapa da Educação Infantil do Município de Balsa Nova e Comissão Especial de Avaliação Social, e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Balsa Nova e demais disposições aplicáveis a espécie, e conforme instrumentalizado no processo administrativo n. 27914/2024,

DECRETA

Art. 1°. Instituir a Comissão Municipal de Monitoramento do Cadastro Municipal Unificado das Matrículas nas Instituições da Etapa da Educação Infantil do Município de Balsa Nova com a finalidade de orientar, coordenar e monitorar o processo de ocupação das vagas disponibilizadas no atendimento da Educação Infantil no Município de Balsa Nova.

Art. 2º. A Comissão Monitoramento do Cadastro Municipal Unificado das Matrículas nas Instituições da Etapa da Educação Infantil do Município de Balsa Nova será constituída pelos seguintes membros:
I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
a) Titular:**EMILY GRITTEN**
b) Suplente:**GRAZIELE BATHKE**
II – Representantes da Secretaria da Secretaria Municipal de Administração
a) Titular: **FERNANDO MAGATÃO**
b) Suplente: **JOSIANE ALVARISTO**
III – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde
a) Titular: **RENATA BRUNIERE XAVIER**
b) Suplente: **FABIOLA DO CARMO VIEIRA**

IV – Representante da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
a) Titular: **ALAN RICARDO BATISTA ROSA**
b) Suplente: **GUSTAVO CORDEIRO**
V – Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços
a) Titular: **KELI DO ROCIO ROSSA**
b) Suplente: **DANIEL AUGUSTO BERTOTTI**
VI – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
a) Titular:**ANDREIA PEREIRA**
b) Suplente: **MÁRCIA TEREZINHA FLOR TEODORO DA SILVA**
VII – Representantes da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio
a) Titular: **OSWALDO DIAS DOS SANTOS JUNIOR**
b) Suplente: **CÉLIA RAMOS FERREIRA**

Art. 3º. A Equipe Técnica será constituída pelos membros a seguir, sendo que o primeiro assumirá a função de coordenação dos trabalhos da equipe multidisciplinar:
I – Coordenador da Equipe Técnica, com formação em pedagogia: **KAMILLA CAROLINE FIACOSQUE**
a) Titular:
II – Representantes da Educação Infantil: **RENATA GIOVANA DOMINGUES**
a) Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil – **CMEI - BRINCANDO E CRIANDO**;
b) Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil – **CMEI - PROF. MARGARIDA FLORIDA CHILO;**
c) Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil – **CMEI - TIA NIVA;**
d) Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil – **CMEI - JARDIM DA ALEGRIA;**
e) Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil– **CMEI - CANTINHO DA SERRA.**
III – Documentador Oficial: **MARCOS ALVES DE LIMA.**
IV – Planejamento Financeiro: **MARLI DO ROCIO KULKA**
V – Comissão Especial de Avaliação Social, será constituída pelas Assistentes Sociais:
a)**ELISETE DANTAS DE SOUZA NASCIMENTO**
b)**ELAINE RIBEIRO DOURADO**

Art. 4º. A Comissão de Monitoramento do Cadastro Municipal Unificado das Matrículas nas Instituições da Etapa da Educação Infantil do Município de Balsa Nova tem por competências:
I - Monitorar anualmente e avaliar a mensalmente a publicação da lista atualizada do Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova, nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino Infantil.
II - Analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas.
III - Organizar os trabalhos mediante prévia convocação para as reuniões, elaboração do cronograma de reuniões, pautas, material de estudos.
IV - Apropriar-se do Plano Municipal de Educação e demais disposições cabíveis a espécie.
V - Envolver todas as esferas administrativas e as instituições que atuam ou interferem na Política Municipal de Educação Infantil em todo território municipal.
VI - Promover reuniões de estudo das informações que foram sistematizadas pela Equipe Técnica Multidisciplinar para avaliação de metas e ações que se fizerem necessária para ampliação de vagas nas Instituições Municipais de Educação Infantil.
VII - Promover debates para, então, emitir relatórios sobre a evolução das metas;
VIII - Buscar apoio técnico da equipe técnica e parceiros, estes últimos se necessário, para melhor fundamentação do relatório e seus acessórios.
IX - Divulgar, amplamente, o Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova para Matrícula no Ensino Infantil construídos por meios eletrônicos e presencial, em reuniões nas escolas e órgãos colegiados e Conselhos Municipais.
X - Recolher com o apoio da equipe técnica, as análises e as impressões manifestadas durante a exposição/divulgação dos Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova para Matrícula no Ensino Infantil, enviando a cada ano, a sistematização destas contribuições a todas as instituições envolvidas no processo.

Art. 5º. Ficam estabelecidas como atribuições da Equipe Técnica:
I – Subsidiar a Comissão Municipal de Monitoramento Cadastro Municipal Unificado de Balsa Nova, nas Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino Infantil, fornecendo informações e dados atualizados, oriundos de fontes oficiais, em todo o processo de recadastramento.
II – Juntamente com a Comissão de Monitoramento do Cadastro Municipal Unificado das Matrículas nas Instituições da Etapa da Educação Infantil do Município de Balsa Nova, elaborar e apresentar relatórios do monitoramento anualmente.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 07 de novembro de 2024.

MARCOS ANTONIO ZANETTI
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Bianca Aparecida Bonka
Código Identificador:345B4531

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE Nº.105/2024

O Prefeito do Município de Barbosa Ferraz/PR, Senhor Edenilson Aparecido Miliossi, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** que o Poder Executivo do Município firmou em 07 de Novembro de 2024, o **CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SALDO REMANESCENTE N.105/2024** com a F.A VEDOVOTO

DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º 77.979.334/0001-83, com sede no(a)RUA MARECHAL DEODORO, 520, decorrente do **Processo Licitatório** Pregão n.º39/2023, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR., pelo **valor total de R$** 25.526,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e vinte e seis reais), com vigência até 31/05/2025.

Documento assinado no original pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:EACE57D1

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2024 - MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Edenilson Aparecido Miliossi, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***627079**, portador da carteira de identidade n.º *737.444*, e

CONTRATADA: IDEAL GUAPO LTDA, CNPJ: 03.626.094/0012-50.

PROCESSO LICITATORIO: Pregão nº 16/ 2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL, GASOLINA COMUM E ETANOL HIDRATADO – ARLA) PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES E OU LOCADOS AO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR..

VALOR: R$ 2.141.050,00 (dois milhões, cento e quarenta e um mil e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 Meses

DATA DE ASSINATURA DA ATA: 11/10/2024

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 11 de outubro de 2024

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:E71D344B

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 32/2024.

DECRETO MUNICIPAL Nº 32/2024.

SÚMULA: "Dispõe sobre a Unidade de Valor de Custeio (UVC) para o exercício de 2025 do Município de Barbosa Ferraz e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **EDENILSON APARECIDO MILIOSSI,** no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso V do art. 55 da Lei Orgânica do Município, com fulcro na Lei Complementar nº 2.568/2022 e demais legislações vigentes;

Considerando a necessidade de atualizar o preço da UVC – Unidade de Valor para Custeio para fins de atendimento ao princípio da capacidade econômica do contribuinte para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP.

DECRETA:

Fica atualizado em R$ 181,03 (cento e oitenta e um reais e três centavos) o valor da UVC – Unidade de Valor para Custeio para fins de cálculo do valor da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, de acordo com o percentual de 4,20 % (quatro vírgula vinte por cento), em conformidade com o Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pelo Instituto Fundação Getúlio Vargas-FGV com relevância ao período de Janeiro de 2024 à Outubro de 2024, aos imóveis edificados ou não, ligados diretamente à rede de distribuição de energia elétrica, com observância dos percentuais de desconto constantes do ANEXO I.

O valor estabelecido no artigo anterior entra em vigor a partir da data de 01 de janeiro de 2025.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Barbosa Ferraz, 7 de novembro de 2024

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI
Prefeito Municipal

ANEXO I
TABELA PARA FINS DE COBRANÇA DA COSIP – EXERCICIO 2025

VALORES VIGENTES A PARTIR DE 01.01.2025 – UVC R$ 181,03		
RESIDENCIAL		
CONSUMO	VALOR	PERCENTUAIS DE DESCONTO
101 a 120	R$ 18,10	90%
121 a 200	R$ 27,15	85%
201 a 350	R$ 36,21	80%
351 a 600	R$ 45,26	75%
601 a 1000	R$ 90,52	50%
Acima de 1001	R$ 181,03	0%

COMERCIAL		
CONSUMO	VALOR	PERCENTUAIS DE DESCONTO
101 a 120	R$ 18,10	90%
121 a 200	R$ 27,15	85%
201 a 350	R$ 36,21	80%
351 a 500	R$ 45,26	75%
501 a 600	R$ 90,52	50%
601 a 1000	R$ 117,67	35%
10001 a 1500	R$ 144,82	20%
Acima de 1501	R$ 181,03	0%

INDUSTRIAL		
CONSUMO	VALOR	PERCENTUAIS DE DESCONTO
101 a 120	R$ 18,10	90%
121 a 200	R$ 27,15	85%
201 a 350	R$ 36,21	80%
351 a 500	R$ 45,26	75%
501 a 600	R$ 90,52	50%
601 a 1000	R$ 117,67	35%
10001 a 2000	R$ 162,93	10%
Acima de 2001	R$ 181,03	0%

PODER PUBLICO		
CONSUMO	VALOR	PERCENTUAIS DE DESCONTO
101 a 120	R$ 18,10	90%
121 a 200	R$ 27,15	85%
201 a 350	R$ 36,21	80%
351 a 500	R$ 45,26	75%
501 a 600	R$ 90,52	50%
601 a 1000	R$ 117,67	35%
10001 a 1500	R$ 144,82	20%
Acima de 1501	R$ 181,03	0%

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:BD5CAFBD

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 287/2024

PORTARIA N° 287/2024
De: 06/11/2024

SÚMULA: "Dispõe sobre a transferência do servidor Vanderlei Mendes Toledo e dá outras providências".

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1° - Fica transferido o servidor **VANDERLEI MENDES TOLEDO,** matrícula 501911, nomeado para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista, conforme especificado abaixo:
Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para a **Secretaria Municipal de Obras, Projetos e Serviços Urbanos**, sede, Município de Barbosa Ferraz Pr, local de trabalho **Almoxarifado** a contar de 07 de outubro de 2024.

Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 06 de outubro de 2024.

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francelania de Matos
Código Identificador:9D061CA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 286/2024

PORTARIA N° 286/2024
DE: 05/11/2024

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO FUNCIONAL DE SERVIDOR (A) PÚBLICO MUNICIPAL PERTECENTE AO QUADRO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO, a Emenda Constitucional EC 109/2019, que implantou a Reforma da Previdência, o parágrafo 13 do artigo 37 estabelece que "o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem".

CONSIDERANDO, que o instituto da readaptação tem o objetivo de manter em atividade produtiva aqueles servidores que sofreram limitações de suas capacidades em decorrência de doença ou acidente.

CONSIDERANDO, que a readaptação deve ser precedida, preferencialmente, de manifestação da autarquia que gere o Regime Geral de Previdência Social, in casu, Instituto da Seguridade Social, aplicando-se no que couber as regras da Reabilitação Profissional.

CONSIDERANDO, que o art. 37, §13, da Constituição, que disciplina a readaptação de servidores públicos, é norma de eficácia plena, estando apta à imediata aplicação pela administração pública, independentemente de legislação infraconstitucional, de modo que os entes federativos que não a previam em seu ordenamento deverão admiti-la, ao passo que os que a estabeleciam em sua legislação local deverão adaptá-la, se necessário, para se alinhar ao comando constitucional.

R E S O L V E:

Art. 1° - READAPTAR a servidora **MARCIA GINKO DE SOUZA**, matrícula 501918 ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Comunitário (a) de Saúde (40 horas semanais**), para exercer as atribuições do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO (A)** (40 horas semanais) a partir de 04 de novembro de 2024.
Parágrafo Único. A readaptação que trata o artigo supracitado dar-se-á, com fulcro no Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Barbosa Ferraz Lei n° 2.269/2018.

Art. 2º - A servidora readaptada exercerá sua nova função observando as normas específicas que a regem, tais como as de horário e de jornada de trabalho, de subordinação hierárquica, dentre outras.

Art. 3º - A servidora readaptada submeter-se-á, anualmente, a exame médico realizado por junta médica oficial, a fim de ser verificada a permanência das condições que determinaram sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 04/11/2024.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 05 de novembro de 2024.

EDENILSON APARECIDO MILIOSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francelania de Matos
Código Identificador:0575A5CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 259/2024, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

EDIMAR DE FREITAS ALBONETI, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e,
CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público Edital nº. 01/2024 de 19/02/2024 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 19/02/2024 – Edição 2963 – págs.535à573*), realizado em 28/04/2024 e 19/05/2024 (provas objetivas) e nos dias: 15 e 16/06/2024 (avaliação provas práticas), homologação do resultado em 28/06/2024, Edital de Convocação nº. 13.01/2024 de 14/10/2024 (*publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP – no dia 15/10/2024 – Edição 3132 – págs.34e35).*
CONSIDERANDO rigorosamente a ordem de classificação:
RESOLVE:
Art. 1º – NOMEAR a partir de 08/11/2024, a servidora Srª. TATIANE GLÓRIA DE ANDRADE – aprovada no Concurso Público Edital nº. 01/2024, para exercer o cargo de MONITORA DE ALUNOS (*3ª colocada – Vaga A/C*).
Art. 2º – A verba remuneratória de **Monitora de Alunos** – será em conformidade com o Nível/Ref. 02 (conf. anexo I e III págs. 24e25 e 91 da Lei nº. 821/2023 de 18/09/2023 – Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário e Regime Previdenciário RGPS.
Art. 3º – A servidora admitida no caput do art. 1º será submetida a Estágio Probatório, podendo haver rescisão do contrato de trabalho

por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.
Art. 4º – A servidora em questão, tem o prazo de 15 dias para tomar posse, contados da data de publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais 5 dias, a requerimento do interessado (conf. Art. 18 §1º Lei nº. 16/1993 de 23/09/1993).
Art. 5º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré - PR, em 07 de novembro de 2024.

EDIMAR DE FREITAS ALBONETI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdir Garcia Gebim
Código Identificador:B27759A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO, EDIÇÃO 3149

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 47/2024.
Matéria publica do Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 07/11/2024. Edição 3149.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, cujo a abertura das propostas: das 08h30min. às 09:00 horas do dia 23/09/2024 e inicio da sessão de disputa de preços: 09h01min. do dia 03/10/2024. Ficou constatado que não houve apresentação de propostas para este certame. Posto isto, declaro como DESERTO este processo licitatório.

Onde se lê:

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 01 de outubro de 2024.

Passa-se a ler:

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 01 de novembro de 2024.

Barra do Jacaré/PR, em 07 de novembro de 2024.

EDIMAR DE FREITAS ALBONETI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:636EEB4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº. 1768/2024 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

SUMULA: Dispõe sobre atualização de membros do CONSELHO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

O Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, Sr. Edimar de Freitas Alboneti, usando de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1° – Ficam nomeados os membros para comporem a atualização do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Educação – Conselho FUNDEB seguindo as normas da nova Lei do FUNDEB n°. 14.113.

Art 2º – Os membros do Conselho do FUNDEB serão representados pelos seguintes seguimentos:

I – Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Titular: Juslaine Peres de Macedo
Suplente: Rodrigo Aguiar

II – Representante do Conselho Tutelar:
Titular: Nilson Xavier da Costa
Suplente: Ingrid Lohan Rosa Falasca

III – Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas Municipais:
Titular: Luciana Fernanda da Cunha Goulart (vice-presidente)
Suplente: Leidiane Paula Dini Gaioto Calixto

IV – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:
Titular: Anézia Ferreira Fidelis
Suplente: Eliane Ferreira de Lima
Titular: Leoni de Aparecida de Souza
Suplente: Cleusa Aparecida dos Santos Silva
Titular: Rosineis Aragão Rodrigues
Suplente: Célia Zanatta dos Reis
Titular: Zilda Zanatta de Lima
Suplente:Silvia da Silva

V – Representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública Municipal:
Titular: Andreia Aparecida da Silva
Suplente: Aleia Cristine Branco Girotto
Titular: Flaviana Sauné Fernandes Deichuke
Suplente: Ivanil Juvencio dos Santos

VI – Representantes do Poder Executivo Municipal:
Titular: Eduarda Gabrielli Nunes Pereira
Suplente: Roger Adam Braian de Araújo

VII – Representantes do Poder Executivo Municipal da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Thaís Carolina Miquelino Pereira
Suplente: Leticia Leandro Dutra

VIII – Representantes dos servidores Técnico-Administrativos da Educação Básica Pública Municipal:
Titular: Simone Maria Gonçalves
Suplente: Luzia Alves de Mira

IX – Representantes dos Professores da Educação Básica Pública Municipal:
Titular: Valéria Cristina de Souza (Presidente)
Suplente: Ana Paula Marques Ramos.

Art 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto nº. 1.755/2024 de 27 de setembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré/PR, aos 07 de Novembro de 2024.

EDIMAR DE FREITAS ALBONETI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:860E5427

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 072/2024
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: TIAGO TURRA
Vigência...: Início: 07/11/2024 Término: 28/08/2025
Licitação..: Credenciamento Nº.: IL16/2024

Recursos...: Dotação: 151 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.20 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
217 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
216 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
152 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.20 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
150 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.20 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
84 - 1 . 6001 . 12 . 122 . 9 . 2.13 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
275 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
270 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.40 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
14 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 1 . 2.2 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
269 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.40 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
268 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.40 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
267 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.40 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
470 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
130 - 1 . 6001 . 12 . 365 . 9 . 2.17 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
128 - 1 . 6001 . 12 . 365 . 9 . 2.17 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
64 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
253 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
252 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
251 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
58 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.7 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
176 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
175 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
174 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
446 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
173 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
172 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
298 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 2.46 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
442 - 1 . 3001 . 4 . 122 . 1 . 2.5 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
297 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 2.46 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
295 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 2.46 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
439 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
102 - 1 . 6001 . 12 . 365 . 9 . 2.14 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
38 - 1 . 3001 . 4 . 122 . 1 . 2.5 . 0 . 339039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Objeto.....: CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS (HORA TRABALHADA) DE MÃO DE OBRA MECÂNICA DE CAMINHÕES, ONIBUS, CAMIONETES, MICRO ONIBUS E VANS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA
GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 07/11/2024

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:14EA8F44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL20/2024
b) Modalidade: Inexigibilidade
c) Data Homologação: 07/11/2024
d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LAINE ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA - ESPAÇO SOU ARTE PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO DE NATAL DURANTE AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

4266 - LAINE ASSESSORIA E TREINAMENTO LTDA (08.245.733/0001-06)

TOTAL GERAL: R$ 37.500,00

Bela Vista da Caroba, 07/11/2024.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:11A006C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2024

O Município de Bela Vista da Caroba através da Secretaria Municipal de Educação torna público para ciência dos interessados, que estará realizando às 08:30 no dia 28/11/2024, a abertura do edital de Chamada Pública nº. 008/2024, aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, do Município de Bela Vista da Caroba, o Edital poderá ser retirado diretamente na Sede do Departamento de Licitação do Município de Bela Vista da Caroba, a partir da publicação do aviso, das 08h00min às 11h30min e 13h00min às 17h00min durante o expediente, na Rua Rio de Janeiro, nº.1021, Centro.

Bela Vista da Caroba, 07 de novembro de 2024.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:F6EABDE0

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO Nº. 657/2024

Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município para o Exercício de 2024 e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal De Bela Vista da Caroba, Estado Do Paraná, no uso de suas atribuiçoes conferidas pela legislação vigente e de acordo com art. 1ª E 2º da Lei Municipal nº 657/2024;

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento geral do Município de Bela Vista da Caroba, para o exercício de 2024, crédito especial suplementar no valor de R$ 116.931,69 (cento e dezesseis novecentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos) para suplementação das contas conforme segue:
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Órgão Orçamentário: 5000- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Unidade Orçamentária: 5001 – DEPARTAMENTO AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Função: 20 - Agricultura
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 7 – Agricultura – Desenvolvimento Rural e Sustentável
Ação: 2.10 – Consórcio Intermunicipal PODSRFS do PR - CIFRA
Despesa 484– 4.4.72.51 – Obras e Instalações: R$ 109.046,69
Despesa 485 – 4.4.72.52 – Equipamentos e Material Permanente R$ 7.885,00
Fonte de recurso: 1000 – Recursos Livres.
Total da Unidade Orçamentária: 116.931,69

Art. 2º - Os recursos necessários á cobertura do crédito mencionado no Art. 1º deste instrumento, serão obtidos na forma do Art. 43º da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, sendo anulação parcial da seguinte dotação:
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Unidade Orçamentária: 90001 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
Função: 99 – Reserva de Contingência
Subfunção: 999 – Reserva de Contingência
Programa: 0 – Operações Especiais
Ação: 0.99 – Reserva de Contingência
Despesa 382 – 9.9.99.99 – Reserva de Contingência: R$ 116.931,69
Fonte de recurso: 1000 – Recursos Livres.
Total da Unidade Orçamentária: 116.931,69

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º – Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, 06 de novembro de 2024.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediclei Luiz Paloschi
Código Identificador:21071BA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BITURUNA

CÂMARA MUNICIPAL DE BITURUNA
PORTARIA Nº 018/2024

SÚMULA: DESIGNAÇÃO DE SUBSTITUTO PARA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES E DEMAIS COMISSÕES.

O Presidente da Câmara Municipal de Bituruna - PR, no uso das suas atribuições legais, conferidas pelo **artigo 27º do Regimento Interno e Parágrafo Único**, aprovado pela Resolução nº 008/2009 de 03 de agosto de 2009, e suas alterações.

R E S O L V E:
Art. 1º - Pela investidura do vereador **João Marcel Nhoatto** em Cargo de Agente Político de Secretário de Desenvolvimento Social e Comunitário, conforme a Portaria n.º 173/2024 de 05/11/2024, emitida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Fica designado o primeiro suplente vereador **Rafael Rodolfo Ganzer**, o qual tomou posse para substituir o vereador em Exercício nas seguintes Comissões:

I – Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final;
II – Comissão de Finanças e Orçamento, e;
III - Comissão para Avaliação de Desempenho Funcional.
Art. 3º - A substituição perdurará enquanto persistir à investidura do membro da referida Comissão.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões Bernardo Roveda, Bituruna - Pr, 05 de novembro de 2024.

MÁRIO BONK
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Sergio Luis Kampmann
Código Identificador:37E1CB41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 174/2024

Rodrigo Rossoni, Prefeito Municipal de Bituruna, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Considerando ser pertinente a solicitação de parecer jurídico devido as particularidades do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado por 60 dias o prazo para conclusão do **Processo Administrativo nº 001/2024**, em conformidade com o Art. 152, da Lei Complementar 001/2001.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço do Índio, 07 de novembro de 2024.

RODRIGO ROSSONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlos Padilha
Código Identificador:82C069CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Deliberação Nº. 003/2024
O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, de Bituruna - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 1123/2006 de 15 de agosto de 2006 e considerando a deliberação da reunião extraordinária realizada no dia 05 de novembro de 2024 e registrada na ata 02/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar Plano de Ação e Termo de Adesão referente à deliberação 034/2024, que trata sobre Incentivo Financeiro Paraná Viaja Mais 60 Fase II, repasse em parcela única do do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR.

Art. 2º - A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Bituruna, 05 de novembro de 2024.

SILVANA DE FREITAS
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Eliseu Padilha de Quadros
Código Identificador:1B9A4882

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

CAMARA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA Nº 09-2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo de Dispensa nº 09/2024

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COPA E COZINHA E MATERIAL DE LIMPEZA, CONFORME A NECESSIDADE DA CÂMARA.

Eu, CESAR RIBEIRO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Boa Ventura de São Roque, de conformidade com o Parecer da Assessoria Jurídica, HOMOLOGO a classificação referente ao processo licitatório na modalidade Processo de Dispensa nº 09/2024, em cumprimento ao disposto no Art. 176, I da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, tornar público o resultado da presente licitação, homologo e adjudico como vencedoras, as seguintes proponentes:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
ADRIEL RIBEIRO DE SOUZA E CIA LTDA ME CNPJ 18.087.663/0001-50 RUA SALDANHA MARINHO Boa Ventura de São Roque-PR CEP 85225-000	17.456,47	Dezessete Mil, Quatrocentos e Cinqüenta e Seis Reais e Quarenta e Sete Centavos	EM ATÉ O 5º DIA ÚTIL APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL	001, 002, 003
C.L.N. ALIMENTOS ME CNPJ 19.593.903/0001-51 AV. DALZOTTO 791 ANDAR 2 Boa Ventura de São Roque-PR CEP 85225-000	18.689,83	Dezoito Mil, Seiscentos e Oitenta e Nove Reais e Oitenta e Três Centavos	EM ATÉ O 5º DIA ÚTIL APÓS A EMISSÃO DA NOTA FISCAL	001, 002, 003

Homologo a presente licitação.

Boa Ventura de São Roque, 07/11/2024.

CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Josilene Bueno de Oliveira
Código Identificador:D2A3EC71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
MUNICÍPIO: Boa Ventura de São Roque
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 26/2024
Processo Adm: Nº 428/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E LAZER, ATRAVÉS DO INCENTIVO AO PROJETO PARANÁ VIAJA MAIS 60, DESTINADOS A PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE; A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR. Eu, Edson Flavio Hoffmann, Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, de conformidade com o Parecer da Assessoria Jurídica, HOMOLOGO a classificação do Agente de Contratação do Município, nomeado pelo Decreto 56/2024, referente a Dispensa Eletrônica sob o n.º 26/2024, em cumprimento ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, torna-se público o resultado da Dispensa de licitação realizada no dia 05/11/2024, as 09 horas em epigrafe, adjudicando como vencedor pelo critério menor preço por lote, a seguinte proponente:
Homologa-se para a Proponente conforme classificação:
PROPONENTE: MAESTRO ÁGUAS QUENTES DE BELTRAO LTDA, CNPJ:39.819.582/0001-78.
Com o lote: 1 no valor total de R$ 29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos reais).
Totalizando um valor global total de **R$:29.200,00 (vinte e nove mil e duzentos reais).**
Homologo a presente licitação.

Boa Ventura de São Roque, 07 de novembro de 2024

EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Roberto Pagnussatti
Código Identificador:06E34E69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2024
Processo Adm: Nº 442/2024
Objeto: 2.1 – O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE QUADROS E FOTOS AÉREAS, a pedido da Secretaria de Administração deste Município.** Eu, Edson Flavio Hoffmann, Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, de conformidade com o Parecer da Assessoria Jurídica, HOMOLOGO a classificação do Agente de Contratação do Município, nomeado pelo Decreto 56/2024, referente a Dispensa Eletrônica sob o n.º 27/2024, em cumprimento ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, torna-se público o resultado da Dispensa de licitação realizada no dia 01/11/2024, as 09 horas em epigrafe, adjudicando como vencedor pelo critério menor preço por lote, a seguinte proponente:
Homologa-se para a Proponente conforme classificação:
PROPONENTE: MANOEL HENRIQUE GARCIA LTDA,CNPJ: 11.419.119/0001-10 com o lote: 1 no valor total de R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).
Totalizando um valor global total de **R$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).**
Homologo a presente licitação.

Boa Ventura de São Roque, 07 de novembro de 2024

EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Roberto Pagnussatti
Código Identificador:3F9FBBEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 28/2024
Processo Adm: Nº 445/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA ATUARIAL PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS DE SIMULAÇÕES ATUARIAIS, A PEDIDO DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR. Eu, Edson Flavio Hoffmann, Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, de conformidade com o Parecer da Assessoria Jurídica, HOMOLOGO a classificação do Agente de Contratação do Município, nomeado pelo Decreto 56/2024, referente a Dispensa Eletrônica sob o n.º 28/2024, em

cumprimento ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, torna-se público o resultado da Dispensa de licitação realizada no dia 06/11/2024, as 09 horas em epigrafe, adjudicando como vencedor pelo critério menor preço por lote, a seguinte proponente:
Homologa-se para a Proponente conforme classificação:
PROPONENTE: RPREV CONSULTORIA ATUARIAL LTDA, CNPJ: 46.147.565/0001-05 com o lote: 1 no valor total de R$ 4.499,00 (quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais).
Totalizando um valor global total de **R$: 4.499,00 (quatro mil e quatrocentos e noventa e nove reais).**
Homologo a presente licitação.

Boa Ventura de São Roque, 07 de novembro de 2024

EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Roberto Pagnussatti
Código Identificador:187F86DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 325/2024

PORTARIA Nº 325/2024

SUMULA: DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ANALISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS EDITAIS DA LEI PAULO GUSTAVO, EDITAL Nª 66/2023 – AUDIOVISUAL E DO EDITATL Nª 67/2023 – DEMAIS ÁREAS DA CULTURA DO MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.

O Prefeito do Município de Boa Ventura de São Roque- PR, Sr. Edson Flávio Hoffmann, no uso de suas atribuições legais, resolve e:

DECRETA

Art. 1° - Fica composta a composição da comissão de análise da prestação de contas dos Editais da Lei Paulo Gustavo: Edital Nª 66/2023 – Audiovisual e do Edital Nª 67/2023- Demais Áreas da Cultura, sendo coordenado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Izabel Camargo de O. de Lima, Conforme Decreto nª 48/2021 do município de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná.

Representantes da comissão Membros do conselho municipal de cultura
Nome: Eloisa Leite Zaluski
Nome: Ivane Teresinha Zin
Nome: Andressa Caroline Miranda Kuachinhak
Art.2 ° - Esta portaria entrará em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 06 de novembro de 2024.

EDSON FLÁVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:DFA83CFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 326 /2024

PORTARIA N° 326 /2024
O **SENHOR EDSON FLÁVIO HOFFMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei 1.237/2024 Capítulo III, Art. 8º e 9º e Edital 71/2024 Capitulo III, Art; 8º e 9º:

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Comissão Institucional da Eleição para direção das Escolas Municipais Nossa Senhora Aparecida e Getúlio Vargas e Centro de Educação Infantil Maria Alma:
Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida:
Dois professores na Instituição do Ensino Fundamental e Educação Infantil:

Rodrigo Gabriel Bertolini
Vanize de Souza Silverio

Um funcionário (Administrativo, Serviço gerais):

Janice Bueno de Oliveira

Um representante legal pelos alunos não votantes:

Suzana Mendes dos Santos

Escola Municipal do Campo Getúlio Vargas:

Dois professores na Instituição do Ensino Fundamental e Educação Infantil:

Ana Paula Dirings
Jesse dos Santos Fiuza

Um funcionário (Administrativo, Serviço gerais):

Jocelita Liber Baitel

Um representante legal pelos alunos não votantes:

Gizela do Nascimento Bottega Witcel

Centro de Educação Infantil Maria Alma;

Dois professores da Educação Infantil do CMEI:

Patricia Silvério
Simonia da Luz K. Matiazzo

Um funcionário (Administrativo, Serviço Gerais);

Maria Helena Sass

Um representante legal dos alunos não votantes:

Valéria Szorek Olnegue Matiazzo

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 07 de novembro de 2024.

EDSON FLÁVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:767749A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 323/2024

PORTARIA Nº 323/2024

O SENHOR EDSON FLAVIO HOFFMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor Fabio Forekevicz, Matricula de Nº 417660, nomeado através do Decreto 92/2020 para exercer o Cargo de Operador de Maquinas, 05 (cinco) dias de férias referente ao período de 01/04/2021 a 31/03/2022 que serão fruídas de 11/11/2024 a 15/11/2024, retornando as suas atividades no dia 18/11/2024, conforme Lei 832/2015 art. 101. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 07 de novembro de 2024.

EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:275E633F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 324/2024

PORTARIA Nº 324/2024

O SENHOR EDSON FLAVIO HOFFMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: Ao Servidor Mario Koleska, Matricula Nº 351-1 nomeado para exercer o cargo de Carpinteiro e Reenquadrado pela Portaria 085/2007 para exercer o mesmo cargo, 60 (sessenta) dias de Licença Premio referente ao quinquênio de 2014 a 2018 que serão fluidas a partir de 11/11/2024 até 09/01/2025, retornando as suas atividades no dia 10/01/2025. Conforme Lei 832/2015 art. 136. Com plena anuência do servidor.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 07 de novembro de 2024.

EDSON FLAVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:FF4E4A18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 75/2024, DE 05 DE NOVEMVRO DE 2024.

EDITAL Nº 75/2024, DE 05 DE NOVEMVRO DE 2024.
PROCESSO SELETIVO 001/2024 PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

SEGUNDA CONVOCAÇÃO ESTAGIÁRIOS

A Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público a segunda convocação de estagiários do processo seletivo 001/2024.

CLASSIF.	NOME	NOTA	CURSO
02º	Amanda Palharin do Nascimento	7,5	ADMINISTRAÇÃO
01º	Luiz Guilherme Bronholo	8,5	ENFERMAGEM
02º	Maria Eduarda de Oliveira Fogaça	8,0	ENFERMAGEM

Os candidatos acima deverão comparecer no prazo de **04 (quatro)** dias uteis **a partir de 11 de novembro até 14 de novembro de 2024**, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min no Departamento de Recursos Humanos situado no Prédio da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, localizado na Rua Moisés Miranda, 422, Centro, com a documentação.
O não comparecimento acarretará na perda do direito a vaga.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO:
Fotocópia da cédula de identidade e do CPF;
Fotocópia da carteira de trabalho;
Comprovante de residência que contenha o CEP da rua;
Número da Conta Corrente e Agência Bancária, Banco do Brasil ou Caixa;
Comprovante de Matrícula atualizado e compatível com o estágio pretendido;

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Boa Ventura do São Roque, 07 de novembro de 2024.

Comissão Organizadora

JOSIANE APARECIDA HOFFMANN CORREIA –
Presidente

LARISSA DALZOTO KUNAST –
Membro

REGINA CELIA BARBOSA MARTINS
Membro

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:F8FA75BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N.º 123/2024.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 123/2024.

PARTES:

CONTRATANTE: **O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE - PR**

CONTRATADO: AD EVENTOS E PRODUCOES TEMATICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sita RUA ROBERTO GRUENDLING 913, 0 PAVILHAO 4 - CEP: 96880000 - BAIRRO: BOM JESUS– Vera Cruz/RS, inscrita no CNPJ n.º 11.401.673/0001-70

OBJETO (S): CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DE ENFEITES NATALINOS VISANDO A REALIZAÇÃO DO EVENTO "NATAL LUZ 2024", A PEDIDO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E TURISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE..

VALOR CONTRATUAL: R$ 64.000,00 (Sessenta e Quatro Mil Reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes do Orçamento Geral Vigente, conforme contrato.

DOTAÇÕES				
Conta	Funcional programática	Fonte	Natureza	Grupo da fonte
800	03.004.04.122.0301.2017	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
6100	10.001.22.661.1001.2139	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
6190	10.002.27.695.1002.2140	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

PERÍODO/VIGÊNCIA: Até três dias de abril de 2025

DATA DA ASSINATURA: 04/11/2024.

FORO: Pitanga - Pr.

Boa Ventura de São Roque, 04/11/2024.

Contratante	Contratado
EDSON FLAVIO HOFFMANN	***PABLO PEREIRA***
Prefeito Municipal	CNPJ sob n.º 11.401.673/0001-70

Publicado por:
Ariani Aparecida Rodrigues
Código Identificador:1633E8A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 281/2024

DECRETO Nº 281/2024
Data: 23/10/2024

Súmula. Designa servidor efetivo para responder pela Ouvidoria no município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, e dá outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A.

Art. 1º. Fica designado o servidor **VANDERLEI BRANDÃO**, inscrito na matrícula nº 1176781, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, para responder pela **Ouvidoria** no município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Art. 2º. Os trabalhos serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida, em 23 de outubro de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:866A945D

ADMINISTRAÇÃO
PARECER DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA EMISSÃO DE TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE

A **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E PARECER PARA EMISSÃO DE TÍTULOS DEFINITIVOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA – PARANÁ,** nomeada pelo Decreto 168/2020 de 30/06/2020, considerando toda documentação juntada ao processo administrativo abaixo identificado, comunica aos interessados que emitiu parecer **FAVORÁVEL** para emissão do título de propriedade ao Requerente, conforme abaixo:

PROCESSO: 338/2024

REQUERENTES: IZAQUEU ANTUNES DA SILVA E ESPOSA.

LOTES: 19 QUADRA 35

MATRÍCULA: 22.503

Em cumprimento ao que determina a legislação municipal, fica aberto o prazo de 10 (dez) dias a partir desta publicação, para eventual recurso do Requerente e/ou Terceiros quanto ao teor do parecer do processo para emissão referido título definitivo de propriedade.

P U B L I Q U E - S E.

Boa Vista da Aparecida, em 07 de novembro de 2024.

MARIO HENRICHS CLECI ANTONELO

IVONEIS TEREZINHA BONATTO

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:47DC2431

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 4 DE 2024

RESOLUÇÃO Nº 04/2024

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal lei nº 544/2021 Data: 26/11/2021 e considerando as deliberações dos Conselheiros em Reunião Ordinária do dia 06 de novembro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar o Terno de Adesão ao Programa Cuida Mais Paraná "Promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio de prática de atividades físicas e de est. cognitivas" Del. 035/2024 REFERÊNCIA DO PLANO- por esse Conselho Municipal dos Direitos do Idoso- CMDI- do Município de Boa Vista da Aparecida PR:

Art. 2º- Aprovar o Plano de Ação ao Programa Cuida Mais Paraná "Promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio de prática de atividades físicas e de est. cognitivas" Del. 035/2024 REFERÊNCIA DO PLANO- por esse Conselho Municipal dos Direitos do Idoso- CMDI- do Município de Boa Vista da Aparecida PR:

Art. 3ª- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando os dispositivos em contrário.

Boa Vista da Aparecida, 07 de novembro de 2023.

ROSANGELA GHEDIN BERTI
Presidente CMDI

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:169F153B

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 3 DE 2024

RESOLUÇÃO Nº 03/2024

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal lei nº 544/2021 Data: 26/11/2021 e considerando as deliberações dos Conselheiros em Reunião Ordinária do dia 06 de novembro de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar o Terno de Adesão ao Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024 Referência Do Plano: 2024, por esse Conselho Municipal dos Direitos do Idoso- CMDI- do Município de Boa Vista da Aparecida PR:

Art. 2º- Aprovar o Plano de Ação Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II Del. 034/2024
Referência Do Plano: 2024, por esse Conselho Municipal dos Direitos do Idoso- CMDI- do Município de Boa Vista da Aparecida PR:

Art. 3ª- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando os dispositivos em contrário.

Boa Vista da Aparecida, 07 de novembro de 2023.

ROSANGELA GHEDIN BERTI
Presidente CMDI

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:06DCA77F

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 16 DE 2024

RESOLUÇÃO Nº 16/2024

SUMULA: Aprova a Adesão e o Plano de Ação ao incentivo PAEFI regionalizado 2025.

Eva Aparecida Lites do Rosario, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 406/2020 e considerando as deliberações dos Conselheiros em Reunião extraordinária do dia 06/11/2024.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a adesão ao Incentivo PAEFI regionalizado-2025- por esse Conselho de Assistência Social -CMAS- do Município de Boa Vista da Aparecida – PR.

Art. 2º- Aprovar o Plano de Ação do Incentivo PAEFI regionalizado-2025- por esse Conselho de Assistência Social- CMAS- do Município de Boa Vista da Aparecida – PR.

Art. 3ª- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando os dispositivos em contrário.

Boa Vista da Aparecida, 07 de novembro de 2024.

EVA APARECIDA LITES DO ROSARIO
Presidente C.M.A.S

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:CE334225

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 15 DE 2024

RESOLUÇÃO Nº 15/2024

SUMULA: Aprova a Adesão e o Plano de Ação ao incentivo Piso Único de Assistência Social – PAS-2025.

Eva Aparecida Lites do Rosario, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 406/2020 e considerando as deliberações dos Conselheiros em Reunião extraordinária do dia 06/11/2024.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a Adesão ao Incentivo Piso Único de Assistência Social - PAS-2025- por esse Conselho de Assistência Social -CMAS- do Município de Boa Vista da Aparecida – PR.

Art. 2º- Aprovar o Plano de Ação do Incentivo Piso Único de Assistência Social - PAS-2025- por esse Conselho de Assistência Social-CMAS- do Município de Boa Vista da Aparecida – PR.

Art. 3ª- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação revogando os dispositivos em contrário.

Boa Vista da Aparecida, 07 de novembro de 2024.

EVA APARECIDA LITES DO ROSARIO
Presidente C.M.A.S

Publicado por:
Marilucia de Campos
Código Identificador:850A8469

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 289 2024

DECRETO nº 289/2024
Data: 07/11/2024

SÚMULA: Exoneração de servidor municipal ocupante de cargo de provimento Comissionado, e dá outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,
DECRETA

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o servidor municipal ocupante de cargo de provimento de Comissionado, abaixo relacionado:

Servidor (a)	Mat.	Função	Admissão
Marcos Antônio Leite	263	Chefe Coordenador da Casa Lar	14/06/2024

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, em 07 de novembro de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Tatiane Bett
Código Identificador:A66C3177

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 332 2024

PORTARIA nº 332/2024
Data: 07/11/2024

SÚMULA: Concede Licença Especial (Prêmio), a Servidora efetiva, e dá outras providências.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

CONSIDERANDO, o contido no Requerimento nº 370/2024 de 30 de outubro de 2024.

CONSIDERANDO, o contido no Decreto nº 177/2023 de 22 de 15 de agosto de 2023,

RESOLVE

Art. 1º - Art. 1º - Fica concedida Licença Especial (Prêmio), a servidora pública efetiva, **Srª. Nubia Fabiana Rigatti**, inscrita sob matricula nº 11748-0, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria de Saúde, na Divisão de Fisioterapia, pelo período de 90 (noventa) dias, referente ao período de 2012/2017, com início na data de **11/11/2024 e finalizando em 08/02/2025**, **retornando ao trabalho em data de 10 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, em 07 novembro de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Tatiane Bett
Código Identificador:A58997E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 1703/2024 - EXONERA CARGOS EM COMISSÃO

DECRETO Nº 1703/2024

Súmula: Exonera Cargos em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam exonerados a partir de 30 de novembro de 2024, os cargos comissionados abaixo relacionados:

NOME	CARGO
Ana Maria Busato da Silva	Chefe de Divisão CC3
Matheus Gabriel Falcade de Oliveira	Chefe de Divisão CC3

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 06 de novembro de 2024.

OTAVIO M. A. G. DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:06BEF50A

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 1704/2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 885 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 (LOA 2024)

DECRETO Nº 1704/2024

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do Município para o corrente exercício e dá outras providências.

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA, PREFEITO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 5º da Lei Municipal nº. 885/2023 de 27 de dezembro de 2023 (LOA-2024),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de **R$ 10.843,41 (Dez mil, oitocentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos)** com a seguinte especificação:

	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
3495	11.006.10.301.0013.2.021 – Atenção Básica -PAB-Fixo (495)		
871	3.3.90.30 – Material de Consumo	R$	10.843,41
	TOTAL	**R$**	**10.843,41**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 479/2021 de 19/08/2021 (PPA 2022-2025), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2024 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 822/2023 de 23/06/2023 (LDO 2024), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (06/11/2024).

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:2E203BAC

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 1705/2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO AUTORIZADO PELO ART. 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 885 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 (LOA 2024)

DECRETO Nº 1704/2024

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do Município para o corrente exercício e dá outras providências.

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA, PREFEITO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 5º da Lei Municipal nº. 885/2023 de 27 de dezembro de 2023 (LOA-2024),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de **R$ 10.843,41 (Dez mil, oitocentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos)** com a seguinte especificação:

	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
3495	11.006.10.301.0013.2.021 – Atenção Básica -PAB-Fixo (495)	
871	3.3.90.30 – Material de Consumo	R$ 10.843,41
	TOTAL	**R$ 10.843,41**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 479/2021 de 19/08/2021 (PPA 2022-2025), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2024 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 822/2023 de 23/06/2023 (LDO 2024), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (06/11/2024).

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:AA5684A4

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 1706/2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 885 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 (LOA 2024)

DECRETO Nº 1706/2024

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do Município para o corrente exercício e dá outras providências.

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA, PREFEITO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 5º da Lei Municipal nº. 885/2023 de 27 de dezembro de 2023 (LOA-2024),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de **R$ 2.256,15 (Dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quinze centavos)** com a seguinte especificação:

	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
3496	11.006.10.302.0014.2.087 – Serviço de Atendimento Móvel e Urgência SAMU 192 (496)		
872	3.3.90.30 – Material de Consumo	R$	2.256,15
	TOTAL	**R$**	**2.256,15**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 479/2021 de 19/08/2021 (PPA 2022-2025), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2024 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 822/2023 de 23/06/2023 (LDO 2024), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (06/11/2024).

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:24CF3432

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 1707/2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 885 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 (LOA 2024)

DECRETO Nº 1707/2024

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do Município para o corrente exercício e dá outras providências.

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA, PREFEITO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 5º da Lei Municipal nº. 885/2023 de 27 de dezembro de 2023 (LOA-2024),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de **R$ 6.012,11 (Seis mil, doze reais e onze centavos)** com a seguinte especificação:

	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
3497	11.006.10.305.0015.2.057 – Vigilância em Saúde - Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS (EX-TEF-TEFCD) (497)		
873	3.3.90.30 – Material de Consumo	R$	6.012,11
	TOTAL	**R$**	**6.012.11**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 479/2021 de 19/08/2021 (PPA 2022-2025), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2024 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 822/2023 de 23/06/2023 (LDO 2024), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (06/11/2024).

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:F1B23364

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 1708/2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 885 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023 (LOA 2024)

DECRETO Nº 1708/2024

SÚMULA: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do Município para o corrente exercício e dá outras providências.

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA, PREFEITO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 5º da Lei Municipal nº. 885/2023 de 27 de dezembro de 2023 (LOA-2024),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de **R$ 22.217,17 (Vinte e dois mil, duzentos e dezessete reais e dezessete centavos)** com a seguinte especificação:

	11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
3369	11.006.10.302.0014.2.023 – Atenção Média Alta Complexidade – SIA/AIH		
874	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	R$	22.217,17
	TOTAL	**R$**	**22.217,17**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 479/2021 de 19/08/2021 (PPA 2022-2025), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2024 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 822/2023 de 23/06/2023 (LDO 2024), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (06/11/2024).

OTÁVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:ACA52950

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO Nº 199/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

CONTRATO Nº 199/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SESA/PR 860/2022., CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: IDEALINE COMERCIAL LTDA
CNPJ: 06.331.320/0001-00
VALOR: R$ 4.850,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(DOZE) MESES.

BOCAIÚVA DO SUL, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

OTAVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:A0E3E666

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO Nº 200/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

CONTRATO Nº 200/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SESA/PR 860/2022., CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 54.647.123/0001-48
VALOR: R$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(DOZE) MESES.

BOCAIÚVA DO SUL, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

OTAVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:1ACE5F61

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO Nº 201/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

CONTRATO Nº 201/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SESA/PR 860/2022., CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 05.788.117/0001-03
VALOR: R$ 1.819,00 (um mil, oitocentos e dezenove reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(DOZE) MESES.

BOCAIÚVA DO SUL, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

OTAVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:3D49D595

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO Nº 202/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

CONTRATO Nº 202/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SESA/PR 860/2022., CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 38.259.748/0001-86
VALOR: R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(DOZE) MESES.

BOCAIÚVA DO SUL, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

OTAVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:F4FACFDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO Nº 203/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

CONTRATO Nº 203/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SESA/PR 860/2022., CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA
CNPJ: 5.827.291/0001-24
VALOR: R$ 2.378,25 (dois mil, trezentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(DOZE) MESES.

BOCAIÚVA DO SUL, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

OTAVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:F15B2EAE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONTRATO Nº 204/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

CONTRATO Nº 204/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SESA/PR 860/2022., CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATADO: CIRÚRGICA CERON IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA
CNPJ: 18.258.209/0001-15
VALOR: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(DOZE) MESES.

BOCAIÚVA DO SUL, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

OTAVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:EE243C25

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 56/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21, e do trabalhos conclusivos do agente de contratação, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação nº:	56/2024
Modalidade nº:	Pregão
Data Homologação:	07/11/2024
Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS/HOSPITALARES, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SESA/PR 860/2022., CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Fornecedores com itens Homologados:
FORNECEDOR(ES):
1) MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 38.259.748/0001-86 no valor total dos itens vencidos de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).
2) IDEALINE COMERCIAL LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 06.331.320/0001-00 no valor total dos itens vencidos de R$ 4.850,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais).
3) CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINARIOS LTDA - M inscrito no CNPJ/CPF Nº 18.258.209/0001-15 no valor total dos itens vencidos de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).
4) PRECISO EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 45.827.291/0001-24 no valor total dos itens vencidos de R$ 2.378,25 (dois mil, trezentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).
5) METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 05.788.117/0001-03 no valor total dos itens vencidos de R$ 1.819,00 (um mil, oitocentos e dezenove reais).
6) JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 54.647.123/0001-48 no valor total dos itens vencidos de R$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais).

Bocaiúva do Sul, 07 de novembro de 2024.

OTAVIO MAURILIO ALBERTI GOETTEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:BCDE9431

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO 02 - CONTRATO Nº 102/2022

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL OU RESIDENCIAL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 184,00 M², NA RUA BRASÍLIO MOURA LEITE, Nº 303, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL – PR.

CONTRATADO: ALEX FERREIRA CASTRO

CPF: 999.002.709-91

TERMO ADITIVO: PRORROGA POR MAIS 12 (DOZE) MESES

BOCAIÚVA DO SUL, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

OTAVIO MAURÍLIO ALBERTI GOETTEN DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:AB6FA311

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO 105/2024

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato n° 105/2024, que são partes O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal HELIO JOSE SURDI, a seguir denominada **CONTRATANTE** e a empresa **DISTRIBUIDORA DE MAT. DE ESCRITORIO AMERICANSUL LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.272.528/0001/93, com sede na Rua D. Pedro I, nº 394, Centro, na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, Estado do Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA,** de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: ACRÉSCIMO

Fica aditivado o presente contrato em 25% nos itens 1, 3, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 68, 79, 93, 95, 118, 121, 125 e 132, e em 20% nos itens 18, 43, 46, 81, 83, 84, 86, 87, 91, 102, 120, 122, 130 e 131. O presente aditivo totaliza R$ 4.435,02.

CLAUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 01 de novembro de 2024.

DISTRIBUIDORA DE MAT. DE ESCRITORIO AMERICANSUL LTDA
- Contratada-

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

TESTEMUNHAS:

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
MARIELE SCHERES

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:D43EF17A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.534, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.673/2023 de 17 de novembro de 2023.

DECRETA

Art.1o – Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), para suprir as dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
03.00	**Depto De Adm. E Planejamento**		
03.02	**Divisão de Recursos Humanos**		
28.846.000.00.001	**Manutenção e Controle do PASEP**		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas (51)	000	100.000,00
04.00	**Depto de Finanças**		
04.03	**Div. De Compras, Lic. E Contratos**		
04.123.0004.2.010	**Atividades Operacionais da Div. De Compras, Licitações e Contratos**		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Efetivo (73)	000	35.000,00
TOTAL			**135.000,00**

Art.2o - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizadas as ANULAÇÃO PARCIAL da dotação orçamentária abaixo relacionada, conforme o previsto no artigo 4º inciso III, da Lei 1.673/2023, de 17 de novembro de 2023 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
08.00	**Dpto de Assistência Social**		
08.02	**Funod Mun. Dir. das Crianças e Adolescentes**		
08.243.0009.6.026	**Desenv. de Ações de Apoio ao Fundo da Criança e Adolesc./Plano Munic. De Atendimento Socioeducativo**		
3.3.90.30	Material de Consumo (233)	000	31.000,00
3.3.90.36	Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Física (234)	000	16.000,00
3.3.90.39	Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Jurídica (235)	000	38.000,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente (236)	000	10.000,00
08.243.0009.6.052	**Programa de Atenção Básica a Criança e Adolescente**		
3.3.90.30	Material de Consumo (237)	000	20.000,00
3.3.90.36	Outros Serv. De Terceiros – Pessoa Física (239)	000	10.000,00
3.3.90.39	Outros Serv. De Terceiros -Pessoa Jurídica (240)	000	10.000,00
TOTAL			**135.000,00**

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.664/2023 de 21 de setembro de 2023 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para esse exercício de 2024 e 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de novembro 2024.

NILSON ANTÔNIO FEVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:661168C4

CHEFE DE GABINETE
DECRETO Nº 3.533, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.673/2023 de 17 de novembro de 2023.

DECRETA

Art.1o – Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no valor de R$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), para suprir a dotação orçamentária abaixo relacionada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
04.00	**Depto de Finanças**		
04.01	**Div. De Finanças, Contábil e Tesouraria**		
28.843.000.00.0030	**Juros e Amortização da Dívida Interna**		
4.6.90.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado (65)	000	138.000,00
TOTAL			**138.000,00**

Art.2o - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizadas as ANULAÇÃO PARCIAL da dotação orçamentária abaixo relacionada, conforme o previsto no artigo 5º incisos I e II, da Lei 1.673/2023, de 17 de novembro de 2023 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
04.00	**Depto de Finanças**		
04.01	**Div. De Finanças, Contábil e Tesouraria**		
28.843.000.00.0030	**Juros e Amortização da Dívida Interna**		
3.2.90.21	Juros Sobre a Dívida por Contrato (64)	000	138.000,00
TOTAL			**138.000,00**

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.664/2023 de 21 de setembro de 2023 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para esse exercício de 2024 e 1.565/2021 de 16 de setembro de 2021 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2024.

NILSON ANTÔNIO FEVERSANI,
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:35291776

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 369, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

Conceder diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.501 de 16 de abril de 2020:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor Jucimar Girardello de Freitas, ocupante do cargo efetivo de motorista, matrícula nº 492-8/3, 01

(uma) diária de viagem, para o dia 08 de novembro de 2024, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para a Cidade de Ponta Grossa – PR, com veículo oficial, transporte de paciente até a Clínica Odontológica Dr. Tito Fernandes.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:FFEA8131

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 368, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

Concede Licença ao servidor Maico Diogo Faversani.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento nas disposições no Capítulo V, art. 92 da Lei Municipal nº 47/93,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder licença, sem remuneração, para tratar de assuntos particulares, em especial no que diz respeito a transição de mandato do poder executivo do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr., ao servidor Maico Diogo Faversani, matrícula nº 1675-6/1, ocupante do cargo de motorista, no período compreendido entre 08 de novembro até 31 de dezembro de 2024.
Art. 2º A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:CB72FE28

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 297/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 297/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 15/2024 - *(Processo Licitatório 113/2024)*
HOMOLOGADO EM 06/11/2024.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL**, Estado do Paraná, com sede à Rua Cândido Merlo, nº 290, Centro, inscrito no CGC/MF nº **80.874.100/0001-86**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **NILSON ANTONIO FEVERSANI**, e **CONTRATADA**: **PF ENGENHARIA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **29.948.914/0001-60,** Representada pelo Proprietário - Administrador **Sr. PAULO CESAR RAFAGNIN.**

OBJETO: **contratação de empresa para a reforma da cozinha do centro de convivência Maximino Sfoggia, com área total de 48,00 m²,** de acordo com o projeto básico, orçamento, cronograma de execução e memorial descritivo, nas condições estabelecidas no termo de referência.

Objeto da contratação:

Características do objeto/Especificações técnicas	Quantidades/ Extensão Da ampliação	Unidades de Medida	Valor global da contratação
Obra: reforma da cozinha do centro de convivência Maximino Sfoggia com área total de 48,00 m² de acordo com o Projeto arquitetônico, Orçamento, Cronograma de Execução e Memorial Descritivo e projetos complementares em anexo.	48,00	METROS	**R$ 20.190,00 (Vinte Mil e Cento e Noventa Reais**

VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O valor total da contratação é de **R$ 20.190,00 (Vinte Mil e Cento e Noventa Reais).** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, conforme abaixo: 08.00 – Departamento de Ação Social; 08.01 – Divisão de Assistência Social e promover os diretos da infância e Juventude; 0824400081.028 – construção ampliação reformas e melhorias em prédios públicos e sociais; 44.90.51–Obras e Instalações – Despesa:219.

PRAZO DE EXECUÇÃO: Início da execução dos se dará após o recebimento da ordem de serviço, com previsão de término em **12 (doze) meses conforme cronograma.**

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de Novembro de 2024.

FORO: Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná.

BOM SUCESSO DO SUL, 07 de Novembro de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Dambros
Código Identificador:59DCFBE8

LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA Nº 122/2024

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2024
CONTRATADA: RCL TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 35.460.768/0001-22
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo de Rescisão Unilateral tem por fundamento o artigo 137, inciso I da lei nº 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO
O presente Termo tem por objeto a rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços nº 122/2024, celebrado em 10/05/2024, cujo objeto é **aquisição de aparelhos de ar condicionado** utilizados pelos departamentos municipais, que acabaram não sendo entregues pela empresa **RCL TECNOLOGIA LTDA,** dentro do prazo estipulado.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
A vigência do presente instrumento terá início a partir de sua publicação no diário municipal e no jornal de Francisco Beltrão.
CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Em cumprimento ao estabelecido na legislação, assino o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas e determino que a empresa seja comunicada do teor desse documento.

Bom Sucesso do Sul, 07 de novembro de 2024.

NILSON ANTONIO FEVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yonara Beatriz de Araujo Penso
Código Identificador:A0D06857

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 86/2024

O município de Cafeara**,** Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:

OBJETO: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 03 PALCOS COM CAMARIM PARA EVENTOS NO MUNICIPIO DE CAFEARA-PR, DIAS 22 E 23 DE NOVEMBRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

VALOR ESTIMADO R$ 52.999,98 - (Cinqüenta e Dois Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos)

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23h59min do dia 13/11/2024

REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF

DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito https://www.cafeara.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito a Av. Brasil, 188, Centro, das 07h30min às 17h00min, ou através de solicitação para o email *licita.cafeara@gmail.com.*

ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional poderá ser encaminhada para o email *licita.cafeara@gmail.com* ou também ser protocolada presencialmente, na Prefeitura Municipal de Cafeara, até a data limite estipulada acima.

INFORMAÇÕES: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de emails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos remetentes, mau funcionamento de provedores de email ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.

Prefeitura Municipal de Cafeara, 07 de novembro de 2024

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo
Código Identificador:6D8A1848

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO nº 24/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA - PR, torna público, que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO por lote, para Refeições prontas marmitex, com abertura no dia 27/11/2024, às 09h00min (Horário de Brasília), na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3625-1000, das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m.

Cafeara-PR 07 de outubro 2024

THAIS FERNANDA TOMADON
Pregoeira

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo
Código Identificador:7229A30B

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAFEARA

Resolução nº 13/2024 – CMAS

Súmula: Cancelamento do Benefício do Bolsa Família.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Cafeara- PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei municipal Nº 344/2010, e considerando a sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho na Reunião Ordinária realizada em 19 de setembro de 2024, constante na ata n° 007/2024.

RESOLVE:

Art. 1º. Excluir o cadastro da base de informações do cadastro único do município sob número dos seguintes NIS (número de identificação social): 12724505508, 20354249945 e 16003761696 dos responsáveis pelas unidades familiares, após constatação de informações cadastrais inverídicas, apresentada pela gestão do Cadúnico após apuração dos fatos de acordo com a Portaria MDS 177/2011.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cafeara, 06 de novembro de 2024.

HELOISE REGGIANI GALBARDI
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo
Código Identificador:04C9B121

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO REABERTURA PREGÃO N° 092.2024 - SERVIÇOS DE FORROS

AVISO DE REABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 092/2024
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando Certame Licitatório n° 129/2024, na modalidade Pregão Eletrônico n° 092/2024, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por LOTE, tendo por objeto Registro de preço para eventuais e futuras aquisições para serviços de forros e divisórias, para dar continuidade eficiente aos serviços prestados pela secretaria de planejamento, conforme especificação completa no Termo de Referência do Edital. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 343.096,00 (Trezentos e quarenta e três mil, e noventa e seis reais). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou **www.gov.br/compras**. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá 2**8 de novembro de 2024 às 10h00min**, no site **www.gov.br/compras** nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 07 de novembro de 2024.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Decreto Municipal n° 098/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F746220D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 102.2024 - MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS CENTRAL DE ESTERILIZAÇÃO

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 102/2024
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando Certame Licitatório n° 151/2024, na modalidade Pregão Eletrônico n° 102/2024, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por LOTE, tendo por objeto o Registro de Preço de empresa especializada na prestação de serviço de Manutenção e Reposição de Peças dos equipamentos da Central de Esterilização do Hospital Municipal Fioravante Motter, conforme especificação completa no Termo de Referência do Edital. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$64.000,00 (sessenta e quatro mil reais). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou **www.gov.br/compras**. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **28 de novembro de 2024 às 09h00min**, no site **www.gov.br/compras** nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 07 de novembro de 2024.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Decreto Municipal n° 098/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:891D88D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 103.2024 - MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 103/2024
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando Certame Licitatório n° 152/2024, na modalidade Pregão Eletrônico n° 103/2024, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por LOTE, tendo por objeto o Registro de Preço de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, calibração, emissão de laudos técnicos e fornecimento de peças diversas para os equipamentos do Hospital Municipal Fioravante Motter, conforme especificação completa no Termo de Referência do Edital. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$50.000,00 (cinquenta mil reais). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou **www.gov.br/compras**. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **28 de novembro de 2024 às 14h00min**, no site **www.gov.br/compras** nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 07 de novembro de 2024.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Decreto Municipal n° 098/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:C25B705B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 104.2024 - SERVIÇOS GRÁFICOS

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 104/2024
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando Certame Licitatório n° 153/2024, na modalidade Pregão Eletrônico n° 104/2024, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por ITEM, tendo por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuras contratações de serviços gráficos para atender a necessidade das diversas secretarias do município de Cafelândia/PR, conforme especificação completa no Termo de Referência do Edital. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$698.727,00 (seiscentos e noventa e oito mil e setecentos e vinte e sete reais). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou **www.gov.br/compras**. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá **29 de novembro de 2024 às 09h00min**, no site **www.gov.br/compras** nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 07 de novembro de 2024.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Decreto Municipal n° 098/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:B721B2FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - ERRATA REFERENTE – AO CONTRATO Nº 117/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2024

ERRATA REFERENTE – Ao Contrato nº 117/2024 – Pregão Eletrônico nº 100/2024

ONDE SE LÊ: ROGÉRIO SCHIMIDT- GABINETE DO PREFEITO
LEIA-SE: ROGÉRIO SCHIMIDT – SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS**.**

Cafelândia, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:A0602A28

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 146/2024

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 146/2024.

SÚMULA: Concede Diárias ao Servidor Público Municipal nos termos da Lei Municipal nº 1.694/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019, art. 2º, inciso II, alínea "b", ao Servidor Público Municipal, Sr. Adriano Effting, portador do R.G. nº 9.321.001-8 - SSP/PR, 01 (uma) diária, correspondente a 08 (oito) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Foz do Iguaçu - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 07 (sete) de novembro de 2024.

Horário de saída: 16h00min.

Motivo: Participar da aula presencial do módulo IV do MBA em Licitações e contratos: Governança, Teoria e Prática.

Data do retorno: 08 (oito) de novembro de 2024.
Horário do retorno: 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

DR. CULESTINO KIARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:27A329BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 147/2024.

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 147/2024.

SÚMULA: Concede Diárias a Servidora Pública Municipal nos termos da Lei Municipal nº 1.694/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 1.694/2019.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, nos termos das Leis Municipais nº 1.694/2019, art. 2º, inciso II, alínea "b", a Servidora Pública Municipal, Sra. Juliana Gomes, portadora do R.G. nº 39.097.808-5 - SSP/PR, 01 (uma) diária, correspondente a 08 (oito) U.F.M. cada, pelo seu deslocamento a Cidade de Foz do Iguaçu - Paraná, para representar o Município de Cafelândia, conforme se demonstra abaixo:

Data da saída: 07 (sete) de novembro de 2024.
Horário de saída: 16h00min.

Motivo: Participar da aula presencial do módulo IV do MBA em Licitações e contratos: Governança, Teoria e Prática.

Data do retorno: 08 (oito) de novembro de 2024.
Horário do retorno: 18h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

DR. CULESTINO KIARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:58C8E061

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. º 617/2024-DRH

PORTARIA N. º 617/2024-DRH

SÚMULA: Revogar Adicional de Insalubridade atribuído à servidora efetiva.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

ART. 1º REVOGAR adicional de insalubridade atribuído à servidora ocupante de Cargo de Provimento Efetivo**.**

NOME	CARGO	MATRICULA	PORTARIA
JANETE FRANÇA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	76621	237/2022– DRH

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 01/11/2024, em conformidade com o Oficio Nº450/2024-SMS.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 07 de novembro de 2024.

DR. CULESTINO KIARA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:36F67E25

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2024 – PROCESSO DISPENSA Nº 015/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2024 – Processo dispensa nº 015/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Culestino Kiara, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2021, matrícula nº 767321770.

Contratado: LABORATORIO DE ANALISES CLINICA GENESIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 07.163.714/0001-60, RUA SENADOR NEREU RAMOS, 315 SALA 06 - CEP: 85415000 - BAIRRO: CENTRO, e-mail: labgenesis@bol.com.br, TELEFONE: (45)3241-2624, CIDADE: Cafelândia/PR neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) ANDREA GRIGIO BORTOLATO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto A PRESENTE CONTRATAÇÃO VISA A SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E PROCESSAMENTO DE EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS, A SEREM REALIZADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL FIORAVANTE MOTTER, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ININTERRUPTAMENTE, COM FUNCIONAMENTO 24 HORAS POR DIA, TODOS OS DIAS DA SEMANA, VISANDO ATENDER A DEMANDA CONTÍNUA E EMERGENCIAL DA UNIDADE HOSPITALAR. ESTA CONTRATAÇÃO É FUNDAMENTADA NO INCISO VIII DO ARTIGO 75 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021, CARACTERIZADA COMO MEDIDA EMERGENCIAL. A VIGÊNCIA DO CONTRATO SE ESTENDERÁ ATÉ A CONCLUSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO REGULAR PARA OS SERVIÇOS EM QUESTÃO, QUE ESTÁ EM ANDAMENTO PELO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA.

Valor Total: R$ 448.726,00 (Quatrocentos e Quarenta e Oito Mil, Setecentos e Vinte e Seis Reais).
Assinaturas: Culestino Kiara, ANDREA GRIGIO BORTOLATO
Vigência: 01/11/2024 a 31/10/2025.
Data da Assinatura:01/11/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:95E06A03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A EMPRESA JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. PAULO WILSON MENDES,** portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 761.650-3 SSP-PR e do CPF/MF Nº 045.433.009-04 e a Empresa **JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA**, com sede à Avenida P H Rolfs, 305, Sala 22, Centro, Município de Viçosa – MG, CEP: 36570-087, inscrita no CNPJ n° 08.582.479/0001-23, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Igor Guadalupe Coelho, inscrito no CPF/MF Nº 058.131.116-70, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 077/2023, referente ao resultado do **Pregão Eletrônico nº 042/2023**, de acordo com as normas contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber; mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
O prazo de vigência do contrato, bem como o prazo de execução, será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 03 de dezembro de 2024 até 02 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE
O valor contratual atualmente pactuado sofrerá reajuste para recomposição da inflação acumulada nos últimos doze meses, conforme tabela abaixo:

Descrição dos serviços	Forma de pagamento	Valor Total Atual Contrato	Valor Total após reajuste	IPCA acumulado (10/2023 a 09/2024)
Serviço de software para gestão integrada do Sistema Único da Assistência Social, que contemple todos os equipamentos dos serviços socioassistenciais, utilizando como base os referenciais técnicos operacionais do SUAS, incluindo: Implantação do sistema, customização, integração com outros sistemas, conversão de dados, importação do banco de dados, treinamentos para equipe, capacitação contínuas, suporte técnico que garantam alterações legais, testes, manutenção e atualizações.	mensal/12 meses	R$ 10.500,00	R$ 10.964,64	4,424740%

PARÁGRAFO ÚNICO
O valor total do contrato passa a ser de **R$ 21.464,64 (vinte e um mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INATERABILIDADE
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

Califórnia/PR, 05 de novembro de 2024.

Prefeitura Municipal De Califórnia	Jungle Consultoria E Soluções Sociais LTDA
Contratante	Contratada
PAULO WILSON MENDES	***IGOR GUADALUPE COELHO***
Prefeito	Representante Legal

Testemunhas:

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:475D595C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR E A SRA. TALITA DE ALMEIDA LIMA, TENDO COMO OBJETO CHAMAMENTO PÚBLICO, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS.

O **MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 17 de Dezembro, Nº 149, inscrito no CNPJ Nº 75.771.279/0001-06, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. PAULO WILSON MENDES,** portador da Carteira de Identidade/R.G. N° 761.650-3 SSP-PR e do CPF/MF Nº 045.433.009-04 e a **SRA. TALITA DE ALMEIDA LIMA**, pessoa física, devidamente inscrita no CPF nº 394.138.988-20, residente e domiciliada na cidade de Califórnia/PR , doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 074/2023, referente ao Credenciamento, objeto da Inexigibilidade nº 007/2022, de acordo com as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato n. 074/2023, nos termos da Cláusula Décima Segunda do Contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
O Contrato n. 074/2023 será prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados de 09 de novembro de 2024 a 08 de novembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INATERABILIDADE
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais não conflitantes com o presente instrumento.

Califórnia/PR, 05 de novembro de 2024.

Prefeitura Municipal De Califórnia	***TALITA DE ALMEIDA LIMA***
Contratante	Contratada
PAULO WILSON MENDES	
Prefeito	

Testemunhas:

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:BAFC8D24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 177/2024
Nº Licitação: 076/2024
Modalidade: Dispensa

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de organização e gerenciamento de corrida de rua da 1ª Califórnia

Night Fest Run, que ocorrerá nas festividades de 70 anos do Município de Califórnia – PR.

EMPRESA: LUIS FERNANDO NUCCI PASQUARELLI - ME
CNPJ: 72.818.198/0001-26
ENDEREÇO: Rua Piratininga, 398, Vila Santa Cecilia, Assis – SP, Cep: 19806-261
Valor Total: R$ 12.000,00 (doze mil reais

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES					
Item	**Quant**	**Unid.**	**Descrição**	**R$ Unitário**	**R$ Total**
01	01	Serviço	Organização e Gerenciamento de CORRIDA DE RUA (1ª CALIFÓRNIA NIGHT FEST RUN) incluso produtos, serviços, material promocional e mídia kit.	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00
TOTAL					**R$ 12.000,00**

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Dotação Orçamentária:

Manutenção do Departamento de Esportes
11.024.27.812.0038.2048 – 3.3.90.39 Fonte 1000 – Red. 576

Califórnia, 06 de novembro de 2024.

PAULO WILSON MENDES
Prefeito

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:BF181693

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 076/2024

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 076/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2024

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de organização e gerenciamento de corrida de rua da 1ª Califórnia Night Fest Run, que ocorrerá nas festividades de 70 anos do Município de Califórnia – PR.

EMPRESA: LUIS FERNANDO NUCCI PASQUARELLI - ME
CNPJ: 72.818.198/0001-26
ENDEREÇO: Rua Piratininga, 398, Vila Santa Cecilia, Assis – SP, Cep: 19806-261
Valor Total: R$ 12.000,00 (doze mil reais

Total Homologado do Processo: R$ 12.000,00 (doze mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, Artigo 75, inciso II.

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de R$ 12.000,00 (doze mil reais)

Ratifico a **Contratação de empresa especializada para realização de organização e gerenciamento de corrida de rua da 1ª Califórnia Night Fest Run, que ocorrerá nas festividades de 70 anos do Município de Califórnia – PR**.

Califórnia, 06 de novembro de 2024.

PAULO WILSON MENDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:DD65D6EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2024 DISPENSA Nº 076/2024

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2024
DISPENSA Nº 076/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de organização e gerenciamento de corrida de rua da 1ª Califórnia Night Fest Run, que ocorrerá nas festividades de 70 anos do Município de Califórnia – PR.

RAZÃO DA DISPENSA: Dispensa em razão do valor.

VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **R$ 12.000,00 (doze mil reais).**

EMPRESA: LUIS FERNANDO NUCCI PASQUARELLI - ME
CNPJ: 72.818.198/0001-26
ENDEREÇO: Rua Piratininga, 398, Vila Santa Cecilia, Assis – SP, Cep: 19806-261
Valor Total: R$ 12.000,00 (doze mil reais

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021
DATA: 06/11/2024

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:47FCB906

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2024
EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 177/2024
DISPENSA Nº 076/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de organização e gerenciamento de corrida de rua da 1ª Califórnia Night Fest Run, que ocorrerá nas festividades de 70 anos do Município de Califórnia – PR.

RAZÃO DA DISPENSA: Dispensa em razão do valor.

VALORES: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)**

EMPRESA: LUIS FERNANDO NUCCI PASQUARELLI - ME
CNPJ: 72.818.198/0001-26
ENDEREÇO: Rua Piratininga, 398, Vila Santa Cecilia, Assis – SP, Cep: 19806-261
Valor Total: R$ 12.000,00 (doze mil reais

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021
DATA ASSINATURA: 07/11/2024

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:E8C36C8B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO SUSPENSA

AVISO DE LICITAÇÃO SUSPENSA

PROCESSO LICITATORIO Nº 161/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2024

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro Sr. Daniel Lucas dos Santos Mattos, nomeado pela Portaria n°142/2024 de 25 de abril de 2024, torna público aos interessados que, o Pregão Eletrônico, objetivando a Registro de preço para aquisição de produtos de limpeza, higiene de piscina e equipamentos, foi SUSPENSO para Retificação do Edital.
Obs.: informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11:45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 07 de novembro de 2024.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:D6FAFAEC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 182/2024
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 077/2024

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, encontra-se aberto o edital de DISPENSA ELETRÔNICA objetivando a Contratação de empresa especializada em Treinamento na forma Presencial para formação e atualização de motoristas de acordo com a Res. 168/2004 CONTRAN. As empresas interessadas poderão encaminhar proposta entre os dias 08/11/2024 a 14/11/2024.

Obs: O edital está disponível no site da Prefeitura, Plataforma COMPRASGOV e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Califórnia, 07 de novembro de 2024.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Agente de Contratações

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:EE09D056

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 163/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2024

REABERTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 163/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2024

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria n°142/2024 de 25 de abril de 2024, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09:00hrs do dia 28 de novembro de 2024**, na sede da Prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, n° 149, Centro, **Pregão Eletrônico,** objetivando a **, Contratação de Seguro para 02 (dois) Renault Logan pertencente a Secretaria de Assistência Social,** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br e as informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11:45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 07 de novembro de 2024.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:470282E9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXCLUSÃO/DESLIGAMENTO

Califórnia, 05 de novembro de 2024.

Ao
Recursos Humanos

EXCLUSÃO/DESLIGAMENTO
Programa de Qualificação ao Desempregado "Frente de Trabalho"
Nos termos do que dispõe o Art. 1º, § 12, da Lei 1889/2021, Decreto nº 259/2022 e Edital 078/2024.

Nome	Motivo do Desligamento
Carlos Rosalino	**§ 12.** Os beneficiários serão excluídos do Programa nas seguintes hipóteses: **V**. Quando adotar comportamento inadequado ao funcionamento do programa;

MARCOS OLIVEIRA DA SILVA
Secretário de Assistência Social

Publicado por:
Vinicius Eduardo Das Neves
Código Identificador:B3780402

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 28/2024 HOLOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2024-PMCS

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a **Homologação**, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/21, do procedimento licitatório modalidade **Pregão Eletrônico N.º 28/2024-PMCS** cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO (SALGADOS, BOLOS E DOCINHOS DIVERSOS), PARA COFFEE-BREAKS, QUE SERÃO SERVIDOS EM EVENTOS/REUNIÕES**, e **Adjudicação** à empresa **T L DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ n.º **17.473.889/0001-27**, vencedora do **Lote 01, 02 e 03**, com valor global de **R$ 321.999,10** (trezentos e vinte e um mil, novecentos e noventa e nove reais e dez centavos).

Campina do Simão - PR, sete dias de novembro de 2024.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Vasiak
Código Identificador:9848E8D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERCEIRO ADITIVO CONTRATO 119/2021

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2021-PMCS

CONTRATO 119/2021

TERCEIRO ADITIVO – PRAZO E VALOR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS GRUPOS A, B E E, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO ANVISA RDC 222/2018 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATADA: ATITUDE AMBIENTAL LTDA inscrita no CNPJ n.º **07.075.504/0001-10**, situada a Linha Rural São Roque, Cep. 85.660-000 Dois Vizinhos - PR, neste ato representada pelo Sr. **Valdemar Jose Spielmann.**

VALOR GLOBAL: R$ 44.049,60 (quarenta e quatro mil, quarenta e nove reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: 05 DE DEZEMBRO DE 2025.
DATA ASSINATURA: 07 DE NOVEMBRO DE 2024.
FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Marcio Vasiak
Código Identificador:9413795C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA N° 67, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n° 510/2017, qual dispõe sobre a indenização das despesas de viagem dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, e o Decreto N° 2.133/2023 que atualiza a URF - Unidade de Referência Fiscal do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, resolve:

Art. 1 º Fica AUTORIZADA à concessão do pagamento de 4 (quatro) diárias, para o Presidente da Câmara Eugênio José Zanona**,** matrícula n°327, conforme abaixo discriminado:
I Valor da Diária: R$ 712,60 (setecentos e doze reais e sessenta centavos)
II Valor total da Diária: R$ 2.850,40 (dois mil oitocentos e cinquenta reais e quarenta centavos).
III Destino: Foz do Iguaçu - PR.
IV Objetivo da Viagem: Participação no **Encontro Nacional de Gestores e Legislativos** promovido pela União dos Vereadores do Brasil/UVB, em parceria com a União das Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná/UVEPAR.
V Período da Viagem: 10 a 14 de novembro de 2024.
VI Observação: O transporte será realizado por meio do veículo oficial.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

Campina Grande do Sul, 04 de novembro de 2024.

EUGENIO JOSE ZANONA
Presidente

FELIPE VEIGA
Vice-Presidente

CLEVERSON ANTONIO CORDEIRO DALPRÁ
1º Secretário

ANA CAROLINA MASACARENHAS FERRER
2ª Secretária

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:4796DA3D

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA N° 68, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n° 510/2017, qual dispõe sobre a indenização das despesas de viagem dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, e o Decreto N° 2.133/2023 que atualiza a URF - Unidade de Referência Fiscal do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, resolve:

Art. 1 º Fica AUTORIZADA à concessão do pagamento de 4 (quatro) diárias, para o Assessor Jurídico da Presidência Rodrigo Niesprodzinski Riquelme Macedo**,** matrícula n°385, conforme abaixo discriminado:
I Valor da Diária: R$ 712,60 (setecentos e doze reais e sessenta centavos)
II Valor total da Diária: R$ 2.850,40 (dois mil oitocentos e cinquenta reais e quarenta centavos).
III Destino: Foz do Iguaçu - PR.
IV Objetivo da Viagem: Participação no **Encontro Nacional de Gestores e Legislativos** promovido pela União dos Vereadores do Brasil/UVB, em parceria com a União das Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná/UVEPAR.
V Período da Viagem: 10 a 14 de novembro de 2024.
VI Observação: O transporte será realizado por meio do veículo oficial.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

Campina Grande do Sul, 04 de novembro de 2024.

EUGENIO JOSE ZANONA
Presidente

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:193B0518

GABINETE
DECRETO N° 2.319, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a realização de sepultamento em cemitérios públicos e privados no Município de Campina Grande do Sul e dá outras providencias.

A Prefeita Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e;

Considerando o art. 30 da Constituição Federal qual determina que compete aos Municípios legislar sobre os assuntos de interesse local;

Considerando o Código de Posturas Municipal - Lei Municipal n.º 19, de 22 de julho de 2015 – qual determina em seu art. 152 que os cemitérios situados no Município de Campina Grande do Sul poderão ser públicos ou privados;

Considerando a Lei de Registros Públicos – Lei Nacional n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, qual determina em seu art. 77 que "Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.";

Considerando a Lei Municipal n.º 570, de 06 de julho de 2018, que cria os Distritos Administrativos que especifica, no Município de Campina Grande do Sul, para fins de descentralização administrativa.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a realização de sepultamento em cemitérios públicos e privados no Município de Campina Grande do Sul, na forma que específica.

Art. 2º Os cemitérios municipais só poderão realizar sepultamentos mediante a apresentação prévia da Certidão de Óbito correspondente.

Parágrafo único. Quando o óbito ocorrer fora do horário comercial, o plantão do Cartório de Registro Civil responsável pela lavratura do

óbito, deverá ser devidamente acionado, nos moldes da Lei Municipal n.º 570, de 06 de julho de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Campina Grande do Sul, 05 de novembro de 2024.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Janaine Esquedino Mauricio
Código Identificador:C5B6714D

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 26/2024 – CMDPI

Aprova a alteração do Plano de Trabalho (Plano de Aplicação Geral, Plano de Aplicação Detalhado e Cronograma de Execução) referente à transferência de recursos para execução do Projeto Idoso 360 II – *1º Levantamento*, conforme Termo de Fomento nº 01/2024, firmado entre o Município de Campina Grande do Sul e a Sociedade Hospitalar Angelina Caron.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul – CMDPI, no uso de suas atribuições e,

Considerando o requerimento formulado pela Sociedade Hospitalar Angelina Caron, por meio do Ofício nº 100/2024 – Protocolo nº 39676/2024, e documentos que o instruem, solicitando a alteração do plano de trabalho após o ajuste de especificações técnicas e processos orçamentários, o que gerou a economia em alguns equipamentos, bem como houve a majoração de preço em outros, aliado ainda a necessidade de retirada e inclusão de itens;

Considerando a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Campina Grande do Sul, em reunião ordinária realizada no dia 07 de novembro de 2024;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a alteração do Plano de Trabalho (Plano de Aplicação Geral, Plano de Aplicação Detalhado e Cronograma de Execução) referente ao Termo de Fomento nº 01/2024 – Projeto Idoso 360 II, conforme documentos anexos ao Ofício n.º 100/2024, e como abaixo descrito.

I – Para autorizar a retirada dos seguintes itens:

•
Detector de metais;

•
Esteira com sistema de elevação.

II– Para autorizar a inclusão dos seguintes itens:

•
Disco de memória;

•
Painel elétrico;

•
Pinça bipolar;

•
Ecocardiógrafo;

•
Videobroncoscópio;

•
Caneta de facoemulsificador;

•
Poltronas reclináveis;

•
Esteira de transporte;

•
Instrumental de Transplante de córnea – Trépano receptor (Punch) n.º 6,50;

•
Instrumental de Transplante de córnea – Trépano receptor (Punch) n.º 7,50;

•
Instrumental de Transplante de córnea – Trépano receptor (Punch) n.º 7,75;

•
Instrumental de Transplante de córnea – Trépano receptor (Punch) n.º 8,00;

•
Instrumental de Transplante de córnea – Trépano receptor (Punch) n.º 8,25;

•
Instrumental de Transplante de córnea – Trépano receptor (Punch) n.º 8,50;

•
Instrumental de Transplante de córnea – Trépano receptor (Punch) n.º8,75;

•
Analisador de Fluxo de Gases

•
Tablet.

Art. 2º – Após a finalização das compras, havendo saldo decorrente da transferência voluntária realizada em decorrência do Termo de Fomento nº 01/2024 (1º levantamento do projeto Idoso 360 II), este deverá ser restituído à conta do FMDPI, a teor do disposto pelo art. 4º, inciso IV, da Resolução nº 06/2017-CMDPI.

Art. 3º – A formalização do aditivo contratual, conforme previsto pela Cláusula Terceira – Das Obrigações dos Parceiros – Obrigações da Proponente, alínea *c*, do Termo de Fomento nº 01/2024 – Contrato nº 39/2024, tramitará perante a Administração Pública Municipal, mediante o cumprimento pela entidade Sociedade Hospitalar Angelina Caron de todas as exigências legais;

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 07 de novembro de 2024.

LILIAN DE ARAUJO
Presidente
Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa
Idosa de Campina Grande do Sul / PR

Publicado por:
Janaine Esquedino Mauricio
Código Identificador:E08CEE0D

GABINETE
DECRETO N° 2322/2024 DE 07/11/2024

Exercício: 2024
Decreto n° 2322/2024 de 07/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 953/2023 de 01/01/2024.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$426.948,48 (quatrocentos e vinte e seis mil e novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
04.003		ENCARGOS GERAIS DO MUNICPIO	
04.003.28.846.0000.2.038		Outros Encargos Gerais do Municipio	
83 - 3.3.91.97.00.00	1000	APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	400.000,00
05 05.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0005.2.007		Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	
95 - 3.3.90.31.00.00	1107	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	11.528,48
05.001.12.361.0005.2.041		Manutenção da Educação Especial	
107 - 3.3.90.32.00.00	1107	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.420,00
		Total Suplementação:	426.948,48

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001		ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.243.0008.6.015		Alimentação Escolar	
85 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	400.000,00
05.001.12.361.0005.2.007		Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	
94 - 3.3.90.30.00.00	1107	MATERIAL DE CONSUMO	11.528,48
101 - 3.3.90.39.00.00	1107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.420,00
		Total Redução:	426.948,48

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 7 de Novembro de 2024.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Prefeito

Publicado por:
Janaine Esquedino Mauricio
Código Identificador:F0D525FE

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO ADITIVO 4 CONT. 189 2020

Termo de aditivo n°4 Termo do contrato nº.189/2020, objetivando a LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA CORONEL MONTEIRO, Nº. 335, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSELHO TUTELAR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. decorrente de Dispensa n° 77/2020, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a IRAI ACIOLE ROCHA DE SOUZA**,** portador do CPF sob nº. 160.352.919-53. Constitui o objeto do termo aditivo de prazo de vigência e execução do contrato 189/2020, em mais 12(doze) meses, ou seja de 18/11/2024 à 17/11/2025, com fulcro no art. 51 da Lei Federal 8.245/1991 e demais disposições da Lei Federal nº 8.666/93. O valor do contrato para o período prorrogado será de R$31.385,64 (trinta e um mil trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) anual atendendo ao inciso XI do art. 40 e inciso III do art, 55 da Lei nº 8.666/93.

CAMPINA GRANDE DO SUL, 04 de novembro de 2024.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:743AD2C1

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO ADITIVO 1 CONTRATO 147 2023

Termo de aditivo n°1 do contrato nº.147/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO COM TELEMETRIA POR GPS/GSM/GPRS 4G DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, COM FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS POR COMODATO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E I.I DO EDITAL. decorrente de Pregão n° 127/2023, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a a empresa a AIROTRACKER MONITORAMENTO 24 HORAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 31.057.891/0001-46. Constitui o objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência do contrato nº 147/2023, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 07/11/2024 à 06/11/2025, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Para o novo período, fica concedido reajuste pelo IPCA, sendo que o valor anual passará de R$ 102.997,92 (cento e doze mil, novecentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos) para R$ 107.297,79 (cento e sete mil, duzentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos), com fulcro no art. 37, inciso XXI, da Carta Magna. c/c art. 55, inc. III e art. 65, inc. II, b, ambos da Lei nº 8.666/ 93.

CAMPINA GRANDE DO SUL 04 de novembro de 2024.

BELENICE KOFFE BUF ROTINI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:2C04C626

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO PG 113 2024

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 113/2024
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TAPETES (CAPACHO) PERSONALIZADOS PARA USO NAS DEPENDÊNCIAS DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, FAMÍLIA E CULTURA ATRAVÉS DE SEUS EQUIPAMENTOS DA PSB E PSE, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Critério de julgamento: Menor Preço por item
Valor Máximo: R$ 8.240,55 (oito mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta e cinco reais)
Data de abertura: 02/12/2024 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:EBB5C779

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO PG 114 2024

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 114/2024

Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PINTURA PREDIAL COM FORNECIMENTO DO MATERIAL, A SEREM REALIZADOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Critério de julgamento: Menor Preço Global
Valor Máximo: R$ 718.592,00 (Setecentos e dezoito mil e quinhentos e noventa e dois reais)
Data de abertura: 02/12/2024 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:3921F9BF

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1698/2024

A Prefeita Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 848/2024 da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob o nº. 40.377/2024;

E X O N E R A

Com efeito retroativo a partir do dia 01 de novembro de 2024, da função gratificada de Direção do Centro Municipal de Educação Infantil Lucia Rosenente Gueno Ferrarini, a Servidora **ANELIZE REGINA MENDES DA ANUNCIAÇÃO - Matrícula nº. 92292,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Especialização - Nível 06 do Quadro Único do Magistério Municipal.

Campina Grande do Sul, 07 de novembro de 2024.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Prefeita Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:8CFA7282

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1699/2024

A Prefeita Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 848/2024 da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob o nº. 40.377/2024;

D E S I G N A

A Servidora **ANELIZE REGINA MENDES DA ANUNCIAÇÃO - Matrícula nº. 92292,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Especialização - Nível 06 do Quadro Único do Magistério Municipal, para exercer suas funções na Escola Municipal Ulisses Guimarães, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 07 de novembro de 2024.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Prefeita Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:48C346F7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1700/2024

A Prefeita Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 848/2024 da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob o nº. 40.377/2024;

D E S I G N A

A Servidora **ANELIZE REGINA MENDES DA ANUNCIAÇÃO - Matrícula nº. 269561,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Classe Especialização - Nível 06 do Quadro Único do Magistério Municipal, para exercer suas funções na Escola Municipal Ulisses Guimarães, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 07 de novembro de 2024.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Prefeita Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:28156F57

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1701/2024

A Prefeita Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento protocolado sob nº. 40.490/2024;

R E S O L V E

Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho do contratado **DIEGO APARECIDO DE SOUZA - Matrícula nº. 328336,** ocupante da função temporária de Operário, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 07 de novembro de 2024.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Prefeita Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:7D7D4E01

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 653/2024

Concede licença sem vencimentos ao servidor DIONATAS AUGUSTO DOS SANTOS, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) solicitação protocolada sob nº 5886/2024;
b) o art. 97 da Lei Municipal n.º 126/2000;
c) os art. 101 e 102 da Lei 126/2000.
d) Paracer PGM 591/2024

D E C R E T A

Art. 1.º - **CONCEDE** licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, por 02 (dois) anos, ao servidor **DIONATAS AUGUSTO DOS SANTOS,** matrícula nº 2237, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem em Extinção, a partir de 01 de novembro de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2024.

Paço Municipal de Campo Magro, em 06 de novembro de 2024

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:61BD8A47

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 661/2024

Concede licença sem vencimentos ao servidor MARCIA ALVES CARNEIRO, na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

a) solicitação protocolada sob nº 5886/2024;
b) o art. 97 da Lei Municipal n.º 126/2000;
c) os art. 101 e 102 da Lei 126/2000.
d) Parecer PGM 590/2024

D E C R E T A

Art. 1.º - **CONCEDE** licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, por 02 (dois) anos, a servidora **MARCIA ALVES CARNEIRO,** matrícula nº 2237, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem em Extinção, a partir de 15 de novembro de 2024.

Art. 2º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/11/2024.

Paço Municipal de Campo Magro, em 06 de novembro de 2024

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:C788051F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 664/2024

Concede retorno antecipado de redução de carga horaria, à servidora CELMA CRISTINA PALMERIO REICHERT na forma que dispõe.

O Prefeito do Município de Campo Magro – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

Pedido protocolado nesta Prefeitura sob nº 6126/2024;
O art. 36, § 1º da Lei Complementar 06/2012.
Decreto Municipal 374/2023 / 001/2024 446/2024
Despacho SESAU

D E C R E T A

Art. 1º - Concede a pedido da servidora , a partir do dia **16 de novembro de 2024**, retorno antecipado da Redução temporaria de jornada de trabalho , com redução proporcional em sua remuneração a servidora **CELMA CRISTINA PALMERIO REICHERT, mat 806,** ocupante do cargo efetivo de Nutricionista.

Art. 2º - A referida servidora cumprirá sua jornada de 8 horas diárias , das 07h00min as 12h00min e das 13h00min as 17h00min, de segunda feira a sexta feira na Secretária Municipal de Saude.
Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de novembro de 2024.

Paço Municipal de Campo Magro, em 06 de novembro de 2024.

CLAUDIO CESAR CASAGRANDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:0C687260

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2024

CONTRATANTE: Município de Campo Magro, Estado do Paraná, com sede à Rodovia Gumercindo Boza – KM 20 n° 20823, CEP 83.535-000, Centro, Campo Magro - PR, inscrito no CNPJ/MF nº 01.607.539/0001-76, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLAUDIO CESAR CASAGRANDE, portador da cédula de identidade R.G. n. º 4.619.196-0 PR, inscrito no CPF sob n. º 865.369.749-72.

CONTRATADA: ENERGYPLUS SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação urbana em CBUQ de acordo com o convênio firmado com a Secretaria de Estado das Cidades n.° 798/2024 – Prioridade n.° 69 – SAM 61 – LOTE 1 no município de Campo Magro - PR, LOTE 01.

VALOR: R$ 1.399.000,00 *(*hum milhão e trezentos e noventa e nove mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 480 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de novembro de 2024.

FORO: Comarca de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Campo Magro, 05 de novembro de 2024.

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:74673DF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2024

CONTRATANTE: Município de Campo Magro, Estado do Paraná, com sede à Rodovia Gumercindo Boza – KM 20 n° 20823, CEP 83.535-000, Centro, Campo Magro - PR, inscrito no CNPJ/MF nº 01.607.539/0001-76, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLAUDIO CESAR CASAGRANDE, portador da cédula de identidade R.G. n. º 4.619.196-0 PR, inscrito no CPF sob n. º 865.369.749-72.

CONTRATADA: ENERGYPLUS SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação urbana em CBUQ de acordo com o convênio firmado com a Secretaria de Estado das Cidades n.° 798/2024 – Prioridade n.° 69 – SAM 61 – LOTE 2 no município de Campo Magro - PR, LOTE 02.

VALOR: R$ 2.210.000,00 *(*dois milhões e duzentos e dez mil reais*)*

PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 480 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de novembro de 2024.

FORO: Comarca de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Campo Magro, 05 de novembro de 2024.

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:E7541272

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2024

CONTRATANTE: Município de Campo Magro, Estado do Paraná, com sede à Rodovia Gumercindo Boza – KM 20 n° 20823, CEP 83.535-000, Centro, Campo Magro - PR, inscrito no CNPJ/MF nº 01.607.539/0001-76, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLAUDIO CESAR CASAGRANDE, portador da cédula de identidade R.G. n. º 4.619.196-0 PR, inscrito no CPF sob n. º 865.369.749-72.

CONTRATADA: ENERGYPLUS SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de pavimentação urbana em CBUQ de acordo com o convênio firmado com a Secretaria de Estado das Cidades n.° 799/2024 – Prioridade n.° 70 – SAM 62 – LOTE 1 no município de Campo Magro. LOTE 01.

VALOR: R$ 3.595.000,00. *(*três milhões quinhentos e noventa e cinco mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 480 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 05 de novembro de 2024.

FORO: Comarca de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Campo Magro, 05 de novembro de 2024.

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:1296C555

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) ORIGINÁRIAS DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 47/2024

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
DETENTORAS DA ARP:

ARP	ANO	FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
0155	2024	FALIMP - FABIANO ALEXANDRE LTDA	46.014.253/0001-15	R$ 102.417,80
0156	2024	DISTRIBUIDORA HERZOG LTDA	54.697.987/0001-74	R$ 25.448,00
0157	2024	A PAGINA STORE COMERCIO DE LIVROS LTDA	10.158.623/0001-40	R$ 26.837,10
0158	2024	OURO FLEX COMERCIAL LTDA	55.391.431/0001-18	R$ 23.400,00
0159	2024	BLUBRINK COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	49.641.267/0001-57	R$ 35.425,00
0160	2024	JUTEX LTDA	44.889.648/0001-36	R$ 33.115,00
0161	2024	ACSUL COMERCIAL LTDA	41.471.513/0001-68	R$ 14.512,50
TOTAL GERAL:			**R$ 261.155,40**	

OBJETO: Formação de registro de preços para fornecimento de brinquedos didáticos e pedagógicos, utensílios de cozinha, cama, mesa e banho, pois os equipamentos destinam-se às ações de apoio a Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Procuradoria Geral do Município, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.
VALOR TOTAL: R$ 261.155,40 (duzentos e sessenta e um mil e cento e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: As presentes Atas de Registro de Preços terão validade por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração, e comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
DATA DE ASSINATURA: 01 de novembro de 2024.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 022/2024.

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:C350D9ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 600/2024

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE
Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar os fatos relatados no Processo n°2.491/2024.
Art. 2º Nomear Comissão de Processo Administrativo, a qual será composta pelos seguintes membros:
EDINA KRAUS DOS SANTOS RIBEIRO – Agente Administrativo
ADRIANE APARECIDA MARTINS – Agente Administrativo
NELSI AULER OLIVEIRA – Guardião
Art. 3º A presente C.P.A. ficará sob a presidência da Sra. **EDINA KRAUS DOS SANTOS RIBEIRO** e reunir-se-á por convocação da mesma, e terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de outubro de 2024.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:2B5A696A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 603/2024

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE
Art. 1º Instaurar Processo Administrativo para apurar os fatos relatados no Ofício n°350/2024.
Art. 2º Nomear Comissão de Processo Administrativo, a qual será composta pelos seguintes membros:
EDINA KRAUS DOS SANTOS RIBEIRO – Agente Administrativo
ADRIANE APARECIDA MARTINS – Agente Administrativo
MARIA EDITH SCISLOWSKI – Agente Administrativo
Art. 3º A presente C.P.A. ficará sob a presidência da Sra. **ADRIANE APARECIDA MARTINS** e reunir-se-á por convocação da mesma, e terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar o Relatório Final.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 06 de novembro de 2024.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Flora Regina Bayer
Código Identificador:B76CBFF4

GABINETE DO PREFEITO
LEI 1.773/2024

Lei nº 1.773 de 07 de novembro de 2024

Altera e inclui valores de ações no Anexo I do PPA - Plano Plurianual 2022 a 2025, Anexo I LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 e suplementa o Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2024 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Candói, Estado do Paraná, aprovou e eu, ALDOINO GOLDONI FILHO, Prefeito Municipal, sanciono com base no Art. 50 da Lei Orgânica Municipal a seguinte Lei,

Art. 1º Altera e inclui valor na ação: *Manutenção do Ensino Fundamental* no Anexo I - Resumo das Ações por Órgão/Unidade da Lei Municipal nº 1.628 de 26 de julho de 2021 - Plano Plurianual 2022 a 2025 (PPA).

Art. 2º Altera e inclui valores na ação: *Manutenção do Ensino Fundamental* no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 1.721 de 17 de julho de 2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (LDO).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do exercício financeiro do ano de 2024, Crédito Adicional Suplementar de **R$ 3.500.000,00** (três milhões e quinhentos mil reais) no Órgão e Unidade orçamentária abaixo especificada:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)
06.001 DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA
12.361.0005.2015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
1180 E 00101 - FNDE - FUNDEB 70% - R$ 1.865.400,00

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)
06.001 DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA
12.361.0005.2015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
1275 E 00102 - FNDE - FUNDEB 30% - R$ 1.634.600,00

Art. 4º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na seguinte conta de receita:

Conta	Descrição da Receita	Valor (R$)
1.7.2.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	3.500.000,00
Subtotal		**3.500.000,00**

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), em 07 de novembro de 2024.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:97214C76

GABINETE DO PREFEITO
LEI 1.774/2024

Lei nº 1.774 de 07 de novembro de 2024

Altera e inclui valores de ações no Anexo I do PPA - Plano Plurianual 2022 a 2025, Anexo I LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 e suplementa o Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2024 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Candói, Estado do Paraná, aprovou e eu, ALDOINO GOLDONI FILHO, Prefeito Municipal, sanciono com base no Art. 50 da Lei Orgânica Municipal a seguinte Lei,

Art. 1º Altera e inclui valor na ação: *Manutenção do Departamento de Urbanismo e Engenharia* no Anexo I - Resumo das Ações por Órgão/Unidade da Lei Municipal nº 1.628 de 26 de julho de 2021 - Plano Plurianual 2022 a 2025 (PPA).

Art. 2º Altera e inclui valor na ação: *Manutenção do Departamento de Urbanismo e Engenharia* no Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 1.721 de 17 de julho de 2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 (LDO).

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do exercício financeiro do ano de 2024, Crédito Adicional Suplementar de **R$ 357.655,86** (Trezentos e Cinquenta e Sete Mil, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais e Oitenta e Seis Centavos) no Órgão e Unidade orçamentária abaixo especificada:

13 SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE
13.003 DEPARTAMENTO DE URBANISMO E ENGENHARIA
15.451.0003.2062 MANUTENÇÃO DO DPTO. DE URBANISMO E ENGENHARIA
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
4539 00910 - CONV. MIN. CIDADES 955349/2023 (Abast. Água Cavernoso) R$ 357.655,86

Art. 4º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de Excesso de Arrecadação na seguinte conta de receita:

Conta	Descrição da Receita	Valor (R$)
2.4.1.9.99.0.1.08	Convênio Min. Cidades 955349/2023 (Abast. Água Cavernoso) - 910	357.655,86
Subtotal		**357.655,86**

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), em 07 de novembro de 2024.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DAA7D573

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RECEITAS DE OUT-2024

C O M U N I C A D O

O Município de Candói, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, através da Secretaria Municipal de Finanças, em atendimento ao disposto no art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97 de 20/03/1997.

C O M U N I C A:
A todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Conselhos e as Entidades Empresariais com Sede no Município de Candói, Estado do Paraná, que o Governo Federal liberou ao Município de Candói no período de **01/10/2024 a 31/10/2024** os recursos financeiros conforme segue:

RECURSO	VALOR
FPM	1.626.511,65
COMPENSAÇÃO FINANC. PROD. PETRÓLEO 7990/89	2.125,56
ITR	2.804.445,99
COMPENSAÇÃO FINANC. EXPLOR. RECURSOS MINERAIS	969,38
FEP	51.238,27
LEI COMPLEMENTAR 176/2020	15.568,25
PAB/SUS/MAC	5.100,00
FNS/MAC – INCENTIVO PERM. CUSTEIO SAMU PORT. 3053/24	17.062,50
FNS/INCENTIVO APS EQUIPES SAÚDE EQ ATENÇÃO 3493/24	156.000,00
FNS/INCENTIVO FINANCEIRO APS MANUTENÇÃO PORT 3732	7.995,81
PAB/SUS PACS	90.368,00
FNS/INCENTIVO FINANCEIRO SAÚDE BUCAL	26.328,38
FNS/VIGILÂNCIA EM SAÚDE – COMBATE A ENDEMIAS	11.296,00
FNS/VIGILÂNCIA EM SAÚDE – DESPESAS DIVERSAS	2.675,50
FNS/AÇÕES VIG. SANITÁRIA	1.000,00
FNDE/SALÁRIO EDUCAÇÃO	74.614,99
FNAS/PISO BÁSICO FIXO	4.800,00
FNAS/PSO VARIÁVEL III – EQUIPE VOLANTE	3.600,00
FNAS/SCFV	5.280,00
FNAS/PSEMAC	194,59
FNAS/IGBDF	3.200,00
SUBTOTAL	**4.910.374,87**

Candói (PR), 07 de novembro de 2024.

ARNALDO BUENO AGUIRRE
Secretário de Finanças

C O M U N I C A D O

O Município de Candói, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, através da Secretaria Municipal de Finanças, em atendimento ao disposto no art. 2º da Lei Federal nº 9.452/97 de 20/03/1997.

C O M U N I C A:

A todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores, Conselhos e as Entidades Empresariais com Sede no Município de Candói, Estado do Paraná, que o Governo Estadual liberou ao Município de Candói no período de **01/10/2024 a 31/10/2024** os recursos financeiros conforme segue:

RECURSO	VALOR
Convênio SECID 158/2024 – Urbanização Calçadas Paz	191.271,71
Convênio SEDU 906/2022 – Urbanização Vias Bairro Santa Clara	442.510,18

Candói (PR), 07 de novembro de 2024.

ARNALDO BUENO AGUIRRE
Secretário de Finanças

Publicado por:
Josiani Aparecida Karpinski
Código Identificador:7AD06AAE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 56/2024 DATA: 07/11/2024

PORTARIA N.º 56/2024
DATA: 07/11/2024

SÚMULA: Autoriza a servidora Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva a se deslocar até a cidade de Foz do Iguaçu – PR, com saída no dia 07 de novembro de 2024 e retorno no dia 08 de novembro de 2024, para participar da aula presencial do MBA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS: governança, teoria e prática (TCE-PR), promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná em parceria com a Faculdade Pólis Civitas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar a servidora Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva a se deslocar até a cidade de Foz do Iguaçu – PR, com saída no dia 07 de novembro de 2024 e retorno no dia 08 de novembro de 2024, para participar da aula presencial do MBA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS: governança, teoria e prática (TCE-PR), promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná em parceria com a Faculdade Pólis Civitas.

Art. 2º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a proceder ao pagamento de 01 (uma) diária para a servidora, autorizada pelos art. 1º e 4°, § 1° da Lei Municipal n° 2.023/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

REVAIR JOSÉ RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:7B580296

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N° 02/2024, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

DECRETO LEGISLATIVO N° 02/2024, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

SÚMULA: Abre Crédito Suplementar no Orçamento de 2024, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 2.700/2023, de 20 de dezembro de 2023, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Exercício de 2024, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, com a seguinte especificação:

01 – Câmara Municipal
01.01– Legislativo
01.031.1002.1002 – Bens Móveis e Equipamentos para Legislativo
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente .....R$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura do que trata o Artigo anterior, fica indicada como recurso a anulação total e/ou parcial nos termos do artigo 43, Inciso III da Lei Federal 4.320 e alterações da seguinte Dotação Orçamentária:

01 – Câmara Municipal
01.01 – Legislativo
01.031.1001.2001 – Atividades Operacional do Legislativo
3.1.90.11.00.00.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil .....R$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 07 de novembro de 2024.

REVAIR JOSÉ RODRIGUES
Presidente

Publicado por:
Eduarda Bianca de Oliveira Prause da Silva
Código Identificador:22A9A3F0

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 378, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

SÚMULA: ESTABELECE FAIXA DE DOMÍNIO NA VIA DYONISIO LOPES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas no art. 30 da Constituição Federal e 7º da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o disposto no Anexo IV do mapa do sistema viário da sede urbana, da Lei Complementar n.º 07 de 27 de dezembro de 2018 que dispõe sobre o Sistema Viário Municipal do Município de Capitão Leônidas Marques estabelecendo que referida estrada municipal é designada como "via arterial 1";

CONSIDERANDO o Anexo VIII que trata da Tabelas de Características geométricas das vias urbanas estabelece que a via arterial 1, na seção normal da via, será de no mínimo 30 metros;

CONSIDERANDO que constitui dever do poder público municipal promover ações que tenham por finalidade realizar a expansão e urbanização da cidade;

CONSIDERANDO a necessidade de alargamento da pista de rolamento da via arterial 1 denominada Dyonisio Lopes;

CONSIDERANDO que o alargamento da via possibilitará a execução do convênio 4104600/2023 celebrado entre a Itaipu Binacional e o Município de Capitão Leônidas Marques a fim de executar a obra de revitalização viária, compreendendo os serviços de pavimentação asfáltica em C.B.U.Q para terceira faixa, estacionamento e acessos (Subida da Coopavel);

CONSIDERANDO que é dever da Administração atender de forma mais satisfatória possível aos munícipes, inclusive dando melhor fluidez no trânsito e segurança no tráfego, beneficiando a todos que utilizam da via;

CONSIDERANDO que trata-se de obra de suma importância para o Município pois a via que será revitalizada é o principal trajeto de acesso a Cidade, tratando-se também de área industrial de comércio e serviços, gerando um fluxo permanente de veículos leves e pesados, assim como todas as demais pessoas que necessitam da via, promovendo mais segurança nas via, aprimorando assim a qualidade de vida dos munícipes e demais transeuntes;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público sobre o interesse individual.

DECRETA

Art. 1º fica estabelecido como faixa de domínio de 30 (trinta) metros a via "DYONISIO LOPES" que liga o entroncamento da BR-163 e PR-484 até a Avenida Iguaçu, do perímetro urbano do município de Capitão Leônidas Marques – PR.

Art. 2º A faixa de domínio estabelecida no art. 1º do presente Decreto tem como objetivo o alargamento da via possibilitando a execução do convênio 4104600/2023 celebrado entre a Itaipu Binacional e o Município de Capitão Leônidas Marques a fim de executar a obra de revitalização viária, compreendendo os serviços de pavimentação asfáltica em C.B.U.Q para terceira faixa, estacionamento e acessos (Subida da Coopavel).

Art. 3º Fica o poder executivo municipal autorizado a realizar ações de refazimento e reconstrução de possíveis construções edificadas anteriormente na faixa de domínio.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capitão Leônidas Marques, Paraná, 06 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Selia Pereira da Rocha
Código Identificador:1696C9D2

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 653, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

Súmula: Determina afastamento preventivo de servidor

O Prefeito Municipal, MAXWELL SCAPINI, no uso das suas atribuições, com fundamento no artigo 226 da Lei nº 1.784, de 23 de março de 2012, e tendo em vista as razões apresentadas pela Comissão designada na Portaria de Instauração n.º 652, de 06 de novembro de 2024, do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2024, resolve:
Art. 1º Determinar o afastamento da servidora FABIANA VERA BENITEZ, cargo Professora de Educação Infantil, matrícula funcional nº 1-1236801, lotada no Centro Municipal de Educação infantil – CMEI PRIMAVERA, do exercício do respectivo cargo público, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período), sem prejuízo da remuneração, a fim de que, como acusado, não venha a influir na apuração dos fatos objeto do processo em referência.
Art. 2º O servidor afastado deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, no período acima consignado, e deverá indicar endereço, telefone e outros meios de contato suficientes para que possa ser encontrado.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

_____
MAXWELL SCAPINI

Publicado por:
Selia Pereira da Rocha
Código Identificador:766C6D20

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 659/2024

PORTARIA Nº 659/2024
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, de forma reduzida atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Francieli das Dores	Conselheira tutelar	01 (uma)	Laranjeiras do sul PR	17 de outubro 2024	Acompanhar 3 crianças ate a cidade de laranjeiras do sul por ordem judicial para a família extensa

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:D3F83AD5

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CULTURA
TERMO ADITIVO Nº. 001/2024.

REF.:
DISPENSA DE LICITAÇÃO 048/2021.
CONTRATO DE LOCAÇÃO N. º 549/2021.
Fundamentação:
Lei 8.666/93 de 21.06.93, e cláusulas contratuais décima e décima segunda.
Que entre si celebram, de um lado:
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI*, *e de outro lado:*
LOCADOR: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL SANTA MÔNICA, com sede na Rua das Pombas, s/n, Bairro Santa Mônica, neste Município de Cap. L. Marques-PR, inscrita no CNPJ sob n. º 78.689.288/0001-40, neste ato representada legalmente pela Presidente ***Sra. LINDAMIR SILVA***, portador do CPF sob n. º 628.234.509-04 e RG sob n. º 1.029.130-5, residente na Rua Beija Flor, 119, Bairro Sta. Mônica, neste Município.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui o objetivo deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência Contratual para até mais 12 (doze) meses, mantidas as demais condições firmadas no Termo Original de 05 de novembro de 2021 e aditivos subsequentes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Soma-se ao valor contratual original e aditivado o total de R$ 26.880,00 (vinte e seis mil oitocentos e oitenta reais), referente aos 12 (doze) meses de prorrogação de vigência.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência para até 05 de novembro de 2025.
CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato de origem não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 05 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Locatário

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL SANTA MÔNICA
Locador

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:C6505B50

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO TURISMO E RENDA
PREGÃO ELETRÔNICO 139/2024

AVISO DE LICITAÇAO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 139/2024.

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO
A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de avaliação imobiliária, com elaboração de laudos, para fins de instruir processos de compra, venda, permuta e concessão de direito real de uso, nas áreas urbana e rural de abrangência deste município, com ou sem benfeitorias, de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, em atendimento a solicitação n.º 255/2024 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 150.754,00 (cento e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e quatro reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 29.11.2024.
Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30 do dia 29.11.2024.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***menor preço por lote***

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 **– Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(editais),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA **do Edital.**
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:F8451823

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO TURISMO E RENDA
PREGÃO ELETRÔNICO 140/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 140/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO
A presente solicitação tem como objeto a aquisição de material de decoração natalina para ornamentação dos espaços públicos do município, visando criar um ambiente festivo e acolhedor para a população durante o período natalino para o projeto "Sonho de Natal 2024", conforme especificados na solicitação 257/2024 e no Termo de Referência/Anexo I, em atendimento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda do município de Capitão Leônidas Marques.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 26.303,66 (vinte e seis mil, trezentos e três reais e sessenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: até às 13:45 do dia 28.11.2024.

Início da sessão de Disputa de Preços: 14:00 do dia 28.11.2024.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***menor preço por lote***
MODO DE DISPUTA: Aberto

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***
· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***
· ***SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 – **Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(editais),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA **do Edital.**
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:74AB6A91

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS P E 123/2024

PORTARIA N. º 658/2024 de 07.11.2024.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 123/2024 de 17.10.2024,** a presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, compreendendo instalação, remoção, substituição de luminárias, braços e cabos necessários para o efetivo funcionamento, em vias públicas do Município de Capitão Leônidas Marques, conforme Termo de Referência/anexo I e solicitação n.° 204/2024, da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos. Considerando o **"*Menor Preço"*,** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***V. GALLI ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA*** com o valor de R$ ***47.200,00 (Quarenta e sete mil e duzentos reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
N. º 558/2024.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 123/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: V. GALLI ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, compreendendo instalação, remoção, substituição de luminárias, braços e cabos necessários para o efetivo funcionamento, em vias públicas do Município de Capitão Leônidas Marques, conforme Termo de Referência/anexo I e solicitação n.° 204/2024, da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos.
VALOR: R$ 47.200,00 (Quarenta e sete mil e duzentos reais), pelo fornecimento integral do objeto.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 233 – 06.002.15.452.1010.2125.3.3.90.39.00;**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:EA571010

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INEXIGIBILIDADE 066 2024 E EXTRATO DE CONTRATO 553 2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 066/20224
Processo. Adm. n. º 224/2024
Declaro inexigível a licitação, com fundamento no artigo 75, inciso III, alínea "a" da Lei n. º 14.133/2021 e art. 207 do Decreto n. º 385, de 11 de dezembro de 2023, no valor total de R$ 124.300,00 (cento e vinte e quatro mil e trezentos reais), a favor da empresa favor da empresa ***AUTO POSTO CANAAN LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, Rod. BR 277, KM 254 + 850 MTS, Linha Pinho, CEP: 84.500-000, município de Irati, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 04.202.351/0001-36, para o fornecimento de combustíveis, visando o abastecimento de veículos da frota desta Prefeitura Municipal, que se encontrem a serviços deste município, com destino a Curitiba-PR, nas proximidades do município de Irati, visando atender às necessidades de abastecimento, considerando a autonomia dos veículos em trânsito, a localização estratégica, conforme solicitação n. º 258/2024 da Secretaria Municipal de Administração.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 06 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. º 553/2024.
REF: TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 066/2024.
Processo. Adm. n. 224/2024.
Fundamentação: Artigo 75, inciso III, alínea "a" da Lei n. º 14.133/2021 e art. 207 do Decreto n. º 385, de 11 de dezembro de 2023 e **Parecer Jurídico.**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: AUTO POSTO CANAAN LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, visando o abastecimento de veículos da frota desta Prefeitura Municipal, que se encontrem a serviços deste município, com destino a Curitiba-PR, nas proximidades do município de Irati, visando atender às necessidades de abastecimento, considerando a autonomia dos veículos em trânsito, a localização estratégica, conforme solicitação n. º 258/2024 da Secretaria Municipal de Administração.
VALOR: R$ 124.300,00 (cento e vinte e quatro mil e trezentos reais).
FORNECIMENTO: O fornecimento será no posto de revenda, no ato da apresentação da autorização/requisição, emitida por departamento competente, por um período de até 12 (doze) meses, salvo em casos altamente justificados, por calamidade ou racionamento que caracteriza falta do produto em âmbito nacional, dificultando seu abastecimento.
VIGÊNCIA: **O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.**
DOTAÇÃO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:
*** 764 – 13.001.10.301.1038.2225.3.3.90.30.00 – fontes: livre, 303, 510;**
*** 65 – 03.001.04.122.1004.2107.3.3.90.30.00 – fontes: livre e 510;**
*** 4 – 02.001.04.122.1004.2101.3.3.90.30.00;**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, 06 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Thibes de Melo
Código Identificador:6A5DAEF7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 657/2024 DATA: 06-11-2024

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 93 a 99 da Lei Municipal n.º 1.784/2012, de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder ao servidor público abaixo relacionado, Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses, nos períodos que mencionam.

MATRÍC.	SERVIDOR (A)	CARGO	INÍCIO	TÉRMINO
121591/1	Eurico Leozir Pedroso	Auxiliar de Serviços Gerais	06-11-2024	05-02-2025

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 06 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:E77F29D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EVENTO DE ALTERAÇAO P.E. 126 2024

EVENTO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 126/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)
OBJETO
Aquisição de notebooks, mouses e carrinho de carregamento para equipar o laboratório de informática da Escola Terezinha Machado, aquisição de impressoras, computadores de mesa completo, projetores, telas projeção retrátil elétrica, nobreaks, fragmentadoras de papel e filtros de linha para atender a demanda das instituições de ensino e a Secretaria Municipal de Educação de Capitão Leônidas Marques-PR, conforme termo de referência/anexo I.
DA JUSTIFICATIVA:
Necessidade de ajustar as especificações de alguns itens do Pregão Eletrônico nº 126/2024, visando maior precisão e alinhamento com os requisitos do certame, após o recebimento de alguns pedidos de esclarecimento.
DA ALTERAÇAO NO TERMO DE REFERENCIA/ANEXO I
As descrições dos itens n. º 01, 06 e 09 passam a ser as seguintes:
ITEM 01 – Notebook
Notebook Intel Core i3, Processador Modelo 1115G4 (3.0GHz - 4.10GHz/ 6MB / 2NU/4TH)*ou processador equivalente com pontuação igual ou superior ao Intel Core i3-1115G4*
Memória: 8GB (4GB soldado na motherboard + 4GB DDR4 2666MHz), Tipo de Memória: DDR4 2666MHz SODIMM, Memória Máxima: 20GB (4GB soldado na motherboard + 1 slot), Armazenamento: 256GB
Armazenamento máximo: HD ou SSD 2.5" + SSD M.2 PCIe NVMe, Tamanho de Tela: 15,6", Resolução da Tela: 1920X1080
Sistema Operacional: Windows 11 Home, Placa de vídeo Modelo: Intel UHD Graphics, Conexões HDMI: 1x HDMI 2.0, Conexões USB 2.0: 1, Conexões USB 3.0: 2x USB 3.2 Gen 1, Web Cam: 1.0MP (1280x720), Rede RJ45: 10/100/1000, Rede Wireless: Intel Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac - 2.4 GHz e 5 GHz, Bluetooth: 5.1
Criptografia: Firmware TPM (fTPM),Bateria: 2 Células Lithium Ion (36Wh), Teclado: Português (BR) com teclado numérico, Chipset Placa Mãe: Intel SoC (System on Chip) platform
Conteúdo da Embalagem, Notebook, Fonte carregadora do notebook. Manual em português e Termo de garantia.
Modelo sugerido (Acer Aspire 3 Intel Core i3 8GB 256GB SSD - 15,6" Full HD Windows 11 A315-58-31UY). (Será utilizada como referência de padrões de qualidade a marca Acer Aspire 3 Intel Core i3 8GB 256GB SSD - 15,6" Full HD Windows 11 A315-58-31UY, em virtude de apresentar melhor eficiência, custo benefício, qualidade e espelhar o que há de moderno no mercado, a marca de referência serve de parâmetro de qualidade do objeto simplesmente para facilitar a sua descrição.)
ITEM 06 – Impressora Multifuncional
Impressora Multifuncional com tanque de tinta Ecotank, depósito de tinta recarregável, tecnologia de impressão jato de tinta, colorida, duplex, copia, digitaliza e imprime, impressão frente e verso automática (Auto Duplex), conexão USB e Wi-Fi integrado, bivolt, papel A4, A5, A6, B5, B6, Carta e Ofício, dimensões do produto *Altura: 18,7cm, Largura: 37,5cm, Profundidade: 34,7cm, Peso: 5,4kg*, tamanho máximo da mídia da impressora 8,5 x 11 pol., Capacidade máxima de entrada de 100 folhas, Velocidade de impressão: Até 33 ppm em preto e 15 ppm em cores, compatível com Smartphones, PC, Tablets, Laptops, resolução máxima de impressão em cores de 5760 x 1440 dpi, caixa com uma unidade, incluindo Manual de instalação, CD-ROM com drivers, cabo de energia, cabo USB. **A impressora deverá utilizar as tintas 504, 544** ou **664,** já licitadas pela Secretaria Municipal de Educação, visando a compatibilidade e o aproveitamento do estoque existente, isso trará benefício ao erário público, gerando aproveitamento dos produtos contratados, evitando readequar toda parte de informática com aquisição de bens incompatíveis.
ITEM 09 – Fragmentadora de papel
Fragmentadora de Papel, 18 litros 110v, capacidade de triturar até 15 folhas de tamanho A4 em uma única passagem, 1 CD/DVD, 1 Cartão, Tipo de corte Partículas, Tamanho do corte 4*35mm Largura da entrada 220mm, velocidade de corte 2,6m/min (15 folhas), cesto de 18 litros, dispositivo de proteção contra sobrecarga do motor, sistema de resfriamento, nível de segurança P4 Funções de corte Papel, cartão de crédito, grampos, CD, Ciclo de corte 2,6 min, capacidade da lixeira

18 litros, Nível de ruído 70DB, voltagem 110v 60Hz (ou) 220v 50Hz, modo reverso Sim, Ciclo de trabalho descanso 8mins on / 50mins off.
NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 02.12.2024.
Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30 do dia 02.12.2024.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***menor preço por item***
MODO DE DISPUTA: Aberto
EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***
Exceto para os itens n. º 01 e 07 (ampla concorrência)
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.
AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.
SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.
ATENÇÃO
- Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes no edital e seus anexos.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Adriana Thibes de Melo
Código Identificador:A7A9E224

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS P E 117/2024

PORTARIA N. º 660/2024 de 07.11.2024.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 117/2024 de 07.10.2024,** destinado a aquisição de sopradores de folhas e lavadoras de alta pressão para atender a demanda das instituições de ensino da Secretaria Municipal de Educação, sendo utilizadas para auxiliar na limpeza de todos os prédios escolares do município de Capitão Leônidas Marques-PR, conforme termo de referência/anexo I. Considerando o ***"Menor Preço Por item"*****,** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, ficam declaradas vencedoras do processo, com seus respectivos itens, as empresas: ***ROMAN COMÉRCIO DE FERRAGENS EIRELI*** com o item nº 01 no valor de R$ 2.150,00 – ***SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA*** com o item nº 02 no valor de R$ 14.267,88, conforme registrados no Mapa. Sendo esta a classificação de cada participante, o valor total do certame, resultou em ***R$ 16.417,88 (Dezesseis mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos),*** conforme Ata da Sessão Pública.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS
N. º 559/2024 e 560/2024.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 117/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADAS: ROMAN COMÉRCIO DE FERRAGENS EIRELI e SUL ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de sopradores de folhas e lavadoras de alta pressão para atender a demanda das instituições de ensino da Secretaria Municipal de Educação, sendo utilizadas para auxiliar na limpeza de todos os prédios escolares do município de Capitão Leônidas Marques-PR, conforme termo de referência/anexo I.
VALOR: R$ 16.417,88 (Dezesseis mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta e oito centavos) conforme classificação pertinente a cada empresa vencedora.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 04 (quatro) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:
*** 461 – 08.003.12.365.1019.2156.4.4.90.52.00;**
*** 437 – 08.002.12.361.1063.1114.4.4.90.52.00;**
*** 467 – 08.003.12.365.1064.11.15.4.4.90.52.00;**
*** 437 – 08.002.12.361.1063.1114.4.4.90.52.00;**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:97CDCB67

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS P E 124/2024

PORTARIA N. º 661/2024. De 07.11.2024.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 124/2024 de 18.10.2024,** a presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de expurgo de morcegos com fornecimento de mão de obra especializada e respectivos insumos, utilizando técnicas e produtos em conformidade com as leis ambientais vigentes no país, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, seguindo as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, Anexo I - Termo de Referência e de acordo com a solicitação n.º 238/2024 da Secretaria Municipal de Educação. Considerando o ***"Menor Preço"*****,** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, fica vencedora para fornecimento do objeto a empresa ***MICHEL BURANI PEREIRA JUNIOR ME*** com o valor de R$ ***14.278,50 (Quatorze mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos),*** conforme Ata da Sessão Pública.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
N. º 561/2024.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 124/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADA: MICHEL BURANI PEREIRA JUNIOR - ME.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de expurgo de morcegos com fornecimento de mão de obra especializada e respectivos insumos, utilizando técnicas e produtos em conformidade com as leis ambientais vigentes no país, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, seguindo as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, Anexo I - Termo de Referência e de acordo com a solicitação n.º 238/2024 da Secretaria Municipal de Educação.
VALOR: R$ 14.278,50 (Quatorze mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), pelo fornecimento integral do objeto.

VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 449 – 08.003.12.365.1019.2155.3.3.90.39.00;**
*** 414 – 08.002.12.361.1018.2150.3.3.90.39.00;**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:9DC17B7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2024 PROCESSO: Nº 193/2024 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE- REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVIDADE PARA ME, EPP E MEI

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Menor Preço por Lote, que tem por objeto a Aquisição de vidros e acessórios correlatos para manutenção de prédios públicos, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Disponibilidade do edital: 08 de novembro de 2024

Início da sessão de disputa de preços: às **13:30min do dia 22 de novembro de 2024**

Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município– link: www.carlopolis.pr.gov.br -Processos Licitatórios, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, pelos telefones: (43) 3566.1291 – Ramal 201 e 43- 99825-0137 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr,gov.br .

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: 34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br/ financeiro@licitanet.com.br

Carlópolis, 07 de novembro de 2024.

Publique-se.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:0562C818

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
REMARCAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2024 PROCESSO: Nº 183/2024 TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE- REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Menor Preço por Lote, que tem por objeto a Aquisição de abrigos de ônibus para atender demanda do transporte coletivo e escolar, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.

Disponibilidade do edital: 08 de novembro de 2024.

Início da sessão de disputa de preços: às **08:30min do dia 26 de novembro de 2024**

Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município– link: www.carlopolis.pr.gov.br -Processos Licitatórios, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, pelos telefones: (43) 3566.1291 – Ramal 201 e 43- 99825-0137 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr,gov.br .

Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: 34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br/ financeiro@licitanet.com.br

Carlópolis, 07 de novembro de 2024

Publique-se.

HIROSHI KUBO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:56EDD9E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 67/2024

O **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Avenida dos Pioneiros, 500, na cidade de Catanduvas, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Prefeito Municipal,
Considerando:
- O não atendimento ao contrato;
- A interrupção, sem qualquer justificativa, dos serviços prestados;
- A necessidade de disponibilidade em tempo integral dos serviços contratados;
- A Inexecução TOTAL do contrato;
- A impossibilidade de comunicação com a empresa.

RESOLVE

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindida a solicitação de fornecimento nº 67/2024, a partir da data de emissão deste TERMO.
CLÁUSULA SEGUNDA - Os documentos que instruem e fundamentam a presente rescisão estão anexas ao processo e deles ficam fazendo parte.
CLÁUSULA TERCEIRA - Diante do fato fica determinado encaminhamento do processo ao setor jurídico para análise sobre possibilidade de aplicação de penalidades previstas em lei.

Catanduvas, 06 de novembro de 2024.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:9869C98E

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE REEQUILIBRIO DE PREÇO REGISTRADO
PREGÃO: 84/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇAO DE PNEUS, CAMARAS DE AR, PROTETORES E BICOS DE PNEUS, PARA MANUTENÇAO DA FROTA MUNICIPAL DE VEICULOS E MÁQUINAS.

Diante dos documentos apresentados pela empresa detentora do registro de preços da Ata de Registro de Preços nº 10/2024, tendo o setor de assessoria jurídica exarado parecer favorável, mediante comprovação do aumento do preço, fica ajustado o valor do produto descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Preço vigente desta data em diante
24	PNEU 1000/20 BORRACHUDO RADIAL, MISTO, 18 LONAS, SULCOS DE 17.5MM.	2.023,80
31	PNEU 275/80 R 22.5 MISTO LISO, 18 LONAS, COM MINÍMO DE 16MM DE ALTURA DO SULCO.	1.580,00
34	PNEU 215/75 R 17.5 MISTO LISO, 16 LONAS.	812,00
38	PNEU 225/70 R15C, MINÍMO 8 LONAS, 112/110T.	462,50
47	PNEU 295/80 R 22.5 LISO, 18 LONAS, MINÍMO DE 25CM DE BANDA DE RODAGEM, PROFUNDIDADE DOS SULCOS DE MINIMO 17MM.	1.687,50
53	PNEU 275/80 R 22.5 LISO, 18 LONAS, COM MINÍMO DE 16MM DE ALTURA DO SULCO.	1.850,00

Catanduvas, 07 de novembro de 2024.

MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:0BE2A9B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2024 - ID Nº 20724

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2024 - ID Nº 20724
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº18/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
CONTRATADO: ADORE EVENTOS LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM ARTISTA GOSPEL RENOMADO PARA O DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2024, PARA COMEMORAR A FESTA DE 72º ANIVERSÁRIO DA CIDADE, DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL
VALOR GLOBAL: R$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será até 31 **(tinta e um) dias, do mês de dezembro de 2024**, contados da data de assinatura do contrato.
DATA DE ASSINATURA: 07/11/2024

Publicado por:
Anderson Muniz da Silva
Código Identificador:EF2BD780

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 013/2024

DECRETO Nº 013/2024

SÚMULA: Estabelece os dias que não haverá expediente nos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Centenário do Sul, no exercício de 2024/2025.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL, DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

DECRETA,

Artigo 1º - Não haverá expediente nos órgãos da administração direta do Poder Executivo do Município de Centenário do Sul, nos dias abaixo relacionados:

- 12/02/2024 – Segunda feira – Ponto Facultativo

- 13/02/2024 – Terça feira – Carnaval

- 29/03/2024 – Sexta feira Santa – Feriado

- 1°/05/2024 – Quarta feira – Feriado - Dia do Trabalho

- 30/05/2024 – Quinta feira – Feriado - Corpus Christi

- 31/05/2024 – Sexta feira – Ponto Facultativo

- 07/09/2024 – Sábado – Feriado Nacional - Independência do Brasil

- 12/10/2024 – Sábado – Feriado Nacional - Padroeira do Brasil

- 02/11/2024 – Sábado – Feriado Nacional - Finados
- 15/11/2024 – Sexta feira - Feriado Nacional – Proclamação da República

- 20/11/2024 – Quarta feira – Feriado Nacional - Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra

- 27/11/2024 – Quarta feira – Feriado - Padroeira do Município

- 11/12/2024 – Quarta feira – Jantar de Confraternização dos Funcionários Municipais

- 12/12/2024 – Quinta feira - Ponto Facultativo (**Alusivo ao dia do Funcionário Público**)

- 13/12/2024 – Sexta feira - Ponto Facultativo

- 23/12/2024 – Segunda feira – Ponto Facultativo

- 24/12/2024 – Terça feira – Ponto Facultativo

-25/12/2024 – Quarta feira – Feriado - Natal

- 26/12/2024 – Quinta feira – Feriado Municipal (transferência do Aniversário do Município)

- 27/12/2024 - Sexta feira – Ponto Facultativo

- 30/12/ 2024 – Segunda feira – Ponto Facultativo

- 31/12/2024 – Terça feira – Ponto Facultativo

- 1°/01/2025 – Quarta feira – Feriado - Ano Novo

Artigo 2º - Os órgãos que prestam serviços essenciais deverão escalar os servidores de acordo com a necessidade, para que não ocorra interrupção na prestação de serviços.

Artigo 3º - O disposto neste decreto não se aplica aos servidores das Escolas da Rede Municipal de Ensino, em razão de que dispõem de calendário específico.

Artigo 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas no ato, as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 25 de janeiro de 2024.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

REPUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:89EC517F

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 11/2024

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 11/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 81/2024
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS,
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O município de Centenário do Sul, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento a quem interessar possa interessar, que realizará a contratação direta via **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO Por item**, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 39/2024, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016 e demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

1. DA CONTRATAÇÃO
1.1 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE CAMISETAS VISANDO ATENDER OS IDOSOS DO "PROGRAMA VIVA VIDA", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL - PR..
1.2 RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 08/11/2024 às 08h00min até 13/11/2024 às 08h45min.
1.3 DATA E HORÁRIO DE INICIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 13/11/2024 às 09Qh00m.
1.4 DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (seis) horas
1.5 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço Por item
1.6 MODO DE DISPUTA: Aberto
1.7 VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R$ 8.977,50 (Oito Mil, Novecentos e Setenta e Sete Reais e Cinqüenta Centavos).
1.8 LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: https://bllcompras.com/.
1.9 REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
1.10 INFORMAÇÕES:
1.10.1 Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Praça Padre Aurélio Basso, 378, Centenário do Sul - PR, **OU** por meio do Telefone (43) 3675-8000 ou pelo e-mail: licitacao@centenariodosul.pr.gov.br.
1.10.2 Para acompanhar a presente contratação, o proponente deverá acessar o site **https://bllcompras.com/**.
1.11 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:
1.11.1 A Dispensa será realizada em sessão pública, por meio da **INTERNET,** mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, por meio do **Sistema de Dispensa, na Forma Eletrônica BLL.**
1.11.2 Os trabalhos serão conduzidos por SERVIDOR RESPONSÁVEL da PREFEITURA DE CENTENÁRIIO DO SUL – designado pela autoridade competente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica da **BLL**.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
2.1 Em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, **esta contratação é reservada à participação exclusiva de MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).**
2.1.1 Poderão participar desta contratação, exclusivamente, os interessados qualificados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido, estabelecido pelas Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014 e nº 155/2016, cujo ramo de atividade previsto no Contrato Social da Empresa seja compatível com o objeto licitado e que atendam às condições estabelecidas neste edital.
2.2 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço https://bllcompras.com/, para acesso ao sistema e operacionalização;
2.2.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR PROBLEMAS TÉCNICOS QUE INVIABILIZEM O CADASTRO DO FORNECEDOR NA PLATAFORMA BLL A TEMPO DE PARTICIPAR DA CONTRATAÇÃO, BEM COMO POR ORIENTAR O SISTEMA. DESTE MODO, RECOMENDA-SE QUE OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRESENTE CONTRATAÇÃO, EFETUEM O CADASTRO O MAIS BREVE POSSÍVEL, DE MODO A EVITAR TRANSTORNOS POR QUESTÕES RELATIVAS À INTERNET OU À INCOMPATIBILIDADE DE *HARDWARE*, *SOFTWARE* OU QUAISQUER OUTRAS QUESTÕES QUE POSSAM PREJUDICAR A PARTICIPAÇÃO DO PROPONENTE. EM CASO DE DÚVIDA, O PROPONENTE DEVERÁ CONTATO DIRETAMENTE COM A PLATAFORMA **BLL**.
2.2.2 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada – diretamente ou por seu representante – no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgãoentidade promotor do processo a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
2.3 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
2.3.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu (s) anexo (s);
2.3.2 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.3.3 Que se enquadrem nas seguintes vedações:
a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável;
c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que delesseja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
2.3.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2.3.3.2 Aplica-se o disposto no item "c)" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.
2.3.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
2.4 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com

repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16, da Lei nº14.133/21.
2.4.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, poderão ser estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca/modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do processo.
3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o Contratado.
3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
3.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe no Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

4. FASES DE LANCES
4.1 A partir da data e do horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste instrumento.
4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
4.2.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é sem limites, podendo ser estipulado pelo servidor responsável, no ato do certame.
4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
4.5 Durante a sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do participante.
4.6 No caso de desconexão com o servidor responsável, no decorrer da etapa competitiva da Dispensa, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances.
4.7 Caso o participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
4.8 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
4.8.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismosimilar.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá havera negociação de condições mais vantajosas.
5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordemde classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do processo de dispensa eletrônica.
5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.
5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:
5.5.1 Contiver vícios insanáveis;
5.5.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
5.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para acontratação;
5.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
5.6.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços – global ou unitário – simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salariosde mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
5.6.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
5.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
5.8 Erros no preenchimento da planilha (quando for o caso) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoraçãodo preço.
5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.
5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observando o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA HABILITAÇÃO
6.1 Habilitação imediata dos Arrematantes
6.1.1 Os participantes encaminharão os documentos de habilitação exigidos, exclusivamente por meio do sistema, devendo realizar ***upload*** **dos documentos relacionados nos itens 6.2 a 6.5 deste aviso**, no prazo estabelecido no item 1.2, que servirão para **adjudicação**, bem como para justificativa de possíveis desclassificações.
6.1.2 Quando um item for arrematado, o Agente de Contratação realizará a conferência da documentação para comprovação da habilitação. Caso o participante não tenha realizado o procedimento exigido no item 6.1.1, este será considerada inabilitado.
6.1.2.1 Esses documentos só estarão disponíveis aos participantes, após o encerramento da disputa da Dispensa.
6.2 A documentação exigida esta devidamente relacionada no Termo de Referência.
6.3 Em caso de incongruências no documento apresentado/anexado, o **Agente de Contratação** poderá diligenciar a fim de solicitar manifestação do representante da empresa na Plataforma BLL, quanto às declarações contidas no referido termo;
6.3.1 O prazo para a manifestação indicada no subitem anterior será informado pelo **Agente de Contratação** na BLL;
6.3.3 Manifestações encaminhadas fora do prazo estipulado no subitem anterior serão desconsideradas;
6.3.4 A diligência prevista no subitem 6.3 não se aplica para fornecedores que deixaram de anexar a Declaração de Responsabilidade Unificada.
6.4 Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa na Plataforma BLL.

7. DAS CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO
7.1 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do fornecedor, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo.
7.1.1 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
7.1.2 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Negativa de Débitos e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
7.2 A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.
7.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em contratações públicas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
7.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o participante for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
7.3.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.
7.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá- los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
7.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
7.6 Será inabilitado o participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
7.6.1. Na hipótese de o participante não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
7.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o participante será habilitado.

8. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
8.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no Aviso, o fornecedor será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da contratação pelo próprio Agente de Contratação, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.
8.2 O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de Centenário do Sul/Pr e em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e artigo 19.
8.3 A partir do ato de homologação, será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, bem como para sua retirada na Diretoria de Licitações e Contratos, respeitada a validade de sua proposta.

9. DA CONTRATAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO
9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
9.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou prestar aceite em instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
9.2.1 O prazo previsto para assinatura do contrato ou para o aceite em instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
9.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
9.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
9.3.2 O contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
9.3.3 O contratado reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137e 138, da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
9.4 O prazo de vigência da contratação será de **até 12 (doze) meses** ou até a finalização da entrega do objeto, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
9.5 Na assinatura do contrato ou do aceite em instrumento equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação

e contratação consignadas neste aviso, as quais deverão ser mantidas pelo fornecedor durante toda a vigência do contrato.
9.6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da entrega, com a apresentação da nota fiscal/fatura na Prefeitura Municipal de Centenário do Sul-Pr., à vista do respectivo Termo de Recebimento do objeto ou Recibo.
9.6.1 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Contratado e seu vencimento ocorrerá após sua reapresentação.
9.6.2 As notas fiscais deverão ser apresentadas na entrega dos produtos.
9.6.3 O pagamento será realizado mediante crédito aberto em conta corrente em nome do Contratado.
9.7 Os custos das aquisições resultantes da presente contratação serão cobertos com recursos provenientes da (s) seguinte (s) Dotação (ões) Orçamentária (s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	2076	07.003.08.244.0018.2039	1009	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

9.8 Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
9.9 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Centenário do Sul-PR., com CNPJ nº 12.694.878/0001-53, com as informações contidas na Nota de Empenho.
9.10 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.
9.10.1 Após o interregno de 01 (um) ano da data do orçamento estimado e mediante solicitação do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE** do período, e em sua falta, aplicar-se-á o índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
10.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, aofuncionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamentejustificado;
10.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivojustificado;
10.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaraçãofalsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
10.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;
10.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
10.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12 deste Aviso, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7 que justifiquem a imposiçãode penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
d) Multa:
d.1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, atéo limite de 30 (trinta) dias;
d.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021.
d.2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
d.3) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
10.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).
10.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156,§7º).
10.4.1 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);
10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);
10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamenteno prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para o Contratante;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dosórgãos de controle.
10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Aviso ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).
10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
11.1 O processo será divulgado na **Plataforma BLL – https://bllcompras.com/.,** no Portal de Transparência da Prefeitura de Centenário do Sul (www.centenariodosul.pr.gov.br) e no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP.
11.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (processo fracassado), a Administração poderá:
11.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;
11.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de baseao processo, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas as condições de habilitação exigidas;
11.2.3 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste processo;
11.2.4 Fixar prazo para adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
11.3 As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (processo deserto).
11.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo servidor responsável designado pela Administração na respectiva notificação.
11.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
11.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
11.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste processo e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao processo.
11.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
11.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor daampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, oprincípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
11.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
11.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.
11.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
11.13 O foro de cidade de Centenário do Sul, Estado do Paraná é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta Dispensa de Licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.
11.14 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
11.14.1 ANEXO I – Termo de Referência e Modelo de Proposta;
11.14.2 ANEXO II – Modelo de Credenciamento;
11.14.3 ANEXO III – Declaração de Responsabilidade Unificada;
11.14.4 ANEXO IV – Minuta de Contrato.

29 de outubro de 2024.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:C5BB3C07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA GOVERNO
EDITAL DE DEFERIMENTO DAS INCRIÇÕES PROGRAMA BOLSA ATLETA

Após conferência e análise da documentação apresentada de acordo com Edital de Chamamento Público- Programa Bolsa Atleta 2024, estando os atletas, listados abaixo, aptos a receberam a concessão da bolsa referente ao Programa Bolsa Atleta 2024.

Inscrição Atleta Resultado
1º Rodrigo Bouard DEFERIDO
2º Bruno Coutinho Agne DEFERIDO
3º Kaique Gabriel dos Santos Furquim DEFERIDO

Comissão Avaliadora:

MARCIA SIBERT BASSETTI

SERGIO TAVARES DE SOUZA

IBIRACY CORDEIRO DE MATTOS

ELIZIANE DE FÁTIMA ROSNER
Secretária Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura.
Decreto 229/2018

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:9F912FD5

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1260/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora ALEXANDRA MERISE BESTEL, ocupante do cargo suplente da ouvidora municipal vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°330/2024, o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$332,00(trezentos e trinta e dois reais), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022. No dia no dia 04,05,06,07,08 do mês de novembro do ano de 2024, Estará participando de uma capacitação da câmara técnica administrativa. Em matinhos PR Com horário de saída 06h00min e retorno as 17hmin.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:838B2571

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1258/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora SANDRA MARA DE MOURA E COSTA TIBLIER, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°328/2024, o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$332,00(trezentos e trinta e dois reais), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea" a" no dia 04,05,06,07,08 do mês de novembro do ano de 2024, Estará participando de uma capacitação da câmara técnica administrativa. Em matinhos PR Com horário de saída 06h00min e retorno as 17hmin.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:76F54181

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1259/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor ELON RANGEL RIBEIRO DE SOUZA, ocupante do efetivo de Farmacêutico, vinculada à Secretaria Municipal de SAUDE memorando nº329/2024 advindo da Secretaria Municipal de Saúde o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$332,00(trezentos e trinta e dois reais), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022. no dia no dia 04,05,06,07,08 do mês de novembro do ano de 2024, Estará participando de uma capacitação da câmara técnica administrativa. Em matinhos PR Com horário de saída 06h00min e retorno as 17hmin.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:5579B36E

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1212/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor LUIZ ANTONIO PAULUS, ocupante do cargo de Controlador Interno, vinculada à Secretaria Municipal de Controladoria Geral conforme memorando n º 103/2024- CGM, o pagamento de 03 (três) diária totalizando o valor de R$ 298,83 (duzentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos), com base no artigo.6º, II, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022.Estará viajando a Curitiba PR nos dias 20,21,22 de outubro para participar de do evento AUDECOM-SUMMIT. Com Saída:07h00min e retorno as 20h 00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:770B88F2

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1214/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública municipal senhora CIBELE MORAES BODI, vinculado à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA, ocupante do cargo de Professora conforme o memorando n°0685/2024-PN advindo da secretaria municipal de Educação o pagamento de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação, Participara do VII seminário

intermunicipal de educação infantil, realizado em 18/10/2024 em Curitiba PR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:2A474D96

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1215/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a servidora Pública municipal senhor ALEXANDRE DA SILVA FERRI, vinculado à Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL, ocupante do cargo efetivo de PSICOLOGO conforme o memorando n°206/2024 advindo da secretaria municipal de Assistência Social o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 estará viajando para Cidade de Curitiba PR no dia 22 de outubro para participar da reunião da COMESP projeto família acolhedora.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 16 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:65CDF0C2

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1216/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a servidora Pública municipal senhor ALEXANDRE DA SILVA FERRI, vinculado à Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL, ocupante do cargo efetivo de PSICOLOGO conforme o memorando n°210/2024 advindo da secretaria municipal de Assistência Social o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 estará viajando para Cidade de Curitiba PR no dia 21 de outubro para realizar uma visita na casa de apoio tio Zé.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:EB8A401F

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1217/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública municipal senhora KATIELE COUTINHO, vinculado à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA, ocupante do cargo de Professora conforme o memorando n°64/2024 advindo da secretaria municipal de Educação o pagamento de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação, para aquisição de brinquedos, realizado em 19/10/2024 em Curitiba PR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:64CDEDB5

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1218/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública municipal senhora EDIMARA APARECIDA MARIAS, vinculado à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA, ocupante do cargo de Professora conforme o memorando n°64/2024 advindo da secretaria municipal de Educação o pagamento de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação, para aquisição de brinquedos, realizado em 19/10/2024 em Curitiba PR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:0919C5A5

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1219/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública municipal senhora ZEILA DIOMIRA DO SANTO PAULUS, vinculado à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA, ocupante do cargo de Professora conforme o memorando n°64/2024 advindo da secretaria municipal de Educação o pagamento de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação, para aquisição de brinquedos, realizado em 19/10/2024 em Curitiba PR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:BD0718D0

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1220/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública municipal senhora ANALICE COUTINHO DE JESUS, vinculado à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA, ocupante do cargo de Professora conforme o memorando n°64/2024 advindo da secretaria municipal de Educação o pagamento de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação, para aquisição de brinquedos, realizado em 19/10/2024 em Curitiba PR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:9A535F19

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1221/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora Pública municipal senhora CRISTINA COUTINHO, vinculado à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA, ocupante do cargo de Professora conforme o memorando n°64/2024 advindo da secretaria municipal de Educação o pagamento de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) em conformidade com o art.6º, III, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022 para custear despesas com alimentação, para aquisição de brinquedos, realizado em 19/10/2024 em Curitiba PR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:B577DB29

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1222/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor PATRICIA PLATNER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°556/2024-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), para custear despesas com viagens de emergência até Curitiba PR no dia 20 de outubro do ano de 2024, acompanhando paciente até o Hospital Fundação Pinhais, com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022.Com horário de saída 12h00 min e retorno as 17h15min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 17 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:7A5B11FB

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA 1223/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a realização de viagens e pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor BENTO CARLOS GLODIS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, vinculada à Secretaria Municipal de SAUDE, conforme o memorando 320/2024, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$199,20(cento e noventa e nove reais e vinte centavos) dos dias 14,15,16 do mês de outubro de 2024 nos termos do art.6º, III, alínea "a" e art.7º da Lei Complementar 001/2022,para custear despesas com viagens de emergência para Curitiba PR, transportando pacientes.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em 18 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:D5A0C548

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1224/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor REINALDO DE SOUZA, desempenha a função de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°319/2024, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04 (quatro) diárias totalizando o valor de R$ 265,60 (duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 11,14,15,16 do mês de outubro do ano em curso.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 18 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:F7518763

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1228/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor ARI HENRIQUE DOS SANTOS ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA vinculado à Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL conforme o memorando n°214/2024, advindo da Secretaria Municipal de Assistência Social o pagamento de 05(cinco) diárias dos dias 21,22,23,24,25 de outubro do ano em curso, o valor de R$332,00(trezentos e trinta e dois reais) com base no art.6º,III,alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, para Curitiba para atender as necessidades diárias da Secretaria Municipal de Assistência Social transportando Universitários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 21 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:3D602D6B

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1229/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor ARI HENRIQUE DOS SANTOS ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA vinculado à Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL conforme o memorando n°215/2024, advindo da Secretaria Municipal de Assistência Social o pagamento de 04(quatro) diárias no valor de R$265,60(duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) dos dias 28,29,30 de outubro e 01 de novembro do ano em curso, com base no art.6º,III,alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, para Curitiba para atender as necessidades diárias da Secretaria Municipal de Assistência Social transportando Universitários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 21 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:801BF792

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1230/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor ARI HENRIQUE DOS SANTOS ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA vinculado à Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL conforme o memorando n°216/2024, advindo da Secretaria Municipal de Assistência Social o pagamento de 05(cinco) diárias dos dias 05,06,07,08,09 de novembro do ano em curso, o valor de R$332,00(trezentos e trinta e dois reais) com base no art.6º,III,alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, para Curitiba para atender as necessidades diárias da Secretaria Municipal de Assistência Social transportando Universitários.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.
Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 21 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:3FD363C4

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1231/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor JAMER LENON PLATNER, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA vinculada à Secretaria Municipal de Educação, conforme o memorando n°0691/2024- PN, advindo da Secretaria Municipal de Educação o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$332,00(trezentos e trinta e dois reais) dos dias 28,29,30, do mês de outubro e 01 do mês de novembro com base no art.6º,III,alínea "a" e art.7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, para Curitiba/Pinhais, para atender as necessidades dos usuários com saída às 06:00hrs da manhã e retorno as 18:00 horas da tarde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 21 de outubro de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:EC79908D

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1232/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor ALEXANDRE DANTAS BRIGHETTI, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Projetos, Desenvolvimento Econômico e

Turismo, vinculado à Secretaria Municipal Projetos, Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme o memorando nº247/2024, advindo da Secretaria Municipal de Projetos o pagamento de 01 (uma) diária no valor de R$99,61 (noventa e nove reais e sessenta um centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" e com base no Art.7º da Lei complementar 01/2022,para custear despesas com alimentação, estará em viagem Curitiba PR, participara do fórum metropolitano de turismo, No dia 29 de outubro do curso com Saída às 06h00min e retorno as 19h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 21 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:073EE52B

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1233/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o preenchimento do anexo II da lei Complementar nº 001/2022;
Considerando a excepcionalidade prevista no art. 7º, I.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor FERNANDO VON DER OSTEN, ocupante do cargo advogado municipal vinculada à Secretaria Municipal de procuradoria geral, conforme o memorando n°136/2024, o ressarcimento no valor R$120,00 (cento e vinte reais) em conformidade com o capitulo III, art.13, §1º e §2º, I, esteve em viagem a Curitiba PR nos dias 17,18 de outubro do ano em curso para realizar a capacitação ‘’o papel do advogado público nos processos de contratação publica de acordo com a lei 14.133/21’’.
.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 21 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:1037770F

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1238/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor JACQUELINE PRISCILA DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°559/2024-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), para custear despesas com viagens de emergência até Campina grande do sul PR no dia 21 de outubro do ano de 2024, acompanhando paciente até o Hospital Angelina Caron, com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022.Com horário de saída 10h00 min e retorno as 18h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 22 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:E1EB91A5

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1239/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor LUIZ ANTONIO PAULUS, ocupante do cargo de Controlador Interno, vinculada à Secretaria Municipal de Controladoria Geral conforme memorando n º 106/2024- CGM, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 99,61 (noventa e nove reais e sessenta um centavos), com base no artigo.6º, II, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022.Estará viajando a Curitiba PR no dia 25/10/2024 para participar da aula e capacitação sobre auditoria interna aos servidores públicos lotados na controladoria geral municipal. Com Saída:07h00min e retorno as 17h 00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 23 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:D114D078

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1240/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Servidora Público(a) Municipal senhor ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA, ocupante do cargo de auxiliar de controlador geral vinculada à Secretaria Municipal de controladoria geral, conforme o memorando n°023/2024- ACGM, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens até Curitiba PR no dia 25 de outubro do ano em curso para participar da aula e capacitação sobre auditoria interna aos servidores públicos lotados na controladoria geral municipal. Saída 07h00min e retorno as 17h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 23 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:77750D5C

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA 1242/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a realização de viagens e pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor BENTO CARLOS GLODIS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, vinculada à Secretaria Municipal de SAUDE, conforme o memorando 323/2024, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 03(três) diárias no valor de R$199,20(cento e noventa e nove reais e vinte centavos) dos dias 17,19,20 do mês de outubro de 2024 nos termos do art.6º, III, alínea "a" e art.7º da Lei Complementar 001/2022,para custear despesas com viagens de emergência para Curitiba PR, transportando pacientes.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em 23 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:157666D0

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1243/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor REINALDO DE SOUZA, desempenha a função de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°324/2024, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04 (quatro) diárias totalizando o valor de R$ 265,60 (duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 18,19,20,21 do mês de outubro do ano em curso.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 23 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:FDE136A8

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1246/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor LUIZ ANTONIO PAULUS, ocupante do cargo de Controlador Interno, vinculada à Secretaria Municipal de Controladoria Geral conforme memorando n º 109/2024- CGM, o pagamento de R$ 120,00 (cento e vinte reais), embasada no capitulo III, no Art.13, § 1º e §2º, II. Esteve viajando a Curitiba PR no dia 18 de outubro do ano em curso para participar da aula e capacitação sobre auditoria interna aos servidores públicos lotados na controladoria geral municipal. Saída:07h 00mine retorno as 19h 00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 24 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:55D09958

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1247/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor LUIZ ANTONIO PAULUS, ocupante do cargo de Controlador Interno, vinculada à Secretaria Municipal de Controladoria Geral conforme memorando n º 107/2024- CGM, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 99,61 (noventa e nove reais e sessenta um centavos), com base no artigo.6º, II, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022.Estará viajando a Curitiba PR no dia 29/10/2024 para participar da aula e capacitação sobre auditoria interna aos servidores públicos lotados na controladoria geral municipal. Com Saída:07h00min e retorno as 17h 00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 24 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:B2BCAF22

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1250/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando a excepcionalidade prevista no art. 7º, I.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor público municipal senhora CLAUDIANE PATRICIA COSTA ROSA, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Assistência Social vinculada à Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL conforme o memorando n°220/2024, o pagamento de 01 diária totalizando o valor de R$99,61 (noventa e nove reais e sessenta um centavos) para custear despesas de viagem conforme art.6º, II, alínea "a", e Art.7° da Lei Complementar 001/2022, estará viajando para Cidade de Curitiba PR no dia 29 de outubro do corrente, estará participando de uma Capacitação. Saída as 05h30min e retorno as 17h:00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições
Em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 24 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:0D6DF716

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1252/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Servidora JUSSARA MARIA PLATNER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°563/2024-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), para custear despesas com viagens para Curitiba PR no dia 24 mês de outubro do ano de 2024, acompanhando paciente até o hospital Rocio, com base no art. 6º,III,alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022.Com horário de saída 11h50min e retorno as 16h 00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:B3F690F7

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1213/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor EVERSON BOARD ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM vinculado à Secretaria Municipal de Saúde,

conforme o memorando n°564/2024-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Curitiba PR, acompanhado pacientes no dia 24 de outubro até o Hospital Rocio lagoa. Saída 08h10min e retorno as 16h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:0FE15510

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1253/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor EVERSON BOARD ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°564/2024-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Curitiba PR, acompanhado pacientes no dia 24 de outubro até o Hospital Rocio lagoa. Saída 08h10min e retorno as 16h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:8F3936D9

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1255/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor JAMER LENON PLATNER, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA vinculada à Secretaria Municipal de Educação, conforme o memorando n°0711/2024- PN, advindo da Secretaria Municipal de Educação o pagamento de 05(cinco) diárias no valor de R$332,00(trezentos e trinta e dois reais) dos dias 04,05,06,07,08 do mês de novembro com base no art.6º,III,alínea "a" e art.7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, para Curitiba/Pinhais, para atender as necessidades dos usuários com saída às 06:00hrs da manhã e retorno as 18:00 horas da tarde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de outubro de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:259B4702

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1261/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor SONIA COSTA FAGUNDES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°565/2024-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), para custear despesas com viagens de emergência até Curitiba PR no dia 28 de outubro do ano de 2024, acompanhando paciente até o Hospital Materdei, com base no Art.6°, III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022.Com horário de saída 18h30 min e retorno as 00h30min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:F5C88AA8

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1262/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Servidora JUSSARA MARIA PLATNER, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°569/2024-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), para custear despesas com viagens para Curitiba PR no dia 26 mês de outubro do ano de 2024, acompanhando paciente até o hospital Rocio, com base no art. 6º,III,alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022.Com horário de saída 08h50min e retorno as 18h 00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 29 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:9B784656

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA 1265/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a realização de viagens e pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor BENTO CARLOS GLODIS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, vinculada à Secretaria Municipal de SAUDE, conforme o memorando 323/2024, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$132,80(cento e trinta e dois reais e oitenta centavos) dos dias 25,28 do mês de outubro do ano de 2024 nos termos do art.6º, III, alínea "a" e art.7º da Lei Complementar 001/2022,para custear despesas com viagens de emergência para Curitiba PR, transportando pacientes.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em 30 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:9A7B8195

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1264/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal senhor REINALDO DE SOUZA, desempenha a função de motorista na Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°331/2024, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 04 (quatro) diárias totalizando o valor de R$ 265,60 (duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea "a", art.7° da Lei Complementar 001/2022. Viajou até Curitiba PR transportando pacientes nos dias 23,24,25,26 do mês de outubro do ano em curso.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 30 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:652DA3C8

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1265/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor EVERSON BOARD ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°578/2024-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Curitiba PR, acompanhado pacientes no dia 29 de outubro até o Hospital menino de deus. Saída 23h10min e retorno as 02h46min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 31 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:A64B8B13

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1266/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor EVERSON BOARD ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°579/2024-SMS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para viagem de emergência até Curitiba PR, acompanhado pacientes no dia 30 de outubro até o Hospital rocio lagoa. Saída 07h00min e retorno as 12h10min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 31 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:E251E594

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1268/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora LUDIMYLA PASSOS SILVA, ocupante do cargo de MEDICA VETERINARIA vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°072/2024, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens até Curitiba PR no dia 04 do mês de novembro do ano de 2024, para participar do 1ª Mostra de experiência exitosas de combate a dengue. Saída 06h00min e retorno as 17h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:60FFFCBE

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1269/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhora PAOLA BUENO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE ENDEMIAS vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°073/2024/VS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens até Curitiba PR no dia 04 do mês de novembro do ano de 2024, para participar do 1ª Mostra de experiência exitosas de combate à dengue. Saída 06h00min e retorno as 17h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:52F23020

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1270/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a realização de viagens e pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor DERI JOSE FLORENCIO DE SIQUEIRA, ocupante do cargo em comissão CC02, vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente conforme memorando n º 074/2024- VS, advindo da secretaria municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente o pagamento de 01 (uma) diárias totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) nos termos do artigo 6º,III,alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022., para custear despesas com viagens, á Campo Largo-PR no dia 04 de novembro, para participar do 1ª Mostra de experiência exitosas de combate à dengue. Saída06hmin e retorno as 17hmin.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:BA31D5FC

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1271/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor RHUAN DE PAULA GONÇALVES, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE ENDEMIAS vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°075/2024/VS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens até Campo Largo-PR no dia 04 do mês de novembro do ano de 2024, para participar do 1ª Mostra de experiência exitosas de combate à dengue. Saída 06h00min e retorno as 17h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:5F581461

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1272/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor ELIZANDRO LINO DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE ENDEMIAS vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, conforme o memorando n°076/2024/VS, o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos), Com base no Art.6º, III, alínea "a" e Art.7° da Lei Complementar 001/2022. Para custear despesas com viagens até Campo Largo-PR no dia 04 do mês de novembro do ano de 2024, para participar do 1ª Mostra de experiência exitosas de combate à dengue. Saída 06h00min e retorno as 17h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:2CCCC91E

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA 1278/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que o servidor requerente possui vinculação funcional com a Secretaria Municipal de Saúde;
Considerando que a realização de viagens e pertinente a função que desempenha;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor BENTO CARLOS GLODIS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, vinculada à Secretaria Municipal de SAUDE, conforme o memorando 323/2024, advindo da Secretaria municipal de Saúde o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$132,80(cento e trinta e dois reais e oitenta centavos) dos dias 30,31 do mês de outubro do ano de 2024 nos termos do art.6º, III, alínea "a" e art.7º da Lei Complementar 001/2022,para custear despesas com viagens de emergência para Curitiba PR, transportando pacientes.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:35A27CF3

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1280/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor JOSEMAR RODRIGUES MULLER, ocupante do cargo efetivo de serviços gerais vinculada à Secretaria Municipal de Educação, advindo da Secretaria Municipal de Educação o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$132,80(cento e trinta e dois reais e oitenta centavos) dos dias 05,06

do mês de novembro com base no art.6º,III,alínea "a" e art.7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, para Colombo, para realizar uma capacitação de brigadista florestal com saída às 06:00hrs da manhã e retorno as 17:00 horas da tarde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:563DA96C

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1281/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando o deslocamento para realizar atividades pertinentes a secretaria de administração;
Considerando a efetiva execução da atividade;
Considerando o preenchimento do anexo I da lei Complementar nº001/2022;

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor VALDECI LEOPOLDO DE FREITAS, servidor efetivo vinculado à Secretaria Municipal de Administração, advindo da Secretaria Municipal de Administração o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$132,80(cento e trinta e dois reais e oitenta centavos) em conformidade com o art.6º, II, alínea "a" estará em viagem a Colombo PR no dia 05,06 de novembro para realizar uma capacitação de brigadista florestal. Saída as 06h00min retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:922EF0E1

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1282/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor DARCI DE MOURA E COSTA JUNIOR, ocupante do cargo FISCAL DE TRIBUTOS vinculada à Secretaria Municipal de finanças, o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$132,80(cento e trinta e dois reais e oitenta centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea" a" no dia 05,06 mês de novembro do ano de 2024, para realizar uma capacitação de brigadista florestal. Em Colombo PR Com horário de saída 06h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:AD52E914

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1283/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor OSVALDO FARIAS LIMA, ocupante do cargo EDUCADOR SOCIAL vinculada à Secretaria Municipal de ação social, o pagamento de 02(duas) diárias no valor de R$132,80(cento e trinta e dois reais e oitenta centavos), para custear despesas com alimentação conforme art. 6º, III, alínea" a" no dia 05,06 mês de novembro do ano de 2024, para realizar uma capacitação de brigadista florestal. Em Colombo PR Com horário de saída 06h00min.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:77D6A2F6

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1288/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor GUSTAVO WALDIR HARTMANN NETO, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO AGRONOMO, vinculada à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente conforme memorando nº647/2024, advindo da Secretaria municipal de Agricultura o pagamento de 01 (uma) diária totalizando o valor de R$ 66,40 (sessenta e seis reais e quarenta centavos) com base no art.6º,III, alínea "a" Art.7° da Lei Complementar 001/2022., para custear despesas com viagens, a Curitiba PR no dia 04 de novembro, horário de saída 06h00min com retorno as 17h00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:34A352B2

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº 1289/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando os dispositivos contidos na Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade é pertinente a função que desempenha

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal senhor LUIZ ANTONIO PAULUS, ocupante do cargo de Controlador Interno, vinculada à Secretaria Municipal de Controladoria Geral conforme memorando n º 116/2024- CGM, o pagamento de R$ 120,00 (cento e vinte reais), embasada no capitulo III, no Art.13, § 1º e §2º, II. Esteve viajando a Curitiba PR no dia 29 de outubro do ano em curso para participar da aula e capacitação sobre auditoria interna aos servidores públicos lotados na controladoria geral municipal. Saída:07h 00mine retorno as 17h 00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de novembro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:9CB94CE7

SECRETARIA GOVERNO
PORTARIA Nº1290/2024

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,
Considerando o decreto nº92/2023, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;
Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;
Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;
Considerando a excepcionalidade prevista no art. 7º, I.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Servidor público municipal senhora CLAUDIANE PATRICIA COSTA ROSA, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Assistência Social vinculada à Secretaria Municipal de ASSISTENCIA SOCIAL conforme o memorando n°223/2024, o pagamento de 03 (três) diária totalizando o valor de R$ 298,83 (duzentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos) para custear despesas de viagem conforme art.6º, II, alínea "a", e Art.7° da Lei Complementar 001/2022, estará viajando para Cidade de Curitiba PR no dia 04,05,06 de outubro do corrente, estará participando de uma Capacitação. Saída as 07h00min e retorno as 18h:00min.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições
Em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de outubro do ano de 2024.

PATRIK MAGARI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:23303911

SECRETARIA GOVERNO
RESOLUÇÃO Nº007 /2024 DISPÕES SOBRE OS BENEFICIÁRIOS ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA OU PENSÃO CONCEDIDOS NO ÂMBITO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL

A **SUPERINTENDENTE** DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CERRO AZUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 7.713/88,

CONSIDERANDO a possibilidade legal de isenção do recolhimento de imposto de renda de aposentados e pensionistas portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma,

RESOLVE:
Art. 1º Fica estabelecida a lista de beneficiários ao direito de isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou pensão, respectivamente:
Lery Gilberto Domit (058.527.819-91);
Ilza Maria de Lima Bichels (677.215.329-49);
Osmari do Carmo de Araújo (521.632.709-63);
Ana Raquel de Rocio Chandelier (631.741.629-04);
Célia Von Der Osten Ale (402.098.909-59);

Art. 2º Esta resolução tem caráter meramente declaratório, e cada isenção foi estabelecida a partir da data de seu respectivo requerimento.
Art. 3º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cerro Azul, e, 06 de novembro de 2024.

JURACÍ DAS GRAÇAS ARAÚJO
Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cerro Azul

Publicado por:
Tali Caroline de Jesus Cropolato
Código Identificador:AC7D899F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
PORTARIA EDUCAÇÃO 004-2024

PORTARIA N° 04/2024

Súmula: Dispõe sobre os Critérios para Permuta de Professores Municipais Concursados, por intermédio das Secretarias Municipais de Educação, do Município de Clevelândia e Municípios de Palmas e Mariópolis.

A Professora Andréa Sebasteani Inocêncio Batistella, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, considerando a necessidade de estabelecer critérios para Permuta entre Professores do Município de Clevelândia/Pr com os Municípios de Palmas e Mariópolis.

RESOLVE:
Art.1° - Para a realização do objeto, será feita a cessão, na forma de permuta, com ônus para o órgão de origem de professores e/ou especialistas da educação, envolvendo até 20 (vinte) servidores públicos, sendo que cada partícipe cederá até 10 (dez) servidores, observando-se que a proporcionalidade do número de professores entre as pastas deverá ser mantida.

Art.2° - Os servidores públicos permutados deverão sujeitar-se a metodologia de trabalho, ao horário e ao período de férias adotado pela Secretaria Municipal de Educação do município em que atua salvaguardados os seus direitos previstos na legislação específica.

Art.3° - A vigência da permuta, iniciar-se-á na data de assinatura do Termo de Convênio e encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de 2025.

Art.4° - Será de responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação dos municípios envolvidos, enviar todo o dia 20 de cada mês ofícios, informando se o servidor teve faltas ou não, em caso de atestados médicos enviar em anexos, para o endereço eletrônico sececlevelandia@gmail.com.

Art.5° - Para **Permuta de Professores**, terá prioridade o servidor concursado no Município de Clevelândia, obedecendo a regra da distribuição de aulas, sendo por ordem de classificação de tempo de serviço e por ordem de concurso. No momento do requerimento o Servidor informa o Professor com o qual ele irá permutar.

Art.° 6º- Para distribuição de aulas os professores permutados, ficarão no final da lista, conforme a classificação do professor com quem permutou.

Art.7° - Para Permuta o servidor deverá protocolar o **formulário específico de solicitação de permuta**, anexo a esta portaria até o dia **13/12/2024.**

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Clevelândia, 07 de novembro de 2024.

ANDRÉA SEBASTEANI INOCÊNCIO BATISTELLA
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:F33635B5

GABINETE
DECRETO 359-2024

DECRETO N°359/2024

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o relatório do setor de recursos humanos quanto o acúmulo de férias dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal está em processo de organização junto ao projeto do governo federal eSOCIAL, que tem a obrigação de unificar as informações previdenciárias;

DECRETA:
Art. 1º - Concede férias aos Servidores Municipais abaixo arrolados:

Servidores Municipais	Período
Airam Aparecida Fortunatti	11/11/2024 à 27/11/2024
Alex Guesser	18/11/2024 à 02/12/2024
Ana Leticia Carneiro Bocchi	18/11/2024 à 29/11/2024
Angelina de Fátima Motta de Mattos	11/11/2024 à 23/11/2024
Denilson Luis de Jesus	14/11/2024 à 06/12/2024
Evandro José Rodrigues Ribas	11/11/2024 à 03/12/204
Evanuza de Fátima Scheffer	11/11/2024 à 28/11/2024
Imara Lucia Trindade de Aires	11/11/2024 à 06/12/2024
Ivanir Pretto Lopes Borowiski	11/11/2024 à 28/11/2024
Ivanirde de Fátima Costa	11/11/2024 à 28/11/2024
João Gabriel Inácio Coredeli	12/11/2024 à 22/11/2024
Laira Inaê Ribeiro Marques	25/11/2024 à 14/12/2024
Letícia Fogolari de Ávila Rozzatti	11/11/2024 à 25/11/2024
Loidi Daeuble Ferst	11/11/2024 à 23/11/2024
Luiz Ribeiro dos Santos	11/11/2024 à 06/12/2024
Pedro Henrique Huffner Caetano	11/11/2024 à 20/11/2024
Perdro Orley dos Santos Machado	11/11/2024 à 25/11/2024
Sandrigo Senhor Zorzi	11/11/2024 à 23/11/2024
Tânia Mara Bertol de Moura	11/11/2024 à 30/11/2024

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:EA130388

GABINETE
PORTARIA 228-2024

PORTARIA Nº228/2024

A Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, Rafaela Martins Losi, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor Gilmar Renato de Oliveira Ribeiro, matrícula n°2683-2, para responder interinamente, no período de 01/11/2024 à 01/12/2024, como Gestor de Contratos referentes a manutenção de veículos leve e pesados da Frota Municipal, enquanto o servidor Lauri Antonio Flizikowski encontra-se em férias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:127228CD

GABINETE
DECRETO 360-2024

DECRETO N°360/2024

RAFAELA MARTINS LOSI, Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1° Luto Oficial de três dias, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Senhor **Antonio Renato Jacobsen**.

Art. 2° Durante esse período de luto oficial fica determinado que a Bandeira Municipal fique hasteada a meio mastro.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:A30A5239

LICITAÇÃO
AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

EDITAL Nº 032/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
OBJETO:*Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de notebooks, instalação do sistema operacional utilizado pelo município e de cessão de uso de licenças do pacote office para servidores públicos municipais, com fornecimento do software Windows 11 conforme descritivo, fornecimento de equipamentos relacionados ao uso do notebook, manutenção preventiva e corretiva, atualizações, garantia de funcionamento, equipamento(s) de backup e suporte técnico, para fins de atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Clevelândia - Estado do Paraná.*

O Município de Clevelândia, estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 76.161.199/0001-00, com sede à Praça Getulio Vargas nº 71, Centro, torna público que:

1.Considerando pedido de impugnação ao presente edital,**fica alterado os itens 5.9.1.2 e 5.9.1.3 do Termo de Referência**, portanto:

ONDE LÊ-SE:

5.9.1.2 Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, comprovando a aptidão da licitante de plena capacidade operacional e administrativa para execução dos serviços, devendo conter os quantitativos abaixo descritos;
5.9.1.2 Compatibilidade quanto às quantidades. Exige-se a comprovação de locação, conforme quantidades constantes na tabela 1.
5.9.1.3. Para comprovação de compatibilidade quanto ao prazo, o atestado deverá comprovar a execução do serviço por período de, no mínimo, (doze) meses.

LEIA-SE:

5.9.1.2 Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com os objetos desta licitação, comprovando a aptidão da licitante de plena capacidade operacional e administrativa para execução dos serviços, devendo conter os quantitativos abaixo descritos;
5.9.1.2.1As quantidades exigidas no atestado de capacidade técnica deverá comprovar a entrega de no mínimo 100 equipamentos similares ao descritivos do Termo de Referência. (Os atestados poderão ser cumulativos)
5.9.1.3. Para comprovação de compatibilidade quanto ao prazo, o atestado deverá comprovar a execução do serviço por período de, no mínimo, 06 (seis) meses.

2.A nova data de abertura do processo licitatório será**22/11/2024 às 08:30 horas**.

3.Os demais itens e características do edital, permanecem inalterados.

Clevelândia, 07 de novembro de 2024.

RODRIGO A. MENDES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Rodrigo Antônio Mendes da Silva
Código Identificador:932E5AE8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 961/2024

PORTARIA N.º 961/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o servidor **JOSÉ OLIVIO ARCIE,** portador do RG n.º 4.661.048-2, CPF n.º 867.455.659-00, para ocupar o cargo interinamente de Controlador e Ouvidor Geral do Município, no período de 01 a 20 de dezembro de 2024, período qual o controlador **RIOLANDO FRANSOLINO JUNIOR** estará gozando de suas férias.

Art. 2º– Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo,Em, 05 de novembro de 2024

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:F71FC385

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 969/2024

PORTARIA N.º 969/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a senhora **ANA PAULA GONÇALVES TEIXEIRA**, portadora do RG n.º 10.534.273-0, CPF n.º 070.342.039-97, para o cargo de GESTORA PRÓ-CRIANDO SEDE (JOÃO VIEIRA RESENDE), do Departamento de Proteção Social Básica

(PSB), vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Sociala partir de 07 de novembro de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 07 de novembro de 2024.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E0CB1912

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 011/2024 -
REVITALIZAÇÃO CALÇADAS RUA PEDRO GORSKI

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Secretário Municipal de Obras e Viação do Município de Colombo, no uso das atribuições que lhe são conferidas:
R E S O L V E:
HOMOLOGAR E ADJUDICAR o procedimento licitatório dirigido pelo Agente de Contratação, nomeado pela Portaria nº 389/24 de 16 de maio de 2024 do Prefeito Municipal de Colombo, referente à **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2024**, que tem por objeto a Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de revitalização de calçadas da Rua Pedro Gorski "Entre a Rua da Pedreira e a Rua Gustavo Kabistschke", Campo Pequeno, Colombo-PR, com área de intervenção de 6.152,28 m², compreendendo todos os serviços pertinentes incluídos nos projetos.

VENCEDOR: CONSTRUTORA LOTIZA DO BRASIL LTDA – CNPJ: 15.045.563/0001-73

VALOR TOTAL: R$ R$ 489.112,92(quatrocentos e oitenta e nove mil e cento e doze reais e noventa e dois centavos)

DOS PRAZOS: Conforme cronograma do edital.

DOS PAGAMENTOS: Os pagamentos serão efetuados em parcelas mensais conforme medições, através de conta bancária fornecida pelo licitante vencedor, com base nas medições dos serviços executados, liberadas em **até 30 (trinta) dias** a contar da emissão da Nota Fiscal, aceite do fiscal de contrato e devidamente ratificado pelo ordenador de despesas.

Dê-se publicidade,

Colombo, 07 de novembro de 2024.

ITALO PERINI NETO
Secretário Municipal de Obras e Viação

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:E052EE4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2024 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 396/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 145/2021

Processo: 24660/2024
Locatário: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR - Secretaria Municipal da Administração.
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato será de responsabilidade do Senhor Élsio Ricardo Stelzner, portador do documento de Identidade/RG sob nº 3.232.837-7 e CPF 401.383.999-72.
Locadores: JORGE DE FRANÇA, inscrito no CPF nº 428.950.499-04; e, DORACI KLAINA DE FRANÇA, inscrita no CPF nº 651.457.719-91.
Objeto: Locação de imóvel situado à Rua Brasílio Bontorin, 376 - Roça Grande - Colombo - Paraná, com área construída de 840,00m2 e 230,00 m2 (área a ser ampliada) no total de 1.070,00 m2, para utilização do Departamento de Patrimônio e do Almoxarifado Central deste Município.
Valor: Através do presente termo aditivo as partes resolvem manter o valor mensal do aluguel em R$ 12.378,35 (doze mil e trezentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos).
Perfazendo o valor total de R$ 148.540,20 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos e quarenta reais e vinte centavos), referente ao valor do aluguel pelos 12 (doze) meses de locação.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato serão atendidas através dos recursos da dotação orçamentária previstos na LOA 1746/2023.
Prazo: O presente termo aditivo prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 13 de novembro de 2024 à 12 de novembro de 2025.
Local e data de emissão: Colombo, 21 de outubro de 2024.
Assinatura: Ismailin Schrotter

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:4B671590

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 006/2024 - CONTRATO 478/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 021/2021

Processo: 33618/2024
Contratante: Município de Colombo – Secretaria Municipal de Educação.
Contratada: KMS INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 33.248.214/0001-30.
Fiscalização: A fiscalização do presente Termo Aditivo será de responsabilidade do Fiscal de Contrato Sr. Cesar Junior Castro Espindola, portador do documento de identidade/RG sob nº 9.342.025-0 e CPF 063.283.999-60 e Fiscal Técnico o Sr. Wellington Tscheppen, portador do documento de Identidade/RG 8.588.508-1 e do CPF: 045.946.359-46 - CREA: 176820/D.
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de ampliação e de reforma do Centro Municipal de Educação Infantil Pinóquio, situado na Rua Ana de Souza Johnsson, nº 337, Bairro Jardim Osasco, Colombo - PR, compreendendo a ampliação de 457,56 m² e reforma da edificação existente, área existente 571,71 m², conforme serviços e quantidades descritos e incluídos nos projetos.
Prazo: O presente termo aditivo prorroga o prazo de vigência por mais 60 (sessenta) dias até 22 de janeiro de 2025.
Local e data de emissão: Colombo, 05 de novembro de 2024.
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:4F3A14FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2024

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 294/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: Aquisição de tubos de concreto, grelha, meio fio e bloco de concreto estrutural.
VALOR TOTAL: R$ 123.870,00 - cento e vinte e três mil, oitocentos e setenta reais.
CONTRATADA:DIMITRY SOLUCOES LTDA - CNPJ:42.371.904/0001-73
DATA: 05/11/2024

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:E3213FBB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 188/20024 DISPENSA Nº 038/2024

EXTRATO DE CONTRATO Nº 188/20024
DISPENSA Nº 038/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº315.
OBJETO: Contratação de empresa para elaboração e emissão de laudo de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT),.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
03.002.04.128.0006.2.010.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
.
VALOR TOTAL:R$ 849,00 - oitocentos e quarenta e nove reais.
CONTRATADA: HMF SOLUÇOES E SAUDE LTDA-CNPJ:52.587.475/0001-20.
DATA:22/10/2024.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:235AA0DA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 239/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 283/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: TECIDOS, PANO DE PRATO E COBERTORES DE CASAL..
VALOR TOTAL: R$ 3.037,00 - três mil e trinta e sete reais.
CONTRATADA:KLEBER DE MOURA DALABONA & CIA LTDA - CNPJ:09.245.708/0001-87
DATA: 29/10/2024

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:10137617

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2024

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 244/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 278/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FLORES, MUDAS DE ÁRVORES E INSUMOS PARA O PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO DOS CANTEIROS, PRAÇAS, BOSQUES, PARQUES E LOGRADOUROS PÚBLICOS..
VALOR TOTAL: R$ 21.137,00 - vinte e um mil, cento e trinta e sete reais.
CONTRATADA:JMF MUDAS FLORESTAIS LTDA - ME - CNPJ:05.513.277/0001-31
DATA: 05/11/2024

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:6BB39C65

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 283/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO:REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO: TECIDOS, PANO DE PRATO E COBERTORES DE CASAL..
VALOR TOTAL: R$ 12.210,60 - doze mil, duzentos e dez reais e sessenta centavos.
CONTRATADA:HERNANDES & CIA LTDA - ME - CNPJ:20.798.806/0001-84
DATA: 29/10/2024

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:00F70033

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 272/2024

SÚMULA: Prorroga contratos temporários de servidores contratados por prazo determinado.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no inciso IX do art. 37 da CF, e o inciso XI do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Contenda, conforme a Lei Municipal nº 1812/2019 de 09 de outubro de 2019;

D E C R E T A

Art.1º Ficam prorrogados os contratos por prazo determinado dos servidores abaixo relacionados:

NOME	RG	CARGO	TÉRMINO DA PRORROGAÇÃO
CINTIA TRINDADE BONCZKOSKI	8.584.711-2/PR	PSICOPEDAGOGO (40 HORAS)	28/05/2025

Art.2º As despesas das presentes prorrogações correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor nesta data, ressalvado o disposto do art. 1º.

Prefeitura do Município de Contenda, 07 de novembro de 2024.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:B1DCBF99

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 274/2024

Súmula: “Declara de Utilidade Pública para fins de edificação de Nova Unidade Educacional no Jardim Itaperubá no município Contenda, Estado do Paraná.”

O Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de edificação o imóvel constante na Matricula nº 33.245 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa/PR, doado com encargo, conforme Lei Municipal nº 2.161/2024, para o Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, para a finalidade exclusiva de edificação de uma Unidade Educacional no Jardim Itaperubá no Município de Contenda, Estado do Paraná. O imóvel constante na matricula nº 33.245 possui a seguinte descrição:

O LOTE DE TERRENO URBANO denominado de 1/4 com a área total de 6.089,46m² (seis mil, oitenta e nove metros e quarenta e seis decimetros quadrados), com frente para a Rua Luiz Stabach, Bairro Jardim Itaperuba, a 27,40 metros da esquinada com o Prolongamento da Rua Luiz Eusébio Hammerchmidt, na cidade de Contenda PR, com as seguintes divisas e confrontações:- A descrição do perímetro se inicia no ponto P1. georreferenciado sob DATUM SIRGAS 2000, com as coordenadas UTM Zona 22J: N=7158134,9719;-=64/055,4762. Dai segue confrontando com Município de Contenda (MAT. 30.533) com azimute 140°42'37,21 e distância de 28,40m até o ponto P2: Dai segue confrontando com Município de Contenda (MAT. 30.533) com azimute 230°42'37,21 e distância de 8,00m até o ponto P3: Dai segue confrontando com Município de Contenda (MAT. 30.533) com azimute 140°42'37,21" e distância de 13,60m até o ponto P4; Dai segue confrontando com Municipio de Contenda (MAT. 30.534) com azimute 140°42'37,21" e distância de 27,40m até o ponto P5; Dai segue confrontando com Municipio de Contenda (MAT. 30.534) com azimute 050°42'37,21" e distância de 35,40m até o ponto P8; Dai segue confrontando com o Prolongamento da Luiz Eusébio Hammerschmidt (MAT. 30.601) com azimute 140°42'37,21 e distância de 63,60m até o ponto P9: Dai segue confrontando com a Travessa Projetada 1 (MAT. 30.604) com azimute 230°42'37.21" e distância de 59,05m até o ponto P10; Dai segue confrontando com a Ciclovia (MAT. 30.607) com azimute 230°42'37,21" e distância de 3,50m até o ponto P11; Dai segue confrontando com Reserva Legal (MAT. 30.609) com azimute 320°42' 37,21 e distância de 133,00m até o ponto P7: Dai segue confrontando com a Rua Luiz Stabach com azimute 050°42'37,21" e distância de 35, 15m até o ponto P1, início da presente descrição, perfazendo uma área de 6.089,46m' e perímetro de 407,09m. Observação:- Terreno esse, resultante da unificação requerida pela proprietária, do lote denominado de Lote 01 da Quadra 01 com a área de 2.111,41m², havido pela matricula n°.30.532; com o lote 04 da Quadra 01 com a área de 3.978, 18m², havido pela matricula n°.30.535; cujos característicos e confrontações supra, foram fornecidos pela proprietária, sob inteira responsabilidade da mesma, instruído de mapa, memorial descritivo elaborado em 15/04/2024 pelo Responsável Técnico Ovidio Luiz Druszcz CREA PR 19.236/D, ART do CREA n°. 1720242129386. PROPRIETÁRIA:- MUNICIPIO DE CONTENDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n° 76.105.519/0001-04, com endereço Avenida João Franco, n°.400, centro, Contenda PR. REGISTROS ANTERIORES:- "caput" feito nas Matrículas n°.30.532 e 30.535, fichas 01 e 01, ambas do Livro n°.02 de Registro Geral, deste Ofício, e ainda Av.01 e Av.01 feitas nas referidas matrículas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Contenda, 07 de novembro de 2024.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:E7B14A9E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO CONTRATO

CONTRATO n° 86/2024 – Pregão Eletrônico nº 59/2024 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: AMIGA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 13.048.521/0001-60. Objeto: contratação de empresa para execução de serviços de orientador social. Valor total: R$ 409.999,68 0. Prazo de prestação de serviços: 12 meses, de 06.11.2024 a 05.11.2025.

Coronel Vivida, 06 de novembro de 2024.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:BA92EC5C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO CONTRATO

CONTRATO n° 85/2024 – Pregão Eletrônico nº 75/2024 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: ANTONIALE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, CNPJ nº 07.005.073/0001-15. Objeto: aquisição de árvore flutuante de natal, materiais e prestação de serviços de instalação e manutenção da decoração natalina. Valor total: R$ 289.939,12. Prazo de prestação de serviços: 12 meses, de 06.11.2024 a 05.11.2025.

Coronel Vivida, 06 de novembro de 2024.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:A78434E3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESUMO TERMO ADITIVO

ADITIVO nº 06 ao Contrato n° 100/2023 – Concorrência Pública nº 07/2023 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ nº 05.461.328/0001-29. Fica aumentado o valor de R$ 104.725,43 para a execução de serviços para sinalização horizontal na rua Desembargador Motta e Pedro Pacheco, execução de duas lombadas na rua Vereador Faustino Dalavechia, melhorias de urbanização nas ruas XV de novembro e na rua Cândido Inácio de Lima, além disso, serão feitos reparos pontuais com massa asfáltica nas ruas João Mioranza, Marechal Deodoro, Primo Zeni, Barão do Cerro Azul e Avenida Generoso Marques. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Coronel Vivida, 07 de novembro de 2024.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:03628E89

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 044/2024 - COMISSÃO RESÍDUOS SÓLIDOS

PORTARIA Nº 044, de 05 de novembro de 2024.

Súmula: Institui e nomeia membros para a Comissão de Coordenação e Execução para revisão do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Município de Coronel Vivida, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Coronel Vivida, no uso de suas atribuições legais, emanadas pelo art. 24, inciso II, alíneas "b", da

Lei Orgânica do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná e,
Considerando a Revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), em conformidade com a Lei 12.305/2010, criada para servir de instrumento, aos Poderes Públicos e membros da sociedade, no enfrentamento dos problemas decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos;
Considerando a Política Nacional de Resíduos Sólidos tem como principais diretrizes: a redução da geração de resíduos, por meio de práticas sustentáveis e da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos, e a destinação ambientalmente adequada daquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado (rejeitos);
Considerando o contido no Acórdão n° 129060/17 do Tribunal Pleno do TCE-PR – que estabeleceu o Plano Anual de Fiscalização desta Corte para o exercício de 2017- e a instituição do "projeto PAF 2017 – Meio Ambiente, com enfoque no gerenciamento de resíduos sólidos;
Considerando, que a gestão de resíduos sólidos urbanos é um tema que envolve não somente questões ambientais, mas também de caráter social e econômico, com tem reflexos na saúde pública e na qualidade de vida, torna – se necessário e imprescindível a adequação, revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos do Município;
Considerando que se faz imprescindível o estudo para que os problemas decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos urbanos possam ser contornados,
DETERMINA:
Art. 1º - Fica instituído o Comissão de Coordenação, elaboração e Execução para a revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município de Coronel Vivida, destinados a elaborar, coordenar, executar e deliberar todas as ações para bom o correto andamento desta revisão, nos termos estabelecidos nesta Portaria.
Parágrafo Único – A Comissão para revisão do Plano De Gestão de Resíduos Sólidos atuará como um órgão responsável pela elaboração formalmente institucionalizada como responsável pela condução da revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
Art. 2°- A participação dos servidores nesta Comissão de Revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos dar-se-à sem prejuízo do exercício de suas respectivas atribuições funcionais, sendo considerado serviço público relevante e não será remunerado.
Art. 3º Fica nomeada para a Comissão que será composta pelos seguintes membros:
Alice Lusco Salvi;
Adilton Lazzarini
Cristiane de Quadros
Etson Luiz Rosa
Elaine Gorgen
Katia Eloiza da Rocha
Hulyan Bolsoni Minosso
Art. 4° - São atribuições da Comissão para revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:
I – Discutir, avaliar e aprovar a revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, até o encaminhamento dos trabalhos realizados ao Chefe do Executivo Municipal.

II – Convocar reunião, requisitando auxílio, quando necessário, aos demais órgãos, servidores e setores da Administração Pública Municipal.
III – Convocar e realizar audiências públicas para acompanhamento da revisão.
IV – realizar todos os atos necessários para mobilização, participação e comunicação dos atos referentes a revisão do Plano, seguindo todas as diretrizes legais vigente.
Art. 5° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº 030/2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de novembro de 2024.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se,

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Simone Terezinha Sozo
Código Identificador:AC760663

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO CONJUNTA - CONFERÊNCIA DO MEIO AMBIENTE

CONVOCAÇÃO CONJUNTA

Convocaçao para a 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal de Coronel Vivida Anderson Manique Barreto e o Prefeito de Chopinzinho Edson Luiz Cenci – o Neco, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de elaborar proposições sobre emergência climática para subsidiar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, RESOLVE:
Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Intermunicipal do Meio Ambiente, a ser realizada no dia(s) 10 de Dezembro de 2024, tendo como tema central: "Emergência climática: o desafio da transformação ecológica", em conformidade com a Portaria do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) nº 1.079, de 10 de junho de 2024, que convoca a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - 5ª CNMA.
Art. 2º As despesas decorrentes da realização da Conferência Intemunicipal do Meio Ambiente correrão por conta de dotação própria dos orçamentos dos órgãos gestores municipais de meio ambiente dos municipios de Coronel Vivida e Chopinzinho.
Art. 3º Esta Convoação Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação.

Coronel Vivida, 06 de novembro de 2024.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito do Município de Coronel Vivida

EDSON LUIZ CENCI – NECO
Prefeito do Município de Chopinzinho

Publicado por:
Simone Terezinha Sozo
Código Identificador:60000B8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PORTARIA N° 305/2024

PORTARIA Nº. 305/2024

Designa Fiscal e Atribui Responsabilidade ao Gestor de Contrato.

Antonio Luis Szaykowski, prefeito do Município de Cruz Machado, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal nº 4195/2023, de regulamentação, gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 117 da lei nº 14.133/21, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

Resolve:

Art. 1º. Fica ***designado*** por esta Portaria como Fiscal do Contrato Administrativo, oriundo do Processo de Compra nº. 116/2024, Pregão Eletrônico nº. 073/2024, cujo o objeto aquisição de equipamentos hospitalares destinados ao Hospital Santa Terezinha desta municipalidade, devido ao saldo remanescente das propostas números 09431414000121002 e 09431414000/1220-01, o Servidor:

Daniel Lipinski, matrícula nº 1868.

Art. 2º. Ao Fiscal do Contrato, designado no artigo anterior, serão garantidas pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 14.133/21 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Cruz Machado - PR, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - Receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - Encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Interna Municipal;

IV - Comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
V - Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

VII - Exigir do contratado a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - Receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - Em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - Procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º. O Departamento de Compras e Licitações disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5°. Fica designado como Gestora do Contrato a Secretária Municipal de Saúde, a Sra. **Graziela Braun,** autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidário na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - Cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - Formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - Fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

IV - Comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

V - Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VI - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VII - Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

VIII - Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

IX - Formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

X - Solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XI - Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º. Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cruz Machado - PR, 06 de novembro de 2024.

ANTONIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:A9B623A4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PORTARIA N° 306/2024

PORTARIA Nº. 306/2024

Designa Fiscal e Atribui Responsabilidade ao Gestor de Contrato.

Antonio Luis Szaykowski, prefeito do Município de Cruz Machado, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei

Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal nº 4195/2023, de regulamentação, gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 117 da lei nº 14.133/21, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

Resolve:

Art. 1º. Fica ***designado*** por esta Portaria como Fiscais do Contrato Administrativo, oriundo do Processo de Compra nº. 117/2024, Pregão Eletrônico nº. 74/2024, cujo objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços comuns de engenharia para ampliação de edificações, destinada à construção de solários nos CMEIS Vovó Cecília da Silva, Antiocho Pereira e Prof Maria Gaioski Busch, a Servidora:

Amanda Matzenbacher Trevisol, matrícula n° 2127

Art. 2º. Ao Fiscal do Contrato, designado no artigo anterior, serão garantidas pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 14.133/21 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Cruz Machado - PR, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - Receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - Encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Interna Municipal;

IV - Comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V - Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

VII - Exigir do contratado a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - Receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - Em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - Procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º. O Departamento de Compras e Licitações disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º. Fica designado como Gestora do Contrato a Secretária Municipal de Administração, a Sra. **Andressa Szaykowski,** autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidário na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - Cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - Formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - Fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

IV - Comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

V - Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VI - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VII - Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

VIII - Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

IX - Formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

X - Solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XI - Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º. Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cruz Machado – PR, 06 de novembro de 2024.

ANTONIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:841FE921

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PORTARIA N° 307/2024

PORTARIA Nº. 307/2024

Designa Fiscal e Atribui Responsabilidade ao Gestor de Contrato.

Antonio Luis Szaykowski, prefeito do Município de Cruz Machado, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal nº 4195/2023, de regulamentação, gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 117 da lei nº 14.133/21, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

Resolve:

Art. 1º. Fica ***designado*** por esta Portaria como Fiscal do Contrato Administrativo, oriundo do Processo de Compra nº. 118/2024, Pregão Eletrônico nº. 075/2024, cujo o objeto a contratação de empresa objetivando a aquisição de uma lavadora horizontal hospitalar, com capacidade de 30kg, destinada à lavanderia do Hospital Santa Terezinha desta municipalidade, o Servidor:

Cleidir Henrique Ksionzek, matrícula nº 1574.

Art. 2º. Ao Fiscal do Contrato, designado no artigo anterior, serão garantidas pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 14.133/21 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Cruz Machado - PR, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I - Receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III - Encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Interna Municipal;

IV - Comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
V - Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI - Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

VII - Exigir do contratado a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII - Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - Receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X - Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI - Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII - Em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII - Procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º. O Departamento de Compras e Licitações disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5°. Fica designado como Gestora do Contrato a Secretária Municipal de Saúde, a Sra. **Graziela Braun,** autora do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidário na fiscalização do contrato no que se refere a:

I - Cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II - Formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III - Fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

IV - Comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

V - Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VI - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VII - Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

VIII - Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

IX - Formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

X - Solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XI **-** Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º. Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cruz Machado - PR, 06 de novembro de 2024.

ANTONIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:A65EDF54

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PORTARIA N° 308/2024

PORTARIA Nº. 308/2024

Designa Fiscal e Atribui Responsabilidade ao Gestor de Contrato.

Antonio Luis Szaykowski, prefeito do Município de Cruz Machado, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas na Lei Orgânica do Município, conjugadas com o disposto no Decreto Municipal nº 4195/2023, de regulamentação, gestão e fiscalização de contratos no Poder Executivo Municipal, e nos termos do art. 117 da lei nº 14.133/21, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e no sentido de atingir o interesse público na execução do objeto contratado.

Resolve:

Art. 1º. Fica ***designado*** por esta Portaria como Fiscais do Contrato Administrativo, oriundo do Processo de Compra nº. 119/2024, Pregão Eletrônico nº. 76/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o Registro de Preço objetivando a aquisição de materiais diversos destinados para manutenção corretiva e preventiva de equipamentos, veículos e máquinas desta municipalidade, o Servidor:

José De Oliveira, matrícula n° 1496

Art. 2º. Ao Fiscal do Contrato, designado no artigo anterior, serão garantidas pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na lei nº 14.133/21 e nas normas internas da Prefeitura Municipal de Cruz Machado - PR, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

I **-** Receber cópia do termo de contrato realizar leitura e análise rígida do texto e esclarecer qualquer dúvida com o gestor do contrato;

II **-** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir os respectivos relatórios, conforme Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, no âmbito do Município;

III **-** Encaminhar os relatórios e demais atos produzidos ao gestor do contrato com cópia para a Controladoria Interna Municipal;

IV **-** Comunicar formalmente ao gestor do contrato a necessidade de celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

V **-** Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo, fragilidade da segurança, material inadequado, armazenamento, etc.);

VI **-** Notificar a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo);

VII **-** Exigir do contratado a relação nominal dos empregados, com dados informativos que comprovem o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários;

VIII **-** Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando ao gestor do contrato aquelas que fugirem de sua alçada;

IX **-** Receber e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais, devidamente atestadas ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado, fazendo a devida conferência dos documentos fiscais que a integram;

X **-** Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

XI **-** Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado, observando o contrato e o termo de referência;

XII **-** Em se tratando de obras e serviços de engenharia, receber provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XIII **-** Procurar auxílio junto nas áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas.

Art. 3º. O Departamento de Compras e Licitações disponibilizará ao Fiscal do Contrato, designado nesta Portaria, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos, sem prejuízo de outros documentos que o fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.

Parágrafo único. Os documentos mencionados no caput deste artigo poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 4º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob sua fiscalização.

Art. 5º. Fica designado como Gestor do Contrato o Secretário Municipal de Obras, o Sr. **Daniel Rodrigues de Lara,** autor do termo de referência que deu origem ao processo, que será responsável solidário na fiscalização do contrato no que se refere a:

I **-** Cuidar da prorrogação do Contrato junto à autoridade competente (quando for necessário), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas necessárias;

II **-** Formalizar termo de referência e pedido para abertura de nova licitação à área competente, para complemento do objeto do contrato no sentido de garantir a eficácia dos gastos públicos;

III **-** Fazer comunicação formal à unidade administrativa competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

IV **-** Comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;

V **-** Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente

em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação;

VI - Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;

VII - Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

VIII - Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, controle interno ou jurídicas;

IX - Formalizar os autos processuais, determinando ao Fiscal do Contrato que faça juntada de documentos nos autos de todos os fatos dignos de nota, incluindo acervo fotográfico;

X - Solicitar à autoridade competente ou providenciar a substituição do Fiscal do Contrato;

XI - Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir.

Art. 6º. Caberá à Controladoria Interna do Município, por meio da realização de auditorias, diligências ou outras ações de controle interno, avaliar se a fiscalização dos contratos celebrados pelo Município está atuando de maneira efetiva e de forma adequada, podendo determinar ações de correções e solicitar a substituição dos fiscais dos contratos quando for necessária.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cruz Machado – PR, 03 de outubro de 2024.

ANTONIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:1A7745B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PORTARIA N° 309/2024

PORTARIA N° 309/2024
DATA: 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

SÚMULA: Altera a Portaria nº 024/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

ALTERAR

A Portaria nº 024/2024, suprimindo o servidor de matrícula nº 1180, a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a contar do dia 01 de novembro de 2024. As demais informações da portaria se mantêm inalteradas.

Registre-se e Publique-se;

Edifício da Prefeitura Municipal de Cruz Machado/PR, em 07 de novembro de 2024.

ANTONIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:5B324553

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PORTARIA N° 310/2024

PORTARIA N° 310/2024
DATA: 07 DE NOVEMBRO DE 2024

SÚMULA: Concede licença especial a título de prêmio para a servidora Leonice Salete Meredyk.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONCEDER

A servidora, Leonice Salete Meredyk, matrícula nº 1060, CTPS nº 31024/0019-SC e RG 3.496.612/SC, admitida em 02/03/2009, em conformidade com a Lei Complementar n° 001/2006, art. 94, seção VIII, Licença Especial à Título de Prêmio, período aquisitivo 2014/2019, (parcela 3/3), no período de 04/11/2024 a 03/12/2024.

Registre-se e Publique-se;

Edifício da Prefeitura Municipal de Cruz Machado/PR, em 07 de novembro de 2024.

ANTONIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:BF349F84

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
RETIFICAÇÃO DE EDITAL 06/2024

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
CREDENCIAMENTO Nº 06/2024
INEXIGIBILIDADE 15/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 130/2024

A Agente de Contratação do Município de Cruz Machado - PR nomeada através da Portaria 10/2024, alterada pela Portaria nº 226/2024 informa aos interessados a retificação do Edital do Credenciamento nº 06/2024, quanto a seguinte situação:

· Altera-se o item 5 – Requisitos da Contratação do Termo de Referência, para inclusão dos subitens 5.2, 5.2.1, 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8.
· Incluir o Anexo III-A, Tabela de Pontuação no edital;
· Altera-se a redação do Anexo III do edital.
· Incluir os itens 5.1.10 e 5.2.2 no edital;
· Altera-se a redação do item 1.3 do edital o qual a passa a ter a seguinte redação:
1.3. Os candidatos habilitados serão classificados pelos critérios estabelecidos na tabela do item 5.8 do termo de Referência, considerando os seguintes aspectos:
a) Formação profissional;
b) Experiência profissional;
· Altera-se o descritivo dos itens 2.3 e 8.2 do Termo de Referência

Altera-se a data e hora de abertura do referido certame para o dia 28/11/2024 às 13:00 horas.

Cruz Machado, 27 de novembro de 2024.

VERA MARIA BENZAK KRAWCZYK
Agente de Contratação

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:664EA37A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO 077/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 77/2024

PROCESSO nº 122/2024

OBJETO: Constituí objeto desta licitação o Registro de Preço objetivando **a contratação de empresa para prestação de serviço de hospedagem através de pousada/hospedaria localizada em Curitiba ou Região Metropolitana e na Região de Campo Largo – Paraná, destinado aos pacientes que fazem tratamento em Hospitais de Referência de Curitiba, Campo Largo e Campina Grande do Sul – Paraná**, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 303.425,00 (Trezentos e três mil quatrocentos e vinte e cinco reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 10:00 do dia 08/11/2024 às 08:00 horas do dia 27/11/2024.
Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 27/11/2024.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 27/11/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 07 de novembro 2024

ANTÔNIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:348AD44A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO 078/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 78/2024
PROCESSO nº 124/2024

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a **contratação de empresa para aquisição de 01 (um) veículo zero km tipo SUV, 5 lugares ano modelo 2024/2025, conforme descritivo do edital, destinado para Vigilância em Saúde desta municipalidade, c**onforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 120.798,00 (Cento e vinte mil setecentos e noventa e oito reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 11:00 do dia 08/11/2024 às 10:00 horas do dia 27/11/2024.
Abertura e julgamento das propostas: das 10:01 às 10:29 horas do dia 27/11/2024.
Início da sessão de disputa de preços: às 10:30 horas do dia 27/11/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 07 de novembro 2024

ANTÔNIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:1F762F8C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO 079/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 79/2024
PROCESSO nº 125/2024

OBJETO: Constituí objeto desta licitação o Registro de Preço objetivando serviços **de hospedagens para acomodação de servidores públicos a serviço da Administração, bem como para demais eventuais necessidades da Administração Pública**, encaminhados pela Secretaria de Saúde desta municipalidade.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 53.613,25 (Cinquenta e três mil seiscentos e treze reais e vinte e cinco centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 13:00 do dia 08/11/2024 às 13:30 horas do dia 27/11/2024.
Abertura e julgamento das propostas: das 13:31 às 13:59 horas do dia 27/11/2024.
Início da sessão de disputa de preços: às 14:00 horas do dia 27/11/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 07 de novembro 2024

ANTÔNIO LUIS SZAYKOWSKI
Prefeito

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:EF14FFD3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO 080/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 80/2024
PROCESSO nº 126/2024

OBJETO: Constituí objeto desta licitação o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios para suprir a demanda de refeições para os pacientes internados no Hospital Santa Terezinha, bem como para o Centro de Saúde desta municipalidade, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 763.205,30 (Setecentos e sessenta e três mil duzentos e cinco reais e trinta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 14:00 do dia 08/11/2024 às 08:00 horas do dia 29/11/2024.

Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 29/11/2024.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 29/11/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 07 de novembro 2024

ANTÔNIO LUÍS SZAYKOWSKI
Prefeito

Publicado por:
Gabriel Ribas Neponucena
Código Identificador:5E60F200

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
PORTARIA N. 23/2024 – 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Autoriza o pagamento de despesas de viagem e da outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º ***AUTORIZAR*** o pagamento das despesas de viagem das funcionárias da câmara de vereadores conforme tabela abaixo:

Nomes: Salete Lucio da Costa, RG 8.399.427-4 e CPF 053.422.839-90
Flavia Piccinin Paz, RG 6.271.640-4, CPF 027.059.629-13

Destino: Foz do Iguaçu - PR
Motivo: Aula Presencial Modulo VI da Pós em MBA em LICITAÇÕES E CONTRATOS: governança, teoria e prática
Data: 08 de novembro de 2024

Meio de transporte: veiculo
Quantidade de diárias para cada funcionaria: ½ diárias
Total de Diárias: 1 diárias
Valor unitário da diária: R$ 250,00
Total pago de diárias para cada funcionaria : R$ 125,00
Valor Total de diárias pagas: R$ 250,00
Art. 2º Fica determinado ao departamento de contabilidade que proceda o pagamento das respectivas diárias, meio de locomoção e inscrição, se for o caso.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor a partir de 07 de novembro de 2024 o revogada as disposições em contrário.

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Diamante D'Oeste – PR, 07 de novembro e 2024.

MARINALDO GONÇALVES DA LUZ
Presidente

Publicado por:
Salete Lucio da Costa
Código Identificador:8EDC3579

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2376/2024 DE 07/11/2024

Decreto nº 2376/2024 de 07/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 426/2023 de 26/10/2023.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 116.450,00 (cento e dezesseis mil quatrocentos e cinqüenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001.08.244.0014.2.041.	Manutenção da Política de Assistência Social	
374 - 3.3.90.30.00.00 901	MATERIAL DE CONSUMO	7.500,00
409 - 3.3.90.39.00.00 480	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.300,00
408 - 3.3.90.39.00.00 901	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	650,00
07.002.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
07.002.08.243.0015.6.046.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos	
260 - 3.3.90.39.00.00 933	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO	
08.001.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.001.15.452.0016.2.051.	Atividades do Departamento de Obras e Serviços Públicos	
277 - 3.3.90.30.00.00 1000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E RODOVIÁRIO	
08.002.26.782.0017.2.054.	Manutenção da Frota Rodoviária	
292 - 3.3.90.30.00.00 1000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00

Total Suplementação: 116.450,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita	1.1.1.3.03.11.01.0000	Fonte 1000	49.203,64
Receita	1.1.1.3.03.41.01.0100	Fonte 1000	23.169,16
Receita	1.3.2.1.01.01.03.0100	Fonte 933	6.000,00
Receita	1.7.1.6.50.01.07.0000	Fonte 901	8.150,00
Receita	1.7.1.9.99.01.02.0000	Fonte 1000	27.627,20
Receita	1.7.2.9.99.01.06.0000	Fonte 480	2.300,00
		Total da Receita:	**116.450,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:74977D04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2377/2024 DE 07/11/2024

Decreto nº 2377/2024 de 07/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 426/2023 de 26/10/2023.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 3.800,00 (três mil oitocentos reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
05.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA DE SAÚDE	
05.001.00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.001.10.301.0006.2.013.	Fortalecimento da Atenção Primária	
376 - 3.3.90.30.00.00 3500	MATERIAL DE CONSUMO	900,00
05.001.10.301.0007.1.015.	Gestão do SUS - Estruturação de Unidades Próprias	
440 - 4.4.90.52.00.00 35182	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.900,00

Total Suplementação: 3.800,00
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:018962A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2378/2024 DE 07/11/2024

Decreto nº 2378/2024 de 07/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 426/2023 de 26/10/2023.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 25.785,00 (vinte e cinco mil setecentos e oitenta e cinco reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO
08.002.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E RODOVIÁRIO
08.002.15.782.0017.1.052.	Construir e Adequar Vias, Galerias Pluviais, Pontes, Abrigos e Pontos de Ônibus
363 - 4.4.90.51.00.00 3014	OBRAS E INSTALAÇÕES 25.785,00

Total Suplementação: 25.785,00
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

GUILHERME PIVATTO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:86CAD2A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
EXTRATO CONTRATUAL PR 60/2024

E X T R A T O C O N T R A T U A L
Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D´OESTE,** e de outro lado à empresa abaixo qualificada. Processo Licitatório sob nº 194/2024, Modalidade Pregão Presencial Sob Nº. 60/2024, Menor Preço por Item. A contratação de pessoa jurídica especializada para os serviços de Coordenador de Artesanato para a aldeia Tekoha Añetete e Tekoha Itamarã; através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Diamante D'Oeste/PR, os serviços deveram ser entregues conforme descrito no contrato, após o solicitado.

Empresa Contratada	Item	Valor Global R$
"**JANETE DIAS DE SOUZA - MEI**", CNPJ sob nº. 37.252.315/0001-36; Contrato sob nº 374/2024.	01.	43.372,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:14BC3B51

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
EXTRATO CONTRATUAL PR RP 56/2024

E X T R A T O C O N T R A T U A L
Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado as empresas abaixo qualificadas. Processo licitatório sob nº 185/2024; na modalidade licitatória Pregão na forma Eletrônica sob nº 56/2024; menor preço por lote. Objeto Contratação de empresa especializada na instalação e fornecimento de Postes de Iluminação Pública, esta aquisição atenderá as necessidades da secretaria municipal de obras, urbanismo e rodoviário de diamante D'Oeste, visando melhorar a iluminação dos canteiros centrais e outras áreas de interesse público, conforme especificações contidas no estudo técnico preliminar, e em conformidade com a NBR 5101, que trata dos requisitos de iluminação de vias públicas do Município de Diamante D'Oeste/PR; Contrato de Prestação de Serviços e Aquisição, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da data do contrato, ou seja, até 07-11-2025.

EMPRESA CONTRATADA	Lote	Valor Global R$
"**ELETRODIN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME**", CNPJ sob nº 51.702.839/0001-02, Contrato sob nº 373/2024.	01.	274.900,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:808B2AA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
AVISO DE LICITAÇÃO PR SRP 66/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Diamante D'Oeste/PR; Inscrita no CNPJ/MF 77.817.476/0001-44, torna público que, fará realizar o PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº **214**/2024, na modalidade PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA SOB Nº **66**/2024, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para contratação de empresa especializada para serviços de manutenção e corretiva na rede elétrica de edificações municipais, com fornecimento de mão de obra, respectivos fardamentos, EPI'S, equipamentos, ferramentas e veículos necessários para execução dos serviços e locomoção, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Viações, observadas as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos. Devendo as propostas e documentações, serem anexadas no Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br, até o dia **26 de Novembro de 2024 às 09:00 horas**. Ficam convocados à

competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do EDITAL, cujas cópias poderão ser obtidas, no setor de Licitação, em qualquer dia útil e no endereço acima mencionado. Maiores informações, pelo telefone (45)3272-1141/3272-1235 e pelo site www.diamantedoeste.pr.gov.br.

Diamante D' Oeste, 07 de Novembro de 2024.

GUILHERME PIVATTO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:B3E0FF2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONCURSO Nº 001/2024

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: **CONCURSO Nº 001/2024**

Objeto do Concurso: **SELEÇÃO DE ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – OSCIP, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 9.790/99, QUE SE INTERESSE EM FIRMAR TERMO DE PARCERIA, EM ESTREITA COOPERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE DOIS VIZINHOS, POR MEIO DO PROGRAMA INCLUSÃO DIGITAL E FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, FORTALECENDO O EMPREENDEDORISMO TECNOLÓGICO ATRAVÉS DO PROGRAMA DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO TECNOLÓGICO.**

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Valor: 510.353,71 (quinhentos e dez mil, trezentos e cinquenta e três reais e setenta e um centavos).

Data de início de recebimento de propostas: 8/11/2024

Data fim de recebimento de propostas: 16 de janeiro de 2025 às 9 horas (horário de Brasília)

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações

Dois Vizinhos, 07 de novembro de 2024.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:47B5E0E5

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 049/2024; **OBJETO:** Contratação de empresa para treinamento de servidores, conforme atualizações e mudanças da legislação - para ministrar o curso de capacitação denominado "ITBI a partir das decisões dos tribunais superiores e os reflexos da reforma tributária. **CONTRATADA:** IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.651.451/0001-85, sediada na Rua Minas Gerais, nº 1391, sala 502 andar 5. Edif. Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, CEP: 85.601-060, e-mail: Igamparana@igam.com.br, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o(a) Sr(a). Eduardo Anziliero, inscrito no C.P.F. nº 062.XXX.XXX-28. ; **CONTRATANTE:** Município de Dois Vizinhos - Paraná; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inciso III, alínea f da Lei Federal 14.133/2021; **PRAZO:** 180 (dias) contados da publicação do Contrato no PNCP; **VALOR ESTIMADO:** R$ 5.370,00 (cinco mil trezentos e setenta reais).; **RECONHECIMENTO:** 06 de novembro de 2024, por **Vilmar Possato Duarte,** Secretário de Administração e Finanças; **RATIFICAÇÃO:** 06 de novembro de 2024, por **Luis Carlos Turatto**, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:54413DBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 031/2024 SÚMULA: REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 028/2024, DATADA EM 29 DE AGOSTO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº **031/2024**

SÚMULA: Revoga a Lei Municipal nº 028/2024, datada em 29 de agosto de 2024, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** por proposta do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL e eu, **MOISEIS BRANCO DA SILVA,** Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

"LEI"

Art. 1º - Fica **revogada** a Lei nº 028/2024, datada em 29 de agosto de 2024, que dispõe; sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Município de Doutor Ulysses, para o exercício de 2024, e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Prefeito aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (07.11.2024)

MOISEIS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:14D90D60

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 034/2024 SÚMULA: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 002/2005.

LEI Nº 034/2024

SÚMULA: Altera a Lei Municipal nº 002/2005.

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** por proposta do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL e eu, **MOISEIS BRANCO DA SILVA,** Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

"LEI"

Art. 1º - O Art. 3.ºdaLei Municipal n.º 002/2005, passa a vigorar com aseguinte alteração:
Na outorga do Termo de Permissão e Alvará de Licença, a partir da data da publicação desta Lei, será obedecido o seguinte critério quanto ao número máximo de placas de veículos de aluguel:
I – Sede do Município: 06 (seis) placas de taxi;
II – Bairro dos Municípios: 09 (nove placas de taxi.

Art. 2º–Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Prefeito aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro (07.11.2024)

MOISEIS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:299EC225

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Moiseis Branco da Silva no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2024
b) Licitação Nrº :	19/2024
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	07/11/2024
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE TRITURADOR MOVEL DE GALHOS, TRONCOS E ARBUSTOS COM CAPACIDADE MINIMA DE CORTE PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERENCIA
f) Processo Adm Nrº :	43/2024

18.541.0007.2.093. - PROGRAMA "ITAIPU MAIS QUE ENERGIA"

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.691.899/0002-12

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Triturador móvel (novo - zero hora) de galhos, troncos e arbustos, com capacidade mínima de corte 9" ou (23cm) de diâmetro. Descrição conforme Termo de Referência.	PrÃ³pria	1	R$ 258.500,0000	R$258.500,0000

Valor Total Homologado - R$ 258.500,00

DOUTOR ULYSSES, 07 de novembro de 2024.

MOISEIS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:C5757DC0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0374/2024 SÚMULA: ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NOMEADOS ATRAVÉS DO DECRETO 0262/2024.

DECRETO Nº 0374/2024

Súmula: Altera a composição dos Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente nomeados através do Decreto 0262/2024.

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;

DECRETA

Artigo 1º – Fica alterada a composição do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, ficando composta pelos seguintes membros:

Conselheiros Representantes da Área Governamental

TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO
Josseli Alves de Miranda	Helena Aparecida Leal	Sec. Municipal de Assistência Social
Heloize Platner Bitencourt	Eliziane de Freitas Miranda	Sec. Municipal de Saúde
Mariland Antonia Carvalho	Lea Regina Correa de Moraes	Sec. Municipal de Educação

Conselheiros Representantes da Área não Governamental

TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO
Simone Aparecida da Silva	Silvia M. Raab	Representantes da Rede Municipal
Josiane da Guia Aleluia	Vilma Matilde de Oliveira	Representantes da Rede Estadual
Adjahyr José de Andrade	Maricleia Hoffman	Representantes do Serviço da Assistência Social

Conselheiros Representantes dos Adolescentes

TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO
Lucas Marcondes Viana	Ana Clara Leme da Silva	Adolescentes

Secretaria Executiva

Sirlei de Souza Rosa

Artigo 2º - A composição que trata este decreto vigorará até o dia 21/06/2025;

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as
disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 07 de novembro de 2024.

MOISEIS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1061502E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0087/2024 CONCEDER LICENÇA ESPECIAL A SERVIDORA LORIZETE VIDAL DOS SANTOS.

PORTARIA Nº. 0087/2024

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o tempo de efetivo exercício do cargo apresentado pela servidora;

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora;
CONSIDERANDO, as disposições do art. 96 da Lei n° 33 de 29 de Dezembro de 1993, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Ulysses – PR;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Especial a servidora **LORIZETE VIDAL DOS SANTOS**, brasileira, **MERENDEIRA**, matricula 2190, portadora do CPF nº 858.xxx.xxx-15, a partir do dia **01/10/2024**;

Art. 2° - A Licença de que trata esta portaria será pelo período de 03 (três) meses, com remuneração do cargo conforme Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Ulysses – PR;

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogados as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 10 de outubro de 2024.

MOISEIS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:13F21286

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 0088/2024 CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À JOAO CARLOS VELOSO DE ALMEIDA.

PORTARIA Nº. 0088/2024

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o tempo de efetivo exercício do cargo apresentado pelo servidor;
CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pelo servidor;

CONSIDERANDO, as disposições do art. 96 da Lei n° 33 de 29 de Dezembro de 1993, a qual dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Ulysses – PR;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença Especial à **JOAO CARLOS VELOSO DE ALMEIDA,** brasileiro TRABALHADOR BRAÇAL, matricula 4076, portador do CPF nº 031.xxx.xxx-59, a partir do dia **08/10/2024**;

Art. 2° - A Licença de que trata esta portaria será pelo período de 03 (três) meses, com remuneração do cargo conforme Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Doutor Ulysses – PR;

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 10 de outubro de 2024.

MOISEIS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D9C9928F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 062/2024

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de manutenção periódica preventiva e corretiva os equipamentos odontológicos, com fornecimento de peças e mão de obra.
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 do dia 11/11/2024 às 08:30 horas do dia 28/11/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:31h às 09:00hr do dia 28/11/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 28/11/2024, acrescido do período aleatório.
EXCLUSIVO A MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPPs OU EQUIPARADAS: NÃO
LOCAL: www.bll.org.br_"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3459-1109, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 07 de novembro de 2024.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Prefeita Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:C0870E57

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2024
*****LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MPE/EPP*****

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVACAR**
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 11/11/2024 às 13:30h do dia 28/11/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 13:31h às 14:00h do 28/11/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 14:01h às 14:05h do dia 28/11/2024, acrescido do período aleatório
LOCAL: www.bll.org.br_"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção

por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3459-1109, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 07 de novembro de 2024.

CARMEN LUCIANE ANDREOLA CABRAL
Agente de Contratação
Portaria 149/2024

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:66347FD9

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2024

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: Aquisição de Pedra Britada diversas bitolas em atendimento à Secretaria de Viação, Obras e Urbanismos.
Forma de Julgamento: Menor Preço Global
Recebimento da Propostas: Das 08:00h do dia 11/11/2024 às 08:30h do dia 25/11/2024.
Abertura das Propostas: Das 08:30h às 09:00hr do dia 25/11/2024.
Início da sessão de disputa de preços: Das 09:01h às 09:05h do dia 25/11/2024, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br_"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3459-1109, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 07 de novembro de 2024.

CARMEN LUCIANE ANDREOLA CABRAL
Agente de Contratação
Portaria 149/2024

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:A75D08E0

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2024

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: **Contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, diversas bitolas.**
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 11/11/2024 às 08:30h do dia 29/11/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:31h às 09:00h do 29/11/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 29/11/2024, acrescido do período aleatório
LOCAL: www.bll.org.br_"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3459-1109, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 07 de novembro de 2024.

CARMEN LUCIANE ANDREOLA CABRAL
Agente de Contratação
Portaria 149/2024

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:75B03E64

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2024
*****LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MPE/EPP*****

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo:
Objeto: **Aquisição de camisetas personalizadas para atender as necessidades de campanhas e eventos promovidos pela Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro.**
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário;
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 11/11/2024 às 13:30h do dia 29/11/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 13:30h às 14:00h do 29/11/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 14:01h às 14:05h do dia 29/11/2024, acrescido do período aleatório
LOCAL: www.bll.org.br_"**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
Local de Acesso e Participação: www.bll.org.br
Informações:
Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro
Departamento de Compras e Licitações
Av. Remis João Loss, 600, Centro.
Fernandes Pinheiro - Paraná
CEP: 84.535-000
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3459-1109, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 07 de novembro de 2024.

CARMEN LUCIANE ANDREOLA CABRAL
Agente de Contratação
Portaria 149/2024

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:769C1FD9

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2024 PROCESSO ADM: Nº 156

Objeto:Aquisição de areia branca, nas granulometrias fina e média para uso da secretaria de obras e urbanismos.
Empresas vencedoras valor total: R$ 34.216,00(trinta e quatro mil e duzentos e dezesseis reais):FECHA HOJE DISTRIBUIDORA LTDA(49647713000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 34.216,00 (trinta e quatro mil e duzentos e dezesseis reais).

FERNANDES PINHEIRO (PR), quinta-feira, 7 de novembro de 2024.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:29C51CB9

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2024 PROCESSO ADM: Nº 156

Objeto:Aquisição de areia branca, nas granulometrias fina e média para uso da secretaria de obras e urbanismos.
Empresas vencedoras valor total: R$ 34.216,00(trinta e quatro mil e duzentos e dezesseis reais):FECHA HOJE DISTRIBUIDORA LTDA(49647713000130) com os lotes: 1 no valor total de R$ 34.216,00 (trinta e quatro mil e duzentos e dezesseis reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/21, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), quinta-feira, 7 de novembro de 2024.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:33F5C1C4

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2024 PROCESSO ADM: Nº159

Objeto:AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE ORQUESTRA PARA COMPOR A FANFARRA MUNICIPAL.
Empresas vencedoras valor total: R$ 70.861,21(setenta mil e oitocentos e sessenta e um reais e vinte e um centavos):QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA(28453974000140) com os lotes: 4 no valor total de R$ 3.492,80 (três mil e quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).VIVAMUSICA COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA(49682068000197) com os lotes: 11 no valor total de R$ 1.790,00 (um mil e setecentos e noventa reais).MARCELO ARAÚJO SILVA E CIA LTDA(71107320000193) com os lotes: 8 no valor total de R$ 2.679,93 (dois mil e seiscentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos).LPG MUSICAL LTDA(52549937000114) com os lotes: 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 no valor total de R$ 62.898,48 (sessenta e dois mil e oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos).

FERNANDES PINHEIRO (PR), quinta-feira, 7 de novembro de 2024.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:C751667C

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2024 PROCESSO ADM: Nº 00000159

Objeto:AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS DE ORQUESTRA PARA COMPOR A FANFARRA MUNICIPAL.
Empresas vencedoras valor total: R$ 70.861,21(setenta mil e oitocentos e sessenta e um reais e vinte e um centavos):QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA(28453974000140) com os lotes: 4 no valor total de R$ 3.492,80 (três mil e quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).VIVAMUSICA COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA(49682068000197) com os lotes: 11 no valor total de R$ 1.790,00 (um mil e setecentos e noventa reais).MARCELO ARAÚJO SILVA E CIA LTDA(71107320000193) com os lotes: 8 no valor total de R$ 2.679,93 (dois mil e seiscentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos).LPG MUSICAL LTDA(52549937000114) com os lotes: 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10 no valor total de R$ 62.898,48 (sessenta e dois mil e oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/21, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), quinta-feira, 7 de novembro de 2024.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:34685538

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024 PROCESSO ADM: Nº 160

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA.
Empresas vencedoras valor total: R$ 447.000,00(quatrocentos e quarenta e sete mil reais):CLEVERSON JOSE BELLO TRIBEK LTDA(57484997000110) com os lotes: 1 no valor total de R$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais).

FERNANDES PINHEIRO (PR), quinta-feira, 7 de novembro de 2024

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:8FF62928

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024 PROCESSO ADM: Nº 00000160

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA.
Empresas vencedoras valor total: R$ 447.000,00(quatrocentos e quarenta e sete mil reais):CLEVERSON JOSE BELLO TRIBEK LTDA(57484997000110) com os lotes: 1 no valor total de R$ 447.000,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) 14.133/21, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FERNANDES PINHEIRO (PR), quinta-feira, 7 de novembro de 2024

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Autoridade Competente

Publicado por:
Gabriel Eduardo Rodrigues
Código Identificador:6D1CB3C3

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DO CONTRATO 078/2024 DISPENSA Nº 028/2024

Contratante: Município de Fernandes Pinheiro, CNPJ nº 01.619.323/0001-20.
Contratada: CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CNPJ 00.360.305/0001-04
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PÚBLICA, AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA O PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ATIVOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO.

Prazo de vigência: 60(sessenta) meses.
Valor da Proposta: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
Município de Fernandes Pinheiro
Contratante

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Contratada

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:99B2BF67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 009/2024

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR
Contratada.: ROSTIROLLA E CIA LTDA
CNPJ nº 24.010.062/0001-42
Valor.....: R$ 5.240,00 (cinco mil, duzentos e quarenta reais)
Vigência...: Início: 07/11/2024 Término: 06/11/2025
Licitação..: Dispensa por Justificativa Nº.: 14/2024 – Ata de Registro de preços
Recursos...: Dotação: 333.90.30.00.00 – Material de Consumo - FONTE 1001
Objeto.....: Registro de preços visando o fornecimento de coffee break, destinado a atender eventos, cerimônias, cursos e reuniões oficiais promovidos pela Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul, conforme a demanda ao longo do período de vigência da contratação.

NELSON ALOISIO KUNSLER
Presidente

Flor da Serra do Sul, 07/11/2024

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:0D5D25D4

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 010/2024

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR
Contratada.: ADIRLEIA FATIMA PAZOLINI LEITE 047185099-39
CNPJ nº 19.622.003/0001-95
Valor.....: R$ 5.246,00 (cinco mil duzentos e quarenta e seis reais)
Vigência...: Início: 07/11/2024 Término: 06/11/2025
Licitação..: Dispensa por Justificativa Nº.: 15/2024 – Ata de Registro de preços
Recursos...: Dotação: 333.90.30.00.00 – Material de Consumo - FONTE 1001
Objeto.....: Registro de preços visando a fornecimento de arranjos, flores, e itens de jardinagem para a Câmara Municipal de Flor da Serra do Sul.

NELSON ALOISIO KUNSLER
Presidente

Flor da Serra do Sul, 07/11/2024

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:D8B54282

RH
PORTARIA 410/2024

PORTARIA Nº 410/2024

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias para o Servidor Público Municipal Sr. **JOSÉ JOCELI DOS SANTOS,** inscrito no RG sob Nº 30194004 - SSP-PR, ocupante do Cargo Comissionado de SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE, a partir de 07 de novembro de 2024, referente ao Período Aquisitivo 2024/2025, devendo retornar às suas atividades em 22 de novembro de 2024.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 07 de novembro de 2024.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:89016A9D

RH
PORTARIA 411/2024

PORTARIA Nº 411/2024

PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR Licença para tratamento de saúde, para o Servidor Público Municipal Sr. **JOSÉ ESTEVÃO ZUQUETTO**, inscrito no RG nº 2544765– 12/R-SC, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas , conforme relatório da Avaliação Médica, a partir de 05/11/2024 até 03/05/2025.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 07 de novembro de 2024

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:4E96EC84

RH
PORTARIA 412/2024

PORTARIA Nº 412/2024

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - PRORROGAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE para a servidora Sra. **FERNANDA MONTEMEZZO PERIN**, inscrita no RG nº 80522924 – SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Odontóloga, conforme avaliação médica a partir de 07/11/2024 até 06/01/2025, quando deverá passar por nova avaliação.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 07 de novembro de 2024.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:248B03BB

RH
PORTARIA 413/2024

PORTARIA Nº 413/2024

AUTORIZA RETORNO AO TRABALHO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - AUTORIZAR o RETORNO ao trabalho, do servidor abaixo listado, que encontrava-se em Licença para Tratamento de Saúde, considerando Laudo Médico Pericial, seu retorno se dará com restrições, desempenhando funções compatíveis com sua limitação, devendo passar por nova perícia em um ano.
Art. 2º - Passará a desempenhar suas funções no Conselho Tutelar, ficando lotado na Secretaria de Assistência Social. O retorno ao trabalho se dará em 11 de novembro de 2024.

Servidor	RG	Cargo
SADI BRAUM PIMENTEL	13/R623337- SSP-SC	MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 07 de novembro de 2024.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:7793BB98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2024, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2024 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2024, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2024

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art.1º Convocar, o candidato abaixo relacionado, aprovado no concurso público aberto pelo Edital de Concurso Público nº 001/2024 cujo resultado final divulgado pelo Edital de Divulgação do Resultado Final, homologado em 5 de junho de 2024 pelo Decreto nº 4.502/2024, à comparecer na Prefeitura Municipal de Flórida - Divisão de Recursos Humanos/Setor de Pessoal, **no período de 08/11/2024 a 14/11/2024** no horário das 8:00h/11:00h-13:00h/17:00h, exceto sábado e domingo:

CARGO: MOTORISTA		
NOME	**INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
Claudio Aparecido Valharini Silvério	9618	**3º**

Art.2º O convocado deverá comparecer munido dos documentos originais relacionados abaixo, sendo que o não comparecimento no prazo estipulado, implicará na desclassificação do candidato:

1) CPF;
2) RG;
3) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral ou último comprovante de votação;
4) Certidão de Estado Civil;
5) Documentos que comprove os requisitos exigidos para o cargo;
6) Certidão negativa de antecedentes criminais;
7) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa e Incorporação, para sexo masculino.
8) Certidão de Nascimento e CPF de filhos menores de 21 anos;
9) Número de inscrição do PIS/PASEP, se possuir;
10) Comprovante de residência;
11) Declaração de Bens, ou última Declaração de Imposto de Renda;
12) Declaração de que não infringe o art. 37, XVI da CF (Acumulação de Cargos e Funções), e ainda quanto aos proventos de aposentadoria, o disposto no art. 37, §10, da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20/98;
13) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse da administração;

Art.3º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Flórida-PR, 7 de novembro de 2024.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Caroline Tows da Silva
Código Identificador:F3B54164

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

Por meio desta, a Prefeitura Municipal de Flórida**,** nos termos do art. 75,
§3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças de reposição e mão-de -obra especializada, visando atender às demandas com a manutenção corretiva e preventiva de bomba submersível 20hp.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Transporte de equipamento (guincho) e retirada de motobomba submersível 20hp	UNID	2		
2	Serviço de retífica de	UNID	1		

	motobomba submersível, desmontagem, montagem, teste e pintura				
3	Motor leão 20hp – 220 volts trifásico	UNID	9		
4	Difusor bombeador S35- 9	UNID	9		

Condições de entrega: Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações do Estudo Técnico Preliminar, em até 10 (dez) dias após a emissão da Nota de Autorização de Despesa (NAD).

Condições de pagamento: O pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal com o carimbo de recebimento.

Documentos exigidos para a contratação

São exigidos quanto à habilitação jurídica:
a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista:
a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
d) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade.

A manifestação de interesse poderá ser exteriorizada por meio de proposta apresentada, com julgamento por **MENOR PREÇO**, que deverá ser encaminhada **DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO ABAIXO**, para o e- mail licitacao@florida.pr.gov.br, bem como eventuais dúvidas a respeito do serviço a ser contratado poderão ser enviadas para o mesmo e-mail ou pelo telefone (44) 3136-0200.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA POR E-MAIL
INICIO: às 00h:00min - 08de novembro de 2024.
FIM: às 23h:59min – 13 de novembro de 2024.

Link para obtenção do Estudo Técnico Preliminar: https://florida.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368mib0

Flórida, 04 de novembro de 2024.

REGINALDO SEVERINO DE ANDRADE
Secretário de Obras, Viação e Urbanismo

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:EE83B5E7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO -HOMOLOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2024

Pelo presente termo, fica **HOMOLOGADO** o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
Fica **HOMOLOGADA**, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos feita pelo Pregoeiro.
EMPRESAS VENCEDORAS:
ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA com o valor de R$ 12.883,10 (doze mil, oitocentos e oitenta e três reais e dez centavos);
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA com o valor de R$ 68.153,26 (sessenta e oito mil, cento e cinquenta e três reais e vinte e seis centavos);
AUTOMX SOLUÇÕES EIRÉLI - ME com o valor de R$ 3.625,00 (três mil, seiscentos e vinte e cinco reais);
CIRURGICA PRIME LTDA com o valor de R$ 133.472,09 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e nove centavos);
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES EIRELI com o valor de R$ 99.492,91 (noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos);
DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA com o valor de R$ 2.150,50 (dois mil, cento e cinquenta reais e cinquenta centavos);
HOSPBOX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA com o valor de R$ 7.470,00 (sete mil, quatrocentos e setenta reais);
IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTO com o valor de R$ 3.100,00 (três mil e cem reais);
KDN COMERCIO ATACADISTA LTDA com o valor de R$ 5.790,20 (cinco mil, setecentos e noventa reais e vinte centavos);
LUCABIANCO COM. E CONFECCAO EM ACESSORIOS DESCARTAVEIS LTDA com o valor de R$ 8.680,00 (oito mil, seiscentos e oitenta reais);
M TESTA ATACADO LTDA com o valor de R$ 1.745,00 (um mil, setecentos e quarenta e cinco reais);
MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA - ME com o valor de R$ 120.521,13 (cento e vinte mil, quinhentos e vinte e um reais e treze centavos);
MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES com o valor de R$ 4.876,31 (quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e trinta e um centavos);
MEDEFE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES com o valor de R$ 8.419,15 (oito mil, quatrocentos e dezenove reais e quinze centavos);
NACIONAL SAFETY EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI com o valor de R$ 3.385,00 (três mil, trezentos e oitenta e cinco reais);
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA com o valor de R$ 4.021,00 (quatro mil e vinte e um reais);
SUPERMEDCOMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA com o valor de R$ 73.221,23 (setenta e três mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e três centavos);
TECH-SUL MEDICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA com o valor de R$ 902,00 (novecentos e dois reais);
VERDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA com o valor de R$ 2.579,80 (dois mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta centavos);
VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA com o valor de R$ 3.773,50 (três mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta centavos);
VYP MATERIAL HOSPITALAR COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA com o valor de R$ 56.905,21 (cinquenta e seis mil, novecentos e cinco reais e vinte e um centavos);

Total Geral Homologado: R$ 625.166,39 (seiscentos e vinte e cinco mil e cento e sessenta e seis e trinta e nove centavos).

Flórida, 05 de novembro de 2024.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:5CBCCA5D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratada: GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO E SISTEMA DO BRASIL LTDA
Objeto: Aquisição e instalação de um biodigestor de pequeno porte para resíduos orgânicos na Escola Municipal Duque de Caxias, conforme o Instrumento de Repasse n° 4108106/2023 - ITAIPU.
Valor Total Contratação: R$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais).
Vigência do contrato: Até 04/11/2025.

Flórida, 05 de novembro de 2024.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:360A71FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
-HOMOLOGAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024

Pelo presente termo, fica **HOMOLOGADO** o procedimento licitatório acima referido, haja vista a observância, em toda a sua tramitação, do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
Fica **HOMOLOGADA**, ainda, a adjudicação do objeto constante nos autos feita pelo Pregoeiro.
EMPRESA VENCEDORA:
GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMAÇÃO E SISTEMA DO BRASIL LTDA com o valor de R$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais);

Total Geral Homologado: R$ 24.400,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos reais).

Flórida, 05 de novembro de 2024.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:71752BAB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2024-PMF

Pelo presente, de um lado o MUNICÍPIO DE FLÓRIDA (contratante) e, de outro, a empresa 12.088.478 REGIANE CALIXTO ALVES, (contratada), ambos já qualificados no contrato administrativo em questão, estabelecem entre si o seguinte termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – O presente termo tem por objetivo aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual até o dia 22 de outubro de 2025.

Cláusula Segunda – Fundamenta-se, este aditivo, no disposto no art. 57, *caput*, II da Lei Federal nº 8.666/1993, haja vista a vantagem administrativa consistente na continuidade dos serviços prestados em razão da oportunidade e conveniência para o contratante devidamente expostos na solicitação formulada.

Cláusula Terceira – Em decorrência do presente aditivo previsto na Cláusula Segunda, fica acrescido ao valor original a importância de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, perfazendo o valor global do contrato de **R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais).**

Parágrafo único. No exercício de 2024, a contratação onerará a respectiva dotação prevista na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais disposições contratuais.

E por ser esta a manifestação de vontade das partes, firma-se o presente, em duas vias de igual teor, com a assinatura das testemunhas.

Flórida, 23 de outubro de 2024.

De acordo:

MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Contratante

12.088.478 REGIANE CALIXTO ALVES
Contratada

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:3D266627

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 29/2024-PMF

I.OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus novos devidamente certificados pelo INMETRO, para os veículos da frota municipal de Flórida.
II. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir do dia 08 de novembro de 2024 até às 08h45min do dia 25/11/2024, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
III. REALIZAÇÃO: dia **25 de novembro de 2024** às 09:00hrs, no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.
IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço"
V. VALOR TOTAL MÁXIMO: 725.931,48 (setecentos e vinte e cinco mil e novecentos e trinta e um reais e quarenta e oito centavos).
Demais informações pelo fone: (44) 3136-0200 na Prefeitura Municipal de Flórida/PR, na Divisão de Licitação, no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Flórida: www.florida.pr.gov.br e no site da plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br.

Flórida, 07 de novembro de 2024.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:6487D539

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 362/2024.

PROCESSO: Processo inexigibilidade nº 34/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: MUSICAL GRUPO CHAMA LTDA (CNPJ Nº 18.540.667/0001-42)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MUSICAL GRUPO CHAMA LTDA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM ESTRUTURA COMPLETA DE BANDA, SOM E LUZ PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "SHOW DA VIRADA" QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2024 NA PRAÇA DA BÍBLIA - MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR"
VALOR TOTAL: R$ 37.700,00 (Trinta e Sete Mil e Setecentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 07/11/2024.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:8DC8A487

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2024-PREVFOZ
PROCESSO ADMINISTRATIVO 08/2024 RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 03/2024-PREVFOZ
Processo Administrativo 08/2024

R A T I F I C A Ç Ã O E A D J U D I C A Ç Ã O

O Presidente do RPPS de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico, anexos**, RATIFICA a Inexigibilidade de Licitação n.º 03/2024-PMFJ, Processo Administrativo 08/2024** cujo objeto é a **"Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços Continuados De Consultoria E Assessoria De Investimentos Para Atender As Necessidades Do Regime Próprio De Previdência Social De Foz Do Jordao – Prevfoz"**, e **adjudica** o objeto ao fornecedor **MATIAS E LEITAO CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA,** Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n° 14.813.501/0001-00, com sede e foro na Cidade de Fortaleza - CE, no endereço situado à AV SANTOS DUMONT, nº 3060, Bairro: ALDEOTA, CEP: 60.150-162, Contratada pelo valor total de **R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) para prestação de serviço anual. Sendo dividido em lotes separados.**
Conforme *Art. 176 da Lei nº 14.133/2021, os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para adotarem o PNCP e observarem as regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios devem: publicar, em diário oficial, as informações que a Lei nº 14.133/2021 exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;*
Endereço eletrônico: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar

Foz do Jordão, 07 de novembro de 2024**.**

TIAGO SILVA DE RAMOS
Presidente PREVFOZ

Publicado por:
Tiago Silva de Ramos
Código Identificador:14C75F5A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 435/2024

PORTARIA Nº 435/2024

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 1029/2024.

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar a servidora **"MARILIA QUIRINO DE OLIVEIRA"** portadora do RG n° 16.092.979-0 SSP e inscrita no CPF nº 058.093.036-09, aprovada em Processo Seletivo Simplificado – **PSS**, ocupante do Cargo de **"ASSISTENTE SOCIAL"**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 07 de Novembro de 2024.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:2457EC30

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

ASSESSORIA LEGISLATIVA
PORTARIA MUNICIPAL N.º 404 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2024

PORTARIA MUNICIPAL N.º 404 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2024

Redistribui o Servidor Municipal ERIVANDRO PIRES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Na forma legal e administrativa, redistribuir da Secretaria Municipal de Viação e Obras para a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Servidor ERIVANDRO PIRES, matrícula n.º 222911, ocupante do cargo de Motorista, a partir do dia 04 de novembro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 05 de novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:2E963195

ASSESSORIA LEGISLATIVA
PORTARIA MUNICIPAL N.º 371 DE 15 DE OUTUBRO DE 2024

PORTARIA MUNICIPAL N.º 371 DE 15 DE OUTUBRO DE 2024

Concede a servidora MARISANE TRISCA Licença Prêmio.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando Protocolo 12.406/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARISANE TRISCA, licença prêmio, por 180 (cento e oitenta) dias, referentes aos períodos de 2010/2015 (90 dias) e 2015/2020 (90 dias), a partir de 01 de novembro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:A3FCDD96

ASSESSORIA LEGISLATIVA
PORTARIA MUNICIPAL N.º 370 DE 15 DE OUTUBRO DE 2024

PORTARIA MUNICIPAL N.º 370 DE 15 DE OUTUBRO DE 2024

Concede a servidora MARILDA MARIA ROTTA Licença Prêmio.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando Protocolo 12.879/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARILDA MARIA ROTTA, licença prêmio, por 90 (noventa) dias, referentes ao período aquisitivo de 2010/2015, a partir de 14 de outubro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 15 de outubro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:F3873DA9

ASSESSORIA LEGISLATIVA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 367 DE 15 DE OUTUBRO DE 2024

PORTARIA MUNICIPAL Nº 367 DE 15 DE OUTUBRO DE 2024
(Republicado por incorreção no D.O.M de 17/10/2024)

Autoriza a cessão de servidor público municipal para a Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a cessão do servidor, matrícula funcional nº 1126018, a exercer suas funções de suporte pedagógico a aluno portador do espectro autista, junto às Instituições Educacionais mantidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a partir do ano letivo de 2025.

Art. 2º Os valores da remuneração e encargos serão suportados pelo órgão de origem da cessão, mediante ressarcimento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 05 de novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:BD572B21

ASSESSORIA LEGISLATIVA
ERRATA DECRETO 367 DE 2024

ERRATA

No DOM de Edição nº 3134, do dia 17 de outubro de 2024, página 170, na publicação da Portaria Municipal n.º 367 de 15 de outubro de 2024, onde LÊ-SE: "junto às Instituições Educacionais mantidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.", LEIA-SE: "junto às Instituições Educacionais mantidas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a partir do ano letivo de 2025.".

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 05 de novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:F9E5B9F1

ASSESSORIA LEGISLATIVA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS – 014/2024

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS – 014/2024

O DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA deste município, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Código Tributário Municipal, Lei n° 2152 de 1993.
NOTIFICA:

O proprietário ou responsável pelas empresas abaixo relacionadas, quanto às seguintes notificações decorrentes de Taxas de Verificação e Vigilância Sanitária, ISSQN e ISSQN Simples Nacional.

CNPJ/CPF	RAZÃO SOCIAL	NOTIFICAÇÃO
44.989.726/0001-74	BECKER ODONTOLOGIA LTDA	NOTIFICAÇÃO 130/2024
44.989.726/0001-74	BECKER ODONTOLOGIA LTDA	COBRANÇA ADMINISTRATIVA 129/2024
02.320.173/0001-12	GALILEO LTDA	NOTIFICAÇÃO 128/2024

Fica o contribuinte ou responsável intimado a recolher o Crédito Tributário acima discriminado ou impugná-lo de acordo com a Lei Municipal 2152/93, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta. Caso não compareça no prazo acima determinado, fica caracterizada a mora, sujeitando-se a protesto e medidas judiciais que se fizerem necessárias, bem como, a penalização de multa conforme disposições da Lei 2152/93.

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

BETÂNIA TOMAZELI
Fiscal Tributário

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:D09E2565

ASSESSORIA LEGISLATIVA
DECRETO MUNICIPAL N.º 488 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

DECRETO MUNICIPAL N.º 488 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Autoriza a realização do registro da Secretaria Municipal de Educação, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, da Receita Federal do Brasil na condição de matriz e dá outros provimentos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 4.955/2022 em seu Art. 7º, Inc. IV, Letra "c" e Art. 42, em atenção ao disposto na Portaria Nº 109, de 8 de fevereiro de 2024, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em seu Art. 5º, §6º, Inc. I, que estabelece: *"registro próprio e exclusivo de matriz no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal do Brasil (RFB)"*,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a realização do registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal do Brasil, na condição de matriz, à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Será registrado, no referido CNPJ, na condição de Administrador, o titular da referida Secretaria.

Art. 3º Atendendo o disposto na Portaria nº 109, de 8 de fevereiro de 2024, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em seu Art. 5º, § 6º, III, o CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica a ser cadastrado é: 84.12.4.00 – Atividade Econômica destinada a regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais.

Art. 4º Após a obtenção do CNPJ da Secretaria Municipal de Educação na condição de matriz, deverá ser providenciada a baixa do CNPJ nº 77.816.510/0002-47 da Secretaria Municipal de Educação (filial do Município), consignando-se como data da baixa a data fixada pela Receita Federal do registro da referida Secretaria na condição de matriz.

Art. 5º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 07 de novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:05A00688

ASSESSORIA LEGISLATIVA
DECRETO MUNICIPAL N.º 485 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

DECRETO MUNICIPAL N.º 485 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Exonera BARBARA BONISSONI CELLA do cargo CCA-FZD-6-C na Secretaria Municipal da Fazenda.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.955 de 2022 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada BARBARA BONISSONI CELLA do cargo CCA-FZD-6-C na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir de 06 de novembro de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 06 de novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:25372124

ASSESSORIA LEGISLATIVA
DECRETO MUNICIPAL N.º 486 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

DECRETO MUNICIPAL N.º 486 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Exonera CLAUDIMAR ISIDORO DE CARLI do cargo de Secretário Municipal de Agricultura.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.955 de 2022 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado CLAUDIMAR ISIDORO DE CARLI do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, a partir de 06 de novembro de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 06 de novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:31FF4AEF

ASSESSORIA LEGISLATIVA
DECRETO MUNICIPAL N.º 487 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

DECRETO MUNICIPAL N.º 487 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Nomeia BARBARA BONISSONI CELLA para o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.955 de 2022 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada BARBARA BONISSONI CELLA, inscrita no CPF/MF n.º 052.150.949-18 para o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, a partir de 07 de novembro de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 06 de novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:DC370847

ASSESSORIA LEGISLATIVA
DECRETO MUNICIPAL N.º 483 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

DECRETO MUNICIPAL N.º 483 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Exonera NADIA TEREZINHA BONATTO do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nas disposições da Lei Municipal n.º 4.955 de 2022 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada NADIA TEREZINHA BONATTO, do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, a partir de 05 de novembro de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 04 de novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:321AC97A

ASSESSORIA LEGISLATIVA
RESOLUÇÃO CMDI Nº 005, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

RESOLUÇÃO CMDI Nº 005, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação referente ao Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II – Deliberação nº 034/2024-CEDIPI/PR.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, no uso de suas atribuições fundamentadas na Lei Municipal 3.113 de 01 de julho de 2004,

CONSIDERANDO a Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 034/2024–CEDIPI/PR que estabelece os procedimentos para o repasse de recursos financeiros aos municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o Projeto "Viaja Mais 60 – Fase II", como cofinanciamento com a finalidade promover a inclusão social da pessoa idosa por meio do fomento das atividades turísticas, incentivando o seu bem-estar e o desenvolvimento econômico das Regiões Turísticas Paranaense.

CONSIDERANDO a deliberação da plenária realizada em 07 de novembro de 2024 e registrada na Ata nº 010/2024/CMDI,

RESOLVE:
ARTIGO 1º Aprovar o **Termo de Adesão** municipal ao cofinanciamento estadual denominado Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II – Deliberação nº 034/2024-CEDIPI/PR.

ARTIGO 2º Aprovar o **Plano de Ação** apresentado pela SMAS referente ao cofinanciamento estadual denominado Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase II – Deliberação nº 034/2024-CEDIPI/PR.

ARTIGO 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

ELI IVETE MOSQUER
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:16A263B0

ASSESSORIA LEGISLATIVA
RESOLUÇÃO Nº 004/2024, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

RESOLUÇÃO Nº 004/2024, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a aprovação de Planos de Trabalho e Aplicação de projetos de entidades a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso do Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições fundamentadas na Lei Municipal 3.113 de 01 de julho de 2004.
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n° 8.842, de janeiro de 1994, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências;
CONSIDERANDO a lei nº 11.863 de 23 de outubro de 1997 que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n° 10.741, de 1° de outubro de 2003, a qual dispõe sobre o Estatuto do Idoso,
CONSIDERANDO a necessidade de incentivar entidades e organizações sem fins lucrativos que executam ações de atendimento e de defesa de direitos da pessoa idosa do município de Francisco Beltrão-PR;
CONSIDERANDO o saldo disponível no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso apresentado ao colegiado do CMDI na data de 05 de setembro de 2024 cujo montante disponível é de R$ 75.735,29.
CONSIDERANDO a Resolução 003/2024, de 05 de setembro de 2024 a qual aprova Edital de Análise e Seleção de Planos de Trabalho e Aplicação – FMDI;
CONSIDERANDO a deliberação favorável da plenária em reunião ordinária realizada na data de 07 de novembro 2024;

CONSIDERANDO a análise documental pela comissão e posterior aprovação pela plenária do CMDI de acordo com a resolução nº 03/2024;

RESOLVE:

ART.01º: Aprovar projetos de entidades governamentais e não governamentais a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI, de acordo com a Resolução 003/2024 de 05 de setembro de 2024, sendo:

I-Projeto **'Pessoa Idosa em Movimento''** no valor estimado de R$ 15.994,81 (Quinze mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos). Entidade proponente governamental: **Centro de Convivência Intergeracional Sensibilizar;**

II - Projeto "**Pessoa Idosa com deficiência intelectual com oportunidade na era digital,"**, no valor estimado de R$ 09.916,00 (Nove mil, novecentos e dezesseis reais). Entidade proponente não governamental: **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;**

III - Projeto **"Movimente-se e viva melhor: Pilates na terceira idade",** no valor estimado de R$ 09.983,69 (Nove mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos). Entidade proponente governamental: **Centro de Convivência Intergeracional Adelíria Meurer;**

IV- Projeto '' **Digitalizando com as Pessoas Idosas'',** no valor estimado de R$ 17.396,10 (Dezessete mil, trezentos e noventa e seis reais e dez centavos). Entidade proponente governamental**: Programa Nossa Gente na Melhor Idade;**

V- Projeto **"Conectando Gerações: Inclusão Social e Digital Para Idosos,** no valor estimado de R$ 09.994,19 (Nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos). Entidade proponente governamental**: Centro da Juventude – CEJU.**

VI- Projeto ''**Movimento assistido- Cuidado para Idosos'',** no valor de R$12.800,00 (Doze mil e oitocentos reais). Entidade proponente não governamental: **Associação Casa de Apoio Irmão Cirilo.**

ART. 02º - O CMDI promoverá o acompanhamento, monitoramento e avaliação, bem como a fiscalização da execução dos Projetos aprovados.

ART. 03º As entidades supracitadas deverão apresentar listagem com o controle dos patrimônios adquiridos através do FMDI quando solicitar a validação de registro/inscrição no CMDI, assim como de baixa devido a depreciação natural dos mesmos.

ART. 04º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

ELI IVETE MOSQUER
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:B978F6A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONCORRENCIA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 90027/2024 – UASG 987565

O Município de Francisco Beltrão/PR avisa aos interessados que fará realizar no dia **29 de novembro de 2024, às 09:00 horas**, a abertura da licitação na modalidade **Contratação de empresa para construção de um centro de eventos - cantina italiana, em alvenaria, com área de 314,06m2, sobre o lote rural nº 12, da**

gleba nº 39-FB, na Comunidade de Secção Jacaré, interior do Município de Francisco Beltrão – PR.

Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **09:00 horas do dia 29 de novembro de 2024,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br.**

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) com endereço eletrônico **https://pncp.gov.br/app/editais?q=francisco%20beltr%C3%A3o&status=todos&pagina=1**; no site oficial do Município com endereço eletrônico **www.franciscobeltrao.pr.gov.br** (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**.

Informações complementares através do telefone (46) 3520-2103 e pelo e-mail licitacoes@franciscobeltrao.pr.gov.br.

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

KELLY PATRICIA CARBONERA SALVATI
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:E62A39A9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90122/2024 – UASG 987565

O Município de Francisco Beltrão/PR avisa aos interessados que fará realizar no dia **02 de dezembro de 2024, às 09:00 horas**, a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para **Aquisição de óleo lubrificante, graxa e aditivos para manutenção da frota e veículos e máquinas da Municipalidade.**

Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **09:00 horas do dia 02 de dezembro de 2024,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br.**

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) com endereço eletrônico **https://pncp.gov.br/app/editais?q=francisco%20beltr%C3%A3o&status=todos&pagina=1**; no site oficial do Município com endereço eletrônico **www.franciscobeltrao.pr.gov.br** (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**.

Informações complementares através do telefone (46) 3520-2103.

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

DANIELA RAITZ
Pregoeira

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:F91C7885

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e o senhor **ADENIR DI DOMENICO.**
ESPÉCIE: Contrato nº 1036/2024 - referente ao processo de dispensa nº 81/2024.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de fornecedores credenciados no Chamamento Público nº 19/2023.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 17.304,16 (dezessete mil, trezentos e quatro reais e dezesseis centavos).
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após a entrega efetiva e Nota Fiscal.

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a senhora **ANDRESSA TIBURSKI BIDO.**
ESPÉCIE: Contrato nº 1037/2024 - referente ao processo de dispensa nº 81/2024.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de fornecedores credenciados no Chamamento Público nº 19/2023.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 39.999,68 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos).
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após a entrega efetiva e Nota Fiscal.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
3330	07.002.12.361.1201.2032	1042	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
4160	07.002.12.366.1201.2035	1042	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
3930	07.002.12.365.1201.2034	1042	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
4350	07.002.12.367.1201.2036	1042	3.3.90.32.05.00	Do Exercício
3650	07.002.12.365.1201.2033	1042	3.3.90.32.05.00	Do Exercício

Francisco Beltrão, 05 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:C5502E69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação designado através da Portaria nº 188/2024 de 20 de maio de 2024, torna público o resultado do CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90021/2024 – Processo nº 510/2024.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação com pedras irregulares (calçamento), sobre revestimento primário existente em estrada rural, no trecho de rodovia da Comunidade de Linha Gaúcha, totalizando 4.984,86m2.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: MENOR PREÇO GLOBAL
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 217 de 18 de maio de 2021, do Decreto Municipal nº 15, de 10 de janeiro de 2024 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e da legislação complementar aplicável.

EMPRESAS VENCEDORAS E GRUPOS/ITENS ADJUDICADOS
1 – D R CALCAMENTOS LTDA. CNPJ Nº 49.422.030/0001-85.
ITEM 01 R$ 379.000,00.
VALOR TOTAL R$ 379.000,00 (trezentos e setenta e nove mil reais).

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2024.

VLADEMIR VIEIRA DA CUNHA
Agente de Contratação

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:46BCEECD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90021/2024 – Processo nº 510/2024.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação com pedras irregulares (calçamento), sobre revestimento primário existente em estrada rural, no trecho de rodovia da Comunidade de Linha Gaúcha, totalizando 4.984,86m2.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: MENOR PREÇO GLOBAL
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Municipal nº 217 de 18 de maio de 2021, do Decreto Municipal nº 15, de 10 de janeiro de 2024 e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e da legislação complementar aplicável.

EMPRESAS VENCEDORAS E GRUPOS/ITENS ADJUDICADOS
1 – D R CALCAMENTOS LTDA. CNPJ Nº 49.422.030/0001-85. ITEM 01 R$ 379.000,00.
VALOR TOTAL R$ 379.000,00 (trezentos e setenta e nove mil reais).

Fica autorizada a aposição de assinatura digitalizada do Prefeito nos contratos.
HOMOLOGO a presente licitação.

Francisco Beltrão, 18 de outubro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:BC16A679

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **NAHIM GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA.**
ESPÉCIE: Contrato nº 1051/2024 - referente ao processo de inexigibilidade nº 63/2024.
OBJETO: Prestação de serviços de médico generalista para atendimento nas Unidades de Estratégia de Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 6 (seis) meses, conforme Chamamento Público nº 21/2023.
PRAZO: 06 (seis) meses.
VALOR TOTAL: R$ 100.035,90 (cem mil e trinta e cinco reais e noventa centavos).
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 10 (dez) dias, no mês subsequente ao período de apuração da prestação dos serviços.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
5460	08.006.10.301.1001.2046	0	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
5670	08.006.10.301.1001.2047	494	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
6250	08.006.10.302.1001.2051	494	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
6060	08.006.10.302.1001.2050	494	3.3.90.34.00.00	Do Exercício
5470	08.006.10.301.1001.2046	494	3.3.90.34.00.00	Do Exercício

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:9BFBCA21

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **CLINICA DE UROLOGIA DR. RICARDO MARTINEZ BELENTANI LTDA.**
ESPÉCIE: Contrato nº 1052/2024 - referente a processo de inexigibilidade nº 64/2024.
OBJETO: Prestação de serviços médicos na realização de exames para apoio diagnóstico e terapêutico na especialidade de urologia, de acordo com o Chamamento Público nº 22/2023.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
FORMA DE PAGAMENTO: Até o décimo dia útil do mês subsequente aos serviços efetivos.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
5870	08.006.10.302.1001.2049	0	3.3.90.39.50.30	Do Exercício
5890	08.006.10.302.1001.2049	494	3.3.90.39.50.30	Do Exercício

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:AD6F9241

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REVOGAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90116/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de pedra britada nº 01, para utilização no aterro do futuro aeroporto municipal.

O Município de Francisco Beltrão-PR, torna público que fica revogado o Pregão Eletrônico nº 900116/2024, considerando a necessidade de alteração do objeto.

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:CAA4F993

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato:

PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa **CLINICA DE UROLOGIA DR. RICARDO MARTINEZ BELENTANI LTDA.**
ESPÉCIE: Contrato nº 1052/2024 - referente a processo de inexigibilidade nº 64/2024.
OBJETO: Prestação de serviços médicos na realização de exames para apoio diagnóstico e terapêutico na especialidade de urologia, de acordo com o Chamamento Público nº 22/2023.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

FORMA DE PAGAMENTO: Até o décimo dia útil do mês subsequente aos serviços efetivamente prestados.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

DOTAÇÕES				
Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
5870	08.006.10.302.1001.2049	0	3.3.90.39.50.30	Do Exercício
5890	08.006.10.302.1001.2049	494	3.3.90.39.50.30	Do Exercício

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:421F643B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.398/2024

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

Art. 1º - Na conformidade com o disposto no Artigo 42 da Lei 4320, de 17 de março de 1964, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) nos valores e discriminações abaixo:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
175	000	02.007.26.782.0010.2.032	EXPANSÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS	3.3.90.30	R$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos utilizados para abertura do crédito anteriormente citados decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, pela dedução parcial da dotação de Reversa de Contingência, conforme segue:

Desp.	Fonte	Funcional Programática	Descrição	Elemento	Valor
43	000	02.003.99.999.0999.2.012	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.9.99.99	R$100.000,00

Art. 3º- Fica autorizado ao Poder Executivo a fazer a alteração no PPA 2022/2025, na LDO e na LOA vigente para inclusão da suplementação prevista no art. 1º do presente decreto.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro – Paraná, 07 de novembro de 2024.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:DCDA7ABC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 094/2024
Processo Licitatório nº 230/2024
Adjudicação/ Homologação: 07/11/2024
Contratada: **SIRLEI DE J. N. LOPES & CIA LTDA ME**

Contratante: **Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR**

Objeto: **"Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento a situação de emergência, conforme Decreto de emergencial emitido pela Prefeitura Municipal de General Carneiro - PR, destinado ao fornecimento imediato de alimentos para o preparo de refeições, destinado aos desabrigados em situação de vulnerabilidade social afetados pelo desastre natural e realocados em abrigos temporários"**

Valor da Despesa: **R$ 14.542,05 (quatorze mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinco centavos).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:60B79B45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003/2021

Contrato nº. 003/2021
Licitação: Tomada de Preços Nº. 001/2021
Contratante: Câmara Municipal de Goioerê, CNPJ: 80.900.764/0001-72
Contratada: Salla de Propaganda Ltda, CNPJ: 03.136.036/0001-95
Objeto do Contrato: Execução dos serviços de divulgação, compreendendo a criação, produção, distribuição, veiculação, e controle de campanhas institucionais e publicitárias do Poder Legislativo de Goioerê.

OBJETO DO TERMO ADITIVO:
O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 10/11/2021, nos termos previstos no contrato original, em sua cláusula quarta, item 4.1.

DA PRORROGAÇÃO:
Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o período de vigência do Contrato Nº. 003/2021 por mais 12 (doze) meses, ficando a sua vigência prorrogada até 10 de novembro de 2025.

DAS DOTAÇÕES:
As despesas com este termo aditivo serão suportadas à conta da seguinte dotação orçamentária própria do orçamento da Câmara Municipal de Goioerê:
01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Data de Assinatura do Termo: 06 de novembro de 2024.

LUCI ALVINO KNIPHOFF DA SILVEIRA
Câmara Municipal de Goioerê
Contratante

Publicado por:
Ronny Cristiano da Silva Santos
Código Identificador:D26FB711

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 649/2024

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, FRANCIELE PIMENTEL OLIMPIO, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, lotada na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para goza-las de 04/11/2024 a 13/11/2024, referente ao período aquisitivo 2022/2023, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO". Goioerê – Paraná, 04 de novembro de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:DD26E341

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 650/2024

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 15 (quinze) dias, conforme artigo 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009:

Nome do servidor	Cargo	Período aquisitivo	a usufruir em:
Valdiney Soares de Mello	Aux. Administrativo	2023/2024	30/10/2024 a 13/11/2024
Divino Vidal da Silva	Motorista	2018/2019	01/11/2024 a 14/11/2024

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 04 de novembro de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:59CC88B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 651/2024

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, DIVINO VIDAL DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares por 15 (quinze) dias, para goza-las de 14/11/2024 a 30/11/2024, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 04 de novembro de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:FFE885FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 652/2024

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, APARECIDO JOSÉ DA CRUZ, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, para goza-las de 03/12/2024 a 01/01/2025, referente ao período aquisitivo 2022/2023, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 04 de novembro de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:E48E234F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 653/2024

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a servidora pública municipal, JOSIANE DE PAULA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, férias regulamentares por 30 (trinta) dias, para goza-las de 02/12/2024 a 01/01/2025, referente ao período aquisitivo 2022/2023, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê – Paraná, 04 de novembro de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:AD882B4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 654/2024

Interromper Licença para por motivo em doença na família e dá outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 94 da Lei Complementar n° 11/2009,

Considerando comunicação interna advinda a Secretaria Municipal de Educação nº. 856/2024

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a partir de 30 de setembro de 2024, licença por motivo em doença na família, a servidora pública municipal ANA PAULA BARROS, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, instituída pela Portaria nº 434/2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de setembro de 2024.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 05 de novembro de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:E7559B19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 655/2024

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, MATHEUS CAMARGO AGUILERA GONÇALVES ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, férias regulamentares por 10 (dez) dias, para goza-las de 09/12/2024 a 18/12/2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 05 de novembro de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:69A0F7B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 656/2024

Concede Férias regulares e dá outras providências.

O senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 34 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, ao servidor público municipal, RODRIGO TADEU RAKSA, ocupante do cargo de Assistente Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, férias regulamentares por 15 (quinze) dias, para goza-las de 02/12/2024 a 16/12/2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024, conforme art. 84 e seguintes da Lei Complementar nº 11/2009.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 05 de novembro de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

GERSON ANTONIO DE BRITO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:34B2D35B

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
RETIFICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO PARA O REEQUILIBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO AO CONTRATO Nº 558/2022.

O senhor ROBERTO DOS REIS DE LIMA, Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

Considerando, a lavratura do Termo de Apostilamento para o Reequilíbrio Econômico e Financeiro ao Contrato nº 558/2022.

Considerando, a necessidade de correção do equívoco quanto a numeração do Contrato no corpo do texto.

Resolve assim, retificar o Termo de Apostilamento para o Reequilíbrio Econômico e Financeiro ao Contrato nº 558/2022, nos seguintes termos:

Onde se lê:
"Pelo presente Termo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através do **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindoia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **ROBERTO DOS REIS DE LIMA,** nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, matricula funcional nº 604007, com base no art. 65, da Lei nº 8.666/93, resolve reequilibrar financeira e economicamente o CONTRATO Nº 304/2022**,** decorrente do **Processo Licitatório nº 267/2022, Inexigibilidade de Licitação nº 074/2022,** da empresa **PIZZATTO – CLÍNICA MÉDICA LTDA."**

Leia-se:
"Pelo presente Termo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através do **MUNICÍPIO DE GOIOERÊ,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindoia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **ROBERTO DOS REIS DE LIMA,** nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, matricula funcional nº 604007, com base no art. 65, da Lei nº 8.666/93, resolve reequilibrar financeira e economicamente o CONTRATO Nº 558/2022**,** decorrente do **Processo Licitatório nº 267/2022, Inexigibilidade de Licitação nº 074/2022,** da empresa **PIZZATTO – CLÍNICA MÉDICA LTDA."**

Ficam mantidos e inalterados os demais termos do apostilamento.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê – Paraná, 06 de novembro de 2024

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Faquineti de Aragão
Código Identificador:029B61AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2024

O Senhor Roberto dos Reis de Lima, Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e

Considerando, abertura de processo licitatório nº 109/2024, na modalidade de pregão eletrônico nº 40/2024, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS, visando aquisições futuras de ÓLEOS LUBRIFICANTES E GRAXAS, para atender a frota do Município de Goioerê/PR, conforme solicitação da Secretaria de Viação e Obras;

Considerando, que na fase de recursos e contrarrazões verificou-se a não exigência de registro na ANVISA no descritivo dos itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, e 21;

Considerando, que a aquisição de óleos e graxas lubrificantes destinados ao uso veicular precisam de registro na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);

Considerando, a conveniência administrativa em preservar a frota municipal, de modo a evitar possíveis danos aos motores decorrentes de utilização de produtos sem procedência;

Considerando, a Súmula 473 do STF "*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou* ***revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade****, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*"

Resolve,

REVOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2024, com base no art. 71, inc. II da Lei nº 14.133/2021.
Destarte, em decorrência do acima exposto, passa a fluir o prazo recursal contido no art. 165, inc. I, alínea d, da Lei n° 14.133/2021, a contar da publicação deste ato.

Goioerê-PR, 07 de novembro de 2024.

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa José da Silva
Código Identificador:677FE385

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de Março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
Secretaria Tesouro Nacional	Simples Nacional	07/11/2024	242,34
FNS – Fundo Nacional de Saúde	SAMU	07/11/2024	136.910,80
FNS – Fundo Nacional de Saúde	MAC	07/11/2024	877.479,30

Goioerê, 07 de novembro de 2.024

ROSELY YUKIKO OTANI
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Kathyele da Silva Ribeiro Dos Santos
Código Identificador:828F9579

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

CAMARA MUNICIPAL DE GOIOXIM
PROCESSO ADMINISTRATIVO 029/2024

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E/OU PASSAGENS

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
Processo Administrativo nº: 029/2024

(X) Servidor ( ) Vereador

Nome: PAULA ELOISE BATIVA BAPTISTEL
CPF: xxx.xxx.649-12
Cargo: Contadora

IDENTIFICAÇÃO DO AFASTAMENTO
Tipo de Viagem: (X) No Estado ( ) Fora do Estado

Tipo de Solicitação: (X) Diária ( ) Passagem

Objetivo da viagem: Participação no curso MBA em Licitações e Contratos: governança, teoria e prática.
Meio de Transporte: ( ) Aéreo (X) Rodoviário

Justificativa: A participação na Aula presencial Módulo 6 do MBA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS: GOVERNANÇA, TEORIA E PRÁTICA / TCE-PR que acontecerá dia 08/11/2024 na cidade de Foz do Iguaçu é obrigatória para os alunos matriculados na referida Pós que é ministrada pelo Instituto de Ensino Pólis Civitas, contratado pelo TCE-PR. Considerando que o MBA tem a finalidade de capacitar servidores públicos do Paraná em relação à Nova Lei de Licitações entende-se que esse deslocamento para aulas presenciais atende ao interesse público, pois a partir do entendimento das mudanças regulatórias pelos agentes públicos paranaenses, o Tribunal de Contas pretende garantir conformidade legal, transparência e eficiência nas licitações e contratos nas esferas municipal e estadual.

Local de Origem: Goioxim – Pr - Local de Destino: Foz do Iguaçu - PR
Início da Permanência: 07/11/2024 - Final da Permanência: 08/11/2024

VALOR
R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) referente a 1,5 (uma e meia) diária no Estado.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Goioxim/PR, venho por meio desta, requerer autorização para viagem conforme descrito neste formulário, bem como o recebimento da respectiva diária/passagem.

Data: 06 de novembro de 2024.

PAULA ELOISE BATIVA BAPTISTEL
Contadora

APROVAÇÃO

Data: 07 de novembro de 2024.

DENILSON FERREIRA RAMOS
Presidente

Publicado por:
Fernanda Bertuol
Código Identificador:B45CE9D7

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 263 RETIRA A VALIDADE DAS PORTARIA 52/2021 E PORTARIA 231/2022, REFERENTE A EMILENE FOSS

PORTARIA Nº 263 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

SÚMULA: Retira a validade das portaria 52/2021 e portaria 231/2022, referente a Emilene Foss

MARI TEREZINHADA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Art. 1º Retirar a validade da prtaria nº 52/2021 a qual dava poderes de função de coordenadora de vigilancia em saúde municipal e da portaria 231/2022 a qual designava para exercer funções como responsavel técnico pelos sistemas de informações da Secretaria Municiapal de Saúde de servidora Emilene Foss matricula funcional nº6955-1.
Art. 2º Esta portaria tem validade retrotiva em data de 01 de novembro de 2024, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 07 de novembro de 2024.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Claudenice Scopel de Oliveira
Código Identificador:DFA2A77B

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PROPOSTA - APAE DE GOIOXIM

Nome da Organização Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Goioxim – APAE Santa Ana		**CNPJ:** 04.678.919/0001-90
Endereço: Rua Antônio Esteche, n°129, Centro, Goioxim, Paraná.		**CEP:** 85.162 000
Telefone: (42) 3656 1030	**E-mail institucional:** goioxim@apaepr.org.br	
Nome do Banco: BANCO DO BRASIL	**Nº Agência:** 0299-2	**Nº Conta Corrente:** 47000-7
Nome do Responsável Legal da Organização Proponente: Janilson Kramer Pedroso		
Função: Presidente	**RG:** 5.092.291-32	**CPF:** 696.741.169-15
Telefone do responsável: (42) 3656-1030	**Celular do responsável:** (42) 991441140	**E-mail do responsável:**
Nome do Coordenador do Projeto/Responsável pela Proposta: Leila Fátima Pelozo Cagnini		
Função: Diretora	**RG:** 7.140.658-0	**CPF:** 017.791.289-83
Telefone: (42) 3656 1030	**Celular:** (42) 99103-0229	**E-mail institucional:** leilacagnini@yahoo.com.br
Formação: Pedagogia	**N° registro Conselho Profissional (se houver)**	

Nome do Projeto: Reforma da Escola	**Público-alvo (quantitativo):** Serão atendidos 52 alunos crianças e adolescentes jovens e adultos.
Local onde serão executadas as ações do projeto: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Santa Ana, Rua Antônio Esteche, nº 129, Centro, Goioxim, Paraná.	
Valor do Projeto: R$ 52.000,00 – **Objetivo:** Aquisição de material de construção	

DIAGNÓSTICO

A escola de **Santa Ana, Educação Infantil, Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial** é uma Instituição de Ensino destinada a prestar serviço especializado de natureza educacional a alunos com necessidades educacionais especiais, decorrentes da deficiência intelectual e múltiplas deficiências, de transtornos globais do desenvolvimento, de condições de comunicação ou sinalização diferenciadas, que requerem atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas, que muitas vezes a escola comum não consegue prover. Os alunos necessitam também de atendimentos complementares/terapêuticos dos serviços da área da saúde, trabalho e assistência social. É uma instituição que oferta escolarização, nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos - Fase I, para pessoas com deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, por essa razão, partindo das especificidades inerentes de cada estudante e visando que os nossos educandos possam ser atendidos da melhor forma possível, é necessária a realização de melhorias no ambiente físico da Instituição.
A Escola Santa Ana necessita de reparos nas suas áreas internas e externas, bem como, nas instalações elétricas e hidráulicas da instituição como um todo. São necessários reparos nas salas de aula, aspirando por um espaço mais seguro, aconchegante e agradável para o melhor ensino aprendizagem de nossos educandos, além disso, possibilitando uma melhora significativa na circulação de ar dentro do ambiente escolar, promovendo o bem- estar dos alunos. No que se refere ao ambiente externo, são necessárias melhorias no piso, visando promover uma circulação facilitada para aqueles alunos que apresentam dificuldades em sua coordenação motora e locomoção.

DADOS DO PROJETO

Atualmente a APAE possui parceria com a Secretaria Estadual de Educação – SEED, o qual faz repasse financeiro que mantém o convenio que conta no momento com 25 funcionários e professores contratados, também conta com cooperação da Secretaria

Municipal de Educação do Município de Goioxim o qual disponibiliza um motorista, a manutenção dos carros, combustível e merenda escolar, a Associação de Pais Amigos dos excepcionais de Goioxim também, além de parcerias com a sociedade civil que sempre apoia as ações realizadas pela APAE.
A Instituição, além de contar com o convênio com a SEED, possui parceria com o SUS, para a contratação de profissionais da área da saúde, oferecendo atendimentos nas áreas de psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia, que são necessários para a efetivação de um trabalho voltado a atender as necessidades e especificidades dos nossos alunos. Atualmente a Escola Santa Ana possui sede própria, mas ainda há necessidade de melhorias no ambiente interno e externo, para ampliar o grau de segurança e bem-estar dos nossos alunos.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar um ambiente melhor para o atendimento de nossos alunos, atendendo as suas necessidades e especificidades, promovendo atendimentos de qualidade, levando em consideração o bem-estar de cada criança, adolescentes e adultos com deficiência intelectual, física, motora e/ou que possuam mobilidade reduzida, mediante a melhorias no ambiente interno e externo da Instituição, promovendo acessibilidade as ações e serviços prestados pela entidade, no sentido de equiparar as oportunidades, desta maneira a troca das paredes de madeira por paredes de concreto e uma prioridade dos dirigentes desta instituição. Pois essa mudança dará mais comodidade e diminuirá barulhos e ruídos que atrapalham o bom andamento das atividades pedagógicas administradas em sala de aula.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

Efetivação do atendimento conforme a especificidade de cada aluno ou família;
Promover o acesso de qualidade de ensino a pessoa com deficiências na escola;
Garantir os direitos do aluno quanto à participação deste no meio social nas mais diversas atividades;

Promoção de ações e estratégias que promovam a acessibilidade, conforto e mais aprendizado.

PESSOAS BENEFICIADAS

São atendidos 52 alunos com deficiências Intelectual, múltiplas, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e síndromes, além de suas respectivas famílias. Desta forma e necessário que haja essas mudanças para que os atendimentos sejam feitos de maneira a suas especificidades.

METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

O presente projeto visa melhorar a qualidade de ensino de todos os educandos que frequentam a Instituição de Ensino, sem distinção, promovendo um ambiente interno e externo adequado para o bom atendimento e bem-estar dos mesmos. Para tanto, após a realização de avaliação criteriosa dos membros da diretoria e análise detalhada dos referidos orçamentos de cada empresa, aquela que apresentar a melhor proposta descrita em sua Solicitação de Cotação, será selecionada para a contratação do serviço de manutenção e execução das melhorias necessárias no ambiente escolar desta unidade de ensino. Partindo desse ponto, as atividades para as melhorias serão realizadas, preferencialmente, durante a época de férias dos educandos, visando uma circulação menor de pessoas dentro do ambiente escolar e facilitando a execução das melhorias a serem realizadas. As melhorias serão realizadas nos ambientes interno e externo da Instituição de Ensino, sendo elas: calçadas, janelas, rede hidráulica e instalações elétricas.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

O monitoramento das melhorias será realizado diariamente pela equipe pedagógica, bem como também pelos membros da diretoria da Instituição de Ensino, avaliando de que forma criteriosa se todas as melhorias que serão realizadas no ambiente escolar, estão sendo concretizadas adequadamente, de acordo com o que foi planejado, e se as mesmas e estarão finalizadas em tempo hábil para a execução das atividades escolares.

Representante Legal Da Entidade
JANÍLSON KRAMER PEDROSO
CPF: 696.741.169-15
RG:5.092.291-32 PR / SSP

Publicado por:
Tamara Freitas Linhares
Código Identificador:52E09F1D

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO Nº 55, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

SÚMULA: Institui a transição democrática de governo no Município de Goioxim/PR, dispõe sobre a formação da Comissão de Transição de Mandato, define seu funcionamento e dá outras providências.

MARI TEREZINHA DA SILVA, PREFEITA MUNICIPAL DE GOIOXIM, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de instituir um processo de transição municipal que assegure a continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos, que são do maior interesse da população;

CONSIDERANDO que a nova gestão administrativa, eleita no pleito de 6 de outubro de 2024, necessita ter acesso a dados essenciais para a implementação de seus projetos, programas de governo e compromissos de campanha, já a partir do início do exercício de 2025, início do novo mandato;

CONSIDERANDO que os agentes e autoridades administrativas devem observar os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º – Fica instituída, no Município de Goioxim, a transição democrática de governo nos termos deste decreto, denominada "Comissão de Transição de Mandato", com o objetivo de coordenar os trabalhos relacionados à transição governamental para a gestão 2025-2028.

Art. 2º – Para os efeitos deste decreto, a transição governamental é o processo que visa proporcionar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito possa receber de seu antecessor todas as informações necessárias à implementação do programa do novo governo, desde a data de sua posse.

Art. 3º – O processo de transição de mandato terá início em 18 de novembro de 2024 e se encerrará em 31 de dezembro de 2024.

Art. 4º – A Comissão de Transição de Mandato será composta pelos seguintes membros, indicados pelo candidato eleito para o cargo de Prefeito:

I. Secretaria Municipal da Fazenda e Finanças Públicas (Coordenadora da Comissão): Edina dos Santos
II. Secretaria de Administração (Contabilidade, Licitações e Contratos): Fagner Rodrigo Ananias
III. Secretaria Municipal de Projetos, Indústria e Comércio (Convênios e Obras): Lorinaldo Alves de Souza
IV. Patrimônio: Evandro Luiz Pasa de Souza
V. Jurídico: Gilberto Antônio C. de Almeida Junior

§ 1º – A Comissão de Transição de Mandato terá acesso a informações relativas às contas públicas, dívida pública, inventário de bens, programas e projetos da Administração Municipal, convênios e contratos administrativos, bem como ao funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município e à relação de cargos, empregos e funções públicas, entre outras informações.

§ 2º – A Prefeita em exercício indica para compor a Comissão de Transição de Mandato, representando a atual administração os seguintes servidores:

I. Analista de Recursos Humanos: Cleiton Alves;
II. Contador: Jocelio Kordiaki
III. Controlador Interno: Clovis Pedro de Lima;

IV. Procurador: Balduino Petro Filho;
V.: Técnico de Tributos: Gilson Tauscher;
VI. Técnico Administrativo: Tamara Freitas Linhares.

§ 3º – As atividades dos membros da comissão não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público e realizadas em caráter “pro bono”.

§ 4º – Os pedidos de acesso às informações referidas no "caput" deste artigo serão formulados por escrito pela Coordenadora da Comissão de Transição de Mandato e encaminhados à servidora indicada no §2º, que deverá, no prazo de cinco dias úteis, requisitar dos órgãos da Administração Municipal os dados solicitados e encaminhá-los à coordenação da Comissão de Transição de Mandato no prazo de cinco dias úteis a partir do recebimento.

§ 5º – A Comissão de Transição de Mandato poderá solicitar aos Secretários Municipais e dirigentes de demais órgãos municipais informações detalhadas sobre:

I. Programas realizados e em execução no período de mandato do Prefeito;
II. Assuntos que demandarão ação ou decisão da nova administração nos primeiros 100 (cem) dias de governo;
III. Projetos aguardando implementação ou que tenham sido interrompidos;
IV. Glossários de projetos, termos técnicos e siglas utilizadas pela Administração.

§ 6º – As reuniões da Comissão de Transição de Mandato serão previamente agendadas e registradas em ata, com indicação dos participantes, dos assuntos tratados, das informações solicitadas e do cronograma de atendimento às demandas.

Parágrafo Único – A primeira reunião da Comissão de Transição, com a participação dos integrantes da atual gestão, ocorrerá preferencialmente de modo presencial em 18 de novembro de 2024, às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Goioxim.

Art. 5º – A Coordenadora da Comissão de Transição de Mandato terá as seguintes atribuições:
I. Coordenar o cumprimento do cronograma de atividades da transição de mandato;
II. Presidir as reuniões da Comissão de Transição de Mandato;
III. Deliberar sobre procedimentos administrativos relacionados aos objetivos da Comissão de Transição.

Art. 6º – As Secretarias Municipais, quando solicitado pela Coordenadora da Comissão, deverão disponibilizar:
I. Um local adequado para o exercício das atividades da Comissão;
II. Infraestrutura e apoio técnico-administrativo necessários ao pleno desempenho das atividades durante o período de transição.

Art. 7º – Os membros da Comissão de Transição deverão manter sigilo sobre dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização nos termos da legislação vigente.

Art. 8º – A Chefe do Poder Executivo poderá expedir normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 9º – A Comissão de Transição de Mandato será automaticamente desfeita após a posse do Prefeito eleito.

Art. 10 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, 07 de novembro de 2024.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Tamara Freitas Linhares
Código Identificador:8C5F1FDD

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 051/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2024
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 051/2024

A Prefeita do Município de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do decreto municipal nº 002/2024, e demais normas aplicáveis, torna público que a Administração pretende realizar a **Aquisição de cestas natalinas para distribuição aos servidores da Prefeitura Municipal de Goioxim e de cestas básicas destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo município**.
Data da sessão: 13/11/2024.
Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00.
Link: www.licitanet.com.br
Critério de Julgamento: menor preço.

A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, devidamente cadastradas no site www.licitanet.com.br para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da dispensa deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto ao LICITANET. Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser cadastradas no site até a data de 13/11/2024 às 08:00.

Goioxim, 07 de novembro de 2024.

MARI TEREZINHA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:7A17EA1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
AVISO PARA PROVA DE CONCEITO

Pregão Eletrônico n.º 05/2024
Processo Administrativo nº 16/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição e instalação do Sistema Automatizado de Comunicação e Transmissão das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Guaíra conforme especificações do Termo de Referência, nos termos das tabelas abaixo e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

A**CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA**, por meio de seu Pregoeiro, comunica aos participantes do Pregão Eletrônico n.º 05/2024 que, por meio desta,**CONVOCA**a empresa**RIOLE-ELETRONICA LTDA PR**, inscrita no CNPJ sob o nº **76.617.927/0001-37**, melhor classificada, provisoriamente, em primeiro lugar, para realização de Prova de Conceito, que consistirá na apresentação e execução de forma prática das funcionalidades e características discriminadas no Anexo I do Termo de Referência (item 7 - Da Prova de Conceito e Conformidade do Sistema), parte integrante do Edital de Licitação nº 05/2024.

Conforme agendamento realizado via chat do Compras.gov, a Prova de Conceito **terá início às 09h00 da manhã do dia 12/11/2024** com a montagem dos equipamentos (fase de preparação), já **a APRESENTAÇÃO ficou definida para às 10h00 da manhã de 13/11/2024**.

Local da Prova de Conceito: Plenário da Câmara Municipal de Guaíra, localizado na Praça João XXIII, nº 200, Guaíra – PR. Será facultada a todos os licitantes interessados a participação, conforme previsão do edital.

A avaliação da prova de conceito será realizada pela Equipe de Contratação da Câmara Municipal de Guaíra (Portaria 12/2024), com auxílio do servidor, ALAILSOM DOS SANTOS SILVA, matrícula 1133, Técnico da TI (Tecnologia da Informação) da Câmara Municipal de Guaíra.

Guaíra, 07 de novembro de 2024.

TIAGO TSUGUIO TSUNETO
Pregoeiro

Publicado por:
Edson Jose Ito
Código Identificador:650BD5B6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 508/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **CB ELETRO E INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 49.673.898/0001-58.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 18.491,85 (dezoito mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:E7B54C29

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 509/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **PHAF HOFFMANN LTDA, CNPJ nº 11.272.813/0001-57.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 11.439,00 (onze mil, quatrocentos e trinta e nove reais).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:0CC24A60

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 510/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **REIFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 93.920.361/0001-37.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:B8A25F70

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 511/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 38.094.484/0002-39.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:4C929559

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 512/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **CAMACHO COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 40.876.182/0001-83.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 95.650,00 (noventa e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:2FD8D680

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 513/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **MP SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 47.928.331/0001-50.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 13.350,00 (treze mil, trezentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:DF83A95C

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 514/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **SENTINELA DO VALE COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 29.843.035/0001-74.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 794,35 (setecentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:E1E1DF32

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 515/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **A. CARNEVALI LTDA, CNPJ nº 18.012.406/0002-30.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 45.120,00 (quarenta e cinco mil, cento e vinte reais).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:E901A6FF

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 516/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024
Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **IRMAOS BRAGGIO LTDA, CNPJ nº 07.484.914/0001-14.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 235.600,00 (duzentos e trinta e cinco mil e seiscentos reais).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:67AA92CD

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 517/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **ATHENAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 07.692.301/0002-53.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 7.390,00 (sete mil, trezentos e noventa reais).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:2CB3F703

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 518/2024

Pregão Eletrônico nº 160/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Detentora da Ata: **BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA, CNPJ nº 45.329.312/0001-81.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Preços (SRP), para futuro e eventual fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 229.926,90 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa centavos).

Prazo de Vigência: início em 06 de novembro de 2024 e término em 06 de novembro de 2025.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:A9A15133

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 794/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 079/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 392/2024

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **SOFTEXPERT SOFTWARE S.A, CNPJ nº 00.449.824/0001-43**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Serviços Técnicos e licença de uso perpétua de solução integrada de software para Gestão de Conteúdo Corporativo (ECM - Enterprise Content Management), suíte de automação de processos organizacionais (Business Process Management - BPM), GED, Workflow, ITSM (Gestão de Serviços de TI), COM (Gestão do Desempenho Corporativo), GCR (Gestão de Governança, Riscos e Regulamentos), para visualização, captura, indexação, pesquisa, gerenciamento e publicação de documentos digitais com assinatura por senha e/ou digital ICP-BRASIL, contemplando a execução de serviços de implantação, treinamento, desenvolvimento de adaptações para integração do produto ao ambiente da Contratante, com garantia e suporte técnico conforme especificações e condições detalhadas no Termo de Referência.

Fundamentação: artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021.

Valor Total: R$ 66.533,92 (sessenta e seis mil, quinhentos e trinta e três reais e noventa e dois centavos).

Recursos Orçamentários:

147.4.1.2013.33390400000.5005

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, tendo início na data de assinatura e término em **07 de novembro de 2025**, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/21.

Data de Assinatura: 07 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 07 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:993BA496

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 795/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 508/2024,
Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **CB ELETRO E INFORMATICA LTDA, CNPJ nº 49.673.898/0001-58.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 18.491,85 (dezoito mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:84EFC013

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 796/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 509/2024,
Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **PHAF HOFFMANN LTDA, CNPJ nº 11.272.813/0001-57.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 11.439,00 (onze mil, quatrocentos e trinta e nove reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:80DC8810

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 797/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 510/2024, Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **REIFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, CNPJ nº 93.920.361/0001-37.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:E72F0772

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 798/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 511/2024,
Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 38.094.484/0002-39.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:1AEEC296

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 799/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 512/2024,
Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **CAMACHO COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 40.876.182/0001-83.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 95.650,00 (noventa e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:36F97958

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 800/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 513/2024, Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **MP SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ nº 47.928.331/0001-50.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 13.350,00 (treze mil, trezentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato

do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:29EC9F4F

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 801/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 514/2024, Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **SENTINELA DO VALE COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 29.843.035/0001-74.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 794,35 (setecentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:70E7DA07

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 802/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 515/2024, Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **A. CARNEVALI LTDA, CNPJ nº 18.012.406/0002-30.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 45.120,00 (quarenta e cinco mil, cento e vinte reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:95F68677

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 803/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 516/2024, Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **IRMAOS BRAGGIO LTDA, CNPJ nº 07.484.914/0001-14.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 235.600,00 (duzentos e trinta e cinco mil e seiscentos reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:CF75FDB9

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 804/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 517/2024, Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **ATHENAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ nº 07.692.301/0002-53.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 7.390,00 (sete mil, trezentos e noventa reais).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:4FB006E5

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 805/2024,

Decorrente da Ata de Registro de Preços nº 518/2024,
Do Edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024.

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA, CNPJ nº 45.329.312/0001-81.**

Objeto do Contrato: Fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$ 229.926,90 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência deste termo será de **12 (doze) meses,** com início na data de assinatura e término em **06 de novembro de 2025**, e terá sua eficácia após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, não sendo permitida sua prorrogação.

Data de Assinatura: 06 de novembro de 2024.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:B1B3CDDB

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 529/2024

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 160/2024 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de **Pregão Eletrônico nº 160/2024,** cujo objeto é o fornecimento de móveis, eletrodomésticos, poltronas, ar condicionado e eletrônicos em geral para atendimento de todas as secretarias deste Município de Guaíra/PR, sendo as empresas vencedoras:

CB ELETRO E INFORMATICA LTDA, inscrita no **CNPJ nº 49.673.898/0001-58**, vencedora do item 5 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 18.491,85 (dezoito mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos);**

PHAF HOFFMANN LTDA, inscrita no **CNPJ nº 11.272.813/0001-57**, vencedora do item 6 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 11.439,00 (onze mil, quatrocentos e trinta e nove reais);**

REIFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 93.920.361/0001-37**, vencedora do item 10 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais);**

ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 38.094.484/0002-39**, vencedora do item 13 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais);**

CAMACHO COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 40.876.182/0001-83**, vencedora do item 8 e 9 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 95.650,00 (noventa e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais);**

MP SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 47.928.331/0001-50**, vencedora do item 12 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 13.350,00 (treze mil, trezentos e cinquenta reais);**

SENTINELA DO VALE COMERCIAL LTDA, inscrita no **CNPJ nº 29.843.035/0001-74**, vencedora do item 14 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 794,35 (setecentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos);**

A. CARNEVALI LTDA, inscrita no **CNPJ nº 18.012.406/0002-30**, vencedora do item 1, 7 e 20 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 45.120,00 (quarenta e cinco mil, cento e vinte reais);**

IRMAOS BRAGGIO LTDA, inscrita no **CNPJ nº 07.484.914/0001-14**, vencedora do item 16, 17, 18 e 19 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 235.600,00 (duzentos e trinta e cinco mil e seiscentos reais);**

ATHENAS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no **CNPJ nº 07.692.301/0002-53**, vencedora do item 4 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 7.390,00 (sete mil, trezentos e noventa reais);**

BT COMERCIO INTELIGENTE LTDA, inscrita no **CNPJ nº 45.329.312/0001-81**, vencedora do item 2 da Licitação, com valor total máximo de **R$ 229.926,90 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa centavos);**

Art. 2º - Declarar DESERTOS os itens 3, 11 e 15.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 06 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Delfino
Código Identificador:CE40EC63

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 016/2024

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas, visando a futura e eventual contratação de empresas para prestação de serviços de narração e locução profissional, a serem utilizados em eventos, espetáculos e demais apresentações, organizados ou apoiados pelo Município de Guaíra-PR.

DA PARTICIPAÇÃO: Os documentos exigidos para fins de credenciamento (habilitação e proposta) conforme edital, deverão ser encaminhados a Comissão Permanente de Licitações, preferencialmente de **forma eletrônica** através do e-mail compras@guaira.pr.gov.br, ou poderão serem entregues de forma física por envelope devidamente identificado e protocolado junto ao Setor de Protocolo, no endereço: Avenida Coronel Otavio Tosta, 126, Paço Municipal, Centro, Guaíra – Paraná, CEP 85.980-000, dentro do prazo estipulado para credenciamento, contados a partir da data da publicação do Edital.

DAS INSCRIÇÕES: O prazo para os interessados credenciar-se perante o presente Chamamento será a partir do dia **11 de novembro de 2024 até o dia 10 de novembro de 2025.**

O Chamamento poderá ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Chamamento Público. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642 9928. E-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Guaíra (PR), em 07 de novembro de 2024.

MARCELO CELESTRINO
Comissão de Licitação

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:CAD71F0F

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2024 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Aquisição de medicamentos, por meio do Sistema de Registro de Preços.".

RESULTADO: Empresas: **ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA**, no lote 51, com valor total de R$ 74.490,00 (setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais). **CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, no lote 127, com valor total de R$ 3.456,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais). CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, nos lotes: 9, 13, 37, 49, 53, 56, 73, 74, 85, 99, 101, 102, 104, 114, 115, 117, 133, 140, 141, 149, 154, 158, 169, 177, 181 e 183, com valor total de R$ 904.038,56 (novecentos e quatro mil, trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos). **ECO-FARMAS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** nos lotes: 12, 33, 42, 80, 91, 93, 94, 116, 129, 152, 166, 175, 186 e 198, com valor total de R$ 9.634,01 (nove mil, seiscentos e trinta e quatro reais e um centavo). **FERNAMED LTDA,** nos lotes: 122 e 123, com valor total de R$ 28.420,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e vinte reais). **FRESENIUS KABI BRASIL LTDA**, nos lotes: 65, 66, 68, 111, 112, 138 e 150, com valor total de R$ 355.293,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e três reais). **GENESIO A. MENDES & CIA. LTDA**, nos lotes: 7 e 96, com valor total de R$ 9.219,70 (nove mil, duzentos e dezenove reais e setenta centavos). **INOVACOES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA**, no lote 14, com valor total de R$ 10.170,80 (dez mil, cento e setenta reais e oitenta centavos). **JT MEDICAMENTOS LTDA**, nos lotes: 64, 86, 162 e 178, com valor total de R$ 16.444,00 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais). **LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**, no lote 38, com valor total de R$ 5.976,00 (cinco mil, novecentos e setenta e seis reais). **LONDRICIR COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA**, nos lotes: 50, 67, 69, 70, 128, 139 e 160, com valor total de R$ 383.609,00 (trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e nove reais). **MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA**, nos lotes: 20, 25, 34, 59, 108, 146, 195, 200 e 201, com valor total de R$ 18.086,26 (dezoito mil, oitenta e seis reais e vinte e seis centavos). **MEDLAB - PRODUTOS PARA SAUDE LTDA,** nos lotes 77 e 171, com valor total de R$ 14.481,00 (quatorze mil, quatrocentos e oitenta e um reais). **MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** nos lotes: 18, 40, 52, 61, 156 e 182, com valor total de R$ 67.418,70 (sessenta e sete mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta centavos). **NUTRI-ELE DISTRIBUIDORA DE NUTRIÇÃO CORRELATOS PRODUTOS MÉDICOS E HOSPOTALARES LTDA**, nos lotes: 31, 39, 134, 170 e 172, com valor total de R$ 51.652,60 (cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos). **PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA**, nos lotes: 2, 3, 4, 10, 15, 16, 17, 21, 22, 24, 29, 30, 32, 36, 41, 47, 55, 62, 63, 82, 87, 89, 95, 100, 105, 107, 113, 119, 126, 142, 153, 155, 167, 194, 199 e 206, com valor total de R$ 127.305,30 (cento e vinte e sete mil, trezentos e cinco reais e trinta centavos). **PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, nos lotes: 28, 60 e 84, com valor total de R$ 26.833,60 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta centavos). **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, nos lotes: 26, 81, 88, 92, 109, 124, 130, 131, 136, 143, 161, 176, 179, 180, 188, 189, 190, 192, 196, 202, 203, 204 e 207, com valor total de R$ 68.336,39 (sessenta e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos). **SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, nos lotes: 1, 5, 8, 11, 19, 35, 48, 71, 76, 78, 79, 83, 90, 97, 98, 110, 118, 120, 125, 132, 144, 145, 147, 157, 163, 164, 168, 187 e 193, com valor total de R$ 195.915,74 (cento e noventa e cinco mil, novecentos e quinze reais e setenta e quatro centavos). **SSZ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, nos lotes: 44, 57, 137, 173, 174 e 184, com valor total de R$ 24.746,20 (vinte e quatro mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos). **SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**, no lote 148, com valor total de R$ 1.536,00 (um mil, quinhentos e trinta e seis reais). **TERRA SUL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA,** nos lotes: 27, 43, 45, 46 e 135, com valor total de R$ 2.091,80 (dois mil, noventa e um reais e oitenta centavos). **TOLESUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, nos lotes: 6, 23, 103, 106, 159, 185 e 205, com valor total de R$ 12.310,71 (doze mil, trezentos e dez reais e setenta e um centavos). **UNAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** no lote 75, com valor total de R$ 18.015,75 (dezoito mil, quinze reais e setenta e cinco centavos). **VMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA** no lote 58, com valor total de R$ 18.511,50 (dezoito mil, quinhentos e onze reais e cinquenta centavos).

LOTES DESERTOS: 54, 72, 121, 151 e 197.
LOTES FRACASSADOS: 165 e 191.

Cascavel – PR, 7 de novembro de 2024.

CRISTIANE ROSA RIBEIRO
Pregoeira

Publicado por:
Cristiane Rosa Riberio
Código Identificador:0B8CA61F

CONSAMU
PORTARIA Nº 250/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 003/2020 e demais alterações;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. Leandro Martins, RG nº 10.414.444-6 SSP SP, da Função Gratificada de Encarregado de Setor, lotado no setor de Almoxarifado do Hospital de Retaguarda Allan Beltrame Pinho, do município de Cascavel-PR.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 116/2024 e demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 07 de novembro de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:6AB7156D

CONSAMU
PORTARIA Nº 251/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 003/2020 e demais alterações;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Encarregado de Setor, lotada no Setor de CAF do Hospital de Retaguarda Allan Beltrame Pinho, do município de Cascavel-PR, a Srª. Larissa Villwock de Menech, RG 12.971.137-0 SSP PR com gratificação de 8%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 003/2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 07 de novembro de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:97FDE64C

CONSAMU
PORTARIA Nº 252/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 003/2020 e demais alterações;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Encarregado de Setor, lotado no Setor de Almoxarifado do Hospital de Retaguarda Allan Beltrame Pinho, do município de Cascavel-PR, o Sr. Pedro Henrique dos Santos Felipe, RG 12.976.874-6 SSP PR com gratificação de 8%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 003/2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 07 de novembro de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:C8C04940

CONSAMU
PORTARIA Nº 253/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 003/2020 e demais alterações;
RESOLVE:

Art. 1º - Designar para exercer a Função Gratificada de Encarregado de Setor, lotado no Setor de Almoxarifado do Hospital Municipal Prefeito Quinto Abrão Delazeri, Município de Palotina/PR, o Sr. Luis Fernando Lofh, RG 795.479-9 SSP SC com gratificação de 8%, nos termos do Art. 15 da Resolução nº 003/2020.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.

Cascavel, 07 de novembro de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:34DD1BD3

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 138/2021 - P.E Nº 70/2021

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: VALDECIR DA SILVA AR ME
OBJETO: Pelo presente termo renova-se o prazo de execução e vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses a partir de 24 de novembro de 2024. O valor total da renovação será de R$ 85.490,50 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta centavos). Não haverá reajuste de valores, conforme acordo entre as partes.
FIRMADO EM: 22 de outubro de 2024
PROC. ADMINISTRATIVO: 758/2024.
ASSINATURAS: Leonir Antunes dos Santos
João Gabriel Avanci
Valdecir da Silva

Publicado por:
Cristiane Rosa Riberio
Código Identificador:DE520172

PROJUR
PORTARIA Nº 530/2024 DATA: 07.11.2024 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 313/2021, 1.360/2022 e 2.573/2022,
RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula Nº	Período Aquisitivo	Início/Final
Carla Paganelli	28037-01	2022/2023	06/01/2025 a 23/01/2025
		2023/2024	24/01/2025 a 04/02/2025
Cleide Maria de Lima	19640-01	2020/2021	18/11/2024 a 17/12/2024
Lino Jose Pez	30067-01	2022/2023	23/12/2024 a 21/01/2025
Roberto Carlos de Lima	3352-01	2023/2024	18/11/2024 a 02/12/2024

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:98FA3169

PROJUR
PORTARIA Nº 531/2024 DATA: 07.11.2024 EMENTA: SUSPENDE O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003, e artigo n° 46 e seguintes da Lei Municipal nº 2.279/2023, e considerando o memorando online sob o nº 3275/2023, e,

Considerando o afastamento da servidora pública municipal P. da S. B. em razão do acidente de trabalho ocorrido na data de 29.08.2024,

RESOLVE:

Art. 1º Fica suspenso o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Investigativa – SINVE, instaurada por meio

da Portaria nº 313/2024, até o retorno da servidora às suas atividades funcionais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia retroativa a data de 29.08.2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:CD1A2C10

PROJUR
DECRETO Nº 402/2024 DATA: 07.11.2024 EMENTA: HOMOLOGA AVALIAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DECORRENTE DE AVANÇO HORIZONTAL DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1.965 de 11.12.2015, nos artigos 39 e seguintes, e do Decreto nº 041 de 23.02.2023;

Considerando o processo de avaliação realizado pelas Comissões de Avaliação de Desempenho dos profissionais do Magistério, instituídas pelas Portarias de nº 074 de 15.02.2024, e n° 189 de 18.04.2024, e,

Considerando o memorando on-line sob o nº **081/2018,**

DECRETA:

Art. 1o Fica concedido à Servidora Profissional do Magistério do Município de Guaíra, Estado do Paraná, constantes no Anexo Único deste Decreto, progressão funcional decorrente de avanço de 01 (uma) Classe para outra imediatamente superior, dentro do mesmo Nível, conforme estipulado no artigo 39 da Lei Municipal nº 1.965/2015, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1º de novembro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Ref. Decreto nº 402 de 07 de novembro de 2024

Funcionário /Contrato		Descrição Funcionário	Data Admissão	Nota	Classe	
					DE	PARA
28991	02	DANIELA BACKES CORDEIRO	04/11/2013	99,45	C5	C6

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:863A9BC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE RATIFICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 015/2024.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO, COM A DUPLA LÉO & RAPHAEL NO VALOR TOTAL DE R$ 220.000,00 (DUZENTOS E VINTE E CINCO MIL REAIS), NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2024 COM DURAÇAO DE 1H E 30M (UMA HORA E TRINTA MINUTOS). O SHOW DA DUPLA LÉO E RAPHAEL SERÁ CONTRATADO ATRAVÉS DA EMPRESA LR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA CNPJ Nº 24.535.705/0001-71 DETENTOTA DE EXCLUSIVIDADE DA DUPLA. O SHOW SERÁ REALIZADO EM COMEMORAÇÃO ALUSIVAS AOS 70 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, O QUAL SERÁ REALIZADO EM FRENTE A PRAÇA DA IGREJA MATRIZ, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO JUNTAMENTE COM O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CULTURA
CONTRATADA: LR PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ: 24.535.705/0001-71
VALOR: R$ 220.000,00 (DUZENTOS E VINTE MIL REAIS)
Torna-se pública a **RATIFICAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe, conforme consta do Art. 74, inc. II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao **proponente LR PRODUCOES ARTISTICAS LTDA.**

Guaraci, 07 de novembro de 2024.

SIDNEI DEZOTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:5C8C41AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA N.º 017/2024

Encontra-se aberto no Município de Guaraci, **DISPENSA nº 017/2024**, do tipo: MENOR PREÇO PORA O ITEM. A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE PACOTE PARA PASSEIO EM PARQUE AQUÁTICO COM UM DIA DE LAZER CONTENDO: PASSAPORTE DE ENTRADA NO PARQUE INDIVIDUAL, ALMOÇO, BAILE PARA OS IDOSOS E BINGO, CUSTEADO COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO PELO PROGRAMA PARANÁ VIAJA MAIS 60, A FIM DE ATENDER IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GUARACI ESTADO DO PARANÁ CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, CONFORME OS DETALHES QUE SEGUEM NESTE AVISO E NO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA.** A entrega das propostas terá início no dia **08 de novembro de 2024,** às 08:00 e a finalização da entrega das propostas acontecerá no dia **14 de novembro de 2024**, às 08:00 horas. O credenciamento e recebimento das propostas será realizado até as 08:00 horas do dia da sessão de disputa. Existe interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, onde será selecionada a proposta mais vantajosa. O Aviso estará disponível aos interessados em participar da presente dispensa, através do e-mail licitacao@guaraci.net; pelo site do Portal da Transparência do Município de Guaraci-PR https://guaraci.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes; ou então pelo Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3260-1133 ou pelo e-mail licitacao@guaraci.net.

Guaraci, 07 de novembro de 2024.

SIDNEI DEZOTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:55A1CF68

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO AVISO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA - CREDENCIAMENTO Nº 07/2024.

REPUBLICAÇÃO
AVISO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA - CREDENCIAMENTO Nº 07/2024.

O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA-ESTADO DO PARANÁ, nos termos do art. Artigo 79 da Lei 14.133/2021 e demais previsões legais aplicáveis, torna público o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de Credenciamento para prestação de serviços de atendimento de casa para abrigo institucional de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em atendimento a Secretaria de Ação Social, Criança, Adolescente e Assuntos da Família, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Chamamento. Os interessados em participar do presente Credenciamento deverão encaminhar os documentos conforme edital, através do Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Guaraqueçaba, localizada no endereço acima mencionado no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias de expediente no Paço Municipal. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados e podem ser adquiridos a qualquer momento, através do sitio eletrônico na internet www.guaraquecaba.pr.gov.br ou obtida as informações através do Fone/Fax (41) 3482-1280.

Data de entrega dos envelopes:a partir de 11 de novembro de 2024 das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min

Guaraqueçaba/PR, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:1B39FC47

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERMO DE ADJUDICAÇÃO, RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2024

ERMO DE ADJUDICAÇÃO, RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSADELICITAÇÃONº24/2024

Tendo-se em vista os parecer exarado pela Procuradoria Jurídicana data quatorze de agosto de dois mil e vinte e quatro, onde o qual reconhece Dispensa de Licitação para a referida contratação, bem como, todos os documentos contidos no respetivo processo administrativo,adjudico, ratifico e homologoa presente contratação por**DispensadeLicitação**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, tem como fundamento legal Fulcrada no**Artigo75,incisoI**da Lei14.133/2021e DecretoMunicipal n°001/2023para a**DispensadeLicitaçãoNº24/2024**,é aAquisição de Formula Infantil Alimentar, em atendimento as Secretaria Municipal de Saúde,adjudico, ratifico e homologoeste processo, para a contratação da Empresa ESPACO GUAMIRANGA SERVICOS DE SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.430.487/0001-88, sediada na R ANTONIO CAGIANO, N° 271, Complemento Sala 01, Bairro: Centro Cidade: GUAMIRANGA -PR, CEP: 84.435-000
Valor globalde R$3.700,00(três mil setecentos reais)
Vigência30 (trinta) dias.
Determino que os setores competentes desta Administração tomem as devidas providências para elaboração do termo contratual, bem como, providencie à publicação do Presente termo de**adjudicação**, ratificação homologação de **Dispensa De Licitação 24/204**e do respectivo extrato de contrato, os quais deverão ser publicados no prazo previsto na lei de Licitações e Contratos Administrativos. E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e autorização sejam publicadas no Diário Oficial do Município, conforme prevê oArtigo72,§único,daLein°14.133/2021.

Guaraqueçaba/PR, 07 de novembro de 2024.

JOELMA MARCHIORI CALADO	*LILIAN RAMOS NARLOCH*
Secretária Municipal de Saúde	Prefeita Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:68DF23AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADELICITAÇÃONº19/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO, RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADELICITAÇÃONº19/2024

Tendo-se em vista o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica, onde o qual reconhece Inexigibilidade de Licitação para a referida contratação, bem como, todos os documentos contidos no respetivo processo administrativo,adjudico, ratifico e homologoa presente contratação porprocesso de Inexigibilidadelicitaçãonº19/2024, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Ação Social. Com o fundamento legal fulcrada noIncisoIII, Art.74,da Lei14.133/2021eDecreto Municipal n°001/2023,para Aluguel de imóvel para funcionamento de abrigo institucional para Crianças e Adolescentes no Município de Guaraqueçaba, em atendimento a Secretaria Municipal de Ação Social,adjudico, ratifico e homologoeste processo, para o Locador (a) Airton da Rosa Ribeiro, pessoa fisica local do imóvel Rua Dr Ramos Figueira S/N, Bairro: Centro, cidade: Guaraqueçaba-PR, CEP: 83.390-000, neste ato representada por Airton da Rosa Ribeiro, RG: 38905414 SSP/PR, CPF: 404.428.109-20
Valor global: R$ 12.000,00 (doze mil reais),
Vigência: 06 (seis) meses
Determino que os setores competentes desta Administração tomem as devidas providências para elaboração do termo contratual, bem como, providencie à publicação do presente termo deadjudicação, ratificação homologaçãodo processo deInexigibilidadedelicitação19/2024 e do respectivo extrato de contrato, os quais deverão ser publicados no prazo previsto na lei de Licitações e Contratos Administrativos. E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e autorização sejam publicadas no Diário Oficial do Município, conforme prevê oArtigo72,§único,daLein°14.133/2021.

Guaraqueçaba/PR, 07 de novembro de 2024.

JEICIANE DE CAMARGO SILVEIRA	*LILIAN RAMOS NARLOCH*
Secretaria Municipal de Ação Social	Prefeita Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:E8BAF0CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO Nº 07/2024

RESOLUÇÃO Nº 07/2024

SÚMULA: APROVA O TERMO DE ADESÃO E O PLANO DE AÇÃO DO INCENTIVO PARANÁ VIAGEM MAIS 60, CONFORME DELIBERAÇÃO 034/2024.

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal n. 741/2017, em Reunião Ordinária, realizada no dia 07 de Novembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Termo de Adesão Incentivo Paraná Viagem Mais 60 fase II, conforme deliberação 034/2024;
RESOLUÇÃO Nº 07/2024

Art. 2º - Aprovar o Plano de Ação do Incentivo Paraná Viagem Mais 60 fase II, conforme deliberação 034/2024;

Art. 3º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 07 de novembro de 2024.

VALDECIR FERREIRA DE OLIVEIRA
Presidente do CMDPI
Biênio 2023/2025

Publicado por:
Ana Sabrina Moreira
Código Identificador:3DF74C34

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 236 DE 07 DE OUTUBRO DE 2024

DECRETO Nº 236 de 07 de outubro de 2024

SÚMULA: *Dispõe sobre a Organização do Cantinho da leitura nas salas de aulas, das instituições de ensino da rede municipal. Salas de Leitura, e outras providências.*

O prefeito do município de Honório Serpa, Estado do Paraná, Luciano Dias, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei, e

CONSIDERANDO: o Decreto 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e estipulou em seu art. 29 incisos II e III, a disponibilização de recursos de 2023, pedagógicos, equipamentos, materiais e outros insumos utilizados pelas redes de ensino para a implementação dos programas de alfabetização, dentre eles o PDDE Compromisso Cantinho da Leitura com o intuito de viabilizar a instalação de espaços de incentivo a práticas de leitura em sala de aulas apropriados a faixa etária, ao contexto sociocultural a ao pertencimento étnico-racial dos estudantes.

CONSIDERANDO: a necessidade de organizar o funcionamento do Cantinho da Leitura e/ou Sala de Leitura nas escolas da rede municipal, para o atendimento dos alunos, de modo a possibilitar o acesso às diferentes fontes de leitura e às diversas formas de linguagem, propiciando a ampliação da democratização do conhecimento.

DECRETA:

Art,1º Parágrafo Único - As unidades educacionais que não disponham de condições físicas para instalação do Cantinho da leitura, deverão organizar a Sala de leitura, composto de acervo próprio e/ou adquirido pela mantenedora, suficiente para o atendimento das necessidades dos alunos.

Art, 2º O diretor de departamento Municipal de Educação deverá organizar formação e enriquecimento profissional aos educadores da rede municipal de Ensino por intermédio da construção de novos conhecimentos e competências e de repensar a prática pedagógica.

Art, 3º os cantinhos de leitura são espaços onde os alunos devem aprender comportamentos de leitor, por meio de atividades práticas de leitura de diversos gêneros textuais em suas diferentes funções.

Parágrafo Único - Caberá ao Professor regente da turma a organização permanente do acervo, empréstimo de livros, a orientação à pesquisa bibliográfica, a leitura de diversos gêneros, a roda de apreciação literária e a organização de acervo de sala de aula em articulação com os demais professores das disciplinas especificas, organizar momentos de leituras semanal, oportunizando leitura com objetivos propostos na BNCC, Referencial Curricular do Paraná: Princípios Direitos e Orientações, Projeto Político Pedagógico e Proposta pedagógica Curricular da instituição.

Art, 4º O Cantinho da Leitura é o recanto onde se aloca o conjunto de livros, revistas, jornais, jogos e outros da espécie, disponibilizando o referido material para o atendimento dos alunos em sala de aula, com a finalidade de criar oportunidades de apropriação de conhecimento e informações por meio de atividades diversificadas, envolvendo as múltiplas linguagens e favorecendo a memória das tradições e a geração da cultura.

Parágrafo único - Nos Centros de Educação Infantil – CMEIS e nas Escolas Municipais os Cantinhos de Leitura, devem ser propostas atividades que favoreçam o desenvolvimento das diferentes linguagens.

Art,5ºCaberá:

I – O Diretor Municipal de Educação e ao diretor escolar a indicação dos títulos que farão parte do acervo inicial e a aquisição da bibliografia temática, que estejam de acordo com as diretrizes indicadas para cada faixa etária para o Cantinho da Leitura, Salas de Leitura.

II - Diretor Municipal de Educação e ao diretor escolar o planejamento, a aquisição de mobiliário específico, acervo inicial, reposição do acervo e material necessário ao funcionamento do Cantinho de Leitura e/ou Salas de Leitura.

III - Às unidades educacionais, em caráter complementar, a ampliação, a restauração do acervo e o material necessário ao funcionamento dos Cantinhos de Leitura e Salas de Leitura, por meio de recursos próprios, inclusive o Programa Cantinho da Leitura do através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que tem como objetivo o fortalecimento da Alfabetização. Instituído dentro do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), e da Associações de Pais e Mestres.

Art, 6º O acervo do cantinho da leitura e da Salas de Leitura deverá ser catalogado pela unidade educacional, conservado em condições adequadas e restaurado ou substituído.

Art, 7º É vedada a extinção do Cantinho da Leitura e/ou Sala de Leitura, descarte do acervo sem o acompanhamento e a autorização do Diretor Municipal de Educação.

Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar Augusto Pessetti
Código Identificador:24F9B649

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 235 SUPLEMENTAR

DECRETO nº 235/2024

SÚMULA: Remanejamento de Crédito Orçamentário do Exercício Financeiro de 2024.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e com base na Lei nº 1007/2023;

DECRETA

Art. 1º - Remanejar crédito no Orçamento do Município para o exercício de 2024, no valor de **R$ 14.820,00** (Quatorze mil oitocentos e vinte reais) para as dotações consignadas no orçamento vigente:

Órgão: 12 - DPTO. MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE			
Unidade: 3 - DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE			
Ação: 2030 - MANUT. DAS ATIV. DE POLITICA MUNICIPAL DE RESIDUOS SÓLIDOS			Funcional: 0018.0541.0003
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	VALOR
487	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	1803	14.820,00
Total Ação			14.820,00

Art. 2º: Para cobertura do crédito a serem abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de **Remanejamento de Dotação Orçamentária** do exercício vigente mediante detalhamento na sequência:

Órgão: 15 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Unidade: 1 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			
Ação: 2053 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO			Funcional: 0015.0451.0004
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	VALOR
442	3449051000000000000 - Obras e instalações	1803	14.820,00
Total Ação			14.820,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, em 07 de novembro de 2024.

LUCIANO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:69C67A7B

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 238/2024 SUPLEMENTAR

DECRETO N° 238/2024

SÚMULA: Abertura de Crédito Especial no Orçamento do Exercício Financeiro de 2024.

A Câmara Municipal de Honório Serpa, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e com base na Lei nº 1007/2023;
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município, para o exercício de 2024, Crédito Especial no valor de **R$ 57.000,00** (Cinquenta e sete mil reais) para ajustes de dotações consignadas no orçamento vigente a saber:

Órgão: 16 - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO			
Unidade: 2 – DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO			
Ação: 2059 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO			Funcional:0013.0392.0011
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	VALOR
488	339036000000000000 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	10062	57.000,00
Total Ação			57.000,00

Art. 2º: Para cobertura do crédito a serem abertos no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos de **Excesso de Arrecadação** da Lei n° 14.399/2022, que Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura**,** junto a fonte **10062 – Transferências Voluntárias Públicas Federais, Conta Corrente 33464-2, Agência 2008-7 Banco do Brasil,** no valor de **R$ 57.000,00** (Cinquenta e sete mil reais).
TOTAL GERAL R$ 57.000,00

Art.3: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa 07 de novembro de 2024.

LUCIANO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:591471C4

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE GRATIFICAÇÃO

DECRETO Nº 234/2024 DE 07 NOVEMBRO de 2024

SÚMULA: Concede Gratificação Alunos Inclusos para a professora, Municipal com base na Lei Municipal 247/2008, artigo 9º item II.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, senhor **Luciano Dias**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Concede Gratificação Alunos Inclusos para a professora municipal abaixo relacionada com base na Lei Municipal 247/2008.

- Denise Ferreira 20%

Artigo 2º - Este Decreto retroage seus efeitos a 01 de novembro de 2024, revogada as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, estado do Paraná, aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

LUCIANO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:0BBAFBB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 234/2024

PORTARIA N.º 234/2024

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

ELISEU SILVA DA COSTA, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder a servidora SABRINA CARLA BARBOSA PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2015/2020, para serem gozadas no período de 07/11/2024 à 06/12/2024.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 07 de novembro de 2024.

ELISEU SILVA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:F6193DA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 14/2024

Eu, PRESIDENTE do CIS/AMCESPAR, no uso de minhas atribuições legais e analisando o contido no procedimento licitatório de Dispensa, Nº 13/2024 e considerando o parecer jurídico favorável decido homologar os termos da ata de julgamento onde foi declarada vencedora para o Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Saúde do Trabalho para realizar Exames Médicos Ocupacionais, de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), estabelecido pela Norma Regulamentadora nº 7 (NR 7), para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR, a empresa: Agym Engenharia Medicina - CNPJ: 48.684.417/0001-47, valor estimado de R$ 7.636,38 (sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos) para o período de 12 (doze) meses.

Irati 07 de novembro de 20244

CLEONICE APª KUFENER SCHUCK
Presidente do CIS/AMCESPAR

EXTRATO DE CONTRATO N° 027/2024

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMCESPAR.
CNPJ n° 00.358.098/0001-53.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Saúde do Trabalho para realizar Exames Médicos Ocupacionais, de acordo com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), estabelecido pela Norma Regulamentadora nº 7 (NR 7), para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da região AMCESPAR.

CONTRATADA: Agym Engenharia Medicina
CNPJ: 48.684.417/0001-47
VALORES ESTIMADOS: R$ 7.636,38 (sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e oito centavos) para o período de 12 (doze) meses.

PRAZO: 08/11/2024 à 08/11/2025

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.100.10.122.0001.2.001.3.3.90.39.0000 fonte 378

DATA DA ASSINATURA: Irati, 07 de novembro de 2024.

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
CIS/AMCESPAR
Contratante

AGYM ENGENHARIA MEDICINA
CNPJ: 48.684.417/0001-47
Contratada

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:1D603676

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de curso presencial de aperfeiçoamento em higiene e limpeza hospitalar, voltada aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC - CNPJ n° 03.541.088/0015-42. Valor Contratado: R$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais). Prazo de Execução e Vigência: 90 (noventa) dias. Fundamento Legal: Art. 75, Inc. XV, da Lei Federal n° 14.133/2021.

Inácio Martins/PR, 07 de Novembro de 2024.

EDEMETRIO BENATO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:83DA4723

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2024 EDITAL Nº 079/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2024 EDITAL Nº 079/2024
O Município de Inácio Martins, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 76.178.029/0001-20, com sede na Rua 7 de Setembro, N° 332, Centro, CEP 85.155-000, através do Prefeito Municipal e por intermédio da Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados pelo Decreto no 143/2024, nos termos do Decreto Municipal n° 174/2023, Lei Complementar Federal n° 123/2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 14.133/2021, **TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR ÁS 09H00MIN, DO DIA 26/11/2024, ATRAVÉS DO SISTEMA ELETRÔNICO, O PORTAL DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, LOCAL DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO: WWW.BLL.ORG.BR, PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL E INDUSTRIAL (COM FORNECIMENTO DE CILINDROS EM COMODATO) E ACESSÓRIOS DESTINADOS A ESTA MUNICIPALIDADE.** O Edital de licitação encontra-se disponível em www.inaciomartins.pr.gov.br, www.bll.org.br e em https://www.gov.br/pncp/pt-br Demais informações estão disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Inácio Martins/PR no endereço indicado acima ou poderão ser solicitadas pelo e-mail licitacoes.inaciomartins@hotmail.com

Inácio Martins/PR, 06 de Novembro de 2024

EDEMETRIO BENATO JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:AEBBAA76

GOVERNO MUNICIPAL
TERMOS DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL PARCIAL DO CONTRATO Nº 103/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar, com fornecimento de veículos e condutores, para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: HIGOR N. LEAL TRANSPORTES - CNPJ n° 34.098.522/0001-90. Objeto do Termo de Rescisão: Rescisão contratual unilateral do Contrato nº 103/2023 - lote nº 004-LINHA SANTINI, CAMPINA A COCHOEIRA, referente ao Processo Administrativo. Valor Rescindido: R$ 12.516,00 (Doze mil, quinhentos e dezesseis reais), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, parecer jurídico com base na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 78, Inc. I, Art. 79, Inc. I e Art. 87, Inc. II. Assinatura: 01/11/2024.

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL PARCIAL DO CONTRATO Nº 104/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2022. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar com fornecimento de veículos e condutores para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante:

Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: HIGOR N. LEAL TRANSPORTES - CNPJ n° 34.098.522/0001-90. Objeto do Termo de Rescisão: Rescisão contratual unilateral do Contrato nº 104/2022 - lote 025- Linha Terra Cortada, José Dias, Papagaios, referente ao Processo Administrativo. Valor Rescindido: R$ 6.473,50 (Seis mil, quatrocentos e setenta e três reais, cinquenta centavos), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, parecer jurídico com base na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 78, Inc. I, Art. 79, Inc. I e Art. 87, Inc. II. Assinatura: 01/11/2024

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL PARCIAL DO CONTRATO Nº 111/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2022. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar com fornecimento de veículos e condutores para a Rede de Ensino Municipal e Estadual do Município. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ n° 76.178.029/0001-20. Contratada: HIGOR N. LEAL TRANSPORTES - CNPJ n° 34.098.522/0001-90. Objeto do Termo de Rescisão: Rescisão contratual unilateral do Contrato nº 111/2022 - lote 006- Linha Carlos Berger a Papagaios, referente ao Processo Administrativo. Valor Rescindido: R$ 12.261,60 (Doze mil, duzentos e sessenta e um reais, sessenta centavos), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, parecer jurídico com base na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 78, Inc. I, Art. 79, Inc. I e Art. 87, Inc. II. Assinatura: 01/11/2024

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:B7B62B65

GOVERNO MUNICIPAL
TERMO ADITIVO Nº 001 – RENOVAÇÃO CONTRATUAL COM REAJUSTE PELO ÍNDICE IPCA-E E ACRÉSCIMO DE VALOR, REDIMENSIONAMENTO DE 25% AO CONTRATO Nº 088/2023 - INEXIGIBILIDADE N° 029/2023.

TERMO ADITIVO Nº 001 – RENOVAÇÃO CONTRATUAL COM REAJUSTE PELO ÍNDICE IPCA-E E ACRÉSCIMO DE VALOR, REDIMENSIONAMENTO DE 25% AO CONTRATO Nº 088/2023 - INEXIGIBILIDADE N° 029/2023. Objeto: Seleção de pessoas jurídicas especializadas em prestação de serviços de acolhimento Institucional de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPI. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ da Contratante nº 76.178.029/0001-20. Contratada: INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS SANTA RITA – ILPI - CNPJ da Contratada nº 78.146.792/0001-02. Objeto do Termo Aditivo: Renovação Contratual por mais 06 (seis) meses até a data 23/04/2025, com reajuste pelo índice IPCA-E de 4,12% e acréscimo de valor, redimensionamento de 25%, valor total do aditivo de R$ 68.722,20 (Sessenta e oito mil, setecentos e vinte e dois reais e vinte centavos), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, deferimento do Parecer Jurídico nos termos do Art. 65, inc. I, alínea "b", da Lei Federal nº 8.666/93. Assinatura: 24/10/2024.

Publicado por:
Eloyse Goncalves
Código Identificador:7F9ACA47

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 75.738.484/0001-70, com sede administrativa à Rua Pedro Álvares Cabral, nº. 2677, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **SERGIO LUIZ BORGES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade com RG sob n.º 6.391.951-9 SESP - Pr., e inscrito no CPF/MF sob nº. 493.019.779-15, **CONVOCA** o servidor o Sr. **SANDRO POLETO PACHE,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 8.858.649-2 SSPPR e inscrito no CPF nº. 007.910.579-33, ocupante do cargo de Motorista Distrito de Vila Nilza, para o retorno ao trabalho na Unidade Básica de Saúde de Vila Nilza, localizada a Av. Pepino S/N, Distrito de Vila Nilza, Iporã – Pr. considerando que Vossa Senhoria não comparece ao trabalho desde 26/09/2024, data do termino das férias.
As faltas injustificadas acarretarão em prejuízos salariais e poderá configurar em abandono de cargo depois de transcorrido o prazo legal de 30 dias.

Iporã - PR, 06 de novembro de 2024.

SERGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0170C859

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1936/2024

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LETICIA FLORES GUESINE RAHUAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em atendimento ao protocolo servidor e-427/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS** a Servidora **LETICIA FLORES GUESINE RAHUAN**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 10.635.904-0 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 061.184.059-64, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, ocupante do Cargo de **TÉCNICO EM RAIO-X**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência à Saúde, férias de 20 (vinte) dias referente ao período aquisitivo de 24/01/2024 à 23/07/2024, a contar de 11/12/2024 à 30/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:326651D4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1937/2024

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA LUCIANA LEMHCKULH PRESSENDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em atendimento ao protocolo servidor e-425/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS** a Servidora **LUCIANA LEMHCKULH PRESSENDO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.066.216-9 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 023.231.669-48, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **ENFERMEIRA**, designada no cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE GERENCIAMENTO HOSPITALAR**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 20/02/2022 à 19/02/2023, a contar de 02/12/2024 à 31/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:F7F90295

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1938/2024

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR SEBASTIÃO LINDOMAR VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-526/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor **SEBASTIÃO LINDOMAR VIEIRA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.814.129-1 - SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 788.163.009-49, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, aprovado em Concurso Público, ocupante do cargo de **MOTORISTA DE CAMINHÃO E ÔNIBUS**, lotado na Secretaria de Infraestrutura Urbana, férias de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 16/04/2023 a 15/04/2024 a contar de 02/12/2024 à 31/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A6E4C77F

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1939/2024

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA FRANCIELLI SOARES DOS SANTOS VIEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-522/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **FRANCIELLI SOARES DOS SANTOS VIEIRA,** brasileira, casada portadora da Cédula de Identidade RG nº. 12.603.184-0 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 179.893.727-11, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, ocupante do Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)**, lotada na Secretaria de Infraestrutura Urbana, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 03/05/2023 a 02/05/2024 a contar de 02/12/2024 à 16/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:09578911

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1940/2024

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA VANUSA APARECIDA DE OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-180/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **VANUSA APARECIDA DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 8.655.398-8 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 036.145.089-35, residente e domiciliada na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público no Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 14/02/2023 a 13/02/2024 a contar de 02/12/2024 à 31/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:8BD66967

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1941/2024

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JOÃO PEREIRA DE ASSUNÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-539/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor **JOÃO PEREIRA DE ASSUNÇÃO,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.313.907-6- SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob nº 318.692.958-03, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado em Concurso Público, para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO)**, lotado na Secretaria de Infraestrutura Urbana, férias de 30 (trinta) dias, sendo referente ao período aquisitivo de 07/10/2022 à 06/10/2023, a contar a partir de 02/12/2024 à 31/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:150B9A77

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1942/2024

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARIANE RIBEIRO BENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-614/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, a servidora **MARIANE RIBEIRO BENTO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 9.715.633-6 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 053.053.449-56, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, ocupante do Cargo de **NUTRICIONISTA**, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, férias de 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 03/02/2023 à 02/02/2024, a contar de 09/12/2024 à 18/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:23144615

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1943/2024

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA CÉLIA MARIA DO CARMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 3806/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS** a Servidora **CÉLIA MARIA DO CARMO,** brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.697.182-1 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 034.547.599-27, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, Servidora Pública Municipal, aprovada para o Cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SANBRA**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 02/06/2022 à 01/06/2023, para serem gozadas a contar de 09/12/2024 à 23/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:96633E4A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1944/2024

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ABAIXO NOMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

que dentre os servidores a seguir identificados, alguns completaram seus períodos aquisitivos, fazendo jus ao gozo de férias integrais;

a conveniência da Administração, e o interesse público quanto ao gozo de férias proporcionais aos demais servidores;

RESOLVE;

I – Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo descriminados (a), lotados (a) na Secretaria de Assistência à Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Luciana Melo dos Santos	01/03/2023/2024	09/12/2024 à 23/12/2024	15
Marcia Andreia Botura	01/03/2022/2023	02/12/2024 à 28/12/2024	20

II - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:D704AC28

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1841/2024 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA VIVIANE DOS SANTOS PUCHETTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 3805/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, à servidora **VIVIANE DOS SANTOS PUCHETTI,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 13.419.885-0 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 105.394.209-56, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – NOVA SANTA HELENA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 06/03/2023 à 05/03/2024, a contar de 25/11/2024 à 24/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 24 de outubro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:73B8C191

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1945/2024

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ABAIXO NOMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

que dentre os servidores a seguir identificados, alguns completaram seus períodos aquisitivos, fazendo jus ao gozo de férias integrais;

a conveniência da Administração, e o interesse público quanto ao gozo de férias proporcionais aos demais servidores;

RESOLVE;

I – Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo descriminados (a), lotados (a) na Secretaria de Assistência à Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Taina Botura de Oliveira	02/06/2022/2023	09/12/2024 à 23/12/2024	15
Gisleia Souza de Macedo	01/10/2023/2024	06/12/2024 à 10/12/2024	05

II - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:3CA4272D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1946/2024

REVOGA AS FÉRIAS DA SERVIDORA EVELYN TROMBINI MALAVOSI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando ao memorando 3810/2024.

RESOLVE;

I – Revogar, as FÉRIAS concedida através da Portaria nº. 1749/2024 de 04 de outubro de 2024 da servidora EVELYN TROMBINI MALAVOSI.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:B2B59755

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1947/2024

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ABAIXO NOMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

que dentre os servidores a seguir identificados, alguns completaram seus períodos aquisitivos, fazendo jus ao gozo de férias integrais;

a conveniência da Administração, e o interesse público quanto ao gozo de férias proporcionais aos demais servidores;

RESOLVE;

I – Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo descriminados (a), lotados (a) na Secretaria de Assistência à Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Edineia Macedo Pereira	17/03/2023/2024	06/12/2024 à 10/12/2024	05
Gisele C. G. Dias da Silva	01/03/2023/2024	09/12/2024 à 23/12/2024	15
Denice Gonçalves de Oliveira	01/03/2023/2024	16/12/2024 à 30/12/2024	15
Silvana Siqueira Girolla	01/03/2023/2024	11/12/2024 à 15/12/2024	05
Renata Franciele Udenal	02/06/2023/2024	11/12/2024 à 20/12/2024	10
Marta Bueno	06/03/2023/2024	11/12/2024 à 20/12/2024	10
Filipe Augusto Souza Paiva	03/04/2023/2024	11/12/2024 à 20/12/2024	10

II - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:43EFCA3D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1948/2024

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA JANDIRA DE SOUZA ROSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 25 de outubro de 2024 a 31 de outubro de 2024, 07 (sete) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **JANDIRA DE SOUZA ROSA,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.377.403-2 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 663.255.369-91, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, nomeada através da Portaria nº. 042/2002 de 08 de março de 2002, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 25 de outubro de 2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5273BC4A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1949/2024

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA CAMILA FERNANDA DA SILVA VALÊNCIO VILVERT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES– Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 04 de novembro de 2024 a 08 de novembro de 2024, 05 (cinco) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **CAMILA FERNANDA DA SILVA VALÊNCIO VILVERT,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 12.479.777-2 SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 080.534.949-94, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **PROFESSOR**, nomeada através da Portaria nº. 150/2023 de 10 de fevereiro de 2023 e Portaria n°. 214/2024 de 23 de fevereiro de 2024, em regime de Jornada Suplementar, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de novembro de 2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0007C2C5

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1950/2024

CONCEDE LICENÇA ESPECIAL PARCIAL A SERVIDORA KELLE RENATA ALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-624/2024;

o disposto no Art. 164 da Lei nº. 233/1993;

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 06 de novembro de 2024, a servidora **KELLE RENATA ALVES,** brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.366.834-0 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 057.848.649-04, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SANBRA**, nomeada através das Portaria nº. 738/2014, de 30 de setembro de 2014, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, licença do período aquisitivo de 01/10/2014 à 30/09/2019, Licença Especial de 01 (um) mês de acordo com o Art. 164 da Lei nº. 233/93 – Estatuto dos Funcionários Públicos de Iporã – Pr.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 06 de novembro de 2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:6DB6BBF2

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1951/2024

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA HELENA APARECIDA LIANDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 05 de novembro de 2024, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **HELENA APARECIDA LIANDO,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 7.399.292-3 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 021.049.749-17, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, nomeada através da Portaria nº. 614/2020, de 11 de agosto de 2020, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 05 de novembro de 2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:7C0765C5

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1952/2024

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ROZILDA BALIEIRO MENDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em atendimento ao protocolo e-629/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS** a Servidora **ROZILDA BALIEIRO MENDES,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº. 6.299.875-0 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº. 036.149.469-67, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, ocupante do Cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 17/05/2021 à 16/05/2022 a contar de 09/12/2024 à 07/01/2025.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:459D1082

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1953/2024

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA JOYCIELE VITAL FARIAS DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em atendimento ao memorando 4619/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS** a Servidora **JOYCIELE VITAL FARIAS DA SILVA,** brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2322579-3 - SSP/AM, e inscrita no CPF/MF sob nº. 009.129.442-85, residente e domiciliada na cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **ASSISTENTE SOCIAL**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, férias de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 23/10/2023 à 22/10/2024 a contar de 02/12/2024 à 31/12/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:4CF6645D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1954/2024

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ABAIXO NOMINADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando:

que dentre os servidores a seguir identificados, alguns completaram seus períodos aquisitivos, fazendo jus ao gozo de férias integrais;

a conveniência da Administração, e o interesse público quanto ao gozo de férias proporcionais aos demais servidores;

RESOLVE;

I – Conceder férias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo descriminados (a), lotados (a) na Secretaria de Assistência à Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Edna Aparecida de Souza Zanin	01/03/2022/2023	05/12/2024 à 19/12/2024	15
Kelly Silva dos Santos	15/03/2023/2024	03/12/2024 à 01/01/2025	30
Roberta Costa Souza de Andrade	02/06/2022/2023	02/12/2024 à 31/12/2024	30

II - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0BB9B677

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1955/2024

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JHORDAN GENARO BOTITANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e- 626/2024.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor **JHORDAN GENARO BOTITANO,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 10.549.739-3 - SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº. 081.753.539-02, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, aprovado em Concurso Público, para o cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** lotado na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 10 (dez) dias referente ao período aquisitivo de 14/12/2022 à 13/12/2023, para serem gozadas a contar de 11/11/2024 à 20/11/2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:66CD2E27

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1956/2024

REVOGA A PORTARIA Nº 252/2009 DE 02 DE ABRIL DE 2009, QUE CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA SONIA PAULINO DOS SANTOS ALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-457/2024;

RESOLVE;

I – Revogar, a partir de 01 de outubro de 2024**, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE** concedido através da Portaria nº. 252/2009 de 02 de abril de 2009, da servidora **SONIA PAULINO DOS SANTOS ALVES,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.686.700-5 - SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 032.704.419-59, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)**, nomeada através da Portaria nº. 062/2008 de 18 de fevereiro de 2008, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 01 de outubro de 2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:221891E2

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1957/2024

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MARIA EDUARDA DOS SANTOS OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUIZ BORGES – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-632/2024;

RESOLVE:

I – Exonerar a pedido, a partir de 04 de novembro de 2024, a Servidora **MARIA EDUARDA DOS SANTOS OLIVEIRA**, brasileira, solteira, portador da Cédula de Identidade RG nº. 60.763.496-0 SSP/SP, e inscrita no CPF/MF Sob nº. 127.096.339-22, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, no Cargo em Comissão de **ASSESSOR TÉCNICO SÊNIOR**, lotada na Secretaria de Finanças e Compras, nomeada através da Portaria n.º 1347/2022, de 03 de outubro de 2022.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 04 de novembro de 2024.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 07 de novembro de 2024.

SÉRGIO LUIZ BORGES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:EEEF1994

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSAO DOS SERV MUN IRATI-CAPSIRATI
RESOLUÇÃO 05/2024 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CAIXA APOSENTADORIA SERVIDORES IRATI
Exercício: 2024
Resolução nº 5/2024 de 01/10/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A superintendente do CAPSIRATI, Estado do Paraná, no uso desuas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 5082/2023 de 02/01/2024.
Resolve:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 2.210.000,00 (dois milhões duzentos e dez mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
02.000.00.000.0000.0.000.	CAPSIRATI	
02.001.00.000.0000.0.000.	CAPSIRATI	
02.001.09.272.0901.2.071.	ENC PREVIDENCIARIOS ADMINISTRAÇÃO	
1 - 3.1.90.01.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS MILITARES	1.910.000,00
2 - 3.1.90.03.00.00	PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	300.000,00
Total Suplementação:		**2.210.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:7.2.1.5.02.11.00.00000000	Fonte: 40	2.210.000,00
Total		**da Receita: 2.210.000,00**

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de suapublicação, revogadas as disposições em contrário.

IRATI , Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2024.

ROZENILDA ROMANIW
Superintendente

BARBARA JEAN LUCCA MENON
Contador

Publicado por:
Jean Lucca Menon
Código Identificador:5B7D22A9

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA 14 DE 2024

Dispensa nº 14/2024. Objeto: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com 2 Linhas SIP e Central Cloud PABX. Contratante: Câmara Municipal de Irati. - CNPJ: 77.778.819/0001-09. Contratada: Sigatel operações de telefonia ltda - CPF: 05.257.922/0001-00. Valor do objeto: R$ 4.333,20 (quatro mil trezentos e trinta e três reais e vinte centavos). Dotação Orçamentária: 0103101012.001 – 3390390000. Prazo de execução/vigência: 12 meses. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.333/21, artigo 75.

Câmara Municipal de Irati, 7 de novembro de 2024.

JOÃO HENRIQUE SABAG DUARTE –
Presidente.

EXTRATO DE CONTRATO 14/2024.
Contratante: Câmara Municipal de Irati – CNPJ: 77.778.819/0001-09.
Contratada: Sigatel operações de telefonia ltda.
CPF: 05.257.922/0001-00
Valor: R$ 4.333,20 (quatro mil trezentos e trinta e três reais e vinte centavos).
Prazo da duração do contrato: 07/11/2024 a 07/11/2025.
Data e Assinaturas
João Henrique Sabag Duarte - Presidente.

Publicado por:
Michell Adalberto Szczpanik
Código Identificador:C5F2AF53

PROCURADORIA
DECRETO Nº 594/2024

Prefeitura de Irati/Paraná. CNPJ: 75.654.574/0001-82
Rua Cel. Emílio Gomes, n° 022, Centro, Irati/PR. CEP 84.500-054
Fone: (42) 3132 6100. Ramais: 6112
E-mail: prefeiturairati2018@gmail.com
DECRETO Nº 594/2024
O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e demais dispositivos aplicáveis,
D E C R E T A:
Art. 1º - Ficam exonerados (as) a pedido, os (as) servidores (as) relacionados (as) abaixo:

NOME	CARGO	MATRÍCULA
VIRIDIANA MARIA PULNER GOLINSKI	Entrevistador Social PSS 2023	5066823

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos à 05/11/2024, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 07 de novembro de 2024.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Queiroz
Código Identificador:A33FD569

PROCURADORIA
DECRETO Nº 595/2024

Prefeitura de Irati/Paraná. CNPJ: 75.654.574/0001-82
Rua Cel. Emílio Gomes, n° 022, Centro, Irati/PR. CEP 84.500-054
Fone: (42) 3132 6100. Ramais: 6112
E-mail: prefeiturairati2018@gmail.com
DECRETO Nº 595/2024
O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e demais dispositivos aplicáveis,
D E C R E T A:
Art. 1º - Ficam exonerados (as) por término de contrato, os (as) servidores (as) relacionados (as) abaixo:

NOME	CARGO	MATRÍCULA
DALZI DAS GRAÇAS MATTOZO	PROFESSOR - PSS 40 H/S	5066054

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 07 de novembro de 2024.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Queiroz
Código Identificador:D732F9F5

PROCURADORIA
DECRETO Nº 596/2024

CNPJ: 75.654.574/0001-82
Rua Cel. Emílio Gomes, n° 022, Centro, Irati/PR. CEP 84.500-054
Fone: (42) 3132 6100. Ramais: 6112
E-mail: prefeiturairati2018@gmail.com

DECRETO Nº 596/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e demais dispositivos aplicáveis,
D E C R E T A:
Art. 1º - Ficam exonerados a pedido, os (as) servidores (as) relacionados (as) abaixo:

NOME	CARGO	MATRÍCULA
FLAVIANE VALNICE TOMAL	Assistente Social PSS 2023	5066769

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 07 de novembro de 2024.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Queiroz
Código Identificador:5A564E50

PROCURADORIA
DECRETO Nº 597/2024

Prefeitura de Irati/Paraná. CNPJ: 75.654.574/0001-82
Rua Cel. Emílio Gomes, n° 022, Centro, Irati/PR. CEP 84.500-054
Fone: (42) 3132 6100. Ramais: 6112
E-mail: prefeiturairati2018@gmail.com
DECRETO Nº 597/2024
O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais n° 1045/91, 4614/18 e demais cominações legais,
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica deferida a progressão no Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Civis do Município de Irati - Paraná, os (as) servidores (as) municipais abaixo relacionados (as):

Nome do(a) Servidor(a)	Cargo	Data de Admissão	Padrão	Ref.
NATALIA SILVA DE MESQUITA	TÉCNICO EM TOPOGRAFIA	01/08/2011	D	3

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos em 01 de novembro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 07 de novembro de 2024.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Queiroz
Código Identificador:604FF652

PROCURADORIA
PORTARIA Nº 436/2024

PORTARIA Nº 436/2024

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao requerimento e de acordo com as disposições contidas no caput e parágrafos do art. 92 da Lei nº 1045/91 e no laudo médico anexado ao processo mencionado;

R E S O L V E:

Conceder a(o) servidor(a) público(a) municipal **FABIANA KAMINSKI, PROFESSOR I MAG,** regime estatutário**, LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA,** sem prejuízo de seus vencimentos integrais**,** pelo período de **07 dias**, retroativamente a **24/10/2024**, conforme atestado médico.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 08 de novembro de 2024.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Queiroz
Código Identificador:B3B32592

PROCURADORIA
DECRETO Nº 598/2024

DECRETO Nº 598/2024

Dispõe sobre a criação do Conselho Local de Saúde do Guaramirim no Município de Irati-PR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde da Resolução 013/2024,

D E C R E T A:

Art.1º - Fica criado o Conselho Local de Saúde do Guaramirim anexo à UBS-Guaramirim, que será constituído por 16 (dezesseis) conselheiros, sendo destes 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, 08 de novembro de 2024.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Queiroz
Código Identificador:5C65E2FB

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 093/2021, Pregão Eletrônico nº 115/2021-PMI. Contratada: A. V. A Ribeiro Eireli, CNPJ 24.952.339/0001-56. Objeto: Contratação de empresa para locação de veículos para transporte municipal e intermunicipal para atendimento das demandas de todas as secretarias. Do Reajuste do Valor Contratual: O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste do valor contratual na importância de R$ 11.850,36 (onze mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e seis centavos), corresponde a aplicação do Índice INPC de 8,2725% do período de novembro de 2022 a setembro do corrente ano com fundamento art. 65, I, alínea b, §1º, da Lei nº. 8.666/93. Fundamento Legal: Lei n° 8.666/93. Data e assinaturas.

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Serviço de Engenharia nº 096/2021, Tomada de Preços nº 024/2021-PMI. Contratada: IMTRAFF Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda, CNPJ 08.103.958/0001-10. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultoria especializada na elaboração de estudo técnico e projeto básico para nova concessão da operação de transporte coletivo no município de Irati. Dos Prazos Contratuais: Fica prorrogado o prazo de execução do contrato em 06 (seis) meses, passando o vencimento de 16/05/2024 para 16/11/2024 e o prazo de vigência de 16/07/2024 para 16/01/2025. Fundamento Legal: Lei n° 8.666/93. Data e assinaturas.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Obra e Serviço de Engenharia nº 058/2024, Concorrência Eletrônica nº 008/2024-PMI. Contratada: Construtora Cathio Ltda, CNPJ 16.829.146/0001-84. Objeto: Pavimentação de vias urbanas em CBUQ, 8.375,53 m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos - SAM 091. Do Valor Contratual: Fica aditado ao valor contratual original de R$ 2.274.207,36 (dois milhões duzentos e setenta e quatro mil duzentos e sete reais e trinta e seis centavos), a importância de R$ 149.017,86 (cento e quarenta e nove mil, dezessete reais e três centavos), correspondente ao acréscimo de 6,55%, referente a inclusão de itens não previstos inicialmente no projeto, conforme parecer e fundamentação do setor técnico responsável. Fundamento Legal: Lei n° 8.666/93. Data e assinaturas.

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:B39315EB

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISOS DE LICITAÇÃO

Pregão, na forma presencial nº 113/2024. Processo Administrativo nº 241/2024.
Objeto: Registro de preços para aquisição eventual e parcelada de itens diversos de panificação, coffee break e refeições em marmitex e buffet.
Tipo: Menor Preço por Lote
Entrega dos envelopes e início da sessão: As 09h00min do dia 27/11/2024.
Local de acesso e participação: Rua Cel. Emílio Gomes, 22 – Centro.
Editais disponíveis em: https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/

Pregão, na forma eletrônica nº 114/2024. Processo Administrativo nº 252/2024
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e manutenção dos serviços de webmail corporativo e serviço de diretório- *active directory*.
Tipo: Menor Preço global
Recebimento e abertura das propostas: Até as 09h00min do dia 28/11/2024.
Sessão pública/lances: após análise das propostas.
Local de acesso e participação: www.comprasgovernamentais.gov.br

Editais disponíveis em: https://irati.eloweb.net/portaltransparencia/

Irati, 07 de novembro de 2024.

JORGE DAVID DERBLI PINTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:108759A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
ERRATA DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ERRATA DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2024
(Processo Administrativo Nº 012/2024)
(EDIÇÃO Nº 3149)
(CÓDIGO IDENTIFICADOR Nº 983AD90A)
(DATA DA PUBLICAÇÃO: 07 DE NOVEMBRO DE 2024).

Onde se lê: licitacao@camaracambara.pr.gov.br.

Lê – se: contato@camaraitambaraca.pr.gov.br.

Onde se lê: Bandeirantes, 06 de novembro de 2024.

Lê – se: Itambaracá, 06 de novembro de 2024.
.

Itambaracá, 07 de novembro de 2024.

CLAUDEMIR PELLEGRINI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ulysses Fernando Lordani Pereira
Código Identificador:EA894D5E

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5206/2024 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

Exercício: 2024
Decreto nº 5206/2024 de 05/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1978/2023 de 19/12/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 117.170,62 (cento e dezessete mil cento e setenta reais e sessenta e dois centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.007.00.000.0000.0.000.		PROGRAMA MERENDA ESCOLAR	
06.007.12.365.0019.6.010.		MERENDA ESCOLAR - PNAC	
245 - 3.3.90.32.00.00	31140	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	610,00
06.010.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.010.13.392.0021.2.034.		ATIVIDADES DEPTO DE CULTURA	
531 - 3.3.90.31.00.00	31053	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	58.046,69
532 - 3.3.90.31.00.00	31054	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	23.513,93
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.244.0037.2.050.		PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - IGD BOLSA FAMILIA	
293 - 3.3.90.30.00.00	31934	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
07.002.08.244.0038.2.074.		PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS/PAIF	
302 - 3.3.90.39.00.00	31934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15.000,00
Total Suplementação:			**117.170,62**

Artigo 2º - Para atender o Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0004.2.001.		MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEI	
3- 3.3.90.14.00.00	01000	DIÁRIAS - CIVIL	610,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.010.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.010.13.392.0021.2.034.		ATIVIDADES DEPTO DE CULTURA	
530 - 3.3.90.36.00.00	31053	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
509 - 3.3.90.39.00.00	31053	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	48.046,69
510 - 3.3.90.39.00.00	31054	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.513,93
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
07.002.08.244.0038.2.074.		PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CRAS/PAIF	
297 - 3.1.90.11.00.00	31934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	35.000,00
Total Redução:			**117.170,62**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado do Paraná, em 05 de novembro de 2024.

MONICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:07297298

GOVERNO MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
DECRETO Nº 5.207/2024 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

Exercício: 2024

Decreto nº 5207/2024 de 05/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1978/2023 de 19/12/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 5.415,39 (cinco mil quatrocentos e quinze reais e trinta e nove centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.010.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.010.13.392.0021.2.034.		ATIVIDADES DEPTO DE CULTURA	
533 - 3.3.90.31.00.00	1053	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	3.854,13
534 - 3.3.90.31.00.00	1054	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1.561,26
Total Suplementação:			**5.415,39**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita: 1.3.2.1.01.01.31.00000000	Fonte: 1053	3.854,13
Receita: 1.3.2.1.01.01.42.00000000	Fonte: 1054	1.561,26
Total da Receita:		**5.415,39**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de su publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de ITAMBARACÁ , Estado d Paraná, em 05 de novembro de 2024.

MONICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luiz Rogerio Dos Santos
Código Identificador:41883B8C

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2024
PREGÃO ELETRONICO PARA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 022/2024
Processo Administrativo nº 044/2024
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Material de Consumo e Equipamentos Hospitalar, Odontológicos, Fisioterapêuticos e Vigilância Sanitária, destinados a atender as necessidades das unidades de saúde pertencentes ao Município de Itambaracá-Pr.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná CNPJ/MF nº 76.235.738/0001-08;
CONTRATADA: AUTOMX SOLUÇÕES EIRELI-ME, com sede na cidade de SÃO CAETANO DO SUL-SP, sito à RUA: DOUTOR DANTE GLAUCUS DELEO, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19031878000112.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 2.204,00 (dois mil e duzentos e quatro reais).
DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2024.
PRAZO DE VIGENCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços (31/10/2024)
FORO:COMARCA DE ANDIRÁ-PR.
O Órgão gerenciador comunica que a publicação dos preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 099/2024 está disponível no site www.itambaraca.pr.gov.br-Licitações, conforme previsto no Edital.

Itamaracá, 07 de novembro de 2024.

MONICA CRISTINA ZAMBON HOLZMANN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:D02D1A70

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2024
PROCESSO ADM. Nº 047/2024

Para que produzam-se os efeitos legais em sua plenitude e com respaldo no inciso IV do art. 71 da Lei n° 14.133/2021, **HOMOLOGO** a decisão do Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio, devidamente designados pelo Decreto nº. 018/2024 de 23/02/2024, referente ao **Pregão Presencial nº 21/2024**, e **ADJUDICO** o objeto ora licitado, o qual resume-se por: *"***Aquisição Cestas Básicas de distribuição gratuita, destinadas aos programas de Assistência Social implantados nesta municipalidade***"* em favor das empresas HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, com cadastro CNPJ/MF sob o n.º 55.187.334/0001-08, no valor global de R$ 123.048,00 (cento e vinte e três mil e quarenta e oito reais).

Edifício da Prefeitura Municipal, em Itambé/PR, aos 06 de novembro de 2024.

VITOR APARECIDO FEDRIGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:4B031EE2

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

REF: CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 090/2024 - ID/TCE: 42799

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: GRANETO EMPACOTADORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ/MF: 38.063.834/0001-19

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, mediante entrega de forma parcelada, destinados à manutenção das Unidades Administrativas desta Municipalidade.

VALOR CONTRATUAL R$ 47.250,00 (quarenta e sete mil e duzentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Pregão Presencial Nº 20/2024 e Registro de Preços nº 12/2024.

Poder Executivo Municipal Gabinete do Prefeito, aos 07/11/2024.

VITOR APARECIDO FEDRIGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:B5E534C9

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

REF: CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 091/2024 - ID/TCE: 42800

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: V. J. PERIN & CIA. LTDA - ME
CNPJ/MF: 79.958.963/0001-52

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, mediante entrega de forma parcelada, destinados à manutenção das Unidades Administrativas desta Municipalidade.

VALOR CONTRATUAL R$ 187.936,90 (cento e oitenta e sete mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Pregão Presencial Nº 20/2024 e Registro de Preços nº 12/2024.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 07/11/2024.

VITOR APARECIDO FEDRIGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:FDE50111

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 161/24 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1420/2023 de 16/11/2023.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 385.000,00**(trezentos e oitenta e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE PESSOAL
04.001.11.124.0010.2.005. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PESSOAL
38 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ECOMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 15.000,00

04.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
04.002.04.122.0010.2.006. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
51 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00
53 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA 60.000,00

05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
05.001.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
05.001.04.124.0010.2.007. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
65 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ECOMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 10.000,00

05.002.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
05.002.04.124.0010.2.008. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
74 - 3.3.90.40.00.00 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ECOMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA 20.000,00

08.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
08.001.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
08.001.10.302.0003.2.029. MANUTENÇÃO UBS/UNIDADE BASICA DE SAUDE 24 HORAS
276 - 3.3.90.30.00.00 12494 MATERIAL DE CONSUMO 40.000,00
277 - 3.3.90.36.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAFÍSICA 10.000,00
279 - 3.3.90.39.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA 50.000,00
281 - 3.3.90.39.00.00 12494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA 30.000,00

08.001.10.302.0003.2.048. MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE
320 - 3.3.90.30.00.00 12494 MATERIAL DE CONSUMO 30.000,00
321 - 3.3.90.36.00.00 01303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAFÍSICA 20.000,00
325 - 3.3.90.39.00.00 12494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA 20.000,00

08.001.10.302.0003.2.067. MANUTENÇAO DA UBS/UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
355 - 3.3.90.30.00.00 12494 MATERIAL DE CONSUMO 20.000,00
359 - 3.3.90.39.00.00 12494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOAJURÍDICA 30.000,00
Total Suplementação: 385.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito abertopelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, oExcesso de Arrecadação;
Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000 Fonte: 1000 215.000,00
Receita:1.7.1.3.50.11.00.00000000 Fonte: 12494 170.000,00
Total da Receita: 385.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

VITOR APARECIDO FEDRIGO
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:33798933

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE
DECRETO 162 2024 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outra providências.

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suasatribuições legais e das que lhe foram conferidas pela LeiOrçamentária nº 1420/2023 de 16/11/2023.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 29.956,81 (vinte e nove mil novecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
05.003.00.000.0000.0.000. DIVISÃO DE TESOURARIA
05.003.04.123.0010.2.009. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TESOURARIA
645 - 3.3.30.93.00.00 3340 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 29.956,81
Total Suplementação: 29.956,81

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito abertopelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de suapublicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itambé, Estado do Paraná,em 07 de novembro de 2024.

VITOR APARECIDO FEDRIGO
Prefeito

Publicado por:
Luciani Maria Raniero Zampar
Código Identificador:0FEB0238

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 179/2024

DECRETO Nº 179/2024 DATA: 05.11.2024

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação da Política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Itapejara D'Oeste.

O Prefeito do Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de aprovação de uma Política para ampliação da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino,
DECRETA:
Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a aprovação e implantação da Política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Itapejara D'Oeste.
Art. 2º Fica aprovado o documento elaborado pela Comissão de Elaboração e Acompanhamento da Política de Educação Integral em Tempo Integral do município de Itapejara D'Oeste, em anexo, denominado de Política de Educação Integral em Tempo Integral – Itapejara D'Oeste/PR, o qual foi devidamente aprovado, em reuniões específicas, pelo Conselho Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB.
Art. 3º A administração municipal, através de todos os seus órgãos, deverá prestar toda a assistência necessária para o desenvolvimento do projeto de expansão da educação integral.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº108/2024, de 26.06.2024.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, aos 06 (seis) dias do mês de novembro de 2024.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE/PR DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL ITAPEJARA D'OESTE/PR

ITAPEJARA D'OESTE, 20 DE JUNHO DE 2024.

SUMÁRIO
1. DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL..... 4
1.1 INTRODUÇÃO..... 4
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO..... 5
1.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DADOS EDUCACIONAIS..... 5
1.2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA OFERTA DE ATENDIMENTO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE..... 5
1.3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS..... 6
1.3.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL..... 6
1.3.2 TEMPO AMPLIADO..... 7
1.3.2 EDUCAÇÃO..... 7
1.3.3 HOMEM..... 7
1.3.4 ESCOLA..... 8
1.3.5 MUNDO E SOCIEDADE..... 8
1.3.6 CULTURA..... 9
2. DEFINIÇÃO DE ESTRUTURA E EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA 9
3. PROJEÇÃO DE AUMENTO NA OFERTA..... 10
3.1 PRIORIDADES NA EXPANSÃO..... 10
4. DIRETRIZES PARA A MATRIZ CURRICULAR E ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DA JORNADA ESCOLAR 10
4.1 CURRÍCULO..... 10
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO TEMPO INTEGRAL E DEFINIÇÃO DA JORNADA ESCOLAR 11
5. DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS E DE SUAS MELHORIAS..... 12
6. DEFINIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA JORNADA..... 13
7. DEFINIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA..... 13
8. DIRETRIZES PARA A INTERSETORIALIDADE E A ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO
13
9. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO..... 14
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 18

1. DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

1.1 INTRODUÇÃO

O município de Itapejara D'Oeste, teve suas primeiras práticas de Educação Integral em Tempo Integral no ano 2009 em instituições de ensino fundamental, e após com a construção de uma creche em parceria com o FNDE-ProInfância, via SIMEC/PAR, iniciou o atendimento em tempo integral para a Educação Infantil em 2012. No ano de 2023 o município fez a adesão ao Programa Escola em Tempo Integral, do governo Federal, o qual tem como finalidade fomentar a criação de matrículas em tempo integral, na perspectiva da Educação Integral, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, com qualidade e equidade no acesso, na permanência e na trajetória escolar, considerando os estudantes em maior situação de vulnerabilidade social. Neste momento o município pactuou 20 matrículas, e teve possibilidade de pactuar mais10, totalizando 30 matriculas pactuadas e registradas no sistema SIMEC.

Fundamentam a organização da Política de Educação Integral em Tempo Integral, a Lei nº 14.640/2023, de 31 de julho de 2023, a qual marca sua instituição e determina sua coordenação pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC; a Portaria nº 1.495/2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em tempo integral e dá outras providências; e a Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, a qual define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da Educação Integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do programa, sendo que as mesmas possuem como pilares a proposta de Escola em tempo integral contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394 de 1996) e na Constituição Federal.

Atualmente, o município de Itapejara D'Oeste, possui 7 instituições municipais sendo elas: 03 Centros Municipais de Educação Infantil e 04 Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, dentre elas uma Escola do Campo. As modalidades de ensino são: Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, contando com o atendimento em Tempo Integral e Parcial, conforme segue:

INSTITUIÇÃO	TURMAS DE ATENDIMENTO	FORMATO DE ATENDIMENTO	NÚMERO DE ALUNOS
CMEI Criança Feliz	Crianças de 6 meses a 3 anos. Berçário, Maternal I, Maternal II, Maternal III.	Integral	102
CMEI Professora Junice	Crianças de 6 meses a 4 anos. Maternal I, Maternal II, Maternal III, Pré-Escola I.	Integral e Parcial	172
CMEI Pequeno Cidadão	Crianças de 4 anos a 5 anos. Pré-Escola I, Pré-Escola II.	Parcial	182
Escola Parigot de Souza - EIEF	Crianças de 4 anos a 7 anos. Pré-Escola I, Pré-Escola II, 1º ano, 2ºano.	Integral e Parcial	227
Escola Ir. Josafat Kmita – EIEF	Crianças de 7 a 10 anos. 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5ºano.	Integral	194
Escola Nereu Ramos - EIEF	Crianças de 5 anos a 10 anos. Pré-Escola II, 1º ano, 2ºano, 3º ano, 4º ano e 5ºano.	Parcial	587
Escola do Campo Valentim Biazussi - EIEF	Crianças de 4 anos a 10 anos. Pré-Escola I, Pré-Escola II, 1º ano, 2ºano, 3º ano, 4º ano e 5ºano. Multesseriadas.	Parcial	29

O Município tem atualmente, 1.493 alunos matriculados neste ano de 2024 na Rede Municipal de Educação, sendo 617 alunos na Educação Infantil e 876 alunos no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. Ressalte-se que no Paraná a organização e responsabilidade para a educação básica ficou dividida entre o Estado e os municípios da seguinte forma:

- Os municípios ficaram responsáveis pela Educação Infantil e os cinco primeiros anos do Ensino Fundamental I, 1º ao 5º ano.
- O Estado ficou responsável pelo Ensino Fundamental II, 6º ao 9º ano, e Ensino Médio.

Do total de alunos da Rede Municipal matriculados em 2024, 301 alunos da Educação Infantil estão participando da educação em Tempo Integral e 291 alunos do Ensino Fundamental I estão matriculados em Tempo Integral. Isto significa que 39,65% dos alunos da Rede Municipal de Educação do Munícipio de Itapejara D'Oeste, estão matriculados na Educação em Tempo Integral e, das 07 instituições de ensino municipais, 04 possuem atendimento em Tempo Integral, consequentemente, estão atendendo ao disposto na META 6 do Plano Nacional de Educação: "Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica".

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DADOS EDUCACIONAIS

O Município de Itapejara D'Oeste, de acordo com dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados de 2010 a 2022, possui área territorial de 254,014 km² (2022), população residente de 12.344 pessoas (2022), índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM, de 0,731 (2010), e PIB per capita de R$61.623,29 (2021).

No que se refere aos dados Educacionais, o município possui uma Avaliação Municipal Diagnóstica, bimestral, que traz aos professores e gestores a realidade de cada turma e aluno, com o objetivo de estabelecer Planos de Ação para melhorias de índices de aprendizagem e recomposição de aprendizagem. Na Avaliação de Fluência Leitora, alunos de 2º anos, o município obteve em 2023 na avalição de saída, 19% de Pré-leitores, 48% de Leitores iniciantes e 33% de Leitores Fluentes, na rede. Em 2024, na Avalição de Fluência Leitora de Entrada, obteve 32% de Pré-leitores, 59% de Leitores iniciantes e 9% de Leitores fluentes. Assim, o índice de Fluência Leitora em 2023 fechou em 6,7, e iniciou em 2024, com 5,3. Já na avaliação de Alfabetização (Compromisso Criança Alfabetizada), o município obteve o índice de 75,5. Na Prova Paraná do 5º ano, 1ª edição/2024, em Língua Portuguesa o índice municipal está em 66,5 e em Matemática 62,7.

Neste sentido, observando as ações avaliativas que são desenvolvidas na busca de dados para implementação de ações objetivando a melhoria da Educação Municipal, a proposta de Educação Integral em Tempo Integral já vem contribuindo com estes índices, visto que já acontece no município efetivamente desde 2010, a consolidação desta política vem de encontro com a consolidação de uma educação pública de qualidade.

1.2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA OFERTA DE ATENDIMENTO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE

No município de Itapejara D'Oeste, as primeiras práticas de Educação Integral em Tempo Integral iniciaram em 2009, em uma experiência na Escola Municipal P.P.V. Parigot de Souza, devido a necessidade de atender as crianças oriundas do bairro Guarani e arredores (bairros de famílias de condições socioeconômicas extremamente baixa), as quais permaneciam na escola durante todo o dia, recebiam alimentação e atendimento adequado. A partir 2010, o CESMAR – Centro Social Marista, do município de Itapejara D'Oeste, passou por uma reestruturação e alinhamento institucional, para que pudesse realizar o atendimento em parceria com a Prefeitura Municipal e Departamento Municipal de Educação, na perspectiva de ampliação da jornada escolar e formação integral das crianças. O atendimento passou a acontecer em dias sequenciais, de segunda a sexta feira, permanecendo no contra turno escolar, totalizando 20 (vinte) horas semanais, atendendo também os alunos da Escola Municipal Ir. Josafat Kmita, instituição de pequeno porte e que também atendia famílias em situação de vulnerabilidade. Desde então, foi solicitado o credenciamento das instituições para atendimento em Tempo Integral, junto ao Núcleo Regional de Educação de Pato Branco, permanecendo a parceria com o CESMAR para a oferta das oficinas que compunham a proposta.

Com a vinda de empresas no município, e o grande fluxo de famílias em busca de trabalho, bem como, em situação de vulnerabilidade social e econômica, o atendimento em Tempo Integral foi ampliado em número de vagas, modalidades e instituições.

Várias adaptações foram necessárias para que o CESMAR pudesse atender uma demanda significativa de nossos alunos contemplando assim, vários projetos elaborados juntamente com as contribuições dos educandos, dentro dos Macrocampos, conforme deliberações do Conselho Estadual de Educação. O atendimento era ofertado todos os dias da semana, a fim de, realizar um fortalecimento de vínculo com as famílias de modo a garantir o desenvolvimento integral da criança. Os projetos desenvolvidos no Centro Social Marista de Itapejara D'Oeste na perspectiva dessa política era chamado de Conviver Marista, contemplando as diretrizes da tipificação nacional, a proposta socioeducativa e também curricular centrada no princípio da educação integral, emancipatória solidária, fraterna, cultiva valores constantemente ressignificados pelo carisma Marista na relação com as demandas socioculturais, garantiam que os grupos de trabalho com crianças e adolescentes fossem construídos de forma a respeitar a faixa etária e também os grupos intergeracionais, bem como, as temáticas pedagógicas e sociais de maior necessidade dos educandos, aliadas à Proposta Curricular do Tempo Integral e Macrocampos. No final do ano de 2021 o Centro Social Marista, então nominado de Marista Escola Social, finalizou a parceria com o município de Itapejara D'Oeste, ficando a cargo do município a organização das atividades do tempo integral, para a Escola Ir. Josafat Kmita, conforme já estava acontecendo com a Escola P. P. V. Parigot de Souza, desde 2019. Assim, o Departamento Municipal de Educação, juntamente com as instituições de ensino realizaram a escuta ativa com toda a comunidade escolar, oportunizando que todos pudessem fazer parte da escolha das oficinas/projetos que a escola ofertaria objetivando conquistas, acesso, garantia, manutenção e a defesa de direitos humanos, pelo viés de experiência e constante reflexão sobre os valores.

Na Educação Infantil, o município iniciou com o atendimento em Tempo Integral no Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz em 2012, com algumas turmas da instituição (famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica) e em 2013, atendendo todas a turmas - crianças de 6 meses a 3 anos. O município ampliou o atendimento para Pré-escola, na Escola P.

P. V. Parigot de Souza e também no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Junice Forner Lucini, em 2022, instituição que foi construída com recursos próprios, devido à alta demanda para a Educação Infantil. Também na Educação Infantil, o município conta com grande demanda de famílias trabalhadoras e migrantes, que têm a necessidade do atendimento em Tempo Integral.

Conforme já supracitado, atualmente, há na Rede Municipal de Educação, 301 alunos da Educação Infantil matriculados em Tempo Integral e 291 alunos do Ensino Fundamental I. Isto significa que 39,65% dos alunos da Rede Municipal de Educação do Munícipio de Itapejara D'Oeste, estão matriculados na Educação Integral em Tempo Integral e, das 07 instituições de ensino municipais, 04 possuem atendimento em Tempo Integral, atendendo ao contido no Plano Municipal de Educação.

1.3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Compreender a Educação Integral como direito, significa romper com a separação entre escola e vida, articulando a prática social com a aprendizagem escolar, modificando a realidade em que a escola está inserida. De acordo com os materiais do Programa Escola em Tempo Integral, Entender a educação como direito e não como mercadoria nos faz reconhecer e valorizar os educandos, educadores e seus saberes, e compreender que eles são sujeitos culturais que trazem na bagagem conhecimentos construídos em suas experiências sociais. Isso significa entender que a escola se configura como um espaço de encontro de culturas e de saberes. Os conteúdos acadêmicos são vistos como valiosos instrumentos culturais que auxiliam na leitura, interpretação e transformação da realidade. Para isso, eles necessitam estar conectados com as práticas sociais e experiências vividas pelos sujeitos no território. Assim, na perspectiva da educação como direito, a ampliação do tempo, por si só, não garante uma Educação Integral. A integralidade da educação está tanto em compreender os sujeitos em suas várias dimensões de formação (cognitiva, física, social, emocional, cultural, ética, estética, entre outras), como em entender que a formação se dá em espaços diversos (na escola, no bairro, na cidade), que a prática social é experiência educativa e que, nos territórios, há saberes e conhecimentos que a escola precisa reconhecer, valorizar e dialogar (ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, 2024, P.7).

1.3.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL

Considerando o material do Programa Escola em Tempo Integral (2024), pensar em uma concepção de Educação Integral é pensar na própria natureza humana da Educação, sendo esta, totalmente relacionada ao desenvolvimento das demais potencialidades humanas – cognitiva, física, social, emocional, cultural e política – e também por meio da articulação de entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos, diversificação das experiências e interações sociais. Neste sentido, a proposta de Educação Integral pressupõe a ligação dos saberes escolares com o território, valorizando a cultura, a prática social e a histórias do local em que a instituições estão inseridas.

1.3.2 TEMPO AMPLIADO

De acordo com o Programa Escola em tempo Integral (2024), dentro da perspectiva de uma Educação Integral, faz-se necessário um maior tempo de atendimento, - Tempo Ampliado - de no mínimo 35h, o que favorece à ampliação e aprofundamento das aprendizagens e desenvolvimento pleno, por meio de um currículo integrado e integrador, o qual considera os estudantes como sujeitos de direitos e detentores de saberes, possibilitando a articulação de diferentes práticas educativas, sociais, culturais e esportivas em espaços dentro e fora da escola, com a participação da comunidade escolar nos processos educativos e na gestão escolar. Assim, considerando o atendimento em tempo ampliado ou em turno integral, a instituição de Tempo Integral reforça a função social da escola em todas as políticas educacionais, incumbindo à Educação Integral, a tarefa de garantir a todas as crianças e estudantes não apenas o acesso à escola, mas o acesso a linguagens, saberes e recursos diversificados e contextualizados nos processos de ensino e de aprendizagem.

1.3.2 EDUCAÇÃO

A Educação é entendida como um processo que se realiza em diferentes espaços, nas escolas ou fora delas, no entanto a escola se constitui como lugar de referência para a realização do processo educativo. Pinto (1997), baseado em uma perspectiva histórico-antropológica, trata a educação como um processo histórico que envolve dois sentidos: o ontogenético que compreende o processo pelo qual o indivíduo adquire sua essência, a sua condição humana; e filogenético que compreende a ação pela qual a sociedade se desenvolve a si mesma. A Educação assim, é um fenômeno próprio dos seres humanos, uma ação intencional que implica na produção da existência humana. A especificidade da Educação, conforme Saviani (2011, p. 12), "tem a ver com ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades". Estes conhecimentos são exteriores ao homem e lhe produzem sua natureza humana, ou seja, "(...) o trabalho

educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (SAVIANI, 2011, p. 13).
Deste modo, o objetivo da educação é a identificação e sistematização destes conhecimentos que precisam ser assimilados pelos homens. Ainda a Educação para uma abordagem histórico-social, possui "um sentido amplo – que se dá na família e na sociedade de um modo geral – e a educação em seu sentido restrito – tarefa específica da escola – são essenciais para o processo de formação humana" (TEIXEIRA E BARCA, 2017, p.32). Assim, para se apropriar dos conhecimentos da cultura humana, existe além da educação que é dada às crianças pela família e comunidade – educação informal -, há especificamente a educação escolar - educação formal - que é responsável pela transmissão do saber sistematizado.

1.3.3 HOMEM

O homem enquanto ser histórico e social, fruto das relações sociais que estabelece, busca na educação a formação da sua segunda natureza, a natureza humana. Para Leontiev (2004, p. 281) "o homem definitivamente formado possui já todas as propriedades biológicas necessárias ao seu desenvolvimento sócio-histórico ilimitado". Deste modo, não necessita mais das leis biológica para se desenvolver, a evolução ocorre conforme o desenvolvimento das leis sócio-históricas. Para o autor, cada geração começa, portanto, a sua vida num mundo de objetos e de fenômenos cridos pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas deste mundo participando do trabalho, na produção de diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram neste mundo (2004, p. 284). Ainda para o autor o processo de formação humana passa pelo processo de apropriação de todo desenvolvimento histórico da sociedade humana, ou seja, cada nova geração se apropria do que foi acumulado historicamente pelas gerações precedentes, tornando-se humano. Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (...) As gerações humanas morrem e sucedem- se, mas quilo que criaram passa às gerações seguintes que multiplicam e aperfeiçoam pelo trabalho e pela luta as riquezas que lhe foram transmitidas e "passam o testemunho" do desenvolvimento da humanidade (LEONTIEV, 2004, p.285) (grifos do autor). Por isso, ao nascer, as crianças entram em um mundo de cultura, que possui uma organização social, objetos, linguagem, valores e costumes, que são passados a elas por meio das relações sociais que ela participa e pelos processos educativos. Deste modo, partindo do conceito de Homem, o conceito de Infância em uma perspectiva histórico-cultural, se caracteriza como um período de tempo em que as crianças estão conhecendo e desvelando o mundo a sua volta. Por meio das relações sociais estabelecidas, é no tempo da infância que as crianças se apropriam inicialmente das criações humanas às quais precisam dominar para ao mesmo tempo desenvolver em si estas qualidades (Pederiva, Costa e Mello, 2017). A criança aqui também é entendida como um ser histórico e social, que aprende e se desenvolve conforme as práticas estabelecidas com seus pares. Para Teixeira e Barca, "a infância do ser humano é mais longa e complexa do que a dos outros animais, justamente pela necessidade de a criança converter as suas funções psicológicas elementares em funções psicológicas superiores sob a ação da cultura, a partir de sua atividade no contexto das relações sociais" (2017, p.33). As crianças são diferentes e frutos da realidade social a qual pertencem. O desenvolvimento de sua personalidade, no entanto, "não é um reflexo direto da comunidade a que pertence, mas resultado de uma síntese dialética ente a personalidade e o meio em que a criança é elemento ativo na definição da influência do meio sobre seu desenvolvimento" (TEIXEIRA e BARCA, 2017, p. 31). Assim, para uma educação que valorize o tempo da infância é preciso que professoras e professores sejam, conscientes das relações sociais que as crianças vivem, conhecendo seu aluno, a sua realidade e organizando o ensino de forma a atender e potencializar as vivências das crianças.

1.3.4 ESCOLA

A escola, de acordo com Silva (2011), da forma como a conhecemos hoje, é originária da sociedade burguesa, responsável pela adaptação dos indivíduos a esta sociedade, possuindo o papel de produzir os hábitos, valores e ideias próprios deste tipo de sociedade - Capitalista. Na instituição escolar é possível identificarmos diferentes modos de ser, agir e pensar, atrelados, entretanto aos pensamentos do grupo dominante. No entanto, a escola é aqui defendida como lugar de conhecimento. Ela é, de acordo com Saviani (2011), uma instituição que tem como papel a socialização do saber sistematizado. A ela, diz respeito ao "conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular" (idem, p. 14). É sabido que a cultura popular é importante e faz parte da realidade dos sujeitos estudantes, no entanto, ao que se refere à escola enquanto espaço de conhecimento, é indiscutivelmente o ensino dos conhecimentos científicos. É preciso que escola mostre aos alunos o saber científico que está inserido no saber popular. A escola necessita organizar os saberes científicos em conteúdos escolares e sistematizá-los em um currículo. É desta forma que poderá superar os pensamentos dominantes e promover uma legítima formação humana, para todas as áreas de conhecimento, formando um aluno crítico, que de posse do saber científico, pode transformar sua realidade e construir uma sociedade melhor.

1.3.5 MUNDO E SOCIEDADE

Observando os conceitos de educação e homem que defendemos e queremos formar, é preciso também compreender para qual sociedade, ou para que mundo, os estamos formando, ou ainda para que tipo de sociedade os queremos formar. A sociedade a que pertencemos é a Sociedade Capitalista, que se constituiu historicamente a partir da formação dos burgos e do renascimento do Mercantilismo. Com o aumento do comércio e a necessidade de maior produção, os pequenos artesãos aumentaram seus espaços dando lugar as manufaturas. Ainda com o aumento populacional e do comércio, a revolução industrial deu origem a produção em larga escala e a divisão social do trabalho. Agora o artesão que tinha totalmente o domínio do processo de produção, passa a ter domínio apenas de uma parte da produção. A formação da social Capitalista então se dá necessariamente por uma sociedade dividida em classes, os donos dos meios de produção e os trabalhadores. Hoje a nossa sociedade ainda é regida pelo modelo de produção Capitalista, sendo a escola pública como a conhecemos hoje, também resultado da necessidade de instrução aos operários das fábricas e da adaptação a este modelo de sociedade. Uma sociedade dividida em classes, onde também o conhecimento e os bens produzidos são divididos de forma desigual. No entanto, qual sociedade queremos formar? Pensando em uma formação humana integral, que dê ao homem o desenvolvimento das múltiplas potencialidades, a sociedade Capitalista deixa a desejar neste processo. Conforme o dicionário do pensamento Marxista a palavra "sociedade" tem três sentidos, que se distinguem contextualmente, para referir- se a fenômenos distintos, mas que se relacionam, são eles: a sociedade humana, ou "humanidade socializada" enquanto tal; tipos historicamente existentes de sociedade (por exemplo, a sociedade feudal ou a sociedade capitalista), e qualquer sociedade particular (por exemplo, a Roma antiga ou a França moderna). Conforme Bottomore (2013) o que há de característico na concepção de Marx é que ela parte da ideia de seres humanos que vivem em sociedade. Nos Manuscritos econômicos e filosóficos (1844), Marx escreve: "Mesmo quando realizo um trabalho científico (…) realizo um ato social, porque humano. E não apenas porque o material de minha atividade – como a própria linguagem que o pensador usa – me é dado como um produto social. Minha própria existência é uma atividade social"; e prossegue dizendo que devemos evitar postular a "sociedade" como uma abstração confrontada com o indivíduo, "pois o indivíduo é um ser social" (BOTTOMORE, p. 2013).

1.3.6 CULTURA

A cultura envolve todos os elementos produzidos pelos homens ao longo da história. Ela não se restringe, conforme Barros e Pequeno (2017, p. 77), a apenas ter conhecimento sobre artes e festividades. (...) ter cultura é estar enraizado na produção histórica da humanidade, ou seja, naquilo que nos constitui como seres humanos sociais. Enraizar-se na cultura, implica estar permeado por ela, constituído pelos elementos culturais que nos foram apresentados desde o nascimento e que permitem que nos reconheçamos, por meio do nosso comportamento social, como seres humanos. Esta cultura produzida é resultado de todo trabalho humano que nos antecedeu. No entanto, relacionando com a educação escolar, nem tudo o que é produzido pela humanidade e faz parte da cultura de um povo pode ser considerado como conteúdo escolar. Concordamos com Barros e

Pequeno (2017, p. 79), quando nos dizem que: "quando tratamos de educação, a cultura tem um papel fundamental". É por meio das relações sociais que ocorrem entre a cultura e os sujeitos, que se dá a apropriação da mesma. A cultura acumulada historicamente já está presente no mundo e nas relações sociais quando uma criança nasce. Já existem a comunicação, as brincadeiras, os objetos, as ferramentas, as tecnologias, a divisão de trabalho etc. (...) A cultura representa a síntese do que é social. Portanto, quando apresentamos às crianças um livro, apresentamos o acúmulo histórico que proporcionou a fixação da palavra ao texto, ao modo como a sociedade configurou a guarda de seus conhecimentos (idem, p. 80-81). Assim, a cultura faz parte de tudo o que o homem produziu durante seu desenvolvimento biológico, histórico e social. Ela é o legado que nossos antepassados deixaram e nos formaram como somos hoje. Cada instrumento, objeto, costume, religião, ciência, organização social, é resultado do trabalho, primeiramente para transformar a natureza e posteriormente no desenvolvimento da sociedade. Deste modo, conforme Barros e Pequeno (2017, p.81), a Teoria Histórico-Cultural, diz que o papel da educação (da escola e do professor) é justamente possibilitar experiências com a cultura para o desenvolvimento humano. Nesta perspectiva, não se espera que as crianças estejam prontas fisicamente e intelectualmente para que possam aprender algo. Pelo contrário, é a cultura, desde os primeiros minutos de vida de um bebê, que dá suporte e impulsiona o desenvolvimento, alterando a forma e, conforme a citação acima, não se trata de apresentar às crianças pequenas o mais simples, o menos elaborado da cultura. Ao contrário, trata-se de apresentar as formas finais – as formas mais desenvolvidas da cultura -, pois "algo que deve se construir bem ao final do desenvolvimento", "influencia o início desse desenvolvimento" (grifos dos autores). Deste modo, a cultura será repassada na escola pelos conteúdos escolares, os quais darão subsídios para a apropriação dos conhecimentos e da formação humana.

2. DEFINIÇÃO DE ESTRUTURA E EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA

Organizado o Grupo de Trabalho e composta a Comissão de Elaboração e Acompanhamento da Política de Educação em Tempo Integral para este objetivo e após ouvidos todos os demais órgãos da educação e do Poder Executivo, foi concluído este trabalho a fim de ser enviado ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho Municipal do Fundeb para devida apreciação e aprovação, bem como ao Conselho Estadual de Educação para devida apreciação e elaboração de parecer.

Segue a composição da Comissão de Elaboração e Acompanhamento da Política de Educação em Tempo Integral do município de Itapejara D'Oeste, conforme Portaria 2120/2024, de 10 de abril de 2024:

1. Diretora do Departamento Municipal de Educação e Esportes: Andréia Antunes Alves
2. Representante dos Diretores de Escolas em Tempo Integral: Franciele Tércia Gnoatto
3. Representante dos Diretores de Centros Municipais de Educação Infantil em tempo Integral: Ellen Luci Piloneto
4. Representante da Equipe Pedagógica do DME: Mareli S. de Souza Mitrut
5. Representante dos Coordenadores Pedagógicos: Osmarete Silvane Caragnato Lunardi
6. Representante do Conselho Municipal de Educação: Patrícia Gnoatto

7. Representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB: Simone Aparecida dos Santos.

3. PROJEÇÃO DE AUMENTO NA OFERTA

Em relação à expansão da oferta da Educação Integral em Tempo Integral, independente da ter ou não atingido a Meta do PNE, o que deve acontecer de forma gradativa, o planejamento ora elaborado, estabelece que:

a) Até o ano de 2025 as matrículas na Educação em Tempo Integral devem atingir, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, conforme estabelecido na META 6 do Plano Nacional de Educação;

b) A partir do ano de 2026 o número de matrículas na Educação em Tempo Integral deve aumentar gradativamente, de modo que, em 2028, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos alunos estejam frequentando o ensino integral;

c) O município propõe que, a partir do ano de 2030, a Educação em Tempo Integral abranja 100% (cem por cento) dos alunos da rede municipal de ensino, cuja as famílias tenham interesse na matrícula nesta modalidade de ensino.

3.1 PRIORIDADES NA EXPANSÃO

Como a implantação da Educação Integral em Tempo Integral é gradativa, faz-se necessário estabelecer uma ordem de prioridade para esta expansão das matrículas. Na primeira fase da Educação Infantil, denominada de creche e que atende crianças de zero a três anos de idade, a implantação do ensino integral deve priorizar crianças em condições de risco social, as que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as crianças cujo pai e mãe trabalham fora de casa, de acordo com o Decreto Municipal nº169/2019, de 11.12.2019.

Na segunda fase da Educação Infantil, denominada de pré-escola, destinada para crianças de quatro e cinco anos de idade, de matrícula obrigatória para crianças com quatro anos completos ou a completar até a data de 31 de março, o ensino em período integral deverá ser oferecido as crianças desta faixa etária, bem como, o ensino em tempo parcial, conforme a necessidade e desejo das famílias, completando prioritariamente as vagas destinadas à esta modalidade no Tempo Integral.

No Ensino Fundamental I, a implantação da Educação Integral em Tempo Integral mantém-se em turno único, com a possibilidade de ampliação de jornada nas instituições que tenham esta disponibilidade, atendendo prioritariamente às crianças em condições de risco social, as que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as crianças cujo pai e mãe trabalham fora de casa, preenchendo prioritariamente as vagas ofertadas nesta modalidade de ensino, sendo oferecido também a educação em período parcial, às famílias que assim desejarem. As crianças pertencentes à Educação Especial, também são atendidas no Tempo Integral, articulando os momentos de terapias, consultas e especificidades de cada criança, de acordo com as suas necessidades, sendo matriculadas conforme solicitação das famílias e critérios já
mencionados.

É necessário que a direção, equipe pedagógica e professores da instituição façam um trabalho educacional junto aos pais, esclarecendo a importância da Educação Integral em Tempo Integral para seus filhos, para que, entendendo a proposta, os pais possam contribuir com a qualidade da Educação em Tempo Integral de sua comunidade escolar.

4. DIRETRIZES PARA A MATRIZ CURRICULAR E ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DA JORNADA ESCOLAR

Considerando a importância da organização curricular e dos tempos para a Educação Integral em Tempo Integral, segue a definição de currículo e a organização do mesmo na Rede Municipal de Educação, para esta modalidade de ensino.

4.1 CURRÍCULO

O currículo se refere a parte da cultura que se tornou escolarizada. Por sua dimensão normativa, ele é um elemento de organização escolar, que incorpora as práticas e ideias dominantes que emergem da sociedade vigente (SILVA, 2011). As teorias que definem o conceito de currículo têm diversas vertentes e atendem a diversos interesses. As teorias tradicionais, em que o trabalho educacional deveria ser baseado nos modos industriais de produção, e que se remetem a obtenção de resultados, atingir objetivos, do mesmo modo que formar um homem para a produção e o trabalho. As teorias críticas do currículo, ao contrário, colocam em xeque as teorias tradicionais, questionando ao modelo de formação social dominante e propondo um modelo um modelo de organização curricular em que o saber científico seja transposto didaticamente. Estas teorias entendem o currículo como um campo de resistência, em que os conhecimentos dominantes possam fazer parte da cultura popular, possibilitando a superação de uma escola fragmentada e técnica, onde o saber serve para a formação humana como um todo. Já as teorias pós-críticas do currículo o entendem como um campo de disputa de poder. Fundamentado no pós- estruturalismo, o currículo revela questões particulares do pensamento, trazendo as questões das minorias no

palco da disputa de poder, utilizando palavras marcantes como subjetividade, individualidade, gênero e diferença para identificar suas ideias (SILVA, 2011). O currículo aqui defendido, é estruturado a partir da organização do saber sistematizado. Ao contrário da ideia de currículo como conjunto de atividades desenvolvidas pela escola, ou da organização de disciplinas, ou de currículo como tudo o que a escola faz, entendemos currículo como instrumento de acesso ao saber elaborado. Se tivermos um currículo fundamentado em atividades ou datas comemorativas, obviamente estaremos trabalhando e fazendo muitas coisas na escola, no entanto, conforme Saviani (2011, p.15) o ano letivo encerra-se e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Isto quer dizer que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado. O saber sistematizado corresponde ao saber clássico, aquele que se perpetuou durante o tempo e é indispensável para a formação humana. Pois, de acordo com Saviani (2011, p.17) Ora, clássico na escola é a transmissão- assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir. É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. E aqui nós podemos recuperar o conceito abrangente de currículo: organização do conjunto de atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria. Assim, o currículo compreende todas as ações de ensino-aprendizagem, utilizando o saber sistematizado e voltadas para a formação humana que são organizadas no tempo e espaço escolar.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO TEMPO INTEGRAL E DEFINIÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

As instituições de ensino com Educação Integral em Tempo Integral deste município, como já possuem autorização para esta modalidade junto ao Núcleo Regional de Educação – NRE Pato Branco apresentam nos Projetos Políticos Pedagógicos e na Proposta Pedagógica Curricular, tanto do Ensino Fundamental, quanto da Educação Infantil, por fundamento as diretrizes emanadas pelo Conselho Estadual de Educação em relação à Base Nacional Comum Curricular, obedecendo ao disposto na Deliberação nº 03/2023 CEE/PR, bem como de normas complementares emitidas pela Secretaria Estadual de Educação.

Em base, a Educação Infantil possui em sua Proposta Curricular para a Educação a sua fundamentação nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Resolução nº02/2009), na Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2017) e no Referencial Curricular do Paraná (2018). Observando a DCNEI, que estabelece como seus eixos estruturantes e norteadores da prática pedagógica as "Interações e a Brincadeira", a BNCC retoma estes eixos. Ainda o município utiliza em sua Proposta Pedagógica Curricular, os Direitos de Aprendizagem, fundamentais para o desenvolvimento infantil, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer- se.

A Base Nacional Comum Curricular organiza os conhecimentos e os objetivos de aprendizagem da Educação Infantil, em cinco Campos de Experiências que "constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural" (BRASIL, 2017, p. 38), sendo eles: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimento; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Traços, sons, cores e formas; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Deste modo, a organização curricular para a Educação Infantil de Itapejara D'Oeste está pautada nos cinco Campos de Experiências, articulando-os aos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, observando as práticas e mediações propostas pelo documento Campos de Experiências – Efetivando direitos e aprendizagens na Educação Infantil (2018). A jornada escolar se caracteriza como turno único, ultrapassando o quantitativo de horas mínimas diárias.

Para o Ensino Fundamental I, a Proposta Pedagógica Curricular da rede Municipal de Educação, é fundamentada na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) que apresenta as aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo de sua vida. A Proposta Pedagógica Curricular, portanto, é fundamentada nos pressupostos do Referencial Curricular do Paraná (2018), especialmente nos Direitos e Aprendizagem Gerais para a Educação Básica, que ampliam as 10 competências gerais trazidas pela BNCC.

Estes direitos que perpassam todas as disciplinas e conteúdos e buscam desenvolver a criança para a vida, representam a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos.

Em relação ao currículo da escola de tempo integral, ele deve ser concebido como um projeto educativo integrado, percebendo uma jornada escolar em Turno Único, de no mínimo, sete horas diárias, podendo ser feita mediante o desenvolvimento de atividades como as de acompanhamento e apoio pedagógico, e aprofundamento da aprendizagem, experimentação e pesquisa científica, cultura e artes, esporte e lazer, tecnologias da comunicação e informação, afirmação da cultura dos direitos humanos, preservação do meio ambiente, promoção da saúde, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e áreas de conhecimento, bem como as vivências e práticas socioculturais de cada estudante. Para que aconteça o tempo integral na perspectiva que temos, a instituição conta com oficinas/projetos que vem de encontro com o processo de ensino/aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças, bem como seu desenvolvimento social, emocional desenvolvendo assim a sua autonomia, objetivando:

• Autonomia dos educandos para realizar tarefas;
• Desenvolvimento e valorização de hábitos de cuidado com a própria saúde e bem estar;
• Fortalecimento de vínculos afetivos e de trocas, ampliando sua rede de relacionamento e de sua convivência social;
• Observação e exploração do ambiente tendo atitudes que contribuam para sua conservação
• Apropriação e utilização de diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e
escrita)
• Garantir à criança o direito fundamental de aprender a ler e escrever, de acordo com a

Base Nacional Comum Curricular (2017), a qual, sistematiza-se que a alfabetização das crianças deve ocorrer, preferencialmente nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, e desenvolver- se, ao longo dos três anos seguintes.

Assim, as oficinas/projetos do Tempo Integral do Ensino Fundamental I, são divididas em macrocampos de acordo com o Anexo I da Instrução Normativa 16/2018 – SUED/SEED, que regulamenta a oferta da Educação em Tempo Integral nos Anos Iniciais do ensino Fundamental, conforme listagem abaixo: Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Esporte e Lazer; Acompanhamento Pedagógico; Educação em Direitos Humanos; Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável; Comunicação, Uso das Mídias e Cultura Digital e Tecnologias. A jornada escolar se dá em Turno Único, ultrapassando o limite mínimo diário de 7h.

Na organização pedagógica dos cursos, para a continuidade da Educação em Tempo Integral do município, o Departamento Municipal de Educação irá incluir eventuais programas desenvolvidos por outras Secretarias ou órgãos da administração municipal, como a de Esportes e Lazer, Cultura ou Assistência Social, desde que tenham relação com os objetivos do curso e sejam acompanhados pela coordenação pedagógica. Esta prática, além de reduzir os custos, fortalecerá a intersetorialidade decorrente de uma maior integração entre as secretarias ou órgãos públicos, mesmo que externos ao Poder Executivo Municipal.

5. DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS E DE SUAS MELHORIAS

A Educação Integral em Tempo Integral exige mais espaço físico para sua aplicação do que o ensino regular. Por isso, o planejamento para a implantação gradativa do ensino integral deverá obedecer aos seguintes critérios e prioridades:
a) utilização de todos os espaços físicos disponíveis na própria instituição de ensino;
b) utilização de espaços físicos da comunidade, mantidos ou administrados pelo Poder Público Municipal, Estadual ou Federal;
c) utilização ou locação de espaços particulares.
O Departamento Municipal de Educação, juntamente com os demais Departamentos e Secretarias Municipais deverá elaborar um planejamento a curto e médio prazo para a ampliação das instalações nas instituições de ensino, de modo que todas as atividades escolares sejam desenvolvidas na própria instituição. Ainda o Município oferece quatro refeições diárias aos alunos matriculados na educação integral, sendo um café da manhã na chegada dos alunos à instituição,

o almoço, sobremesa no início da tarde e lanche no final da tarde. Os alunos matriculados em turno único, fazem as quatro refeições nas respectivas instituições e/ou espaços destinados às atividades.
Compete à Administração Municipal e ao Departamento Municipal de Educação colocar à disposição da instituição todo o material pedagógico necessário para a execução, tanto das disciplinas regulares, quanto, e principalmente, do material pedagógico para as disciplinas da parte diversificada, como as atividades, projetos e oficinas.

6. DEFINIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E SUA JORNADA

O corpo docente, para atuação nas instituições de ensino que possuem a educação em Tempo Integral, possui a habilitação para o magistério nos termos do que dispõe o Plano de Carreira Municipal. Excepcionalmente, para atividades ou oficinas da parte diversificada, em especial, de esporte ou cultura, o trabalho poderá ser executado diretamente por profissional com conhecimento técnico, porém sem a habilitação para o magistério. Neste caso, suas atividades deverão ser supervisionadas diretamente por outro professor habilitado ou pela coordenação pedagógica responsável da instituição.
Preferencialmente, a atuação dos profissionais nas instituições que oferecem Educação em Tempo Integral deve ser também com dedicação integral na escola – 40h semanais -, com exceção dos profissionais que atuam com atividades ou disciplinas especificas.
A atuação na Educação Integral em Tempo Integral compreende um trabalho educacional diferenciado, pois seu objetivo, como o próprio nome indica e se constitui numa filosofia educacional muito mais abrangente, necessita de atividades diversificadas específicas.
O Departamento Municipal de Educação deverá organizar cursos periódicos específicos de capacitação, tanto para os profissionais do magistério, quanto para os profissionais de apoio escolar.

7. DEFINIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

A Política de Educação Integral em Tempo Integral incide na grande quantidade de investimentos para que toda a logística em torno de sua organização, implementação e ampliação aconteça de modo satisfatório, atendendo a todas as áreas pelas quais há necessidade como: Alimentação, transporte, professores, serventes e merendeiras, equipes gestoras, brinquedos, jogos, materiais pedagógicos e infraestrutura. Assim para atendermos com efetividade e qualidade, seguem as fontes de financiamento e dotação orçamentárias vigentes que possuem empenhos nas instituições municipais que ofertam Tempo Integral:
Fontes: 101 e 102 – FUNDEB;
Fontes: 103 e 104 – Recursos Livres do 25%; Fonte: 123 Transporte Estadual;
Fonte: 1042 – PNAE Alimentação Escolar; Fonte: 107 – Salário Educação;
Fonte: 1041 – Transporte Escolar PNATE,
Fonte: 1044 – Programa Escola em Tempo Integral.

8. DIRETRIZES PARA A INTERSETORIALIDADE E A ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO

O desenvolvimento integral dos educandos não pode ser enfrentado sem um trabalho articulado de atores sociais e institucionais, ou seja, entre as pessoas, instituições e políticas que constituem a vida dos estados, municípios e comunidade. E é o diálogo entre esses diversos setores que permite construir um conjunto de ações integradas, capazes de responder com maior eficiência aos desafios propostos pela Educação Integral. Neste sentido se faz necessário a formação de uma rede intersetorial (com habilidades e expertises diversas) capaz de olhar para as diversas dimensões de um indivíduo: física, intelectual, social, afetiva e simbólica, além da Rede Intersetorial de Proteção que já é atuante no município. Em suma, a realização da educação integral convoca as diversas políticas setoriais a atuarem em conjunto, definindo planos e/ou ações estruturados, responsabilidades e papeis dos envolvidos e instrumentos de monitoramento e avaliação da própria estrutura de rede.
Na perspectiva da educação integral, a intersetorialidade deve fazer parte de sua concepção e estrutura, tomando como princípio a necessidade de todos – sociedade, escola, serviços e poder público – atuarem coletivamente e de forma interdependente para um mesmo fim, e no território. Assim a intersetorialidade na Educação Integral articula pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas, projetos de modo igualitário, democrático e solidário. Ela instaura uma forma de organização baseada na colaboração e na divisão de responsabilidades e competências, uma nova articulação política que prevê uma aliança estratégica entre os atores sociais (pessoas) e forças (instituições).

9. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Nenhum planejamento a médio e longo prazo pode ser considerado definitivo, por esse motivo, periodicamente deve ser reanalisado adaptado às novas considerações sem, no entanto, desfazer ou alterar seu âmago, seu objetivo básico.
Neste sentido, o município e a rede Municipal de Educação, juntamente com a Comissão de Elaboração e Acompanhamento da Política de Educação em Tempo Integral, irão elaborar relatório anual de Monitoramento e Avaliação desta Política, preferencialmente no mês de dezembro de cada ano, utilizando como base de dados a organização municipal para o Tempo Integral do ano em o relatório está sendo elaborado, a base de dados do Sistema SERE, as listas de matrículas e de espera por vagas, bem como os dados dos itens 3: Projeção de Aumento de Oferta do Tempo Integral e as prioridades de expansão, deste documento, como critério para análise. Ainda, servirá como orientativo as demandas do Programa Escola em Tempo Integral, suas Resoluções, Portarias e adequações necessárias ao longo dos períodos de avaliação.
É esta a Política para a Educação Integral em Período Integral que este Município irá adotar, como diretrizes para todas as suas ações a respeito.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Daniela; PEQUENO, Saulo. Cultura, Educação e Desenvolvimento Humano. In: COSTA, Sinara A.; MELLO, Suely A (orgs). Teoria Histórico-Cultural na Educação Infantil: conversando com professoras e professores. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2017.
Lei Municipal nº 1588/2015 – Plano Municipal de Educação.
BATTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento Marxista. Zahar, 2013. Tradução: Waltensir Dutra Revisão técnica e pesquisa bibliográfica complementar: Antonio Monteiro Guimarães. Edição digital: abril 2013 ISBN: 978-85-378-0611-1
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96, 20 de Dezembro de 1996. BRASIL. Portaria nº 1.495, de 2 de Agosto de 2023. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.
BRASIL. Portaria nº 2.036, de 23 de Novembro de 2023. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.
BRASIL. Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: https://

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm. Acesso em: 21 jan. 2018.
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação-Brasília/DF, dezembro, 2017. CEE/PR. Referencial Curricular do Estado do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba, PR: Conselho Estadual de Educação, 2018.
Deliberação 02/2014 CEE - Normas e Princípios para a Educação Infantil no Sistema de Ensino do Estado do Paraná.
Deliberação 02/2018 CEE - Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
Deliberação 03/2018 - Normas complementares que instituem o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, com fundamento na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e orientam a sua implementação no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná.
ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL. Coleção: Texto de referência para a Formação Continuada de Secretários (as) de Educação e Equipes Técnicas de Secretarias no âmbito do programa Escola em tempo integral - MÓDULO 1: Programa Escola em tempo integral (ETI), SEB-MEC. Brasília- DF, 2024.
IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. https://www.ibge.gov.br/cidades-e- estados/pr/itapejara-doeste.html Acesso em: 29/05/2024.

Instrução Normativa Conjunta Nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED - Dispõe sobre o Projeto Político-Pedagógico, a Proposta Pedagógica Curricular, o Regimento Escolar, o período letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
LEONTIEV, Alexei R. O homem e a cultura. In: LEONTIEV, Alexei R. O desenvolvimento do psiquismo. 2004.
MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política – Livro I. 3 ed. – São Paulo: Nova Cultural, - coleção; Os economistas, 1988.
PEDEREIVA, Patrícia L. M.; COSTA, Sinara A.; MELLO, Suely A. Introdução – uma teoria para orientar nosso pensar e agir docentes na educação infantil. In: COSTA, Sinara A. MELLO, Suely A (orgs). Teoria Histórico-Cultural na Educação Infantil: conversando com professoras e professores.
1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2017.
PPP. Projeto Político-Pedagógico, Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, 2023. PPP. Projeto Político-Pedagógico, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Junice Forner Lucini, 2023.
PPP. Projeto Político-Pedagógico, Escola Municipal Irmão Isidoro Dumont - EIEF, 2023.
PPP. Projeto Político-Pedagógico, Escola Municipal Professor Pedro Viriato Parigot de Souza - EIEF, 2022.
PINTO, Á. V. Sete lições sobre educação de adultos. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
SAVIANI, Dermerval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
SILVA, Monica R. Perspectivas Curriculares Contemporâneas. Curitiba: Ibpex, 2011.
TEIXEIRA, Sônia R.; BARCA, Ana Paula A. Teoria Histórico-Cultural e Educação Infantil: concepções para orientar o pensar e o agir docentes. In: COSTA, Sinara A.; MELLO, Suely A (orgs). Teoria Histórico-Cultural na Educação Infantil: conversando com professoras e professores.

1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2017.

Itapejara D'Oeste, 06 (seis) de novembro de 2024.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL DO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:D53AC55F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D' OESTE - PR

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapejara D´Oeste, Estado do Paraná, Jonas Ferreira de Andrade, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2024
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ITAPEJARA D´OESTE
CONTRATADA: CEAP BRASIL E LOPES SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA

CLAUSULA PRIMEIRA:
VALOR
O valor do contrato fica aditivado supressão de valores ao total de **R$ 6.000,00 (Seis mil reais) a ser pago em parcela única, após a entrega integral do objeto.**

CLÁUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original e seus aditivos.
As partes, de pleno acordo, assinam o presente Aditamento de Contrato, com as testemunhas presentes no ato, a fim de que produzam efeitos legais.

CLAUSULA TERCEIRA:
JUSTIFICATIVA
Destaca-se que nos últimos meses foram realizados os procedimentos para a modernização do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste – PR, durante os estudos foram encontrados desincompatibilização da Lei Orgânica vigente e o novo Regimento, portanto, necessita-se desta compatibilização através de Emenda à Lei Orgânica.

Itapejara D´Oeste - PR, em 07/11/2024.

JONAS FERREIRA DE ANDRADE
Presidente

Publicado por:
Marcus Vinicius Braz Santos
Código Identificador:1C46C9AB

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2024

CANCELAMENTO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90052/2024
O Município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, o cancelamento do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90052/2024, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho, destinados a realização de exames complementares e periódicos dos funcionários públicos da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR.
O cancelamento se deve a necessidade da alteração dos documentos de habilitação exigidos tendo em vista a análise de pedido de impugnação recebido de empresa interessada.

Itapejara D'Oeste-PR, 07 (sete) de Novembro de 2024.

DAIANI HOFFMAN
Agente de Contratação - Decreto N° 046/2024

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:0CD23E23

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 180/2024

DECRETO N° 180/2024

DATA: 07.11.2024

SÚMULA: Convoca a 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente.

O Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de elaborar proposições sobre emergência climática para subsidiar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima,
DECRETA:
Art. 1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, a ser realizada no dia 02 de dezembro de 2024, com inicio as 13h00 (treze horas) e término as 18h00 (dezoito horas), local: Centro de Evento Prefeito Victor Getúlio Piazza, tendo como tema central: "Emergência climática: o desafio da transformação ecológica", em conformidade com a Portaria do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) nº 1.079, de 10 de junho de 2024, que convoca a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - 5ª CNMA.
Art. 2º As despesas decorrentes da realização da Conferência Municipal do Meio Ambiente correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de meio ambiente.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de 2024.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:627DBA3A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 806 A Nº 814/2024

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 806/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Iseni da Rosa com acompanhante. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 02/11/2024 as 05h00 e retorno dia 02/11/2024 as 16h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$125,00. Transporte utilizado: Cronos (Oficial). Finalidade da viagem: Procedimentos. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: H. Universitário. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 01.11.2024.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 807/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Miguel, Elizandra e Sidnei Schuastz. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 04/11/2024 as 05h00 e retorno dia 04/11/2024 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$125,00. Transporte utilizado: Cronos (Oficial). Finalidade da viagem: Procedimentos. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: H. Universitário. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 01.11.2024.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 808/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Marieli Carvalho com acompanhante. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 07/11/2024 as 04h00 e retorno dia 08/11/2024 as 08h00. Destino: Jandaia. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Cronos (Oficial). Finalidade da viagem: Internamento. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: H. Psiquiátrico. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 01.11.2024.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 809/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Miguel, Elizandra e Sidnei Schuastz, Jardelina Delfino e Caroline Delfino. **DOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11/11/2024 as 05h00 e retorno dia 11/11/2024 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$125,00. Transporte utilizado: Transit (Oficial). Finalidade da viagem: H. Universitário e CEONC. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: H. Universitário. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 01.11.2024.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 810/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joãozinho da Maia, Matrícula: 112305-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Vilmar Berlanda com acompanhante. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12/11/2024 as 05h00 e retorno dia 12/11/2024 as 18h00. Destino: Cascavel. Valor de diárias: R$125,00. Transporte utilizado: Cronos (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta e Exames. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 01.11.2024.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 811/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Rodrigo Schuastz, Matrícula: 111546-1. Órgão de Lotação: Depto de Saúde. Cargo ou função: Motorista. Acompanhantes: Gabriel A. Rech, Rosane Pereira, Ana L. Venturin e Rosane Neves. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 11/11/2024 as 09h00 e retorno dia 12/11/2024 as 22h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 375,00. Transporte utilizado: Transit (Oficial). Finalidade da viagem: Consulta. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: H. Pequeno Príncipe. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 06.11.2024.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 812/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Daniela Todorovski, Matrícula: 1014218-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Assistente Social. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 07/11/2024 as 08h00 e retorno dia 07/11/2024 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos (Oficial). Finalidade da viagem: Reunião do CEAS. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: UNIDEP. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 06.11.2024.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 813/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ciro Marchesan, Matrícula: 1013815-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Aux. Administrativo. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 07/11/2024 as 08h00 e retorno dia 07/11/2024 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos (Oficial). Finalidade da viagem: Reunião do CEAS. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: UNIDEP. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste, 06.11.2024.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 814/2024
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ciro Marchesan, Matrícula: 1013815-1. Órgão de Lotação: Depto de A. Social. Cargo ou função: Aux. Administrativo. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08/11/2024 as 08h00 e retorno dia 08/11/2024 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 75,00. Transporte utilizado: Cronos (Oficial). Finalidade da viagem: Reunião do CEAS. Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: UNIDEP. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias.

Itapejara D'Oeste, 06.11.2024.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F3FE9B98

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2205/2024

PORTARIA Nº 2205/2024
DATA: 05.11.2024
Vilmar Schmoller, Prefeito Municipal, de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 82, inciso XXVI da Lei Orgânica Municipal, e suas alterações,
RESOLVE:
Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em desfavor da servidora pública municipal inscrita na matrícula nº 013963-1, para apurar, em tese, a prática de violação de dever funcional previsto no art. 98, inc. XII da Lei 2.156/2024.
Art. 2º. Determinar à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, previamente instituída pela Portaria n° 2000/2023 de 07.06.2023, que proceda à condução do processo administrativo disciplinar, observando-se o devido processo legal administrativo, nos termos do art. 131 da Lei 467/1993.
Art. 3º. Concedo o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo administrativo disciplinar, a contar da publicação desta Portaria, prazo que poderá ser prorrogado, por igual período, mediante justificativa que deverá ser apresentado antes do término inicialmente fixado.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 05 (cinco) dias do mês de novembro do ano de 2024.

Registre-se e Publique-se:

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:F3C54234

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 823/2024 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**
Art.1º- Exonerar a partir desta data, a servidora **MILENE FERREIRA FARIA,** portadora da cédula de identidade RG **Nº ******* 984/PR,** CPF **Nº ******** 927** matrícula **Nº 59008,** do Cargo Comissionado de **GESTOR DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS.**
Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:2250A6E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 824/2024 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**
Art.1º Exonerar a partir desta data, a servidora **KELY DE CHRISTO PAULO** portadora do RG **Nº ******** 633/PR,** CPF **Nº ******** 979** matrícula **55821** aprovada em Processo Seletivo Simplificado 001/2022, para o cargo de **ASSISTENTE SOCIAL PSS.**
Art.2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:1EAF396B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 826/2024 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**
Art.1º- Nomear a partir desta data, **MARIA CECILIA NEVES ESTEPHANI** portadora do RG **Nº *******590/PR,** CPF **N° ********925** para o cargo efetivo de **MÉDICO,** sob o número de matrícula **64401,** aprovado no Concurso Público edital 001/2023.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:FB85C060

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 827/2024 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**
Art.1º- Nomear a partir desta data, **BARBARA THAIS GUSSO RIBEIRO** portadora do RG **Nº *******331/PR,** CPF **N° ********990** para o cargo efetivo de **TECNICO DE ENFERMAGEM,** sob o número de matrícula **64421,** aprovado no Concurso Público edital 001/2023.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:7A6D8286

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 828/2024 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE**:**
Art.1º- Nomear a partir desta data, **MILENE FERREIRA FARIA,** portadora do RG **Nº ******* 984/PR,** CPF **Nº ******** 927** para o cargo de provimento em Comissão de **COORDENADOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO,** sob o número de matrícula **64461**, Nível Pleno, percebendo a remuneração da simbologia CC-04, junto a Secretaria de Saúde, em conformidade com a Lei Complementar 001/2018 de 12 de julho de 2018.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:3CF56F92

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 829/2024 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder período de gozo de férias a servidora **DIRCE STRESSER DE JESUS,** portadora da Cédula de Identidade **RG: *******905/**PR matrícula **51961,** ocupante de Cargo de Comissão **Coordenador de Análise e Liquidação de Documentos**, referente ao Período Aquisitivo 2023 a 2024, a serem usufruídas no período compreendido entre os dias 21 de Novembro de 2024 a 30 de Novembro de 2024.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas suas disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandy Gefer Cordeiro
Código Identificador:33AC870F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 116/2024

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de proposta: até 22/11/2024 à 08H15min.
Data Para Abertura da Sala de disputa : 22/11/2024 às 09h00min.
Objeto: ***Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de organização, planejamento, promoção e execução de eventos para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Turismo no evento denominado " Magia do Natal", que acontecerá no mês de dezembro do decorrente ano, envolvendo alunos, pais/ responsáveis e profissionais da Rede Municipal de Educação Cultura e Turismo.***
VALOR MÁXIMO: R$ 166.753,40 (cento e sessenta e seis mil setecentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos)
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O(s) Edital(s) poderá (ao) ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparencia: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes .*

Itaperuçu, 07 de novembro de 2024.

ADRIANE DE MATOS FRESSATO
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriane de Matos Fressato
Código Identificador:8926DAD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 226/2024

CONTRATO Nº 226/2024
MODALIDADE: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 027/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: DINASTIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.
CNPJ: 15.370.032/0001-56
OBJETO: "**contratação de empresa especializada em prestação de serviços de organização, planejamento, promoção e execução do evento para atender as necessidades da Secretaria de educação, cultura e Turismo no evento denominado "Super Autor", que acontecerá no dia 08/11/2024 no período das 19:00 às 22:00h horas, envolvendo os pais e responsáveis pelos estudantes, professores e profissionais da Rede Municipal de Educação**".
DO VALOR: R$ 9.870,00 (NOVE MIL OITOCENTOS E SETENTA REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2024
DA VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

Publicado por:
Adriane de Matos Fressato
Código Identificador:350C3E89

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2024 DE 05/11/2024 / SME

Assunto: Normaliza os procedimentos de matrícula e rematrícula na Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais na rede municipal de ensino de Itaperuçu.

O Secretário Municipal de Educação de Itaperuçu, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de estabelecer normas claras e objetivas para a oferta de vagas e realização de matrículas e rematrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais na rede municipal de ensino, resolve:

A presente Instrução Normativa tem por objetivo estabelecer os procedimentos obrigatórios para a matrícula e rematrícula de alunos na Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais, no sistema SERE, para a rede municipal de ensino de Itaperuçu, para o proxímo ano letivo.

Art. 1º Da Matrícula de ingresso, rematrícula e matrículas por transferência:

A matrícula de ingresso e a rematrícula serão realizadas no:
Inicio do mês de novembro ao último dia letivo de dezembro;
A partir da reabertura da secretaria da escola próximo ano letivo: Continuidades das matrículas de ingresso, rematrículas e matrículas por transferência;

As instituições municipais de ensino deverão organizar a rematrícula dos alunos para os anos/turmas/períodos subsequentes de todos os alunos regularmente matriculados na instituição.

Os alunos já matriculados na instituição terão garantido o mesmo turno do ano anterior, desde que feita a Rematrícula no prazo estipulado no cronograma da escola.

Caso os responsáveis solicitem a troca de turno, será observada a disponibilidade de vagas. Não havendo vagas disponíveis, o aluno passará a compor lista de pretensão de vagas na instituição. A lista de pretensão de vagas será acompanhada pela equipe da SME.

Poderão realizar a matrícula ou rematrícula:

• **Alunos novos:**
• **Infantil 4:** 4 anos completos ou a completar 4 anos até 31 de março do próximo ano letivo;
• **Infantil 5:** 5 anos completos ou a completar 5 anos até 31 de março do próximo ano letivo;
• **1º ano do Ensino Fundamental anos iniciais:** 6 anos completos ou a completar 6 anos até 31 de março do próximo ano letivo.

• **Alunos já matriculados:** alunos regularmente matriculados na rede municipal.

Art. 2º Para a efetivação da matrícula ou rematrícula, o responsável legal deverá apresentar os seguintes documentos:

São documentos obrigatórios para a matrícula:

• Requerimento de matrícula datado e assinado pelo responsável legal do estudante e deferido pelo gestor escolar;
• Certidão de nascimento ou RG/Identidade que contenham as informações da certidão de nascimento;
• CPF do estudante;

• Documento oficial de identificação com foto do responsável legal que contenha o seu CPF;
• Comprovante de residência do estudante emitido pela Sanepar ou Copel;
• Comprovante da situação vacinal do estudante conforme determina a Lei Estadual n.º 19.534/18 e Lei Federal n.º 14.886/23;
• Histórico Escolar, ou guia de transferência:
• Número de telefone celular para contato;
• E-mail do responsável legal.

São documentos obrigatórios para a rematrícula:

• Requerimento de rematrícula datado e assinado pelo responsável legal dos estudantes e deferido pelo gestor escolar;
• Comprovante de residência do estudante emitido pela Sanepar ou Copel;
• Comprovante da situação vacinal do estudante conforme determina a Lei Estadual n.º 19.534/18 e Lei Federal n.º 14.886/23;
• Número de telefone celular para contato;
• E-mail do responsável legal.

Parágrafo único: Caso o comprovante de residência a ser entregue na Instituição de Ensino não esteja no nome do responsável pelo estudante ou não seja possível apresentar o documento emitido pela Copel ou Sanepar, deverá ser apresentando um comprovante complementar em nome do responsável, como correspondências institucionais de bancos, empresas telefônicas, lojas, entre outros.

Art. 3º O direito e o acesso à educação são assegurados na Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto a eventual inexistência dos documentos pessoais do estudante e/ou do responsável legal não deve obstruir a sua fruição deste direito. A Instituição de Ensino deverá realizar os procedimentos de efetivação da matrícula, orientar o responsável legal para que providencie a emissão dos documentos pessoais do estudante impreterivelmente no prazo de até 30 dias e imediatamente oficializar o Conselho Tutelar sobre a situação do estudante.

Art. 4º A oferta de vagas será realizada de acordo com a capacidade física das escolas e a demanda dos alunos, observando-se os seguintes critérios:

• **Zona de abrangência:** prioridade para alunos residentes na área de abrangência da escola;
• Necessidade de atendimento em Sala de Recursos Multifuncional;
• Ter irmãos que frequentam em turno pretendido;
• Usuário de Transporte Escolar;
• Situação de vulnerabilidade social;
• Necessidade de reforço escolar a partir da avaliação pedagógica da equipe do DEMAEE.

Art. 5º Da obrigatoriedade da oferta de turmas nos turnos:

A oferta de turmas na Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais será distribuída nos períodos matutino e vespertino, devendo atender as orientações da SME:

Educação Infantil:
Infantil 4: períodos matutino e vespertino;
Infantil 5: períodos matutino e vespertino.

Ensino Fundamental – anos iniciais:
1º ano ao 5º ano: períodos matutino e vespertino.

Art. 6º Cabe a Secretaria Municipal de Educação e ás Instituções de Ensino a divulgação das datas e procedimentos necessários para o processo de matrícula.

Art. 7º Da Reponsabilidade das Instituições de Ensino

As Instituições de Ensino devem cumprir, preferencialmente, o Cronograma de Matrículas proposto pela SME, promovendo a divulgação contida no mesmo.

Art. 8º As Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil deverão planejar as turmas e turnos, visando atender o maior número possível de alunos, de acordo com a demanda existente, seguindo as orientações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º No início do mês de novembro os Centros Municipais de Educação Infantil, deverão fazer o levantamento dos alunos que frequentarão o 1º ano do ensino fundamental das escolas da Rede Municipal de Ensino, repassando às instituições de referência.

Art.10º O dever do Município enquanto Poder Público é garantir a oferta e o acesso a uma vaga escolar de Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental Anos Iniciais e suas modalidades, em uma das instituições de ensino da Rede Municipal.

Parágrafo único. O Poder Público não se obriga a garantir vaga escolar em instituições de ensino e turnos de preferência dos pais e/ou responsáveis legais.

Art. 11º Em hipótese alguma, nenhum aluno poderá ficar sem a matrícula ou rematrícula por falta de algum documento, bem como, não será admitido a omissão de vagas, sala de aula e/ou recusa de aluno quando da disponibilidade da vaga.

Art. 12º Os alunos oriundos da Zona Rural deverão, preferencialmente, ser matriculados nas Escolas do Campo.

Art. 13º O cumprimento desta Instrução Normativa é de total responsabilidade da Direção da instituição de ensino, sob a supervisão da SME.

Art. 14º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itaperuçu, 05 de novembro de 2024.

GERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:64D85496

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO COMUNICA-SE A PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024

PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS (APOIO DIRETO A PROJETOS)
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº05/2024 - Recursos Remanescentes PNAB 2024. SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – LEI Nº 14.399/2022
Edital realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). O presente Edital ficará disponível para inscrição durante o período de 06 a 12 de novembro de 2024. Todas as informações referentes ao Edital 05/2024 e seus anexos estarão disponíveis no endereço eletrônico: https://itaperucu.pr.gov.br/ na aba PNAB.

Itaperuçu, 07 de novembro de 2024.

GERSON CECCON
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Publicado por:
Sirlei Terezinha Fernandes Luz
Código Identificador:D1F807E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO - CONTABILIDADE I
CONTRATO Nº 016992/2024.P - COMPREV

CONTRATO Nº 016992/2024.P

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICIPIO DE ITAUNA DO SUL E A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV S.A.

Pelo presente Instrumento Particular, a **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A.**, empresa pública constituída nos termos da Lei n.º 6.125, de 04/11/1974, alterada pela MP n.º 2.216-37, de 31/08/2001, com Estatuto Social aprovado pela 3ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de novembro de 2017 e alterações posteriores, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.422.253/0001-01, localizada na SAS Quadra 01, Bloco E/F, Brasília/DF, neste ato representada pelo seu Superintendente da Sup. de Relacionamento Comercial
- SURC, Saulo Milhomem dos Santos e seu Gerente do Departamento de Relacionamento Comercial
- DERC, Pedro Neto de Oliveira, doravante denominada simplesmente DATAPREV, de um lado, e, de outro, MUNICIPIO DE ITAUNA DO SUL, inscrita no CNPJ sob o nº 75.458.836/0001-33, localizada na AV BRASIL 883, Itaúna do Sul/PR, neste ato representada por seu DIRETOR PRESIDENTE LIGIANE MACHADO DOS SANTOS GOES, PREFEITO MUNICIPAL GILSON JOSE
DE GOIS , doravante denominada, simplesmente, CONTRATANTE, com fundamento na legislação aplicável, têm entre si ajustado o Contrato em referência, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) pela DATAPREV à CONTRATANTE, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I (Modelo de Negócio), visando atender os objetivos estratégicos da CONTRATANTE.

1.1. A presente contratação será regida pela Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDICIONANTES PARA A CONTRATAÇÃO

A formalização do presente instrumento deverá ser precedida da adesão ao Sistema de Compensação Previdenciária e habilitação perante o Ministério do Trabalho e Previdência.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data da sua última assinatura digital.

CLÁUSULA QUARTA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Vinculam-se a este Contrato o Ato de Reconhecimento e Ratificação de Inexigibilidade de Licitação nº 009/2023, nos termos da legislação incidente e o Modelo de Negócio apresentado pela DATAPREV e referenciado pela Resolução CNRPPS/ME nº 2, de 14 de maio de 2021.

CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA NOTA DE EMPENHO

5.1. Serão emitidas, em novembro de 2024, as Notas de Empenho à conta dos Programas de Trabalho 03.005.04.122.0002.2092, elemento de despesa 3390400000 - para fazer frente às despesas do Contrato.

5.2. Nos exercícios seguintes as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos necessários para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS VINCULADAS A PARTIR DA ADESÃO

6.1. Os valores unitários são aqueles constantes no Anexo I – Modelo de Negócio, transcritos a seguir:

Plano	Franquia Mensal	Quantidade de Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas
01	R$ 100,00	1 a 300
02	R$ 150,00	301 a 600
03	R$ 300,00	601 a 1.200
04	R$ 600,00	1.201 a 3.000
05	R$ 1.200,00	3.001 a 6.000
06	R$ 1.800,00	6.001 a 9.000
07	R$ 2.800,00	9.001 a 18.000
08	R$ 5.000,00	18.001 a 36.000
09	R$ 8.000,00	36.001 a 108.000
10	R$ 12.000,00	Mais que 108.000

Tabela 1: Faixas de Preço conforme quantidade de segurados do RPPS.
*Os RPPS sem classificação ISP serão incluídos no Plano 04 conforme portaria da SPREV.

** Preços válidos até [31/12/2022]; após esta data, os preços serão atualizados anualmente conforme tabela de preços proposta pela DATAPREV ao CNRPPS e publicada por este Conselho.
6.2. A forma de cálculo do valor a ser faturado é apresentado no Anexo I – Modelo de Negócio;
6.3. O valor total contratado estimado dos serviços a serem prestados é de R$ 6.000,00, conforme o Anexo I - Modelo de Negócios e o enquadramento da entidade segundo a SPREV, em publicação própria, considerando a Quantidade de Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas do RPPS;
6.3.1. O valor estimado mensal correponde a R$ 100,00;
6.4. No ato desta Contratação, o enquadramento vigente conforme Portaria/SPREV da entidade aderente é o Plano 01;
6.5. O valor estimado mensal pode ser atualizado no decorrer da relação contratual, considerando eventuais mudanças na quantidade de entes ativos e reenquadramentos publicados pela SPREV;
6.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Assegurar recursos financeiros necessários à realização dos serviços previstos neste Contrato, por meio de dotação orçamentária específica;

7.2. Exercer a gestão e fiscalização da execução deste Contrato, pelos fiscais designados, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e requisitando as medidas corretivas necessárias.

7.3. Acompanhar a utilização dos recursos contratuais, adotando as providências necessárias para adequação e otimização de consumo dos serviços contratados.

7.4. Gerir, organizar, monitorar e controlar a disponibilização dos recursos deste Contrato dentre seus órgãos e departamentos internos;

7.5. Acusar, formal e tempestivamente, qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços;

7.6. Manter a DATAPREV informada de quaisquer atos da Administração Pública que venham a interferir direta ou indiretamente nos serviços contratados;

7.7. Atestar os serviços nos prazos determinados neste Contrato;

7.8. Atestar a documentação de cobrança correspondente aos serviços realizados, observados os prazos previstos;

7.9. Efetuar os pagamentos dos serviços realizados, nos valores, prazos, e condições estabelecidos;

7.10. Adotar providências necessárias que viabilizem a realização dos serviços objeto deste Contrato;

7.11. Fornecer à DATAPREV, completa e tempestivamente, as informações necessárias e demais subsídios congêneres indispensáveis à execução dos serviços;

7.12. Adotar as plataformas de gestão de serviços padronizadas, baseadas nas ferramentas que a DATAPREV disponibilizar, como forma de identificação, comunicação, notificação e tratamento de acionamentos e solicitações de usuários. No caso de definição de outra ferramenta, a adoção pela CONTRATANTE ocorrerá conforme cronograma acordado entre as partes.

7.13. Manter ativos e atualizados os endereços de e-mails indicados para recepção dos documentos de ateste e faturamento.

7.14. Assumir as responsabilidades previstas no Anexo I (Modelo de Negócio);

CLÁUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES CONJUNTAS (CONTRATANTE E DATAPREV)

8.1. Adotar as providências e mobilizar os recursos cabíveis, de modo a viabilizar a execução do objeto do Contrato;

8.2. Não divulgar informações, dados, projetos, serviços e soluções de TI de propriedade da outra parte, nem falar em seu nome, em nenhum tipo de mídia, sem sua prévia autorização;

8.3. Tomar as medidas cabíveis para evitar que as informações de propriedade da outra parte sejam divulgadas ou distribuídas por seus empregados ou agentes; e

8.4. Zelar para que os órgãos integrantes de sua estrutura observem, rigorosamente, os procedimentos formalizados neste instrumento para o encaminhamento de comunicações à outra parte.

CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA DATAPREV

9.1. Manter regular sua situação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições que o habilitaram e qualificaram para a prestação do serviço;

9.2. Prestar à CONTRATANTE os serviços objeto deste Contrato, nos prazos e condições pactuadas, observando os níveis de serviços apresentados no Anexo deste Contrato;

9.3. Assegurar a disponibilidade, confidencialidade e integridade dos dados, informações, sistemas informatizados, manuais, programas-fonte e objeto, base de dados ou outros recursos pertencentes à CONTRATANTE e armazenados ou sob a gestão da DATAPREV;

9.4. Zelar pelo cumprimento de obrigações relacionadas com sigilo e segurança dos dados, informações e sistemas relacionados com o objeto deste Contrato, para que se façam protegidos contra ações ou omissões intencionais ou acidentais que impliquem em perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alteração indevidos. O mesmo nível de proteção deve ser mantido, independentemente dos meios nos quais os dados trafeguem, estejam armazenados ou nos ambientes em que sejam processados;

9.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato, salvo na ocorrência de fusão, cisão ou incorporação da DATAPREV com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;

9.6. Responsabilizar-se pelos encargos de natureza civil, fiscal, comercial, trabalhista ou previdenciária decorrentes da execução dos serviços contratados, cabendo à CONTRATANTE apenas o pagamento da remuneração na forma ajustada;

9.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua comprovada culpa ou dolo na execução do Contrato;

9.8. Disponibilizar à CONTRATANTE Relatórios de Gerenciamento de Níveis de Serviço que contemplem os resultados apurados pela DATAPREV dos indicadores do ANS, bem como os percentuais de descontos cabíveis;

9.9. Disponibilizar o pessoal para prover a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, mesmo que seja por motivos de férias, descanso semanal, licenças, faltas ao serviço, demissões e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente; e

9.10. Assumir as responsabilidades previstas no Anexo I (Modelo de Negócio).

CLÁUSULA DÉCIMA DAS COMUNICAÇÕES

10.1. Todas as comunicações relativas às questões administrativas do presente Contrato, serão consideradas como feitas regularmente se entregues ou enviadas por mensagem eletrônica pelos endereços de e-mail indicados pelas partes ou por meio das ferramentas formais de comunicação disponibilizadas pela DATAPREV;
comprev@dataprev.gov.br

10.2. As comunicações dirigidas à CONTRATANTE poderão ser encaminhadas aos seguintes endereços eletrônicos:
LIGIANE MACHADO DOS SANTOS GOES <Ligiane_msantos@hotmail.com> GILSON JOSE DE GOIS <lfelipegois@hotmail.com>

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS

Os níveis de serviços contratados encontram-se discriminados no Anexo I do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços, objeto deste Contrato serão realizados por intermédio dos estabelecimentos da DATAPREV.

a) BRASÍLIA – DF, CNPJ: 42.422.253/0001-01;
b) RIO DE JANEIRO – RJ, CNPJ: 42.422.253/0002-84;
c) SÃO PAULO – SP, CNPJ: 42.422.253/0019-22;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA APURAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. O período de apuração dos serviços objeto deste Contrato compreende o intervalo entre o 6º (sexto) dia do mês anterior até o 5º (quinto) dia do mês da prestação dos serviços.

13.2. Os serviços serão apurados e faturados em períodos integrais. Caso ocorra fracionamento do primeiro período de apuração, esta fração poderá complementar o período de apuração sucessor.

13.3. Encerrado o período de apuração, a DATAPREV disponibilizará à CONTRATANTE, em meio físico ou eletrônico, as informações sobre os serviços apurados no mês para análise e ateste.

13.4. O CONTRATANTE disporá de até 10 (dez) dias para realizar o recebimento definitivo dos serviços por meio do ateste eletrônico das informações apresentadas, contados do primeiro envio do e-mail ou da data de disponibilização das informações no ambiente do cliente na Internet. Findo este prazo, os serviços serão considerados definitivamente aceitos pelo CONTRATANTE e a DATAPREV poderá emitir a Nota Fiscal e encaminhar a cobrança ao CONTRATANTE.

13.5. Havendo apontamento de glosas, conforme Níveis de Serviços acordados no Anexo I deste Contrato, as mesmas poderão ser descontadas na competência seguinte à sua ocorrência.

13.6. É obrigação da CONTRATANTE manter ativo seu acesso ao ambiente do cliente na Internet e o e-mail indicado no contrato para recebimento da documentação de faturamento. Dificuldades no acesso ao ambiente ou indisponibilidade técnica para receber o e-mail, decorrentes da infraestrutura do cliente, não suspenderão os prazos previstos nas cláusulas anteriores, mantendo sua contagem a partir do registro de envio pela DATAPREV.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente e em moeda corrente nacional, com base nos serviços executados e mediante Fatura e Nota Fiscal emitidas pela DATAPREV.

14.2. Considerar-se-ão como serviços executados aqueles efetivamente prestados pela DATAPREV, em conformidade com o presente contrato e seu anexo.

14.3. O pagamento das Faturas/Notas Fiscais será efetuado em até 30 (trinta) dias contados do recebimento ou da disponibilização de toda a documentação de cobrança pela CONTRATANTE.

14.4. A Fatura emitida pela DATAPREV discriminará a data de vencimento, o serviço prestado, a sua quantidade, o preço unitário e o valor total, e estará acompanhada da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços

14.5. Os pagamentos serão realizados pela CONTRATANTE mediante código de barra presente no boleto bancário constante na Fatura. Excepcionalmente o pagamento poderá ser realizado por Ordem Bancária, neste caso é imprescindível que a CONTRATANTE comunique imediatamente a DATAPREV especificando detalhadamente o pagamento realizado.

14.6. Não ocorrendo o pagamento dentro do prazo estipulado no sub-item 14.3 desta Cláusula, o valor devido será acrescido de encargos financeiros, que contemplam:
a) juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, não capitalizáveis, sobre o valor faturado pro rata die, apurado a partir da data de vencimento até o dia do efetivo pagamento; e até o limite de 10% (dez por cento) do valor contratual contratado; e atualização do valor devido com base na variação mensal do IPCA.

14.7. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos decorrentes de serviços executados ensejará a suspensão da prestação dos serviços, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à DATAPREV o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

14.8. Após a regularização dos pagamentos, encargos e multas, a DATAPREV disporá de 20 (vinte) dias úteis para reestabelecer à CONTRATANTE o acesso ao sistema COMPREV;

14.9. Cabe ao ente que incorreu em mora responsabilizar-se por eventuais encargos referentes aos repasses não realizados no período e acompanhar por meio de publicação da SPREV os valores e pagamentos a serem realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A DATAPREV ficará sujeita à aplicação das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, por inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo dos descontos por descumprimento dos níveis de serviços contratados:
a) advertência;
b) multa de até 1,0% (um por cento) do valor proporcional mensal do item contratado, excluídos os descontos abrangidos pelo ANS;

15.2. As multas poderão ser descontadas no próximo faturamento a que a DATAPREV fizer jus.

15.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na legislação aplicável.

15.4. A totalidade das sanções aplicadas não poderá exceder, mensalmente, o valor de 3% (três por cento) do valor mensal do Contrato.

15.5. As penalidades não serão aplicáveis se as inexecuções contratuais forem provocadas por calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou por outras causas que as excluam, nos termos da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A DATAPREV fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

O reajuste do valor pactuado será formalizado pelo CONTRATANTE por meio de apostilamento e a anualidade é aferida a partir da data da última atualização da tabela de preços proposta pela DATAPREV ao CNRPPS e publicada pelo CNRPPS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA PUBLICIDADE

A publicação do presente Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos deverá ser providenciada pelo CONTRATANTE, observados os meios e prazos previstos na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. O presente Contrato poderá ser extinto observadas as razões, as formas e os direitos estabelecidos na legislação aplicável.

19.2. O presente Contrato poderá, também, ser extinto por qualquer uma das partes contratantes, independentemente da concordância da outra parte, mediante notificação prévia e expressa, com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que caiba a qualquer uma das partes remuneração ou indenização compensatória

19.3. O presente contrato vincula-se ao Termo de Adesão ao Sistema de Compensação Previdenciária celebrado com o Ministério do Trabalho e Previdência. Portanto, a desistência ou resilição do referido Termo de Adesão implica na extinção do presente Contrato, cabendo ao CONTRATANTE comunicar à DATAPREV sobre o encerramento da adesão ao Sistema de Compensação Previdenciária imediatamente após a ocorrência do fato.

19.4. Eventuais alterações legislativas ou regulamentares supervenientes que impactem o serviço prestado ou os termos do presente CONTRATO poderão ensejar seu aditamento pela DATAPREV, não cerceando, contudo, o direito do CONTRATANTE em discordar de referidas modificações e solicitar a extinção do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA DA CONFIDENCIALIDADE

20.1. As Partes obrigam-se a manter o mais completo e absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer Informações Confidenciais da outra parte a que tiverem acesso no curso da relação entre as partes ou como resultado dela, seja por meio de comunicações verbais, documentais ou pela visita às instalações e/ou contatos com clientes, fornecedores ou parceiros da outra parte, não podendo, sob qualquer pretexto, direta ou indiretamente, por si ou por terceiros, divulgar, revelar, tirar proveito, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento de tais informações a terceiros, ressalvados os casos definidos em lei ou por expressa determinação judicial.

20.2. Para fins deste instrumento, estabelecem as partes que a expressão “Informações Confidenciais” compreende quaisquer dados, documentos e/ou informações técnicas, comerciais e/ou pessoais de uma parte que a outra parte venha a ter conhecimento, acesso, ou que lhe venham a ser confiados, tais como, mas não se limitando a técnicas, fórmulas, padrões, compilações, invenções, planos de ação, relatórios de vendas, desempenho de publicidade, “know-how”, especificações, projetos, métodos e técnicas ou processos que tenham ou não valor econômico, efetivo ou potencial, inclusive em relação a outra parte e seus clientes, fornecedores, associados, distribuidores ou quaisquer outras pessoas, físicas ou jurídicas, com que a outra parte mantenha relações comerciais e/ou jurídicas. Também são considerados “Informações Confidenciais” os dados, textos, correspondências e quaisquer outras informações reveladas oral ou visualmente, independente do meio através do qual forem transmitidas, independentemente de indicarem esta natureza.

20.3. Se qualquer das partes vier a ser obrigada a revelar isoladamente quaisquer “Informações Confidenciais” para qualquer órgão do Poder Público, enviará prontamente à outra parte aviso por escrito com prazo suficiente para permitir a esta requerer eventuais medidas ou recursos apropriados. A parte revelará tão somente as informações que forem legalmente exigíveis e empreenderá seus melhores esforços para obter tratamento confidencial para quaisquer “Informações Confidenciais” que foram assim reveladas.

20.4. Na hipótese de término ou rescisão deste instrumento, por qualquer motivo, ou mediante simples solicitação de uma das partes, a outra parte concorda em lhe devolver, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, todos os documentos da outra parte que estiverem em seu poder, sob pena de ficar caracterizado o esbulho possessório, independentemente de notificação.

20.5. As partes responsabilizam-se, por si e por seus prepostos, sob as penas da lei, pela utilização das “Informações Confidenciais”, obrigando-se à manutenção de sigilo e confidencialidade das referidas informações, respondendo civil e criminalmente pelo descumprimento das disposições aqui contidas.

20.6. Não se caracterizam como “Informações Confidenciais” as que (i) as partes comprovadamente tenham conhecimento previamente à assinatura do presente instrumento; (ii) que se tornem públicas

sem que as obrigações de sigilo e confidencialidade aqui assumidas tenham sido violadas.

20.7. A obrigação de sigilo e confidencialidade prevista neste termo subsistirá mesmo após sua vigência, por prazo indeterminado.

20.8. Na hipótese de violação de qualquer disposição ou condição desta cláusula, será aplicada à parte infratora multa não compensatória no montante de R$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), sem prejuízo de eventuais perdas e danos, desde que efetivamente comprovados, à parte prejudicada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1. As partes, por si e por seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e/ou órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, além das demais normas correlatas e políticas de proteção de dados existentes no âmbito interno das contratantes.

21.2. Para os fins deste CONTRATO, considera-se a DATAPREV como agende de tratamento, no papel de OPERADORA de Dados Pessoais e a CONTRATANTE como agente de trtamento, no papel de CONTROLADORA de Dados Pessoais, no âmbito de suas respectivas atuações.

21.3. São responsabilidades das partes:

21.3.1. Proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

21.3.2. Proteger toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, assim como o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

21.3.3. Observar a legislação e normativos vigentes relativos à proteção aos dados pessoais e à privacidade dos titulares dos dados;

21.3.4. Observar e aplicar as orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) aplicáveis ao objeto do presente Contrato;

21.3.5. Realizar o tratamento de dados limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado;

21.3.6. Utilizar os dados pessoais somente para a prestação dos serviços especificados no objeto da presente contratação;

21.3.7. Manter os dados pessoais no mais absoluto sigilo e exigir dos seus colaboradores, que de qualquer forma tratem os dados pessoais, a observância desta obrigação;

21.3.8. Limitar o acesso aos dados pessoais ao número mínimo de colaboradores que tenham necessidade de acessar referidas informações para fins de executar as atividades relacionadas ao objeto do contrato;

21.4. São responsabilidades da CONTRATANTE:

21.4.1. Informar à DATAPREV, o representante competente responsável pelas decisões referentes aos tratamentos dos dados pessoais, conforme disposto no art. 41º da Lei nº 13.709/2018.

21.4.2. Na ausência de informação do representante pelos tratamentos de dados pessoais, o responsável será o signatário do contrato.

21.4.3. Restringir o tratamento dos dados pessoais no mínimo necessário à prestação do serviço, conforme previsto na LGPD, normas correlatas e boas práticas de segurança e privacidade.

21.5. São responsabilidades da DATAPREV:

21.5.1. Realizar o Tratamento de Dados Pessoais no contexto da prestação dos serviços contratados, como Operador dos Dados Pessoais, conforme definições estabelecidas no art. 5º da Lei nº 13.709/2018;

21.5.2. Designar e informar à CONTRATANTE, preferencialmente antes do início do tratamento dos dados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, o seu representante que irá atuar como Encarregado pela Proteção de Dados (EPD/DPO), a quem competirá atuar como canal de comunicação entre a CONTRATANTE, a DATAPREV e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

21.5.3. Garantir o rastreamento dos dados pessoais sob sua custódia;

21.5.3.1. A responsabilidade da DATAPREV limita-se ao rastreamento dos dados enquanto estiverem sob sua custódia.

21.5.4. Armazenar os dados obtidos em razão desse contrato em banco de dados seguro, mantido em território nacional, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade estabelecida pelo CONTRATANTE e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, salvo mediante autorização expressa do CONTRATANTE;

21.5.5. Dar conhecimento formal aos seus empregados vinculados à prestação do serviço acerca das obrigações e condições acordadas neste Contrato;

21.5.6. Manter o mais absoluto dever de sigilo sobre as bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio cujos acessos foram previamente autorizados pelo

Encarregado de Dados da CONTRATANTE, ou por quem este delegar;

21.5.7. Manter contato formal, por meio do seu "Encarregado" ou "DPO" com o Encarregado do CONTRATANTE e da Controladora de Dados, acerca da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, com a máxima brevidade, conforme Acordo de Nível de Serviços estabelecido, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO E DE INTEGRIDADE

22.1. As partes declaram, de forma irrevogável e irretratável, que cumprirão a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e o respectivo Decreto regulamentador, nº 11.129/2022, notadamente em ter e manter um Programa de Integridade (art. 56 do Decreto nº 11.129/2022), assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da DATAPREV, comprometendo-se a não praticarem qualquer atividade que constitua violação à referida legislação.

22.2. As partes declaram, garantem e aceitam que, com relação a este Contrato, não praticarão nem tentarão praticar quaisquer solicitações, exigências, cobranças ou obtenções para si e para outrem de vantagem indevida ou promessa de vantagem indevida, a pretexto de influir em ato praticado por agente público e/ou privado, restando expresso, ainda, que nenhum favorecimento, taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido ou por qualquer de seus agentes ou empregados, direta ou indiretamente.

22.3. As partes, por meio de todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato também se obrigam a cumprir a legislação referida no item 22.1 e garantem que não irão, em razão deste Contrato, ou de quaisquer outras transações comerciais envolvendo as partes, transferir qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa do setor privado ou servidores e empregados públicos, de todas as esferas, a fim de obter ou manter qualquer outro benefício ou vantagem indevida.

22.4. As partes declaram e garantem que não estão (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foram condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) listados em alguma entidade governamental, como o CGU-CEIS e o CNEP, ou suspeitos de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro; (iv) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por prática anticoncorrencial; e (v) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental.

22.5. As partes obrigam-se a manter registros contábeis fidedignos e concordam que, poderão, a seu critério, proceder à verificação de integridade (Due Diligence) e qualquer verificação de compliance de que trata essa Cláusula, inclusive diligências visando avaliar o cumprimento de todos os regulamentos, leis e disposições normativas anticorrupção, sendo que cooperarão totalmente no curso de qualquer verificação de conformidade, obrigando-se a apresentar as informações e documentos eventualmente necessários, sempre que solicitado, inclusive quanto ao preenchimento, sempre que provocado, do Due Diligence de Integridade.

22.6. As partes realizarão, prontamente, notificação por escrito acerca do recebimento de qualquer notificação de qualquer entidade governamental – qualquer dos poderes e administração pública direta ou indireta – relacionadas a este instrumento, a fatos ou investigações relativas a atos de corrupção, a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula.

22.7. O descumprimento dessa Cláusula por uma das partes ou seus colaboradores, empregados e dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, será considerado infração grave e conferirá à outra parte o direito de rescindir de imediato o Contrato, ficando obrigada a eximir esta de quaisquer ações, perdas e danos decorrentes de tal descumprimento. Ainda, nessa hipótese de violação a qualquer legislação anticorrupção e de integridade, a parte que violou os dispositivos desta cláusula ficará responsável por indenizar a outra contra todo e qualquer dano que esta suporte em razão do descumprimento das obrigações e declarações estabelecidas nesta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA REEMBOLSO DE VALORES DECORRENTES DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS

23.1. A CONTRATANTE obriga-se a realizar o pagamento de eventuais valores decorrentes de condenação judicial imputados à DATAPREV, porém de competência explícita e reconhecida da CONTRATANTE, derivados de ações cujo objeto esteja relacionado aos serviços prestados por meio do presente contrato.

23.2. A DATAPREV encaminhará a Nota de Débito acompanhada das evidências da decisão judicial e de que o serviço de compensação previdenciária ocorreu conforme os parâmetros estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência em conjunto com o CNRPPS.

23.3. O prazo e demais condições de pagamento da Nota de Débito serão os mesmos pactuados no presente contrato. O pagamento deverá ser realizado conforme as instruções constantes na Nota de Débito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Todos e quaisquer tributos devidos em virtude do presente instrumento são de exclusiva responsabilidade da parte a quem o fato gerador do tributo estiver vinculado, nos termos da legislação tributária em vigor.

24.2. A tolerância de uma parte em relação à outra não será considerada moratória, novação ou renúncia a qualquer direito, constituindo mera liberalidade, que não impedirá a parte tolerante de exigir da outra o fiel cumprimento deste contrato, a qualquer tempo.

24.3. As partes se comprometem a manter atualizados seus dados cadastrais, informando a outra sobre qualquer alteração.

24.4. Caso alguma cláusula ou condição do presente contrato venha a ser considerada nula ou inválida isto não afetará o restante do contrato. Neste caso, as partes obrigam-se a substituí-la por outra, o mais semelhante possível à inválida, visando o restabelecimento das condições e equilíbrio originais deste instrumento.

24.5. O presente Contrato não implica na cessão, permissão de uso, outorga e/ou transferência, em qualquer hipótese, de qualquer direito e/ou propriedade intelectual das partes, permanecendo cada parte como titular de tais direitos.

24.6. O presente Contrato não estabelece entre as partes nenhuma espécie de sociedade, associação, consórcio ou responsabilidade solidária e/ou subsidiária.

24.7. As Partes declaram e garantem mutuamente, que:
a) exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detêm as aprovações necessárias à celebração do CONTRATO e ao cumprimento das obrigações nele previstas;
b) não utilizam de trabalho ilegal, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho.
c) cumprem o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não possuindo em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14(quatorze) anos.
d) não utilizam práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de: sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;
e) comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda da interpretação do presente instrumento com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato eletronicamente, para um só efeito legal, considerando-se como data de assinatura do Contrato a data da última assinatura eletrônica.

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A.

Contratante
Documento Assinado Eletronicamente Por Ligiane Machado Dos Santos Goes, Diretor Presidente, em 23/10/2024 16:03:28.
E-mail: Ligiane_msantos@hotmail.com
ID da Sessão: 96533F6387151A109E26EB930CBB35FE

Documento Assinado Eletronicamente
Por Gilson Jose de Gois , Prefeito Municipal, Em 07/11/2024 15:06:26.
E-mail: administracao@itaunadosul.pr.gov.br
ID da Sessão: 8F9BF4288731DA5016350D070CBB3520

Contratada
Documento Assinado Eletronicamente Por Saulo Milhomem Dos Santos, Superintendente da Sup. de Relacionamento Comercial - SURC, em 07/11/2024 15:06:30.
E-mail: saulo.dossantos@dataprev.gov.br
ID da Sessão: 6348ec8a1b17f41088e6da02f54bcb37

Documento Assinado Eletronicamente Por Pedro Neto De Oliveira, Gerente Do Departamento De Relacionamento Comercial - DERC, em 07/11/2024 15:06:30.
E-mail: pedro.noliveira@dataprev.gov.br
ID da Sessão: 6eff20461b57f41088e6da02f54bcb3d

Publicado por:
Giseli Dore Guilhem
Código Identificador:783A7875

ADMINISTRAÇÃO RH
EDITAL N°013/2024 CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2024

EDITAL N°013/2024

CONVOCAÇÃO

Processo Seletivo Simplificado n° 001/2024

SÚMULA: CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº001/2024 PARA REALIZAÇÃO DE CONTRATO.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições e considerando a realização do Processo Seletivo simplificado n° 001/2024, **RESOLVE**:

Art. 1º - Convocar o seguinte Candidato, para realização de Contrato de Trabalho:

CARGO 02: ENFERMEIRO – 40 HORAS

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
ANGELA MARIA DE OLIVEIRA	846.9**.***-15	1º

Art. 2º - O candidato convocado deverá comparecer no prazo de até 05 dias no Departamento de Pessoal com xerox autenticado **ou** original de toda documentação exigida no edital do Processo Seletivo Simplificado nº001/2024, inclusive os já enviados no ato da inscrição, para contratação.
Parágrafo único: O candidato que não apresentar toda documentação exigida no prazo estabelecido fica automaticamente eliminado.

Art. 3º - Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:47148E7F

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
RESOLUÇÃO Nº 09/2024

SÚMULA: Concede diárias a agentes públicos.

SIDNEI CARRILHO PELIZER, Presidente da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, nos termos legais e conforme o artigo 39, inciso IV, do Regimento Interno, promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Considerando o requerimento do vereador e o art. 4º da Lei Municipal nº 1.161/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de 02 (duas) diárias com pernoite para o vereador Adão Luiz Romanelli do Poder Legislativo Municipal, em razão de viagem a Brasília-DF para acompanhar o Prefeito Municipal em cumprimento de agenda junto à Câmara dos Deputados, visando a liberação de recursos e emendas parlamentares

ao Município de Itaúna do Sul/PR, entre os dias 11 de novembro de 2024 a 13 de novembro de 2024.

Art. 2º A tesouraria da Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR fica autorizada a creditar na conta bancária do respectivo agente público o valor correspondente a 02 (duas) diárias com pernoite, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.161/2016.

Art. 3° O valor total a ser creditado ao vereador é de R$ 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais).

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, 06 de novembro de 2024.

SIDNEI CARRILHO PELIZER
Presidente

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:D50D8D15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADJUD. HOMOL. PE49.2024

EXTRATO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 049/2024
Processo Administrativo 0152.2024
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO VIA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS TIPO ENFEITE NATALINO, INCLUSO MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO PARA FESTIVIDADES DE NATAL NO MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL.;
FUNDAMENTO LEGAL: (Lei 14.133/2021)
CONTRATADA: GUIMARAES MATERIAIS ELETRICOS LTDA, Rua Vereador Nelson Abrão, nº 2482, zona05, Maringá-PR, representada por Ronald Ossuchi Saldanha Guimaraes, CPF: 106.852.619-05,
VALOR TOTAL: R$79.000,00
VIGÊNCIA: 03 (três) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.
AUTORIDADE COMPETENTE: Gilson José de Gois – Prefeito Municipal.
FORO: Comarca de Nova Londrina-PR
LOCAL E DATA: Itaúna do Sul-PR, 07 de novembro de 2024

O presente processo foi devidamente instruído com todos os documentos pertinentes e teve sua regularidade verificada pela assessoria jurídica. Com base nas razões expostas, a autoridade competente, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, determina a formalização do contrato com a empresa mencionada, conforme as condições especificadas no processo.

Responsável pela Pesquisa de Preços: Andressa da Silva – Diretora Executiva de Administração

Publicação:
Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) para garantir a transparência e publicidade do ato, conforme disposto na legislação vigente.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:363AF21C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO - PE049.2024

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE:Contrato nº 0181/2024. REF:Pregão Eletrônico nº. 049/2024
PARTES: Município de Itaúna do Sul – CNPJ: 75.458.836/0001-33 e a empresa: GUIMARAES MATERIAIS ELETRICOS LTDA, CNPJ: 04.571.726/0001-35, Rua Vereador Nelson Abrão, nº 2482, zona05, Maringá-PR. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO VIA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS TIPO ENFEITE NATALINO, INCLUSO MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO PARA FESTIVIDADES DE NATAL NO MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL. **PRAZO DE VIGÊNCIA: 03 (três) meses.** Final: 06/02/2025. Início: 07/11/2024. **DATA DE ASSINATURA:07/11/2024.** GILSON JOSE DE GOIS. PREFEITO. Este extrato será publicado no Diário Oficial deste Município (AMP) em conformidade com a legislação vigente.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:2A321966

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO PE056.2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRONICO Nº 056/2024. Processo Administrativo 0174.2024. REGISTRO DE PREÇO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SERVIÇOS GERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGAOS MUNICIPAIS. Dia e horário: 28/11/2024 às 09h00 (horário de Brasília). Plataforma: LICITANET (www.licitanet.com.br). Local de acesso PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1.

Itaúna do Sul-PR, 07 de novembro de 2024.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:680277B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2024

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2024
OBJETO: Contratação de empresa para organização e realização da Etapa de Velocross nos dias 14 e 15 de Dezembro de 2024.
Dotação orçamentária:
03001041220402200733903900000 0290
CONTRATANTE: Município de Ivaí - PR
CONTRATADO: JEVERSON CAMILOTI ME
VALOR GLOBAL: R$ 20.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, INCISO II da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 04/11/2024

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Storer Bueno
Código Identificador:B5F6E873

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 189/2024

PORTARIA Nº 189/2024

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra. **KATIUSKA APARECIDA CORTES**, Professora, matricula 10031, Licença Maternidade de cento e vinte (120) dias, no período de 17 de setembro de 2024 a 14 de janeiro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de setembro de 2024.

GABINETE DO PREFEITO, em 07 de novembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:A9C50DFB

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 190/2024

PORTARIA Nº 190/2024

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. **MAURICIO NASCIMENTO**, Operador de Maquinas, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, no período aquisitivo de 10/09/2023 a 09/09/2024, no período concessivo de 04 de novembro de 2024 a 03 de dezembro de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 07 de novembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:E8D05C35

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 191/2024

PORTARIA Nº 191/2024

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr. **TIAGO HNEDA**, Motorista, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, no período aquisitivo de 23/05/2023 a 22/05/2024, no período concessivo de 21 de novembro de 2024 a 20 de dezembro de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de novembro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 07 de novembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:7907BB11

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1518/2024 E ANEXO

LEI MUNICIPAL Nº 1518/2024

Ementa: Dispõe sobre o Plano Municipal de Cultura do Município de Ivaí, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores do município de Ivaí aprovou e eu sanciono a seguinte:
LEI
Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura (PMC), constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, o município deverá, por meio da Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Ivaí e com base no Plano Municipal de Cultura, elaborar planos decenais correspondentes.

Art. 3º O Poder Legislativo, por intermédio das comissões afins, acompanhará a execução do Plano Municipal de Cultura.

Art. 4º Cabe ao Conselho Municipal de Cultura coordenar o processo de avaliação e revisão do Plano Municipal de Cultura, ao final do mandato de cada composição deste Conselho.

Art. 5º O Plano Plurianual do município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Cultura e dos respectivos planos decenais.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE Ivaí em 07 de novembro de 2024.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PLANO MUNICIPAL DE CULTURA
2024 – 2034
MUNICÍPIO DE IVAÍ - PARANÁ
2024

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito

ANA PAULA DALZOTO SALVADORI
Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Ivaí

ANA PAULA DALZOTO SALVADORI
Presidente do Conselho Municipal de Cultura

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA
GESTÃO 2024-2026

DIRETORIA:

Presidente: Ana Paula Dalzoto Salvadori
Vice-presidente: Marcia Cardoso Gonçalves

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Rafaela Karpinski
Suplente: Elaine Cristina de Oliveira

Secretaria Municipal de Administração

Titular: Marcia Luciene Kobilarsz
Suplente: Egislaine Zubacz

REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS, DA SOCIEDADE CIVIL:

Área 01
Titular: Elaine Nascimento
Suplente: Karine de Fátima Ferreira

Área 02
Titular: Ingrid Aparecida Ditzel Felchak
Suplente: Elizangela Martins Teodorovki

Área 03
Titular: José Márcio Bobek
Suplente: Alessandra Andrade Franco

CAPÍTULO I
HISTÓRICO DO MUNICÍPIO E DIAGNÓSTICO DA CULTURA

História da Cidade Ivaí PR
A cidade de Ivaí, localizada no estado do Paraná, é um lugar de grande importância histórica para compreender a identidade da região. Com uma rica história que remonta aos tempos dos povos indígenas que habitavam a região, passando pela colonização europeia e chegando aos dias atuais, Ivaí é um verdadeiro tesouro de memórias e tradições.
A origem e fundação da cidade de Ivaí estão intimamente ligadas ao contexto histórico da época. No século XIX, com o processo de colonização do Paraná, muitas cidades foram fundadas para abrigar os imigrantes europeus que chegavam em busca de melhores condições de vida. Ivaí não foi exceção. A cidade foi fundada em 1880 por imigrantes poloneses e ucranianos, que se estabeleceram na região em busca de terras férteis e oportunidades.
Antes da chegada dos imigrantes europeus, a região onde hoje está localizada a cidade de Ivaí, era habitada por povos indígenas. Diversas tribos indígenas ocupavam essas terras, como os Kaingang e os Guarani. A presença desses povos indígenas deixou marcas profundas na cultura e tradições de Ivaí. Muitos aspectos da culinária, artesanato e festividades locais têm influência indígena, demonstrando a importância desses primeiros habitantes na formação da identidade da cidade.
A chegada dos imigrantes europeus em Ivaí foi um marco na história da cidade. Esses imigrantes, principalmente poloneses e ucranianos, trouxeram consigo suas tradições, costumes e conhecimentos agrícolas. A contribuição desses imigrantes para a economia e cultura de Ivaí foi significativa. Eles foram responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura na região, introduzindo novas técnicas de cultivo e diversificando as atividades econômicas.
A agricultura sempre desempenhou um papel fundamental na história de Ivaí. Com terras férteis e um clima propício, a região se tornou um importante polo agrícola. Ao longo dos anos, diversas culturas agrícolas foram produzidas em Ivaí, como milho, feijão, soja, trigo e frutas. A agricultura impulsionou o desenvolvimento econômico da cidade, gerando empregos e renda para a população local.
O processo de emancipação do município de Ivaí ocorreu em 1961, quando a cidade se desmembrou de Ipiranga. Essa conquista foi um marco importante na história de Ivaí, pois permitiu que a cidade tivesse autonomia política e administrativa. Após a criação do município, diversas conquistas foram alcançadas, como a melhoria da infraestrutura urbana, a ampliação dos serviços públicos e o fortalecimento da economia local.
Da união dos distritos de Ivaí e de Bom Jardim do Sul, foi criado o município de Ivaí, sendo emancipado de Ipiranga através da Lei 4.382 de 10 de junho de 1961 e instalado oficialmente em 03 de dezembro de 1961

Hino de Ivaí - PR
Sobre o manto de luz que da serra
Desenhou fabuloso destino
Tu surgistes a sorrir minha terra
Resultado esplendoroso de um sonho divino
Braços fortes de heroicos gigantes
Revolvendo com vigor estas glebas colossais
Transformaram as matas de antes
Nesta joia altiva dos Campos Gerais
(Estribilho)
És a terra mais linda que há
Neste recanto feliz do Paraná
Ivaí, em teu mundo e bem querer.
Sou teu filho e por ti quero viver.
Ivaí caudaloso a irrigar
Este solo de raro esplendor
Assegura um futuro singular
A quem trabalha com alma e ardor
Com a proteção de Cristo Rei, teu padroeiro.
As sementes deram frutos de muito valor
Antevendo um futuro altaneiro
Ao teu povo, Ivaí meu grande amor. Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Plano Municipal de Cultura de Ivaí define políticas públicas por dez anos, assegurando o estabelecimento de um sistema de gestão pública e participativa, e o acompanhamento e avaliação das políticas culturais, proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, acesso à produção e fruição da cultura em todo o município, além da inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico, e terá como princípios:

I - A universalização do acesso à cultura;
II - A afirmação dos valores, identidades, diversidade e pluralismo cultural;
III - A participação da sociedade civil e o diálogo com agentes culturais e criadores;
IV - A implantação de um modelo qualificado de gestão compartilhada, eficaz e eficiente no planejamento e execução de políticas culturais;
V - A transversalidade e a integração da política cultural com as demais políticas de Estado;
VI - A cultura como fator de desenvolvimento sustentável local e regional;
VII - A valorização da memória e do patrimônio cultural.

São objetivos do Plano Municipal de Cultura:

I - Universalizar o acesso à arte e à cultura;
II - Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
III - Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
IV - Articular políticas públicas de cultura buscando a transversalidade com outras áreas;
V - Fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas
culturais;
VI - Qualificar a gestão na área cultural;
VII - Formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas culturais;
VIII - Qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
IX - Fomentar a produção e a difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais;
X - Preservar e promover o patrimônio cultural material e imaterial;
XI - Criar mecanismos para o desenvolvimento da economia da cultura estimulando a sustentabilidade dos processos culturais.

O Plano Municipal de Cultura será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelo Conselho Municipal de Cultura (CMC) de Ivaí - Paraná.
Parágrafo único - O CMC exercerá a função de coordenação executiva do Plano Municipal de Cultura, conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de

adesão, pelo estabelecimento de cronogramas e pelos regimentos de demais especificações necessárias à sua implantação.
A implementação do Plano Municipal de Cultura será feita em regime de
cooperação entre o Município, o Estado do Paraná e em parceria com a União, haja vista o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei Federal nº 12.343, de 02/12/2010

Parágrafo único - A implementação dos programas, ações e projetos instituídos no âmbito do Plano Municipal de Cultura poderá ser realizada com a participação de instituições públicas ou privadas, mediante a celebração de instrumentos previstos em lei.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

Compete ao Poder Público, nos termos desta Lei:

I - Formular, em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura, políticas públicas
e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano;
II - Garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Municipal de
Cultura, e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;
III - Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos
culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos desta Lei;
IV - Proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção
de cultura em todo o território e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;
V - Promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural, a
circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais, e o contrato e a fruição da arte e da cultura de forma universal;
VI - Garantir a preservação do patrimônio cultural do município de Ivaí, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade do Município de Ivaí;
VII - Articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação social, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, entre outras;
VIII - Dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura do Município de Ivaí, na região, no estado, no país e no mundo, promovendo bens culturais e criações artísticas da cidade no ambiente regional, estadual, nacional e internacional e dar suporte à presença desses produtos nos mercados de interesse econômico e geopolítico do país;
IX - Organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;
X - Regular o mercado interno, estimulando os produtos culturais do município de Ivaí com o objetivo de reduzir desigualdades sociais e regionais, profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e aplicando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico;
XI - Coordenar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes
áreas artísticas, respeitando seus desdobramentos e segmentações, e também
para os demais campos de manifestação simbólica, identificados entre as diversas expressões culturais e que reivindiquem a sua estruturação;
XII - Incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Municipal de Cultura, por meio de ações próprias, parcerias, participação em programas e outras estratégias e ações.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES, METAS E AÇÕES

São diretrizes do PMC
I - Fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas
culturais, intensificar o planejamento de programas e ações voltados ao campo
cultural e consolidar a execução de políticas para a cultura;
II - Reconhecer e valorizar a diversidade artística e cultural, bem como proteger e promover as artes e expressões culturais;
III - Universalizar o acesso à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
IV - Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socio econômico sustentável, promover as condições necessárias para a consolidação da economia criativa e da cultura, além de induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;
V - Estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de
participação da sociedade civil e ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores de arte e cultura.

São metas e respectivas ações do PMC:

Meta 1 - Cultura e Desenvolvimento
I. Criar e implementar políticas de apoio à geração de renda por parte dos diferentes segmentos culturais:
II. Oferecer espaços para a comercialização da produção artístico cultural local;
III. Promover parcerias para incentivo à profissionalização e/ou formalização dos agentes culturais;
IV- Apoiar as iniciativas de geração de renda e profissionalização através de atividades culturais;
V. Criar políticas de incentivo à produção contínua dos agentes de economia criativa;
VI. Estimular a utilização de atividades artístico culturais como metodologia de educação em todas as áreas de atuação do poder público.
VII. Oferecer oficinas/cursos de artesanato, dança (Ballet, jazz, hip hop, etc.) desenho, pintura, fotografia, canto, instrumentos musicais (Violão, piano, etc.)
VIII. Fornecer auxilio para novas oficinas/cursos e para que aquelas já existentes continuem realizando suas atividades e possam participar de eventos e exposições com peças/atividades selecionadas.
IX. Manutenção da fanfarra.
X. Difundir a cultura de benzedeiras, country, gaúcha e etc.
XI. Incentivar produção literária, fornecendo oficinas de leitura, aulas de redação e escrita.
XII. Criar projetos para oferecer atividades culturais aos alunos da rede municipal de ensino, integrando assim o cronograma escolar.

Meta 2- Gestão e Institucionalidade da Cultura
I. Implantar o Sistema Municipal de Cultura, e seus respectivos elementos principais, nos moldes do Sistema Nacional de Cultura;
II. Implantar o sistema municipal de cultura, conforme recomendações do sistema nacional de cultura;
III. Eleger um Conselho Municipal de Cultura e mantê-lo ativo;
IV. Realizar conferência municipal de cultura anualmente ou sempre que convocada pelo ministério da cultura ou pelo conselho municipal de políticas culturais;
V. Utilizar audiências públicas para revisão periódica do plano municipal de cultura;
VI. Apoiar a criação de fóruns setoriais através do conselho municipal de políticas culturais.

Meta3- Criar e implementar políticas de difusão e valorização da produção artística local:
I. Estabelecer estratégias de divulgação da produção cultural local;
II. Promover cursos, oficinas e especializações culturais para os agentes culturais e toda a população do município.
III. Criar calendário culturas do Município e divulgar os eventos nas plataformas disponibilizadas pelo Ministério da Cultura.

Meta 4- Ampliar os recursos investidos em cultura, democratizando e descentralizando a sua distribuição:
I. Ampliar gradativamente o orçamento para a cultura.
II. Levar peças culturais e oficinas para que os cidadãos das áreas rurais também possam consumir e produzir produtos culturais.

Meta 5- - Utilizar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais como mecanismo primordial de informações do município:
I. Manter atualizados os cadastros de equipamentos, profissionais e serviços culturais do município, no sistema municipal de informações e indicadores culturais;
II. Utilizar o SNIIC e SMIIC para monitoramento dos equipamentos, produtores e ações culturais no município;

Meta 6 - Ampliar a oferta de equipamentos culturais;
I. Instalar equipamentos culturais, observando critérios de acesso, acessibilidade e descentralização, exemplos:
• Espaço para a administração da fundação municipal de cultura;
• Centros culturais descentralizados;
• Centro de eventos;
• Teatro municipal;
• Arquivo histórico;
• Biblioteca municipal;
• Casa de memória.

CAPÍTULO V
DO FINANCIAMENTO

Os planos plurianuais e as leis de diretrizes orçamentárias do Município de Ivaí disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes desta Lei. O órgão gestor municipal de cultura, na condição de coordenador executivo do Plano Municipal de Cultura deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura, de forma a atender os objetivos do Plano Municipal de Cultura e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento.

CAPÍTULO VI
DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Compete ao órgão gestor municipal de cultura Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Ivaí, em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura, a função de monitorar e avaliar periodicamente o alcance das diretrizes e a eficácia das metas do Plano Municipal de Cultura, com base em indicadores locais e regionais que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso à cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais.
O órgão gestor municipal de cultura e o conselho municipal de cultura realizarão uma reunião semestral para avaliar as ações executadas no semestre. A cada dois anos, será apresentado um relatório na conferência municipal de cultura, que será debatido com a sociedade civil, o que poderá resultar numa atualização do Plano Municipal de Cultura a cada quatro anos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O Plano Municipal de Cultura deverá ser revisado e eventualmente atualizado em até cinco anos, a partir das resoluções do Conselho Municipal de Cultura de Ivaí.

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:789F3580

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1519/2024

LEI MUNICIPAL Nº 1519/2024

Súmula: Altera a Lei nº 1116/2015

A Câmara municipal de Ivaí, Estado do Paraná, aprovou e Eu ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte...
L E I
Art. 1º - Os arts. 16 e 41 da Lei 1116/2015 passarão a vigorar com as seguintes redações:
Art. 16. Os representantes não-governamentais serão eleitos na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo:
I - 05 (cinco) representantes de entidades não-governamentais de atendimento a criança e ao adolescente, vinculados a alguma Organização da Sociedade Civil – OSC.

Art. 41. Os Conselhos Tutelares funcionarão de segunda a sexta feira, no horário das 8h às 17h, sendo que todos os membros deverão registrar suas entradas e saídas ao trabalho no relógio ponto digital e, na falta deste, de maneira manual em cartão ponto, ambos vistados pelo Presidente do CMDCA.

I - Haverá escala de sobreaviso no horário de almoço e noturno, a ser estabelecida e aprovada pelo seu Colegiado dos Conselheiros Tutelares, compreendida das 12h às 13h e das 17h às 8h, de segunda a sexta-feira, devendo o Conselheiro Tutelar ser acionado através do telefone de emergência.

II - Haverá escala de sobreaviso para atendimento especial nos finais de semana e feriados, estabelecida e aprovada pelo seu Colegiado dos Conselheiros Tutelares.

III - O Conselheiro Tutelar estará sujeito a regime de dedicação integral, excetuado o disposto no art.38, inciso II desta Lei, vedados quaisquer pagamentos a título de horas extras ou assemelhados.

IV – O Conselho Tutelar deverá expedir escala mensalmente especificando um de seus membros para permanecer disponível para prestar atendimento em horário de sobreaviso, período compreendido entre os horários das 17h às 08h do dia seguinte de segunda-feira a sexta-feira, e em feriados, sábados e domingos em horário integral.

V – Referente ao período de segunda-feira a sexta-feira em compensação ao horário dedicado ao período de disponibilidade em sobreaviso cada membro do Conselho Tutelar poderá usufruir de uma folga semanal em dia útil e fixo da semana, conforme definição do colegiado através de sorteio ou outro meio que garanta igualdade de direitos.

VI – Referente ao período de finais de semana, sábados e domingos, o membro do Conselho Tutelar atuante na escala de sobreaviso, em compensação ao período dedicado, deverá usufruir nas segundas-feiras da folga gerada pelo cumprimento de escala em final de semana.

VII – Os membros do Conselho Tutelar deverão usufruir regularmente das folgas conforme estabelecidas em escala mensal, não devendo acumular folgas para garantir o maior número de membros atuando cotidianamente.

VIII - Os dias fixos das folgas, conforme escala mensal serão válidos mesmo nas hipóteses que coincidirem com datas de feriados, não sendo admitido migrar o dia do usufruto da folga.

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais termos da Lei 1116/2015.
Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 07 de novembro de 2024.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:EE0C6D45

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
RESOLUÇÃO N. 01, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

Regulamenta a concessão de diárias aos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal em viagens, instituídas pelaLeiMunicipal n. 903/2023 e daquelas que vierem a substituí-la.

Art. 1ºA concessão de diárias objetiva custear despesas de viagens e estadas para desempenho de atividades em caráter eventual, transitório e em razão de serviço, para localidade diversa de sua sede ou circunscrição.

Art. 2ºPara a concessão de diárias deverá haver expressa autorização e regulamentação em ato legislativo próprio.

§1ºAs diárias serão concedidas de acordo com o interesse público, devidamente fundamentado, e cobrirão despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbano nos limites da cidade de destino e não será concedida para participação em encontros, convenções ou contatos de cunho Político Partidários.

§ 2ºNão havendo veículo oficial, haverá o custo das passagens ou o pagamento de indenização de transporte locado.

§ 3ºPara fins de concessão de diárias, o servidor ou Vereador interessado deverá dirigir requerimentoao Presidente, com no mínimo12(doze) diasúteisde antecedência, instruído com a motivação da viagem, o período do afastamento e o destino, de acordo com o modelo de requerimento contido no Anexo I desta Resolução.

§ 4ºQuando o beneficiado com diárias for o Presidente da Câmara, este deverá endereçar seu requerimento à Mesa Diretora, nos moldes previstos para os demais vereadores, com apreciação posterior do Controle Interno.

§ 5ºO Ato de concessão emitido após a autorização do Presidente da Mesa Executiva deverá conter: Nome do beneficiário, cargo, CPF, objetivo da viagem, período de afastamento, origem e destino, quantidade de diárias e valor.

§ 6ºNão será autorizada a concessão de indenizações após a realização do evento que deu origem ao pedido, salvo no caso de verificação de despesas imprevisíveis e de força maior, devidamente justificadas e documentadas.

I-A autorização para concessão de diárias pressupõe, obrigatoriamente:

a)Compatibilidade dos motivos do deslocamento com interesse público;

b)Correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo;

Art. 3ºO pagamento de diárias deveráconstar no Portal da Transparência do Poder Legislativo Municipal, com indicação do nome do beneficiário, cargo ou função que exerce, destinode viagem,período de afastamento, atividade a ser desenvolvida, valor despendido e onúmero do processo administrativo a que se refere a autorização.

§ 1ºAs diárias serão concedidas por dia de afastamento, se houver pernoite, e o valor será o fixado anteriormente e corrigido anualmente pelo índice oficial.

I -Para efeito de concessão de diárias, deverá ser incluído o dia da viagem de ida até o dia de retorno;

II -Quando não houver pernoite o valor da diária será reduzido, nos termos da Lei n. 903/23.

III -Em caso de deslocamentos que incluam fins de semana ou feriados será excepcional, devendo estar expressamente justificado;

IV -As despesas de diárias deverão seguir o rito da Lei Federal n. 4.320/64, ou seja, concessão mediante empenho prévio, emissão de nota de liquidação e de ordem de pagamento, dentro dos limites do Crédito Orçamentário.

Art.4ºEm caso de cancelamento da viagem, retorno antes do prazo previsto ou creditamento de valores fora das hipóteses autorizadas, as diárias recebidas em excesso ou indevidamente deverão ser restituídas em prazo razoável de, no máximo, 05 (cinco) dias, com devida justificativa.

Art.5ºNa hipótese de o beneficiário não proceder de Ofício à restituição no prazo fixado no ato legislativo, o mesmo ficará sujeito ao desconto do valor respectivo em folha de pagamento, acrescido de juros e correção monetária.

Art.6ºO Vereador ou servidor, ao final da missão, deverá apresentar dentro de no máximo 05(cinco) dias após o retorno:

I -Atestado ou certificado de frequência que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local do destino, conforme solicitação previa da diária;

II -Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas durante o período de afastamento;

III -A não apresentação da documentação implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido;
IV- A prestação de contas, deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis,com a apresentação da devida documentação comprobatória.

Art.7ºEsta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Secretariada Câmara Municipal de Ivatuba,em06denovembrode 2024.

DEVANIR MOLINA
Presidente

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:62A1151B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL N.º 208/2024

Nomeia os integrantes do Conselho Municipal de Saúde de Ivatuba – CMSI para a Gestão 2023-2026, nos termos da Lei Municipal n.º 900, de 1º de março de 2023, e revoga as disposições em contrário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais constantes do inc. IV, do art. 74 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Municipal n.º 900/2023, considerando as deliberações ocorridas nas 93ª, 94ª, 95ª, 96ª e 97ª reuniões ordinárias do CMSI, bem como na 28ª reunião extraordinária do CMSI,

D E C R E T A:

Art. 1ºFicam nomeados os representantes abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Saúde de Ivatuba - CMSI, conforme a legislação em vigor, com mandato de 4 (quatro) anos, entre os anos de 2023 e 2026, com diretoria denominada nos termos do artigo 2º deste Decreto, na seguinte ordem:

Parágrafo 1ºRepresentantes dos Usuários do Sistema Único de Saúde - SUS:
Titular: Angela Maria Bonfim - Associação Comunitária Vila Rural Olyntho Schmitt
Suplente: Angela Ana Calvi Presa - Associação Comunitária Vila Rural Olyntho Schmitt
Titular: Nelma Narcizo de Brito – Associação dos Moradores do Jardim Refúgio
Suplente: Valdir Nogueira Preciliano – Associação dos Moradores do Jardim Refúgio
Titular: João Bezerra Gomes – Igreja Evangélica Assembleia de Deus
Suplente: Nilson Feliciano Filho – Igreja Evangélica Assembleia de Deus
Titular: Luzia Duminelli Mendes – Paróquia Nossa Senhora do Rocio
Suplente: Maria Aparecida Viana da Silva – Paróquia Nossa Senhora do Rocio

Parágrafo 2ºRepresentantes dos Trabalhadores de Saúde:
Titular: Ivete Aparecida Dante - Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR
Suplente: Gislaine Consentini Rodrigues – Conselho Regional de Enfermagem do Paraná - Coren/PR
Titular: Eliane Cristina de Mattia Broto – Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná - CRF-PR
Suplente: Claudineia Aparecida Waterkemper Huss – Conselho Regional de Odontologia do Paraná - CRO-PR

Parágrafo 3ºRepresentantes da Gestão Municipal de Saúde:
Titular: Ronaldo Dinis Vanso
Suplente: Ana Paula dos Reis
Titular: Sandra Lucia Presa dos Santos
Suplente: Ana Paula Massini

Art. 2ºA Mesa Diretora do CMSI ficará constituída da seguinte forma para o mandato de 2 (dois) anos:
Presidente: Sandra Lucia Presa dos Santos
Vice-presidente: Eliane Cristina de Mattia Broto
1ª Secretária: Nelma Narcizo de Brito
2ª Secretária: Angela Maria Bonfim

Art. 3ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com revogação expressa dos Decretos n.º 73/2023, 172/2023 e 148/2024.

Paço Municipal José Gimenes Alvares, em 7 de novembro de 2024.

SERGIO JOSE SANTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:5C12DAFB

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL Nº 02/2024, QUE CELEBRAM ENTRE SI MUNICÍPIO DE IVATUBA E A EMPRESA VANESSA LABIAK CATOSSI

O MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNP/MF sob o nº 76.285.337/0001-54,com sede à Rua Marechal Floriano n.º 797, em Ivatuba-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Sérgio Santi, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente nesta cidade, doravante denominado MUNICÍPIO DE IVATUBA,e a empresa VANESSA LABIAK CATOSSI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF52.598.961/0001-43, com sedeEstrada Porto de Areia, n.º 82, Condomínio Barra do Ivaí 1, em Ivatuba-PR,neste ato representada por sua representante legal, senhora Vanessa Labiak Catossi, brasileira, casada,do comércio, portadora da CI/RG n.º9851695-6daSESP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n.º051.414.119-07, residente emIvatuba-PR, doravante denominada PERMISSIONÁRIA resolvem celebrar o presente instrumento de Permissão de Uso de Imóvel, nos termos fixados peloart.91,§3º da Lei Orgânica do Município de Ivatuba e Processo n.º2521/2024, de22/10/2024,autorizado pelo parecer jurídico n.º198/2024, de30/10/2024, e Decreto n.º204/2024, de30/10/2024, publicado no OOEM em30/10/2024, e demais disposições daLeiFederal n.º14.133/21, e demais legislações correlatas, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
Constitui objeto do presente Termo firmado entre o MUNICÍPIO DE IVATUBA e a PERMISSIONÁRIA, a Permissão de Uso de Imóvel de 01 (um)Imóvel Público, visando à implantação de empresa de recarga de cartuchos para equipamentos de informática, representado pelo Lote 01, Quadra 00M,da cidade de Ivatuba, com área construída de 252,00 m2, localizado na Demetrio Mori, n.º 1817,com base no art. 91, §3º,da Lei Orgânica do Município, com aplicação das demais disposições previstas pela Lei Federal n.º14.133/21, conforme croqui anexo.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO.
Este Termo terá prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com início em07 de novembro de 2024e término em07 de novembro de 2026, com possibilidade de haver prorrogação por igual período, desde que haja cumprimento das obrigações no período e ampliação da atividade, como implemento de empregos e estágios na área de sua atividade.

Ivatuba-PR,07 de novembro de 2024.

SÉRGIO JOSÉ SANTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C54F2EEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 038/2024- PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da SenhoritaJosilaine Fatima de Oliveira,Agente de Contrataçãode Licitação, que dispensou com fundamento noArtigo75da Lei Federal nº.14.133/2021, a favor da proponenteEXTINTORES MARINGAENSE LTDA,inscrita no CNPJ/MF sob o nº.84.891.877/0001-09, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto:Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição e recarga de extintores, para atender a demanda das Secretarias do Município,conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº.038/2024-PMI, no valor de R$15.360,00(quinze mil trezentos e sessenta reais).

Ivatuba/Pr,06 de novembro de 2024.

SERGIO JOSÉ SANTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:4C1A2B91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1°. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 097/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2019-PMI ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA:BANCO BRADESCO S.A.,inscrita no CNPJ sob o n°.60.746.948/0001-12.
OBJETO:O presente aditivo tem por objeto a prorrogação deprazo doContrato de Prestação de Serviços nº. 097/2019, firmado com a empresaBANCO BRADESCO S.A.paraoperar os serviços de

processamento e gerenciamento de créditosprovenientes da folha de pagamento dos servidores ativos do Município de Ivatuba.
FUNDAMENTO LEGAL:Artigo 57, inciso II, Parágrafo4°,Lei n°. 8.666/93.
VIGÊNCIA:Prorrogam-se por mais03 (três) meses.
INICIO DA VIGÊNCIA:26deOutubro de 2024.
TÉRMINO DA VIGÊNCIA:26 de Janeirode 2025.
FORO:Comarca dePaiçandu– Pr.

Ivatuba - Pr,23deoutubro de 2024.

SERGIO JOSÉ SANTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:11DEB2FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N.º 47/2024 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVATUBA

Aprova o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), referente ao2º quadrimestre do ano de 2024, apresentado pela Secretaria de Saúde do município de Ivatuba/PR.

O PLENO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVATUBA - CMSI, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal n.º 900, de 1º de março de 2023, e por seu Regimento Interno,

Considerando:

O disposto na Constituição Federal (CF), Art. 198, e na Lei n.º 8.142/1990, no que diz respeito a avaliação dos relatórios de gestão que permitam o controle pelo Conselho, bem como as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

O disposto na Lei Federal n.º 8.080/1990, Art. 36 , § 1º, apontando que os planos de saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária e, conforme expresso no § 2º, é vedado a transferência de recursos para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área da saúde;

O disposto na Lei Complementar n.º 101/2000, Art. 48, definindo que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos;

A Lei Complementar n.º 141/2012, Art. 41, que garante aos Conselhos de Saúde a avaliação, a cada quadrimestre, dos relatórios detalhados referentes a execução orçamentária no âmbito da saúde;

Considerando a realização da 97ª reunião ordinária do CMSI, ocorrida em 29deoutubrode 2024, conforme a Ata n.º 125/2024;

RESOLVE:

Art. 1ºAprovar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), referente ao2º quadrimestre do ano de 2024, apresentado pela Secretaria de Saúde do município de Ivatuba/PR;

Art. 2ºA presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ivatuba/PR, em29deoutubrode 2024.

SANDRA LUCIA PRESA DOS SANTOS
Presidente do CMSI

Homologo a Resolução N.º 47/2024 do CMSI nos termos da Lei Federal N.º 8.142/1990, Art. 1º, § 2º.

RONALDO DINIS VANSO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:B6DA9684

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N° 2019/2024

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 219 /2024 – De 07/11/2024
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Eclair Rauen	Prefeito Municipal	Curitiba	07/11/20024	Ir no Detran resolver assuntos de Sinalização das Ruas Urbanas.	R$ 385,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:288A9F77

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 134/2023

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA CNPJ 05.340.639/0001-30.
ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo de Prazo de vigência do Contrato Original de Locação nº. 134/2023 – Pregão Eletrônico nº 31/2023, com autorização legal do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, pelo período estimado de 12 (doze) meses.
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Implantação e Operação de Sistema Informatizado e Integrado de Gerenciamento de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Veiculos, Máquinas e Equipamentos Pertencentes à Frota do Município de Jundiaí do Sul – PR, pelo período de 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com previsão na Lei Orçamentária nº 724/2023 de 06/12/2022.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024**.**
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – PR, 07 de novembro de 2024.

ECLAIR RAUEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:62D7EA6D

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 125/2023

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e EMPRESA VALDECIR RODRIGUES SIMAO, CNPJ 16.642.296/0001-84.
ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo de Prazo de vigência do Contrato Original de Prestação de Serviços nº. 125/2023 – Tomada de Preços nº 06/2023, com autorização legal do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, pelo período estimado de 12 (doze) meses.

OBJETO: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação poliédrica com pedras irregulares em estrada rural primaria no município de Jundiaí do Sul-PR.
VIGÊNCIA: Período estimado de 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – PR, 07 de novembro de 2024.

ECLAIR RAUEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:50A41A64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO C.M.S. LAPA/PR Nº 015/2024

APROVA

O Conselho Municipal de Saúde da Lapa – CMS/PR, regulamentado conforme disposto no Parágrafo Único, do art. 141, da Lei Orgânica do Município da Lapa em 04 de abril de 1990, art. 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Municipal Nº 3911, de 24 de fevereiro de 2022 que altera o §1º, do Art. 2º da Lei Municipal nº 1070 de 06 de março de 1991, regulamentado pelo Decreto n° 26792, de 24 de março de 2023 e Decreto n° 26793, de 24 de março de 2023, no uso de sua competência regimental, reunido na 9ª REUNIÃO ORDINARIA de 2024 – 336ª RO, pela maioria de seus conselheiros presentes,
RESOLVE:

APROVAR o Plano de Ação que trata do planejamento para execução financeira dos recursos transferidos por meio do Incentivo Financeiro de Custeio Mensal do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), conforme disposto na Resolução SESA nº 924/2024, no valor de R$ 87.000,00.

Lapa, PR 28 de outubro de 2024.

CELSO GOLL DE CAMARGO
Presidente do CMS Lapa – PR

JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO
Secretário Municipal de Saúde e Des Social

Homologo a Resolução CMS/LAPA n.º 015/2024, nos termos do Parágrafo 2º, artigo 1º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e Resolução CNS n° 453, de 10 de maio de 2012.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8C718310

GABINETE
DECRETO N° 28097, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4187 de 27 de Dezembro de 2023.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4187, de 27/12/2023;
Considerando o P.D. nº 28285, de 21/10/2024, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 332.500,00 (Trezentos e Trinta e Dois Mil e Quinhentos Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

09 Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura e Esporte	
09.02 Departamento de Esporte e Lazer	
27.0813.0023.2323 Manutenção do Departamento de Esporte e Lazer	
1832: 4.4.90.51.00.00.743 – Obras e instalações	R$ 332.500,00
TOTAL.....	**R$ 332.500,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 743	R$ 332.500,00
TOTAL.....	**R$ 332.500,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 07 de Novembro de 2024.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 07 de Novembro de 2024.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D8E69E64

GABINETE
DECRETO Nº 28098, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Súmula: Altera o Decreto nº 27188, de 15.08.2023, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e,

-Considerando o disposto na Lei nº 1666, de 26 de novembro de 2002, que regulamenta em nosso Município a Política do Idoso e cria o seu Conselho Municipal;

-Considerando o Ofício nº 09/2024, do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

-Considerando o Processo Digital nº 29351/2024, do Departamento Geral de Políticas de Assistência Social;

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a composição do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI, passando o art. 1º do Decreto nº 27188, de 15 de agosto de 2023 a vigorar com a seguinte alteração:

"Art.1º - (...)

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

(...)

VI - DA ÁREA DE AÇÃO SOCIAL
1. Titular: Sandra dos Santos Alves
2. Suplente: Ana Lívia Szvase Zultanski

REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS

(...)

VI - INSTITUTO BORGES DA SILVEIRA - IBS

1. Titular: Claudete Marli Abrão Ferreira
2. Suplente: Dolores Goslar"

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto nº 27188, de 15 de agosto de 2023.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 07 de Novembro de 2024.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Documento eletrônico datado e assinado por Diego Timbirussu Ribas, prefeito do Município da Lapa, na forma do decreto nº 24043, de 01 de abril de 2019.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:095F7B72

GABINETE
DECRETO Nº 28099, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Súmula: Aprova desmembramento de imóvel.

O Prefeito do município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

• Considerando o Processo Digital nº 23400/2021,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento do imóvel identificado como sendo O TERRENO RURAL, denominado de "ÁREA-B" com 8.166,12m², ou seja, 13 litros e 301,12m², situado no lugar denominado "RESTINGA", Colônia Mariental, neste Município de Lapa PR, objeto da Matrícula sob nº 28.226, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, que, subdividido, ficará transformado em 04 Lotes:

• Área - B1 – Matrícula nº 28.226: Área total de 3.118,60 m²;

• Área - B2 – Matrícula nº 28.226: Área total de 2.935,48 m²;

• Área - B3 – Matrícula nº 28.226: Área total de 1.339,72 m²;

• Área - B4 – Matrícula nº 28.226: Área total de 772,32 m²;

tudo conforme plantas e memoriais descritivos constante no Processo Digital e no Parecer da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - Todas as medidas e confrontações anotadas no Projeto de Desmembramento são de inteira responsabilidade dos proprietários e do autor do mencionado projeto.

Art. 3º - É deferida a expedição de Licença de Desmembramento, para fins de averbação no Cartório Imobiliário respectivo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 07 de Novembro de 2024.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Documento eletrônico datado e assinado por Diego Timbirussu Ribas, prefeito do Município da Lapa, na forma do Decreto nº 24043, de 01 de abril de 2019.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9C9E78D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1511 DE 30 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 07/12/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando a Portaria nº 1324/2024, de 20/09/2024;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008;

Art. 1º - DESIGNAR, o Doutor GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, para realização de Perícia Médica no (a) servidor (a) afastado (a) e a seguir qualificado (a):

NOME: CRISTIANA MEIRA
CIRG Nº: 9507286-0 SSP/PR
MATRÍCULA: 10231-1
CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM
GRUPO OCUPACIONAL: TECNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE: B REFERÊNCIA: 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/
CENTRAL PEDIÁTRICA DR ALOISIO LEONI

Art. 2º - A perícia será realizada em 01/11/2024, a partir das 09h, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico perito emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 30 de outubro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:501AD784

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1512 DE 30 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para cuidar de pessoa da família e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 07/12/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando a Portaria nº 1399/2024, de 04/10/2024;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 133, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008;

Art. 1º - DESIGNAR, o Doutor GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, para realização de Perícia Médica no (a) servidor (a) afastado (a) e a seguir qualificado (a):

NOME: JANAYNA LIMA GREMSKI
CIRG Nº: 10910905-3 SSP/PR
MATRÍCULA: 10995-1
CARGO: EDUCADOR INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO
CLASSE: C REFERÊNCIA: 05

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ CMEI LIA TEREZA CAMPANHOLO MENDES

Art. 2º - A perícia será realizada em 01/11/2024, a partir das 09h, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico perito emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 30 de outubro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:718A64CC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1513 DE 30 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 07/12/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando a Portaria nº 1485/2024, de 25/10/2024;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008;

Art. 1º - DESIGNAR, o Doutor GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, para realização de Perícia Médica no (a) servidor (a) afastado (a) e a seguir qualificado (a):

NOME: JHEIHZA CRISTINA PEDROSO DE MATOS
CIRG Nº: 14295025-1 SSP/PR
MATRÍCULA: 82232-1
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
GRUPO OCUPACIONAL: OPERACIONAL
CLASSE: B REFERÊNCIA: 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ESCOLA MUNICIPAL LAURO MOREIRA MONTENEGRO

Art. 2º - A perícia será realizada em 01/11/2024, a partir das 09h, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico perito emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 30 de outubro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:21135A44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1514 DE 30 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 07/12/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando a Portaria nº 1320/2024, de 20/09/2024;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008;

Art. 1º - DESIGNAR, o Doutor GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, para realização de Perícia Médica no (a) servidor (a) afastado (a) e a seguir qualificado (a):

NOME: LARISSA CARNEIRO RIBAS
CIRG Nº: 9730990-6 SSP/PR
MATRÍCULA: 6781-3
CARGO: EDUCADOR INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO
CLASSE: C REFERÊNCIA: 06
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ CMEI MARIA DE
LOURDES FERRAZ LEONARDI

Art. 2º - A perícia será realizada em 01/11/2024, a partir das 09h, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico perito emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 30 de outubro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:A29250FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1515 DE 30 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 07/12/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando a Portaria nº 1074/2024, de 29/07/2024;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008;

Art. 1º - DESIGNAR, o Doutor GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, para realização de Perícia Médica no (a) servidor (a) afastado (a) e a seguir qualificado (a):

NOME: LUCIANE DE SOUZA
CIRG Nº: 2082053-5 SSP/PR
MATRÍCULA: 4582-1
CARGO: FONOAUDIOLOGO
GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR
CLASSE: C REFERÊNCIA: 11
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/
MATERNIDADE MUNICIPAL HUMBERTO CARRANO

Art. 2º - A perícia será realizada em 01/11/2024, a partir das 09h, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico perito emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 30 de outubro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C891B641

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1516 DE 30 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 07/12/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando a Portaria nº 1312/2024, de 20/09/2024;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008;

Art. 1º - DESIGNAR, o Doutor GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, para realização de Perícia Médica no (a) servidor (a) afastado (a) e a seguir qualificado (a):

NOME: LUIZ CARLOS HAMMERSCHMIDT
CIRG Nº: 3129425-8 SSP/PR
MATRÍCULA: 81013-1
CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL
GRUPO OCUPACIONAL: 509 B 02
CLASSE: REFERÊNCIA:
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE/
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Art. 2º - A perícia será realizada em 01/11/2024, a partir das 09h, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico perito emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 30 de outubro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:17B9D6C2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1517 DE 30 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 07/12/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando os atestados médicos de 23/09/2024, 25/10/2024 e 28/10/2024 fornecidos pelos (as) Doutores (as) Matheus Antonio, CRM: 52878/PR, Rafaela Hammerschmidt, CRM: 54694, e Braulio Moreira Junior, CRM: 20050;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008;

Art. 1º - DESIGNAR, o Doutor GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, para realização de Perícia Médica no (a) servidor (a) afastado (a) e a seguir qualificado (a):

NOME: SILVANE LEINEKER SATLER
CIRG Nº: 6897465-8 SSP/PR
MATRÍCULA: 1456-1
CARGO: ATENDENTE INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE: C REFERÊNCIA: 05
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ CMEI LIA TEREZA CAMPANHOLO MENDES

Art. 2º - A perícia será realizada em 01/11/2024, a partir das 09h, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico perito emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 30 de outubro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8FD18D1E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1518 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre o retorno às atividades do cargo do servidor e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 07/12/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo de 30/10/2024, firmado pela junta médica designada através da Portaria nº 1462/2024, de 22/10/2024;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 36, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008;

Art. 1º - DETERMINAR, ao(a) servidor(a) abaixo qualificado(a), retorno às atividades pertinentes ao cargo de atendente infantil, a partir de 31/10/2024.

NOME: ROSELIA APARECIDA ROSSI CARNEIRO
CIRG Nº: 6042486-1 SSP/PR
MATRÍCULA: 1363-1
CARGO: ATENDENTE INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE: C REFERÊNCIA: 08
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ CMEI CASA DA CRIANÇA JOSÉ LACERDA

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/10/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B7C80B19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1519 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de redução de carga horária.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo de 30/10/2024, emitido pela Junta médica Designada pela Portaria nº 1463/2024, de 22/10/2024.

(II) Considerando o Parecer Instrutório nº 1002/2023, da Procuradoria Geral do Município;

Art. 1º - CONCEDER, a partir de 31/10/2024, REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, no importe de 20% (vinte por cento), à servidora abaixo qualificada.

NOME: PATRICIA BITTENCOURT FERREIRA COTTING
CIRG Nº: 8792236-7 SSP/PR
MATRÍCULA: 81130-2
CARGO: PSICÓLOGO
GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR
CLASSE: C REFERÊNCIA: 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/ CAPS

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/10/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:8285D871

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1520 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de redução de carga horária.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo de 30/10/2024, emitido pela Junta médica Designada pela Portaria nº 1461/2024, de 22/10/2024.

(II) Considerando o Parecer Instrutório nº 1002/2023, da Procuradoria Geral do Município;

Art. 1º - CONCEDER, a partir de 31/10/2024, REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, no importe de 50% (cinquenta por cento), à servidora abaixo qualificada.

NOME: KETELYN ROSA ALVES CARVALHO
CIRG Nº: 10911045-0 SSP/PR
MATRÍCULA: 82276-1
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
GRUPO OCUPACIONAL: OPERACIONAL
CLASSE: B REFERÊNCIA: 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ LAR EDUCANDÁRIO SÃO VICENTE DE PAULA

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/10/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:459326F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1521 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre encaminhamanto de servidor para aposentadoria.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo Médico de 30/10/2024, firmado pela junta médica através da Portaria nº 1460/2024, de 22/10/2024, da Secretaria Municipal de Administração;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

(III) Considerando o art. 21, §§ 4º e 6º, da Lei nº 2183, de 24/06/2008.

Art. 1º - ENCAMINHAR, o(a) servidor(a) abaixo qualificado(a), para aposentadoria por invalidez.

NOME: BENEDITO ALTAIR TEIXEIRA CARVALHO
CIRG Nº: 7894453-6 SSP/PR
MATRÍCULA: 81016-1
CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL
GRUPO OCUPACIONAL: OPERACIONAL
CLASSE: B REFERÊNCIA: 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE

Art. 2º - O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções até a conclusão do processo de aposentadoria.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:6727E7E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1522 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo Médico firmado pelo Dr. GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, através da Portaria nº 1517/2024, de 30/10/2024, da Secretaria Municipal de Administração;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º - CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao(a) servidor(a) abaixo qualificado(a):

NOME: SILVANE LEINEKER SATLER
CIRG Nº: 6897465-8 SSP/PR
MATRÍCULA: 1456-1
CARGO: ATENDENTE INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE: C REFERÊNCIA: 05
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ CMEI LIA TEREZA CAMPANHOLO MENDES

Art. 2º - O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções de 28/10/2024 a 08/11/2024, quando deverá realizar nova perícia.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/10/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7ABF75D2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1523 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo Médico firmado pelo Dr. GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, através da Portaria nº 1514/2024, de 30/10/2024, da Secretaria Municipal de Administração;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º - CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao(a) servidor(a) abaixo qualificado(a):

NOME: LARISSA CARNEIRO RIBAS
CIRG Nº: 9730990-6 SSP/PR
MATRÍCULA: 6781-3
CARGO: EDUCADOR INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO
CLASSE: C REFERÊNCIA: 06
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ CMEI MARIA DE
LOURDES FERRAZ LEONARDI

Art. 2º - O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções de 02/11/2024 a 13/12/2024, quando deverá realizar nova perícia.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:072FF641

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1524 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo Médico firmado pelo Dr. GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, através da Portaria nº 1515/2024, de 30/10/2024, da Secretaria Municipal de Administração;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º - CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao(a) servidor(a) abaixo qualificado(a):

NOME: LUCIANE DE SOUZA
CIRG Nº: 2082053-5 SSP/PR
MATRÍCULA: 4582-1
CARGO: FONOAUDIOLOGO
GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR
CLASSE: C REFERÊNCIA: 11
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/
MATERNIDADE MUNICIPAL HUMBERTO CARRANO

Art. 2º - O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções de 02/11/2024 a 21/02/2024, quando deverá realizar nova perícia.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E4BE773B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1525 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para cuidar de pessoa da família e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo Médico firmado pelo Dr. GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, através da Portaria nº 1512/2024, de 30/10/2024, da Secretaria Municipal de Administração;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 133, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º - CONCEDER, LICENÇA PARA CUIDAR DE PESSOA DA FAMÍLIA, ao(a) servidor(a) abaixo qualificado(a):

NOME: JANAYNA LIMA GREMSKI
CIRG Nº: 10910905-3 SSP/PR
MATRÍCULA: 10995-1
CARGO: EDUCADOR INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO
CLASSE: C REFERÊNCIA: 05
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ CMEI LIA TEREZA CAMPANHOLO MENDES

Art. 2º - O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções de 02/11/2024 a 06/12/2024, quando deverá realizar nova perícia.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:25FB6079

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1526 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo Médico firmado pelo Dr. GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, através da Portaria nº 1513/2024, de 30/10/2024, da Secretaria Municipal de Administração;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º - CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao(a) servidor(a) abaixo qualificado(a):

NOME: JHEIHZA CRISTINA PEDROSO DE MATOS
CIRG Nº: 14295025-1 SSP/PR
MATRÍCULA: 82232-1
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
GRUPO OCUPACIONAL: OPERACIONAL
CLASSE: B REFERÊNCIA: 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ ESCOLA MUNICIPAL LAURO MOREIRA MONTENEGRO

Art. 2º - O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções de 02/11/2024 a 22/11/2024, quando deverá retornar ao trabalho em 23/11/2024.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9C53DD81

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1527 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Laudo Médico firmado pelo Dr. GIOVANE ITHIO FURLAN KONDO, CRM nº 37.436/PR, através da Portaria nº 1511/2024, de 30/10/2024, da Secretaria Municipal de Administração;

(II) Considerando o (s) artigo (s) de nº (s) 253, 256 ao 258, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º - CONCEDER, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao(a) servidor(a) abaixo qualificado(a):

NOME: CRISTIANA MEIRA
CIRG Nº: 9507286-0 SSP/PR
MATRÍCULA: 10231-1
CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE: B REFERÊNCIA: 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/
CENTRAL PEDIÁTRICA DR ALOISIO LEONI

Art. 2º - O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções de 02/11/2024 a 08/11/2024, quando deverá retornar ao trabalho em 09/11/2024.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C7B2C0B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1528 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão/revogação de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE) e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o processo digital nº 25880/2024;

(II) Considerando o (s) artigos 104 ao 109 da Lei Municipal nº 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º - REVOGAR, a partir de 01/11/2024, a Portaria nº 644/2015, de 27/07/2015, que concedeu GRATIFICAÇÃO POR TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (TIDE), no Percentual de 3,75% (três e setenta e cinco por cento), incidente sobre seu vencimento, à servidora abaixo qualificada.

NOME: VERA SOLANGE CARPEN
CIRG Nº: 4011121-2 SSP/PR
MATRÍCULA: 4849-1
CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO
GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR
CLASSE: C REFERÊNCIA: 07
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE/ DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:63903F10

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1529 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão e ou revogação de função gratificada (FG) e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o processo digital nº 27530/2024, de 09/10/2024;

(II) Considerando o (s) artigo o (s) artigo (s) de nº (s) 79, 80, 81 e 82, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º – CONCEDER, no período de 04/11/2024 a 03/12/2024, função gratificada (Setor de Limpeza Urbana – FG-04) ao servidor abaixo especificado, em substituição ao servidor LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA PIMENTEL, que estará usufruindo férias nesse período.

NOME: WILLIAN GASPAR BERALDO MARTINS
CIRG Nº: 10222945-2 SSP/PR
MATRÍCULA: 80932-1
CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL
GRUPO OCUPACIONAL: OPERACIONAL
CLASSE: B REFERÊNCIA: 04
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE/ DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E LIMPEZA

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:CB8DF83A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1530 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão e ou revogação de função gratificada (FG) e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o processo digital nº 27695/2024, de 11/10/2024;

(II) Considerando o (s) artigo o (s) artigo (s) de nº (s) 79, 80, 81 e 82, da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008.

Art. 1º – CONCEDER, no período de 04/11/2024 a 03/12/2024, função gratificada (Seção de Notas de Produtor Rural – FG-03) ao servidor abaixo especificado, em substituição ao servidor ALTAIR CARNEIRO SCHMIDT, que estará usufruindo férias nesse período.

NOME: WILLIAN SANTOS TENORIO
CIRG Nº: 10128077-2 SSP/PR
MATRÍCULA: 82111-1
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE: B REFERÊNCIA: 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE/ DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:98E7FE8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1531 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a designação de comissão de sindicância e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o Processo Digital nº 1100/2024, de 15/01/2024;
(II) Considerando o (s) artigo (s) Artigos 201 e seguintes, da Lei Municipal nº 2280/2008.

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados, para sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA de n° 01 - 11 - 2024, visando a apuração dos fatos descritos no Processo acima mencionado, e demais documentos acostados, que passam a fazer parte da presente Comissão de Sindicância, com o prazo de 60 (sessenta) dias.

NOME: LOUISE RITTER WIEDMER CARDOZO DA SILVA
CIRG Nº: 6952850-3 SSP/PR
MATRÍCULA: 833-1
CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO
GRUPO OCUPACIONAL: NÍVLE SUPERIOR
CLASSE: C REFERÊNCIA: 05
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA/ DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

NOME: PRISCILA PADILHA PAIS
CIRG Nº: 9400751-8 SSP/PR
MATRÍCULA: 3799-1

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
GRUPO OCUPACIONAL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
CLASSE: B REFERÊNCIA: 06
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/ DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

NOME: ROZILDA DE JESUS MARCONDES SANTOS
CIRG Nº: 6093028-7 SSP/PR
MATRÍCULA: 1384-2
CARGO: PROFESSOR
GRUPO OCUPACIONAL: MAGISTÉRIO
CLASSE: D REFERÊNCIA: 12
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 04 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:38AE961A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1532 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o requerimento protocolado sob nº 19355/2024, de 05/07/2024;
(II) Considerando o (s) artigo (s) 127 a 132 da Lei Municipal 2280/2008, de 31/12/2008;
(III) Considerando a Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, e Lei Complementar nº 191, de 08/03/2022, ambas da da Presidência da República.

Art. 1º - CONCEDER, LICENÇA ESPECIAL POR PRODUTIVIDADE, ao(a) servidor(a) abaixo qualificado(a).

NOME: ELIANE PICULSKI PAES
CIRG Nº: 5721802-9 SSP/PR
MATRÍCULA: 5202-1
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR
CLASSE: C REFERÊNCIA: 10
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL/ DEPARTAMENTO GERAL DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 2º - O período de fruição compreende entre 21/11/2024 a 20/12/2024, correspondente ao período aquisitivo de 07/12/2016 a 12/07/2023, restando 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em data a ser definida.

Art. 3º - O período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, não foi computado como tempo para concessão de Licença Especial Por Produtividade, conforme o Art. 8º, IX, da Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, da Presidência da República, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08/03/2022.

Art. 4º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 05 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D004BBC1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1533 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a remoção de servidor (es) e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração, nomeado pelo Decreto nº 26.216, de 29/07/2022, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3378, de 13/01/2017 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, RESOLVE:

(I) Considerando o requerimento protocolado sob nº 24963/2024, de 09/09/2024;

(II) Considerando o artigo 54, § único, inciso II da Lei Municipal nº 2280/2008.

Art. 1º - REMOVER A PEDIDO, o (a) servidor (a) abaixo qualificado (a), a partir de 01/11/2024.

NOME: LUIZ CARLOS BORGES
CIRG Nº: 5211862-0 SSP/PR
MATRÍCULA: 8836-5
CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL
GRUPO OCUPACIONAL: OPERACIONAL
CLASSE: B REFERÊNCIA: 01
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE/ DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS BUEIROS
NOVA LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE/ DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2024.

Cientifique-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 05 de novembro de 2024.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E0EB4407

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2024, cujo objeto trata-se de "Contratação temporária de Pessoas Físicas e/ou Jurídicas para a prestação de serviços de Monitor de Transporte Escolar ao município da Lapa-PR".

Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3067, na data de 16/07/2024 e que o aviso contendo as alterações encontra-se disponível no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, através do site: https://www.gov.br/pncp/pt-br.

Lapa, 07 de novembro de 2024.

BRUNO GOLL ZEVE
Agente de Contratação

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D9323E51

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 160/2024

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024 (PD Nº 6386/2024).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 24933, DE 04.01.2021 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. MARION SILVEIRA CABRAL FIUZA.
CONTRATADA: PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 32.750.290/0001-87, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO SR. MAURICIO ZENI KURMANN.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, DRENAGEM E CORRELATOS EM RUAS DIVERSAS, LOTE 6 – RUA ANDRÉ HAMMERSCHIMIDT (1.000M) E RUA BOM JESUS DOS PASSOS(460M) – LOCALIDADE MARIENTAL E LOTE 8 – RUA FRANCISCO VIDAL(346M), NESTA MUNICIPALIDADE, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
VIGÊNCIA: LOTE 6 /ITEM 1, SE INICIA COM A ASSINATURA DO CONTRATO E SERÁ DE 14 (QUATORZE) MESES.
PRAZO DE EXECUÇÃO: LOTE 6/ITEM1 É DE 07 (SETE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA ESTABELECIDA NA ORDEM DE SERVIÇO.
GARANTIA DE EXECUÇÃO: CONTRATANTE DEPOSITOU A CONTRATADA, A TÍTULO DE GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE SUAS CLÁUSULAS, A IMPORTÂNCIA DE R$ 260.357,37 (DUZENTOS E SESSENTA MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DESTE CONTRATO, REPRESENTADA POR TERMO DE CAUÇÃO Nº 023/2024 (ANEXO III) - APÓLICE SEGURO GARANTIA Nº 01-0775-0506461, Nº REGISTRO SUSEP 05436202400010775050646 1 DA JUNTO SEGUROS S.A., COM O PERÍODO DE VIGÊNCIA DE 22.10.2024 A 14.06.2026, PELO QUAL GARANTIRÁ A FIEL OBSERVÂNCIA DOS TERMOS EXPOSTOS, DE ACORDO COM O ART. 96 DA LEI 14.133/2021.
VALOR GLOBAL: R$ 3.965.000,00 (TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E SESSENTA E CINCO MIL REAIS) - LOTE 6 (ITEM 1), SENDO 85% (OITENTA E CINCO POR CENTO) CORRESPONDENTE AOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS E 15% (QUINZE POR CENTO) À MÃO-DE-OBRA.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
REQUISIÇÃO 503/2024 (PD 6386/2024)
CÓDIGO REDUZIDO: 1343;
ÓRGÃO: 11 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE;
UNIDADE: 7 – DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO;
AÇÃO: 1002- PAVIMENTAR E RECAPEAR RUAS;
VÍNCULO: 643 – OPERAÇÃO DE CRÉDITO – PROGRAMA FINASA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO – FINISA Nº 0614326-33;
SUBELEMENTO: 34490510202000000000 – RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DECRETO Nº 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 30/10/2024.
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:ED54E185

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE
EXTRATO DO CONTRATO DE EMPREITADA Nº 161/2024

ORIGEM: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024 (PD Nº 6386/2024).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 24933, DE 04.01.2021 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. MARION SILVEIRA CABRAL FIUZA.
CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ SOB Nº 03.620.927/0001-12, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU SÓCIO SR. MAURICIO VOGELSANGER.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM CBUQ, DRENAGEM E CORRELATOS EM RUAS DIVERSAS, LOTE 6 – RUA ANDRÉ HAMMERSCHIMIDT (1.000M) E RUA BOM JESUS DOS PASSOS(460M) – LOCALIDADE MARIENTAL E LOTE 8 – RUA FRANCISCO VIDAL(346M), NESTA MUNICIPALIDADE, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).
VIGÊNCIA: LOTE8/ITEM 2, SE INICIA COM A ASSINATURA DO CONTRATO E SERÁ DE 12(DOZE) MESES.
PRAZO DE EXECUÇÃO: LOTE8/ITEM2 É DE 06 (SEIS) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA ESTABELECIDA NA ORDEM DE SERVIÇO.
GARANTIA DE EXECUÇÃO: CONTRATANTE DEPOSITOU A CONTRATADA, A TÍTULO DE GARANTIA DE CUMPRIMENTO DE SUAS CLÁUSULAS, A IMPORTÂNCIA DE R$ 62.669,61 (SESSENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DESTE CONTRATO, REPRESENTADA POR TERMO DE CAUÇÃO Nº 024/2024 (ANEXO III) - APÓLICE SEGURO GARANTIA Nº 01-0775-0507569, Nº REGISTRO SUSEP 05436202400010775050756 9 DA JUNTO SEGUROS S.A., COM O PERÍODO DE VIGÊNCIA DE 28.10.2024 A 28.01.2026, PELO QUAL GARANTIRÁ A FIEL OBSERVÂNCIA DOS TERMOS EXPOSTOS, DE ACORDO COM O ART. 96 DA LEI 14.133/2021.
VALOR GLOBAL: R$ 962.605,29 (NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E CINCO REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS) - LOTE 8 (ITEM 2), SENDO O PREÇO DA MÃO-DE-OBRA DE R$ 240.651,32 (DUZENTOS E QUARENTA MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) E MATERIAL DE R$ 721.953,97 (SETECENTOS E VINTE E UM MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
REQUISIÇÃO 503/2024 (PD 6386/2024)
CÓDIGO REDUZIDO: 1343;
ÓRGÃO: 11 – SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE;
UNIDADE: 7 – DEPARTAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO;
AÇÃO: 1002- PAVIMENTAR E RECAPEAR RUAS;
VÍNCULO: 643 – OPERAÇÃO DE CRÉDITO – PROGRAMA FINASA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO – FINISA Nº 0614326-33;
SUBELEMENTO: 34490510202000000000 – RUAS, LOGRADOUROS E ESTRADAS RURAIS.
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DECRETO Nº 26.815 DE 31 DE MARÇO DE 2023 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 31/10/2024.
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:45BCE2A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 194/2024

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2024 (PD N.º 19421/2024).
MUNICÍPIO: LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
DETENTORA DA ATA: NBR COMERCIAL IMPORTADORA LTDA ME, CNPJ SOB Nº 56.823.998/0001-89, REPRESENTADA POR SUA TITULAR, SRA. MARIANA REGINA ORTEGA RUIZ.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, ITEM 4.
VALOR GLOBAL: R$ 26.700,00 (VINTE E SEIS MIL E SETECENTOS REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
PRAZO DE VALIDADE: 12 MESES. DELA PODERÃO DERIVAR CONTRATOS COM PRAZO DE VIGÊNCIA DE 06 MESES CONTADOS DO RECEBIMENTO/EMPENHO, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI N° 14.133, DE 2021.
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ SER PRORROGADA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 84 DA LEI 14.133/2021.
A VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, CONTADO A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE À DATA DE DIVULGAÇÃO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADA POR IGUAL PERÍODO, MEDIANTE A ANUÊNCIA DO FORNECEDOR, DESDE QUE COMPROVADO O PREÇO VANTAJOSO.
AS QUANTIDADES SÃO ESTIMATIVAS PARA O PERÍODO DE VALIDADE DA ATA E DE ACORDO COM A DEMANDA, NÃO SE OBRIGANDO O MUNICÍPIO A AQUISIÇÃO TOTAL DO OBJETO.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
DATA: 29/10/2024.
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:FF0183CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 2º ADENDO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2023 (PD N° 16575/2023)
MUNICÍPIO: LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
DETENTORA DA ATA: JOÃOMED COMÉRCIO DE MATERIAIS CIRÚRGICOS S/A, CNPJ SOB Nº 78.742.491/0001-33, AQUI REPRESENTADA POR SUA SÓCIA, SRA. MARTA GESSELE.
OBJETO: COM O OBJETIVO DE ALTERAR O NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA DO **ITEM 80** DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 267/2023, CONFORME ABAIXO DISCRIMINADO:
ONDE SE LÊ:

ITEM	CÓDIGO	CÓDIGO BR	PRODUTO - DESCRIÇÃO	UNIDADE
80	41948	438520	DRENO DE PENROSE N° 2 EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL MARCA: WALTEX; ANVISA: 10229650042	UNIDADE

LEIA-SE:

ITEM	CÓDIGO	CÓDIGO BR	PRODUTO - DESCRIÇÃO	UNIDADE
80	*41948*	*438520*	*DRENO DE PENROSE N° 2 EMBALAGEM INDIVIDUAL E ESTÉRIL* ***MARCA: WALTEX; ANVISA: 10229650009***	*UNIDADE*

PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS AGORA ADITADA.
DATA: 05/11/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:AB8826D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 2º ADENDO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2023 (PD N° 20552/2023)
MUNICÍPIO: LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
DETENTORA DA ATA: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ SOB Nº 04.355.394/0001-51.
OBJETO: FICA SUBSTITUÍDO O GESTOR DO ITEM 4-4.2 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2023, PASSANDO A SER A SRA. ELIZA CARRANO PIERIN RAMOS, MATRÍCULA 10288, TELEFONE (41) 3547-8039, E-MAIL ASSISTEN-CIAFARMACEUTIALAPA@GMAIL.COM, CONFORME PORTARIA Nº 94, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020 DA SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 290/2023.
DATA: 05/11/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:B6810A30

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EXTRATO DO 2º ADENDO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2023

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2023 (PD N° 20552/2023)
MUNICÍPIO: LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 26907, DE 05.05.2023 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO LUIS GALLEGO CRIVELLARO.
DETENTORA DA ATA: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ SOB Nº 02.520.829/0001-40.
OBJETO: FICA SUBSTITUÍDO O GESTOR DO ITEM 4-4.2 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2023, PASSANDO A SER A SRA. ELIZA CARRANO PIERIN RAMOS, MATRÍCULA 10288, TELEFONE (41) 3547-8039, E-MAIL ASSISTEN-CIAFARMACEUTIALAPA@GMAIL.COM, CONFORME PORTARIA Nº 94, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020 DA SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2023.
DATA: 05/11/2024.

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4E2B2DE1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJAL
RESOLUÇÃO Nº 09/2024

RESOLUÇÃO Nº 09/2024

Súmula: Regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, disciplinamento do procedimentos a serem tomados para análise e julgamento das contas do Prefeito Municipal e dá outras providências.

A **MESA EXECUTIVA DA CÃMARA MUNICIPAL DE LARANJAL**, no exercício das suas atribuições legais, visando disciplinar o procedimento de análise e julgamento das contas do Prefeito Municipal,

RESOLVE:

Art.1º - Recebidas as contas prestadas pelo Prefeito. Acompanhadas pelo Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara:
I - determinará que, em até 03 (três) dias úteis, seja publicado através de Edital, as conclusões do Parecer Prévio;
II - no mesmo Edital que se refere ao inciso anterior, anunciará sua recepção no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência;
III - após publicação do Edital de recepção de contas, promoverá sua autuação e juntará a respectiva publicação e demais documentos encaminhados pelo Tribunal de Contas, remetendo-o, em 3 (três) dias úteis, à Comissão de Orçamentos e Finanças;
IV - comunicará no mesmo prazo de 03 (três) dias úteis, o recebimento do Parecer Prévio aos Vereadores desta Casa, cujo ato deverá ser devidamente publicado;

Art 2º - Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os assuntos da Comissão de Finanças e Orçamento no período em que o processo estiver entregue a mesma.

Art 3º - Deverá o Poder Executivo e demais Vereadores, serem convocados pela Comissão de Finanças e Orçamentos para acompanhar a discussão e demais atos referente ao Parecer do Tribunal de Contas, caso entendam necessário.

Art. 4º - Recebido o procedimento administrativo, a Comissão de Finanças e Orçamentos, emitirá em até 3 (três) dias úteis, notificação ao responsável pela gestão, dando-lhe ciência da autuação e dos documentos que a instruem, para que no prazo de 15 dias úteis, a contar da data do recebimento da referida citação, apresente por escrito no prazo legal, manifestação/defesa sobre a referida Prestação de Contas Municipais, caso haja interesse, junto a Câmara Municipal de Laranjal, situada à Rua Pernambuco, nº 451, nesta cidade de Laranjal, Estado do Paraná, a qual deverá ser elaborada por pessoa devidamente capacitada para ser acostada aos autos na forma prevista em Lei, obedecendo ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
Art. 5º - Para os fins estabelecidos no artigo anterior serão observados os seguintes critérios:
a) o encaminhamento da notificação poderá ser pessoal, devidamente recebido e datado pelo responsável pela gestão, por correspondência AR ou por Notificação Extrajudicial, podendo ainda ser enviada uma segunda opção para conhecimento do interessado através de WhatsApp.
b) independente das formas que forem efetuadas a notificação mencionadas acima, deverão estas serem devidamente comprovadas o recebimento e juntadas no procedimento.
c) O responsável pela gestão deverá após sua notificação manter todas as informações disponíveis e relativas ao seu endereço, endereço eletrônico, contato telefônico (fixo e ou móvel), indicando ainda, possíveis contatos secundários, devendo tais solicitações constar no bojo da notificação.

Art. 6º - Após a juntada de defesa/manifestação do responsável pela gestão, o Presidente convocará as Comissão de Justiça e Redação para emissão de parecer, no prazo de 10 (dez) dias, referente ao Parecer do Tribunal de Contas e sobre a defesa do responsável pela gestão.
§ 1º – O prazo da Comissão de Justiça e Redação para emissão de parecer, poderá correr juntamente com o prazo da Comissão de Finanças e Orçamentos.
§ 2º – Caso não seja apresentado defesa/manifestação no prazo estipulado, será dado continuidade imediatamente no procedimento.

Art. 7º - Superada a fase prevista nos artigos 1º, 2º, 3º e 4º a Comissão de Finanças e Orçamentos emitirá parecer específico sobre as contas municipais, no prazo de 10 (dez) dia, o qual poderá ser prorrogado por uma única vez, desde que devidamente justificado.
§ 1º - O prazo previsto no caput deste artigo, só poderá ser prorrogado se não comprometer o período total previsto para análise e julgamento das contas.
§ 2º - Até 10 dias após, o recebimento, do processo pela Comissão de Finanças e Orçamento, esta receberá pedidos escritos dos Vereadores de informações sobe itens determinados na Prestação de Contas.
§ 3º - Para responder pedidos de informações previstas no parágrafo anteriores ou para aclarar pontos escuros da Prestação de Contas pode a Comissão de Finanças e Orçamento vistoriar as repartições da Prefeitura e, ainda, solicitar esclarecimentos complementares do Prefeito, Procurador e Contador do Poder Executivo.
§ 4º - Deverá ser convocado o agente responsável para acompanhar as reuniões realizadas pelas Comissões para emissão de parecer, podendo este apresentar defesa oral, caso entenda necessário.
§ 5º - Juntados os Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamentos e emitido o Decreto Legislativo, deverá ser publicado o Edital com a data da votação do referido Decreto Legislativo.
§ 6º - Após a devida publicação do Edital, deverá ser devidamente convocado o responsável pela gestão e demais Vereadores da data e horário da votação.

Art. 8º - Após emissão dos pareceres, será o responsável pela gestão novamente notificado para tomar conhecimento dos pareceres e do Projeto do Decreto Legislativo, o qual poderá apresentar nova defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
§ 1º - Durante o prazo acima mencionado o projeto do Decreto Legislativo permanecerá em consulta aberta, em meio físico, à disposição para exame da população em geral.
§ 2º - Aos interessados é resguardado o direito de encaminhar apontamentos, em meio físico e/ou eletrônico, por escrito e com identificação do seu subscritor, versando sobre pontos relacionados à prestação de contas;
§ 3º - Serão juntados ao projeto de Decreto Legislativo todos os encaminhamentos e opiniões encaminhados pela população, para fins de análise por parte da Comissão de Finanças e Orçamentos.
§ 4º - O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas e versando sobre as contas municipais do Prefeito, só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.
§ 5º - O prazo previsto no caput deste artigo, poderá ser reduzido, para que não seja comprometido o período total previsto para análise e julgamento das contas.

Art. 9º - O texto do decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamentos relacionado à Prestação de Contas, deverá ser levado em votação, conforme dispõe o artigo 206, 207,II e 208 do Regimento Interno desta Casa de Leis.
§ 1º - A votação para deliberação do Parecer Prévio do Tribunal de Contas sobre as contas Municipais, será obrigatoriamente aberto e nominal.
§ 2º - A votação do Projeto do Decreto Legislativo será em votação única pelo Plenário, em sessão ordinária ou extraordinária exclusivamente ao assunto.
§ 3º - Encerrada a discussão sobre o Projeto de Decreto Legislativo, este será votado.

§ 4º - A votação pelo processo nominal. Será feita mediante chamada nominal dos Vereadores pelo 1º secretário, que responderão “sim” ou “não”, conforme sejam a favor ou contra a proposição em votação.
§ 5º - Somente por decisão de 2/3 dos membros da Câmara poderá ser rejeitado o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas, sobre as contas do Poder Executivo.
§ 6º - O projeto de Decreto Legislativo, contrário ao parecer do Tribunal de contas, deverá conter os motivos de discordância.

Art. 9º - O julgamento de contas, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas, far-se-á no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento do parecer, não correndo este prazo durante o recesso da Câmara.
§ 1º - Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias sem deliberação da Câmara, as Contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas.

Art. 10º - Estará impedido de votar e emitir parecer, o Vereador que tiver obre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até o terceiro grau, consanguíneo ou afim.
§ 1º - Cabe ao Vereador impedido de votar, comunicar a mesa, computando-se todavia, sua presença para efeitos de quórum.

Art. 11 - A Câmara funcionará, se necessário, em Sessões Extraordinárias, de modo que a votação do Projeto de Decreto Legislativas estejam concluídas no prazo legal.

Art. 12 - Após aprovação do Projeto de Decreto Legislativo emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento e sua devida publicação, será emitido Decreto Legislativo pelo Presidente desta Casa de Leis.

Art. 13 - As decisões da Câmara sobre as Contas do Prefeito aprovadas, deverão ser publicadas no Órgão oficial do Município e remetidas imediatamente ao Ministério Publico e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para os devidos fins.

Art. 14 - No caso de julgamento pela irregularidade das contas, serão encaminhadas cópias da publicação do respectivo Decreto Legislativo para a Justiça Eleitoral, Tribunal de Contas, Ministério Público e aos demais órgão colegiados competentes, para fins legais necessários quanto a aferição da inelegibilidade, acesso a cargos públicos e demais medidas judiciais.

Art. 15 - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Laranjal, 06 de novembro de 2024.

ARILDO RODRIGUES VILELA
Presidente

GLAUCIO DE OLIVEIRA
Vice-Presidente

ALESSANDRO DA ROCHA
1º Secretário

VILMAR RODRIGUES PEREIRA
2º Secretário

Publicado por:
Elizane de Fatima Oliveira
Código Identificador:0226AC2B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO
De: Prefeito Municipal
ASSUNTO: Autorização de procedimento de dispensa de licitação eletrônica
PARA: Agente de contratação e equipe de apoio
Preliminarmente, nos termos do Documento de Oficialização de Demanda e documentos complementares encaminhados pela Secretaria Municipal de Administração, requisitando que seja determinada abertura de procedimento licitatório nos termos da lei 14.133/2021.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNOSTICO DE DENGUE**
Considerando,
Documento de Oficialização de Demanda – D.O.D
Termo de Referência
Indicação Orçamentária
Documento de Formalização da Pesquisa de Preço
Documento de Formalização de Demanda – D.F.D
Parecer Jurídico, dispensado conforme art. 53 §5º da lei 14.133 /2021 e regulamentado pelo decreto Municipal 44/2023 art. 148.
Decido,
I - Aprovar a formalização da contratação direta na dispensa eletrônica de licitação nº 30/2024 (procedimento administrativo nº 88/2024), onde a empresa abaixo assinalada que saiu vencedora:
HORTOPLUS PROD ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n° 17.676.642/0001-08, com endereço na Rua Francisco Pires da Rocha, 309 sala 02 - CEP: 85045010 - BAIRRO: Bonsucesso, cidade de Guarapuava/PR, neste ato representado pelo Sr. **MARCELO BRANDALISE ZANINI,** brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n° 100883350 e inscrito no CPF/MF sob o n° 060.697.569-16, residente e domiciliado em R. SALDANHA MARINHO, 495 AP 201 - CEP: 85012280 - BAIRRO: TRIANON cidade de Guarapuava/PR.
Pelo valor de R$ 6.472,50 (seis mil quatrocentos e cinquenta e dois e cinquenta centavos).
II -Após cumpridas as formalidades legais, determinar o encerramento do processo, em consonância com a Lei de Licitações 14133/201 e Decreto Municipal de regulamentação nº 044/2023.
Pelo que, autorizo e determino a divulgação/publicação do procedimento de acordo com a Lei.

Laranjal, 07 de Novembro de 2024.

JOAO ELINTON DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:5484BDF4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO
De: Prefeito Municipal
ASSUNTO: Autorização de procedimento de dispensa de licitação eletrônica
PARA: Agente de contratação e equipe de apoio
Preliminarmente, nos termos do Documento de Oficialização de Demanda e documentos complementares encaminhados pela Secretaria Municipal de Administração, requisitando que seja determinada abertura de procedimento licitatório nos termos da lei 14.133/2021.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA ADULTO.**

Considerando,
Documento de Oficialização de Demanda – D.O.D
Termo de Referência
Indicação Orçamentária
Documento de Formalização da Pesquisa de Preço
Documento de Formalização de Demanda – D.F.D
Parecer Jurídico, dispensado conforme art. 53 §5º da lei 14.133 /2021 e regulamentado pelo decreto Municipal 44/2023 art. 148.
Decido,
I - Aprovar a formalização da contratação direta na dispensa eletrônica de licitação nº 31/2024 (procedimento administrativo nº 89/2024), onde a empresa abaixo assinalada que saiu vencedora:
HORTOPLUS PROD ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n° 17.676.642/0001-08, com endereço na Rua Francisco Pires da Rocha, 309 sala 02 - CEP: 85045010 - BAIRRO: Bonsucesso, cidade de Guarapuava/PR, neste ato representado pelo Sr. **MARCELO BRANDALISE ZANINI,**

brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n° 100883350 e inscrito no CPF/MF sob o n° 060.697.569-16, residente e domiciliado em R. SALDANHA MARINHO, 495 AP 201 - CEP: 85012280 - BAIRRO: TRIANON cidade de Guarapuava/PR.
Pelo valor de R$ 45.624,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais).
II -Após cumpridas as formalidades legais, determinar o encerramento do processo, em consonância com a Lei de Licitações 14133/201 e Decreto Municipal de regulamentação nº 044/2023.
Pelo que, autorizo e determino a divulgação/publicação do procedimento de acordo com a Lei.

Laranjal, 07 de Novembro de 2024.

JOAO ELINTON DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:B70AE90C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 484/2024

PORTARIA N° 484/2024

SUMULA: Exonera servidor de cargo em comissão e das outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:
Exonerar

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SAMARA SABRINA BORGES DOS SANTOS, ocupante do cargo Chefe de Seção - Promoção Social.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data retroativa de 06 de novembro de 2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

JOÃO ELINTON DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:1E75F468

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 485/2024

PORTARIA N° 485/2024

SUMULA: Exonera servidor de cargo em comissão e das outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:
Exonerar

Art. 1º - Fica exonerado o servidor , MOACIR MOREIRA , ocupante do cargo em comissão Chefe de Seção -Urbanismo.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

JOÃO ELINTON DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:DD238D70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 486/2024

Portaria N° 486/2024

SUMULA: Nomeia servidor para o cargo Efetivo

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
Resolve

Art. 1º - Nomear a servidora DANIELI DE PAULA SANTOS, portador da cédula de identidade n°12793006-6 para o Cargo Efetivo de Agente Comunitário de Saúde.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entrara em vigor na data da publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos dias 07 do mês de novembro de 2024.

JOÃO ELINTON DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:F9FD85B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 487/2024

PORTARIA N°487/2024

SUMULA: Exonera servidor de cargo Efetivo e das outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:
Exonerar

Art. 1º - Fica exonerado por motivo de aposentadoria por Idade e Tempo de Serviço, a servidora, LUZIA DE BARRO, inscrito no CPF n°990.851.359-15 ocupante do cargo Efetivo de Professora.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

JOÃO ELINTON DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:F44CD6BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 091/2024 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2024-PML
PROCESSO Nº. 164/2024-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de aparelhos telefônicos com e sem fio, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Meio Ambiente, Saúde, Serviços Urbanos, Agricultura, Trabalho e Serviço Social, Esportes Lazer e Turismo, Politicas públicas para Mulheres, Indústria e Comércio, Planejamento e Habitação, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: às 09:00 do dia 27 de novembro de 2024, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 26.234,90 (vinte e seis mil, duzentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 07 de novembro de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:4DD6BD62

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2024 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2024-PML
PROCESSO Nº. 166/2024-PML
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para eventual aquisição de materiais e artigos esportivos das mais diversas modalidades, materiais recreativos e pedagógicos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Esportes Lazer e Turismo, Educação e Cultura, Trabalho e Serviço Social e Politicas Públicas para Mulheres, do Município de Loanda-Pr, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência.

ABERTURA: às 09:00 do dia 03 de dezembro de 2024, ou na mesma hora do primeiro dia útil subseqüente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 529.590,37 (quinhentos e vinte e nove mil, quinhentos e noventa reais e trinta e sete centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 07 de novembro de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D278D35C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 783/2024

PORTARIA Nº. 783/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o atestado médico;

E considerando o resultado da inspeção médica;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder a servidora **JULIANA GUIMARÃES DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo EDUCADOR INFANTIL, matrícula 966335, auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 29/10/2024 a 28/12/2024, devendo realizar nova perícia em 29/12/2024.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:52AD090E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 784/2024

PORTARIA Nº. 784/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico;

Considerando o Decreto nº. 038/2021 de 15/03/2021;

E considerando o resultado da inspeção médica;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder a servidora **SIMONE REGINA DA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de OFICIAL DE ADMINISTRAÇÃO-B, matrícula 967061, Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal 003/92 (Estatuto dos Servidores Municipais), pelo período compreendido entre 31/10/2024 a 10/11/2024, devendo realizar nova perícia em 11/11/2024.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:523569B8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 794/2024

PORTARIA Nº. 794/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o atestado médico;

E considerando o resultado da inspeção médica;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder ao servidor **AILTON CARLOS DO NASCIMENTO,** ocupante do cargo efetivo PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA, matrícula 965996, auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42, da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 23/11/2024 a 03/02/2025, devendo realizar nova perícia em 04/02/2025.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:A78ADF9E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 795/2024

PORTARIA Nº. 795/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o atestado médico;

E considerando o resultado da inspeção médica;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder ao servidor **GUSTAVO RAMOS ZANGARI MONTEIRO,** ocupante do cargo efetivo AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS, matrícula 966887, auxilio doença sem prejuízo do salário de contribuição, conforme o artigo 42 da Lei nº.002/2014, c/c o parágrafo único do artigo 31 da Lei Municipal nº 049/2014, que dispõe sobre o regime próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Loanda, pelo período compreendido entre 06/11/2024 a 04/01/2025, devendo realizar nova perícia em 05/01/2025.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:02D85A0E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 796/2024

PORTARIA Nº. 796/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando requerimento protocolado sob o nº. 6592/2024 de 17/10/2024;

RESOLVE:

Conceder ao servidor **CICERO APARECIDO DE LIMA,** matricula n° 966075, ocupante do cargo de provimento efetivo de BOMBEIRO CIVIL, 30 (trinta) dias de férias, pelo período aquisitivo de 03/05/2023 a 02/05/2024, nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir 15/12/2024 a 13/01/2024, devendo retornar em atividade em 14/01/2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:CF1E4DAB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 798/2024

PORTARIA Nº. 798/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento datado de 06/11/2024,

Resolve:

Conceder ao servidor **PAULO SIQUEIRA,** ocupante do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL, CC.4 - STSS, matrícula nº. 966933, férias pelo período de trabalho prestado entre 07/06/2023 a 06/06/2024, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 1º, da Lei Complementar nº. 013/2009, de 20 de novembro de 2009, c/c com o parágrafo 6º do artigo 101 da Lei Complementar nº 003/2019, conforme abaixo discriminado:

05 (cinco) dias de descanso pelo período compreendido entre 16/12/2024 a 20/12/2024;
15 (quinze) dias de descanso pelo período compreendido entre 03/02/2025 a 17/02/2025;
10 (dez) dias convertidos em remuneração, no período compreendido entre 21/12/2024 a 30/12/2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2024.

JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:13CEB6CE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 803/2024

PORTARIA Nº. 803/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o atestado médico;

Considerando o Decreto nº. 038/2021 de 15/03/2021;

E considerando o resultado da inspeção médica;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder a servidora **GLEICIELI THAINE LUCHETI DOS SANTOS DE CASTILHOS,** ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, matrícula 967134, Licença para Tratamento de Saúde, nos termos do artigo 79 da Lei Municipal 003/92 (Estatuto dos Servidores Municipais), pelo período compreendido entre 06/11/2024 a 21/11/2024, devendo realizar nova perícia em 22/11/2024.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:90891FBF

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 799

PORTARIA Nº 799/2024.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando a solicitação de jornada de trabalho, protocolado sob nº 6874/2024 de 04/11/2024.

RESOLVE:
Convocar a senhora Nadir Gonçalves Martins, matrícula nº 93341, ocupante do cargo efetivo de professora, 20 (vinte) horas semanais, para em regime de jornada suplementar de trabalho, exercer a função de professora substituta em 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Alvehy Alves de Assis – E.I.E.F., no período compreendido entre 01 de novembro de 2024 a 16 de dezembro de 2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 7 dias de novembro do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ÉDER APARECIDO JANUÁRIO PIETRO
Secretário de Educação e Cultura - Interino

Publicado por:
Aparecida Helena Quintino Dos Santos de Brito
Código Identificador:5F6DD382

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 800

PORTARIA Nº 800/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o parecer da Comissão Central de Avaliação nomeada através do Decreto nº 003/2021 de 12.01.2021, protocolado sob nº 6875/2024 de 04.11.2024;

RESOLVE:

Conceder para os educadores infantis abaixo relacionados, Avanço Horizontal, nos termos do Decreto Municipal nº 25/2015, de 06.03.2015, a partir do dia primeiro de novembro de 2024, conforme segue:

Matríc.	Educador Infantil	Nível	Classe que ocupa	Classe a ser promovido
966492	Araci Mariano de A. Mongeleski	III	08	09
966491	Maria Antonieta Colman R. Melo	III	08	09
966493	Sonia Ap. Lopes Z. Brentegani	III	08	09

Revogadas as atribuições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 7 dias do mês de novembro de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

EDER APARECIDO JANUÁRIO PIETRO
Secretário de Educação e Cultura - Interino

Publicado por:
Aparecida Helena Quintino Dos Santos de Brito
Código Identificador:0961C32E

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 801

PORTARIA Nº 801/2024

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

E considerando o parecer da Comissão Central de Avaliação nomeada através do Decreto nº 003/2021 de 12.01.2021, protocolado sob nº 6910/2024 de 05.11.2024;

RESOLVE:

Conceder para a professora abaixo relacionada, Avanço Horizontal, nos termos do Decreto Municipal nº 25/2015, de 06.03.2015, a partir do dia primeiro de novembro de 2024, conforme segue:

Matríc.	Professor	Nível	Classe que ocupa	Classe a ser promovido
966155	Ravena dos Santos Setubal	III	12	13

Revogadas as atribuições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 7 dias do mês de novembro de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉDER APARECIDO JANUÁRIO PIETRO
Secretário de Educação e Cultura - Interino

Publicado por:
Aparecida Helena Quintino Dos Santos de Brito
Código Identificador:0197BCC5

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA Nº 802

PORTARIA Nº 802/2024.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Prorrogar o período de jornada suplementar de trabalho da professora Claudia Gomes da Rocha, matrícula 966448, na Escola Municipal Professora Zuleika Aparecida Peterson – E.I.E.F., até o dia 16 de dezembro de 2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 7 dias do mês de novembro do ano de 2024.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ÉDER APARECIDO JANUÁRIO PIETRO
Secretário de Educação e Cultura - Interino

Publicado por:
Aparecida Helena Quintino Dos Santos de Brito
Código Identificador:F30D5368

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO N° 177/2024, 7 DE NOVEMBRO DE 2024.
CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SUELI MARQUES DE OLIVEIRA.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária por Idade a Servidora Pública Municipal SUELI MARQUES DE OLIVEIRA .-.-.-.-.-.-.-.-.-

FÁBIO CHICAROLI, Prefeito Municipal de Lobato, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;
DECRETA:

Art. 1° - Fica aposentada, a pedido, a partir do dia **11 de novembro de 2024**, a Servidora Pública Municipal **Sueli Marques de Oliveira,** portadora do RG. N.º 1.898.713-9/SESP-PR e CPF n.º 336.452.219-72, do Quadro Geral desta Prefeitura, ocupante no Cargo e Função Efetivo, de Auxiliar Administrativo, Nível 23, na Autarquia SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, com proventos mensais de acordo com o Artigo 40, Parágrafo 1º, Inciso III, Letra "b", da Constituição Federal, c/c Artigo 5º, XXXVI da C.F. – Comum, Proporcional ao Tempo de Contribuição, e, da Lei Complementar Municipal 003/2014-E, Artigo 49, Aposentadoria por Idade, com provento proporcional ao Tempo de Contribuição, sem Paridade, Média das 80% maiores remunerações.
Art. 2° - Ficam estipulados como provento mensal de aposentadoria os valores constantes na planilha de cálculo de proventos formados com Vencimentos no valor de R$ 1.145,42 (um mil e cento e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), e Complementação no valor de R$ 266,58 (duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), para atingir o salário mínimo, na forma da Lei, perfazendo, desta forma, o total de proventos mensais no valor de R$ 1.412,00 (um mil e quatrocentos e doze reais), indicados nas folhas do protocolado.
Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de **11 de novembro de 2024**, revogados as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:852394B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 372/2024 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024
FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PEDRO HENRIQUE DA SILVA.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994, em consonância com a Lei nº. 1.380/2018-E de 07/10/2018,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder **10(dez) dias** de **Férias** ao servidor público municipal **Pedro Henrique da Silva,** portador do RG. nº. **.414.***-* e CPF nº. ***.265.779-**, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento Municipal de Assistência Social e Proteção Social**, a serem usufruídas de **11/11/2024 a 20/11/2024**, referente ao período aquisitivo de **01/09/2023 a 31/08/2024.**

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:4E1601A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 373/2024 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024
CONCEDER, A PEDIDO, 02 (DOIS) ANOS DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ZARA SANTIAGO LEMOS.

FÁBIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, em especial, a Lei nº. 922/94-E de 05/09/1994,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, a pedido, 02 (dois) anos de Licença para Tratar de Assuntos Particulares, a servidora pública municipal Zara Santiago Lemos, portadora do RG. nº. *.229.***-* e CPF nº. ***.599.319-**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horária semanal de 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 11/11/2024 a 10/11/2026, no total de 730 dias, de acordo com a Lei Municipal nº. 622/94-E de 05/09/1994, Seção IX, Artigo 126 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Civis do Município de Lobato.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação**,** revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

FÁBIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:4CE049C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 179/2024, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências. -.-

FABIO CHICAROLI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.541/2023 de 12/12/2023.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, no valor de R$ 96.409,31 (noventa e seis mil, quatrocentos e nove reais e trinta e um centavos) destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
SUPLEMENTAÇÕES

14.00	**Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE**	
14.001	**Samae**	
17.122.0021.2070	**Manutenção dos Serviços Administrativos**	
3.3.91.97.00.00 00076.00000.01.07.00.00.2.500.0000	Aporte para cobertura de déficit	17.201,00
17.512.0021.2072	**Operação e Manutenção Sistema de Água**	
3.3.90.30.00.00 00076.00000.01.07.00.00.2.500.0000	Material de Consumo	10.000,00
3.3.90.39.00.00 00076.00000.01.07.00.00.2.500.0000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	69.208,31
	Total das Suplementações	**96.409,31**

Artigo 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, servirá como recursos os provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior o Artigo 43, § 1º, inciso I da Lei nº 4.320/64.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lobato, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patriny Leosina Maciel Siqueira Romanin
Código Identificador:A5205B78

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
DECRETO Nº 113/2024

Convoca a 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente do município de Lupionópolis.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS**, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de elaborar proposições sobre emergência climática para subsidiar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima,
RESOLVE:
Art. 1º Fica convocada a **1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente**, a ser realizada no **dia 12 de dezembro de 2024**, com início previsto para às **14 horas**, no **BARRACÃO DO CRAS**, localizado na Rua David Nasser nº 752 (*esquina coma Av. Dr. Josino Alves da Rocha Loures*), tendo como tema central: "Emergência climática: o desafio da transformação ecológica", em conformidade com a Portaria do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) nº 1.079, de 10 de junho de 2024, que convoca a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente - 5ª CNMA.
Art. 2º As despesas decorrentes da realização da Conferência Municipal do Meio Ambiente correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de meio ambiente.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lupionópolis, 07 de novembro de 2024.

ANTONIO PELOSO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosimeire Turozi
Código Identificador:42B3E0B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO FUNDEB

DECRETO Nº 114 /2024

Compõe o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, conforme orientação da Lei Municipal nº 03 de 28 de abril de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando a Lei Municipal nº24/2017
Considerando a necessidade de readequação do Conselho Municipal do FUNDEB, de acordo com a Lei nº 03/2021, de 28 de abril de 2021
Considerando a necessidade de nomear e dar posse aos novos membros que compõe o Conselho Municipal do FUNDEB.

RESOLVE:

Art. 1º - Compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, do Município de Lupionópolis, Estado do Paraná, até 31 de dezembro de 2026, conforme indicação dos segmentos:

Pais de alunos da educação básica pública

Nome	Membro	RG
Roseane Cristina Galera	Titular	5.924.215-6
Elaine Cristina Voltarelli	Suplente	7.705.628-9
Janaína Michelly Biagi	Titular	8.182.169-0
Siane Cancissu	Suplente	9.720.421-7

Estudantes da Educação Básica Pública

Nome	Membro	RG
Kauanny Garcia	Titular	15.836.693-2
Damaris Soares de Souza	Suplente	15.777.684-5

Poder Executivo Municipal

Nome	Membro	RG
Magna Morais de Oliveira	Titular	7.810.238-1
Lucinéia Aparecida Toffani da Silva	Suplente	5.412.679-4
Everson Rogério Clebis	Titular	6.331.939-2
Maria Mônica de Oliveira	Suplente	9.724.675-0

Professores da educação básica pública

Nome	Membro	RG
Maria Aparecida Caitano	Titular	4.259.570-5
Raquel Turozi Mausson	Suplente	4.944.782-5

Diretores das escolas básicas públicas

Nome	Membro	RG
Nadia Maria Garbulha Clavisso	Titular	7.810.225-0
Yvone Aparecida Turozi Lima	Suplente	

Servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas

Nome	Membro	RG
Lincoln Gusmão dos Anjos Janazze	Titular	8.040.985-0
Célio José Zulianelli	Suplente	3.165.366-5

Estudantes Secundaristas da Educação Básica Pública

Nom	Membro	RG
Diego Dias de Abreu	Titular	13.942.870-6
Kauã Moisés Bonfim	Suplente	15.592.250-94

Conselho Municipal de Educação

Nome	Membro	RG
Lucineia Pereira da Silva Almeida	Titular	6.694.769-6
Tânia Regina Izac Sarti	Suplente	4.257.964-5

Art. 2º - São atribuições do Conselho do FUNDEB.

- o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo;
- a supervisão do censo escolar anual;
- o acompanhamento e supervisão da proposta orçamentária anual;
- a elaboração de parecer sobre a prestação de contas anual dos recursos do Fundo do exercício financeiro do ano anterior, até trinta dias antes do prazo para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
- outras atribuições que sejam estabelecidas por legislação específica.

Art. 3º - Os trabalhos do Conselho serão gratuitos e considerados relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir de 09 de novembro de 2024 , revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 58/2021

Lupionópolis, 08 de dezembro 2024

ANTONIO PELOSO FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diandra Perazza
Código Identificador:DE6BEA8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONSELHOS
RESOLUÇÃO 004/2024/CMDI

RESOLUÇÃO 004/2024/CMDI

Súmula: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação do repasse FIPAR fundo a fundo – Incentivo Projeto Viaja Mais 60 Fase II Del. 034/2024.

O **CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE MALLET**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1458/2021, de 14 de Agosto de 2021,
CONSIDERANDO a importância de assegurar a efetivação dos direitos da pessoa idosa, previstos na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
CONSIDERANDO a necessidade de implementar políticas públicas e ações voltadas para o fortalecimento da rede de proteção aos direitos da pessoa idosa no município de Mallet-PR;
CONSIDERANDO a disponibilização do recurso estadual destinado ao financiamento de iniciativas que promovam a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas idosas;
CONSIDERANDO, a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI, realizada em 07/11/2024,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a Adesão e o Plano de Ação do Incentivo Projeto Viaja Mais 60 Fase II Del. 034/2024, destinado ao desenvolvimento de ações em benefício da pessoa idosa.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Mallet, 07 de novembro de 2024.

ARMANDO BACKES
Presidente do CMDI

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:1D1DC89B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONSELHOS
RESOLUÇÃO 009/2024/CMAS

RESOLUÇÃO 009/2024/CMAS

Súmula: Aprova a Prestação de Contas do Recurso FEAS repasse fundo a fundo – Incentivo COVID 2021 referente ao segundo semestre de 2022.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MALLET**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1412/2019 de 09 de dezembro de 2019;
Considerando a competência do Conselho Municipal de Assistência Social para fiscalizar, avaliar e aprovar a execução orçamentária dos recursos destinados à política de assistência social no município, conforme estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS);
Considerando a apresentação de relatórios financeiros e comprovação da execução do recurso pelo órgão gestor da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social de Mallet-PR;
Considerado a análise e parecer favorável emitido pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS em reunião ordinária realizada em 06/11/2024,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, na sua totalidade, a prestação de contas do Recurso FEAS repasse fundo a fundo – Incentivo COVID 2021, referente ao segundo semestre de 2022.
Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mallet, 07 de novembro de 2024.

CINTIA POLYANA AGOSTINHAK
Vice- Presidente do CMAS

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:672C7623

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - CONSELHOS
RESOLUÇÃO 010/2024/CMAS

RESOLUÇÃO 010/2024/CMAS

Súmula: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS para o ano de 2025.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MALLET**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1412/2019 de 09 de dezembro de 2019;

Considerando a importância de fortalecer as políticas públicas de assistência social no município, de forma a promover e garantir direitos sociais para a população em situação de vulnerabilidade;
Considerando a necessidade de adesão ao cofinanciamento Estadual e o envio do Plano de Ação para a utilização do recurso destinado a execução dos serviços de assistência social, tipificados na Resolução n° 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, bem como na oferta de benefícios eventuais e ações de aprimoramento da gestão municipal de assistência social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
Considerando a análise e parecer favorável emitido pelo Conselho Municipal de Assistência Social recomendando a aprovação do Termo de Adesão e do Plano de Ação, em reunião ordinária realizada em 06/11/2024,

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Cofinanciamento Estadual referente ao Piso Único de Assistência Social – PAS para o ano de 2025.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mallet, 07 de novembro de 2024.

CINTIA POLYANA AGOSTINHAK
Vice-Presidente do CMAS

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:98896062

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 178 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

PORTARIA Nº. 178 de 07 de novembro de 2024

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

R E S O L V E

Art. 1°. Conceder Licença Gestante a SANDRA PLACHTA, pertencente ao cargo efetivo de Professor, matrícula n° 2.574, no período de 25.10.2024 até 21.02.2025.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde 25 de outubro de 2024.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 07 de novembro de 2024.

MOACIR ALFREDO SZINLVESKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angélica Adriane Majewski Marceniuk
Código Identificador:349F0ED7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 179 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

PORTARIA Nº. 179 de 07 de novembro de 2024

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **MOACIR ALFREDO SZINVELSKI**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

R E S O L V E

Art. 1°. Conceder Licença Gestante a DEBORA KRUPEK NOS, pertencente ao cargo efetivo de Professor, matrícula n° 60.149, no período de 01.11.2024 até 28.02.2025.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde 01 de novembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 07 de novembro de 2024.

MOACIR ALFREDO SZINLVESKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angélica Adriane Majewski Marceniuk
Código Identificador:D05755BA

SECRETARIAS MUNICIPAIS
PORTARIA N.º 032 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

PORTARIA N.º 032 de 07 de novembro de 2024.

Determina o arquivamento do processo administrativo de sindicância sob n° 1925/2023, oriundo da Portaria n° 003/2023 da Secretaria Municipal de Educação.

Elson Rogério Krinski, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos art. 145, Inc. I, da Lei Municipal nº 632/99,
CONSIDERANDO o contido nos autos de procedimento administrativo de sindicância n° 1925/2023, instaurado pela Portaria n° 003/2023/SME, referente a apuração possíveis irregularidades concernentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo n° 1874/2023;
CONSIDERANDO o Relatório Conclusivo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar de seq. 32, após a apuração dos fatos;
CONSIDERANDO que a decisão proferida junto a seq. 33, julgou não haver fundamentos para aplicação de penalidades à servidores em relação ao fato ocorrido, ante a ausência de provas que indiquem a autoria do fato e firmem convencimento de que o ato fora realizado por algum indivíduo de forma dolosa ou culposa;
RESOLVE:
Art. 1°. DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Sindicância sob n° 1925/2023, instaurado pela Portaria n° 003/2023/SME, ante a ausência de provas que indiquem a autoria do fato e firmem convencimento de que o ato fora realizado por algum indivíduo de forma dolosa ou culposa, nos termos do Relatório Conclusivo da Comissão, com fundamento no art. 167, § 4° e art. 145, inc. I, ambos da Lei Municipal n° 632/99.
Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELSON ROGÉRIO KRINSKI
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:442ADB48

SECRETARIAS MUNICIPAIS
PORTARIA N.º 031 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

PORTARIA N.º 031 de 07 de novembro de 2024.

Determina o arquivamento do processo administrativo de sindicância sob n° 2823/2023, oriundo da Portaria n° 013/2023 da Secretaria Municipal de Educação.

Elson Rogério Krinski, Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nos art. 145, Inc. I, da Lei Municipal nº 632/99,
CONSIDERANDO o contido nos autos de procedimento administrativo de sindicância n° 2823/2023, instaurado pela Portaria n° 013/2023/SME, referente a apuração possíveis irregularidades concernentes aos atos e fatos que constam do processo administrativo n° 2407/2023;
CONSIDERANDO o Relatório Conclusivo da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar de seq. 17, após a apuração dos fatos;
CONSIDERANDO que a decisão proferida junto a seq. 18, não haver fundamentos para aplicação de penalidades à servidora pela ausência de conduta típica;
RESOLVE:
Art. 1°. DETERMINAR O ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo de Sindicância sob n° 2823/2023, instaurado pela Portaria n° 013/2023/SME, ante não haver fundamentos para aplicação de penalidades à servidora pela ausência de conduta típica, nos termos do Relatório Conclusivo da Comissão, com fundamento no art. 167, § 4° e art. 145, inc. I, ambos da Lei Municipal n° 632/99.
Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ELSON ROGÉRIO KRINSKI
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:38D47069

SECRETARIAS MUNICIPAIS
EDITAL N° 02/2024 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2024 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

EDITAL N° 02/2024
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2024
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024.

A **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS PROJETOS DA LEI PAULO GUSTAVO, instituída pelo**
Decreto Municipal nº 1388/2024, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto na Lei Complementar no 195/2022 - Lei Paulo Gustavo, bem como no Decreto 11.525/2023 e no Decreto 11.453/2023, **TORNA PÚBLICO**:
O resultado da habilitação dos projetos inscritos no EDITAL 001/2024 - AUDIOVISUAL - LEI PAULO GUSTAVO.

Inciso I – Apoio a produção de obra audiovisual curta-metragem				
PROTOCOLO	**PROPONENTE**	**NOME DO PROJETO**	**NOTA**	**RESULTADO**
56989/2024	Bruno Guilherme Fernandes	Cera e fé: O legado das derramadeiras	90,5	Habilitação na fase de merito
57008/2024	Santa Chiara Comunicação	Vozes Malletenses	90,5	Habilitação na fase de merito
57017/2024	Elcio José Brandalize 858xxxxxx00	Mallet: Ecos da Tradição e Inovação	76,5	Habilitação na fase de merito
57001/2024	Grupo Folclórico Ucraniano Spomen	Ivana Kupala Festyval		Desclassificado por descumprir o item 7.2 do edital.
Inciso II – Apoio à realização de ação de Cinema de rua				
57018/2024	Marcio José Danielviz	Convivendo com a Cultura	49	Não habilitado, por não atingir nota igual ou superior a 50, conforme item 12.7 do edital.

Nos termos do edital de abertura os recursos de que tratam o item 12.9 deverão ser apresentados no prazo de 03 (três) dias posterior à publicação.

Mallet/PR, 07 de novembro de 2024.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO
Decreto Municipal nº 1388/2024

Publicado por:
João Carlos Carvalho de Lima
Código Identificador:4EB41784

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA Nº 032/2024 - EMERGENCIAL

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSANº 032/2024 - EMERGENCIAL

Ratifico o ato de contratação com fundamento na Portaria CMM nº 019/2024 - Art. 2 e demais normas aplicáveis, em especial o art. 72, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021, a favor da Empresa **SOCIN RODRIGO JITIAKO 29185856886,** devidamente inscrita no CNPJ sob o **n° 36.561.345/0001-61**, para Contratação emergencial de serviços e materiais para manutenção de sistema hidráulico da Câmara Municipal de Mandaguari, conforme previsto no Processo Administrativo de Contratação Pública **nº 045/2024.**
Valor estimado total: **R$ 2.950,00 (DOIS MIL NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS).**
Presente o constante dos autos, face ao disposto no art. 72 da Lei n**o** 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se

Mandaguari, 07 de novembro de 2024.

ALÉCIO BENTO DA SILVA FILHO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:722AF1FB

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 364/2024 - ERRATA

ERRATA

ERRATA DO EDITAL Nº 364/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS CARGO:AUXILIAR/TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12x36H
Dispõe sobre a Errata do Edital Nº 364/2024, que que estabelece instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS para a contratação de AUXILIAR/TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12x36H.
A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

ERRATA DO EDITAL Nº 364/2024, de 09/10/2024

Onde se lê:

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	Dia 04 de Novembro de 2024
PUBLICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Dia 15 de Novembro de 2024
RECURSO DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Da 00:00h do dia 06 de Novembro até as 23:59h do dia 07 de Novembro de 2024.
CLASSIFICAÇÃO FINAL	Dia 11 de Novembro de 2024
RECURSO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL	Da 00:00h do dia 11 de Novembro até as 23:59h do dia 12 de Novembro de 2024

Leia-se:

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	Dia 08 de Novembro de 2024
PUBLICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Dia 15 de Novembro de 2024
RECURSO DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	De 16 de Novembro de 2024 (00:00h) A 17 de Novembro de 2024 (23:59h)
CLASSIFICAÇÃO FINAL	Dia 18 de Novembro de 2024
RECURSO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL	De 19 de Novembro de 2024 (00:00h) A 20 de Novembro de 2024 (23:59h)

Mandaguari, 07 de novembro de 2024.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:9FB27D25

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 543/2024 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº. 543/2024

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar e das outras providências.

A Prefeita Municipal de MUNICIPIO DE MANDAGUARI, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4019/2023 de 15/12/2023,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$

280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001.10.122.0007.2.097		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE GESTAO EM SAUDE	
607 - 3.3.90.93.00.00	303	INDENIZACOES E RESTITUICOES	280.000,00
Total Suplementação:			280.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso II da Lei Federal 4.320/64:

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.0.1.01 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL - Fonte: 303	125.000,00
Receita: 1.7.2.1.50.0.1 COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL - Fonte: 303	155.000,00
Total da Receita:	280.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (07/11/2024).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:BB596086

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 371/2024 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PSS CARGOS: TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12X36H

EDITAL N º. 371/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO–PSS EDITAL Nº 364/2024

CARGOS: TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12X36H.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Enf.ª Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO:

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES.
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12X36H

Inscrições:

Nº	NOME	CPF
01	ALINNE DE SOUZA RIBEIRO	081.866.929-24
02	ANGELA PATRICIA DE SOUZA	028.389.279-06
03	CLEUSA CAIRES	934.149.278-53
04	DENIS RODRIGUES MACHADO	035.165.189-60
05	ELIANE APARECIDA MEJARDO RAMALHO	061.773.129-26
06	ELISANGELA DA SILVA ROCHA	035.470.029-40
07	FRANCISCA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	124.684.758-28
08	GEOVANE DE LIMA MARIANO	112.304.689-19
09	GERCINDA DOMINGUES DOS SANTOS	020.132.979-47
10	GILBERTO BOMFONTI	028.180.409-57
11	IVANI MARTINS PIRES DA CUNHA	070.929.658-45
12	IVONE DOS SANTOS PPACANHELA GARCIA	063.350.849-70
13	LUANA CRISTINA SILVERIO MACHADO	095.556.429-82
14	MARIA APARECIDA CRISPIM LOURENÇO	661.174.379-00
15	MARIA LUIZA MASALA ROSÁRIO	810.794.789-49
16	NAYARA TRCYA DA SILVA FAVARO ALTOMANI	081.419.339-06
17	REGINA DE OLIVEIRA MALAQUIAS	005.244.459-74
18	ROSALINA CASTANHO FINETTO	047.092.329-62
19	SIRLENE CORREIA	331.292.298-41
20	TEREZA DA PENHA TAVARES DE GODOY	788.262.509-44
21	ZULMIRA CORSINO CALADO SÁ TELES	639.136.749-34

Mandaguari, 07 de novembro de 2024.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:497A208E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 551/2024 - CONSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ODONTÓLOGO 20 HORAS

DECRETO Nº 551/2024

Súmula: Constitui a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado para contratação de ODONTÓLOGO 20 HORAS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores públicos municipais, para comporem a comissão especial do Processo Seletivo Simplificado para contratação de ODONTÓLOGO 20 HORAS, conforme segue:

97819 - LARISSA ISHIZU
97764 - LAUANA GABRIELA FIGUEIRA SCHMIDT
97424 - JUSSARA LANÇA LOPES

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (07/11/2024).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:3A45F6C9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 552/2024 - CONSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

DECRETO Nº 552/2024

Súmula: Constitui a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado para contratação de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores públicos municipais, para comporem a comissão especial do Processo Seletivo Simplificado para contratação de AUXILIAR ADMINISTRATIVO E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme segue:

10722 / 95000 - EDILAINE CRISTINA SALVADOR
149 - ELISABETE CARDOSO ALEXANDRE
95078 - JULIANA MIRANDA ANANIAS
164 - LEILA CRISTINA DE MEDEIROS CAPEL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao décimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (07/11/2024).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:1FE15FA3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 372/2024 - GABARITO DEFINITIVO PSS ESTAGIÁRIOS

EDITAL Nº 372/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTÁGIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI– EDITAL 358/2024

GABARITO DEFINITIVO

A Prefeitura Municipal de Mandaguari, do Estado do Paraná juntamente com a empresa CEBRADE – Central Brasileira de Estágio Ltda – EPP, no uso de suas atribuições tornam público o Gabarito Definitivo, referente ao Teste Seletivo Simplificadode Estágio Nº 02/2024, conforme segue:
ANEXO I – GABARITO DEFINITIVO

Mandaguari, 07 de novembro de 2024.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

ANEXO I – GABARITO DEFINITIVO

QUESTÃO	ALTERNATIVA
1	C
2	C
3	B
4	B
5	C
6	A
7	E
8	B
9	D
10	C
11	D
12	B
13	A
14	E
15	B
16	C
17	A
18	D
19	B
20	D

Mandaguari, 07 de novembro de 2024.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:9D38B3D0

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 388/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: EDITORA PROGRESSIVA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.772.585/0001-19, com endereço na RUA JOAO PESSOA, 145, CENTRO, CEP: 83702-280, na cidade de ARAUCARIA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor MARCOS CEZAR FELIPPE, inscrito no CPF sob o nº. 549.511.949-53.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE CADERNOS PEDAGÓGICOS PERSONALIZADOS PARA USO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO E AGENDA ESCOLAR PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

VALOR: 45.930,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 3 de Setembro de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

MARCOS CEZAR FELIPPE
Editora Progressiva LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:40982A21

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 398/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: COMERCIAL FIDUCIA LTDA UNIPESSOAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 44.265.382/0001-50, com endereço na RUA PEDRO BRUTKOWSKI, 60, CIDADE INDUSTRIAL, CEP: 81240-500, na cidade de Curitiba/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor NANDO RICARDO MARIANO, inscrito no CPF sob o nº. 085.818.939-96.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DESERTOS DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E AFINS.

VALOR: 1.184,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 6 de Setembro de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

NANDO RICARDO MARIANO
Comercial Fiducia LTDA Unipessoal

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:AEBBF6B1

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 411/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: REZENDE E MARQUES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.281.486/0001-95, com endereço na AVENIDA AMAZONAS, 418, CENTRO, CEP: 86975-000, na cidade de Mandaguari/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor CELSO RUELIS MARQUES, inscrito no CPF sob o nº. 197.362.669-15.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE ITENS DESERTOS DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETROELETRÔNICOS E AFINS.

VALOR: 135.302,03.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 6 de Setembro de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

CELSO RUELI MARQUES
Rezende e Marques LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:59B05477

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 480/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: W V SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 42.129.716/0001-33, com endereço na RUA SETE DE SETEMBRO, 270, CENTRO, CEP: 83540-000, na cidade de RIO BRANCO DO SUL/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora LUISA ROCHA WIERZBICKI, inscrito no CPF sob o nº. 078.475.979-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS POR QUILÔMETRO RODADO.

VALOR: 1.533.600,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 11 de Outubro de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

LUISA ROCHA WIERZBICKI
W V Servicos LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:3C412459

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SÜD COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 34.414.691/0001-91, com endereço na AV LUIZ DE CAMOES, 1069 - FUNDOS GALPÃO, CORAL CEP: 88523-000, na cidade de Lages/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor FILIPE PORTAL, inscrito no CPF sob o nº 040.824.619-73.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE BICICLETAS ELÉTRICAS PARA USO DOS AGENTES DE ENDEMIAS.

VALOR: 25.495,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 4 de Outubro de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

FILIPE PORTAL
Süd Comercio e Importação LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:81F735CD

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 466/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SERRATO E MONTORI ADAPT. E SERV. AUTOMOTIVOS - SM ADAPTAÇÕES VEICULARES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.176.862/0001-06, com endereço na RUA DAS CARMELITAS, 1552, BOQUEIRAO, CEP: 81650-060, na cidade de CURITIBA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora CAMILIE TEREZINHA SERRATO CORREA, inscrito no CPF sob o nº. 049.926.099-61.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS, VEÍCULO ADAPTADO E PICK-UP 4X4, CONFORME RESOLUÇÕES SESA, PARA COMPOR A FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DE MANDAGUARI.

VALOR: 167.900,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 3 de Outubro de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

CAMILIE TEREZINHA SERRATO CORREA
Serrato e Montori Adapt. e Serv. Automotivos -SM Adaptações Veiculares

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:DE068005

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 476/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: MEDZI SOLUCOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 40.119.916/0001-80, com endereço na Duque de Caxias, 113, CENTRO, CEP: 83750-000, na cidade de Lapa/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor EMERSON LUIZ VASSAO JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº. 039.075.229-07.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VEÍCULOS E MÁQUINA.

VALOR: 107.740,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 8 de Outubro de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

EMERSON LUIZ VASSAO JUNIOR
Medzi Solucoes LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:08736001

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 450/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/ 2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: CROMOS EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.581.406/0001-70, com endereço na RUA PIAUI, 2040, VILA GUAIRA, CEP: 80630-300, na cidade de CURITIBA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor CLAUDIO NOBERTO MACHADO, inscrito no CPF sob o nº. 335.807.319-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS.

VALOR: 10.081,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 2 de Outubro de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

CLAUDIO NOBERTO MACHADO
Cromos Editora e Industria Grafica LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:E4693B00

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE AUMENTO DE META FÍSICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 145/2023
PROCESSO Nº 282/2023

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUARI,** Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500, centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Sra. IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO**, portadora do RG nº 4.291.301-4 e CPF/MF nº 539.360.609-59, brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade, e a empresa **ABSOLUTA SAÚDE IMP. EXP. E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.082.076/0001-74, com endereço na RUA BARAO DO CERRO AZUL, 42, VILA RECREIO CEP: 86025-110, na cidade de Londrina/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor LUCAS DE MORAIS LADEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 007.009.779-88, tem justo e acertado o presente *Termo Aditivo de aumento de meta física* a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2024**, nos termos do **PREGÃO Nº 145/2023,** bem como pela legislação vigente em especial o art. 65, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Fica ampliado no montante de **R$700,05 (setecentos reais e cinco centavos)** a Ata de Registro de Preços relativo ao fornecimento dos itens abaixo relacionados:

Lote: 22
Descrição: ANESTÉSICO LOCAL À BASE DE CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA 3% SEM VASOCONSTRITOR, SOLUÇÃO INJETÁVEL. ENVASADOS EM TUBETES DE CRISTAL CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8 ML CADA. APRESENTAR REGISTRO DOS PRODUTOS NA ANVISA E BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO.
Unid: Caixa
Qtde (un): 05
Valor Un.: R$140,01
Valor Total: R$700,05

CLÁUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo à ata de registro de preços em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 04 de Novembro de 2024.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

LUCAS DE MORAIS LADEIRA
Absoluta Saúde Imp. e Exp. e Comércio de Produtos Para Saúde EIRELI

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:43340C32

LICITAÇÃO
AVISO DE RESCISÃO UNILATERAL

A Prefeitura Municipal de Mandaguari – PR, no uso de suas atribuições legais, resolve **RESCINDIR UNILATERALMENTE a Ata de Registro de Preços nº 332/2024 - Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2024 do Processo Administrativo nº 82/2024,** firmado com a empresa **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA,** tendo em vista os recorrentes descumprimentos contratuais, caracterizando a inexecução da Ata de Registro de Preços 332/2024.
A presente Rescisão, não isenta esta municipalidade de aplicar as penalidades previstas no contrato, bem como na lei 14.133/21, pelo descumprimento de condições previstas no instrumento convocatório.
Fica intimado o interessado para querendo, apresentar recurso no prazo da Lei 14.133/21.

Mandaguari/PR, 07 de Novembro de 2024.

ENFª IVONEIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:C0BCE6BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: MW VIAGENS E TURISMO
CNPJ: 02.708.992/0001-31
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 4.524,10
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.99.99.00 DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURIDÍCA
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:F850E299

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: ASSOCIACAO NACIONAL DE TAXISTAS INFORMATIZADOS ANTAXI
CNPJ: 30.605.977/0001-01
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 30,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.99.99.00 DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURIDÍCA
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:927D3910

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: ASSOCIACAO NACIONAL DE TAXISTAS INFORMATIZADOS ANTAXI
CNPJ: 30.605.977/0001-01
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 20,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.99.99.00 DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURIDÍCA
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:968FBA4A

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: ESPLANADA EVENTOS RESTAURANTE DELIVERY LTDA
CNPJ: 43.367.434/0001-37
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 129,77
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.41.00.00 FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:8CD0937B

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: G LAPA COMERCIO VAREJISTA DE ALIMENTOS L
CNPJ: 26.565.062/0001-34
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 63,50
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.41.00.00 FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:F156C9E5

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: TAIOBA SELF – SERVICE'LEPP
CNPJ: 03.346.671/0013-30
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 34,74
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.41.00.00 FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:2162C49E

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: GALETERIAB BEIRA LAGO
CNPJ: 09.054.158/0001-19
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 117,48
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.41.00.00 FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:A18113D2

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: FAUSTO E MANOEL PONTAO RESTAURANTE
CNPJ: 26.645.405/0001-70
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 158,51
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.41.00.00 FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:4F8694EC

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: PB ADMINISTRADORA DE ESTACIONAMENTO LTDA
CNPJ: 26.645.405/0001-70
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 196,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.99.99.00 DEMAIS SERVIÇOS DE TECREIROS, PESSOA JURÍDICA
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:EAB9777B

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO DE CONTRATAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
Extrato de publicação
PROCESSO: ADM 016/2024
CONTRATADO: MAIA & TAVARES LTDA
CNPJ: 03.247.760/0002-77
OBJETO: RATEIO ADIANTAMENTO PROC ADM 016/2024
FUNDAMENTO: LEI MUNICIPAL 577/10.
VALOR: R$ 90,06
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.2.001 3.3.90.39.41.00.00 FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO
DATA: 25/10/2024

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:29FD563C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.° 1538/2024 - REPUBLICA-SE

Súmula: "Decreta ponto facultativo no Município de Mandirituba, Estado do Paraná".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais legislações pertinentes,

Considerando o Ofício n.° 50/2024 – Casa Civil – Governo do Estado, bem como o Ofício n.° 18/2024 da Secretaria de Estado da Educação – SEED,

DECRETA

Art. 1º Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 14 de novembro de 2024, em razão do remanejamento do Dia do Servidor Público.

Art. 2º As unidades escolares da rede municipal de ensino deverão observar as orientações estabelecidas no calendário escolar para o referido dia.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Mandirituba, 04 de novembro de 2024.

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Rodrigues da Silva
Código Identificador:7A916564

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.° 1533/2024

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001316/2023 de 27 de Novembro de 2023.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 309.751,46 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2007 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS

4.4.22.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 151,46
09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.001 - GABINETE DA SEC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
12.361.0005.2018 - MANUT. DO GAB DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0104) 52.000,00
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2021 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0102) 235.000,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.006 - GESTÃO GERAL DA ASSISTENCIA
08.244.0006.2036 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÃO AMIGA

3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA - (Grupo/Fonte 0000) 17.600,00
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.608.0004.2049 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 5.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2007 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS

3.3.90.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 151,46
09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0102) 235.000,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.005 - FUNDO MUN. DA PESSOA IDOSA
08.241.0006.2063 - FUNDO MUN. DA PESSOA IDOSA

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 17.600,00
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.608.0004.2049 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 5.000,00

Art. 3° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 52.000,00

Art. 4 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de Outubro de 2024

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Rodrigues da Silva
Código Identificador:B3C7394E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.° 1534/2024

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001316/2023 de 27 de Novembro de 2023.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 217.067,99 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - PROCURADORIA JURIDICA
03.001 - ASSESSORIA JURIDICA
04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA

3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 14.575,68
04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 4.150,23
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002 - FUNDO MUN. DE SAÚDE
10.301.0007.2014 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 15.345,61
10.301.0007.2015 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 1.145,87
3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 1.814,59
10.304.0007.2016 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 555,51
3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 523,28
08.003 - MÉDIO E ALTA COMPLEXIDADE
10.302.0007.2017 - MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 100.062,02
09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0102) 58.771,71
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0006.2031 - BLOCO DE GESTÃO BOLSA FAMÍLIA E CADUNICO

3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 6.856,36
10.003 - FUNDO MUN. DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
08.243.0006.6001 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 4.725,79
10.006 - GESTÃO GERAL DA ASSISTENCIA
08.244.0006.2038 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 4.442,20
3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 4.099,14

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - PROCURADORIA JURIDICA
03.001 - ASSESSORIA JURIDICA
04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 14.575,68
04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 8.876,02
09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0102) 58.771,71
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.006 - GESTÃO GERAL DA ASSISTENCIA
08.244.0006.2038 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 15.397,70

Art. 3° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 119.446,88

Art. 4 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Outubro de 2024

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Rodrigues da Silva
Código Identificador:552CF43E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.° 1535/2024

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001316/2023 de 27 de Novembro de 2023.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.127.875,96 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GOVERNO

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 35.122,68
03 - PROCURADORIA JURIDICA
03.001 - ASSESSORIA JURIDICA
04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 110.353,20
04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 10.482,85
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2007 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 36.439,26
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERV
07.001 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
23.691.0003.2011 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 3.250,85
3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0000) 432,73
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002 - FUNDO MUN. DE SAÚDE
10.301.0007.2014 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - (Grupo/Fonte 0303) 978,38
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303) 230.588,33
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0051) 67.000,00
10.301.0007.2015 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303) 2.729,77
09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - (Grupo/Fonte 0101) 148.079,65
12.365.0005.2020 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0102) 54.721,07
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0006.2028 - BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 5.312,25
08.244.0006.2031 - BLOCO DE GESTÃO BOLSA FAMÍLIA E CADUNICO

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 63.579,15

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 23.133,87
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 98.266,99
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
13.001 - DEPARTAMENTO SEGURANÇA E MONITORAMENTO
06.181.0006.2045 - GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 237.404,93

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GOVERNO

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 15.765,86
3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 3.810,92
3.3.30.41 - CONTRIBUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0000) 1.000,00
3.3.90.08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTÊNCIAIS - (Grupo/Fonte 0000) 1.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 2.514,34
3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0000) 4.291,87
03 - PROCURADORIA JURIDICA
03.001 - ASSESSORIA JURIDICA
04.122.0002.2004 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 3.107,75
3.1.90.91 - SENTENÇAS JUDICIAIS - (Grupo/Fonte 0000) 27.959,53
3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0000) 29.933,19
04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 103.005,43
3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0000) 6.739,69
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2007 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS

3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 126.041,21
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMÉRCIO E SERV
07.001 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
23.691.0003.2011 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 29.058,33
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002 - FUNDO MUN. DE SAÚDE
10.301.0007.2013 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 18.000,00

3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 15.182,08
10.301.0007.2014 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 197.406,25
10.304.0007.2016 - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0051) 67.000,00
08.003 - MÉDIO E ALTA COMPLEXIDADE
10.302.0007.2017 - MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0303) 2.421,69
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0303) 308,08
09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0101) 148.079,65
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0102) 54.721,07
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 45.380,39
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 46.580,95
3.1.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 86.000,00
3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 5.220,00
3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0000) 30.180,92
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.608.0004.2049 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 56.188,38

Art. 3° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 978,38

Art. 4 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Outubro de 2024

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Rodrigues da Silva
Código Identificador:33004CDF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 508 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2024

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal nº 02/1991;

R E S O L V E

Art. 1º Retorna da **LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES**, concedida à servidora **BRUNA APARECIDA DA CRUZ**, matricula de n.° 3804, RG n.° 10.402.278-2/PR e CPF n.° 068.348.089-81 no cargo de **TECNICO ADMINISTRATIVO**, conforme Portaria n.° 170 de 01/06/2023, na forma do que dispõe o Art. 91, § 1º, da Lei Municipal 02/1991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2024, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 01 de novembro de 2024.

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:F7562E97

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº 509 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2024

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a legislação pertinente,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, à servidora **SANTINA ADRIANA DE OLIVEIRA CRUS**, nascida em 08/10/1974, inscrita no RG sob nº 6.923.180-2 SESP/PR e inscrita no CPF sob nº 016.752.519-08, admitida por concurso para o cargo de Professora em 10/04/2000, inscrita no quadro de pessoal do Município sob matrícula nº 1792, com proventos no valor de R$4.432,09 (quatro mil quatrocentos e trinta e dois reais e nove centavos), equivalentes à integralidade da base de contribuição no cargo efetivo.

Parágrafo único: Os proventos de aposentadoria serão reajustados para preservar o seu valor real, nos termos do §8º do art. 40 da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 50/2021.

Art. 2º - Ato contínuo declaro vago o cargo ocupado pela servidora, nos termos do inciso VII do art. 45 da Lei Municipal nº 02/1991.

Cumpra-se e publique-se.

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:1C159B19

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA Nº 510 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2024

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA,** no uso de suas atribuições legais e regulamentares que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a legislação pertinente,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, à servidora **SANTINA ADRIANA DE OLIVEIRA CRUS**, nascida em 08/10/1974, inscrita no RG sob nº 6.923.180-2 SESP/PR e inscrita no CPF sob nº 016.752.519-08, admitida por concurso para o cargo de Professora em 10/04/2000, inscrita no quadro de pessoal do Município sob matrícula nº 1883, com proventos no valor de R$4.432,09 (quatro mil quatrocentos e trinta e dois reais e nove centavos), equivalentes à integralidade da base de contribuição no cargo efetivo.

Parágrafo único: Os proventos de aposentadoria serão reajustados para preservar o seu valor real, nos termos do §8º do art. 40 da Constituição Federal e do art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 50/2021.

Art. 2º - Ato contínuo declaro vago o cargo ocupado pela servidora, nos termos do inciso VII do art. 45 da Lei Municipal nº 02/1991.

Cumpra-se e publique-se.

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:37608AD8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 519 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2024

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 02/1991 e a Lei Complementar nº 058/2021,

RESOLVE

Art. 1º Fica nomeado para exercer o cargo isolado de provimento em comissão, na conformidade do que dispõe o Inciso II do Art. 14, da Lei 02/1991, **FABIANO MIGUEL RIBEIRO,** portador da Cédula de Identidade n.º 7.541.478-1/PR e inscrito no CPF/MF sob o n.º 055.552.459-04, para o cargo comissionado de **ASSESSOR I,** símbolo **ASSI**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE,** o qual deverá Assessorar a gestão da manutenção da frota municipal, registrando por meio de relatórios periódicos o andamento das manutenções realizadas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de novembro de 2024, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 05 de novembro de 2024.

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eselaine de Oliveira Ribeiro Ramos
Código Identificador:87287575

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.° 1536/2024

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001316/2023 de 27 de Novembro de 2023.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 798.636,45 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002 - FUNDO MUN. DE SAÚDE
10.301.0007.2014 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303) 162.178,91
3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0303) 20.187,89
08.003 - MÉDIO E ALTA COMPLEXIDADE
10.302.0007.2017 - MANUTENÇÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303) 450.775,82
09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0005.2020 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.04 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - (Grupo/Fonte 0101) 143.134,64
3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0101) 22.359,19

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0101) 165.493,83

Art. 3° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 633.142,62

Art. 4 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Outubro de 2024

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Rodrigues da Silva
Código Identificador:25EDEFB5

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.° 1537/2024

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001316/2023 de 27 de Novembro de 2023.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 119.946,80 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002 - FUNDO MUN. DE SAÚDE
10.301.0007.2015 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA

3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA - (Grupo/Fonte 0000) 11.772,00
09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2019 - GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0102) 22.000,00
12.361.0005.2023 - TERMO DE PARCERIA COM ENTIDADES MUNICIPAIS

3.3.50.43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS - (Grupo/Fonte 0102) 40.270,20
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 3.400,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 4.906,64
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 27.643,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 1.185,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
13.001 - DEPARTAMENTO SEGURANÇA E MONITORAMENTO
06.181.0006.2045 - GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 690,00
13.002 - DEPARTAMENTO ADM E OPERACIONAL DA DEFESA
06.181.0006.2046 - MANUT. DEFESA SOCIAL E CENTRAL DE SEGURANÇA

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 1.279,96
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.608.0004.2049 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 6.800,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2007 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 44.000,00

09 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0005.2021 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0102) 22.000,00
12.365.0005.2020 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0102) 270,20
3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0102) 40.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

3.1.91.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 4.906,64
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
13.001 - DEPARTAMENTO SEGURANÇA E MONITORAMENTO
06.181.0006.2045 - GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 1.969,96
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.608.0004.2049 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 6.800,00

Art. 3 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Outubro de 2024

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Rodrigues da Silva
Código Identificador:44FC294C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.° 1539/2024

Súmula: *"Institui a Equipe de Transição do Poder Executivo, designa os seus membros, conforme especifica e confere outras providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais, consoante artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, nos termos do contido no Processo Administrativo Eletrônico n. 6491/2024:

CONSIDERANDO, que a Transição de Governo consiste na transferência de dados fundamentais para facilitar o desenvolvimento dos Programas, Projetos e Ações do candidato eleito ao mandato de Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO o princípio constitucional da supremacia do interesse público e a importância de um processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos, visando os interesses da população do Município de Mandirituba;

CONSIDERANDO o contido no Ofício nº 01/2024 apresentado no protocolado geral do Município sob número 6491/2024 pelo Prefeito Eleito na data de 04/11/2024;

Considerando o teor da Lei Complementar n. 101, de 05 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO, finalmente, que os agentes públicos e autoridades administrativas, têm o dever constitucional de pautarem-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência;

Considerando, por fim, a supremacia do interesse público:

DECRETA

Art. 1º A Transição Governamental da atual gestão administrativa para o candidato eleito ao mandato de prefeito municipal, obedecerá ao disposto neste Decreto e no Manual de Transição Municipal disponibilizado pelo Governo Federal em [https://www.gov.br/planejamento/ptbr/assuntos/articulacao-institucional/publicacoes/manual-de-transicao-municipal/manual-detransicao-municipal].

Art. 2º Denomina-se Transição Governamental, para os efeitos deste Decreto, o processo institucionalizado que importa na passagem do comando político/administrativo de um mandatário para outro com objetivo de assegurar a este o recebimento de informações e dados necessários ao exercício da função ao tomar posse.

Art. 3º São princípios da Transição Governamental, além daqueles estabelecidos no art. 37 da Constituição:

I - Colaboração entre o governo atual e o governo eleito;
II - Transparência da gestão pública;
III - Planejamento da ação governamental;
IV - Continuidade dos serviços prestados à sociedade;
V - Supremacia do interesse público;
VI - Boa-fé e executoriedade dos atos administrativos.

Art. 4º Institui a Equipe de Transição do Poder Executivo Municipal, à gestão que se iniciará em 2025, e designa para a sua composição os seguintes membros:

§ 1º Representantes indicados pelo Prefeito Eleito:

I – Josselei da Cruz Sandeski, inscrita no CPF/MF sob n. 020.156.619-21;

II – Aramis Ataide Machado, inscrito no CPF/MF sob n. 562.045.589-00;

III – Edgar Otto Hauber Júnior, inscrito no CPF/MF sob n. 756.308.779-68;

IV – Geovana Maria Cordeiro, inscrita no CPF/MF sob n. 855.574.479-20;

V – Mauricio Figueiredo Lima Neto, inscrito no CPF/MF sob n.184.037.398-93.

§2º Na primeira reunião a ser realizada entre as Comissões, deverá a Comissão de Transição do Governo Eleito indicar o seu Coordenador

e, por consequência, os demais indicados serão relacionados como Membros.

§3º Representantes do Executivo Municipal exercício 2020/2024:

I – Alysson Gonçales Quadros, matrícula n. 4147 – Coordenador;

II – Ricardo Luiz Reolon, matrícula n. 2557 – membro;

III – Daniele dos Santos Rogoski Voitach, matrícula n. 3917 - membro;

IV – Viviane de Carvalho Moro, matrícula n. 4038 - membro;

V – Evandro Krachinski Duarte, matrícula n. 3759 - membro;

§4º O Coordenador da Comissão de que trata o caput deste artigo, poderá a qualquer tempo solicitar a colaboração de outros Servidores Públicos Municipais, técnicos em áreas específicas e o controle interno, com o intuito de prestar as informações que porventura se fizerem necessárias ao bom andamento desta Transição

Art. 5º Os trabalhos dos integrantes da Equipe de Transição, criada na forma deste Decreto, é considerado de relevante interesse público.

Parágrafo único. Nos casos dos servidores públicos efetivos designados estes deverão exercer os trabalhos junto a Equipe de Transição de maneira concomitante as atribuições de seus respectivos cargos e funções públicas.

Art. 6º As reuniões das Comissões deverão ser agendadas previamente e relatadas em Ata, podendo haver gravação em vídeo, com a indicação dos participantes e dos assuntos tratados, ficando estabelecido que a primeira reunião será no dia 08/11/2024, às 9:00h, na sala de reuniões do Paço Municipal, conforme requerido pelo Prefeito eleito.

Art. 7º As informações solicitadas à Comissão de Transição que porventura não estejam disponíveis nos Relatórios dos Módulos de Gestão informatizada da administração municipal ou cuja produção de Relatório implique na atribuição de tarefas adicionais aos servidores públicos municipais, será objeto de avaliação da Comissão de Transição, com vistas a compatibilizar o fornecimento das informações solicitadas com o normal andamento das repartições públicas municipais.

§ 1º A Comissão de Transição do atual Governo deverá, em tempo razoável, atender às solicitações por documentos, informações, processos e outros itens considerados necessários em resposta às solicitações

§ 2º O pedido de informações/solicitações deverá ser feito pelo Coordenador da Comissão de Transição do Governo Eleito, direcionando-o sempre por escrito ao Coordenador da Comissão de Transição do atual Governo, devendo estes acordarem a melhor forma e meio visando o melhor resultado.

Art. 8º O processo de Transição Governamental, iniciado nesta data, se encerra no dia 31 de dezembro de 2024, bem como respeitará o contido no *"caput"* artigo 71 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 9º. Concluídos os trabalhos, as Comissões de Transição deverão elaborar e assinar Relatório Final circunstanciado acerca dos procedimentos ocorridos e fatos constatados no curso do processo de transição governamental, disponibilizando os respectivos atos, ofícios e demais expedientes, que permaneceram em suas respectivas Secretarias ou Departamentos.

Parágrafo único. O respectivo relatório de que trata o caput deste artigo deverá ser entregue ao Prefeito Municipal e ao Prefeito eleito, assim como disponibilizado no Portal da Transparência/site Oficial do Município.

Art. 10. Fica o Coordenador da Comissão de Transição do atual Governo, por si só, em conjunto com a Comissão ou com o Controle Interno, autorizado a emitir atos complementares que se façam necessários à boa execução deste decreto.

Art. 11 Os membros designados para a Equipe de Transição devem guardar sigilo de eventuais dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização nos termos da legislação vigente.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até 15 de fevereiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 04 de novembro de 2024.

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Rodrigues da Silva
Código Identificador:9B7568C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DISTRIBUIÇÃO DE DEMANDA

Vimos através desse, comunicar a disponibilização de demanda para realização de 1(um) Leilão, considerando a Ata de Sorteio referente ao Credenciamento 005/2024 – Leiloeiro Oficial, convocar o classificado em 1º lugar do respectivo Edital de chamamento público na forma de credenciamento Nº 005/2024, para que se manifeste sobre demanda.
Não havendo manifestação no prazo de 48 (quarente e oito) horas conforme estipulado no item **7.7** do edital, a contar dessa publicação, **SERÁ CONSIDERADO COMO ACEITE**, seguindo o processo para formalização da contratação.
Canais de comunicação oficiais: patrimonio@mandirituba.pr.gov.br ou administracao@mandirituba.pr.gov.br
A íntegra da Ata do Sorteio poderá ser acessada pelo endereço eletrônico abaixo:
https://www.mandirituba.pr.gov.br/licitacoes/aviso-de-chamada-publica-na-forma-de-credenciamento-n-0052024-uasg-455978

Sem mais a declarar, estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Mandirituba, 07 de novembro de 2024.

ALYSSON GONÇALES QUADROS
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Débora Cavagnolli
Código Identificador:CC93BDFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.° 1529/2024

Abertura de crédito adicional suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Mandirituba e autorização contida na Lei Municipal n° 001316/2023 de 27 de Novembro de 2023.

D E C R E T A :

Art. 1° Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 341.040,18 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GOVERNO

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 15.000,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 8.000,00
04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 3.500,00
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 12.000,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2007 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 2.000,00
4.4.22.93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0772) 142.887,14
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002 - FUNDO MUN. DE SAÚDE
10.301.0007.2013 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0303) 67.714,84
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
10.006 - GESTÃO GERAL DA ASSISTENCIA
08.244.0006.2036 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÃO AMIGA

3.3.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA - (Grupo/Fonte 0000) 13.600,00
08.244.0006.2038 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 2.300,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA - (Grupo/Fonte 0000) 12.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 26.000,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
13.002 - DEPARTAMENTO ADM E OPERACIONAL DA DEFESA
06.181.0006.2046 - MANUT. DEFESA SOCIAL E CENTRAL DE SEGURANÇA

3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO - (Grupo/Fonte 0000) 9.038,20
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

20.608.0004.2052 - MANUTENÇÃO ARMAZÉM DA FAMÍLIA

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 27.000,00

Art. 2° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO
02.001 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.0002.2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE GOVERNO

3.1.90.13 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - (Grupo/Fonte 0000) 15.000,00
04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
04.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0002.2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 39.400,00
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA E CONTABILIDADE
04.123.0002.2007 - MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANÇAS

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 2.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002 - FUNDO MUN. DE SAÚDE
10.301.0007.2013 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

3.3.70.41 - CONTRIBUIÇÕES - (Grupo/Fonte 0303) 67.714,84
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
11.001 - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO
15.452.0003.2040 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 12.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
12.002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
26.782.0003.2043 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE

3.3.90.46 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - (Grupo/Fonte 0000) 26.000,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
13.001 - DEPARTAMENTO SEGURANÇA E MONITORAMENTO
06.181.0006.2045 - GESTÃO DA GUARDA MUNICIPAL

3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - (Grupo/Fonte 0000) 9.038,20
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT
14.001 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.608.0004.2049 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA

3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - (Grupo/Fonte 0000) 27.000,00

Art. 3° Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do superavit parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

GRUPO/FONTE 0772 142.887,14

Art. 4 Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Outubro de 2024

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Rodrigues da Silva
Código Identificador:0443DC97

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ASSISTÊNCIA SOCIAL
REPUBLICAÇÃO COM RETIFICAÇÃO - PORTARIA Nº 4092/2024 - 05.11.2024

Concede férias proporcionais a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

Ilena de Fátima Pegoraro Oliveira, Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0157/2002 de 08/07/2002, Art. 74 com suas alterações posteriores, e
CONSIDERANDO, a Portaria nº 3935/2023, de 15 de dezembro de 2023 que concede férias proporcionais a Servidora Pública, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.**2023** até 12.01.**2024**,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 10 (dez) dias restantes de férias a Servidora Pública Municipal **Sra. DANIELE ANDRESSA FERREIRA**, cadastrada na Matrícula nº 1012036, ocupante de Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social no Município de Manfrinópolis, sendo 10 (dez) dias a serem usufruídos no período de **30 de outubro de 2024 até 08 de novembro de 2024**, referente ao Período Aquisitivo de 13.01.**2023** até 12.01.**2024** e 05 (cinco) dias a serem usufruídos futuramente.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 30 de outubro de 2024.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 05 de novembro de 2024.

ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:14B28571

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA N° 4093/2024 - 06.11.2024

Designa Servidor Público Municipal para atuar como Ouvidor Municipal do SUS no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná e dá outras providências.

ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA, Prefeita Municipal do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme Ofício nº 024/2024 – Secretaria Municipal de Saúde, de 06 de novembro de 2024,
RESOLVE:
Art. 1° Designar o Servidor Público Municipal **Sr. JHONN DA COSTA CUSTIN**, portador do RG sob nº 12.914.951-5 SSP/PR e conforme Matrícula nº 1012216, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO no Município de Manfrinópolis, para atuar como Ouvidor Municipal do SUS de Manfrinópolis, Estado do Paraná.
Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 06 de novembro de 2024.

ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:A0EAD55B

EXECUTIVO MUNICIPAL
DECRETO Nº 1850/2024 - 08.11.2024

Súmula: Institui a transição democrática de governo no município de Manfrinópolis para o cargo de prefeito, estabelece a equipe de transição governamental, define seu funcionamento e dá outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de instituir-se um processo de transição governamental democrático da Administração Pública Municipal, visando à preservação da continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos, que constituem o interesse maior da população;
CONSIDERANDO a necessidade de se realizar transição de mandato, com o fito de dá ciência da atual situação dos órgãos que integram o Poder Público Municipal de Manfrinópolis, mantendo dessa forma a continuidade dos serviços públicos.
CONSIDERANDO que a transmissão de mandato de Chefe do Poder Executivo Municipal deve pautar-se pelos princípios da continuidade administrativa, da boa-fé, da transparência na gestão pública, da probidade administrativa e da supremacia do interesse público;
CONSIDERANDO que a transmissão de mandato é o processo que objetiva propiciar condições para que o administrador público sucessor possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessárias à implantação do novo programa de gestão, desde a data de sua posse; e
CONSIDERANDO finalmente que o Gestor Eleito, apresentou a essa atual Gestão a relação das pessoas que integrarão a Comissão de Transição de Mandato, como seus representantes, e ainda sendo necessária a indicação de servidores que responderão pela gestão atual.
A PREFEITA DE MANFRINÓPOLIS ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Institui a **COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO,** que terá como finalidade de coordenar os trabalhos relacionados à transição governamental, entre a atual gestão e o Prefeito eleito na eleição de 2024.
Art. 2º A Comissão ora instituída será composta por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) na qualidade de representantes da atual administração e 03 (três) indicados pelo futuro Gestor Municipal.
Art. 3º A **COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO,** é assim constituída:
I – Representantes da Atual Gestão:
- ISABEL CAROLINA MOCHNACZ
- DANIEL LUZ DOS REIS
- CINTIA VILANTT

II – Representantes do Prefeito Eleito:
- AMARILDO ALVES CARNEIRO
- DAURI TEIXEIRA
- MATEUS SCHEITT

Art. 4º Para os fins deste Decreto, entende-se por transição governamental o processo que visa proporcionar condições para que o Candidato eleito ao cargo de Prefeito receba do seu antecessor todas as informações e dados necessários à implementação do programa do novo governo.
Art. 5º As informações, relatórios e dossiês relativos aos atos da Administração Pública Municipal serão entregues a Comissão que formalmente fará o encaminhamento ao Prefeito Eleito.
Art. 6º Caberá à Comissão de Transição de Mandato:
I – proceder ao levantamento de informações junto às diversas Secretarias do Poder Executivo e dos projetos de lei de iniciativa do Executivo em tramitação no Legislativo, para subsidiar as ações de planejamento da futura Administração Pública Municipal;
II – realizar as atividades necessárias para o bom e ágil andamento seu encargo, a fim de subsidiar a equipe da futura Administração com os elementos necessários ao início de sua gestão;
III – efetuar o levantamento dos bens móveis e imóveis do Município, bem como as ações judiciais em andamento e a dívida.

Art. 8º Os Secretários Municipais e demais Órgãos municipais deverão encaminhar a Comissão informações circunstanciadas sobre:
I- O Plano Plurianual, o Orçamento Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias contendo os Anexos de Metas e Riscos Fiscais para o exercício seguinte, nos termos dos arts. 4º e 5º da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;
II- Termo de Verificação de Saldo em Caixa, no qual se registrará o valor, em moeda corrente;
III- Termo de Verificação de Saldos Bancários, do qual constará o saldo da conta corrente da Prefeitura em bancos, anexando-se extrato que indique o valor existente em 31 de dezembro do exercício que se encerra, acompanhado da respectiva conciliação bancária, devidamente assinados pela Gestora, Tesoureiro e Contador;
IV- Relação das Contas Bancárias, a qual deverá indicar o número da conta;
V- Relação de valores pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, cautelas etc.;
VI- Demonstrativo dos Restos a pagar referentes a exercícios anteriores e aqueles relativos ao exercício que se encerra, distinguindo-se os processados dos não processados, contendo:
a) o número de ordem, pela numeração dos empenhos, a dotação, com os respectivos valores e nomes dos credores;
b) o número da inscrição do credor no CNPJ ou CPF;
c) a data do contrato, do empenho e, se processados, a data da liquidação;
VII- Relação dos Precatórios pendentes de pagamento;
VIII- Demonstrativo da Dívida Fundada Interna, contendo lei autorizativa, objeto, data do contrato, prazo de pagamento, valor principal, valor dos encargos, número de parcelas a pagar, montante autorizado e saldo a pagar, acompanhado das certidões ou extratos emitidos pelos órgãos pertinentes;
IX- Relação das Obrigações de Longo Prazo, decorrentes de contratos de execução de obras, consórcios, convênios e outros assemelhados, destacando pago e o saldo a pagar;
X- Relação de valores e títulos da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, corrigidos e discriminados por contribuintes;
XI- Relação atualizada em 31 de dezembro do exercício que se encerra dos bens patrimoniais, indicando-se sua alocação, por setor, e números dos respectivos tombamentos;
XII- Relação dos Bens de Consumo existentes em almoxarifado em 31 de dezembro do exercício que se encerra;
XIII- Relatório de Controle interno referente ao andamento do exercício de 2024;
XIV- Relação das obras e dos serviços de engenharia executados e em execução no município;
XV- Levantamento da situação dos servidores e o quantitativo de:
a) servidores em cargo efetivo;
b) servidores em cargo comissionado;
c) servidores com função gratificada;
d) servidores à disposição;
e) trabalhadores temporários; e
f) agentes políticos.
XVI- Relação de concursos públicos realizados e em realização, indicando homologados no exercício, os que estão em andamento e aqueles que se encontram dentro do prazo de validade;
XVII- Relação de pendências em pagamentos de servidores, se houver;
XVIII-Relação de entidades civis que receberam recursos públicos municipais a título de subvenção, contribuição ou auxílio, informando o valor repassado;
XIX- Relação de contratos administrativos de despesas continuadas;
XX- Relação de atrasos no recolhimento de contribuições previdenciárias e patronais, se houver;
XXI- Relação de ações em Juízo a favor ou contra a Fazenda Pública Municipal;
XXII- Relação dos Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo em tramitação na Câmara Municipal;
XXIII- Cópia da Legislação básica do Município, tais como:
a) Lei Orgânica do Município;
b) Leis Complementares à Lei Orgânica, se ocorrerem;
c) Regimentos Internos das entidades da administração municipal;
d) Lei de Organização do Quadro de Pessoal;
e) Estatuto dos Servidores Públicos, ou norma subsidiariamente utilizada;
f) Legislação Tributária;
g) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;
h) Leis que disciplinem:
1. Concessão de diárias.
2. Fixação de subsídios de agentes políticos;
3. Contratação temporária de mão de obra;
4. Licitações e contratos administrativos.
5) Outras normas correlatas.
XXIV-Demonstrativos de Despesas e Receitas Orçamentárias e Extraorçamentárias do mês de dezembro;
XXV- Relação dos contratos ativos, prazo de validade e possibilidade de aditivos, com informações dos saldos existentes.
Parágrafo único - Os documentos encaminhados à Comissão de Transmissão de Governo serão emitidos em papel timbrado e subscritos pela Prefeita e autoridades competentes da administração que se encerra;

Manfrinópolis, Estado do Paraná, 08 de novembro de 2024.

ILENA DE FÁTIMA PEGORARO OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:3260C9C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A participação neste pregão será de tratamento prioritário para empresas que estão sediadas no âmbito regional do Município sede licitante, com base no Decreto Municipal n° 275/2023, Art. 1º, inciso II, alínea "c" com vista a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional, tratamento prioritário para as microempresas e empresas de pequeno porte, pertencentes ao âmbito regional.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº056/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº133/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção de uniforme escolar para o ano letivo de 2025, para atendimento aos alunos da Rede Municipal de Ensino e Funcionários da Secretaria de Educação do Município de Marilena, Estado do Paraná.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Íntegra do Edital a partir de 08 de novembro de 2024 – de segunda à sexta-feira das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas na Sala de Licitações Prefeitura Municipal de Marilena – PR, situada na Rua Dante Pasqualetto, nº. 855, centro – Marilena – PR, e ainda disponível na integra no Portal da Transparência do Município http://marilena.pr.gov.br/ .

ABERTURA DA SESSÃO: **27 de novembro de 2024 às 09h00min – Horário de Brasília/DF**.

Sistema/Local da Sessão Pública: COMPRAS BR - https://comprasbr.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA/PR

Telefone: (44) 3900-3910
E-mail: marilenalicita@gmail.com e pmm-licitacao@marilena.pr.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Alessandra Tarifa da Silva
Código Identificador:15FB268B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA-PR

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº055/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº132/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação com instalação e manutenção de materiais e equipamentos de decorações natalinas, para atender o evento NATAL ILUMINADO 2024, no Município de Marilena, Estado do Paraná.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Íntegra do Edital a partir de 08 de novembro de 2024 – de segunda à sexta-feira das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas na Sala de Licitações Prefeitura Municipal de Marilena – PR, situada na Rua Dante Pasqualetto, nº. 855, centro – Marilena – PR, e ainda disponível na integra no Portal da Transparência do Município http://marilena.pr.gov.br/ .

ABERTURA DA SESSÃO: **22 de novembro de 2024 às 09h00min – Horário de Brasília/DF**.

Sistema/Local da Sessão Pública: COMPRAS BR - https://comprasbr.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA/PR

Telefone: (44) 3448-1314
E-mail: marilenalicita@gmail.com e pmm-licitacao@marilena.pr.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Marilena, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

JOSÉ APARECIDO DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Rosimére Molina Giacobbo
Código Identificador:1D3DC91D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
RESOLUÇÃO N.º 006/2024

"Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação de Dotação Orçamentária no Valor de R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) no orçamento vigente do Poder Legislativo".

Faço saber, que a Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no Artigo 3, V,da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZOU**, o Plenário **APROVOU** e eu o Presidente **PROMULGO** a seguinte Resolução:
Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações do Orçamento vigente da Câmara Municipal de Matinhos, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

Objetivos: Dar cumprimento às funções básicas do poder legislativo e fiscalizar.				
CÓDIGO	**NATUREZA DA DESPESA ESPECIFICAÇÃO**	**FONTE**	**DESCRIÇÃO DA FONTE**	**VALOR**
3.3.90.30.0000	Material de Consumo	1001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	R$ 60.000,00
3.3.90.46.0000	Auxilio Alimentação	1001	Recursos do Tesouro (Descentralizados	R$ 70.000,00
4.4.90.52.0000	Equipamentos e Material Permanente	1001	Recursos do Tesouro (Descentralizados	R$ 200.000,00
			TOTAL	**R$ 330.000,00**

ART. 2º - Servirá como recurso para atendimento do caput do Artigo 1º desta Resolução, a anulação de igual importância do Orçamento vigente, assim especificado:

Objetivos: Dar cumprimento às funções básicas do poder legislativo e fiscalizar.				
CÓDIGO	**NATUREZA DA DESPESA ESPECIFICAÇÃO**	**FONTE**	**DESCRIÇÃO DA FONTE**	**VALOR**
4.4.90.51.0000	Obras e Instalações	1001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	**R$ 330.000,00**
			TOTAL	**R$ 330.000,00**

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 05 de novembrode 2024.

JOSÉ FERNANDO DE LIMA
Presidente

JAIR DE BORBA ROSA
1ºSecretário

MARCIO FABIANO MESQUITA DUARTE
1º Secretário

ELTON SILVÉRIO VIANA DE LIMA
2° Secretário

Publicado por:
Jose Fernando de Lima
Código Identificador:1EB92032

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS
EDITAL DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2024
(Processo n.º 15/2024)

OBJETO**: "AQUISIÇÃO DE DIVISÍRIAS, DESMONTAGEM E REMONTAGEM DE DIVISÓRIAS"**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 00:00h do dia 11/11/2024 até às 17:30h do dia 13/11/2024.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: licitação@camaramatinhos.pr.gov.br

As propostas ainda poderão ser entregues presencialmente no endereço da Câmara Municipal sito à Rua Albano Muller, nº 47, centro, Matinhos, Paraná.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

VALORES MÁXIMOS PARA CONTRATAÇÃO:

Qtd.	Especificações
67 m²	Desmontagem e remontagem de paredes de divisórias com portas e vidros
21 m²	Paredes tipo divisórias com duas portas, na cor branca com perfil
01	Serviço de montagem e desmontagem de divisórias

Total máximo da contratação R$ 11.206,66 (onze mil duzentos e seis reais e sessenta e seis centavos)

Os requisitos para contratação bem como os valores e demais informações poderão ser obtidas no Termo de Referência o qual pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico:
https://www.camaramatinhos.pr.gov.br/proposicoes/Termo-de-Referencia--TR-/2024/1/0/7018

Matinhos, 07de novembro de 2024.

RENATA BEATRIZ MULLER
Agente de Contratação

Publicado por:
Jose Fernando de Lima
Código Identificador:CFA20FA1

GABINETE
DECRETO Nº 3297/2024

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação no valor de R$ 175.708,45 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e oito reais e quarenta e cinco centavos) e a efetuar alterações de natureza técnica no orçamento vigente do Município.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS**, no uso de suas atribuições, tendo por base a Lei Federal nº. 4.320/64 e a autorização constante da Lei nº. 2562 de 20 de dezembro de 2023.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento vigente o Crédito Adicional Suplementar por Superávit de Arrecadação para o exercício de 2024 em conformidade com a Lei Federal 4.320, no valor total de R$ 175.708,45 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e oito reais e quarenta e cinco centavos) conforme abaixo:

Programa de Trabalho	Cat. Eco. Despesa	Descrição Cat. Eco. Despesa	Valor	Fonte
02.002.0004.0122.0102.2002	3339197000000000000	Aporte para cobertura do déficit atuarial do RPPS	100.000,00	00000
03.002.0028.0846.0103.2	3339093000000000000	Indenizações e restituições	72.980,25	00000
08.002.0012.0361.0108.2055	3339039000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.728,20	00112

Art. 2º - Como recurso à abertura do Crédito mencionado no artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo Municipal, conforme prescreve a Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo 43, abrir por Superávit Financeiro no valor de R$ 175.708,45 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e oito reais e quarenta e cinco centavos) na fonte de recurso 00112.

Art. 3º – Fica alterado conforme a Lei 2551, fica alterado o valor global das ações, no exercício de 2024, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme alterações orçamentárias disposta neste Decreto.

Art. 4º – Fica alterado, conforme a Lei 2290, de Novembro de 2021 - Lei do PPA 2022/2025, em seus artigos 11 e 12, o valor global das ações, no exercício de 2024.

Art. 5º – Fica alterado o Cronograma de Desembolso mensal.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua Assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Matinhos, 4 de novembro de 2024.

JOSE CARLOS DO ESPIRITO SANTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:7ECF3E86

GABINETE
DECRETO Nº 3298, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, mediante processo n°37256/2024, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art. 1º A pedido, de **FERNANDA TIEMECHI BUENO DE BONA,** inscrita no CPF sob o nº 028.***.***-08 e portadora da Carteira de Identidade RG n° 7.***.***-6 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE,** simbologia **CC-E,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2024, revogando o decreto 3172/2024 e suas disposições ao contrário.

Matinhos, PR, 04 de novembro de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:7AAE3A0A

GABINETE
DECRETO Nº 3299, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art.1º De **AILSON ORLEI MORO CAMARGO,** inscrito no CPF sob o nº 185.***.***-20 e portador da Carteira de Identidade RG nº 844.***-9 SESP-PR do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE DE MATERIAIS ELÉTRICOS**, simbologia **CC-2**, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art.2° De **ARIELA DA SILVA RODRIGUES,** inscrita no CPF sob o nº 701.***.***-22 e portadora da Carteira de Identidade RG n° 5*****4 SSP/GO, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE EXECUÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DOS CERTAMES LICITATÓRIOS**, simbologia **CC-2**, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.3° De **CLAUDINO BUENO,** inscrito no CPF sob o nº 959.***.***-53 e portador da Carteira de Identidade RG nº 6.***.***-5 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE EVENTOS E ATIVIDADES ESPORTIVAS,** simbologia CC-3, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art.4º De **GILSON PAULAK CORREA,** inscrito no CPF sob o nº 095.***.***-75 e portador da Carteira de Identidade RG nº 6.***.***-5 SESP/PR do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO URBANAS**, simbologia **CC-1**, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art.5º De **JANETE DE FÁTIMA SCHMITZ,** inscrita no CPF sob o nº 618.***.***-00 e portadora da Carteira de Identidade RG n° 4.***.***-2 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO DE HARDWARE**, simbologia **CC-2**, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.6º De **MATEUS DOS SANTOS,** inscrito no CPF sob o nº 505.***.***-34 e portador da Carteira de Identidade RG nº 3.***.***-4 SESP-PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO,** simbologia CC-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art.7º De **NATACHA CRISTINA ALVES DE SOUZA,** inscrita no CPF sob o nº 094.***.***-64 e portadora da Carteira de Identidade RG nº 13.***.***-9 SESP-PR, do cargo de provimento em comissão

de **CHEFE DE DIVISÃO DE PUBLICIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,** simbologia CC-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art.8º De **RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF sob o nº 085.***.***-55 e portador da Carteira de Identidade RG nº 1.***.***-4 SESP-PR do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE SETOR DE CONTROLE VIÁRIO**, simbologia **CC-3**, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art.9º De **TATIANE APARECIDA SAIDOCK,** inscrita no CPF sob o nº 088.***.***-05 e portadora da Carteira de Identidade RG n° 12.***.***-5 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE DE MATERIAIS E ALMOXARIFADO DE OBRAS**, simbologia **CC-2**, lotada na Secretaria Municipal de Obras.

Art.10º De **VIVIANE PEREIRA LEITE,** inscrito (a) no CPF sob o nº 028.852.529-95 e portador (a) da Carteira de Identidade RG nº 5.882.820-3 SESP-PR, no cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA**, simbologia **CC-1**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.11º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 08 de novembro de 2024, revogando os decretos 2012/2023, 2851/2024, 1712/2022, 2784/2024, 628/2021, 1569/2022, 119/2021, 2470/2023, 3145/2024, 1129/2022 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 04 de novembro de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:215A265C

GABINETE
DECRETO Nº 3300, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n° 1165/2008 e 1430/2011 e suas alterações, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art. 1º De **ANA LUCIA CATARINO BRANCO PIRES,** inscrita no CPF sob o nº 512.***.***-72, portadora da Carteira de Identidade RG 3.***.***-4 SSP-PR, do cargo público de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, matrícula nº 100771/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de novembro de 2024, revogando o decreto n° 2751/2024 e as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 04 de novembro de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:D48EC32B

GABINETE
DECRETO Nº 3301, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **José Carlos do Espírito Santo,** no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Municipal 1819/2016, resolve;

TORNAR VAGO

Art. 1º O Cargo de **GUARDA MUNICIPAL**, ocupado por **MARCELO DE MELLO CORADIN,** matrícula nº 22136/1, em virtude de seu falecimento na data de 30 de outubro de 2024, nos termos dos artigos n° 68 e 70 da Lei nº 1165/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos).

Art. 2 º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 30 de outubro de 2024.

Matinhos, PR, 04 de novembro de 2024.

JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:B30A4CF1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

CIDCENTRO
PORTARIA Nº 14 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

NOMEIA FISCAL DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DO CONSÓRCIO CID CENTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SENHOR PRESIDENTE E DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA, DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ - CID CENTRO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para a função de **FISCAL DE INSPEÇÃO** no âmbito do Consórcio **CID CENTRO** e em seu território de atuação dos Municípios consorciados, o servidor **RAFAEL DOS SANTOS SCANDOLARA,** médico veterinário inscrito no **CRMV/PR nº 16290**, cedido ao Consórcio através da **Portaria nº 247 de 05 de novembro de 2024**, do Município de Rio Branco do Ivaí - PR, com carga horária de **08 horas** semanais.

Art. 2° As atribuições conferidas por este ato poderão ser exercidas em todos os municípios de abrangência deste consórcio, por tempo indeterminado.

Art. 3º A concessão de gratificação pelo exercício da função, se for o caso, ficará a cargo do Município de origem, obedecendo o limite previsto no Estatuto do Servidor Público do Município.

Art. 4º A presente portaria vigorará por prazo indeterminado ou até que haja revogação da Portaria de Cessão do Município de Rio Branco do Ivaí/PR ao Consórcio Cid Centro.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga/PR, 07 de Novembro de 2024.

VALDENEI DE SOUZA
Presidente CID Centro

Publicado por:
Nilson Padilha
Código Identificador:1B440849

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 518/2024 -FERIAS JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 518/2024

SÚMULA – Férias a servidores efetivos e ou comissionados / agente políticos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, férias por um período de 30 dias consecutivos e ou fracionados conforme tabela demonstrativa:

Mat.	Funcionário	Período	Inicio	Dias fruição	Dias pecúnia
200818	Josiane Pereira dos Santos	2023 2024	06112024	10	-x-
-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,07 de novembro de 2024

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:34A51712

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 519/202 - FERIAS ELIZETE RAK NUNES

PORTARIA Nº 519/2024

SÚMULA – Férias a servidores efetivos e ou comissionados / agente políticos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, férias por um período de 30 dias consecutivos e ou fracionados conforme tabela demonstrativa:

Mat.	Funcionário	Período	Inicio	Dias fruição	Dias pecúnia
200781	Elizete Rak Nunes	2023 2024	17102024	20	-x-
-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 07 de novembro de 2024

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:5141EF0B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 520/2024 - FERIAS HELIO SLOBODZAN - CRISTIANE S DE MELO

PORTARIA Nº 520/2024

SÚMULA – Férias a servidores efetivos e ou comissionados / agente políticos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, férias por um período de 30 dias consecutivos e ou fracionados conforme tabela demonstrativa:

Mat.	Funcionário	Período	Inicio	Dias fruição	Dias pecúnia
200826	Cristiane Scinskas de Melo Sobota	2023 2024	01112024	-x-	10
200366	Helio Slobodzan	2023 2024	01112024	-x-	10

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,07 de novembro de 2024

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:2EABFCC5

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº17/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 17/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024

O Município de Mato Rico, Estado do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se e suas alterações, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, torna público que fará realizar as 10:00h **do dia 22 de novembro de 2024**, no portal de licitações: **Bolsa Nacional de Compras BNC -** www.bnc.org.br o **PREGÃO ELETRONICO Nº17/2024**, tipo preço por item, para Registro de Preços para Aquisição de "kits" de uniforme escolar, para atender os alunos do ensino fundamental matriculados na rede pública do Município de Mato Rico, para o ano letivo de 2025, conforme especificações constantes no Anexo I, conforme de Referência deste Edital, para fins de habilitação e classificação. As características e demais condições especificadas no Edital e em seus Anexos. O edital e anexo encontram-se disponíveis no Portal: **Bolsa Nacional de Compras BNC -** www.bnc.org.br. E informações pelo Fone: 0800 888 5155 ou pelo email licitacoes@matorico.pr.gov.br, de segunda a sexta feira, nos horários de 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:00 horas.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 07 de novembro de 2024.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:ED7549B3

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 521/2024 - FERIAS

PORTARIA Nº 521/2024

SÚMULA – Férias a servidores efetivos e ou comissionados / agente políticos.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

CONCEDER:

Artigo 1º. – Aos funcionários abaixo, férias por um período de 30 dias consecutivos e ou fracionados conforme tabela demonstrativa:

Mat.	Funcionário	Período	Inicio	Dias fruição	Dias pecúnia
200858	Thairiane Justino Cavina	2021 2022	06112024	30	-x-
200746	Claudinei Zai	2023 2024	31102024	20	10

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico, 07 de novembro de 2024

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:7B94BB51

MUNICÍPIO DE MATO RICO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº23/2024

AVISO DE DISPENSA
DISPENSA Nº23/2024
PROCESSO LICITÓRIO Nº49/2024
COM BASE NO ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.
O **MUNICÍPIO DE MATO RICOL/PR** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.684.510/0001-31, com sede administrativa na Av. Das Araucárias S/Nº, Centro, Mato Rico/PR, CEP – 85.240-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade Rg nº 4.043.712-6 - SESP – Pr, e inscrito no CPF sob nº 464.922.919-72, nos termos do art. 75, inciso I combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que, tem interesse em realizar a contratação de empresas para fornecimento e prestação de serviços para a realização do evento 10º Edição - PDM- Pedal dos Mestres realização através das Atividades Turísticas do Município de Mato Rico- Secretaria de Turismo - Convenio nº0160/2024- SETUR, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. **Limite para Apresentação da Proposta de Preços até: 13/11/2024 às 17:00h.** A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Mato Rico, sito a Avenida das Araucárias, s/n, Centro, Mato Rico-PR – CEP – 85240-000, no horário de 08:00 às 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas, em dias uteisaté a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Municípiohttps://www.matorico.pr.gov.br informações poderão ser obtidas na Sala da CPL, sito a Avenida das Araucárias, s/n, Centro, Mato Rico-PR – CEP 85240-000.

Mato Rico, 07 de novembro de 2024.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:093B4C4E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 010/2024

CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2023

O Prefeito Municipal de Miraselva, Rogério Aparecido da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida Dona Madalena nº. 140, na cidade de Miraselva, portador da cédula de identidade nº 3.802.398-5 SSP-PR e do CPF nº 648.886.069-00, no uso de suas atribuições legais:
CONVOCA, os candidatos aprovados no Concurso Público 001/2023, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, na Prefeitura Municipal de Miraselva, para apresentar os documentos exigidos e exames médico admissional.

EDUCADOR SOCIAL

Clas.	Nome	Nº. RG	Nota Final
3	STEFANY PEREIRA	14.497.207-4	55,0

O não comparecimento no prazo legal o (a) candidato (a) classificado (a) será remanejado (a) para o final da lista de classificação, podendo a Prefeitura Municipal convocar os imediatamente posteriores, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Miraselva, 07 de novembro de 2024.

ROGÉRIO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:15571EA4

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2024 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2024

O Município de Miraselva, Estado do Paraná, através de seu Agente de Contratação, tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 14.133/21, Lei Municipal nº 670/2023 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica**, sob o regime de **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA PARA REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DO ANTIGO PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MIRASELVA**, conforme descrição no Edital de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2024** e seus projetos e anexos.

INFORMAÇÕES:
Recebimento das propostas**: A partir das 08h00 do dia 12/11/2024 até às 08h59min do dia 28/11/2024**.
Data e horário de abertura: **28/11/2024 - às 09hs:00min**.
Data e horário do início da sessão de disputa: **28/11/2024 - às 09hs:00min**.
Meio de utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, no endereço eletrônico:
www.bll.org.br "Acesso Identificado", licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.

O edital e informações deverão ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de Licitações, no site oficial da Prefeitura: http://www.miraselva.pr.gov.br, Site da BLL: www.bll.org.br e no e-mail: licitacao@miraselva.pr.gov.br.

Miraselva/PR, 07 de novembro de 2024.

ROGERIO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

PAULO CESAR VIEIRA DE MELO
Agente de Contratação

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:78338858

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 084/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 036/2024

OBJETO: Trata-se de contratação de empresa para aquisição e instalação de condicionador de ar nas unidades básicas, em atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Morretes.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MORRETES PARANÁ.
FORNECEDORES:

CONTRATO N° 068/2024 – ID N° 206/2024
EMPRESA: C LANCONI LOPES SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA
CNPJ/MF sob o nº 29.660.456/0001-60
VALOR TOTAL DE: R$ 6.012,00 (seis mil e doze reais)

CONTRATO N° 069/2024 – ID N° 207/2024
EMPRESA: CH3 CONTRATOS E NEGÓCIOS LTDA
CNPJ/MF sob o nº 41.948.354/0001-40
VALOR TOTAL DE: R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 06/11/2024
VIGÊNCIA: O prazo de execução fica estipulado em 1 (um) ano, podendo ser prorrogado diante da ocorrência de fato superveniente que inviabilize o início da etapa de execução e/ou das subsequentes, tanto que até a data designada para o início dos trabalhos a CONTRATADA comunique a Administração Municipal e requeira a prorrogação do prazo de execução. Estipula-se em 1 (um) ano o prazo de vigência do contrato a contar da data da assinatura de seu instrumento, admitida a prorrogação do prazo de vigência nos termos do artigo 111, da Lei 14.133/2021, por se tratar de contrato por escopo.

ASSINADO POR: SR. MANOEL MEDEIROS MACHADO SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE E SRA. CAROLINE LANCONI LOPES PELA EMPRESA C LANCONI LOPES SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA; E SR. GABRIEL RUAN FERRÃO CHAVES PELA EMPRESA CH3 CONTRATOS E NEGÓCIOS.

Publicado por:
Gislaine Vier Rodrigues
Código Identificador:8D891CC6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE PATROCÍNIO E COOPERAÇÃO Nº 037/2024

TERMO DE PATROCÍNIO E COOPERAÇÃO Nº 037/2024

O MUNICÍPIO DE MORRETES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito na CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO, representada pela Secretária Municipal de Governo, a Sra. LUCIANA SANTOS COSTA, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº. 014.631.XXX-77 e RG nº. 6.289.XXX-4, residente e domiciliada no Município de Morretes/PR, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, doravante denominado simplesmente DONATÁRIA; e AMAMTANAL (Associação de Moradores da América de Baixo, América de Cima, Marumbi, Fartura e Pantanal), inscrita no CNPJ nº 03.806.458/0001-09, localizada na Rua Amamtanal, s/n, América de Cima, no Município de Morretes-PR, neste ato representada pela Sra. LÍGIA MUNIZ DA ROCHA, portadora do RG nº 09.XXX.XXX-7, inscrita no CPF nº 349.XXX.XXX-00, doravante denominado como PATROCINADORA.

CELEBRAM o presente Acordo de Cooperação e Patrocínio, em conformidade com a Lei Complementar nº 025/2014 e com o Decreto Municipal nº 034/2021, sujeitando-se, no que couber, às disposições dos arts. 538 e seguintes, do Código Civil; ao Plano Plurianual; a Lei de Diretrizes Orçamentária; a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Responsabilidade Fiscal; mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Patrocínio e Cooperação tem por objeto, nos seguintes termos: o Patrocinadora acima qualificado realizará a doação de 100 (cem) inscrições para participação de alunos da Rede Municipal de Ensino na Corrida Rustica Amantanal, no valor correspondente de R$ 1.000,00 (um mil reais).

1.1. O objeto de doação nos termos acima definidos será de responsabilidade do PATROCINADORA, livre de qualquer ônus ou defeito que possa inutilizá-lo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA AUSÊNCIA DE ÔNUS

A doação não gerará para o Poder Público qualquer ônus, sendo expressamente vedado ao particular o recebimento de recursos ou indenizações em virtude de doação prestada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

O presente Acordo de Cooperação deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado o órgão municipal utilizar o bem ou serviço doado para finalidade alheia ao objeto da parceria.

3.1. Ficará a cargo da Secretaria Municipal ou entidade beneficiada com a doação efetuar registro fotográfico ou benefício ou serviço recebido, encaminhando-o à Controladoria do Município, juntamente com cópia do Termo de Patrocínio e Cooperação, para fins de controle do cumprimento do decreto nº 34/2021.

3.2. A doadora responde civil e criminalmente pelo exercício irregular de suas funções, inclusive quando o dano decorrer da má execução dos serviços a que se dispôs, ou por danos decorrentes de defeitos nos serviços doados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDICIONANTES

Não haverá qualquer divulgação publicitária em favor do doador, em relação à doação efetuada ao órgão municipal de bens e serviços, sem encargo para a Administração, salvo na hipótese prevista no art. 17, do Decreto Municipal nº 34/2021.

4.1. Ficam excluídas da participação no projeto "Cidadão Patrocinador", as pessoas jurídicas relacionadas a cigarro e bebidas alcoólicas, ou qualquer tipo de pessoa que apresente caráter político, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos da lei, nos termos de norma regulamentadora.

4.2. São vedadas as subscrições de Termos de Patrocínio e Cooperação, na espécie prevista no caput do art. 18 do Decreto Municipal nº 34/2021, com pessoas físicas ou jurídicas em débito fiscal com a Fazenda Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

As ações relacionadas à execução das atividades objeto deste Termo e Patrocínio e Cooperação dar-se-ão conforme cronograma de

execução, preliminarmente acordado entre as partes, em consonância com a cláusula primeira e cláusula sétima deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DOS MECANISMOS DE AVALIAÇÃO

Cada parte indicará um gestor e seu respectivo substituto (pessoa física) para acompanhar a execução desta parceria.

6.1. Ao gestor do Termo de Cooperação e Patrocínio do Município de Morretes, competirá dirimir as dúvidas que surgirem na sua execução e de tudo dará ciência à Administração do Município de Morretes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Patrocínio e Cooperação será de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Patrocínio e Cooperação poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com as normas da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida prévia defesa, aplicar a PATROCINADORA, as seguintes sanções:

9.1. Advertência;

9.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos; e

9.3. As sanções estabelecidas nos itens anteriores são de competência exclusiva do Secretário Municipal da pasta dos recursos, garantido a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

A denúncia ou rescisão deste Termo de Patrocínio e Cooperação poderá ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

10.1. Constitui motivo para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível, imputando-se às partes as responsabilidades pelas obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Termo de Patrocínio e Cooperação será providenciada pelo Município de Morretes, na imprensa oficial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final deverá ser realizada, pela Secretária ou Gestora, na forma do item 3.1, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ELEIÇÃO DE FORO

Para qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, inclusive no tocante a sua interpretação ou execução, fica eleito o Foro da Comarca de Morretes, com renúncia expressa de qualquer outro por mais especial que se apresente.

Morretes, 7 de novembro de 2024.

LUCIANA SANTOS COSTA
Secretária Municipal de Governo

LÍGIA MUNIZ DA ROCHA
Representante da AMAMTANAL
Patrocinadora

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FA6D58B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 4609 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

PORTARIA Nº 4609 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Súmula: Rescisão de contrato do Sr. EDECARLOS LUVIZOTTO, Enfermeiro temporário (PSS), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/11/2024

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a", ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o contrato de trabalho do Sr. **EDECARLOS LUVIZOTTO,** matrícula funcional nº 2096, CPF nº 934.XXX.XXX-68, RG nº 5.XXX.XXX-1 SESP/PR, PIS nº 124.XXXXX.XX-9 a partir de 05 de novembro de 2024, ocupante do cargo **Enfermeiro temporário (PSS)** vinculado à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 06 de novembro de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:AAAAFE2C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1826 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 1826/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2024, aprovado pela Lei Municipal 808/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
11	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	
11.001.04.122.0300.2.066	Manutenção da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
01005	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	R$ 200.000,00

	Total Suplementação:	R$ 200.000,00

Receita:2.4.1.1.99.01.06.000000	Fonte: 1005	200.000,00
Total da Receita:		R$ 200.000,00
Total Vinculado:		200.000,00
Total Ordinário:		0,00

Resumo por Fonte		
Fonte	Descrição	Valor Suplementado
1005	Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	200.000,00
	Total	200.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 4 de novembro de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:3D3DB387

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1830 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto Nº 1830/2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional suplementar no Orçamento Programa de 2024, aprovado pela Lei Municipal 808/2024 de 19 de janeiro de 2024.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 12.603,12 (doze mil seiscentos e três reais e doze centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação		
12	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
12.001.04.122.0014.2.086	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 12.603,12
Total Suplementação:		R$ 12.603,12

Artigo 2º - Para cobertura total de que se trata o Artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recurso definidos no artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
12	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
12.001.04.122.0014.2.086	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
01000	Recursos Ordinários (Livres)	R$ 12.603,12
Total Redução:		R$ 12.603,12

Resumo por Fonte			
Fonte	Descrição	Valor Reduzido	Valor Suplementado
1000	Recursos Ordinários (Livres)	12.603,12	12.603,12
Total		12.603,12	12.603,12

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 5 de novembro de 2024.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:2614C017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2024 – ID Nº 61/2024, CELEBRADA ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. **LOANA CONFORTO FERREIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF nº. 038.XXX.XXX-47 e RG nº. 7.XXX.XXX-1 SSP/PR, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, em conformidade com o Decreto Municipal nº 560/2022.
CONTRATADA PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.888.187/0001-72, com endereço na Rua Pedra Vermelha, nº 112, bairro Tabuleiro, Cidade de Camboriú – SC, CEP: 88348012, neste ato representado pela Sra. **SOLIANA VERGINIA BRAGA,** brasileira, inscrita no CPF sob nº 030.XXX.XXX-35, portadora do RG nº 410XXXXXX2.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA PEROLA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Ata de Registro de Preços nº 40/2024 – ID nº 61/2024, cujo objeto é a "*a contratação de empresa para aquisição de materiais e insumos médico hospitalares, para a Rede de Atenção à Saúde do Município de Morretes, por meio do Sistema de Registro de Preços, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde*", oriundo do Pregão Eletrônico nº 009/2024, firmam o presente **TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS LOTES 48, 49 e 50

De comum acordo as partes procedem ao reequilíbrio económico-financeiro do item 48, 49 e 50 da Ata de Registro de Preços nº 40/2024, conforme planilha abaixo:

Lote	Descrição	Quant.	Preço original (R$)	Preço revisado (R$)	Impacto (R$)
48	Cateter intravenoso periférico, calibre 20 g, descartável [...]	4500	0,57	0,79	**990,00**
49	Cateter intravenoso periférico, calibre 22 g, descartável [...]	7500	0,58	0,89	**2.325,00**
50	Cateter intravenoso periférico, calibre 24 g, descartável [...]	7500	0,60	0,98	**2.850,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2024 DECORRENTE DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em função do Reequilíbrio econômico-financeiro previsto na Cláusula primeira deste Termo Aditivo, bem como, planilha de composição de custo anexa ao pedido, o valor total da Ata passará para R$ 90.656,28 (noventa mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos).

Lote	Descrição	Quant.	Preço revisado (R$)	Valor total (R$)
48	Cateter intravenoso periférico, calibre 20 g, descartável [...]	4500	0,79	**3.555,00**
49	Cateter intravenoso periférico, calibre 22 g, descartável [...]	7500	0,89	**6.675,00**
50	Cateter intravenoso periférico, calibre 24 g, descartável [...]	7500	0,98	**7.350,00**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Termo Aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA
07.002.10.301.0160.2.036.3.3.90.30.00.0 FONTE 1017
07.002.10.301.0160.2.036.3.3.90.30.00.0 FONTE 1018
MANUTENÇÃO DE ASSISTÊNCIA E SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS
07.002.10.302.0160.2.040.3.3.90.30.00.0 FONTE 33496

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam Ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 40/2024 – ID nº 61/2024 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 5 de novembro de 2024.

LOANA CONFORTO FERREIRA	*SOLIANA VERGINIA BRAGA*
Secretaria Municipal de Saúde	Representante da Contratada
Gestora	Perola Importadora E Distribuidora Hospitalar LTDA

Publicado por:
Ederson Guilherme Martins Dos Santos
Código Identificador:8D72FF41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2024 – ID Nº 003/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA HELLMAN CONSTRUTUROA DE OBRAS LTDA

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, a Sra. **JESSICA RONCHINI MONTALVÃO,** brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 050.XXX.XXX-10, e RG nº 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.
CONTRATADA HELLMAN CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.695.344/0001-41, neste ato representado pelo Sr. **PEDRO MARCEL HELLMAN,** brasileiro, portador da Identidade n° 13.XXX.XXX-5, inscrito no CPF n° 097.XXX.XXX-64.
As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a EMPRESA **HELLMAN CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA**, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993 e no Contrato Administrativo nº 002/2024 – ID 003/2024, oriundo da Tomada de Preço nº 008/2023, cujo objeto é execução dos serviços de realização de limpeza e desassoreamento dos canais de drenagem dentro do Município de Morretes, firmam o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO
As partes de comum acordo procedem à **RENOVAÇÃO** do Contrato Administrativo nº 002/2024– ID nº 003/2024, **pelo período de 03 (três) meses,** iniciando-se em 09 de novembro de 2024, **e encerrando-se em 09 de fevereiro de 2025.**
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 002/2024 – ID 003/2024, que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Morretes, 30 de outubro de 2024.

JESSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gestora do Contrato

PEDRO MARCEL HELLMAN
Representante da Hellman Construtora De Obras LTDA
Contratada

Publicado por:
Ederson Guilherme Martins Dos Santos
Código Identificador:19366869

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

LEGISLATIVO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 01/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2024
(Lei nº 14.133/21, e posteriores alterações).
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO dispensa a licitação, após parecer jurídico, com fundamento no artigo nº 74, inciso ART. 74, III –f- DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21, para Contratação de curso de capacitação profissional para agentes políticos eleitos no pleito municipal do ano de 2024 e servidores da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, em favor a empresa **IGAM CORPORATIVO CURSOS E ASSESSORIA S/S LTDA (MATRIZ E FILIAIS**) – CNPJ n.º **07.675.477/0001-16**.

Nova Prata do Iguaçu, 07 de novembro de 2024.

SERGIO VITALI
Presidente do Legislativo Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, CNPJ nº 81.058.266/0001-83.
CONTRATADA: IGAM CORPORATIVO CURSOS E ASSESSORIA S/S LTDA (MATRIZ E FILIAIS) – CNPJ n.º **07.675.477/0001-16**..
OBJETO: Contratação de Contratação de curso de capacitação profissional para agentes políticos eleitos no pleito municipal do ano de 2024 e servidores da Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu.
VALOR: O valor global do presente contrato é de R$ 9.000,00 (nove mil reais);
PAGAMENTO: parcela única na entrega do serviço conforme a entrega de nota fiscal na Secretaria do Legislativo Municipal.
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 01.001 - Legislativo Municipal; 01.031.0001.2.002 Manutenções do Legislativo Municipal; 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.

Nova Prata do Iguaçu, 07 de novembro de 2024.

SERGIO VITALI
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Andreia Aparecida Hoffelder
Código Identificador:216D246B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA Nº 03/2024

ATA Nº 03/2024
ATA DE REUNIÃO DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Aos trinta e um dias do mês de outubro, do ano de dois mil e vinte e quatro, às 09h00min (nove horas), reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, Rua Vereador Valmor Gomes, nº 11/59, centro, Prefeita eleita Elizete Cavazin, Vice-Prefeito eleito Sergio Vitali, juntamente com a Equipe de Transição de Governo, que fazem entre si, com representantes do atual Prefeito e representantes da Prefeita eleita, nesta reunião estavam presentes: **I - Equipe de transição do atual Prefeito Sergio Faust**, Denival da Silva Oliboni, Diego Grahl de Santi, Fernando Antônio Filipini, Marcos Pauli, Mauricio Antônio Pereira e Silvana Aparecida Bertoglio Vedana, coordenada por Diego Grahl de Santi**, II - Equipe de transição da Prefeita eleita Elizete Cavazin,** Adroaldo Hoffelder, Divo Malacarne, Gerson Zatta, Sidnei Gonçalves Alberton, e Valmir Marcos Bertoglio, coordenada por Valmir Marcos Bertoglio. A reunião teve início com o coordenador Diego Grahl de Santi, dando as boas-vindas aos presentes. Iniciando aos trabalhos, Diego Grahl de Santi, protocolou junto ao coordenador Valmir Marcos Bertoglio o ofício nº 144/2024, com todos os relatórios solicitados anteriormente através do ofício nº 002/2024, **1.** Relatórios referentes aos contratos, com todos os contratos de execução de obras, consórcios, convênios e outros, pagos e a pagar; **2.** Relatórios das principais ações, projetos e programas em execução, interrompidos, finalizados ou que aguardam implementação; **3.** Relatório atualizado dos bens e patrimônio; **4.** Relatório atualizado da estrutura funcional, contendo demonstrativo do quadro de servidores, incluindo lotação, gratificações e funções gratificadas; **5.** Relatório do planejamento de licitações a serem realizadas até 31/12/2024; **6.** Relatório do planejamento de aditivos de contrato a serem realizados até 31/12/2024. Na sequência, foi discutido a possibilidade dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde não entrarem em férias no mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, ou fazer uma escala de trabalho/replanejamento com os profissionais e técnicos, para o bom andamento e continuidade dos serviços prestados pela Secretaria. Continuando, o coordenador Valmir Marcos Bertoglio, protocolou junto ao coordenador Diego Grahl de Santi o ofício nº 004/2024, solicitando agendamento de reuniões com as Secretarias e Departamentos, juntamente com os técnicos e profissionais de cada setor, para se inteirarem e terem acesso às informações dos programas, projetos, ações e trabalhos desenvolvidos em cada Secretaria ou Departamento, e, juntos dar prosseguimento nas atividades desenvolvidas, sendo que a boa condução da transição de mandato, garante a continuidade dos serviços básicos e essenciais, além de fortalecer o senso de responsabilidade com a administração pública e uma maior racionalidade na tomada de decisões, tornando mais eficiente os resultados da atuação dos agentes públicos. Após, discutiram juntos a forma de alinhamento dos trabalhos, ficando assim organizada a agenda de reuniões: **1.** Segunda-feira dia 04/11/2024 as 08h30min - Secretaria de Saúde, **2.** Terça-feira dia 05/11/2024 as 08h30min - Secretaria de Educação, **3.** Terça-feira dia 05/11/2024 as 14h00min - Secretaria de Assistência Social e Departamento de Habitação, **4.** Quarta-feira dia 06/11/2024 as 08h30min - Secretaria de Agricultura e Departamento de Tributação, **5.** Quarta-feira dia 06/11/2024 as 14h00min - Departamento de Contabilidade e Secretaria de Esportes, **6.** Quinta-feira dia 07/11/2024 as 09h00min – Reunião Equipe de Transição, **7.** Quinta-feira dia 07/11/2024 as 14h00min – Departamento de Urbanismo, **8.** Sexta-feira dia 08/11/2024 as 08h30min - Secretaria de Industria, Comércio e Turismo, **9.** Sexta-feira dia 08/11/2024 as 14h00min - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos. Também foi protocolado pelo coordenador Valmir Marcos Bertoglio, o ofício nº 005/2024, solicitando informações referentes a existência de programação de reabertura da praia municipal, informações a respeito da manutenção e limpeza da mesma, para que analise a disponibilidade de uma equipe realizar o corte de grama, poda das arvores, retirada do lixo e a reativação dos banheiros, pelo motivo de que mesmo a praia estando fechada vários munícipes frequentam com seus familiares para passar algumas horas de lazer. Na sequência, foi protocolado pelo coordenador Valmir Marcos Bertoglio, o ofício nº 006/2024, solicitando informações referentes aos imóveis alugados que estão em uso pelo município. Com a finalização da deliberação acordados entre os presentes. Nada mais havendo a tratar encerrou-se reunião, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos presentes.

_____
DENIVAL DA SILVA OLIBONI

_____
DIEGO GRAHL DE SANTI

_____
FERNANDO ANTÔNIO FILIPINI

_____
MARCOS PAULI

_____
MAURICIO ANTÔNIO PEREIRA

_____
SILVANA APARECIDA BERTOGLIO VEDANA

_____
ELIZETE CAVAZIN

_____
SERGIO VITALI

_____
ADROALDO HOFFELDER

_____
DIVO MALACARNE

_____
GERSON ZATTA

_____
SIDNEI GONÇALVES ALBERTON

_____
VALMIR MARCOS BERTOGLIO

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:FE5F2342

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3894/2024

DECRETO Nº 3894/2024

SÚMULA: Nomeia Comissão de Estudo Técnico e de Viabilidade de Exploração do Complexo Turístico de Nova Prata do Iguaçu, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são concedidas pela Lei 227/1990 - Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão de Estudo Técnico e de Viabilidade de Exploração do Complexo Turístico de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, com a seguinte composição:

I - Representantes do Poder Público:

a) ANDRE FAUST;
b) DENIVAL DA SILVA OLIBONI;
c) FERNANDO ANTONIO FILIPINI;
d) GRACIELI GARCIA TONELI;
e) MAURICIO ANTONIO PEREIRA;
f) RODINEI PAZ.

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) GERSON ZATTA;
b) SIDNEI GONÇALVES ALBERTON.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

SERGIO FAUST
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:6B054BFC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 350/2024

de 5 de novembro de 2024

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar a candidata abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 04/2023, de 6 de julho de 2023, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 13 de novembro de 2024, às 14h30min, munida de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeter-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino).

Nome da candidata	Classificação
Divanete Maria Santos da Silva	113ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em: **www.receita.fazenda.gov.br;**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
i) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
j) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
k) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente.
l) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
m) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos;
n) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão do não comparecimento de Claudia Rodrigues Pereira (112ª).

Será remetido para Final de Lista o candidato que não comparecer na sessão de Distribuição de Vagas no prazo estabelecido na comunicação de convocação.

Fundação de Educação de Paiçandu, 5 de novembro de 2024.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7B86B47A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 351/2024

de 5 de novembro de 2024

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 04/2023, de 6 de julho de 2023, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 13 de novembro de 2024, às 09h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de PROFESSOR (20 horas).

Nome das candidatas	Classificação
Kauana Santos da Silva	258ª
Leticia Pazinato Mendonça	259ª
Patricia Paiva Carreira	260ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em: **www.receita.fazenda.gov.br;**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão do não comparecimento de Geovanna Gabrielle Custodio (256ª) e de Eloisa Mantovani Pereira (257ª), e, do Ofício nº 295/2024, da Fundação de Educação de Paiçandu.

Será remetido para Final de Lista o candidato que não comparecer na sessão de Distribuição de Vagas no prazo estabelecido na comunicação de convocação.

Fundação de Educação de Paiçandu, 5 de novembro de 2024.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:13D626F1

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 352/2024

de 5 de novembro de 2024

A senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo;

RESOLVE:

Convocar as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado – PSS, aberto pelo Edital nº 04/2023, de 6 de julho de 2023, para comparecerem ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura no dia 13 de novembro de 2024, às 13h30min, munidas de todos os documentos comprobatórios abaixo relacionados, com a finalidade de submeterem-se ao Processo Admissional para o Cargo de Emprego Público de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (40 horas).

Nome das candidatas	Classificação
Gabriela Fernanda Amador	115ª
Leticia da Silva Gomes Belem	116ª
Leticia Luciano da Paz	117ª

a) ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais, disponível em: **www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidoes/quitacao eleitoral e crimes eleitorais;**
c) estar com o cadastro de pessoa física – CPF em situação regular perante a Receita Federal disponível em: **www.receita.fazenda.gov.br;**
d) Fotocópia e original do comprovante de endereço atualizado, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação;
e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos no ato da convocação;
f) Fotocópia e original do Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
g) Certidão Negativa de Cadastro Civil e Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, obtida conforme orientações no endereço eletrônico **www.institutodeidentificacao.pr.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
h) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela Polícia Federal, obtida através do endereço eletrônica **www.dpf.gov.br**, emitida nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
i) Fotocópia e original do comprovante de escolaridade para atender aos requisitos solicitados para o provimento do Cargo, de acordo com a escolaridade exigida no presente Edital;
j) Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu emitido nos últimos 30 (trinta) dias anteriores à contratação;
k) Fotocópia e original: da certidão de nascimento ou casamento, da cédula do Registro Geral, do título de eleitor, do C.P.F./MF e Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo o PIS/PASEP;
l) 1 (uma) foto 3x4 tirada de frente;
m) Fotocópia e original da certidão de nascimento e do CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, juntamente com declaração da Unidade Escolar onde a mesmo está regularmente matriculado;
n) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos com idade até 06 (seis) anos;
o) Conta Salário na Caixa Econômica Federal de Paiçandu, CNPJ: 30.372.351/0001-94.

Em razão do não comparecimento de Marleti Riguete Neves (111ª) e de Janaina Conte (113ª), e, do Ofício nº 294/2024, da Fundação de Educação de Paiçandu.

Será remetido para Final de Lista o candidato que não comparecer na sessão de Distribuição de Vagas no prazo estabelecido na comunicação de convocação.

Fundação de Educação de Paiçandu, 5 de novembro de 2024.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Fundação de Educação de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:DAA9729A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 491/2024

De 06 de novembro de 2024

O PREFEITO MUNICPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1 º - Determinar a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos narrados no Ofício 276/2024 e anexos, em face do (a) servidor (a) M.S.C.

Art. 2 º - Ficam designados os servidores integrantes da COMPESP (Lei 3205/2023), abaixo nomeados, para comporem a Comissão Processante:

Vinícius de Souza Lopes – Presidente
Leliane Aparecida Brandão Pacheco– Membro Titular
Fernando Junior da Conceição – Membro Titular
Andressa Pires Martins Santana – Membro Suplente

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 dias do mês de novembro do ano de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:D021EF26

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 298

Rua 7 de Setembro, 499 - Centro - Fone: 44 3244-0400 - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 76.282.664/0001-52 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 298/2024

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3303/2023, de 12 de dezembro de 2023. **DECRETA:**
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do

Município, no valor de R$ 43.600,00, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 02 - GABINETE DO PREFEITO	
Unidade - 02002 - PROCURADORIA JURIDICA	
Funcional - 04.122.0201.2002000 - MANUTENCAO DA PROCURADORIA JURIDICA	
Despesa - 14 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**9.000,00**
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Unidade - 03001 - DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
Funcional - 04.122.0301.2008000 - MANUTENCAO DO GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO	
Despesa - 39 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**14.600,00**
Órgão - 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
Funcional - 04.122.1101.2080000 - MANUTENCAO DO DEPTO DE ESPORTES	
Despesa - 157 - 339039 - 00000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**20.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**43.600,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	
Unidade - 11001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	
Funcional - 27.812.1101.1181000 - OBRAS SECRETARIA DE ESPORTES	
Despesa - 151 - 449051 - 00000 - OBRAS E INSTALAÇÕES	**43.600,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	**43.600,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 6 de novembro de 2024

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:8A790508

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO
DO CONTRATO Nº 088/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2021

LOCATARIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

LOCADOR: ANTENIR SEBASTIAO COELHO, *inscrito no CPF sob nº 227.188.189-72 e RG nº 887485-9 SESP/PR.*

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, § 1º da lei nº 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA
Fica acertado entre as partes o 3º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR PELO IGMP DE 5,58%, POR MAIS 12 (DOZE) MESES ATÉ 19/11/2025,** nos termos do art. 57, § 1º da Lei nº 8666/93 e previsão contida na cláusula terceira do contrato, cujo objeto é a locação de imóvel para instalação da sede do CONSELHO TUTELAR – localizado a Rua Alberto Santos Dumont, 650, Centro, matricula 7328 data 08 quadra 34, na Cidade de Paiçandu, de propriedade do LOCADOR, a ser destinado exclusivamente, pelo período contratado, para a Secretaria de Assistência Social.
Passando o valor original do contrato de R$ 1.597,50(um mil, quinhentos noventa e sete reais, cinquenta centavos) mensais, para o valor de **R$ 1.686,64** (um mil, seiscentos oitenta e seis reais, sessenta e quatro centavos) mensais.
O valor anual total inicialmente contratado passou de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) com o 1º termo aditivo passou a um valor acumulado de R$ 37.170,00 (trinta e sete mil, cento e setenta reais), com o 2º termo aditivo passou para o valor total de R$ 50.340,00 (cinquenta mil, trezentos e quarenta reais), para o valor total acumulado, ao fim deste aditivo de R$ 70.579,68 (setenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).
Sem mais alterações.
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Paiçandu - Pr, 05 de novembro de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:D5A67436

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO 299

Endereço: Rua 7 de Setembro, 499, Centro Fone/Fax: (44) 3244-0400
Centro – Paiçandu. CEP 87.140-000. CGC. 76.282.664/0001-52
DECRETO Nº 299/2024

SÚMULA: Abre Crédito Adicional suplementar por TRANSPOSIÇÃO de dotação orçamentária do orçamento da Fundação de Educação para a o orçamento da Prefeitura Municipal de Paiçandu.

O Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº3303/2023 (LOA), datada de12/12/2023,

DECRETA:

Art. 1º - abre Crédito Adicional Suplementar por **TRANSPOSIÇÃO** de dotação orçamentária no Orçamento da Fundação de Educação de Paiçandu no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais),** classificada nas atividades e nos Elementos a seguir:

09. Secretaria de Educação			
09.002. Departamento de Ensino Fundamental			
12.361.0912-2.700.000 Manutenção da Educação Básica – Ensino Fundamental			
Ficha 0141	31.90.94 Indenização e Restituição Trabalhista	Fonte 00101	100.000,00
Total da Suplementação por Transposição.....			**R$ 100.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial no **artigo 1º,** no valor de **R$ 100.000,00, (Cem mil reais)** será utilizado à **Transposição** parcial de dotação orçamentária da Fundação de Educação de Paiçandu Classificada na atividade e no Elemento a seguir:

17. Fundação de Educação de Paiçandu			
17006- Departamento do Ensino Infantil			
12.365.0909-2.409.000 Manutenção da Educação Básica Ensino Infantil - Fundeb			
Ficha 0702	31.90.11 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	Fonte 00101	100.000,00
Total da anulação por Transposição.....			**R$ 100.000,00**

Art. 3º - Esta Decreto altera as despesas previstas nas Leis Municipais nº 3111/21- PPA e nº 3260/23 LDO, entrando em vigor a partir de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:4799E0F6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N 37/2024

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N 37/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N 72/2024
OBJETO: Aquisição de Patrulha Mecanizada e Equipamentos, para atendimento das necessidades apresentadas pela Secretaria Municipal de Agricultura na manutenção das estradas rurais CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 956758/2024 – TRANSFEREGOV.BR Nº 007254/2024. **VALOR ESTIMADO:** R$561.306,61 (quinhentos e sessenta e um mil, trezentos e seis reais e sessenta e um centavos). RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h30 min do dia 06/12/2024. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h31 min às 08h59 min do dia 06/12/2024. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00 min do dia 06/12/2024. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bnc.org.br "Acesso Identificado". O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Nacional de Compras – BNC, estando o edital disponível no endereço www.paicandu.pr.gov.br **CONTATO:** (44) 3125-1111, das 8h30min às 17h00min ou e-mail: licitacao@paicandu.pr.gov.br

Paiçandu, 07 de novembro de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:8FD06118

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Responsavel: THIAGO ALVES CÉFALO no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:	
a) Licitação Nº :	29 /2024
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	07/11/2024
d) Objeto Homologado :	Registro de preço para eventual aquisição de GÁS DE COZINHA, para atender as necessidades da Fundação de Saúde e de seus demais anexos
e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:	

Fornecedor					
TODON COMERCIO DE GAS LTDA					
Item Descrição	**Marcas**	**Unid**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
1	GÁS ENVASADO P13	Ud	54,000	100,0000	5.400,00
2	GÁS ENVASADO P45	Ud	50,000	344,0000	17.200,00
3	VASILHAME DE GÁS P45	Ud	10,000	840,0000	8.400,00
4	VASILHAME DE GÁS P13	Ud	10,000	195,0000	1.950,00
Total:					32.950,00

Paiçandu, 07/11/2024

THIAGO ALVES CÉFALO
Dir. Presidente Fundação Saude

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:E76DE85A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2024
O Município de Paiçandu, Estado do Paraná, por intermédio de seu Pregoeiro, informa os interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo **MENOR PREÇO**.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com FOTOS para documentos atendendo as necessidades dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social para usuários dos serviços em situação de vulnerabilidade Social, fotos para a Casa Lar Municipal, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Idoso e Centro de Convivência do Idoso , **na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preço,** no Município de Paiçandu/PR.
Legislação: Lei 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal nº 14.133/2021 posteriores alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.
Local e Data do Credenciamento, da Entrega dos Envelopes e da Realização do Pregão: O credenciamento e o recebimento dos envelopes de propostas de preços e de habilitação será no dia 03 de dezembro de 2024, às 09h00min, na sala de licitações, sito à Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, na Cidade de Paiçandu-Pr.

Edital: O presente Edital estará à disposição dos interessados através do link Processos Licitatórios no site www.paicandu.pr.gov.br, e também, poderá ser obtido pessoalmente, no Departamento de Compras e Licitações.

Paiçandu/PR, 07 de novembro de 2024.

ALAN DE SOUZA MIRANDA
Pregoeiro

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:722E8495

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/204

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/204
INEXIGIBILIDADE Nº 13/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CONTRATADO: ON-HIGHWAY BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 36.519.422/0001-15.
OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar do tipo ORE 3, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o transporte escolar diário de estudantes das redes públicas de ensino, no âmbito do Programa Caminho da Escola, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do *edital de Licitação nº06/2023,* que é parte integrante da Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados.
Este Termo de Contrato vincula-se a Ata de Registro de preços, cujo está vinculada ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD.	V. UNIT	V. TOTAL
3	**ÔNIBUS RURAL ESCOLAR – ORE 3:** ônibus com comprimento total máximo de 11.000 mm, capacidade de carga útil líquida de no mínimo 4.080 kg, com capacidade mínima de 59 (cinquenta e nove) estudantes sentados, mais o conductor, e deve ser equipado com dispositivo para transposição de fronteira, do tipo poltrona móvel (DPM), para embarque e desembarque de estudante com deficiência, ou com mobilidade reduzida, que permita realizar o	UN	1	469.499,00	469.499,00

	deslocamento de uma, ou mais poltronas, do salão de passageiros, do exterior do veículo, ao nível do piso interno.				

VALOR: R$ 469.499,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência dar-se-á até o vencimento da Ata de Registro de Preços nº08/2023 sendo em 28/12/2024, podendo ser prorrogado.

Paiçandu, 07 de novembro de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:EF7F396E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº 14/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 14/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2024
AVISO DE RATIFICAÇÃO

Torna-se pública a RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE, cujo o objetivo é a aquisição de Ônibus Rural Escolar (ORE – 3) destinado a assegurar o transporte dos alunos da rede de ensino pública do Município, através do **RECURSO DO FUNDEB MÁXIMO 30% - INCISCO XI DO ART. 212-A DA CF** com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, a Adesão da Ata de Registro de Preços n°08/2023 – Processo n° 23034.038983/2023-60, no valor de **R$ 469.499,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais)**, a favor da empresa: **ON-HIGHWAY BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.519.422/0001-15, conforme documentação em anexo.

Paiçandu, 07 de novembro de 2024.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:E6368C14

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 13/2024

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 13/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 327/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Palmeira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21, resolve homologar a Inexigibilidade n° 13/2024, e adjudicar o objeto desta contratação nos termos que seguem:
Objeto: Fornecimento de bens e/ou serviços, doados, para apoio à realização do projeto "Semear: semeando autocuidado, cultivando amor próprio", conforme Credenciamento n°. 01/2024.
Empresa Contratada: SOLARMAN COOPERATIVA, inscrita no CNPJ nº.54.407.919/0001-23, para o Patrocínio Orquídea, sem ônus financeiro para o órgão.

Publique-se.

07 de novembro de 2024

ODAIR JOSÉ SANSON JUNIOR
Presidente

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:B69EFABF

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 9/2021

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 9/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 77.780.252/0001-05 com sede à Rua Cel. Vida, 211, Centro, na cidade de Palmeira/PR, neste ato representado pelo seu Presidente Odair José Sanson Junior, inscrito no CPF nº 806.618.829-34.

CONTRATADA: MARCOS AURÉLIO PADILHA DA CRUZ 92513964934, inscrito no CNPJ nº 31.435.805/0001-91, com sede na Rua Donato Woinarovicz, Quadra 6, Lote 33, Sol Nascente, Palmeira/PR, CEP 84130-000, representada por Marcos Aurélio Padilha da Cruz, inscrito no CPF n°. 925.139.649-34.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato N° 9/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo a documentação exigida na Lei Federal nº 8.666/1993 e cópia do Contrato nº 9/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 9/2021 pelo período de 12 meses, para prestação de serviços de manutenção de jardim na Câmara Municipal de Palmeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado por 12 (meses) meses o prazo de vigência do Contrato nº 9/2021, iniciando em 01 de dezembro de 2024 e findando-se em 30 de novembro de 2025, conforme art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e art. 103 da Lei Estadual n° 15608/2007.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Palmeira, 06 de novembro de 2024.

ODAIR JOSÉ SANSON JUNIOR
Presidente

***CÂMARA MUNICIPAL DE* PALMEIRA**
Contratante

MARCOS AURÉLIO PADILHA DA CRUZ
Representante Legal

MARCOS AURÉLIO PADILHA DA CRUZ 92513964934
Contratada

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:DE87FEEE

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 9/2021

SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 9/2021

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 77.780.252/0001-05 com sede à Rua Cel. Vida, 211, Centro, na cidade de Palmeira/PR, neste ato representado pelo seu Presidente Odair José Sanson Junior, inscrito no CPF nº 806.618.829-34.

CONTRATADA: MARCOS AURÉLIO PADILHA DA CRUZ 92513964934, inscrito no CNPJ nº 31.435.805/0001-91, com sede na Rua Donato Woinarovicz, Quadra 6, Lote 33, Sol Nascente, Palmeira/PR, CEP 84130-000, representada por Marcos Aurélio Padilha da Cruz, inscrito no CPF n°. 925.139.649-34.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato N° 9/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente Termo Aditivo a documentação exigida na Lei Federal nº 8.666/1993 e cópia do Contrato nº 9/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto o aditamento do valor do Contrato nº 9/2021, correspondente ao valor reajustado das parcelas referentes ao período de prorrogação de 12 (doze) meses, para prestação de serviços de manutenção de jardim na Câmara Municipal de Palmeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato, sendo aditivado o valor mensal de R$ 291,53 e o valor anual de R$ 3.498,36; referente ao valor reajustado das parcelas do período de prorrogação de 12 (doze) meses, conforme INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses de 4,09%.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Palmeira, 06 de novembro de 2024.

ODAIR JOSÉ SANSON JUNIOR
Presidente
Câmara Municipal de Palmeira
Contratante

MARCOS AURÉLIO PADILHA DA CRUZ
Representante Legal

MARCOS AURÉLIO PADILHA DA CRUZ 92513964934
Contratada

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:AF12E302

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EXTRATO DO CONTRATO N.º 11/2024 - SOLARMAN COOPERATIVA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 11/2024 - SOLARMAN COOPERATIVA
Contrato n.º: 11/2024
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
CNPJ: 77.780.252/0001-05
Contratada: SOLARMAN COOPERATIVA
CNPJ: 54.407.919/0001-23
Processo Administrativo: 327/2024
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade nº. 13/2024
Objeto: Fornecimento de bens e/ou serviços, doados, para apoio à realização do projeto "SEMEAR: Semeando Autocuidado, Cultivando Amor Próprio".
Valor: Sem ônus financeiro.
Período de vigência: Até 31/12/2024.
Data da assinatura: 07/11/2024.

Publicado por:
Paola Gadonski Wrobel
Código Identificador:B7FDE09D

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
EDITAL Nº 02/2024 - CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE MULHERES EXPOSITORAS, NA 1ª EDIÇÃO DA FEIRA MULHER EMPREENDEDORA E ENCONTRO DE CARROS CLÁSSICOS E ANTIGOS - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VAGA

EDITAL Nº 02/2024
CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE MULHERES EXPOSITORAS, NA 1ª EDIÇÃO DA FEIRA MULHER EMPREENDEDORA E ENCONTRO DE CARROS CLÁSSICOS E ANTIGOS
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VAGA

Eu, Maria Querubina Burbela, inscrito(a) no CPF sob n.º 736.xxx.xxx-00, classificada na posição 18º do **chamamento pública para seleção de mulheres expositoras, na 1ª edição da feira mulher empreendedora e encontro de carros clássicos e antigos**, Edital nº 02/2024, declaro para os devidos fins de direito e a quem possa interessar, que DESISTO de minha vaga, podendo a Procuradoria da Mulher utilizar-se da vacância para o aceite de outro candidato classificado ou cadastro de reserva que dela queira se aproveitar.

Declaro ainda ter conhecimento de que a desistência da minha vaga é de caráter irrevogável.

Palmeira, 07 de novembro de 2024.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Mathias Costa
Código Identificador:D2A727C3

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL Nº 02/2024 - CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE MULHERES EXPOSITORAS, NA 1ª EDIÇÃO DA FEIRA MULHER EMPREENDEDORA E ENCONTRO DE CARROS CLÁSSICOS E ANTIGOS

TERMO DE CONVOCAÇÃO
EDITAL Nº 02/2024 - CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE MULHERES EXPOSITORAS, NA 1ª EDIÇÃO DA FEIRA MULHER EMPREENDEDORA E ENCONTRO DE CARROS CLÁSSICOS E ANTIGOS

A Procuradoria da Mulher, no exercício de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 02/2024, convoca as seguintes expositoras do chamento público, para participar da 1ª Feira da Mulher Empreendedora e Encontro de Carros Clássicos e Antigos.

17º Joelma A. Dos Santos Mayer	73,7
18º *	73,2
19º Marilene Eurich Todesco	66,0
20º Maria Lucia Viante Mika	65,3
21º Elaina Gomes de Lima	64,5
22º Simone Otto Rodrigues	55,6
23º Edna Vanessa Mayer	42,2

* candidata que desistitiu da vaga

Em caso de dúvida, deverão entrar em contato por meio do e-mail procuradoriadamulher@palmeira.pr.leg.br ou Telefone/Whtazapp (42) 976022300.

Publicado por:
Mathias Costa
Código Identificador:1BC74469

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 6.002, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 10 DA LEI MUNICIPAL Nº 3.682, DE 17/06/2014

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º A redação do art. 10 da Lei Municipal nº 3.682, de 17/06/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 Decorridos 10 (dez) anos de vigência ininterrupta da concessão e cumpridos todos os requisitos estabelecidos nesta Lei, fica autorizada a alienação dos imóveis à concessionária, via Lei Municipal, desde que observadas as seguintes condições:
I – Haja comprovação quanto ao cumprimento dos requisitos legais por meio de relatórios anuais, veiculados em processo administrativo, emitidos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano.
II – Estejam concluídos os dez relatórios anuais correspondentes à vigência da concessão, atestando cada um deles o cumprimento das exigências legais durante os períodos a que se relacione o que deverá ser declarado no ato oficial referido no caput deste artigo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de Novembro de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:4F45E0B5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE NOVA DATA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 122/2024

AVISO DE NOVA DATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 122/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22351/2024

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de liquidificadores industriais através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.
LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link – BLL Compras´´.
O Município de Palmeira torna público a nova data de realização do Pregão em epígrafe, o qual ocorrerá às **08h30min. do dia 29/11/2024**. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

07 de novembro de 2024

ANTÔNIO ELVES COCHEVA
Autoridade Competente

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:EBF97CAA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE NOVA DATA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 123/2024

AVISO DE NOVA DATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 123/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22578/2024

OBJETO: Aquisição de equipamentos estruturantes para o Cine Teatro Municipal através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação.
LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link – BLL Compras´´.
O Município de Palmeira torna público a nova data de realização do Pregão em epígrafe, o qual ocorrerá às **09h30min. do dia 29/11/2024**. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

07 de novembro de 2024

BRUNA COSTA
Autoridade Competente

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:DF3950D7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 120/2024

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 120/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22868/2024
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de smartphones, tablets e monitores touch screen visando atender as necessidades das Secretarias municipais.
LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link – BLL Compras´´.
O Município de Palmeira torna público que o edital em epígrafe foi retificado. Os interessados poderão obter a 1ª Retificação na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Notificamos que devido às alterações foi definida nova data para realização do certame que ocorrerá às **09h30min do dia 22/11/2024**. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

06 de novembro de 2024

PABLO CORDEIRO BUENO
Autoridade Competente

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:001F9657

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 110/2024

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 110/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21496/2024

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de suplementos alimentares, fórmulas infantis e dietas especiais através da Secretaria Municipal de Saúde.
LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link – BLL Compras´´.

O Município de Palmeira torna público que o edital em epígrafe foi retificado. Os interessados poderão obter o Edital RETIFICADO na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Notificamos que devido às alterações foi definida nova data para realização do certame que ocorrerá às **08h30min do dia 25/11/2024**. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

07 de novembro de 2024

ANA PAULA FERREIRA MARQUES
Autoridade Competente

Publicado por:
Leiliane Costa
Código Identificador:7B9FE758

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 04/2024 - TRATOR VALLY COMERCIO DE PECAS LTDA - ME

RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 04/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11330/2024

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº.04/2024 cujo objeto prevê o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
TRATOR VALLY COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	08.112.238/0001-10	24530/2024	HABILITADO

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 05 (cinco) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

CRISTIANE PEREIRA
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Rafaela Pires de Lima
Código Identificador:ED06687C

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO FINAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 07/2024– SMDR - SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

RESULTADO FINAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 07/2024– SMDR - SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 07/2024 - SMDR - SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

A Comissão de Seleção do Município, designada pelo Decreto nº. 17.531/2024, juntamente com a subcomissão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto n° 15.260/2021, tornam público o **RESULTADO FINAL** da análise sobre o plano de trabalho apresentado referente ao Chamamento Público nº. 07/2024 cujo objeto é o credenciamento para Acordo de Cooperação com organização social, a fim de implementar e fortalecer as atividades agrícolas do município de Palmeira, com a cessão de equipamentos agrícolas sem ônus, na forma a seguir:

NOME DA INSTITUIÇÃO	CNPJ	RESULTADO
ASSOCIAÇÃO DAS FAMILIAS AGRICULTORAS DE SÃO PEDRO – AFASPE	03.846.637/0001-91	APROVADO

Palmeira, 07 de novembro de 2024.

Comissão:

CRISTIANE PEREIRA
Presidente

LEILIANE COSTA
Membro

RAFAELA PIRES DE LIMA
Membro

Subcomissão:

ANTONIO ELVES COCHEVA
Presidente

MAURÍCIO RIPKA
Membro

JOÃO LUCIANO RIPKA
Membro

Publicado por:
Rafaela Pires de Lima
Código Identificador:FA8758A9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO FINAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 08/2024– SMDR - SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

RESULTADO FINAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 08/2024– SMDR - SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 08/2024 - SMDR - SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

A Comissão de Seleção do Município, designada pelo Decreto nº. 17.531/2024, juntamente com a subcomissão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto n° 15.260/2021, tornam público o **RESULTADO FINAL** da análise sobre o plano de trabalho apresentado referente ao Chamamento Público nº. 08/2024 cujo objeto é o credenciamento para Acordo de Cooperação com organização social, a fim de implementar e fortalecer as atividades agrícolas do município de Palmeira, com a cessão de equipamentos agrícolas sem ônus, na forma a seguir:

NOME DA INSTITUIÇÃO	CNPJ	RESULTADO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DE FAXINAL DOS SILVA	56.106.709/0001-20	APROVADO

Palmeira, 07 de novembro de 2024.

Comissão:

CRISTIANE PEREIRA
Presidente

LEILIANE COSTA
Membro

RAFAELA PIRES DE LIMA
Membro

Subcomissão:

ANTONIO ELVES COCHEVA
Presidente

MAURÍCIO RIPKA
Membro

JOÃO LUCIANO RIPKA
Membro

Publicado por:
Rafaela Pires de Lima
Código Identificador:FF3E204D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES RESULTADO FINAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 09/2024– SMDR - SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

RESULTADO FINAL - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 09/2024– SMDR - SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 09/2024 - SMDR - SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

A Comissão de Seleção do Município, designada pelo Decreto nº. 17.531/2024, juntamente com a subcomissão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto n° 15.260/2021, tornam público o **RESULTADO FINAL** da análise sobre o plano de trabalho apresentado referente ao Chamamento Público nº. 09/2024 cujo objeto é o credenciamento para Acordo de Cooperação com organização social, a fim de implementar e fortalecer as atividades agrícolas do município de Palmeira, com a cessão de equipamentos agrícolas sem ônus, na forma a seguir:

NOME DA INSTITUIÇÃO	CNPJ	RESULTADO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PINHEIRAL DE BAIXO	55.713.933/0001-18	APROVADO

Palmeira, 07 de novembro de 2024.

Comissão:

CRISTIANE PEREIRA
Presidente

LEILIANE COSTA
Membro

RAFAELA PIRES DE LIMA
Membro

Subcomissão:

ANTONIO ELVES COCHEVA
Presidente

MAURÍCIO RIPKA
Membro

JOÃO LUCIANO RIPKA
Membro

Publicado por:
Rafaela Pires de Lima
Código Identificador:8AB4A9E3

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO N.º 049 DE 07/11/2.024 - REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO RPPS

Resolução n.º 049 de 07/11/2.024

Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de Palmeira.

O Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, elaborou e votou o seu REGIMENTO INTERNO o qual faz publicar a seguir:

Art. 1° - O presente Regimento Interno regulamenta a composição, as atribuições e o funcionamento do Comitê de Investimentos, como órgão do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palmeira.

CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Art. 2º - Compete ao Comitê de Investimentos:

I - formular as políticas de gestão dos recursos;
II - zelar pela execução da programação econômica e financeira dos valores patrimoniais;
III - avaliar propostas, submetendo-se aos órgãos competentes para deliberação;
IV - analisar os cenários macroeconômicos, observando os possíveis reflexos no patrimônio;
V - propor estratégias de investimentos para um determinado período;
VI - reavaliar estratégias de investimentos em decorrência de fatos conjunturais relevantes;
VII - fornecer subsídios para a elaboração ou alteração da política de investimentos;
VIII - acompanhar a execução da política de investimentos.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º- O Comitê de Investimentos será composto na forma da Lei Municipal nº 2.404/2005 e será formado por 03 (três) membros, dos quais 02 (dois) serão escolhidos entre os membros do Conselho Administrativo e 1 (um) será o Diretor-Presidente.

Art. 4º- Os membros do Conselho de Administração deverão atender as seguintes exigências:

I - A função de Presidente do Comitê de Investimentos será exercida pelo Diretor-Presidente, devendo possuir certificação mínima exigida pelo Ministério da Previdência Social.
II - Os 02 (dois) membros do comitê escolhidos dentre os membros do Conselho Administrativo deverão possuir a certificação mínima exigida pelo Ministério da Previdência.
III - Os 02 (dois) membros do comitê escolhidos dentre os membros do Conselho Administrativo deixarão de exercer a função de conselheiro, vinculando-se apenas ao Comitê de Investimentos.
IV - Os 02 (dois) membros nomeados para o Comitê de Investimentos, escolhidos dentre os membros do Conselho Administrativo, perceberão a gratificação de 10 (dez) VRM, não cumulativos à gratificação percebida como Conselheiro.
V - O Diretor-Presidente não perceberá qualquer tipo de gratificação ou vantagem pecuniária pelo exercício dessa função junto ao comitê.
VI - Caso a escolha para integrar o Comitê de Investimentos recaia sobre conselheiro representante dos aposentados, comprometendo a respectiva representatividade junto ao Conselho Administrativo, tal membro excepcionalmente acumulará as duas funções, devendo optar por uma das gratificações previstas.

VII - Os membros do Comitê de Investimentos, quando servidores ativos serão cedidos pelo órgão de origem, sem ônus, por 4 horas semanais, para o exercício de suas funções.

CAPÍTULO III
DOS CONSELHEIROS

Art. 5º- Os membros do Comitê de Investimento terão mandato por prazo de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos com aprovação do Conselho Administrativo desde que preencham os requisitos legais..
Parágrafo único - O Conselho Administrativo avaliará os trabalhos dos membros e constatada a falta de participação, poderá exigir ao Presidente substituição dos mesmos.

Art. 6º- Constituem obrigações dos membros titulares do Comitê de Investimento:

I - apresentar-se às reuniões do Comitê de Investimento, delas participando, sendo-lhe assegurado fazer o uso da palavra, bem como, formular proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria concernente às atribuições do Comitê de Investimento;
II - desempenhar as atribuições para as quais foi designado, delas não se escusando, exceto por motivo justificado;
III - apresentar, dentro do prazo estabelecido, pareceres que lhe forem solicitados;
IV - efetivar a guarda, para efeitos legais e administrativos, de processos, papéis, documentos e outros expedientes, com vista para estudos ou pareceres;
V - comunicar ao Direto-Presidente, para providências deste, quando por justo motivo, não puder comparecer às reuniões;
VI – manter atualizado um endereço eletrônico, preferencialmente o corporativo, para onde devem ser remetidas as convocações e enviado o material de reuniões.
VII - participar de atividades de formação deliberadas pelo Comitê de Investimento;
VIII - cumprir este Regimento.

Art. 7º- O Conselheiro perderá sua condição de membro, sendo declarado vacância do seu cargo, nos casos de:

I – Falecimento;
II – Renúncia;
III – Exoneração do cargo efetivo;
IV – Se punido por falta grave ou demissão através de processo administrativo;
V – Condenação Judicial transitada em julgado pela prática de crimes contra o patrimônio, contra a paz pública, contra a fé pública, contra a Administração Pública e contra a ordem tributária;
VI – Interdição nos termos da lei civil;
VII – O membro do Comitê de Investimentos será excluído do mesmo, se faltar por duas reuniões seguidas ou três reuniões alternadas, considerado um período de 12 (doze) meses.

§1º Em atenção à regra do inciso anterior, consideram-se as seguintes hipóteses como justa motivação para a ausência nas reuniões do Comitê de Investimentos:

a) afastamento pontual para tratamento de saúde, com previsão no Estatuto dos Servidores Públicos do Município;
b) capacitações de curta duração;
c) férias;
d) ausência de liberação do Secretário Municipal ou equivalente da pasta em que estiver lotado, comprovada de forma expressa, quando a sessão vier a ocorrer em horário de expediente de seu cargo efetivo;
e) outras excepcionalidades que porventura vierem a ser previstas no regimento interno do Comitê de Investimento.

§ 2º Antes da aplicação da penalidade a que se refere o caput deste artigo, fica assegurado o direito do Conselheiro à ampla defesa, sendo formalmente notificado para apresentar sua justificativa, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Diretor-Presidente.
§ 3º Em caso de afastamento temporário ou impedimento, o Conselheiro deverá justificar a sua ausência às reuniões ordinárias, por escrito, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

CAPÍTULO IV
DO PRESIDENTE

Art. 8º. Compete ao Presidente do Comitê de Investimentos:

I - representar o Comitê de Investimentos;
II - dirigir e coordenar as atividades do Comitê de Investimentos;
III - convocar, instalar, presidir e manter a ordem das reuniões do Comitê de Investimentos;
IV - conduzir as questões de ordem, reclamações ou solicitações, mandar proceder á leitura de expedientes para conhecimento e deliberação, dar conhecimento da correspondência oficial recebida e expedida e outras matérias, atos ou fatos de interesse do Conselho Fiscal;
V - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias nos termos deste Regimento;
VI - Estabelecer a pauta dos assuntos a serem examinados a cada reunião;
VII - Decidir sobre os casos omissos e dúvidas na aplicação deste Regimento Interno;
VIII - Oficiar aos órgãos superiores, sobre as deliberações do comitê.

CAPÍTULO V
DAS REUNIÕES

Artigo 9º - O Comitê de Investimentos se reunirá ordinariamente, uma vez por semana, ou extraordinariamente, quando convocado pelo presidente do Comitê de Investimentos, sendo suas resoluções tomadas por maioria dos votos.
§ 1º - As reuniões serão registradas em atas, que serão lavradas e redigidas pelo Presidente do Comitê de Investimentos ou por um dos Integrantes por ele nomeado, e disponibilizadas para consulta.
§ 2º Em situações excepcionais, caracterizadas pela urgência e relevância, os conselheiros serão convocados por escrito para as reuniões extraordinárias, pelo Presidente, para reunião em 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 10. O quórum mínimo para instalação das reuniões do Comitê de Investimentos será de 02 (dois) membros.

Parágrafo único. Se a primeira reunião chamada não alcançar o quórum estabelecido no caput, o Presidente fará outra, quinze minutos após o horário marcado e persistindo a insuficiência de presenças para o início da reunião, o Presidente cancelará designando-a para uma próxima data.

Art. 11. A definição da aplicação dos recursos financeiros terá como fundamentos:
I - Política de investimentos aprovada pelo Conselho Administrativo do RPPS;
II - Normas do Conselho Monetário Nacional, constantes na Resolução n.º 4.963 de 25 de novembro de 2021, ou qualquer que vier a alterá-la ou substituí-la;
III - Conjuntura econômica de curto, médio e longo prazo; e
IV - Indicadores econômicos.

Art. 12. O Comitê de Investimentos poderá, através de contrato com empresa especializada e credenciada nos termos da legislação pertinente, ter uma assessoria ou consultoria na gestão financeira para melhor embasar sua gestão de análise de investimentos.

Artigo 13 - O Comitê de Investimentos encaminhará, até o dia 30 de novembro de cada exercício, a proposta de Política Anual de Investimentos – P.A.I. para o ano civil subsequente, que através de seu Presidente será submetida à aprovação do Conselho de Administração do RPPS, até o dia 15 de dezembro do respectivo exercício.
§ 1º - A documentação que subsidiar a definição da P.A.I. será encaminhada, juntamente com a respectiva proposta, ao Conselho de Administração do RPPS de Palmeira.
§ 2º - Os documentos para a execução da P.A.I. referidos permanecerão sob a guarda do Comitê de Investimentos, ficando à disposição dos órgãos e entes fiscalizadores.

Artigo 14 - Justificadamente, o Comitê de Investimentos, poderá propor a revisão da Política Anual de Investimentos P.A.I. no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou nova legislação.

Art. 15 Esta resolução, que aprova o Regimento Interno do Comitê de Investimentos, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Sede do RPPS, município de Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

Presidente do Comitê de Investimentos do RPPS

Publicado por:
Dyego Emanuel Giebeluka Quadros
Código Identificador:2148C5B0

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 122/2023 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMEIRA - APAE

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mário Antonio Wieczorek**, brasileiro, casado, agente público, portador do **RG n° 208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob n° 409.810.299-49**, residente e domiciliado nesta cidade, Palmeira/PR, conforme atribuições conferidas pelo **Decreto nº 12.820/2021**, doravante denominada simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMEIRA - APAE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 77.487.601/0001-03**, com sede na Rua Bento Luis da Costa, nº 14, Palmeira, Paraná, neste ato representada pela presidente **Sra. Alice de Fátima de Pauli**, portadora da **cédula de identidade nº 2.068.604-9**, inscrita no **CPF/MF nº 497.701.609-20**, residente e domiciliada nesta Comarca, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** de comum acordo, resolvem modificar o Plano de Trabalho inserido ao Termo de Colaboração nº 122/2023, pactuado entre ambos, baseando-se na legislação pertinente, Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal nº 10.764/16, processo administrativo nº 22260/2024 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO:

Quanto à vigência do termo, fica ajustada a sua prorrogação de prazo pelo período de 06 (seis) meses a contar de 01 de janeiro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e dispostas no Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 122/2023, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Termo Aditivo, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

E por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes e testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MÁRIO ANTONIO WIECZOREK
Secretário Municipal de Assistência Social

ALICE DE FÁTIMA DE PAULI
APAE
Organização da Sociedade Civil

_____
Testemunha:
CPF:

_____
Testemunha:
CPF:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F75CA4E3

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 123/2023 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMEIRA - APAE

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mário Antonio Wieczorek**, brasileiro, casado, agente público, portador do **RG n° 208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob n° 409.810.299-49**, residente e domiciliado nesta cidade, Palmeira/PR, conforme atribuições conferidas pelo **Decreto nº 12.820/2021**, doravante denominada simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMEIRA - APAE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 77.487.601/0001-03**, com sede na Rua Bento Luis da Costa, nº 14, Palmeira, Paraná, neste ato representada pela presidente **Sra. Alice de Fátima de Pauli**, portadora da **cédula de identidade nº 2.068.604-9**, inscrita no **CPF/MF nº 497.701.609-20**, residente e domiciliada nesta Comarca, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** de comum acordo, resolvem modificar o Plano de Trabalho inserido ao Termo de Colaboração nº 123/2023, pactuado entre ambos, baseando-se na legislação pertinente, Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal nº 10.764/16, processo administrativo nº 22259/2024 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo Aditivo tem como objetivo a modificação do Plano de Trabalho inserido ao Termo de Colaboração nº 123/2023, visando:

· A alteração do valor total do presente Termo de Colaboração para utilização dos rendimentos de aplicação financeira no valor de R$ 34,23, passando o valor total da parceria de R$ 54.727,68 para R$ 54.761,91.
· A modificação das seguintes rubricas: "GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO" de R$ 43.591,20 para R$ 43.653,90; "COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS" de R$ 5.005,00 para R$ 5.888,53 e “MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS” de R$ 3.040,00 para R$ 2.128,00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e dispostas no Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 123/2023, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Termo Aditivo, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

E por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes e testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MÁRIO ANTONIO WIECZOREK
Secretário Municipal de Assistência Social

ALICE DE FÁTIMA DE PAULI
APAE
Organização da Sociedade Civil

_____
Testemunha:
CPF:

_____
Testemunha:
CPF:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3F31958D

SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 126/2024 - ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AMAS

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Assistência Social, **Sr. Mário Antonio Wieczorek**, brasileiro, casado, agente público, portador do **RG n° 208.5098-22 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob n° 409.810.299-49**, residente e domiciliado nesta cidade, Palmeira/PR, conforme atribuições conferidas pelo **Decreto nº 12.820/2021**, doravante denominada simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e **ASSOCIAÇÃO MENONITA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - AMAS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 79.573.499/0002-67**, com sede na Rua Conceição, nº 1853, Centro, Palmeira, Paraná, neste ato representada por seu presidente **Sr. Dietmar Kliewer**, portador da **cédula de identidade nº 4.010.315-5**, inscrito no **CPF/MF nº 583.309.924-20**, residente e domiciliado nesta Comarca, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL** de comum acordo, resolvem modificar o Plano de Trabalho inserido ao Termo de Fomento nº 126/2024, pactuado entre ambos, baseando-se na legislação pertinente, Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Municipal nº 10.764/16, processo administrativo nº 22396/2024 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Termo Aditivo tem como objetivo a modificação do Plano de Trabalho inserido ao Termo de Fomento nº 126/2024, visando:

· A alteração do valor total do presente Termo de Fomento para utilização dos rendimentos de aplicação financeira no valor de R$ 4.825,00, passando o valor total da parceria de R$ 151.200,00 para R$ 156.025,00.
· A modificação da seguinte rubrica: "OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - " de R$ 151.200,00 para R$ 156.025,00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e dispostas no Plano de Trabalho do Termo de Fomento nº 126/2024, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Termo Aditivo, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

E por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes e testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MÁRIO ANTONIO WIECZOREK
Secretário Municipal de Assistência Social

DIETMAR KLIEWER
Associação Menonita de Assistência Social - AMAS
Organização da Sociedade Civil

_____
Testemunha:
CPF:

_____
Testemunha:
CPF:

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:910B05EF

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PORTARIA Nº 23.482 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024 - ADIANTAMENTO AMANDA GORTE NOLEVAIKO

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 24506/2024 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, ocupante do cargo de Assessor de Projetos e Fiscalização, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 05.001.15.451.0005.2.016.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Amanda Gorte Nolevaiko	*053.xxx.xxx-39*	*R$ 100,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de Novembro de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:023FB292

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PORTARIA Nº 23.483 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024 - ADIANTAMENTO ÁPIO CONTI RICCI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 24505/2024 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, ocupante do cargo de Diretor de Desenvolvimento Urbano e Projetos, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 05.001.15.451.0005.2.016.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Ápio Conti Ricci	*093.xxx.xxx-29*	*R$ 100,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de Novembro de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:3EB8920B

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER PORTARIA Nº 23.480 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024 - ADIANTAMENTO LUCIANA TURRA KINDL

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 24510/2024 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 08.002.27.811.0026.2.078.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Luciana Turra Kindl	*975.xxx.xxx-20*	*R$ 5.040,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de Novembro de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:4263F53D

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER PORTARIA Nº 23.481 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024 - ADIANTAMENTO JAQUELINE DE OLIVEIRA COSTA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 24508/2024 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 08.002.27.811.0026.2.078.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1000

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Jaqueline de Oliveira Costa	*894.xxx.xxx-15*	*R$ 4.760,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 07 de Novembro de 2024.

SÉRGIO LUIS BELICH
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:FEF5383E

SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER ATA Nº 10/2024 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Educação: Alexsandra R. de Oliveira Ruppel, Amanda Germano de Carvalho, Andressa C. Delfrate, Camila da Cruz G. Santos, Danieli Zwiegicoski, Elediane de Toni, Gisele Schnell Bus, Ione Maria Viatroski, Jordana Ferrando Trindade, Juliana Breda Delfrate, Nicolle D. Morais da Cruz, Nicolle Dayene Morais da Cruz, Paula Rodrigues Camargo, Roberta Vantroba Breda e Tahis Meneguel de Paula. Justificaram suas ausências os conselheiros Adriane Apª Matos Kuhn, Alison Stelle, Daiana Santana, Ednilson Miranda, Elediane de Toni, Michele de Freitas Kapp e Valdice Batista. A Presidente iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos. Em seguida, Alexsandra procedeu à leitura da ata da reunião anterior. Na sequência, Gisele apresentou a pauta e discorreu sobre a solicitação de desligamento da secretária executiva Nathaly Bueno dos Santos. A Presidente abriu a palavra aos membros do Conselho para se manifestarem sobre o encaminhamento necessário para suprir o cargo, considerando o período de transição de mandato. Foi deliberado pelos presentes que a solicitação será protocolada, devido às demandas das Câmaras e do Conselho Pleno. Gisele apresentou o processo administrativo nº 12720/2024, que trata da proposição referente à concessão de gratificação semelhante à dos diretores escolares e pedagogos para os Auxiliares Administrativos que exercem a função de Secretário Escolar. O processo foi devolvido com parecer desfavorável, com a justificativa de que “devido às vedações impostas no momento, não é possível atender à proposição, sendo orientado que a solicitação seja reapresentada em 2025”. Na sequência, o processo nº 12721/2024, a Proposição nº 01/2024, sugere a necessidade de um Projeto de Lei do Poder Executivo que permita o pagamento de auxílio-transporte aos servidores residentes na área rural que necessitam se deslocar para outras comunidades ou para a zona urbana do município para o exercício de suas atividades na

administração municipal, mas que não são contemplados pela Lei nº 2.702/2008. Esse processo encontra-se no setor responsável, sem parecer até o momento. Outro ponto foi o processo nº 6874/2024, Proposição nº 02/2024, que se refere à obra de ampliação da Escola Municipal do Campo Professor Clotário Santos. Esse processo encontra-se no setor responsável. Dando continuidade à pauta, foram abordados os processos de Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais: processo nº 6874/2024, da Escola Municipal do Campo Professor Clotário Santos, e processo nº 13277/2024, da Escola Municipal do Campo de Queimadas. Thais, Presidente da Câmara de Educação Básica, leu os pareceres favoráveis à renovação de funcionamento de ambas as escolas. A Presidente, Gisele, esclareceu sobre o processo de renovação, ressaltando que o Conselho também deve aprovar e emitir parecer favorável. Daniele manifestou-se questionando sobre a renovação das escolas particulares. A Presidente afirmou que essa especificação deve constar na Legislação do Sistema Municipal de Ensino, que visando garantir a uniformidade e acompanhamento das escolas que ofertam também ensino fundamental e médio, permanecem sob a jurisdição do Núcleo Regional de Educação e vinculadas à Secretaria Estadual de Estado. A Presidente abordou, em seguida, o termo de posse dos membros da Câmara de Educação Básica e mencionou que o atual mandato vigora até dezembro. Ficou acordado que será feita uma solicitação formal a todos os setores envolvidos para indicarem os novos membros para compor a Câmara, cujo mandato será de 2025 a 2028. A Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião com a leitura de uma mensagem final. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi encerrada e segue assinada por mim, Andressa C. Delfrate, Secretária "ad hoc", e pela Presidente. Os demais presentes assinaram o livro de presenças.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:F288D9BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2024

CONSIDERANDO que a situação se enquadra na Inexigibilidade de Licitação, nos termos do inciso III alínea "f", do artigo 74, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores;
CONSIDERANDO que existe compatibilidade orçamentária e financeira com o Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do corrente ano;
CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que a contratada possui habilitação e qualificação mínima para celebrar a contratação, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Parecer da Procuradoria Jurídica, após análise e verificando o cumprimento às formalidades e não vislumbrando vícios;

O Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Palmital, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, em especial ao disposto no artigo 72, inciso VIII, combinado com o artigo 71, inciso IV da mesma Lei Federal nº 14.133/2021,

RESOLVE:

I – DECLARAR INEXIGÍVEL a realização de procedimento licitatório;
II – AUTORIZAR, a contratação direta, por inexigibilidade de licitação,
III – ADJUDICAR o objeto.
IV – HOMOLOGAR a presente licitação, nos termos descritos abaixo:

Objeto: Contratação da empresa GESTÃO PÚBLICA BRASIL, a fim de promover a inscrição de servidores no curso: "Final de Mandato e Exigências Fiscais. As Competências Legislativas Obrigatórias para a LOA 2025", a ser realizado nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2024, em Curitiba/PR.

¬ ITEM:
Item 01
Unidade: serviço
Quantidade: 02
Especificação da descrição: Contratação de serviços para a oferta de 02 (duas) vagas de capacitação, visando a inscrição de servidores no curso: "Final de Mandato e Exigências Fiscais. As Competências Legislativas Obrigatórias para a LOA 2025"
Valor Unitário: R$ 1.890,00 (mil, oitocentos e noventa reais)
Valor Total: R$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais).

Razão Social: GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA - CNPJ 40.178.961/0001-05
Endereço: RUA FRANCISCO ROCHA, 198 – BAIRRO BATEL
CURITIBA, PARANÁ
CEP: 80420-130
gestaopublicabrasilcursos@gmail.com

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO: 01 - Poder Legislativo
UNIDADE: 001 – Câmara Municipal
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 01.031.0101.2001 – Manutenção das Atividades do Legislativo
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 0001/01/07/00/00 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)

Conforme disposições contidas no Termo de Referência, ante ao exposto, autorizo a emissão da Autorização de Compra ou documento equivalente para cobertura da despesa e determino a publicação deste termo para que produza os efeitos legais.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publica-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Palmital, 07 de novembro de 2024.

ANTONIO MACHADO DE JESUS FILHO
Presidente

Publicado por:
Jairo Jose Menezes
Código Identificador:099DDA48

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES TOMADA DE PREÇOS NORMAL Nº 5/2019 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 64/2019 11º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 101/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Tomada de preços Normal Nº 5/2019
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 64/2019

11º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 101/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTINADOS AO AUXILIO DE FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE ATENDIDAS PELO CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA.

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **VALDENEI DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG 6.446.615-1 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 795.770.409-34, domiciliado na Rua XV de Novembro, N°534, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **FUNERARIA SAO JOAO LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 479 SALA 02 - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 22.335.609/0001-54, neste ato representado por DIONYSIO TAVARES, portadora do RG nº SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 436.756.119-49, denominada **CONTRATADA** resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 101/2019, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº101/2019 do **Tomada de preços 5/2019**, fica prorrogado pelo período **07/11/2024 até 30/04/2025** àquele constante da contratação original, nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal da Assistência Social, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 07/11/2024

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

Funeraria Sao Joao LTDA - ME
DIONYSIO TAVARES
436.756.119-49
Contratada

Testemunhas:

JOSE DA LUZ DOS SANTOS CORDEIRO
CPF-537.323.089.-87

JESSICA THAUELI BARBOSA
CPF-114.689.039-77

Publicado por:
Noemi de Lima Moreira
Código Identificador:3B3BA882

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4610

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N.°447/2019 DE 04/06/2019

R E S O L V E

Conceder diárias conforme especificação abaixo:
Nome: Antônio Jairo Matozo Júnior
Data Início: 10/11/2024
Data Fim: 14/11/2024
N.° de Diárias: 4(quatro) diárias
Valor Unitário: R$ 458,64
Valor Total: R$ 1.834,56
Destino/UF: Curitiba/PR
Código do IBGE do Município destino: 4106902
Tipos Padrão de Objetivo: Curso "Processo Administrativo Disciplinar – PAD"

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 07 de novembro de 2024.

FABIO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:B048836A

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 130/2024 - COMPÕE A COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

PORTARIA Nº 130/2024

"Compõe a Comissão Permanente de Contratação"

A DIRETORA PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053/2006 de 13 de outubro de 2006, alterada pelas Leis Complementares nº 132/2011 e 142/2012, Decreto nº 2.943 de 05 de novembro de 2012 e Decreto nº 211 de 13 de fevereiro de 2017.

RESOLVE:

I – **COMPOR** a Comissão Permanente de Contratação, ficando designados como "Agentes de Contratação / Membros de Comissão", os servidores abaixo especificados:

- PRESIDENTE:
Mariza Voi Frezzatti, matrícula 90061-2;

- MEMBROS:
Luciana Camargo Franco, matrícula 90.027;
Carlos Eduardo dos Santos, matrícula 90.070;
Camila Chaves Batista, matrícula 90.069;

II - DETERMINAR que a Comissão tenha função básica instruir, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações ao cadastramento de licitantes, a qual exercerá de acordo com os poderes e atribuições conferidas pelas Leis nº 14.133/2021 e nº 10.520/2012 e suas modificações complementares e/ou posteriores.

III – ESTA PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n° 067/2024.

PARANAGUÁ, 07 de novembro de 2024.

ADRIANA MAIA ALBINI
Diretora Presidente

Publicado por:
Claudineia Pinto Dos Santos
Código Identificador:E84502BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 9.072

PORTARIA Nº 9.072

"Inclui nomes de servidores na Portaria nº 9.004, de 16 de outubro de 2024, que designa funcionários públicos para a função de levantamento de bens patrimoniais junto às Secretarias Municipais."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o levantamento patrimonial, desde seu ingresso junto ao Município, a disponibilização para uso das respectivas secretarias municipais e o controle continuado até a baixa de seu registro necessitam de identificação periódica,

CONSIDERANDO as atribuições da Secretaria Municipal de Administração, especialmente quanto ao controle da gestão patrimonial,

RESOLVE:

I - Incluir, na Portaria nº 9.004, de 16 de outubro de 2024, que designa funcionários públicos para a função de levantamento de bens patrimoniais junto às Secretarias Municipais, os servidores abaixo relacionados, conforme especifica:

UNIDADE DE SAÚDE	SERVIDOR	MATRICULA	CARGO
Emir Roth	Claucia Pereira Teixeira	12.033-1	Técnica de Enfermagem
Norberto Costa	Miriam Ribas Machado	9.336-1	Auxiliar de Enfermagem
Luiz Carlos Gomes	Etiene Beatriz A. de França Silveira	93.916-5	Agente Comun. de Saúde
Evanil Rodrigues	Bruna Daniela Garcia	98.063-1	Agente Comun. de Saúde
Dr. Simão Aisenman	Rodrigo Augusto Nunes dos Santos	94.885-4	Agente Comun. de Saúde
Dr. Elias Borges Neto	José Josinaldo Nogueira dos Santos	97.907-1	Agente Comun. de Saúde
Domingos Lopes do Rosário	Giovana Maria Machado Mendes	97.925-1	Enfermeira
Guilhermina Mazzali Gaida	Aline Pezzi Albert	98.549-1	Enfermeira
Aline Marinho Zacharias	Luan Alves de Oliveira	98.085-1	Agente Comun. de Saúde
Soeli Dutra Alves	Thiago Bernardi Calegari	10.416-1	Auxiliar de Almoxarife
Márcio Ubirajara Elias roque	Christine Garcia Mendes	97.882-1	Enfermeira
Maria Vargas Batista	Amanda Carolayne M. P. de Mello	98.096-1	Agente Comun. de Saúde
Argemiro de Félix	Christiane Maria Costa	10.162-2	Técnica de Enfermagem
Ezequiel Luiz Dias do Nascimento	Mauro do Nascimento Santos	97.929-1	Supervisor de Equipes
Antônio Alves Ferreira	Michele dos Santos Ribeiro	98.089-1	Técnica de Enfermagem
Ana Neves	Leila de Fátima Padilha Andrade	10.126-1	Técnica de Enfermagem
Flora Neves da Graça	Marilene Loli	94.022-2	Técnica de Enfermagem
Santo Escomação	Cibelle Aparecida Arzão	98.087-1	Técnica de Enfermagem

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 07 de novembro de 2024.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

MARCELA PAULA HENRIQUE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rubia Costa Rodrigues
Código Identificador:849BA84D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 9.078

PORTARIA Nº 9.078

“Inclui o nome do servidor Leônidas Martins Junior na Portaria nº 251/2011.”

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 203/2017, e a Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), considerando o disposto no Decreto nº 2.028/2011, que regulamenta a concessão de Licença Prêmio, e de acordo com o contido no protocolado sob nº 71.504/2024,

RESOLVE:

I - Incluir no anexo da Portaria nº 251, de 13 de setembro de 2011, que concedeu o direito ao usufruto de 60 (sessenta) dias de licença prêmio, por assiduidade, ao servidor abaixo relacionado:

MATRÍCULA	NOME	ADMISSÃO	CARGO
5.362-1	LEÔNIDAS MARTINS JUNIOR	01/11/1999	GUARDA CIVIL MUNICIPAL

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 07 de novembro de 2024.

MARCELA PAULA HENRIQUE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rubia Costa Rodrigues
Código Identificador:D964234D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 9.079

PORTARIA Nº 9.079

“Concede à servidora Ana Paula Meinhart Barbosa o direito a Licença Prêmio, novo período, ficando a mesma apta a usufruir 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio por assiduidade.”

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar nº 203/2017, e o Decreto nº 897/2018, considerando o que estabelece a Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá) regulamentado pelo Decreto nº 2.028/11, e tendo em vista o contido no protocolado nº 71.990/2024,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora ANA PAULA MEINHART BARBOSA, Professor Pedagogo Coordenador, matrícula nº 10.625-3, admitida em 01/02/2011, o direito a Licença Prêmio, novo período, de 04 de dezembro de 2011 a 03 de dezembro de 2016, ficando a mesma apta a usufruir 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio por assiduidade.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 07 de novembro de 2024.

MARCELA PAULA HENRIQUE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rubia Costa Rodrigues
Código Identificador:9FBD422A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DECRETO Nº 5.712

DECRETO Nº 5.712

"Nomeia Michele dos Santos para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), MICHELE DOS SANTOS, para exercer o cargo

isolado de provimento em comissão de Diretor de Gabinete - Assessoria Administrativa, Símbolo DAS-2, da Secretaria Municipal de Governo.

A servidora nomeada deverá comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 07 de novembro de 2024.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

MARCELA PAULA HENRIQUE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rubia Costa Rodrigues
Código Identificador:B24A41C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 9.080

PORTARIA Nº 9.080

"Dispensa a servidora Michele dos Santos da função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 192 de 2016 e suas alterações,

RESOLVE:

I - Dispensar a servidora municipal MICHELE DOS SANTOS, matrícula nº 9.104-1, da função gratificada de Supervisor de Movimentação de Catalogação, Símbolo FG-4, da Secretaria Municipal de Administração.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 07 de novembro de 2024.

MARCELO ELIAS ROQUE
Prefeito Municipal

MARCELA PAULA HENRIQUE DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rubia Costa Rodrigues
Código Identificador:52C6C035

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO CHAMADA PÚBLICA Nº 018/2024 PROCESSO Nº 68.526/2024

A Prefeitura Municipal de Paranaguá-Pr, através da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, por meio da Comissão Permanente de Contratação, torna público que receberá documentação para “Credenciamento de instituições educacionais privadas e/ou suas mantenedoras, que sejam comunitárias, filantrópicas e confessionais, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, interessadas em firmar com a Administração Municipal futuro e eventual Termo de Colaboração, para o atendimento de demanda de 1013 (Um mil e treze)alunos sendo na Educação Infantil (primeira etapa da Educação Básica), anos iniciais do Ensino Fundamental (segunda etapa da Educação Básica) e na modalidade Educação Especial, para atendimento de demanda existente e demanda registrada no Cadastro Único de Matrículas por meio do link: http://www.paranagua.pr.gov.br/cadastro-cmei/ atendidas as condições mínimas de participação estabelecidas no Edital. **As instituições deverão apresentar a documentação para habilitação de 08/11/2024 à 03/12/2024, SESSÃO DE ABERTURA – 04/12/2024 às 09h:00**, na Rua Júlia da Costa, nº 322, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Contratação, 1º andar – Palácio São José, no horário das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 18:00h. O inteiro teor do edital, poderá ser retirado no endereço acima mencionado, no horário das 08:00h às 11:00h, e das 13:00h às 18:00h, ou através do site: www.paranagua.pr.gov.br. No link “chamada pública”. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br ou através do telefone 41-3721-1810.

Paranaguá, 06 de novembro de 2024

SHEILA DA ROSA MARIA
Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:F4AC1F91

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI

Resolução nº 006/2024–Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Aplicação da Deliberação 034/2024 “Projeto Viaja Mais 60 – Fase II”

Considerando:

A Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 que institui o Estatuto do Idoso;

Lei Municipal nº 2914, de 29 de Outubro de 2008 que dispõe sobre a criação e implantação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Município de Paranaguá e dá outras providências;

A Deliberação 034/2024, que aprova o repasse de recursos financeiros aos municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o Projeto “Viaja Mais 60 – Fase II”, como cofinanciamento com a finalidade promover a inclusão social da pessoa idosa por meio do fomento das atividades turísticas, incentivando o seu bem-estar e o desenvolvimento econômico das Regiões Turísticas Paranaense;

A autonomia do Colegiado em reunião extraordinária realizada em 07/11/2024.

Resolve:

Art. 1° Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Aplicação da Deliberação 034/2024 “Projeto Viaja Mais 60 – Fase II”.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação**.**

EMILYN TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Presidente do CMDPI – Paranaguá

Publicado por:
Cinthia Rodrigues Machado Moretti
Código Identificador:3440ED7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI

Resolução nº 005/2024–Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Aplicação da Deliberação 033/2024 “Cuida Mais Paraná - Acolhimento”

Considerando:

A Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 que institui o Estatuto do Idoso;

Lei Municipal nº 2914, de 29 de Outubro de 2008 que dispõe sobre a criação e implantação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa do Município de Paranaguá e dá outras providências;

A Deliberação 033/2024 que aprova o repasse de recursos financeiros aos municípios do Estado do Paraná, na modalidade fundo a fundo, como investimento para a melhoria de Unidades de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas e/ou Serviço de Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas, regularmente cadastradas no CadSUAS.

A autonomia do Colegiado em reunião extraordinária realizada em 07/11/2024

Resolve:

Art. 1° Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Aplicação da Deliberação 033/2024 "Cuida Mais Paraná - Acolhimento"

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

EMILYN TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Presidente do CMDPI – Paranaguá

Publicado por:
Cinthia Rodrigues Machado Moretti
Código Identificador:EEB23B66

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 108/2024

AUTORIZAÇÃO N° 108/2024

Autoriza a servidora Graziele Pereira para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Graziele Pereira,** matrícula n° 2480, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil " Nossa Senhora de Guadalupe ", a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 70773/2024 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 21/10/2024 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora, o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral				
Curso	Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial Sustentável				
Disciplina	Tópicos Especiais – Amazônia Contemporânea Fundamentos das Relações Meio Ambiente, Sociedade e Educação				
Previsão de Término	19/11/2024				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
		8h às 11:30h 14:30h às 17:30h		,	
Compensação		Hora Atividade Manha e Tarde			

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.

A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 19/11/2024 – 2º semestre. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 22 de outubro de 2024.

TENILE CIBELE DO ROCIO XAVIER
Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Portaria n° 5.635/2024

Publicado por:
Tenile Cibele do Rocio Xavier
Código Identificador:F3BF66CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
AUTORIZAÇÃO N° 112/2024

AUTORIZAÇÃO N° 112/2024

Autoriza a servidora Sheila Batista Ferreira para realização de Horário Especial Estudante.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL – SEMEDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria n° 1938/2020,

AUTORIZA:

A servidora **Sheila Batista Ferreira,** matrícula n° 12390-01/2 lotada na instituição Escola Municipal do Campo " Nazira Borges ", a concessão de Horário Especial Estudante, conforme Art. 136, § 1º da Lei 046/2006, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando o Processo n° 73198/2024 protocolado na Prefeitura Municipal de Paranaguá em 30/10/2024 que consta toda documentação comprobatória do programa em processo de conclusão e a ciência da chefia imediata da servidora, o Departamento Recursos Humanos da SEMEDI, aprova a compensação de carga horária na jornada de trabalho com efetivação a partir dos seguintes dados:

Nome da Instituição	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba				
Curso	Programa de Pós Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE)				
Disciplina	Tópicos Especiais em Tecnologia e Cultura				
Previsão de Término	Período de 25 de setembro a 11 de dezembro de 2024				
Dia e Horário das Aulas	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**
			13:50h às 17:30h	,	
Compensação			Hora Atividade Manhã e Tarde		

A carga horária compensada da jornada de trabalho deverá ser registrada e justificada em relatório ponto, juntamente com a comprovação mensal.

A compensação de carga horária deverá ser efetivada em cada semestre correspondente.
Assim sendo, a autorização está vigente até 11/12/2024. Após a sua vigência, nos casos de necessidade de manter a concessão de Horário Especial Estudante, o servidor deverá apresentar a documentação necessária a ser atualizada junto ao Departamento Recursos Humanos da SEMEDI.

Paranaguá, 6 de novembro de 2024.

TENILE CIBELE DO ROCIO XAVIER
Secretária Municipal de Educação e Ensino Integral
Portaria n° 5.635/2024

Publicado por:
Tenile Cibele do Rocio Xavier
Código Identificador:AD96D8B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAGUÁ - 2018

Aos trinta e um dias do mês de Julho, do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram na Câmara Municipal de Paranaguá, sito a Rua João Estevão nº 361 – Centro Histórico, para a 6ª Reunião Ordinária do ano de dois mil e dezoito, tendo como 1. Pautas: 1.1 – Conferência Municipal; 1.2 – Informações referentes aos quadros de horários dos atendimentos das Unidades de Saúde, juntamente com seus profissionais; 2. Assuntos Gerais. Estavam presentes os Conselheiros: Gestores – Mariana Amates França Coelho e Merieli Zanicoski de Araújo (Secretaria Municipal de Saúde), Nilson Hideki Nishida (1ª Regional de Saúde), Prestadores dos Serviços Públicos – Eurimar Aparecida Ribeiro Baioni e Lilian Carmen Picanço da Silva Correia (Instituto Peito Aberto), Julia Beatriz da Silva Cunha (APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá), Trabalhadores em Saúde - Melissa Sayuri Hoshino e Cristiane Maciel Cavanha (Conselho Reg. de Fisioterapia Crefito-8), Flávia Moreira Pinto (Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-PR), Vera Lúcia da Veiga Jorge (SINDSAUDE – Sindicato dos Servidores Estaduais da Saúde do Paraná), Maria do Rocio Pereira Rodrigues (SISMUP - Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá), Usuários - José Dougiva da Silva Costa (Associação Beneficente dos Aposentados e Pensionistas Categoria dos Estivadores), Filomena Bruczkovski da Silva (Asilo São Vivente de Paulo), Mauro Bueno de Paula (APRUMPAR – Associação dos Produtores Rurais do Município de Paranaguá), Roberto Costa (UMAMP – União Municipal das Associações de Moradores de Paranaguá), Jean Carlos K. Freire (Congregação Mariana de Nossa Senhora do Rocio e Diocese de Paranaguá), Gilvanda Souza da Silva Queiroz (ACEDA – Associação de Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá), Sônia Maria Resende Monteiro (Pastoral da Criança), Ismênia Urbana Ribeiro Amorim (Pastoral da Pessoa Idosa), Luiz Américo Delphim (SINDIPETRO PR/SC – Sindicato dos Petroleiros PR/SC), Waltencir de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Paranaguá e Litoral). Ausentes com Justificativa – Leonice Ilek Aurélio Rey (Conselho Reg. De Fonoaudiologia – 3ª R.), Tânia Campos (União EMILHA – União das Mulheres da Ilha do Mel), Convidados-Carlos Renato do Rosário (Pessoa com Deficiência), Mariza da Silva (Ambulatório CAPS), Alessandra H. Genelhord (SEMSA), Lígia Regina de Campos Cordeiro (SEMSA), Luciane Nunes Borges (SINDSAÚDE – PR), Manoel Furlam Barbero (SINDSAÚDE – PR), Juliana F. Alionço. O Presidente iniciou cumprimentando e agradecendo a todos pela presença. Passou a palavra para a secretária Maria para a leitura da ordem do dia. A secretaria Maria fez a leitura da ordem do dia. O Presidente anunciou que teve um pedido de inversão de pauta, colocando como primeira pauta o item 1.2 – Informações referentes aos quadros de horários dos atendimentos das Unidades de Saúde, juntamente com seus profissionais. Colocou em votação e a pauta foi aprovada. Solicitou a Dra. Mariana que fizesse a sua apresentação. Mariana: - Iniciou a sua explanação apresentando um mapa e dizendo que na reunião de Comissões foi lhe solicitado que trouxesse ao Conselho todas as listas dos profissionais que trabalham em cada Unidade contendo o nome do profissional, a sua função, matrícula, horário, tudo certinho, então vou entregar aqui todas as Unidades Básicas e a listagem de cada Unidade de Saúde contendo os profissionais com o horário, função, horário que estão atendendo, a carga horária se é 20, 30 ou 40 horas e também vou entregar o quadro de profissionais que foram escalados para os horários estendidos. Os horários estendidos são pessoas que fazem plantões, então aqui só vai estar de agosto porque mensalmente mudamos, não são pessoas fixas, estou entregando de agosto e depois posso fazer como rotina assim quando eles montarem as dos outros meses eu vou entregando. Nessas escalas temos principalmente a questão de Enfermeiros, Agentes Comunitários, Técnico, Dentistas, Auxiliares de Odonto. Os médicos fixos estão na planilha, alguns profissionais não estão porque temos bastante rotatividade. Já é comum para quem vai às Unidades e já percebeu como temos um TAC que foi assinado em agosto que é um Termo de Ajusto e Conduta onde o Prefeito e o Ministério Público assinaram algumas situações que deveriam ser readequadas uma das cláusulas foi um pedido de que constasse no mural das Unidades de Saúde esse tipo de escala, visível para toda a população o nome das pessoas que ali trabalham função, horário de atendimento, então vocês que são usuários que sempre estão lá nas Unidades de Saúde vão ver que isso está no mural. Essas que eu estou dando à vocês são como as que estão no mural, só a do estendido que não entregamos porque não é fixa. **Dougiva**: - Esse que a Dr.ª está deixando aqui ficará a disposição no Conselho. **Mariana**: - Eu trouxe um mapa da cidade para vocês terem noção de como se encontra a Atenção Primária eu sou Mariana respondo pela Atenção Primária da Saúde e Atenção Primária corresponde as Unidades Básicas de Saúde da família ou não. Como está organizada as Unidades de Saúde em Paranaguá? Temos no Valadares duas Unidades de Saúde, lá tem Estratégia da Saúde da Família são a Unidade "Rodrigo Gomes" e a Unidade "Norberto Costa" no Sete de Setembro, na Vila do Povo nós temos uma Unidade que é "Luiz Carlos Gomes" onde tem duas equipes de Saúde da Família, tem a Unidade 'Evani Rodrigues" no Araçá que são atendidas por duas equipes de Saúde da Família, na Vila Guarani Unidade "Simão Aisenman" também duas equipes de Saúde da Família, na Serraria do Rocha temos a Unidade "Domingues Lopes do Rosário" e têm três equipes de Saúde da Família, Jardim Iguaçú Unidade "Guilhermina Mazzali Gaida" nós agora temos três equipes lá, Alexandra que tem uma equipe trabalhando, Vila Garcia tem uma Unidade com quatro equipes de Saúde da Família, Caic quatro equipes e Divinéia também quatro equipes, isso é só para vocês verem que a realidade é bem diferente umas tem duas, outras tem três, quatro mas tudo é definido pela população que aquela Unidade está atendendo. A região cadastrada no Santos Dumont temos duas equipes trabalhando. A região que não é coberta pela Saúde da Família é a região do Eldorado, Alvorada, Raia, Bockman, Ponta do caju, região central e Costeira, não temos Unidade de Saúde da Família, temos o Bangu que é um acesso e temos a Gabriel de Lara, então a população ela quando vai procurar um serviço de Saúde ela vai para essas Unidades. Falo assim porque isso não fomos nós que criamos, mas está dentro da Política Nacional da Atenção Básica, que devemos trabalhar com territorialização porque fica mais fácil, a partir do momento que você deixa uma área adstrita aquela equipe vai conhecer melhor seu usuário. Se abrimos uma porta para o agente da Vila Garcia pra ela atender gente do Valadares, da Serraria, ela vai atender, mas ela não vai ter o conhecimento e sabemos que hoje tem muitas doenças que tem haver com o cotidiano da pessoa, que muitas coisas só vão ter cura ou serem controladas se conhecermos o viver dela. Muitas coisas elas só se abrem a partir do momento que temos o elo e isso só se criando com o tempo. Hoje é a primeira vez que conseguimos chegar nessa cobertura, esse projeto foi apresentado aqui no Conselho em 2007, foi aprovado, conseguimos com que o Ministério nos aprovasse ter trinta e três equipes de Saúde da Família nessas regiões até pra vocês entenderem que eu vou explicar sobre aquele bloqueio que muitos receberam por Whats o que é. O Ministério aprovou que tínhamos essas áreas que poderíamos ter a Saúde da Família, essa região ela dá mais ou menos 80% (oitenta por cento) de cobertura da população, o restante lá é 20% (vinte por cento) que não tem a Estratégia da Saúde da Família como ponto de atenção. Se vocês forem ler a nova legislação a Portaria que fala sobre a Política Nacional de Saúde que é a Portaria nº 2.436 de setembro de 2017, ela põe a Estratégia da Saúde da Família como algo prioritário, os Municípios que não tiverem tem que se organizar de forma que um dia ela virá então ela coloca como sendo estratégia prioritária. O Governo então dá uma ajuda de custo para mantermos uma equipe da Saúde da Família. O que é uma equipe da Saúde da Família? Ela é composta por um Médico, um Enfermeiro, um Técnico de Enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde, na legislação antiga nós tínhamos que ter no mínimo quatro agentes e no máximo doze, hoje a nova legislação não nos obriga esse número mínimo e máximo, mas pede que a gente se organize de uma forma que o Agente Comunitário não fique sobrecarregado. Em Paranaguá a maioria das nossas equipes tem sete agentes cada uma delas, algumas tem seis, depende da realidade populacional. Tanto que no Valadares tem quatro equipes, porque temos uma população de quase vinte mil habitantes, na Vila do Povo tem só duas, porque lá a população é aproximadamente nove mil, então dá pra dividir em duas equipes. Pela legislação o ideal teria que ser até mais, mas não é fácil constituir uma equipe da Saúde da Família, porque todos os profissionais têm que ter quarenta horas semanais, e eu tenho Enfermeiro, Técnicos de Enfermagem, Agentes trabalhando nesse horário sem problemas, o problema é conseguirmos Médicos que trabalhem quarenta horas semanais, essa é a nossa maior dificuldade. Naquele TAC que eu falei para vocês que foi assinado onde dizia que tínhamos que ter o horário dos profissionais, também foi colocado como cláusula que essas trinta e três equipes que um dia pleiteamos no Ministério, que a gente em

dois anos conseguisse reestabelecer, então é isso que temos feito desde agosto do ano passado, só que no meio do caminho além do TAC que a gente já tinha houve essa nova Portaria nº 2.436 de setembro de 2017, foi quando mudou até o que é função do agente Comunitário que alguma integrou com os Agentes de Endemias, e os tipos de equipes, várias coisas foram reformuladas e assim que ela entrou em vigor o Ministério da Saúde deu quatro meses para que todos os Municípios do Brasil implantarem aquelas equipes que um dia ele tinha autorizado os municípios terem, então tivemos o tempo de setembro até janeiro para fazer isso, nós aqui em Paranaguá corremos com um teste seletivo não dava tempo de fazer um concurso público, mas ao mesmo tempo está correndo um processo pra ter um concurso público, mas como era emergencial fizemos o teste e no dia 28 que era o prazo final para termos essas equipes cadastradas no sistema, tivemos a chamada do teste seletivo, mas não conseguimos fazer com que as trinta e três equipes tivessem Médicos. Como estamos hoje, conseguimos que vinte e uma delas tivessem a constituição certa e doze delas ficaram com Enfermeiros, Técnicos e Agentes Comunitários e foram essas doze que saiu a Portaria que o Município foi descredenciado, ser descredenciado significa não receber recurso, nós não estávamos recebendo porque não tinha Médico, então não houve uma perda, o que eles orientaram é que toda vez que a gente for transformar novas equipes, que nem essas doze, hoje lá em 28 de janeiro não teve o número de médicos suficientes que se apresentou, a gente precisava que dezenove se apresentasse pra conseguirmos ter um quadro e só dez se apresentaram, desses dez três já pediram a exoneração, nós corremos e hoje foi uma das situações pra que conseguíssemos fazer a terceirização de médicos, a gente conseguiu uma empresa, é muito mais fácil fazer a contratação por terceirizada do que por teste seletivo, porque realmente não preenche as vagas. Então só para esclarecer pra vocês hoje as dozes já possuem médicos, vocês estão indo nas Unidades estão vendo que estão chegando em equipes que estavam sem e agora eu tenho que correr com toda a burocracia, não adianta a gente só mandar um papel e dizer ou só cadastrar no CNES o nome desse profissional, eu vou ter que fazer por escrito um documento quais são as equipes que estavam sem médicos e que agora tem, vou trazer, apresentar para vocês se for aprovado temos que mandar para a 1ª Regional para ir pra CIB que é a Comissão Intergestores Bipartite se lá for aprovado vai para a CIT que é a Comissão Intergestores Tripartite e depois saí o Decreto do Ministério da Saúde autorizando ou não, só depois que sair esse Decreto é que começamos a receber recurso. Só para dizer pra vocês que as equipes estão trabalhando, temos Enfermeiro, Técnicos, Agentes Comunitários só que o incentivo que o Ministério nos dá que é de R$7.130,00 (sete mil cento e trinta reais) por equipe estamos deixando de receber. **Nilson**: - E até lá o Município vai suportar com recursos próprios. **Mariana**: - Na verdade no todo não é uma ajuda muito grande, acaba que nós pagamos mais, mas é uma ajuda que a gente deixa de ter, mas vamos correr atrás. A intenção do Governo é reestabelecer essas trinta e três equipes se puder até mais tarde ter 100% (cem por cento). Então assim colocar a nossa prioridade, não é fácil às vezes não parece, mas é muito profissional, entra e sai todo dia gente, então temos nos organizado, estamos felizes na questão de ter Enfermeiro pra fazer busca ativa de vacinação, preventivo. É isso se alguém tiver alguma dúvida. **Nilson**: - Perguntas? **Delphim**: - Sua apresentação foi ótima. A primeira coisa seria a terceirização dos profissionais médicos qual é a carga horária? Esses sete mil que você falou que recebe do Governo Federal é independente dos salários dos profissionais que estão lá? E esses profissionais médicos que fazem a equipe da Saúde da Família não são os mesmos que fazem o Posto de Saúde, esses profissionais dos Postos de Saúde que vão estar com vinte horas ou quarenta horas com o nome deles e os horários à disposição não vão ser os médicos que estão na Equipe da Família? **Mariana**: - Nós temos profissionais concursados de carreira, onde falta médico que não tenha o de quarenta a gente sempre acaba utilizando eles para fazer a parte Clínica, às vezes Pediatria, como no CAIC tem o Drº. Lázaro que ajuda como Clínico, tem o Humberto que faz Pediatria, porque é uma população grande e não tínhamos médico que faz Saúde da Família, então quando não tem porque ainda não estamos com todas essas equipes completas acaba tendo profissionais do quadro, mas a nossa intenção é que essas Unidades sejam só Saúde da Família, assim que tiver a gente os remaneja para a Unidade que não tem ou temos usado muito para fazer os programas como o GEO, tinha muito pouco GEO espalhado pela cidade, então o Drº José essa parte poderíamos colocar em pauta pra ele explicar, mas alguns programas ele tem reorganizado como a questão de Gestação e todos os grupos a gente hoje em dia usa estratificação de risco, uma gestante a primeira coisa que tem que ser feita atendida na Unidade Básica e lá fazer uma estratificação de risco ela pode ser uma gestante de risco habitual, porque toda gestante a gente tem que ter um cuidado especial, se ela é um risco habitual o próprio clínico da Unidade vai acompanhar fazer o pré-natal normalmente até que ela tenha o neném. Se ela por algum motivo foi classificada como intermediário, porque existe uma forma de estratificar ou alto risco ela não vai ser acompanhada na Unidade, ela será acompanhada no centro especializado, então ele pegou muitos profissionais desses especialistas e está direcionando para o CMD para fazer esses tipos de fluxos e protocolos de saúde. A pediatria também a Drª. Melissa que antes atendia no Santos Dumont como lá virou Saúde da Família e hoje temos médico ela foi remanejada para o CMD e hoje ele atende só os recém nascidos, crianças de risco, então estamos conseguindo agora aumentando a oferta com clínico de começar a fazer programas que é a ideia da Saúde Pública, aproveitar a especialidade no que precisa. **Nilson**: - Resolutividade, você pega um especialista e ele fica atendendo clínica habitual ele acaba passando muito rápido aquela pessoa que necessita de alguns cuidados a mais, então o clínico geral fazendo essa seleção facilita tanto o DAS para encaminhar para Curitiba o paciente que realmente precisa e também fica para o especialista atender aquela pessoa com mais tempo, com exames melhores, com um atendimento melhor isso que precisamos ter na nossa cidade fluxo não precisa ser um médico especialista pra atender tudo, mas precisamos que as pessoas sejam encaminhadas corretamente, que ela seja resolutiva, que quando a pessoa precise aquele serviço vai estar lá. **Mariana**: - Por isso é importante termos essa Atenção Primária estruturada, porque ter a Unidade e não ter os profissionais a gente não consegue, então a nossa busca é essa que tenha o máximo possível essa Atenção Primária fortalecida para reorganizar a especialidade, não estamos cem por cento, mas pelo tempo que estamos, temos visto melhora. **Nilson**: - É igual hipertensão, a parte de oftalmologia, diabetes, que você acaba encaminhando para Curitiba um risco habitual que o Clínico Geral do Posto poderia acompanhar e você acaba esquecendo aquele paciente que perdeu a vaga porque ficou aqui e que tem um risco de ter um AVC, um infarto, é isso que temos que selecionar pra conseguir encaminhar certinho para as especialidades e para onde for necessário. **Delphim**: - O valor? **Mariana**: - Quando o médico foi nosso contratado é de R$7.130,00 (sete mil cento e trinta reais) por mês é custeio para o Fundo Municipal de Saúde. **Nilson**: - Usa com Atenção Básica. **Mariana**: - Isso. Quando é Médico do Mais Médico ao invés de ser R$7.000,00 (sete mil reais) é R$4.000,00 (quatro mil reais) porque cada Município tem como obrigação pagar outros encargos. **Delphim**: - Quarenta horas? **Mariana**: - Quarenta horas. Isso é Saúde da Família, o único que recebe recurso é Saúde da Família. Ele tem que estar cadastrado no CNES, tem que ter o médico, a enfermeira, a técnica e os agentes, se estiver faltando eles não consideram, só recebe se tiver todos. **Jean**: - Eu moro na Vila Guarani e pertenço a área 10 e estamos com um problema que a área 10 nunca tinha médico, sempre tinha que pegar das outras áreas. **Mariana**: - Pelo que estamos sabendo hoje eu acho que foi remanejado um pra lá. **Jean**: - Então eu queria agradecer a Dra. Mariana, porque ficávamos tristes de as outras áreas ter e a nossa não, em caso de emergência éramos deslocados para o Serraria do Rocha. **Mariana**: - Foi o que tentamos fazer, algumas situações a gente colocou Michel Gantus pra atender um pouquinho da área que estava sem médico, à gente foi tentando achar um acesso. **Jean**: - Eu também gostei da parte enfermeira técnica atendendo o pessoal com os curativos, ela está assinando e colocando o carimbo para o pessoal ir pegar. **Mariana**: - Obrigada. **Vera**: - Só uma colocação, quando você fala em Clínico Geral a gente sabe que não tem uma especialidade para atender, mas quando precisa vai pra uma especialidade. **Mariana**: - O fluxo dentro da Unidade Básica ai vai pra especialidade. **Vera**: - Isso é só uma preocupação porque a gente trabalha nisso, quando fala assim da gestante que não é alto risco, claro nós sabemos que tem a gestante de alto risco, mas a gente pode colocar que todas as gestantes são. **Mariana**: - Eles falam risco habitual, intermediário e alto risco, todas precisam de um cuidado. **Vera**: - Porque, por exemplo, não apresentou nada no primeiro, segundo, terceiro mês, no quarto pode apresentar. **Mariana**: - Quando acontece intercorrências é encaminhado. **Vera**: - Mas muitas vezes

Mariana isso não está acontecendo (inaudível em 26:43) **Mariana**: - É que eu acho que ficou com muita falta de profissionais. **Vera**: - Isso. Eu estou falando dessa situação, pode até ser que ficou uma falha por falta de profissionais, então teve vários agravantes vamos dizer assim com paciente de ESF (inaudível em 27:05) quando fala que está aumentando as equipes eu acredito que isso tem melhorado. **Nilson**: - Tem uma questão também em relação a isso, existem profissionais e profissionais como contratamos uma empresa agora, como a Mariana falou é mais fácil você fazer a troca, então conselheiros caso tenha algum profissional que não atenda bem reclame aqui no Conselho que vamos passar para a Mariana e ela vai averiguar por isso temos os Conselhos de Classe aqui dentro, tem farmacêuticos, tem enfermeiros, tem fisioterapia, os Conselhos de Classe foram criados para isso, para cuidar desses profissionais que não atendem direito, essas reclamações podemos encaminhar inclusive para o Conselho de Classe e eles verificarem se realmente aquele profissional atende certinho ou não. **Vera**: - Quando a gente trabalha na base e a gente recebe essas pacientes gestantes a gente vê várias coisas no sentido de que poderia ter feito, poderiam ter solucionado e que não viesse a acarretar um problema mais sério para mãe ou para o bebê, mas acredito que como você está falando que isso pode melhorar aí na frente, a gente torce para isso. **Mariana**: - Vamos ver os dados agora, até eu estive no Congresso Paranaense semana retrasada e as principais falas foram os Municípios tem que ter Atenção Primária forte foi muito repetitivo isso, Estratégia da Saúde da família preocupante, também estive na CIB onde falaram sobre o aumento da mortalidade materno infantil no Estado do Paraná está bem preocupante, então foi um chamado para todos os secretários que tem que melhorar a Atenção Primária realmente. Falaram das investigações para ver o que realmente está fazendo porque até lá entre eles uns acham que é problema hospitalar outros já acham que é falta na Primária, então até entre eles Gestores da SESA tem essa divisão. **Nilson**: - Por isso é importante, aí eu coloco aqui Merieli epidemiologia, porque é importante isso? A investigação é importante para saber se aquilo foi uma fatalidade ou se aquilo era previnível, se foi erro do Hospital ou da Atenção Básica, por isso a Vigilância é importante, é ela que levanta os dados e vai passar para a Atenção Básica para saber o que tem que ser feito (inaudível em 30:21). **Mariana**: - A Júlia que é da SESA colocou como sendo problema hospitalar, mas a Márcia de Curitiba falou que não. **Nilson**: - Por isso a investigação é importante porque é ela que vai definir o que realmente aconteceu. **Mariana**: - No Congresso falou-se muito da integração entre todos nós. **Nilson**: - Eu tenho uma demanda judicial onde o paciente necessita de fralda geriátrica e medicamento, o medicamento vai entrar na rede também, as fraldas ele já se orientou no CMD e vai conseguir por lá, então é uma demanda judicial que vai entrar no fluxo porque é necessário, algumas demandas judiciais se você analisar dá para investigar se não é uma demanda realmente necessária para a população que a gente possa implantar na cidade. **Vera**: - O Comitê de morte materna está ativo e quem é? **Nilson**: - O comitê aqui é a Regional, eu posso trazer a informação mais pra frente mais quem cuida dessa área é a nossa Atenção Básica, inclusive tem médico, enfermeira que cuida dessa parte. **Mariana**: - Veja lá porque eles estão pedindo que os Municípios, que não seja mais Regional eles querem que comece a ser Municipal. **Nilson**: - Realmente estava parado. **Mariana**: - No começo do ano eu participei de uma reunião com o pessoal da 1ª Regional e eles estavam querendo não ter um Regional, mas Municipal, eles queriam que os Municípios se organizassem por um Comitê Municipal. **Roberto**: - Só para deixar registrado que passei na UPA e tinha bastante médico atendendo. **Mariana**: - Outra coisa que foi discutido no congresso é a questão dos horários estendidos, isso é uma estratégia que eles colocaram para os Municípios tem que ter, porque as pessoas trabalham e não pode faltar emprego e que bom que a gente conseguiu com essa empresa médicos para fazer o estendido que ajuda muito o acesso da população. **Usuário não identificado**: - pelo que você falou foi em 2008 que começou? **Mariana**: - Aqui em Paranaguá em 2005 foram as primeiras equipes, mas o projeto de ampliação foi em 2007. **Usuário não identificado**: - Pelo que eu peguei no ar um médico ganha R$7.000,00 (sete mil reais) é isso? **Mariana**: - Não, o Ministério da Saúde repassa ao Município sete mil reais, o nosso salário aqui é oito mil e pouco mais uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) se ele fizer o horário correto, o número de atendimento, de enfermeiro aumentou agora para quatro mil e pouco. Nilson: - Entendeu agora porque os Municípios estão sofrendo? **Usuário não identificado**: - Eu fico analisando (inaudível em 36:03) a planilha de execução dos próximos anos que vai aumentar, principalmente a questão da obesidade e aí eu fico analisando assim vamos ficar enxugando gelo por mais dez anos e com esses salários baixíssimos e terceirizando, fica difícil de entender como vai ficar. **Nilson**: - O problema é que esse suporte quem deveria fazer é o Governo Federal. O Governo Federal a cada ano tem diminuído o recurso, vai diminuir mais ainda. **Mariana**: - É essa medida que tiveram de descredenciar e dificultar é pra isso. **Nilson**: - Diminuir o recurso, o que está acontecendo os municípios estão suportando, Paranaguá o ano passado gastou 15% (quinze por cento) esse ano duvido que vá dar 15% porque vai aumentar com essa demanda de 24 (vinte e quatro) horas agora com médico completo, ESF, horário estendido, quem vai bancar? Prefeitura, ou seja, mais pra frente os Municípios vão gastar 50 (cinquenta), 60% (sessenta por cento) do seu orçamento só em Saúde porque o Ministério não encaminha recurso e a cada ano eles estão diminuindo, esse é o problema ele repassa R$7.000,00 (sete mil reais) não paga nem o médico, a equipe tem 9 (nove) profissionais, não paga nem 1 (um). **Mariana**: - E não é só o salário, tem todos os encargos. **Usuário não identificado**: - É que pra mim na minha cabeça se o médico ganha isso eu fico tentando entender qual é a razão desta terceirizada. **Mariana**: - Porque no teste seletivo com esse salário não é atrativo, fazemos teste, fazemos concurso, mas não preenche vaga, é através de terceirizada que... **Nilson**:- O Município pode pagar mais porque ele está contratando um serviço e não o funcionário aí inclusive você pode aumentar o salário desses médicos, só que tem que ter justificativa, quem faz a licitação tem que estar tudo em ordem, tem que ter tudo escrito certinho pra não dá problema lá na frente. A maior parte das denúncias é o médico ir bater o ponto e ir embora e não fazer o seu trabalho, é isso que o Município tem que cobrar que se o cara foi contratado está trabalhando (inaudível em 38:38). A Mariana falou que contratou dez foi os dez que passou, não tem mais ninguém na lista. Mariana: - E é assim passou esses eles vão fazer uma residência ou acham outro emprego vão embora. **Usuário não identificado**: - É isso que eu fico preocupado ele faz um concurso pra médico ele achou outro lugar melhor vai abandonar (inaudível em 39:05). **Mariana**: - O que eu sei até a Lígia pode me corrigir a questão do salário médico já foi pensado em aumentar, mas não pode o salário de um profissional ser maior do que o do Prefeito teria que mudar toda uma legislação. **Nilson**: - E muitas vezes a cidade aumenta o do Prefeito só por causa disso. **Usuário não identificado**: - Em Pinhais aumentaram o salário do Prefeito e resolveu. **Nilson**: - Ele mesmo devolve todo mês. Por isso que é assim tudo tem justificativa e tudo tem um meio de fazer só que tem que sentar, planejar, escrever e implantar do jeito que está escrito não adianta fazer gambiarra. Por isso o planejamento do edital, depois a implantação, a licitação em si tem que ser bem feita, você fazendo isso o Tribunal de Contas não vai questionar, pode ter ajuda do Conselho Municipal para respaldar isso então tudo tem que estar por escrito e acertado, por isso pedimos pra sempre passar por aqui, porque somos um respaldo para o Tribunal de Contas e para os Vereadores, porque se a população concordou quem vai discordar que o município vá dar atendimento. **Carlos Renato**: - Gostaria de parabenizar a doutora por essa questão de intersetorizar Paranaguá para um melhor atendimento a minha pergunta é mais voltada a minha condição eu sou portador de necessidades especiais e há um mês eu estive solicitando na saúde prótese e eu vi uma falta de conhecimento, de informação, fui ao João Paulo não souberam me informar como fazer, a Assistente Social lá falou muita coisa e eu não entendi, retornei para o Postinho do Jardim Iguaçú e lá começaram a fazer ligações, o médico preencheu perguntou o que eu queria, falei pra ele preenchi o documento levei até a saúde, a atendente disse que não era ali, fui à administração dos postinhos a moça disse que não era ali, aí quando cheguei lá embaixo na salinha fizeram, perguntei se eu ia ficar com algum protocolo pra dizer que realmente eu fiz aquele pedido, ainda perguntei para o rapaz se eu vir aqui e você não estiverem mais alguém vai saber que eu fiz isso, aí ele tirou um xerox para mim para eu provar que eu tinha dado entrada. Mariana: - Esse setor é especializado não faz parte da Primária. **Nilson**: - O Carlos tem que vir aqui explicar o fluxo. Isso não é Atenção Básica podemos trazer na próxima inclusive agora tem o Conselho das pessoas com deficiência, precisamos nos reunir pra discutir porque está tendo problema. **Flávia**:- Inclusive nós queríamos sugerir como pauta essa questão das próteses, porque estamos tendo bastante dificuldade com pacientes em

conseguir as consultas em Curitiba, porque é uma especialidade que não temos no Município, o paciente deve ser encaminhado à Curitiba (inaudível em 44:10). **Nilson**: - Eu posso colocar bem rapidinho, mas a gente discute na próxima reunião. A responsabilidade não é do Município é do Estado com a União como a gente acabou de falar que a União já está tirando, tivemos um problema no Estado, é culpa do Estado nós ficamos oito meses sem ter uma empresa que fizesse as ortese e próteses e cadeira de rodas entra nessa área porque tivemos problemas inclusive com a própria associação de vocês a Associação Paranaense de Deficientes do Paraná não deu conta de fazer o serviço que ela contratou com o Estado. O Estado os notificou, fez a multa e transferiu todo o procedimento para o nosso Hospital de Reabilitação que também ainda está se organizando como o Hospital aqui do litoral e ainda está com problemas em atender toda a demanda que acontece. Inclusive já tivemos demanda aqui de Paranaguá encaminhada para Guarapuava porque em Curitiba não estava dando conta, posso até trazer a equipe de Curitiba para auxiliar nisso para fazermos o fluxo aqui. **Delphim**: - Gostaria de saber da Mariana sobre o Selo de Alexandra. **Mariana**:- Como é um projeto do Estado precisamos ter a assinatura da 1ª Regional e eu vou pedir para que fique para uma próxima porque eu não tenho oficialização, as visitas deles na Unidade para cumprir essa parte de adesão. **Delphim**: - Mas vocês fizeram (inaudível em 46:15) **Mariana**: - Não, primeiro tem uma relação de itens e estamos indo atrás para padronizar. **Nilson**: - Vamos abrir um parênteses agora para pedir desculpas ao SINDSAÚDE, peço que venham a frente os representantes, estamos com a nossa sala em reforma e não conseguimos fazer a comunicação formal e a reunião seria para o mês que vem porque fizemos a solicitação ao Hospital Regional e o Hospital respondeu que poderá nos encaminhar os documentos para a próxima reunião, então pedimos desculpas e solicitamos para que estejam presentes na próxima reunião que será pautado o assunto e avisar que a nossa sala finalmente terminou a reforma e convido a todos para conhecerem. **Dougiva**: - Poderiam fazer uma explanação do assunto só para o Conselho ficar ciente? A Diretora do Sindsaúde do Paraná a Sra. Luciane falou que veio com o Sr. Manoel Coordenador do Sindsaúde do Paraná e que vieram falar da situação do Hospital Regional. **Luciane**: - Nós estivemos no Ministério Público recentemente e o Promotor perguntou o que o Conselho municipal de Saúde estava fazendo com relação aos problemas do Hospital Regional. Foi por isso que pedimos essa pauta, porque conhecemos o compromisso de vocês, mas não estávamos a para dos andamentos que vocês pudessem estar administrando. O Hospital Regional está sobre a coordenação da FUNEAS que é uma Fundação Pública de Direitos Privados desde maio de 2017, desde essa época está havendo um caos no Hospital, o descaso com a saúde está muito grande, o problema está realmente muito sério e aí a gente lista os problemas, falta de material,falta de profissional, aparelhos e elevadores estragando frequentemente e sem manutenção adequada e principalmente os problemas mais sérios, a UTI ela não tem Intensivista, mortes estão acontecendo que a gente vai averiguar isso mais de perto, se preciso vamos fazer uma denúncia, a UTI Neonatal também está sendo atendida por Pedriatras, sem Neonatologistas, então não são todos os plantões na UTI Neonatal, mas nós temos duas Neonatologista e nós temos vários plantões e os outros plantões estão sendo cobertos por Pediatras Clínicos. A UTI Neonatal tem sete vagas, mas temos casos de dez bebês internados, então é bem grave o problema. Hoje surgiu mais um problema, que hoje é dia de pagamento e vários descontos indevidos foram revelados lá e recorreram ao RH sem sucesso, porque o relógio ponto está estragado então a pessoa vai ter que provar ao Hospital a sua frequência para que no mês que vem ele seja ressarcido e esses descontos estão de R$400,00 (quatrocentos) à R$800,00 (oitocentos) reais é bem grave a situação, então é sobre tudo isso que a gente quer colocar se tivermos esse espaço na próxima reunião a gente agradece. **Nilson**: - Já vamos deixar acertado para a próxima reunião e peço aos conselheiros que se tiverem alguma denúncia que nos tragam. Agradeço muito a ajuda de vocês e peço desculpas por não poder avisar que a reunião tinha sido transferida para o mês que vem, mas que foi uma boa oportunidade para conversarmos e combinar de fazer uma apresentação na próxima reunião acho que será bem proveitoso e conseguiremos bastante solução para ambos os lados. **Luciane**: - Eu trouxe um documento que foi um modelo de denúncia, algumas coisas acontecem de emergência. Foi internada uma paciente gestante com suspeita de H1N1 sem exame comprovando e aí o Hospital não tinha naquele dia álcool 70, máscara própria para esse atendimento e nós fizemos um documento e mandamos para o Hospital. Eles nos mandaram a resposta que lá havia todos esses produtos inclusive eles colocaram outras coisas aqui, mas junto com o Conselho Estadual nós estivemos no Hospital presencialmente e verificamos que nada disso era verdade, estava faltando todos esses produtos, todos esses medicamentos, então eu vou deixar com vocês uma cópia para estarem a par da situação e agradecer e mês que vem com certeza a gente vêm. Nilson: - A Conferência Nacional foi convocada para junho do ano que vem então a Conferencia que era para dezembro será adiantada seis meses, o que aconteceu? Vai adiantar o Estadual vai adiantar a nossa, então vai ser uma correria agora, porque teremos que fazer uma Conferência antes da Conferência Estadual para poder conseguir encaminhar a proposta para o estadual e para o Nacional o nosso Conselho Estadual solicitou que adiasse essa Conferência e foi indeferido esse pedido. O Conselho Estadual está tentando no máximo daqui dois meses emitir o Regimento Interno da Estadual pra gente poder se organizar melhor inclusive vai diminuir os prazos entre Municipal e Estadual para dar mais prazo para o Município o prazo final das Conferências Municipais e Estaduais é de uma semana para poder conseguir ajudar os Municípios e assim que tiver as informações vamos passando. O que temos que aprovar hoje é uma Resolução aprovando a convocação da Conferência e no máximo na reunião que vem decidir quem vai ser o nosso coordenador geral da Conferência e a equipe técnica principal, então pensem com carinho e hoje eu coloco em aprovação uma Resolução que seja aprovada a convocação da Conferência Municipal de Saúde de Paranaguá até o final de abril, coloco em discussão se algum conselheiro tiver alguma outra ideia. **Jean**: - Só temos que ver um local com acessibilidade. **Nilson**: - Na Conferência passada cinco cadeirantes voltaram porque o local não foi condicionado para eles, inclusive a secretária de saúde mandou a ROMU carregá-los e por questão de ética e isso é um constrangimento muito grande, inclusive colocamos aos conselheiros aqui e que fique registrado em ata nós não aprovamos o gasto na Conferência passada porque nós gastamos R$21.000,00 (vinte e um mil reais) em coffee break e um local inadequada sendo que já tínhamos entrado em contato com o Hotel Camboa com um custo de um almoço com arroz, feijão, bife, coffee break, tem elevador, tem sala modulada, íamos ter salas de reuniões sendo que lá tivemos que fazer os grupos tudo misturado dentro do auditório, eu não cheguei a comer. Eu peço à secretaria que se organize já que estamos com antecedência. **Lígia**: - A Secretaria de Saúde não tem problema nenhum de fazer a Conferência poderemos escolher o melhor lugar, mas uma coisa de antemão eu digo para vocês se esse lugar não estiver com todas as certidões em dia não dá. Exemplo: Eu posso querer fazer no Camboa, mas se ele tiver alguma pendência documental eu não posso contratar com ele como administração pública, então é esse cuidado que a administração pública tem que ter, vamos ver o melhor local que o evento comporta e também a questão da acessibilidade só o que não podemos deixar de ver é a questão regular, desde a questão do preço (inaudível em 59:50) **Nilson**: - Em relação aquela época o Camboa tinha os registros, agora realmente não dá pra fazer com eles, só que o que ficamos bravos, inclusive já fizemos Conferência em escola Municipal muito bem organizada com a ajuda da Dra. Isolda existe outros locais.O que pedimos é ajuda da Secretaria, o apoio para fazer em um local adequado para receber as pessoas com dignidade e organizarmos juntos (inaudível em 01:01:50) **Lígia**: - Vamos marcar uma reunião para ver a quantidade de pessoas certinho para fazermos antecipado. **Nilson**: - Com certeza. **Dougiva**: - Vamos discutir ver o melhor local para dar acesso às pessoas com necessidades especiais. É necessário que o Secretário entre em entendimento com o Conselho, temos tempo para discutir fazer uma organização, fazer uma coisa bem representativa. Temos que deixar a população consciente do que é o Conselho, do que faz. O que eu gostaria de perguntar pra você se já está tudo certo para o dia dez em Matinhos que fosse visto com antecedência para que chegue no dia e não tenha aquele dissabor de dizer que não foi comunicado. **Melissa**: - Só para lembrar que há quatro anos eu e Nilson pedimos para sair da organização da Conferência porque para vocês terem ideia eles conseguiram me tirar do sério em uma reunião, vamos ser claros, fizemos o cartaz da Conferência passada sem o local, imagine quantas pessoas depois vieram reclamar pra mim que foi até o Camboa e não era lá, então não foi só os cinco cadeirantes que voltaram pra trás, mas uma outra parte da população também por falta de acessibilidade de informação e

transparência, de trezentas pessoas que esperávamos veio cento e vinte. É com isso que eu estou preocupada. Por isso precisamos nos unir para fazer um bom evento. **Dougiva**: - O que o Conselho quer, é dar acessibilidade às pessoas fazerem algo organizado, só que para isso acontecer tem que ter união e, se não houver um local adequado, fica difícil fazer a Conferência. Que seja uma coisa boa pra todo mundo. **Melissa**: - Só para deixar registrada a minha indgnação da fala "Não, Camboa não, é muito chique, aquele pobrezinho que a gente realmente precisa escutar vai ficar acuado". **Nilson**: - É essa pessoa que queremos incluir, a população tem direito a ir a qualquer lugar. Então pessoal vou colocar em aprovação a convocação da Conferência Municipal de Saúde de Paranaguá no ano de 2019 até o final de abril de 2019, os conselheiros que concordam permaneçam como estão, quem quiser se abster ou for contrário que se manifeste. Aprovado. E a partir dessa convocação mesmo a gente não ter a comissão organizadora já começamos a discutir inclusive dentro do Conselho para nos organizarmos. **Dougiva**: - Assuntos Gerais. **Nilson**: - Na reunião passada ficou uma dúvida ao processo nº 26291/2016 referente a aquisição de material, discutimos isso, mas não ficou bem claro e fizemos por escrito que é o recurso do Conselho Estadual de Saúde ao Conselho Municipal de Saúde, então eu vou ler e caso algum conselheiro discorde se manifeste. Na sequencia 19 foi colocado assim: "Os conselheiros estão de acordo que seja utilizado com coletes o recurso de custeio e aquisição de um computador com recurso de capital", pedimos para a secretaria de saúde utilizar os nossos próprios recursos, ok? Vou colocar em aprovação essa frase, algum conselheiro tem algum questionamento sobre isso? **Melissa**: - Isso é com o dinheiro do Conselho Estadual? **Nilson**: - Sim, é um computador porque o nosso queimou e comprar os coletes e temos mais recursos com relação ao Municipal, temos que gastar esse dinheiro porque senão vai ser devolvido. Conselheiros tem algum questionamento? Vou colocar em aprovação a seguinte frase: "Os Conselheiros estão de acordo que seja utilizado na aquisição de coletes recurso de custeio e aquisição de um computador com recurso de capital". Os conselheiros que concordam permaneçam como estão quem quiser se abster ou for contrário que se manifeste. Aprovado. Dougiva: - Agradeço a presença de todos e já faço o convite para que participem da próxima reunião que é sempre a última terça feira do mês. Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a reunião e eu Valeska Nascimento Ragazzom Tizzoni, secretariei, redigi e digitei a ata que vai por mim assinada, e pelos presentes na aprovação da mesma.

Publicado por:
Lígia Regina de Campos Cordeiro
Código Identificador:BB05F513

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 533/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 20/12/2024.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACS6A23	277450NIC0042709	12/10/2024	50020
ATZ0180	277450NIC0042706	12/10/2024	50020
AYG8436	277450NIC0042704	12/10/2024	50020
AYY5495	277450NIC0042707	12/10/2024	50020
BBM2I75	277450NIC0042714	12/10/2024	50020
BED9D32	277450NIC0042702	12/10/2024	50020
ECT1B43	277450NIC0042705	12/10/2024	50020
MLZ8J89	277450NIC0042703	12/10/2024	50020
RHG3E36	277450NIC0042710	12/10/2024	50020
RHV6D47	277450NIC0042701	12/10/2024	50020
SEC7I34	277450NIC0042713	12/10/2024	50020
SEU1F91	277450NIC0042708	12/10/2024	50020
SEU8I62	277450NIC0042711	12/10/2024	50020
SFG2F99	277450NIC0042715	12/10/2024	50020
SFH3J28	277450NIC0042712	12/10/2024	50020

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:857A3B52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 146/2024

PORTARIA Nº 146/2024

A Diretora Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, Nair Maria Vichietti Dinis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais dos Contratos referente ao Processo Licitatório para **AQUISIÇÃO DE ÓRTESES E MATERIAIS ACESSÓRIOS PARA PACIENTES OSTOMIZADOS**, nos termos da Resolução nº25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº358-1
TATIANA RODRIGUES GUIDINI ROSLER	FISCAL	Nº 307
BRUNA DOS SANTOS BISERRA	SUPLENTE	Nº 468-1

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 07de Novembrode 2024.

NAIR MARIA VICHIETTI DINIS
Diretora Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:6C3EFF54

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 149 2024

PORTARIA Nº 149/2024

A Diretora Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Nair Maria Vichietti Dinis, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais da **CHAMADA PÚBLICA 06/2024 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS EM SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS EM ESPECIALIDADES E/OU EXAMES DIAGNÓSTICOS DE FORMA COMPLEMENTAR**, visando
atender a demanda do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços, nos termos da Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
ALESSANDRA KÁTIA SCOPARINI BARONI	FISCAL	Nº 177-1
RENATO SOARES TEIXEIRA	FISCAL	Nº 423-3
LUIZ FERNANDO DA SILVA	SUPLENTE	Nº 474-1

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 07 de novembro de 2024.

NAIR MARIA VICHIETTI DINIS DIRETORA GERAL
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:9A06A278

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA Nº 150/2024

PORTARIA Nº 150/2024

Esta Portaria substitui a numeração da Portaria 145/2024 para 150/2024, publicada no dia 07/11/24 – Liquidadores de Empenho.

A Diretora Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR Nair Maria Vichietti Dinis no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar as pessoas abaixo relacionadas para assinarem como liquidadores de empenho:

Nome	CPF
Ana Carolina Silva de Oliveira	108.749.089-81
Alessandra Kátia Scomparini Baroni	020.798.239-22
Vanessa de Souza Lima	038.445.619-78
Kátia Simone Soares	980.485.039-72
Milena Aparecida Vieira Silva	038.784.709-08
Sidinéia Travain	634.370.669-00
Leila Moreira Ferraz Zioli	236.485.469-53
Lidiane de Castro Amorim de Oliveira	026.734.939-48
Tatiana Rodrigues Guidini	048.112.869-79
Renan Silva Souza	075.544.589-90
Henrique Silva Bonetti	067.898.279-19
Letícia Bride Monteiro	057.772.819-90
Renato Soares Teixeira	086.228.129-60
Isabel Cristina Alixandre Vasconcelos	633.331.479-04
Carlos Roberto Bataglia	187.267.049-00
Angélica Torres Mandelli	006.456.799-09
Nilsa Maria Vicentim de Oliveira	024.156.629-09
Vanessa Jorge da Silva	006.931.489-69
Luiz Fernando da Silva	060.814.049-00
Bruna dos Santos Biserra	108.536.319-80
Fábio Torrezan de Souza	006.375.689-74
Juliana Guinami da Silva Costa	063.253.729-99

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Paranavaí, 07 novembro de 2.024.

NAIR MARIA VICHIETTI DINIS
Diretora Geral
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:E9C05DC4

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
AVISO DE RETIFICAÇÃO - DISP 32 2024

AVISO DE RETIFICAÇÃO- DISPENSA ELETRÔNICA32/2024

A ***Diretora Geral***do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDEE SERVIÇOS/AMUNPAR***Sra. Nair Maria Vichietti Dinis***,no uso de suas atribuições, decide alterar as informaçõeselencadas abaixo:

Alterar os itens 3. Especificações Técnicas, 5. Modelo De Execução e 7. Obrigações Da Contratada do Termo de Referência, leia como se segue e não como constou:

Termo de Referência Retificado

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISES CLÍNICAS

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
3.1. Trata-se de demanda configurável com processamento, análise dos resultados e**fornecimento de amostras e relatórios mensais e trimestrais, a depender de cada especialidade** acompanhadas dos demais requisitos contidos neste TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos.

3.2. Especialmente em relação a periodicidade do fornecimento de amostras e relatórios, necessitam estes serem **mensais ou trimestrais**de acordo com a para um programa de avaliação periódica mínimaconsiderando a responsabilidade social vinculada aos laboratórios pertencentes ao primeiro setor e o impacto que os exames executados exercem sobre a saúde pública.

3.3. Deste modo, os serviços deverão ser executados de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 302/2005 e respectivas atualizações expedidas pela ANVISA compreendendo, no mínimo, as especialidades e analitos elencados abaixo:

3.3.1. Hematologia
Contagem de células, abrangendo as hemácias, leucócitos, plaquetas e reticulócitos, bem como a determinação de hematócrito e hemoglobina presentes nas amostras.**Poderá ser avaliada mensalou trimensalmente.**

3.3.2. Imunologia
Avaliação dos seguintes exames realizados na estrutura laboratorial:

Periodicidade mensal:
Doenças Transmissíveis: Sífilis ,Hepatite B (HBsAg) e HIV

Periodicidade trimestral:
Doenças Infecciosas:Toxoplasmose IGG e Toxoplasmose IGM.
Hormônios: Ferritina, T4 Livre, T4 Total, T3 Total e TSH.
Vitaminas: Vitamina B12 e Vitamina D.
Marcadores Tumorais: PSA e PSA Livre.

3.3.3. Microbiologia Básica com **periodicidade mensal:**

Realização de bacterioscopia a fim de identificar bactérias por meio das técnicas de coloração BAAR e GRAM. Avaliação da presença de micro-organismos através dos processos de crescimento de bactérias em meio de cultura e avaliação da resistência das bactérias identificadas com base na realização de antibiograma(TSA).

3.3.4. Parasitologia com **periodicidade de envio mensalou trimestral:**

Identificação de protozoários e helmintos intestinais presentes nas amostras.

3.3.5. Urinálise com**periodicidade de envio mensal:**

Avaliação com base em no mínimo, duas premissas:

- Identificação de elementos anormais que podem indicar problemas de saúde.
- Análise do sedimento urinário.

3.3.7. Pesquisa de Dengue com **periodicidade de envio trimestral:**

Realização de Pesquisa de Dengue IGM

3.4. Visando garantir a execução do objeto em sua totalidade, caberá à empresacontratada disponibilizar sistema online para envio dos resultados acompanhados das imagens de distensãoe células sanguíneas para identificação e contagem, bem como outras imagens relacionadas aos exames realizados no laboratório.

3.5. Caberá também a disponibilização das instruções necessárias para participação em ensaios de proficiência e questionário acerca das especialidades abrangidas no item 3.3. voltados à qualificação contínua dos colaboradores que atuam no setor operacional do laboratório deste CIS/Amunpar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.5. **Fornecimento mensal e trimestral,** de acordo com o elencado na descrição supracitada,de amostras para Controle da Qualidade com

as respectivas instruções em português, para a execução dos ensaios, cabendo disponibilização de sistema para envio dos resultados encontrados nos ensaios realizados com as amostras fornecidas;

5.1.6. Execução, **processamento e análise mensal e trimestral dos resultados enviados pelo CIS/AMUNPAR,** cabendo envio de relatórios contendo a avaliação dos resultados obtidos;

5.1.9. **Fornecimento mensal e trimestral de amostras-controle para o Controle Externo da Qualidade–PRO-EX,** de acordo com a opção do Laboratório Participante.

~~**ITEM ANULADO**~~
~~**"5.1.10. Fornecimento mensal de amostras-controle para a realização do Controle Interno da Qualidade –Pro IN.Não será obrigatório o fornecimento do PRO IN pois o mesmo será realizado internamente pelo laboratório do AME em conjunto com o LACEN (Laboratório Central do Paraná)."**~~

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA se obriga a:

h) Fornecer as instruções pertinentes ao Controle da Qualidade, editadas em Português (Brasil), com informações detalhadas e atualizadas sobre: conservação e processamento das amostras para Documento do Controle Externo e envio dos resultados obtidos nos ensaios;

2. Altera-se a data do procedimento,constante no Aviso de Contratação Diretacomo segue:

2.1.2.ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:08de novembrode 2024às 08:00 horas.
2.1.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:01horas do dia 19de novembro de 2.024.
2.1.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
2.1.5.LOCAL: www.bll.org.br"Acesso Identificado"
2.1.6. FORMA DE JULGAMENTO:MENOR PREÇO, Lote Único.

As demais informações do aviso e seus anexospermanecem inalteradas, **exceto aquelas alteradas na retificação do Termo de Referência que são replicadas na Minuta de Contrato.**

Assim sendo, a Minuta de Contrato obedecerá os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência Retificado.

Paranavaí, 07denovembrode 2024.

NAIR MARIA VICHIETTI DINIS
Direção Geral do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:E27B2673

PARANAVAÍ PREVIDÊNCIA
DECRETO Nº 26.796/2024

DECRETO Nº 26796, de2024
Decreto Suplementar

Pedro Baraldi , Prefeito em Exercício do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com a Lei Federal nº 4320/64 e Lei Municipal nº 5214/2022,

DECRETA:
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R$ 62.000,00(sessenta e dois mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	PREVIDÊNCIA	22.001.0009.0272.0003.2002.33390390000000000000.00100	32.000,00
	DO REGIME ESTATUTÁRIO		
Suplementar	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	22.001.0009.0272.0003.2002.33290220000000000000.00100	30.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	22.001.0009.0272.0003.2002.33390910000000000000.00100	17.000,00
Anulação Dotação	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	22.001.0009.0272.0003.2002.33390300000000000000.00100	15.000,00
Anulação Dotação	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	22.001.0009.0272.0003.2002.33390350000000000000.00100	20.000,00
Anulação Dotação	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	22.001.0009.0272.0003.2002.34490520000000000000.00100	10.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí - Paraná, 6 de novembro de 2024

PEDRO BARALDI
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Luiz Gustavo Ricardo Cacelli
Código Identificador:11E26C2A

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A VIDA, PATRIMÔNIO PÚBLICO E TRÂNSITO. DIRETORIA DE TRÂNSITO – DITRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/12/2024.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
EXS3D25	116100T001385845	13/10/2024	54521
SEW4H73	116100T001187788	12/10/2024	54521

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:6FF2C6F1

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ETAPA COMPETITVA – ENVELOPE Nº 01 EDITAL Nº. 01/2024

A Comissão de Seleção de Credenciamento e de Chamamentos Públicos, instituída pela Portaria nº. 797/2018, vem a público divulgar o resultado da etapa competitiva do respectivo edital:

Edital nº. 01/2024 – Programa de Aprendizagem para Adolescentes de quatorze a dezoito anos incompletos.

Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí "Frei Rafael Mainka" – 95 pontos.

A Comissão de Seleção de Credenciamento e de Chamamentos Públicos, desse modo abre o prazo para a interposição de recurso de que trata o item 9.8 do edital. Caso as OSC´s apresentem o interesse pela renúncia do prazo recursal em relação a esta etapa, apresentar a declaração assinada pelo presidente da Organização em 05 dias úteis.

Paranavaí, 07 de novembro de 2024

DANIELE DOS SANTOS ALENCAR
Presidente

ALINE CAMARGO SOARES
1º Secretária

ROSANA MARIA MARQUES DE FREITAS
2º Secretária

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:DF1541A1

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ETAPA COMPETITVA – ENVELOPE Nº 01 EDITAL Nº. 02/2024

A Comissão de Seleção de Credenciamento e de Chamamentos Públicos, instituída pela Portaria nº. 797/2018, vem a público divulgar o resultado da etapa competitiva do respectivo edital:

Edital nº. 02/2024 – Programa de Aprendizagem para Adolescentes de quinze a dezessete anos.

Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí "Frei Rafael Mainka" – 95 pontos.

A Comissão de Seleção de Credenciamento e de Chamamentos Públicos, desse modo abre o prazo para a interposição de recurso de que trata o item 9.8 do edital. Caso as OSC´s apresentem o interesse pela renúncia do prazo recursal em relação a esta etapa, apresentar a declaração assinada pelo presidente da Organização em 05 dias úteis.

Paranavaí, 07 de novembro de 2024

DANIELE DOS SANTOS ALENCAR
Presidente

ALINE CAMARGO SOARES
1º Secretária

ROSANA MARIA MARQUES DE FREITAS
2º Secretária

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:1B20AA86

PROCURADORIA
DECRETO MUNICIPAL Nº 26.797/2024

Altera o Decreto Municipal nº 16.429/2015, que Regulamenta a Lei Municipal nº 4.434/2015.

O Prefeito do Município de Paranavaí/Pr, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Memorando nº 159/2024 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Processo IPM nº 59407/2024),

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 16.429/2015 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º As empresas interessadas em participar do concurso de vitrines deverão realizar sua inscrição no período de 18 de novembro a 06 de dezembro de 2024, através do site: www.aciapparanavai.com.br." (NR)
"Art. 4º .....
I - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Turismo: Renata C. Grade;
II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo: Daniella Meneghetti Pontes;
III - 01 (um) representante do Conselho da Mulher Empresária: Daiane Lahis Rodrigues de Andrade.
.....
§ 2º O período de julgamento do concurso ocorrerá entre os dias 09 a 23 de dezembro de 2024, com a divulgação das empresas vencedoras até o dia 10 de janeiro de 2025, sendo avaliados os seguintes critérios:
....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 25.531/2023.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 07 de novembro de 2024.

PEDRO BARALDI
Prefeito de Paranavaí em Exercício

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:F655D76A

PROCURADORIA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANAVAÍ - RESOLUÇÃO Nº 023/2024

SÚMULA: Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação - Piso Único de Assistência Social - PAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Paranavaí - CMAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.784/2011;

Considerando a Deliberação da Plenária em reunião ordinária realizada em 06/11/2024:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovaro Termo de Adesão e Plano de Ação - **Piso Único de Assistência Social - PAS,** referência 2025 FEAS/PR no valor de R$160.000,00.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 07 de novembro de 2024.

RENATA DE SOUSA DOS SANTOS SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:71482ACA

PROCURADORIA
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANAVAÍ - PORTARIA Nº 02/2024

O Conselho Municipal de Assistência Social de Paranavaí - CMAS, estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.784/2011, Considerando a deliberação da Plenária em reunião ordinária realizada em 06/11/2024.

RESOLVE:

Art. 1º Informar sobre os membros da Comissão de Análise do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Paranavaí gestão 2023-2025, constituída em reunião ordinária do dia 06 de novembro de 2024.

Aryane Madeiras Gasperin Alves

Rosana Maria Marques de Freitas

Rodrigo Taddeu da Silva

Daiana Aparecida Coreia

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Paranavaí, 07 de novembro de 2024.

RENATA DE SOUSA DOS SANTOS SILVA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:498F9F8B

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E POSTURA

Assim sendo, infringiu o disposto no ***Art. 12. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou obstruindo tais servidões.*** **- conforme Código de Posturas do Município de Paranavaí (Lei Complementar n° 048/2018)**

Razão porque, na forma da Lei, lavrei o presente Auto de Infração e Notificação, intimando-o a corrigir a falta que originou a presente, no prazo de **90 (NOVENTA) DIAS** à partir da publicação desta. O proprietário não providenciando a execução das obras e consertos de muros, calçadas e sarjetas nos prazos referidos, será aplicada multa no valor de **R$ 307,92 (Trezentos e Sete Reais e Noventa e Dois Centavos)** conforme Lei Complementar nº 048/2018, poderá o município após o decurso de prazo da notificação, promover a sua execução, cobrando do proprietário, em um só pagamento, o valor das despesas e da mão de obra, acrescidos de 100% (cem por cento) à título de administração.

A execução do solicitado por parte do autuado, dentro do prazo estabelecido acarretará, após vistoria, no cancelamento deste Auto de Infração e Notificação.

Observação: Caso o serviço já tenha sido executado, favor desconsiderar o presente feito;

Auto n°	Proprietário	Quadra	Lote	Bairro
002/2.024	DURVAIL MAGEIRO PARIZOTO	11	02-B	JARDIM IPÊ

Paranavaí, 07 de Novembro de 2.024.

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE
Fiscal de Obras

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:79EF1751

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 137/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O SR. LUCAS MATIAS DOS SANTOS – AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 25.437/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADO: LUCAS MATIAS DOS SANTOS
CPF/MF: 110.XXX.XXX-74
SALÁRIO BASE: R$ 2.048,12 (DOIS MIL, QUARENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 06 (SEIS) MESES A PARTIR DE 16 DE NOVEMBRO DE 2024.

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:DD2D08CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1222/2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder à servidora **DANIELA NOGUEIRA MACHADO,** Matrículas n° 9535-02 e nº 9535-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR** junto a Secretaria Municipal de Educação, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 01 de novembro de 2024, conforme perícia médica.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 07 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024.

MARCIO ASSAKAWA
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:B43011C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1223/2024

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder ao servidor **TOMAS VINICIUS DOS SANTOS CABRAL,** Matrícula n° 8101-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 04 de novembro de 2024, conforme perícia médica.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 07 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024.

MARCIO ASSAKAWA
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:52658D97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1224/2024

Concede Licença Maternidade à servidora pública municipal, DAYANE ELISA DE SOUSA.

Considerando *o protocolo nº 770125290/2024, solicitando Licença Maternidade, o Atestado Médico e a Certidão de Nascimento anexado ao referido Processo*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº. 3.891/2012, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade**,** à servidora **DAYANE ELISA DE SOUSA**, Matrícula nº 9942-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR**, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Municipal nº 3.891, de 12 de janeiro de 2012, com início em 28/10/2024 e término em 25/04/2025.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 28 de outubro de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 07 DIAS DE NOVEMBRO DE 2024

MARCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:D983D3FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
TERMO DE CONVÊNIO N° 006/2024

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM A UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR INGÁ – UNINGÁ, COM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, COM VISTAS A PROPORCIONAR ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E SEM REMUNERAÇÃO AOS CURSOS DE PEDAGOGIA E FONOAUDIOLOGIA.

A UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR INGÁ - UNINGÁ, com sede na Rodovia PR 317, nº 6114, Parque Industrial 200, CEP: 87.035-510, Maringá-PR inscrita no CNPJ n° 01.207056/0001-84, neste ato representado por seu representante legal, Daniele de Oliveira Aguiar, brasileira, portadora do RG sob o nº 3.XXX.XXX-0 SSP/SP e do CPF sob o nº 307.XXX.XXX-60, residente e domiciliado na cidade de Maringá-Pr, doravante denominado **CONVENENTE** e o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, representado por seu Chefe do Poder Executivo em Exercício, Pedro Baraldi, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.XXX.XXX-2 SSP/PR e CPF sob o nº 443.XXX.XXX-44, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-Pr, denominado **CONVENIADO**, resolvem firmar o presente convênio de estágio acadêmico abrangendo os cursos de licenciatura, cujas grades curriculares impõe a realização do estágio obrigatório (não remunerado), a ocorrerem nos próprios públicos, que será regido pela legislação aplicada à matéria, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONVENIADO oportunizará estágio acadêmico aos cursos de pedagogia e fonoaudiologia da CONVENENTE, de acordo com a disponibilidade dos servidores públicos que serão designados como supervisores dos estagiários pelas Secretarias Municipais, de acordo com a conveniência e interesse público, visando proporcionar experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional, bem como a conclusão de horas curriculares obrigatórias.

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONVENIADO por meio das Secretarias Municipais, e o CONVENENTE, pelas Coordenações dos Cursos definirão previamente o cronograma das aulas práticas, conforme o ano letivo, compreendendo: local, carga horária, datas e horários em que ocorrerão o estágio obrigatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: O estágio obrigatório será supervisionado por docentes do CONVENENTE e por servidores públicos municipais do CONVENIADO, lotados nas Secretarias Municipais, que serão designados de acordo com o cargo ocupado e formação igual ou superior ao do estagiário.

CLÁUSULA TERCEIRA: O estágio será realizado mediante celebração de Termo do Compromisso de Estágio Obrigatório, emitido pela CONVENENTE, respeitando às legislações pertinentes, e submetido à Secretaria Municipal competente do CONVENIADO.

PARÁGRAFO ÚNICO: O CONVENIADO fica desobrigado do pagamento de qualquer importância financeira aos alunos dos Cursos, ou mesmo da parte da CONVENENTE, tais que desenvolverem suas atividades de estágio/aula prática supervisionada nas referidas instituições.

CLÁUSULA QUARTA: O CONVENIADO fica desobrigado do pagamento de qualquer importância financeira, incluindo seguro de vida e o auxílio-transporte aos alunos/estagiários da CONVENENTE, que desenvolverem suas atividades de estágio e/ou aula prática supervisionado nos próprios municipais.

CLÁUSULA QUINTA: Sempre que necessário, as coordenações dos Cursos da CONVENENTE, promoverá reuniões com os responsáveis designados pelas Secretarias competentes do CONVENIADO para:
I – Definição e manutenção do sistema de integração da Instituição de ensino;
II – Avaliação Geral do campo de Estágio;
III – Dirimir dúvidas ou dificuldades quanto ao bom andamento do Estágio, em especial que dizem respeito à ética profissional;
IV – Tratar de outra matéria não especifica nos incisos anteriores, mas que estejam intimamente relacionadas com o objetivo do presente convênio.
PARÁGRAFO ÚNICO: As reuniões a que se refere esta cláusula poderão ser convocadas por qualquer uma das partes convenentes, com designação prévia do local, data e horário.

CLÁUSULA SEXTA: Os docentes designados pela CONVENENTE e os estagiários ficarão sujeitos às normas internas do CONVENIADO:
§ 1º Não será permitida aos docentes ou aos estagiários a interferência nos assuntos administrativos ou procedimentos técnicos do CONVENIADO.
§ 2º A ocorrência prevista no parágrafo anterior permitirá ao CONVENIADO o desligamento imediato do estudante do programa de estágio, a qualquer tempo, mediante justificativa expressa do CONVENIADO.
§ 3º Ao estagiário que desobedecer ao previsto no parágrafo primeiro estará sujeito as penalidades contidas no regimento interno da CONVENENTE, sem prejuízo as medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA: Compete a CONVENENTE as seguintes obrigações:
I – Realizar o Termo de Compromisso, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788/2008, após encaminhar à Secretaria Municipal competente para assinatura do representante legal e o seu respectivo arquivamento;
II – Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do aluno, conforme proposta pedagógica do curso;
III – Proceder à supervisão dos alunos, com Professor indicado no Termo de Compromisso, acompanhando as atividades do estagiário;
IV – Elaborar normas complementares e exigir do educando, em periodicidade não superior a 06 (seis) meses, relatório de atividades desenvolvidas comprovado por vistos;
V – Zelar pelo cumprimento do compromisso;
VI – Apresentar plano de atividades de estágio, que serão incorporados ao termo de compromisso;
VII – Encaminhar a Secretaria Municipal de competência do CONVENIADO, através das Secretarias Municipais, documento constando as matrículas, bem como o controle de frequência regular dos estudantes;
VIII – Organizar grupos de estagiários;
IX – Apresentar anualmente cópia da apólice de seguro em favor dos estagiários dos cursos de graduação, presente neste convênio.

X – Disponibilizar docente/tutor para supervisionar seus estudantes durante a realização do estágio obrigatório, obrigatoriamente devendo ser previamente autorizada pelo CONVENIADO. Não havendo supervisão presencial, será obrigatório o contato frequente com os estudantes, de forma que, havendo necessidade, seja comprovado o acompanhamento efetivo.
XI – Fornecer ou orientar os estudantes quanto a compra e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em quantidade suficiente para cada um, de acordo com o local em que ocorrerá o estágio, bem como disponibilizar os treinamentos e orientações quanto ao uso adequado, exigindo inclusive a sua utilização durante todo o período em que o estudante/estagiário estiver atuando nos próprios municipais.
XII – Conceder ao final do estágio, termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

CLÁUSULA OITAVA: Compete ao CONVENIADO as seguintes obrigações:
I – Oferta de instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
II – Indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
III – As Secretarias de competência: manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
IV – Aceitar em suas dependências o professor supervisor e/ou tutor da CONVENENTE, para os trabalhos de supervisão, avaliação do estágio e dos projetos;
V – Comunicar a CONVENENTE, através do professor supervisor e/ou tutor presencial, qualquer irregularidade na realização do estágio e dos projetos.

CLÁUSULA NONA: A CONVENENTE providenciará e assegurará seguro de vida, em favor do estudante, com cobertura de acidentes pessoais que tenham como causa direta e/ou indireta o desempenho das atividades de estágio. A apólice deve ser compatível com os valores de mercado, ficando assim, o CONVENIADO isento de responsabilidade desta natureza.
PARÁGRAFO ÚNICO: A CONVENENTE disponibilizará, anualmente à parte CONCEDENTE, cópia autenticada da apólice de seguro contratado em favor dos estagiários.

CLÁUSULA DÉCIMA: A aceitação de estagiários pelo CONVENIADO no recinto de suas instalações ou locais de atuação não configurará vínculo empregatício, pelo que fica o mesmo desobrigado de encargos sociais e trabalhistas, já que o presente estágio é parte integrante da carga horária curricular obrigatória dos acadêmicos e dar-se-a mediante Termo de Compromisso de Estágio celebrado entre o estudante ou com seu representante ou assistente legal, quando for o caso, e o órgão ou entidade, com a interveniência obrigatória da instituição, no qual deverá constar:

I – Identificação do estagiário, do curso e seu nível acadêmico;
II – Qualificação e assinatura dos contratantes ou convenentes;
III – Indicação expressa de que o Termo de Compromisso de Estágio decorre de contrato ou convênio;
IV – Menção de que o estágio não acarretará qualquer vínculo empregatício;
V – A carga horária semanal compatível com o horário escolar;
VI – Obrigação de apresentar relatórios semestrais e finais ao dirigente da unidade onde se realiza o estágio, sobre o desenvolvimento das tarefas que lhes foram cometidas;
VII – Assinatura do estagiário, do responsável pelo órgão ou entidade e da instituição de ensino;
VIII – Assinatura do representante ou assinante legal, quando houver;
IX – Condições de desligamento de estágio;
X – Menção do contrato a que se vincula o estudante, e do convênio ao qual se vincula a parte concedente e a instituição de ensino;
XI – Indicação nominal do professor-orientador da área objeto de desenvolvimento, a quem caberá avaliar o desempenho do estudante no estágio; e
XII – Indicação de que o estudante somente terá a carga horária do estágio reduzida pela metade nos dias de verificações periódicas ou finais, condicionada à apresentação de declaração emitida pela instituição de ensino.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O estudante será desligado do estágio nas seguintes hipóteses:

I – Automaticamente, ao término do estágio;
II – A pedido;
III – A qualquer tempo, no interesse da Administração;
IV – Em decorrência do descumprimento de qualquer obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio - TCE;
V – Pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 05 (cinco) dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou 30 (trinta) dias durante todo o período de estágio;
VI – pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário;
VII – por conduta incompatível com a exigida pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: de responsabilidade das Secretarias Municipais competentes do CONVENIADO, o controle de frequência dos estudantes, junto a CONVENENTE, bem como o controle da quantidade de estudantes que receberão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este convênio terá vigência de 05 (cinco) anos, podendo ser alterado por Termo Aditivo ou rescindido, sem ônus, por qualquer das partes, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A CONVENENTE se responsabilizará por qualquer dano ou lesão causada a terceiros, bens ou instrumentos públicos, em caso de dolo ou culpa da atuação de estagiários e/ou professores/tutores/supervisores do estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A denúncia poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que procedida de comunicação formal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Com o propósito de preservar a qualidade na prestação do serviço público o CONVENIADO poderá recursar-se recepcionar os estagiários ou até mesmo interromper a realização do estágio obrigatório, inclusive podendo reduzir a quantidade de estagiários atendidos simultaneamente, devendo ser devidamente justificada a necessidade à CONVENENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: As questões oriundas deste instrumento serão resolvidas em comum acordo entre os representantes legais da CONVENENTE e do CONVENIADO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica expressamente VEDADA, qualquer promoção ou publicidade em face da CONVENENTE, vinculado ao estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Fica eleito o foro da Comarca de Paranavaí, para dirimir litígio decorrente deste Convênio.

E, por assim estarem plenamente de acordo, as partes obrigam-se ao total cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, devidamente assinadas pelas partes convenientes e duas testemunhas abaixo qualificadas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Paranavaí ___ de novembro de 2024.

PEDRO BARALDI
Chefe do Poder Executivo em Exercício do Município de Paranavaí – Conveniado

DANIELE DE OLIVEIRA AGUIAR
Unidade de Ensino Superior Ingá - Uningá
Convenente

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:3CFF8713

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1225/2024

Dispõe sobre readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,
RESOLVE:
Art.1º Conceder readaptação à servidora **MARIA APARECIDA AMORIM VIDAL**, Matrícula nº 7305-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de **COZINHEIRA,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **01 de novembro de 2024** pelo período de **60 (sessenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 07 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024.

MARCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:711AD72E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 138/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. NATHALIA GABRIELA DA SILVA FROIS – AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 25.437/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: NATHALIA GABRIELA DA SILVA FROIS
CPF/MF: 099.XXX.XXX-00
SALÁRIO BASE: R$ 2.048,12 (DOIS MIL, QUARENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 06 (SEIS) MESES A PARTIR DE 16 DE NOVEMBRO DE 2024.

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:1C0DDD52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 141/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. KAUANE RAFAELA SILVA DE PAULA – AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 25.437/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: KAUANE RAFAELA SILVA DE PAULA
CPF/MF: 112.XXX.XXX-10
SALÁRIO BASE: R$ 2.048,12 (DOIS MIL, QUARENTA E OITO REAIS E DOZE CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 06 (SEIS) MESES A PARTIR DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024.

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:99AB3D17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 127/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. ELIDIA CARLA PEREIRA – CUIDADOR

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 25.437/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADA: ELIDIA CARLA PEREIRA
CPF/MF: 065.XXX.XXX-27
SALÁRIO BASE: R$ 1.652,84 (MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 12 HORAS DE TRABALHO POR 36 HORAS DE DESCANSO
PERÍODO DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 06 (SEIS) MESES A PARTIR DE 13 DE NOVEMBRO DE 2024.

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:6EB6602D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 26.798/2024

Dispõe sobre a designação de servidora efetiva na Função Gratificada de Direção de Unidade Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ E A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º A designação de servidora, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na **FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIREÇÃO ESCOLAR**, junto ao Centro Municipal de Educação Infantil Professora Lucilene dos Santos Rodrigues no período de 07 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, nos termos do art. 20 da Lei nº 2.796/2006.

MARINA LUIZ BRAGA RIBEIRO, 40 horas, matrículas nº 4869-2 e 4869-3, Centro Municipal de Educação Infantil Professora Lucilene dos Santos Rodrigues;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 07 DE NOVEMBRO DE 2024

PEDRO BARALDI
Chefe do Poder Executivo em Exercício

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:E2B9985B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DESPACHO

PAD nº 03/2024

Considerando o Memorando nº 12/CPAD/2024, da Comissão Permanente de Disciplina;

Considerando que o acusado foi devidamente citado, não constituiu procurador nos autos e não apresentou defesa, declaro sua revelia, nos termos do art. 154, *caput* § 1º da Lei Municipal nº 3.891/2012.

Dessa forma, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 154 da Lei Municipal nº 3.891/2012, nomeio como **defensor dativo** o servidor Gilson José dos Santos (Matrícula 3968-2), considerando que preenche os requisitos exigidos pelo supracitado dispositivo legal, a partir de 11 de novembro de 2024.

Paranavaí, 07 de novembro de 2024.

MARCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:0606058E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - DECRETO Nº 26.776/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024

DECRETO Nº 26.776/2024

PEDRO BARALDI, Prefeito em Exercício de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º. - Nomear, nos termos do artigo 8°, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 70, inciso III, §1º da Lei Municipal nº 3.891/2012, alterado pela Lei Municipal nº 5.248/2023, os servidores municipais abaixo relacionados, para comporem Equipe de Apoio Especial com função de realizar a análise dos documentos de qualificação técnica das proponentes, nas fases de habilitação e assinatura de contrato, assim como realizar a Avaliação do Software (Prova de Conceito), nos termos do item 5.3.6 do edital, bem como dos itens 3 e 5 do Anexo I do edital, do Pregão Eletrônico nº 057/2024, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de locação de Software – SaaS, de Sistema de Informação Geográfica em plataforma web (SIGWEB) com módulos de gestão cadastral e Sistema de Observatório do Mercado Imobiliário (OMI), ambos com manutenção corretiva e adaptativa dos sistemas e treinamento para utilização; serviço de migração, modelagem e implantação de Sistema de Informação Geográfica com Integração ao Cadastro Imobiliário Municipal; fornecimento de imagem aérea, corrigida e ortorretificada da área urbana; fornecimento de imagens 360 graus dos logradouros e 360 graus aéreas, ambas do perímetro urbano; serviços especializados de vetorização, cálculo e comparação de área construída e serviço de revisão e atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), por meio da Secretaria Municipal de Fazenda:
- Débora Amaral Duarte Rolanski;
- Everton Ferreira Leite;
- Júlio César Pereira;
- Roger José Amancio Fratucci e
- Rosimeire Vieira.

Art.2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

PEDRO BARALDI
Prefeito em Exercício de Paranavaí/PR
Decreto nº. 26.776/2024

Publicado por:
Karla Nogueira Zanna
Código Identificador:21C1EFCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
PORTARIA Nº1.228/2024

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.228, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

A Controladoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Fazenda, no uso das atribuições que lhes foram conferidas, Estabelecem normas e fixam prazos relativos ao encerramento de Mandato e da Execução Orçamentária e Financeira para o exercício de 2024.

Considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos relativos ao encerramento de mandato e da execução orçamentária e financeira para o exercício de 2024;
Considerando as recomendações da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e notadamente no que concerne ao artigo 42 da citada lei;
Considerando a necessidade de manter o equilíbrio fiscal das contas do Município e de adotar providências que garantam o encerramento do exercício de 2024 dentro das normas e limites legais;

Considerando que o encerramento de mandato e do exercício financeiro necessitam de medidas previamente determinadas e que sejam cumpridas rigorosamente dentro dos prazos estabelecidos,

RESOLVE:

Art. 1º O encerramento da execução orçamentária e financeira do exercício de 2024 deverá observar os preceitos constantes nesta portaria conjunta, sem prejuízo do princípio da anualidade do orçamento, previsto no art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64, e do regime de competência determinado pelo art. 50, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 2º Para a observância do regime de competência da despesa, somente deverão ser empenhadas e contabilizadas no exercício financeiro as parcelas de contratos e demais obrigações cujo fato gerador ocorra até 31 de dezembro do respectivo exercício financeiro.

Art. 3º A execução orçamentária do Município de Paranavaí se encerra, impreterivelmente, dentro do seguinte cronograma:

I – Decretos de suplementações somente serão emitidos pela Secretaria Municipal de Fazenda até dia 05 de dezembro de 2024;

II – Solicitações de Compras somente serão emitidas, pelas secretarias responsáveis, até 29 de novembro de 2024;
III – As Ordens de Compras somente serão empenhadas pela contabilidade até dia 06 de dezembro de 2024;

IV – Os Termos de Recebimentos com os atestes e documentos fiscais deverão ser encaminhados a Diretoria de Finanças até dia 13 de dezembro de 2024;

V – As liquidações deverão ser emitidas pela Diretoria de Finanças até o dia 20 de dezembro de 2024.

Art. 4º Os atos após as datas constantes no art 1º não deverão mais ser efetivados, salvo em casos específicos e emergências, analisados e autorizados pela Secretaria Municipal de Fazenda e a Controladoria Geral do Município, e com a devida disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1° Serão considerados casos específicos e emergenciais as situações que impliquem comprometimento do serviço à população, demandas inadiáveis por sua natureza, que acarretem prejuízo ao Município ou que comprometam a aplicação dos limites constitucionais e execução de convênios.

§ 2º A justificativa deverá comprovar a natureza emergencial e inadiável da solicitação, esclarecendo o motivo pelo qual não foi providenciado pelo servidor responsável em tempo hábil.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de até o dia 17 de dezembro de 2024 para empenho da folha de pagamento de pessoal, 13º salário, férias e obrigações patronais de competência do exercício de 2024.

Art. 6º Fica vedada a concessão de adiantamentos, a partir da data de 29 de novembro de 2024, para pagamento neste exercício

Parágrafo único. Os adiantamentos terão seus prazos de aplicações fixados até a data de 12 de dezembro de 2024 e de prestação de contas até o dia 18 de dezembro do presente exercício financeiro.

Art. 7º A programação de pagamento no mês de dezembro obedecerá a ordem da liquidação da despesa no sistema, condicionado a disponibilidade financeira na fonte de recurso, sendo a data limite para pagamento dentro do exercício o dia 23 de dezembro de 2024.

Art. 8º A inscrição como restos a pagar das despesas do exercício financeiro de 2024, pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2024, deverá seguir as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 1 de 14 de dezembro de 2023.
§ 1°A indicação dos empenhos que serão inscritos em restos a pagar não processados deverá ser realizada até o dia 13 de dezembro de 2024.

§ 2° As despesas legalmente empenhadas e efetivamente liquidadas com a entrega do material, a prestação de serviço ou a execução da obra, pendentes de pagamento em 31 de dezembro de 2024, serão inscritos como restos a pagar processados.

§ 3º As despesas que forem empenhadas, e que estão em processo de liquidação, se encontram em fase de análise e conferência, devidamente justificada e comprovada pelo ordenador da despesa, bem como respeitando as condições da IN/SEFAZ nº 1/2023, e condicionada a disponibilidade financeira para sua cobertura, serão inscritos em restos a pagar não processados.

§ 4° Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores terão sua última análise em 19 de novembro de 2024 e serão cancelados conforme a IN 01/2023.

Art. 9º No caso da indicação para inscrição em restos a pagar não processados superar a disponibilidade financeira apurada por fonte de recurso, a relação de empenhos indicados será encaminhada às secretarias para nova análise e posterior anulação.
Art. 10 Os demais ajustes patrimoniais relativos à Dívida Ativa, aos Convênios, aos Precatórios, ao Imobilizado e outros, referentes ao exercício de 2024, deverão ser informados pelos departamentos responsáveis à Contabilidade, da Secretaria Municipal de Fazenda, até o dia 10 de janeiro de 2025.

Art. 11 Os lançamentos contábeis de encerramento do exercício de 2024 dos Órgãos da Administração Indireta e Câmara Municipal serão admitidos no SIAFIC, até o dia 15 de janeiro de 2025, após essa data serão iniciados a conferência dos saldos para o cumprimento das obrigações relativas ao envio do SIM-AM - Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal, da MSC – Matriz de Saldos Contábeis referente ao mês de dezembro e encerramento do exercício e da publicação do RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º Bimestre e do RGF – Relatório da Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre do exercício de 2024.

Art. 12 Fica delegada à Secretaria Municipal de Fazenda a competência para edição de normas complementares que julgar necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria Conjunta.

Art. 13 Os prazos e datas relativos ao cronograma dos procedimentos para o encerramento do exercício de 2024 dispostos nos artigos anteriores estão consolidados, conforme o Anexo I desta Portaria.

Art. 14 Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em sentido contrário.

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda

ANEXO I
CRONOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Data Limite	Procedimento de Encerramento
19/11/2024	Análise e cancelamento de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.
29/11/2024	Emissão de Solicitação de Compras.
29/11/2024	Concessão de adiantamento.
05/12/2024	Emissão de Decreto de Suplementação.
06/12/2024	Emissão de empenho das ordens de compras.
12/12/2024	Aplicação dos adiantamentos.
13/12/2024	Encaminhamento à tesouraria dos termos de recebimento com atestes e documentos fiscais.
13/12/2024	Indicação de empenhos que serão inscritos em restos a pagar não processados.
17/12/2024	Emissão de empenho da folha de pagamento de pessoal, 13° salário, férias e obrigações patronais.
18/12/2024	Prestação de contas dos adiantamentos.
20/12/2024	Emissão das liquidações.
23/12/2024	Execução de pagamentos.
10/01/2025	Demais ajustes patrimoniais referentes à Dívida Ativa, aos Convênios, aos Precatórios, ao Imobilizado e outros.
15/01/2025	Lançamentos contábeis de encerramento do exercício de 2024 dos Órgãos da Administração Indireta e Câmara Municipal.

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:E03FAAD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 1226/2024

PORTARIA Nº 1226/2024

Designa servidor para exercer a função de Gestor e Fiscal do Contrato nº 147/2024.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolvem**:**

Art.1º Designar os servidores **ROSANA MARIA MARQUES DE FREITAS**, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL e **GUSTAVO SANCHES MERCÚRIO**, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, para atuarem como **FISCAIS DO CONTRATO** e os servidores **GIULIANNA VIRGINIA BRAIT PEREIRA,** lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL e **REGINALDO AVELAR DA SILVA**, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS para atuarem como **GESTORES DO**

CONTRATO, ambos do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2024, celebrado no mês de outubro de 2024, tendo como objeto a Aquisição de veículos utilitários tipo Pick Up, com recurso de Transferência Especial (Plano de Ação 09032023-018159) através das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Serviços Públicos e Assistência Social, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 51/2024. Além disso, na falta dos respectivos fiscais do contrato, supracitado acima, será nomeada a servidora **DANIELE DOS SANTOS ALENCAR,** LOTADA na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e o servidor **ARILSON PIPERNO FELIZARDO,** LOTADO na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, designados como **SUPLENTES** de FISCAL DO CONTRATO Nº 147/2024.

Art. 2º A designação formal do gestor e fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante no **Documento de Formalização de Demanda** do **Pregão Eletrônico nº 51/2024**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 07 de novembro de 2024.

NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:7BE5E6EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PORTARIA Nº 1227/2024

PORTARIA Nº 1227/2024

Designa servidor para exercer a função de Gestor e Fiscal do Contrato nº 156/2024.

A Diretora Especial de Compras, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando os dispostos nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração e, caput do art. 132 do Decreto Municipal nº 24.731/2023, resolvem**:**

Art.1º Designar a servidora **ANA PAULA MAXIMO DA SILVA**, lotada na FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ, para atuar como **FISCAL DO CONTRATO** e o servidor **RAFAEL LUCAS TORRENTE,** lotado na FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ para atuar como **GESTOR DO CONTRATO**, ambos do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2024, celebrado no mês de outubro de 2024, tendo como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIABILIZAÇÃO DE EVENTOS (PRODUTORA), para atender rider técnico, palco, som, iluminação, estrutura de camarim, gerador de energia, entre outras necessidades do show da banda Capital Inicial, contratada para o Festival de Comemoração do Aniversário de 72 anos do Município de Paranavaí, previsto para o dia 14 de dezembro de 2024, através da Fundação Cultural de Paranavaí, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 53/2024. Além disso, na falta do respectivo fiscal do contrato, supracitado acima, será nomeada a servidora **DANIELA BONETTI SIMONETTI,** LOTADA na FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ, designada como **SUPLENTE** de FISCAL DO CONTRATO Nº 156/2024.

Art. 2º A designação formal do gestor e fiscal do contrato está conforme indicado pelo ordenador de despesa constante no **Documento de Formalização de Demanda** do **Pregão Eletrônico nº 53/2024**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 07 de novembro de 2024.

NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:6F30E1F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
LEI Nº 6.364, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2024.

Denomina de “Itacilio Chiochetta” a Unidade Básica de Saúde do Bairro São João.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de “Itacilio Chiochetta” a Unidade Básica de Saúde do Bairro São João, município de Pato Branco.

Art. 2º O Executivo Municipal emplacará a referida Unidade Básica de Saúde no prazo de trinta dias, após a publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria do vereador Januário Koslinski - PL.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 7 de novembro de2024.

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:93B0C820

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
LEI Nº 6.365, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2024.

Cria o Programa de Prioridade no Atendimento Psicológico para Vítimas de Abuso ou Exploração Sexual Infanto-juvenil no Município de Pato Branco.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Prioridade no Atendimento Psicológico para Vítimas de Abuso ou Exploração Sexual Infanto-juvenil no Município de Pato Branco, com o objetivo de garantir o acesso prioritário e especializado ao atendimento psicológico para crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual.

Art. 2º O Programa será implementado em todas as unidades de saúde e assistência social da rede pública, garantindo que os profissionais estejam devidamente capacitados para identificar e atender casos de abuso ou exploração sexual infanto-juvenil.

Art. 3º O atendimento psicológico oferecido pelo Programa será individualizado, respeitando a idade, o desenvolvimento emocional e as necessidades específicas de cada vítima, visando à sua recuperação psicológica e reintegração social.

Art. 4º O Programa contará com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais, pediatras, entre outros profissionais, que atuarão de forma integrada no acompanhamento das vítimas e de suas famílias.

Art. 5º Será garantido o sigilo e a privacidade das vítimas durante todo o processo de atendimento, assegurando um ambiente seguro e acolhedor para a expressão de seus sentimentos e vivências.

Art. 6º O Programa promoverá ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual infantil, por meio de campanhas educativas e de conscientização realizadas nas escolas, comunidades e meios de comunicação.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução deste Programa correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor trinta dias após asua publicação.

Esta Lei é originária do projeto de lei de autoria do vereador Eduardo Albani Dala Costa - Republicanos.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 7 de novembro de 2024.

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:87050FEC

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
LEI Nº 6.366, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2024.

Institui o Programa Municipal de Conscientização e Educação Ambiental na rede municipal de ensino.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, nos termos do § 5º do art. 36, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Pato Branco o Programa Municipal de Conscientização e Educação Ambiental, nos termos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O Programa Municipal de Conscientização e Educação Ambiental se destina aos alunos do ensino fundamental das escolas da rede municipalde ensino, com o objetivo de promover a conscientização ambiental, incentivando práticas sustentáveis e responsáveis.

§ 2º As escolas da rede estadual e privada de ensino localizadas no Município de Pato Branco poderão aderir ao Programa Municipal de Conscientização e Educação Ambiental no âmbito de seus estabelecimentos.

Art. 2º As escolas da rede municipal de ensino deverão incluir na elaboração de seus projetos político-pedagógicos a realização de atividades voltadas para a conscientização e educação ambiental, tais como seminários, palestras, debates, dinâmicas de grupo, teatros, audiovisuais, simpósios, entre outras formas de metodologia de ensino.

§ 1º As atividades e os conteúdos relativos à conscientização e educação ambiental constituirão matéria da base diversificada do currículo escolar, devendo ser contemplados na qualidade de tema transversal e desenvolvidos de forma interdisciplinar.

§ 2º O conteúdo relativo à conscientização e educação ambiental deverá ser oferecido de forma permanente nas escolas da rede municipal de ensino.

§ 3º Caberá à direção da unidade escolarmunicipala escolha das atividades e dos responsáveis pela abordagem do tema aos estudantes, podendo contar com a participação de profissionais, entidades ou associações relacionadas ao meio ambiente.

Art. 3ºAs atividades previstas nesta Lei deverão ser desenvolvidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, e pela Política Estadual de Educação Ambiental, Lei Estadual nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013, com adaptações para atender as especificidades do Município de Pato Branco.

Art. 4º O desenvolvimento do Programa poderá compreender diversas atividades, tais como:

I - elaboração de material educativo sobre questões ambientais;

II - mobilização da sociedade e disseminação do Programa por meio de atividades educativas, esportivas e culturais voltadas para o meio ambiente;

III - palestras com especialistas em meio ambiente;

IV - realização de campanhas de conscientização sobre separação correta do lixo, reciclagem, combate à poluição, entre outros temas ambientais;

V - parcerias com órgãos e instituições relacionadas ao meio ambiente;

VI - realização de concursos ou eventos educativos sobre meio ambiente;

VII - outras atividadesque contribuampara a conscientização e educação ambiental.

Art. 5º O Programa Municipal de Conscientização e Educação Ambiental deverá incluir:

I - parcerias com entidades locais para desenvolvimento de projetos de sustentabilidade específicos;

II - uso de tecnologias educacionais para promover a conscientização ambiental;

III - estabelecimento de metas claras e mensuráveis para avaliação do impacto das ações;

IV - inclusão de temas emergentes como mudanças climáticas e economia circular no currículo.

Art. 6º O Programa Municipal de Conscientização e Educação Ambiental abordará temas como a separação correta do lixo, reciclagem, redução do consumo de recursos naturais, combate à poluição e preservação de áreas verdes.

Art.7º O Programa será desenvolvido por meio de ações educativas, campanhas de conscientização, palestras, workshops, distribuição de materiais informativos e outras iniciativas que visem alcançar todos os setores da comunidade, incluindo escolas, empresas, organizações da sociedade civil e a população em geral.

Art. 8º Caberá ao órgão municipal responsável pelo meio ambiente coordenar e executar as atividades do Programa, em parceria com outras secretarias e entidades públicas e privadas.

Art. 9º O órgão municipal responsável pelo meio ambiente deverá publicar relatórios anuais detalhando as atividades, parcerias, metas atingidas e o impacto ambiental das iniciativas do Programa Municipal de Conscientização e Educação Ambiental.

Art. 10. O Poder Público Municipal poderá estabelecer parcerias com órgãos estaduais e federais, instituições de ensino e empresas e entidades prestadoras de serviço, com o intuito de ampliar e fortalecer as atividades relacionadas ao Programa Municipal instituído nesta Lei, bem como estimular a educação da população sobre questões ambientais.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre do projeto de lei de autoria do vereador Romulo Faggion - União Brasil.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, em 7 de novembro de 2024.

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:1F3ED111

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 30/2024

Com fundamento no art. 75, incisoII, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e da Resolução nº 6, de 24 de abril de 2023, bem como nas justificativas constantes do processo, HOMOLOGO o Processo de Contratação nº 61/2024, referente à DispensaEletrônica nº 30/2024, cujo objeto é a contratação de empresa para para prestação de serviços fotográficos para cobertura de evento de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-prefeito, a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal de Pato Branco,no valor total de R$ 2.165,00 (dois mil, cento e sessenta e cinco reais), em favor de T.F ASSESSORIA, COMUNICAÇÕES E EVENTOS LTDA,CNPJ 22.328.695/0001-78.

Firme-se o Contrato, ou substitua-o por outro instrumento hábil permitido por Lei.

Pato Branco, 7 de novembro de 2024.

EDUARDO ALBANI DALA COSTA
Presidente

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:7A2EE974

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO ANÁLISE DE AMOSTRAS 4 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2024 - PROCESSO Nº 71/2024

OBJETO: Implantação de Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de materiais de copa, cozinha, higiene e limpeza**, para atender às necessidades de todas as Secretarias e Departamentos da Administração Municipal.
DATA DA ANALISE: 11 de novembro de 2024, às 10h00min.
LOCAL: Sala de reuniões do Setor de Licitações, Rua Caramuru nº 271, Centro, 1º andar, Pato Branco - PR.
A sessão será realizada com ou sem a presença das empresas interessadas. Demais informações pelo e-mail: licita@patobranco.pr.gov.br.

THAIS LOVE.
Pregoeira

Publicado por:
Thais Love
Código Identificador:B2EB5D51

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DESERTO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2024 - PROCESSO Nº 91/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de Ensaios de Proficiência, Controle Interno de Qualidade e Rodada Especial de Recuperação no Laboratório Municipal, em atendimento à Secretaria de Municipal de Saúde. Não foi apresentada proposta, restando o processo DESERTO.

Pato Branco, 07 de novembro de 2024.

EDUARDO JOSÉ GREZELE
Pregoeiro.

Publicado por:
Eduardo José Grezele
Código Identificador:7DE6B239

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2024 - PROCESSO Nº 134/2024 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) -DEMAIS ÁREA

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo. A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural. É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença. As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais de Pato Branco. Deste modo, o Departamento Municipal de Cultura de Pato Branco torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto LPG) e na Lei Federal 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura). **OBJETO:**O objeto deste Edital é destinar recursos remanescentes de que trata a Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), para: seleção de projetos das DEMAIS ÁREAS CULTURAIS para recebem apoio financeiro nas categorias descritas no Módulo I, detalhadas no Item 2 e no ANEXO I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais de Pato Branco. **VALOR TOTAL DO EDITAL:**O valor remanescente, com seus respectivos rendimentos, do Edital Chamamento Público nº 002/2023, no valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), será disponibilizado para este Edital nº 005/2024 (Demais Áreas), dividido entre as categorias de apoio descritas no ANEXO I. **QUANTIDADE DE PROJETOS SELECIONADOS:A.**Seleção de 01 (um) projeto de apoio ou complemento de financiamento a agentes manifestações, iniciativas, cursos e produções culturais, exceto audiovisual, presenciais e/ou virtuais, nas mais diversas linguagens, de física e jurídica, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais). Total: R$ 7.000,00 (sete mil reais). **B.**Seleção de 02 (dois) projetos de apoio ou complemento de financiamento a agentes, manifestações, iniciativas, cursos e produções culturais, exceto audiovisual, presenciais e/ou virtuais física e jurídica, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Total: R$ 20.000,00 (vinte mil reais). **PRAZO DE INSCRIÇÃO:**Para se inscrever no Edital LPG nº 005/2024 (Demais Áreas), o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7, dia 09 de novembro de 2024 até às 23h59min do dia 18 de novembro de 2024. O proponente deve preencher o cadastro de inscrição, via formulário on-line, no link:
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfZp8suYfJTw0U7BBk4I6 vprj5HUSFW9Vtb6FT4_PJivdz3Gg/viewform?usp=pp_url
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis na aba "Chamamento" do site da Prefeitura Municipal de Pato Branco (link: https://patobranco.pr.gov.br/licitacoes-e-contratos-do-municipio-de-pato-branco/), bem como, para consulta no Departamento de Cultura, localizado na Rua Benjamin Borges dos Santos, nº 600, bairro Fraron, Pato Branco, Paraná. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail cultura@patobranco.pr.gov.br e telefone (46)3220-6020.
Em conformidade com o COMUNICADO CGLPG/MINC Nº 6/2023, para assegurar uma identificação e pesquisa eficientes do Edital, publica-se as palavras chaves solicitadas no comunicado: #MinC #LeiPauloGustavo #LPG #MonitoraMinC #MinistérioDaCultura #PatoBranco #Paraná

Pato Branco, 07 de novembro de 2024.

JUSARA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS
Secretária da Educação e Cultura do Município de Pato Branco.

Publicado por:
Franciele Sabrina Pundrich Ferreira
Código Identificador:2D08AEC1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024 - PROCESSO Nº 133/2024 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA LEI COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO) -AUDIOVISUAL

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados por meio da Lei Complementar nº 195/2022 - Lei Paulo Gustavo. A Lei Paulo Gustavo viabiliza o maior investimento direto no setor cultural da história do Brasil e simboliza o processo de resistência da classe artística durante a pandemia de Covid-19, que limitou severamente as atividades do setor cultural. É, ainda, uma homenagem a Paulo Gustavo, artista símbolo da categoria, vitimado pela doença. As condições para a execução da Lei Paulo Gustavo foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais de Pato Branco. Deste modo, o Departamento Municipal de Cultura de Pato Branco torna público o presente edital elaborado com base na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto LPG) e na Lei Federal 14.903/2024 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura). **OBJETO:**O objeto deste Edital é destinar recursos remanescentes de que trata a Lei
Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), para: seleção de projetos de AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Módulo I, detalhadas no Item 2 e no ANEXO I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais de Pato Branco. **VALOR TOTAL DO EDITAL:**O valor remanescente, com seus respectivos rendimentos, do Edital Chamamento Público nº 001/2023, no valor de R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), será disponibilizado para este Edital nº 004/2024, dividido entre as categorias de apoio descritas no ANEXO I. **QUANTIDADE DE PROJETOS SELECIONADOS:A.**Seleção de 07 (sete) projetos audiovisuais de artistas iniciantes, de proponentes pessoa física e jurídica, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais) cada. Total: R$70.000,00 (setenta mil reais). **B.**Seleção de 3 (três) projeto de apoio à produção audiovisual para desenvolvimento de roteiro, núcleos criativos, produções, videoclipes, etapas de finalização, pós-produção e outros formatos de produção audiovisual, de proponentes pessoa física e jurídica, no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais) cada. Total: R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). **C.**Seleção de 4 (quatro) projetos de complementação de produção, de finalização e/ou pós-produção de curta-metragem, de proponentes pessoa física e jurídica, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada. Total: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais). **PRAZO DE INSCRIÇÃO:**Para se inscrever no Edital LPG nº 004/2024 (Audiovisual), o proponente deve encaminhar toda documentação obrigatória relatada no item 7, do dia 09 de novembro de 2024 até às 23h59min do dia 18 de novembro de 2024. O proponente deve preencher o cadastro de inscrição, via formulário on-line, no link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf74VIB919ehkHmuC-8MjyZFKKTVzgvSQI3R0iapU5LCOYNUA/viewform?usp=pp_url.
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis na aba "Chamamento" do site da Prefeitura Municipal de Pato Branco (link: https://patobranco.pr.gov.br/licitacoes-e-contratos-do-municipio-de-pato-branco/), bem como, para consulta no Departamento de Cultura, localizado na Rua Benjamin Borges dos Santos, nº 600, bairro Fraron, Pato Branco, Paraná. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail cultura@patobranco.pr.gov.br e telefone (46)3220-6020.
Em conformidade com o COMUNICADO CGLPG/MINC Nº 6/2023, para assegurar uma identificação e pesquisa eficientes do Edital, publica-se as palavras chaves solicitadas no comunicado: #MinC #LeiPauloGustavo #LPG #MonitoraMinC #MinistérioDaCultura #PatoBranco #Paraná

Pato Branco, 07 de novembro de 2024.

JUSARA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS
Secretária da Educação e Cultura do Município de Pato Branco.

Publicado por:
Franciele Sabrina Pundrich Ferreira
Código Identificador:B18E23C0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2024 - PROCESSO Nº 131/2024 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

ste Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil. A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada. As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, PR. Deste modo, o MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento)e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade). **OBJETO DO EDITAL:**O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no item 3.2 deste edital, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, PR. **QUANTIDADE DE PROJETOS SELECIONADOS:**Serão selecionados até 36 (trinta e seis) projetos. **VALOR TOTAL DO EDITAL:**O valor total deste edital é de R$497.600,90 (quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos reais e noventa centavos). **PRAZO DE INSCRIÇÃO:**Este edital estará aberto para recebimento de inscrições entre 0h do dia 08/11/2024 até as 23h59 do dia 18/11/2024. As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 5 deste edital. As inscrições deste edital são gratuitas e deverão ser feitas em formato digital, exclusivamente pela plataforma Apporte, através do endereço digital https://app.apporte.me/apporte/edital-edital-de-fomento-pato-branco utilizando-se do dispositivo computador.
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis na aba "Chamamento" do site da Prefeitura Municipal de Pato Branco (link: https://patobranco.pr.gov.br/licitacoes-e-contratos-do-municipio-de-pato-branco/), bem como, para consulta no Departamento de Cultura, localizado na Rua Benjamin Borges dos Santos, nº 600, bairro Fraron, Pato Branco, Paraná. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail cultura@patobranco.pr.gov.br e telefone (46)3220-6020.

Pato Branco, 07 de novembro de 2024.

JUSARA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS –
Secretária da Educação e Cultura do Município de Pato Branco.

Publicado por:
Franciele Sabrina Pundrich Ferreira
Código Identificador:4A82CBDF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024 - PROCESSO Nº 132/2024 – PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). A Lei nº 14.399/2022 institui a

Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil. A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada. As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, PR. Deste modo, o MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento)e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade). **OBJETO DO EDITAL:**O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no item 3.2 deste edital, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, PR. **QUANTIDADE DE PROJETOS SELECIONADOS:**Serão selecionados até 36 (trinta e seis) projetos. **VALOR TOTAL DO EDITAL:**O valor total deste edital é de R$497.600,90 (quatrocentos e noventa e sete mil, seiscentos reais e noventa centavos). **PRAZO DE INSCRIÇÃO:**Este edital estará aberto para recebimento de inscrições entre 0h do dia 08/11/2024 até as 23h59 do dia 18/11/2024. As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 5 deste edital. As inscrições deste edital são gratuitas e deverão ser feitas em formato digital, exclusivamente pela plataforma Apporte, através do endereço digital https://app.apporte.me/apporte/edital-edital-de-fomento-pato-branco utilizando-se do dispositivo computador.
O Edital e os seus anexos estão disponíveis na aba "Chamamento" do site da Prefeitura Municipal de Pato Branco (link: https://patobranco.pr.gov.br/licitacoes-e-contratos-do-municipio-de-pato-branco/), bem como, para consulta no Departamento de Cultura, localizado na Rua Benjamin Borges dos Santos, nº 600, bairro Fraron, Pato Branco, Paraná. Demais informações podem ser obtidas através do e-mail cultura@patobranco.pr.gov.br e telefone (46)3220-6020.

Pato Branco, 07 de novembro de 2024.

JUSARA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS **–**
Secretária da Educação e Cultura do Município de Pato Branco.

Publicado por:
Franciele Sabrina Pundrich Ferreira
Código Identificador:2C4B8B99

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 810, DE 04 DE NOVEMBRO 2024.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado final do concurso público consubstanciado no Edital nº 003/2024, homologado através da Portaria nº 433/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação da candidata CÁSSIA REGINA EIDELWEIN, convocado pelo Edital nº 006/2024 e pela Portaria nº 693/2024, para o cargo efetivo de farmacêutico de farmácia, junto ao Município de Pato Branco, reposicionando seu nome no final da lista (*) conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, assinado digitalmente.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Richardt Daum
Código Identificador:2A1BC244

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 813, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2024.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 42 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Protocolo nº 9.886/2024;

RESOLVE:

Art. 1º Remover, a pedido, a empregada pública **ERICA LOPES PEREIRA**, Matrícula nº 4381-8, ocupante do cargo de Instrutora de Aprendizagem Matemática, da Escola Municipal Bairro Planalto para a Escola Municipal União, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, assinado digitalmente.

ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Richardt Daum
Código Identificador:5843B98B

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.362, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Altera dispositivo da Lei nº 3.899, de 19 de julho de 2012, que autorizou o Executivo Municipal a doar imóvel ao Estado do Paraná.

Art. 1º Fica alterado o art. 2º da Lei nº 3.899, de 19 de julho de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º A doação autorizada por esta Lei destina-se à edificação da sede do 6º Colégio da Polícia Militar do Paraná em Pato Branco, pelo donatário." (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

(Assinado Digitalmente)
ROBSON CANTU
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: ROBSON CANTU
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/FE60-C4EF-6D8F-E055 e informe o código FE60-C4EF-6D8F-E055

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:511C47DD

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.091, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2024.

Atualiza a regulamentação da utilização de veículos oficiais do Município de Pato Branco.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "o", ambos da Lei Orgânica Municipal;
DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o uso de veículos oficiais pela Administração Pública Direta do Município de Pato Branco.
Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são considerados veículos oficiais os automotores de propriedade do Município de Pato Branco, destinados ao serviço público.
Art. 2º Os veículos oficiais são destinados ao uso dos servidores públicos da Administração Direta do Município, para transporte de material e de pessoal a serviço da municipalidade.
Art. 3º Todos os veículos oficiais devem estar identificados de acordo com as disposições da Lei Municipal nº 5.939, de 7 de julho de 2022.
Art. 4º Na utilização dos veículos oficiais, o servidor fica obrigado a:
I - utilizar a "tag" para acionamento do sistema de rastreamento veicular, conforme as orientações constantes no Anexo II deste Decreto, sendo responsável pelo uso correto e pela sua conservação;
II - preencher o diário de bordo, conforme modelo constante no Anexo I deste Decreto, com as seguintes informações:
a) nome completo do motorista e do setor/departamento ao qual se encontra lotado;
b) data e horário da saída e da chegada;
c) destino;
d) quilometragem inicial e final do veículo;
e) finalidade da viagem, com menção objetiva da missão institucional ou da finalidade pública a ser atendida, bem como outros detalhamentos que o caso exigir;
f) calibragem dos pneus;
g) regularidade da troca de óleo;
h) observações que o condutor entender pertinentes.
III - utilizar o veículo sempre em respeito às características técnicas e boas condições mecânica e de conservação;
IV - conduzir o veículo de acordo com as normas e regras previstas na legislação de trânsito;
V - não entregar a terceiros a direção do veículo sob sua responsabilidade, exceto em casos excepcionais e desde que devidamente justificados;
VI - comunicar imediatamente ao Departamento de Manutenção de Frota qualquer irregularidade ou defeito constatado no veículo oficial;
VII - manter limpo e bem conservado o veículo sob sua responsabilidade;
VIII - levar ao conhecimento do(a) Secretário(a) responsável pelos veículos a ele vinculados sobre quaisquer defeitos ou anormalidades constatadas no veículo;
IX - em caso de acidente, levar imediatamente o fato ao conhecimento do(a) Secretário(a) responsável pelo veículo, solicitando o comparecimento do órgão competente para que seja lavrado o Boletim de Ocorrência para a efetivação das medidas pertinentes.
Art. 5º São vedadas as seguintes condutas:
I - usar os veículos oficiais aos sábados, domingos e feriados, exceto para eventual desempenho de encargos inerentes ao exercício da função pública;
II - usar os veículos oficiais para o transporte individual da residência ao local de trabalho e vice-versa e para o transporte a locais de embarque e desembarque, na origem e no destino, em viagens a serviço, quando houver o pagamento da diária estabelecida pela Lei Municipal nº 5.989, de 22 de setembro de 2022;
III - usar de veículos oficiais no transporte de familiares de servidor público ou de pessoas estranhas ao serviço público; e
IV - guardar os veículos oficiais em garagem residencial.
§ 1º As vedações estabelecidas nos incisos I, II e IV deste artigo não se aplicam aos casos em que o servidor público necessite utilizar veículo oficial em regime de permanente sobreaviso, para o exercício de atividades de investigação, fiscalização e atendimento a serviços públicos essenciais que exijam o máximo aproveitamento do tempo.
§ 2º Poderão ser utilizados os veículos oficiais municipais de prestação de serviços quando para transporte de equipes ou grupos para participação de eventos esportivos, educacionais ou culturais, em representação ao Município de Pato Branco, bem como para atender necessidades relacionadas à saúde pública e assistência social.
Art. 6º O condutor de veículo oficial deve portar, quando em serviço, os seguintes documentos:
I - Carteira Nacional de Habilitação; e
II - Certificado de registro, licença e seguro obrigatório do veículo;
III - dispositivo "tag" de rastreamento veicular.
Art. 7º A Carteira Nacional de Habilitação deve ser compatível ao tipo de veículo que o condutor utilizar.
Art. 8º Cabe ao condutor utilizar o veículo obedecendo às suas características técnicas e condições mecânicas, comunicando qualquer problema à chefia imediata.
Art. 9º A responsabilidade pelo pagamento das multas advindas de infrações às normas de trânsito, aplicadas aos veículos oficiais, caberá ao condutor, exceto se este comprovar sua inocência ou a improcedência da infração.
Art. 10. O pagamento de que trata o art. 9º pode ser efetuado diretamente ao órgão de trânsito que aplicou a infração, com posterior comprovação na Secretaria responsável pelo veículo a ela vinculado.
Art. 11. Todas as notificações emitidas pelo órgão de trânsito devem ser recepcionadas pela Administração Municipal e encaminhadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do seu recebimento, para a secretaria municipal em que o veículo estiver vinculado.
Art. 12. A secretaria mencionada no art. 11, por meio de seu responsável, a fim de evitar a lavratura de outro auto de infração, deverá, no prazo legal, indicar o condutor infrator à autoridade de trânsito competente para aplicação da penalidade de perda de pontos em sua Carteira Nacional de Habilitação.
Art. 13. Fica a critério do condutor infrator a apresentação de defesa prévia e dos respectivos recursos ao competente órgão de trânsito, o qual, dependendo do resultado, não se exime, ao final, do pagamento da multa.
Art. 14. Não podendo ser prontamente identificado o infrator, o pagamento da multa poderá ser realizado pelo Município, contudo, o responsável pela frota deverá, sob pena de responsabilidade, instituir processo para apurar o infrator, no qual será oportunizada a ampla defesa e o contraditório.
Art. 15. O condutor do veículo oficial responderá administrativamente pelas faltas que porventura venha a praticar e ficará sujeito ao ressarcimento aos cofres públicos e terceiros pelos prejuízos causados em virtude de negligência, imperícia ou imprudência.
§ 1º O processo será aberto imediatamente após a comunicação ou conhecimento da multa independente da data que lhe for efetuado o respectivo pagamento.
§ 2º O valor correspondente à multa de trânsito paga pelo Município será restituído aos cofres públicos, após o término do processo, podendo, sem a necessidade de autorização pelo servidor, ser-lhe descontado em folha de pagamento em parcelas mensais, até o limite de 10% (dez por cento) de seus vencimentos.
§ 3º Caso o responsável pela infração de trânsito, cuja multa tenha sido paga pelo Município, não pertencer mais aos quadros funcionais da Administração Pública, o devedor será inscrito em dívida ativa não tributária.
Art. 16. Além da hipótese do caput do art. 15, a Administração Municipal poderá também prontamente recolher a multa de trânsito para permitir o tráfego dos veículos oficiais, ressarcindo-se de seu valor integral mediante desconto em folha, na forma e limite previsto no § 2º do art. 15.
Art. 17. Os condutores de veículos de propriedade do Município devem comunicar por escrito ao seu chefe imediato sobre qualquer irregularidade ou defeito constatado, que demande a necessidade de manutenção, com o objetivo de evitar o cometimento de algum tipo de infração de trânsito.
Parágrafo único. Caso venham a ocorrer infrações de trânsito por alguma irregularidade
ou defeito no veículo, e seu condutor comprove que havia realizado o comunicado previamente por escrito, a responsabilidade pela infração e pelo seu pagamento passa a ser do seu chefe imediato.
Art. 18. Ao final do expediente e durante os dias e horários em que não for necessária a utilização dos veículos, estes devem permanecer recolhidos nos estacionamentos próprios da Prefeitura Municipal.
Art. 19. O Departamento de Manutenção de Frota fica responsável pelo controle e arquivo dos relatórios gerados pelo sistema de rastreamento veicular, bem como dos diários de bordo dos veículos oficiais, devendo comunicar formalmente qualquer irregularidade constatada no preenchimento das informações à autoridade máxima da Secretaria Municipal em que estiver lotado o servidor público que utiliza ou tenha utilizado o respectivo veículo.
Art. 20. Fica sob responsabilidade do Departamento de Manutenção de Frota afixar, no interior de todos os veículos, informações sobre a pressão correta a ser observada na calibragem dos pneus e sobre a última troca de óleo realizada, devendo conferir tais informações nos

diários de bordo preenchidos e adotar as providências necessárias para garantir a manutenção adequada da frota.
Art. 21. Aplica-se o disposto neste Decreto aos veículos apreendidos pelos órgãos policiais e pelos órgãos ou entidades de fiscalização que estejam sendo temporariamente utilizados pela Administração Pública Direta do Município em decorrência de autorização judicial.
Art. 22. Os relatórios gerados diretamente pelo sistema de rastreamento veicular não substituem os diários de bordo manuais, cujo preenchimento continua sendo obrigatório.
Art. 23. Fica revogado o Decreto nº 9.803, de 25 de janeiro de 2024.
Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
DIÁRIO DE BORDO - FROTA MUNICIPAL
Nome completo do condutor
Setor/Departamento
Data e horário da saída
Data e horário do retorno
Destino e finalidade
Km inicial
Km final
O veículo possui informações fixadas em seu interior sobre calibragem de pneus e troca de óleo?
Preencher “sim” ou “não”
Os pneus estão visivelmente murchos?
Preencher “sim” ou “não”
Já atingiu a Km para a troca de óleo?
Preencher “sim” ou “não”
Observações

ANEXO II
ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA GPS
Para garantir o correto funcionamento do sistema de rastreamento veicular instalado na frota de veículos do Poder Executivo Municipal, devem ser observadas as seguintes orientações:
1. Distribuição das "tags": o Secretário Municipal deve realizar a entrega das tags individualmente a cada servidor que fará utilização dos veículos da frota, devendo também coletar a assinatura no momento da entrega, a fim de atestar o recebimento por cada colaborador. Os comprovantes de entrega devem ser entregues ao Diretor do Departamento de Manutenção de Frota, para arquivo e controle.
2. Uso das “tags”: ao iniciar qualquer deslocamento, o condutor deve validar a tag no receptor localizado no painel do veículo da seguinte forma: (1) ligar o veículo, (2) encostar a tag no receptor localizado no painel e (3) aguardar até o aviso sonoro parar. Este procedimento registrará automaticamente o início do trajeto no sistema.
3. Alerta de validação: caso a validação da tag não seja realizada corretamente, o sistema emitirá um alerta sonoro no veículo, informando ao condutor para que repita o procedimento imediatamente.
4. Encerramento do trajeto: quando o veículo for desligado, o sistema encerrará automaticamente o registro do trajeto.
5. Início de nova corrida: a cada nova partida, o processo de validação da tag deve ser repetido para o correto registro do deslocamento.
6. Responsabilidade pelas tags: as tags são de uso individual e intransferível e cada servidor é responsável pelo uso correto e pela sua conservação. Em caso de perda, quebra ou extravio, o servidor será responsável pela aquisição do novo dispositivo.
7. Dúvidas: eventuais dúvidas sobre o sistema de rastreamento veicular e o uso das tags deve ser sanado junto ao Departamento de Manutenção de Frota do Município.

ROBSON CANTU

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/09F2-8797-6A98-638A e informe o código 09F2-8797-6A98-638A

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:F3D98719

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2024 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Normatiza a participação dos servidores em Iniciativas Educacionais Internas e Externas a Secretaria Municipal da Saúde de Pato Branco - Paraná.

Considerando o Decreto Municipal nº 9.167/2022, que cria e nomeia o Núcleo de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências;
Considerando o Regimento Interno do Núcleo de Educação Permanente em Saúde, publicado em 05 de abril de 2022;
Considerando a responsabilidade da Secretaria da Saúde de colaborar com a formação de recursos humanos para a área de saúde incentivando o desenvolvimento e qualificação profissional;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar o processo para requerimento de participação em Iniciativas Educacionais, estabelecendo critérios para a sua concessão, com vistas à qualificação e o desenvolvimento dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo Único. Iniciativas Educacionais são processo educativo, tais como capacitações, treinamentos, seminários, congressos, oficinas, fóruns, simpósios, cursos presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos e reuniões formais de estudos e outros que contribuam com o desenvolvimento dos servidores da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Compete ao Núcleo de Educação Permanente em Saúde – NEPS analisar e deliberar as solicitações dos servidores, levando em consideração as áreas de relevância ao interesse público e a área de atuação do servidor na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 3º Nas Iniciativas Educacionais em que o servidor for solicitado e/ou convocado a participar, pela chefia e/ou Gestor da Secretaria da Saúde, este deverá tramitar a documentação junto ao Setor de Educação em Saúde, sem necessidade de deliberação do NEPS.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 4º A Educação Permanente em Saúde (EPS) refere-se à prática social fundamentada na concepção de educação como espaço de problematização, reflexão e diálogo.
Parágrafo único. A EPS está centrada na valorização do trabalho como fonte de conhecimento, na articulação com a atenção à saúde, no enfoque multiprofissional e interdisciplinar, com estratégias de ensino contextualizadas, participativas e orientadas para a transformação das práticas profissionais produzindo impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva da população.

CAPÍTULO II
DAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS INTERNAS

Art. 5º Iniciativas Educacionais Internas são aquelas cuja responsabilidade, elaboração, organização e realização ocorrem no âmbito da SMS, seja por setores da gestão ou da atenção, e que promovam a educação permanente e desenvolvimento do servidor.
Art. 6º O Setor proponente deverá apresentar o número de evento pretendidos ao ano, para que seja inserido no cronograma anual de EPS.
I - O proponente deverá indicar um coordenador responsável pelo planejamento e execução;
II - Informar o Setor de Educação em Saúde, detalhando as informações contidas no Anexo A;
III - o Setor de Educação em Saúde poderá ser solicitado para apoio nas articulações intra e interinstitucionais necessárias à viabilização do evento, bem como para apoio logístico-operacional;
IV - O coordenador do evento deverá enviar a lista de presença ao Setor de Educação em Saúde, em até 48h após o encerramento.

Art. 7º A avaliação da Iniciativa Educacional Interna ocorrerá por meio do instrumento de avaliação padronizado (Anexo B), devendo ser aplicado pelo coordenador do evento via formulário eletrônico, objetivando melhoria contínua nos processos de ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO III
DAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS EXTERNAS

Art. 8º Iniciativas Educacionais Externas são aquelas cuja responsabilidade, elaboração, organização e realização ocorrem externamente ao âmbito da SMS, sendo classificados em:
I - Iniciativas Educacionais Externas de Curta Duração;
II - Iniciativas Educacionais Externas de Longa Duração.

Art. 9º Ao servidor poderá ser concedida a participação em Iniciativas Educacionais Externas compatíveis com seu cargo/função e que propiciem o seu desenvolvimento integral, viabilizando o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural, com vistas à melhoria dos processos de trabalho e do desempenho em sua área de atuação.

Art. 10º Quando os requerimentos de participação em Iniciativas Educacionais Externas, de curta ou longa duração, forem provenientes de servidores do mesmo setor, em um mesmo período, com prejuízo para prestação e a qualidade do serviço e/ou número de vagas limitado, terá prioridade, sequencialmente, o servidor que:
I – Justificar a necessidade técnica da participação;
II – Ter inscrição/aprovação de trabalhos desenvolvidos no município de Pato Branco, dentro de sua área de atuação;
III – estiver há mais tempo sem obter liberação para iniciativas educacionais externas.
Parágrafo Único. A chefia imediata cabe, ao liberar o servidor, organizar o serviço de forma a não comprometer o andamento na ausência do mesmo.

Art. 11 É vedada liberação para participar em Iniciativas Educacionais Externas ao servidor que:
I – Não entregou a Devolutiva sobre a Participação em Iniciativas Educacionais Externas anteriormente liberado pelo NEPS e/ou Setor de Educação em Saúde;
II – Não ter concluído cursos liberados, sem apresentar justificativa ao NEPS;
III – estiver em gozo de qualquer licença;
IV – Já estiver exercido a quantidade máxima de participação em Iniciativas Educacionais Externas conforme prevê a referida Instrução Normativa;
V – Não encaminhar os documentos informativos necessários à análise dos requerimentos.

Art. 12 Ao servidor poderá ser concedida a participação em Iniciativas Educacionais Externas de Curta e Longa Duração, no limite de:

	Jornada de trabalho	Carga horária/ano Iniciativas Educacionais Curta e Longa Duração
I	40h/sem	80h/ano
II	30h/sem	60h/ano
III	20h/sem	40h/ano

§ 1º O total de horas liberadas no ano será incluída no período de deslocamento necessário aos eventos fora do município de Pato Branco.
§ 2º A disposição da carga horária, em dias corridos ou alternados, deverá ser pactuada e deferida pela chefia imediata.

CAPÍTULO IV
DAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS EXTERNAS DE CURTA DURAÇÃO

Art. 13 Consideram-se Iniciativas Educacionais Externas de Curta Duração aquelas com carga horária total inferior a 80 horas.

Art. 14 Para requerer a participação em uma Iniciativa Educacional Externa de Curta Duração, independente se a participação seja motivada por interesses pessoais, por convocação da SMS ou convite externo, os servidores deverão encaminhar o Formulário de Requerimento (Anexo C) com antecedência mínima de 15 dias corridos da data de início do evento, para pareceres sequenciais da chefia e do NEPS e/ou Setor de Educação em Saúde, conforme fluxo determinado no próprio Formulário.
I - Quando a modalidade de participação for ouvinte/aluno, deverá ser anexado o resumo da programação e/ou comprovante de matrícula. Quando a modalidade de participação for ministrante/convidado, deverá ser anexado o convite e/ou indicação. Quando a modalidade de participação for apresentação de trabalhos desenvolvidos no município de Pato Branco e na área de atuação do servidor, deverá ser anexado a inscrição e/ou aprovação;
II - Os servidores que desempenham atividades técnicas específicas, como: responsabilidade técnica, representação da SMS em comitês, comissões, câmaras técnicas e conselhos poderão participar conforme convocação específica para sua atuação nessa atividade técnica indicando no requerimento, quando houver, a fonte de recurso para custear sua participação.

Art. 15 As solicitações dos servidores para participar de Iniciativas Educacionais relacionadas indiretamente com sua área de atuação/cargo/função na SMS serão analisadas e deliberadas pelo NEPS mediante plano de compensação de carga horária.
I - Caberá ao servidor requisitante, elaborar o plano de compensação da carga horária, com o deferimento da chefia imediata;
II - O plano de compensação de carga horária deve ser executado no mesmo mês do curso, na proporção hora de ausência por hora trabalhada, ou por meio de folgas compensatórias disciplinadas pelo Banco de Horas.

Art. 16 O servidor poderá participar de Iniciativas Educacionais Externas que estiver dentro da carga horária disponibilizada ao município de Pato Branco.
Parágrafo Único. As situações excepcionais serão deliberadas pela chefia e/ou gestor da Secretaria da Saúde.

Art. 17 A Secretaria Municipal da Saúde resguarda o direto de abonar o ponto do servidor para participação em Iniciativas Educacionais Externas de Curta Duração. Serão justificados os dias do evento e o período de deslocamento previamente deferido, que coincidam com a carga horária do referido servidor, mediante demonstração de documentação oficial expedida pela organização do Evento/Curso.
Parágrafo Único. Caberá a chefia imediata emitir o memorando de justificativa ao Departamento de Recursos Humanos, constando as datas e horários a serem justificados, bem como a documentação oficial supracitada e marcar o Setor de Educação em Saúde. Somente serão aceitos os memorandos com informações previamente deferidas e atendendo o prazo para o despacho ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 18 Caberá ao servidor participante emitir memorando sobre a devolutiva de sua participação na Iniciativas Educacionais, no prazo de até 10 dias de seu retorno, conforme estabelecido no Anexo D desta Instrução Normativa, assim como participar do encontro de compartilhamento das boas práticas, quando solicitado.

CAPÍTULO V
DAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS EXTERNAS DE LONGA DURAÇÃO

Art. 19 Consideram-se Iniciativas Educacionais Externas de Longa Duração aquelas que excedam a carga horária total de 80 horas, tal como o curso de aperfeiçoamento.
Art. 20 Ao servidor poderá ser concedida a participação em Iniciativas Educacionais Externas de Longa Durações compatíveis com seu cargo/função na SMS e nas áreas de relevância ao interesse público, mediante a compensação da carga horária excedente à prevista no artigo 12.
§ 1º A participação dos servidores em Iniciativas Educacionais Externas de Longa Duração relacionados indiretamente com sua área de atuação e/ou cargo/função na SMS, poderão ter autorização mediante a compensação integral da carga horária do curso.
§ 2º Para requerer a participação em Iniciativas Educacionais Externas Longa Duração os servidores deverão encaminhar o Formulário de Requerimento (Anexo C) com antecedência mínima de 15 dias

corridos da data de início do evento para pareceres sequenciais da chefia e do NEPS e/ou Setor de Educação em Saúde, conforme fluxo determinado no próprio Formulário.
§ 3º O servidor deverá pactuar com a chefia o plano de compensação da carga horária equivalente a ausência no serviço, na proporção de hora de ausência por hora trabalhada, quando no mesmo mês do curso, ou por meio de folgas compensatórias disciplinada pelo Banco de Horas.

Art. 21 Caberá a chefia imediata enviar ao Departamento de Recursos Humanos o memorando de compensação da carga horária, mensalmente, anexando a documentação comprobatória da presença no curso, com cópia ao Setor de Educação em Saúde.

Art. 22 Em casos de interrupção do curso, por qualquer motivo, o servidor deverá informar imediatamente à chefia imediata e ao Setor de Educação em Saúde para que a concessão seja cancelada.

Art. 23 Caberá ao servidor participante emitir memorando sobre a devolutiva de sua participação no curso e participar do encontro de compartilhamento das boas práticas, conforme Anexo – D desta Instrução, sempre que solicitado pelo NEPS e/ou Setor de Educação em Saúde.

Art. 24 Após finalização do Evento Externo de Longa Duração, o servidor deverá enviar ao Setor de Educação em Saúde o certificado e/ou diploma de conclusão do curso.

CAPÍTULO VI
DA CONCESSÃO DE INCENTIVO FINANCEIRO A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 25 A concessão de incentivo financeiro a qualificação profissional objetiva apoiar a participação dos servidores da Secretaria da Saúde, em Iniciativas Educacionais que propiciem o seu desenvolvimento integral, viabilizando o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural, com vistas à melhoria dos processos de trabalho e do desempenho em sua área de atuação.
§ 1º Quando houve disponibilidade de recurso específico com aplicabilidade na forma de incentivo as iniciativas educacionais, cabe a Gestão da Secretaria Municipal da Saúde indicar ao NEPS o orçamento sob seu gerenciamento.
§ 2º Não havendo orçamento específico e diante de requerimento dos servidores, o NEPS indeferirá a concessão de incentivo financeiro e deliberará sobre as demais solicitações.

Art. 26 As Iniciativas Educacionais Externas passíveis a concessão de incentivo financeiro a qualificação profissional serão previamente estabelecidos entre a Gestão da Secretaria da Saúde e o NEPS com divulgação para os servidores.

Art. 27 Ao servidor poderá ser concedido incentivo financeiro para participar em Iniciativas Educacionais Externas, nas áreas de relevância ao interesse público e compatível com a área de atuação do servidor na SMS, em conformidade com orçamento disponível para o setor/serviço.
Art. 28 O NEPS estabelecerá os critérios de rateio do incentivo financeiro entre os setores/serviços da Secretaria da Saúde conforme o levantamento de servidores no mês estabelecido com base para o cálculo do ano de referência, e considerando o orçamento indicado pela Gestão da Secretaria da Saúde.
§1. O rateio do incentivo financeiro a qualificação profissional será calculada anualmente pelo NEPS, no mês correspondente a indicação do orçamento.
§2. Em caso de novo aporte, será realizado novo rateio.

Art. 29 Caberá ao NEPS deliberar sobre os requerimentos dos servidores, avaliando as despesas e a disponibilidade de recursos previsto no rateio entre os setores/serviços.
§ 1º Poderão ser concedidos incentivos financeiros a qualificação profissional, tais como pagamento de diárias e/ou pagamento de passagens e/ou pagamento de taxa de inscrição em cursos, congressos e afins.
§ 2º Os servidores deverão atender ao prazo previsto para o requerimento, sendo de 30 (trinta) dias de antecedência do Evento.
§ 3º Os requerimentos com a solicitação de pagamento da taxa de inscrição deverão ter antecedência mínima de 90 dias.

Art. 30 Quando os requerimentos para a concessão de incentivo financeiro a qualificação profissional for proveniente de servidores do mesmo setor, em um mesmo período, terá prioridade o servidor que estiver há mais tempo sem a concessão, seja por solicitação da chefia/gestor ou por demanda própria, além dos critérios estabelecidos no artigo 10.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 O Setor de Educação em Saúde deverá manter um canal de comunicação contínuo para divulgação das Iniciativas Educacionais de interesse dos servidores da SMS e das ações em educação permanente desenvolvidas, no intuito de dar transparência aos processos relacionados ao desenvolvimento do servidor.

Art. 32 A SMS deverá buscar a captação de parcerias e recursos para a efetivação das ações relacionadas ao desenvolvimento profissional e educação permanente em saúde.

Art. 33 Casos omissos, não expressamente compreendidos nesta Instrução Normativa, deverão ser dirimidos exclusivamente entre o Setor de Educação Permanente em Saúde e o Secretário da Saúde.

Art. 34 Esta instrução Normativa entrará em vigor na data da sua publicação.

Pato Branco, 07 de novembro de 2024.

(Assinado Digitalmente)
LILIAM CRISTINA BRANDALISE -
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO A
ROTEIRO DE INFORMAÇÕES A SEREM DESCRITAS NA PROPOSIÇÃO DE INICIATIVAS EDUCACIONAS INTERNAS

Coordenador do evento apresenta a proposta de EPS, por meio de memorando (ao Setor de Educação em Saúde) de modo a contemplar os seguintes itens:
Temática;
Público alvo e número de participantes;
Data, horário e local pretendido;
Dados do facilitador (breve currículo sobre formação e atuação profissional);
Breve descrição da atividade (metodologia a ser utilizada e objetivos);
Recursos irá necessitar (ex.: salas, projetor, caixa de som, etc.);
Sobre a emissão de certificados, análise conjunta com o Setor de Educação em Saúde.

OBS: O setor de Educação em Saúde elabora um Cronograma anual de EPS, com datas protegidas para o ano, de forma a facilitar a organização das agendas dos profissionais. Portanto a sinalização de atividades, mesmo que sem precisão da temática, podem ser solicitadas no início do ano.

ANEXO B
AVALIAÇÃO DE ATIVIDADE EDUCATIVA

Contamos com você para nos ajudar a desenvolver o Setor de Educação Permanente! Faça a avaliação do Curso e nos devolva para que possamos trabalhar contando com suas percepções quanto à capacitação – **NÃO É NECESSÁRIO IDENTIFICAR-SE**

TÍTULO DA ATIVIDADE EDUCATIVA: _____
Local: _____
Data: _____/_____/____

1 - Conteúdos abordados:

Os conteúdos abordados foram adequados à realidade do seu local trabalho?
( ) Sim ( ) Não
Comente: _____

2 - Metodologias utilizadas:
A metodologia utilizada pelo facilitador estimulou sua aprendizagem?
( ) Sim ( ) Não
Comente: _____

3 – Escala de aproveitamento:
Numa escala de 0 a 5, sendo 5 ótimo aproveitamento e 0 nenhum aproveitamento, pontue sua percepção sobre o evento:
( ) 5 ( ) 4 ( ) 3 ( ) 2 ( ) 1 ( ) 0

4 - Sua avaliação sobre o evento:
( ) Superou suas expectativas
( ) Atendeu as suas expectativas
( ) Ficou abaixo das suas expectativas

5 - Sugestões:
Deixe sua sugestão ou comentário para nos ajudar a melhorar a educação permanente.
_____
_____

ANEXO C
FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO – INICIATIVAS EDUCACIONAIS EXTERNAS
(Via memorando)

1. Dados funcionais:
Nome completo do servidor:
Matrícula:
Cargo/Função:
Lotação:
Indicar jornada diária de trabalho:
Carga horária semanal de trabalho:
Contato telefônico:

2. Dados do Evento de Educação (anexar resumo da programação ou comprovante de matrícula e trabalho e enviado para apresentação):
Nome do Evento:
Modalidade de participação:
Local, data e horário do Evento:
Data e horário para deslocamento:
Justificativa da participação:

Solicita: ( ) Compensação de horas
( ) Justificativa do cartão ponto: Detalhar cada dia e horário.

Assinatura do Servidor (digital)

Pareceres sequenciais – Chefia imediata, NEPS e/ou Setor de Educação em Saúde, Secretária de Saúde.

ANEXO D
DEVOLUTIVA SOBRE A PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVA EDUCACIONAL
(Via memorando)

Nome do (s) participante (s): _____
Categoria Profissional: _____
Local de atuação: _____
Nome do Evento: _____
Data do Evento: _____ local: _____

1. Comente sobre os principais temas abordados.
_____

2. Como sua participação no evento pode contribuir em seu trabalho na SMS?
_____

3. De acordo com os conhecimentos adquiridos no evento, o que você pode mudar, implementar, reavaliar ou melhorar no seu serviço?
_____

4. Seria relevante ampliar o assunto com seu setor ou com outros setores da secretaria de saúde?
_____

OBS: Anexar o material disponibilizado no evento: arquivos das aulas, legislações, portarias, manuais técnicos, linhas guia, protocolos, dentre outros.

COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS

Participar do encontro presencial com os Coordenadores da Rede para apresentação do feedback do evento, com periodicidade trimestral, quando necessário.

Publicado por:
Mariane Aparecida Martinello
Código Identificador:AD88E4DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2024 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8-SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44, torna público a Dispensa de Licitação a seguir:
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de medicamentos de forma emergencial destinados à unidade de saúde e pronto atendimento do município de Pérola D'Oeste - PR.
Valor total estimado: R$ 32.068,00 (trinta e dois mil e sessenta e oito reais).
Data da abertura: 11/11/2024.
Forma de Pagamento: Conforme entrega.
Dotação Orçamentária:

6000-SECRETARIA DE SAÚDE
6001-DEPARTAMENTO DE SAÚDE
10.301.7.2.39-Assistência Hospitalar e Ambulatorial
3.3.90.32.00-1303-Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita (111)

Fundamento Legal: artigo 75, inciso II, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, 07 de novembro de 2024.

EDSOM LUIZ BAGETTI.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lais Fernanda Gindri
Código Identificador:675A837D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual Prestação de Serviços de Caminhão Caçamba e trator esteira conforme necessidade da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Rodoviários, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento, Obras e Urbanismo. **Edital disponível no site**: www.pien.pr.gov.br a partir do dia 08/11/2024. **Entrega das propostas**: a partir 08/11/2024 no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 27/11/2024 às 09h30 (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 07 de novembro de 2024.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:215C30FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em elaboração de levantamento topográfico. Compreendendo toda a mão de obra, equipamentos e materiais. **Edital disponível no site**: www.pien.pr.gov.br a partir do dia 08/11/2024. **Entrega das propostas**: a partir 08/11/2024 no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 28/11/2024 às 09h30 (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 07 de novembro de 2024.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:697EAF60

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2022

REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022

3º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA DGT CONSTRUÇÕES EIRELI**.**

O MUNICÍPIO DE PIÊN, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **Maicon Grosskopf**, portador da CI RG nº 10094176-7/SESP, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado em Piên – PR, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR em conjunto com o Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo Sr. Claudemir José de Andrade, inscrito no CPF sob nº 633.107.329-91 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **DGT CONSTRUÇÕES EIRELI** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 40.117.408/0001-62 estabelecida na Rua Buenos Aires, nº 71, Batel – Curitiba/PR, CEP 80250-070, telefone: (41) 3358-0755, e-mail: construtoradgt@gmail.com; neste ato representado pela **Sra. Ana Carolina Irulegui,** inscrita no CPF sob nº 047.911.659-85 doravante denominada CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 003/2022**, cuja celebração foi autorizada pelo despacho exarado no processo administrativo nº. 4350/2024, e que se regerá pela Lei n.º 8.666/1993, além das cláusulas e condições abaixo discriminadas que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:
Cláusula Primeira: O prazo de vigência e execução fica prorrogado em 06 (seis) meses podendo ser rescindido a qualquer momento no caso de homologação do novo processo.

Cláusula Segunda: Tendo em vista o prazo aditivado o valor do contrato fica acrescido em R$ 933.450,00 (novecentos e trinta e três mil e quatrocentos e cinquenta reais)

Cláusula Terceira: Fica atualizada a Planilha referência para SINAPI PR_09-2024 não desonerado.

Cláusula Quarta: As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas.

Piên, 06 de novembro de 2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:73B8919C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1170, DE 30 DE OUTUBRO DE 2024.

PORTARIA Nº 1170, DE 30 DE OUTUBRO DE 2024.

DESIGNA RESPONSABILIDADE A SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Scheila Fuerst Schroth, inscrita no CPF sob o nº 059.206.059-44 e portadora da cédula de identidade civil sob o nº 10094184-8/PR ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo a responsabilidade sobre a documentação relacionada a Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil no período de 30 de outubro de 2024 a 26 de novembro de 2024.

Art. 2º A assinatura de documentos será de responsabilidade da servidora acima designada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Piên/PR, 30 de outubro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:5AB4A642

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESCISÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 269/2023

TERMO DE RESCISÃO 008/2024

RESCISÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 269/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PLASTICOS LTDA**.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno no CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, nº 373, centro, Piên/PR, neste ato representada por seu titular Exmo. Sr. Prefeito, **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado em Piên – PR, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR e em conjunto com a Secretário Municipal de Administração e finanças Sra. Silvana

Teixeira Jung, e de outro lado, **PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PLASTICOS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.779.785/0002-08, com endereço Rua Oceania, Ilhéus/BA Cep: 45658466 Fone: (11) 45578662, e-mail:licitacoes@prototype3d.com.br, doravante denominada **DETENTOR DA ATA**, resolve RESCINDIR UNILATERAL a **ARP n° 269/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO 081/2023**, conforme Processo Administrativo Apuratório 008/2024, a partir do dia 04 de novembro de 2024.

Piên, 05 de novembro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:604DC34C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 034/2024 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 034/2024 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Area de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **05 de novembro de 2024,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Técnico em enfermagem

Classificação	Nome do Candidato
14º	ELIZABETE OLINEK DOS SANTOS

Cargo: Médico

Classificação	Nome do Candidato
11º	KAMILY SARA TURT

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 04 de novembro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção.

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:77E25F47

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESCISÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 044/2024

TERMO DE RESCISÃO 009/2024

RESCISÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 044/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA SCA DISTRIBUIDORA LTDA.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno no CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, nº 373, centro, Piên/PR, neste ato representada por seu titular Exmo. Sr. Prefeito, **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado em Piên – PR, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR e em conjunto com a Secretário Municipal de Administração e finanças Sra. Silvana Teixeira Jung, e de outro lado, **SCA DISTRIBUIDORA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 31.797.544/0001-50, com endereço à Rua Epiphanio de Abreu Figueiredo, nº 741, Bairro: Canadá em Cascavel/PR, Cep: 85.813-764, Fone (45) 3225-4284, (45) 99743838 e-mail: scadistribuidora@outlook.com.br doravante denominada **DETENTOR DA ATA**, resolve RESCINDIR UNILATERAL a **ARP n° 044/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO 079/2023**, conforme Processo Administrativo Apuratório 009/2024, a partir do dia 04 de novembro de 2024.

Piên, 05 de novembro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:5A441A81

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESCISÃO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2021

TERMO DE RESCISÃO 010/2024

RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA ELIESER BALBINO RODRIGUES 09290218940.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno no CNPJ/MF sob o n.º 76.002.666/0001-40, sediada na Rua Amazonas, nº 373, centro, Piên/PR, neste ato representada por seu titular Exmo. Sr. Prefeito, **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI RG nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado em Piên – PR, neste ato assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sra. Naiany Caroline de Araujo, OAB/PR nº 111206/PR, doravante denominado simplesmente **PERMITENTE**, outorga **PERMISSÃO DE USO**, a título precário, das instalações do **ITEM I – LANCHONETE DA PRAÇA DE PAZ**, localizada nesta cidade, à empresa **ELIESER BALBINO RODRIGUES 09290218940**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 41.039.535/0001-53 estabelecida a Rua Acre, nº 469, Centro, em Piên/PR, CEP 83860-000, fone (41) 99875-4777, e-mail: casadaesfiharalphs@gmail.com, doravante denominado simplesmente **PERMISSIONÁRIO** resolve RESCINDIR UNILATERAL o **TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2021, CONCORRÊNCIA Nº 002/2021**, conforme Processo Administrativo Apuratório 006/2024, PROTOCOLO 3646/2024 a partir do dia 20 de outubro de 2024.

Piên, 05 de novembro de 2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:2CF94719

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 076/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
Dispensa de Licitação N° 076/2024

PROTOCOLO: 4306/2024

Objeto: Aquisição de alguns gêneros alimentícios que resultaram desertos no pregão 003/2024 e na Dispensa de Licitação nº 024/2024, bem como itens que já estão com saldo zerado nos processos mencionados.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: UNIÃO ELETROMOVEIS LTDA
CNPJ: 03.483.400/0001-93
VALOR: R$ 1.567,83 (mil e quinhentos e sessenta e sete reais e oitenta e três centavos).

CONTRATADA: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA
CNPJ: 07.634.816/0001-16
VALOR: R$ 219,45 (duzentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos).

AUTORIZAÇÃO: 07/11/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:701B43DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 077/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 077/2024

PROTOCOLO: 4287/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada em Queima de fogos de artifício para abertura do Natal Luz 2024 que será realizado no dia 22/11/2024 na Praça da Paz.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: MR COMÉRCIO DE FUMOS LTDA
CNPJ: 08.363.553/0001-10
VALOR: R$ 5.260,00 (cinco mil e duzentos e sessenta reais)

AUTORIZAÇÃO: 07/11/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:FFFADB3B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 078/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 078/2024

PROTOCOLO: 4366/2024

Objeto: Aquisição de tenda piramidal branca para eventos promovidos pela secretaria de Esporte, Cultura e Lazer.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: MATEUS PSCHEIDT
CNPJ: 08.714.385/0001-60
VALOR: R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais)

AUTORIZAÇÃO: 07/11/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:4FDC9848

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 133/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 133/2024

PROTOCOLO: 4355/2024

Objeto: Pagamento de 03 (três) inscrições no curso: Marco Regulatório das OSCs (Lei nº 13.019/2014), que acontecerá no dia 18 de novembro de 2024.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: ICAP- INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PUBLICA LTDA
CNPJ: 21.107.770/0001-08

VALOR: R$ 4.590,00 (quatro mil, quinhentos e noventa reais)

AUTORIZAÇÃO 07/11/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:4ADA7DEA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 079/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 079/2024

PROTOCOLO: 4291/2024

Objeto: Aquisição de Fragmentadoras de Papel que resultaram desertas no pregão de equipamentos

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

CONTRATADA: PIRES INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 03.610.379/0001-40
VALOR: R$ 5.990,00 (cinco mil e novecentos e noventa reais)

CONTRATADA: MÁXIMA ATACADISTA EIRELI
CNPJ: 26.716.048/0001-94
VALOR: R$ 759,00 (setecentos e cinquenta e nove reais)

AUTORIZAÇÃO: 07/11/2024

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:F506198D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.º 315/2024

DECRETO N.º 315/2024

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2024 no total de R$ 73.000,00.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados

com as Leis Municipais n.º 1530 e 1531 de 11 de dezembro de 2023 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2024, na importância de R$ 73.000,00 mediante as seguintes providências:

Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
05.001	VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
15.452.0005.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1250	01065-Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás	40.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
09	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
09.002	ÁREA DE ESPORTE/ÁREA DE LAZER	
27.812.0011.2025	MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2880	00000-Recursos Ordinários (Livres)	33.000,00
	SUBTOTAL	33.000,00
	TOTAL	73.000,00

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....	**73.000,00**

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
05.001	VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
15.452.0005.2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1280	01065-Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás	40.000,00
	SUBTOTAL	40.000,00
09	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
09.002	ÁREA DE ESPORTE/ÁREA DE LAZER	
27.812.0011.2025	MANUTENÇÃO DO ESPORTE E LAZER	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2840	00000-Recursos Ordinários (Livres)	33.000,00
	SUBTOTAL	33.000,00
	TOTAL	73.000,00

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....	**73.000,00**

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1446/2021 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1530/2023 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 07 de novembro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:94C5C0EB

SECRETARIA DE GOVERNO
EDITAL CONVOCAÇÃO - 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - REVISÃO PLANO DIRETOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE PIÊN, ESTADO DO PARANÁ, com sede à Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên/PR, através de seu Prefeito, no uso de suas atribuições, **CONVOCA** toda a população do Município para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** a ser realizada:
DIA: 27 de novembro de 2024
HORÁRIO: 19:00 horas
LOCAL: Câmara Municipal de Piên, localizado na Rua Amazonas, nº 136, Piên/PR
TEMA: Revisão do Plano Diretor Municipal

Piên/PR, 7 de novembro de 2024.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:38F9C5C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3066/2024

PORTARIA Nº 3.066/2024

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - CONCEDER, licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal VANDERLEY DO AMARAL, matricula funcional nº 606-1 CPF nº 905. ***. ***. -53, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, Nível 12-A, referência A01 lotado no Departamento de Viação Obras e Urbanismo, em conformidade com atestado médico datado em 06 de novembro de 2024.

Art. 2º - A remuneração correspondente ao período de afastamento, os primeiros quinze dias o pagamento será efetuado pelo Município, e o restante será pago diretamente pelo INSS.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná em 06 de novembro de 2024.

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:3D63D175

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3064/2024

PORTARIA N.º 3.065/2024

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados, relativo aos períodos de gozo e períodos aquisitivos que menciona:

Nome	Mat. funcional	Cargo	Per. Gozo	Per. Aquisitivo
Vanessa Carniel Motta Da Silva	460-1	Enfermeira	15/02/2022 a 14/02/2023	06112024 a 15/11/2024

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná em 06 de novembro de 2024

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:42EDB93E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 179/2024

Município de Pinhal de São Bento - 2024
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Lei/Ato n° 4361 - Decreto n° 179/2024 de07/11/2024		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 3681 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	965	2023
Crédito adicional			**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Suplementar			Excesso de Arrecadação	10.000,00
Despesa				
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO		
450	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação	
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Excesso de Arrecadação	Acréscimo	10.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:B99782C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 179/2024

DECRETO 179/2024

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.965/2023 no exercício de 2024**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2024 no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 940/2023 de 21/06/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2024, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 07 de Novembro de 2024.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:A7928801

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 181/2024

Município de Pinhal de São Bento - 2024
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Lei/Ato n° 4363 - Decreto n° 181/2024 de07/11/2024		**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 3681 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	965	2023
Crédito adicional			**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Suplementar			Excesso de Arrecadação	30.000,00
Despesa				
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:** Acréscimo	30.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:** Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração		
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
510	0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Excesso de Arrecadação	
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar		Excesso de Arrecadação	Acréscimo	30.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:E520CFA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 180/2024

DECRETO 180/2024

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.965/2023 no exercício de 2024**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2024 no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados

recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 940/2023 de 21/06/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2024, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 07 de Novembro de 2024.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:9EA626FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 181/2024

DECRETO 181/2024

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.965/2023 no exercício de 2024**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2024 no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 940/2023 de 21/06/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2024, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 07 de Novembro de 2024.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4B2CD557

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 183/2024

Município de Pinhal de São Bento - 2024			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2024 até 31/12/2024			
Lei/Ato n° 4365 - Decreto n° 183/2024 de 07/11/2024	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 3681 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	965	2023

Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação		2.000,00
Despesa			
06	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de alteração:** Acréscimo	2.000,00
06.002	Fundo Municipal de Saúde	**Tipo de operação:** Abertura	
10.301.1001.2043	RECURSOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
3825 / 382	Resolução nº 605/2024 - TABLETS - Vigilância em Saúde - ACE		
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**Excesso de Arrecadação	

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	2.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:C8A6352E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 182/2024

DECRETO 182/2024

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.965/2023 no exercício de 2024**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2024 no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 940/2023 de 21/06/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2024, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 07 de Novembro de 2024.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:52C3F65F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 183/2024

DECRETO 183/2024

Autoriza o Executivo Municipal proceder à abertura de crédito adicional especial suplementar da Lei nº.965/2023 no exercício de 2024**.**

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida em Lei.

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, para o Exercício de 2024 no valor de R$ 2.000,00 (Dois mil reais) conforme anexos:
Art. 2º - Para cobertura do crédito adicional especial a ser aberto em conformidade com a autorização do artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de anulação de dotação das contas e excesso de arrecadação e superavit conforme anexos
Art.3º- Determina o ajuste da Lei nº 829/2021 de 05/07/2021 – Plano Plurianual (PPA), e a Lei nº 940/2023 de 21/06/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2024, nas ações correspondentes

Município de Pinhal de São Bento, em 07 de Novembro de 2024.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:71195B00

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2024 DISPENSA Nº 35/2024

RATIFICO a presente contratação por dispensa de licitação na forma do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/21, fundamentado nas informações exaradas no presente processo, bem como ADJUDICO à AEROVOO VIAGENS E TURISMO LTDA., com sede na Visconde de Nacar, 1505, Centro, Curitiba-PR, CEP 80410201, inscrita no CNPJ sob o nº 54.513.694/0001-90, a "Aquisição de passagem aérea", no valor de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

Câmara Municipal de Piraquara, em 07 de novembro de 2024.

VALMIR SOARES MACIEL (NANICO)
Presidente

Publicado por:
Marlon Augusto Lustosa do Valle
Código Identificador:4CB709C0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 06/2024 – COMDIPI

SÚMULA: Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Incentivo Cuida Mais Paraná - Acolhimento de Pessoa Idosa - Del. 033/2024 - COEDE.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Piraquara – COMDIPI,** no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.151/2011 e a Lei Municipal nº 1.681/2017 e conforme deliberado na Sessão Ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2024;
RESOLVE:
Art.1º - Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Incentivo Cuida Mais Paraná - Acolhimento de Pessoa Idosa - Del. 033/2024 - COEDE/PR.
Art. 2º - Esta publicação entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Piraquara, 06 de novembro de 2024.

JOEL FREIRE DA SILVA
Presidente do COMDIPI

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:7E22D576

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 07/2024 – COMDIPI

SÚMULA: Aprova o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Incentivo Viaja Mais 60 - Fase II - Del. 034/2024 - COEDE.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Piraquara – COMDIPI,** no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.151/2011 e a Lei Municipal nº 1.681/2017 e conforme deliberado na Sessão Ordinária realizada no dia 29 de outubro de 2024;
RESOLVE:
Art.1º - Aprovar o Termo de Adesão e o Plano de Ação do Incentivo Viaja Mais 60 - Fase II - Del. 034/2024 - COEDE/PR.
Art. 2º - Esta publicação entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Piraquara, 06 de novembro de 2024.

JOEL FREIRE DA SILVA
Presidente do COMDIPI

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:20EB607F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 73/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5.336/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 57/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE PIRAQUARA – **Contratada:** DIGITAL DESIGN – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP – **Objeto:** prorrogação de prazo de vigência, na prestação de serviços de *"contratação de empresa especializada em fornecimento de links de internet dedicada"*, **por mais 12 (doze) meses**, iniciando-se no dia **11 de novembro de 2024 e findando em 10 de novembro de 2025,** no valor total de R$ 53.099,76 (cinquenta e três mil noventa e nove reais e setenta e cinco centavos). – **Data da assinatura:** 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:FDBA5BDB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N. 36/2024 PROCESSO LICITATÓRIO: 40.805/2024

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio da Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a **a**quisição de Insumos Odontológicos, será realizada no dia 22/11/2024 - 09h por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** Critério de Julgamento: Menor Valor. Valor Máximo: R$ 2.058.041,41 (Dois milhões cinquenta e oito mil quarenta e um reais e quarenta e um centavos). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019).

Piraquara, 07 de novembro de 2024.

SHEILA GUIMARÃES VELOSO
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:643EF3E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N° 489/2023

CONTRATANTE: Município de Piraquara. **CONTRATADA:** Zanatta Equipamentos Médicos Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.647.178/0001-42. **OBJETO:** prorrogação do prazo de vigência referente a locação do concentrador de oxigênio e prestação de serviços de oxigenoterapia domiciliar, por mais **12 (doze) meses** com **início em 01/12/2024 e término em 30/11/2025**. **Data da Assinatura**: 6 de novembro de 2024

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:AEAB48DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SESSÃO DE HABILITAÇÃO INEXIGIBILIDADE N.º 18/20218 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 14.059/2018

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, por meio da Presidente da Comissão Especial de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a sessão para ANÁLISE dos documentos de habilitação das seguintes Instituições Financeiras: **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO AILOS**, inscrita no CNPJ 05.463.212/0001-29 **será realizada no dia 18 de novembro de 2024, às 9h30** e da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,** inscrita no CNPJ MATRIZ 00.360.305/0001-04, CNPJ FILIAL 00.360.305/3866-22, **será realizada no dia 18 de novembro de 2024, às 10h00**, ambas referente à INEXIGIBILIDADE mencionada acima, cujo objeto é o Credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central para a prestação de serviços de arrecadação de Tributos Municipais, Contribuições de Melhoria, Taxas Diversas e demais receitas públicas do município, por meio de documentos com código de barras emitidos pelo Município. As sessões acontecerão na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Finanças, na Prefeitura Municipal de Piraquara. Informações estarão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Finanças, Setor de Licitações, localizada na Avenida Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara, Paraná, das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site: www.piraquara.pr.gov.br.

Piraquara, 07 de novembro de 2024.

NÉLY IVANOSKI MIZERKOWSKI -
Presidente Interina da Comissão - Especial de Licitação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:596B9E68

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N. 37/2024 PROCESSO LICITATÓRIO: 34.633/2024

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio da Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública eletrônica para a realização do pregão eletrônico citado, que tem por objeto a Aquisição de Fórmulas Infantis, Suplementos alimentares e Dietas Enterais, será realizada no dia 25/11/2024 - 09h por meio do Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** Critério de Julgamento: Menor Valor. Valor Máximo: R$ 1.588.948,00 (Um milhão quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e quarenta e oito reais). Aquisição de Edital: O Edital e anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – **www.gov.br/compras** e no endereço eletrônico **www.piraquara.pr.gov.br, no link licitações**, podendo também ser obtido na sede da Prefeitura Municipal de Piraquara, no endereço Av. Getúlio Vargas, 1990, Centro, Piraquara/PR, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas e 13 horas às 17 horas. O fornecimento diretamente no local acima informado poderá ser feito por meio da gravação de cópia digital (em mídia fornecida pelo interessado) ou de cópia impressa, mediante o recolhimento do valor correspondente ao custo da respectiva impressão (nos termos do que regulamenta o Decreto Municipal n° 7.359/2019).

Piraquara, 7 de novembro de 2024.

SHEILA GUIMARÃES VELOSO –
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:E1C505C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº 29.523/2019 - CREDENCIAMENTO POR INEXIGIBILIDADE Nº 15/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos ao artigo 25 da Lei 8.666/93, **RATIFICA** o **PROCESSO Nº 29.523/2019 – CREDENCIAMENTO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2019**, de contratação da empresa **CLINICA DE RADIOLOGIA PIRAQUARA LTDA ME,** inscrita no CNPJ nº 21.966.995/0001-10, que tem por objeto o credenciamento de empresas especializadas, segundo, valor contemplado na Tabela referencial de Consultas especializadas, conforme dispõe a resolução nº 14 de 29 maio de 2019 do Conselho Municipal de Saúde - COMUSP, para atender a demanda dos munícipes que utilizam o sistema único de saúde, sob valor total de R$ 1.684.362,25 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

Piraquara, 05 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:6F8D3512

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.789/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Nomear o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público, realizado através do Edital nº 542/2023 e com homologação através do Edital nº 629/2024, cumprindo as exigências legais.
CARGO: AGENTE EDUCACIONAL II (SECRETARIA ESCOLAR)

Nome	Admissão
LARISSA GRAZIELA DE SOUZA	07/11/2024

***Candidato pertencente a reserva de vagas para PCD.**
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 07/11/2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 07 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:31354081

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 12.790/2024

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, no valor de R$ 52.420,71 (Cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e um centavo).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.451 de 12 de dezembro de 2023,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 52.420,71 (Cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e um centavo), conforme especificado neste Decreto.
Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:
13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal de Assistência Social
13.003.08.244.0006.2036 – Coordenação das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00	393	1000	Diárias- Pessoal Civil	R$ 10.000,00
3.3.90.46.00.00	394	1000	Auxilio Alimentação	R$ 10.000,00
Total				**R$ 20.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal de Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.30.00.00	397	797	Material de Consumo	R$ 8.000,00
3.3.90.30.00.00	397	801	Material de Consumo	R$ 11.510,00
3.3.90.30.00.00	397	807	Material de Consumo	R$ 2.910,71
3.3.90.30.00.00	397	808	Material de Consumo	R$ 10.000,00
Total				**R$ 32.420,71**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal de Assistência Social
13.003.08.244.0006.2036 – Coordenação das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00	389	1000	Obrigações Patronais	R$ 20.000,00
Total				**R$ 20.000,00**

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal de Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.36.00.00	401	797	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R$ 8.000,00
3.3.90.36.00.00	401	801	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R$ 11.510,00
3.3.90.39.00.00	402	807	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 2.910,71
3.3.90.39.00.00	402	808	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$ 10.000,00
Total				**R$ 32.420,71**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.409 de 28/08/2023, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, e nº 2.240/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 07 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:E5351C5D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.791/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Amiris Telma Emiliano Gasola	992264	Cirurgião Dentista (40 Horas)	04/11/2024	A Pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 04/11/2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 07 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:C6DD8F41

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.792/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Ana Karoline Siqueira	814691	Agente Educacional	04/11/2024	A Pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 04/11/2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 07 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:DF718F6D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.793/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Karla Karoline Pinheiro Bueno	9582921563	Técnico Administrativo	30/10/2024	A Pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 30/10/2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 07 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:30F1899D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.794/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Paula Marcela de Souza	9582920905	Técnico em Saúde Bucal	05/11/2024	A Pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 05/11/2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 07 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:9BBFC319

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.795/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração do servidor efetivo abaixo relacionado:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Ulysses Teixeira da Silva	997347	Médico Generalista (40 Horas)	04/11/2024	A Pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 04/11/2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 07 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:EAB00910

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 12.796/2024

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, no valor R$ 950.000,00 (Novecentos e cinquenta mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.451 de 12 de dezembro de 2023,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 950.000,00 (Novecentos e cinquenta mil reais) conforme especificado neste Decreto.
Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:
11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.302.0007.2.024 – Ações de Média e Alta Complexidade

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00	570	350	Subvenções Sociais	R$ 950.000,00
Total				**R$ 950.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:
11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.302.0007.2.024 – Ações de Média e Alta Complexidade

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.72.39.00.00	294	350	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	R$ 950.000,00
Total				**R$ 950.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.409 de 28/08/2023, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, e nº 2.240/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 07 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:69E6CEB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 12.797/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Silvania Gesiane Rutkowski	992712	Enfermeiro	04/11/2024	A Pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 04/11/2024.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 07 de novembro de 2024.

JOSIMAR APARECIDO KNUPP FRÓES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna de Castro Greboggi
Código Identificador:63D297C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
AGENDA DE INSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

AGENDA DE INSTRUÇÃO DO PROJETO DE LEI DO ORÇAMENTO ANUAL
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

De acordo com o art. 227-A do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Finanças e Orçamento elaborar a agenda de instrução da Lei Orçamentária Anual.

Data limite para as atividades:

Data	Atividade
05/11	Distribuição da matéria
13/11 17h	Realização de Audiência Pública pela CFO
14/11	Protocolo de sugestões populares
18/11	Manifestação dos vereadores da intenção de apresentar emendas (Informar à assessoria: beneficiário, valor, objeto e justificativa)
28/11	Protocolo das emendas pela assessoria e contabilidade
02/12	Apresentação do voto pelo Relator
03/12	Votação do Relatório pela Comissão de Finanças e Orçamento
06/12	Discussão e 1ª Votação – Extraordinária - 14h
10/12	Discussão e 2ª Votação – Ordinária - 19h

As emendas ao Projeto de Lei somente poderão ser aprovadas **quando compatíveis** com o Plano Plurianual (§ 2º, art. 109, Lei Orgânica Municipal).

VALOR DAS EMENDAS:

	Valor
Receita Corrente Líquida1. Exercício 2023. (Base de cálculo Art. 109-A, LOM)	R$ 152.498.509,82
2% da RCL: **Emenda Parlamentar Individua**l (13 vereadores) (Sendo o mínimo de R$ 117.300,00 para ações e serviços públicos de saúde)	R$ 234.600,00
1% da RCL: **Emenda por Bancada2** (7 bancadas) MDB; PP; PSD; PSDB; Republicanos; Solidariedade e União	R$ 217.800,00

TOTAL DAS EMENDAS	R$ 4.574.400,00

MAURO DOS SANTOS
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

1Em anexo. RCL 2023. Município.
2Em anexo, Certidões de Filiação Partidária dos vereadores.

Publicado por:
Iuri de Oliveira
Código Identificador:031758FC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PITANGA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2024
OBJETO: contratação de horas de treinamento para vereadores e servidores do sistema de votação eletrônica com a Softcam Soluções Ltda.
CONTRATADO: Softcam Soluções Ltda **CNPJ:** 24.092.271/0001-82
VALOR: R$ 500,00 (quinhentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.001.01.031.0101.2.108.3.3.90.39.48.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Serviços de Seleção e Treinamento.
FUNDAMENTO LEGAL: inciso I do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Pitanga, 07 de novembro de 2024

VALDOMIRO RODRIGUES DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Regiane Bobato
Código Identificador:4967E579

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 636, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Institui Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 05/2024 - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399/2022).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando o memorando nº 18.827/2024, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 05/2024 Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei nº 14.399/2022):
I – Celene Taborda, matrícula funcional nº 50072 e nº 51888;
II – Edimara Krupek, matrícula funcional nº 51890 e nº 51892;
III – Marcia Stoski, matrícula funcional nº 135521 e nº 135522;
IV – Tânia Maria Calux Arruda, matrícula funcional nº 149311.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicaçã

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 06 de novembro de 2024.

MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:123BF167

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 006/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais para pintura da Câmara Municipal de Pitangueiras/PR.
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR MÁXIMO: R$ 6.611,72 (seis mil seiscentos e onze reais e setenta e dois centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 08/11/2024 às 07h00min ao dia 14/11/2024 às 07h59min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 14/11/2024 às 08h00min.
ENVIO DAS PROPOSTAS: Através do Protocolo Online, conforme item 5 do edital.
CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.
ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 5 do Edital.

Pitangueiras, 07 de novembro de 2024.

HELOISE RESQUETI ALMEIDA
Agente de Contratação

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:CBD1DF6C

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2024

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2024
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, II da Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Dispensa de Licitação n° 08/2023.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 01.498.895/0001-07
CONTRATADA: BENELLI MOVEIS LTDA
CNPJ/MF: 04.507.362/0001-24
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de móveis planejados para a Câmara Municipal de Pitangueiras/PR.
VALOR: R$ 28.469,00 (vinte e oito mil quatrocentos e sessenta e nove reais)
01.001.01.031.0001.2001-4.4.90.52.42.00.00
VIGÊNCIA: 07/11/2024 à 07/11/2025
SIGNATÁRIOS: Roberto Chaves de Almeida e Vânia Aparecida Benelli
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024

Publicado por:
Luiz Carlos Barbosa
Código Identificador:4D7041FE

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2024

OBJETO: Contratação dos serviços de Consultoria de Valores Mobiliários, no âmbito de investimentos, voltados aos Regimes Próprios de Previdência Social, segundo legislação pertinente.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

VALOR MÁXIMO: R$ 13.759,92 (treze mil setecentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 08/11/2024 às 08h00min ao dia 14/11/2024 às 07h59min.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 14/11/2024, às 08h00min.

ENVIO DAS PROPOSTAS: Através do Protocolo Online, conforme item 5 do edital.

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 6 do Edital.

Pitangueiras, 07 de novembro de 2024.

HELOISE RESQUETI ALMEIDA
Agente de Contratação

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:E8A78EDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 501/2024

DATA: 07 de novembro de 2024.

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidores.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica nomeado o **Sr. Nathan Patrick Bilati**, portador da Cédula de Identidade RG nº **.373.487-* SESP/PR e do CPF nº ***.291.029-**, para em comissão, exercer o cargo de **Comandante da Guarda Mirim**, símbolo CC-2, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão.

Art. 2º – O presente Decreto produzirá efeitos retroativos ao dia 05 de novembro de 2024.

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 07 de novembro de 2024.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:1DB0A076

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 77/2024

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 77/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2024

O MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, com sede na Av. Central, n° 408, em Pitangueiras – PR, torna pública a retificação do edital e do aviso de licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 77/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01/11/2024, Edição 3145, Código Identificador: BBB9F45B, como segue:

No item 2.1. do Edital:

•
Onde se lê:

2.1. Constitui objeto da presente licitação o registro de preço para contratação de Microempresa e/ou empresa de pequeno porte, nos moldes da Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, Decreto Municipal n° 415/2024 e 417/2024 para prestação de serviço especializado em segurança para eventual locação de mesas e cadeiras para atender as necessidades da Secretaria de Cultura e Turismo, conforme especificações contidas no Anexo I deste edital.

•
Passa-se a ler

2.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de preço para contratação de Microempresa e/ou empresa de pequeno porte, nos moldes da Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014, Decreto Municipal n° 415/2024 e 417/2024, para eventual produção de vídeos com conteúdos audiovisuais para veiculação em redes sociais existentes, com captação de imagens aéreas, através de drones e vídeos sobre as ações do município. O material deverá ser entregue em 3 formatos: uma em versão FULL HD, uma versão para FACEBOOK e outra para WAHTSAPP, conforme especificações contidas no Anexo I deste edital.

No item 15.1. do Edital:

•
Onde se lê:

15.1. Os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis depois de enviada a autorização de serviços.

•
Passa-se a ler

15.1. O objeto deverá ser executado em locais e datas pré-definidos pela Secretária responsável, a qual se obriga a informar com 03 (três) dias úteis de antecedência, através da AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO.

No aviso de licitação:

•
Onde se lê:

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 21/11/2024, às 09h00min.
INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 21/11/2024, às 09h30min.

•
Passa-se a ler:

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 27/11/2024, às 09h00min.
INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 27/11/2024, às 09h30min.

Pitangueiras, 07 de novembro de 2024.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:3782C2FC

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2024

OBJETO: Aquisição de material escolar para distribuição gratuita aos alunos da rede pública deste Município, conforme especificações contidas no Anexo I deste edital.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 104.735,05 (cento e quatro mil setecentos e trinta e cinco reais e cinco centavos).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 25/11/2024, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 25/11/2024, às 09h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.3 e 3.3.1 do Edital.

Pitangueiras, 07 de novembro de 2024.

HELOISE RESQUETI ALMEIDA
Pregoeira

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:5878B4A5

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2024

OBJETO: Registro de preços, nos moldes da Lei Complementar n° 123/06, para eventual prestação de serviços de borracharia.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 68.044,60 (sessenta e oito mil e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 28/11/2024, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 28/11/2024, às 09h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.3 e 3.3.1 do Edital.

Pitangueiras, 07 de novembro de 2024.

HELOISE RESQUETI ALMEIDA
Pregoeira

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:A6E20DFC

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2024

OBJETO: Registro de preços, nos moldes da Lei Complementar n° 123/06, para eventual prestação de serviços de arbitragem.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 141.271,92 (cento e quarenta e um mil duzentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 29/11/2024, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 29/11/2024, às 09h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.3 e 3.3.1 do Edital.

Pitangueiras, 07 de novembro de 2024.

HELOISE RESQUETI ALMEIDA
Pregoeira

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:9044749E

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2024

OBJETO: Registro de preços, com item nos moldes da Lei Complementar n° 123/06 e item de ampla concorrência, para eventual locação de banheiro químico.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO: R$ 115.132,60 (cento e quinze mil cento e trinta e dois reais e sessenta centavos).

ABERTURA E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 02/12/2024, às 09h00min.

INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: dia 02/12/2024, às 09h30min.

LINK DE ACESSO AO PROCESSO: O Pregão Eletrônico Para Registro de Preços será realizado em sessão pública, via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico https://bllcompras.com

CONSULTAS AO EDITAL E INFORMAÇÕES: www.pitangueiras.pr.gov.br ou Avenida Central, nº 408, Pitangueiras-Pr.

ESCLARECIMENTOS: através do telefone (43) 3257-1143, na Avenida Central, 408, na cidade de Pitangueiras – PR, pessoalmente ou via protocolo online, conforme item 3.3 e 3.3.1 do Edital.

Pitangueiras, 07 de novembro de 2024.

HELOISE RESQUETI ALMEIDA
Pregoeira

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:589C257B

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2024-

CONTRATANTE: Município de Pitangueiras, Estado do Paraná, com sede à Rua Avenida Central, 408 - Centro, inscrito no CGC/MF nº 95.543.427/0001-42, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Samuel Teixeira, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.055.888-0 SSP/PR e do CPF/MF nº 038.408.449-40, e

CONTRATADA:CONSTRUAST ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Construção de barracão industrial, conforme projetos.

VALOR: R$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO:180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de novembro de 2024.

FORO: Comarca de Astorga, Estado do Paraná.

Pitangueiras, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Caroline Garcia
Código Identificador:DFF08E1D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO PRESENCIAL" Nº 039/2024

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob nº 039/2024, conforme descrito abaixo:
OBJETO: Aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores radiais, destinados a manutenção regular da frota de máquinas e veículos, deste município de Planalto PR.
VALOR TOTAL: R$2.045.866,86(Dois milhões, quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos).
DATA DA ABERTURA: 25 de novembro de 2024 às 09:00 (nove) horas.
Maiores informações junto ao Departamento de Licitações em horário de expediente ou pelo e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br**.**

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:89576813

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR 04/2024 CREDENCIAMENTO Nº 04/2024 INEXIGIBILIDADE 113/2024 EXTRATO DO CONTRATO Nº 769/2024

O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52**,** pessoa jurídica de direito público**,** situados à Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná**,** neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **Rudisney Gimenes Filho**, e de outro lado, a Empresa **CAIOBÁ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, inscrita no **CNPJ n.º 40.388.611/0001-73.**
DO OBJETO: A Contratada, de acordo com as condições, especificações e demais elementos estabelecidos no termo de referência**,** que passa a integrar este Instrumento Contratual, independentemente de transcrição, Credenciamento de Empresa para prestação de serviços especializados nos Pronto Atendimentos no Município de Pontal do Paraná, em caráter complementar, conforme suas necessidades.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 1.488.060,00 (Um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, e sessenta reais). O prazo de execução e vigência do contrato, será de 6 (seis) meses. Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 03 de novembro de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:DF07A7B4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR 07/2024 CREDENCIAMENTO Nº 07/2024 PROCESSO LICITATÓRIO N° 172/2024 INEXIGIBILIDADE N° 84/2024 EXTRATO DO MINUTA DE CONTRATO Nº 788/2024

O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52**,** pessoa jurídica de direito público**, situados à Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná,** neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **Rudisney Gimenes Filho**, e de outro lado, a Empresa **LUIZA IZABEL MARCELINO DE SOUSA**, **CNPJ n.º 50.622.061/0001-69.**
DO OBJETO: A Contratada, de acordo com as condições, especificações e demais elementos estabelecidos no edital e seus anexos, que passam a integrar este Instrumento Contratual, independentemente de transcrição, obriga-se a **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná e demais dependências das Secretarias que necessitem da prestação do serviço, de modo a atender as demandas provenientes da: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude e da Secretaria de Assistência Social.**

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 11.340,00 (Onze mil, trezentos e quarenta reais).
Oficinas: Sustentabilidade e Cidadania. 840 horas. **O Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, por um período de 06 (seis) meses.** Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 07 de novembro de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:332B3527

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 221/2024 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 055/2024 EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 771/2024

O MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANÁ, inscrito nº CNPJ nº 01.609.843/0001-52, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ nº 09.515.395/0001-30, pessoa jurídica de direito público, situada à Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Rudisney Gimenes Filho, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº 55/2024, processo administrativo n.º 221/2024, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir definidas. Empresa vencedora: **DENTAL SUL AMERICA COMERCIAL LTDA - EPP,** inscrita no **CNPJ sob nº 02.375.705/0001-19.**

DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS: A presente Ata tem por objeto Registro de preço para aquisição de materiais de consumo odontológicos, com entrega fracionada, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificado no edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição. Valor TOTAL Registrado: R$4.144,00 (Quatro mil, cento e quarenta e quatro reais).

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano. Departamento de Compras e Licitações. Pontal do Paraná, 04 de novembro de 2024. Alexia Cason Okazaki.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:9B552C17

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO PROCEDIMENTO AUXILIAR 12/2024 CREDENCIAMENTO Nº 12/2024 INEXIGIBILIDADE 111/2024 EXTRATO DO CONTRATO Nº 780/2024

O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52**,** pessoa jurídica de direito público**, situados à Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná,** neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **Rudisney Gimenes Filho**, e de outro lado, a Empresa **JOSIMARA ADRIANA GUEBUR, CNPJ n.º57.216.429/0001-38**.

DO OBJETO

A Contratada, de acordo com as condições, especificações e demais elementos estabelecidos no edital e seus anexos, que passam a integrar este Instrumento Contratual, independentemente de transcrição, obriga-se a **execução de oficinas a serem desenvolvidas nos espaços públicos de ensino, Escolas e CMEIS do município de Pontal do Paraná, de modo a atender as demandas provenientes da Secretaria Municipal de Educação. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 26.740,00 (Vinte e seis mil, setecentos e quarenta reais).**

OFICINA DE APOIO PEDAGÓGICO. Educação. 1400 horas. Os contratos terão vigência a partir de sua assinatura, por um período de até 10 (dez) meses.

Departamento de Compras e Licitações.

Pontal do Paraná, 06 de novembro de 2024.

ALEXIA CASON OKAZAKI.

Publicado por:
Alexia Cason Okazaki
Código Identificador:F05ED410

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA N.º 1. 332 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024 .

O Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, RUDISNEY GIMENES FILHO, no uso das atribuições legais e de acordo com o disposto no Art. 78 da Lei 8.666/1993 e demais legislação aplicável , e conforme solicitado **no Processo Administrativo nº 733/2023.**

RESOLVE:

Art. 1º - Substituir o servidor **MARCELO RIBEIRO DA SILVA** que estava sob a responsabilidade de fiscal de contrato para fiscalização do **CONTRATO 361/2023 - Empresa :CAMILA VENTURIN ZAPPELLINI PAIVA- PREGÃO ELETRONICO 33/2023,** da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** pelo servidor por **VITOR HUGO SANTANA ,** firmado pelo Poder Executivo com base na Lei acima especificada e conforme tabela em anexo.

Parágrafo Único - O servidor designado observará no desempenho das atribuições cometidas nesta Portaria as disposições contidas nas leis acima especificadas , bem como nas instruções pertinentes constantes de atos normativos baixados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 06 de novembro de 2024.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BCF59F17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 027 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2024

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 25.806/2024, nos seguintes termos:
I - Permissionário: LOVE PICTURES COMPANY LTDA;
CNPJ: 23.038.512/0001-42;
II – Finalidade: produção de vídeo (propaganda);
III - Natureza do evento: cultural;
IV - Modalidade: onerosa R$ 750,00;
V- Local: Balneário de Pontal do Sul – Av. Dep. Anybal Khury, s/n - totalizando uma área de 2.500m2 (50,0 X 50,0) (coord. 25º34´39.33´´S – 48º24´56.20´´O).
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de 09/11/2024 a 09/11/2024 (01 dia) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;
VI - Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

VII - Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;
VII- Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:
a) à retirada sumária pela União dos equipamentos instalados, sem indenização por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;
b) ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;
c) a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.
Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local;
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências;
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente;
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.
Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SPU juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:885FE069

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 08/2024

SÚMULA: Aprovação dos Projetos das Entidades de Assistência Social de Porecatu - PR

O Conselho Municipal de Assistência Social Porecatu - PR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 931/1995, alterada pela Lei nº 1.352/2009 e 1.690/2015 e,
Considerando a deliberação da plenária realizada em 06/11/2024,
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar os Projetos das Entidades de Assistência Social visando o repasse de recursos do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em 2025, nos seguintes valores:

SOS – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes e idosos em parceria com o CRAS - **R$ 108.000,00** (conforme repasse do Fundo Nacional de Assistência Social)
SOS – Programa de Atendimento ao Adolescente "Lucilia Giglio Rossi" e Programa de Liberdade Assistida **R$ 216.000,00**
Lar Padre Calógero Gaziano: R$102.000,00

Art. 2º - Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação

Porecatu, 06 de Novembro de 2024.

CRISTYANE GISELE PERES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Soraya B.cavalheri
Código Identificador:607AAA3C

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO N° 09/2024

SÚMULA:Aprova a Programação SIGTV nº 412000220240002que tem por finalidade estruturar a Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

OConselho Municipal de Assistência Social de Porecatu/PR, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal n°931/1995, alterada pela Lei nº 1.352/2009 e 1.690/2015,
Considerando sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociaise o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Únicode Assistência Social - SUAS, bem como observando a deliberação proferida por esteConselho em referendo no dia06/11/2024,

RESOLVE:
Art. 1º - APROVAR a Programação nº 412000220240002, elaborada e inserida pela PrefeituraMunicipal de Porecatu/PR no Sistema de Gestão de transferências Voluntárias – SIGTV(Ministério da Cidadania), com a finalidade de estruturar a rede de serviços doSistema Único de Assistência Social - SUAS, mediante transferência voluntária derecursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a unidade queoferta serviçosocioassistencial nacionalmente tipificados (Resolução CNAS 109/2009), conformea seguir:
a) Unidade Beneficiária:ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
b) Denominação: CNPJ: 77.235.216/0001-60
c) Valor (R$): 100.000,00
d) Classificação do Recurso: Custeio

Art.2°- Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 06 de Novembrode 2024.

CRISTYANE GISELE PERES
Presidente do CMAS

Publicado por:
Soraya B.cavalheri
Código Identificador:A4C54E5F

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 088/2024, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024.

SÚMULA: Cancela Restos à Pagar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porecatu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 84, IV, da Constituição Federal.

D E C R E T A:

ARTIGO 1. º - Os Órgão e Unidades Orçamentárias do Poder Executivo, constantes do Orçamento Fiscal deverão cancelar até esta data, na forma do Anexo I integrante a este Decreto, os Restos a Pagar inscritos até **31 de dezembro de 2023**, assim como em exercícios anteriores, que não tiverem sido pagos até a data de publicação deste Decreto e que atendam os seguintes quesitos:

I – os contratos, convênios e instrumentos correlatos que não tenham sido oficialmente formalizados;

II – a contraprestação de bens, serviços ou obras que não tenha sido comprovadamente executada a sua fase de processamento ou liquidação da despesa;

III – Oriundos de procedimentos licitatórios e contratos que não tenham sido homologados até a data de publicação do presente Decreto, inclusive nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

ARTIGO 2. º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de créditos abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

ARTIGO 3. º - Por força de Ação Judicial em trâmite, fica autorizado o cancelamento dos empenhos da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, referentes ao exercício de 2024, inclusive os restos à pagar dos exercícios de 2022 e 2023.

ARTIGO 4. º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (04.11.2024).

FÁBIO LUIZ ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Soraya B.cavalheri
Código Identificador:EFF831C1

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 02/2024

Resultado final dos projetos submetidos ao chamamento público nº 02/2024 para seleção de projetos visando bolsas culturais de promoção, difusão e circulação cultural e para subsídio e manutenção de espaços e organizações culturais

A Secretaria de Cultura e Turismo de Porecatu torna público o resultado final dos projetos submetidos ao Edital nº 02/2024 a serem viabilizados nos termos da Lei nº 14.399/2022, no Decreto nº 11.740/2023, no Decreto nº 11.453/2023 e na Instrução Normativa MinC nº 10/2023.

1. RELAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROJETOS POR LINHA

1.1BOLSA PARA PROMOÇÃO DE FESTIVAL NATALINO - 1 (um) projeto no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

Proponente	Título	Tipo de proponente	Tipo de concorrência	Nota	Situação
Adriano Marcio Pereira Rosa	Festival de Natal	Pessoa Física	Ampla concorrência	9.0	Aprovado

1.2. LINHA 2 - BOLSA PARA PROMOÇÃO DE FEIRA CULTURAL - 1 (um) projeto, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

Proponente	Título	Tipo de proponente	Tipo de concorrência	Nota	Situação
NimiaIsidora Ramirez Mendes Montecelli	Festival Cultural de Aniversário de 77 anos de Porecatu.	Pessoa Física	Ampla concorrência	8.5	Aprovado

1.3 LINHA 3 - BOLSA PARA PROMOÇÃO DE FESTIVAL GOSPEL - 1 (um) projeto, no valor de R$ 15.359,98 (quinze mil trezentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos);

Proponente	Título	Tipo de proponente	Tipo de concorrência	Nota	Situação
Simone da Silva	Festival de Natal Gospel	Pessoa Física	Ampla concorrência	8.5	Aprovado

1.4 LINHA 4 - BOLSA PARA PROMOÇÃO E DIFUSÃO DE PROCESSOS CULTURAIS DE OFICINAS CRIATIVAS COMUNITÁRIAS - 2 (dois) projetos no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) cada;

Proponente	Título	Tipo de proponente	Tipo de concorrência	Nota	Situação
Célia Maria Cardoso de Oliveira	Oficina Comunitária de Capoeira	Pessoa Física	Ampla concorrência	8.0	Aprovado
Abílio Ricardo Ramos	Oficina de Teatro	Pessoa Física	Ampla concorrência	9.0	Aprovado

1.5 LINHA 5 - SUBSÍDIO PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS - 1 (um) projeto, no valor de R$ 16.942,52 (dezesseis mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Proponente	Título	Tipo de proponente	Tipo de concorrência	Nota	Situação
Maria Lucia Alonso Guedes	Casa do Artesão de Porecatu	Pessoa Física	Ampla concorrência	9.0	Aprovado

Porecatu, 07 de novembro de 2024.

ANA MARIA CAMARGO COSTA VANZELLA
Secretária de Cultura e Turismo

FÁBIO LUIZ ANDRADE
Prefeito

Publicado por:
Soraya B.cavalheri
Código Identificador:BB4FB110

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 143/2024 PETRO TRUCK

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2024

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº 4572335-6 SSP/PR, CPF nº 865.490.069-53, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **PETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI,** inscrita sob CNPJ 37.005.258/0001-90, estabelecida à Rod. BR 467, KM 78, Sala 02, Bairro Jardim Europa, cidade de Toledo, Estado do Paraná, CEP 85.907-060, representada por **ADILSO AUGUSTINHO CARNIEL,** inscrito no CPF 554.420.809-34 , portador da cédula de identidade Civil RG 4.124.141-1 SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento, conforme necessidade, de óleos lubrificantes destinados à manutenção de máquinas e veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, pelo período de 12 (doze) meses, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos no Termo de Referência.

ITEM	NOME	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	OLEO HIDRAULICO SAE 30 BALDE 20L. Marca: Mult Lub	GALÃO	30	R$260,00	R$7.800,00

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2024.

2 A entrega deverá ocorrer conforme orientações do Departamento Municipal Rodoviário de Porto Amazonas, o qual passará as informações do local dos serviços onde o produto deverá ser aplicado.

3 Os produtos não serão adquiridos de uma única vez, e sim de forma fracionada e nas quantidades solicitadas pelo Departamento Municipal Rodoviário, conforme necessidade, tendo em vista que não há depósito no Departamento em condições de armazenamento, durante o período de vigência do contrato de 12 (doze) meses.

4 A entrega do pedido independe de quantidades mínimas do(s) produto(s), NÃO PODENDO a empresa vencedora dos itens alegar a seu favor que não efetuou a entrega no prazo estabelecido em edital porque os custos operacionais para a sua realização são maiores que a própria mercadoria.

5 Ocorrendo erro na emissão da nota fiscal eletrônica, ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, as mesmas serão devolvidas e o pagamento ficará pendente até que a empresa fornecedora providencie medidas de regularização. Isto cabe também, no caso de irregularidade de certidões fiscais, pois o pagamento somente será liberado mediante apresentação das certidões que comprovem a manutenção da Regularidade Fiscal. Nestes casos, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, sem acrescentar qualquer ônus ao Município de Porto Amazonas.

6 O produto deverá ser entregue seguindo as especificações descritas no quadro do item 1 do Termo de Referência. Se o produto estiver em desacordo com os requisitos estabelecidos, a empresa deverá substituí-lo em até 24 (vinte e quatro) horas

7 O Gestor(a) de Contrato é a Sr. Robson Ribeiro Fagundes, Decreto nº 130/2023, e o fiscal de contrato será o servidor Ney José de Britto, portaria nº 028/2021.

8 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 08/11/2024, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 07/11/2025.

9 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 054/2024,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

10 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 07/11/2024.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*PETRO TRUCK DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES EIRELI*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:E36FE5B6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 144/2024 DUFILTER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2024

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº 4572335-6 SSP/PR, CPF nº 865.490.069-53, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **DUFILTER DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA,** inscrita sob CNPJ 51.560.442/0001-23, estabelecida à Rua Angelo Zulian Sobrinho, n°1411, Bairro São Caetano, cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 95.095-020, representada por **DANIEL CARLOS KOAKOSKI,** inscrito no CPF 933.110.950-49 , portador da cédula de identidade Civil RG 7060546178 SSP/RS, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento, conforme necessidade, de óleos lubrificantes destinados à manutenção de máquinas e veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, pelo período de 12 (doze) meses, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos no Termo de Referência.

ITEM	NOME	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	LIQUIDO ARREFECEDOR CAT 4L. Marca: Tirreno	GALÃO	40	R$110,00	R$4.400,00

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2024.

2 A entrega deverá ocorrer conforme orientações do Departamento Municipal Rodoviário de Porto Amazonas, o qual passará as informações do local dos serviços onde o produto deverá ser aplicado.

3 Os produtos não serão adquiridos de uma única vez, e sim de forma fracionada e nas quantidades solicitadas pelo Departamento Municipal Rodoviário, conforme necessidade, tendo em vista que não há depósito no Departamento em condições de armazenamento, durante o período de vigência do contrato de 12 (doze) meses.

4 A entrega do pedido independe de quantidades mínimas do(s) produto(s), NÃO PODENDO a empresa vencedora dos itens alegar a seu favor que não efetuou a entrega no prazo estabelecido em edital porque os custos operacionais para a sua realização são maiores que a própria mercadoria.

5 Ocorrendo erro na emissão da nota fiscal eletrônica, ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, as mesmas serão devolvidas e o pagamento ficará pendente até que a empresa fornecedora providencie medidas de regularização. Isto cabe também, no caso de irregularidade de certidões fiscais, pois o pagamento somente será liberado mediante apresentação das certidões que comprovem a manutenção da Regularidade Fiscal. Nestes casos, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, sem acrescentar qualquer ônus ao Município de Porto Amazonas.

6 O produto deverá ser entregue seguindo as especificações descritas no quadro do item 1 do Termo de Referência. Se o produto estiver em desacordo com os requisitos estabelecidos, a empresa deverá substituí-lo em até 24 (vinte e quatro) horas

7 O Gestor(a) de Contrato é a Sr. Robson Ribeiro Fagundes, Decreto nº 130/2023, e o fiscal de contrato será o servidor Ney José de Britto, portaria nº 028/2021.

8 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 08/11/2024, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 07/11/2025.

9 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 054/2024,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

10 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Porto Amazonas, 07/11/2024.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*DUFILTER DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:2A8C708B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE N°059/2024

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO N°1232/2024

PREGÃO ELETRÔNICO N°059/2024- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI, COTA PRINCIPAL E RESERVA DE COTA PARA ME, EPP E MEI

MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO
Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento, de forma fracionada, de tubos de concreto com 1 (um) metro de comprimento, tipo macho e fêmea para águas pluviais (drenagem) confeccionados conforme NBR 8890/2007 da ABNT, meios-fios e lajotas, para entrega no Município de Porto Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos no Termo de Referência anexo I deste instrumento convocatório.

RESOLVE:

ADJUDICAR as licitantes listadas abaixo para os itens que compõem o objeto do Pregão Eletrônico n°059/2024:

M TURECK - ME CNPJ: 17.517.237/0001-47 com os lotes: 1, 2, 5, 6, 14, 15 e 16 no valor total de R$ 233.400,00 (duzentos e trinta e três mil e quatrocentos reais).
BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM- EIRELI CNPJ: 07.859.451/0001-28 com os lotes: 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 no valor total de R$ 376.150,00 (trezentos e setenta e seis mil e cento e cinquenta reais).
DIMITRY SOLUÇÕES LTDA CNPJ: 42.371.904/0001-73 com os lotes: 18 e 19 no valor total de R$ 19.076,00 (dezenove mil e setenta e seis reais).
DANIEL ROCHA DE SOUZA CNPJ: 51.243.773/0001-30 com o lote: 17 no valor total de R$ 56.980,00 (cinquenta e seis mil e novecentos e oitenta reais).
Item fracassado: 4

Porto Amazonas, 07 de novembro de 2024.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:7296B2CA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL PE N°064/24

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 1506/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2024

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO

Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para aquisição de itens eletroeletrônicos e mobiliários para as escolas municipais, Biblioteca Cidadã e Departamento Municipal de Educação e Cultura, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos no Termo de Referência anexo I deste instrumento convocatório.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 25 de novembro de 2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 25 de novembro de 2024.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: **R$ 212.930,86 (duzentos e doze mil, novecentos e trinta reais e oitenta e seis centavos).**
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do telefone (42) 3256-1122 ou e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 07 de novembro de 2024.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:9243E776

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N.º 06/2024

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 06/2024

PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC/MF sob o n° 76.179.837/0001-01 (concedente) e a AMAS – Associação Menonita de Assistência Social, de Porto Amazonas, pessoa jurídica com sede nesta cidade na Rua Newton Craveiro do Amorin, n° 45, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.573.499/0005-00 (proponente)
OBJETO: O Recurso de incremento temporário será utilizado para:
- Materiais de Consumo e Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica, na melhoria dos espaços de atendimento com acessibilidade para as crianças e adolescentes da Entidade, conforme Plano de Aplicação apresentado pela Proponente, os quais integram o presente Instrumento de forma Indissociável. (Emenda Parlamentar nº 202430410004)
VALOR DO REPASSE: R$ 85.792,00
ORIGEM: Emenda Parlamentar n.º 202430410004.
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTÁRIA:
ORGÃO – 10 – Departamento de Assistência Social
UNIDADE – 10.001 – Fundo Municipal de Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE – 08.244.0031-2031 – Manutenção do Fundo de Assistência Social
NATUREZA DE DESPESA – 3.3.50.43.00.00 – Subvenção Social
ASSINATURA: 05/11/2024.
VIGÊNCIA: Da assinatura até 31 de dezembro de 2025.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:2DB8BA05

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO CONTRATO 097/2023

TERMO ADITIVO Nº----002 AO CONTRATO N°097/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº097/2023 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, ATRAVÉS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 238/2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS E O ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID E SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, REFERENTE AO PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA, DAS SEGUINTES RUAS: RUA NELSON RODRIGUES PAES.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, n° 67, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, portador da C.I.R.G. Nº 4.572.335-6, e do CPF nº 865.490.069-53, residente e domiciliado a Rua Barão do Cerro Azul, nº447, nesta cidade de Porto Amazonas/PR.

CONTRATADA: **PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA**, CNPJ N°32.750.290/0001-87, localizada na Avenida Ivo Carli, n°2655, bairro Conradinho, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85.055-520, a seguir denominada **CONTRATADA,** representada por **MAURÍCIO ZENI KURMANN**, portador da cédula de identidade R.G. n. º9.542.207-1 SSP/PR, inscrito no CPF sob n. º048.696.589-92.

GESTOR(A) DE CONTRATO: ANTONIO JORGE DOS SANTOS, PORTARIA Nº 007 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

FISCAL DE CONTRATO: NEY JOSÉ DE BRITTO, PORTARIA Nº 028 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao contrato nº097/2023, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato firmado entre as partes em 28/09/2023, nos termos previstos em sua Cláusula 24ª (Vigésima quarta).

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- Fica prorrogado o prazo de vigência pelo período de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

- O presente termo aditivo decorre de autorização e encontra amparo legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

- Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.
E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Amazonas, 07 de novembro de 2024.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
NOME:	**NOME:**
CPF:	**CPF:**
RG n.º:	**RG n.º:**

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:D41C2ABC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
REPUBLICAÇÃO AO EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 47/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 244/2022 PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 22/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ

CONTRATADA: ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, caput, II da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO: Aditar a avença original com o fim de promover a prorrogação contratual da prestação de serviços de locação de programas de informática (softwares 100% web), referentes aos sistemas para diversos setores da administração pública municipal, englobando os serviços de instalação, licença de uso, implantação, conversão, treinamento, customização, manutenção mensal que garantam as alterações legais, corretivas e atendimento técnico para os softwares de 16 de novembro de 2024 a até o dia 16 de novembro de 2025, permanecendo inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não revogadas.

DO VALOR PARA O EXERCÍCIO DE 2025: R$ 83.854,20 (Oitenta e três mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos).

Maringá, 25 de outubro de 2024.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo - CISPAR

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:651FD3AF

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 46/2024

Abre Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº. 580 de 07 de Dezembro de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 290.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA MIL REAIS) para reforço da seguinte dotação em vigor:
03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Acréscimo 80.000,00
03.002DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Abertura
04.122.0002.2009Manutenção da Administração Geral (Serviços Gerais)

3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
290 00000 Recursos Ordinários (Livres)

03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Acréscimo 4.000,00
03.002DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS Abertura
04.122.0002.2009Manutenção da Administração Geral (Serviços Gerais)
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
340 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 5.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.301.0005.2166Incentivo temporário do Componente de Custeio do Piso de Atenção
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
3000 01494 Transferências de Emenda para Custeio do Piso de Atenção Básica PAB

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 30.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0005.2051Manutenção da Atenção Especializada
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
1220 01496 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar –

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 1.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0005.2051Manutenção da Atenção Especializada
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
162 01496 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar –

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 30.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0005.2059Manutenção do Consórcio Intergestores Paraná Saúde
3.3.72.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
1730 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 2.500,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.243.0012.2071Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV com
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
2040 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 300,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.244.0012.2066Serviço de atenção Integral à Família - PAIF
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
2230 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 18.000,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.244.0012.2068Concessão de benefícios eventuais - PSB
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
2390 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Acréscimo 500,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.244.0014.2069Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV com
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
2421 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 5.000,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0017.2083Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
3472 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 10.000,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0017.2083Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
3470 01042 Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional

10 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES Acréscimo 56.000,00
10.001DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS Abertura
26.782.0004.2040Manutenção e Conservação de Veículos, Máquinas e Equipamentos
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
3990 00000 Recursos Ordinários (Livres)

10 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES Acréscimo 6.000,00
10.001DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS Abertura
26.782.0004.2040Manutenção e Conservação de Veículos, Máquinas e Equipamentos
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4020 00000 Recursos Ordinários (Livres)

10 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES Acréscimo 5.000,00
10.001DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS Abertura
26.782.0004.2040Manutenção e Conservação de Veículos, Máquinas e Equipamentos
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
4040 00511 Taxas - Prestação de Serviços

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, foi utilizado Cancelamento e da seguinte dotação:
03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO Anulação 1.000,00
03.003DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS Abertura
02.122.0002.2019Gestão de Pessoal - Divisão de Materiais e Compras
3.1.90.13.00.0CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
380 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 15.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0005.2051Manutenção da Atenção Especializada
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
1190 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 15.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.302.0005.2051Manutenção da Atenção Especializada
3.3.90.34.00.0OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE
1231 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 4.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.303.0005.2058Manutenção da Assistência Farmacêutica
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
10000 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 5.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura

10.304.0005.2054Manter Serviços de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
1510 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 2.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.304.0005.2054Manter Serviços de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do
3.3.90.36.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
1520 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 4.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.304.0005.2054Manter Serviços de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
1531 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 5.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.305.0005.2055Custeio das Ações de Vigilância em Saúde
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
1610 00000 Recursos Ordinários (Livres)

05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Anulação 1.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.305.0005.2055Custeio das Ações de Vigilância em Saúde
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
1640 00000 Recursos Ordinários (Livres)

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 2.700,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.243.0012.2071Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV com
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
2091 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 600,00
06.001FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS Abertura
08.244.0012.2066Serviço de atenção Integral à Família - PAIF
3.1.90.11.00.0VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
2170 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica – SUAS

06 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Anulação 5.000,00
06.004DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Abertura
08.243.0011.2060Manutenção do Conselho Tutelar
3.1.90.13.00.0CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
2740 00000 Recursos Ordinários (Livres)

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 5.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.361.0017.2084Manutenção do Ensino Fundamental (Fundeb / Outros).
4.4.90.52.00.0EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
1045 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Anulação 10.000,00
07.003DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO Abertura
12.361.0017.2083Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
3450 00000 Recursos Ordinários (Livres)

09 DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS Anulação 173.000,00
09.001DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS Abertura
15.451.0016.2100 Manutenção dos Bens Publicos
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
3800 00000 Recursos Ordinários (Livres)

10 DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES Anulação 5.000,00
10.001DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS Abertura
26.782.0004.2040Manutenção e Conservação de Veículos, Máquinas e Equipamentos
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
4010 00511 Taxas - Prestação de Serviços

*SUPERÁVIT FINANCEIRO - R$ 37.000,00 (TRINTA E SETE MIL REAIS)
05 DEPARTAMENTO DE SAÚDE Acréscimo 20.000,00
05.001Fundo Municipal de Saúde - BMASPS Abertura
10.304.0005.2054Manter Serviços de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do
3.3.90.30.00.0MATERIAL DE CONSUMO
1511 01497 Vigilância em Saúde – Estadual

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO Acréscimo 17.000,00
07.002DIVISÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA Abertura
12.361.0017.2084Manutenção do Ensino Fundamental (Fundeb / Outros).
3.3.90.39.00.0OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
1043 00104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

Paço Municipal “Deputado. Homero Oguido”, aos 25 de Outubro de 2024.

MARIA EDNA DE ANDRADE

Publicado por:
Beatriz Werlingue Morandi
Código Identificador:0F77DF0A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 327/2024

Dispõe sobre a concessão de férias a servidores do Município de Prado Ferreira, e dá outras Providências.

A **Prefeita Municipal de Prado Ferreira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 130, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor ALBERTO JOSE DA SILVA, ocupante de cargo efetivo, matrícula 30000977, referente ao período aquisitivo de 07/03/2023 a 06/03/2024 a serem gozadas no período de 13/11/2024 a 12/12/2024;
Art. 2º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor BRUNO LEMES GONÇALVES, ocupante de cargo efetivo, matrícula 99100136, referente ao período aquisitivo de 02/10/2023 a 01/10/2024 a serem gozadas no período de 13/11/2024 a 12/12/2024;
Art. 3º - Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor HUMBERTO JOSE PEREIRA, ocupante de cargo comissionado, matrícula 30001041, referente ao período aquisitivo de 02/01/2023 a 01/01/2024 a serem gozadas no período de 11/11/2024 a 30/11/2024;
Art. 4º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor LEONICE DA CONCEICAO RIBEIRO, ocupante de cargo efetivo, matrícula 100168, referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023 a serem gozadas no período de 25/11/2024 a 24/12/2024;

Art. 5º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA, ocupante de cargo efetivo, matrícula 100396, referente ao período aquisitivo de 02/04/2023 a 01/04/2024 a serem gozadas no período de 07/11/2024 a 05/12/2024;

Art. 6º - Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor MARIANA FERNANDES LOPES PINHEIRO, ocupante de cargo efetivo, matrícula 100349, referente ao período aquisitivo de 01/05/2022 a 30/04/2023 a serem gozadas no período de 11/11/2024 a 30/11/2024;
Art. 7º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor VANDERLEI JANUARIO MARTINS, ocupante de cargo efetivo, matrícula 100133, referente ao período aquisitivo de 01/01/2023 a 31/12/2023 a serem gozadas no período de 11/11/2024 a 10/12/2024;
Art. 8º - Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor VINICIUS KANDA MATSUO, ocupante de cargo efetivo, matrícula 30001008, referente ao período aquisitivo de 20/01/2022 a 19/01/2023 a serem gozadas no período de 01/11/2024 a 30/11/2024.

Art. 9º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria correrão a conta de dotações próprias consignadas no vigente orçamento.

Art. 10º - A presente portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:69124E4B

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 159/2023

PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 159/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2022
Pregão Nº 51/2022

O Município de PRADO FERREIRA, com sede na Rua São Paulo, 191 , inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.613.136/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pela Sra. Prefeita **MARIA EDNA DE ANDRADE** e a **M. F. OLIVEIRA E NASCIMENTO LTDA - ME**, com endereço a RUA NELSINO RAVAGNANI, 360 - CEP: 86165000 - BAIRRO: CENTRO, neste ato representada pelo(a) **Sr(a). MARINEUSA FERREIRA OLIVEIRA,** portador do CPF nº 528.269.459-04, a seguir denominada CONTRATADA, nos termos do que dispõe da Lei 8.666/93, em face do resultado obtido na Pregão nº 51/2022, firmam o presente termo aditivo ao CONTRATO nº 159/2022, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo ao Contrato nº 159/2022 a prorrogação do prazo contratual por mais 06 (seis) meses, a contar de 06/11/2024 até 06/05/2025, e o aditamento do valor do item 01 pactuado em 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no Art. 65, inciso I, alíneas "a" e "b" e §1°, c/c o §1° incisos I e IV, do artigo 57, da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O valor do presente termo aditivo é de R$ 3.789,00 (três mil, setecentos e oitenta e nove reais). Deste modo o valor acumulado do contrato nº 159/2022 que era de R$ 37.402,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e dois reais) passa a ser de R$ 41.191,00 (quarenta e um mil, cento e noventa e um reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da lei nº 8.666/93, o presente termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato original, não afetadas pelo presente aditamento.
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Prado Ferreira, 06 de novembro de 2024

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita Municipal

M. F. Oliveira e Nascimento LTDA - ME
MARINEUSA FERREIRA OLIVEIRA

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:D1DA775B

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2024

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público que às 09 horas do dia 29/11/2024, através do Portal Comprasnet – SIASG (www.comprasnet.gov.br), realizará licitação na modalidade**PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme especifica abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a **Aquisição de um Caminhão para coleta seletiva de recicláveis, de acordo com o Instrumento de Repasse nº 4120333/2023, firmado entre o Município de Prado Ferreira - PR e a Caixa Econômica Federal Programa Itaipu Mais Que Energia.**

O Critério de julgamento será o menor preço Por item.

VALOR MÁXIMO - R$ 461.860,00 (Quatrocentos e Sessenta e Um Mil, Oitocentos e Sessenta Reais).

O Edital estará à disposição dos interessados no site do Município www.pradoferreira.pr.gov.br e no site www.comprasnet.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (043) 3244-1143 ou pelo e-mail: compras-pmpf@hotmail.com.

Prado Ferreira, 07 de novembro de 2024

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:1C860454

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA PROCESSO Nº 60/2024 DISPENSA ELETRÔNICA - Nº 15/2024

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA
PROCESSO Nº 60/2024
DISPENSA ELETRÔNICA - Nº 15/2024

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público que às 09:00 horas do dia 14/11/2024, fará realizar a **DISPENSA ELETRÔNICA**, conforme especifica abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a realização de Dispensa Eletrônica para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTANDES E SMART TV, PARA A 4ª FEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, QUE OCORRERÁ NOS DIAS 28 E 29 DE NOVEMBRO DE 2024, NO SALÃO PAROQUIAL DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**

O Critério de julgamento será o menor preço por item.

VALOR MÁXIMO - R$ 21.948,24 (Vinte e Um Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Vinte e Quatro Centavos).

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: de 08/11/2024 até 14/11/2024

DATA E HORÁRIO DE INICIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 14/11/2024 às 09h00min

HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DE DISPUTA: 14/11/2024 às 15h00min

DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (seis) horas

Plataforma/Local: www.comprasnet.gov.br

O Termo de Dispensa e Referência estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, da Prefeitura Municipal, no horário das 07:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias úteis, no site www.pradoferreira.pr.gov.br e na plataforma COMPRASNET (www.comprasnet.gov.br).
Maiores informações poderão ser obtidas pelos telefones 043 3244-1143.

Prado Ferreira, 07/11/2024

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:BC81D243

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2024

LICITAÇÃO EXCLUSIVA
ME - EPP - MEI

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2024

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público que às 09:00 horas do dia 27/11/2024, através do Portal Comprasnet – SIASG (www.comprasnet.gov.br), realizará licitação na modalidade**PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme especifica abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a **Contratação de serviços de Oficineiros para o desenvolvimento de oficinas em Artesanato, Danças, Recreação,Esporte e Lazer.**

O Critério de julgamento será o menor preço Por item.

VALOR MÁXIMO - R$ 58.138,08 (Cinqüenta e Oito Mil, Cento e Trinta e Oito Reais e Oito Centavos).

O Edital estará à disposição dos interessados no site do Município www.pradoferreira.pr.gov.br e no site www.comprasnet.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (043) 3244-1143 ou pelo e-mail: compras-pmpf@hotmail.com.

Prado Ferreira, 07 de novembro de 2024

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:DFE8B736

DIVISÃO DE MATERIAIS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2024

LICITAÇÃO EXCLUSIVA
ME - EPP - MEI

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2024

O MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, torna público que às 09:00 horas do dia 28/11/2024, através do Portal Comprasnet – SIASG (www.comprasnet.gov.br), realizará licitação na modalidade**PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme especifica abaixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO:
OBJETO: Constitui objeto desta Licitação a **Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de Profissional de Psicopedagogia para o atendimento e orientação de crianças e suas famílias, bem como professores e equipe pedagógica.**

O Critério de julgamento será o menor preço Por item.

VALOR MÁXIMO - R$ 54.708,36 (Cinqüenta e Quatro Mil, Setecentos e Oito Reais e Trinta e Seis Centavos).

O Edital estará à disposição dos interessados no site do Município www.pradoferreira.pr.gov.br e no site www.comprasnet.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (043) 3244-1143 ou pelo e-mail: compras-pmpf@hotmail.com.

Prado Ferreira, 07 de novembro de 2024

MARIA EDNA DE ANDRADE
Prefeita

Publicado por:
Beatriz Ferreira Correa
Código Identificador:CE73D91C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
DISPENSA - 18/2024

HOMOLOGAÇÃO:04/11/2024
Objeto: Solicita contratação de empresa para confecção de periódico impresso de 1000 exemplares para celebração dos 63 anos do município de Quatro Barras, evento que irá se realizar no dia 08 de novembro de 2024 as 17:30h no Plenário da Câmara de Vereadores do município de Quatro Barras, em consonância com parecer jurídico nº 116/2024..
CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATADA: PUBLIQUE EDITORAÇÃO DE JORNAIS S/A LTDA ME
VALOR TOTAL HOMOLOGADO:R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
DESPESA: 01.001.01.031.0001.2.001.3.3.90.39.00.00. - 1001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Câmara Municipal de Quatro Barras, 04 de novembro de 2024.

ANTONIO CEZAR CREPLIVE
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:76B5BDAD

CÂMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS
CONTRATO 16-2023

ADITIVO DE CONTRATO – PRAZO

DATA DO ADITIVO: 07/11/2024 (A contar do dia 08 de novembro de 2024).

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de gerenciamento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de reservas, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS.
CONTRATADA: v8 **SOLUÇÕES E SERVIÇOS DE TURISMO LTDA**

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 34.817,97 (Trinta e quatro mil, oitocentos e dezessete reais e noventa e sete centavos).

PRAZO: 08/11/2024 a 08/11/2025.

Câmara Municipal de Quatro Barras, 07 de novembro de 2024.

ANTONIO CEZAR CREPLIVE
Presidente da Câmara Municipal de Quatro Barras

Publicado por:
Rafaela Mientkewicz Cavalcanti
Código Identificador:416BB56F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10.203/2024 REPUBLICADO

Aprova as alterações do RegimentoInternodo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Quatro Barras/PR.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e;
Considerando o constante na Lei 1046/2017, dispondo sobre a criação do CMDM;
Considerando o constante na Lei 1606/2023, que alterou a reestruturação administrativa organizacional do CMDM;
Considerando o Decreto 6175/2018, dispondo sobre o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; DECRETA:
Art. 1º Aprova as alterações do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Quatro Barras, conforme anexo deste Decreto.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 04 de novembro de 2024.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Resolução CMDM n.º 08/2024.
O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, no uso de suas atribuições, resolve regulamentar suas atividades por meio de Regimento Interno.
CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE
Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher -CMDMde Quatro Barras PR, criado pela Lei Municipal nº1046, de 09 de junho de 2017, e alterado pela lei de n° 1606 de 13 de setembro de 2023 e órgão vinculado à Secretaria Municipal da Mulher e Direitos Humanos, tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ações voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, assim como exercer orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Município de Quatro Barras, Paraná.
CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher -CMDMtem as seguintes atribuições:
I - Promover a política global, visando eliminar as discriminações que atinjam a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;
II - Avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das mulheres, observada a legislação em vigor, visando à eliminação de preconceitos, a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Município de Quatro Barras;
III - Propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, por meio de elaboração do Plano Municipal, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para esses fins;
IV - Acompanhar a elaboração e a avaliação da proposta orçamentária do Município, indicando à Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos, as prioridades, propostas e modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como para o adequado funcionamento deste Conselho;
V - Acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a pessoas jurídicas de direito privado atuantes no atendimento às mulheres;
VI - Elaborar e apresentar, anualmente, à Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando-lhe ampla divulgação, de forma a prestar contas de suas atividades perante a sociedade;
VII - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos diretamente ligados à promoção e proteção dos direitos das mulheres;
VIII - Oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinente aos interesses das mulheres, bem como se manifestar sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações nos direitos das mulheres;
IX - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;
X - Articular com os órgãos e entidades públicas e privadas, estaduais, nacionais e internacionais, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos das mulheres;
XI - Analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres;
XII – Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres;
XIII - Promover canais de diálogo com a sociedade civil;
XIV - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre matérias que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres que lhe sejam submetidas pela Secretaria Municipal da Mulher e Direitos Humanos;
XV - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seuRegimentoInterno, o cadastramento de entidades de proteção ou atendimento às mulheres que pretendam integrar o Conselho;
XVI - Elaborar oRegimentoInternodo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e participar da elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas das mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Municipal, Estadual, Nacional e com Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;
XVII - Organizar as Conferências Municipais de Políticas Públicas para as mulheres.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Município de Quatro Barras, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o fiel cumprimento das suas atribuições.
CAPÍTULO III
DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composto por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 4 (quatro) membros nomeados pelo executivo municipal, e 4 (quatro) membros da sociedade civil organizada.
Art. 4ºA representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por 4 (quatro) representantes titulares e respectivos suplentes, membros da Sociedade Civil do Município, ligadas à promoção e à proteção dos direitos das mulheres.
Parágrafo único. Os suplentes poderão ser convocados para as reuniões do Conselho e passarão à condição de titulares nos casos de vacância ou impedimento dos membros efetivos.
Art. 5º Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com direito a voz e voto os titulares, e os suplentes só terão direito a votar quando os seus respectivos titulares não estiverem presentes, representando o Poder Público composto por:
I - Um representante da Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos.

II - Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família.
III - Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte Lazer e Juventude.
IV - Um representante da Secretaria Municipal da saúde.

§ 1º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em análise.

§ 2º Caberá ao Conselho conduzir a composição do Conselho subsequente.

Art. 6º A eleição dos membros representantes da sociedade civil organizada do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher -CMDMserá realizada em assembleias durante a Conferência Municipal da Mulher, a qual deverá ser realizada a cada dois anos ou de acordo com o calendário nacional, cabendo aoCMDM, no prazo de 60 (sessenta) dias que antecede ao término do mandato de suas integrantes convocando o processo eleitoral da sociedade civil:

I - A eleição dos Conselheiros não governamentais para o exercício do mandato de 02 (dois) anos junto aoCMDMatenderá ao que dispõe o inciso II do art. 5º da Lei 1606/2023 e art. 7º da Lei Municipal da Lei 1046/2017.

II - O processo eleitoral será aberto a todas as entidades, movimentos, associações ligadas à promoção e a proteção dos direitos da mulher, com inscrição no CNPJ do Município de Quatro Barras- Pr.

III - A eleição será entre seus pares participantes na Conferência, os quais serão referendados pela Plenária.

Art. 7º O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher -CMDMserá de 02 (dois) anos, podendo haver recondução por apenas uma vez.

Parágrafo único. O Conselheiro que não comparecer no período de um ano a 3 (três) reuniões consecutivas e/ou 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa registrada em ata, deixará de integrar o Conselho, sendo substituído pelo suplente, que irá compor o Conselho até o final do mandato para qual foi nomeado o titular, sendo que o Conselheiro dispensado será notificado formalmente.

Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher reunir-se-á ordinariamente a cada mês conforme calendário aprovado pela Plenária no início de cada gestão e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

§ 1º As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas, por escrito, com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias.

§ 2º As reuniões serão realizadas com presença de no mínimo, a metade mais 1 (um) dos Conselheiros.

Art. 9º As deliberações do Conselho, observado o quórum estabelecido no § 2º do art. 8º, serão tomadas por maioria simples de seus membros, mediante votação específica para cada matéria, e as decisões serão registradas em ata devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

Art. 10 Caberá aos órgãos públicos a indicação de seus membros efetivos e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos, responsável pela execução da política de atendimento à mulher.

Art. 11 Os membros das organizações da sociedade civil e seus respectivos suplentes não poderão ser destituídos, no período do mandato, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada por 2/3 (dois terços) do Conselho.

Art. 12 Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 13 O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher -CMDMtem a seguinte estrutura:
Plenária
Diretoria: Presidência, Vice-Presidência e Secretaria Executiva
Comissões Temáticas

Art. 14 A Plenária é instância máxima de deliberação, plena e conclusiva.

Art. 15 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher -CMDMé coordenado pela Presidente.

I - O mandato doCMDMserá em consonância com o período de vigência do Conselho, respeitando a alternância em sua gestão entre os representantes do Poder Público e da sociedade civil;

II - O processo de escolha do Presidente e Vice-Presidente será realizado na primeira reunião de cada gestão doCMDM, entre os representantes do Poder Público e da sociedade civil, com voto aberto, eleito pela maioria qualificada de 2/3 (dois terços) do Conselho;

III - Havendo vacância do cargo de Presidente, assumirá interinamente a Vice Presidente, devendo ser eleita desde que no mesmo segmento, uma nova presidente, devendo o novo pleito eleitoral ocorrer no prazo máximo de 30 dias;

Art. 16 À Presidência compete:

I - Representar oCMDMjunto às autoridades, órgãos e entidades;

II - Dirigir as atividades doCMDM;

III - Convocar e presidir as reuniões doCMDM;

IV - Proferir voto de desempate nas decisões doCMDM;

V - Preparar as reuniões da Plenária, organizando a pauta, priorizando os temas e determinando tempo para discussão;

VI - Criar mecanismos para acolher as denúncias, reivindicações e sugestões apresentadas por pessoas físicas e jurídicas e encaminhar aos organismos competentes, solicitando a tomada de providências cabíveis, comunicando posteriormente a Plenária;

VII - Instruir processo eleitoral aprovado peloCMDMpara sucessão dos Conselheiros;

VIII - Convocar as reuniões ordinárias ou extraordinárias da Plenária e das comissões doCMDM;

IX - Dar amplo conhecimento público e a máxima divulgação de todas as deliberações doCMDM;

X - Representar diretamente ou por delegação oCMDMem solenidades e zelar pelo seu prestígio;

XI - Convidar para participar das atividades doCMDMtécnicos, especialistas ou outras autoridades para assuntos específicos conforme deliberação da Plenária;

XII - Requisitar elementos, informações e documentos aos diversos órgãos, instituições e entidades, quando necessários à elucidação de matéria-objeto de apreciação da Plenária;

XIII - Baixar atos decorrentes de deliberação da Plenária;

XIV - Abrir e encerrar com pontualidade as reuniões da Plenária;

XV - Interromper orador quando desviar da matéria em discussão;

XVI - Controlar o tempo das intervenções de Conselheiros titulares ou suplentes, convidados ou observadores, exceto na exposição de termas pautados;

XVII - Acatar questão de ordem, como direito exclusivamente ligado ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais;

XVIII - Zelar pelo funcionamento doCMDM, inclusive quanto à previsão e execução orçamentária anual para o seu pleno funcionamento;

XIX - Instalar comissões constituídas peloCMDM;

XX - Assinar correspondências oficiais doCMDM;

XXI - Solicitar a indicação formal às entidades, instituições e órgãos representantes para a composição do Plenário doCMDM;

XXII - Atender outras funções e atribuições que forem conferidas pelo Plenário doCMDM;

XXIII - Cumprir integralmente e fazer cumprir oRegimentoInternodoCMDM.

Art. 17 À Secretaria Executiva doCMDMcompete:

I - Providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;

II - Elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;

III - Manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;

IV - Organizar e manter a guarda dos documentos;

V - Coordenar e executar o trabalho de apoio técnico administrativo necessário ao funcionamento doCMDM;

VI - Elaborar, encaminhar e divulgar as atas das reuniões doCMDMe suas comissões, bem como outros documentos pertinentes;

VII - Zelar pela manutenção dos arquivos doCMDM, auxiliar na elaboração e providenciar a publicação de resoluções e outras deliberações e do Conselho;

VIII - Receber, protocolar, acompanhar o trâmite e responder às denúncias encaminhadas aoCMDM;

IX - Expedir aos interessados, quando requerido, declaração ou certificado de participação nas comissões e em outras atividades desenvolvidas;

X - Exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

CAPÍTULO V
DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

Art. 18 A Plenária doCMDMpoderá instituir comissões permanentes ou temporárias, destinadas ao estudo, elaboração de propostas, avaliação e acompanhamento de questões e temas específicos.

Art. 19 No ato da criação das comissões deverão estar definidos seus objetivos, sua composição e, no caso das temporárias, o prazo para conclusão dos trabalhos, tendo como permanentes as Comissões:

I - Comissão de Comunicação e Mobilização: Compete realizar a comunicação sobre assuntos relativos às políticas para as mulheres, promovendo a divulgação das ações doCMDMe planejar e acompanhar eventos doCMDM;

II - Comissão de Políticas Públicas para Mulheres, com a competência de avaliar, acompanhar e propor alternativas para a qualificação e efetivação das políticas direcionadas à mulher, tendo como referência os planos estaduais e municipais;

III - Comissão de Legislação, Normas, Orçamento e Fundo compete fazer as adaptações necessárias à Lei Municipal de criação doCMDM, buscando a readequação de acordo com as legislações atuais e pertinentes; proceder com a revisão doRegimentoInternoquando necessário, bem como adequação de questões legais; supervisionar, avaliar a administração, a aplicação e a gestão dos recursos das políticas para mulheres e acompanhar a execução do orçamento vinculado às políticas dos Direitos da Mulher;

IV - Comissão de Enfrentamento à Violência contra a Mulher compete acompanhar e fiscalizar a aplicação das leis que protegem as mulheres de qualquer forma de violência; acompanhar os programas e ações relativos à proteção dos direitos da mulher; receber denúncias e encaminha aos órgãos competentes para as devidas providências.

CAPÍTULO VI
DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

Art. 20 OCMDMconvocará a Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres a cada 2 (dois) anos ou de acordo com o calendário nacional, e elegerá Comissão Organizadora da Conferência com as seguintes competências:

I - Propor, discutir e aprovar o regulamento da Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres;

II - Organizar, divulgar, acompanhar e avaliar a realização da Conferência Municipal;

III - Definir a programação da Conferência Municipal e os critérios para a participação dos convidados e expositores do tema a ser discutido;

IV - Providenciar em tempo hábil o envio do Relatório Final e da composição dos Delegados Municipais à comissão Organizadora da Conferência Estadual;

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 OCMDMformalizará suas deliberações por meio de Resoluções, devendo ser publicadas no Diário Oficial Municipal.

Art. 22 EsteRegimentopoderá ser reformulado, total ou parcialmente, a qualquer momento, por decisão da Plenária, especialmente convocada para este fim.

Art. 23 Os casos omissos desteRegimentoInternoserão resolvidos pela Plenária doCMDM.

Art. 24 EsteRegimentoInternoentra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:85673505

GABINETE DO PREFEITO
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2024

Orienta a matrícula nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal, para o ano letivo de 2025.

A Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude no uso de suas atribuições e considerando:

O disposto nos artigos 205, 206 e 208, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988;
O disposto no art. 2°, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 9394/96, de 20 de dezembro de 1996;
O disposto nos artigos 53 e 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N° 8069/90, de 13 de julho de 1990;
O exposto na Constituição do Estado do Paraná, que define a Política de garantir a toda a população paranaense o acesso à Educação Básica;
O exposto na Lei Orgânica Municipal e ainda a necessidade de orientar a Matrícula em todos os Estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal.

INSTRUI:

Quanto aos procedimentos de Matrícula para o ano letivo de 2025:

DISPOSIÇÕES GERAIS

O Estabelecimento de Ensino atenderá a sua comunidade escolar efetivando as matrículas para alunos novos (matrícula inicial), rematrícula para os que já são alunos em 2024, e matrícula para as demais seriações em conformidade com o cronograma da presente instrução.
Os Estabelecimentos de Ensino deverão referenciar-se para os encaminhamentos de matrícula nas orientações contidas nas Deliberações de números 09/01, 03/06, 02/07, 03/07, Parecer n° 721/07 do Conselho Estadual de Educação e 012/18 SEED/SUED.

Para composição de turmas nas escolas, serão considerados, os seguintes números (podendo haver alterações):
20 alunos – Infantil IV e Infantil V.
25 alunos – 1° ano e 2° ano.
30 alunos – 3º ano, 4º ano e 5º ano.

O município deverá garantir a **VAGA** para todos os alunos da Educação Infantil (Infantil IV e Infantil V) bem como do Ensino Fundamental (anos iniciais). **Porém, não garante o turno**, ficando este sob os critérios e disponibilidade da escola, exceto as escolas: Ernesto Milani e Presidente Tancredo de Almeida Neves.
Havendo mais de uma turma do mesmo ano, deverá ser disponibilizada nos períodos (manhã e tarde). Havendo necessidade de desmembramento da turma, serão remanejados de turma e turno os últimos alunos matriculados.

Observação: Alunos com laudo e com atendimento especializado deverão ser matriculados no horário contrário ao seu atendimento.

CHAMADA ESCOLAR

Entre os dias **06 a 08 de Novembro de 2024**, iniciará a Campanha de divulgação do período de Matrícula Escolar para o ano letivo de 2025, será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude em conjunto com as escolas municipais e CMEI's, através das redes sociais, site oficial da Prefeitura Municipal de Quatro Barras e outros meios de comunicação de massa. A divulgação deve contemplar as orientações a respeito de Matrícula Inicial na Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais), Ensino Especial e EJA.

REMATRÍCULAS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS)

A rematrícula será realizada de **11 a 29 de Novembro de 2024**, no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min sendo necessária a presença dos pais para assinar e atualizar os dados cadastrais. Neste momento, os pais ou responsáveis que estão com a documentação em dia devem apresentar apenas a Fatura da Copel ATUALIZADA e declaração de vacina atualizada emitida pela Unidade Básica de Saúde.
As Matrículas e Rematrículas deverão seguir a Tabela de Idade Corte tendo como base o dia 31 de março.
É indispensável enviar a carta para os pais (declaração de matrícula expedida do SERE).

*Observação: Os responsáveis que optarem por realizar rematrícula online deverão acessar do dia **04 a 12 de Novembro de 2024** o seguinte link: www.areadoaluno.seed.pr.gov.br*

INSCRIÇÕES PARA VAGAS NOVAS

O preenchimento do Requerimento de Matrícula nos CMEIs pelos interessados em vagas novas será de **19 a 27 de Novembro de 2024**, no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min.
A análise dos Requerimentos de Matrículas acontecerão nos dias **28 e 29 de Novembro de 2024.**

A confirmação com os pais, das matrículas novas aprovadas será de **03 a 06 de Dezembro de 2024.**
Para requerer matrículas novas para o Infantil, Infantil I, Infantil II, Infantil III, os pais ou responsáveis deverão comparecer ao Centro Municipal de Educação Infantil mais próximo de sua residência portando os seguintes documentos (original e cópia):

Certidão de Nascimento da criança;
Carteira de Vacinação e declaração de vacina atualizada emitida pela Unidade de Saúde;
Comprovante de residência atualizado (fatura de energia elétrica – COPEL) no nome do responsável, caso não esteja no nome do responsável este deverá apresentar junto com a fatura da Copel: contrato de aluguel autenticado ou outra correspondência que comprove o endereço da fatura da Copel ou declaração do proprietário da residência autenticado em cartório;
Cartão SUS;
RG, CPF, dos pais ou responsáveis.

Os interessados que não comparecerem nas datas acima previstas, somente poderão fazer o Requerimento no ano letivo de 2025, ficando assim em lista de espera, sem concorrer a vaga imediata.

MATRÍCULA E REMATRÍCULA PARA O INFANTIL IV, INFANTIL V E PARA ALUNOS DO 1° AO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS (ESCOLA)

A data de matrícula e rematrícula para o INFANTIL IV, INFANTIL V, E PARA ALUNOS DO 1° AO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL (Anos Iniciais) **será de 11 a 29 de Novembro de 2024,** das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min.

Serão matriculados no Infantil IV todos os alunos que tiverem 04 (quatro) anos completos ou a completar até a data de 31 de março de 2025.

Serão matriculados no Infantil V todos os alunos que tiverem 05 (cinco) anos completos ou a completar até a data de 31 de março de 2025.

Serão matriculados no 1° ano do Ensino Fundamental de 09 anos todos os alunos que tiverem 06 (seis) anos completos ou a completar até a data de 31 de março de 2025.

É considerada renovação da matrícula para os alunos do mesmo Estabelecimento de Ensino para a série subsequente dentro da mesma modalidade de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental - anos iniciais, Educação Especial e EJA). Os alunos que estão saindo da Educação Infantil para entrar no Ensino Fundamental (séries iniciais) são considerados como matrículas novas, pois estão mudando de Ensino.

*Observação: Os responsáveis que optarem por realizar rematrícula online deverão acessar do dia **04 a 12 de Novembro de 2024** o seguinte link: www.areadoaluno.seed.pr.gov.br*

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA MATRÍCULA NO INFANTIL IV, INFANTIL V E 1° ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL (anos iniciais) DE 09 ANOS E MATRÍCULAS POR TRANSFERÊNCIAS

Certidão de Nascimento da criança;
Carteira de Vacinação e declaração de vacina atualizada emitida pela Unidade Básica de Saúde;
Comprovante de residência atualizado (fatura de energia elétrica – COPEL) no nome do responsável, caso não esteja no nome do responsável este deverá apresentar junto com a fatura da Copel: contrato de aluguel autenticado ou outra correspondência que comprove o endereço da fatura da Copel ou declaração do proprietário da residência autenticado em cartório;
Cartão SUS;
RG, CPF, dos pais ou responsáveis.
Para a rematrícula será exigido apenas Comprovante de residência atualizado (fatura de energia elétrica – COPEL) no nome do responsável, caso não esteja no nome do responsável este deverá apresentar junto com a fatura da Copel: contrato de aluguel autenticado ou outra correspondência que comprove o endereço da fatura da Copel ou declaração do proprietário da residência autenticado em cartório;
Declaração de vacina atualizada emitida pela Unidade de Saúde.

A rematrícula é realizada somente assinando o verso do Requerimento de Matrícula, lembrando que para os alunos que estão saindo do Infantil V, deverá ser preenchido um novo Requerimento de Matrícula para o 1° ano do Ensino Fundamental (anos iniciais), o que configura **Matrícula Nova.**

MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FASE I.
As matrículas e rematrículas para EJA acontecerão de **11 a 29 de Novembro de 2024**, na Escola Municipal Divanira Curupaná Ferreira Alves, no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min.
Para matrícula na EJA - Ensino Fundamental, considera-se a idade inicial a partir de 15 anos.

*Observação: Os responsáveis que optarem por realizar rematrícula online deverão acessar do dia **04 a 12 de Novembro de 2024** o seguinte link: www.areadoaluno.seed.pr.gov.br*

8. MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS PARA ALUNOS DE ESCOLA ESPECIAL

As matrículas e rematrículas ocorrerão de **11 a 29 de Novembro de 2024,** no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min.
Sendo necessária a presença dos pais/responsáveis para assinar e atualizar seus dados cadastrais, PORTANDO FATURA ATUAL DA COPEL dos últimos três meses e declaração de vacina atualizada.
Só poderão ser matriculados alunos com laudo psiquiátrico, neurológico e psicológicos**,** parecer atualizado, receita médica de uso contínuo, Curatela para os maiores de 18 anos.

MATRÍCULA POR FLUXO OU GEORREFERENCIAMENTO

Os alunos de 5º ano das Escolas Municipais/2024 que irão para o 6º ano/2025 nos estabelecimentos estaduais serão direcionados pela listagem de turmas encaminhada pelo NRE em data a ser definida pela SEED.

TRANSFERÊNCIAS

A transferência para outro estabelecimento de ensino ocorrerá a partir da data de reabertura das escolas, em 2025, obedecendo aos seguintes procedimentos:

Solicitar a declaração de vaga no estabelecimento onde se deseja a matrícula;
Solicitar a documentação de transferência na escola onde o aluno estava matriculado anteriormente (a documentação de transferência somente será expedida mediante a apresentação de declaração de vaga);
Retornar ao estabelecimento de ensino escolhido, dentro do prazo determinado, com toda a documentação necessária para a matrícula.

As matrículas de transferências serão realizadas inicialmente a partir da abertura das escolas, no ano de 2025.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

Recomenda-se que a escola, ao longo do ano letivo, gerencie a matrícula como um processo de rotina administrativa. Algumas sugestões listadas poderão ser adotadas:

Divulgar um resumo da Instrução de Matrícula à equipe de professores e funcionários da escola e aos pais de alunos, comunidade, incluindo informações a respeito da oferta de vagas nos anos, turmas e turnos;
Manter edital externo com informações a respeito da matrícula: cronograma e horários de atendimento;
Enviar para as famílias informativos orientando sobre todos os procedimentos de matrículas para 2025.

*Observação: Os responsáveis que optarem por realizar rematrícula online deverão acessar do dia **04 a 12 de Novembro de 2024** o seguinte link: www.areadoaluno.seed.pr.gov.br*

Quatro Barras, 05 de Novembro de 2024.

FREDINEI SILVA RODRIGUES
Secretário Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Juventude
Decreto nº 8537/2022

CRONOGRAMA DE MATRÍCULAS PARA PERÍODO LETIVO 2025

CRONOGRAMA DE MATRÍCULAS - CMEI's		
DATA	**ASSUNTO**	**OBSERVAÇÕES**
De 06/11 a 08/11	**CHAMADA ESCOLAR:** por intermédio dos meios de comunicação a SME procederá a Chamada Escolar em todo o município.	Encaminhar informativos aos pais contendo as datas das matrículas.
De 08/11 a 05/12	Enviar a carta para os pais (declaração de matrícula expedida do SERE).	***
De 11/11 a 29/11	**REMATRÍCULAS PRESENCIAIS:** Infantil I, II e III.	É **necessária a presença dos pais** para assinar e atualizar os dados cadastrais.
De 19/11 a 27/11	**NOVAS MATRÍCULAS:** Preenchimento do **Requerimento** de novas vagas pelos pais – Infantil, Infantil I, Infantil II e Infantil III	É necessária a presença dos pais para assinar e atualizar os dados cadastrais.
De 04/11 a 12/11	**REMATRÍCULAS ONLINE:** para alunos do Infantil I, II e III.	Os responsáveis que optarem por realizar rematrícula online deverão acessar o link: www.areadoaluno.seed.pr.gov.br
De 28/11 e 29/11	**ANÁLISE:** Análise interna dos requerimentos de matrículas novas.	***
De 03/12 a 06/12	**CONFIRMAÇÃO:** Confirmação das matrículas novas aos pais.	***

Observação: É indispensável para realização das matrículas, verificar e conferir documentação necessária presente nesta instrução.

Horário de atendimento: 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min.

CRONOGRAMA DE MATRÍCULAS - ESCOLAS MUNICIPAIS		
DATA	**ASSUNTO**	**OBSERVAÇÕES**
De 06/11 a 08/11	**CHAMADA ESCOLAR:** por intermédio dos meios de comunicação a SME procederá a Chamada Escolar em todo o município.	Mandar informativos aos pais contendo as datas das matrículas.
De 11/11 a 29/11	**MATRÍCULAS NOVAS E REMATRÍCULAS PRESENCIAIS:** para alunos do Infantil IV e V e do 1º ao 4º ano do Ens. Fundamental (anos iniciais), EJA e Escola Especial.	É **necessária a presença dos pais** para assinar e atualizar os dados cadastrais.
De 04/11 a 12/11	**REMATRÍCULAS ONLINE:** para alunos do Infantil IV e V e do 1º ao 4º ano do Ens. Fundamental (anos iniciais), EJA e Escola Especial.	Os responsáveis que optarem por realizar rematrícula online deverão acessar o link: www.areadoaluno.seed.pr.gov.br
De 13/11 a 29/11	**MATRÍCULAS NOVAS ONLINE:** para alunos do Infantil IV e V e do 1º ao 4º ano do Ens. Fundamental (anos iniciais), EJA e Escola Especial.	Os responsáveis que optarem por realizar rematrícula online deverão acessar o link: www.areadoaluno.seed.pr.gov.br
De 13/11 a 29/11	**MATRÍCULAS 6º ANO:** para alunos que vão para o 6º ano (Escolas Estaduais).	Escolas Estaduais.
A partir da reabertura das escolas em 2025	**TRANSFERÊNCIA E DEMAIS MATRÍCULAS:** Matrícula por Transferência e Continuidade de matrículas.	Necessária Declaração de Transferência.

Observação: É indispensável para realização das matrículas, verificar e conferir documentação necessária presente nesta instrução.

Horário de atendimento: 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min.

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:A5417122

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2024

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, torna pública a REVOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 59/2024, que tem por objeto o "registro de preço para eventual necessidade de contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus", diante da decisão da Secretário Municipal de Infraestrutura, Logística e Frotas, Senhor Fábio Creplive Cordeiro, com fundamento no art. 71 da Lei nº 14.133/2021 e na súmula 473 do STF, e do constante no Parecer Jurídico nº 350/2024. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, na Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro, Quatro Barras – PR, pelo site: www.quatrobarras.pr.gov.br, e-mail: licitacao@quatrobarras.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3671-8800.

Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 06 de novembro de 2024.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:CC659D38

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 93/2024 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, sob a modalidade supra, com as seguintes características:
OBJETO: Registro de preços para eventual necessidade de contratação para aquisição de granitos e agregados, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 17h00 do dia 08/11/2024 às 08h29 do dia 27/11/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08h30 do dia 27/11/2024.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário Oficial de Brasília.
LOCAL: Portal Compras BR - www.comprasbr.com.br "Acesso Identificado"

O edital completo poderá ser examinado e adquirido pelo site www.quatrobarras.pr.gov.br, menu "Licitações" ou solicitado via e-mail licitacao@quatrobarras.pr.gov.br. Informações poderão ser obtidas pelo site, e-mail ou telefone (041) 3671-8800, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

Quatro Barras, 07 de novembro de 2024.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:C400FE5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA Nº 08 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 06/2024

Aos 06 (seis) dias do mês de novembro de 2024, às 14:00h, na sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, reuniram-se a Presidente e os membros da Comissão de contratação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9810/2024, para análise de documentos relativos ao Credenciamento nº 06/2024 – OBJETO: **Credenciamento de empresa especializada para na área de saúde para realização de exames e apoio diagnóstico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital**, o qual apresentou o documento de habilitação, a empresa DR DAVID CZIZYK – CNPJ: 79.583.597/0001-02 para os itens 32 e 36 conforme a tabela de itens constantes do Anexo 01.

O Comunicado da sessão pública de abertura dos envelopes e da análise dos documentos de habilitação foi informado no dia 04 (quatro) de outubro de 2024 com publicação na AMP e inserido no site da Prefeitura.

Da análise dos documentos de habilitação, temos:

DR DAVID CZIZYK – CNPJ: 79.583.597/0001-02

Apresentar documento autenticado ou apresentar o documento original para autenticação por servidor da prefeitura:
RG, CPF e carteira Profissional da senhora Taisa Rasera;
Carteira profissional do senhor Marcelo José Tuleski;
Apresentar o curriculum vitae do senhor Marcelo José Tuleski;
Apresentar o alvará de funcionamento atualizado.

Solicitamos que, para dar continuidade ao processo, as empresas acima regularizem suas documentações em conformidade com o edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Nada mais havendo a tratar, transcrevemos a presente ata.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

CHERON ROTHEMANN
Membro

GLEICE DE LARA ESPERANCETA
Membro

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:8AE8B0E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA Nº 06 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 11/2024

Parecer técnico: referente à habilitação final.

OBJETO: **Credenciamento de pessoas física e jurídica para prestação de serviços de cozinheira, servente de limpeza, monitor de transporte escolar, operário, conforme especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido edital.**

Aos 06 (seis) dias de novembro de 2024, às 14:00 (quatorze horas), na sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, após decorrido o prazo recursal, segue a habilitação final:

GEISILAINE DO PILAR DOS SANTOS – CPF 061.782.469-00 - item 03 "Prestação de serviços de Monitor de Transporte Escolar" – habilitada.

A ata de resultado de análise dos documentos foi enviada via e-mail aos licitantes participantes e postada no site da Prefeitura. Depois de decorrido o prazo recursal, não houve nenhuma manifestação. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que vai assinada pela presidente da comissão de contratação e membros. Edifício da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 06 (seis) de novembro de 2024.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

CHERON ROTHEMANN
Membro

GILSON SYDOR
Membro

GLEICE DE LARA ESPERANCETA
Membro

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:59435C90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
ATA Nº 07 – ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 11/2024

Aos 06 (seis) dias do mês de novemro de 2024, às 14:00h, na sede da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, reuniram-se a Presidente e os membros da Comissão de contratação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9810/2024, para análise de documentos relativos ao Credenciamento nº 11/2024 – OBJETO: **Credenciamento de pessoas física e jurídica para prestação de serviços de cozinheira, servente de limpeza, monitor de transporte escolar, operário, conforme especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido edital.** Iniciada a sessão foi comunicado o recebimento do dos documentos de habilitação complementares da proponente JURACI APARECIDA RIGOBELO – CPF 764.657.809-68, a qual apresentou os documentos de habilitação para o item Prestação de serviços de Servente de limpeza" do quadro de itens do Anexo 01.

O Comunicado da sessão pública de análise dos documentos de habilitação foi informado no dia 05 (cinco) de novembro de 2024, publicado na Associação dos Municípios do Paraná (AMP) e inserido no site da prefeitura.

Os documentos foram analisados e rubricados pela comissão de contratação. Do resultado da análise dos documentos temos:

JURACI APARECIDA RIGOBELO – CPF 764.657.809-68, a qual apresentou os documentos de habilitação para o item Prestação de serviços de Servente de limpeza".

Apresentar o NIT ou PIS/PASEP;
Apresentar a certidão de débitos negativa ou positiva com efeitos de negativa dos débitos federais.

Solicitamos que, para dar continuidade ao processo, a proponente acima regularize sua documentação em conformidade com o edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Nada mais havendo a tratar, transcrevemos a presente ata.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Presidente da Comissão de Contratação

GLEICE DE LARA ESPERANCETA
Membro

CHERON ROTHEMANN
Membro

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:6E0C4A26

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃODE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°06/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2024

O Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais; considerando a necessidade de conclusão do objeto, a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos em apenso aos autos;
Resolve:
I – Homologar a dispensa de licitação ratificando a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico em apenso aos autos que orientam pela dispensa de licitação, com fundamento no inciso XI, art. 24, da Lei 8.666/93, determinando a contratação com a empresa **CONSTRUTORA LONGUINI LYDA, CNPJ 16.514.870/0001-19, pelo valor de R$ 126.254,75 (cento e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reis e setenta e cinco centavos)**

II – Determinar ao setor competente que proceda a publicação da presente homologação no Mural de Avisos do Prédio Sede da Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar desta assinatura, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Querência do Norte PR, 20 de setembro 2024

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:E37A006F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO AO CONTRATO N° 276/2023

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA E DE EXECUÇÃO AO CONTRATO nº 276/2023 DECORRENTE DA CONCORRENCIA 04/2023 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS EM CBUQ, MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE.

A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte/PR, CEP. 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa CONSTRUTORA

LONGUINI LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 16.514.870/0001- 19, localizada na Rua Edmundo Mercer Junior, 1564, Jardim Alvorada, Cruzeiro Do Oeste – PR, neste ato representada por ANDRÉ LONGUINI JUNIOR, portador da cédula de identidade RG. n. º 9.185.564- 0/SESP/PR, inscrito no CPF sob n. º 088.893.329-05, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto – Prorrogaçãodo Prazo de Execução e de Vigência, por mais 270 (duzentos e setenta) dias, até 04 de agosto de 2025, com amparo no artigo 57, II, §1º, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO
A Contratante providenciará a publicação deste Termo Aditivo, por extrato, no Diário Oficial do Município, conforme determina o Parágrafo único, art. 61 da Lei 8666/93 e suas alterações.

E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte, 06 de novembro de 2024.

Contratante	Contratada
Municipio De Querencia Do Norte	Construtora Longuini LTDA
CNPJ:76.973.692/0001-16	CNPJ: 16.514.870/0001- 19
ALEX SANDRO FERNANDES	***ANDRÉ LONGUINI JUNIOR***
Prefeito Municipal	Representante Legal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:35CEA568

LICITAÇÃO
ADITIVO 100/2024

1º TERMO ADITIVO – CONTRATO 100/2024
CREDENCIAMENTO nº 04/2021
INEXIGIBILIDADE Nº 30/2024
Vencimento 15/04/2025

I - "MUNICIPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE-PR, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Waldemar dos Santos, n.º 1197, inscrita no CGC/MF sob o n.º 76.973.692/0001-16 E doravante denominadas CONTRATANTES doravante denominadas CONTRATANTES **APARECIDA CAETANO DA SILVA**, CNPJ sob o nº 33.770.788/0001-74, com sede na Rua RUA AMAPA, 271 - CEP: 87930000 - bairro: Centro, Querência do Norte/PR, doravante denominada CONTRATADA.
II - REPRESENTANTES: Representa a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, o Prefeito, ALEX SANDRO FERNANDES, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.560.979-08 e Cédula de Identidade RG 10.236.514-3 SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Belém, nº 160, e a empresa APARECIDA CAETANO DA SILVA REIS, brasileira.
III - Tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E VALOR, com base no do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 06 (seis) meses até 15/04/2025 com início do aditivo em 15/10/2024.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O valor do aditivo será de R$ 9.610,56 (nove mil, seiscentos e dez reais e cinquenta e seis centavos).
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte – PR, 15 de Outubro de 2024.

ALEX SANDRO FERNANDES	***APARECIDA CAETANO DA SILVA REIS***
Prefeito	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F. _____

_____
C.P.F._____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:D7371FC7

LICITAÇÃO
ADITIVO 115/2024

TERMO ADITIVO

4° Termo aditivo da ata de registro de preços nº. 115/2024, decorrente de Pregão n°. 12/2024 de AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL PARA ATENDER AS SECRETARIAS.

A **MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.973.692/0001-16, com endereço em Rua Waldemar dos Santos, 1197, Centro, Querência do Norte-PR, 87930-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALEX SANDRO FERNANDES, e a empresa outro empresa **R & M ALIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 29.421.808/0001-24, Avenida RUA JOSé MARASCA FILHO, 1360 - CEP: 87070110 - bairro: PARQUE INDUSTRIAL BANDEIRANTES, Maringá/PR, neste ato representado por procurador Sr MAISA RIBEIRO DE CAMPOS, brasileiro, portador da RG nº 10XX5240X SSPPR e CPF 066.XXX.599-XX, acordam por meio deste o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto – aumento de meta em 25% do lote abaixo:
LOTE 151:

Item	Descrição	Unid.	Quant. acrescida	Marca
1	Copo descartavel 180 ml - c/ 100 certificado pelo inmetro , material polipropileno (pp) - Referência: copobras, COPAZA, DANABIO	PCT	270	CRISTAL COPOS

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Querência do Norte Pr, 07 de Novembro de 2024.

ALEX SANDRO FERNANDES	***MAISA RIBEIRO DE CAMPOS DA***
Prefeito	Contratada

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:07AB2859

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
DECRETO LEGISLATIVO N°82/2024

DECRETO LEGISLATIVO N°82/2024

Concede o Título de Cidadão Honorário deste Município a Luiz Carlos Rodrigues Andrade.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário a Luiz Carlos Rodrigues Andrade, como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados no Município de Quitandinha.

Art. 2º As despesas decorrentes desta proposição correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Quitandinha, em 07 de novembro de 2024.

VEREADOR MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:81DDC8E0

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
DECRETO LEGISLATIVO N°83/2024

DECRETO LEGISLATIVO N°83/2024

Concede o Título de Cidadão Honorário deste Município a Antônio Trajanoski.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário a Antônio Trajanoski**,** como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados no Município de Quitandinha.

Art. 2º As despesas decorrentes desta proposição correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Quitandinha, em 07 de novembro de 2024.

VEREADOR MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:EA23D049

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
DECRETO LEGISLATIVO N°84/2024

DECRETO LEGISLATIVO N°84/2024

Concede o Título de Cidadão Honorário deste Município a Antonio Arnaldo Santana.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário a Antonio Arnaldo Santana**,** como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados no Município de Quitandinha.

Art. 2º As despesas decorrentes desta proposição correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
.

Câmara Municipal de Quitandinha, em 07 de novembro de 2024.

VEREADOR MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:6599B862

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
DECRETO LEGISLATIVO N°85/2024

DECRETO LEGISLATIVO N°85/2024

Concede o Título de Cidadão Honorário deste Município a José kosinski.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário a José kosinski**,** como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados no Município de Quitandinha.

Art. 2º As despesas decorrentes desta proposição correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
.

Câmara Municipal de Quitandinha, em 07 de novembro de 2024.

VEREADOR MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:F1618097

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
DECRETO LEGISLATIVO N°86/2024

DECRETO LEGISLATIVO N°86/2024

Concede o Título de Cidadã Honorária deste Município a Luciana Mara Mendes Cordeiro.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Honorária a Luciana Mara Mendes Cordeiro**,** como forma de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados no Município de Quitandinha.

Art. 2º As despesas decorrentes desta proposição correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
.
.

Câmara Municipal de Quitandinha, em 07 de novembro de 2024.

VEREADOR MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL
Presidente

Publicado por:
Eduardo Karpinski
Código Identificador:659D812B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO N° 41/2024-PMQ

AVISO PREGÃO N° 41/2024-PMQ
LOCAL: www.bllcompras.com
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE AGRIMENSURA.
Data limite do cadastramento das propostas: 26 de novembro de 2024 às 09:00h. **Data de inicio dos lances**: 26 de novembro de 2024 às 09:15h. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações e integra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, email: licitação@quitandinha.pr.gov.br ou diretamente a sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua Jose de Sá Ribas, 238, Fone 41-36231231.

Quitandinha, 06 de novembro de 2024.

ANTONIO IARGAS –
Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
Matheus Lesinhoski Barchechen
Código Identificador:04D519E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO PREGÃO N° 42/2024-PMQ

AVISO PREGÃO N° 42/2024-PMQ
LOCAL: www.bllcompras.com
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS ESPORTIVOS.
Data limite do cadastramento das propostas: 25 de novembro de 2024 às 14:00h. **Data de inicio dos lances**: 25 de novembro de 2024 às 14:15h. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações e integra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, email: licitação@quitandinha.pr.gov.br ou diretamente a sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua Jose de Sá Ribas, 238, Fone 41-36231231.

Quitandinha, 06 de novembro de 2024.

ANTONIO IARGAS –
Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
Matheus Lesinhoski Barchechen
Código Identificador:439E4C60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO N° 37/2024-PMQ

AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO N° 37/2024-PMQ
LOCAL: www.bllcompras.com
Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTA NATALINA.
Data limite do cadastramento das propostas: 25 de novembro de 2024 às 09:00h. **Data de inicio dos lances**: 25 de novembro de 2024 às 09:15h. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações e integra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, email: licitação@quitandinha.pr.gov.br ou diretamente a sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua Jose de Sá Ribas, 238, Fone 41-36231231.

Quitandinha, 06 de novembro de 2024.

ANTONIO IARGAS –
Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
Matheus Lesinhoski Barchechen
Código Identificador:1D405AAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO N° 38/2024-PMQ

AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO N° 38/2024-PMQ
LOCAL: www.bllcompras.com
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE NOTEBOOKS.
Data limite do cadastramento das propostas: 26 de novembro de 2024 às 14:00h. **Data de inicio dos lances**: 26 de novembro de 2024 às 14:15h. Os prazos, só serão prorrogados em caso de retardamento causado pela Prefeitura e nunca por licitantes. Informações e integra do edital: www.quitandinha.pr.gov.br/licitacoes, email: licitação@quitandinha.pr.gov.br ou diretamente a sede da Prefeitura Municipal de Quitandinha, Rua Jose de Sá Ribas, 238, Fone 41-36231231.

Quitandinha, 07 de novembro de 2024.

ANTONIO IARGAS –
Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
Matheus Lesinhoski Barchechen
Código Identificador:E6787F8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 79 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

DECRETO Nº 79 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

"Suplementação por cancelamento de dotação orçamentária e excesso de arrecadação para o orçamento geral do exercício de 2024, no valor de R$ 925.000,00".

O Prefeito Municipal de Quitandinha, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que lhe faculta a Lei Municipal nº 1.295/2023, de 18 de dezembro de 2023 e Lei Federal n º 4.320/64. :

DECRETA

Art. 1 º - Ficam suplementada as seguintes dotações orçamentárias em R$ 925.000,00 (Novecentos e vinte e cinco mil reais), conforme abaixo especificadas:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
401 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0004.2004 – MANUTENÇÃO DA SECR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
33.90.91.00.00 – Sentenças Judiciais
600 - 000 – Recursos Livres .....R$ 10.000,00

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
501 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
15.452.0005.2006 – MANUT DA SECR DE DESENVOLVIMENTO URBANO
33.30.93.00.00 – Indenizações e Restituições
772 – 955 – Conv Fed 938989/2022 – Pav diversas localidades.....R$ 117.000,00

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
601 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2008 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil
1150 – 303 – Saúde – Receitas Vinculadas .....R$ 500.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
701 – EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.0008.2011 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
33.90.46.00.00 – Auxílio Alimentação
2350 – 104 – Demais impostos vinc a educação básica.....R$ 11.000,00
704 – FUNDEB
12.361.0008.2016 – FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL
31.91.13.00.00 – Contribuições Patronais
2970 – 101 – FUNDEB 70% .....R$ 200.000,00
705 – ESPORTE E CULTURA
27.812.0009.2019 – MANUT DO DEPTO DE ESPORTE E CULTURA
33.30.93.00.00 – Indenizações e Restituições
3366 – 897 – Campo de Futebol Lagoa Verde – Conv Fed 899224.....R$ 41.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL
803 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0010.2024 – PROGRAMAS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
31.90.11.00.00 - Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal Civil
3890 – 938 – Bloco Financ Prot Social Especial.....R$ 40.000,00
3891 – 901 – FEAS Vidas Aquecidas.....R$ 5.000,00
33.90.46.00.00 – Auxílio Alimentação
4150 – 938 – Bloco Financ Prot Social Especial.....R$ 1.000,00

TOTAL.....R$ 925.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior será utilizado recurso de cancelamento de dotação e excesso de arrecadação do exercício:

Cancelamento:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
401 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0004.2004 – MANUTENÇÃO DA SECR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
33.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da informação e comunicação
550 - 000 – Recursos Livres ..... R$ 10.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
701 – EDUCAÇÃO INFANTIL
12.365.0008.2011 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
2360 – 104 – Demais impostos vinc a educação básica.....R$ 11.000,00
704 – FUNDEB
12.361.0008.2016 – FUNDEB ENSINO FUNDAMENTAL
33.90.39.00.00 – Outros Serviços Terc Pessoa Jurídica
3050 – 101 – FUNDEB 70% .....R$ 200.000,00

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL
803 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0010.2024 – PROGRAMAS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
33.90.08.00.00 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor
3950 – 938 – Bloco Financ Prot Social Especial.....R$ 3.000,00
33.90.30.00.00 – Material de Consumo
4000 – 938 – Bloco Financ Prot Social Especial.....R$ 21.000,00
33.90.36.00.00 – Outros serviços de terc Pessoa Física
4040– 938 – Bloco Financ Prot Social Especial.....R$ 10.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serv. de terc Pessoa Jurídica
4116 – 901 – FEAS Vidas Aquecidas.....R$ 5.000,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
4182– 938 – Bloco Financ Prot Social Especial.....R$ 7.000,00

Fonte	Excesso de Arrecadação	Valor R$
303	Imp sobre transmissão de inter vivos bens imóveis	250.000,00
303	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	250.000,00
897	Rendimentos de recursos vinculados	41.000,00
955	Rendimentos de recursos vinculados	117.000,00

TOTAL GERAL.....R$ 925.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Quitandinha.

Gabinete do Prefeito – Quitandinha 07 de novembro 2024.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:FEBA44A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 049/2024 – CONCURSO 001/2022

Edital de Convocação 049/2024 – Concurso 001/2022
A Prefeitura Municipal de Quitandinha, convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer (em) no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 05 dias uteis após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
20ª	SUELLEN MAGALHÃES	TECNICO EM ENFERMAGEM	GERAL

Quitandinha, 07 de novembro de 2024.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:EA5E8A12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA EDITAL - EDITAL Nº 01 DE 2024 DE ELEIÇÃO PARA DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE QUITANDINHA-PR.

ERRATA EDITAL

EDITAL Nº 01 DE 2024 DE ELEIÇÃO PARA DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE QUITANDINHA-PR.

A Prefeitura Municipal de Quitandinha-PR, por meio da Secretaria Municipal de Educação, que tornou público o edital de convocação para as eleições de diretores das escolas municipais de acordo com as disposições legais e regulamentares vigentes.
Do provimento para função de diretor escolar mediante processo de certificação, eleição, designação e curso de formação continuada em serviço, direcionado aos diretores eleitos pela comunidade escolar conforme item 1. Do referido edital.
No que consta no item 1.2 e 1.3 onde constam "A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, usando as atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei nº 691 de 19 de novembro de 2007, resolve expedir a seguinte instrução:" Fica aberto o Processo de escolha para exercício de mandato dos gestores das instituições de ensino da rede municipal a partir de 04 de novembro de 2024.
No que consta do OBJETIVO no item 2.
O objetivo deste edital é estabelecer as normas e procedimentos para a eleição dos diretores das escolas municipais de Quitandinha-PR. Abre o Processo de escolha para exercício de mandato dos gestores das instituições de ensino da rede municipal conforme lei nº 1.255, de 15 de setembro de 2022 e no que dispõe a Lei nº 691 de 19 de novembro de 2007.

DA ERRATA/Correção nº 02:
Diante do que consta no Art. 3º e art. 55 da Lei nº 691, de 19 de novembro de 2007 que prevê que o mandato do Diretor é de 03 (três) anos, sendo o procedimento de escolha deste cargo realizado a cada período de 3 (três) anos.
Conforme tal verificação, faz-se necessária a alteração do termo empregado no Item 4 e 4.1 do Edital nº 01 de 2024 de Eleição para Diretores das Escolas Municipais de Quitandinha-PR.
Dessa forma, onde lê-se:
4.1 Encontram-se abertas as inscrições para o processo eletivo para escolha de diretor escolar para o mandato do quadriênio 2025/2028, conforme escolas relacionadas no anexo I deste edital.

De agora em diante, leia-se, passando a ter a seguinte redação:

4.1 Encontram-se abertas as inscrições para o processo eletivo para escolha de diretor escolar para o mandato do TRIênio 2025/2028, conforme escolas relacionadas no anexo I deste edital.

Mantendo inalteradas as demais disposições do edital.

Sem mais, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

JOSIANE MENDES DE MOURA WEISS
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Matheus Lesinhoski Barchechen
Código Identificador:EBC7A4D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 244/08/2024

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal CLEBER DE FREITAS KUBINSCKI, no período de 02/12/2024 à 31/12/2024.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 08/02/2023 à 07/02/2024 ao Servidor público Municipal **CLEBER DE FREITAS KUBINSCKI**, portador da CI/RG n° 9.598.873-3/PR, inscrito no CPF nº 009.824.649-67 de conformidade com a Lei Municipal nº. 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 299 de 07/11/2024, a serem retiradas no período compreendido entre 02/12/2024 à 31/12/2024.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:C4DD74BD

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 245/08/2024

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal EDGERSON GOMES, no período de 02/12/2024 à 31/12/2024.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 12/05/2023 à 11/05/2024 ao Servidor público Municipal **EDGERSON GOMES**, portador da CI/RG n° 6.435.018-8/PR, inscrito no CPF nº 857.962.719-20 de conformidade com a Lei Municipal nº. 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 300 de 07/11/2024, a serem retiradas no período compreendido entre 02/12/2024 à 31/12/2024.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:8D40DD7A

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 246/08/2024

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal IGOR DE SOUZA CONCEIÇÃO, no período de 02/12/2024 à 31/12/2024.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 02/04/2023 à 01/04/2024 ao Servidor público Municipal **IGOR DE SOUZA CONCEIÇÃO**, portador da CI/RG n°7.679.241-0/PR, inscrito no CPF nº 036.506.639-70 de conformidade com a Lei Municipal nº. 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 301 de 07/11/2024, a serem retiradas no período compreendido entre 02/12/2024 à 31/12/2024.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:399495CD

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 247/08/2024

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal MARCOS MEDEIROS COSTA FARIAS, no período de 02/12/2024 à 31/12/2024.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 12/05/2022 à 11/05/2023 ao Servidor público Municipal **MARCOS MEDEIROS COSTA FARIAS**, portador da CI/RG n° 6.270.693-7/PR, inscrito no CPF nº 030.998.259-64 de conformidade com a Lei Municipal nº. 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 302 de 07/11/2024, a serem retiradas no período compreendido entre 02/12/2024 à 31/12/2024.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:BE18CB6E

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 248/08/2024

SÚMULA: Concede férias a Servidora Pública Municipal MARIA DO CARMO DA SILVA GOMES, no período de 02/12/2024 à 31/12/2024.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 02/04/2023 à 01/04/2024 a Servidora pública Municipal **MARIA DO CARMO DA SILVA GOMES**, portadora da CI/RG n° 4.362.735-0/PR, inscrito no CPF nº 619.680.999-72 de conformidade com a Lei Municipal nº. 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 303 de 07/11/2024, a serem retiradas no período compreendido entre 02/12/2024 à 31/12/2024.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:B1E6CFF2

SAÚDE
PORTARIA 249/08/2024

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **ÉVERTON CASSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a **Lei 652/07/2017 e Decreto nº 1425/07/2019**, resolve:

AUTORIZAR

I – O Servidor **CLEBER DE FREITAS KUBINSCKI**, ocupante do cargo de **MOTORISTA,** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Motivo: **TRANSPORTE DE PACIENTE EM TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO.**
III – Data: **10/11/2024 a 12/11/2024.**
IV – Cidade de **Curitiba – PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D'Oeste-PR, 07 de Novembro de 2024

ÉVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliny Dayara Cabral Dos Santos
Código Identificador:8DD8232C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATO NORMATIVO Nº 01/2024

O Prefeito Municipal Paulo Cezar Casaril, no uso de suas atribuições legais, e observando o Achado 04 do Tribunal de Contas, onde aponta a necessidade no Município estruturar processos de trabalho para atualização e gestão de dados do Cadastro Único, RESOLVE:

Art. 1° Dados do Órgão Gestor da Assistência Social:
Nome do órgão Gestor: Secretaria de Assistência Social; Telefone: (46) 35431122;
E-mail: assistenciasocial@realeza.pr.gov.br; Secretária: Zaneti de Carli Marcante

Dados da Coordenação do Cadastro único e Bolsa Família de Realeza
Nome do coordenador: Emerson Aparecido Sgarbossa; Telefone: (46) 35433700
E-mail: cras@realeza.pr.gov.br

Dados do Comitê Intersetorial do Programa Bolsa Família e Cadastro Único
Presidente (representante da Assistência Social): Emerson Aparecido Sgarbossa
Membro representando a Secretaria de Saúde: Maiara Inês Gambatto
Membro representando a Secretaria de Educação: Lizabete Woicik Kamikowski

Art. 2° Descrição do Atendimento – Cadastro Único:O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de vulnerabilidades sociais. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.
A gestão do Cadastro Único está centralizada junto ao órgão Gestor da Secretaria de Assistência Social com atendimento descentralizado à população nas unidades de CRAS. Seu objetivo é o cadastramento e a manutenção de informações atualizadas das famílias realezenses, visando o acesso da população aos benefícios socioassistenciais e a inserção nos programas sociais do governo federal e estadual.

Art. 3° Público-Alvo:Famílias de baixa renda que ganham até meio salário mínimo por pessoa; ou famílias que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal total.

Art. 4° Objetivos: Mapear, identificar e caracterizar a situação socioeconômica das famílias de baixa renda.

Art. 5° Recursos (Físicos e Humanos):
Um Coordenador técnico de nível superior responsável pela gestão do Cadastro Único;
Um entrevistador social técnico de nível superior efetivo no CRAS;
Um entrevistador social técnico de nível superior terceirizado responsável pela busca ativa.

Art. 6° Metodologia de atendimento: O atendimento do Cadastro Único para atualização e inclusão é realizado no CRAS, através de agendamento (no período da manhã) e também demanda espontânea (período da tarde).
O agendamento é realizado por algum profissional do CRAS, pessoalmente na recepção e/ou durante os atendimentos particularizados, ou através dos canais de comunicação oficial do CRAS, onde é repassado o dia, horário e toda a documentação necessária.
Já a demanda espontânea, no período da tarde, é por ordem de chegada. O usuário chega até o CRAS e aguarda o atendimento. O tempo de espera pelo atendimento geralmente demora em média de 30 minutos.
O atendimento é realizado pela entrevistadora social em sala individualizada e exclusiva, através de entrevista auto declaratória, em que o entrevistado apresenta a documentação pessoal de todos os membros familiares e comprovante de endereço, para que seja realizada a atualização, a inclusão ou a transferência de cadastro de outro município via sistema do Cadastro Único.
Também é realizado atendimento para verificação de situação do benefício do Programa Bolsa Família, onde é verificado os motivos do bloqueio ou cancelamento, esse atendimento é efetuado através do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC). Essa consulta de verificação da situação do benefício é feita pelas duas entrevistadoras sociais, que possuem acesso apenas de consulta ao sistema SIBEC, a manutenção/gestão do benefício é feita pelo coordenador municipal do Programa Bolsa Família e Cadastro Único.
Ademais, é realizado serviços como busca ativa para localização das famílias conforme listagem enviada pelo Governo Federal evisitas domiciliares a fim de averiguar denúncias de inconsistências cadastradas como renda e composição familiar. Também são feitas visitas domiciliares para busca ativa de famílias que estão a mais de dois anos sem atualização e famílias perfil para inserção no Programa Bolsa Família.

O Coordenador do Programa Bolsa Família e Cadastro único juntamente com a equipe técnica do CRAS e entrevistadores do Cadastro Único realizam semanalmente planejamento, análise, identificação e busca ativa de famílias cadastradas no Cadastro Único e também das novas famílias que estão na lista mensal de beneficiários incluídos no PBF, também é verificado as listas fornecidas no sistema do SIGPBF, de famílias em descumprimento das condicionalidades.
Diante dessa análise, são verificados vários aspectos como: famílias unipessoais para atualização cadastral e inserção da documentação no sistema, famílias em descumprimento das condicionalidades, famílias que estão há mais de dois anos sem atualização, famílias em situação de bloqueio e/ou outra situação que são impedidas do recebimento, famílias beneficiárias do BPC – Benefício de Prestação Continuada, famílias inseridas na tarifa social da energia elétrica e água, etc.
Destaca-se também, que diante das reuniões de acompanhamento do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família e também dos grupos dos canais de comunicação do CRAS, além do site oficial da Prefeitura são divulgadas informações dos beneficiários, presando pela transparência.

Parágrafo único: Exemplos de Casos: Marina, responsável familiar de 29 anos, compareceu ao CRAS, para realizar a transferência de seu Cadastro Único, pois residia em outro município.Marina chega ao CRAS e é atendida pela recepção, a responsável familiar solicita a atualização do Cadastro Único, a recepcionista pergunta se ela deseja agendar horário ou deseja esperar pelo atendimento, por ordem de chegada. Caso a responsável familiar prefira aguardar o atendimento por demanda espontânea, a recepcionista, ao chegar o momento do atendimento da senhora Marina, encaminha a mesma até a sala de atendimento da entrevistadora do Cadastro Único. A atendente do cadastro único solicita para a responsável familiar toda documentação, de todos os membros familiares residentes na casa e comprovante de endereço. A atendente do cadastro único realiza a entrevista com a responsável familiar, identificando composição familiar, endereço, escolaridade de todas as pessoas residentes, gastos familiares como água, luz, gás, medicamentos, mercado, aluguel e renda familiar, todas as informações que são coletadas são auto declaratórias realizadas pela responsável familiar. As informações são incluídas no sistema V7 do Cadastro único.Após a entrevista ser finalizada, a atendente solicita ao responsável familiar que assine a folha renda e a folha resumo, em que a Responsável Familiar se responsabiliza por toda informação declarada.

Art. 7° Fluxograma do Cadastro Único de Realeza – Cadastramento, inclusão e atualização:

• Demanda Espontânea

As famílias ou responsáveis familiares vem até o CRAS e solicitam o atendimento para o atendente da recepção, que acolhe, orienta sobre as documentações e solicita que aguarde do atendimento por ordem de chegada.

• Demanda Agendada

As famílias ou responsáveis familiares vem até o CRAS ou solicitam através dos canais de comunicação oficiais do CRAS REALEZA, em que o atendente irá repassar o dia e o horário agendado, bem como, os documentos necessários.

• Averiguação Cadastral Averenda e Aveuni

A equipe de coordenação do Cadastro Único verifica no sistema do SIGPBF, as listagens disponíveis, diante dessas listagens, são realizadas as buscas ativas das famílias que são necessárias atualização em visita domiciliar ou solicitam por meio de comunicação das famílias, que se façam presentes no CRAS para atualização cadastral do CADASTRO ÚNICO.

• Averiguação de denúncias fundamentadas

Após a publicação das listagens com os nomes dos beneficiários mensais do PBF no mural do CRAS e da Prefeitura Municipal de Realeza, e também no site oficial da Prefeitura e nas redes sociais, a sociedade entra em contato com o CRAS através dos canais de comunicação, informando sobre famílias não condizentes aos critérios do PBF, ou seja, famílias que estão recebendo o benefício indevidamente. Dessa forma, a situação é repassada para a Comitê Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família e a entrevistadora social faz visita domiciliar para atualização cadastral juntamente com um profissional técnico do CRAS para verificação das informações.

• Busca ativa de famílias inclusas no PBF

O município de Realeza, ao receber a folha de pagamento mensal com a lista completa do PBF do município de Realeza, a equipe de gestão municipal do PBF e Cadastro único juntamente com o comitê interesetorial de Políticas públicas e condicionalidades realizam uma análise, das famílias novas inclusas na folha de pagamento do referido mês. Assim, as famílias novas inseridas na referida folha de pagamento, a entrevistadora social juntamente com um representante da equipe técnica do cras realizadam visita domiciliar, com intuito de acolher a família, averiguar a atual situação de vulnerabilidade, bem como, se for necessário, realizar encaminhamentos e inserções em projetos de acompanhamento familiar.

• Busca ativa de cadastros desatualizados há mais de dois anos;

E equipe técnica do CRAS juntamente com a coordenação do Programa Bolsa Família e Cadastro único, verificam no sistema SIGPBF as listagens disponíveis no sistema, dentre essas listagens, a lista de famílias que estão com o Cadastro único há mais de dois anos sem atualização, além disso, também é realizada uma filtragem na folha de pagamento do PBF, onde consta a data da última atualização do cadastro único. Diante dessas informações levantadas, são realizadas as buscas ativas das famílias que são necessárias atualização em visita domiciliar ou solicitam por meio de comunicação das famílias, que se façam presentes no CRAS para atualização cadastral do CADASTRO ÚNICO.

• Busca ativa de famílias perfil

A busca ativa de famílias perfil para inserção e cadastramento no Cadastro único são realizadas de duas formas. A Primeira é realizada através dos atendimentos do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, que identifica a vulnerabilidade das famílias e encaminham para o cadastramento no cadastro único. Já a segunda forma, é realizada através dos serviços da Rede de atendimento municipal, saúde, educação, assistência social e outros serviços, que atendem famílias em situação de vulnerabilidade e encaminham para o CRAS para acompanhamento e cadastramento no cadastro único, para que posteriormente, essas famílias possam ser acompanhadas da melhor forma possível.

• Busca ativa de famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família

A equipe de coordenação do Cadastro Único e Bolsa família verifica no sistema do SIGPBF, as listagens disponíveis das famílias em descumprimento das condicionalidades, diante dessas listagens, são realizadas as buscas ativas das famílias ou esse atendimento se dá através do informativo do governo federal diretamente para as famílias, que ao receber essa comunicação prévia que sua família está com problemas nas condicionalidades, as próprias famílias buscam o serviço do CRAS para verificar a situação.

Art. 8° Esse Ato Normativo entre em vigor a partir da sua publicação.

Realeza, 07 de novembro de 2024.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:0B9BE516

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de Pregão nº 35/2024, cujo objeto é a Formação de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período nos termos previstos em Edital, para futura e eventual Contratação de empresa para fornecimento de Móveis Escolares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação., em favor da(s) empresa(s) relacionada(s) no resultado da licitação, para os itens 01,02,05,06 e 08 adjudicando em favor da(s) mesma(s) para que produza seus efeitos legais.

Realeza, aos seis dias de novembro de 2024

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:62E43D4F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA DE REALEZA, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 19/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 229/2024 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM GLOBAL
OBJETO: Concorrência Pública Eletrônica, do tipo menor preço global, para EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA PARA FUTEBOL DE AREIA E INSTALAÇÃO DE ALAMBRADO NO CLUBE REAL, CONFORME SERVIÇOS DESCRITOS NO MEMORIAL DESCRITIVO E NOS PROJETOS.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 29 de Novembro de 2024 às 08:30h
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: **O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 08 de novembro de 2024, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.**

SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASNET

Realeza, 07 de novembro de 2024.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Juliana Simoes Perico
Código Identificador:47307850

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS)

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS)
O Município de Renascença, Estado do Paraná, sob CNPJ nº 76.205.681/0001-96, torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Ambiental Simplificada para a atividade de Pavimentação Asfáltica com CBUQ para a Estrada Municipal Dom Agostinho, ligando a PRC 280 ao Santuário de Nossa Senhora da Salete no Município de Renascença/PR.

Publicado por:
Jovani Luiz Cenatti
Código Identificador:8CD4B6FC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DISPENSA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2024
(Vinculado a Dispensa Por Limite nº 021/2024)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: LC MENON LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMO PAPAI NOEL NAS FESTIVIDADES DO NATAL DOS SONHOS DE RENASCENÇA E ANIVERSÁRIO DOS 63 ANOS DE RENASCENÇA – PR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
VALOR TOTAL: R$ 4.299,99 (quatro mil duzentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 6 (seis) meses.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 31 de outubro de 2024.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Renascença, 31 de outubro de 2024.

IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Folle de Souza Dias
Código Identificador:A4D79C3D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DISPENSA

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2024
(Vinculado a Dispensa Por Justificativa nº 022/2024)
CONTRATANTE: Município de Renascença
CONTRATADA: L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA
OBJETO: Contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de perfuração de poço artesiano com até 300 metros de profundidade, incluindo todas as etapas necessárias: análise técnica, instalação de revestimento, filtros, teste de vazão, análise de água e outorga de uso, à Associação de Produtores da Linha Anghinoni, no município de Renascença/PR
VALOR TOTAL: R$ 58.420,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.

Renascença, 04 de novembro de 2024.

IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Folle de Souza Dias
Código Identificador:A6EF8F28

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2024– PMR

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 123/2006.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço por Item.
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos e materiais para as Oficinas de Arte Circense, Ballet e Karatê, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 de novembro de 2024 às 08h00min.

UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8314.

Renascença, 07 de novembro de 2024.

LUCIANE ELOISE LUBCZYK
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciane Eloise Lubczyk
Código Identificador:655A1BCA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 280 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Lota o servidor Vitalino Borsatti na Secretaria Municipal de Saúde.

Idalir João Zanella, Prefeito de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Lotar o servidor **Vitalino Borsatti**, matrícula nº 123/6, ocupante do cargo efetivo de **Vigia,** na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07 de novembro de 2024.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito

Publicado por:
Francieli Gaspari
Código Identificador:5623C680

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DA ATA N.º 282 - PREGÃO 057/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 282/2024

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: 53.361.753 ANA PAULA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 53.361.753/0001-99, com sede na RUA ORLANDO SILVA 582, 582 - CEP: 85814612 - BAIRRO: FLORESTA.
LICITAÇÃO: Pregão 57/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E INSTALAÇÃO DE TELAS MOSQUITEIRAS NAS COZINHAS DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO DE RESERVA DO IGUAÇU-PR"
VALOR TOTAL: R$ 23.783,76(Vinte e Três Mil, Setecentos e Oitenta e Três Reais e Setenta e Seis Centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (doze) meses
DATA DE ASSINATURA:07 de novembro de 2024

Reserva do Iguaçu, 07 de novembro de 2024.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:EAA0BAAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 358/2021

EXTRATO DO 1.º ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE:O **MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: A empresa **AUGUSTO MARINHAK VALUS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 16.841.572/0001-33, localizada na Rodovia PR-160, S/N.º KM 346, Bairro Ronda, cidade de Prudente de Morais/MG
LICITAÇÃO**: Tomada de preços n.º 004/2023**
OBJETO: "CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇAO BARRAÇAO EM ESTRUTURA PRE-MOLDADO MEDINDO 10MX25M PARA CENTRO DE REFERÊNCIA SOCIAL DA INSTITUIÇÃO APAE."
PRAZO DE VIGÊNCIA: De 12 de novembro de 2023 à 12 de fevereiro de 2025.
DATA DE ASSINATURA:07 de novembro de 2024.

Reserva do Iguaçu, 07 de novembro de 2024.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:2CE44A8F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 126/2023

EXTRATO DO 3º ADITIVO DE PRAZO

CONTRATANTE: OMUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.612.911/0001-32, com endereço à Avenida 04 de Setembro, n.º 614, Centro, cidade de Reserva do Iguaçu/PR
CONTRATADO: A empresa CONSTRUTORA JJEA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.000.488/0001-61, com sede na Rua Brasil, n.º 15, Bairro: Vila Copel - Vila "C", cidade de Reserva do Iguaçu/PR.
LICITAÇÃO: Contrato n.º 126/2023 – Tomada de preço 003/2022
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO DE TRECHOS DE ESTRADAS RURAIS COM PEDRAS IRREGULARES, DE ACORDO COM PROJETO, PLANILHA DE SERVIÇOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS, CONFORME CONVÊNIO 428/2022".
PRAZO DE VIGÊNCIA:15 de novembro de 2024 até 15 de fevereiro de 2025.
DATA DE ASSINATURA:07 de novembro de 2024

Reserva do Iguaçu, 07 de novembro de 2024.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:8B089502

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 004/2024

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PARA CREDENCIAMENTO 004/2024

O **MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU**, torna público que estará aberto a partir do dia 08 de novembro de 2024, até 14 de novembro de 2024, no horário das 08h00min às 16h00min, a inscrição para o Processo de **"EXECUÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS QUE PROMOVAM O FOMENTO À CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E DIFUSÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE FAZEDORES DE CULTURA RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA LEI PAULO GUSTAVO COM BASE NO ART. 6º, INCISO I A III - PRODUÇÃO AUDIOVISUAL E MULTILINGUAGENS-, E COM BASE NO ART. 8º OUTRAS ÁREAS DA CULTURA-, DA (LEI PAULO GUSTAVO) E AOS PREJUÍZOS A QUE FORAM ACOMETIDOS COM O PERÍODO DA COVID19"**, nos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Estadual nº. 15.608/07, O Edital nº 004/2024 e seus anexos com detalhes do Chamamento Público estará à disposição dos interessados a partir do dia 08 de novembro de 2024 no site http://www.reservadoiguacu.pr.gov.br/site/, ou na Departamento de Licitações e Contratos, anexo a Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, com horário das 08h00min às 16h00min em dias de expediente no endereço Av. 4 de setembro, 614, Centro – CEP 85195-000.

Reserva do Iguaçu 07 de novembro de 2024

Publique-se:

ALESSANDRO DOS ANJOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Alessandro Dos Anjos
Código Identificador:911A1B82

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA
ELETRÔNICA, Nº. 38/2024

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto a DISPENSA ELETRÔNICA, nº. 38/2024, com data de abertura para o dia 14 de novembro de 2024, às 08 hr 00min, cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO PIROTÉCNICO DA VIRADA DE ANO, A SER REALIZADO NO DIA 31/12/2024, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das demais legislação aplicável, e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 08/11/2024 às 07 hr 59 min do dia 14/11/2024, início da fase de lances às 08 hrs 00 min do dia 14/11/2024 com 06 horas de disputa. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 08 de novembro de 2024.

Rio Azul, 07 de novembro de 2024.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:FD0C5DBB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO
ELETRÔNICO, Nº. 105/2024

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 105/2024, do tipo MENOR PREÇO por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 22 de novembro de 2024, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é o AQUISIÇÕES DE MATERIAIS/EQUIPAMENTOS DESTINADAS À MODALIDADE/TREINAMENTO DE TAEKWONDO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 08/11/2024 às 07 hr 59 min do dia 22/11/2024, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 22/11/2024. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 05 de novembro de 2024.

Rio Azul, 04 de novembro de 2024.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:7E92A2B9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO
ELETRÔNICO, Nº. 106/2024

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 106/2024, do tipo MENOR PREÇO por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 27 de novembro de 2024, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é o AQUISIÇÕES DE CARTUCHOS E TONERS ORIGINAIS E MANUTENÇÃO PARA IMPRESSORAS E SCANNER PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 08/11/2024 às 07 hr 59 min do dia 27/11/2024, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 27/11/2024. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 08 de novembro de 2024.

Rio Azul, 07 de novembro de 2024.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:4BC7F4DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO
ELETRÔNICO, Nº. 107/2024

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 107/2024, do tipo MENOR PREÇO por item/lote,

modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 25 de novembro de 2024, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E OPERADORES DE SOM, LUZ E LIVE STREMING EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 08/11/2024 às 07 hr 59 min do dia 25/11/2024, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 25/11/2024. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 08 de novembro de 2024.

Rio Azul, 07 de novembro de 2024.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:9310EDF3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 108/2024

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 108/2024, do tipo MENOR PREÇO por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 22 de novembro de 2024, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, EMENDA IMPOSITIVA E RECURSO LIVRE, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 08/11/2024 às 07 hr 59 min do dia 22/11/2024, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 22/11/2024. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 08 de novembro de 2024.

Rio Azul, 07 de novembro de 2024.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:85FA88F1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 109/2024

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 109/2024, do tipo MENOR PREÇO por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 27 de novembro de 2024, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE UMA TENDA 10X10 NO PERÍODO DE 04 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024, NA PRAÇA TIRADENTES- RIO AZUL, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 08/11/2024 às 07 hr 59 min do dia 27/11/2024, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 27/11/2024. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 08 de novembro de 2024.

Rio Azul, 07 de novembro de 2024.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:45669446

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 110/2024

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 110/2024, do tipo maior lance/maior oferta por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 06 de dezembro de 2024, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é o CONCESSÃO DE ESPAÇO PARA A INSTALAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DURANTE A FESTIVIDADE DE RÉVEILLON 2024/2025 DO MUNICÍPIO DE RIO AZUL QUE OCORRERÁ NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2024, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 08/11/2024 às 07 hr 59 min do dia 06/12/2024, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 06/12/2024. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 08 de novembro de 2024.

Rio Azul, 08 de novembro de 2024.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:ED6F473A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
04º EXTRATO DE TERMO DE REAJUSTE DE VALOR

04º EXTRATO DE TERMO DE REAJUSTE DE VALOR
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 111/2022
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **EQUIPLANO SISTEMAS LTDA**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Ao teor do que estabelece o art. 2º, §1º da Lei nº 10.192/2001, consoante determina o Art. 57, §1º, 58 §1º e 2º e 65 da Lei 8.666/93 com efeitos futuros, fica reajustado em 4,51 % (quatro vírgulas cinquenta e um por cento) o valor contratual, passando de R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil) passando a ser o valor total de R$ 50.169,16 (cinquenta mil centos sessenta nove reais e dezesseis centavos).
ASSINATURA: 07/11/2024.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) JOÃO LUIZ DE MACEDO JUNIOR -
Representante

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:CAC4C1B3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
01º EXTRATO DE TERMO ADITIVO PRAZO E VALOR

01º EXTRATO DE TERMO ADITIVO PRAZO E VALOR
REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 94/2023
PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e **GRIFON DIGITAL SERVIÇOS LTDA**
CLÁUSULA PRIMEIRA
Com fundamento no Art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93, fica aditivado até o dia 13/12/2025 o prazo de vigência e execução, contido na Cláusula sétima do Contrato 94/2023.
ASSINATURA: 07/11/2024.
FORO: Comarca de Rebouças

(A) LEANDRO JASINSKI -
Prefeito Municipal

(A) ALESSANDRA PATRICIA DE SOUZA-
Representante

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:9D9B2635

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO - TERMO DE DE FOMENTO Nº 09/2024

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2024

Termo de Fomento que entre si celebram o município de Rio Azul - Estado do Paraná, e o Lar dos Velhinhos de Rio Azul, visando o repasse financeiro a entidade em regime de mútua cooperação, recursos de emenda federal nº 202437020014 via repasse Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – Fundo Nacional da Assistência Social -, classificação 08.244.5031.2019G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema SUAS – GND3, para custeio na realização da contratação de outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, serviços profissionais das áreas de Psicologia, Pedagogia e Educador Social a fim de oferecer melhores condições ao processo de envelhecimento aos idosos residentes no Lar dos Velhinhos de Rio Azul.

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE RIO AZUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, como sede à Rua Guilherme Pereira, nº 482, inscrito no CNPJ nº 75.963.256/0001-01, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **LEANDRO JASINSKI**, brasileiro, casado, Administrador, portador da Cédula de Identidade nº 8.554.510-8 - SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 049.075.609-31, residente e domiciliado na Avenida Manoel Ribas, nº 1907, MD 01, cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-000, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, o **LAR DOS VELHINHOS DE RIO AZUL,** entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 79.261.731/0001-40, com sede à Rua Campolim José Ribeiro, nº 994, neste município, representada pelo(a) seu(ua) Presidente, o(a) Sr(a). **LUIZ EDUARDO PEREIRA DE ANDRADE**, brasileiro, solteiro, Agricultor, portador da Carteira de Identidade/CI-RG nº 10.134.982-9 SSP-PR, inscrito no CPF nº 090.320.429-04, residente e domiciliado na comunidade de Rio Vinagre, zona rural, no município de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-000.

FUNDAMENTO LEGAL: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Constituição Estadual, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 13.019/2014, de 31/07/2014, do Decreto Municipal nº 23/2017, de 31/01/2017, emenda federal nº 202437020014 via repasse Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – Fundo Nacional da Assistência Social -, classificação 08.244.5031.2019G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema SUAS custeio – GND3.

OBJETO: O presente Termo de Fomento, em regime de mútua cooperação tem por objeto o repasse financeiro a entidade via recursos emenda federal nº 202437020014 via repasse Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – Fundo Nacional da Assistência Social -, classificação 08.244.5031.2019G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema SUAS custeio – GND3, para o custeio na realização da contratação de outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, serviços profissionais das áreas de Psicologia, Pedagogia e Educador Social a fim de oferecer melhores condições ao processo de envelhecimento aos idosos residentes no Lar dos Velhinhos de Rio Azul.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO: O valor financeiro do Termo de Fomento nº 09/2024 será de **R$ 100.000,00 (cem mil reais),** cujo montante obriga o **MUNICÍPIO** a proceder ao repasse para a **ENTIDADE**, de acordo com o plano de trabalho apresentado e aprovado, nas seguintes condições: **A) RECURSOS FEDERAIS:** do orçamento do Fundo Municipal da Assistência Social, exercício financeiro de 2024, cumprimento de repasse a ser dado conforme a indicação de emenda individual federal nº 202437020014 – OGU/2024, repasse financeiro do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – Fundo Nacional da Assistência Social -, classificação 08.244.5031.2019G – Estruturação da Rede de Serviços do Sistema SUAS custeio – GND3, tendo por entidade assistida o Lar dos Velhinhos, a ser repassado em parcela única até 30/11/2024 em favor da entidade proponente.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
Exercício	Conta da despesa	Funcional Programática	Fonte Secretaria
2024	2071	06.004.08.241.0801.2035.3.3.50.43.00.00	1010 Assistência Social

VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: 07/11/2024 à 07/07/2026.
DATA DE ASSINATURA: 07/11/2024.

LEANDRO JASINSKI	*LUIZ EDUARDO PEREIRA DE ANDRADE*
Prefeito Municipal	Presidente

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:EA6A37E9

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 204/2024

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Conceder, a servidora, **Camila Coloda Franco**, matrícula 2075-1, ocupante do cargo de Professora, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de licença sem vencimentos, a partir de 13 de novembro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 06 de novembro de 2024.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:6E1D8318

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 22 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 22 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

SÚMULA: Aprova a manutenção de registro da entidade e aprova a inscrição de programas desenvolvidos pelo Centro de Integração Empresa Escola - CIEE - no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Rio Azul/PR.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA DE RIO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal Nº 8.069/1990 e a Lei Municipal Nº 1007/2020 e, considerando a deliberação da plenária em reunião ordinária realizada na data de 06 de novembro, constante na Ata nº 423 - CMDCA.

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a manutenção do Registro da Entidade Centro de Integração Empresa Escola - CIEE - neste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob o **registro de nº 03/2021**.

Art. 2º - Aprovar a inscrição dos Programas, Projetos e Serviços prestados pela Entidade Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, neste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo: **Programa de Socioaprendizagem na modalidade EaD.**

Art. 3º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.
.
Sala de reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Rio Azul, 06 de novembro de 2024.

KEITI ROSA BANARDELI
Presidente do CMDCA de Rio Azul/PR

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:3A7E7FF0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO N° 160/2024

Decreto nº 160/2024

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2024 no valor de até R$ 15.799,92 (quinze mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, em especial as concedidas pelos Incisos do Art. 7°, da Lei n° 713/2023 – LOA, decreta:
DECRETO
Artigo 1º - Abre-se no PPA/LDO e Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 15.799,92 (quinze mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Suplementação			
08		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002.08.244.2020.2.043.		ATIVIDADES LIGADAS AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	
799 - 4.4.90.52.00.00	51940	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.799,92
800 - 3.3.90.30.00.00	51936	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
Total Suplementação:			15.799,92

Artigo 2º - Para atender o disposto no artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Superávit Financeiro, no valor de R$ 15.799,92 (quinze mil setecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), de acordo com o Art. 43, Parágrafo 1º, e seus Incisos, da Lei Federal 4.320/64.

Superávit Financeiro nas Fonte(s):			
51936	Componente para Qualificação da Gestão (SUAS) - Exercícios Anteri	51936	5.000,00
51940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadast	51940	10.799,92
Total:			15.799,92

Artigo 3º - Este Decreto entrar é em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 06 de novembro de 2024.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:964439AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 249/2024- RH

PORTARIA Nº. 249/2024

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de FÉRIAS a Sra. FRANCISCA DO AMARAL PAIXÃO, servidora desta municipalidade, lotada no cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, relativo ao período aquisitivo de 10/01/2024 à 09/01/2025, a partir do dia 07 de Novembro de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:882789EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO N.º 012/2024

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS/RBS, conforme deliberação da 5ª Reunião Extraordinária realizada no dia 07 de novembro de 2024, no uso de suas competências atribuições que lhe são conferidas a Lei Municipal N° 433/1995 de 18 de Novembro de 1995; e

CONSIDERANDO a importância em planejar ações socioassistenciais a serem realizadas em nosso município e a transparência de prestação de contas de recursos públicos.

R E S O L V E:

Art. 1° Aprovação TOTAL das prestações de contas do repasse Incentivo COVID 2021 referentes ao 2° semestre de 2022 e 1° semestre de 2023.

Art. 2° Aprovação da devolução do saldo remanescente do repasse Incentivo COVID 2021.

Art. 3°. Aprovação do novo cronograma financeiro da APMI para execução da emenda parlamentar nº 412220620240001.

Art. 4°. Aprovação da transferência dos rendimentos do recurso da emenda parlamentar nº 412220620240001 para a APMI.

Art. 5º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul - PR, 07 de novembro de 2024.

ELEIDE DE JESUS RICCE DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Socia

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:8812C787

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata da **5ª Reunião Extraordinária** do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS/RBS, realizada no dia 07 de novembro de 2024, com início previsto para as 09h, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH, localizada na Rua Ermírio de Moraes, nº 491, centro. A reunião foi iniciada pela Secretária Executiva Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz que agradeceu a presença de todos e apresentou as seguintes pautas **01- Prestação de Contas do Incentivo Covid 2021 referente ao 2° semestre de 2022 e ao 1° semestre 2023; 02- Ajuste de prazos de execução e repasse de rendimento da emenda parlamentar destinada à APMI.** Em seguida A diretora de planejamento Letícia Trein iniciou a reunião com a prestação de contas referente ao 2° semestre de 2022 do repasse Incentivo COVID 2021. Ela informou a este Conselho que o repasse ocorreu efetivamente em junho de 2022, e que a execução da proposta de atendimento físico era atender 180 famílias com o benefício eventual de auxílio natalidade, e também 180 famílias Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no âmbito da Proteção Social Básica. A seguir, a diretora entregou as notas fiscais aos senhores conselheiros para demonstrar que os itens adquiridos com o recurso foram destinados a compor kits natalidade (cobertores, panos de boca, meias, roupinhas, toalhas, banheiras e bolsas maternidade), que foram entregues a 360 famílias. As notas fiscais indicam que os pagamentos dos fornecedores aconteceram nos meses de janeiro, fevereiro e abril de 2023. A conselheira Elisane Miranda explicou aos demais que, à época da adesão, a opção pelo kit se deu porque o município já fazia a distribuição do cartão RBS, destinado á compra de alimentos, e que havia grande necessidade dos kits natalidade para aquelas famílias após a pandemia. Deste modo, o Conselho deliberou pela aprovação total da prestação de contas do repasse Incentivo COVID 2021 referente ao 2° semestre de 2022 e também ao 1° semestre de 2023, assim como aprovou a devolução do saldo remanescente. **Item 2:** A seguir, a diretora informou aos presentes que será necessário um ajuste no cronograma financeiro apresentado pela APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. O cronograma original previa o repasse inicial para o mês de outubro de 2024. Entretanto, o tempo para concluir o Termo de Colaboração e trâmites contábeis não permitiu o cumprimento dessa previsão. O repasse, então, deverá acontecer neste mês de novembro, o que levou a entidade a apresentar um novo cronograma, que prevê o início da execução dos valores neste mês de novembro e mais uma etapa em fevereiro de 2025. Os conselheiros presentes tiveram acesso ao novo cronograma e o aprovaram. Também foram informados pela diretora Letícia de que o montante do rendimento do recurso, que hoje está em torno de R$ 3.500,00, poderá ser repassado à entidade, conforme orientação do Fundo Nacional da Assistência Social. As representantes da APMI presentes explicaram que pretendem adquirir equipamentos para a cozinha e mais materiais didáticos. A diretora acrescentou que será realizada transferência em parcela única, e que a prestação de contas deverá ocorrer no início do próximo ano, também numa única reunião com este Conselho. Por fim, os conselheiros presentes deliberaram pela aprovação da transferência dos rendimentos para a APMI. Nada mais havendo a tratar, a Diretora, Leticia Maria Trein, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz, Secretária Executiva do CMAS, lavrei a presente ata**.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Elisane Souza Miranda
Assinatura:

Vivian Lemberg
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Glailson Orlando Santos
Assinatura:

Jéssica Fernandes Rausis
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Gerson Ramon Martins
Assinatura:

Franciele Faria do Bonfim
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Lucimara Aparecida de Oliveira
Assinatura:

Paola Ferracini
Assinatura:

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO:
Marlon Samuel de Moura
Assinatura:

Leticia Galdi Righi Ramos
Assinatura:

SOCIEDADE CIVIL
ASSOCIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE RIO BRANCO DO SUL – ACARS
Alexandre Selinski
Assinatura:

Alcemir José Portes
Assinatura:

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA – APMI:
Raquel Stresser de Jesus
Assinatura:

Patricia Deiziele Vaz C.
Assinatura:

ACREJA
Eleide de Jesus de Oliveira
Assinatura:

Andre Luis Ramalho de Oliveira
Assinatura:

CROSS
Nicolas Gonçalves
Assinatura:

Anderson Luis Brunelo
Assinatura:

Elisabete Alves da Silva
Assinatura:

---
vago
Assinatura:

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:1BE632DD

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
REGIMENTO INTERNO (UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES LAR PRIMAVERA)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O presente Regimento tem o intuito de estabelecer os parâmetros de funcionamento desta Instituição de Acolhimento, localizada no Município de Rio Branco do Sul, bem como sua finalidade e as atribuições dos servidores, da coordenação e da equipe técnica.

Capitulo I
NATUREZA E FINALIDADE

Art 1º A Unidade de Acolhimento Institucional (UAI) Lar Primavera é uma instituição governamental na modalidade de Abrigo Institucional, de caráter excepcional e provisório, destinada a acolher crianças e adolescentes de ambos os sexos, de 0 a 18 anos de idade incompletos, que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social por violação de direitos.

Capítulo II
DOS OBJETIVOS

Art.2º O objetivo geral da Unidade de Acolhimento Institucional (UAI) Lar Primavera é proporcionar acolhimento excepcional e temporário a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social por violação de direitos (cuja medida de proteção tenha sido homologada pelo Poder Judiciário) garantindo sua integridade física, psicológica e moral, de forma que venha suprir suas necessidades básicas de formação sócio-educacional e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, até que os mesmos possam ser reinseridos na família natural, extensa ou em última instância em família substituta.

Art. 3º São objetivos específicos:
I-Procurar prioritariamente o fortalecimento, a preservação e reestruturação dos vínculos familiares e comunitários (
II-Garantir o acolhimento provisório de crianças e adolescentes deste Município que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social por violação de direitos, assegurando um ambiente seguro e salubre;
III-Garantir a satisfação das necessidades básicas e sócio-educacionais das crianças e adolescentes acolhidos;
IV-Garantir a inserção das crianças e adolescentes acolhidos, em atividades sócio-educativas, oferecidas pelas redes, municipal e estadual de atendimento;
V-Estimular as crianças e adolescentes à vida autônoma;
VI-Garantir a preservação da identidade;

Capítulo III
DA ESTRUTURA

Art 4º A Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera está vinculada à política Municipal de Assistência Social, tendo como parceiras Instituições Governamentais e Não-Governamentais, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar. Tem capacidade máxima para acolher 20 (vinte) crianças e/ou adolescentes.

Art 5º Compõem a estrutura organizacional básica do Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera:
I-Coordenador: deverá ser funcionário de cargo efetivo ou comissionado com formação mínima de Ensino Superior e preferivelmente possuir experiência na função;
II- Equipe Técnica deverá ser composta por: Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo,Terapeuta Ocupacional e Nutricionista devendo estes profissionais serem selecionados por Concurso Público ou Processo Seletivo;
III- Assistente/auxiliar administrativo: deve possuir escolaridade mínima de Ensino Médio completo, podendo ser selecionada por Concurso Público e/ou Processo Seletivo;
IV- Educadoras Sociais: deverão possuir escolaridade mínima de Ensino Médio completo, podendo ser selecionadas por Concurso Público ou Processo Seletivo.
V-Auxiliar de Serviços Gerais: selecionadas por Concurso Público, Processo Seletivo ou terceirizados;
VI-Cozinheira: selecionada por Concurso Público, Processo Seletivo ou terceirizados;
VII-Guardião: selecionado por Concurso Público, Processo Seletivo ou terceirizados;
VIII-Motoristas: selecionados por Concurso Público, Processo Seletivo ou terceirizados.

Capítulo IV
DAS FUNÇÕES

Art 6º Compete à Órgão gestor municipal de Assistência Social:
I-A gestão e execução dos recursos da UAI;
II-Designar profissionais para atendimento das crianças e adolescentes acolhidas de acordo com as especificidades de cada caso;
II-Designar profissionais para participarem de eventos e capacitações que visem o aprimoramento do exercício das suas funções junto à UAI.

Art7º Compete à Coordenação:

I-Promover a administração da UAI em conformidade com a legislação em vigor;
II-Estabelecer diretrizes gerais para o funcionamento da UAI, em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança à Convivência Familiar e Comunitária;
III-Elaborar e supervisionar rotina e operacionalização da UAI;
IV-Promover o cumprimento da legislação e regulamentos referentes a crianças e adolescentes, zelando pelo respeito aos direitos dos mesmos;
V-Responsabilizar-se pelos prontuários individuais, as informações e histórico familiar das crianças e adolescentes acolhidos;
VI-Favorecer e manter a articulação do serviço com a Rede de Proteção, bem como com o Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes;
VII-Emitir relatórios das ocorrências, sempre que se fizer necessário, aos órgãos competentes;
VIII-Resolver todo e qualquer problema relativo ao funcionamento e função administrativa da UAI comunicando às ocorrências que excedam sua competência por meio de relatórios aos órgãos competentes.

IX-Comunicar de forma imediata ao Ministério Público, ao Juizado da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar ocorrência de fugas, registrando Boletim de Ocorrência junto à delegacia;
X-Realizar reuniões de capacitação e supervisão com a equipe que compõe a UAI;
XI-Zelar pelo uso adequado e pela conservação dos bens materiais e imóveis da UAI;
XII-Responsabilizar-se em tempo integral pela Instituição;
XIII-Comunicar em até 24 horas quando houver acolhimento sem prévia determinação da autoridade competente, conforme ART. 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
XIV-Informar previamente ao Juizado da Infância e da Juventude e ao Ministério Público, sobre as atividades externas realizadas com as crianças e adolescentes como viagens e passeios que excedam o território da comarca;
XV-Permitir visitação de familiares das crianças e dos adolescentes ora acolhidos, salvo casos em que houver restrições judiciais;
XVI- Responsabilizar-se pela permissão da entrada de pessoas que não componham o quadro de servidores da UAI e familiares das crianças e dos adolescentes;
XVII-Fazer ciência à Equipe Técnica da UAI sobre as questões referentes às alterações comportamentais e de desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos;
XVIII-Coordenar os processos de trabalho dos demais servidores para que suas tarefas sejam realizadas de forma adequada, bem como, atender às necessidades emergenciais relacionadas aos mesmos.
XIX-Providenciar documentação necessária a todas as crianças e adolescentes em acolhimento, a partir do momento em que estes cheguem à UAI;
XX-Participar dos processos de contratação de novos servidores, aqueles contratados através de processo seletivo e avaliação de desempenho de todos os demais servidores;

Art. 8º Compete à Equipe Técnica:
I-Realizar a acolhida técnica da criança ou adolescente, assim que o mesmo chegue à UAI;
II-Realizar avaliações e encaminhamentos quando necessário;
III-Elaborar em conjunto com a coordenação, o Projeto Político-Pedagógico da UAI;
IV-Elaborar e aplicar o PIA - Plano Individual de Atendimento das crianças e adolescentes acolhidos;
V-Realizar registro das informações referente as crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual e/ou familiar;
VI-Trabalhar de forma integrada, visando o acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias;
VII-Promover ações visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários das crianças e adolescentes acolhidos;
VIII-Preparação da criança / adolescente para o desligamento em parceria com as (a) educadoras sociais;
IX-Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso;
X-Articular junto a rede de proteção do Município com o objetivo de proporcionar um atendimento adequado às crianças e adolescentes acolhidos, bem como de suas famílias;
XI-Articular com a rede sócio-assistencial para que a criança ou adolescente esteja inserido na comunidade tendo garantido o seu direito de convivência comunitária;
XII-Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de 6 (seis) meses, dando ciência dos resultados à Autoridade Competente;
XIII-Elaborar relatórios sempre que requisitado pelo Poder Judiciário ou quando necessário;
XIV-Participar da elaboração de Projetos a serem realizados dentro da UAI;
XV-Participar de reuniões e capacitações da UAI bem como de reuniões externas, sempre que forem requisitadas;
XVI-Solicitar junto ao Poder Judiciário, autorização, sempre que a criança ou adolescente for visitar familiares.
XVII-Zelar pelo uso adequado e pela conservação dos bens materiais e imóveis da UAI;
XVII-Apoio na seleção dos educadores sociais e demais servidores;
XIX-Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores sociais;

ART. 9º Compete ao Assistente Social:
Realizar entrevista inicial com a criança ou adolescente;
Visitar e acompanhar as famílias das crianças e adolescentes, ora acolhidos com vistas ao fortalecimento, a preservação e a reestruturação dos vínculos familiares e comunitários;
Emitir relatórios para a Vara da Infância e da Juventude, sempre que necessário;
Participar da elaboração e da continuidade do PIA - Plano Individual de Atendimento das crianças e adolescentes;
Informar à coordenação acerca das medidas adotadas referentes às crianças e adolescentes;
Atuar em conformidade com o Código de Ética da sua categoria profissional.

ART. 10 Compete ao Psicólogo:
I-Prestar atendimento socioassistencial as crianças e adolescentes e suas famílias;
II-Prestar atendimento de supervisão e orientação junto às as educadoras (es) sociais;
III-Emitir relatórios para a Vara da Infância e da Juventude, sempre que necessário;
IV-Participar da elaboração e da continuidade do PIA - Plano Individual de Atendimento das crianças e adolescentes;
V-Informar à coordenação acerca das medidas adotadas referentes às crianças e adolescentes;
VI-Atuar em conformidade com o Código de Ética da sua categoria profissional.
VII-Realizar atendimentos com as famílias utilizando-se de visitas domiciliares, contatos telefônicos, além de atendimentos individualizados e/ou grupais;
VII-Promover atividades de estimulação da aprendizagem, de habilidades sociais e de cidadania com as crianças e adolescentes, de acordo com a faixa etária e o grau de desenvolvimento de cada um.

Art. 11 Compete ao Pedagogo:

I-Identificar a situação escolar da criança e do adolescente acolhidos, realizando devidos encaminhamentos, além de procedimentos como matrícula, rematrícula e transferências escolares quando necessário;
II-Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais servidores, do Projeto Político Pedagógico da UAI;
III-Avaliar junto com o profissional responsável da escola o rendimento escolar das crianças e adolescentes, discutindo possíveis intervenções;
IV-Elaborar atividades pedagógicas conforme necessidade de cada criança e adolescente acolhido;
V-Elaborar, encaminhar e discutir junto aos órgãos competentes as informações pertinentes sobre os acolhidos;
VI-Responsabilizar-se pelo repasse de informações quando necessário;
VII-Participar da elaboração e da continuidade do PIA- Plano Individual de Atendimento das crianças e adolescentes;
VIII-Informar à coordenação acerca das medidas adotadas referentes às crianças e adolescentes;
IX-Manter sigilo sobre questões tratadas na UAI;
X-Atuar com ética em conformidade com as Diretrizes de sua categoria profissional.

Art 12 Compete ao Terapeuta Ocupacional:
I-Prestar atendimento às crianças e adolescentes a fim de garantir o desenvolvimento global adequado de cada um;
II-Estimular a aquisição de habilidades das crianças e adolescentes, visando o desempenho de seus papéis ocupacionais na sociedade;
III-Emitir relatórios para a Vara da Infância e da Juventude, sempre que necessário;
IV-Participar da elaboração e da continuidade do PIA - Plano Individual de Atendimento das crianças e adolescentes;
V-Informar à Direção acerca das medidas adotadas referentes às crianças e adolescentes;
VI-Atuar em conformidade com o Código de Ética da sua categoria profissional.

Art.13 Compete ao profissional Nutricionista:

I.Calcular os parâmetros nutricionais com base em recomendações nutricionais;
II. Realizar avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas;
III-Programar, elaborar e avaliar cardápios, adequando-os às faixas etárias e perfil epidemiológico da população atendida, respeitando os hábitos alimentares ;
IV-Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade dos produtos, observadas as boas práticas higiênicas e sanitárias;
V-Identificar crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para o atendimento nutricional adequado;
VI-Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para o público atendido, inclusive a consciência social, ecológica e ambiental;
VII-Colaborar e participar das ações relativas ao diagnóstico, avaliação e monitoramento nutricional.

ArT 14. Compete ao Educador/cuidador (a) Social:
I-Cumprir a rotina diária e manutenção da UAI;
II-Seguir as orientações da Coordenação da UAI e da equipe técnica;
III-Manter relações de afetividade e de amizade com as crianças e adolescentes acolhidos;
IV-Respeitar e compreender a história de vida da criança ou adolescente para auxiliá-los na sua inserção social;
V-Fortalecer a autoestima das crianças e adolescentes acolhidos, buscando a construção de suas identidades e a interação social;
VI-Acompanhar as crianças e adolescentes aos serviços de saúde quando necessário, inclusive em casos de internamentos hospitalares;
VII-Acompanhar o rendimento escolar, auxiliando-os em seu desempenho educacional (tarefas, pesquisas, controle de materiais, entrega de boletins, participação em reuniões, etc.);
VIII- Dar assistência aos acolhidos em todas as necessidades de seu pleno desenvolvimento;
IX-Responsabilizar-se pela administração correta dos medicamentos prescritos para as crianças e adolescentes;
X-Registrar as intercorrências e as visitas em seus respectivos Livros;
XI-Comunicar à coordenação e a Equipe Técnica quando observados mudanças comportamentais, problemas escolares e necessidades de cuidados de saúde;
XII-Participar de capacitação permanente sempre que ofertada;
XIII-Participar de reuniões de rotina da UAI;
XIV-Manter sigilo acerca das questões tratadas na UAI;
XV-Atuar de forma integrada, agindo com cooperação, respeito e disciplina;
XVI-Manter postura pessoal condizente ao objetivo educativo do trabalho;
XVII-Tratar as crianças e adolescentes acolhidos com respeito, estabelecendo o limite necessário em suas relações, orientando-os no uso adequado da liberdade e das rotinas diárias na UAI;
XVII-Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.
XIX-Zelar pelo uso adequado e pela conservação dos bens materiais e imóveis da UAI;
XX-Comunicar com antecedência a coordenação, sempre que houver necessidade de ausentar-se do trabalho.

Art 15 Compete aos demais servidores:

I-Desempenhar adequadamente todas as funções referentes ao cargo para o qual for designado;
II-Acatar e respeitar as determinações da Coordenação da UAI;
III-Participar de capacitação permanente sempre que ofertada;
IV-Comunicar à Coordenação e a Equipe Técnica quando observados mudanças comportamentais, e necessidades de cuidados de saúde das crianças e adolescentes acolhidos;
V-Participar de reuniões de rotina da UAI;
VI-Manter sigilo acerca das questões tratadas na UAI;
VII-Atuar de forma integrada, agindo com cooperação, respeito e disciplina;
VIII-Manter postura pessoal condizente ao objetivo educativo do trabalho;
IX-Tratar as crianças e adolescentes acolhidos com respeito, estabelecendo o limite necessário em suas relações;
X-Zelar pelo uso adequado e pela conservação dos bens materiais e imóveis da UAI;
XI-Comunicar com antecedência à Coordenação, sempre que houver necessidade de ausentar-se do trabalho.

Capítulo V
CAPACITAÇÃO PERMANENTE

Art15 Das Educadoras Sociais:

I-Deverão participar de capacitações permanentes, visando a sua formação;
II-Deverão participar de cursos, eventos e grupo de estudo, com intuito de aprimorar o exercício das funções dentro da UAI;
Parágrafo único: A organização das capacitações será de competência da Coordenação e da Equipe Técnica da UAI juntamente com o órgão gestor da política municipal de Assistência Social.

Art. 16 Da coordenação e da Equipe Técnica:

I-Deverão participar de cursos e eventos, com intuito de aprimorar o exercício de suas funções dentro (da UAI);
Parágrafo único: A organização das capacitações será competência (do órgão gestor da política municipal de Assistência Social)

Capítulo VI
DA ENTRADA

Art17 A Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera acolhe crianças e adolescentes de ambos os sexos, com faixa etária de 0 à 18 anos incompletos.

Parágrafo único: Adolescentes do sexo masculino com idade acima de 14 anos deverão ser acomodados em quartos separados, visando a manutenção da integridade física de todos os acolhidos, em local adequado destinado para este fim.

Art 18 O acolhimento será realizado quando as crianças e/ou adolescentes forem encaminhados pela Vara da Infância e Juventude e Conselho Tutelar do Município mediante entrega do Termo de Entrega Acolhimento e Guia de Acolhimento.

Art.19 Todos os acolhimentos que ocorrerem, sendo de caráter emergencial ou não, deverá ser comunicado ao Poder Judiciário, no prazo de até 24 horas.
Parágrafo único – Em caráter de excepcionalidade e urgência, poder-se-á acolher criança ou adolescente sem prévia determinação da autoridade competente, quando trazidas pelo conselho tutelar do município, fazendo comunicação do fato em até 24 horas à Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Rio Branco do Sul- PR.

Art 20 Logo após o acolhimento toda criança ou adolescente deverá sempre que necessário ser encaminhado para consulta médica para realizar exames de rotina ou específicos, conforme avaliação médica.

Capítulo VII
DA SAÚDE

Art 21 A instituição deverá oferecer um cardápio (devidamente elaborado por profissional nutricionista) compatível com as necessidades nutricionais das crianças e adolescentes acolhidos.

Art.22 A nutricionista deverá acompanhar periodicamente a validade dos produtos alimentícios ofertados, identificando aqueles que estiverem mais próximo do vencimento;

Art. 23 Todas as crianças e adolescentes acolhidos devem ter:
I-Acompanhamento médico de rotina a cada 06 (seis) meses ou sempre que assim necessitar, sendo os resultados de exames arquivados nos prontuários;
II-Acompanhamento odontológico preventivo a cada 06 (seis) meses ou sempre que assim necessitar;

III-Acompanhamento médico especializado quando assim necessitar;
IV-Carteira de vacinação atualizada.

Art 24 As Educadoras Sociais deverão, através da orientação de um profissional da saúde, acompanhar a higiene pessoal de cada uma das crianças e adolescentes acolhidos.

Art 25 As Educadoras Sociais deverão, sempre que necessário acompanhar as crianças e adolescentes em consultas, exames e internamentos.

Capítulo VIII
DO ENSINO

Art 26 Toda criança e/ou adolescente em faixa etária escolar deverá ser matriculada e-frequentar a escola, de preferência pública existente no bairro.

Art 27 A pedagoga deverá fazer acompanhamento escolar bimestral das crianças e adolescentes acolhidos junto às escolas e aos professores, anexando ao prontuário de cada um, informações importantes para o desenvolvimento do mesmo;

Art.28 As educadoras sociais deverão realizar o acompanhamento de todas as atividades escolares das crianças e adolescentes, ora acolhidos para que não falte material escolar, requisitando à coordenação o que for necessário;

Art 29 Conforme disponibilidade e interesse de cada criança ou adolescente, estes poderão participar de atividades extracurriculares ofertadas pela rede sócio-assistencial;

Art30 As crianças e adolescentes acolhidos deverão ter horários específicos para fazer as tarefas escolares de casa ou trabalhos escolares, acompanhados pela Pedagoga;

Art 31 As crianças, adolescentes e famílias terão acesso a atividades educativas e de vivências sobre temas de higiene, drogas, sexualidade, cidadania, convivência, dentre outras temáticas de interesse das mesmas. Essas atividades deverão ser realizadas pelos profissionais da UAI e outros que compõem a Rede de Proteção do Município, além de voluntários.

Capítulo IX
DO TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS ACOLHIDOS

Art 32 Todo adolescente acolhido acima de 14 anos poderá ser inserido em cursos técnicos e profissionalizantes, bem como em estágios remunerados e em vínculos empregatícios na modalidade Jovem Aprendiz;

Art. 33 O trabalho profissional não poderá prejudicar as atividades escolares dos adolescentes acolhidos;

Art 34 Todas as crianças e adolescentes acolhidos poderão desenvolver atividades domésticas na UAI sob orientação de um adulto, estimulando sempre o senso de responsabilidade, companheirismo e cooperação.

Capítulo X
DO LAZER

Art 35 Deverá estar fixado no quadro de recados um cronograma de passeios a serem realizados durante o ano.

Art 36 Deverá estar fixado no quadro de recados um cronograma de comemorações e eventos a que as crianças e adolescentes acolhidos irão participar, dentro ou fora da UAI;

Art 37 Fica estabelecido que ao final de cada mês será realizado uma festa para os aniversariantes do mês.

Capítulo XI
É VEDADO

Art 39 O acesso à UAI sem prévia autorização da coordenação, salvo Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e servidores do órgão gestor da política municipal de Assistência Social, estes últimos, desde que previamente autorizados;

Art 40 É terminantemente proibido fumar, ingerir bebidas alcoólicas e/ou fazer uso de substâncias psicoativas nas dependências da UAI;

Art . 41 O manuseio de processos, relatórios e prontuários referentes às crianças e adolescentes por servidor não pertencente à Equipe Técnica ou coordenação;

Art. 42 Tirar foto das crianças e adolescentes que estão acolhidos na UAI, exceto com o celular da instituição, sendo proibida a divulgação;

Art 43 A retirada de qualquer objeto ou mantimentos da UAI, sem prévia autorização da coordenação;

Art. 44 Que qualquer servidor (a) da UAI traga para o ambiente de trabalho recursos materiais (tais como materiais pedagógicos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, etc...) e alimentícios, sem a prévia autorização da coordenação.

Capítulo XII
DAS VISITAS À INSTITUIÇÃO

Art. 44 Ao chegar, todo visitante deverá apresentar-se ao educador social que estiver na UAI;

Parágrafo primeiro – A coordenação e equipe técnica deverá estabelecer dias e horários das visitas, a fim de evitar prejuízo na rotina da UAI, salvo nos casos em que houver necessidade de horário específico, para assim resguardar a importância da convivência e fortalecimento do vínculo afetivo familiar.

Parágrafo segundo – Em situações excepcionais, caberá ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude regulamentar a proibição de visitas.

Art 45 Toda visita deverá ser registrada no Livro de Visitas da Instituição, sendo que, o visitante deverá assinar.

Capítulo XIII
DO VOLUNTARIADO

Art 46 Toda ação voluntária deverá ser aprovada pela coordenação da UAI;

Art 47 Todo voluntário deverá apresentar Projeto de intervenção que irá realizar dentro da UAI, respeitando as normas que constam neste Regimento e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Capítulo XIV
DOS PROJETOS

Art. 48 Todos os Projetos que forem executados dentro da UAI deverão ser formulados em conjunto com o órgão gestor da política municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, coordenação e Equipe Técnica da UAI.

Capítulo XV
DA MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Art 49 A manutenção geral da UAI deverá ser realizada no mínimo uma vez ao ano, ou sempre que necessitar, inclusive a limpeza de caixas d'água devendo esta ser efetuada a cada 6 (seis) meses;

Art.50 Deverá ser verificado regularmente se os extintores estão dentro do prazo de validade;

Art51 Deverá ser feita a dedetização da UAI, a cada 6 meses ou quando necessitar;

Art. 52 Deverá ser realizado o corte de grama no mínimo uma vez ao mês nas dependências da UAI.

Capítulo XVI
DAS DOAÇÕES

Art 52 Toda e qualquer doação feita à UAI deverão ser registradas no livro de doações, tornando-se Patrimônio da UAI.

Capítulo XVII
DA SAÍDA

Art 53 No momento do desacolhimento de uma criança ou adolescente da Instituição deverá ser entregue ao responsável todos os documentos originais, fotos e objetos pessoais;

Art 54 Sempre que houver desacolhimento de uma criança ou adolescente, a coordenação e a Equipe Técnica da Instituição deverão ser avisadas com antecedência para que haja uma preparação tanto desta criança ou adolescente como das demais acolhidas;

CAPÍTULO XVIII
DIREITOS E DEVERES DOS ACOLHIDOS

Art 55 Toda criança ou adolescente acolhido tem direito à: moradia; segurança; alimentação; saúde; educação; lazer; opção religiosa; atendimento individual e em grupo pelos profissionais da UAI, convivência familiar e comunitária.

Art 56 Toda criança ou adolescente acolhido tem os seguintes deveres: auxiliar na manutenção da organização da UAI, cuidando da higiene do ambiente onde residem; não desperdiçar alimentos; tomar os remédios conforme prescrição médica; freqüentar regularmente as aulas e realizar as tarefas de casa; participar e ter bom comportamento nas atividades de lazer; respeitar todos os profissionais da UAI.

Capítulo XIX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 57 Os recursos financeiros necessários para a operacionalização da UAI serão geridos e disponibilizados pelo órgão gestor da política municipal de Assistência Social;

Art 58 A alteração deste Regimento poderá ser feita a qualquer tempo, ou conforme a necessidade, pela coordenação da UAI, em conjunto e comum acordo com a Equipe Técnica da UAI, e aprovação do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente.

Rio Branco do Sul, 10 DE ABRIL DE 2012.

Atualizado em 20 de Outubro de

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:2DA960BC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

IDENTIFICAÇÃO
Denominação: Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação ou congênere
Endereço: Rua Henrique Pinto Ferro, nº 83
Bairro: Centro
Telefone: 41 -98882-1822
E-mail: uailarprimavera@riobrancodosul.pr.gov.br
CEP: 83540-000
Município: Rio Branco do Sul
Estado: Paraná.

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a Proposta Pedagógica do Serviço de Acolhimento Institucional, desenvolvido pela Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera de Rio Branco do Sul, entidade Pública, sem fins lucrativos que tem como objetivo *garantir o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes.*
A lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – apresenta o acolhimento institucional como uma medida de Proteção a ser aplicada por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e em razão da própria conduta da criança e do adolescente. Prescreve os princípios norteadores desse atendimento, considerando o aspecto da provisoriedade e excepcionalidade e equipara o dirigente desse serviço ao guardião, para todos os efeitos de direito.
A Instituição tem sua missão pela defesa dos princípios elencados no ECA, (Estatuto da Criança e do Adolescente), busca ser o instrumento do entendimento de que toda criança e adolescente tem família e é nesta que devem se desenvolver. É um espaço que se destina a proteger e acolher a criança e o adolescente. Tem uma postura de respeito e de não julgar a família, onde todos os esforços estão empreendidos na ideia de retorno ao lar, de fortalecimento dos laços familiares ou reconstrução de vínculos familiares rompidos, entendendo que a instituição é um lugar provisório de apoio, enquanto uma situação ou mais situações de risco por violação de direitos, não está resolvida.
Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta eficiente na instituição, pois possibilita o mapeamento de todas as suas ações – planejadas e não mais improvisadas – de acordo com os princípios institucionais. Essa preocupação em delinear todas as atividades desenvolvidas pela instituição se faz necessária para a realização de um trabalho coerentemente, norteado por objetivos estabelecidos e principalmente, para a criação de sua identidade institucional.

MARCO TEÓRICO – LEGAL

A política de atendimento na instituição UAI Lar Primavera, está fundamentada em diversos conjuntos legais, voltados para o reconhecimento da condição da criança/adolescente como sujeitos de direitos.
Assim referenda este Projeto Político Pedagógico:

-Constituição da República Federativa do Brasil – 1988;
-Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - Lei 8.069/90;
-Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - Lei 8.472/93;
-Plano Nacional de Assistência Social – PNAS;
-Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes – CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social – Brasília – fevereiro de 2009.
-Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012.
-Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – Brasília / DF – dezembro / 2006;
-Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, CNAS, Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009.
-Lei Adoção Lei Nº 12.010, de 3 de agosto de 2009;
-Lei Nº 13.509, de 22 de novembro de 2017.

HISTÓRICO

Segundo informação disponível no CadSUAS, a data da fundação da Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera foi 20/08/1998. Não há muitas informações registradas sobre o histórico da instituição, mas através de entrevista com profissional que atuou na instituição, contatou-se que à época não havia equipe técnica na instituição, os acolhimentos eram realizados e monitorados pelo Conselho Tutelar e equipe técnica do Serviço de Atendimento à Infância (SAI), além do Ministério Público e da Vara da Infância e da Juventude. Tendo sido em 2011 que iniciou equipe técnica exclusiva desta instituição de acolhimento.
A Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera tem como prioridade absoluta, o atendimento às crianças e adolescentes na modalidade de abrigo institucional, dando-lhes oportunidades de participação e reintegração à família e a comunidade.

A instituição sobrevive exclusivamente de recursos Municipais, Estaduais e Federais.
A instituição atende 24 horas por dia, realizando a qualquer hora, o procedimento de acolhida. Está incluso na acolhida, além da apresentação dos funcionários, do conhecimento das instalações físicas da instituição, a garantia de que a criança/adolescente se alimentará, se necessário, realizará higiene pessoal, visando essencialmente um acolhimento com empatia e afetividade, mitigando os potenciais efeitos negativos do acolhimento. A partir disso, a equipe técnica realizará sistematicamente, os atendimentos e os encaminhamentos necessários como: início do acompanhamento psicossocial, avaliação médica, exames laboratoriais, avaliação nutricional e matrícula em unidade regular de ensino. Com relação à documentação de cada acolhido, todos os documentos ficarão na instituição, sob os cuidados do coordenador e da equipe técnica, durante o período do acolhimento.
No funcionamento da instituição, deve prevalecer uma rotina o mais próximo possível de um cotidiano familiar e domiciliar, com o atendimento sendo prestado por educadores (as) sociais, sendo fundamental a construção de uma relação afetiva, segura e estável entre o educador e a criança ou adolescente, com o estabelecimento e a organização de horários para a realização das diversas atividades do dia a dia, sendo proporcionados aos acolhidos à escolarização, atividades socioeducativas, esporte e lazer, utilizando-se da infraestrutura da própria instituição e da rede existente no município.
O (a) educador (a) tem claro seu papel junto à criança e ao adolescente, aproximando-se afetivamente dos mesmos, contribuindo para a construção de um ambiente familiar, evitando apoderar-se da criança ou adolescente, competir ou desvalorizar sua família de origem ou substituta. Devendo, portanto, contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares, colaborando no processo de reinserção familiar.
O (a) educador (a) também participa das reuniões entre equipe técnica e coordenação, tendo sua opinião ouvida, após ter mantido vínculo e conhecimento dos desejos e interesses da criança e do adolescente, influencia na tomada de decisões, colabora com informações para a confecção dos relatórios que a equipe técnica leva ao conhecimento do Poder Judiciário e Ministério Público.
Para que o (a) educador (a) possa desempenhar sua função e enfrentar os desafios e dificuldades encontradas no dia a dia de trabalho, recebe apoio e orientação da equipe técnica e da coordenação, através de reuniões periódicas compartilhando suas experiências e angústias, podendo refletir sobre o trabalho desenvolvido com cada criança e adolescente, buscando melhoria no atendimento e na relação entre todos os atores envolvidos no processo de desenvolvimento, autoestima e autonomia.
Todas as crianças e adolescentes temporariamente acolhidos, recebem atendimentos psicossociais. Assim, através desses atendimentos os técnicos da instituição buscam restabelecimento de vínculos e reinserção familiar, trabalhando as relações interpessoais, tanto entre as crianças e adolescentes quanto com suas respectivas famílias e situações individuais apresentadas pelos mesmos, bem como o acompanhamento escolar, atividades comunitárias, oficinas e outras atividades que se entenderem pertinentes de acordo com a proposta do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes.
Contando com toda a rede de atendimento, deve-se trabalhar para manter vivo o vínculo afetivo da criança ou adolescente com o seu núcleo familiar de origem, através da realização de ações que os aproximem de suas famílias. Busca-se cumprir o princípio de não desmembramento de grupos de irmãos acolhidos, salvo se houver algum impedimento judicial, como em casos onde pode haver claras situações de risco por violação de direitos entre irmãos, tendo em vista o melhor interesse da criança e do adolescente. Deve acontecer a viabilização das visitas das famílias na Instituição, com acompanhamento familiar por parte da equipe técnica.
Todo o serviço que a criança e o adolescente temporariamente acolhido virem a necessitar, deve ser encaminhado em articulação com Rede de Proteção, nas políticas de saúde, educação, esporte, lazer, cultura, além de outros órgãos que compõe o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente, tais como: Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Vara da Infância e da Juventude, famílias e outras organizações da sociedade civil.

A INSTITUIÇÃO NO CONTEXTO DA COMUNIDADE LOCAL
O Centro da cidade, onde está localizada a Instituição, é uma região residencial e comercial, caracteriza-se principalmente pelo crescimento comercial que vem ocorrendo nos últimos anos, provocando uma rápida e intensa modificação da paisagem local.
Nesse contexto, o bairro nas últimas décadas deixou de ser um lugar onde todas as famílias se conheciam, para se tornar um lugar que recebe várias famílias oriundas de diversos lugares.
A instituição, considerando que as crianças / adolescente acolhidos não estão privadas de liberdade, possibilita sua participação e inclusão na vida comunitária, garantindo o mesmo direito de utilização dos serviços da rede como todo criança e adolescente residente no município.

OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO

Geral:

-Atender crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos, encaminhados pelo Conselho Tutelar e Juizado da Infância e da Juventude, na medida protetiva de Acolhimento Institucional.
Específicos:
-Incentivar o resgate dos vínculos da criança e adolescente, no seu ambiente familiar e comunitário;
-Oferecer um atendimento de qualidade para as crianças e adolescentes, enquanto estiverem na unidade de acolhimento institucional;
-Conduzir a criança e o adolescente ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida afetiva, familiar, comunitária e produtiva, em sintonia com novas demandas de uma sociedade democrática, voltada para a seguridade da cidadania plena;
-Incentivar a participação das crianças e adolescentes em ações dialógicas, participativas, contextualizadas, democráticas, críticas e criativas, voltadas para a construção de um projeto de vida;
-Estimular a construção de princípios éticos e de convivência social entre crianças e adolescentes, suas famílias e servidores da instituição;
-Integrar ações de arte, cultura, esporte, lazer e espiritualidade no desenvolvimento das práticas educativas;
-Preparar a criança ou adolescente para o desligamento do acolhimento para a reinserção familiar, seja em família nuclear, extensa ou substituta;
-Propiciar a inclusão de adolescentes em programas de qualificação profissional, visando uma preparação gradativa para o seu desligamento, quando ocorrer sua reinserção familiar ou atingir maior idade;
-Permanente comunicação com a Vara da infância e da juventude, sobre a situação das crianças e adolescentes atendidos e de suas famílias, enviando relatórios sempre que necessário;
-Promover o acesso das crianças e adolescentes aos serviços, programas e projetos da comunidade. Ex: escolas, CMEI's, unidades de saúde, áreas de lazer, esporte e outros.

METAS:

-Desenvolver ações contínuas que diminuam o impacto emocional da institucionalização nas crianças e adolescentes que passarem pela UAI Lar Primavera;
-Articulação com a Rede de Proteção/CA, fortalecendo ações de prevenção à institucionalização, visando que a média de crianças e adolescentes acolhidos por ano na UAI Lar Primavera não ultrapasse a 10 (atualmente a média anual é de 20 crianças e adolescentes diferentes que passam pela UAI);
-Implantação e implementação de programa municipal de apadrinhamento afetivo;
-Implantação e Implementação de projeto de guarda subsidiada;
-Implantação e implementação de Serviço de Acolhimento Familiar;

METODOLOGIA

Para a operacionalização da metodologia, a Instituição oferece serviços necessários para o atendimento da criança / adolescente de forma integral, obedecendo às seguintes diretrizes:

Oferecer acolhimento para no máximo 20 crianças / adolescentes, de 0 a 18 anos e incompletos, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e/ou Vara da Infância e da Juventude;
Atendimento 24 horas, dependendo da situação, o acolhimento é a curto, médio ou em longo prazo;
Condições de acesso a Instituição aos residentes no Município, municípios conveniados, encaminhados pelo Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário;
A UAI Lar Primavera, tem uma rotina indispensável na intervenção junto às crianças / adolescentes acolhidos, constituídos de:
Plano Individual de Atendimento;
Acompanhamento familiar;
Convivência comunitária;
Atividades complementares (oficinas);
Desligamento: reinserção familiar ou adoção.

FLUXO DE ATENDIMENTO

O fluxo de atendimento à criança / adolescentes na Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera, abrange a seguinte rotina:

1-ATITUDE RECEPTIVA E ACOLHEDORA:

Por mais que os motivos de entrada na Instituição sejam associados a conflitos e sofrimentos, a Instituição deve proporcionar um espaço seguro e protetivo, acolhendo e orientando as crianças / adolescentes, num momento em que possivelmente não houve mais ninguém a quem poderiam recorrer.
A recepção não é realizada somente pelos Educadores, mas também por todos os funcionários que se encontram na instituição no momento da chegada da criança ou adolescente, devendo ser realizada de maneira afetuosa e segura. Os educadores realizam a apresentação das demais crianças e adolescentes, conhecimento do espaço e dinâmica da instituição. A equipe técnica realiza a escuta técnica das crianças / adolescentes, procurando identificar as necessidades pessoais, colhendo os dados possíveis. Todos trabalham com o objetivo de oferecer um ambiente de garantia dos direitos na proteção à integridade física e psicológica.
Todas as decisões a respeito das crianças / adolescentes, cuidados na instituição, garantem o direito de ter sua opinião considerada. Sua escuta é viabilizada por meio de métodos condizentes com seu grau de desenvolvimento. O direito à escuta é garantido nas diversas decisões que possam repercutir sobre o desenvolvimento e a trajetória de vida da criança / adolescente, envolvendo desde a identificação com seu interesse pela participação nas atividades da comunidade, até mudanças relativas à sua situação familiar ou desligamento da instituição.
O período de adaptação favorece a construção do vínculo de afeto e confiança com os cuidadores e outras crianças / adolescentes que já estão na instituição.
São realizados atendimentos onde são abordados temas como afastamento do convívio familiar, sua história de vida, os sentimentos, desejos, angústias, dúvidas e expõe-se de diversas formas que o objetivo da instituição é garantir a sua proteção integral.

2) ROTINAS DA INSTITUIÇÃO:

Construir com as crianças e adolescentes rotinas de cuidado com seus objetos pessoais;
Acompanhamento em atividades escolares;
Incentivar a participação atividades na comunidade condizentes com o grau de desenvolvimento e capacidade de cada criança / adolescente, sendo restritas aquelas necessárias para viabilizar sua segurança.

3) ORGANIZAÇÃO DE REGISTROS SOBRE A HISTÓRIA DE VIDA E DESENVOLVIMENTO DE CADA CRIANÇA/ ADOLESCENTE:

São organizados registros de cada criança / adolescente, nos quais consta relato sintético sobre a rotina, progressos observados no desenvolvimento, vida escolar, socialização, necessidades emergentes, mudanças, encontro com familiares, dados de saúde, dados educacionais, etc.
A equipe técnica organiza os prontuários individuais com registros sistemáticos que incluem, históricos de vida, motivo do acolhimento, entrevista inicial, data da entrada e desligamento, documentação pessoal, informações sobre o desenvolvimento (físico, psicológico e intelectual), condições de saúde, etc.
Além de todos esses dados, o prontuário contém as informações obtidas sobre a família de origem e resumo do trabalho desenvolvido com vistas à reintegração familiar (visitas, encaminhamentos, acompanhamentos em grupo, encontros da família com o acolhido, preparação para a reintegração, etc).
É realizada a organização de registros fotográficos de cada criança / adolescente, de modo a preservar imagens do período em que estiveram acolhidos. No momento do desligamento esse registro faz parte dos objetos pessoais que a criança / adolescente levará consigo.

4) PROMOÇÃO DA CIDADANIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:
Providenciando os documentos necessários e compatíveis com a sua idade;
-Garantir que toda criança e adolescente sejam vacinados, de acordo com a respectiva idade, que não tenham sido providenciadas pela família de origem;
-Inserção ou reinserção da criança / adolescente na rede de ensino, respeitando sua trajetória educacional;
-Oferecer oportunidade de profissionalização, conforme a escolaridade e a idade do adolescente;
-Avaliação de saúde, por meio de consulta com médico e outros profissionais de saúde, realização de exames que sejam necessários conforme indicação médica;
-Oferta de tratamento odontológico e outros que se fizerem necessários;
-Promoção de acesso ao esporte e lazer, oportunizando a criança / adolescente, interagir com outras pessoas;
-Visar o bem estar integral de cada criança ou adolescente, de maneira que a Instituição marque de forma positiva a sua vida;

5) TRABALHO COM AS FAMÍLIAS (NÃO SE RESTRINGE SOMENTE A FAMÍLIA BIOLÓGICA):

A instituição busca o envolvimento e a participação da família de origem ou substituta nos trabalhos realizados, visando seu comprometimento para a construção de soluções mais adequadas.
Executa o acompanhamento familiar com vistas na promoção da reintegração de cada criança e/ou adolescente. Esse atendimento envolve de modo participativo a família e realiza encaminhamentos, intervenções e procedimentos que possam contribuir para atender as demandas identificadas.
É realizado o PIA - Plano Individual de Atendimento de cada criança e/ou adolescente onde são planejadas medidas que contribuam para o fortalecimento da capacidade protetiva da família, bem como para sua gradativa participação nas atividades que envolvam as crianças / adolescentes. Esse plano também prevê medidas para a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares, as quais incluem, por exemplo, a viabilização de encontros das famílias com as crianças / adolescentes e flexibiliza as visitas à Instituição.
O planejamento inicial é constantemente revisto e aprimorado, levando-se em conta o envolvimento da família no processo, o acompanhamento social e psicológico individual por parte da equipe técnica, o atendimento aos encaminhamentos realizados e, a resposta da criança / adolescente à separação, ao acolhimento e a possibilidade de retomada do convívio familiar.
A intervenção profissional na etapa inicial do acompanhamento é proporcionar, de modo construtivo, a sensibilização da família de origem acerca dos motivos que levaram à retirada da criança / adolescente do ambiente familiar. Esse reconhecimento é fundamental para que as próximas etapas possam ser planejadas, com acordos firmados entre a instituição e a família, com vistas ao desenvolvimento de ações que contribuam para a superação de situações adversas ou padrões violadores que possam ter levado ao afastamento.
A reinserção familiar é concebida como um processo gradativo, acompanhado pela equipe técnica da instituição, com o objetivo de fortalecer as relações familiares e as redes sociais de apoio à família. Além das intervenções realizadas pela equipe técnica da instituição, é

realizado encaminhamento da família para a rede de serviço local, segundo as demandas identificadas.
Para que ações desenvolvidas sejam efetivas, a instituição mantém permanente articulação com os demais atores envolvidos no acompanhamento da família, planejando intervenções conjuntamente e discutindo o desenvolvimento do processo.
Além da sensibilização dos motivos do acolhimento e do atendimento às demandas específicas, o acompanhamento psicossocial realizado pela equipe técnica da instituição, irá contribuir para:
Sensibilização quanto à organização na dinâmica intrafamiliar e padrões violadores nos relacionamentos;
O desenvolvimento de novas estratégias para a resolução de conflitos;
O fortalecimento da auto-estima e das competências da família;
Elucidação com as famílias sobre a importância dos papeis a serem desempenhados por cada membro familiar;
O desenvolvimento da autonomia e da auto-sustentabilidade.

No planejamento inicial, é acordado horário e periodicidade das visitas da família à criança / adolescente. O esquema de visitação é flexível e baseado na observação da realidade familiar e das dificuldades de acesso à família ao serviço (horários de trabalho, distância, transporte, etc). Esse esquema inclui também, às visitas da criança / adolescente à família.
Todos os profissionais da Instituição recebem orientação para, caso seja necessário, atuarem como mediadores nos momentos de visitas da família à instituição. A participação das famílias aproxima a família da instituição e, a instituição da família.
O acompanhamento psicossocial possibilita, a partir dos atendimentos com a família, a ressignificação dessas relações através das seguintes etapas:
-Identificação dos motivos do afastamento da criança / adolescente de seu lar;
-Reconhecimento de qual é o lugar que a criança / adolescente ocupa nesta estrutura familiar;
-Incentivo aos possíveis meios de comunicação entre os familiares;
-Colaboração na busca de alternativas para a solução dos conflitos entre os pais / responsáveis e a criança / adolescente, contribuindo assim um melhor convívio familiar.

Para decidir se a reintegração familiar é a medida que melhor atende aos interesses da criança /adolescente, leva-se em conta, dentre outros elementos:
-A necessidade e o desejo da família, da criança / adolescente pela continuidade da relação afetiva;
-Se os encaminhamentos realizados foram viabilizados e, qual tem sido a resposta da família aos mesmos;
-As mudanças nos padrões violadores de relacionamento;
-As reações da criança / adolescente ao afastamento familiar, ao acolhimento na instituição e como se dá o seu comportamento nas visitas da família;

O processo de decisão a cerca do retorno ao convívio familiar, envolve a equipe técnica da instituição e da Justiça da Infância e da Juventude. Nesse processo é garantida a escuta da família, tendo em vista o melhor interesse da criança ou adolescente. Os Educadores que mantém contato com a criança / adolescente, também são ouvidos pela equipe técnica da instituição de acolhimento e suas impressões consideradas.
É propiciada a inserção da família de origem, em atividades que envolvam a criança / adolescente como, por exemplo: em reuniões escolares, consultas médicas, comemoração de aniversário, atividades na comunidade, escola e instituição.
Do mesmo modo, a criança / adolescente tem a oportunidade de uma reinserção pouco a pouco no contexto de origem, passando finais de semana ou comemorações na casa da família, seu aniversário ou datas festivas.
É preciso identificar os conflitos que estão gerando afastamento da convivência e trabalhá-los, a fim de que essas famílias possam reconhecer suas dificuldades e limitações, tendo possibilidade de superação para garantir a convivência com seus filhos.

6) PRESERVAÇÃO E FORTALECIMENTO DA CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA:

Considerando que as crianças ou adolescentes acolhidos na instituição não estão privados de liberdade, devem participar da vida diária da comunidade e tem oportunidade de construir laços de afetividade, e isto se dá através do encaminhamento à rede pública municipal, utilizando os serviços de saúde, esporte, lazer, cultura e educação, além de estimular as crianças e adolescentes a continuarem freqüentando locais de costume da família, que sejam de seu interesse, como igrejas, praças, parques, dentre outros.

7) DESLIGAMENTO GRADATIVO E REINSERÇÃO SÓCIO FAMILIAR:

Ao propiciar a retomada dos vínculos familiares, o acesso à cidadania, contribuir para o resgate da autoestima, participar da reformulação de novos projetos de vida, auxiliar na busca de meios para avançar nos estudos e conquistar uma profissão, já se está preparando a criança / adolescente para o desligamento. A preparação para o desligamento é prioridade na Instituição, desde a entrada da criança / adolescente, objetivando o desenvolvimento da autonomia. Para tanto, são realizados encaminhamentos para outros serviços da rede de proteção, visando à continuidade do acompanhamento posterior ao desligamento da unidade de acolhimento.
De acordo com a história de cada criança / adolescente, a permanência na instituição deve ser a mais breve possível, atendendo tanto aos casos de retorno à família de origem, como as de colocação em família substituta.
Dessa forma, a instituição trabalha com a realidade social e familiar da criança / adolescente, ajudando-os a conviver com a ideia de retorno ao lar, entendendo que a instituição é apenas um lugar provisório de apoio, enquanto uma situação desfavorável ocorrida em sua vida e na de sua família não estava resolvida.
Outro aspecto que a instituição também vivencia em relação ao desligamento, é quando o adolescente completa 18 anos de idade. As dificuldades mais enfrentadas pela instituição para alcançar resultados nessa preparação acontecem pelos seguintes fatores:
Alguns adolescentes chegam à instituição com dificuldades escolares e sem motivação para dar continuidade aos estudos, sendo necessário trabalhar para que esses adolescentes entendam que os estudos são caminhos de transformação de suas vidas;
Baixa autoestima e falta de autoconfiança dos adolescentes em perceber suas potencialidades;
Acolhimentos de adolescentes com 17 anos ou mais, onde não há tempo hábil para se trabalhar o desligamento, exceto em casos que o acolhimento é prolongado devido à decisão judicial;
Quando está próximo do adolescente completar 18 anos de idade, há uma reavaliação do caso onde a decisão de sua permanência ou não por um breve período na instituição de acolhimento será tomada em âmbito judicial, podendo a medida de proteção ser estendida em casos excepcionais até no máximo 21 anos de idade, conforme o art. 2º do ECA.

ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Área externa:
- 01 sala administrativa;
- 01 sala da coordenação;
- 02 salas de atendimento psicossocial;
- 01 sala de atendimento Nutricional;
- 01 Dispensa para estoque de alimentos;
- 01 lavanderia, contendo máquinas de lavar, secadoras e armários;
- 03 almoxarifados, um de materiais de limpeza e higiene e outros dois compostos de utensílios gerais;
- 01 sala de guardiões e motoristas;
- 01 sala de jogos e informática;
- Espaço de lazer contendo: 01 Balança, 01 Gira-gira, 01 Gangorra, 01 Escorregador, 01 Cama elástica;
Área interna:
- 1 Sala de estar;
- 6 quartos (sendo dois deles com banheiro);
- 3 banheiros avulsos;
- 1 cozinha interna;
- 1 Cozinha externa;
- 1 Refeitório;

Os quartos possuem beliches (exceto o berçário), cama, roupeiro e/ou cômoda.

QUADRO FUNCIONAL

O quadro funcional é composto pelos seguintes profissionais 01 coordenador, 01 psicóloga, 01 assistente social, 01 nutricionista, 01 enfermeiro, 02 cozinheiras, 01 agente de execução, 01 agente de manutenção, 04 motoristas, 02 guardiões, 12 educadores sociais.

AVALIAÇÃO

A avaliação do serviço de acolhimento institucional deve ser contínua, processual, descritiva e gradativa, considerando todos os âmbitos do processo, a fim de direcionar as decisões da equipe técnica e torná-las eficazes. A avaliação será realizada pela coordenação e equipe técnica.

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:07D72090

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 011/2024

"Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno da Unidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes Lar Primavera."

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO BRANCO DO SUL** (CMDCA/RBS), no uso de suas competências atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal N° 1.095/2015, e de acordo com deliberação em Reunião Ordinária do dia 06 de novembro de 2024,

R E S O L V E:

Art. 1º. APROVAR o Regimento Interno da Unidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes Lar Primavera.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 06 de novembro de 2024.

ANDREA SILVA BARBOSA SCHMIDT
Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:707DFAC2

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ATA N°016/2024-CMDCA

Ao sexto dia do mês de novembro de 2024 de forma presencial aconteceu a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Rio Branco do Sul para deliberar sobre as seguintes pautas **1. Regimento Interno da UAI – Lar Primavera; 2. Projeto Político Pedagógico da Unidade de Acolhimento Lar Primavera; 3.Revisão do Regimento Interno do Conselho Tutelar; 4. Parque Acessível.** A reunião foi iniciada pela secretária executiva Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz, que agradeceu a presença de todos. Em seguida, passou a palavra ao coordenador da Unidade de Acolhimento Institucional, Sr. Abdom Eliasibe Lima, que apresentou o Regimento Interno da Unidade de Acolhimento. Ele explicou que o regimento foi criado em 2012, mas passou por alterações em 2024, necessitando, assim, da aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Abdom fez uma breve explicação de cada um dos 19 capítulos do regimento. A vice-presidente Andrea Silva Barbosa Schmidt fez um lembrete sobre as documentações encaminhadas pela UAI para análise na última reunião e mencionou erros na licença. Abdom informou que já estava ciente e que solicitou as alterações junto ao órgão responsável. O Regimento Interno da Unidade de Acolhimento Lar Primavera foi APROVADO pelos conselheiros presentes. **Item 2.** Abdom explicou que, conforme o caderno de orientações, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser elaborado pelo coordenador da Unidade de Acolhimento e, posteriormente, apresentado ao CMDCA para eventuais ajustes e aprovação. Ele detalhou cada tópico, destacando as metas do Lar Primavera. Também foi discutido o Programa Família Acolhedora, e o conselheiro Marlon Samuel de Moura, representante da Procuradoria Geral do Município, informou que a minuta para adesão ao programa já está finalizada, faltando apenas a assinatura do vice-prefeito para ser encaminhada à Câmara de Vereadores para votação e aprovação. Abdom prosseguiu apresentando o PPP, ressaltando que o documento pode ser atualizado conforme necessário e que o CMDCA poderá solicitar revisões no futuro. Ele destacou a importância da aprovação de ambos os documentos, pois são exigências do Ministério Público. Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Acolhimento Lar Primavera foi APROVADO. **Item 3.** Foi acordado que será realizada a alteração nos artigos 7º e 15º do Regimento Interno do Conselho Tutelar, os quais serão encaminhados para verificação pelo grupo do CMDCA e, em seguida, submetidos à votação na próxima reunião. **Item 4.** Por falta de representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que solicitaram a inclusão da pauta sobre o Parque Acessível, a pauta foi retirada. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, lavrei a presente ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO:

Loruana Ceccon Cavalheiro
Assinatura:

Andrea Silva Barbosa Schmidt
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ana Carolina da Rosa Silva
Assinatura:

Ketlyn do Rocio Moreschi
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Lucimara Aparecida De Oliveira
Assinatura:

Ana Cristina Cordeiro Marchioro
Assinatura:

PROCURADORIA MUNICIPAL
Marlon Samuel de Moura
Assinatura:

Letícia Galdi Righi Ramos
Assinatura:

SOCIEDADE CIVIL
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA – APMI
Raquel Stresser de Jesus Pedroso
Assinatura:

Patricia Deiziele Vaz Correa
Assinatura:

COLÉGIO ESTADUAL MARIA DA LUZ FURQUIM
Eliane Geffer Machado Bruning
Assinatura:

Mariles do Rocio Cordeiro Paes
Assinatura:

APMF
Cristiane Aparecida de Freitas
Assinatura:

Gerson Ramon Martins
Assinatura:

Colégio Estadual Zacarias Cardoso de Cristo
Elaine Aparecida Viana
Assinatura:

Dirlei de Fátima Brande Martins
Assinatura:

Colégio Cívico Militar Manoel Borges de Macedo
Dayse Christine Loureiro Ferro Cavalli
Assinatura:

Rafaela Sarnick Cavasssin
Assinatura:

CONVIDADOS PERMANENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:
Jonas Augusto da Silva
Assinatura:

Elisabete Elias dos Santos Raab
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA
Marcelo Oliveira
Assinatura:

Elton Kennedy Vaz Assinatura
Assinatura

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:079506A2

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 010/2024

"Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera."

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RIO BRANCO DO SUL** (CMDCA/RBS), no uso de suas competências atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal N° 1.095/2015, e de acordo com deliberação em Reunião Ordinária do dia 06 de novembro de 2024,

R E S O L V E:

Art. 1º. APROVAR o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Acolhimento Institucional Lar Primavera;

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 06 de novembro de 2024.

ANDREA SILVA BARBOSA SCHMIDT
Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:2633DE91

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.447/2024

"Concede revisão geral anual aos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, relativo aos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024."

.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná, Aprovou e eu, AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, DO ESTADO DO PARANÁ, sanciono a seguinte lei:

Art.1º Em atendimento ao disposto no art. 37, inciso X e do art. 29, inciso VI, da Constituição Federal, fica concedido aos Vereadores da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, a título de revisão geral anual, o reajuste de subsídio em parcela única de 23,76%, sendo este valor correspondente ao INPC acumulado nos anos de 2021, 2022, 2023, 2024.

Art. 2º. O reajuste de subsídio valerá a partir de 1º de janeiro de 2025.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 08 de novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:F08F97D6

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.448/2024

"Dispõe sobre a fixação do subsídio dos vereadores para a legislatura 2025-2028.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná, Aprovou e eu, AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, DO ESTADO DO PARANÁ, sanciono a seguinte lei:

Art.1º Em atendimento ao disposto nos arts. 29, inciso VI e art. 29, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal fica estabelecida a fixação do subsídio dos agentes políticos da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, em conformidade com a Lei Complementar Estadual nº 21.348/2022.

Art. 2º. O subsídio não ultrapassará os 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, respeitando-se o estabelecido no art. 29, inciso VI, alínea "b", da Constituição Federal e será fixado da seguinte maneira:

I - R$ 10.010,54 (dez mil e dez reais e cinquenta e quatro centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2025;
II - R$ 10.400,39 (dez mil e quatrocentos reais e trinta e nove centavos) a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 08 de novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:ABCCD49B

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.449/2024

"Dispõe sobre o subsídio da Prefeita, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Procurador-Geral do Município, para a Legislatura 2025-2028 e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná, Aprovou e eu, AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, DO ESTADO DO PARANÁ, sanciono a seguinte lei:

Art.1º Os subsídios mensais da Prefeita e do Vice-Prefeito permanecem os fixados no artigo 1˚ da Lei n˚ 1.219/2020, na importância de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) e R$ 11.000,00 (onze mil reais), respectivamente.

Art. 2˚ Os subsídios dos Secretários Municipais e do Procurador-Geral do Município, para a Legislatura de 2025 a 2028, serão de R$ 13.000,00 (treze mil reais).
Art. 3˚ Os agentes políticos a que se referem os arts. 1˚ e 2˚ farão jus ao décimo terceiro subsídio, férias de trinta dias remuneradas e respectivo terço de férias.

§ 1˚ À Prefeita e ao Vice-Prefeito será pago o 13˚ subsídio integral se estiverem no efetivo exercício do cargo durante o período aquisitivo, ou proporcional aos meses de efetivo exercício.

§ 2˚ O Décimo Terceiro subsídio corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente, nos termos do inciso VIII do art. 7˚ da Constituição Federal.

§ 3˚ A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de exercício será tomada como mês integral, para efeito do parágrafo anterior.

§ 4º O Décimo Terceiro subsídio poderá ser pago em duas parcelas, a primeira até o dia 30 (trinta) de julho e a segunda até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

§ 5˚ O pagamento de cada parcela se fará com base na remuneração do mês em que ocorrer o pagamento.

Art. 4˚ O período de férias da Prefeita será usufruído preferencialmente nos meses de dezembro ou janeiro de cada ano, após completado o período aquisitivo, mediante solicitação e respectivo pagamento do terço de férias.

Parágrafo único. No último ano do mandato, o período aquisitivo de férias da Prefeita poderá ser usufruído entre os meses de julho a dezembro, mediante o respectivo pagamento indenizatório.

Art 5˚ Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 08 de novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:1AC78CAB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.526/2024

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1401 de 19 de Dezembro de 2023:

D E C R E T A:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2024 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA		
Unidade Orçamentária: 03.001	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	
Funcional Programática: 03.001.0024.0131.0001.0005	**Atividade:**NOSSO POVO, NOSSA VOZ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA		
Unidade Orçamentária: 03.002	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	
Funcional Programática: 03.002.0015.0182.0002.0012	**Atividade:**MINHA CIDADE MAIS SEGURA	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 64.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 164.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA		
Unidade Orçamentária: 03.002	DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL	
Funcional Programática: 03.002.0015.0182.0002.0012	**Atividade:** MINHA CIDADE MAIS SEGURA	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA		
Unidade Orçamentária: 03.001	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	
Funcional Programática: 03.001.0024.0131.0001.0005	**Atividade:** NOSSO POVO, NOSSA VOZ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DEFESA		
Unidade Orçamentária: 03.001	DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	
Funcional Programática: 03.001.0024.0131.0001.0005	**Atividade:** NOSSO POVO, NOSSA VOZ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 34.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 164.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 07 de novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:0899F4F9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.527/2024

"*Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 9.350,00 (nove mil e trezentos e cinquenta reais)."*

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais com base nos Artigos 41,

I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1401 de 19 de Dezembro de 2023:

D E C R E T A:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 9.350,00 (nove mil e trezentos e cinquenta reais), para reforço no exercício financeiro de 2024 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 14.002	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 14.002.0008.0244.0007.0043	**Atividade:**RBS CIDADÃ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10114 - Transferências de Outros Programas	R$ 9.350,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 9.350,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1716500108 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social Fonte 10114 da fonte 10114 - Transferências de Outros Programas nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 07 de novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:162973CD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 7.528/2024

"*Abre crédito adicional de remanejamento no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)."*

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1401 de 19 de Dezembro de 2023:

D E C R E T A:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional de remanejamento, com base em anulação parcial da dotação, no valor de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2024 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL DE REMANEJAMENTO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 14.002	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 14.002.0008.0244.0007.0043	**Atividade:**RBS CIDADÃ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3150430000 - Subvenções sociais	10114 - Transferências de Outros Programas	R$ 8.350,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 14.002	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 14.002.0008.0244.0007.0043	**Atividade:**RBS CIDADÃ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10114 - Transferências de Outros Programas	R$ 25.650,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 34.000,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito, indicado no artigo anterior, será(ão) anulada(s) a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 14.002	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 14.002.0008.0244.0007.0043	**Atividade:** RBS CIDADÃ	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	10114 - Transferências de Outros Programas	R$ 34.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 34.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 07 de novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:6206ABAF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º 013/2024 – 32ª CONVOCAÇÃO – PSS Nº 001/2023 - SEMED

AILTON LUIZ NODARY PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – A CONVOCAÇÃO dos candidatos, a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023 - SEMED, constantes no edital 01/2024 que constitui Organização para Convocação de candidatos Aprovados no PSS.

Cargo/Função: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – Anos iniciais 1º ao 5º ano

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO LUIZ SEGUNDO FIORESE

CLASS.	NOME DO CANDIDATO
13º	**KETLIN DE LIMA SALES**

2- **Obs: Antes de levar a documentação no Departamento de Recursos Humanos, o candidato deverá comparecer na Secretaria Municipal de Educação para verificar disponibilidade de horário da vaga disponível.**

3- Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **08/11/2024 à 14/11/2024**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação **RG**;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
i) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
j) Número do PIS/PASEP;
k)Cópia Ctps (Carteira de Trabalho)
m) Cópia certificado Conclusão de Curso
n)Outros documentos listados no momento do ato convocatório

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, 07 de Novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:8BF18D58

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º 011/2024– 19ª CONVOCAÇÃO PSS 002/2023
SEMSA/SEMAD

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná,

R E S O L V E,

1 – A CONVOCAÇÃO dos candidatos, a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2023 – SEMSA/SEMAD:

FUNÇÃO: MÉDICO PLANTONISTA DIURNO

25º CLASSIFICADO		
Classificação	DATA DE NASCIMENTO	Candidato
25º	02/04/1987	DIEGO SILVA COELHO

FUNÇÃO: MÉDICO PLANTONISTA NOTURNO

22º CLASSIFICADO		
Classificação	DATA DE NASCIMENTO	Candidato
22º	02/04/1987	DIEGO SILVA COELHO

2 - Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre 08/11/2024 à 22/11/2024, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga nas funções especificadas:

a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação RG e CNH;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
i) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
j) Número do PIS/PASEP;
k) Cópia Ctps (Carteira de Trabalho)
l) Cópia certificado conclusão de curso
m) Outros documentos listados no momento do ato convocatório

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Rio Branco do Sul, 07 de Novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:026A22DB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº035/2024

"Designa a Professora de Educação Infantil para COORDENAÇÃO PEDAGOGICA do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL LEONY PIOLI"

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1° Designar a Professora de Educação Infantil **Tatiane Matoso de Oliveira,** portadora do RG. nº 7.999.920-2, para responder pela COORDENAÇÃO PEDAGOGICA do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL LEONY PIOLI, nesta cidade, com 40 (quarenta) horas semanais, revogando a Portaria n° 05/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 07 de novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:A2554D74

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº036/2024

""Designa a professora para COORDENAÇÃO PEDAGOGICA da Escola Municipal Vovó Brasília"

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1° Designar a professora **Sandra Mara de Oliveira Rosa**, portadora do RG. nº 4.563.818-9, para responder pela COORDENAÇÃO PEDAGOGICA da ESCOLA MUNICIPAL VOVÓ BRASÍLIA nesta cidade, com 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 07 de novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:B9C0BC0A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº037/2024

""Designa a professora para DIREÇÃO da Escola Municipal Vovó Brasília"

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE RIO BRANCO DO SUL, DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1° Designar a professora **Maria de Lourdes Prestes Santos,** portadora do RG n° 4.975.382-2, para responder pela Direção da Escola Municipal Vovó Brasília, localizada na Rua Borges de Medeiros– Bairro Vila Velha, nesta cidade, com 40 (quarenta) horas semanais

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando a Portaria n°030/2024.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 07 de novembro de 2024.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:7CE5DAF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
1º ADITAMENTO CONCORRENCIA ELETRONICA 009/2023

Contrato: 305/2023. **Modalidade:** Concorrência Eletrônica 009/2023. **Objeto:** Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS unidade Açungui. **Dispositivo Legal:** Art. 57, §1º da Lei nº 8666/93. **Contratado:** CONSTRUTORA MESSINA LTDA. **Valor do aditamento:** Permanece Inalterado. **Motivo:** Aditivo de Prazo. **Prazo de Execução:** 13/10/2024 até 10/04/2025. **Vigência:** 09/06/2025. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento urbano. **Data da ratificação:** 13/10/2024.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:79125473

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar pavimentação de vias urbanas – Pavimentação das Ruas Antônio Costa e Orquídeas. **TIPO DE LICITAÇÃO**: Menor Preço. **VALOR MAXIMO**: R$ 973.451,42. **RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** de 13h00min do dia 08/11/2024 as 08h00min do dia 28/11/2024. **ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PRECOS**: Dia 28/11/2024 as 09h00min, no endereço eletrônico: www.bll.org.br – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL. **EDITAL**: Estará disponível aos interessados, no site http://www.riobrancodosul.pr.gov.br, no link Portal da Transparência, do dia 08/11/2024 ao dia 28/11/2024. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

Rio Branco do Sul, 07/11/2024.

CRISLEINE DOS SANTOS LEONART
Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Compras e Licitação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:BCA7F91D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 042/2024

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, através do Agente de Contratação designado pelo Decreto n.º 7.179/2024, tendo em vista o que consta do processo de Contratação Direta na modalidade Dispensa de Licitação n.º 042/2024, que tem por objeto a "Contratação de profissional para o desenvolvimento de painel na plataforma Power BI, a fim de apresentar um acompanhamento de metas e indicadores do Plano Municipal de Cultura de Rio Branco do Sul", processo este conforme os moldes do artigo 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, leva ao conhecimento dos interessados que a empresa LUIS JOSE DE BRITO – CNPJ: 55.855.879/0001-45, cumpriu todas as exigências da legislação, conforme condições e quantidades estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, sendo lhe adjudicada o objeto, conforme abaixo relacionado:

Tabela do objeto:

Lote	Objeto	Qde	Valor Unitário	Valor Máximo
1	Contratação de profissional para desenvolvimento de painel na plataforma Power BI, a fim de apresentar um acompanhamento de metas e indicadores do Plano Municipal de Cultura de Rio Branco do Sul	1	R$ 8.000,00	R$ 8.000,00

Aberto o prazo de 03 (três) dias úteis, nenhuma empresa se manifestou interessada.

Vistas do processo poderão ser obtidas perante o próprio Agente de Contratação/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo site Oficial do Município http://www.riobrancodosul.pr.gov.br, no link Portal da Transparência.

Rio Branco do Sul, 08 de novembro de 2024.

WELINTON SALES DE LARA
Agente de Contratação – Decreto 7.179/2024
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:8A447194

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2024

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de Mobiliário. **TIPO DE LICITAÇÃO**: Menor Preço **VALOR MAXIMO**: R$**3.873.825,63 (Três milhões oitocentos e setenta e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e três centavos).** **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:00 horas, do dia 08/11/2024, até às 08:00 horas do dia 25/11/2024. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia 25/11/2024, às 08:30 horas**, INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 25/11/2024 às 09:00 horas**,** no endereço eletrônico: www.bll.org.br – Bolsa de Licitações do Brasil - BLL. **EDITAL**: Estará disponível aos interessados, no site http://www.riobrancodosul.pr.gov.br, no link Portal da Transparência, do dia 08/11/2024 ao dia 25/11/2024. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

Rio Branco do Sul, 07/11/2024.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Departamento de Compras e Licitação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:7130AF02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 1209/2024

A Portaria nº 1209/2024, publicada na Edição nº 3148, de 06/11/2024, página 379, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção em seu artigo 2º:

Onde lê-se:

"[...] XIV – Jocelis de Fátima Endler Ruthes, matrícula nº 2292-6/1, referente ao 1º (primeiro) quinquênio de função pública; [...]".

Leia-se:

"[...] IX – Jocelis de Fátima Endler Ruthes, matrícula nº 2292-6/1, referente ao 1º (primeiro) quinquênio de função pública; [...]".

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C2E17B8A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL Nº 194/2024

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATOS

Processo Seletivo Simplificado nº 124, de 17 de julho de 2024

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 124, de 2024, convoca as pessoas, através de suas inscrições abaixo relacionadas, para comparecerem a partir do dia 8 (oito) de novembro do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumirem as respectivas vagas temporárias no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

ENFERMEIRO

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 157, de 02/09/2024, Edital nº 162, de 11/09/2024, Edital nº 180, de 14/10/2024 e Edital nº 186, de 24/10/2024. Os classificados em 1º, 2º, 4º, 5º e 6º lugar assumiram as respectivas vagas temporárias. O classificado em 3º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista.	1º à 6º
18500	Ananda Spautz Schnaider	7º

O não comparecimento dos acima reconvocado no **prazo de 6 (seis) dias úteis,** conforme estabelecido no item 12.5 do Edital nº 124, de 2024 contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência da vaga temporária.

Rio Negro, 7 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:AEF57B0F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 195/2024

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATOS

Processo Seletivo Simplificado nº 34, de 1º de abril de 2024
(retificado pelo Edital nº 44, de 11 de abril de 2024)

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 34, de 2024, convoca a pessoa, através de sua inscrição abaixo relacionada, para comparecer a partir do dia 8 (oito) de novembro do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumir a respectiva vaga temporária no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 97, de 6/6/2024, Edital nº 101, de 10/6/2024, Edital nº 107, de 21/06/2024, Edital nº 141, de 15/08/2024, Edital nº 151, de 27/08/2024, Edital nº 159, de 05/09/2024, Edital nº 168, de 18/09/2024, Edital nº 173, de 07/10/2024, Edital nº 175, de 7/10/2024 e Edital nº 191, de 05/11/2024. Os classificados em 2º, 7º, 8º e 12º lugar assinaram requerimento de final de lista. Os classificados em 1º, 3º, 4º, 9º, 10º e 11º lugares assumiram as respectivas vagas temporárias. Os classificados em 5º e 6º lugar não compareceram dentro do prazo estabelecido.	1º à 12º
8491	Patrícia Luiz	13º

O não comparecimento do acima convocado no prazo de **6 (seis) dias úteis**, conforme estabelecido no item 12.5 do Edital nº 34, de 2024, contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência das vagas temporárias.

Rio Negro, 7 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:87E5E239

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1237/2024

Prorrogação dos efeitos da Portaria nº 500, de 15 de maio de 2024, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 28, de 19 de março de 2024, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final pelo Edital nº 58, de 23 de abril de 2024,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 6 (seis) meses, a partir de 3 de novembro de 2024, os efeitos da Portaria nº 500, de 15 de maio de 2024, que nomeia ***Graciele Aparecida Grein Tschoeke,*** com matrícula nº 1676-4/3, para o cargo temporário de "Professor PB20", lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de novembro de 2024.

Rio Negro, 6 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:FF255BEB

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1238/2024

Prorrogação dos efeitos da Portaria nº 1139, de 7 de novembro de 2023, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 115, de 21 de junho de 2022, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final, pelo Edital nº 140, de 25 de julho de 2022,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 5 de novembro de 2024, os efeitos da Portaria nº 1139, de 7 de novembro de 2023, que nomeia ***Bruna Cássia Schwarz,*** com matrícula nº 107660-0/5, para o cargo temporário de "Professor PB20", lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de novembro de 2024.

Rio Negro, 6 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:62AD2938

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1235/2024

Prorrogação dos efeitos da Portaria nº 497, de 15 de maio de 2024, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 28, de 19 de março de 2024, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final pelo Edital nº 58, de 23 de abril de 2024,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 6 (seis) meses, a partir de 3 de novembro de 2024, os efeitos da Portaria nº 497, de 15 de maio de 2024, que nomeia ***Elis Maria Palhano,*** com matrícula nº 107007-6/9, para o cargo temporário de "Professor PB20", lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de novembro de 2024.

Rio Negro, 6 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E82852B1

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1236/2024

Prorrogação dos efeitos da Portaria nº 498, de 15 de maio de 2024, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 28, de 19 de março de 2024, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final pelo Edital nº 58, de 23 de abril de 2024,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 6 (seis) meses, a partir de 3 de novembro de 2024, os efeitos da Portaria nº 498, de 15 de maio de 2024, que nomeia ***Eriana Heide Alves,*** com matrícula nº 109032-8/10, para o cargo temporário de "Professor PB20", lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de novembro de 2024.

Rio Negro, 6 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:C31ABB3A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1224/2024

Prorrogação dos efeitos da Portaria nº 507, de 15 de maio de 2024, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 28, de 19 de março de 2024, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final pelo Edital nº 58, de 23 de abril de 2024,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 6 (seis) meses, a partir de 2 de novembro de 2024, os efeitos da Portaria nº 507, de 15 de maio de 2024, que nomeia ***Maria Cláudia Oczkowski,*** com matrícula nº 110116-9/2, para o cargo temporário de "Professor PB20", lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de novembro de 2024.

Rio Negro, 6 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:03F86D9A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1239/2024

Prorrogação dos efeitos da Portaria nº 492, de 14 de maio de 2024, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 28, de 19 de março de 2024, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final pelo Edital nº 58, de 23 de abril de 2024,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 6 (seis) meses, a partir de 8 de novembro de 2024, os efeitos da Portaria nº 492, de 14 de maio de 2024, que nomeia ***Dorilda Vicente de Lima Forteski,*** com matrícula nº 110073-8/2, para o cargo temporário de "Professor PB40", lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de novembro de 2024.

Rio Negro, 6 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:4A552199

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 114/2024

Dispõe sobre Declaração de Utilidade Pública de áreas de terras de propriedade de José Manuel Vieira e Inez Vieira, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e a desapropriação amigável, a título gracioso, da área de terras abaixo descrita, bem como das benfeitorias que sobre ela existir, com fundamento no art. 2º; alínea "i" do art. 5º e art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações.

Parágrafo único. A área de que trata o *caput* possui as seguintes características:
Área: 3.175,27m²
Proprietário: José Manuel Vieira e Inez Vieira

Situação: Faz parte da matrícula sob nº 3.139, Registro Geral, do Livro nº 2, do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Rio Negro, com as seguintes características: faz frente de 14,00m para mesma Rua Pedro Turchen; Divisa pelo lado par em 227,17m com o Lote B-3A de propriedade de José Manuel Vieira e Inez Vieira; Divisa pelo lado ímpar em 226,56m com o lote B-3B de propriedade de José Manuel Vieira e Inez Vieira. Nos fundos faz divisa com 20,50m com a Rua Pedro Turchen, no bairro Sítio dos Rauen, nesta cidade.

Art. 2º A área descrita no art. 1º foi destinada para abertura da Rua Pedro Turchen e resultou em dois lotes distintos conforme descritos abaixo:
I – Lote B-3A: Terreno urbano com a área de 50.789,00m², situado de frente para o lado ímpar da Rua Juvenal Ferreira Pinto a 160,00m da esquina com o lado par da Rua Maximiliano Wildner no bairro Sitio dos Rauen nesta cidade. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt01, de coordenadas N 7115713.916 m e E 618262.396 m, situado no lado ímpar da Rua Juvenal Ferreira Pinto; deste segue confrontando com a propriedade de Claudia Aparecida Santos, CPF: 820.910.139-00, posse com o seguinte azimute e distancia: 223°57'04" e 86,98m até o vértice Pt02, de coordenadas N 7115651.297m e E 618202.029m; deste segue confrontando com a propriedade de Sandra Mara Gomes Correa, CPF:034.825.399-01, posse com o seguinte azimute e distancia: 223°16'24" e 35,10m até o vértice Pt03 de coordenadas N 7115625.737m e E 618177.965m; deste segue confrontando com o lado par da Rua Maximiliano Wildner em 210,53m até o vértice Pt04, de coordenadas N 7115714.583 m e E 617987.094 m; deste segue confrontando com a propriedade de Paulo Vieira com os seguintes azimutes e distancias: 60°47'57" e 124,14m até o vértice Pt05 de coordenadas N 7115775.152m e E 618095.465m em 328°37'53" e 54,98m até o vértice Pt06 de coordenadas N 7115822.103m e E 618066.842m; deste segue confrontando com a propriedade de Valdecir Soares, CPF:695.105.709-97 e Terezinha Aparecida Vicente de Lima, CPF:595.329.639-87, posse com o seguinte azimute e distancia: 327°51'03" e 15,72m até o vértice Pt07 de coordenadas N 7115835.413m e E 618058.476m; deste segue confrontando com o lado par da Rua Pedro Turchen em 227,17m até o vértice Pt24, de coordenadas N 7115929.955m e E 618234.176m; deste segue confrontando com a propriedade de Isabela Cristiane Custodio, CPF:081.867.279-06 com os seguintes azimutes e distancias: 173°06'01" e 130,30m até o vértice Pt25, de coordenadas N 7115800.665m e E 618249.879m; 72°51'49" e 11,25m até o vértice Pt26, de coordenadas N 7115803.980m e E 618260.633m; deste segue confrontando com o lado ímpar da Rua Juvenal Ferreira Pinto em 91,04m até o vértice Pt01, de coordenadas N 7115713.916 m e E 618262.396 m e vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema UTM, tendo como *datum* o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.
II - Lote B-3B: Terreno urbano com a área de 9.488,17m², situado de frente para o lado ímpar da Rua Pedro Turchen a 19,32m da esquina com o lado ímpar da Rua Juvenal Ferreira Pinto no bairro Sitio dos Rauen nesta cidade. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt08, de coordenadas N 7115854.667m e E 618050.983m; deste segue confrontando com a propriedade de Valdecir Soares, CPF: 695.105.709-97 e Terezinha Aparecida Vicente de Lima, CPF: 595.329.639-87, posse com o seguinte azimute e distancia: 330°02'36" e 38,40m até o vértice Pt09, de coordenadas N 7115887.935m e E 618031.809m; deste segue confrontando com a propriedade de Margarida da Cruz Veiga, CPF:905.753.349-91 e Antônio Sebastião da Cruz Veiga, CPF:549.623.409-30, matricula 11.005 com os seguintes azimutes e distancias: 319°17'35" e 12,58m,até o vértice Pt10, de coordenadas N 7115897.476m e E 618023.601m; 316°01'05" e 14,48m até o vértice Pt11, de coordenadas N 7115907.897m e E 618013.544m; 323°56'07" e 38,02m,até o vértice Pt12, de coordenadas N 7115938.632m e E 617991.160m; deste segue confrontando com a propriedade de Gabriel Felippe Zahdi, CPF:009.323.489-98 e Camila Kozak Zahdi, CPF:072.787.445-70, matricula 11.024 pelo Ribeirão da Viúva, a montante, com os seguintes azimutes e distancias: 68°13'11" e 44,71 m, até o vértice Pt13, de coordenadas N 7115955.224m e E 618032.682m; 77°36'35" e 17,23 m até o vértice Pt14, de coordenadas N 7115958.965m e E 618049.506m; 76°56'54" e 18,97 m até o vértice Pt15, de coordenadas N 7115963.213m e E 618067.994m; 86°42'53" e 30,31 m até o vértice Pt16, de coordenadas N 7115964.951m e E 618098.259m; deste segue confrontando com a propriedade de Joarez Martinho Gutstein, CPF:368.196.039-91 e Maria Margarete Liose Gutstein, CPF:356.978.849-40, matricula 5.385 pelo Ribeirão da Viúva, a montante, com os seguintes azimutes e distancias: 71°38'19" e 18,46m até o vértice Pt17, de coordenadas N 7115970.766m e E 618115.781m, em 86°43'18" e 36,63m até o vértice Pt18, de coordenadas N 7115972.861m e E 618152.356m, em 39°21'06" e 08,26m até o vértice Pt19, de coordenadas N 7115979.252m e E 618157.596m, em 111°02'18" e 22,00m até o vértice Pt20, de coordenadas N 7115971.352m e E 618178.134m; 84°00'31" e 19,47m até o vértice Pt21, de coordenadas N 7115973.385m e E 618197.499m; 137°24'08" e 25,97m até o vértice Pt22, de coordenadas N 7115954.268m e E 618215.077m; 121°43'46" e 19,86m até o vértice Pt23, de coordenadas N 7115943.803m e E 618232.001m; deste segue confrontando pelo lado ímpar da Rua Pedro Turchen em 226,56m, até o vértice Pt 08, de coordenadas N 7115854.667m eE618050.983m e vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema UTM, tendo como *datum* o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º O proprietário da área atingida pela presente desapropriação administrativa limitará o uso e gozo da mesma, abstendo-se, consequentemente da prática dentro da referida área.

Art. 4º As despesas decorrentes de escrituração da presente desapropriação correrão por conta de dotações orçamentárias globais do orçamento vigente.

Art. 5º A área de que trata o artigo 1º fica avaliada pela Comissão de Avaliação de Imóveis do Município de Rio Negro, instituída pelo Decreto nº 158, de 21 de novembro de 2013, no valor R$ 95.258,10 (noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e oito reais e dez centavos).
Parágrafo único. O valor de avaliação citado neste artigo será utilizado especificamente como base de cálculo para fins de trâmites cartorários, taxas e emolumentos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 7 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:0FF10BF5

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 115/2024

Dispõe sobre alterações no Decreto nº 85, de 29 de julho de 2019, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 85, de 29 de julho de 2019, que regulamenta os capítulos III, IV e VI da Lei Federal nº 13460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da Administração Pública de que trata o §3º do art. 37 da Constituição Federal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO II
DA OUVIDORIA MUNICIPAL
Seção I
Das Finalidades e Competências

...
...
Seção II
Da Avaliação Continuada dos Serviços Públicos
Art. 4º-A. Os órgãos e entidades públicos abrangidos pela Lei Federal nº 13460, de 2017, deverão avaliar os serviços prestado, nos seguintes aspectos:
I – satisfação do usuário com o serviços prestado;
II – qualidade do atendimento prestado ao usuário;
III – cumprimentos dos compromissos e prazos definidos para prestação dos serviços;
IV – quantidade de manifestações de usuários; e
V – medidas adotadas pela Administração Pública para melhoria e aperfeiçoamento da prestação do serviço.

Art. 4º-B. A avaliação será realizada por pesquisa de satisfação, ou por qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.

Art. 4º-C. O resultado da avaliação deverá ser integralmente publicado no sítio do órgão ou entidade, incluindo o ranking doas secretarias com maior incidência de reclamação dos usuários e servirá de subsídio para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial quanto ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados em Carta de Serviços ao Usuário.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Permanecem inalterados os demais artigos do Decreto nº 85, de 2019.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:137AF066

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 116/2024

Homenageia a Empresa Klabin S.A na categoria arrecadação ICMS – valor adicionado.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a expressiva contribuição como a maior arrecadadora de ICMS na categoria valor adicionado no exercício de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica homenageada, neste ato, por seu impacto positivo para o desenvolvimento econômico do município, a **Empresa KLABIN S.A** com o Prêmio de Arrecadação ICMS – Valor Adicionado.

Art. 2º A homenagem será realizada por ocasião das comemorações alusivas ao aniversário dos 154 anos de Emancipação Política de Rio Negro, em Sessão Solene, destacando a importância de sua atuação para o crescimento e fortalecimento da cidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A30924D3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 117/2024

Homenageia a Empresa Madem S.A na categoria arrecadação ICMS – valor adicionado.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a relevante contribuição como a segunda maior arrecadadora de ICMS na categoria Valor Adicionado no exercício de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica homenageada, neste ato, por seu papel fundamental para o fortalecimento econômico de Rio Negro, a **Empresa MADEM S.A** com o Prêmio de Arrecadação ICMS – Valor Adicionado.

Art. 2º A homenagem será realizada por ocasião das comemorações alusivas ao aniversário dos 154 anos de Emancipação Política de Rio Negro, em Sessão Solene, como expressão de gratidão pela importância de sua atuação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:77ABD3B0

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 118/2024

Homenageia a Empresa AGM Indústria e Comércio de Embalagens na categoria arrecadação ICMS – valor adicionado.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a relevante contribuição como a terceira maior arrecadadora de ICMS na categoria Valor Adicionado no exercício de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica homenageada, neste ato, em reconhecimento ao seu impacto econômico e à contribuição significativa para o desenvolvimento local, a **Empresa AGM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS** com o Prêmio de Arrecadação ICMS – Valor Adicionado.

Art. 2º A homenagem será realizada por ocasião das comemorações alusivas ao aniversário dos 154 anos de Emancipação Política de Rio Negro, em Sessão Solene.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3092E724

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 119/2024

Homenageia a Autopista Planalto Sul S.A. na categoria arrecadação de ISS.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a expressiva contribuição como a maior contribuinte de ISS no exercício de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica homenageada, neste ato, em reconhecimento ao importante papel que desempenha para o desenvolvimento da cidade, a **AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A** com o Prêmio de Arrecadação de ISS.

Art. 2º A homenagem será realizada por ocasião das comemorações alusivas ao aniversário dos 154 anos de Emancipação Política de Rio Negro, em Sessão Solene.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:891E4E20

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 120/2024

Homenageia a Empresa Greylogix Brasil Máquinas Ltda na categoria arrecadação de ISS.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a significativa contribuição como a segunda maior arrecadadora de ISS no exercício de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica homenageada, neste ato, em reconhecimento ao seu impacto econômico, a **Empresa GREYLOGIX BRASIL MÁQUINAS LTDA** com o Prêmio de Arrecadação de ISS.

Art. 2º A homenagem será realizada por ocasião das comemorações alusivas ao aniversário dos 154 anos de Emancipação Política de Rio Negro, em Sessão Solene, como expressão de gratidão pela importância de sua atuação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A9249775

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 121/2024

Homenageia a RN - Instalação de Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda na categoria arrecadação de ISS.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, como reconhecimento por sua contribuição como a terceira maior arrecadadora de ISS no exercício de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica homenageada, neste ato, destacando sua importância para o desenvolvimento de Rio Negro, a **RN INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA** com o Prêmio de Arrecadação de ISS.

Art. 2º A homenagem será realizada por ocasião das comemorações alusivas ao aniversário dos 154 anos de Emancipação Política de Rio Negro, em Sessão Solene.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:F5684873

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 122/2024

Homenageia a Gestão Contact Center de Cobrança Ltda com o Prêmio Inovação e Novos Negócios.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o destaque no cenário de negócios como empresa implantada há menos de quatro anos e pela contribuição econômica ao município;

DECRETA:

Art. 1º Fica homenageada, neste ato, **GESTÃO CONTACT CENTER DE COBRANÇA LTDA** com o Prêmio Inovação e Novos Negócios, em reconhecimento ao seu impacto positivo e ao espírito empreendedor.

Art. 2º A homenagem será realizada por ocasião das comemorações alusivas ao aniversário dos 154 anos de Emancipação Política de Rio Negro, em Sessão Solene.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:344BB9FB

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 123/2024

Homenageia a Rede de Postos M7 na categoria Destaque Empresarial.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o destaque como referência em liderança e compromisso com o desenvolvimento econômico e social de nossa cidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica homenageada, neste ato, **a REDE DE POSTOS M7** com o Prêmio Destaque Empresarial, em reconhecimento ao seu impacto econômico e social.

Art. 2º A homenagem será realizada por ocasião das comemorações alusivas ao aniversário dos 154 anos de Emancipação Política de Rio Negro, em Sessão Solene.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:4A7B2DA6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 280/2024 - MODALIDADE – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 16/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar serviço de pavimentação asfáltica nas ruas Juvenal Ribeiro da Silva, Ademar Moraes, Camarista João Hirt, Ludovico Schuster e Regina Kuchiminski Pereira.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	1,00	GB	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - Em CBUQ, com área de; 14.047,80m2. Ruas Juvenal Ribeiro da Silva, Ademar Moraes, Camarista João Hirt, Ludovico Schuster e Regina Kuchiminski Pereira	3.016.716,01	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Rio Negro, 06 de novembro de 2024

KARINA SAIBOTH
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:2A52F869

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 343/2024 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 99/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERTO DE PNEUS NO DISTRITO DE LAGEADO DOS VIEIRAS.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	80,00	SRV	Conserto de pneu para retroescavadeira 19.5 x 24	176,00	INGO GROSSKOPF
2	50,00	SRV	Conserto de pneu para retroescavadeira 12 x 16.5	100,00	INGO GROSSKOPF
3	100,00	SRV	Conserto pneu 1300 - 1400 x 24	187,00	INGO GROSSKOPF
4	100,00	SRV	Conserto de pneus para veículos leves	40,00	INGO GROSSKOPF
5	100,00	SRV	Conserto de pneu 1000x20	79,00	INGO GROSSKOPF

Rio Negro, 01 de novembro de 2024 –

SHEILA CRISTINE SCHITT DUMS –
Agente de Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:16DA556F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO N.º 15 AO CONTRATO N.º 001/2022 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **JAMES KARSON VALÉRIO**, portador da Cédula de Identidade n.º 3.008.021-1 e CPF/MF sob nº 462.174.799-15, e **CONTRATADA** a Empresa **GUIMORVAN DE SOUZA 06203199923**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua SALDANHA MARINHO, nº 53, CENTRO, na cidade de Mangueirinha - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.248.367/0001-33, neste ato representado por seu proprietário Sr. **GUIMORVAN DE SOUZA**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 062.031.999-23, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 001/2022, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** 1.1 O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do nº 001/2022, por parte da Administração, visando o ajuste da despesa, devido a troca da dotação orçamentária do contrato. **Dotação: 12.005.08.243.0008.6.010.3.3.3.90.39.78.99 – 892 – Fonte 000 CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Rio Negro PR, 06 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal. Contratante

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:952B9988

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 96/2024

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor JAMES KARSON VALERIO, e a CONTRATADA: MUNDARE COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ/MF sob n.º 41.856.993/0001-85, neste ato representada por LEONARDO BRITTO VILLELA DE CARVALHO, em decorrência do processo de licitação Pregão Eletrônico n.º 52/2024. OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E UNIFORMES PARA A BANDA MUNICIPAL DE RIO NEGRO PARA DAR ATENDIMENTO AO CONVÊNIO FEDERAL N° 954569/2023.. Vigência: 01/11/2024 até 04/02/2025. Preço: R$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).
Recursos:
07.003.0013.0392.0004.2029.33390397000000000000-454 Fonte 00000
07.003.0013.0392.0004.2029.34490522600000000000-456 Fonte 00000
07.003.0013.0392.0004.2029.33390397000000000000-1176 Fonte 10228
07.003.0013.0392.0004.2029.34490522600000000000-1177 Fonte 10228
Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 01/11/2024.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:6E58BE27

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 104/2024 UASG 987823

Processo: 386/2024. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO LODALIDADE FAZENDINHA.** TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço. Disponibilidade do Edital: 08/11/2024 de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR. Cadastramento das Propostas: a partir de 08/11/2024 no *site* www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: **27/11/2024** às **08:30h** no *site* www.gov.br/compras. O edital também poderá ser examinado e adquirido, através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço e horários acima indicados.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:2D50D7F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 169 – PROCESSO N° 401/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM EM TERRENO DO MUNICÍPIO. PRAZO DE EXECUÇÃO: 15 (quinze) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min.

Rio Negro, 07 de novembro de 2024.

JAMES KARSON VALÉRIO–
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:4E7C80A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.360/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

TRANSFERIR o (a) servidor (a) **LUIZ APARECIDO DA SILVA,** matrícula **1481-8/1**, ocupante do Cargo de **Agente de Gestão Municipal A**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Esportes, a partir de **01/11/2024**, de acordo com o memorando **16.840/2024**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:1E0DB190

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.361/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

TRANSFERIR o (a) servidor (a) **PAULO SERGIO TOZINI,** matrícula **33558-4/1**, ocupante do Cargo de **Agente de Gestão Municipal D**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Esportes para a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de **01/11/2024**, de acordo com o memorando **16.840/2024**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:240F159C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.362/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato de trabalho por prazo determinado do (a) Senhor (a) **DENIS WATANABE,** matrícula 378227-1/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Planejamento, com o cargo de **Engenheiro Civil 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial, em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13. I e na Legislação Federal, a partir de **01/11/2024**.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:C6D76412

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.364/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora desta municipalidade **DAIANA ALTAIRA VIEIRA,** matrícula **377216-0/2**, ocupante do cargo de **Professor - PSS,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA MATERNIDADE,** de acordo Art. 11, da Lei n° 3.731/2015, pelo período de **120** (cento e vinte) dias, a partir de **23/10/2024**, conforme atestado protocolado sob nº 25.783/2024.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 07 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:75D74214

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.365/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade, **TAIS AMANDA PEREIRA MELO**, matrícula **377371-0/1**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA CASAMENTO,** de acordo Art. 11, III, "a" da Lei Ordinária 3731/2015, pelo período de 07 **(sete)** dias, a partir de **22/10/2024**, conforme certidão protocolada sob nº25.826/2024.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:7A742E63

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.366/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade **GILAINE APARECIDA SZYMULA,** matrícula **32435-3/2,** ocupante do cargo de **Prof. Ed. Infantil**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA FUNERAL,** de acordo Art. 141, da Lei Complementar 55/2011, pelo período de **07** (sete) dias, a partir de **19/10/2024,** conforme certidão de óbito protocolada sob nº 25.931/2024, com efeitos retroativos.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:6C5DEE41

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.363/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora desta municipalidade **GRACIELE TUDISCO RODRIGUES,** matrícula **377479-1/3**, ocupante do cargo de **Médico E. – Pediatra - PSS,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA MATERNIDADE,** de acordo Art. 11, da Lei n° 3.731/2015, pelo período de **120** (cento e vinte) dias, a partir de **26/10/2024**, conforme atestado protocolado sob nº 26.239/2024.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 07 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:5E509AFA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.367/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade **JOSIANE SCARCELLE BAU,** matrícula **1339-0/1 e 1536-9/1,** ocupante do cargo de **Professor**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA FUNERAL,** de acordo Art. 141, da Lei Complementar 55/2011, pelo período de **02** (dois) dias, a partir de **24/10/2024,** conforme certidão de óbito protocolada sob nº 26.277/2024.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:E11E322B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.368/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade **JOÃO LUIZ BAÚ,** matrícula **31932-5/1,** ocupante do cargo de **Agente de Gestão Municipal D**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA FUNERAL,** de acordo Art. 141, da Lei Complementar 55/2011, pelo período de **07** (sete) dias, a partir de **24/10/2024,** conforme certidão de óbito protocolada sob nº 26.276/2024.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 04 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:D1889951

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.369/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 17.039/2024,
Considerando a portaria n.º 32.049/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA SOUZA,** matrícula **377867-3/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor de Ens. Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.049/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **05/11/2024 a 20/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:4831E853

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.370/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 17.039/2024,
Considerando a portaria n.º 32.051/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GIULIANA ANGELICA BROGIATO,** matrícula **378413-4/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Agente Adm. Educação - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.051/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **05/11/2024 a 20/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:4AC3928C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.371/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 17.039/2024,
Considerando a portaria n.º 32.050/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **GLAYSTON SOARES DA SILVA,** matrícula **378411-8/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ens. Básico 40h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.050/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **05/11/2024 a 20/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:57559165

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.372/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 17.039/2024,
Considerando a portaria n.º 32.052/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **VERA LUCIA BERTOCO,** matrícula **377609-3/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ens. Básico 20h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.052/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **05/11/2024 a 20/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:2087E621

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.373/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 17.039/2024,
Considerando a portaria n.º 32.053/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **VERGINIA CELESTE CENEDESE BOEING,** matrícula **378412-6/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, com o cargo de **Professor Ens. Básico 30h - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 32.053/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **05/11/2024 a 20/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:835623BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.374/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

READAPTAR, o (a) Servidor (a) desta Municipalidade, **JAMILLE JULIANA MACHADO,** matrícula **32592-9/1**, ocupante do cargo de **Prof. Ed. Infantil,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação, passando a exercer serviços administrativos conforme laudo médico pericial, no período de **08/10/2024 a 06/04/2025,** de acordo com Protocolo nº 23.888/2024.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:6F3C3738

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.375/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor desta municipalidade **GIULIANO ANDRÉ TAVARES DORTA,** matrícula **2051-6/1**, ocupante do cargo **Técnico de Saúde Pública B**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **LICENÇA PATERNIDADE,** de acordo com o Art. 126 da Lei 55/2011, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de **22/10/2024**, conforme certidão de nascimento protocolada sob nº 26.212/2024.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:BA9B1907

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.377/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.807/2024,
Considerando a portaria n.º 32.061/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **CAROLINA APARECIDA CAIXETE PAULO,** matrícula **378379-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, com o cargo de **Técnico G. M. A. – Ab. Social - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.478/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/10/2024 a 29/01/2025.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:1016CE34

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.378/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.807/2024,
Considerando a portaria n.º 32.063/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **RAQUEL FERNANDES VILERA,** matrícula **378381-2/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, com o cargo de **Assistente Social - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.480/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/10/2024 a 29/01/2025.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:70272193

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.376/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade **SUELI APARECIDA TONIN,** matrícula **1439-7/1,** ocupante do cargo de **Agente de Gestão Municipal A**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, **LICENÇA FUNERAL,** de acordo Art. 141, da Lei Complementar 55/2011, pelo período de **07**(sete) dias, a partir de **29/10/2024,** conforme certidão de óbito protocolada sob nº 27.215/2024.

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:00E1DDC9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.379/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.067/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **CLAUDECI RAMOS DOS SANTOS,** matrícula **378391-0/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.547/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:86AE84CF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.380/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.068/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **HELENA VIEIRA RODRIGUES,** matrícula **33097-3/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.548/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:EA8E99B9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.381/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.069/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **ANGELA APARECIDA FARKAS,** matrícula **33356-5/7,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.558/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:B262E8A5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.382/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.070/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **CELSO LUIZ ANTUNES,** matrícula **378386-3/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.559/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:06B6D676

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.383/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.081/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **DEBORA CRISTINA HORVATICH,** matrícula **378377-4/1,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.586/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:5EC311CF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.384/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.071/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JOÃO BATISTA DA SILVA,** matrícula **377731-6/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.587/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estadodo Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:3C69ED73

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.385/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.072/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JOÃO DANIEL PERRI MARTINS,** matrícula **33677-7/3,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.588/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:45E4E3CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.386/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.073/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **JULIANO MARCOS,** matrícula **377732-4/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.589/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:1613715A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.387/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.074/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LUCIANA APARECIDA CALDANA,** matrícula **377654-9/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.590/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:CBC7F1B5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.388/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, pela presente;

Considerando o Memorando/Protocolo N.º 16.217/2024,
Considerando a portaria n.º 32.075/2024 - RH;
Considerando o contido na Lei Municipal n.º 3.731/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR, o prazo do contrato de trabalho temporário do (a) Senhor (a) **LUCIANA INACIO EVANGELISTA,** matrícula **377879-7/2,** lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde, com o cargo de **Agente de Endemias - PSS**, admitido sob Regime Especial por intermédio da Portaria nº 31.591/2024 - RH**,** em acordo previsto em Lei e especialmente na Lei municipal sob n° 3731/2015 Art.13 e na Legislação Federal, a partir de **30/11/2024 a 31/12/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:2D0A2987

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 5.766/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.

A Senhora **MURIEL MATIAS MELO**, matrícula **377474-0/3,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o Cargo de MÉDICO ESPECIALISTA - GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **06/11/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:BA888807

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N° 5.764/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.

A Senhora **ANA CAROLINE OLIVEIRA DE LIMA GROSSI**, matrícula **378465-7/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o Cargo de MÉDICO ESPECIALISTA - PEDIATRA**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 100 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **05/11/2024.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 05 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:D0BAA378

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2020

Ref. Dispensa nº 008/2020

Quarto aditivo de Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA**, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.690.876/0001-19, com sede à Rua Arthur Thomas, nº 1.648, na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Superintendente, Senhora ELUIZA MESSIANO BETTEGA, xxxxxx, portadora do RG nº 8.xxx.xxx-9/SSP-PR e sob o CPF nº 037.xxx.xxx-42, residente e domiciliada na Rua xxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de Rolândia – PR, doravante apenas designado **Contratante**, e de outro lado à empresa **SERCOMTEL S.A TELECOMUNICAÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 01.371.416/0001-89, estabelecida na Rua Professor João Candido, 555, na cidade de Londrina – PR, neste ato legalmente representada pela Senhora ROSANGELA MIQUELETTI MARTINS DE OLIVEIRA, brasileira, xxxxxx, administradora de empresas, cédula de identidade RG nº 4.xxx.xxx-8 SSP/PR, CPF/MF nº 749.xxx.xxx- 87 e pelo Senhor LEANDRO FREITAS DE FREITAS, brasileiro, xxxxxxx, maior e capaz, cédula de identidade RG nº 7.xxx.xxx- 3 SSP/PR e CPF/MF sob nº 048.xxx.xxx-28, doravante designada como **Contratada**, ajustam e outorgam o presente aditivo de **Contrato**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica aditivada a cláusula segunda e terceira, da vigência e do prazo, estendendo-se o mesmo por mais 12 (doze) meses, com início em **11/11/2024** e término em **11/11/2025**.

CLÁUSULA SEGUNDA
Referente a Cláusula Quarta, do valor, fica mantido o valor mensal de **R$ 155,00** (cento e cinqüenta e cinco reais) .
Parágrafo Primeiro:
O presente aditivo perfaz o montante de R$ 1.860,00 (um mil oitocentos e sessenta reais), correspondente aos 12 (doze) meses, conforme Cláusula anterior.
Parágrafo Segundo:
O valor total do contrato passa de **R$ 7.440,00** (sete mil quatrocentos e quarenta reais) para **R$ 9.300,00** (nove mil e trezentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O CONTRATANTE utilizará, para pagamento das despesas decorrentes deste aditivo de contrato, dotação orçamentária própria: 30.01 Coordenação do Fundo Municipal 04.122.0020.2.086.000 Manutenção da Coordenação do Fundo - 3.3.90.39.58.00.00 – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES.

CLÁUSULA QUARTA
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

Edifício do Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, Estado do Paraná, ao 01 de Novembro de 2024.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA	*SERCOMTEL S.A TELECOMUNICAÇÕES*
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
JANAÍNA COSCRATO	**AMANDA BEATRIZ PEREIRA**
CPF: 060.xxx.xxxx-98	CPF: 113.xxx.xxx-92

Publicado por:
Janaina Coscrato
Código Identificador:FF684C11

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº 015/2020

Ref. Pregão Presencial nº 011/2020

Quarto aditivo de Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o **INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA**, entidade de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 08.690.876/0001-19, com sede à Rua Arthur Thomas, nº 1.648, na cidade de Rolândia – PR, neste ato devidamente representado pela Senhora ELUIZA MESSIANO BETTEGA, xxxxxx, portadora do RG nº 8.xxx.xxx-9/SSP-PR e sob o CPF nº 037.xxx.xxx-42, residente e domiciliada na Rua xxxxxxxxxxxxxx, na cidade de Rolândia -PR doravante apenas designado **Contratante**, e de outro lado à empresa **GENTE SEGURADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 90.180.605/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre – RS, tendo como represente legal o Senhor MARCELO WAIS, portador do RG nº 7xxxxxx166 – SESP/RS, inscrito no CPF sob Nº 632.xxx.xxx-15, residente e domiciliado a Rua xxxxxxxxxx, nº xxx, Bairro xxxxxxxxxx, na cidade de Porto Alegre – RS, doravante designada como **Contratada**, ajustam e outorgam o presente Aditivo de CONTRATO, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
Fica aditivada a cláusula quinta, do prazo de execução e da vigência, estendendo-se o mesmo por mais 12 (doze) meses, com início em **05/11/2024** e término em **05/11/2025**.

CLÁUSULA SEGUNDA
Referente a Cláusula primeira e terceira, do valor, fica mantido o valor anual de **R$ 1.050,00** (um mil e cinqüenta reais).
Parágrafo Primeiro:
O presente aditivo perfaz o montante de **R$ 1.050,00** (um mil e cinqüenta reais) correspondente ao valor anual, conforme Cláusula anterior.
Parágrafo Segundo:
O valor total do contrato passa de **R$ 4.200,00** (quatro mil e duzentos reais) para **R$ 5.250,00** (cinco mil duzentos e cinqüenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
O CONTRATANTE utilizará, para pagamento das despesas decorrentes deste aditivo de contrato, dotação orçamentária própria: 30.01 Coordenação do Fundo Municipal 04.122.0020.2.086.000 Manutenção da Coordenação do Fundo - 3.3.90.39.69.03. – SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS.

CLÁUSULA QUARTA
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, permanecem inalteradas e em pleno vigor, para seus efeitos jurídicos e legais, as demais cláusulas e condições estabelecidas.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam com duas testemunhas, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Edifício do Instituto de Previdência Municipal de Rolândia, Estado do Paraná, ao 01 de de 2024.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ROLANDIA - ROLANDIA PREVIDENCIA	*GENTE SEGURADORA S/A*
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
JANAÍNA COSCRATO	**AMANDA BEATRIZ PEREIRA**
CPF: 060.xxx.xxx-98	CPF: 113.xxx.xxx-92

Publicado por:
Janaina Coscrato
Código Identificador:AE21807D

SECRETARIA GERAL
LEI Nº 4.244, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Municipal a"Associação Cultural e Esportiva deRolândia - ACER".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou a seguinte lei e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a**"Associação Cultural e Esportiva deRolândia - ACER"**, entidade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.061.336/0001-01, sediada no Município de Rolândia, Estado do Paraná, cadastrada junto a Receita Federal desde 31 de janeiro de 1.982, observadas as normas pertinentes vigentes, em especial a Lei Municipal nº 2.952, de 03 de dezembro de 2002.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Autógrafo Nº 57/2024
Projeto de Lei Ordinária Nº 009/2024
Autoria: Reginaldo Silva

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:48A10B28

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
INEXIGIBILIDADE Nº. 024/2024

CREDENCIAMENTO Nº. 04/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 209/2024

ARTIGO Nº. 79, INCISO I, DA LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES Nº. 14.133/2021

• PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº. 809, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO**, residente edomiciliadonesta cidade, nos termos do artigo 78, inciso I c/c art. 79, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que, realiza **CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO** para **"CHAMAMENTO PÚBLICO TEM POR OBJETIVO O CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS, PESSOA JURÍDICA, PARA EXECUÇÃO DE ATENDIMENTOS POR EQUIPES, QUE FORNEÇA A ESTRUTURA: NAS SEGUINTES FUNÇÕES E ESPECIALIDADES, RESPECTIVAMENTE:**

COORDENADOR: EDUCADOR FÍSICO OU FISIOTERAPEUTA OU MÉDICO; APOIO: PSICÓLOGO; APOIO: PSICOPEDAGOGO; APOIO: FONOAUDIÓLOGO; APOIO: TERAPEUTA OCUPACIONAL, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I", incluindo auxílio do jurídico e controle interno da municipalidade nas rotinas da Nova Lei de Licitações nº. 14.133/21 e com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

• FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O objeto pretendido pela Administração e ora processado através da hipótese de chamamento público, com fulcro no artigo 78, inciso I c/c art. 79, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021, com as justificativas presentes nos autos; encontra-se aplicado ao presente processo as seguintes legislações:
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e
- Lei Federal nº. 14.133, de Abril de 2021.

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:
I - credenciamento;

Concomitante, aborda o art. 79, inciso I da referida lei:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

• JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELA SECRETARIA DEMANDANTE

A presente contratação tem como justificativa Garantir atendimento individualizado a crianças, de 3 (três) à 7 (sete) anos, com atraso de desenvolvimento leve e/ou moderado, seja por TEA ou outras condições em saúde, com vistas a assegurar o direito já estabelecido em Lei pelo Ministério da Saúde, por meio do credenciamento de empresa para atuação de profissionais do Centro de Neurodesenvolvimento da Secretaria de Saúde de Rolândia.

• OBJETO E SERVIÇOS CONTRATADOS

Compõe(m) o(s) item(ns) desta contratação:
CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS, PESSOA JURÍDICA, PARA EXECUÇÃO DE ATENDIMENTOS POR EQUIPES, QUE FORNEÇA A ESTRUTURA NAS SEGUINTES FUNÇÕES E ESPECIALIDADES, RESPECTIVAMENTE: COORDENADOR: EDUCADOR FÍSICO OU FISIOTERAPEUTA OU MÉDICO; APOIO: PSICÓLOGO; APOIO: PSICOPEDAGOGO; APOIO: FONOAUDIÓLOGO; APOIO: TERAPEUTA OCUPACIONAL, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I.

• CONTRATAÇÃO

Os futuros contratados deverão apresentar a documentação necessária para análise e posterior contratação de acordo com o exposto no instrumento convocatório deste, no prazo estabelecido e normas pré-dispostas, para que estejam aptos a assinar o instrumento contratual, prestar o serviço e receber por este.

• DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor a ser contratado é de R$ 456.454,08 (quatrocentos e cinqüenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos), devendo ser pago de forma parcelada.
O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

• PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução do presente procedimento será imediato, tratando de serviço continuado, sendo contratado para 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme interesse da Administração e lei vigente.

• DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2024; consta nos autos do processo parecer contábil e reserva de saldo nº. 5336/2024.
ÓRGÃO: 09 – SEC. MUN. DE SAÚDE
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DOTAÇÃO: 103020009.2.049.3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

• DO FORO

O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto do presente CREDENCIAMENTO, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ROLÂNDIA/PR.

• DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO

Considerando o acima exposto acolho as justificativas apresentadas para o CREDENCIAMENTO e AUTORIZO publicação no site oficial do Município.

Rolândia, 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

• RATIFICAÇÃO DO ATO

Considerando as manifestações carreadas, a fundamentação jurídica apresentada e a instrução do presente processo, ratifico a contratação deste processo licitatório por CREDENCIAMENTO, encaminhando-se os autos para os demais procedimentos que o compõe.

Rolândia, 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Marcello da Cunha
Código Identificador:CAC2BC29

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 137/2024 – PMR. PROCESSO Nº 212/2024.

Objeto: O presente edital tem por objeto abertura e licitação- registro de preço- para eventual locação de tendas, fechamentos, banheiros químicos, e demais itens necessários para a realização de eventos.
Tipo: Menor Preço por LOTE.

Valor máximo total R$: 5.792.400,00.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 25/11/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 25/11/2024.
Obs.: *Solicita-se que toda documentação da proponente deverá estar anexa na plataforma eletrônica até a hora limite do recebimento das*

propostas, a fim de agilidade no certame e classificação de colocação.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 07 de novembro de 2024.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
José Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:184C72D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Salgado Filho torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão 57/2024**, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações.

Objeto da licitação: Aquisição de um veiculo tipo van e um veiculo comum tipo sedan nos termos de condições e exigências estabelecidas no termo de referencia.

Data de entrega dos envelopes: 02/12/2024 às 08:59 horas no COMPRASGOV.

Data de abertura dos envelopes: 02/12/2024 às 09:00 horas no COMPRASGOV.

Edital na integra e demais informações, poderão ser consultadas no site http://www.salgadofilho.pr.gov.br ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Salgado Filho, fone 4635641202 ou e-mail licitacao.sf@gmail.com

Salgado Filho-PR, 7 de novembro de 2024

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Gustavo Krause
Código Identificador:5203375C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 328, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

PORTARIA Nº 328, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Concede Férias para o Servidor Público Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado,

RESOLVE,

Artigo 1º - CONCEDER, férias de 30 (trinta) dias para o Servidor Público Municipal **ALCIR ORTIGARA (889),** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, a partir do dia 11 de novembro de 2024, correspondente ao período aquisitivo de 10.03.2023 a 09.03.2024.

Artigo 2º - Revogam-se as demais disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

VOLMAR DUARTE
Prefeito

Publicado por:
Gustavo Henrique de Souza
Código Identificador:5531C1DC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 117/2024

DECRETO Nº 117, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública municipal direta e indireta, autárquica e fundacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64 que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

CONSIDERANDO, que o descumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades dos pagamentos pela Administração Pública, nos exatos termos da lei, constitui ato ilícito, a revelar violação aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência, da probidade administrativa;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 141 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, o disposto no art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967;

DECRETA

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Direta e Indireta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Município de Salgado Filho-PR.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, autárquica e fundacional da Prefeitura Municipal de Salgado Filho-PR, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras e os procedimentos para ordem cronológica dos pagamentos de que trata a Instrução Normativa do Governo Federal.

Art. 3º A operacionalização e o controle da ordem cronológica de pagamento serão realizados por meio do Sistema de Gestão Pública utilizado pela Prefeitura Municipal para estes fins.

§ 1º O Sistema constitui a ferramenta informatizada, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Administração, incluindo aspectos orçamentários e financeiros, bem como aqueles relacionados à fiscalização técnica, administrativa e setorial.

§ 2º A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, concederá o acesso aos módulos, mediante a requerimento devidamente autorizado pelo secretário.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS

Art. 4º O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, separadamente por unidade administrativa e subdividida nas seguintes categorias de contratos:
fornecimento de ben
locações;
prestação de serviços; e
realização de obras.

§ 1º As fontes de recursos constituem-se de agrupamentos específicos de naturezas de receitas, atendendo a uma determinada regra de destinação legal, evidenciando a origem ou a procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade.

§ 2º Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou à despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação.

§ 3º Os casos que não se enquadrarem nas categorias elencadas neste artigo, serão ordenados em listas próprias.

CAPÍTULO III
DA INCLUSÃO DO CRÉDITO NA SEQUÊNCIA DE PAGAMENTO

Art. 5º A ordem cronológica de exigibilidade terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação de despesa.

§ 1º Considera-se liquidação de despesa o segundo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a execução do objeto ou de etapa do cronograma físico-financeiro do contrato, conforme o caso.

§ 2º Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a situação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou referentes ao FGTS não afeta o ingresso do pagamento na ordem cronológica de exigibilidade, podendo, nesse caso, a unidade administrativa contratante deduzir parte do pagamento devido à contratada, limitada a dedução ao valor inadimplido.

§ 3º Na hipótese de que trata o § 2º, a Administração, mediante disposição em edital ou contrato, pode condicionar a inclusão do crédito na sequência de pagamentos à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas.

§ 4º O pagamento das indenizações previstas no § 2º do art. 138 e no art. 149 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade, ainda que o contrato já tenha sido encerrado.

§ 5º A inobservância imotivada da ordem cronológica de que trata o caput deste artigo ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a fiscalização.

§ 6º Havendo preterição indevida da ordem cronológica de exigibilidade, o agente responsável pelo pagamento poderá incorrer nas penas do art. 337 H do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940.

Art. 6º Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no mesmo.

§ 1º Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

§ 2º No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

§ 3º Nas hipóteses de substituição do instrumento de contrato por outro instrumento hábil, conforme dispõe o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos para liquidação e pagamento constarão de instrumento convocatório, de aviso de contratação direta ou de outro documento negocial com o mercado.

Art. 7º Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

§ 1º A eventual perda das condições de que trata o caput não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

§ 2º Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação.

§3º A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO IV
DA ADMISSIBILIDADE DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Art. 8º A alteração da ordem cronológica de pagamento somente ocorrerá mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação à Unidade de Controle Interno do Município de Salgado Filho e ao Tribunal de Contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:

grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada; ou

pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado

o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único. O prazo para a comunicação às autoridades listadas no caput deste artigo não poderá exceder a 30 (dias) dias contados da ocorrência do evento que motivou a alteração da ordem cronológica de pagamento.

CAPÍTULO V
DOS PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA
ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Art. 9º Os procedimentos para solicitação da alteração da ordem cronológica de pagamento são os seguintes:

O credor, mediante prévia justificativa e exclusivamente nas situações listadas no art. 8º deste decreto, deverá protocolar a solicitação de alteração da ordem cronológica de pagamento e encaminha-lá ao ordenador de despesa .

O ordenador da despesa deverá solicitar parecer jurídico expedido pela procuradoria geral do município, respaldado pelo parecer, o ordenador da despesa poderá deferir ou indeferir a solicitação de alteração da ordem cronológica de pagamento .

Indeferida a solicitação a mesma, será devolvida ao credor com as devidas justificativas.

Deferida a solicitação, a mesma deverá ser encaminhada a Secretaria da Fazenda, que providenciará a alteração da ordem cronológica para posterior pagamento e registrar a justificativa no sistema de gestão pública do município bem como a publicação do mesmo no Diário Oficial e também providenciar a comunicação as autoridades competentes conforme art. 8º deste decreto.

CAPÍTULO VI
DA DESOBRIGAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA ORDEM CRONOLÓGICA
DE PAGAMENTOS

Art.10. Não se sujeitarão às disposições deste Decreto os pagamentos decorrentes de:

Diárias, adiantamento de viagem e inscrições em cursos de aperfeiçoamento dos servidores.

Folha de pessoal, despesas previdenciárias e encargos sociais.

Parcelas indenizatórias de verbas salariais;

Serviços prestados mediante concessão, como energia elétrica, água , esgoto , telefonia e comunicação de dados;

Seguro obrigatório de veículos, taxas anuais de licenciamento e multas veiculares;

Obrigações tributárias, serviços de dívida pública, precatórios, decisões judiciais, multas de entidades governamentais ou decisões dos Tribunais de Contas.

Auxílios financeiros, contribuições , subvenções econômicas, subvenções sociais, indenizações e restituições;

Rateio pela participação em consórcios públicos;
Outras despesas que não sejam regidas pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

CAPÍTULO V
DOS RESTOS A PAGAR

Art. 11. Com referência às despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, que venham a ser inscritas em Restos a Pagar, para efeito de cumprimento da ordem cronológica de pagamento, deverá ser observado o que se segue:

As despesas inscritas como restos a pagar processados, observada a estrita ordem cronológica de suas liquidações terão prioridade de pagamento sobre as que venham ser liquidadas no decorrer do exercício seguinte à efetiva inscrição; e

Toda despesa registrada em restos a pagar não processados terá como marco inicial para observância da ordem cronológica de pagamento a sua efetiva liquidação.

Parágrafo único. Na abertura do exercício financeiro e orçamentário, será conferido novo prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento dos restos a pagar "processados".

CAPÍTULO VI
DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE ACERCA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Art. 12. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Ressalvada a exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado terá direito à extinção do contrato na hipótese de atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

Art. 14. A Secretaria Municipal da Fazenda de Salgado Filho poderá:

expedir normas complementares necessárias para a execução deste Decreto; e

estabelecer, por meio de orientações ou manuais, informações adicionais para fins de operacionalização do Sistema.

Art. 15. Os casos omissos decorrentes da aplicação deste Decreto serão dirimidos pela Secretaria Municipal da Fazenda em conjunto pela Unidade de Controle Interno do Município.

Art. 16. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, em 18 de outubro de 2024.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maicon André Hendges
Código Identificador:0F632296

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 51, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

LEI Nº 51, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

Ementa: Revoga integralmente a Lei nº 48, de 26 de junho de 2017, disciplina o Sistema Único de Assistência Social do Município de Salgado Filho e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
Art. 2o A Política de Assistência Social do Município Salgado Filho tem por objetivos:
I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
II - a Vigilância Socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;
IV- a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;
V - a primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; e
VI - a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES
Seção I
Dos Princípios

Art. 3º A Política Pública de Assistência Social rege-se pelos seguintes princípios:
I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
II - gratuidade: a Assistência Social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;
III - integralidade da Proteção Social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;
V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;
VI - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
VII - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
VIII - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
IX - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
X - Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II
Das Diretrizes

Art. 4º A organização da Assistência Social no Município de Salgado Filho observará as seguintes diretrizes:
I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
II - descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de governo;
III - financiamento partilhado dos entes federados;
IV - matricialidades sociofamiliar;
V - territorialização;
VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e Sociedade Civil;
VII - participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CAPÍTULO III
DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO SUAS NO MUNICIPIO DE SALGADO FILHO.
Seção I
Da Gestão

Art. 5º A gestão das ações na área de Assistência Social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.
Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social e pelas entidades e organizações de Assistência Social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.
Art.6º O Município de Salgado Filho atuará de forma articulada com as esferas Federal e Estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.
Art. 7º O Órgão Gestor da política de assistência social no Município de Salgado Filho é a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Seção II
Da Organização

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito do Município de Salgado Filho organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:
I - proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
II - proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.
Art. 9º A Proteção Social Básica compõe-se principalmente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:
I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;
II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;
III - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;
§1º O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.
§2º Os serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica poderão ser executados pelas Equipes Volantes.
Art. 10. A Proteção Social Especial ofertará principalmente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:
I - Proteção Social Especial de média complexidade:
a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;

b) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
II - Proteção Social Especial de alta complexidade:
Serviço de Acolhimento Institucional;
Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, por meio de Decreto de calamidade ou emergência municipal.
Parágrafo único. O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.
Art. 11. As Proteções Sociais Básica e Especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas Entidades e Organizações de Assistência Social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.
§1º Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.
§2º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município de Salgado Filho, de que a entidade de Assistência Social integra a rede socioassistencial.
Art. 12. As unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS integram a estrutura administrativa do Município de Salgado Filho, quais sejam:
I - CRAS;
II - CREAS;
§1º As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, observado as normas gerais.
§2º A implantação do CREAS observar-se-á os parâmetros de referência, considerando o porte do Município e a capacidade de atendimento conforme legislação do SUAS e sua regulamentação.
Art. 13. As Proteções Sociais Básica e Especial, serão ofertadas principalmente no Centro de Referência de Assistência Social –CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, e pelas Entidades e Organizações de Assistência Social.
1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de Proteção Social Básica às famílias.
2º O CREAS é a unidade pública de abrangência municipal ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.
§3º O CRAS e o CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.
Parágrafo Único. Enquanto não criado o CREAS, os serviços descritos no art. 10 serão prestados junto ao órgão gestor (Secretaria Municipal de Assistência Social) por um técnico de referência.
Art. 14. A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:
I - territorialização - oferta capitalizada de serviços com áreas de abrangência definidas com baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida dos cidadãos; respeitando as identidades dos territórios locais, e considerando as questões relativas às dinâmicas sociais, distâncias percorridas e fluxos de transportes, com o intuito de potencializar o caráter preventivo, educativo e protetivo das ações em todo o município, mantendo simultaneamente a ênfase e prioridade nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;
II - universalização - a fim de que a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial sejam asseguradas na totalidade do território do Município e com capacidade de atendimento compatível com o volume de necessidades da população;
III - regionalização – participação, quando for o caso, em arranjos institucionais que envolvam Municípios circunvizinhos e o Governo Estadual, visando assegurar a prestação de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial cujos custos ou baixa demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.
Art. 15. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.
Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da Proteção Social Básica e Especial.
Art. 16. O SUAS afiança as seguintes seguranças, observado as normas gerais:
I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da Proteção Social Básica e Especial, devendo as instalações físicas e ação profissional conter:
a) condições de recepção;
b) escuta profissional qualificada;
c) informação;
d) referência;
e) concessão de benefício;
f) aquisições materiais e sociais;
g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;
II - renda: operada por meio de concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da Lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de Proteção Social, que apresentam vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente para o trabalho;
III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:
a) Construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;
b) O exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.
IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:
a) desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;
b) Conquista de melhores graus de liberdade, respeito e dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;
c) Conquista de maior grau de dependência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes;
V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Seção III
Das Responsabilidades

Art. 17. Compete ao Município de Salgado Filho, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:
I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, previsto em Lei municipal vigente;
II - efetuar o pagamento dos benefícios eventuais conforme previsto na Lei Municipal vigente;
III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da Sociedade Civil;
IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;
V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
VI - implantar;
a) a Vigilância Socioassistencial no âmbito Municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais; e
b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano Municipal de Assistência Social;
VII - regulamentar;

a) e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações e/ou Resoluções de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;
b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações e/ou Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social;
VIII - co-financiar;
a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais de assistência social, em âmbito local;
b) em conjunto com a Esfera Federal e Estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.
IX- realizar;
a) o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social em seu âmbito;
b) a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;
c) em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social, as Conferências Municipais de Assistência Social.
X - gerir:
a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;
b) o Fundo Municipal de Assistência Social;
c) no âmbito Municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8° da Lei nº 10.836, de 2004.
XI - organizar:
a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
b) e monitorar a rede de serviços da Proteção Social Básica e Especial, articulando as ofertas;
c) e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.
XII - elaborar:
a) a proposta orçamentária da Assistência Social no Município assegurando recursos do tesouro municipal;
b) e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
c) e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) e pactuado na CIB (Comissões Intergestores Bipartite);
d) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando-o em âmbito municipal; e
e) Executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;
f) o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo e estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS;
g) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social.
XIII - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;
XIV- alimentar e manter atualizados:
a) o Censo SUAS;
b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – CNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;
c) o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;
XV - garantir:
a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;
b) a elaboração da peça orçamentária que esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;
c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estado;
d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à Política de Assistência Social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;
e) o comando único das ações do SUAS pelo Órgão Gestor da Política de Assistência Social, conforme preconiza a LOAS.
XVI - definir:
a) os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;
b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.
XVII - implementar:
a) os protocolos pactuados na CIT;
b) a gestão do trabalho e a educação permanente.
XVIII - promover:
a) a integração da Política Municipal de Assistência Social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;
b) A articulação intersetorial do SUAS com as demais Políticas Públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;
c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social.
XIX - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de Proteção Social Básica;
XX - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
XXI - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;
XXII - zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos Estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;
XXIII - assessorar as Entidades e Organizações de Assistência Social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de assistência social de acordo com as normativas federais;
XXIV - acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades e organizações de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;
XXV - normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social ofertados pelas entidades e organizações vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal;
XXVI - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;
XXVII - encaminhar para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de Execução Físico-Financeira a título de prestação de contas;
XXVIII - compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;
XXIX - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;
XXX - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXXI - dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;
XXXII - submeter trimestralmente, de forma sintética, e anualmente, de forma analítica, os relatórios de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Municipal de Assistência Social à apreciação do CMAS.

Seção IV
Do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 18. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da Política de Assistência Social no âmbito do Município de Salgado Filho.
§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 04 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:
I - diagnóstico socioterritorial;
II - objetivos gerais e específicos;
III - diretrizes e prioridades deliberadas;
IV - ações estratégicas para sua implementação;
V - metas estabelecidas;
VI - resultados esperados;
VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
VIII - mecanismos e fontes de financiamento;
IX - indicadores de monitoramento e avaliação.
§ 2º O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:
I - as deliberações e/ou Resoluções das Conferências Municipais de Assistência Social;
II - metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
III - ações articuladas e intersetoriais.

CAPÍTULO IV
DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO, DELIBERAÇÃO E/OU RESOLUÇÃO DO SUAS
Seção I
Do Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 19. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Salgado Filho, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 02 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.
§ 1º O CMAS é composto por 08 (oito) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:
I - 04 (quatro) representantes governamentais;
II - 04 (quatro) representantes da Sociedade Civil, observado as Deliberações e/ou Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob fiscalização do Ministério Público.
§ 2º Consideram-se para fins de representação no Conselho Municipal de Assistência Social o segmento:
I - de usuários àqueles vinculadas aos serviços, programas, projeto e benefícios da Política de Assistência Social, organizadas, sob diversas formas, em grupos que tem como objetivo a luta por direitos.
II - de organizações de usuários aquelas que tenham entre seus objetivos a defesa e garantia de direitos de indivíduos e grupos vinculados à Política de Assistência Social;
III - de trabalhadores, legítima todas as formas de organização de trabalhadores do setor como, Associações de Trabalhadores, Sindicatos, Federações, Conselhos Regionais de Profissões regulamentadas, Fóruns de Trabalhadores, que defendem e representam os interesses dos Trabalhadores da Política de Assistência Social.
§ 3º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 02 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.
§ 4º Deve-se observar em cada mandato a alternância entre representantes da sociedade civil e governo na Presidência e Vice-presidência do CMAS.
§ 5º O CMAS contará com um (a) Secretario (a) Executivo (a), a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.
Art. 20. O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 03 (três) meses e extraordinariamente sempre que necessário, suas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.
Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.
Art. 21. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.
Art. 22. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.
Art. 23. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:
I - elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;
II - convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas Deliberações e /ou Resoluções;
III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das Conferências Municipais de Assistência Social;
IV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das Conferências Municipais e da Política Municipal de Assistência Social;
V - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
VI - acompanhar o cumprimento das metas Nacionais, Estaduais e Municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;
VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;
VIII - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;
IX - apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos Sistemas Nacionais e Estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;
X - apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da Assistência Social, nos sistemas Nacionais e Estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;
XI - alimentar os Sistemas Nacionais e Estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;
XII - zelar pela efetivação do SUAS no Município;
XIII - zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;
XIV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
XV - apreciar e aprovar a Proposta Orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;
XVI - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
XVII - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;
XVIII - planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;
XIX - participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à Assistência Social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de Assistência Social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados no FMAS;
XX - aprovar o Aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXI - orientar e fiscalizar o FMAS;
XXII - divulgar, no Diário Oficial do Município, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Deliberação e/ou Resolução, bem como as Deliberações E/OU Resoluções acerca da Execução Orçamentária e Financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos;
XXIII - receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;
XXIV - estabelecer articulação permanente com os demais Conselhos de Políticas Públicas Setoriais e Conselhos de Direitos;
XXV - realizar e atestar as Inscrições das Entidades e Organizações de Assistência Social;
XXVI - fiscalizar as Entidades e Organizações de Assistência Social;
XXVII - emitir Resolução/Deliberações quanto às suas decisões, e publicar no Diário Oficial de divulgação do Município suas decisões e pareceres;
XXVIII - registrar em ata as reuniões;
XXIX - instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários;
XXX - avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.
Art. 24. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.
Parágrafo único. O planejamento das ações do Conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

Seção II
Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 25. A Conferência Municipal de Assistência Social é instância periódica de debate, de formulação e de avaliação da Política Pública de Assistência Social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do Governo e da Sociedade Civil.
Art. 26. A Conferência Municipal de Assistência Social deve observar as seguintes diretrizes:
I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;
II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes, inclusive da acessibilidade às pessoas com deficiência;
III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos Delegados Governamentais e para a escolha dos Delegados da Sociedade Civil;
IV - publicidade de seus resultados;
V - articulação com a conferência estadual e nacional de assistência Social.
Art. 27. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada 02(dois) anos.

Seção III
Participação dos Usuários

Art. 28. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários no Conselho e Conferência Municipal de Assistência Social.
Parágrafo único. Os usuários são sujeitos de direitos e público da política de assistência social e seus representantes e os representantes de organizações de usuários são sujeitos coletivos expressos nas diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu protagonismo direto enquanto usuário.
Art. 29. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e de apoio à organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, audiência pública, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
Parágrafo único. São estratégias para garantir a presença dos usuários, dentre outras, o planejamento do Conselho e do Órgão Gestor; ampla divulgação do processo nas unidades prestadoras de serviços; descentralização do controle social por meio de comissões locais.

Seção IV
Da Representação do Município nas Instâncias de Negociação e Pactuação do SUAS

Art. 30. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.
§1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.
§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V
DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.
Seção I
Dos Benefícios Eventuais

Art. 31. Benefícios Eventuais são provisões de Proteção Social Básica de caráter suplementar e provisório prestados a indivíduos e às famílias na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993 e Lei Municipal em vigor.
Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais da Assistência Social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.
Art. 32. Os Benefícios Eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:
I - não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;
II - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;
III - garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;
IV - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;
V - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;
VI - integração da oferta com os serviços socioassistenciais.
Art. 33. Os Benefícios Eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.
Art. 34. O público alvo para acesso aos Benefícios Eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, e/ou Pareceres Técnicos elaborados pelos Profissionais de referência dos SUAS com vista a orientar o planejamento da oferta.

Seção II
Dos Recursos Orçamentários para Oferta de Benefícios Eventuais

Art. 35. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.
Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

Seção III
Dos Serviços

Art. 36. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8.742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção IV
Dos Programas de Assistência Social

Art. 37. Os Programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.
§ 1º Os Programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidas a Lei Federal nº 8.742, de 1993, e as demais normas gerais do SUAS, com prioridade para a inserção profissional e social.
§ 2º Os Programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8742, de 1993.

Seção V
Projeto de Enfrentamento à Pobreza

Art. 38. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Seção VI
Da Relação com Entidades e Organizações de Assistência Social

Art. 39. São Entidades ou Organizações de Assistência Social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
Art. 40. As Entidades e Organizações de Assistência Social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.
Art. 41. Constituem critérios para a inscrição das Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:
I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
Art. 42. As Entidades e Organizações de assistência social no ato da inscrição demonstrarão:
I - ser Pessoa Jurídica de direito privado, devidamente constituída;
II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
III - elaborar Plano de Ação Anual;
IV - ter expresso em seu relatório de atividades:
a) finalidades estatutárias;
b) Objetivos;
c) Origem dos recursos;
d) Infraestrutura;
e) Identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistenciais executado.
Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de analise:
I - análise documental;
II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
III - elaboração do parecer da Comissão;
IV- pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
V - publicação da decisão plenária;
VI - emissão do comprovante;
VII - notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI
DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 43. O Financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).
Parágrafo único. O orçamento da Assistência Social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
Art. 44. Caberá A Secretaria Municipal de Assistência Social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.
Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção I
Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 45. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, de duração indeterminada, que será gerido pelo órgão municipal responsável pela execução da política de Assistência Social e sob Deliberação e/ou Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar à gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
Art. 46. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:
I - recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
II - dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
III - doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;
IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;
V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;
VI - produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
VII - doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;
VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.
§ 1º A dotação orçamentária prevista para o Fundo Municipal de Assistência Social será automaticamente transferida a sua conta, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.
§ 2º Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.
§ 3º As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.
Art. 47. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 48. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:
I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;
II - em parcerias entre poder público e entidades ou organizações de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistencial específicos;
III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;
IV - construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;
V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;
VI - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993 e demais legislação municipal vigente;
VII - pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.
Art. 49. O repasse de recursos para as Entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.
Art. 50. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.
Art. 51. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando na integralidade a Lei Municipal nº 48, de 26 e junho de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Salgado Filho, 07 de novembro de 2024.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Patrícia Vieira
Código Identificador:0B1D40EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 329, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

PORTARIA Nº 329, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

Ementa: Nomear os membros para compor a Comissão de Seleção de Pareceristas/Jurados Edital de Chamamento Público da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear seguintes servidores municipais que, irão realizar a Seleção de Pareceristas/Jurados, inscritos através do Edital de Chamamento Público 001/2024 da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) para Credenciamento de Profissionais do Setor Artístico Cultural.
Art. 2º Nomear os mesmos servidores, para comporem a parte de Representantes do Poder Público que irá realizar a avaliação, pontuação, seleção, emissão de pareceres conclusivos e as Listas Finais dos Projetos Habilitados, nos editais da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) no âmbito do Município no ano de 2024.
Art. 3º Ficam designados os membros das comissões:
I – LUANA CANDIDA DE CONTO;
II – ELIANE MARCIA RUCH;
III – MÔNICA PATRÍCIA VIEIRA;
IV – MARGARETE CARBONERA.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Salgado Filho, em 07 de novembro de 2024.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica Patrícia Vieira
Código Identificador:7536B95A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE E LEGISLAÇÃO
LEI Nº 531 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

SÚMULA – Estabelece Atualização dos valores dos anexos das Estimativas das Receitas e das Metas das Ações de Programa de Governo do PPA 2022-2025 da LDO 2025, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores aprovou e eu, **FERNANDO ALBERTO CADORE**, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Atualizar os valores dos anexos das Estimativas das Receitas e os valores dos anexos das Previsões das Despesas Metas das Ações de Programa de Governo da Lei nº 277/2021 do PPA 2022-2025 no exercício de 2025 e da Lei nº 524/2024 Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o exercício de 2025, a qual orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2025, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
Parágrafo único*:* As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 07 de novembro de 2024.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francis Assis Dorigoni
Código Identificador:EEF3AE6E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2024 COMPRASNET nº 90.074/2024 PROCESSO 152/2024

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às 0**9:00 horas do dia 27 de novembro de 2024**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para Aquisição de material hidráulico, elétrico e iluminação pública, pintura, materiais estruturais, artefatos de cimento, acabamento interno e externo, ferragem e cobertura pelo critério de maior percentual de desconto utilizando a tabela SINAPI (%). Critério de Julgamento: maior percentual de desconto POR LOTE. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 27 de novembro de 2024, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor

do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 07 de novembro de 2024. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos ao agente de contratação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 07 de novembro de 2024.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:5EEA2866

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 1/2024

OBJETO:	Aquisição de equipamentos ortopédicos para compor o Projeto Banco Ortopédico do Rotary Club de Salto do Lontra/PR, com recursos provenientes da Emenda Impositiva nº 01, de autoria do Vereador Joel Piekler. A emenda destina o valor de R$ 71.780,01 (setenta e um mil, setecentos e oitenta reais e um centavo) como repasse para o Rotary Club, conforme previsão no art. 105-A, §1º da Lei Orgânica Municipal e na Lei Orçamentária Anual nº 499/2023
CONTRATADO:	ROTARY CLUB DE SALTO DO LONTRA - PARANÁ
CNPJ:	05.783.420/0001-05
VALOR:	71.780,01
VIGÊNCIA:	07/11/25
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quinta-Feira, 07 de novembro de 2024

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:300F4210

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2024

PROCESSO: Nº 13/2024 **DISPENSA:** Nº 06/2024 **TIPO:** MENOR PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR inscrita no CNPJ nº
80.926.934/0001-98, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, nos termos do Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas, horários e locais discriminados a seguir:

DATA INICIAL PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	07/11/2024
DATA FINAL PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO EM FORMA PRESENCIAL	11/11/2024
DATA DE JULGAMENTO E LOCAL	DIA 12 DE NOVEMBRO 2024, ÀS10:00h, RUA ROMÃO DOS SANTOS JUNIOR, Nº 70, CENTRO, SANTA AMÉLIA/PR.
HORÁRIO DE REFERÊNCIA	BRASÍLIA/DF.
ENDEREÇO PARA ENVIO PRESENCIAL DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	RUA ROMÃO DOS SANTOS JUNIOR, Nº70, CENTRO, SANTA AMÉLIA/PR.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	**camara.santaamelia@hotmail.com**

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO CALÇAMENTO AO REDOR DO PRÉDIO DA CÂMARA DOS VEREADORES DE SANTA AMÉLIA/PR.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. As descrições sucintas dos serviços estão contidas no tópico 1 (um) deste edital e as respectivas especificações estão contidas nos tópicos 2, 4, 5 e 15, bem como no Termo de Referência, sendo o Anexo I deste Edital.

2.1.1. É de extrema importância estar ciente dos requisitos técnicos necessários e das considerações gerais sobre a prestação dos serviços, devendo realizar a leitura na íntegra do Edital.

2.1.2. Os serviços serão realizados na sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, localizada na Rua Romão dos Santos Junior, nº 70 - Centro – Santa Amélia/PR.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Justifica-se a contratação considerando a necessidade de manutenção do calçamento do prédio da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, uma vez que se encontra em estado precário.
3.1.2. Com o desgaste das calçadas da Câmara Municipal ocasionado pelo longo decurso de tempo desde a construção e também pelas intempéries da natureza vão surgindo fissuras, buracos e rachaduras. O desgaste da calçada pode ser causado por vários fatores, como a movimentação do solo, que está sujeito a variações de temperatura, pressão e umidade. Essas variações podem causar a contração ou expansão do solo, o que exerce pressão sobre as estruturas de concreto e leva à formação de trincas, entre outros problemas. Deve ser realizado o conserto para o devido acesso ao prédio por parte de servidores, vereadores e população em geral, além de se garantir espaço adequado para se estacionar o veículo oficial da Câmara Municipal.

4. REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS

4.1. Executar a completa remoção da calçada pública de acesso à Câmara Municipal, bem como calçada interna frontal, lado direto, esquerdo e fundos do prédio da Câmara Municipal de Santa Amélia/Pr; durante esta etapa quaisquer objetos que prejudiquem o trabalho também deverão ser removidos pela empresa, tais como: muretas, árvores, arbustos, troncos de árvores cortadas, entre outros objetos.

4.1.1. Deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção contra danos aos operários, aos transeuntes e observadas às prescrições das normas regulamentadoras. O material a ser descartado deverá ser removido de forma cuidadosa e transportado para local conveniente para ser posteriormente recolhido e retirado.

4.1.2. Após a remoção do material, a empresa deverá escultar um novo calçamento com área de 180m² em concreto entono do prédio contendo: calçada pública, frente do prédio, lateral direita e esquerda do prédio e os fundos do prédio.

4.1.3 Deverá realizar o nivelamento para a base de grade e confecção de base para instalação de portão basculante a ser fornecido pela Câmara Municipal;

4.1.4 O serviço deverá ser concluído em até 15 dias corridos a contar da contratação;

4.2. Por fim, ao final, toda a área deve estar limpa, livre de sujeiras e entulhos provenientes dos serviços prestados. O material deverá ser removido e transportado para um lugar adequado.

4.3. Os serviços serão realizados na sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, localizada na Rua – Romão dos Santos Junior, nº 70 - Centro – Santa Amélia/PR.

5. CONSIDERAÇÕES GERAIS

5.1. A manutenção da calçada deverá ocorrer de forma ininterrupta, salvo quando quetões climáticas, como em período de chuvas intensas, que impossibilita o uso de equipamentos e atuação de trabalhadores.

5.1.2. A Câmara Municipal irá indicar onde e de qual modo deverá ser realizado a manutenção da calçada da Câmara Municipal.

5.1.3. Os casos eventualmente omissos nestas especificações, serão resolvidos pela fiscalização a cargo da contratante.
5.2. O pagamento em razão da prestação do serviço será realizado de forma única, ao fim da prestação de serviço realizado.
5.3. Durante a prestação de serviço a contratada será responsável por sinalizar o local para que não tenha interrupção do serviço usual e se tenha a prevenção de acidentes.

5.4. O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

5.5. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Câmara Municipal.

5.6. Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.

5.7. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste edital e Termo de Referência.

6. PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1. As propostas poderão ser enviadas dentro do prazo e nas formas apresentadas abaixo, fazendo referência ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR MENOR PREÇO Nº 06/2024.

6.1.1. De forma presencial na Sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR situada a Rua Romão dos Santos Junior, nº 70, Centro, Santa Amélia/PR, CEP: 86.370-000, o prazo para entrega da proposta é até 11/11/2024 às 17:00h.

6.1.2. De forma eletrônica através do e-mail: **camara.santaamelia@hotmail.com,** o prazo para envio da proposta é até 11/11/2024 às 23:00h.

6.1.3. A proposta de preço poderá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

6.1.4. Também será aceito modelo de proposta enviado em papel timbrado da empresa, desde que contenha as seguintes informações:
• Valor total a ser cobrado pela realização do serviço;
• Número Nacional de Pessoa Física – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do proponente e Razão Social da empresa;

• Endereço, telefone, e-mail e dados bancários para pagamento;
• Nome e assinatura do representante legal da empresa;
• Validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias.
6.1.5. Os serviços devem conter as especificações correspondentes ao Termo de Referência (Anexo I deste Edital).
6.1.6. A proposta de preço que não estiver em consonância com as exigências do Termo de Referência serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

7. DA HABILITAÇÃO

Conforme Art. 62, da Lei 14.133/2024, os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante VENCEDOR.

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. Prova de registro comercial, no órgão competente, no caso de empresário individual.

7.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.

7.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.

7.1.4. Cópia da Cédula de Identidade ou outro equivalente do(s) sócio(s) administrador da empresa;

7.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ.

7.2.2. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

7.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

7.2.4. Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.

7.2.4.1 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa com prazo de até 90 dias de sua emissão.

7.2.5. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS–CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.

7.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,

mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII– A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto– Lei nº 10.452, de 1º de maio de 1943.

7.2.7. Antes de formalizar a contratação ou a prorrogação do contrato, o Setor Administrativo e o Agente de contratação deverão verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
7.2.8. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos. (Modelo Anexo III do Edital).

7.2.7. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.

7.3. Habilitação técnica

7.3.1. Comprovação de Aptidão de Desempenho Técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os produtos de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas.

7.3.2. Quanto aos atestados supracitados, serão aceitos aqueles que estiverem em consonância com o prazo estipulado no artigo 67,§5º da Lei Federal 14.133/21.

8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Conforme Documento de Formalização da Demanda, o valor estimado para o objeto referente a Dispensa nº 06/2024 é de R$ 19.900,00 (dezenove mil reais).

INDICE DE MAIOR RELEVANCIA	UND	QUANTIDADE
CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA CALÇADA COM 180M² EM CONCRETO.	M2	180

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto referente à Dispensa nº 06/2024 possui a seguinte dotação:

3390391600 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE BENS E IMÓVEIS.

10. FORMA DE ADJUDICAÇÃO/JULGAMENTO DO OBJETO

10.1. Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Termo de Referência, apresentar o menor preço global.

10.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
10.2.1. A redação do art. 37. da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988 estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública. Esta é a regra geral, no entanto, no inciso XXI admite exceções expressamente previstas em lei federal em que, por suas peculiaridades, a contratação direta, sem licitação, não atentaria contra os princípios constitucionais:
"CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - CRFB/1988: Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
[...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que esta- beleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."
Dentre as exceções previstas em lei federal para dispensa de licitação, destaca-se o art. 75, inciso II, combinado com os §1º e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:
"LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]. II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços e compras; [...].
§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:
I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unida- de gestora;
II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.
§ 3° As contratações de que tratam os incisos I e lI do, caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pe- lo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa."
Os valores da dispensa estabelecidos na Lei nº 14. 133, de 1 ° de abril de 2021, foram atualizados pelo Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.
Art. 2º A atualização dos valores de que trata o art. 1º será divulgada no

Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme o disposto no art. 182 da Lei nº 14.133, de 2021.
Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022. Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Considerando que o valor do somatório da despesa estimada do objeto deste termo de referência com objetos de mesma natureza já contratados será inferior ao estabelecido em lei, **faz-se adequada a dispensa de licitação.**
Justificada, portanto a adoção da modalidade **Da Dispensa de Licitação,** com funda- mentação no inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133/21.

11. DO CONTRATO

11.1. O adjudicatário deverá assinar o contrato dentro do prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.

11.2. Fica designado como local para assinatura do contrato a sede da Câmara Munici- pal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão dos Santos Junior, nº 70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-000.

11.3. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 15 (quinze) dias contados a partir da assinatura do contrato.

11.4. A prorrogação do contrato deve considerar as observações do art. 91 § 4° e art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

12. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços serão prestados na forma prevista em edital e contrato a ser celebrado tendo início imediato a partir da assinatura do contrato.

13. FORMA DE PAGAMENTO

13.1. Pela execução do objeto da presente Dispensa, a Câmara Municipal efetuará os pagamentos à contratada, mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com a fazenda Nacional, relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, estaduais e municipais e da certidão de regularidade com FGTS e trabalhista.

13.2. Os pagamentos será realizado quando os serviço estiver terminado em sua totalidade.
13.3. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos após a efetiva prestação do(s) serviço(s) e da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is); bem como o comprovante de regularidade fiscal da contratada, conforme item 14.1.

13.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro – Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.
14.2. A CONTRATANTE, através da sua FISCALIZAÇÃO, vistoriará permanentemente a execução dos serviços e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:
14.2.1. Aprovar os serviços executados.
14.2.2. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas funções, não implica solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.

14.2.3. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas.

14.2.4. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução do serviço em todos os seus termos e condições.

14.2.5. Verificada alguma irregularidade na execução do serviço, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas em lei vigente.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Prestar os serviços em total conformidade com o Termo de Referência, devendo ser entregue com as devidas especificações supracitadas nos tópicos deste Edital e do Termo de Referência.

15.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

15.3. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

15.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

15.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do objeto contratado.

15.6. Reparar, corrigir, remover, refazer e/ou reexecutar no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em que se verifiquem danos e/ou falhas em decorrência do modo em que foi realizada a prestação do(s) serviço(s), no prazo máximo de 01 (um) dia, contado da notificação que lhe for entregue oficialmente.

15.7. Colocar a disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.
15.8. O prestador de prestação dos serviços a fim de que seja cumprido com as obrigações previstas, caso necessita de trabalhadores extras, o custo ficará a cargo do PRESTADOR(A).

15.9. O prestador ficará responsável por qualquer erro na proposta apresentada, obrigando-se a entregar o objeto conforme exigido pelo CONTRATANTE no Edital e Termo de Referência.

15.10. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência e no Edital, bem como em seus anexos.

15.11. Executar o objeto da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

15.12. Durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.

15.13. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) e ou produtos conforme exigido no Termo de Referência e edital.

15.14. Será(ão) recusado(s) no todo ou em parte o(s) serviço(s) que não atenda(m) as especificações constantes no Termo de Referência e edital com seus anexos.

15.15. O(s) serviços (s) objeto desta contratação deverá(ão) ser vistoriado(s) no ato da entrega pelo(s) fiscal(is) nomeado(s).

15.16. Não havendo condições para a realização do(s) serviços(s) por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas tor - renciais que possam comprometer a qualidade do(s) serviços(s), os motivos para a não realização do(s) serviços(s) será(ão) consignado(s) pelo(s) fiscal(is) através de relatório que será parte integrante do pagamento.

15.17. Não havendo a realização(s) do serviço(s) pela empresa ou não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência e edital, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. A Câmara Municipal de Santa Amélia/PR será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.

16.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.
16.3. A Câmara Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
16.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.
16.5. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando- lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os empregados da CONTRATADA e cumprindo suas obrigações estabelecidas no contrato.

16.6. Receber e atestar a nota fiscal.

16.7. Indicar formalmente o representante da CONTRATANTE para acompanhamento da execução contratual.

16.8. Efetuar o pagamento em até 30 (dias) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissões das Certidões Negativas em dia.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c)Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.
A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua

impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 24

(vinte e quatro) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.
Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 5 (cinco) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
18.1. Poderá a Câmara Municipal revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devi- damente justificado.
18.2. A Câmara Municipal deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
18.3. A anulação do procedimento licitatório não gera direito à indenização, aplicando- se o parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.
18.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência dela, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Câmara Municipal.
18.5. São partes integrantes deste Edital todos os anexos a seguir:
18.5.1 – ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
18.5.2 – ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
18.5.3 – ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO;
18.5.4 – ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO.

Santa Amélia 07 de novembro de 2024

PATRICK DEODATI TEIXEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:FF84AC47

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO I – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
(Art. 72, inciso I – da Lei 14.133/2021)
DISPENSA Nº 06/2024

1.OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO CALÇAMENTO AO REDOR DO PRÉDIO DA CÂMARA DOS VEREADORES DE SANTA AMÉLIA/PR.
2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Cód.	Und.	Qtd.
1	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção do calçamento ao redor do prédio da Câmara dos vereadores de Santa Amélia/PR. Deverá observar o edital e as respectivas especificações, especialmente os tópicos 2, 4, 5, 15 e 17.		M2	180

3. JUSTIFICATIVA
3.1. Justifica-se a contratação considerando a necessidade de manutenção do
calçamento do prédio da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, uma vez que se encontra em estado precário.
3.1.2. Com o desgaste das calçadas da Câmara Municipal ocasionado pelo longo decurso de tempo desde a construção e também pelas intempéries da natureza vão surgindo fissuras, buracos e rachaduras. O desgaste da calçada pode ser causado por vários fatores, como a movimentação do solo, que está sujeito a variações de temperatura, pressão e umidade. Essas variações podem causar a contração ou expansão do solo, o que exerce pressão sobre as estruturas de concreto e leva à formação de trincas, entre outros problemas. Deve ser realizado o conserto para o devido acesso ao prédio por parte de servidores, vereadores e população em geral, além de se garantir espaço adequado para se estacionar o veículo oficial da Câmara Municipal.
4. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1 Os serviços serão realizados na sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, localizada na Rua Romão dos Santos Junior, nº 70 - Centro – Santa Amélia/PR. 5. REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS
5.1. Executar a completa remoção da calçada pública de acesso à Câmara Municipal, bem como calçada interna frontal, lado direto, esquerdo e fundos do prédio da Câmara Municipal de Santa Amélia/Pr; durante esta etapa quaisquer objetos que prejudiquem o trabalho também deverão ser removidos pela empresa, tais como:
muretas, árvores, arbustos, troncos de árvores cortadas, entre outros objetos.
5.1.1. Deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção contra danos aos
operários, aos transeuntes e observadas às prescrições das normas regulamentadoras.
O material a ser descartado deverá ser removido de forma cuidadosa e transportado para local conveniente para ser posteriormente recolhido e retirado.
5.1.2. Após a remoção do material, a empresa deverá escultar um novo calçamento com área de 180m² em concreto entono do prédio contendo: calçada pública, frente do prédio, lateral direita e esquerda do prédio e os fundos do prédio.
5.1.3 Deverá realizar o nivelamento para a base de grade e confecção de base para instalação de portão basculante a ser fornecido pela Câmara Municipal;
5.1.4 O serviço deverá ser concluído em até 15 dias corridos a contar da contratação;
5.2. Por fim, ao final, toda a área deve estar limpa, livre de sujeiras e entulhos provenientes dos serviços prestados. O material deverá ser removido e transportado para um lugar adequado.
5.3. Os serviços serão realizados na sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, localizada na Rua – Romão dos Santos Junior, nº 70 - Centro – Santa Amélia/PR.
5.4. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste edital e Termo de Referência.
6. CONSIDERAÇÕES GERAIS
6.1. A manutenção da calçada deverá ocorrer de forma ineterrupta, salvo quando questões climáticas, como em período de chuvas intensas, que impossibilita o uso de equipamentos e atuação de trabalhadores.
6.1.2. A Câmara Municipal irá indicar onde e de qual modo deverá ser realizado a manutenção da calçada da Câmara Municipal.
6.1.3. Os casos eventualmente omissos nestas especificações, serão resolvidos pela fiscalização a cargo da contratante.
6.2. O pagamento em razão da prestação do serviço será realizado de forma única, ao fim da prestação de serviço realizado.
6.3. Durante a prestação de serviço a contratada será responsável, por sinalizar o local, para que não tenha interupção do serviço e permitindo a prevenção de acidentes as pessoas que fazem uso da calçada. 6.4. O interessado não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.
6.5. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Câmara Municipal.
6.6. Ao apresentar a proposta de preços, o interessado declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta Dispensa de Licitação, quer direta ou indiretamente.
6.7. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do interessado, das exigências e condições estabelecidas neste Aviso e Termo de Referência.
7. PROPOSTAS COMERCIAS
7.1. As propostas poderão ser enviadas dentro do prazo e nas formas apresentadas abaixo, fazendo referência ao PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR
MENOR PREÇO Nº 06/2024.

7.1.1. De forma presencial na Sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR situada a Rua Romão dos Santos Junior, nº 70, Centro, Santa Amélia/PR, CEP: 86.370-000, o prazo para entrega da proposta é até 11/11/2024 às 17:00h.
7.1.2. De forma eletrônica através do e-mail: camara.santaamelia@hotmail.com, o prazo para envio da proposta é até 11/11/2024 às 23:00h.
7.1.3. A proposta de preço poderá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II do Edital.
7.1.4. Também será aceito modelo de proposta enviado em papel timbrado da empresa, desde que contenha as seguintes informações:
• Valor total a ser cobrado pela realização do serviço;
• Número Nacional de Pessoa Física – CPF e do Cadastro Nacional de Pessoa
Jurídica – CNPJ do proponente e Razão Social da empresa;
• Endereço, telefone, e-mail e dados bancários para pagamento;
• Nome e assinatura do representante legal da empresa;
• Validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias.
7.1.5. Os serviços devem conter as especificações correspondentes ao Termo de Referência (Anexo I deste Edital).
8. HABILITAÇÃO
Conforme Art. 62, da Lei 14.133/2024, os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante VENCEDOR.
8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA
8.1.1. Prova de registro comercial, no órgão competente, no caso de empresário individual.
8.1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI.
8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.
8.1.4. Cópia da Cédula de Identidade ou outro equivalente do(s) sócio(s) da empresa.
8.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ.
8.2.2. Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
8.2.3. Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
8.2.4. Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
8.2.4.1. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa com prazo de até 90 dias de sua emissão.
8.2.5. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS–CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.
8.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII– A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 10.452, de 1º de maio de 1943.
8.2.7. Antes de formalizar a contratação ou a prorrogação docontrato, o Setor Administrativo e o Agente de contratação deverão verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
8.2.8. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de 16 anos. (Modelo Anexo III do Edital).
8.2.7. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, disponível no endereço eletrônico: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.
8.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA
8.3.1. Comprovação de Aptidão de Desempenho Técnico, através de atestados ou certidões fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento, os produtos de natureza e vulto similares ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s) em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas.
8.3.2. Quanto aos atestados supracitados, serão aceitos aqueles que estiverem em consonância com o prazo estipulado no artigo 67,§5º da Lei Federal 14.133/21.
9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
9.1. Conforme Documento de Formalização da Demanda, o valor estimado para o objeto referente à Dispensa nº 06/2024 é de R$ 19.900,00 (dezenove mil reais) pela prestação de serviço.
10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
10.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto referente à Dispensa nº 06/2024 possui a seguinte dotação: 3390391600 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE BENS E IMÓVEIS.
11. FORMA DE ADJUDICAÇÃO/JULGAMENTO DO OBJETO
11.1. Será considerada vencedora a proposta que, atendidas as especificações contidas no Termo de Referência, apresentar o menor preço global.
11.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.
10.2.1. A redação do art. 37. da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988 estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública. Esta é a regra geral, no entanto, no inciso XXI admite exceções expressamente previstas em lei federal em que, por suas peculiaridades, a contratação direta, sem licitação, não atentaria contra os princípios constitucionais:
12. PRAZO DO CONTRATO
12.1. O adjudicatário deverá assinar o contrato dentro do prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração.
12.2. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 15 (quinze) dias contados a partir da assinatura do contrato.
12.3. A prorrogação do contrato deve considerar as observações do art. 91 § 4° e art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21
13. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
13.1. Os serviços serão prestados em 15 (quinze) dias corridos e terão início imediato a partir da assinatura do contrato.
14. FORMA DE PAGAMENTO
14.1. Pela execução do objeto da presente Dispensa, a Câmara Municipal efetuará o pagamento à contratada, mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidades relativas aos Tributos Federais, estaduais e municipais e da certidão de regularidade com o FGTS e trabalhista.
PRAZO
14.2. Os pagamentos será realizado quando os serviço estiver terminado em sua totalidade..
14.3. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos após a efetiva prestação do(s) serviço(s) e da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is); bem como o comprovante de regularidade fiscal da contratada, conforme item 14.1.
14.4. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.

Santa Amélia, 07 de novembro de 2024.

PATRICK DEODATI TEIXEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:A894C968

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO II – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2024

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

DISPENSA Nº 06/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO CALÇAMENTO AO REDOR DO PRÉDIO DA CÂMARA DOS VEREADORES DE SANTA AMÉLIA/PR.

DADOS DO PROPONENTE	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
CIDADE E CEP:	

TELEFONE:					
E-MAIL:					
BANCO:		AG.:		CONTA:	

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção do calçamento ao redor do prédio da câmara dos vereadores de santa amélia/pr. Deverá observar o edital e as respectivas especificações, especialmente os tópicos 2, 4, 5, 15 e 17.	M2	180		

Essa proposta tem validade de 180 dias nos termos do In 73/2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão. O responsável pela elaboração da proposta declara ciência das condições das especificações dos serviços.

……	Carimbo com CNPJ
Assinatura	
Representante Legal do Proponente	
Local: ……	
Data: ……	

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:86A86550

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05-2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2024

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA,** localizada a Rua Romão dos Santos Junior, 70, Centro, Santa Amélia/PR, torna público para conhecimento dos interessados que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento MENOR PREÇO TOTAL, nos termos do Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir.

Solicitante: Presidência da Câmara Municipal de Santa Amélia.

DATA INICIAL PARA ENVIO DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	07/11/2024
DATA INICIAL PARA ENVIO DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	11/11/2024
DATA DE JULGAMENTO E LOCAL	CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, RUA ROMÃO DOS SANTOS JUNIOR, Nº 70, CENTRO, SANTA AMÉLIA/PR.
HORÁRIO DE REFERÊNCIA	BRASÍLIA/DF
ENDEREÇO PARA ENVIO PRESENCIAL	RUA ROMÃO DOS SANTOS JUNIOR, Nº 70, CENTRO, SANTA AMÉLIA/PR.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO	camara.santaamelia@hotmail.com

1. DO OBJETO
1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPARO DA CALÇADA E ENTRADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR.
1.2. As quantidades relacionadas no ANEXO I deste Edital serão consideradas para fins de contratação.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato onerarão as seguintes dotações orçamentárias para o exercício de 2024.
33.90.30.24.00 – Material para manutenção de bens imóveis.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3.1. Permitir-se-á a participação neste certame, apenas de pessoas jurídicas, que comprovem por meio de documentos de registros ou autorizações legais a exploração do ramo de atividade compatível com o objeto, bem como as que atendam as exigências do edital e seus anexos.
4 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

4.1. Habilitação Jurídica
4.1.1. Ato Constitutivo, sendo:
4.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual; ou;
4.1.3. Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
4.1.4. Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício, ou
4.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
4.1.6 Documento de identificação e CPF dos proprietários descritos no Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado.

4.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista;
4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
4.2.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, que deverá ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos, ou outra equivalente, na forma da lei;
4.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, que deverá ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos, ou outra equivalente, na forma da lei;
4.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, que deverá ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos, ou outra equivalente, na forma da lei;
4.2.6. Prova de regularidade relativa a Seguridade Social – INSS;
4.2.7. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
4.2.9. Prova de Regularidade com a Procuradoria Geral do Estado (Certidão da PGE) do respectivo domicílio tributário.

4.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista;
4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
4.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
4.3.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, que deverá ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos, ou outra equivalente, na forma da lei;
4.3.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, que deverá ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos, ou outra equivalente, na forma da lei;
4.3.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, que deverá ser comprovada através de Certidão Negativa de Débitos, ou outra equivalente, na forma da lei;
4.3.6. Prova de regularidade relativa a Seguridade Social – INSS;
4.3.7. Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
4.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
4.3.9. Prova de Regularidade com a Procuradoria Geral do Estado (Certidão da PGE) do respectivo domicílio tributário.

Nota: Em caso de as certidões serem unificadas esta informação terá que estar explicita no documento ou o licitante deverá através de outro documento idôneo demonstrar que a certidão é de fato unificada.

4.4. Qualificação Técnica

4.4.1. A Comprovação de aptidão técnica ocorrerá mediante apresentação de no mínimo, 01 (um) atestado (s) da prestação dos serviços executados pela empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou Privado indicando a execução anterior dos serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

4.5. DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS COMPLEMENTAR: Deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

4.5.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação. (Modelo do Anexo IV)

4.5.2. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. (Modelo do Anexo V)
4.5.3. Declaração de não utilização de mão de obra infantil, e situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. (Modelo do Anexo VI)
4.5.4. Declaração de responsabilidade, em que a empresa se compromete a fazer as entregas no prazo solicitado. (Modelo do Anexo VII)

4.5.5. A Comprovação de aptidão técnica ocorrerá mediante apresentação de no mínimo, 01 (um) atestado (s) da prestação dos serviços executados pela empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou Privado indicando a execução anterior dos serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

4.6. DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS COMPLEMENTAR: Deverão ser apresentadas as seguintes declarações:
4.6.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação. (Modelo do Anexo IV)
4.6.2. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. (Modelo do Anexo V)
4.6.3. Declaração de não utilização de mão de obra infantil, e situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. (Modelo do Anexo VI)
4.6.4. Declaração de responsabilidade, em que a empresa se compromete a fazer as entregas no prazo solicitado. (Modelo do Anexo VII)

4.7. Proposta de Preço/Cotação:

4.7.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
4.7.2. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado no Termo de Referência.

4.7.3. A Comprovação de aptidão técnica ocorrerá mediante apresentação de no mínimo, 01 (um) atestado (s) da prestação dos serviços executados pela empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou Privado indicando a execução anterior dos serviços compatíveis com o objeto desta contratação.

4.8. DECLARAÇÕES E DOCUMENTOS COMPLEMENTAR: Deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

4.8.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação. (Modelo do Anexo IV)
4.8.2. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. (Modelo do Anexo V)
4.8.3. Declaração de não utilização de mão de obra infantil, e situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. (Modelo do Anexo VI)
4.8.4. Declaração de responsabilidade, em que a empresa se compromete a fazer as entregas no prazo solicitado. (Modelo do Anexo VII)
4.8.5.
4.9. Proposta de Preço/Cotação:

4.9.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
4.9.2. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado no Termo de Referência.

5 – DO PAGAMENTO
5.1. O pagamento será efetuado pelo(a) contratante em até 10 (dez) dias, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.
5.2. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo Sistema SIMPLES, se for o caso.
5.3. É obrigação da contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.
5.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.
5.5. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos serviços, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.
5.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
6. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATAÇÃO
6.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrentes deste edital caberão a cargo da servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro - Contador Legislativo, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização do contratto a ser celebrado com a Câmara Municipal.
6.2. Fica reservado a fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular omisso ou duvidoso e não previsto neste edital, bem como tudo o que mais se relacione com objeto licitado, desde que não acarrete ônus para Câmara Municipal ou modificação na contratação.
6.3. Questionamento sobre decisão relacionada à atuação do fiscal deverá ser solicitada formalmente por escrito pelo fornecedor contratado a autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal em até no máximo 03 (três) dias corridos a contar da decisão para a adoção de medidas convenientes por parte da administração.
7 – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. São obrigações do fornecedor registrado:

7.1.1. Assinar o contrato em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
7.1.2. Manter, durante a vigência do contrato as condições de habilitação exigidas no processo;
7.1.3. Comunicar a Câmara Municipal qualquer problema ocorrido na execução do objeto docontrato;
7.1.4. Não subcontratar o objeto da presente licitação;
7.1.5. A adjudicatária responderá, solidariamente, pelos atos praticados pela firma subcontratada, relacionados com o objeto deste edital em caso de subcontratação;
7.1.6. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados na Lei Federal nº. 14.133/2021;
7.1.7. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do contratante:
8.1.1. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de todas as ocorrências atípicas registradas durante a execução do objeto;

8.1.3. Aplicar à CONTRATADA, quando necessário, as sanções legais cabíveis, garantindo-lhe a ampla defesa;

8.1.4. Assegurar – se do fiel cumprimento das condições estabelecidas no contrato;
8.1.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo Fornecedor contratado;
8.1.6. A fiscalização exercida pela Câmara Municipal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor pela completa e perfeita execução do contrato.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1. A presente dispensa de licitação poderá ser revogada, por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou provocação de terceiros, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos.
9.2 - Para agilização dos trabalhos, os proponentes farão constar em sua documentação o endereço e os números de telefone e e-mail.
9.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirantes/PR, para dirimir quaisquer litígios oriundos do Edital, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

10. INTEGRAM ESTE EDITAL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL
ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE, EM QUE A EMPRESA SE COMPROMETE A FAZER AS ENTREGAS NO PRAZO

Santa Amélia, 06 de novembro de 2024.

PATRICK DEODATI TEIXEIRA
Agente De Contratação

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:F5FAB593

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO II - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2024

ANEXO II

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

DISPENSA Nº 05/2024
COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

Empresa:_____CNPJ:_____Optante pelo Simples? SIM ( ) NÃO ( )
Enquadrado conforme Lei Complementar 123/2006: ( ) MEI ( ) ME ( ) EPP
Endereço:_____Telefone:_____e- mail:
Conta:_____Agência:_____Banco: _____Nome completo do responsável legal da empresa: CPF: _____RG:_____Celular:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPARO DA CALÇADA E ENTRADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR.

IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1.	UN	35	MALHA POP		
2.	UN	85	CIMENTO 50 KG		
3.	UN	10	CAL HIDRATADA		
4.	PC	02	PREGO 17X27		
5.	KG	03	ARAME RECOZIDO TORCIDO		
6.	UN	12	TABUA 30 CM		
7.	UN	06	TABUA 15 CM		
8.	UN	06	BARRA DE FERRO 5/16		
9.	UN	05	BARRA DE FERRO 3/8		
10.	UN	07	BARRA DE FERRO 4.2		
11.	MT	10	AREIA GROSSA		
12.	MT	09	PEDRA BRITA		
13.	MT	02	AREIA MÉDIA		
14.	UN	300	TIJOLO 6 FUROS		
15.	UN	02	TUBO ESGOTO		
16.	UN	01	CAIXA SIF.		
VALOR TOTAL ESTIMADO:				**R$**	

Declaramos que estamos de acordo com termos e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, impostos, obrigações entre outros. Declaramos que atendermos todas exigências técnicas mínimas, inclusive de garantia, prazos de entrega e quantidades.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Local e data:_, de de 2024.

CNPJ:
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:5C4D8D52

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO N° XX/2024-
DISPENSA Nº 06/2024

PROCESSO Nº 13/2024
DISPENSA Nº 06/2024
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR
CONTRATADA: xxxxxxx

Aos.....dias do mês de ..... do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), nesta cidade de Santa Amélia/PR, as partes de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA, pessoa jurídica de direito público interno, sediado na Rua Romão dos Santos Junior, Nº 70, Centro, cadastrado junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 80.926.934/0001-98 neste ato representado pelo Presidente da Câmara inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº ....., portador da Cédula de Identidade RG n.º ....., em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada na ....., no Município de ....., Estado de ....., cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado pelo Sr. ....., portador da Cédula de Identidade RG nº ....., inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº ....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato, em face do resultado da Dispensa de Licitação nº XX, que se regerá pela Lei nº 14.133/21, bem como o Edital referido, a proposta da CONTRATADA, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção do calçamento ao redor do prédio da Câmara dos vereadores de Santa Amélia/PR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto referente à Dispensa nº 06/2024 possui a seguinte dotação:

3390391600 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE BENS E IMÓVEIS.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

3.1. O adjudicatário deverá assinar o Contrato dentro do prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Câmara Municipal.

3.1.2. Fica designado como local para assinatura do Contrato a sede da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, situada na Rua Romão Santos Junior, Nº 70, Centro, na cidade de Santa Amélia/PR, CEP 86.370-000.

3.2. O prazo da prestação dos serviços contratados terá duração de 15 (quinze) dias contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser este prazo prorrogado a critério da Câmara Municipal e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105 e art 106 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor deste Contrato é de R$..... conforme especificações do Termo de Referência e Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A Câmara Municipal efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente atestada, salvo se houver alguma pendência em relação às certidões negativas, caso em que o prazo poderá ser acrescido até que aja a regularização das mesmas.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela licitante vencedora.

6.2. O (s) preço (s) ofertado (s) deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A Câmara Municipal será responsável pelo processo com base nas disposições da Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.

7.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato.

7.3. A Câmara Municipal se obriga a efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

7.4. Prestará todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto da presente contratação.

7.5. Facilitará por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhes acesso às suas instalações, promovendo o bom entendimento entre seus servidores e os empregados da CONTRATADA a fim de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato, devendo a CONTRATADA manter sigilo das informações a que tiver acesso em razão da prestação do servço nos termos da lei.

7.6. Receber e atestar a nota fiscal.

7.7. Indicar formalmente o representante da CONTRATANTE para acompanhamento da execução contratual.

7.8. Efetuar o pagamento em até 30 (dias) corridos da data do recebimento da nota fiscal devidamente emitida, com as emissões das Certidões Negativas em dia.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO(A)CONTRATADO(A)

8.1. Prestar os serviços em total conformidade com o Termo de Referência e Edital, devendo ser entregue com as devidas especificações supracitadas.

8.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

8.3. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no contrato e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

8.4. Arcar com todas as despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias ao cumprimento do objeto e todos os tributos incidentes sobre o objeto da contratação, em especial as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei.

8.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo do objeto contratado.

8.6. Reparar, corrigir, remover, refazer e/ou reexecutar no todo ou em parte, o(s) serviço(s) em que se verifiquem danos e/ou falhas em decorrência do modo em que foi realizada a prestação do(s) serviço(s), no prazo máximo de 01 (um) dia corrido, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

8.7. Colocar a disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade da prestação dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

8.8. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a entregar o objeto conforme exigido pelo CONTRATANTE no Edital e Termo de Referência.

8.9. Paralisar, por determinação da Câmara Municipal, a realização do objeto que não esteja de acordo com as exigências contidas no Termo de Referência/Edital e seus anexos.

8.10. Executar o objeto da contratação responsabilizando-se pela perfeição técnica e qualidade do objeto entregue, substituindo aquele que apresentar qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequar às especificações constantes no Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

8.11. Durante a execução do serviço, a CONTRATADA deverá prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.

8.12. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar o(s) serviço(s) e ou produtos conforme exigido no Termo de Referência.

8.13. Não ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações previstas no Termo de Referência, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE;

8.14. Será(ão) recusado(s) no todo ou em parte o(s) serviço(s) que não atenda(m) as especificações constantes no Termo de Referência.

8.15. Não havendo condições para a realização do(s) serviços(s) por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade do(s) serviços(s), os motivos para a não realização do(s) serviços(s) será(ão) consignado(s) pelo(s) fiscal(is) através de relatório que será parte integrante do pagamento.

8.16. Não havendo a realização(s) do serviços(s) pela empresa e/ou o não atendimento das exigências especificadas no Termo de Referência e em edital, acarretará a aplicação de sanções à contratada, de acordo com o estabelecido.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.
A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por parte da CONTRATADA, em até 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.
Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. Constituirão motivos para extinção do Contrato, independente de procedimento judicial, as situações previstas no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescidos:

10.1.1. Reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da Contratada no cumprimento satisfatório do Contrato;

10.1.2. Quaisquer das situações previstas na Cláusula de Sanções deste Contrato;

10.1.3. Quando ocorrerem razões de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO

11.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, as disposições de direito administrativo e os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS

13.1. Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente Contrato correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DIREITO DAS PARTES

14.1. Os direitos das partes contraentes encontram-se inseridos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Lei nº 8.078 - Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A servidora Taís Fernanda Garbuyo de Castro– Contadora Legislativa ficará designada, para acompanhar a execução do contrato e atuar na fiscalização do contrato a ser celebrado com esta Câmara Municipal.

15.2. A CONTRATANTE, através da sua FISCALIZAÇÃO, vistoriará permanentemente a execução dos serviços e poderá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:

15.2.1. Ordenar a substituição de materiais e equipamentos que, a seu critério, sejam considerados defeituosos, inadequados ou inservíveis para a execução dos serviços.

15.2.2. Aprovar os serviços executados e realizar as respectivas medições.

15.2.3. A presença da FISCALIZAÇÃO durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas funções, não implica solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços.

15.2.4. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas ora estipuladas.

15.2.5. Requisitar informações e esclarecimentos, sempre que julgar conveniente, assim como verificar a perfeita execução do serviço em todos os seus termos e condições.

15.2.6. Verificada alguma irregularidade na execução do serviço, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas em lei vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO
16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bandeirantes/PR, como competente para diri mir quaisquer questões oriundas do presente Contrato;

16.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Santa Amélia/PR, ... de ..... de 2024.

Publicado por:
Eduardo Carlos de Oliveira
Código Identificador:2CBC326F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N° 25/2024

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo dispensa Nº 25/2024
Processo: 96/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTES
Valor estimado: 20.300,00 (Vinte Mil e Trezentos Reais>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 18/11/2024
Período de abertura e julgamento das propostas: 18/11/2024 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 18/11/2024
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
O edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada no local supramencionado, e também junto ao Setor de licitações, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min na sede da Prefeitura Municipal de Santa Amélia, à rua Alcides Prudente Pavan, 130, Santa Amélia-PR , ou ainda no portal da transparência do município de Santa Amélia http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes.
DOTAÇÕES: 03.001.04.122.0003.2003 3.3.90.39.99.99 0

Santa Amélia-PR.,06/11/2024

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:C79A5EB4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA.

Em atendimento a decisão exarada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná em conformidade com as exigências legais e regulamentares, conforme o princípio da autotutela, nos termos das súmulas nº 346 e 437 do Superior Tribunal de Justiça e no art. 71, inciso III da Lei 14.133/2021, **ANULA-SE** o referido pregão.

Santa Amélia-PR.,04 de novembro de 2024

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:679CE7A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 81/2024

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 81/2024

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa EMPORIO COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ: 51.817.454/0001-90, no Pregão nº 27/2024
OBJETO:REGISTRAR O PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GENEROS ALIMENTÍCIOS
VALOR REGISTRADO: 15.094,60 (Quinze Mil e Noventa e Quatro Reais e Sessenta Centavos)
DATA DO REGISTRO:05/11/2024
VALIDADE: 04/11/2025

REGISTRAR O PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GENEROS ALIMENTÍCIOS

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:BB0948AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 84/2024

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 84/2024

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE registrar os preços para futuras e eventuais aquisições dos itens vencidos pela empresa SUCOS FLORAI LTDA, CNPJ: 21.829.344/0001-88, no Pregão nº 27/2024
OBJETO:REGISTRAR O PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GENEROS ALIMENTÍCIOS
VALOR REGISTRADO: 14.575,00 (Quatorze Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais)
DATA DO REGISTRO:05/11/2024
VALIDADE: 04/11/2025

REGISTRAR O PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GENEROS ALIMENTÍCIOS

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:245B2C10

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 805/2024

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder a pedido, a conversão de 10 (dez) dias das férias do (a) servidor (a) público (a) municipal **Geovana dos Santos Coelho**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Auxiliar Administrativa II**, correspondentes ao período aquisitivo de 2023/2024. em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 1108/2005; concedidas por meio da **Portaria 801/2024.**
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 7 de novembro de 2024.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emerson Antonio de Andrade
Código Identificador:C2A67804

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 808/2024

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder a partir do dia 11 de novembro de 2024, 3 dias de férias ao (a) servidor (a) público (a) municipal **Maria das Dores Santos**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Auxiliar Administrativa I**, correspondentes ao período aquisitivo de 2022/2023.
Art. 2º. O servidor público deverá retornar as atividades normais no dia 14 de novembro de 2024.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 7 de novembro de 2024.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emerson Antonio de Andrade
Código Identificador:49BE558D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 144/2024

Dispõe sobre os critérios para a remoção dos profissionais do magistério do ensino fundamental.

O Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, (Art. 74 da Lei 1.297 de 13 de junho de 2011)

DECRETA

Art. 1º O processo de remoção é a movimentação dos profissionais do magistério de uma para outra instituição educacional na rede municipal de ensino, sem que se modifique sua situação funcional.
Art. 2º O processo de remoção pode ser feito:
I - de ofício;
II - a pedido;
III - por permuta.
§ 1º Entende-se por remoção de ofício aquela destinada a atender as necessidades do serviço público, inclusive nos casos de reorganização da estrutura interna da Secretaria Municipal de Educação e/ou da rede municipal de ensino.
§ 2º Entende-se por remoção a pedido, aquela destinada a atender os interesses dos profissionais do magistério e será realizada com vista ao preenchimento de vagas existentes nas instituições educacionais.
§ 3º Entende-se por remoção por permuta, aquela que visa atender prioritariamente interesses dos profissionais do magistério e realizar-se-á no início do período letivo, por ato do Dirigente da Educação de Municipal entre os membros do magistério ocupantes de cargos da mesma natureza.
Art. 3º O concurso de remoção a pedido é aberto a todos os profissionais do magistério integrantes de cargo de provimento efetivo na rede municipal de ensino no serviço público municipal.
Parágrafo único. É vedada a participação no concurso de remoção, os profissionais:
I - que tiverem faltado ao trabalho por três ou mais períodos de licença médica de até quinze dias cada um, nos últimos doze meses;
II - que estiverem licenciados para tratar de assuntos de interesse particular, salvo se interromper a licença.
Art. 4º Nos casos de remoção a pedido, a Secretaria Municipal de Educação instituirá a convocação de candidatos classificados de acordo com os critérios estabelecidos no art. 9º.
Art. 5º A remoção por permuta deverá ser precedida de requerimento de ambos os interessados, dirigido ao Dirigente da Educação Municipal.
Art. 6º A decisão sobre a concessão de remoção, a pedido ou por permuta, de uma instituição educacional para outra ou para órgão da educação municipal, atenderá prioritariamente aos interesses do ensino e da educação municipal, observando o princípio da equidade.
Art. 7º O processo de remoção acontecerá anualmente entre os profissionais interessados em mudar sua sede de exercício.
§ 1º Os pedidos de remoção serão feitos nos meses de novembro e dezembro, com data a ser definida pela secretaria municipal de educação.
§ 2º A remoção somente poderá ser feita para instituição educacional com existência de vagas.
§ 3º A remoção por permuta independe de existência de vagas no local de exercício do profissional do magistério.
§ 4º O pedido de remoção dos profissionais do magistério dar-se-á para cada jornada de trabalho do respectivo cargo.
Art. 8º O processo de remoção a pedido deverá sempre preceder o de ingresso para o provimento dos cargos de carreira do magistério.
Art. 9º A concessão de remoção a pedido, quando houver mais de um profissional interessado, dar-se-á observando-se os seguintes critérios:
I - maior tempo de efetivo exercício em funções de magistério na rede municipal de ensino, contados a partir da data da nomeação no cargo;
II - maior habilitação ou titulação;
III - maior idade.
Parágrafo único. Persistindo o empate, adotar-se-á o critério de sorteio para desempate dos interessados.
Art. 10. Compete ao Dirigente da Educação Municipal publicar o resultado dos pedidos de remoção.
Art. 11. O Departamento de Recursos Humanos providenciará a emissão da ficha funcional do profissional do magistério, com os dados de tempo de serviço em função de docência e/ou de suporte pedagógico à docência, habilitação ou titulação e data de nascimento.
Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 13. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto Nº 58 de 4 de dezembro de 2017.

Santa Amélia, 07 de novembro de 2024.

ANTÔNIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emerson Antonio de Andrade
Código Identificador:18CEFA39

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2023

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2023
BASE LEGAL – ART. 24 II DA LEI 8.666/93

CONTRATANTE:	SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
CONTRATADA:	FERNANDES & FERNANDES COM. DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de valor do Contrato nº 003/2023 de 22/06/2023.
VALOR:	Fica acrescido o valor de R$ 2.227,20 (Dois mil, duzentos e vinte e sete reais e vinte centavos) no contrato original, passando de R$ 15.360,00 (quinze mil, trezentos e sessenta reais) para R$ 17.587,20 (dezessete mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) o valor total do contrato.
FUNDAMENTO:	A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no § 1º do Art. 65 da Lei 8666/93 da Lei nº. 8.666/93.
RATIFICAÇÃO:	Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato original e seus aditivos.
DATA:	31/10/2024

DANIEL CARDOSO DOS SANTOS
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:B1BB4B6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CAMARÁ MUNICIPAL
EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR
MODALIDADE: DISPENSA Nº 04/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2024
TIPO: Menor Preço *por LOTE.*
OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR.
MENOR VALOR: R$ 2.765,87 (dois mil setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos)
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/11/2024 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/11/2024 às 17h00min
INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS DIAS)
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: Compras@cmscmc.pr.gov.br
Link do Edital: *santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/3/licitações*
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, no endereço no link "**aviso de licitações/editais/licitação**".

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, sito à Avenida Paulo Libânio, n° 700, centro, neste município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, ou através do e-mail compras@cmscmc.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3452-1150, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 07 de Novembro de 2024.

PAULO ROBERTO JOAQUIM DE SOUZA
Departamento de Licitações

Publicado por:
Luciana Regina Botter Vizini
Código Identificador:F975D6BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2024

O Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, torna público a todos os interessados, que será realizado em **Dia 28 de novembro de 2024 às 08h30min,** abertura da sessão pública, referente ao Edital **Pregão Eletrônico nº 037/2024**.

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO PARQUE ACESSÍVEL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.

Valor Estimado: **R$ 23.300,12 (vinte e três mil, trezentos reais e doze centavos).**

O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Licitação desta Prefeitura Municipal, no Portal da Transparência do Município https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/ e no site https://www.bll.org.br.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 07 de novembro de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

SABRINA HERMÍNIO
Pregoeiro

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:A78B8790

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 2.566, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.566, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Constitui o Comitê de Microplanejamento para Acompanhamento das Ações das Atividades de Vacinação de Alta Qualidade (AVAQ) do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, designa seus membros e dá outras providências.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I, do artigo 48, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a adoção dos Processos de Atividades de Vacinação de Alta Qualidade (AVAQ) e de Microplanejamento (MP) no Programa de Rotina, Vacinação de Intensificação e Campanhas, no âmbito dos estados partes da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS),

Considerando a edição da Nota Técnica nº 1/2023-CIMVAC/CGESCO/DESCO/SAPS/MS, da Coordenação de Apoio a Imunização e Monitoramento das Coberturas Vacinais na Atenção Primária, do Ministério da Saúde,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído o Comitê de Microplanejamento para Acompanhamento das Ações das Atividades de Vacinação de Alta Qualidade (AVAQ) do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, para o qual ficam designados os seguintes membros, sob a Presidência da primeira:

(a)**Função: Técnica, de execução e supervisão**:
a.Sra. Tatiana Dionísio da Rocha (Coren nº: 156.049/PR),
(b)Função: Vacinação segura e gestão do risco:
a.Sra. Maísa Caroline Fernandes Vasconcelos (Coren nº: 239.303/PR),
(c)Função: Gestão administrativa, financeira e orçamentaria:
a.Sra. Fabrícia Elayne Ruiz (Coren nº: 637.183/PR),
(d)Função: Apoio técnico:
a.Sra. Adriana de Paiva Zanata (Cress nº: 5.251/PR),
b.Sr. Ezídio Biasi Rede,
c.Sra. Marina Bertaglia Vieira Antunes,
d.Sr. Rodrigo Martins Müssnich (CRA nº: 03-1.250/PR),
(e)Função: Comunicação e mobilização social:
a.Sra. Fátima Valério Felix,
b.Sra. Laureci Cândido da Silva.

Art. 2º - O mandato será exercido pelo período de dois anos, contados da publicação do presente Decreto.

Art. 3º - A Presidência será exercida de forma livre e desimpedida e exercerá, quando necessário, o voto de qualidade.

Art. 4º - A participação no Comitê de Microplanejamento para Acompanhamento das Ações das Atividades de Vacinação de Alta Qualidade (AVAQ) do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR não será remunerada, considerando-se a mesma como ato de alta relevância e interesse público.

Art. 5º - As despesas originadas da execução das atividades do Comitê de Microplanejamento para Acompanhamento das Ações das Atividades de Vacinação de Alta Qualidade (AVAQ) do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR correrão as expensas do Tesouro Municipal, nas dotações que a Secretaria Municipal de Administração considerar a ela pertinentes.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas e quaisquer disposições em contrário.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 07 de novembro de 2024.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:C40AB30F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 045/2024 CONVOCAÇÃO

EDITAL N.º 045/2024

CONVOCAÇÃO

Processo de Admissão de Pessoal
Concurso Público – Edital n. º 001/2023.

Francisco Antônio Boni, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando o Edital n.º 001/2023, datado de 18/07/2023, o qual divulgou o Resultado Final do Concurso Público, aberto pelo Edital n.º 28/2023, datado de 02/01/2024, objetivando admissão de pessoal para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade para o Cargo de provimento efetivo de Professor, devidamente homologado pelo Edital n.º 29, no Diário Oficial do Município, Edição n° 2931, na data de 03/01/2024;

RESOLVE

1. Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovada no Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2023, datado de 18/07/2023, cujo resultado final deu-se pelo Edital n.º 28/2023, datado de 02/01/2024, devidamente homologado pelo Edital n° 29, no Diário Oficial do Município, Edição n° 2931, na data de 03/01/2024.

Auxiliar de Serviços Gerais - para Sede

Candidato	INSCRIÇÃO	D/N	Classificação
Berenice Pereira de Moura Silva	0933	27/05/1980	**14°**

2. O candidato em epígrafe deverá comparecer, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, impreterivelmente contados a partir da eficácia do presente instrumento, **munido dos documentos do Anexo I e da Ficha de Informações Complementares Anexo II**, na sede da Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Divisão de Pessoal, sito à Avenida Paulo Libânio, 700 – Centro, para fins de cumprimento do processo admissional junto à esta municipalidade ou, se do eventual desinteresse por parte do mesmo, para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público supracitado.
3. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, implicará em renúncia tácita do direito de assumir o cargo, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a convocar o candidato subsequente obedecendo a ordem de classificação final homologada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, aos 07 dias do mês de novembro do ano de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO

a) Carteira de Identidade;
b) CPF;
c) PIS/PASEP - comprovante de cadastramento;
d) Certidão de casamento ou nascimento;
e) Comprovante de residência;
f) Título de eleitor e documento apto a comprovar que o candidato encontra no gozo dos direitos políticos;
g) Documento comprobatório de que o candidato está em dia com as obrigações do serviço militar (certificado de reservista ou CDI), (candidatos do sexo masculino)
h) Comprovação documental do grau de instrução exigido por este edital;
i) Exame toxicológico e certidão de antecedentes criminais com validade expedidos até 30 dias antes da posse.
j) Aos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, auxiliar de Serviços gerais Feminino, vigilante, será exigido exame de raio-x panorâmico da coluna sacra, bacia ombros e ultrassom dos ombros.
k) Exame médico admissional que será realizado por empresa contratada pelo Município de Santa Cruz do Monte Castelo-PR especialmente para este fim, necessitando de encaminhamento pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na forma prevista nos Decretos n. 4811/2016 e 5.821/2022
l) Formulário de inclusão de dados;
m) Declaração de Bens;
n) Declaração de inacumulabilidade;
o) Declaração de ausência de parentesco.
p) Comprovante de qualificação cadastral para o e-Social emitida no portal
q) http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml r) Carteira de trabalho;
s) Certidão de nascimento e CPF dos filhos dependentes.
t) 01(uma) foto 3x4
u) Apresentação de abertura de conta-salário junto à instituição bancaria conveniada com o Município de Santa Cruz do Monte Castelo-PR.

-A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Concurso Público.
-Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.
-O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público

ANEXO II

FICHA DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AUTODECLARATORIAS (eSocial)

Eu, _____

Abaixo assinado, de nacionalidade _____, natural de _____

_____, nascido em ___/___/_____, estado civil_____

Cor da pele		Cor do cabelo		Cor dos olhos	
1	Branca	1	Castanho	1	Castanho

2	Preta	2	Castanho claro	2	Castanho claro
3	Parda	3	Loiro	3	Azul
4	Amarela	4	Ruivo	4	Verde
5	Indígena	5	Preto	5	Preto

Possui alguma deficiência?
Sim ( )

Qual? _____

Não ( )

Celular ( )-_____

Email _____

Asseguro que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras, pelas quais assumo integral responsabilidade.

Nome do declarante _____

Assinatura do declarante _____

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:1FC35456

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 - EDITAL Nº 010/2024

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 - EDITAL Nº 010/2024

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS

O representante legal do Poder Executivo de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, no exercício de suas atribuições, torna público o presente edital para divulgar o que segue:
1. Resultado definitivo da prova prática: Após a análise dos recursos interpostos, divulga-se o resultado definitivo da prova prática, conforme o Anexo I deste edital.
2. Resultado definitivo da prova de aptidão física: Após a análise do recurso interposto, ratifica-se o resultado preliminar da prova de aptidão física divulgado pelo Edital nº 009/2024, o qual passa a constar como resultado definitivo da prova de aptidão física.
3. O recorrente poderá consultar o parecer do seu recurso diretamente na área do candidato, no site www.objetivas.com.br. O parecer também se encontra disponível na Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, para consulta pública.
4. Homologação final: depois de processados todos os resultados e empates conforme os critérios estipulados pelo Edital de Abertura das Inscrições, o que torna desnecessária a realização de sorteio de desempate (último critério de desempate previsto pelo Edital de Abertura das Inscrições), DIVULGA-SE a classificação final do Concurso Público nº 001/2024, conforme os Anexos II e III deste edital, e, em decorrência, a homologação final do referido certame para os cargos contemplados nos respectivos anexos.
4.1. NÃO há homologação final para os cargos de Auxiliar de Contabilidade II e Mãe Social – Educador Social, em virtude da ausência de aprovados na prova objetiva, conforme Edital nº 006/2024.
4.2. A partir deste momento, a publicidade oficial referente a este Concurso Público dar-se-á exclusivamente através dos meios elencados no item 8.5 do Edital de Abertura das Inscrições. Acompanhar a publicidade oficial até o término do prazo de validade do certame e manter atualizados os seus dados junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, conforme o procedimento estabelecido no item 8.6 do Edital de Abertura das Inscrições, são responsabilidades exclusivas do candidato, sob o risco de perder o prazo para posse.

Registre-se e publique-se.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 08 de novembro de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:23515D59

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

EXTRATO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR
MODALIDADE: DISPENSA Nº 026/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2024
TIPO: Menor Preço Global
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E TURISMO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.
VALOR REFERÊNCIA: R$ 25.313,12 (vinte e cinco mil, trezentos e treze reais e doze centavos).
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2024
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/11/2024 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 13/11/2024 às 17h00min
INTERVALO MÍNIMO: 3 (TRÊS DIAS)
SESSÃO DE JULGAMENTO: 14/11/2024 às 13h30.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
propostalicitacao@scmc.pr.gov.br
LINK DO EDITAL: *https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes*
HORÁRIO DE REFERÊNCIA: Horário de Brasília/DF.

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS: O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, no endereço *https://santacruzdemontecastelo.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes*

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, sito à Avenida Paulo Libânio, n° 700, centro, neste município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, ou através do e-mail licitacao@scmc.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3452-1155, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 07 de novembro de 2024.

FRANCISCO ANTÔNIO BONI
Prefeito Municipal

SABRINA HERMÍNIO
Agente de Contratação

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:6C1D3AF9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 09/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2024

OBJETO: Contratação de serviços da especialidade médica de Psiquiatria, a serem realizados com intuito de avaliação médica pericial, à servidora efetiva segurada do Instituto de Previdência do Município de Santa Izabel do Oeste/PR - IPRESIO, para fins de concessão de Aposentadoria por Incapacidade Permanente ao Trabalho, com emissão de Laudo Pericial Conclusivo. Fundamentação legal: art. 40, § 1º, I da C.F. c/c art. 3º, I da Lei Municipal nº 2.349/2020; art. 34 da Lei Municipal nº 1.778/2015; e Anexo III da Instrução Normativa nº 98/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR), para um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios.

EMPRESA VENCEDORA:
JOAO ARTUR BORGES WINKELMANN E CIA LTDA
CNPJ: 11.730.403/0001-02
R. GUAIBA, 475, CENTRO
AMPÉRE/PR
CEP: 85.650-000

ITEM	QTD	UND.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT R$	R$ TOTAL
1	01	Serv.	Serviços médicos de avalição pericial da especialidade Psiquiatra com emissão de laudo conclusivo.	1.000,00	1.000,00

VALOR TOTAL: R$ 1.000,00 (mil reais).

Homologo a presente dispensa de licitação, nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Santa Izabel do Oeste/PR, 06 de novembro de 2024.

JOSÉ PAULO DELLA JUSTINA
Diretor-Presidente do Ipresio

Publicado por:
Alexandre Luiz Baioto Forte
Código Identificador:511FCB57

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 9/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2024
PARTES: Instituto de Previdência de Santa Izabel do Oeste e **JOAO ARTUR BORGES WINKELMANN E CIA LTDA**
OBJETO: Contratação de serviços da especialidade médica de Psiquiatria, a serem realizados com intuito de avaliação médica pericial, à servidora efetiva segurada do Instituto de Previdência do Município de Santa Izabel do Oeste/PR - IPRESIO, para fins de concessão de Aposentadoria por Incapacidade Permanente ao Trabalho, com emissão de Laudo Pericial Conclusivo. Fundamentação legal: art. 40, § 1º, I da C.F. c/c art. 3º, I da Lei Municipal nº 2.349/2020; art. 34 da Lei Municipal nº 1.778/2015; e Anexo III da Instrução Normativa nº 98/2014 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCEPR), para um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios
VIGÊNCIA:06/11/2025.
VALOR TOTAL:R$ 1.000,00 (um mil reais).
DATA:06/11/2024

Publicado por:
Alexandre Luiz Baioto Forte
Código Identificador:3FC8CE48

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO P.E. 62.2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2024

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h30min do dia 02 de dezembro de 2024**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, 731, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando **"Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de um veículo utilitário do tipo pick-up destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Expansão Econômica de Santa Izabel do Oeste/PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios".** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h30min do dia 02 de dezembro de 2024, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitasio2@gmail.com.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021 e suas alterações e Lei Municipal nº 2.598/2023.

Santa Izabel do Oeste - PR, 07 de novembro de 2024.

MOACIR MAROSTICA
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Jiencris Danieli Robe Falk
Código Identificador:F93538B2

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE ADITIVOS

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 212/2024 AO CONTRATO Nº 602/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 32/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 234/2023
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E JOICE C. F. LOPES
OBJETO:PRAZO ATÉ 21/02/2025
DATA:04/11/2024

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO:
TERMO ADITIVO DE AUMENTO METAFÍSICO N° 218/2024 AO CONTRATO Nº 151/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 2/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2024
PARTES: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE E PLANO ENGENHARIA LTDA
OBJETO: Aumento metafísico no valor de R$ 28.234,82 (vinte e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos).
DATA:06/11/2024

Publicado por:
Alexandre Luiz Baioto Forte
Código Identificador:5C5CA385

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 17/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2024

OBJETO: Contratação de show artístico com a Banda Traia Véia, a ser realizado em comemoração ao aniversário do Município de Santa Izabel do Oeste, com Recursos Próprios, por um período de 04 (quatro) meses.

EMPRESA VENCEDORA:
TRAIAVEIA PRODUCOES LTDA
CNPJ: 22.981.973/0001-91
Av. Deputado Jamel Cecilio, 3455, Bairro Jardim Goiás

Goiana/GO
CEP: 74.810-100

ITEM	QTD	UND MED	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR TOTAL
	01	Show	Show artístico com a Banda Traia Véia, com duração aproximada de 90 minutos, na Praça Central do município. O valor estimado compreenderá custos com cachê artístico, transporte da equipe e dos equipamentos até o local da apresentação e emissão de notas fiscais, conforme proposta apresentada pela empresa.	R$ 165.000,00

VALOR TOTAL: R$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Homologo a presente inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso II do Art. 74 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 07 de novembro de 2024.

MOACIR MAROSTICA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Alexandre Luiz Baioto Forte
Código Identificador:000564CA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 34/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2024

OBJETO: Locação de veículo automotor caracterizado como Carreta da Alegria, com reboque para transporte de crianças acompanhadas por adultos", em comemoração às festividades de aniversário do município de Santa Izabel do Oeste/PR, buscando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, para o período de até 12 meses, com Recursos Próprios.

EMPRESA VENCEDORA:
SCHIMANESKI TRANSPORTES RECREATIVOS LTDA
CNPJ: 07.894.866/0001-32
R. José Clemente Pereira, 1777, Bairro Boa Vista
Ponta Grossa/PR
CEP: 84.070-195

ITEM	QTD	UND. MED.	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT R$	R$ TOTAL
1	2	Diárias (6h)	Locação de veículo automotor caracterizado como carreta da alegria, com reboque para transporte de crianças acompanhadas por adultos; com motorista devidamente habilitado; com trava de segurança nos bancos. Deverá conter todos os itens de segurança exigidos para o transporte de pessoas, conforme normas do DETRAN; Veículo devidamente registrado no DETRAN como transporte recreativo, capacidade de até 100 lugares.	12.500,00	25.000,00

VALOR TOTAL: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Homologo a presente dispensa de licitação, nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 07 de novembro de 2024.

MOACIR MAROSTICA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Alexandre Luiz Baioto Forte
Código Identificador:8FD10F02

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 549/2024
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2024
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e **ALGE T ELETRONICA E TECNOLOGIA APLICADA LTDA**
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos da lavanderia hospitalar, atendendo as necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Izabel do Oeste - PR, com Recursos Próprios, para um período de 1 (um) ano, com Recursos Próprios
VIGÊNCIA:07/11/2025.
VALOR TOTAL:R$ 52.350,00 (cinquenta e dois mil e trezentos e cinquenta reais).
DATA:07/11/2024

Publicado por:
Alexandre Luiz Baioto Forte
Código Identificador:DDB319D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico
Nº 27/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA.
OBJETO: Registro de preços visando eventuais e futuras aquisições de peças automotivas para a Manutenção preventiva e corretiva da Frota de Veículos Leves, Semileves e Pesados do Município de Santa Lúcia-Pr, considerando os valores contidos na Tabela de Preços das Montadoras.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: 1.395.000,00 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil reais).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 de novembro de 2024, às 09:00 horas.
LOCAL DE PROCESSAMENTO: Será realizado no site **https://bnc.org.br/**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: maior desconto percentual por item;
MODO DE DISPUTA: aberto e fechado;
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 07 de novembro de 2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:A69CDC22

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 25/2024

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 25/2024
CONTRATANTE: Município de Santa lúcia - Paraná.
OBJETO: Aquisição de Esteira de Elevação de resíduos com Moega e Funil, instalada no Local, através do convênio nº 4500072599/2023, celebrado entre o Município de Santa Lúcia PR e a Itaipu Binacional, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 22.866,55 (vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).
DATA DA SESSÃO: Dia 18/11/2024, na Plataforma BNC, site https://bnc.org.br.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 09:00 horas do 18/11/2024 até 15:00 horas 18/11/2024.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Santa Lúcia, Estado do Paraná, 07/11/2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:971746C5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2024

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 104/2024
Ref. Licitação Processo inexigibilidade Nº9/2024
Credenciamento para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de mão de obra mecânica, elétrica, chapeação (funilaria) veicular com vistas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, semileves e pesados do município tendo como referência a "Tabela Tempária" fornecida pelo SINDIREPA/PR.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** DIEGO FERNANDO THIS 06595920964
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa o acréscimo do referido contrato em mais R$ 4.900,00 (Quatro mil e Novecentos Reais), tendo em vista o redimensionamento do objeto, conforme cláusula "alterações" do contrato em epígrafe e termos do Art. 132 da lei 14.133 de 2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 23/06/2025.
Prazo de Vigência: 23/06/2025.
Data da Assinatura: 07/11/2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:18799C75

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2024

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 128/2024
Ref. Licitação Processo inexigibilidade Nº9/2024
Credenciamento para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de mão de obra mecânica, elétrica, chapeação (funilaria) veicular com vistas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, semileves e pesados do município tendo como referência a "Tabela Tempária" fornecida pelo SINDIREPA/PR.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** 30.261.776 CLAUDEMIR CECILIO DA COSTA
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa o acréscimo do referido contrato em mais R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais), tendo em vista o redimensionamento do objeto, conforme cláusula "alterações" do contrato em epígrafe e termos do Art. 132 da lei 14.133 de 2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original
Prazo de Execução: 14/08/2025.
Prazo de Vigência: 14/08/2025.
Data da Assinatura: 07/11/2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:958D83E8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 183/2024 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº25/2024.

CONTRATO Nº 183/2024
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº25/2024.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** COMÉRCIO DE LINHAS E LÃS SANTA ROSA LTDA;
Objeto:
Aquisição de Materiais para Desenvolvimento e Aplicação de Cursos e Oficinas em atendimento ao Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV) às famílias beneficiadas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
Valor:
R$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais).
Prazo de Execução: 06/11/2025.
Prazo de Vigência: 06/11/2025.
Data da Assinatura: 07/11/2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:045A1CC0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2024. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2024.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 25/2024.
E X T R A T O
Partes: Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: COMÉRCIO DE LINHAS E LÃS SANTA ROSA LTDA;
Objeto: Aquisição de Materiais para Desenvolvimento e Aplicação de Cursos e Oficinas em atendimento ao Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV) às famílias beneficiadas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e pela Secretaria Municipal de Assistência Social..
Valor: R$ 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais).
Prazo de Execução: 06/11/2025.
Data da Assinatura: 07/11/2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:3D419A34

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2024. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2024.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 25/2024.
E X T R A T O
Partes:Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: OLMIR LUIS PECCIN;
Objeto: Aquisição de Materiais para Desenvolvimento e Aplicação de Cursos e Oficinas em atendimento ao Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV) às famílias beneficiadas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e pela Secretaria Municipal de Assistência Social..
Valor: R$ 116.899,37 (Cento e Dezesseis Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Quarenta Centavos).

Prazo de Execução: 06/11/2025.
Data da Assinatura: 07/11/2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:A3B55D94

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2024. REF. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024. E X T R A T O

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2024.
Ref. Licitação Pregão Eletrônico Nº 25/2024.
E X T R A T O
Partes:Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada: TECELAGEM MADRYTEX LTDA;
Objeto: Aquisição de Materiais para Desenvolvimento e Aplicação de Cursos e Oficinas em atendimento ao Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV) às famílias beneficiadas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e pela Secretaria Municipal de Assistência Social..
Valor: R$ 60.200,00 (Sessenta Mil e Duzentos Reais).
Prazo de Execução: 06/11/2025.
Data da Assinatura: 07/11/2024.

RENATO TONIDANDEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:2F45FD16

SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL
EDITAL CMDCA 09-2024 CAQNDIDATOS HABILITADOS

Edital nº. 09/2024 – CMDCA

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – Gestão 2025 a 2028

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Santa Lúcia – Pr, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº. 8.069 de julho e 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei Municipal nº. 1134/2023 que dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Constituição Federal de 1988 e as Resoluções nº 909/2023 Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e 231/2022 do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente **torna público:**

Art. 1º - A relação dos candidatos habilitados/classificados para concorrer ao cargo de Conselheiro (a) Tutelar Suplente do Município de Santa Lúcia-Pr - Gestão 2025 a 2028 sendo estes:

Nº Inscrição	NOME DO CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	Ana Paula Alves Hoffmann	9,0	Classificada
02	Ingrid Alessio	9,0	Classificada
03	Gessica Ramos de Oliveira	10,0	Classificada
05	Fernanda de Oliveira	10,0	Classificada

Art. 2º - A eleição será realizada no dia **15/12/2024**, no horário compreendido entre **08:00 as 17:00** horas, na Secretaria Municipal de Assistência Social de **Santa Lúcia – PR**, situada na Rua das Palmeiras, 144 (do respectivo município).
I – Poderá ser utilizada para votação, Urnas Eletrônicas, se disponível ou Cédulas Eleitorais.
II – No caso de utilização da Cédula, esta conterá espaço para o nome e/ou número do candidato.
Parágrafo Primeiro: As cédulas para votação serão confeccionadas da maneira mais simplificada, mediante modelo aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual conterá o nome de todos os candidatos na ordem alfabética com seus respectivos números de inscrição ao lado, não sendo permitido o uso de apelidos.
Parágrafo Segundo: A confecção da cédula poderá ser acompanhada pelos candidatos que quiserem comparecer e perante os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cujo, Presidente rubricará todas as cédulas.
III - nas cabines de votação serão afixadas listas com o nome e número do candidato;
Parágrafo único. Serão considerados nulos os votos que contiverem rasuras.

Art. 3º - O processo da escolha dos Conselheiros será feito mediante voto direto, secreto e facultativo de todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos, residentes no município, mediante apresentação do título de eleitor e da carteira de identidade ou qualquer outro documento com foto.

Parágrafo Único: São considerados eleitores todos os munícipes deste município, portadores de Titulo Eleitoral do município de Santa Lúcia - Pr.

I - O eleitor poderá votar apenas uma vez e em um único candidato;

Art. 4º – A propaganda eleitoral dos candidatos somente será permitida após a publicação dos candidatos habilitados para concorrer à vaga de Conselheiro Tutelar, os quais terão o período do dia **14/11/2024 a 14/12/2024** para realizar a campanha eleitoral para o processo de escolha do Conselheiro Tutelar.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Santa Lúcia – PR, 07 de novembro de 2024

ISADORA DE OLIVEIRA FREI
Presidente Do CMDA

ANGELA MARA CASTRO DOS SANTOS
Presidente Da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Silvana Marisa Korth Scalco
Código Identificador:F377FE8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Ref.: **PROCESSO N.º 091/2024**
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 013/2024

Nos termos do Parecer da Assessoria Jurídica, declaro a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para a contratação da Empresa **PIPPI MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA**, inscrita no CNPJ Sob nº 88.590.096/0001-36, sediada na Av. Bento Gonçalves, nº 1500, na cidade de Giruá/RS, CEP 98.870-000, para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."**
Assim, com base no Art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, **RATIFICO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

Publique-se.

Santa Maria do Oeste – Pr, 07 de Novembro de 2024.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

REFERENTE: Processo Licitatório n.º 091/2024
Inexigibilidade de Licitação nº 013/2024

OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE SANTA MARIA DO OESTE/PR."**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste – Pr, inscrita no CNPJ sob nº. 95.684.544/0001-26, com sede administrativa na Rua Jose de França Pereira, 10- na cidade de Santa Maria do Oeste – Pr.

CONTRATADO: PIPPI MÁQUINAS AGRICOLAS LTDA, inscrita no CNPJ Sob nº 88.590.096/0001-36, sediada na Av. Bento Gonçalves, nº 1500, na cidade de Giruá/RS, CEP 98.870-000.

- Valor Total: R$ 590.000,00 (Quinhentos e noventa mil reais).

De acordo com o disposto no Art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, DECLARO RATIFICADO o Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 013/2024.

Santa Maria do Oeste/PR, 07 de Novembro de 2024.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane
Código Identificador:DA2C6412

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº1613/2024

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 1613/2024

O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: JOÃO AUGUSTO MAYER **MATRÍCULA n.º** 9997449
CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FROTAS **CPF N.º** 465.***.****-20
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CAMPO MOURÃO, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO LEVAR USUARIOS DO CRAS REALIZAR PERICIA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 07/11/2024-
Data de Retorno: 07/11/2024
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMPO MOURÃO PR **Código do IBGE:** 04303
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 07 de Novembro de 2024

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:630D8677

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 374/2024 PREGÃO Nº 69/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 374/2024
Pregão Nº 69/2024

OBJETO: Aquisição de Microcomputadores para Laboratório de Informática para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Santo Antonio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: LEGACY DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E ELETROELETRONICOS LTDA;
VALOR: R$ 413,04Quatrocentos e Treze Reais e Quatro Centavos.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: ANA MARIA WANDERLEY COSTA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:06DE6C76

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 375/2024 PREGÃO Nº 69/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 375/2024
Pregão Nº 69/2024

OBJETO: Aquisição de Microcomputadores para Laboratório de Informática para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Santo Antonio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: DIST.DE MAT.DE ESC.AMERICANSUL LTDA;
VALOR: R$ 2.800,00Dois Mil e Oitocentos Reais.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: DARCI DA COSTA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:440A919B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 376/2024 PREGÃO Nº 69/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 376/2024
Pregão Nº 69/2024

OBJETO: Aquisição de Microcomputadores para Laboratório de Informática para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Santo Antonio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: KGR ATACADISTA LTDA;

VALOR: R$ 218,30Duzentos e Dezoito Reais e Trinta Centavos.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:33C63A93

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 377/2024 PREGÃO Nº 69/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 377/2024
Pregão Nº 69/2024

OBJETO: Aquisição de Microcomputadores para Laboratório de Informática para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Santo Antonio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: INCOTECH COMPANY;
VALOR: R$ 200,00Duzentos Reais.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: DARLAN MORAES DA SILVA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:55401F71

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 378/2024 PREGÃO Nº 69/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 378/2024
Pregão Nº 69/2024

OBJETO: Aquisição de Microcomputadores para Laboratório de Informática para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Santo Antonio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: HARLEI MORSCH 04774317985;
VALOR: R$ 31.500,00Trinta e Um Mil e Quinhentos Reais.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: HARLEI MORSCH - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1677BACE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 379/2024 PREGÃO Nº 69/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 379/2024
Pregão Nº 69/2024

OBJETO: Aquisição de Microcomputadores para Laboratório de Informática para suprir as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Santo Antonio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: GWC INDUSTRIA, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE ELETRONICOS LTDA;
VALOR: R$ 412,99Quatrocentos e Doze Reais e Noventa e Nove Centavos.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: GUSTAVO LUIZ WANDERLEY COSTA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:EDABB566

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0422/2023 TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2023

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0422/2023
Tomada de preços Nº 06/2023

OBJETO: Contratação de empresa para execução de 5.000M2 de Projetos de estrutura para barracões em pré-moldado com fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, BDI, planilha orçamentária. Conforme projetos pré-definidos pelo Departamento de Engenharia do Município..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PAVI SUL CONSTRUTORA LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 17/09/2025.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: GENACIR CARLOS ARAUJO - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:8EFC1828

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 393/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 47/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 393/2022
Processo inexigibilidade Nº 47/2022

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos e máquinas pertencentes a frota municipal, Conforme CHAMAMENTO 007/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: EMIDIO JUNIOR ALVES DE OLIVEIRA BANDEIRA.
VIGÊNCIA: 20/11/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 96.415,04(Noventa e Seis Mil, Quatrocentos e Quinze Reais e Quatro Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: EMIDIO JUNIOR ALVES DE OLIVEIRA BANDEIRA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B1D73A34

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 394/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 47/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 394/2022
Processo inexigibilidade Nº 47/2022

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos e máquinas pertencentes a frota municipal, Conforme CHAMAMENTO 007/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: JOAO CARLOS PORFIRIO PINHEIRO 80632025972.
VIGÊNCIA: 20/11/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 27.233,00(Vinte e Sete Mil, Duzentos e Trinta e Três Reais).
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: JOAO CARLOS PORFIRIO PINHEIRO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:18666513

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 395/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 47/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 395/2022
Processo inexigibilidade Nº 47/2022

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos e máquinas pertencentes a frota municipal, Conforme CHAMAMENTO 007/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ELITE PULVERIZADORES E BARRAS HIDRAULICAS LTDA.
VIGÊNCIA: 20/11/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 27.233,00(Vinte e Sete Mil, Duzentos e Trinta e Três Reais).
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: VALDECIR SALBEGO - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:91378F43

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 396/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 47/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 396/2022
Processo inexigibilidade Nº 47/2022

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos e máquinas pertencentes a frota municipal, Conforme CHAMAMENTO 007/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: 07.685.206 TEREZINHA DA ROCHA SCHMITZHAUS - MEI.
VIGÊNCIA: 20/11/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 96.633,54(Noventa e Seis Mil, Seiscentos e Trinta e Três Reais e Cinqüenta e Quatro Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: FELIPE EMANUEL SCHMITZHAUS - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:783A8E7B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 397/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 47/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 397/2022
Processo inexigibilidade Nº 47/2022

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de lavagem e higienização dos veículos e máquinas pertencentes a frota municipal, Conforme CHAMAMENTO 007/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: JOAO BERNARDO ANDRADE DE LARA - MEI.
VIGÊNCIA: 20/11/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 96.800,17(Noventa e Seis Mil e Oitocentos Reais e Dezessete Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: JOAO BERNARDO ANDRADE DE LARA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:E0F8EC3E

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 398/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 48/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 398/2022
Processo inexigibilidade Nº 48/2022

OBJETO: FORNECIMENTO DE MARMITAS E REFEIÇÕES TIPO BUFFET (DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E VISITANTES A SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE, Conforme CHAMAMENTO 008/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: CRISTINA GONCALVES DOS SANTOS BOTEZINI & CIA LTDA.
VIGÊNCIA: 20/11/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 0,00().
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: CRISTINA GONCALVES DOS SANTOS BOTEZINI E ERCI BOTEZINI - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B2E4F705

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 399/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 48/2022 EXTRATO ADITIVO Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 399/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 48/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 399/2022
Processo inexigibilidade Nº 48/2022

OBJETO: FORNECIMENTO DE MARMITAS E REFEIÇÕES TIPO BUFFET (DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

MUNICIPAIS E VISITANTES A SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE, Conforme CHAMAMENTO 008/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: PAULO LEMES DE LIMA - RESTAURANTE.
VIGÊNCIA: 30/11/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 175.579,04(Cento e Setenta e Cinco Mil, Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Quatro Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: PAULO LEMES DE LIMA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A0186D23

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 322/2020 PROCESSO DISPENSA Nº 90/2020

EXTRATO ADITIVO Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 322/2020
Processo dispensa Nº 90/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SEGURO PARA COBERTURA DE RESPONSABILIDADE CIVIL E SEGURO TOTAL DOS VEÍCULOS FORD-KA PLACAS: BEO-5C50, BEO-5C49 E BEO-5C48 DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA SA.
VIGÊNCIA: 22/11/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 5.400,00(Cinco Mil e Quatrocentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: MARCELO WAIS - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1BF605C7

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 400/2022 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 48/2022

EXTRATO ADITIVO Nº 04 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 400/2022
Processo inexigibilidade Nº 48/2022

OBJETO: FORNECIMENTO DE MARMITAS E REFEIÇÕES TIPO BUFFET (DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E VISITANTES A SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE, Conforme CHAMAMENTO 008/2022..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: RESTAURANTE E PIZZARIA LUARA EIRELI.
VIGÊNCIA: 29/11/2025.
VALOR RENOVADO: R$ 126.504,00(Cento e Vinte e Seis Mil, Quinhentos e Quatro Reais).
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: LUCILIA MARIA DE OLIVEIRA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:CEC7DFB4

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 09 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0146/2022 TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2022

EXTRATO ADITIVO DE Nº 09 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0146/2022
Tomada de preços Nº 07/2022

OBJETO: Construção de um centro de Convivência Social, com serviços de movimento de terra e drenagens, fundações, estruturas, alvenaria em tijolos cerâmicos, cobertura em estrutura metálica e telhas metálicas, esquadrias em madeira, alumínio e vidros, instalações elétricas, hidro sanitárias e prevenção de incêndio, revestimentos, pintura, paisagismo, entre outros, conforme projetos e especificações..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ABS - COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 10/02/2025.
DATA DA ASSINATURA: 07/11/2024.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: FLAVIO CESAR SCHREINER SCOPEL - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4B795EF6

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 422/2024 PREGÃO ELETRONICO Nº 076/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 422/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 076/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: CONTROLE SERVIÇOS E COMERCIO DE INFORMATICA ME
CNPJ Nº 10.592.584/0002-76
Representante: IGOR MATOS PIRES
CPF nº 701.785.771-20
OBJETO: Aquisição de Kits de Chromebook com Headset para a Secretaria Municipal de Educação em atendimento ao convênio N.º 202403048 do plano Paraná Mais Cidades III instituído do Governo Estadual, conforme Decreto Estadual Nº 2.641/2023..
VALOR TOTAL: R$ 13.255,77 (Treze Mil, Duzentos e Cinqüenta e Cinco Reais e Setenta e Sete Centavos)
VIGÊNCIA: 05/11/2025

Santo Antonio do Sudoeste, em 06/11/2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6C47B975

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 423/2024 PROCESSO DISPENSA Nº 135/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 423/2024
Processo dispensa nº 135/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: P P PAZINATO ARQUITETURA
CNPJ Nº 41.171.736/0001-00
Representante: POLYANA PAULA PAZINATO
CPF nº 028.611.899-83
OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto técnico de prevenção a incêndio e a desastre em escolas municipais de Santo Antonio do Sudoeste – PR.

VALOR TOTAL: R$ 66.615,25 (Sessenta e Seis Mil, Seiscentos e Quinze Reais e Vinte e Cinco Centavos)
VIGÊNCIA: 06/11/2025

Santo Antonio do Sudoeste, em 07/11/2024.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:81D9860F

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 18/2024

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste, PR, mediante as condições estipuladas no Edital nº 01/2022, em conformidade com a Constituição Federal, resolve,
TORNAR PÚBLICO
1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2022, conforme edital nº 01/2022 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 01/2022 - Edital Complementar 08.
2º - Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Sudoeste-PR, na data de **11 DE NOVEMBRO DE 2024, AS 9:00 HORAS DA MANHÃ,** obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme anexos;
3º - Os candidatos aprovados para o cargo de **PROFESSOR** deverão comparecer na **CLÍNICA MULTICLIN PARA:**
EXAME ADMISSIONAL E VOCAL NA DATA DE 11 DE NOVEMBRO AS 11:00 HORAS DA MANHÃ.
4º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga ou pedido de final de lista, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito do processo seletivo simplificado- PSS.

SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

ANEXO I
LISTA DE CONVOCADOS

CARGO:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
145	JANETE MACHADO BENTO	16/07/1980
146	IZOLAINE HEINZEN	09/10/1981
147	PATRICIA BRANDÃO	08/11/1985
148	ANA PAULA CARLETTI	04/12/1992
149	TAINARA GNOATTO	19/09/1999

ANEXO II
(TODOS OS DOCUMENTOS DEVEM SER APRESENTADOS ORIGINAL E CÓPIA)

• Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
• CPF e fotocópia;
• Registro no órgão de classe e fotocópia;
• Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
• Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
• Título de eleitor e fotocópia, junto com declaração de quitação eleitoral;
• Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
• Comprovante de escolaridade exigida;
• Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia;
• Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
• Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela:

Justiça Estadual no local de residência do candidato;
Justiça Federal no local de residência do candidato;
• Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
• Preencher todas as informações da Ficha de Identificação Funcional (ANEXA)
• Declaração de desvinculação **para o candidato que exerce emprego ou função pública federal, estadual, ou municipal,** conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal, reconhecida em cartório (ANEXO IV).
• Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão, reconhecida em cartório (ANEXO IV);
• Declaração de bens e valores, reconhecida em cartório (ANEXO V)

ANEXO III
FICHA DE DADOS CADASTRAIS

NOME:	
ESTADO CIVIL:	DEFICIÊNCIA: ( ) SIM ( ) NÃO
PAI:	
MÃE:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO: N°:	
SEXO:	RAÇA:
DATA DE NASCIMENTO:	NATURALIDADE:
RG: ÓRGÃO EXP:	DATA EXPEDIÇÃO:
CPF:	N° DO PIS:
TÍTULO DE ELEITOR:	ZONA/SEÇÃO:
CTPS N°:	SÉRIE:
CNH:	DATA DA 1° CNH:
E- MAIL:	TELEFONE:

FORMAÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ( )	ATÉ A 4° SÉRIE
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO ( )	ATÉ A 8° SÉRIE
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ( )	
ENSINO MÉDIO COMPLETO ( )	
ENSINO TÉCNICO ( )	
ENSINO SUPERIOR COMPLETO ( )	
PÓS GRADUAÇÃO ( )	
MESTRADO ( )	
REGISTRO CONSELHO DE CLASSE:	QUITES ( ) EM DÉBITO ( )
POSSUI DEPENDENTES?	SIM ( ) NÃO ( )
NOME COMPLETO DOS DEPENDENTES: 1. 2.	
DATA DE NASCIMENTO DOS DEPENDENTES: 1. 2.	
CPF DOS DEPENDENTES: 1. 2.	

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO
DE CARGOS, EMPREGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS

Eu,_____, portador da Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARO para fins de posse no cargo de _____, na Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná, QUE NÃO EXERÇO qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.
DECLARO, outrossim, QUE NÃO PERCEBO proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja inacumulável com a carreira em que tomarei posse.
DECLARO, também, estar ciente de que devo comunicar a esse Órgão qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar.
DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
DECLARO, por fim, que tomo ciência de toda a legislação supra referida.

_____, _____de _____ de 2024.

_____

Declarante
(Firma reconhecida)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome:	
RG nº	CPF nº
Cargo:	

DE BENS
Para fins de posse em cargo público no Município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, conforme o disposto no art. 15, da Lei nº 1990/2009 de 13 de fevereiro de 2009, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, declaro:

( ) Não possuo bens e valores a declarar
( ) Possuo bens e/ou valores, conforme Declaração em anexo

DECLARO AINDA, QUE:

I – Não participo de gerência ou administração de empresa privada ou de sociedade civil, nem exerço o comércio na qualidade de acionista majoritário;
II – Nunca fui demitido ou destituído em razão de processo administrativo disciplinar do serviço público federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, nos últimos cinco anos, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa natureza.

Santo Antônio do Sudoeste – PR, em _____ de _____ de 2024.

_____
Declarante
(Firma reconhecida)

EXEMPLO DE DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_, portador(a) da Identidade nº_,e do CPF nº_, residente e domiciliado
na , nº_, Bairro , em, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:

1._Valor:
2._Valor:
3._Valor:
4._Valor:
5._Valor:
6._Valor:
7._Valor:
8._Valor:
9._Valor:

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

,_, de de 2024.

Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:134BFB99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/ 2024
COMPRA DIRETA Nº 4/2024

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Torno pública a HOMOLOGAÇÃO do Processo Administrativo nº 041/2024, cujo objeto é acompra de plaquetas de identificação em aço inoxpara ser fixadas em madeira que será deixada sobre a mesa dos novos vereadores localizada no Plenário desta Casa Legislativa, sendo adjudicado à **Eduardo Hagihara Landim da Silva – ME (CNPJ: 23.909.321/0001-09)no valor deR$495,00 (quatrocentos e noventae cinco reais).**

São Jerônimo da Serra, 06 de novembrode 2024.

EDMUNDO LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Andre Gobbo Capelassi
Código Identificador:EE932E7C

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/ 2024
COMPRA DIRETA Nº 5/2024

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Torno pública a HOMOLOGAÇÃO do Processo Administrativo nº 042/2024, cujo objeto é acompra de uma placa de bronze, com os nomes dos vereadores dessa gestão para ser fixada no local onde está sendo construída a nova sede da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, sendo adjudicado à **J.B Rodrigues e Cia LTDA (CNPJ: 03.667.886/0001-10)no valor deR$1.860,00 (mil oitocentos e sessenta reais).**

São Jerônimo da Serra, 06 de novembrode 2024.

EDMUNDO LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Andre Gobbo Capelassi
Código Identificador:5FD561C8

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA PORTARIA N. 30/2024, DE 07 DE OUTUBRO DE 2024

PORTARIA N. 30/2024, DE 07 DE OUTUBRO DE 2024

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de conclusão do Processo de Sindicância Investigativa n. 32/2024, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR – no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 29 da Lei Orgânica Municipal e artigo 17, XXVII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR,
Considerando a portaria 22/2024 que instaurou o processo de Sindicância Investigativa para apurar o recebimento de correspondências encaminhadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
Considerando que o término do prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão apuradora se dará em 08.10.2024; e
Considerando, a solicitação da comissão apuradora solicita a prorrogação do prazo em vista da impossibilidade material de conclusão dos trabalhos, no prazo originariamente previsto;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo de Sindicância Investigativa n. 32/2024, designada pela Portaria n. 22/2024.

Parágrafo único. Caberá à Comissão dar continuidade na apuração do Processo de Sindicância Investigativa n. 32/2024 conforme a legislação pertinente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, em 7 de novembro de 2024.

EDMUNDO LOPES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Kleber Roberto P. Rodrigues Sassazawa Bueno
Código Identificador:DC2EA3CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REVOGAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2024 CONTRATO 163/2024

REVOGAÇÃO DO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL
REFERENTE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2024
CONTRATO 163/2024

DECLARA-SE QUE FICA REVOGADA O TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO 163/2024, DISPENSA DE LICITAÇÃO 062-2024, CUJO OBJETO É AQUISIÇÃO DE MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20. EM CONCORDÂNCIA COM AS PARTES O CONTRATO ACIMA REFERIDO, FICA VIGENTE.

São Jerônimo da Serra, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:B2E63DAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 084/2024

A Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra/PR, em conformidade com o Art. 75, inciso **II** – da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal, realizará **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO PROGRAMADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO OFICIAL 208 LIKE 1.0 MT 24/24, PLACA SFO2J30, PERTENCENTE À FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20,** podendo eventuais interessados apresentarem Propostas de Preços a contar desta Publicação até a data Limite, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa.

O valor máximo estimado é de R$ 1.494,27 (mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e sete centavos)

Limite para Apresentação de Propostas de Preço: 08/11/2024 a partir das 08:00 hrs até 13/11/2024 as 17:00 hrs.

Abertura da Sessão de Disputa de Preços: 14/11/2024 as 09:00 hrs.

A proposta de preços deverá ser entregue no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, sito a Praça Coronel Deolindo, S/N, Centro, na cidade de São Jerônimo da Serra – PR, CEP: 86.270-000, no horário de 08:00 as 17:00, em dias úteis ou pelo e-mail licitacao@saojeronimodaserra.pr.gov.br , até a data limite.
Os documentos integrantes estarão disponíveis e deverão ser retirados pelos interessados junto a Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e as informações serão prestadas através do telefone (43) 3267-1074. Ramal 4520.

São Jerônimo da Serra, 07 de novembro de 2024.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:5A750A4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA 082/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA 082/2024

OBJETO: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE COBERTURA METÁLICA REMOVÍVEL, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR, CNPJ 76.290.683/0001-20.

VALOR ESTIMADO: R$ 10.836,00 (dez mil, oitocentos e trinta e seis reais).
Realização dia 14/11/2024 às 09:00 horas. Informações complementares, bem como, a retirada do Edital Completo, poderão ser obtidas nos sites: www.saojeronimodaserra.pr.gov.br e http://www.compras.gov.br (Informações: Unidade Compras – Licitação – (43) 3267-1074.

São Jerônimo da Serra, 07 de novembro de 2024.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:61A8BB95

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO - Nº 003 AO CONTRATO Nº 132/2021, REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E A EMPRESA FLÁVIA CEREJO FRAGOSO- CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA.

TERMO ADITIVO - Nº 003 ao Contrato nº 132/2021, referente ao Chamamento Público nº 004/2021, que entre si celebram o Município de São Jerônimo da Serra e a empresa FLÁVIA CEREJO FRAGOSO- CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA.

O Município de São Jerônimo da Serra, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente cadastrado no CNPJ sob nº. 76.290.683/0001-20, com sede na Prefeitura Municipal, situada à Praça Coronel Deolindo, s/nº, nesta cidade, Estado do Paraná, neste ato devidamente representada por seu Prefeito Municipal, Sr. **VENICÍUS DJALMA ROSA**, brasileiro, solteiro, portador do R.G. nº 8.241.196-8, residente e domiciliado nesta cidade, residente e domiciliado nesta Cidade, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, a empresa **FLÁVIA CEREJO FRAGOSO- CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua José Batista Proença, nº 1534, Sala A, Centro, cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 27.325.534/0001-44, neste ato representado pela Senhora Flávia Cerejo Fragoso, inscrita no CPF n° 092.540.009-22 e RG nº 12.442.284-1 SSP/PR, de ora em diante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, RESOLVEM ADITAR o presente, visando à **CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PROFISSIONAIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA**

MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA COMPLEMENTAR ESPECIALIZADA DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA - PR, no que couber aos termos das disposições da Lei 8.666/93 de 21.06.1993 e suas alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Termo Aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor e de prazo de 30 (trinta) dias. O presente Contrato Nº. 132/2021 assinado no dia 08/11/2021, passando a duração do aditamento para o período de 09/11/2024 até 08/12/2024.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O presente aditivo terá o valor de ***R$ 4.131,48 (quatro mil cento e trinta e um reais e quarenta e oito centavos),*** conforme solicitação contratada e oficio da Secretaria Municipal de Educação anexo.

PARAGRÁFO SEGUNDO: O presente aditivo tem amparo legal da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os demais termos do contrato ficam inalterados.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este **Termo Aditivo** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

São Jerônimo da Serra, 07 de novembro de 2024.

Município de São Jerônimo da Serra
VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal
Contratante

FLÁVIA CEREJO FRAGOSO- CLINICA DE FONOAUDIOLOGIA
Contratada

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:6156C996

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 287/2024

PORTARIA Nº 287/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE,

CONCEDER, AVANÇO DIAGONAL, conforme Lei Municipal nº 15/98 de 16/04/1998, Art. 47, § 3º, as Professoras abaixo relacionadas, a partir de 01 de novembro de 2024.

NOME	NÍVEL
CAMILA DA COSTA PESSOA	PD-E-2
CRISTIANA RIBEIRO DOS SANTOS SILVA	PD-A-2
DHIANA SANTOS FAUSTINO PONCE	PD-E-2
ERICA MELLO MONTANHER DE SOUZA	PD-E-2
LIVIA GONÇALVES PROENÇA RODRIGUES	PD-E-2
POLINE MARIA TEIXEIRA DE LARA	PD-E-2
VALERIA LINO NOGUEIRA	PD-E-2
VANESSA PAIVA DE SOUZA	PD-E-2

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 06 de novembro de 2024

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Maria Borges Sampaio
Código Identificador:BF9BE91F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 288/2024

PORTARIA Nº 288/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

CONCEDER, a Sra. **TALLITA MOREIRA OLIVEIRA,** RG 14.430.825-5, Agente Auxiliar Administrativo, nomeada em 01/07/2024, conforme Portaria 207/2024 de 02/07/2024, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, a que tem direito, conforme Atestado Médico, a partir de 31/10/2024, devendo retornar ao trabalho em 29/04/2025.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 06 de novembro de 2024

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Maria Borges Sampaio
Código Identificador:6D077B07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 143/2023

DECRETO N° 143/2023

"DISPÕE SOBRE A INSTÂNCIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- PMAS"

O CIDADÃO VENICIUS DJALMA ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Art. 1°. Ficam através deste Decreto, criada a Instância responsável pelo monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Assistência Social - PMAS

I - Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social
Conselheira: Mariza de Lourdes Novi Vieira
Conselheiro: Rafael Rodrigo de Paula Batista
Conselheiro: Ednaldo José Gonçalves

Art. 2º. Este decreto de nomeação entrará em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, 10 de novembro de 2023.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heloisa Maria Borges Sampaio
Código Identificador:13E3DC6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇAO
REF. PROCESSO-AUTOS 100/2024
Objeto: Aquisição de kits (jalecos, mochilas e touca árabe) para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias.
O Município de São José da Boa Vista PR; para fins do disposto na Lei de Licitações, torna público que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José Lázaro Ferraz, proferiu decisão no processo em destaque supra, adjudicando e Homologando o objeto da Dispensa de Licitação nº. 46/2024, para a aquisição junto à empresa ZOZ SOETHE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, que indicou o valor total de R$ 10.475,00 (dez mil quatrocentos e setenta e cinco reais), tudo conforme documentado nos autos.

SJBV, data 07 de novembro de 2024.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:5B6F573E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Contrato nº 68/2024 - Processo administrativo nº 100/2024
Objeto: Aquisição de Kits (Jalecos, Mochilas e Touca Árabe) para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: Zoz Soethe Indústria e Comércio Ltda EPP
Valor Total: R$ 10.475,00 (Dez mil quatrocentos e setenta e cinco reais)
Período de vigência: 07/11/2024 à 07/11/2025.
Fundamento legal: art.75, II, da Lei nº. 14.133/2021.

São José da Boa Vista PR, 07 de novembro de 2024.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:1A96923F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 363/2024

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para atuar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 100/2024 – Dispensa nº 46/2024, tendo por objeto a Aquisição de Kits (Jalecos, Mochilas e Touca Árabe) para Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias.
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestora e fiscal do contrato nº 68/2024 a Sra. Sandra Regina Pereira de Souza – Secretaria de Saúde.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024; 64º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:DE71FC12

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇAO
REF. PROCESSO-AUTOS 103/2024
Objeto: Contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Dedetização, Desratização e Limpeza de Caixa d'água do Hospital Municipal São José.
O Município de São José da Boa Vista PR; para fins do disposto na Lei de Licitações, torna público que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José Lázaro Ferraz, proferiu decisão no processo em destaque supra, adjudicando e Homologando o objeto da Dispensa de Licitação nº. 47/2024, para a contratação junto à empresa EXTERMÍNIO CONTROLE DE PRAGAS LTDA EPP, que indicou o valor total de R$ 10.370,00 (dez mil trezentos e setenta reais), tudo conforme documentado nos autos.

SJBV, data 07 de novembro de 2024.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:F6D38E3A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Contrato nº 69/2024 - Processo administrativo nº 103/2024
Objeto: Contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Dedetização, Desratização e Limpeza de Caixa d'água do Hospital Municipal São José.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: Extermínio Controle de Pragas Ltda EPP
Valor Total: R$ 10.370,00 (Dez mil trezentos e setenta reais)
Período de vigência: 07/11/2024 à 07/11/2025.
Fundamento legal: art.75, II, da Lei nº. 14.133/2021.

São José da Boa Vista PR, 07 de novembro de 2024.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:793739EE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 364/2024

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para atuar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 103/2024 – Dispensa nº 47/2024, tendo por objeto a Contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Dedetização, Desratização e Limpeza de Caixa d'água do Hospital Municipal São José.
R E S O L V E
Art. 1º – DESIGNAR como gestora do contrato nº 69/2024 a Sra. Fabiana Aparecida Ferreira – Diretora Administrativa e como fiscal a Senhora Juliana Rodrigues de Souza, enfermeira.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024; 64º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:7715DCFD

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
REF. PROCESSO-AUTOS 101/2024
Objeto: Adesão às Atas de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 06/2024, conforme as Atas nº 24/2024 e 28/2024, do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro - CISNORPI.
O Município de São José da Boa Vista PR; para fins do disposto na Lei de Licitações, torna público que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José Lázaro Ferraz, proferiu decisão no processo em destaque supra, Adjudicando e Homologando o objeto da Inexigibilidade de Licitação nº. 07/2024, para a Contratação junto a: BEM ESTAR HOSPITALAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E MATERIAIS PARA SAÚDE LTDA, que indicou o valor total de R$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais), para fornecimento do objeto pretendido e SAMP AUTOVEÍCULOS LTDA, que indicou o valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para fornecimento do objeto pretendido, ***tudo conforme documentado nos autos;***

SJBV, data 25 de outubro de 2024.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:ED5D6D8F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 70/2024 - Processo administrativo nº 101/2024

Objeto: Adesão às Atas de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 06/2024, conforme as Atas nº 24/2024 e 28/2024, do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro - CISNORPI.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: BEM ESTAR HOSPITALAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E MATERIAIS PARA SAÚDE LTDA.
Valor Total: R$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).
Período de vigência: 07/11/2024 à 07/11/2025.
Fundamento legal: art.74, caput, da Lei nº. 14.133/2021.

São José da Boa Vista PR, 07 de novembro de 2024.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Contrato nº 71/2024 - Processo administrativo nº 101/2024
Objeto: Adesão às Atas de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 06/2024, conforme as Atas nº 24/2024 e 28/2024, do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro - CISNORPI.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: SAMP AUTOVEÍCULOS LTDA.
Valor Total: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Período de vigência: 07/11/2024 à 07/11/2025.
Fundamento legal: art.74, caput, da Lei nº. 14.133/2021.

São José da Boa Vista PR, 07 de novembro de 2024.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:07B8DF93

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 365/2024

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para atuar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 101/2024 – Inexigibilidade nº 07/2024, tendo por objeto a Adesão às Atas de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 06/2024, conforme as Atas nº 24/2024 e 28/2024, do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro - CISNORPI.
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestora dos contratos nº 70 e 71/2024 a Sra. Sandra Regina Pereira de Souza – Secretaria de Saúde e como fiscal a Sra. Tânia Oliveira de Vasconcelos.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024; 64º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:F6B3D61B

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇAO
REF. PROCESSO-AUTOS 106/2024
Objeto: Contratação do serviço de hospedagem e suporte em casa de apoio em caráter de urgência, para atendimento de saúde a paciente que reside em nosso município**.**
O Município de São José da Boa Vista PR; para fins do disposto na Lei de Licitações, torna público que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José Lázaro Ferraz, proferiu decisão no processo em destaque supra, Adjudicando e Homologando o objeto da Dispensa de Licitação nº. 48/2024, para a Contratação junto à CASA DE APOIO PARANÁ LTDA EPP, que indicou o valor total de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais), tudo conforme documentado nos autos.

SJBV, data 07 de novembro de 2024.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:725476EA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Contrato nº 72/2024- Processo administrativo nº 106/2024

Objeto: Contratação do serviço de hospedagem e suporte em casa de apoio em caráter de urgência, para atendimento de saúde a paciente que reside em nosso município.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: CASA DE APOIO PARANÁ LTDA EPP.
Valor Total: R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)
Período de vigência: 07/11/2024 à 07/02/2025.
Fundamento legal: art.75, VIII, da Lei nº. 14.133/2021.

São José da Boa Vista PR, 07 de novembro de 2024.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:C61B150E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 367/2024

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 106/2024 – Dispensa nº 48/2024, tendo por objeto a Contratação do serviço de hospedagem e suporte em casa de apoio em caráter de urgência, para atendimento de saúde a paciente que reside em nosso município;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestora do contrato nº 72/2024 a Senhora Sandra Regina Pereira de Souza Secretaria de Saúde e como fiscal a senhora Katiane Keyt Vieira Simões, assistente social.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, no web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024; 64º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Willys Manoel Barbosa
Código Identificador:4CAD7012

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E AÇÃO SOCIAL - IN 01/2024

Instrução Normativa n°01/2024

Orienta procedimentos para transição entre as etapas: Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Nas instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de São José da Boa Vista.

A Secretaria Municipal da Educação, do município de São José da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o que estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações;
CONSIDERANDO o que estabelece a terceira e atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996 e suas alterações;
CONSIDERANDO o que estabelece a Lei nº 10.172/2001, que instituiu o PNE (Plano Nacional de Educação), de acordo com a META 2;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB n.º 4/2010, no § 2º do art. 18, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
CONSIDERANDO o que estabelece com a promulgação da Lei 11.274, em 06 de fevereiro de 2006, que alterou a redação dos Art. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9394/96;
CONSIDERANDO a resolução CNE/CEB nº 7/10, de 4 de dezembro de 2010, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;
CONSIDERANDO a orientação n.º 001/2021 – DEDUC/SEED.

INSTRUI:

Art. 1º Por meio do presente, a Rede Municipal de Ensino de São José da Boa Vista busca o desenvolvimento de estratégias para garantir a continuidade da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I. Essas estratégias têm como objetivo facilitar o percurso escolar dos alunos, por meio de atividades pedagógicas e orientações da Secretaria Municipal de Educação para sua implementação.

Art. 2º Cabe aos profissionais do Centro Municipal de Educação Infantil Beija-Flor de São José da Boa Vista, assegurar práticas, vivências e experiências significativas durante o ano letivo, contribuindo assim para a formação integral da criança, em toda a etapa de ensino ofertada, mantendo a reflexão acerca da ação pedagógica, ressignificando e auxiliando no processo de transição.

Art. 3º Consideram-se como registros pertinentes a subsidiar o processo de transição:
I - fotografias;
II - vídeos;
III - Parecer Descritivo;
IV - Relatórios dos profissionais da educação;
V - visitas nas instituições.

§1º Ficará sob a responsabilidade da equipe pedagógica da instituição de ensino, a entrega dos Pareceres Descritivos da Educação Infantil na Escola Municipal Francisco Lopes – Ensino Fundamental.
§2º Os registros avaliativos deverão ser arquivados na instituição de ensino.

Art. 4º Cabe ao Centro Municipal de Educação Infantil Beija-Flor:
§1º Incluir nos processos de formação a temática da transição entre as etapas de ensino.
§2º Realizar, ao longo do ano, reuniões técnicas para o acompanhamento das ações realizadas na transição da Educação Infantil para Fase I do Ensino Fundamental, com representantes das equipes pedagógicas das duas Instituições de ensino.
§3º Realizar trocas de experiência entre os profissionais responsáveis pelas crianças das etapas de ensino em processo de transição.
§4º Viabilizar as instituições de ensino os Pareceres Descritivos das crianças da Educação Infantil.

Art.5º Cabe as equipe gestora:
§1º Disponibilizar um período de adaptação para o acolhimento das crianças, assim como a escuta dos pais e/ou responsáveis e suas expectativas em relação ao atendimento nas instituições da Rede Municipal de Ensino.
§2º Valorizar as vivências das crianças e seus familiares, orientando sobre as práticas pedagógicas.
§3º Viabilizar aos docentes os Pareceres Descritivos das crianças da Educação Infantil.
§4º Vincular esforços para organização e elaboração de ações e estratégias pedagógicas para o processo de transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental I.
§5º Propor momentos de interação, a fim de que as crianças da Educação Infantil se habituem gradativamente à etapa posterior.

Art. 6º Os casos omissos referentes a esta Instrução Normativa serão acompanhados e resolvidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 7º A presente Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São José da Boa Vista, 07 de novembro de 2024.

DIANA MARIA PICON CAMPOS
Diretora da Divisão de Educação

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:6A9F0E0A

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E AÇÃO SOCIAL - IN 02/2024

Instrução Normativa n°02/2024

Dispõe sobre o Programa de Busca Ativa Escolar e o estabelecimento de normas e ações, procedimentos e instrumentos a serem utilizados em caso de infrequência escolar dos alunos matriculados nas instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de São José da Boa Vista - PR.

A Secretaria Municipal da Educação, do município de São José da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO – a Constituição Federal de 1988, especialmente os Artigos 205 e 206, que tratam do direito e princípios da Educação.
CONSIDERANDO – a Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
CONSIDERANDO – o dever de garantir a matrícula e a permanência dos estudantes nas Unidades Educacionais e adoção de medidas de combate e prevenção ao absenteísmo e abandono escolar;

RESOLVE:

1. Estabelecer ações e normas acerca de procedimentos e instrumentos, a serem utilizados no acompanhamento em caso de Infrequência Escolar, para assegurar o acesso, a permanência e o sucesso da aprendizagem aos alunos matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de São José da Boa Vista - Paraná e adesão ao Programa Busca Ativa Escolar.

DO DIREITO À EDUCAÇÃO

2. A educação, enquanto um direito universal, implica na obrigatoriedade do acesso e permanência das crianças e adolescentes entre 04 e 17 anos às instituições de ensino. Esse direito é assegurado pela legislação brasileira, sendo dever do Estado garantir sua efetivação.

DA FREQUÊNCIA

3. A frequência na Educação Infantil deve ser de no mínimo 60% do total de horas letivas, contados após a matrícula, sem que isto seja impeditivo para o prosseguimento dos estudos da criança.
4. No Ensino Fundamental é obrigatória à frequência mínima de 75% do total da carga horária das horas letivas, para fins de promoção.

ESCOLAR DA PROBLEMÁTICA DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR

5. Combater a Infrequência escolar é uma tarefa árdua para quem atua na área educacional, pois as faltas escolares vão além dos ”muros” da escola, é também uma questão social e cultural.
6. A infrequência escolar pode ser um dos fatores que tem prejudicado decisivamente o aprendizado escolar e estar impedindo um trabalho pedagógico mais efetivo do professor. E com as numerosas faltas escolares os alunos não estariam apresentando um rendimento escolar satisfatório, como também deixando-os expostos às vulnerabilidades e risco social.
OS OBJETIVOS DE COMBATE A INFREQUÊNCIA ESCOLAR/ABANDONO ESCOLAR

7. Os principais objetivos de combate a infrequência escolar, são:
7.1 Acompanhar e monitorar alunos que apresentam baixa frequência escolar, oportunizando troca de experiência, reflexões, informações e conscientização destes e de seus responsáveis sobre a importância da presença assídua nas aulas para melhoria do desenvolvimento da aprendizagem do aluno;
7.2 Oportunizar avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da rede municipal de ensino;
7.3 Elevar a qualidade da Educação na Rede Pública Municipal de Ensino;
7.4 Evitar à exposição dos alunos da rede municipal de ensino a marginalização e a exclusão social, contribuindo para a formação integral do aluno;
7.5 Reduzir o número de alunos com dificuldade de aprendizagem, decorrente do número elevado de faltas;
7.6 Conscientizar os pais e responsáveis da importância dos estudos na vida dos filhos, já que o desenvolvimento estudantil é fator predominante para que o indivíduo possa transformar a realidade em que está inserido, cabendo aos pais encaminhá-los e incentivá-los a frequentarem escola;
7.7 Garantir o retorno e a permanência do aluno no sistema de ensino e acompanhá-lo no processo de ensino e aprendizagem;
7.8 Identificar as causas de infrequência e/ ou abandono escolar, para proposição de estratégias que venham saná-las;
7.9 Estabelecer relações de colaboração com a família dos educandos, de modo a promover sua participação na vida escolar dos alunos:

MONITORAMENTO E BUSCA PELO ALUNO COM INFREQUÊNCIA ESCOLAR

8. A sistematização das ações de monitoramento e busca ao aluno ausente e o desenvolvimento de ações ao enfrentamento da infrequência diária e uma possível evasão e abandono escolar , será feito por meio da identificação, registro, controle, acompanhamento e mobilização social para garantir o acesso de crianças à escola e assegurar o recenseamento escolar contínuo no âmbito da Rede Municipal de Ensino preconizado nesta Instrução Normativa que será organizado a partir dos seguintes e distintos fluxos de atendimento:
8.1 Análise sistematizada e anual dos dados do censo escolar, no que tange à matrícula dos alunos, com vistas à identificação dos que não efetuaram a sua rematrícula;
8.2 Promoção das ações cabíveis para alunos que abandonaram a escola e reintegrá-los às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;
8.3 Acompanhamento e monitoramento da frequência diária dos estudantes por meio das informações obtidas na chamada nas salas de aula diariamente e /ou Livro Registro de Classe Online Municípios (LRCOM), com registro no Formulário de Monitoramento e Acompanhamento Diário da Infrequência Escolar, do levantamento dos alunos faltosos, função esta realizada pela secretária escolar e/ou inspetor de aluno, sob a supervisão da e ação conjunta da equipe administrativa/ pedagógica da escola e professores. (ANEXO I). Bem como pela comunicação do professor ao pedagogo, que informa à Secretaria para as devidas providências.
8.4 O pedagogo escolar deverá fazer contato telefônico ou por meio de mensagem de *WhatsApp* para apuração das circunstâncias/motivos da falta diária dos alunos apontados no Formulário de Monitoramento e Acompanhamento Diário da Infrequência Escolar.
8.5 Identificação e atuação imediata junto a pais/responsáveis legais de alunos que apresentarem ausência injustificada por 3 (três) dias consecutivos e/ou 5 (cinco) dias de faltas alternados.

ATUAÇÃO EM CASOS DE INFREQUÊNCIA ESCOLAR MEDIDAS PREVENTIVAS

9. Os gestores de todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino deverão assegurar o controle sistemático da frequência e infrequência escolar dos alunos nas Unidades Educacionais.
10. Caberá aos professores realizar o registro diário da frequência dos estudantes às aulas Livro Registro de Classe Online Municípios (LRCOM),
11. Em caso de ausência injustificada por 3 (três) dias consecutivos e/ou 5 (cinco) faltas em dias alternados, o docente deverá informar a equipe pedagógica da Escola/CMEI, para que sejam tomadas as providências cabíveis.
12. A equipe pedagógica também será o responsável por identificar os alunos infrequentes por meio da análise periódica do Formulário de Monitoramento e Acompanhamento Diário da Infrequência Escolar.
13. Em caso de ausência justificada por motivos particulares com 3 (três) dias consecutivos e/ou 5 (cinco) faltas em dias alternados o responsável legal do educando deverá justificá-la na unidade escolar, este deve estar ciente dos prejuízos pedagógicos que poderá acarretar a ausência do aluno. (ANEXO III)
14. Na terceira falta consecutiva e/ ou cinco faltas em dias alternados e injustificadas é realizado o contato telefônico com os pais e/ou responsáveis ou enviado bilhete para que os mesmos compareçam à escola para esclarecimentos sobre o motivo das faltas ou se há atestado médico para amparo legal dessas faltas, medida adotada para orientação e prevenção da inserção do aluno no Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE). (ANEXO II).

ATUAÇÃO EM CASOS DE INFREQUÊNCIA ESCOLAR REGISTRO NO SISTEMA EDUCACIONAL DA REDE DE PROTEÇÃO

15. A SEED orienta que as instituições de ensino comecem a realizar os primeiros encaminhamentos, a partir de constatados **05** (cinco) dias consecutivos de faltas injustificadas pelo estudante, ou **07** (sete) dias alternados (em até **60** dias, independente do período avaliativo), no intuito de que estas faltas não se efetivem como abandono escolar.
16. O SERP (Sistema Educacional da Rede de Proteção) é o sistema para preenchimento e fluxo dos encaminhamentos previstos no Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE). O sistema permite a tramitação dos casos de infrequência na Rede de Proteção de forma on-line, eliminando as fichas físicas.
17. O registro de infrequência do aluno no SERP é dividido em quatro passos, da seguinte forma:
1º passo: Identificação do aluno realizando a pesquisa pelo CGM ou nome;
2º passo: Abertura do caso de infrequência inserindo informações sobre a matrícula, dias de falta, motivos e observações gerais;
3º passo: Registro de encaminhamentos inserindo informações sobre as buscas ativas realizadas com o intuito de garantir o retorno do aluno à escola;
4º passo: Envio do caso para outro órgão da rede de proteção após a escola esgotar as possibilidades de ação. (somente disponível para o diretor);
18. Os procedimentos a serem adotados no registro do SERP (Sistema Educacional da Rede de Proteção), seguirá a seguinte ordem:
18.1 Docentes identificam e informam a equipe pedagógica e gestora da instituição escolar, após a constatação de **05** (cinco) dias consecutivos de faltas injustificadas pelo estudante, ou **07** (sete) dias alternados (em até **60** dias), e/ou a própria equipe pedagógica identifica em vistoria no Formulário de Monitoramento e Acompanhamento Diário da Infrequência Escolar, os alunos infrequentes.
18.2 Realização de contato telefônico com os pais e/ou responsáveis ou envio de bilhete para que os mesmos compareçam à escola para esclarecimentos sobre o motivo das faltas ou se há atestado médico para amparo legal dessas faltas;
18.3 Quando não é possível o contato via telefone, a direção fará a visita ao aluno, para saber o motivo apresentado pelos pais;
18.4 Esgotada essas intervenções, e o aluno que ainda não retornou à escola é realizado o encaminhamento para a rede de proteção;
19. Os procedimentos acima deverão ser sucessivos, e em caso de êxito e constatado o retorno do aluno em qualquer uma das etapas descritas, o caso de abandono deverá ser arquivado pela escola no sistema SERP;
20. Mesmo com o retorno do aluno à escola, a equipe gestora e pedagógica deverá dialogar com o pai ou responsável legal pelo aluno ausente, buscando levantar as causas da infrequência, possíveis formas de enfrentamento desta, dando ciência aos pais ou responsável legal quanto ao direito da criança e dever da família na escolarização; (ANEXO IV);
21. Após o levantamento das informações cabe ao Diretor/Coordenador da Unidade Educacional:
a) Informar aos docentes atuantes com o aluno acerca das informações levantadas;
b) Traçar estratégias, no âmbito de atuação da equipe de gestão da ESCOLA/CMEI e docentes atuantes com o aluno, para o enfrentamento da infrequência;
22. Caso a situação de infrequência permaneça, a escola encaminhará para o Conselho Tutelar, o qual executará com as medidas necessárias e encaminhamentos cabíveis.

DAS FALTAS AMPARADAS DO ALUNO (EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA- FASE I)

23. Quanto à falta da (o) aluno, motivada por:
a) - afecções impeditivas de frequência às aulas (Decreto Lei Federal n.º 1044/69);
b) - licença-maternidade (Lei Federal n.º 6202/75);
c) - acompanhamento de filho menor hospitalizado (Resolução n.º 41/1995, que dispõe sobre os Direitos da Criança e do Adolescente);
d) - impedimento de acesso dos estudantes, devido à ausência do transporte escolar (Instrução nº 21/2017- SUED/SEED).

AÇÕES PREVENTIVAS DE COMBATE A INFREQUÊNCIA ESCOLAR

24. A ESCOLA/CMEI devem realizar frequentemente ações preventivas junto aos pais ou responsáveis para o combate a Infrequência Escolar. Segue as medidas preventivas que devem ser adotadas em cada unidade educacional:

24.1 Levantamento diário dos alunos faltosos por meio do Formulário de Monitoramento e Acompanhamento Diário da Infrequência Escolar, realizada pela secretária escolar e/ ou inspetor de aluno em conjunto com a equipe administrativa e pedagógica da escola, para providências junto aos pais ou responsáveis;
24.2 O professor deverá incentivar diariamente os alunos quanto à importância da frequência na aula todos os dias, para que haja melhoria da própria aprendizagem;
24.3 Promoção pela escola de Premiação mensal ou trimestral (como: medalhas impressas no papel, EVA e ou metal, bótons, certificados e outros meios) para os alunos mais assíduos por turma com base nos dados levantados no LRCOM ou outro meio utilizado pela escola e/ ou professor, para estimular a frequência escolar e assiduidade, ação a ser realizada pelo gestor escolar;
24.4 Postagem nos grupos de *Whatsapp* dos pais de cada turma, lembretes e posts sobre a importância do aluno frequentar a escola todos os dias, ação que deve ser realizada por toda equipe escolar: gestor, pedagogo e professor;
24.5 Reunião com os pais ou responsáveis dos alunos faltosos da rede municipal de ensino para conscientização sobre a importância da frequência escolar diária, a sua contribuição no processo de ensino e aprendizagem e ciência das ações e procedimentos previstas quanto aos alunos faltosos;
24.6 Promoção de Campanha de incentivo à frequência escolar, realizada pela Secretaria Municipal de Educação, com ampla divulgação nos meios digitais e sociais da comunidade escolar e local do município;
25.7 Divulgação de campanha de incentivo da frequência escolar quando promovida pela Secretaria Municipal nas redes sociais das escolas e grupos de *Whatsapp* dos pais;
25.8 Promoção de encaminhamentos para as situações de faltas que ocorrem por motivos extra-escolares, cuja solução possa ser encaminhada para outros órgãos. Por exemplo: alunos para tratamento da saúde - Secretaria de Saúde - Falta de agasalho, calçados ou alimentação e vulnerabilidade - Assistência Social e outros tipos de violência - Conselho Tutelar, diversos encaminhamentos para acolhimento das famílias, entre outros.
25.9 Orientação aos pais da importância de comunicar à escola o motivo da falta da criança e a necessidade do envio de atestado médico, declaração de exame e declaração de vacina que comprove o motivo da ausência do aluno (a) na escola. Ação a ser realizada pelo gestor escolar;
25.10 Visitas às casas dos alunos faltosos para abordar e conscientizar os pais sobre os direitos e deveres quanto o acompanhamento do filho à Escola. Ação deverá ser desenvolvida pelo gestor escolar e equipe pedagógica;

ANÁLISE SISTEMATIZADA ANUAL DOS DADOS DO CENSO ESCOLAR

26. Competirá às Secretárias das Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil, sob a supervisão e orientação da Secretaria Municipal de Educação, a promoção da análise sistematizada e anual dos dados do censo escolar oficial, no que tange à matrícula dos alunos, para verificação de eventuais casos de alunos que não realizaram sua matrícula para o ano letivo subsequente.
26.1 Em caso de localização de aluno para o qual não foi localizada rematrícula, cabe a direção/secretaria da unidade escolar o contato com as famílias.
26.2 Caso a direção da unidade escolar não logre êxito na promoção da matrícula dos alunos evadidos, deverá a mesma oficiar ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, dando ciência a tais órgãos sobre a referida situação, nos termos da legislação em vigor.
27. A secretaria Municipal de Educação deverá ser comunicada pela direção da escola sobre as ações implementadas, independentemente do sucesso na obtenção da rematrícula dos alunos, com o fim de promoção de outras medidas atinentes ao resgate escolar do aluno.

IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS DA FAIXA OBRIGATÓRIA SEM MATRÍCULA EFETIVADA NAS UNIDADES ESCOLARES

28. A Secretaria de Educação utilizará as ferramentas tecnológicas e demais materiais disponíveis, incluindo possível anúncio público de chamamento de alunos na faixa etária obrigatória sem matrícula em todos os meios digitais e mídias sociais, como uma das estratégias inerentes à efetivação de matrícula das crianças na faixa etária obrigatória.
29. A Secretaria Municipal de Educação utilizará, além dos dados do Censo Escolar, a relação do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico e os cadastros realizados no Posto de Saúde como referência para a aferição das matrículas de alunos na faixa obrigatória de frequência (4 anos).
29.1 O relatório detalhado produzido será verificado no Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) quanto à matrícula de todas as crianças da faixa etária atendida.
29.2 Em caso de existência de crianças na relação para as quais não tenha sido localizada matrícula no Município, a Secretaria de Educação deverá realizar a busca dos alunos evadidos ou sem matrícula, por meio de visitas domiciliares, recorrendo ainda, se necessário, à Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria de Saúde e Conselho Tutelar, e em não obtendo êxito, acionando a Rede de Proteção.
29.3 Caso ainda não tenha sido alcançado sucesso na localização das crianças ou na obtenção da matrícula dos mesmos, a situação deverá ser encaminhada ao Ministério Público.

PROGRAMA DE BUSCA ATIVA ESCOLAR

30. A Secretaria Municipal de Educação aderiu ao "Busca Ativa Escolar", que é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas gratuitamente para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).
30.1 A intenção é apoiar a educação na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.
30.2 Produzir dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos das crianças.
30.3 Reunião de representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, etc., fortalecendo, dessa forma, a rede de proteção. Cada secretaria e profissional tem um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou adolescente fora da escola ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re) matrícula e sua permanência na escola.
31. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

São José da Boa Vista, 06 de novembro de 2024.

DIANA MARIA PICON CAMPOS
Diretora da Divisão de Educação

ANEXO I

FORMULÁRIO DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DIÁRIO DA INFREQUÊNCIA ESCOLAR

Identificação da Escola: _____

Mês de Preenchimento: _____

Nome do Aluno	Turma	Data de Falta	Tipo de contato com a família	Justificativa da falta

ANEXO II

FICHA DE COMUNICADO E ORIENTAÇÃO DE INFREQUÊNCIA ESCOLAR AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Informamos que o seu filho (a) _____matriculado (a) no_____ apresenta _____ faltas alternadas e/ou _____ faltas consecutivas sem a devida justificativa no período de ___/____/____ à ____/____/_____.

Lembramos que as faltas prejudicam o processo de ensino e aprendizado do (a) aluno (a), bem como pode ocasionar a reprovação. Salientamos que esse mecanismo faz parte das ações para busca do aluno ausente e o desenvolvimento de ações ao enfrentamento da evasão e abandono escolar acompanhamento e mobilização social para garantir o acesso de crianças à escola no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

É necessário a colaboração dos pais ou responsáveis, incentivando e encaminhando o aluno para a escola todos os dias, já que essa função é responsabilidade e dever exclusivo da família.

Informamos ainda que o não comparecimento da criança à escola implicará no não cumprimento da Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente no Art. 54 §3º, podendo acarretar aos pais ou responsáveis aplicação das leis previstas na inserção do aluno no Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE), com o registro no SERP (Sistema Educacional da Rede de Proteção).

Ressaltamos que é dever e responsabilidade da família, ficando os pais ou responsáveis orientados e cientes da importância da frequência diária do aluno à escola e dos procedimentos quanto às faltas injustificadas.

São José da Boa Vista/PR, ____ de _____ de 2024.

_____
Assinatura Do Pai E/Ou Responsável

_____
Assinatura Da Equipe Administrava/Pedagógica

ANEXO III

FICHA DE AUSÊNCIA JUSTIFICADA POR MOTIVOS PARTICULARES

Eu, _____, pai, mãe ou responsável do aluno (a):_____ regularmente matriculado na turma do _____, nesta unidade escolar_____.

Venho por meio deste, informar que meio filho (a) faltará /faltou às aulas nos dias _____, perfazendo um total de _____ faltas consecutivas e/ ou _____ alternadas. O pai e/ou responsável fica ciente de que seu filho (a) terá prejuízo educacional e perderá a garantia do aproveitamento escolar adequado, acarretado pela ausência do aluno.

Nas linhas abaixo, o pai deverá justificar por escrito o motivo das faltas:

_____

O pai e/ou responsável pelo aluno fica ciente de que a ausência de 5 (cinco) dias consecutivos e/ou 7 (sete) faltas em dias alternados, acarretará na inserção do aluno no Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE), com o registro no SERP (Sistema Educacional da Rede de Proteção).

São José da Boa Vista/PR, ____ de _____ de 2024.

_____
Assinatura Do Pai E/Ou Responsável

_____
Assinatura Da Equipe Administrava/Pedagógica

ANEXO IV

FICHA DE LEVANTAMENTO DE CAUSAS E ORIENTAÇÕES DE INFREQUÊNCIA ESCOLAR AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

Orientamos que o seu filho (a) _____matriculado(a) no_____ apresentou _____ faltas alternadas e/ou _____ faltas consecutivas sem a devida justificativa no período de ___/____/____ à ____/____/_____.

Lembramos que as faltas prejudicam o processo de ensino e aprendizado do (a) aluno (a), bem como pode ocasionar a reprovação. É necessário a colaboração dos pais ou responsáveis, incentivando e encaminhando o aluno para a escola todos os dias. Informamos ainda que o não comparecimento da criança à escola implicará no não cumprimento da Lei do Estatuto da Criança e do Adolescente no Art. 54 §3º, podendo acarretar aos pais ou responsáveis aplicação das leis previstas na inserção do aluno no Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE), com o registro no SERP (Sistema Educacional da Rede de Proteção).

Nas linhas abaixo, está descrito o relato do pai sobre a justificativa das faltas:

_____

Ficando os pais ou responsáveis orientados e cientes da importância da frequência diária do aluno à escola e dos procedimentos adotados quanto às faltas injustificadas.

São José da Boa Vista/PR, ____ de _____ de 2024.

_____
Assinatura Do Pai E/Ou Responsável

_____
Assinatura Da Equipe Administrava/Pedagógica

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:45228B8B

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E AÇÃO SOCIAL - IN 03/2024

Instrução Normativa n°03/2024

Dispõe sobre a regulamentação do processo de Avaliação Psicoeducacional da Rede Municipal de Ensino de São José da Boa Vista/PR.

A Secretaria Municipal da Educação, do município de São José da Boa Vista, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO – subsídios para a Avaliação Psicoeducacional orientações pedagógicas SEED Paraná, Curitiba 2013.
CONSIDERANDO – o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Francisco Abilio Lopes – Ensino Fundamental – Anos Iniciais.
CONSIDERANDO – O Regimento Escolar da Escola Municipal Francisco Abilio Lopes - Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA
CAPITULO I

Art. 1°. A avaliação Psicoeducacional da Rede Municipal de Ensino será realizada aos alunos da Escola Municipal Francisco Abilio Lopes quando o desempenho escolar não estiver de acordo com o esperado. É um processo de investigação nas áreas: efetivas, sociais. Pedagógicas, cognitiva/intelectuais, psicomotoras, entre outras.

Art.2º. Os profissionais envolvidos na Avaliação Psicoeducacional serão: Professores, direção, equipe pedagógica, psicólogo, psicopedagoga.

Art. 3º. A avaliação Psicoeducacional Municipal será realizada de acordo com a seguinte ordem:
I- O professor ao detectar que um aluno não está com o desempenho escolar de acordo com o esperado realizará relatórios do

desenvolvimento dessa criança que será anexado semestralmente no Sistema SERE Pedagógico.
II- A equipe pedagógica da escola deverá convocar os pais ou responsável na unidade educacional e comunicar os mesmos que será realizada uma investigação sobre as dificuldades educacionais encontradas no seu filho (a), para que possam autorizar os procedimentos a serem efetuados
III- Os pais ou responsáveis deverão acompanha os alunos durante o período de investigação da Avaliação Psicoeducacional devendo trazê-los ao local estipulado nas sessões psicopedagógicas.
IV- A equipe pedagógica da escola irá encaminhar aos profissionais da equipe técnica da Secretaria da Educação (psicólogo e psicopedagogo), relatórios do desempenho escolar do aluno em investigação. Tais profissionais irão realizar agendamentos para a avaliação.
V- Caso necessário o profissional durante o período de avaliação irá solicitar diante da necessidade, consultas médicas com especialistas e exames, onde os pais ou responsáveis deverão procurar a Unidade Básica de Saúde para encaminhar a consulta/exame. Devendo após a realização da mesma, retornar ao profissional que solicitou trazendo informações.

Art. 4° Após a realização da avaliação Psicoeducacional, os profissionais envolvidos realizarão um relatório final, o qual irá orientar sobre medidas a serem tomadas para melhor desenvolvimento e desempenho educacional da criança, realizando reuniões com os pais ou responsáveis, para autorizar os encaminhamentos necessários, se responsabilizando a levar a criança.
I- Atendimento clínico psicológico.
II- A família buscará junto aos profissionais da saúde após a realização da Avaliação Psicoeducacional, atendimentos oftalmológicos, pediátricos, odontológicos, otorrinos e neurológicos, para possíveis encaminhamentos caso haja necessidade.
III- Sala de Recursos Multifuncional e Classe Especial, ofertada nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. É um atendimento educacional especializado de natureza pedagógica, que complementa a escolarização de alunos com Deficiência Intelectual (DI), Deficiência Física Neuromotora (DFN), Deficiência Sensorial, Surdez, Deficiência auditiva, Deficiência Visual, Surdo cegueira, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) Deficiência Múltipla, Atraso Global do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), onde o professor com formação (Pós Graduação em Educação Especial), por meio de estratégias pedagógicas e intervenções especificas, tem como objetivo propiciar condições para o desenvolvimento cognitivo, sócio-emocional e motor desse grupo de alunos, com visitas a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem.
IV- Projetos de apoio escolar quando ofertados pela Divisão de Cultura e Turismo em contra turno.

Art. 5º O pai ou responsável pelo aluno que no decorrer das sessões de avaliação queira desistir do mesmo, deverá se responsabilizar mediante assinatura de um termo de desistência apresentado pela equipe de Avaliação/Psicoeducacional.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

São José da Boa Vista, 06 de novembro de 2024.

DIANA MARIA PICON CAMPOS
Diretora da Divisão de Educação

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:3EB88187

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PA 04/2022 - BENEFICIO EVENTUAL - EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2022

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que concedeu AUXÍLIO MORADIA nos termos da Lei nº 799/2013, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo nº 04/2022
Beneficiário: JESSIKA APARECIDA ROSA
Objeto: Concessão de auxílio moradia
Valor: R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) mensais
Vigência: 06 (seis) meses
Fundamento legal: artigo 16, "d", da Lei nº 799/2013.
Autoridade: José Lázaro Ferraz – Prefeito do Município
Data da concessão: 07/11/2024

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:54E4ACE0

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
PA 54/2024 - BENEFICIO EVENTUAL - EXTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2024

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA**, Estado do Paraná, torna público que concedeu AUXÍLIO ÁGUA nos termos da Lei nº 799/2013, cujo extrato segue abaixo:

Processo Administrativo nº 54/2024
Beneficiário: VALDECI RODRIGUES DOS SANTOS
Objeto: Concessão de auxílio água
Valor: R$ 30,09
Vigência: parcela única
Fundamento legal: artigo 16, "f", da Lei nº 799/2013.
Autoridade: José Lázaro Ferraz – Prefeito do Município
Data da concessão: 07/11/2024

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:4F4BE612

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação o Pregão Eletrônico nº 041/2024, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Aquisição de insumos agrícolas e materiais diversos, destinados a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR.
As empresas vencedoras foram: FONTEL-COMÉRCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, com o valor de R$266.438,70(duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta centavos); BIDEN COMERCIAL LTDA, com o valor de R$2.500,00(dois mil e quinhentos reais); BARÃOSEG LTDA, com o valor de R$1.647,00(um mil, seiscentos e quarenta e sete reais) e PESKA SPORT COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, com o valor de R$507,80(quinhentos e sete reais e oitenta centavos)
Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, 06 de novembro de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

_____

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:0ABCE6D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0159/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0159/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024.

OBJETO:Aquisição de insumos agrícolas e materiais diversos, destinados a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: FONTEL- COMÉRCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
VALOR:R$266.438,70 (duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta centavos) até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 30 de Novembro de 2025.

São José das Palmeiras, em 06de Novembro de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

_____

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:0D988229

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0160/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0160/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024.

OBJETO: Aquisição de insumos agrícolas e materiais diversos, destinados a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: BIDDEN COMERCIAL LTDA
VALOR: R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 30 de Novembro de 2025.

São José das Palmeiras, em 06 de Novembro de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:EED79D93

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0161/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0161/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024.

OBJETO: Aquisição de insumos agrícolas e materiais diversos, destinados a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: BARÃOSEG LTDA
VALOR: R$1.647,00 (um mil, seiscentos e quarenta e sete reais) até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 06 de Novembro de 2025.

São José das Palmeiras, em 06 de Novembro de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:57E77793

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0162/2024 PREGÃO ELETRONICO Nº 041/2024.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0162/2024
PREGÃO ELETRONICO Nº 041/2024.

OBJETO: Aquisição de insumos agrícolas e materiais diversos, destinados a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.
CONTRATADA: PESKA SPORT COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
VALOR: R$507,80 (quinhentos e sete reais e oitenta centavos) até o término do contrato
VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 30 de Novembro de 2025.

São José das Palmeiras, em 07 de Novembro de 2024.

NELTON BRUM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:96E6FC06

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 93/2024

PORTARIA N.º 93/2024

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES, PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ETC...

Art. 1º - Retifica período de fruição de férias do servidor municipal relacionado na Portaria nº 62/2024, conforme abaixo relacionado:

N.º Ordem	Nome do Servidor/matrícula	Período Aquisitivo	Fruição retificada
12	Leticia Guilherme de Almeida Morais - 653	04-07-2023/03-07-2024	10-02-2025/01-03-2025

Art. 3º - Revogas as disposições em contrário, está portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 07 de novembro de 2024.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:76779962

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
TERMO DE CESSÃO DE USO DE CADEIRA INFANTIL PARA APAE

TERMO DE CESSÃO DE USO DE CADEIRA INFANTIL PARA APAE

Data:	07/11/2024
CEDENTE	
MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	
Órgão/Entidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA
CNPJ:	76.290.659/0001-91

Endereço	Rua José Marcelino da Silva, 587
Município:	São Sebastião da Amoreira
Representante Legal:	FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
CESSIONÁRIO	
Órgão/Entidade:	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAS DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA - APAE
CNPJ:	81.883.621/0001-62
Endereço	Rua Minas Gerais, 531
Município:	São Sebastião da Amoreira
Representante Legal:	JOSÉ CASSIO BALBINO
Vigência:	07/11/2024 a 07/11/2026
Observações:	A cessão deste equipamento visa atender as demandas apresentadas quanto as necessidades do atendimento correto ao transporte de crianças com deficiência intelectual e multipla deficiência, realizada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionas de São Sebastião da Amoreira.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO (S) BEM (NS) CEDIDO (S)
O CEDENTE declara, para fins de direito, que é proprietário do(s) bem(ns) móvel(is) discriminado(s) a seguir:

Descrição do Item	CADEIRA INFANTIL PARA CARRO 0-36KG PRETA
Contrato	143/2023
Pregão Eletrônico	30/2023
Valor Unitário	R$ 778,00
Quantidade	07

Valor Total	R$ 5.446,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO
O CEDENTE transfere gratuitamente ao CESSIONÁRIO a guarda do(s) bem(ns) móvel(is) discriminado(s) na Cláusula Primeira deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE
O CEDENTE designa servidor para acompanhar termo de cessão.
Parágrafo primeiro. Ficam designado a servidora Bruna Siqueira da Silva da unidade cedente, para atuarem como gestor responsável, para acompanhar os Termos de Cessão de Uso do Item, destinados ao cessionário Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Sebastião da Amoreira - PR.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO
O CESSIONÁRIO é responsável por todas e quaisquer despesas referentes a manutenções e reparações.
Parágrafo Primeiro. O CESSIONÁRIO é responsável pela conferência no ato do recebimento do(s) bem(ns) móvel(is) discriminado(s) na Cláusula Primeira deste Termo.
Parágrafo Segundo. O CESSIONÁRIO por intermédio de pessoa credenciada, assume o compromisso de comparecer à sede do CENDENTE quando solicitado, para tratar de assuntos referentes a presente cessão, sob pena de cancelamento do termo e recolhimento do item.

CLÁUSULA QUINTA - DA FINALIDADE
O CESSIONÁRIO compromete-se a destinar o(s) bem(ns), exclusivamente, para prestar atendimento as necessidades da entidade nas áreas de atuação: transporte de escolares.
Parágrafo Primeiro. É vedada a transferência e utilização por terceiros, sem a expressa autorização do CEDENTE, bem como utilizar para outros fins, senão o especificado na finalidade, sob pena do presente termo tornando-se sem efeito.

CLÁUSULA SEXTA - DA DEVOLUÇÃO
Por determinação superior ou interesses administrativos do Município de São Sebastião da Amoreira, a cessão do Item, poderá ser cancelada a qualquer tempo, obrigando-se o CESSIONÁRIO a devolvê-lo, sem que lhe assista direito à indenização de qualquer título.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE
O CESSIONÁRIO responde pela utilização e conservação do(s) bem(ns) nas esferas administrativa, civil e criminal, desde a data do seu recebimento.

CLAÚSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA
O presente instrumento terá vigência 2 (dois) anos a contar de data de sua publicação, conforme descrito acima, permitida sua prorrogação por igual período mediante autorização do CEDENTE.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO
O CEDENTE providenciará a publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Assaí, para dirimir todas as questões oriundas do Termo de Cessão.
Por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com a presença (duas) testemunhas.

São Sebastião da Amoreira, 07 de novembro de 2024.

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretaria Municipal De Educação E Cultura
Representante Do Cedente

JOSÉ CÁSSIO BALBINO
Presidente Da APAE
Representante Do Cessionário

BRUNA SIQUEIRA DA SILVA
Gestor/Fiscal Do Termo De Cessão
Chefe Do Setor De Educação

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:7B000BEA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 149/2024

EXTRATO DE CONTRATO N° 149/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: LEONARDO AMADEU SOUZA

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de captação de imagens aéreas com utilização de DRONE, para a Festa de Aniversário do Município de São Sebastião da Amoreira – PR, nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2024, a ser realizada no Centro de Eventos Olímpio.

Valor: **R$ 5.370,00 (cinco mil e trezentos e setenta reais).**

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 07/11/2025.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:47B485ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 35/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2024

OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos de topografia, ensaio de percolação, ensaio sondagens de solos à percussão pelo método SPT e ensaio de sondagens a Trado**. Expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do

procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação do objeto a empresa **AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA - MATRIZ,** sendo o valor total do certame R$ 442.899,90 (Quatrocentos e Quarenta e Dois Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa Centavos).

Sapopema Pr, 06/11/2024

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:DD173811

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 16/2024

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 16/2024

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 858 - Centro, na cidade de Sapopema-Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Excelentíssimo prefeito sr. ***PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR***, nomeado nomeado pela Ata de Posse Bienio 2021 a 2024, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 06 de janeiro do ano de 2021, Edição 2173, portador da Matrícula funcional nº 80421, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para REGISTRO DE PREÇOS** nº 35/2024, publicada no dia de 23/10/2024, processo administrativo n.º 97/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
FORNECEDOR: AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na cidade de Larangeiras do Sul Paraná Av. dos Sabias,199,Brcao 01 Bairro: Vila Industrial- CEP: 85.303-520, Telefone (42) 99962-1562- E-mail-kelen@azure.eng.br . Devidamente inscrita no CNPJ: sob nº 44.368.906/0001-39 neste ato representada pelo Sr. Wigor Junior de Oliveira, brasileiro, maior, portador do CPF: Nº 086.193.739-27, RG: sob nº 12.463.800-3, conforme consta no registro nº 20232030600 da junta comercial, residente e domiciliado na cidade de Laranjeira do Sul Parana.
DO OBJETO
Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços técnicos de topografia, ensaio de percolação, ensaio sondagens de solos à percussão pelo método SPT e ensaio de sondagens a Trado, fazendo uso das normas técnicas NBR-6484/2001; 7181/1984; 6502/1985; 9895/2016-17, para o município de Sapopema/PR, especificado(s) no(s) item(ns) 01 a 07 do lote 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de* ***Licitação nº 35/2024***, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
VALOR TOTAL DE R$: 442.899,90(quatrocentos e quarenta e dois mil oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos)
VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

Sapopema 06 de novembro de 2024

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:9B2B448A

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 152/2024

EDITAL nº 152/2024

EDITAL DE RETIFICAÇÃO

(Relativo ao Concurso Público no 01/2022)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o ***Concurso Público no 01/2022*****,** em observância ao principio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve:**

Retificar os Editais de convocação nºs 14/2023 e 17/2023, conforme item 16.9.3 do Edital nº 01/2022, que diz: A cada 10 (dez) candidatos nomeados além do limite de vagas geral para cada cargo ofertadas neste Edital, 01(uma) será preenchida por candidato inscrito na condição de pessoa afrodescendente, observada a pontuação mínima de aprovação, bem como a ordem classificatória.

Desconsiderar a convocação da afrodescendente abaixo, convocada pelo Edital nº 14/2023, datado de 10/02/2023, por erro na interpretação do item 16.9.3 acima.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME	NOTA
1 º Afro	PROFESSOR	BÁRBARA TAMIRES C. DOS SANTOS	79,00

Retificar o Edital de convocação nº 17/2023, datado de 15/02/2024, acrescentando a candidata acima como convocada na classificação normal.

CLASSIFICAÇÃO	CARGO	NOME	NOTA
10 º	PROFESSOR	CAROLINA WEDAN	79,00
11 º	PROFESSOR	ANA PAULA MOREIRA CORDEIRO	79,00
12º	PROFESSOR	BÁRBARA TAMIRES C. DOS SANTOS	79,00
13 º	PROFESSOR	MARINÊS MARTINS	78,00

Sapopema, 07/11/2024

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:F55C8728

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCORRENCIA Nº 03/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2024-CONCORRENCIA Nº 03/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/2024

CONTRATANTE: Município de Sapopema, Estado do Paraná, com sede à Rua Avenida Manoel Ribas, 858, inscrito no CGC/MF nº 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Paulo Maximiano de Souza Junior, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.985.239-8 e do CPF/MF nº 769.681.549-00, Residente e domiciliado na Rua Santa nesta cidade.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DA ESCOLA OLAVO BILAC DO MUNICÍPIO DE SAPOPEMA – PR.

CONTRATADA: CARLOS VALDECI BARBOSA LTDA

CNPJ: 27.016.837/0001-85

CONTRATO Nº 180/2024

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03(três) meses.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(doze) meses

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de novembro de 2024.

VALOR: R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais).

FORO: Comarca de Curiúva, Estado do Paraná.

Sapopema, 07 de novembro de 2024.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:7708915C

ADMINISTRAÇÃO GERAL
AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 37/2024

– NOVA DATA DE ABERTURA

A Secretaria de Educação, encontrou a necessidade de RETIFICAÇÃO do Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, decretos Municipal e demais normas aplicáveis, referente o Edital visando Aquisição de kits de materiais Escolares. Data final para apresentação de Proposta de preços será no dia 22/11/2024 as 08:55 h. Abertura será dia 22/11/2024 as 09:00 h. O edital retificado encontra-se à disposição dos interessados no site www.sapopema.pr.gov.br , https://comprasbr.com.br , dúvidas e esclarecimentos através do e-mail licitacoessapopema@yahoo.com.br , Tel: 0800 090 4201.

Sapopema, 07 de novembro de 2024.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melany Suetch
Código Identificador:A9F9E9BD

ADMINISTRAÇÃO GERAL
SUMULA DE L.P

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA torna público que requereu em 07(sete) de novembro de 2024 ao Instituto Água e Terra - IAT, a Licença Prévia, para construção de instalação de barracão de reciclagem triagem e acondicionamento de resíduos recicláveis para o imóvel localizado a Rua Epifânio Cândido da cruz, lote 04, bairro Lajeado Liso em Sapopema-PR, imóvel havido pela matrícula nº 7.516 do C.R.I. de Curiúva – PR.

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:E9E991CB

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04/2024

Reequilíbrio de Valor

Pregão Nº 06/2024.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 55/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA JAIR SILVA DE ANDRADE - ME.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Bienio 2021 a 2024, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 06 de janeiro do ano de 2021, Edição 2173, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **JAIR SILVA DE ANDRADE - ME**, *inscrita no CNPJ/MF sob o nº* 04.932.895/0001-53*, sediado* na cidade de Sapopema/PR à Av. Joaquin Domingues Guerreiro, 415 mercado - CEP: 84290000 - BAIRRO: centro telefone 43 35481093, e-mail supermercadojairandrade@hotmail.com , doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado por* JAIR SILVA DE ANDRADE, brasileiro, maior, empresário, portador do C.P.F. nº 977.102.539-20 e RG nº 6950596-1, representante legal, *conforme atos constitutivos da empresa,* tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Reequilíbrio de Valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste de valor, conforme o Art. 130 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
2.1. Na forma do art. 130 da Lei nº 14.133/2021, fica reajustado o valor dos Lotes nº- 05 (AÇUCAR CRISTAL) de R$: 18,86 (dezoito reais e oitenta e seis centavos), para R$: 22,61 (vinte e dois reais e sessenta e um centavos) , Lote nº- 31 (CAFÉ) de R$: 15,03 (quinze reais e três centavos), para R$: 18,63 (dezoito reais e sessenta e três centavos), Lote nº- 65 (FARINHA DE TRIGO) de R$: 15,43 (quinze reais e quarenta e três centavos), para R$: 20,98 (vinte reais e noventa e oito centavos), Lote nº- 79 (GÁS DE COZINHA) de R$: 100,00 (cem reais), para R$: 110,00 (cento e dez reais), Lote nº- 86 (LEITE EM PÓ) de R$: 14,77 (quatorze reais e setenta e sete centavos), para R$: 18,90 (dezoito reais e noventa centavos), Lote nº- 89 (LEITE INTEGRAL UHT) de R$: 4,76 (quatro reais e setenta e seis centavos), para R$: 5,82 (cinco reais e oitenta e dois centavos), Lote nº- 113 (OLEO DE SOJA) de R$: 5,51 (cinco reais e cinquenta e um centavos), para R$: 6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos), Lote nº- 188 (CARNE BOVINA MUSCULO) de R$: 26,00 (vinte e seis reais), para R$: 30,68 (trinta reais e sessenta e oito centavos), Lote nº- 189 (CARNE BOVINA ACEM PEDAÇO) de R$: 25,29 (vinte e cinco reais e vinte e nove centavos), para R$: 30,09 (trinta reais e nove centavos), Lote nº- 190 (CARNE BOVINA POSTA) de R$: 21,99 (vinte e um reais e noventa e nove centavos), para R$: 25,18 (vinte e cinco reais e dezoito centavos), Lote nº- 191 (CARNE BOVINA COXAO MOLE) de R$: 29,43 (vinte e nove reais e quarenta e três centavos), para R$: 36,49 (trinta e seis reais e quarenta e nove centavos), Lote nº- 203 (CARNE MOIDA PALETA) de R$: 21,32 (vinte e um reais e trinta e dois centavos), para R$: 25,37 (vinte e cinco reais e trinta e sete centavos) e Lote nº- 204 (PEITO DE FRANGO) de R$: 17,47 (dezessete reais e quarenta e sete centavos), para R$: 21,30 (vinte e um reais e trinta centavos).
Aditivo de Reequilíbrio de Valor conforme Parecer Jurídico favorável em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Sapopema, 07 de novembro de 2024

Publicado por:
Melany Suetch
Código Identificador:A3FEA680

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 349/2024

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 134.351,03 (Cento e trinta e quatro mil e trezentos e cinquenta e um reais e três centavos).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1963 e Lei municipal nº 1557/2024.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2024, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 134.351,03 (Cento e trinta e quatro mil e trezentos e cinquenta e um reais e três centavos).

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2017	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1130	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	134.351,03
	SUBTOTAL	**134.351,03**
	TOTAL	**134.351,03**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação de acordo com o que dispõe o art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e Lei Municipal nº 1557/2024.

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	134.351,03
	TOTAL	**134.351,03**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 07 de novembro de 2024.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melany Suetch
Código Identificador:17008973

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 3/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 3/2024
Reequilíbrio de Valor

Pregão 02/2024.

CONTRATO Nº 21/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA JAIR SILVA DE ANDRADE - ME.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo ***SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR, Prefeito Municipal***, nomeado pela Ata de Posse Bienio 2021 a 2024, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 06 de janeiro do ano de 2021, Edição 2173, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa **JAIR SILVA DE ANDRADE - ME**, *inscrita no CNPJ/MF sob o nº* 04.932.895/0001-53*, sediado* na cidade de Sapopema/PR à Av. Joaquin Domingues Guerreiro, 415 - Centro - mercado - CEP: 84.290-000 - telefone 43 3548-1093, e-mail supermercadojairandrade@hotmail.com , doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado por* Jair Silva de Andrade, brasileiro, maior, empresário, portador do C.P.F. nº 977.102.539-20 e RG nº 6950596-1, representante legal, *conforme atos constitutivos da empresa,* tendo em vista o que consta no Registro da Junta Comercial e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de Reequilíbrio de valor**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o reequilíbrio de Valor dos lotes abaixo, conforme o Art. 130 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILIBRIO
2.1. Na forma do art. 130 da Lei nº 14.133/2021, fica reajustado o valor dos Lotes nº- 29 (CARNE BOVINA MUSCULO) de R$: 26,00 (vinte e seis reais), para R$: 31,20 (trinta e um reais e vinte centavos), Lote nº- 30 (CARNE BOVINA MOIDA) de R$: 23,28 (vinte e três reais e vinte e oito centavos), para R$: 27,70 (vinte e sete reais e setenta centavos), Lote nº- 32 (FILE PEITO DE FRANGO) de R$: 16,22 (dezesseis reais e vinte e dois centavos), para R$: 19,78 (dezenove reais e setenta e oito centavos), Lote nº- 35 (COXINHA DA ASA) de R$: 13,20 (treze reais e vinte centavos), para R$: 16,23 (dezesseis reais e vinte e três centavos), Lote nº- 37 (PEITO DE FRANGO) de R$: 17,76 (dezessete reais e setenta e seis centavos), para R$: 21,82 (vinte e um reais e oitenta e dois centavos), Lote nº- 108 (MARGARINA) de R$: 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos), para R$: 4,75 (quatro reais e setenta e cinco centavos) e Lote nº- 113 (OLEO DE SOJA) de R$: 6,59 (seis reais e cinquenta e nove centavos), para R$: 7,97 (sete reais e noventa e sete centavos). Reequilíbrio conforme notas fiscais e parecer jurídico favorável em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Sapopema, 07 de novembro de 2024

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:738BF799

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº 21/2024

ORIGEM:	DISPENSA 26/2024 – CMS
CONTRATANTE:	CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ Nº: 78.844.834/0001-70
CONTRATADA:	NOMA VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA. CNPJ Nº: 07.132.230/0001-53
OBJETO:	Contratação de concessionária para efetuar a revisão de 10.000 km do veículo oficial Toyota Corolla, modelo XEI 2023/2023, cor prata, placa SEQ3B89, da Câmara Municipal de Sarandi
VALOR TOTAL:	R$ 1.494,48 (mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos).
VIGÊNCIA:	06 (seis) meses, 5 de novembro de 2024 a 5 de maio de 2025.
ASSINATURA:	5 de novembro de 2024.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de novembro de 2024.

EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"
Presidente da Câmara

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:A59EBD1B

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº 22/2024

ORIGEM:	DISPENSA 27/2024 – CMS
CONTRATANTE:	CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ Nº: 78.844.834/0001-70
CONTRATADA:	LARISSA XAVIER AMORIM BARROS

	CNPJ Nº: 49.451.060/0001-10
OBJETO:	Contratação de empresa para realização de curso teórico e prático de reciclagem da brigada de incêndio.
VALOR TOTAL:	R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA:	120 (cento e vinte) dias, 5 de novembro de 2024 a 5 de março de 2025.
ASSINATURA:	5 de novembro de 2024.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de novembro de 2024.

EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"
Presidente da Câmara

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:2CF78F94

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 120/2024

Designa a servidora Thais Sabino Janunzzi, para fiscalização de atas de registro de preços.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º Designar a servidora Thais Sabino Janunzzi, matrícula nº 140, inscrita no CPF sob nº XXX.260.XXX-XX, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Sarandi, para fiscalização das Atas de Registro de Preço que tem por objeto o fornecimento de quadros/ molduras para entrega de títulos de cidadão benemérito e honorário ao município, certificados de moções e certificados para os vereadores mirins eleitos e suplentes:
I - Ata nº 17/2024 – Michele Marques Longo, CNPJ nº 32.537.902/0001-77
II - Ata nº 18/2024 – Molduras Nobre Indústria e Comércio Ltda., CNPJ nº 80.283.377/0001-34
Art. 2º Fica a cargo da servidora mencionada no art. 1º, a responsabilidade técnica e legal pelo acompanhamento acerca do fiel cumprimento das cláusulas do referido contrato, respeitando os procedimentos dispostos na Instrução Normativa nº 1, de 14 de julho de 2022.
Art. 3º Designar como Fiscal de Contrato "Substituto", a servidora Marcela Fritz de Lima Muratori, matrícula nº 133, inscrita no CPF sob nº XXX.967.XXX-XX, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, para assumir a titularidade da fiscalização, em virtude de afastamentos e/ou eventuais impedimentos da servidora titular.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de novembro de 2024.

EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"
Presidente da Câmara

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:BE3E38B5

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 121/2024

Designa o servidor Lucas Ataliba Rantin de Carvalho para fiscalização de contrato.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º Designar o servidor Lucas Ataliba Rantin de Carvalho, matrícula nº 128, inscrito no CPF sob nº XXX.711.XXX-XX, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Sarandi, para fiscalização do Contrato nº 21/2024-CMS, firmado junto à empresa Noma Veículos Automotores, inscrita no CNPJ sob nº 07.132.230/0001-53, que tem por objeto a contratação de concessionária para efetuar a revisão de 10.000 km do veículo oficial Toyota Corolla, modelo XEI 2.0, 2023/2023, da Câmara Municipal de Sarandi.
Art. 2º Fica a cargo do servidor mencionado no art. 1º, a responsabilidade técnica e legal pelo acompanhamento acerca do fiel cumprimento das cláusulas do referido contrato, respeitando os procedimentos dispostos na Instrução Normativa nº 1, de 14 de julho de 2022.
Art. 3º Designar como Fiscal de Contrato "Substituto", o servidor João Roberto dos Santos Lopes, matrícula nº 130, inscrito no CPF sob nº XXX.844.XXX-XX, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, para assumir a titularidade da fiscalização, em virtude de afastamentos e/ou eventuais impedimentos do servidor titular.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de novembro de 2024.

EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"
Presidente da Câmara

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:CD601515

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
PORTARIA Nº 122/2024

Designa o servidor João Roberto dos Santos Lopes, para fiscalização de contrato.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Art. 1º Designar o servidor João Roberto dos Santos Lopes, matrícula nº 130, inscrito no CPF sob nº XXX.844.XXX-XX, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, do quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Sarandi, para fiscalização do Contrato nº 22/2024-CMS, firmado junto à empresa Larissa Xavier Amorim Barros, inscrita no CNPJ sob nº 49.451.060/0001-10, que tem por objeto a contratação de empresa para realização de curso teórico e prático de reciclagem da brigada de incêndio.
Art. 2º Fica a cargo do servidor mencionado no art. 1º, a responsabilidade técnica e legal pelo acompanhamento acerca do fiel cumprimento das cláusulas do referido contrato, respeitando os procedimentos dispostos na Instrução Normativa nº 1, de 14 de julho de 2022.
Art. 3º Designar como Fiscal de Contrato "Substituto", o servidor Renan Augusto dos Santos Volpatto, matrícula nº 132, inscrito no CPF sob nº XXX.914.XXX-XX, ocupante do cargo de Operador de Áudio e Webdesigner, para assumir a titularidade da fiscalização, em virtude de afastamentos e/ou eventuais impedimentos do servidor titular.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sarandi, 5 dias do mês de novembro de 2024.

EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"
Presidente da Câmara

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:E9A21575

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0053/2024 - UASG 988461

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0053/2024 – PMS
UASG 988461

OBJETO: Registro de preços para aquisições de CARNES (bovina, frango, suína, peixes) e frios, para atender à demanda do Município de Sarandi/PR.
Data e horário de abertura da Sessão: **dia 28 de novembro de 2024 às 09:00 Horas**.

LOCAL:http://www.compras.gov.br/
AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O EDITAL COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (0xx44) 3264-8623.
E-MAIL: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro1@sarandi.pr.gov.brO EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NOS SITE: http://www.sarandi.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br

Sarandi, 07 de novembro de 2024.

RENAN BATISTA MEYRING
Pregoeiro

Publicado por:
Renan Batista Meyring
Código Identificador:C2C49ED5

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0052/2024-PMS-UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0052/2024 – PMS – UASG 988461

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de Material Escolar, de acordo com a necessidade da Prefeitura do Município de Sarandi/PR.

Data e horário da abertura da Sessão: **28 de novembro de 2024 às 09:00 horas**.

LOCAL: http://www.compras.gov.br/

AS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E O EDITAL COMPLETO PODERÃO SER OBTIDOS NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES COMPRAS E PATRIMÔNIO – PAÇO MUNICIPAL – FONE: (0xx44) 3264-8623 – FAX: (0xx44) 3264-8628. EMAIL: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro4@sarandi.pr.gov.br
O EDITAL COMPLETO PODERÁ SER RETIRADO NOS SITES: http://www.compras.gov.br/ e https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/1/licitacoes.

Sarandi, 07 de novembro de 2024.

MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS
Pregoeira

Publicado por:
Maria Luiza Souza Carvalho Mattos
Código Identificador:B366655F

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 4260/2024

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o Processo de Representação funcional nº38/2024, da Corregedoria Geral.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR Sindicância administrativa para apuração depossíveis irregularidades funcionais praticadas por servidor ocupante do cargo Medico Plantonista Clínico Geral.
2º - NOMEAR os servidores **ANDRE LOPES DE FARIA,** matrícula nº 6051, **MARCOS TIAGO ALCANTARA DA SILVA,** matrícula nº3675 e **POLLYANNE ALVES TOMAZ E SILVA,** matrícula nº6940, sob apresidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 31 de Outubro de 2024.

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:DE0DB108

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 4261/2024

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o Processo de Representação funcional nº14/2024, da Corregedoria Geral.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR Sindicância administrativa para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas porservidores ocupante do cargo de Engenheiro Civil.
2º - NOMEAR os servidores **ADRIELY PATRICIA BERTON MALAGUTTI,** matrícula nº 6543, **MICHELE FERREIRA DEFENDI,** matrícula nº6849 e **FLAVIA CRISTINA GONCALVES,** matrícula nº2048, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º -Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 31 de Outubro de 2024.

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:38C44944

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 4262/2024

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o Processo de Representação funcional nº32/2024, da Corregedoria Geral.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR Sindicância administrativa para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidor ocupante do cargo de Motorista D.
2º - NOMEAR os servidores **JAIRO GOMES MARTINS JUNIOR,** matrícula nº 5733, **IVONILDES MIRANDA DOS SANTOS NASCIMENTO,** matrícula nº6929 e **GISLAINE LAURINDO DA SILVA,** matrícula nº4220, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 31 de Outubro de 2024.

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:B3C6F10C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 2024

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 1090 - 29/10/2024
DATA DA LAVRATURA: 30/10/2024

INFRATOR: REISA EMPREENDIMENTOS E ADMINSTRADORA DE BENS PRÓPRIOS LTDA - ME
LOCALIDADE DO DANO: EST. OCTAVIO COLLI, 2149 – GLEBA PATRIMÔNIO SARANDI - SARANDI-PR

DESCRIÇÃO DO DANO:
LEI 409/2022 ART.20, REGULAMENTADO PELO DECRETO Nº 1012/2022, ART. 8º
NÃO ATENDEU À NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 240/2024, NÃO REALIZOU A LIMPEZA DA FRENTE DO LOTE. LOCAL COM VÁRIAS COISAS E OBJETOS DEPOSITADOS COMO RESTOS DE MÓVEIS, ENTULHOS, ETC, CONFORME DETERMINA O **ART. 20 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 409/2022**, QUE DISPÕE QUE O PROPRIETÁRIO OU OCUPANTE É RESPONSÁVEL PERANTE A PREFEITURA PELA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E ASSEIO DA EDIFICAÇÃO, QUINTAIS, JARDINS, PÁTIOS E TERRENOS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE HIGIÊNE, DE MODO A NÃO COMPROMETER A SAÚDE PÚBLICA. TAL ACÚMULO REFERE-SE AO ENDEREÇO NA EST. OCTAVIO COLLI Nº 2149, GLEBA PATRIMÔNIO SARANDI, SARANDI/PR.
DECRETO Nº 1012/2022
ART. 8º - "VIOLAÇÃO DE OUTROS DISPOSITIVOS DESTE REGULAMENTO NÃO EXPRESSAMENTE ACIMA MENCIONADOS"
O PRAZO PARA RECURSO ADMINISTRATIVO OU IMPUGNAÇÃO É DE 15 (QUINZE DIAS) A CONTAR DA PRESENTE DATA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 254 DA LEI COMPLEMENTAR 409/2022. DEVENDO SER PROTOCOLADO EM QUALQUER UNIDADE ADMINISTRATIVA.

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:40EE1731

SECRETÁRIO M. DA JUV. CULT. ESP. E LAZER
ABERTURA DE PRAZO RECURSAL

ABERTURA DE PRAZO RECURSAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024 - OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024 - VIDEO PRODUÇÃO

A Prefeitura do Município de Sarandi, Estado do Paraná, informa que os proponentes que tiveram seus projetos culturais reprovados pela banca examinadora poderão apresentar recurso link abaixo.

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSehXozAgcxpjRb51OG4EvzUm-GwxmvJSGmUamWtzYDfwCdi9A/viewform?usp=pp_url

Informamos que os recursos poderão ser registrados entre os dias 08 e 10 de novembro encerrando-se às 23h59min. Sendo que qualquer recurso que seja enviado após este horário será automaticamente desconsiderado.

Publicado por:
Reginaldo Zauizio de Souza
Código Identificador:06E1A703

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 214/2024

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2024

O Município de Sengés, representado neste ato pelo Senhor Prefeito Municipal, torna público que estão abertas as inscrições para fins de **CREDENCIAMENTO** nas condições abaixo descrito:

1. DO OBJETO:-

1.1. Credenciamento de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que estejam interessadas em prestar serviços destinados ao recebimento e tratamento de documentos de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Município de Sengés, e respectiva prestação de contas dos valores arrecadados, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, de acordo com a(s) modalidade(s) selecionada(s) pela instituição, através do Formulário de Credenciamento através da rede de atendimento da instituição credenciada, conforme especificações, quantidades e demais exigências estabelecidas.

2. PRAZO E LOCAL DE CREDENCIAMENTO:-

2.1. Os interessados poderão requerer a inscrição para o credenciamento, durante o período de expediente, das 08h30min as 11h30min e das 13h00 as 17h30min, junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizadas na Travessa Senador Souza Naves, n.° 95, Centro, em Sengés, a partir da data da publicação do resumo deste Edital do Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

03. DEMAIS INFORMAÇÕES:-

3.1. INFORMAÇÕES: O Edital está à disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, situada na Travessa Senador Souza Naves, n.º 95, centro, Sengés/PR. Os interessados que desejarem uma cópia poderá solicitar através de e-mail "deptolicitacao@senges.pr.gov.br" ou acessar no portal transparência do Município de Sengés disponível no site www.senges.pr.gov.br.

Sengés, 07 de Novembro de 2024.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cláudia Colturato da Silva
Código Identificador:5AE588F8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 208/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 050/2024

Objeto: Contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE ENFEITES DE NATAL PARA O ANO DE 2024, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal Administração, por meio de **Dispensa de Licitação,** fixando seu preço máximo total em **R$ 48.236,91 (quarenta e oito mil duzentos e trinta e seis reais e noventa e um centavos)**, de acordo com o disposto no artigo 75, II da Lei n.º 14.133/21.

Ratifico a Dispensa supracitada, nos termos do artigo 75, II da Lei n.º 14.133/21.

Sengés, 07 de novembro de 2024.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cláudia Colturato da Silva
Código Identificador:614B0FEB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 210/2024.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 022/2024.

Objeto: Contratação das empresas devidamente credenciadas no processo de credenciamento n.º 002/2024, cujo objeto é a prestação de serviços incluindo somente mão de obra para realização de pequenos reparos, objetivando a manutenção e conservação de prédios públicos (escolas, creches, quadras poliesportivas, prédios administrativos, etc), conforme requerido e justificado pelas Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, fixando seu preço máximo em **R$ 49.983,36 (quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e**

seis centavos), que conforme parecer jurídico se dará por meio de **Inexigibilidade de Licitação** disposição no caput do artigo 74 inciso IV da Lei 14.133/21.

Sengés, 07 de novembro de 2024.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cláudia Colturato da Silva
Código Identificador:16E38A83

GABINETE DO PREFEITO
DECRETONº4300/2024

SÚMULA:- DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DA SENHORA ANDREA APARECIDA RIBEIRO.

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo,conferidas por lei.

CONSIDERANDO o falecimento da Senhora Andrea Aparecida Ribeiro, servidora municipal e Secretária Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO seu trabalho prestado junto a este Município;
CONSIDERANDO que a cerimonia de sepultamento será realizada as 17 (dezessete) horas do dia 07/11/2024;
CONSIDERANDO a comoção de pesar, extensiva a todos os familiares, amigos e servidores da Administração Municipal.

DECRET A

Art. 1º. –Fica decretado LUTO OFICIAL no Município, por 3 (três) dias, em decorrência do falecimento da ilustríssima senhoraANDRÉA APARECIDA RIBEIRO.
Art.2º. – Em razão do disposto no artigo primeiro deste Decreto, o encerramento do expediente no dia 07/11/2024 junto às repartições públicas do Município será antecipado para às 16 (dezesseis) horas, restando canceladas as Cerimônias e Eventos Oficiais designados para esta data.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal deSengés,em 7 de novembro de 2.024.

NELSON FERREIRA RAMOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Paulino Dos Santos
Código Identificador:DA894AE5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 230 DE 07/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.304, de 20/12/2023.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

18.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA Á SAÚDE	
18.010.00.000.0000.0.000.		Divisão de Gestão Administrativa	
18.010.10.000.0000.0.000.		Saúde	
18.010.10.122.0000.0.000.		Administração Geral	
18.010.10.122.0002.0.000.		Apoio Administrativo	
18.010.10.122.0002.2.203.		Manter os Serviços Administrativos	
- 4.0.00.00.00.00	1303	DESPESAS DE CAPITAL	
- 4.4.00.00.00.00	1303	INVESTIMENTOS	
- 4.4.90.00.00.00	1303	APLICAÇÕES DIRETAS	
17 - 4.4.90.52.00.00	1303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	96.727,44

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA Á SAÙDE	
20.020.00.000.0000.0.000.		Divisão de Atenção Básica	
20.020.10.000.0000.0.000.		Saúde	
20.020.10.301.0000.0.000.		Atenção Básica	
20.020.10.301.0007.0.000.		Atenção Básica	
20.020.10.301.0007.2.220.		Assistência na Unidade Básica de Saúde - UBS	
- 4.0.00.00.00.00	1303	DESPESAS DE CAPITAL	
- 4.4.00.00.00.00	1303	INVESTIMENTOS	
- 4.4.90.00.00.00	1303	APLICAÇÕES DIRETAS	
92 - 4.4.90.52.00.00	1303	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	183.272,56

Total Suplementação: 280.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Anulação de Dotação Orçamentária, conforme discriminação abaixo de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA Á SAÙDE	
20.010.00.000.0000.0.000.		Divisão de Gestão Administrativa	
20.010.10.000.0000.0.000.		Saúde	
20.010.10.122.0000.0.000.		Administração Geral	
20.010.10.122.0002.0.000.		Apoio Administrativo	
20.010.10.122.0002.2.212.		Serviços de Gestão Administrativa – Atenção Básica	
- 3.0.00.00.00.00	1303	DESPESAS CORRENTES	
- 3.3.00.00.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
- 3.3.90.00.00.00	1303	APLICAÇÕES DIRETAS	
46 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	30.000,00

20.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA Á SAÙDE	
20.020.00.000.0000.0.000.		Divisão de Atenção Básica	
20.020.10.000.0000.0.000.		Saúde	
20.020.10.301.0000.0.000.		Atenção Básica	
20.020.10.301.0007.0.000.		Atenção Básica	
20.020.10.301.0007.2.220.		Assistência na Unidade Básica de Saúde - UBS	
- 3.0.00.00.00.00	1303	DESPESAS CORRENTES	
- 3.3.00.00.00.00	1303	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
- 3.3.90.00.00.00	1303	APLICAÇÕES DIRETAS	
87 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA - JURÍDICA	250.000,00

Total Suplementação: 280.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani, em 07 de novembro de 2024

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GIOVANA ZANIN MARTINS SILVA
Diretora-Superintendente do SERMUSA

SUELY ROQUE DE SOUZA
Diretora do Departamento de Fazenda-SERMUSA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:F2F76FEB

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 231, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3304/2023 de 20/12/2023.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), destinado a reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA E MEIO-AMBIENTE
08.040.00.000.0000.0.000. Divisão de Mercado, Feira e Matadouro Municipal
08.040.20.000.0000.0.000. Agricultura
08.040.20.605.0000.0.000. Abastecimento
08.040.20.605.0013.0.000. Desenvolvimento Rural e Abastecimento
08.040.20.605.0013.2.065. Manutenção dos serviços do Matadouro Municipal
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
345 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 5.000,00
09.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO
09.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Cultura
09.020.13.000.0000.0.000. Cultura
09.020.13.392.0000.0.000. Difusão Cultural
09.020.13.392.0015.0.000. Apoio e incentivo as atividades artísticas, culturais e Turismo e prom. de eventos
09.020.13.392.0015.2.067. Promover e realizar eventos artisticos, culturais, educacionais e religiosos
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
356 - 3.3.90.32.00.00 01000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
10.010.00.000.0000.0.000. Divisão de Gestão Administrativa
10.010.04.000.0000.0.000. Administração
10.010.04.122.0000.0.000. Administração Geral
10.010.04.122.0002.0.000. Apoio Administrativo
10.010.04.122.0002.2.073. Manutenção do termo de Colab. municipio e Secretaria Estado de Segurança Publica
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
403 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
10.080.00.000.0000.0.000. Divisão de Patrimonio
10.080.04.000.0000.0.000. Administração
10.080.04.122.0000.0.000. Administração Geral
10.080.04.122.0016.0.000. Gerencia Patrimonial
10.080.04.122.0016.2.085. Manutenção dos serviços de conservação de Proprios e Patrimonio Publico.
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

- 3.3.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
472 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 13.000,00
12.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER
12.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Esportes
12.020.27.000.0000.0.000. Desporto e Lazer
12.020.27.812.0000.0.000. Desporto Comunitário
12.020.27.812.0019.0.000. Serviço à população no âmbito do Esporte, Recreação e Lazer
12.020.27.812.0019.2.093. Manutenção do desporto comunitario
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
523 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 4.000,00
Total Suplementação: 32.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

08.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA E MEIO-AMBIENTE
08.040.00.000.0000.0.000. Divisão de Mercado, Feira e Matadouro Municipal
08.040.20.000.0000.0.000. Agricultura
08.040.20.605.0000.0.000. Abastecimento
08.040.20.605.0013.0.000. Desenvolvimento Rural e Abastecimento
08.040.20.605.0013.2.065. Manutenção dos serviços do Matadouro Municipal
- 4.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS DE CAPITAL
- 4.4.00.00.00.00 01000 INVESTIMENTOS
- 4.4.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
347 - 4.4.90.52.00.00 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
10.010.00.000.0000.0.000. Divisão de Gestão Administrativa
10.010.04.000.0000.0.000. Administração
10.010.04.122.0000.0.000. Administração Geral
10.010.04.122.0002.0.000. Apoio Administrativo
10.010.04.122.0002.2.073. Manutenção do termo de Colab. municipio e Secretaria Estado de Segurança Pública
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
402 - 3.3.90.36.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA 5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
10.010.00.000.0000.0.000. Divisão de Gestão Administrativa
10.010.04.000.0000.0.000. Administração
10.010.04.122.0000.0.000. Administração Geral
10.010.04.122.0002.0.000. Apoio Administrativo
10.010.04.122.0002.2.075. Manutenção dos serviços de supervisão e coordenação do departamento.
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
413 - 3.3.90.39.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
10.080.00.000.0000.0.000. Divisão de Patrimonio
10.080.04.000.0000.0.000. Administração
10.080.04.122.0000.0.000. Administração Geral
10.080.04.122.0016.0.000. Gerencia Patrimonial
10.080.04.122.0016.2.085. Manutenção dos serviços de conservação de Proprios e Patrimonio Publico.
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES

- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
467 - 3.1.90.13.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 13.000,00
12.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER
12.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Esportes

12.020.27.000.0000.0.000. Desporto e Lazer
12.020.27.812.0000.0.000. Desporto Comunitário
12.020.27.812.0019.0.000. Serviço à população no âmbito do Esporte, Recreação e Lazer
12.020.27.812.0019.2.093. Manutenção do desporto comunitario
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.1.00.00.00.00 01000 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 3.1.90.00.00.00 01000 APLICAÇÕES DIRETAS
516 - 3.1.90.11.00.00 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 4.000,00
Total Redução: 32.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 07 de novembro de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:64FD2337

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº58/2024

AVISO DE LICITAÇÃO Nº58/2024
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 29 de novembro de 2024, às 09h:30min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 58/2024 na modalidade Pregão Eletrônico. Participação exclusiva para MEI/ME/EPP. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de geladeira, bebedouro e extrator de suco, visando atender à necessidade das escolas municipais.

SERTANÓPOLIS, 07 de novembro de 2024.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:FE4DBB50

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 16

Demonstração da Dívida Fundada				
Fevereiro de 2024				
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA				
Títulos	Saldos do Período Anterior	Débitos	Créditos	Saldos para o Período Seguinte
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.490,42	59.829,57	55.339,15	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	300,00	4.628,92	4.548,92	220,00
TOTAL	4.790,42	64.458,49	59.888,07	220,00

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:40D21D8F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
NOTIFICAÇÕES LEI 9.452/97

NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 965,31 (novecentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos), destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Piso da Enfermagem, em 04 de novembro de 2024.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 1.699,93 (um mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e três Centavos) , destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde, em 05 de novembro de 2024.
NOTIFICAÇÃO
O Município de Sulina, Estado do Paraná, em cumprimento ao disposto no Art. 2º, da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, da liberação de recursos pelo Governo Federal - FNS no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), destinado ao Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde, em 05 de novembro de 2024.

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:03D710AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
PORTARIA Nº. 142/2024

PAULO HORN, Prefeito do Município de Sulina, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto do Art. 77, inciso II, letra “c” da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 182, de 1º de junho de 2021 em seu artigo 13, §3º,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar comissão especial de licitação, com a finalidade de julgar a contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, composto pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	CPF Nº
Gustavo Gomes Kuhn	Presidente	640.448.230-49
Alan Luiz Griebeler	Membro	079.307.059-78
Alexandre Klock Ernzen	Membro	047.297.109-32

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente a Portaria 114/2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

PAULO HORN
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Em, 07/11/2024.

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:BCB35948

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 42/2024

O Município de Sulina/PR, informa aos interessados a retificação do edital da Pregão Eletrônico n.º 42/2024, cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS EXPLOSIVOS TIPO "PIROTÉCNICO", PARA AS FESTIVIDADES AUTORIZADAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.173/2024"**, conforme segue:
A alteração do edital refere-se à **data da sessão pública e eletrônica**, que passa a ser **25 de novembro 2024, às 09h:00min** (horário de Brasília/DF).
Também ficam inclusos no Anexo II – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO do edital a apresentação dos seguintes documentos, conforme o termo de referência:
1.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
1.6.1. Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pelo acompanhamento das queimas dos fogos de artifícios durante toda a aquisição dos produtos (Anexo VII).
1.6.2. Documento comprobatório da formação do responsável técnico indicado, emitido pelo órgão competente.
1.6.3. Comprovação de vínculo, por meio de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita por meio da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.
1.6.4. Licença/Alvará Concedido pela DEAM – Departamento/Delegacia de Explosivos, Armas e Munições do respectivo Estado, para comércio de Fogos de Artifício.
1.6.5. Certificado de Vistoria de Corpo de Bombeiros.
1.6.6. Certificado de Registro no Ministério Federal da Defesa, do respectivo Estado, para comércio e armazenamento de Fogos de Artifício.
As demais cláusulas e condições presentes no instrumento convocatório permanecem inalteradas. O Edital completo poderá ser obtido na internet, nos sítios http://www.sulina.pr.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Seção de Licitação.

Sulina/PR, 07 de novembro de 2024.

PAULO HORN,
Prefeito Municipal.

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ao Município de Sulina
Referente ao Pregão Eletrônico nº. _____
Objeto: _____

O abaixo assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa _____ vem, pela presente, indicar o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s), de acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021, caso venhamos a vencer a referida licitação.
Profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelos serviços contratados: (devem ser indicados todos os profissionais que compõem a equipe técnica)

Nome: _____	
Título:	Registro Profissional: n.º
Atribuição: Responsável pelo(a) _____ (indicar de forma pormenorizada qual o tipo de serviço sob responsabilidade deste profissional indicado)	
Assinatura:	

Local e data

Representante Legal da Empresa	Responsável(is) Técnico(s) (quando couber):
Nome:	Nome:
CPF:	Registro Profissional n.º
Assinatura:	Assinatura:

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:BCFCD019

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
PORTARIA N.º 54, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Súmula: Concessão de diárias para os fins que especifica.

O Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n.º 2.042, de 20 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Autorizar e conceder 03 diárias com pernoite no valor de R$ 829,68 (oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos) cada e 01 diária sem pernoite no valor de R$ 414,84 (quatrocentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos), para cada um dos seguintes Vereadores:
I – Emerson Vidal dos Santos;
II – José Carlos Damião Portela Sobrinho;
III – José Carlos Salapata;
IV – Marcelo Acordi.
Art. 2.º A diária intenta custear viagem a ser empreendida na data de 11 de novembro de 2024 e retorno na data de 14 de novembro de 2024, tendo como origem o Município de Teixeira Soares e destino o Município de Foz do Iguaçu/Paraná, para participação do evento "Encontro Nacional de Gestores e Legislativos em Foz do Iguaçu/PR", mediante comprovações legais.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

CARLOS ALBERTO GORTE

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:CE520804

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
PORTARIA N.º 55, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Súmula: Concessão de diária para os fins que especifica.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n.º 2.042, de 20 de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Autorizar e conceder 03 diárias com pernoite no valor de R$ 829,68 (oitocentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos) cada e 01 diária sem pernoite no valor de R$ 414,84 (quatrocentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos), ao Vereador Carlos Alberto Gorte, devido a viagem a ser empreendida na data de 11 de novembro de 2024 e retorno na data de 14 de novembro de 2024, tendo como origem o Município de Teixeira Soares e destino o Município de Foz do Iguaçu/Paraná, para participação do evento "Encontro Nacional de Gestores e Legislativos em Foz do Iguaçu/PR", mediante comprovações legais.
Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

CARLOS ALBERTO GORTE -
Presidente

CLAUDINEI DE SOUZA –
1.º Secretário

MARCELO ACORDI –
2.º Secretário

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:A36691DD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico o processo de INEXIGIBILIDADE de Licitação, autuado com o número de processo 22/2024 fundamentado no parecer jurídico n° PARECER JURÍDICO Nº 1521/2024, exarado pela Procuradoria Geral do Município, cujo objeto refere-se à **SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA DA MARCA JOHN DEERE, DE 500H, CM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A REVISÃO,** conforme especificações, quantidades e condições do edital e seus anexos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Rodoviários, do Município de Teixeira Soares, Paraná.

Em favor de: **VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 29.644.666/0001-64**

Valor Total: R$ 5.235,26 (cinco mil e duzentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos).

Teixeira Soares, 22 de outubro de 2024.

LUCINEI CARLOS THOMAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janieli Dayane Rodrigues Evangelista
Código Identificador:FD395071

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGAO ELETRONICO 122-2024

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 122/2024

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITÁRIO.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS DE VIDRAÇARIA EM ATENDIMENTO A ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 07.11.2024 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 25.11.2024, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 07 de novembro de 2024**.**

EDMILSON PEDRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:F0ED5ED6

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º966/2024

Instaura Processo Administrativo Disciplinar, Constitui Comissão Especial Processante e dá outras providências.

EDMILSON PEDRO DE MOURA, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 215, da Lei Complementar nº 04/2022 de 21 de setembro de 2022, que trata do Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa,

R E S O L V E
Artigo 1º - Fica instaurado **Processo Administrativo Disciplinar,** destinado a apurar irregularidades na conduta da senhora **PAULA DANIELE JEDLICZKA**, servidora desta Prefeitura Municipal, pela pratica tipificada no Artigo 187 incisos I, IV, alínea "c" e VII, da Lei Complementar Municipal nº 04/2022.

Artigo 2º - Fica constituída Comissão Especial Processante, com as atribuições conferidas pelos Artigos 223 e 224 da Lei Municipal nº 004/2022, pelos seguintes servidores públicos municipais, no qual fica designado o primeiro servidor como Presidente da Comissão Especial Processante:

I – Luiz Henrique Taveraz de Oliveira, servidor efetivo no cargo de Contador.
II – Jessica Thais Bessani Albonetti, servidora efetiva no cargo de Farmacêutica/Bioquimico.
III – Raquel Cristina Mariano, servidora efetiva no cargo de Enfermeira.

Parágrafo único: A Comissão Especial Processante de que trata este artigo, terá um prazo de sessenta dias, contados da publicação da presente portaria, para concluir os trabalhos.

Artigo 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, aos 07 de novembro de 2024.

EDMILSON PEDRO DE MOURA
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:CBA710A2

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 967/2024

EDMILSON PEDRO DE MOURA, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a senhora **CACIA LUZIA DE OLIVEIRA DIAS** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, referente ao período aquisitivo 2023/2024.

Art. 2º As férias de que trata o Artigo 1º será do dia **11/11/2024** a **10/12/2024**.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Terra Boa, 07 de novembro de 2024.

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:742CF223

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DECRETO N°3.853 /2024

Regulamenta as ações e mecanismos de prevenção e combate ao abandono e evasão escolar, evitando a infrequência e efetivando o direito ao acesso e permanência de todos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino do município de Terra Boa-PR e dá outras providências.

O Sr. Edmilson Pedro de Moura Prefeito do Municipio de Terra Boa-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente os Artigos 205 e 206, que tratam do direito e princípios da Educação.

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

CONSIDERANDO a Lei 11.274/2006 que determinou a ampliação do ensino fundamental para nove anos, que torna obrigatório o ingresso das crianças nesta etapa da educação aos 6 anos de idade.

CONSIDERANDO a Emenda Constitucional 59/2009 que estabeleceu o ano de 2016 como prazo para a universalização da oferta da educação básica obrigatória para todas as crianças e adolescentes, com idades entre 4 e 17 anos.

CONSIDERANDO a Lei 12.796/2013 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e determinou que os municípios devem recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como jovens e adultos que não concluíram a educação básica.

CONSIDERANDO a Lei 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para a década 2014/2024.

CONSIDERANDO a Lei nº 18.492/2015 - Plano Estadual de Educação do Paraná para decênio de 2015 a 2025.

CONSIDERANDO o Programa de Combate ao Abandono Escolar, Instituido pelo Governo do Estado do Paraná.

CONSIDERANDO o Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP.

CONSIDERANDO o dever de garantir a matrícula e a permanência dos estudantes nas Unidades Educacionais e adoção de medidas de combate e prevenção ao absenteísmo e abandono escolar.

CONSIDERANDO a necessidade de sistematização das ações e encaminhamentos de forma que, cada caso de criança sem matrícula ou com infrequência seja reportado e receba o encaminhamento adequado.

CONSIDERANDO a necessidade de orientar as instituições da Rede Municipal de Ensino quanto à obrigatoriedade da busca do estudante ausente e a padronização dos procedimentos desse processo na rede municipal de ensino.
RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes para as Escolas do Ensino Fundamental I e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Municipal de Ensino, visando à implementação do processo de busca ativa de alunos e a identificação de estudantes ausentes, como mecanismo para assegurar o acesso, a permanência e o sucesso no aprendizado dos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A organização das iniciativas de busca ativa escolar, a identificação e acompanhamento dos estudantes ausentes, bem como o desenvolvimento de estratégias para enfrentar a evasão e o abandono escolar, com procedimentos de identificação, registro, controle, monitoramento e mobilização social, é essencial para garantir que todas as crianças tenham acesso à educação e assegurar um censo escolar contínuo, conforme estipulado neste Decreto. Essas ações serão estruturadas segundo os seguintes fluxos de atendimento:
I - análise sistemática e anual dos dados do censo escolar, focando na matrícula dos estudantes, com o objetivo de identificar aqueles que não realizaram a rematrícula;
II - identificação de crianças em idade escolar obrigatória que não estão matriculadas em nenhuma Instituição de Ensino;
III - promoção de medidas adequadas para reintegrar os estudantes que abandonaram a Instituição de Ensino da Rede Municipal;
IV - monitoramento da assiduidade dos estudantes por meio das informações coletadas no Livro de Registro de Classe Online (LRCOM) ou outro instrumento designado para esse fim.
V - cumprimento do Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE) visa garantir a permanência na escola de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória, promovendo a inclusão e reinserção daqueles em situação de evasão escolar ou infrequência injustificada e/ou em situação de vulnerabilidade social.

VI - identificação e intervenção imediata junto aos pais ou responsáveis legais de estudantes que apresentem ausência não justificada por 3 (três) dias consecutivos e/ou 7 (sete) dias alternados no período de 30 dias;
VII – integração à Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente e participar assiduamente das suas reuniões, no intuito de identificar, colaborar e solucionar coletivamente as situações de negligência aos direitos da criança e adolescente.

Art. 3º As Equipes Gestoras de todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino devem garantir um controle sistemático e rigoroso da presença dos estudantes nas suas respectivas instituições.

Art. 4º Cabe à Equipe Docente realizar o registro diário da presença dos estudantes em um instrumento ou sistema designado para esse fim.

Art. 5º Em casos de ausência não justificada por 3 (três) dias consecutivos e/ou 7 (sete) dias alternados no período de 30 dias, o docente deve notificar a equipe Gestora da Escola ou CMEI, para que sejam tomadas as providências necessárias.

Parágrafo Único: Em situações de ausência justificada por motivos pessoais, o responsável legal pelo estudante deve informar a gestão da instituição escolar, estando ciente dos possíveis impactos pedagógicos da ausência do estudante.

Art. 6º Os procedimentos a serem seguidos no Protocolo de Enfrentamento aos Casos de Infrequência são os seguintes:

I. Os docentes devem informar a equipe pedagógica e gestora da instituição educacional na terceira falta consecutiva do estudante (falta sem justificativa);
II. Na terceira falta consecutiva e/ou na sétima falta em dias alternados sem justificativa, deve ser feito (busca ativa 1) contato telefônico (por telefone fixo ou móvel, e-mail, mensagem via celular) com os pais ou responsáveis legais para entender os motivos das ausências ou verificar a existência de atestado médico que justifique as faltas;
III. Se o contato telefônico não tiver êxito, caberá á equipe gestora enviar Convocação por escrito por um membro da comunidade local. Diane do insucesso deve-se proceder a uma visita domiciliar organizada pelo diretor da escola (busca ativa 2).

IV. Se as buscas ativas não surtirem resultados, a equipe gestora deverá comunicar a situação a Assistente Social da Secretaria de Educação, solicitando uma visita domiciliar para apurar os motivos apresentados pelos responsáveis;

V. Caso a intervenção da Assistente Social da Secretaria de Educação não obtiver sucesso, este deverá ser levado para a reunião da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente para que todos os equipamentos possam se mobilizar em prol do retorno do estudante à escola;
VI. Não havendo sucesso no retorno do estudante à escola, encaminhar os casos de abandono ao Conselho Tutelar via Sistema Educacional da Rede de Proteção (SERP);

Parágrafo Único: Caberá ao diretor escolar organizar a visita, que juntamente, com outros responsáveis pela ação, farão a visita domiciliar. Lembrando que todas as ações efetuadas pela instituição de ensino deverão ser devidamente documentadas em ata para respaldo futuro.

Art. 7º Os procedimentos mencionados devem ser seguidos de forma sucessiva e agil. Se houver sucesso no contato com a família, deve-se realizar uma reunião na escola, registrada em ata, com o responsável legal pelo estudante ausente, com o objetivo de identificar as causas da infrequência e buscar soluções, informando-os sobre o direito da criança à educação e o dever da família de garantir o processo de escolarização.

Art. 8º Após a coleta de informações é responsabilidade do Diretor ou Pedagogo:
I- informar aos docentes envolvidos com o aluno sobre os dados coletados;
II- elaborar estratégias, em colaboração com a equipe gestora da escola/CMEI e os docentes, para enfrentar a questão da infrequência.

Art. 9º Se a situação de infrequência escolar persistir, a Instituição deverá realizar o registro no SERP e comunicar ao Conselho Tutelar, informando sobre a situação. Este órgão adotará as medidas necessárias e os encaminhamentos legais apropriados.

Art. 10. Compete à secretaria escolar da Instituição de Ensino, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Educação, realizar a análise anual e sistemática dos dados do censo escolar oficial, com foco na matrícula dos alunos, para identificar possíveis casos de estudantes que não efetuaram sua matrícula para o ano letivo seguinte.

Art. 11. A direção da Instituição de Ensino, deverá informar a Secretaria Municipal de Educação sobre todas as ações realizadas acerca das tentativas de rematrícula dos alunos evadidos, independentemente do sucesso, para que os dados sejam atualizados nos registros oficiais e outras medidas possam ser implementadas para diminuir os índices de abandono e evasão escolar.

Art. 12. A Secretaria de Educação deverá avaliar e utilizar ferramentas tecnológicas, manuais, guias e outros recursos disponíveis, para implementar estratégias de busca ativa escolar e identificar estudantes que não estão frequentando as instituições de ensino da Rede Municipal de Ensino.

Art. 13. A equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação, poderá apresentar á Rede de Proteção á Criança e Adolescente os casos de infrequencia que não foram solucionados mediante a realização das buscas ativas 1, 2 e 3 para investigação dos fatos, envolvendo profissionais de diversas áreas, como psicologia, assistência social, educação, saúde e justiça, garantindo uma abordagem mais completa para cada situação.

Art. 14. A Busca Ativa Escolar configura-se como uma proposta intersetorial e interdisciplinar do Município de Terra Boa para lidar com as complexidades concernentes ao processo de escolarização, destacando-se como processo político pedagógico de micro e macrogestão estratégica.

§ 1º Com relação a crianças e adolescentes fora da escola ou sem matrícula na etapa obrigatória da Educação Básica:

I - qualquer pessoa poderá emitir alerta quanto a existência de criança ou adolescente fora da escola no canal da Ouvidoria do Município ou comunicando aos gestores escolares;

II – a Secretaria Municipal de Educação poderá a qualquer momento solicitar e/ou encaminhar os casos para intervenção da Rede de Proteção.

Art. 15. A articulação intrassetorial e intersetorial se constitui como uma das premissas da Busca Ativa Escolar, considerando o abandono, a infrequência e a evasão escolar como fenômenos sociais e educacionais que demandam ações estratégicas de diferentes setores da administração pública, na perspectiva proteção integral de crianças e adolescentes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Terra Boa.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando quaisquer disposições anteriores que sejam contrárias.

Terra Boa, 07 de novembro de 2024.

EDMILSON PEDRO DE MOURA
Prefeito do Municipio

ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:FD0CB34C

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DA EQUIPE TÉCNICA COM O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 2024

No dia 01 de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se no Centro Cultural Alécio Rampazzo Soccal, a Secretária Municipal de Educação, senhora Rosane Estela Zampar, juntamente com os membros do Fórum Municipal de Educação e com a Equipe Técnica, para dar continuidade aos estudos das metas e estratégias do PME, bem como a coleta de dados para o processo de monitoramento para elaborar o relatório preliminar de evolução das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação. A Senhora Rosane, ressaltou quanto a importância da colaboração da Equipe Técnica e do Fórum Municipal na elaboração dos documentos que regem a Avaliação do Plano Municipal de Educação, que é um trabalho árduo e requer muita dedicação, responsabilidade, articulação e disponibilidade de todos. Em seguida a Senhora Viviane Cristina Batista, ressaltou que este ano os municípios ainda não receberam o caderno de subsídios da SEED/IPARDES, uma vez que os dados municipais do ultimo censo demográfico ainda está sendo publicado e sem calendário de finalização de divulgação definido pelo IBGE, então em virtude do contingente populacional a série histórica das estimativas municipais utilizadas como subsídio para a avaliação e monitoramento do PME no Paraná necessitarão ser ajustadas. Então o IPARDES prevê até o final do mês de novembro para a possível disponibilização da versão revisada, cabendo assim aos municípios a responsabilidade de produzir os seus relatórios com as informações existentes, uma vez que estamos finalizando o ano letivo. Continuamente a senhora Viviane deu inicio aos trabalhos para copilar informações e produzir o relatório preliminar de Avaliação, finalizando neste dia os estudos preliminares, o quais serão submetidas a Secretaria Municipal de Educação para análise, aprovação e conseguinte a sua publicação no diário oficial do município. para que surta os efeitos de comprovação do monitoramento do Plano Municipal de Educação. Nada mais havendo a apontar, eu Viviane Cristina Batista, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e os demais presentes.

_____
VIVIANE CRISTINA BATISTA

_____
ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR

_____
DIEMES POMAROLI GALHARDO

_____
KATSOLENE BENÁ DA SILVA

_____
HELIANDRA ANTONIASSI BENTO

_____
BRUNA BATISTA GARBIN

_____
CRISTIANE APARECIDA GOMES BENÁ

_____
RENATO RIBEIRO DA SILVA

_____
SIMONE APARECIDA MARI BENTO

_____
PAULO CEZAR PAVANELLI

_____
JORDANA LUBASKI DE MARCO FARIA

_____
ELIZABETH FERREIRA DE SOUZA

_____
LUCINEY MOLINA MARQUES

_____
SONIA RIBEIRO DA SILVA BLASQUES_

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:DCF272E6

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 3.886/2024

Exercício: 2024
Decreto nº 3886/2024 de 07/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Boa, Estado do Paraná , no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1761/2023 de 28/11/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 67.196,03 (sessenta e sete mil cento e noventa e seis reais e três centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Educação e Cultura	
09.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Educação	
09.001.12.361.0042.2.052.		MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
1588 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.300,00
582 - 3.3.90.39.00.00	104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
12.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Obras e Edificações	
12.001.00.000.0000.0.000.		Gabinete do Secretário	
12.001.15.122.0002.2.086.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1206 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	24.096,03
14.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Esportes	
14.002.00.000.0000.0.000.		Divisão de Esportes	
14.002.27.813.0022.2.062.		MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS, QUADRAS, ESTÁDIOS E CAMPOS DE FUTEBOL	
1299 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.800,00
Total Suplementação:			**67.196,03**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Provável Excesso de Arrecadação;

Receita:1.1.1.4.51.11.00.00000000	Fonte: 104	40.000,00
Receita:1.1.1.4.51.11.00.00000000	Fonte: 1000	27.196,03
Total da Receita:		**67.196,03**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

EDMILSON PEDRO DE MOURA
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:21A28A09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 384/2024

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JULIO CESAR DA SILVA LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF n° 048.030.959-06.

DE OUTRO LADO: MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **23.121.920/0001-63**.

DOMICÍLIO: AVENIDA CARLOS GOMES, 434 - CEP: 87015200 - BAIRRO: ZONA 4, Maringá/PR.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos para as salas odontológicas das unidades básicas de saúde municipais e unidade odontológica móvel - UOM, Pregão N° 116/2024, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 04/11/2024.

VALOR TOTAL: R$ **371,80 (Trezentos e Setenta e Um Reais e Oitenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, cinco dias de novembro de 2024

Município de Terra Rica
JULIO CESAR DA SILVA LEITE

Marymed Distribuidora de Medicamentos e Correlatos EIRELI-ME
MARYVONE APARECIDA PERON BUOSI

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:17CE0343

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 388/2024

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JULIO CESAR DA SILVA LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF n° 048.030.959-06.

DE OUTRO LADO: SUPERMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **47.181.976/0001-71**.

DOMICÍLIO: AV SOUZA NAVES, 1675 - CEP: 86870000 - BAIRRO: CENTRO, Ivaiporã/PR.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos para as salas odontológicas das unidades básicas de saúde municipais e unidade odontológica móvel - UOM, Pregão N° 116/2024, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 04/11/2024.

VALOR TOTAL: R$ **6.118,50 (Seis Mil, Cento e Dezoito Reais e Cinquenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, cinco dias de novembro de 2024

Município de Terra Rica
JULIO CESAR DA SILVA LEITE

Supermed Comercio de Produtos Medicos e Hospitalares LTDA
JOSE VICTOR VALESI PEREIRA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:042BF589

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 376/2024

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JULIO CESAR DA SILVA LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF n° 048.030.959-06.

DE OUTRO LADO: P C DE MARCHI TINTAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **13.161.388/0001-54**.

DOMICÍLIO: AV CURITIBA, 1062 - CEP: 86800702 - BAIRRO: centro, Apucarana/PR.

OBJETO: Registro de preço para compra de tintas e materiais para pinturas em geral, Pregão N° 113/2024, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 01/11/2024.

VALOR TOTAL: R$ **4.365,50 (Quatro Mil, Trezentos e Sessenta e Cinco Reais e Cinquenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, primeiro dia de novembro de 2024

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Município de Terra Rica

PAULO CEZAR DE MARCHI
P C De Marchi Tintas LTDA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:1F73EF1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 373/2024

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JULIO CESAR DA SILVA LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF n° 048.030.959-06.

DE OUTRO LADO: EVEREST MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **41.256.511/0001-56**.

DOMICÍLIO: ROD BR 470 KM 315, 01 - CEP: 89620000 - BAIRRO: BR 470, Campos Novos/SC.

OBJETO: Registro de preço para compra de tintas e materiais para pinturas em geral, Pregão N° 113/2024, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 01/11/2024.

VALOR TOTAL: R$ **9.380,10 (Nove Mil, Trezentos e Oitenta Reais e Dez Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, primeiro dia de novembro de 2024

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Município de Terra Rica

LUANA SBRUZZI ALVES
Everest Materiais de Construção LTDA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:799543B4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 390/2024

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JULIO CESAR DA SILVA LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF n° 048.030.959-06.

DE OUTRO LADO: AIALA TENDAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **20.766.320/0001-64**.

DOMICÍLIO: RUA JB 15, 52 - CEP: 74453400 - BAIRRO: JARDIM BONANZA, Goiânia/GO.

OBJETO: Registro de preço para compra de Telefone sem Fio, Banqueta, Mesa Quadrada, Tenda Sanfonada, Ventiladores e Fogão, Pregão N° 120/2024, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 06/11/2024.

VALOR TOTAL: R$ **1.056,46 (Um Mil e Cinqüenta e Seis Reais e Quarenta e Seis Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, seis dias de novembro de 2024

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Município de Terra Rica

Aiala Tendas LTDA.
LAURIANY AIALA ALVARENGA

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:EC1BDED4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 385/2024

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JULIO CESAR DA SILVA LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF n° 048.030.959-06.

DE OUTRO LADO: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **32.421.421/0001-82**.

DOMICÍLIO: AVENIDA PINTASSILGO, 462 - CEP: 87083085, Maringá/PR.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos para as salas odontológicas das unidades básicas de saúde municipais e unidade odontológica móvel - UOM, Pregão N° 116/2024, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 04/11/2024.

VALOR TOTAL: R$ **46.474,00 (Quarenta e Seis Mil, Quatrocentos e Setenta e Quatro Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, cinco dias de novembro de 2024

Município de Terra Rica
JULIO CESAR DA SILVA LEITE

Multihosp Comercial de Produtos Hospitalares LTDA
MARCOS HENRIQUE LAHOUD

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:1DF9FE67

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 392/2024

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JULIO CESAR DA SILVA LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF n° 048.030.959-06.

DE OUTRO LADO: CAROL DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **07.654.231/0001-68**.

DOMICÍLIO: AV NEY BRAGA, 440 - CEP: 87160000 - BAIRRO: VILA FRANCHELLO, Mandaguaçu/PR.

OBJETO: Registro de preço para compra de Telefone sem Fio, Banqueta, Mesa Quadrada, Tenda Sanfonada, Ventiladores e Fogão, Pregão N° 120/2024, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 06/11/2024.

VALOR TOTAL: R$ **2.604,82 (Dois Mil, Seiscentos e Quatro Reais e Oitenta e Dois Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, seis dias de novembro de 2024

Município de Terra Rica
JULIO CESAR DA SILVA LEITE

Carol Distribuidora LTDA
PASCOA APARECIDA CARACATO ROCCO

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:1D7050FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 393/2024

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JULIO CESAR DA SILVA LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF n° 048.030.959-06.

DE OUTRO LADO: JC FERRAGENS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **10.367.732/0001-78**.

DOMICÍLIO: AVENIDA PARANÁ, 626 LOJA - CEP: 87704100 - BAIRRO: CENTRO, Paranavaí/PR.

OBJETO: Registro de preço para compra de Telefone sem Fio, Banqueta, Mesa Quadrada, Tenda Sanfonada, Ventiladores e Fogão, Pregão N° 120/2024, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 06/11/2024.

VALOR TOTAL: R$ **943,00 (Novecentos e Quarenta e Três Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, sete dias de novembro de 2024

Município de Terra Rica
JULIO CESAR DA SILVA LEITE

SERGIO ANTUNES
JC Ferragens EIRELI - ME

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:F9FF6A16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 374/2024

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato

representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JULIO CESAR DA SILVA LEITE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Minas Gerais, 756, portador do RG nº 8.384.588-0, e do CPF n° 048.030.959-06.

DE OUTRO LADO: JC FERRAGENS EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **10.367.732/0001-78**.

DOMICÍLIO: AVENIDA PARANÁ, 626 LOJA - CEP: 87704100 - BAIRRO: CENTRO, Paranavaí/PR.

OBJETO: Registro de preço para compra de tintas e materiais para pinturas em geral, Pregão N° 113/2024, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 01/11/2024.

VALOR TOTAL: R$ **12.246,00 (Doze Mil, Duzentos e Quarenta e Seis Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, primeiro dia de novembro de 2024

Município de Terra Rica
JULIO CESAR DA SILVA LEITE

JC Ferragens EIRELI - ME
SERGIO ANTUNES

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:5F275908

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 059/2024

Lei n° 059/2024

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DOS MOTOCICLISTAS DE TERRA RICA – DRÓMOS MOTO CLUBE - MC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal, para todos os efeitos, a **ASSOCIAÇÃO DOS MOTOCICLISTAS DE TERRA RICA – DRÓMOS MOTO CLUBE – MC**, inscrita no CNPJ sob nº 56.308.552/0001-16, com sede na Rua Nilza de Oliveira Pepino, n° 1149 – Centro, neste Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

Art. 2º - Cessará automaticamente os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I – Altere a finalidade para a qual foi instituída ou negue-se a cumpri-la;
II – Seja utilizada para fins políticos;
III– Utilize recursos públicos em desobediência ás legislações pertinentes;
IV – Promova atos de desordem ou incentivo à desobediência civil.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte quatro (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:E84FB268

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 060/2024

Lei n° 060/2024

SÚMULA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO ANDERSON ANTONIO LIU - ASAAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública municipal, para todos os efeitos, a **ASSOCIAÇÃO ANDERSON ANTONIO LIU - ASAAL**, inscrita no CNPJ sob nº 57.263.953/0001-60, com sede na Estrada Massuda, SN, Km 12 – Zona Rural, neste Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

Art. 2º - Cessará automaticamente os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I – Altere a finalidade para a qual foi instituída ou negue-se a cumpri-la;
II – Seja utilizada para fins políticos;
III– Utilize recursos públicos em desobediência ás legislações pertinentes;
IV – Promova atos de desordem ou incentivo à desobediência civil.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte quatro (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:26FFA245

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 062/2024

Lei nº 062/2024

SÚMULA: Outorga ao Ilustríssimo Senhor CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO (BETO PRETO) Secretário de Estado da Saúde, no Estado do Paraná; Título de Cidadão Honorário do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, e dá Outras Providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º Fica concedido ao Ilustríssimo Senhor **CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO (BETO PRETO)**, Título de Cidadão Honorário de Terra Rica, Estado do Paraná, pelos relevantes serviços prestados ao nosso município como Secretário de Estado da Saúde do Estado do Paraná.

Artigo 2º O Diploma a ser conferido nos termos do Artigo 1º, será entregue em Sessão Solene a ser realizada em hora, dia e Local previamente determinados pela Mesa Diretora desta Casa de Leis, nos Termos da Resolução nº 008/2018, de 22 de dezembro de 2018.

Artigo 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte quatro (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Origem: *Poder Legislativo*
Autoria: *Vereador: Agnaldo de Souza Costa.*

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:F45A477E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 521/2024

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR JADER KOWASKI RODRIGUES, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **JADER KOWASKI RODRIGUES,** matrícula Nº 11250, ocupante do cargo efetivo de **ENFERMEIRO(A) PADRÃO,** referente ao período aquisitivo de 07/01/2023 a 06/01/2024, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **08/11/2024 a 17/11/2024.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Saraiva da Silva
Código Identificador:C21AD936

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 516/2024

SÚMULA: CONCEDE BENEFÍCIO DE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS e,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica concedido ao servidor público municipal Sr. **GIOVANI KATSUJI BORIN NAKAHARA**, ocupante do cargo efetivo de **BIOQUIMICO/FARMACEUTICO 40 HORAS**, o benefício da redução em 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária diária de trabalho, sem prejuízo de remuneração ou carreira, para cuidar de filho dependente, portador do CID: F72.1/Q90.0, a partir de 11 de Novembro de 2024.

Artigo 2º - Nos termos do Artigo 144 da Lei 072/2022, o presente benefício tem validade de 1 ano.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE QUATRO (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:066BE315

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 001/2024

DECLARAMOS para os devidos fins e a que possa interessar, que a candidata **CAMILA ROBERTA ARCHANJO**, aprovada em 35º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023, devidamente homologado através do Edital nº 013/2023, de 31/03/2023, para o cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – FEMININO**, foi devidamente convocada para assumir suas funções através do edital de convocação nº 066/2024, devidamente publicado no Diário Oficial do município no dia 08/10/2024.
DECLARAMOS ainda que a candidata citada **NÃO COMPARECEU** na Divisão de Recursos Humanos do município dentro do prazo estipulado no edital de convocação, **DESISTINDO** tacitamente de seu direito à ocupação da vaga e, automaticamente autorizando o município a convocar o candidato seguinte na ordem de classificação.
E, para que surta seus legais e desejados efeitos, dato e assino a presente.

Terra Rica-PR, 07 de Novembro de 2024.

ALEX COSTA MARINUCHI
Diretor da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Rosangela Saraiva da Silva
Código Identificador:5DFDC36E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N° 515/2024

DECRETO N° 515/2024

Sumula: Nomeia servidor como Autoridade Sanitária no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Terra Rica Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Rica, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 200, incisos I, II, VI, VII e VIII da Constituição Federal de 1988; artigo 18, inciso IV, alínea " b" da Lei Federal nº 8.080/90, Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, Decreto Estadual 5.711, de 23 de maio de 2002, que regulamentam os serviços Municipais de Vigilância Sanitária.

DECRETA:

Artigo 1º. - Nomeia o servidor municipal JOÃO VITOR PINTO RANDO, portador da Cédula de Identidade RG. nº 13.440.051-0 - SSPPR, empossado no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Grupo Ocupacional Profissional, com grau de instrução de ensino superior, para atuar como autoridade sanitária nas ações de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador no âmbito de suas respectivas competências, com prerrogativas concernentes a fiscalização, orientação e autuação de infrações cometidas contra a legislação vigente.

Artigo 2º. - O servidor a quem for conferido o poder de Polícia Administrativa, na forma do artigo anterior deverá agir consoante a legislação vigente inclusive no que se refere a eventuais conflitos de interesse no exercício de suas funções.

Artigo 3º. - Para a realização dos trabalhos de fiscalização, autuação e demais serviços da Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador do Município de Terra Rica, o servidor acima descrito utilizará a Lei Estadual nº 13.331/01, denominado Código de Saúde do Paraná, Decreto Estadual nº 5.711/2002, ou outro que venha a substitui-lo, e demais legislações pertinentes.

Artigo 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:FEE0E042

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N° 517/2024

DECRETO N° 517/2024

Súmula: Nomeia servidora como Autoridade Sanitária no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Terra Rica Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Rica, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 200, incisos I, II, VI, VII e VIII da Constituição Federal de 1988; artigo 18, inciso IV, alínea " b" da Lei Federal nº 8.080/90, Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, Decreto Estadual 5.711, de 23 de maio de 2002, que regulamentam os serviços Municipais de Vigilância Sanitária.

DECRETA:

Artigo 1º. - Nomeia a servidora municipal ÉRICA ALINE TAZINASSO PAVÃO, portador da Cédula de Identidade Rg. nº 8.368.578-6 - SSPPR, empossado no cargo de BIOQUÍMICO/FARMACEUTICO, Grupo Ocupacional Profissional, com grau de instrução de ensino superior, para atuar como autoridade sanitária nas ações de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador no âmbito de suas respectivas competências, com prerrogativas concernentes a fiscalização, orientação e autuação de infrações cometidas contra a legislação vigente.

Artigo 2º. - O servidor a quem for conferido o poder de Polícia Administrativa, na forma do artigo anterior deverá agir consoante a legislação vigente inclusive no que se refere a eventuais conflitos de interesse no exercício de suas funções.

Artigo 3º. - Para a realização dos trabalhos de fiscalização, autuação e demais serviços da Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador do Município de Terra Rica, o servidor acima descrito utilizará a Lei Estadual nº 13.331/01, denominado Código de Saúde do Paraná, Decreto Estadual nº 5.711/2002, ou outro que venha a substitui-lo, e demais legislações pertinentes.

Artigo 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:C6BA9E8C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N° 518/2024

DECRETO N° 518/2024

Súmula: Nomeia servidora como Autoridade Sanitária no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Terra Rica Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Rica, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 200, incisos I, II, VI, VII e VIII da Constituição Federal de 1988; artigo 18, inciso IV, alínea " b" da Lei Federal nº 8.080/90, Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, Decreto Estadual 5.711, de 23 de maio de 2002, que regulamentam os serviços Municipais de Vigilância Sanitária.

DECRETA:

Artigo 1º. - Nomeia a servidora municipal MARIA APARECIDA BONONI MARCELINO, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.368.578-6 - SSPPR, empossado no cargo de ENFERMEIRO(A) PADRÃO, Grupo Ocupacional Profissional, com grau de instrução de ensino superior, para atuar como autoridade sanitária nas ações de Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador no âmbito de suas respectivas competências, com prerrogativas concernentes a fiscalização, orientação e autuação de infrações cometidas contra a legislação vigente.

Artigo 2º. - O servidor a quem for conferido o poder de Polícia Administrativa, na forma do artigo anterior deverá agir consoante a legislação vigente inclusive no que se refere a eventuais conflitos de interesse no exercício de suas funções.

Artigo 3º. - Para a realização dos trabalhos de fiscalização, autuação e demais serviços da Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador do Município de Terra Rica, o servidor acima descrito utilizará a Lei Estadual nº 13.331/01, denominado Código de Saúde do Paraná, Decreto Estadual nº 5.711/2002, ou outro que venha a substitui-lo, e demais legislações pertinentes.

Artigo 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:2D265C47

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO N° 520/2024

DECRETO N° 520/2024

Súmula**:** Nomeia servidora como Autoridade Sanitária no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Terra Rica Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Rica, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 200, incisos I, II, VI, VII e VIII da Constituição Federal de 1988; artigo 18, inciso IV, alínea " b" da Lei Federal nº 8.080/90, Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, Decreto Estadual 5.711, de 23 de maio de 2002, que regulamentam os serviços Municipais de Vigilância Sanitária.

DECRETA:

Artigo 1º. - Nomeia a servidora municipal GISELE NASCIMENTO BALDUINO SANCHES, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.268.357-7 - SSPPR, empossado no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Grupo Ocupacional Profissional, com grau de instrução de ensino superior, para atuar como autoridade sanitária nas ações de Ambiental no âmbito de suas respectivas competências, com prerrogativas concernentes a fiscalização, orientação e autuação de infrações cometidas contra a legislação vigente.

Artigo 2º. - O servidor a quem for conferido o poder de Polícia Administrativa, na forma do artigo anterior deverá agir consoante a legislação vigente inclusive no que se refere a eventuais conflitos de interesse no exercício de suas funções.

Artigo 3º. - Para a realização dos trabalhos de fiscalização, autuação e demais serviços da Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador do Município de Terra Rica, o servidor acima descrito utilizará a Lei Estadual nº 13.331/01, denominado Código de Saúde do Paraná, Decreto Estadual nº 5.711/2002, ou outro que venha a substitui-lo, e demais legislações pertinentes.

Artigo 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:69FEB95B

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
ATA DE CREDENCIAMENTO CHAMAMENTO PUBLICO

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2/2024

Às sete de novembro de 2024, na sala de licitações do SAMAE reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 04 de 11 de janeiro de 2021, alterada pela Portaria n.º 38, de 26 de setembro de 2023, para análise dos documentos de Habilitação/Credenciamento do Processo Licitatório n.º 52/2024/2024, apresentados em razão de novo contrato de credenciamento.

Apresentou envelope de habilitação o interessado, BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A CNPJ 01.181.521/0001-55, Avenida Assis Brasil, nº 3940, 12º andar, Torre C, bairro São Sebastião, Porto Alegre, RS,, CEP 91060-900 credenciada no processo de credenciamento n.º 2/2024 para prestação Credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil para prestar serviços bancários de recolhimento de qualquer tipo de receita pública de competência da Autarquia no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional..

Da análise dos documentos, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela **habilitação** da interessada BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A CNPJ 01.181.521/0001-55, Avenida Assis Brasil, nº 3940, 12º andar, Torre C, bairro São Sebastião, Porto Alegre, RS, CEP 91060-900 c, por atender todos os requisitos do Edital.
Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

CIBELE APARECIDA DA SILVA,

EDUARDO BASSIL DA SILVA,

JOAO MARCELO DE OLIVEIRA,

BEATRIZ MARTINS ROS

Publicado por:
Cibele Aparecida da Silva
Código Identificador:5099F1EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
FERIAS

PORTARIA Nº 0072/2024

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de férias a Servidora Adrielle Almeida Silva da Câmara Municipal, e dá outras providencias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao que dispõe o Art. 32, inciso III, letra “a” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Terra Roxa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a Servidora**ADRIELLE ALMEIDA SILVA**, brasileira, solteira, funcionária pública, devidamente inscrita no CPF sob n. 017.935.721-27, portadora do RG sob nº.10.028.912-1 residente e domiciliada na cidade de Terra Roxa-PR., ocupante do Cargo de Advogada, Nível ALS-02 do Poder Legislativo do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná,**relativo ao período aquisitivo de 01/08/2023 a 31/07/2023 que serão gozadas no período de 02/01/2025 a 31/01/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

MILTON DA SILVA
Presidente em Exercício

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:3AE6CDE5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 16257/2024

PORTARIA Nº 16257/2024

O Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1° - Instaurar processo e constituir Comissão Especial de Processo Administrativo, em face da servidora Juliana Cirqueira Steffen, destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Processo Administrativo Especial n° 02/2024 referente ao pedido de aposentadoria por incapacidade permanente.

Art. 2° - Designar os servidores:
- Elisangela Hoffmann (Matrícula n° 131768-02),
- Vanessa Betânia Marques Palma (Matrícula n° 34681-01) e
- Telma Tristão de Camargo (Matricula n° 50792-01)
Lotados na Secretaria Municipal de Saúde; sob a presidência do primeiro, para dar andamento ao Processo Administrativo Especial n° 02/2024.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 07 dias do mês de novembro de 2024.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:59046246

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N° 4338/2024

DECRETO Nº 4338, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

O prefeito municipal de Terra Roxa, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1769/2019 de 25 de setembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Ficam designados, os membros efetivos e suplentes do Conselho Escolar da Escola Municipal Castro Alves Educação Infantil e Ensino Fundamental – da seguinte forma:

I – MARIA EDNALDA FIGUEIRDO MANCINI, portadora do RG: 4.592.162 0 SSP/PR e CPF:917.540.709.49, Diretora do estabelecimento de Educação Infantil, como membro nato e Presidente do Conselho;

II - SIMONE MARIA FERREIRA portadora do RG: 5.313.018-6 e CPF: 023.281.959-97 membro efetivo e suplente FERNANDA APARECIDA HOMEM RG: 10.593.182-4 CPF: 072.591.809-86;

III- LUIZA MANCINI HOFEMANN RG: 5.130.510-8 e CPF:017.666.369.00 membro efetivo e OSANA DOS SANTOS RG: 9.213.421-0 e CPF:046.534.779-7 3 representantes dos funcionários;

VI- JANAÍNA SANTANA DA SILVA RG: 10.161.269-4 CPF:067.686.899-16 membro efetivo e CRISTINA DINTER FORTINE portadora do RG:8.579.859.6 SSP/PR e CPF: 058.584.669-31 como membro suplente representantes da equipe administrativa;

V - MATILDE PEREIRA DO NASCIMENTO RG:4.43.891-9 e CPF: 627.625.679-15 membro efetivo e KELLEN RAQUEL EISEN RAMOS portadora do RG: 8.184.488-7 e CPF: 045.395.719-66 como membro suplente, representantes dos professores atuante na Educação Infantil;

VI- ELIANE GOMES RAMALHO RG: 7.631.830-1 e CPF:038.135.159-90 membro efetivo BRUNA DAIANE DA CRUZ RG: 10.691.121-5 e CPF:095.768.839-38 membro suplente, representantes da Equipe de Professores do Ensino Fundamental;

VII- CRISTINA APARECIDA BREIER RG: 9.718.017-2 CPF: 060.645.129.38 membro efetivo e PALOMA DA SILVA KREWER RG: 10.445.329.5 CPF: 075.970.179.28 como membro suplente, representantes de pais e responsáveis por alunos regularmente matriculados na Educação Infantil;

VIII- VANESSA TATIANE KELM RG: 9.394..624 3 CPF: 076.841.979-40 membro efetivo e SANDRA REGINA KUHN BIELER RG 8.541.369-47 CPF 010.527.369-47 como membro suplente representante de pais dos alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental;

IX – Representantes de segmentos organizados da sociedade; NAGMAR FERREIRA DE SOUZA portadora do RG: 7.854.260.8 e CPF: 050.374.589-86, representante da comunidade Católica. ARCILENE RAMBO SCHULZ portadora do RG: 8.637.484-6 e PF:070.841.869-48 representante da comunidade Evangélica, UEVERSON HENRIQUE RAMOS portador RG 14.262.374-9 e CPF 0023.002.211-10 representante da área da saúde e Barbara Martins RG:9.960.974-5 CPF:074.558.129-30 representante da APMF Associação de pais, mestres e funcionários.

Art. 2º - Conforme disposto no artigo 10º e 12º da Lei nº 1769/2019 de 25 de setembro de 2019, o mandato do presente conselho será de 2 (dois) anos e sem direito a remuneração.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:EF01389B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO ADITIVO N° 005/2024 - PREGÃO 8/2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 005/2024 DO CONTRATO Nº 038/2024, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024, PREGÃOELETRÔNICO Nº 8/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.

CONTRATADA: SILVA E SIMOES LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE COPA E COZINHA, PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO..

FINALIDADE:

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO O ACRÉSCIMO NO VALOR ORIGINAL DO CONTRATO NO VALOR DE R$ 14.613,75 (QUATORZE MIL, SEISCENTOS E TREZE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS) COM FUNDAMENTO NO ART. 125 DA LEI 14.133/2021.

ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.

PELA CONTRATADA: SILVA E SIMOES LTDA.

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:2FBCDEC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO ADITIVO N° 001/2024 - PREGÃO 107/2023

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2024 DO CONTRATO Nº 501/2023, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2023, PREGÃOELETRÔNICO Nº 107/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: MEDEIROS EMPREENDIMENTOS LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 09/11/2025 COM FULCRO NO ART.84 DA LEI 14.133/2021.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: MEDEIROS EMPREENDIMENTOS LTDA.

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:C365CEF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO ADITIVO N° 001/2024 - PREGÃO 107/2023 - ATA N°500/2023

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2024 DO CONTRATO Nº 500/2023, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2023, PREGÃOELETRÔNICO Nº 107/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: 21.339.301 MICHEL MELLO DA SILVEIRA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PARA O DIA 09/11/2025 COM FULCRO NO ART.84 DA LEI 14.133/2021.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: 21.339.301 MICHEL MELLO DA SILVEIRA.

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:B818ACAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO ADITIVO N° 001/2024 - PREGÃO 107/2024 - ATA N° 499/2023

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2024 DO CONTRATO Nº 499/2023, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2023, PREGÃOELETRÔNICO Nº 107/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: JULIANI CRISTINA PEREIRA 07844489901.
OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR..

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PARA O DIA 09/11/2025 COM FULCRO NO ART.84, DA LEI 14.133/2021.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: JULIANI CRISTINA PEREIRA 07844489901.

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:9AA97FD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO ADITIVO N° 001/2024 - ATA 493/2023 - PREGÃO 108/2023

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2024 DO CONTRATO Nº 493/2023, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2023, PREGÃOELETRÔNICO Nº 108/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.

CONTRATADA: I.S. SARDIMS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDROS, ESPELHOS, POLICARBONATO E TELA DE PROTEÇÃO, VISANDO ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.

FINALIDADE:

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PARA O DIA 09/11/2025 COM FULCRO NO ART.84 DA LEI 14.133/2021.

ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.

PELA CONTRATADA: I.S. SARDIMS.

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:7C4E2B18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO ADITIVO N° 001/2024 - ATA 495/2023 - PREGÃO 108/2023

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2024 DO CONTRATO Nº 495/2023, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2023, PREGÃOELETRÔNICO Nº 108/2023.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: N.M REBELO LTDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIDROS, ESPELHOS, POLICARBONATO E TELA DE PROTEÇÃO, VISANDO ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA PARA O DIA 09/11/2025 COM FULCRO NO ART.84 DA LEI 14.133/2021.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: N.M REBELO LTDA.

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:D9CC57EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
SEGUNDA ERRATA

SEGUNDA ERRATA

Na publicação abaixo:

TERMO RESCISÃO Nº 003/2024 CONTRATO Nº 182/2023, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2023, TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2023 – publicado no dia 12/09/2024, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

ONDE SE LÊ:

TERMO RESCISÃO Nº 003/2024 CONTRATO Nº 182/2023, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2023, TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2023

Que entre si fazem de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. – MF sob nº 75.587.204/0001-70, com sede na Avenida PRES. COSTA E SILVA - 95 PREDIO, Terra Roxa – Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal SR. IVAN REIS DA SILVA, de outro lado FECHIO & PINHEIRO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o no 01.886.972/0001-98, neste ato representado por CARLOS ALBERTO PINHEIRO, doravante denominado CONTRATADA, tem justos e contratados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O contratante através do Processo Licitatório nº 24/2023, na modalidade Tomada de Preços sob o nº 1/2023, realizou Contrato nº 182/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Presente Termo Rescisão tem por objeto a rescisão Unilateral do contrato no valor de R$ 244.747,87 (duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos), após Decisão Administrativa emitida pelo Prefeito Municipal, por paralisação injustificada da obra, com fundamento no art. 78 inciso V.

Terra Roxa, 11 de setembro de 2024.

_____
IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

LEIA-SE:

TERMO RESCISÃO Nº 003/2024 CONTRATO Nº 182/2023, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2023, TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2023

Que entre si fazem de um lado como CONTRATANTE o MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. – MF sob nº 75.587.204/0001-70, com sede na Avenida PRES. COSTA E SILVA - 95 PREDIO, Terra Roxa – Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal SR. IVAN REIS DA SILVA, de outro lado FECHIO & PINHEIRO LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o no 01.886.972/0001-98, neste ato representado por CARLOS ALBERTO PINHEIRO, doravante denominado CONTRATADA, tem justos e contratados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O contratante através do Processo Licitatório nº 24/2023, na modalidade Tomada de Preços sob o nº 1/2023, realizou Contrato nº 182/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo de Rescisão tem por objeto a Rescisão Unilateral do Contrato nº 182/2023 proveniente do Processo Licitatório nº 24/2023, tendo o valor firmado do contrato o valor total de R$ 460.906,79 e o valor efetivamente executado, medido e pago foi de R$ 216.158,92

Terra Roxa, 11 de setembro de 2024.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:C52DF1A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
ATA N° 006 DO CHAMAMENTO PÚBLICO N° 004/2024

ATA Nº 006 DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024

Abertura dos Envelopes do Edital de Chamamento Público nº 004/2024

Aos sete do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, na Sala de Licitações do Paço Municipal, em sessão pública, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 16114/2024, composta pelos servidores: Cleiton Lopes Antunes, Alcenia May e Débora Luzetti Gomes, para abertura do envelope, julgamento da proposta e exame das documentações de habilitação da proponente:

57.895.598 MARCIELE APARECIDA DOS SANTOS, CNPJ 57.895.598/0001-41;

Participante do Edital do Chamamento Público nº 004/2024, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE À OPERADOR DE MÁQUINA PÁ CARREGADEIRA, OPERADOR DE MÁQUINA MOTONIVELADORA, OPERADOR DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA, OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR, LIMPEZA PREDIAL, COZINHEIRO, MOTORISTA DE VEÍCULO DE PEQUENO PORTE, MOTORISTA DE VEÍCULO DE GRANDE PORTE (CAMINHÃO E ÔNIBUS) E MOTORISTA DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA (AMBULÂNCIA), CONFORME ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.**

O envelope foI rubricado pelos membros da Comissão de Licitações, e na seqüência foi aberto, analisando-se as documentações de habilitação e proposta de atendimento, após sendo rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações.

A proponente que apresentaram as documentações conforme os requisitos previstos no Edital, ficando, portanto **HABILITADA** foI:

57.895.598 MARCIELE APARECIDA DOS SANTOS, CNPJ 57.895.598/0001-41;

Ficando com a seguinte colocação:

Item: Dirigir e manobrar veículos públicos de pequeno porte para o transporte de pessoas.
1°. 54.772.933 RICARDO RODRIGUES DOS SANTOS, CNPJ n° 54.772.933/0001-26
2°. 56.068.617 FABIO ROBERTO RAMOS, CNPJ n° 56.068.617/0001-01
3°. 22.234.886 MARCELO MENDES DE OLIVEIRA, CNPJ n° 22.234.886/0001-70

Item: Dirigir ônibus destinado ao transporte de passageiros e transporte escolar de estudantes.
1°. 47.670.764 CLODOALDO SILVA DE CARVALHO, CNPJ n° 47.670.764/0001-58
2°. 34.622.964 VALMIR MARELLI, CNPJ n° 34.622.964/0001-93

Item: Dirigir caminhão destinado ao transporte de cargas
1°. 56.104.595 JOSE RICARDO LEDUINO CORREIA, CNPJ n° 56.104.595/0001-80

Item: Serviços de preparador de alimentos, cozinhar e preparar alimentação
1°. 54.823.997 CLAUDETE DELARMELINO, CNPJ n° 54.823.997/0001-09
2°. 55.934.948 POLIANA BARBOSA MARTINS, CNPJ n° 55.934.948/0001-06
3°. 56.265.422 EDINEIA APARECIDA DA SILVA, CNPJ n° 56.265.422/0001-43
4°. 53.598.292 TANIA MARIA DE SOUZA, CNPJ n° 53.598.292/0001-72
5°. 28.395.363 CRISTIANE ALVES FRANCO RUIZ, CNPJ n° 28.395.363/0001-92

Item: Serviços de limpeza interna e externa nos prédios escolares e demais prédios públicos
1°. 56.347.600 SAMIRA APARECIDA BARBOSA DUARTE, CNPJ n° 56.347.600/0001-85
2°. 33.551.853 ROSELI LAURINDA DA SILVA, CNPJ n° 33.551.853/0001-70
3°. 56.339.943 IVANIR DUARTE LUIZ, CNPJ n° 56.339.943/0001-06
4°. 56.426.001 ANGELICA MARTINS DURÃES, CNPJ n° 56.46.001/0001-57
5°. 57.895.598 MARCIELE APARECIDA DOS SANTOS, CNPJ 57.895.598/0001-41

Item: Dirigir ambulância destinada ao serviço de transporte e remoção de pacientes do sistema único de saúde.
1°. 57.044.998 FAGNER CAMARGO JOSÉ, CNPJ n° 57.044.998/0001-43.

Nada mais havendo a tratar, a Comissão Permanente de Licitações deu por encerrada a sessão, que vai devidamente assinada pelo Presidente da Comissão e demais membros.

CLEITON LOPES ANTUNES
Agente de Contratação

ALCENIA MAY
Membro

DÉBORA LUZETTI GOMES
Membro

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:23384BE9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – Nº 27/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – nº 27/2024
Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021

Dispensa de Licitação nº 27/2024.
Processo Administrativo nº 33/2024.
Tipo: Menor preço por item.
Objeto: Aquisição de itens de copa e cozinha para atender as demandas da Câmara Municipal de Tijucas do Sul**.**
Valor total máximo estimado: R$ 2.735,87 (Dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos)
Dotação orçamentária:
01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul;
01 – Legislativo Municipal;
2001 – Legislativo Municipal;
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo;
3.3.90.30.19.00.00 – Material de Acondicionamento e Embalagem.
3.3.90.30.21.00.00 – Material de Limpeza e Produção de Higienização.
3.3.90.30.25.00.00 – Material para Manutenção de Bens Móveis.

Prazo para apresentação de propostas adicionais: até o dia 12/11/2024 às 17:00 horas.

Endereço para entrega da proposta: Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul, Rua Jorge Leprevost, 417, Tijucas do Sul – Paraná, OU pelo endereço eletrônico licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br
Poderão ser obtidas informações complementares através do telefone (41) 3629-1510 ou através do e-mail: licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br. O termo de referência poderá ser retirado direto na Câmara Municipal, situada à Rua Jorge Leprevost, 417, bairro Centro, Tijucas do Sul/PR; ou através de e-mail ou pelo site www.tijucasdosul.pr.leg.br.

Tijucas do Sul, Paraná, 07 de novembro de 2024.

RICARDO CHICOVIS DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andréia de Fátima Silveira do Vale
Código Identificador:6508BFAE

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – Nº 28/2024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR – nº 28/2024
Art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021

Dispensa de Licitação nº 28/2024.
Processo Administrativo nº 34/2024
Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Aquisição de itens de materiais e produtos de limpeza para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Tijucas do Sul**.**

Valor total máximo estimado: R$ 4.485,73 (Quatro mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos)
Dotação orçamentária:
01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul;
01 – Legislativo Municipal;
2001 – Legislativo Municipal;
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo;
3.3.90.30.21.00.00 – Material de Limpeza e Produção de Higienização.

Prazo para apresentação de propostas adicionais: até o dia 12/11//2024 às 17:00 horas.

Endereço para entrega da proposta: Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul, Rua Jorge Leprevost, 417, Tijucas do Sul – Paraná, OU pelo endereço eletrônico licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br
Poderão ser obtidas informações complementares através do telefone (41) 3629-1510 ou através do e-mail: licitacao@tijucasdosul.pr.leg.br. O termo de referência poderá ser retirado direto na Câmara Municipal, situada à Rua Jorge Leprevost, 417, bairro Centro, Tijucas do Sul/PR; ou através de e-mail ou pelo site www.tijucasdosul.pr.leg.br.

Tijucas do Sul, Paraná, 07 de novembro de 2024.

RICARDO CHICOVIS DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andréia de Fátima Silveira do Vale
Código Identificador:91BA0384

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2023

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2023
Processo Administrativo nº 67/2023

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.594.672/0001-35.
CONTRATADO: Luis Carlos Alves.
OBJETO: Locação de imóvel para a sede da Câmara Municipal de Tijucas do Sul, pelo período de 12 (doze) meses.
MOTIVO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência contratual.
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei n° 8.666/93.
VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 107.597,28 (cento e sete mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos), sendo que o valor bruto do aluguel mensal é de R$ 8.966,44 (oito mil novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos),
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01 – Câmara Municipal de Tijucas do Sul;
01 – Legislativo Municipal;
2001 – Legislativo Municipal;
3.3.90.36.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física;
3.3.90.36.15.00.00.00 – Locação de Imóveis.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01 de janeiro de 2025.
FORO: Comarca de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Tijucas do Sul PR, 07 de novembro de 2024.

RICARDO CHICOVIS DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Andréia de Fátima Silveira do Vale
Código Identificador:91BF258B

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PELO VALOR Nº 22/2024 (REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO)

TERMO DE RATIFICAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 18/2024
Processo de dispensa de licitação pelo valor nº 22/2024 (REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO)

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/21, e nos Decretos Municipais nº 4792/2024 e nº 4794/2024, decide que fica dispensada de licitação, **RATIFICA**, **ADJUDICA E HOMOLOGA** a despesa abaixo especificada:
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação Serviços de configuração e implantação de segurança em rede de computadores e telefonia na Câmara Municipal de Tijucas Do Sul.
Contratada: RHS SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 6.330.588/0001-28, com endereço na Rua Delourdes Loiola de Paula, nº 95, Uberaba, Curitiba, Paraná.
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 37.785,73 (trinta e sete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e três centavos)

Dotação Orçamentária:
01 – Câmara Municipal Tijucas do Sul;
01 – Legislativo Municipal;
2001 – Legislativo Municipal;
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
3.3.90.30.17.00 – Material de Processamento de Dados
3.3.90.40.00.00 – Serviços de Tecnologia da Informação d Comunicação – Pessoa Jurídica
3.3.90.40.06.00 – Locação de Software
3.3.90.40.08.00 – Manutenção de Software
3.3.90.40.12.00 – Manutenção e Conservação e Equipamentos de Tic
3.3.90.40.14.00 – Telefonia Fixa e Móvel - Pacote de Comunicação de Dados
3.3.90.40.57.00 – Serviços de Processamento de Dados
3.3.90.40.97.00 – Despesas de Teleprocessamento
3.3.90.40.99.00 –Outros Serviços de Tecnol. da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente
4.4.90.52.35.00 – Equipamentos de Processamento de Dados

Tijucas do Sul, 07 de novembro de 2024.

RICARDO CHICOVIS DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara de Vereadores de Tijucas do Sul

Publicado por:
Andréia de Fátima Silveira do Vale
Código Identificador:67B68B2D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2024

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, inciso II da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 70/2024. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:
O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CONTRATAÇÃO DE SHOW NACIONAL DE MÚSICA GOSPEL, PARA A REALIZAÇÃO DA 3ª MARCHA PARA JESUS, A QUAL ACONTECERÁ NO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2024, DENTRO DAS PROGRAMAÇÕES DA FESTA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL.**

Contratado: **CDC PRODUCOES LTDA CNPJ: 41.225.946/0001-33**
Valor: R$ 10.000,00 (dez mil reais)

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 70/2024.

Dotação Orçamentária:
03 Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
001 Diretoria de Administração, Compras, Licitações, RH e Comunicação
04.122.0002.2003 Manutenção da Diretoria de Administração, Compras, Licitações, RH e Comunicação
380 (000) 3.3.90.39.00.00 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 07 de novembro de 2024.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria Laska
Código Identificador:AA198459

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE INDENIZAÇÃO 18/2024

TERMO DE AJUSTE DE CONTAS	PROCESSO DE INDENIZAÇÃO	OBJETO	CONTRATADA	VALOR	ASSINATURA
N° 18/2024	N° 18/2024	Liquidação de débitos referente ao pagamento do novo piso salarial de enfermeiros e técnicos em enfermagem dos	**SMB GESTÃO EM SAÚDE S.A** CNPJ nº 09.378.748/0001-05	R$ 29.059,38 (vinte e nove mil, cinquenta e nove reais e trinta e oito	07/11/2024

		meses (julho, agosto e setembro) de 2024 e referente a revisão retroativa de maio a agosto de 2023, de acordo com a Lei Federal n° 14.434/2022, referente ao Contrato nº 41/2021 – Concorrência nº 01/2021. Pagamento será executado em parcela única, não incorporando ao contrato original.		centavos).	

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:6509B96E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

CIAS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Engenharia Ambiental e Sanitária para realizar atividade de operação e manutenção do Aterro Sanitário do CIAS. O serviço compreende a realização de operação de aproximadamente de 900 (novecentas) toneladas de resíduos por mês; espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos sólidos urbanos das cidades de Japira, Ibaiti, Tomazina, Pinhalão, Jaboti e Siqueira Campos, em células, com material inerte (solo) existente no próprio local da disposição final; execução de drenagem superficial para desvio das águas pluviais; execução de drenagem profunda para a captação do chorume, o qual deverá ser recirculado; execução de drenagem de gases; execução de recirculação do chorume nas valas do aterro; execução de coleta e análise de águas subterrâneas dos poços de monitoramento existentes no terreno; bem como serviços correlatos para este fim, tais como manutenção de acessos. O Presidente do CIAS, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO do julgamento do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, realizado em sessão de 04/07/2024, relativo à Licitação – Modalidade Concorrência Eletrônica nº 01/2024, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor do licitante, a empresa:

LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA, – CNPJ Nº 04.336.100/0001-44 – LOTE 1 – valor: R$ 1.239.000,00 (um milhão duzentos e trinta e nove mil reais);

Valor Total da Licitação: R$ 1.239.000,00 (um milhão duzentos e trinta e nove mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses contados da emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021**.**
Junte-se ao procedimento;

Publique-se;

Tomazina, 07 de novembro de 2024.

FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Presidente do CIAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2024

Contratado: LIMPATUR LIMPEZA URBANA LTDA, CNPJ Nº 04.336.100/0001-44.

Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Engenharia Ambiental e Sanitária para realizar atividade de operação e manutenção do Aterro Sanitário do CIAS. O serviço compreende a realização de operação de aproximadamente de 900 (novecentas) toneladas de resíduos por mês; espalhamento, compactação e cobertura dos resíduos sólidos urbanos das cidades de Japira, Ibaiti, Tomazina, Pinhalão, Jaboti e Siqueira Campos, em células, com material inerte (solo) existente no próprio local da disposição final; execução de drenagem superficial para desvio das águas pluviais; execução de drenagem profunda para a captação do chorume, o qual deverá ser recirculado; execução de drenagem de gases; execução de recirculação do chorume nas valas do aterro; execução de coleta e análise de águas subterrâneas dos poços de monitoramento existentes no terreno; bem como serviços correlatos para este fim, tais como manutenção de acessos**.**
Valor: R$ 1.239.000,00 (um milhão duzentos e trinta e nove mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses contados da emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021**.**

Tomazina, 07 de novembro de 2024.

FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Presidente do CIAS

Publicado por:
Andre Cipriano da Silva de Campos
Código Identificador:F823290C

PODER EXECUTIVO
DECRETO MUNICIPAL N.º 067/2024

Súmula: altera o art. 5o do Decreto n.º 055/2024.

O PREFEITO DE TOMAZINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 73, incisos I, da Lei Orgânica Municipal,
DECRETA:
Art. 1º – O art. 5o do Decreto n.º 055/2024 passa a viger com a seguinte redação:
Art. 5o – Quando não verificada a hipótese do artigo anterior, ou quando, na sessão de lances da licitação, não comparecer nenhuma empresa de âmbito local para a disputa de preço, o benefício previsto no art. 48, §3º, da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 será concedido às microempresas ou empresas de pequeno porte de âmbito regional, se existir, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos assim classificados que possam atender às exigências do ato convocatório, o que deverá ser verificado na fase interna da licitação e contar do edital.
Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tomazina, 7 de novembro de 2024.

FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO
Prefeito de Tomazina

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:A9E0DAD2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA N° 14/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 120/2024
O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ informa aos interessados que a sessão pública da licitação na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER E OPERAR UM TRENZINHO NATALINO DESTINADO A PASSEIOS COM CRIANÇAS PELA CIDADE"***, **foi adiada.**

A fase de lances da licitação, inicialmente agendada para ocorrer das 08h30 às 15h30 do dia **11/11/2024**, será realizada das **08h30 às 15h30 do dia 14/11/2024**.
Os interessados deverão apresentar suas Propostas de Preços até, no máximo, **08h29 do dia 14/11/2024**.
Não há alterações no conteúdo do Edital.
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações, localizado na **Avenida Brasil, 245, Centro, Três Barras do Paraná, Paraná**. Os interessados podem entrar em contato pelo telefone **(45) 3235-1212** ou via e-mail **licitacao@tresbarras.pr.gov.br**. O Edital e seus respectivos documentos podem ser consultados no **Portal da Transparência** no site oficial do Município de Três Barras do Paraná (**www.tresbarras.pr.gov.br**) ou na plataforma da BLL (**www.bll.org.br**), bem como ser solicitados por e-mail ou presencialmente no endereço informado, das **08h30 às 17h**.

Três Barras do Paraná-PR, 07 de novembro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:9213ECF1

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2024

O Município de Três Barras do Paraná, torna público o resultado da Dispensa de Licitação nº 13/2024, conforme parágrafo único do Art. 72 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE UHT EM CAIXINHAS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Classificação em primeiro lugar no item do objeto, conforme segue:

GELO CANEI LTDA – CNPJ Nº 45.127.508/0001-93

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	**1.600**	CX	CAIXAS DE 1000ML DE LEITE, UHT, FONTE NATURAL DE PROTEÍNAS E CÁLCIO, MANTENDO AS CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO LEITE IN-NATURA, INCLUSIVE TEOR DE GORDURA. A EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE (MÍNIMO DE 60 DIAS) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. PODE SER ARMAZENADO EM TEMPERATURA AMBIENTE.	TERRA VIVA	5,62	**8.992,00**
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					**R$ 8.992,00**	

Valor total a ser registrado para o fornecedor: R$ 8.992,00 (Oito mil novecentos e noventa e dois reais).

Desclassificações

NÃO HOUVE

Inabilitações

NÃO HOUVE

Três Barras do Paraná/PR, 07 de novembro de 2024.

VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING
Agente de Contratação

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:AB299069

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2024

Processo Adm: Nº 115/2024

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE UHT EM CAIXINHAS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
Empresas vencedoras valor total: R$ 8.992,00(oito mil e novecentos e noventa e dois reais):**GELO CANEI LTDA.**(45127508000193) com os lotes: 1 no valor total de R$ 8.992,00 (oito mil e novecentos e noventa e dois reais).
TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 7 de novembro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade de Promotor

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:F7AF75C5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2024

Processo Adm: Nº 115/2024

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE UHT EM CAIXINHAS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.
Empresas vencedoras valor total: R$ 8.992,00(oito mil e novecentos e noventa e dois reais):**GELO CANEI LTDA.**(45127508000193) com os lotes: 1 no valor total de R$ 8.992,00 (oito mil e novecentos e noventa e dois reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), quinta-feira, 7 de novembro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:88C27EFA

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6.050/24

Data 07.11.2024

Fica alterado a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2024, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.
Considerando a exigência estabelecida no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

D E C R E TA

Art. 1º Fica alterado a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2024, considerando-se os seguintes atos de alterações orçamentárias:

Lei nº	Decreto nº
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	6.022/24, de 11 de outubro de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	6.023/24, de 11 de outubro de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	6.032/24, de 22 de outubro de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	6.033/24, de 22 de outubro de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	6.034/24, de 22 de outubro de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	6.041/24, de 30 de outubro de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	6.042/24, de 30 de outubro de 2024
2.602/23, de 28 de dezembro de 2023	6.043/24, de 30 de outubro de 2024

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao mês de outubro de 2024, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 07 de novembro de 2024.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:F15BA924

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 91-2024

O **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ,** por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **ADJUDICAÇÃO e** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 91/2024, cujo objeto Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Material Escolar (Caderno, Lápis, Régua, Apontador e Borracha),** para as empresas:

ELIEZER COUTO GONÇALVES ELI ELETRONICOS - ME – CNPJ: 19.865.772/0001-14
LOTE 03: no valor total de **R$ 858,00** (oitocentos e cinquenta e oito reais)**. LOTE 04**: no valor total de **R$ 805,00** (oitocentos e cinco reais)**.**

KLEBER DE MOURA DALABONA EIRELI – CNPJ: 09.245.708/0001-87
LOTE 01: no valor total de **R$ 2.350,00** (dois mil com trezentos e cinquenta reais)**. LOTE 02**: no valor total de **R$ 25.485,00** (Vinte e cinco mil com quatrocentos e oitenta e cinco reais)**. LOTE 05**: no valor total de **R$ 440,00** (Quatrocentos e quarenta reais)**.**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. º14.133/2021

Tunas do Paraná, 07 de novembro de 2024.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:9A12BA4C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 93-2024

O **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ,** por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **ADJUDICAÇÃO e** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 93/2024, cujo objeto Registro de Preços para Futuras e Aquisição de **Recarga de Extintores e Luminárias de Emergência**, conforme o anexo I - Termo de referência**,** para as empresas:

FGS COMERCIAL LTDA – CNPJ: 39.988.022/0001-47
LOTE 01: no valor total de **R$ 8.320,20** (Oito mil com trezentos e vinte reais com vinte centavos)**.**

RLUX ILUMINAÇAO LTDA – CNPJ: 23.535.805/0001-35
LOTE 02: no valor total de **R$ 1.087,70** (Hum mil com oitenta e sete reais com setenta centavos)**.**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n. º14.133/2021

Tunas do Paraná, 07 de novembro de 2024.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:2026C51F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 156/2024

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. 7.300/2024 (1Doc), **ADJUDICA e HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 156/2024, do tipo menor preço, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de publicação de matérias oficiais do município de Turvo/PR, incluindo editais, comunicados e demais atos oficiais, em jornal digital de grande circulação, com abrangência no estado do paraná, conforme estabelecido na lei federal nº 14.133/2021, em favor da empresa **FERNANDA F PONTIN LTDA (CNPJ N° 10.277.241/0001-36)** pelo valor global de R$ 54.300,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos reais);
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 81/2024).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 07 de novembro de 2024.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:BB27A9EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2024
PREGÃO ELETRONICO N° 156/2024

Contrato Administrativo nº 223/2024 – Pregão Eletrônico N° 156/2024 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: FERNANDA F PONTIN LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº

10.277.241/0001-36, com sede localizada na Av. dos Holandeses, Nº 6, no Município de São Luís/MA, CEP 65.077-357, neste ato representada por Fernanda Ferrazzi Pontin, portador da cédula de identidade Nº 1095559538 SSP/RS e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 027.524.733-38 - **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de publicação de matérias oficiais do município de Turvo/PR, incluindo editais, comunicados e demais atos oficiais, em jornal digital de grande circulação, com abrangência no estado do paraná, conforme estabelecido na lei federal nº 14.133/2021 – **Prazo de Vigência:** prazo de vigência da contratação é até 31/12/2024 - **Valor global:** Valor total do Contrato Administrativo: R$ 54.300,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos reais) - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:6999D244

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N° 66/2024

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO/PR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇAS E BRIGADISTAS PARA OS EVENTOS MUNICIPAIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 17.796,80 (dezessete mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

DATA DA SESSÃO: 13 de novembro de 2024.

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: DAS 08h ATÉ AS 14h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:278BF90A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 224/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 51/2024
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 09/2024

Contrato Administrativo nº 224/2024 – Inexigibilidade de Licitação n° 51/2024 (Chamamento Público n° 09/2024) – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada:** IRES FILIPIN, residente e domiciliada na localidade de Dodge, S/N, municipio e Turvo-PR, inscrita no CPF sob nº º 729.872.279-49 - **Objeto:** PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇOS DO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL ECOFEIRA – **Prazo de Vigência:** 08/11/2024 a 31/12/2024 - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:827E3DFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 225/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 51/2024
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 09/2024

Contrato Administrativo nº 225/2024 – Inexigibilidade de Licitação n° 51/2024 (Chamamento Público n° 09/2024) – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: ALINE RODRIGUES WEBER**, residente e domiciliada na localidade de Cachoeira dos Mendes, município e Turvo-PR, inscrita no CPF sob nº 094.926.549-70 - **Objeto:** PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇOS DO MUNICÍPIO PARA PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL ECOFEIRA – **Prazo de Vigência:** 08/11/2024 a 31/12/2024 - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:C8AA003D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 158/2024

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. 7.374/2024 (1Doc), **ADJUDICA e HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 158/2024, do tipo menor preço, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, em favor da empresa **DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA (CNPJ N° 22.366.517/0001-31)** pelo valor global de R$ 2.312,40 (dois mil e trezentos e doze reais e quarenta centavos);
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 81/2024).

Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 07 de novembro de 2024.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:B6D45036

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 226/2024
PREGÃO ELETRONICO N° 158/2024

Contrato Administrativo nº 226/2024 – Pregão Eletrônico N° 158/2024 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada: DESCNET TELECOMUNICACOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 22.366.517/0001-31, com sede localizada na Avenida Santa Helena, Nº 658, no Município de Descanso/SC, CEP 89.910-000, neste ato representada por Leandro Carlos Silveira, portador da cédula de identidade Nº 3.256.370 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 020.652.949-06 - **Objeto:** Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de telefonia móvel – **Prazo de Vigência:** prazo de vigência da contratação é até 31/12/2024 - **Valor global:** Valor total do Contrato Administrativo: R$ 2.312,40 (dois mil e trezentos e doze reais e quarenta centavos) - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:E5807CFF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 164/2024

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor Preço (por lote).
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de toldos em lona para espaço da feira do produtor rural.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 26 de novembro de 2024.
Início da Sessão: 26 de novembro de 2024 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor estimado: R$ 5.151,90 (cinco mil cento e cinquenta e um reais e noventa centavos)**.**
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto N˚ 81/2024
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 221), através do e-mail licitacoesturvo@gmail.com, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-000, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17:00 horas.

Turvo/PR, 07 de novembro de 2024.

VANESSA TLUSCIK DOS SANTOS
Pregoeira (Decreto N˚ 81/2024)

Publicado por:
Vanessa Tluscik Dos Santos
Código Identificador:01DF3435

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 149/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 149/2024

O Senhor JERONIMO GADENS DO ROSARIO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2023, homologado pelo Edital n. 05/2023, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2023, homologado pelo Edital n. 05/2023.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2023.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Médico – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Flavia Eduarda Camargo	18°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 06 de novembro de 2024.

JERONIMO GADENS DO ROSARIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:25AEA5AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. º 205 – CEP: 84.600-900
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 45/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 112/2024
TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 75/2024
Contratante...: Prefeitura Municipal União da Vitória – CNPJ n.º 75.967.760/0001-71.
Contratada...: Marciel Borges. – CPF N.º xxx.xxx.xxx-xx.
Valor Global...: R$ 30.649,71 (Trinta mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos);
Data de Assinatura.....: 04/11/2024.
Prazo de Vigência.....: Início: 04/11/2024 - Término: 03/05/2025 – 180 dias.
Licitação.....: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 45/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 112/2024

Recursos Orçamentários....:			
Despesa	Descrição da Despesa	Dotação	Fonte
299	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura	15.001.13.392.0023.2070.3.3.90.36.00	01054

Objeto.....: PROJETO **"ARTE QUE TRANSFORMA – OFICINAS DE PINTURA EM TELA E MADEIRAPARAALUNOSDASESCOLASDA REDEESTADUALDEEDUCAÇÃOLOCALIZADOSNO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA"** - Seleção de Projetos Culturais das "DEMAIS ÁREAS CULTURAIS" para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I do Edital de Chamamento Público n° 05/2024, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de União da Vitória - Paraná.

União da Vitória/PR, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS
Prefeito

Publicado por:
Felipe Jose Narineczki
Código Identificador:A1D7CF3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. º 205 – CEP: 84.600-900
União da Vitória – Paraná.
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 46/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 113/2024
TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 76/2024
Contratante...: Prefeitura Municipal União da Vitória – CNPJ n.º 75.967.760/0001-71.
Contratada...: Pedro Rodrigo Nunes. – CPF N.º xxx.xxx.xxx-xx.
Valor Global...: R$ 30.649,71 (Trinta mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos);
Data de Assinatura.....: 04/11/2024.
Prazo de Vigência.....: Início: 04/11/2024 - Término: 03/05/2025 – 180 dias.
Licitação.....: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 46/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 113/2024
Recursos Orçamentários....:

Despesa	Descrição da Despesa	Dotação	Fonte
299	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura	15.001.13.392.0023.2070.3.3.90.36.00	01054

Objeto.....: PROJETO "**PROJETO DE GRAFFITI E MURALISMO PANORAMA DA ARTE**"- Seleção de Projetos Culturais das "DEMAIS ÁREAS CULTURAIS" para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I do Edital de Chamamento Público n° 05/2024, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de União da Vitória - Paraná.

União da Vitória/PR, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS
Prefeito

Publicado por:
Felipe Jose Narineczki
Código Identificador:B9AC1C23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

CNPJ: 75.967.760/0001- 71 – Rua: Dr. Cruz Machado, n. º 205 – CEP: 84.600-900
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 47/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 114/2024
TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 77/2024
Contratante...: Prefeitura Municipal União da Vitória – CNPJ n.º 75.967.760/0001-71.
Contratada...: Leandro Pimentel. – CPF N.º xxx.xxx.xxx-xx.
Valor Global...: R$ 30.649,71 (Trinta mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos);
Data de Assinatura.....: 04/11/2024.
Prazo de Vigência.....: Início: 04/11/2024 - Término: 03/05/2025 – 180 dias.
Licitação.....: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 46/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 113/2024
Recursos Orçamentários....:

Despesa	Descrição da Despesa	Dotação	Fonte
299	Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura	15.001.13.392.0023.2070.3.3.90.36.00	01054

Objeto.....: PROJETO "CAPOEIRA PARA TODOS" - Seleção de Projetos Culturais das "DEMAIS ÁREASCULTURAIS"parareceberemapoio financeironas categorias descritas no Anexo Ido Edital de Chamamento Público n° 05/2024, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de União da Vitória - Paraná..

União da Vitória/PR, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS
Prefeito

Publicado por:
Felipe Jose Narineczki
Código Identificador:CEFC1851

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 789/2024

LINDAMIR DE FATIMA VARELA, Secretária Municipal de Administração, nomeada através do Decreto nº 192/2022, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 38/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 101/2024**

Ata de Registro de Preços nº 155/2024
Contratante...: Prefeitura Municipal União da Vitória – CNPJ n.º 75.967.760/0001-71.
Contratada...: RAFAEL MARCELO DOMINGUES. – CNPJ N.º 32.629.145/0001-42.
Valor Global...: R$ 339.600,00 (Trezentos e trinta e nove mil e seiscentos reais).
Data de Assinatura.....: 01/11/2024.
Prazo de Vigência.....: Início: 01/11/2024 - Término: 01/11/2025 – 12 meses.
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 38/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 101/2024
Recursos Orçamentários....:

Despesa	Descrição da Despesa	Dotação	Fonte
44	Manutenção da Secretaria Municipal de Administração	04.001.04.122.0003.2006.3.3.90.39.00	0000
133	Manutenção Gabinete da Secretaria Municipal de Educação	07.001.12.361.0019.2017.3.3.90.39.00	0103
133	Manutenção Gabinete da Secretaria Municipal de Educação	07.001.12.361.0019.2017.3.3.90.3	0104
253	Manutenção Secretaria M. Agricultura, Pecuária e Abastecimento	09.001.20.608.0012.2027.3.3.90.39.00	0000
280	Manutenção da Secretaria Municipal de Ação Social	11.001.08.244.0015.2030.3.3.90.39.00	00000

Objeto.....: *Registro de preço para futura e eventual locação de impressoras e digitalizadores, em sistema de comodato, sem custos de manutenção, com inclusão de todos os suprimentos, exceto papel, além de assistência técnica on-site, suporte de analista, peças, manutenção preventiva e corretiva inclusa o deslocamento técnico, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital e seus anexos, pelo período de 12 (doze) meses.*

GESTOR: Lindamir de Fátima Varela (Secretária Municipal de Administração);
FISCAL/RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO: Sr. Reginaldo Marques – Matrícula Funcional n.º 1-991504679;
FISCAL SUBSTITUTO: Sr. Artur Marcos Pavan – Matrícula Funcional n.º 1-1319601;

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de novembro de 2024.

LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:9E4B0402

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 794/2024

LINDAMIR DE FATIMA VARELA, Secretária Municipal de Administração, nomeada através do Decreto nº 192/2022, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
IVANI DE JESUS KUKLA	991504041	04/04/2023 A 03/04/2024	TECNICO DE ENFERMAGEM	13/01/2025 A 11/02/2025

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de novembro de 2024.

LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:99B76732

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 790/2024

LINDAMIR DE FATIMA VARELA, Secretária Municipal de Administração, nomeada através do Decreto nº 192/2022, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
MARILENE NEUMANN	376	10/03/2023 A 09/03/2024	ZELADOR	02/01/2025 A 31/01/2025
SUELEN DE CASSIA FARIA	458	08/04/2023 A 07/04/2024	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02/01/2025 A 21/01/2025

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de novembro de 2024.

LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:2FAE1A2A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 791/2024

LINDAMIR DE FATIMA VARELA, Secretária Municipal de Administração, nomeada através do Decreto nº 192/2022, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
JOÃO AURO DOS SANTOS	1512567	2024/2025	SERVENTE	04/11/2024 A 23//11/2024
JOÃO DANIEL DE SOUZA CORDEIRO	1243201	03/04/2022 A 03/12/2024	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	04/11/2024 A 03/12/2024

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 06 de novembro de 2024.

LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:72B34F28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 47/2024

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 47/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2024 – PROCESSO 72/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Prorrogação do Prazo de Execução.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e/ou arquitetura para executar a Reforma da Ponte sobre o Rio da Prata na Localidade de Rio dos Banhados, no Município de União da Vitória – PR, incluindo material e mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
CONTRATADA: PROCOENGE PAVIMENTAÇÕES LTDA. – CNPJ nº 95.412.276/0001-93.
DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme Solicitação da Secretaria Municipal de Obras, o Prazo de Execução a que se refere à Cláusula 3ª Termo de Contrato n.º 47/2024 fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a iniciar 08/11/2024 e a terminar em 08/12/2024.
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 111º, da Lei Federal n.º 14.133/21 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS
Prefeito

Publicado por:
Sheila Conceição Rodrigues da Silva
Código Identificador:2740D6E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 541/2024

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NAS RESPECTIVAS FONTES.

BACHIR ABBAS, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5135, de 13 de dezembro de 2023 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5097, de 13 de julho de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2024, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PROJETO/ATIV 2.071 – Manutenção da Atenção Básica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
494	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	393.000,00
834	3.3.90.34.00	OUTRAS DESPESAS PESSOAL DE CONTRATOS	407.000,00

TOTAL CRÉDITO	800.000,00

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PROJETO/ATIV 2.071 – Manutenção da Atenção Básica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
494	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	393.000,00
834	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	407.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	**800.000,00**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS
Prefeito Municipal

LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Secretária de Administração

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 541/2024:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação de dotações orçamentárias.

Esta suplementação não altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º.

Art. 10º da LOA - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a movimentar por Decreto, no mesmo projeto atividade, excluindo-se do limite estabelecido no art. 7º da LOA.

União da Vitória, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS	***LINDAMIR DE FATIMA VARELA***
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:9F748CA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 542/2024

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NAS RESPECTIVAS FONTES.

BACHIR ABBAS, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5135, de 13 de dezembro de 2023 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5097, de 13 de julho de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2024, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 4.500.00,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 04 –SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
510	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PF	200.000,00

ÓRGÃO 06 –SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PUBLICOS
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PUBLICOS
PROJETO/ATIV 2.014 – Melhoria e Conservação de Estradas Vicinais

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
504	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	200.000,00

PROJETO/ATIV 2.015 – Melhoria e Conservação de Vias Urbanas

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
504	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	300.000,00

ÓRGÃO 07 –SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.018 - Manutenção do Fundeb

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
101	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	1.200.000,00
101	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1.800.000,00

PROJETO/ATIV 2.020 - Manutenção dos Serviços de Transporte Escolar

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
138	3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	373.000,00

ÓRGÃO 22 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIG. E FISCALIZAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUN. DE TRÂNSITO, VIG. E FISCALIZAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.080 – Secretaria Munic. de Trânsito, Vig. e Fiscalização

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
509	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	427.000,00

TOTAL CRÉDITO	**4.500.000,00**

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação nas respectivas fontes.
Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 550/2023.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS
Prefeito Municipal

LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Secretária de Administração

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 542/2024:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação.
Esta suplementação não altera o saldo do percentual autorizado no art. 7º da LOA e art. 40 da LDO, por se tratar de excesso de arrecadação de recursos vinculados.

União da Vitória, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS	*LINDAMIR DE FATIMA VARELA*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:E667C3BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 543/2024

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE.

BACHIR ABBAS, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5135, de 13 de dezembro de 2023 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5097, de 13 de julho de 2023;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2024, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.320.000,00 (um milhão e trezentos e vinte mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO/ATIV 0.058 – Encargos Especiais

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	950.000,00

PROJETO/ATIV 2.009 – Operacionalização dos Encargos Gerais

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.91.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	370.000,00

TOTAL CRÉDITO	**1.320.000,00**

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO/ATIV 0.058 – Encargos Especiais

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL	950.000,00

PROJETO/ATIV 2.009 – Operacionalização dos Encargos Gerais

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.1.90.13.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	370.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	**1.320.000,00**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS
Prefeito Municipal

LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Secretária de Administração

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 543/2024:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação de dotações orçamentárias.

Esta suplementação não altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º.

Art. 10º da LOA - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a movimentar por Decreto, no mesmo projeto atividade, excluindo-se do limite estabelecido no art. 7º da LOA.

União da Vitória, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS	*LINDAMIR DE FATIMA VARELA*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:AFEBBAFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 544/2024

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES NAS RESPECTIVAS FONTES.

BACHIR ABBAS, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5135, de 13 de dezembro de 2023 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5097, de 13 de julho de 2023;
DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2024, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 1.763.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta e três mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 06 –SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PUBLICOS
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PUBLICOS
PROJETO/ATIV 1.003 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
504	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	400.000,00

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PROJETO/ATIV 2.071 – Manutenção da Atenção Básica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
303	3.1.90.11.00	VENCIMENTOAS E VANTAGENS FIXAS	1.363.000,00

TOTAL CRÉDITO	**1.763.000,00**

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 06 –SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PUBLICOS
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. E SERV. PUBLICOS
PROJETO/ATIV 1.003 – Obras de Pavimentação e Infraestrutura Urbana

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
504	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	400.000,00

ÓRGÃO 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PROJETO/ATIV 2.071 – Manutenção da Atenção Básica

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
303	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	428.000,00
303	3.3.90.34.00	OUTRAS DESPESAS PESSOAL CONTRATOS	935.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	**1.763.000,00**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS LINDAMIR DE FATIMA VARELA
Prefeito Municipal Secretária de Administração

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 544/2024:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:
Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação de dotações orçamentárias.
Esta suplementação não altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º.
Art. 10º da LOA - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a movimentar por Decreto, no mesmo projeto atividade, excluindo-se do limite estabelecido no art. 7º da LOA.

União da Vitória, 07 de novembro de 2024.

BACHIR ABBAS	*LINDAMIR DE FATIMA VARELA*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:5738023A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO CHAMAMENTO 06/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização em sua sede, sito à Rua Barão de Capanema, 134, às 09:00 horas do dia 18/11/2024, **CHAMAMENTO PÚBLICO** sob o nº 06/2024, objetivando-se a "**SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)"**. O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 08/11/2024, das 08:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas e informações pelo telefone (46) 3227-1222, site: www.vitorino.pr.gov.br, e-mails licita@vitorino.or.gov.br, compras@vitorino.pr.gov.br

Vitorino, 07/11/2024

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:16B73B3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

Extrato de Aditivo de Contrato de Trabalho Temporário

Partes: Município de Vitorino e Nesio Sergio Mattuella.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência da contratação temporária para atividades de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Defesa do Meio Ambiente.
Valor mensal: R$ 1.385,98 (um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos) durante a vigência do contrato.
Fundamentação: Lei Municipal 1532/2016.
Vigência: de 07 de novembro de 2024 até 07 de novembro de 2025.
Data: 07 de novembro de 2024.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Gustavo Santos
Código Identificador:51B62116

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO N° 005 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2024

RESOLUÇÃO N° 005 de 04 de novembro de 2024.

Súmula: Dispõe sobre adesão e aprovação do termo de adesão e aprovação do plano de ação Incentivo Paraná Viaja mais 60 – fase II, Deliberação nº 034/2024-CEDIPI/PR.

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa – CMI do município de Vitorino, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 779/2004 e suas alterações.

Resolve:
Considerando a plenária realizada no dia 04 de novembro de 2024.

Art. 1° - Aprovar o termo de adesão à Deliberação nº034/2024-CEDIPI/PR referente ao repasse de recurso na modalidade fundo a fundo Incentivo Paraná Viaja mais 60 – fase II,como cofinanciamento com a finalidade promover a inclusão social da pessoa idosa por meio de fomento das atividades turísticas, incentivando o seu bem-estar e o desenvolvimento econômico das regiões turísticas paranaense no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Art. 2° - Aprovação do Plano de Ação da Deliberação nº 034/2024 – CEDIPI/PR, Incentivo Paraná viaja mais 60 – fase II.

Art. 3° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vitorino, 07 de novembro de 2024.

ELIZANDRA DOS SANTOS ZILIO
Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa

Publicado por:
Cristiane Rafaela Stasiak
Código Identificador:40488112

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
NORMATIVA - 001.2024 - TESTE SELETIVO DA EDUCAÇÃO

NORMATIVA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2024

ABRE INSCRIÇÕES E INSTITUI NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL PARA O ANO LETIVO DE 2025, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O Prefeito **Givanildo Trumi** do Município de Boa Esperança do Iguaçu - Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 449/2018 e Lei nº 511/2020 que resolve instituir as normas para realização de Processo Seletivo Simplificado, destinado à admissão de professores em caráter temporário e excepcional e formação de cadastro de reserva para o ano letivo de 2025, da Rede Municipal de Ensino, regendo-se pelas seguintes regras:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:
1.1. É destinado o Processo Seletivo Simplificado – PSS a selecionar profissionais para atuar em instituições de ensino público municipal, exclusivamente para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a fim de garantir o cumprimento dos direitos dos profissionais efetivos do Magistério.
1.2. Os contratados estarão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social, cujas contribuições serão recolhidas somente durante o período trabalhado.
1.3. Este PSS consistirá em prova de títulos referentes à escolaridade, tempo de serviço e aperfeiçoamento profissional, conforme disposto nesta normativa.
1.4. Antes de inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deve observar, atentamente, as prescrições desta Normativa, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.
1.5. Ficará reservado o percentual de 10% (dez por cento) das contratações que venham a surgir durante o ano aos candidatos que se autodeclararem pessoa negra (preta ou parda com características fenotípicas negroides). Quando o número de vagas reservadas aos candidatos autodeclarados como pessoa negra resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco); ou para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).
1.5.1. A nomeação será precedida de avaliação do candidato pela Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afro-Brasileiros, instituída pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, onde será constituída em caso de necessidade.
1.6. Ficará reservado à pessoa com deficiência o percentual de 5% (cinco por cento) das contratações que venham a surgir durante o ano na forma da Lei. Para a contratação é necessário que as atribuições da função sejam compatíveis com a deficiência apresentada. Quando o número de vagas reservadas aos candidatos autodeclarados como pessoa com deficiência resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco); ou para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).
1.7. A participação dos candidatos no PSS não implica obrigatoriamente de contratação, ocorrendo apenas expectativa de convocação e admissão. Após levantamento de turmas realizado pela Secretaria Municipal de Educação há uma previsão de 6 (seis) vagas a serem supridas mais Cadastro Reserva. Às contratações serão em número que atenda ao interesse a as necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final e ao prazo de validade desta Normativa.
1.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este PSS por meio dos endereços eletrônicos https://www.diariomunicipal.com.br/amp e www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br.
1.9. Não será cobrada qualquer taxa de inscrição para participar do presente processo seletivo, sendo o mesmo de forma gratuita.

2. DAS INSCRIÇÕES
2.1. DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO:

2.1.1. As inscrições serão realizadas gratuitamente pelo próprio candidato, exclusivamente no site da Prefeitura Municipal através do endereço eletrônico www.*boaesperancadoiguacu.pr.gov.br* no período de **11/11/2024** à **27/11/2024**, finalizando às 23h59min do dia **27/11/2024.**
2.1.2. Antes de inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deve observar, atentamente, as prescrições desta Normativa, assim como os requisitos e condições sobre os quais não poderá alegar desconhecimento.
2.1.3. O candidato deve ter no mínimo 18 (dezoito) anos e no máximo 75 (setenta e cinco) anos completos no momento da inscrição.
2.2. Para fazer jus à reserva de vagas de que trata o item 1.6, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a função com a opção pessoa com deficiência ou PCD. O candidato com deficiência participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas nesta normativa.
2.2.1. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas conforme as categorias discriminadas nas Leis Estaduais n.º 16.945/11 e n.º 18.419/15.
2.2.2. Não serão consideradas como deficiência as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.
2.2.3. Será excluído deste Processo Seletivo Simplificado o candidato com deficiência incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho da função, caracterizada ou não dentro da legislação vigente.
2.2.4 No ato da inscrição, o candidato com deficiência declara que está ciente das atribuições da função para a qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-la, e alegar incompatibilidade com as funções, ficará sujeito ao encerramento do contrato, após processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
2.2.5. O candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá anexar, laudo médico conforme modelo anexo desta normativa, emitido nos 12 (doze) meses anteriores ao último dia do período de inscrição, por especialista da área, atestando a deficiência e a compatibilidade com as atribuições da função pretendida, devendo constar, de forma expressa:
a) espécie e grau ou nível da deficiência;
b) código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID;

c) limitações funcionais;
d) função para a qual é candidato;
e) se existe ou não compatibilidade com as atribuições da função pretendida;
f) data de expedição, assinatura e carimbo com o número do Conselho Regional de Medicina – CRM do médico especialista na área da deficiência que emitiu o laudo;
g) o laudo médico deve ser legível, sob pena de não ser considerado;

2.2.6. Será excluído da lista de classificação de pessoa com deficiência, e concorrerá exclusivamente à vaga de ampla concorrência, o candidato que apresentar laudo médico em desacordo com os critérios especificados no Item 2.2.5. desta Normativa, ou apresentar laudo médico que não caracterize a deficiência de acordo com a legislação vigente.
2.2.7. O candidato com deficiência que obtiver classificação dentro dos critérios estabelecidos nesta Normativa figurará em lista específica e também na listagem de ampla concorrência.
2.2.8. Em caso de dúvida a comissão poderá solicitar à Junta Médica Municipal, parecer sobre o laudo apresentado.

2.3. Para fazer jus à reserva de vagas de que trata o Item 1.5, o candidato deverá assinalar no ato da inscrição a opção pessoa negra (PN).
2.3.1. O candidato inscrito como pessoa negra participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas nesta Normativa.
2.3.2. O candidato inscrito como pessoa negra deverá apresentar no envelope a Declaração por Instrumento Público, expedida em cartório, onde conste o pertencimento racial.
2.3.3. O candidato que no ato da inscrição não escolher a opção de concorrer às vagas reservadas para pessoas negras, deixará de concorrer a essas vagas e não poderá fazê- lo posteriormente.
2.3.4. O candidato inscrito como pessoa negra que obtiver classificação dentro dos critérios estabelecidos nesta Normativa figurará em lista específica e também na listagem de ampla concorrência.

2.4. Na hipótese de não existirem candidatos inscritos para reserva de vagas como pessoa negra ou pessoa com deficiência, ou o percentual já tenha sido atendido, todas as vagas serão destinadas a lista de ampla concorrência.
2.5. A conferência para validação dos documentos do candidato inscrito será realizada pela comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado por meio de análise da documentação em data posterior às inscrições.

3. DA DOCUMENTAÇÃO DA INSCRIÇÃO:
3.1. Para inscrever-se o candidato deverá acessar o site: www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br , preencher a ficha online e fazer a impressão, em seguida, colocar em envelope os documentos solicitados a seguir:
3.1.1. Dados pessoais
a) Carteira de Identidade (RG);
b) Cadastro Pessoa Física (CPF);
c) Comprovante de endereço atualizado (máximo 3 últimos meses);
d) Declaração por Instrumento Público, expedida em cartório, onde conste o pertencimento racial para os que se declararem com características fenotípicas negroides (PN);
e) Laudo médico para os candidatos que se declararem pessoa com deficiência (PCD);
f) A documentação juntamente com o formulário de inscrição deve ser entregue através de envelope na Secretaria Municipal de Educação até às 17h00min do dia 27/11/2024.
3.2. Comprovação de tempo de serviço:
a) Declaração atualizada de tempo de serviço, expedida por órgão competente, expressa em anos, meses e dias, com respectivos períodos, rede de ensino (municipal, estadual e particular) com data de início e fim, conforme modelo anexo desta normativa.
3.2.1. O candidato deverá registrar no ato da inscrição a quantidade de tempo de serviço que possui.
3.2.2. Será pontuado o tempo de serviço no Magistério na Educação Básica, considerando o tempo máximo de 10 (dez) anos, desde que não utilizado para concessão de aposentadoria.

3.2.3. Será atribuído 0,5 (meio ponto) para cada 6 (seis) meses de trabalho;

3.2.4. O tempo de serviço concomitante será considerado uma única vez;

3.2.5. No cálculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais como um mês;
3.2.6. Para a contagem de tempo de serviço será considerada como data limite o dia 30 de Outubro de 2024;
3.2.7. Não será computado como pontuação para tempo de serviço horas efetuadas em estágio obrigatório ou não obrigatório remunerado, salvo a comprovação da função de docente em sala de aula.
3.3. Documentação Específica:
3.3.1 Para PONTUAR o candidato deverá apresentar os itens solicitados no Item 5.1, tabela I;
3.4. Para ATUAR na Educação Infantil e Ensino Fundamental, o candidato deverá apresentar a documentação específica:
a) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão de curso com histórico de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio), mais diploma ou certificado com histórico de conclusão do Curso de Pedagogia – habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; e/ou curso Normal Superior equivalente a Pedagogia, com habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais;
b) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão com histórico de conclusão do Curso de Pedagogia – habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; e/ou curso Normal Superior equivalente a Pedagogia, com habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais;
c) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão com histórico de conclusão do curso de Licenciatura nas áreas de atuação do Magistério e Ensino Médio (magistério), mais diploma ou certificado com histórico de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio);
3.5. Tempo de serviço:
a) Tempo de serviço no Magistério na Educação Básica (Municipal, Estadual e Privada), considerando tempo máximo de 10 anos.

3.6. Aperfeiçoamento:
a) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão de Doutorado stricto sensu devidamente reconhecido pelo CNE/MEC (máximo 1 curso).
b) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão de Mestrado stricto sensu devidamente reconhecido pelo CNE/MEC (máximo 1 curso).
c) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão de especialização Latu sensu devidamente reconhecido pelo CNE/MEC (máximo 3 cursos).
d) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão de Curso Superior de Graduação em Licenciatura não utilizado como requisito de escolaridade (máximo 1 curso).
3.7. Os documentos informados no ato da inscrição online deverão ser apresentados obrigatoriamente do dia **11/11/2024** até **27/11/2024.** No período da manhã das 08:30horas às 11:30horas e tarde das 14:00horas às 17:00horas na sede da Secretaria Municipal de Educação localizada na Avenida Demétrio Pinzon, nº 023, Centro, Município de Boa Esperança do Iguaçu, **finalizando-se às 17h00min do dia 27/11/2024.**
3.8. A validação da inscrição será realizada pela comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, conforme documentos apresentados na Secretaria Municipal de Educação.
3.9. Ao realizar e finalizar a inscrição, o candidato manifestará sua concordância com todos os termos desta Normativa sobre o qual não poderá alegar desconhecimento.

4. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

Professor de Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental – Anos Iniciais
- Planejar e ministrar aulas nos dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

- Avaliar o rendimento dos alunos de acordo com o regimento escolar;
- Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;
- Participar de atividades cívicas, sociais, culturais e esportivas;
- Participar de reuniões pedagógicas e técnico-administrativas;
- Participar do planejamento geral da escola;
- Contribuir para o melhoramento da qualidade do ensino;
- Participar da escolha do livro didático;
- Participar de palestras, seminários, congressos, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos;
- Acompanhar e orienta estagiários;
- Zelar pela integridade física e moral do aluno;
- Participar da elaboração e avaliação de propostas curriculares;
- Elaborar projetos pedagógicos;
- Participar de reuniões interdisciplinares;
- Confeccionar material didático;
- Realizar atividade extraclasse em bibliotecas, museus, laboratórios e outros;
- Avaliar e participar do encaminhamento dos alunos necessidades educacionais especiais, para os setores específicos de atendimento;
- Selecionar, apresentar e revisar conteúdos;
- Participar do processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular;
- Incentivar os alunos a participarem de concursos, feiras de cultura e similares;
- Realizar atividades de articulação da escola com a família do aluno e a comunidade;
- Orientar e incentivar o aluno para a pesquisa;
- Participar do Conselho de Classe;
- Preparar o aluno para o exercício da cidadania;
- Incentivar o gosto pela leitura;
- Desenvolver a autoestima do aluno;
- Participar da elaboração e aplicação do Regimento da Escola;
- Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político-Pedagógico PPP da escola;
- Orientar o aluno quanto à conservação da escola e dos seus equipamentos;
- Contribuir para a aplicação da Proposta Pedagógica do Município e o cumprimento da legislação de ensino;
- Propor a aquisição de equipamentos que venham favorecer às atividades de ensino- aprendizagem;
- Planejar e realizar atividades de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Analisar dados referentes à recuperação, aprovação, reprovação e evasão escolar;
- Participar de estudos e pesquisas em sua área de atuação;
- Manter atualizados os Registros de Classe Online - LRCOM, frequência e de aproveitamento escolar do aluno;
- Zelar pelo cumprimento da legislação escolar e educacional;
- Zelar pela manutenção e conservação do patrimônio escolar;
- Apresentar propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino;
- Participar da gestão democrática da Instituição de Ensino;
- Executar outras atividades correlatas;
- Participar de reuniões, atividades pedagógicas, Conselho de Classe, atividades cívicas e outras.
-Atender a solicitações da direção e das coordenações da escola e da supervisão da Secretaria Municipal de Educação, referentes à sua ação docente desenvolvida no âmbito escolar;
- Planejar suas atividades e preparar o material necessário à execução das mesmas;
- Manter o registro das atividades de classe, bem como o Registro do Classe Online- LRCOM e deles prestar contas quando solicitado;
- Avaliar sistematicamente o seu trabalho e o aproveitamento dos alunos;
- Exercer a coordenação da disciplina correlata;
- Integrar aos órgãos complementares da escola e outras atividades correlatas;
- Participar da elaboração da Proposta Pedagógica Curricular da instituição de ensino.
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a Proposta Pedagógica da instituição de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos no calendário escolar, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Orientar a aprendizagem do aluno;
- Participar no processo de planejamento das atividades da escola. Contribuir para aprimorar a qualidade do ensino do município.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1. A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidas as seguintes pontuações:

I – TABELA DE PONTUAÇÃO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS		
FORMAÇÃO	**PONTOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
a) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão com histórico de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio) mais Diploma ou certificado com histórico de conclusão do Curso de Pedagogia – habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; curso Normal Superior equivalente a Pedagogia, com habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais;	70	70
b) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão com histórico de conclusão do Curso de Pedagogia – habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais; e/ou curso Normal Superior equivalente a Pedagogia, com habilitação mínima em Educação Infantil ou Anos Iniciais;	60	
c) Diploma e/ou certificado ou declaração de conclusão com histórico de conclusão do curso de Licenciatura nas áreas de atuação do Magistério e Ensino Médio (magistério), mais diploma ou certificado com histórico de conclusão do Curso de Magistério (Ensino Médio);	60	
TEMPO DE SERVIÇO COMO PROFESSOR:		
Tempo de Serviço	**Pontuação**	**Pontuação Máxima**
a) Tempo de serviço no Magistério na Educação Básica (Municipal, Estadual e Privada), considerando tempo máximo de 10 anos.	0,5 para cada 6 meses.	10
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL:		
APERFEIÇOAMENTO	**PONTOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
a) Diploma ou declaração de conclusão de curso de Doutorado stricto sensu devidamente reconhecido pelo CNE/MEC (máximo 1 curso);	15	20
b) Diploma ou declaração de conclusão de curso de Mestrado stricto sensu devidamente reconhecido pelo CNE/MEC (máximo 1 curso);	10	
c) Certificado de Especialização lato sensu (máximo 3 cursos);	5	
d) Diploma ou declaração de conclusão de Curso Superior de Graduação em Licenciatura não utilizado como requisito de escolaridade (máximo 1	5	

curso).		
PONTUAÇÃO MÁXIMA		100

6. DO DESEMPATE
6.1. Verificada a ocorrência de empate após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 5, desta Normativa, o desempate será feito com a ordem que segue:
1º - Candidato com maior idade;
2° - Tempo de serviço no Magistério devidamente comprovado e atualizado conforme item 5 da Classificação letra "a";
4º - Número de diplomas de Pós Graduação em nível de Especialização nas áreas de atuação de Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
3º - Diploma ou certificado com histórico de conclusão do curso de Licenciatura Plena na área da educação;

7. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO
7.1. As listas classificatórias Preliminares serão divulgadas nos murais da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação, no diário oficial eletrônico https://www.diariomunicipal.com.br/amp e portal da Prefeitura no endereço eletrônico www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br até 04/12/2024.

8. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
8.1. O candidato terá o dia 10 de dezembro de 2024, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo Simplificado na Secretaria Municipal de Educação, por meio de requerimento (modelo em anexo III).
8.2. Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final e a homologação serão divulgados, a partir do dia 13 de dezembro de 2024, por meio de Edital, a ser publicado nos murais da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no diário oficial eletrônico https://www.diariomunicipal.com.br/amp e no site da Prefeitura Municipal através do endereço eletrônico www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br .

9. DAS VAGAS
9.1. A distribuição de vagas será feita de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Processo Seletivo Simplificado e conforme a necessidade de contratação da Secretaria Municipal de Educação.
9.2. Os candidatos classificados para o cadastro de reserva serão eventualmente convocados em caso de necessidade para contratação, na estrita ordem de classificação e, os mesmos serão supridos em turma e local de atuação definidos pela Secretaria Municipal de Educação.
9.3. **Os professores poderão ter carga horária máxima de 20 horas semanais** dentre as áreas de atuação: Professor de Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

9.4. As vagas serão preenchidas pelo número de candidatos necessários, sendo estes responsáveis pelo deslocamento até as Unidades Escolares nas quais prestarão serviço.
9.5. A primeira chamada para a distribuição de vagas realizar-se-á mediante demanda de contratação da Secretaria Municipal de Educação por meio do diário eletrônico oficial do município https://www.diariomunicipal.com.br/amp e no site da Prefeitura Municipal através do endereço eletrônico www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br**.**
9.6. O candidato convocado que no prazo não aceitar a vaga será automaticamente eliminado, ou poderá solicitar final de lista e será chamado o próximo classificado.
9.7. O candidato convocado deverá assumir a vaga pessoalmente.

9.8. O candidato convocado que não comparecer no dia da distribuição no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, estará desclassificado.
9.9. No decorrer do ano letivo, o professor convocado pela Secretaria Municipal de Educação para preenchimento de vaga deverá manifestar sua aceitação pessoalmente, no prazo de 24 horas, sendo que a ausência de manifestação neste período implicará desistência da vaga.
9.10. O candidato remetido para o fim de lista poderá ser chamado novamente quando houver necessidade por parte da Secretaria Municipal de Educação, após todos os demais classificados serem convocados. A ordem de classificação original será utilizada entre os candidatos em fim de lista para efeito de contratação.

10. DA ADMISSÃO:
10.1. A partir da homologação do resultado, obedecida à ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Rede Municipal de Ensino.
10.2. Para fins de admissão, o professor quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, apresentar- se ao setor de Recursos Humanos, junto à Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, sito à Avenida Demétrio Pinzon, nº 16, Centro, sob pena de perder a vaga caso não apresente os documentos descritos abaixo:

10.2.1. Cópias e originais:
a) Cartão do PIS/PASEP;
b) Título Eleitoral;
c) Certidão de Nascimento ou Casamento;
d) Carteira/Cédula de Identidade - RG;
e) Cartão de Cadastro de Pessoa Física – CPF;
f) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
g) Diploma ou certificado de conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo público, reconhecido pelo MEC;
h) Prova de quitação com o serviço militar, para candidatos do sexo masculino;
i) Prova de quitação com as obrigações eleitorais (Certidão emitida pela Justiça Eleitoral e/ou comprovante da última votação);
j) Certidão de antecedentes criminais, fornecida pelo cartório judicial estadual do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
k) Declaração de bens e valores com dados referentes até a data da posse ou Declaração de Imposto de Renda do exercício imediatamente anterior (na forma da Lei nº 8.429/1992);
l) Certidão Negativa de Débitos do Município de Boa Esperança do Iguaçu;
m) Declaração de acúmulo de cargos e/ou empregos públicos;
n) Abertura de conta – Caixa Econômica Federal - CEF, CRESOL e/ou SICOOB (Declaração fornecida pela Secretaria de Recursos Humanos);

o) Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, na data da posse;
p) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas por exame médico admissional emitido pelo médico em segurança e medicina do trabalho acompanhado de avaliação vocal, sendo de responsabilidade do professor convocado providenciar;
q) Comprovante de residência entre os 3 (três) últimos meses;
r) Certidão de que não recebe benefício por incapacidade junto ao INSS;
s) Declaração que não recebe nenhum benefício pelo Regime de Previdência Própria – RPPS, em quaisquer esferas, Federal, Estadual e Municipal (modelo anexo II);
t) Ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12, da Constituição Federal;
u) 1 (uma) fotografia 3x4, atual, colorida;
v) Certidão de Nascimento e Cópia do CPF e RG dos dependentes menores de 18 anos;
w) Declaração por Instrumento Público, expedida pelo cartório, onde conste o pertencimento racial aos que optaram pela vaga do item 1.5, juntamente com parecer da Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afro-Brasileiros, a ser designada pela Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu;
x) Comprovante de Qualificação Cadastral (eSocial);
y) Laudo médico para os candidatos que declararem pessoa com deficiência (PCD).

10.3. Para fins deste Edital, considera-se inaptidão temporária, o que impossibilita a contratação imediata do candidato, o gozo de licença-maternidade ou licença-saúde, a qual deverá ser justificada mediante apresentação de atestado ocupacional ou atestado médico, pelo candidato ou procurador desde que habilitado por instrumento particular de procuração original, com poderes específicos e firma reconhecida.
10.3.1. O Candidato considerado inapto terá sua classificação mantida, sem prejuízo à convocação dos demais classificados, desde que comprove à escolaridade obrigatória, bem como, permaneça aguardando uma nova convocação, de acordo com a necessidade.
10.3.2. Cessada a inaptidão temporária, o candidato deverá entregar, na Secretaria de Recursos Humanos, atestado médico comprovando sua aptidão para o trabalho.
10.4. Serão contratados professores em caráter excepcional e temporário para o ano letivo de **2025**, a fim de suprir a ausência temporária de professores da Rede Municipal de Ensino, em razão de cumprimento de afastamentos ou licenças asseguradas nas leis municipais, federais específicas do magistério, **podendo ser demitido a qualquer tempo, a critério da municipalidade e do interesse público**.
10.5. O professor admitido mediante o presente Processo Seletivo Simplificado será submetido ao regime jurídico estabelecido nas Leis Municipais nº 173/2011, Lei nº 12.06/2005, Lei Municipal nº 449/2018 e Lei Municipal nº 511/2020.
10.6. Os professores admitidos por meio do presente Processo Seletivo Simplificado receberão o vencimento constante da tabela abaixo e conforme atualizações realizadas no decorrer da contratação.

10.6.1. Para carga horária de 20h semanais:

CARGO	REMUNERAÇÃO
Professor	R$ 2.290,28

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:
11.1. A tabela de remuneração poderá ter alterações de acordo com o reajuste do piso salarial da categoria.
11.2. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza pela inscrição não realizada por motivos de ordem técnica nos computadores, falhas de sistemas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados do equipamento utilizado pelo candidato ao sistema de inscrição do Processo Seletivo Simplificado. Portanto, é de exclusiva responsabilidade do candidato a realização correta da sua inscrição.
11.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes a este Processo Seletivo Simplificado, divulgados no endereço eletrônico www.boaesperancadoiguacu.pr.gov.br e no diário eletrônico oficial do município https://www.diariomunicipal.com.br/amp e atender aos prazos e condições estipulados nas demais publicações durante o Processo Seletivo.
11.4. As cópias dos documentos apresentados não serão devolvidas, pois serão confiadas ao órgão responsável após o término do processo.
11.5. Este Processo Seletivo Simplificado terá validade até o final do ano letivo de 2025.

11.6. O professor será dispensado a qualquer tempo, quando não atender às exigências pedagógicas e deixar de cumprir os deveres dispostos nas Leis Municipais nº 173/2011, Lei nº 12.06/2005, Lei nº 449/2018 e Lei Municipal nº 511/2020, mediante registro realizado pela equipe gestora da Instituição de Ensino e entregue cópia à Secretaria Municipal de Educação.
11.7. Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos desta Normativa.

11.8. Eventuais alterações na legislação municipal relativa a normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista na presente Normativa serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.
11.9. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos docentes, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas nesta Normativa.

Boa Esperança do Iguaçu - PR, 06 de Novembro de 2024.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

A N E X O I (Modelo) DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO
Declaramos para os devidos fins e efeitos legais que o (a) Sr(a)_____, portador da Cédula de Identidade Nº_____ e do CPF Nº _____, conta o tempo de serviço abaixo especificado:

Instituição de Ensino	Período (data de início e término)	Total Geral (anos, meses e dias)

De acordo com o acima descrito, o interessado conta com efetivo exercício líquido com:_____anos,_____meses e_____dias.

E para que a presente Declaração, surta os efeitos legais, vai devidamente datada e assinada.

Boa Esperança do Iguaçu - PR ,___ de_____de 20_____.

_____
Assinatura Do Responsável Pelas Informações

ANEXO II (modelo)

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem de interesse for, que eu..... portadora da Cédula de Identidade n.º ..... e do CPF/MF n.º..... , não recebo nenhum benefício pelo Regime de Previdência Própria – RPPS em quaisquer das esferas: Federal, Estadual e Municipal.

E, para que a presente Declaração surta os efeitos legais vai devidamente datada e assinada.

Boa Esperança do Iguaçu – PR, ... de ..... de 20____.

_____
Assinatura Do Candidato

ANEXO III (modelo) REQUERIMENTO

Pelo presente instrumento, (Nome do candidato) _____,RG _____ CPF_____, venho solicitar a revisão da pontuação de classificação do PSS na área de atuação _____no item_____.

Justificativa:

Boa Esperança do Iguaçu - PR, ... de..... de 20_.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO IV
LAUDO MÉDICO PARA INSCRITOS COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nome: _____
RG: _____UF: _____CPF:_____
Data de Nascimento: ___/___/____Sexo:_____
A – Tipo da Deficiência:_____
B – Código CID:_____
C – Limitações Funcionais:_____
D – Função pretendida: _____
( ) Professor da Educação Infantil e Ensino Fundamental.
E – PARECER DO MÉDICO ESPECIALISTA NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA:
De acordo com a função pretendida, declaro que a deficiência do candidato é:
( ) COMPATÍVEL para exercer a função de _____.
( ) INCOMPATÍVEL para exercer a função de _____.

Médico Examinador
Assinatura do candidato Assinatura e Carimbo/CRM

Local: _____Data: ___/____/20__.

ANEXO V AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA

Eu, _____, abaixo assinado(a), de nacionalidade_____ , nascido(a) em ___/__/___, no município de _____, UF_____, filho(a) de _____e de _____, Estado Civil, _____ residente na rua _____, município de _____, RG nº_____, UF_____ , expedida em ___/__/__, órgão expedidor_____, e de CPF n.º_____inscrito (a) no Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Esperança do Iguaçu, na Modalidade:
( ) Educação Infantil e Ensino Fundamental.
Declaro, sob as penas da Lei, que sou pessoa
( ) Preta;
( ) Parda com característica fenotípicas negroides.
Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito (à)às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

Boa Esperança do Iguaçu, ___de_____de 20__.

Assinatura do(a) Candidato(a)

A validade deste documento estará sujeita à homologação pela Comissão Permanente de Verificação de Pertencimento Étnico-Racial e comprovação por meio de Ata Notorial.
*Decreto-Lei n.° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal - Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar

direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Publicado por:
Leonira Lepchaki
Código Identificador:91E75FA7

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DEPARTAMENTO DE FAZENDA
DECRETO 1995/2024

DECRETO N. º 1995/2024

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2024 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2024 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 5º da Lei Municipal nº1369/2023-LOA, de 17 de outubro de 2023.

DECRETA:

Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2024, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 1.397.513,84 (um milhão, trezentos e noventa e sete mil, quinhentos e treze reais e oitenta e quatro centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	493	22.001.0008.0243.0035.6000 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.3339030000000000000 - Material de consumo	00006	2.479,72
2	Suplementar	493	22.001.0008.0243.0035.6000 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.3339030000000000000 - Material de consumo	00006	40,00
3	Suplementar	590	22.001.0008.0241.0038.2035 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00007	3.320,00
4	Suplementar	371	20.001.0012.0361.0061.2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.3339030000000000000 - Material de consumo	00104	17.203,79
4	Suplementar	391	20.001.0012.0361.0083.2017 - TRANSPORTE ESCOLAR.3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	00104	130.000,00
5	Suplementar	591	21.001.0015.0452.0048.2025 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	00501	315.700,00
6	Suplementar	425	21.001.0015.0452.0048.2025 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	32.776,83
6	Suplementar	592	22.001.0008.0241.0038.2035 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	8.000,00
6	Suplementar	420	21.001.0015.0452.0048.2025 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339030000000000000 - Material de consumo	00000	436.470,33
6	Suplementar	475	22.001.0008.0244.0038.2034 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	100.000,00
6	Suplementar	294	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	40.000,00
6	Suplementar	428	21.001.0015.0452.0048.2025 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	00000	44.300,00
6	Suplementar	425	21.001.0015.0452.0048.2025 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	267.223,17
			Total		**1.397.513,84**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4199999110100000000 Receitas por doação em declaração de Imposto de Renda	00006	2.479,72
Excesso		4132101010203520000 Rem.Dep.Bancário IR ECA	00006	40,00
Excesso		4199999110200000000 Receitas por doação IR FUNDO MUNICIPAL IDOSOS	00007	3.250,00
Excesso		4132101010203560000 Rend. Banc. Receitas por doação IR FUNDO MUNICIPAL IDOSOS	00007	70,00
Anulação Dotação	118	06.001.0012.0361.0061.2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.3319011000000000000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00104	147.203,79
Anulação Dotação	583	21.002.0026.0782.0126.1008 - INFRAESTRUTURA RURAL.3449051000000000000 - Obras e instalações	00501	315.700,00
Anulação Dotação	449	21.003.0020.0606.0137.2029 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO.3339040000000000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000	6.611,14
Anulação Dotação	536	21.003.0020.0608.0137.1023 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	00000	100.000,00
Anulação Dotação	281	17.001.0004.0122.0009.2002 - ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO.3339093000000000000 - Indenizações e restituições	00000	1.676,53
Anulação Dotação	297	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339093000000000000 - Indenizações e restituições	00000	6.000,00
Anulação Dotação	289	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339014000000000000 - Diárias - civil	00000	20.000,00
Anulação Dotação	440	21.002.0026.0782.0126.1008 - INFRAESTRUTURA RURAL.3449051000000000000 - Obras e instalações	00000	39.671,31
Anulação Dotação	299	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339091000000000000 - Sentenças judiciais	00000	18.223,17
Anulação Dotação	279	17.001.0004.0122.0009.2002 - ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO.3339030000000000000 - Material de consumo	00000	2.554,12
Anulação Dotação	436	21.002.0015.0451.0070.1004 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	00000	48.873,51
Anulação Dotação	298	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	00000	3.790,03
Anulação Dotação	321	19.001.0010.0301.0042.2007 - ATENÇÃO BÁSICA - SUBFUNÇÃO 301.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	140.000,00
Anulação Dotação	324	19.001.0010.0301.0042.2007 - ATENÇÃO BÁSICA - SUBFUNÇÃO 301.3339048000000000000 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	00000	1.100,00

Anulação Dotação	292	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	00000	1.564,82
Anulação Dotação	320	19.001.0010.0301.0042.2007 - ATENÇÃO BÁSICA - SUBFUNÇÃO 301.3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00000	5.000,00
Anulação Dotação	293	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00000	3.177,84
Anulação Dotação	323	19.001.0010.0301.0042.2007 - ATENÇÃO BÁSICA - SUBFUNÇÃO 301.3339040000000000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000	45.721,56
Anulação Dotação	296	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339040000000000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000	38.610,96
Anulação Dotação	325	19.001.0010.0301.0042.2007 - ATENÇÃO BÁSICA - SUBFUNÇÃO 301.3339093000000000000 - Indenizações e restituições	00000	5.322,76
Anulação Dotação	252	99.099.0099.0999.0131.9000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA.3999999000000000000 - Reserva de contingência	00999	350.000,00
Anulação Dotação	441	21.002.0015.0451.0070.1021 - CEMITÉRIO MUNICIPAL.3449051000000000000 - Obras e instalações	00000	71,12
Anulação Dotação	280	17.001.0004.0122.0009.2002 - ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	494,55
Anulação Dotação	446	21.003.0020.0606.0137.2029 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO.3339030000000000000 - Material de consumo	00000	40.000,00
Anulação Dotação	580	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00000	2.247,00
Anulação Dotação	450	21.003.0020.0606.0137.2029 - ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO AGROPECUÁRIO.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	00000	570,00
Anulação Dotação	468	22.001.0008.0241.0035.6000 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00000	1.800,00
Anulação Dotação	463	22.001.0008.0241.0035.6000 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.3339014000000000000 - Diárias - civil	00000	800,00
Anulação Dotação	290	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339018000000000000 - Auxílio financeiro a estudantes	00000	6.754,00
Anulação Dotação	469	22.001.0008.0241.0035.6000 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	00000	1.359,08
Anulação Dotação	33	03.001.0004.0122.0009.2004 - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE CONTROLE INTERNO.3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000	4.000,00
Anulação Dotação	299	18.001.0004.0122.0009.2041 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEP. DE ADM., PLAN., FIN..3339091000000000000 - Sentenças judiciais	00000	32.776,83
		Total	**1.397.513,84**	

Resumo por Vínculos

Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso
0	578.770,33	0,00	0,00
6	0,00	0,00	2.519,72
7	0,00	0,00	3.320,00
104	147.203,79	0,00	0,00
501	315.700,00	0,00	0,00
999	350.000,00	0,00	0,00
Total	**1.391.674,12**	**0,00**	**5.839,72**

Art. 2º Ficam alterados os anexos da LDO e do PPA 2024.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR, em 07 de novembro de 2024.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Barbara Simoni Pereira Rydz
Código Identificador:5496F04F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO TELEFONICA BRASIL SA

O prefeito Municipal, Clodoaldo Aparecido Rigieri, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	/2024
b) Licitação nº:	35/2024
c) Modalidade:	Dispensa:
d) Data da Homologação:	07/11/2024
e) Objeto da Homologação:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia e internet móvel 4G ou superior com fornecimento de 63 planos, incluindo a portabilidade de números já existentes, para um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, com área de cobertura de sinal na cidade de Nossa Senhora das Graças, incluindo as Vilas Rurais e Distrito de Mendeslândia visando atendimento a Administração Pública do município de Nossa Senhora das Graças/PR, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento.

04.122.0003.2.301. - Manter os Serviços da Administração Geral
04.122.0003.2.303. - Manter a Divisão de Pessoal
04.122.0003.2.304. - Manter a Divisão de Compras e Licitação
04.129.0003.2.401. - Manter o Setor de Arrecadação
04.122.0003.2.403. - Manter os Serviços da Contabilidade
04.123.0003.2.404. - Manter os Serviços da Tesouraria.

04.122.0003.2.606. - Manter a Diretoria de Serviços Públicos
15.452.0005.2.601. - Manter os Serviços Publico.
10.122.0007.2.701. - Manter a Diretoria da Saúde
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.705. - Manter UBS Saúde da Família
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
10.301.0007.2.724. - Manter Unidade 24 Horas
12.122.0000.2.801. - Manter a Secretaria Municipal de Educação
12.361.0010.2.807. - Manter o Ensino Fundamental
12.365.0010.2.819. - Manter e Educação Infantil (0 a 6) Anos
13.392.0011.2.813. - Manter a Biblioteca Municipal.
27.812.0012.2.903. - Manter o Desporto Amador.
23.691.0013.2.102. - Apoiar a Pequena e Micro-Empresa
20.608.0014.2.113. - Auxíliar os Pequenos e Médios Produtores
08.244.0008.2.131. - Manter a Assistência Social.
08.243.0009.6.136. - Manter o Conselho Tutelar
08.244.0008.2.135. - Manter as Atividades do CRAS
06.182.0000.2.145. - Manter a Segurança Patrimonial

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: TELEFONICA BRASIL SA
CNPJ/CPF: 02.558.157/0001-62

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	LINHAS DE TELEFONIA MÓVEL 4G ou superior, com as seguintes especificações técnicas mínimas: Pacotes de assinatura mensal, habilitados os serviços em planos pós - pagos, para comunicação de voz e dados, com cobertura de roaming nacional, e portabilidade para 12 chips já existentes, compreendendo as ligações Tipo Móvel - Móvel e Móvel - Fixo para qualquer operadora; acesso a caixa postal; franquia mínima de dados de 5 GB; com fornecimento de chip (minichip, microchip, ou nanochip). Cobertura de sinal na cidade de Nossa Senhora das Graças, incluindo as Vilas Rurais e Distrito de Mendeslândia TOTAL DE PLANOS A SEREM CONTRATADOS: 63 (SESSENTA E TRÊS)	12	R$ 630,00	R$ 7.560,00

Valor Total Homologado - R$ 7.560,00

Nossa Senhora das Graças, 07 de novembro de 2024.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:4ED9957F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO DECRETO 177/2024 DE 11 DE OUTUBRO DE 2024

Av. Brasil 277, Centro, Fone: 41-3624.1244, CEP: 83850-000 - Agudos do Sul-PR

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO 177/2024 de 11 de outubro de 2024

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional suplementar no Orçamento Geral de 2024 do Município de Agudos do Sul, por excesso de arrecadação por fonte e rubrica de receita.

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal 4.320/64, no art. 10 da Lei Municipal 1197/2023 de 29 de novembro de 2023
DECRETA
Art. 1º - Fica Aberto no Orçamento Geral do Município de Agudos do Sul-Pr, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.736.500,00 (Hum milhão setecentos e trinta e seis mil e quinhentos reais), de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO	**05.00**	**SECRETAR IA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
UNIDADE	**5.003**	**Divisão do ensino Especial**	
FUNÇÃO	12	Educação	
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental	
PROGRAMA	11	Promoção e qualidades da Educação Básica	
PROJ/ATIV.	**2.017**	**Manutenção da Educação Básica FUNDEB**	
Fonte e Recursos	101	00101.00101.02.01.00.00.1.540.1070 - FUNDEB 60%	
3.1.90.11.00	1101	Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	1.100.000,00
PROJ/ATIV.	**2018**	**Manutenção da Educação Básica**	
Fonte e Recursos	**142**	00142.01011.09.01.06.00.1.599.1001 - Programa Apoio a Creche	
3.3.90.30.00	1142	Material de Consumo	50.000,00
3.3.90.39.00	1142	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	50.000,00
PROJ/ATIV.	**2.019**	**Manutenção e Ampliação do Transporte Educacional Alunos da Rede Escolar**	
Fonte e Recursos	111	00111.01011.09.01.06.18.1.599.1001 - Programa Transporte Escolar	
3.3.90.33.00	1111	Passagens e Despesas com Locomoção	43.400,00

Fonte e Recursos	013	01013.01011.09.01.05.18.1.576.0000 - Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	
3.3.90.33.00	1013	Passagens e Despesas com Locomoção	100.100,00
SUBFUNÇÃO	365	Educação Infantil	
PROGRAMA	12	Promover e Desenvolver o Ensino Infantil	
PROJ/ATIV.	**2021**	**Manter e Incrementar a Educação Infantil- Creche**	
Fonte e Recursos	101	00101.00101.02.01.00.00.1.540.1070 - FUNDEB 60%	
3.1.90.11.00	1101	Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	233.000,00
PROJ/ATIV.	**2022**	**Manter e Incrementar a Educação Infantil-Pré**	
Fonte e	101	00101.00101.02.01.00.00.1.540.1070 - FUNDEB	
Recursos		60%	
3.1.90.11.00	1101	Vencimentos e Vantagens Fixas – P. Civil	120.000,00
SUBFUNÇÃO	367	Educação Especial	
PROGRAMA	13	Manutenção e revitalização da educação Especial	
PROJ/ATIV.	**2.023**	**Manter e incrementar o Ensino Especial**	
Fonte e Recursos	102	00102.00102.02.01.00.00.1.540.1070 - FUNDEB 40%	
3.3.5.43.00	102	Subvenções Sociais	40.000,00
Soma.....			1.736.500,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito especificado no artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas e Fontes de Recursos abaixo especificadas.

Fonte de Rec.	**RUBRICA**	**DISCRIMINAÇÃO**	Valor
00101 e 00102	1.7.5.1.50.0.1.00 -	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	
		Valorização do Magistério0 Principal	**1.493.000,00**
101	00101.00101.02.01.00. 00.1.540.1070	FUNDEB 60%	1.453.000,00
102	00102.00102.02.01.00. 00.1.540.1070	FUNDEB 40%	40.000,00
1013	1.7.2.9.99.0.1.05.00	Outras Transferências do Estado Programa PETE	**100.100,00**
1013	01013.01011.09.01.05. 18.1.576.0000	Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	100.100,00
1013	1.7.2.9.99.0.1.05.00	Outras Transferências do Estado Programa PETE	100.100,00
1111	1.7.1.4.53.0.1.00	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	**43.400,00**
1111	00111.01011.09.01.06. 18.1.599.1001	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE - Principal	43.400,00
142	1.7.1.4.99.0.1.06.00	Outras Transferências Diretas do FNDE - Apoio a Creche	**100.000,00**
1142	00142.01011.09.01.06. 00.1.599.1001 -	Programa Apoio a Creche período Integral	100.000,00
Soma.....			**1.736.500,00**

Art. 3º Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 4º - Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal n° 1191/2023 de 25 de outubro de 2023 - (PPA 2022-2025), adicionando-se os valores do artigo 1°.
Art. 5º - Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal n° 1194/2023 de 21 de novembro de 2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024, incluindo-se os valores do artigo 1° em seus respectivos programas.
Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 11 de outubro de 2024.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

CÁLCULO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEB 1101 E 1102		
1.7.5.1.50.01.00 Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	2024	2023
MESES	NO MÊS	NO MÊS
JANEIRO	855.309,50	657.840,67
FEVEREIRO	704.094,11	565.657,60
MARÇO	621.424,42	578.786,41
ABRIL	659.625,29	543.177,30
MAIO	741.876,64	628.669,29
JUNHO	617.493,89	523.634,39
JULHO	667.096,12	495.317,26
AGOSTO	631.011,15	567.702,91
SETEMBRO		717.075,00
OUTUBRO		593.593,97
NOVEMBRO		627.291,83
DEZEMBRO		796.697,31
	5.497.931,12	**7.295.443,94**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - ART. 43 PARÁGRAFO 1º INCISO II E PARÁGRAFO 3º DA LEI 4320/64		
A) Arrecadação do 1º período de 2023 (janeiro a agosto)	4.560.785,83	
b) Arrecadação do 2º período de 2023 (setembro a dezembro)	2.734.658,11	
A) Arrecadação do 1º período de 2024 (janeiro a agosto)	5.497.931,12	
CÁLCULO DA TAXA DE INCREMENTO (TI)		
1º PERÍODO DE 2024	5.497.931,12	
1º PERÍODO DE 2023	4.560.785,83	
TI	1,20548	
2º PERÍODO DE 2023 + X (TI) = PROVÁVEL ARRECADAÇÃO NO 2º PERÍODO DE 2024	**3.296.572,67**	
ARRECADAÇÃO DO 1º PERÍODO DE 2024+ PROVÁVEL ARRECADAÇÃO DO 2º PERÍODO DE 2024 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA AS RECEITAS DOS REC. DO FUNDEB da EDUCAÇÃO = PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.		
Arrecadação do 1º período de 2024	5.497.931,12	
Provável arrecadação do 2º período de 2024	3.296.572,67	
Previsão orçamentária 2024	6.880.970,00	
Provável excesso de arrecadação para 2024	**1.913.533,79**	
Excesso já utilizado	328.000,00	
Valor Disponível	**1.585.533,79**	

Agudos do Sul, 31 de agosto de 2024

GENÉSIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

CÁLCULO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO PETE 1013		
1.7.2.9.99.0.1.05 Outras transferência dos Estados - PETE	2024	2023
MESES	NO MÊS	NO MÊS
JANEIRO	-	-
FEVEREIRO	40.874,79	362,06
MARÇO	40.874,79	47.708,46
ABRIL	40.874,79	24.107,73
MAIO	40.874,79	23.854,23
JUNHO	40.874,79	24.332,27
JULHO	44.144,87	57.972,24
AGOSTO	44.144,87	58.388,10
SETEMBRO		58.489,58
OUTUBRO		58.489,58
NOVEMBRO		57.895,54
DEZEMBRO		-
	292.663,68	**411.599,79**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - ART. 43 PARÁGRAFO 1º INCISO II E PARÁGRAFO 3º DA LEI 4320/64		
A) Arrecadação do 1º período de 2023 (janeiro a agosto)	236.725,09	
b) Arrecadação do 2º período de 2023 (setembro a dezembro)	174.874,70	
A) Arrecadação do 1º período de 2024 (janeiro a agosto)	292.663,68	
CÁLCULO DA TAXA DE INCREMENTO (TI)		
1º PERÍODO DE 2024	292.663,68	
1º PERÍODO DE 2023	236.725,09	
TI	1,23630	
2º PERÍODO DE 2023 + X (TI) = PROVÁVEL ARRECADAÇÃO NO 2º		
PERÍODO DE 2024	**216.197,92**	
ARRECADAÇÃO DO 1º PERÍODO DE 2024+ PROVÁVEL ARRECADAÇÃO DO 2º PERÍODO DE 2024 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA AS RECEITAS DOS REC. Do rec. Pete da educação = PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.		
Arrecadação do 1º período de 2024	292.663,68	
Provável arrecadação do 2º período de 2024	216.197,92	
Previsão orçamentária 2024	208.000,00	
Provável excesso de arrecadação para 2024	**300.861,60**	
Excesso já utilizado	200.740,00	
Valor Disponível	**100.121,60**	

Agudos do Sul, 31 de agosto de 2024.

GENÉSIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

CÁLCULO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO PNATE 1111		
1.7.1.4.53.0.1 .00 Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	2024	2023
MESES	NO MÊS	NO MÊS
JANEIRO	141,13	-
FEVEREIRO	116,87	-
MARÇO		-
ABRIL	96.214,99	16.978,14
MAIO		54.879,15
JUNHO		74,37
JULHO		17.542,64
AGOSTO	96.214,99	35.032,18
SETEMBRO		33.662,94
OUTUBRO		19.893,54
NOVEMBRO		19.769,05
DEZEMBRO		19.183,36
	192.687,98	**217.015,37**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - ART. 43 PARÁGRAFO 1º INCISO II E PARÁGRAFO 3º DA LEI 4320/64		
A) Arrecadação do 1º período de 2023 (janeiro a agosto)	124.506,48	
b) Arrecadação do 2º período de 2023 (setembro a dezembro)	92.508,89	
A) Arrecadação do 1º período de 2024 (janeiro a agosto)	192.687,98	
CÁLCULO DA TAXA DE INCREMENTO (TI)		
1º PERÍODO DE 2024	192.687,98	
1º PERÍODO DE 2023	124.506,48	
TI	1,54761	
2º PERÍODO DE 2023 + X (TI) = PROVÁVEL ARRECADAÇÃO NO 2º		
PERÍODO DE 2024	**143.168,06**	
ARRECADAÇÃO DO 1º PERÍODO DE 2024+ PROVÁVEL ARRECADAÇÃO DO 2º PERÍODO DE 2024 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA AS RECEITAS DOS REC. DO rec 111 da educação = PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.		
Arrecadação do 1º período de 2024	192.687,98	
Provável arrecadação do 2º período de 2024	143.168,06	
Previsão orçamentária 2024	204.050,00	
Provável excesso de arrecadação para 2024	**131.806,04**	
Excesso já utilizado	88.400,00	
Valor Disponível	**43.406,04**	

Agudos do Sul, 31 de agosto de 2024

GENÉSIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

CÁLCULO DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DE APOIO A CRECHE		
1.7.1.4.99.0.1.06- Outras Transferências Diretas do FNDE - Apoio a Creche	2024	2023
MESES	NO MÊS	NO MÊS
JANEIRO	1.058,85	-
FEVEREIRO	876,85	-
MARÇO	-	-
ABRIL	1.874,15	-
MAIO	143.138,20	-
JUNHO	-	-
JULHO	1.694,68	-
AGOSTO	3.839,38	-
SETEMBRO	-	-
OUTUBRO		-
NOVEMBRO		142.230,68
DEZEMBRO		-
	152.482,11	**142.230,68**
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - ART. 43 PARÁGRAFO 1º INCISO II E PARÁGRAFO 3º DA LEI 4320/64		
A) Arrecadação do 1º período de 2023 (janeiro a agosto)	-	
b) Arrecadação do 2º período de 2023 (setembro a dezembro)	142.230,68	
A) Arrecadação do 1º período de 2024 (janeiro a agosto)	152.482,11	
CÁLCULO DA TAXA DE INCREMENTO (TI)		
1º PERÍODO DE 2024	152.482,11	
1º PERÍODO DE 2023	-	
TI	#DIV/0!	
2º PERÍODO DE 2023 + X (TI) = PROVÁVEL ARRECADAÇÃO NO 2º PERÍODO DE 2024	-	
ARRECADAÇÃO DO 1º PERÍODO DE 2024+ PROVÁVEL ARRECADAÇÃO DO 2º PERÍODO DE 2024 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA AS RECEITAS DOS REC. Do Programa de Apoio a Creche = PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.		
Arrecadação do 1º período de 2024	152.482,11	
Provável arrecadação do 2º período de 2024	-	
Previsão orçamentária 2024	55.974,00	,
Provável excesso de arrecadação para 2024	**96.508,11**	
Excesso já utilizado	0,00	
Valor Disponível	**96.508,11**	

Agudos do Sul, 31 de agosto de 2024

GENÉSIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cássia Fabíola da Rocha Alves
Código Identificador:6CE546BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DIÁRIAS DE OUTUBRO/2024

Exercício: 2024
Relatório de Diárias
Período de 01/10/2024 à 31/10/2024

Empenho	No.Liq.	Rel?	Nome	Cargo / Matrícula	Data Pagto Destino	Motivo	Data Saída	Data Retorno	Qtde	Valor Total Diária
7421/2024	1	N	RUBIM DE MOURA SCHLEY	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (UMA E MEIA) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 01 E 02/10/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA - SPIN TA	01/10/2024	02/10/2024	1,50	459,89
7739/2024	1	N	EVERTON JOSÉ OLIVEIRA RIBEIRO	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIAS, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA-PR, COM A FINALIDADE DE BUSCAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 17 E 18/10/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: RENAULT SDR-5H35 -	17/10/2024	18/10/2024	1,50	459,89
7513/2024	1	N	VALDECI APARECIDO DE SOUZA	MOTORISTA	CURITIBA	ORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma E MEIA) DIÁRIAS, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA-PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 03 E 04/10/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: SPIN TAL-2G07 - CO	03/10/2024	04/10/2024	1,50	459,89
Empenho	No.Liq.	Rel?	Nome	Cargo / Matrícula	Data Pagto Destino	Motivo	Data Saída	Data Retorno	Qtde	Valor Total Diária
7561/2024	1	N	EVERTON JOSÉ OLIVEIRA RIBEIRO	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIAS, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA-PR, COM A FINALIDADE DE BUSCAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 07 E 08/10/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: SPIN TAL-2G09 -	07/10/2024	08/10/2024	1,50	459,89
7589/2024	1	N	JOSE ROBERTO SABATINI	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - FINALIDADE: LEVAR E BUSCAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 08 E 09/10/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: SPIN TAL 2G09	08/10/2024	09/10/2024	1,50	459,89
7599/2024	1	N	RENAN CARLOS PALOMBO	MOTORISTA	CARLÓPOLIS	IMPORTÂNCIA REF. À 1 (Uma) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CARLÓPOLIS - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE	09/10/2024	10/10/2024	1,00	233,32

						DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 09 E 10/10/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA GOL BES 7D61				
7600/2024	1	N	FRANCISCO APARECIDO DE CARVALHO	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - PR, COM A FINALIDADE DE BUSCAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 10 E 11/10/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA SPIN TA	10/10/2024	11/10/2024	1,50	459,89
Empenho	No.Liq.	Rel?	Nome	Cargo / Matrícula	Data Pagto Destino	Motivo	Data Saída	Data Retorno	Qtde	Valor Total Diária
7696/2024	1	N	RENAN CARLOS PALOMBO	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 13 E 14/09/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA SPIN TAL	13/10/2024	14/10/2024	1,50	459,89
7697/2024	1	N	VALDECI APARECIDO DE SOUZA	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 14 E 15/09/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA SPIN BBJ-	14/10/2024	15/10/2024	1,50	459,89
7698/2024	1	N	RUBIM DE MOURA SCHLEY	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 14 E 15/09/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA SPIN TAL	14/10/2024	15/10/2024	1,50	459,89
Empenho	No.Liq.	Rel?	Nome	Cargo / Matrícula	Data Pagto Destino	Motivo	Data Saída	Data Retorno	Qtde	Valor Total Diária
7715/2024	1	N	KLEIVERSON ERIC RIBEIRO DE LIMA	MOTORISTA	CAMPO MOURÃO	IMPORTÂNCIA REF. À 3 (TRES) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 16 A 19/09/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA ONIBUS ARR-4J56	16/10/2024	19/10/2024	3,00	480,09
7767/2024	1	N	MIRNA GISLAINE MAGELLA FERREIRA	MOTORISTA	CASCAVEL	IMPORTÂNCIA REF. À 1 (Uma) DIÁRIA, PARA A MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CASCAVEL-PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 17 E 18/10/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: SPIN BBJ 6590 - CONFORME T	17/10/2024	18/10/2024	1,00	233,32
7814/2024	1	N	JOSE ROBERTO SABATINI	MOTORISTA	21/10/2024 CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - FINALIDADE: LEVAR E BUSCAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 20 E 21/10/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: SPIN TAL 2G07	20/10/2024	21/10/2024	1,50	459,89
7837/2024	1	N	RENAN CARLOS PALOMBO	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 22 E 23/09/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA SPIN TAL	22/10/2024	23/10/2024	1,50	459,89
Empenho	No.Liq.	Rel?	Nome	Cargo / Matrícula	Data Pagto Destino	Motivo	Data Saída	Data Retorno	Qtde	Valor Total Diária
7896/2024	1	N	RUBIM DE MOURA SCHLEY	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 23 E 24/09/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA SPIN TAL-	23/10/2024	24/10/2024	1,50	459,89
8026/2024	1	N	KLEIVERSON ERIC RIBEIRO DE LIMA	MOTORISTA	CAMPO MOURÃO	IMPORTÂNCIA REF. À 2 (DUAS) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CAMPO MOURAO - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 30/10 A 01/11/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA ONIBUS A	30/10/2024	01/11/2024	2,00	320,06
8027/2024	1	N	VALDECI APARECIDO DE SOUZA	MOTORISTA	CURITIBA	IMPORTÂNCIA REF. À 1,5 (Uma e meia) DIÁRIA, PARA O MOTORISTA DO SETOR DA SAÚDE, DESTINO CURITIBA - PR, COM A FINALIDADE DE LEVAR PACIENTE DO MUNICÍPIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, NO PERÍODO DE 28 E 29/09/2024 - ATRAVÉS DO VEÍCULO: PLACA SPIN TAL-	28/10/2024	29/10/2024	1,50	459,89
TOTAL										**7.245,30**

Publicado por:
Raquel Teixeira Cardia
Código Identificador:A58C2CA9

TESOURARIA
RELATÓRIO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS REF. O MÊS: 10/2024

NOTIFICAÇÃO Nº 11/2024 - Mês: OUTUBRO/2024.
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº 9.452 de 20 de Março de 1997 notificamos, o Legislativo, os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores, as Entidades Empresariais e Munícipes, dos recebimentos dos seguintes Recursos Federais e Estaduais, Referente o mês de OUTUBRO/2024.

DATA	GRUPO DE RECURSOS	VALOR EM R$
10/10/2024	FMS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	R$ 36.712,00
15/10/2024	FMS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) SAÚDE BUCAL	R$ 23.785,63
11/10/2024	FMS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos)INCENTIVO FINANCEIRO DA APS-CAPITAÇÃO PONDERADA	R$ 27.227,00
03/10/2024	FMS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) P/ EXECUÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R$ 1.000,00
08/10/2024	FMS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) VIGILÂNCIA EM SAÚDE - ASSISTÊNCIA FINANCEIRA	R$ 8.472,00
09/10/2024	FMS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos) VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	R$ 1.055,33
10/10/2024	Incentivo Financ. APS - Manut. Pgto. de Valor Nominal c/ Base em Exercício Anterior - PORTARIA 3493	R$ 3.175,81
15 e 18/10/2024	FMS - Custeio SUS (Unificação dos Blocos)INCENTIVO FINANCEIRO DA APS-EMULT	R$ 28.750,00
	FMS - Transformação Digital do SUS - Portaria 4924	R$ 0,00
	UAPSF - Unidade de Atenção Primária Saúde da Família - APSUS	R$ 0,00
29/10/2024	BLMAC-Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - HPP	R$ 11.196,64
30/09/2024	FMS - Piso Salarial dos Profissionais de Enfermagem (Dupla Gestão)	R$ 25.544,17
31/10/2024	Programa Nacional de Atenção a Transporte Escolar - PETE ESTADUAL	R$ 10.276,99
18/10/2024	Salário Educação	R$ 23.124,65
10/10/2024	CIDE	R$ 4.472,52
15/10/2024	Convênio 070/2023 SIT 62692 SETUR (Secretaria de Estado de Turismo)	R$ 99.007,18
16/10/2024	Convênio 070/2023 SIT 62692 SETUR (Secretaria de Estado de Turismo) - Contra Partida do Município	R$ 11.000,80
02/10/2024	Pavimentação Sextavado Convênio 160/2024 - Contra Partida Município	R$ 71.005,02
30/10/2024	Pavimentação Sextavado Convênio 160/2024	R$ 639.045,08
30/10/2024	Programa Itaipu mais que Energia - Contra Partida do Município	R$ 90.500,00
31/10/2024	FMAS - BLOCO PSB FNAS	R$ 10.320,00
14/10/2024	FMAS - BLOCO GBF FNAS	R$ 3.300,00
31/10/2024	FMAS - PAS PISO ÚNICO -DELIBERAÇÃO 029/2023 - CEAS/PR	R$ 18.750,00
TOTAL:		**R$ 1.147.720,82**

AMAPORÃ, 07 DE NOVEMBRO DE 2024

MAURO LEMOS
Prefeito Municipal

NEIDE BILAC COSTA SABATINI
Diretora Do Depto De Finanças

Publicado por:
Neide Bilac Costa Sabatini
Código Identificador:C302AEE4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 10.589/2024 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Decreto nº 10589/2024 de 07 de novembro de 2024.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 68.870,00 (sessenta e oito mil oitocentos e setenta reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 3776/2023 de 21/12/2023.

IONE ELISABETH ALVES ABIB, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0007.2.025.		Manter o Programa de Transporte Escolar	
218 - 3.3.90.30.00.00	31129	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
05.002.12.365.0005.2.028.		Manter os Centros de Educação Infantil - Demais Recursos	
271 - 3.3.91.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.034.		Manter os Postos de Saúde do Município	
1112 - 3.3.90.34.00.00	3493	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	11.400,00
06.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE VIGILANCIAS	
06.003.10.304.0017.2.048.		Manter os Serviços de Vigilância Sanitária	
524 - 3.3.91.39.00.00	01510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter o Departamento de Serviços Urbanos e Rodoviários	
644 - 3.3.90.39.00.00	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	
11.002.04.122.0002.2.099.		Manter a Divulgação Oficial do Município	
924 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.420,00
		Total Suplementação:	**68.870,00**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0007.2.025.		Manter o Programa de Transporte Escolar	
226 - 3.3.90.39.00.00	31129	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
05.002.12.365.0005.2.028.		Manter os Centros de Educação Infantil - Demais Recursos	
266 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.034.		Manter os Postos de Saúde do Município	
1113 - 3.3.90.30.00.00	3493	MATERIAL DE CONSUMO	11.400,00
06.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE VIGILANCIAS	
06.003.10.304.0017.2.048.		Manter os Serviços de Vigilância Sanitária	
518 - 3.3.90.30.00.00	01510	MATERIAL DE CONSUMO	50,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter o Departamento de Serviços Urbanos e Rodoviários	
627 - 3.1.90.11.00.00	01511	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO	
11.002.04.122.0002.2.099.		Manter a Divulgação Oficial do Município	
923 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	1.420,00
		Total Redução:	**68.870,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024, 81º da Emancipação Política.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:204E7B54

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 241/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 46/2024

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93. CONTRATADA: A empresa, **RETIFICA DE MOTORES MARINHO LTDA,** inscrita no **CNPJ/MF sob N.º 07.350.316/0001-52**, com sede na Rua Pará, n.º 135, Centro, Andirá – PR, CEP:86.380-000.
O Objeto do Processo Licitatório, que deu origem a presente Ata é o Registro de Preços para aquisição de **CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E TORNO MECÂNICO.**
Conforme a estimativa gasto, o valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 29.600,00** (vinte e nove mil, seiscentos reais).

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	240	02.001.04.122.0003.2002	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1050	03.001.04.122.0004.2012	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1060	03.001.04.122.0004.2012	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1770	04.001.04.121.0004.2019	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2440	05.001.10.301.0005.2030	1494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2730	05.001.10.301.0005.2034	494	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3030	05.001.10.301.0005.2037	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3040	05.001.10.301.0005.2037	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3050	05.001.10.301.0005.2037	493	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3890	06.001.08.243.0006.6049	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4250	06.001.08.244.0006.2054	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4620	06.001.08.244.0006.2058	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5070	07.001.20.606.0007.2067	0	3.3.90.39.00.00	De Exercícios Anteriores
2024	5070	07.001.20.606.0007.2067	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5080	07.001.20.606.0007.2067	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5180	07.001.20.606.0007.2068	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5920	08.001.15.452.0009.2083	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	6350	08.002.15.451.0009.2086	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	7060	09.001.12.361.0012.2100	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	7070	09.001.12.361.0012.2100	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	7080	09.001.12.361.0012.2100	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	7670	09.001.12.361.0012.2104	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	7760	09.001.12.364.0012.2106	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	7820	09.001.12.364.0012.2107	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	8450	10.001.13.392.0013.2113	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	9030	10.002.27.812.0013.2122	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Fiscal Senhora Isabela Bertele Lopes, Gestor Senhor Luiz Carlos França.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré/PR, 31 de outubro de 2024.

EDIMAR DE FREITAS ALBONETI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:DDD29575

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO Nº. 010/2024

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇOES CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE E DE ACORDO COM ART. 6ª E 7º DA LEI MUNICIPAL Nº 646/2023;
DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento geral do Município de Bela Vista da Caroba, para o exercício de 2024, crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.394.626,65 (dois milhões trezentos e noventa e quatro mil seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos) para suplementação das contas conforme segue no anexo.
Art. 2º - Como recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto, será de superavit dos valores, fontes, dos elementos das despesas descritos no anexo, de acordo com o que prevê o inciso II e III, parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos para 01/10/2024.
Art. 4º – Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, 31 de outubro de 2024.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba					
Rua Rio de Janeiro, 1021 - Centro - 85.745-000 - Bela Vista da Caroba/ PR					
CNPJ: 01.612.441/0001-07 Fone: (46) 3557-1180			**Usuário:** Kassiane Korte	**Chave de Autenticação Digital**	
https://www.belavistadacaroba.pr.gov.br				9840-4772-48	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 10/2024 de 07/10/2024					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba					
Órgão orçamentário: 2000 - EXECUTIVO MUNICIPAL					
Unidade orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 1 - Gestão Administrativa e Financeira					
Ação: 2.2 - Gestão do Gabinete do Prefeito					
Despesa 10 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
14/10/2024	923171	Redução da Despesa			21.000,00
			Total da despesa:	0,00	21.000,00
Despesa 12 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
30/10/2024	924083	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	3.105,56	
			Total da despesa:	3.105,56	0,00
			Total da unidade orçamentária:	3.105,56	21.000,00
			Total do órgão orçamentário:	3.105,56	21.000,00
Órgão orçamentário: 3000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
Unidade orçamentária: 3001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 1 - Gestão Administrativa e Financeira					
Ação: 2.5 - Administração Pública Municipal					
Despesa 31 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
21/10/2024	923444	Redução da Despesa			100.000,00
31/10/2024	924186	Redução da Despesa			1.000,00
			Total da despesa:	0,00	101.000,00
Despesa 32 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2024	924178	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	1.000,00	
			Total da despesa:	1.000,00	0,00
Despesa 34 - 3.3.90.14.00 - Diárias – Civil					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
14/10/2024	923170	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	15.000,00	
			Total da despesa:	15.000,00	0,00
Despesa 36 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
30/10/2024	924084	Redução da Despesa			3.105,56
			Total da despesa:	0,00	3.105,56
			Total da unidade orçamentária:	16.000,00	104.105,56
			Total do órgão orçamentário:	16.000,00	104.105,56
Órgão orçamentário: 4000 - SECRETARIA DE FINANÇAS					
Unidade orçamentária: 4001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 123 - Administração Financeira					
Programa: 1 - Gestão Administrativa e Financeira					
Ação: 2.6 - Finança Pública Municipal					
Despesa 46 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
24/10/2024	926030	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	11.632,20	
			Total da despesa:	11.632,20	0,00
			Total da unidade orçamentária:	11.632,20	0,00
			Total do órgão orçamentário:	11.632,20	0,00
Órgão orçamentário: 6000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade orçamentária: 6001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 9 - Educação de Qualidade a Todos					
Ação: 2.13 - Gestão da Educação, Cultura e Biblioteca Pública					

Despesa 77 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924175	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00

Despesa 79 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924174	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	500,00	
			Total da despesa:	500,00	0,00

Despesa 464 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1045 - Outros Recursos não Vinculados - 1.501.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
01/10/2024	923108	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	3.291,00	
			Total da despesa:	3.291,00	0,00

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 9 - Educação de Qualidade a Todos

Ação: 2.20 - Gestão do Ensino Fundamental

Despesa 136 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso:		1102 - FUNDEB 30% - 1.540.0000			
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2024	924182	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	12.000,00	
			Total da despesa:	12.000,00	0,00

Despesa 137 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923783	Redução da Despesa			86.224,00
			Total da despesa:	0,00	86.224,00

Despesa 138 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1101 - FUNDEB 70% - 1.540.1070

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924181	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	8.000,00	
			Total da despesa:	8.000,00	0,00

Despesa 140 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 30% - 1.540.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924180	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	4.000,00	
			Total da despesa:	4.000,00	0,00

Despesa 144 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 30% - 1.540.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	925549	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	500,00	
			Total da despesa:	500,00	0,00

Despesa 147 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923790	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00

Despesa 149 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923780	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00

Despesa 150 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923789	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	10.000,00	
			Total da despesa:	10.000,00	0,00

Despesa 151 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação - 1.550.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
07/10/2024	922814	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	7.000,00	
23/10/2024	923744	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	15.000,00	
			Total da despesa:	22.000,00	0,00

Despesa 152 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923779	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00

Despesa 153 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
24/10/2024	923869	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	62.000,00	
			Total da despesa:	62.000,00	0,00

Despesa 155 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação - 1.550.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
24/10/2024	923865	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	42.000,00	
			Total da despesa:	42.000,00	0,00

Despesa 388 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Fonte de recurso: 1101 - FUNDEB 70% - 1.540.1070

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924183	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	46.490,00	
			Total da despesa:	46.490,00	0,00

Despesa 389 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923793	Redução da Despesa			34.668,00
			Total da despesa:	0,00	34.668,00

Despesa 390 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923784	Redução da Despesa			44.509,90
			Total da despesa:	0,00	44.509,90

Despesa 483 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de recurso: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR - 1.543.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
24/10/2024	923867	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	46.587,00	
			Total da despesa:	46.587,00	0,00

Ação: 2.22 - Transporte Escolar

Despesa 158 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 30% - 1.540.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924179	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	10.000,00	
			Total da despesa:	10.000,00	0,00

Despesa 159 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923792	Redução da Despesa			31.556,00
			Total da despesa:	0,00	31.556,00

Despesa 160 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923782	Redução da Despesa			87.780,00
			Total da despesa:	0,00	87.780,00

Despesa 161 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 30% - 1.540.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924177	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	7.000,00	
			Total da despesa:	7.000,00	0,00

Despesa 167 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923774	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	78.181,90	
			Total da despesa:	78.181,90	0,00

Despesa 168 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923788	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	15.000,00	
			Total da despesa:	15.000,00	0,00

Despesa 169 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1117 - PETE - Transporte Escolar Estadual - 1.576.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
08/10/2024	922855	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	30.000,00	
22/10/2024	923527	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	15.000,00	
			Total da despesa:	45.000,00	0,00

Despesa 174 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1117 - PETE - Transporte Escolar Estadual - 1.576.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
08/10/2024	922856	Redução da Despesa			30.000,00
22/10/2024	923528	Redução da Despesa			15.000,00
			Total da despesa:	0,00	45.000,00

Ação: 1.23 - Construção, Ampliação ou Reforma de Escolas

Despesa 177 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
24/10/2024	926007	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	145.203,60	
			Total da despesa:	145.203,60	0,00

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 9 - Educação de Qualidade a Todos

Ação: 2.14 - Gestão da Educação Infantil - Creche

Despesa 88 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 30% - 1.540.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924170	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	15.000,00	
			Total da despesa:	15.000,00	0,00

Despesa 92 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 30% - 1.540.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924169	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	3.500,00	
			Total da despesa:	3.500,00	0,00

Despesa 97 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924168	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	2.600,00	
			Total da despesa:	2.600,00	0,00

Despesa 101 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923778	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	30.000,00	
			Total da despesa:	30.000,00	0,00

Despesa 102 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica - 1.500.1001

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923787	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	10.000,00	
			Total da despesa:	10.000,00	0,00

Despesa 103 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1107 - Salário Educação - 1.550.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
07/10/2024	922815	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	7.000,00	
			Total da despesa:	7.000,00	0,00
Despesa 104 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923777	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	25.000,00	
			Total da despesa:	25.000,00	0,00
Ação: 1.16 - Construção, Ampliação ou Reforma de Creche					
Despesa 111 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações					
Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
24/10/2024	923871	Redução da Despesa			62.000,00
31/10/2024	924188	Redução da Despesa			20.000,00
			Total da despesa:	0,00	82.000,00
Ação: 2.17 - Gestão da Educação Infantil - Pré Escola					
Despesa 119 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923791	Redução da Despesa			33.112,00
			Total da despesa:	0,00	33.112,00
Despesa 122 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1102 - FUNDEB 30% - 1.540.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2024	924184	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	717,32	
			Total da despesa:	717,32	0,00
Despesa 125 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923786	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	30.000,00	
			Total da despesa:	30.000,00	0,00
Despesa 127 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923776	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	30.000,00	
			Total da despesa:	30.000,00	0,00
Despesa 128 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1104 - Demais impostos vinculados à educação básica - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923785	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	14.336,00	
			Total da despesa:	14.336,00	0,00
Despesa 130 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923775	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	50.000,00	
			Total da despesa:	50.000,00	0,00
Subfunção: 367 - Educação Especial					
Programa: 9 - Educação de Qualidade a Todos					
Ação: 2.26 - Gestão da Educação Especial					
Despesa 187 - 3.3.50.43.00 - Subvenções Sociais					
Fonte de recurso: 1103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923781	Redução da Despesa			34.668,00
			Total da despesa:	0,00	34.668,00
			Total da unidade orçamentária:	855.906,82	479.517,90
			Total do órgão orçamentário:	855.906,82	479.517,90
Órgão orçamentário: 7000 - SECRETARIA DE SAÚDE					
Unidade orçamentária: 7001 - DEPARTAMENTO DE SAÚDE					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 2 - Saúde em Dia					
Ação: 2.29 - Gestão da Saúde Pública					
Despesa 197 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física					
Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923806	Redução da Despesa			11.556,00
			Total da despesa:	0,00	11.556,00
Despesa 199 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente					
Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923809	Redução da Despesa			40.000,00
			Total da despesa:	0,00	40.000,00
			Total da unidade orçamentária:	0,00	51.556,00
Unidade orçamentária: 7002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 301 - Atenção Básica					
Programa: 2 - Saúde em Dia					
Ação: 2.31 - Atenção Primária a Saúde					
Despesa 207 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 1.600.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2024	924173	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	80.000,00	
			Total da despesa:	80.000,00	0,00
Despesa 208 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2024	924187	Redução da Despesa			7.092,92
			Total da despesa:	0,00	7.092,92
Despesa 210 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923804	Redução da Despesa			80.000,00
			Total da despesa:	0,00	80.000,00

Despesa 211 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923799	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	30.000,00	
			Total da despesa:	30.000,00	0,00

Despesa 213 - 3.3.90.14.00 - Diárias – Civil

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923803	Redução da Despesa			27.000,00
			Total da despesa:	0,00	27.000,00

Despesa 214 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923796	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	50.000,00	
			Total da despesa:	50.000,00	0,00

Despesa 216 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
21/10/2024	923514	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	50.000,00	
			Total da despesa:	50.000,00	0,00

Despesa 386 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923805	Redução da Despesa			74.267,60
			Total da despesa:	0,00	74.267,60

Despesa 482 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1499 - Gestão do SUS - 1.600.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
16/10/2024	923299	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	7.440,00	
			Total da despesa:	7.440,00	0,00

Ação: 2.39 - Coleta de Resíduos Ambulatoriais

Despesa 260 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923807	Redução da Despesa			39.000,00
			Total da despesa:	0,00	39.000,00

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 2 - Saúde em Dia

Ação: 2.33 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Despesa 222 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923794	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	105.024,80	
			Total da despesa:	105.024,80	0,00

Ação: 2.38 - Consórcios Intermunicipais / Associações Regionais de Saúde

Despesa 410 - 3.3.72.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
21/10/2024	923443	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	80.000,00	
22/10/2024	923795	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	80.000,00	
			Total da despesa:	160.000,00	0,00

Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico

Programa: 2 - Saúde em Dia

Ação: 2.35 - Farmácia Básica

Despesa 227 - 3.3.90.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
21/10/2024	923442	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00

Despesa 231 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923798	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00

Despesa 233 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923797	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	7.000,00	
			Total da despesa:	7.000,00	0,00

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 2 - Saúde em Dia

Ação: 2.37 - Vigilância Sanitária

Despesa 245 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923800	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	6.000,00	
			Total da despesa:	6.000,00	0,00

Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica

Programa: 2 - Saúde em Dia

Ação: 2.36 - Vigilância Epidemiológica

Despesa 234 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923808	Redução da Despesa			31.201,20
			Total da despesa:	0,00	31.201,20

Despesa 235 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1051 - Transferências do Governo Federal destinadas ao vencimento das ACS e dos agentes de combate às endemias - 1.604.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924185	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	7.092,92	
			Total da despesa:	7.092,92	0,00

Despesa 236 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923801	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	3.000,00	
			Total da despesa:	3.000,00	0,00

Despesa 237 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - 1.500.1002

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923802	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	2.000,00	
			Total da despesa:	2.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	547.557,72	258.561,72
			Total do órgão orçamentário:	547.557,72	310.117,72

Órgão orçamentário: 9000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade orçamentária: 9002 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 5 - Construindo o Futuro de Nossas Crianças e Adolescentes

Ação: 6.54 - Gestão da Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Despesa 321 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924176	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00

Despesa 331 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
17/10/2024	923338	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	6.000,00	
			Total da despesa:	6.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	26.000,00	0,00

Unidade orçamentária: 9003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 4 - Viabilizando a Inclusão Social

Ação: 1.50 - Estruturação do Centro de Referência da Assistência Social

Despesa 307 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
10/10/2024	923107	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	14.210,00	
			Total da despesa:	14.210,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	14.210,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	40.210,00	0,00

Órgão orçamentário: 10000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Unidade orçamentária: 10001 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 121 - Planejamento e Orçamento

Programa: 1 - Gestão Administrativa e Financeira

Ação: 2.60 - Gestão do Planejamento, Convênios e Engenharia Municipal

Despesa 341 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924172	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	20.000,00	
			Total da despesa:	20.000,00	0,00

Despesa 343 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
31/10/2024	924171	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	5.000,00	
			Total da despesa:	5.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	25.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	25.000,00	0,00

Órgão orçamentário: 90000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 90001 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Função: 28 - Encargos Especiais

Subfunção: 846 - Outros Encargos Especiais

Programa: 0 - Operações Especiais

Ação: 0.91 - Contribuições ao PASEP

Despesa 373 - 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas

Fonte de recurso: 1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 - 1.720.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
30/10/2024	924068	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	5.000,00	
			Total da despesa:	5.000,00	0,00

Despesa 374 - 3.3.90.47.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas

Fonte de recurso: 1512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) - 1.750.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
30/10/2024	924076	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	100,00	
			Total da despesa:	100,00	0,00

Ação: 0.93 - Sentenças Judiciais / Precatórios

Despesa 457 - 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais

Fonte de recurso: 3000 - Recursos Ordinários (Livres) - Superávit - 2.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
22/10/2024	923686	Redução da Despesa			200.000,00
			Total da despesa:	0,00	200.000,00

Função: 99 - Reserva de Contingência

Subfunção: 999 - Reserva de Contingência

Programa: 0 - Operações Especiais

Ação: 0.99 - Reserva de Contingência					
Despesa 382 - 9.9.99.99.00 - A Classificar					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
21/10/2024	923515	Redução da Despesa			50.000,00
22/10/2024	923708	Redução da Despesa			56.300,00
31/10/2024	924189	Redução da Despesa			45.000,00
			Total da despesa:	0,00	151.300,00
			Total da unidade orçamentária:	5.100,00	351.300,00
			Total do órgão orçamentário:	5.100,00	351.300,00
Órgão orçamentário: 8000 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					
Unidade orçamentária: 8001 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS					
Função: 15 - Urbanismo					
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos					
Programa: 8 - Atendimento de Qualidade em Obras e Serviço Público					
Ação: 1.44 - Pavimentação Asfáltica e Recape de Vias					
Despesa 461 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações					
Fonte de recurso: 1787 - CONVº PAV ASFÁLTICA SEDU G - 1.701.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
25/10/2024	923907	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	514.592,18	
			Total da despesa:	514.592,18	0,00
Função: 26 - Transporte					
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário					
Programa: 8 - Atendimento de Qualidade em Obras e Serviço Público					
Ação: 2.40 - Gestão da Viação, Obras e Serviços Públicos					
Despesa 266 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 - 1.720.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923568	Redução da Despesa			15.000,00
			Total da despesa:	0,00	15.000,00
Despesa 269 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários (Livres) - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923707	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	56.300,00	
			Total da despesa:	56.300,00	0,00
Despesa 270 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1065 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 - 1.720.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
07/10/2024	923106	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	10.000,00	
22/10/2024	923567	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	15.000,00	
			Total da despesa:	25.000,00	0,00
Despesa 486 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) - 1.750.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
21/10/2024	926203	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	22,17	
			Total da despesa:	22,17	0,00
Ação: 2.41 - Manutenção da Frota Rodoviária					
Despesa 274 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) - 1.750.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/10/2024	926049	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	4.000,00	
			Total da despesa:	4.000,00	0,00
Ação: 1.42 - Renovação da Frota Rodoviária					
Despesa 452 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente					
Fonte de recurso: 3000 - Recursos Ordinários (Livres) - Superávit - 2.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
03/10/2024	923685	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	290.200,00	
			Total da despesa:	290.200,00	0,00
Subfunção: 785 - Transportes Especiais					
Programa: 8 - Atendimento de Qualidade em Obras e Serviço Público					
Ação: 1.43 - Pavimentação Poliédrica e Restauração das Estradas Vicinais					
Despesa 454 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações					
Fonte de recurso: 3000 - Recursos Ordinários (Livres) - Superávit - 2.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
22/10/2024	923687	Redução da Despesa			90.200,00
			Total da despesa:	0,00	90.200,00
			Total da unidade orçamentária:	890.114,35	105.200,00
			Total do órgão orçamentário:	890.114,35	105.200,00
			Total do fundamento:	2.394.626,65	1.371.241,18
			Total geral	2.394.626,65	1.371.241,18

Publicado por:
Ediclei Luiz Paloschi
Código Identificador:12655A98

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 142/2024

DECRETO N.º 142/2024

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2024 no total de R$ 3.738.700,00 (Três Milhões, Setecentos e Trinta e Oito Mil e Setecentos Reais).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.236/2023 resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2024,na importância de R$ 3.738.700,00 (Três Milhões, Setecentos e Trinta e Oito Mil e Setecentos Reais), mediante as seguintes providências:

Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	Secretaria de Administração	
03.004	Departamento de Serviços e Encargos Sociais	
04.122.0301.2017	ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E ENCARGOS GERAIS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.001	Departamento de Educação	
12.361.0520.2040	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDEB 30%	
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	
1950	00102-Fundeb 40%	685.000,00
12.361.0520.2041	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2140	00000-Recursos Ordinários (Livres)	572.000,00
12.361.0502.2034	MELHORIAS NA ESTRUTURA FISICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1770	00000-Recursos Ordinários (Livres)	400.000,00
	SUBTOTAL	1.657.000,00
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0601.2079	DESPESAS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300.000,00
10.301.0601.2082	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	
3590	00000-Recursos Ordinários (Livres)	220.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3620	00000-Recursos Ordinários (Livres)	80.000,00
	SUBTOTAL	700.000,00
07	Secretaria de Promoção Social	
07.001	Departamento de Promoção Social	
08.122.0701.2095	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
4480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	120.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4510	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
07.004	Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	
08.244.0702.2113	MORAR COM DIGNIDADE	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
5200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	250.000,00
	SUBTOTAL	475.000,00
08	Secretaria de Obras, Transporte e Urbanismo	
08.001	Departamento de Obras	
26.782.0801.2115	ATIVIDADE DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
5310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	569.700,00
	SUBTOTAL	569.700,00
09	Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento	
09.002	Atividades do Fundo Municipal Agropecuario	
20.122.0905.2126	EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO FUNDAF - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUARIO	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
5910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	87.000,00
	SUBTOTAL	87.000,00
88	Encargos Especiais	
88.001	Encargos Especiais	
28.843.8801.2148	ENCARGOS ESPECIAIS	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
6560	00000-Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00
	SUBTOTAL	150.000,00
	TOTAL	**3.738.700,00**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

O Excesso de Arrecadação por Fonte de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	1.053.700,00
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	2.000.000,00
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	685.000,00
	TOTAL	**3.738.700,00**

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1133/2021, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.229/2023 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, no que couber.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 07 de novembro de 2024.

EDSON FLÁVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:A780E9CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 143/2024

DECRETO N.º 143/2024

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2024 no total de R$ 84.000,00 (Oitenta e Quatro Mil Reais).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.236/2023 resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2024,na importância de R$ 84.000,00 (Oitenta e Quatro Mil Reais), mediante as seguintes providências:

Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0601.2079	DESPESAS CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3440	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	84.000,00
	SUBTOTAL	84.000,00
	TOTAL	**84.000,00**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	Secretaria de Saúde	
06.001	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0601.2082	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
3530	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	55.000,00
10.302.0601.2091	AÇÕES DE ASSISTENCIA AMBULATORIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4180	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.000,00
10.301.0601.2082	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
3650	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	20.000,00
06.002	Departamento de Vigilância em Saúde	
10.304.0602.2093	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILANCIA EM SAÚDE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
4360	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.000,00
	SUBTOTAL	84.000,00
	TOTAL	**84.000,00**

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1133/2021, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.229/2023 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, no que couber.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 07 de novembro de 2024.

EDSON FLÁVIO HOFFMANN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:8CCB4146

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 147/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2024
EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2024

O Município de Campina do Simão/PR, inscrito no CNPJ sob nº **01.611.489/0001-09**, com sede na cidade de Campina do Simão/PR, Estado do Paraná, na Rua José Pedro Seleme, 3516, Centro, doravante denominado Prefeitura, representado pelo seu Prefeito Municipal, **ANDRÉ JUNIOR DE PAULA.**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PANIFICAÇÃO (SALGADOS, BOLOS E DOCINHOS DIVERSOS), PARA COFFEE-BREAKS, QUE SERÃO SERVIDOS EM EVENTOS/REUNIÕES.

TL DISTRIBUIDORA LTDA - ME, sediada na Rua Santos Vicentin, 256, centro, CEP: 85.148-000, Campina do Simão - PR, inscrita no CNPJ sob o nº **17.473.889/0001-27 e Inscrição Estadual sob o nº. 034912741-65,** doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Srº. **Tiago Lazzaretti**.
LOTE 01

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	QUANTIDADE	V. UNIT	V. TOTAL
1	BOLO CONFEITADO, RECHEADO TIPO ANIVERSÁRIO	LOPES	575	45,70	26.277,50
2	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE BRIGADEIRO	LOPES	525	32,90	17.272,50
3	BOLO DE CHOCOLATE COM COBERTURA DE BRIGADEIRO	LOPES	515	34,50	17.767,50
4	BOLO DE COCO	LOPES	490	32,90	16.121,00
5	BOLO DE COCO TIPO TOALHA FELPUDA	LOPES	400	32,90	13.160,00
6	BOLO DO FUBÁ SEM RECHEIO COM COBERTURA AÇUCAR E CANELA	LOPES	500	31,30	15.650,50
7	BOLO PÃO DE LÓ MASSA BRANCO SEM RECHEIO, COBERTURA DE CHOCOLATE	LOPES	490	32,90	16.121,00
8	CUCA COM GOIABADA CUCA COM GOIABADA - KG FARINHA DE TRIGO, FERMENTO EM PÓ, OVOS DE GALINHA, MARGARINA, GOIABADA, AÇÚCAR, ÓLEO VEGETAL, LEITE INTEGRAL	LOPES	500	23,26	11.630,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01					**134.000,00**

LOTE 02

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	QUANTIDADE	V. UNIT	V. TOTAL
1	PÃO DE QUEIJO (NO MINIMO 27G)	LOPES	8.800,00	1,30	11.440,00
2	MINI CACHORRO QUENTE (NO MINIMO 30 G)	LOPES	12.400,00	1,30	16.120,00
3	MINI COXINHA RECHEADA COM PEITO DE FRANGO/PRESUNTO E MUSSARELA /CARNE MOIDA BOVINA (NO MINIMO 25G)	LOPES	17.000,00	0,84	14.280,00
4	MINI LANCHE, PESANDO NO MINIMO 60 A 65 G CONTENDO 01 MINI PÃO FRANCES (MINIMO 25G), MEI FATIA DE PRESUNTO (NO MINIMO 10G), MEIA FATIA DE MUSSARELA (NO MINIMO 10G), 02 RODELAS DE TOMATE, MEIA FOLHA DE ALFACE E MAIONESE	LOPES	13.300,00	1,69	22.477,00
5	MINI PASTEL RECHEADO COM PEITO DE FRANGO/PRESUNTO E MUSSARELA /CARNE MOIDA BOVINA (NO MINIMO 25G)	LOPES	15.000,00	0,71	10.650,00
6	MINI QUIBE FRITO (NO MINIMO 30G) PRODUZIDO COM TRIGO ESPECIAL PARA QUIBE E CARNE BOVINA (PATINHO OU COXÃO MOLE)	LOPES	15.000,00	0,91	13.650,00
7	MINI RISOLIS RECHEADA COM PEITO DE FRANGO/PRESUNTO E MUSSARELA /CARNE MOIDA BOVINA (NO MINIMO 25G)	LOPES	15.000,00	0,70	10.500,00
8	MINI SALGADO BOLINHA DE QUEIJO COM OREGANO (NO MINIMO 25G)	LOPES	14.000,00	0,71	9.940,00
9	TORTA DE FRANGO	LOPES	1.210,00	33,01	39.942,10
VALOR TOTAL DO LOTE 02					**148.999,10**

LOTE 03

ITEM	PRODUTO/SERVIÇO	MARCA	QUANTIDADE	V. UNIT	V. TOTAL
1	BOLINHO FRITOTIPO CALÇA VIRADA	LOPES	5.000,00	0,91	4.554,50
2	DOCINHO DE FESTA DOCINHO DE FESTA (BRIGADEIRO, BEIJINHO, PAÇOCA, LEITE NINHO, BICHO DE PÉ, DOIS AMORES, CAMAFÉU)	LOPES	7.700,00	0,97	7.476,70
3	MINI CHURROS (NO MINIMO 25G)	LOPES	11.500,00	0,84	9.660,00
4	MINI SONHO, RECHEADO COM GOIABADA/MARMELADA (NO MINIMO 25G)	LOPES	12.300,00	1,16	14.268,00
5	NOZINHO FRITO	LOPES	4.000,00	0,76	3.040,80
VALOR TOTAL DO LOTE 03					**39.000,00**

VALOR TOTAL DA ATA = R$ 321.999,10 (trezentos e vinte e um mil, novecentos e noventa e nove reais e dez centavos).

VALIDADE DA ATA: 06 DE NOVEMBRO DE 2025.
ASSINATURA DA ATA: 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

FORO: GUARAPUAVA – PR.

Publicado por:
Marcio Vasiak
Código Identificador:13514018

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

LEGISLATIVO MUNICIPAL
AVISO DISPENSA ELETRÔNICA 09-2024

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA N°09/2024 PROCESSO N° 015/2024	
A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ DISPENSA ELETRÔNICA, NA FORMA DO ARTIGO 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃOAPLICÁVEL.	
OBJETO:	O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de empresa para o fornecimento de materiais permanentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	**MENOR PREÇO POR ITEM.**
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024 – 08:00 HORAS (Horário de Brasília) ATÉ DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024 – 08:00 HORAS (Horário de Brasília)	
DATA E HORÁRIO DO PERÍODO DE LANCES	
DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024 09:00 HORAS (Horário de Brasília) ATÉ DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024– 15:00 HORAS (Horário de Brasília) (TEMPO DA DISPUTA DE 6 HORAS)	
LOCAL DE REALIZAÇÃO: site *www.gov.br/compras/pt-br* **QUALQUER ESCLARECIMENTO ENTRAR EM CONTATO COM A CÂMARA MUNICIPAL SETOR DE LICITAÇÕES SUPORTE AO FORNECEDOR 41 3677-1253**	

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de empresa para o fornecimento de equipamentos de informática e outros materiais permanentes**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
1	Monitor Computador Tamanho Tela: 23 A 30 POL, Tipo De Tela: Led, Formato Tela: Ultrawide, Qualidade De Imagem: 5 K, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade, Ajuste: Com Regulagem De Altura, Alimentação: Bivolt, Garantia On Site: Superior A 36 MESES, Tipo: Concordia Empresarial 23,8" H238F	Unidade	03	1.093,5313	3.280,59
2	Impressora Multifuncional Tipo Impressão: Jato Tin ta, Resolução Impressão: 4800 X 1200 DPI, Tensão Alimentação: 110/220 V, Velocidade Impressão Pre to E Branco: 33 PPM, Velocidade Impressão Colorid a: 20 PPM, Tipo Papel: A4, Carta, Capacidade Mínim a Bandeja: 250 F, Tipo: Epson L3250	Unidade	03	1.962,8726	5.888,61
3	Microcomputador All In One Tela: Superior A 21,5 POL, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade, Memória Ram: Superior A 8 GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8, Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: Superior A 500, Fonte Alimentação: Bivolt Automática, Sistema Operacional: Proprietário, Garantia On Site: 36 MESES, Tipo: All In One Concórdia	Unidade	03	4.212,7143	12.638,14
4	Microfone Direcional Tipo Linha: À Condensador, Tipo: Gooseneck , Finalidade: Captura Transmissões De Áudio A Distância, Gráfico , Resposta Freqüência: 100 Hz A 16.000 Hz , Sensibilidade: -40 Db , Conexão: Xlr , Características Adicionais: Haste Flexível 30 A 50 Cm/Alimentação Phanton Power, Tipo: MSF-445	Unidade	11	1.125,0000	12.375,00
5	Bebedouro Água Garrafão Material: Aço Inoxidável, Tipo: Torre, Capacidade: 20 L, Voltagem: 127 V, Características Adicionais: 2 Torneiras, Tipo: EGC35B	Unidade	02	661,2406	1.322,48
6	Estabilizador Tensão Tensão Alimentação Entrada: Bivolt V, Tipo: Nobreak, Quantidade Tomadas Saída: 8, Capacidade Nominal: 1.500 V, Tipo: Premium Pdv GII	Unidade	02	1.543,3333	3.086,66
7	Filmadora/Monitor Portátil Tipo Zoom: Óptico / Digital, Amplitude Zoom Digital: Mínimo 350 X, Amplitude Zoom Ótico: Mínimo De 20 X, Tamanho Monitor: 3 POL, Características Adicionais: Entrada De Áudio, Saídas Sdi/Hdmi/Usd, Cartão De, Tipo: Digital, Tipo:	Unidade	01	4.097,9946	4.097,99
				VALOR TOTAL	42.689,47

Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.
O critério de julgamento adotado será o *menor preço* observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – ComprasGov, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br
Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.
O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao

Órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
Que se enquadrem nas seguintes vedações:
a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência,* assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

A partir das 9:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *1,00 real.*

Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (dias) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
Será desclassificada a proposta vencedora que:
Contiver vícios insanáveis;
Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO
Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO
Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
O adjudicatário terá o prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.
O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
O prazo de vigência da contratação é de 180 dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES
Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
Dar causa à inexecução parcial do contrato;
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Dar causa à inexecução total do contrato;
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa de .5 % (cinco. Por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
Na aplicação das sanções serão considerados:
A natureza e a gravidade da infração cometida; As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O procedimento será divulgado no Comprasgov e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
Republicar o presente aviso com uma nova data;
Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

As providências acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
II - Termo de Referência;
ANEXO II.1 – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 **Habilitação jurídica:**
1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:
2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
2.5 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

TERMO DE REFERENCIA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de empresa para o fornecimento de equipamentos de informática e outros materiais permanente**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO Unitário	Preço Total
1	Monitor Computador Tamanho Tela: 23 A 30 POL, Tipo De Tela: Led, Formato Tela: Ultrawide, Qualidade De Imagem: 5 K, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade, Ajuste: Com Regulagem De Altura, Alimentação: Bivolt, Garantia On Site: Superior A 36 MESES, Tipo: Concordia Empresarial 23,8'' H238F	Unidade	03	1.093,5313	3.280,59
2	Impressora Multifuncional Tipo Impressão: Jato Tinta, Re solução Impressão: 4800 X 1200 DPI, Tensão Alimentação : 110/220 V, Velocidade Impressão Preto E Branco: 33 PP M, Velocidade Impressão Colorida: 20 PPM, Tipo Papel: A 4, Carta, Capacidade Mínima Bandeja: 250 F, Tipo: Epson L3250	Unidade	03	1.962,8726	5.888,61
3	Microcomputador All In One Tela: Superior A 21,5 POL, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade, Memória Ram: Superior A 8 GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8, Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: Superior A 500, Fonte Alimentação: Bivolt Automática, Sistema Operacional: Proprietário, Garantia On Site: 36 MESES, Tipo: All In One Concórdia	Unidade	03	4.212,7143	12.638,14
4	Microfone Direcional Tipo Linha: À Condensador, Tipo: Gooseneck , Finalidade: Captura Transmissões De Áudio A Distância, Gráfico , Resposta Freqüência: 100 Hz A 16.000 Hz , Sensibilidade: -40 Db , Conexão: Xlr , Características Adicionais: Haste Flexível 30 A 50 Cm/Alimentação Phanton Power, Tipo: MSF-445	Unidade	11	1.125,0000	12.375,00
5	Bebedouro Água Garrafão Material: Aço Inoxidável, Tipo: Torre, Capacidade: 20 L, Voltagem: 127 V, Características Adicionais: 2 Torneiras, Tipo: EGC35B	Unidade	02	661,2406	1.322,48
6	Estabilizador Tensão Tensão Alimentação Entrada: Bivolt V, Tipo: Nobreak, Quantidade Tomadas Saída: 8, Capacidade Nominal: 1.500 V, Tipo: Premium Pdv GII	Unidade	02	1.543,3333	3.086,66
7	Filmadora/Monitor Portátil Tipo Zoom: Óptico / Digital, Amplitude Zoom Digital: Mínimo 350 X, Amplitude Zoom Ótico: Mínimo De 20 X, Tamanho Monitor: 3 POL, Características Adicionais: Entrada De Áudio, Saídas Sdi/Hdmi/Usd, Cartão De, Tipo: Digital, Tipo:	Unidade	01	4.097,9946	4.097,99
				VALOR TOTAL	42.689,47

JUSTIFICATIVA

Diante das necessidades de constantes de melhorias nos equipamentos de informática e outros para suprir as necessidades do legislativo, faz-se necessário a aquisição dos equipamentos acima mencionados.

DO VALOR ESTIMADO
O valor total para fornecimento dos itens é de R$ 42.689,47 (quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

Órgão:	0100	-	Câmara Municipal de Campo Magro		
Unidade Orçamentária:	01001	-	Câmara dos Vereadores		
0101.01.031.10012.001		-	Manutenção da Câmara Municipal de Campo Magro		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamentos e Materiais Permanentes	R$	42.689,47

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Para julgamento das propostas, será considerada vencedora aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, ofertar o MENOR VALOR POR ITEM

PRAZO E CONDIÇÕES DA ENTREGA / EXECUÇÃO / VIGÊNCIA

O prazo máximo para fornecimento será de 15 (quinze) dias corridos após a homologação. Local de entrega: Rua Silvestre Jarek, 120 – Centro – Campo Magro- Pr

RECEBIMENTO DO OBJETO

O FISCAL de Contrato fará o recebimento dos itens
Itens a verificar no momento do recebimento • Fiel cumprimento das obrigações contratuais; • Análise dos produtos; • Análise da documentação fornecida, a saber: manuais, garantias, notas ficais dos produtos, dentre outros. • O material entregue deverá ser idêntico as especificações enviadas pelo Vencedor da Licitação.
No caso de inadimplência do Vencedor da Dispensa Eletrônica, entrega dos bens com especificações diferentes ao ofertado, com imperfeições ou quantidades inferiores ao registrado

Em nota de empenho, considerar-se-á efetuado o recebimento definitivo após a composição total dos bens tais como solicitados, sem prejuízo das sanções cabíveis.
Caberá à Câmara Municipal de Campo Magro, se quando do recebimento dos bens ficar constatado o não atendimento às especificações, substituí-los por outros que atendam a este instrumento, dentro do prazo máximo contratual, a contar da comunicação de irregularidade, em função da existência de irregularidades, incorreções e/ou defeitos, responsabilizando-se integralmente pelas despesas decorrentes da troca, ou seja, da entrega do bem novo e da retirada do bem a ser substituído, considerar-se-á efetuado o recebimento definitivo após a composição total dos bens tais como solicitados, sem prejuízo das sanções cabíveis.
Os bens reprovados deverão ser retirados em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação eletrônica enviada, presumindo-se o seu recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis do envio, sem o prejuízo das cominações legais.
Na hipótese de haver necessidade de substituição de determinado item por outro de marca diversa, deverá o Vencedor da Licitação requerer previamente a sua substituição, informando as justificativas, o modelo e marca substituta, comprovando ser esta de qualidade similar ou superior à marca substituída, não podendo o valor do item ser alterado.

FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO
Atuará como Gestor deste ajuste, o Presidente da Câmara de Campo Magro; Atuará como fiscal nos termos da portaria 025/2023 o Sr. Paulo Cesar Partica.

OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR DA LICITAÇÃO

São obrigações do Vencedor da Licitação:
Proporcionar à Câmara Municipal todas as informações e esclarecimentos por ela solicitados, bem como prover todas as facilidades de forma a possibilitar o bom cumprimento de suas obrigações contratuais.
Proceder à fiscalização do objeto especificado no contrato e, na hipótese de necessidade, notificar a Câmara Municipal e recusar itens que não estiverem em conformidade com o pedido e/ou com a qualidade desejável.
Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado e nas condições estabelecidas. Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do Contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Vencedora do Certame Licitatório:
Proceder à entrega do objeto solicitado, responsabilizando-se pelas despesas decorrentes das entregas, tributos, fretes, carga, descarga, embalagens, seguro, demais encargos e como também pelos riscos decorrentes de perdas e/ou danos até o efetivo recebimento.
Responder por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados nas dependências da Câmara Municipal de Campo Magro
Executar o objeto na forma determinada neste Termo de Referência, observando os prazos, os preços e as condições estabelecidas.
Comunicar imediatamente ao Câmara Municipal de Campo Magro toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado.

PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CÂMARA MUNICIPAL pagará à Vencedora os valores devidos pelo objeto em conformidade com a proposta/contrato apresentado, em parcela única, após o recebimento definitivo.
A liberação da NF-e para pagamento ficará condicionada ao ateste pelo FISCAL e GESTOR O pagamento, deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do ateste da nota fiscal

12. SANÇÕES

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
Dar causa à inexecução parcial do contrato;
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Dar causa à inexecução total do contrato;
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa de .5 % (cinco. Por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

Na aplicação das sanções serão considerados:
A natureza e a gravidade da infração cometida; As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

Despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

APRESENTAÇÃO DA DEMANDA (PROBLEMA A SER SOLUCIONADO)
Necessidade de aquisição de equipamentos de informática e outros materiais permanentes ao legislativo para a manutenção do mesmo.

JUSTIFICATIVA DA DEMANDA
A Câmara Municipal necessita constantemente renovar seus equipamentos e da aquisição de novos equipamentos e matérias permanentes para devida manutenção das atividades Legislativas.

PRAZOS DESEJADOS PARA CONCLUSÃO DOS ESTUDOS E EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
O prazo previsto para a conclusão dos estudos é 07/11/2024 e efetivação da contração no final do mês de Novembro de 2024.

NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE INTEGRANTES TÉCNICO OU TÉCNICO E ADMINISTRATIVO
Não há necessidade de indicação de integrantes técnico e/ou administrativo para a equipe de planejamento da contratação.

Quais os requisitos necessários para o atendimento da necessidade?
Contratar, por meio de Dispensa Eletrônica, empresa especializada para fornecer os materiais ao legislativo

Quais as soluções disponíveis no mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados?
O mercado dispõe de potenciais fornecedores dos citados materiais, sendo comum a realização de procedimentos licitatórios ou dispensas eletrônicas para semelhantes aquisições conforme pesquisa feita no compras.gov, conforme relatório de pesquisa de preço em anexo definiu o preço médio que servirá de base para o preço máximo aceita em procedimento de dispensa eletrônica.

ALVARO BUENO DE LARA
Presidente Da Câmara

Publicado por:
Cintia Kudlawiec Casprek
Código Identificador:8A688131

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024.

Objeto: Formação de registro de preços para fornecimento de brinquedos didáticos e pedagógicos, utensílios de cozinha, cama, mesa e banho, pois os equipamentos destinam-se às ações de apoio a Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Procuradoria Geral do Município, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Às 09h00min do dia 11 de Outubro de 2024, junto ao site www.compras.gov.br, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto 298/2024, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 50/2024. Modo de disputa: Aberto.

A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, iniciando em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados, apresentaram-se como proponentes as seguintes empresas:

CNPJ	EMPRESA
56.933.253/0001-72	56.933.253 MARCO ANTONIO SGODA
65.149.197/0002-51	REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINASGERAIS LTDA
42.726.388/0001-52	L DE A B DANTAS
32.850.995/0001-76	COMERCIAL TRES ACORDES LTDA
27.069.829/0001-05	DELTACRUX LTDA
55.149.591/0002-36	ALLSET TECNOLOGIA LTDA
49.950.079/0001-00	TIME SETH COMERCIO E SERVICOS LTDA
42.399.689/0001-19	B & G TEIXEIRA COMERCIAL LTDA
49.251.855/0001-84	49.251.855 MARCIA MALKO
28.482.916/0001-44	PLANEJE TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
52.593.051/0001-78	CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA
48.199.907/0001-58	P. CHELES COMERCIO E SERVICOS LTDA
23.390.187/0001-82	23.390.187 CRISTIANE APARECIDA ALVES
04.818.072/0001-00	N. TEXEIRA INFORMATICA LTDA
52.504.817/0001-09	LEGACY DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E ELETROELETRÔNICOS LTDA
13.573.964/0001-70	EMMENSA VAREJISTA DE SUPRIMENTOS E ALIMENTOS LTDA.
36.924.105/0001-84	WS INFORTEC COMÉRCIO LTDA
54.960.551/0001-26	2L RT COMERCIO E SOLUCOES LTDA
10.894.828/0003-56	VERLIN TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
85.067.502/0001-92	PROINDEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
17.055.604/0001-38	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA
10.312.101/0001-51	RA TELECOM LTDA
29.006.963/0001-84	C & P INFORMÁTICA LTDA
11.102.277/0001-41	SOLO G9 LTDA
46.845.026/0001-31	PEDRO AUGUSTO DE MATOS BOTELHO
41.979.895/0001-35	GS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA
04.151.822/0001-24	TECSOLUTI COMERCIO E SOLUCOES LTDA
52.919.696/0001-58	EGTECH SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA
09.636.384/0002-99	LINKMARKET INFORMATICA E TELECOMUNICACOES LTDA
06.187.402/0001-23	R H P COMPUTADORES LTDA

50.469.019/0001-50	50.469.019 RAPHAEL BARRETO VALLE
46.006.799/0001-24	ALTITUDO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA
19.234.111/0001-90	COMERCIAL GUTIERREZ LTDA.
14.553.228/0001-13	INFRAEASY SOLUÇÕES LTDA
48.350.098/0001-33	A5 SOLUCOES LTDA
53.070.622/0001-52	53.070.622 REGER ROBERTH BRANDAO DOS REIS
51.037.201/0001-02	MB IMPORTACAO LTDA
17.800.159/0001-93	RENOVACCIO COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA
36.395.041/0001-71	ELETRO NOW COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA
48.849.767/0001-16	BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA
34.417.570/0001-01	34.417.570 GERALDO CANDIDO
07.300.151/0001-04	AMMO INFORMATICA LTDA
36.289.988/0001-06	COMPMINAS COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
29.942.841/0001-08	FRANCIDALVA SOUZA CARDOSO
36.425.187/0001-12	K2E TECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA
53.543.817/0001-72	53.543.817 CYNTHIA LOPES SIQUEIRA DO VALE
51.243.773/0001-30	51.243.773 DANIEL ROCHA DE SOUZA
16.628.132/0001-00	LICITEC TECNOLOGIA LTDA
44.010.279/0001-60	IDEO LICITAÇÕES E COMÉRCIO
52.823.703/0001-13	NANETSHOP COMERCIO AUDIOVISUAL LTDA
38.504.819/0001-69	FRP COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
28.184.495/0001-75	W R DO CARMO INFORMATICA
49.366.143/0001-00	VINICIUS DE CASTRO LAUDINO
50.810.302/0001-01	ISAIAS DA SILVA SOLUCOES LTDA
11.420.095/0001-19	STAR NETWORKS COMERCIO ELETRO ELETRONICOS LTDA
00.489.661/0001-22	AUDIOVISAO ELETRO E CENTRAL DE PRODUTOS LTDA
50.445.599/0001-45	K2M MAQUINAS LTDA
36.113.882/0001-49	TECNOLOGIA, INFORMACAO E COMUNICACAO PARA TODOS LTDA
01.804.159/0001-21	ELETRA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA
34.931.447/0001-04	RDL COMERCIO E SERVICOS LTDA
47.034.949/0001-76	EXCLUSIVE COMERCIO LTDA
05.558.462/0001-42	W - TECH INFORMATICA LTDA
10.592.584/0002-76	CONTROLE SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
30.190.803/0001-17	BLUEPOINT COMERCIO E SERVICOS EM TI LTDA
54.065.238/0001-24	CHERUBIN COMERCIAL LTDA
45.434.285/0001-07	BEM FIX MATERIAIS ELETRICOS LTDA
46.148.186/0001-21	J. K. COMERCIO E SERVICOS LTDA
30..996.156/0001-35	S2CH INNOVATECH LTDA
14.062.718/0001-17	MELISSA VASCONCELLOS CHIATTONE NEDEL
50.116.590/0001-90	SGCORP COMERCIAL LTDA
37.165.739/0001-63	E TUDO BARATO COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA
32.477.925/0001-14	LEGOLAS SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA & PAPELARIA LTDA
57.222.097/0001-02	EXCELENCIA LICITACOES LTDA
47.054.644/0001-26	47.054.644 ITALO SANTOS SILVA
32.109.914/0001-81	BD INFORMATICA LTDA
48.411.373/0001-81	TECHX INFORMATICA LTDA
16.677.622/0001-99	ENOQUE INFORMATICA LTDA
37.486.688/0001-71	CHINA MOBILE INTERNATIONAL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.
20.953.739/0001-25	PAGNAN & BACHES LTDA
47.890.754/0001-28	CARLOS AUGUSTO SANTOS SILVA ESCOLA DE DRONES UNIPESSOAL LTDA
41.197.748/0001-03	JLS COMERCIAL LTDA
20.988.198/0001-70	MARCIA ADRIANA DE SOUSA SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
36.310.930/0001-99	Y S DIAS COMÉRCIO DE PAPELARIA
51.943.479/0001-30	51.943.479 ANDERSON LIXINSKI DALENOGARE
45.857.250/0001-80	MUNDO LICITACOES COMERCIAL E SERVICOS LTDA
37.583.132/0001-01	JOSADAC MENDES FAQUINELI
44.532.872/0001-76	GOLD LICITACAO E COBRANCA LTDA
05.256.265/0001-79	PROTEGER ELETRÔNICA E TELEFONIA LTDA
04.468.603/0001-73	ASAS TECNOLOGIA SERVICOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA
13.218.025/0001-08	OLIVEIRA & ALMEIDA INFORMATICA LTDA
36.314.871/0001-27	ATA NOBREAK SISTEMAS DE ENERGIA LTDA
28.880.531/0002-16	TR TECNOLOGIA E COMERCIO LTDA
03.983.321/0001-41	ACOMPANY COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
03.655.629/0001-68	S & K INFORMATICA LTDA
47.389.221/0001-67	NINJA PLACE LTDA
37.339.591/0001-36	PLANETEC INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA
38.179.851/0001-16	B2G COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA
37.156.400/0001-09	LICITA TOPMINAS LTDA
48.402.422/0001-10	PRODEL COMERCIO E SERVICOS LTDA
45.687.323/0001-33	L N CASTAGNARO LTDA
48.924.825/0001-29	EASYTECH SECURITY COMÉRCIO DE ELETRÔNICA LTDA
41.040.487/0001-13	SQUATTO LABS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
52.585.078/0001-19	L F COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA
49.949.246/0001-01	NOVA MIX LTDA
40.223.106/0001-79	DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA
09.630.087/0001-55	OLITHIER COMERCIO DE MATERIAIS E MERCADORIAS LTDA
13.531.571/0001-02	ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA LTDA
34.770.156/0001-73	LAPTOP COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA
33.479.392/0001-72	WERNETECH INFORMÁTICA LTDA
37.871.120/0001-74	DIGITALHOUSE LTDA
49.264.057/0001-97	T. D. A. S.
55.656.119/0001-09	CIRUTEC TECNOLOGY LTDA
43.794.816/0001-47	ARS COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA
47.675.120/0001-52	ANM NEGOCIOS LTDA
49.329.140/0001-05	GWC INDUSTRIA, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE ELETRONICOS LTDA
33.482.008/0001-90	C A INFORMATICA LTDA
46.961.564/0001-91	TODON COMERCIAL LTDA
51.238.448/0001-89	DORATEC COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA
45.853.627/0001-23	DELTA DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA

36.839.023/0001-31	CARVALHO MIRANDA EQUIPAMENTOS LTDA
50.594.004/0001-13	50.594.004 LEONARDO GIMENEZ INACIO
33.659.516/0001-00	ELETRICA DIA LTDA
57.412.144/0001-72	57.412.144 LARISSA LIMA SANTOS TRINDADE
53.278.020/0001-95	VITOR ALFREDO THOMAS LTDA
50.418.269/0001-60	ALPHA TECNOLOGIA E INOVACAO LTDA
41.836.567/0001-80	KANIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
40.050.950/0001-45	JOTA 1 SOLUCOES INTEGRADAS LTDA
25.040.889/0001-61	RIBEIRO COMÉRCIO LTDA
04.567.265/0001-27	SCORPION INFORMATICA LTDA
54.858.509/0001-07	LS ELETRICA E AUTOMACAO LTDA
51.971.490/0001-04	JR CRUZ LICITACOES LTDA
18.516.766/0001-99	G PARTNER TECNOLOGIA LTDA
24.836.039/0001-01	24.836.039 LUCAS SILVA DE OLIVEIRA
18.563.457/0001-70	TROGON COMERCIO DE INFORMATICA LTDA
47.173.020/0001-28	EUSTAQUIO GONÇALVES DE AZEVEDO 85442216615
00.528.262/0001-23	FERRALLY - COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA
27.792.194/0001-61	POLOVEI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
39.935.346/0002-06	F BORGES EQUIPAMENTOS LTDA
11.142.525/0001-88	CLEBER NASCIMENTO DA ROSA
46.580.136/0001-19	46.580.136 CRISTIANE CASTELO BRANCO COUTINHO
27.912.769/0001-32	LUGATH COMERCIO LTDA
54.335.357/0001-50	54.335.357 JACKSON APARECIDO FARIA OLIVEIRA
40.041.271/0001-00	M J DA SILVA MJS ENGENHARIA ASSESSORIA E SOLUCOES EMPRESARIAS LTDA
15.385.294/0001-94	PROJETAR TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
35.571.803/0001-80	XP COMPANY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25.027.024/0001-65	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
19.943.167/0001-14	KIVER - COMERCIO DE SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA
52.087.237/0001-55	PIRES & SANTOS COMERCIO LTDA
35.967.965/0001-32	35.967.965 DAMARIS GONÇALVES DOS REIS
46.288.624/0001-57	RF COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
56.607.352/0001-64	56.607.352 ALICE STEPHANNY SIQUEIRA GOMES
39.236.457/0001-35	JR2 COMERCIO DE VARIEDADES LTDA
48.491.661/0001-93	TATIANE MOUTINHO SOUZA DOS SANTOS 05540350731
50.958.011/0001-57	LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
52.017.064/0001-07	MASTERBIDS TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
34.238.351/0001-57	P & F IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
48.437.027/0001-72	48.437.027 EDSON LAZDENAS
02.547.377/0001-90	MARCILIO DE MIRANDA
32.005.178/0001-11	EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO LTDA
42.810.782/0001-74	MAX QUALITY COMÉRCIO LTDA
07.124.794/0002-25	A SOUZA DE OLIVEIRA DISTRIBUIDORA
26.406.260/0001-55	SEGCEL - COMERCIO E SERVICOS - LTDA
49.816.576/0001-10	LIFE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
38.732.826/0001-18	DONNOS VENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA
11.394.628/0001-35	MEIRE RODRIGUES DA SILVA
49.490.183/0001-60	T L SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA
34.009.638/0001-05	CENTRINUNS COMERCIO VAREJISTA DE COMPUTADORES LTDA
52.346.736/0001-10	52.346.736 MICKAELLE ALVES DA SILVA
28.254.793/0001-94	R3 TECNOLOGIA LTDA
31.070.939/0001-56	FORMATO DIGITAL COMERCIO E COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA

Após o término da fase de lances e tendo sido analisadas as propostas e a documentação de habilitação das empresas que ofertaram os melhores preços, e após constatar a sua conformidade pela Pregoeira, foram consideradas **HABILITADAS e VENCEDORAS do CERTAME**, como segue:

Item	Especificações técnicas	Quant.	Unid. medida	Marca/modelo	Empresa vencedora	R$ unitário	R$ total
1	HDD 2 TB externo USB com cabo, USB 3.0 e compatibilidade retroativa com portas USB 2.0.	69	UNI.	CYBERPRO - HD2513	T. D. A. S.	R$ 420,00	R$ 28.980,00
2	Pilha AAA (palito) - cartela com 02 uni.	339	Cartela com 02 uni.	ALFACELL	IDEO LICITAÇÕES E COMERCIO	R$ 2,86	R$ 969,54
3	Pilha AA - cartela com 02 uni.	349	Cartela com 02 uni.	ALFACELL	IDEO LICITAÇÕES E COMERCIO	R$ 2,00	R$ 698,00
4	Pilha/Bateria 9V.	88	UNI.	ALFACELL	IDEO LICITAÇÕES E COMERCIO	R$ 5,00	R$ 440,00
5	Fonte ATX bivolt 500 watts / 115V/230V (Bivolt automático)	179	UNI.	KNUP KP-522 179	LEGACY DISTRIBUIDORA DE INFORMÁTICA E ELETROELETRÔNICOS LTDA	R$ 91,00	R$ 16.289,00
6	Teclado USB corporativo com fio,	345	UNI.	BRIGHT 014 BASIC USB	50.469.019 RAPHAEL BARRETO VALLE	R$ 16,00	R$ 5.520,00
7	Mouse USB corporativo com fio	307	UNI.	KROSS ELEGANCE KE-M095	50.469.019 RAPHAEL BARRETO VALLE	R$ 8,00	R$ 2.456,00
8	Pasta térmica para processador ou componentes eletrônicos,	40	UNI.	IMPLASTEC	JLS COMERCIAL LTDA.	R$ 9,00	R$ 360,00
9	Cabo KVM.	74	UNI.	**ITEM FRACASSADO**			
10	Pendrive 64 GB USB 3.0,	179	UNI.	OEM WERNETECH	WERNETECH INFORMATICA LTDA.	R$ 26,00	R$ 4.654,00
11	Telefone sem fio padrão DECET 6.0 (1910 A 1920GHZ) identificação de chamadas DTMF e FSK.	83	UNI.	INTELBRAS TS3110 ID	AMMO INFORMÁTICA LTDA.	R$ 116,00	R$ 9.628,00
12	Mouse PAD corporativo, cor e padrão neutro, ergonômico com apoio de descanso de punho e base, antiderrapante.	277	UNI.	XBZ	35.967.965 DAMARIS GONÇALVES DOS REIS	R$ 7,90	R$ 2.188,30
13	Adaptador WIFI USB dupla banda, 2.44/ 5 Ghz USB 1200 Mbps.	170	UNI.	RALINK	P & F IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R$ 69,00	R$ 11.730,00
14	Placa Ethernet PCI Express 1 GB placa de rede ethernet interna,	139	UNI.	REALTECK	P & F IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R$ 25,00	R$ 3.475,00
15	Conector RJ-45 8X8 CAT5E suporte gigabit ethernet,	440	PCT COM 100 UNID.	SECCON	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 10,00	R$ 4.400,00
16	Spray limpa contato para eletrônicos e multiuso,	68	FRASCO	AUTOBELLE	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 13,00	R$ 884,00
17	Multimetro medidor digital de voltagem, corrente,	10	UNI.	FOXLUX	JLS COMERCIAL LTDA	R$ 28,00	R$ 280,00
18	Alicate Pushdown RJ45 / Telefonia.	11	UNI.	IT BLUE / LE-1824	LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R$ 26,00	R$ 286,00
19	Alicate De Crimpar - RJ11, RJ12 E RJ45 -	12	UNI.	EXBOM 2059	LICITA SHOP COMÉRCIO E	R$ 21,00	R$ 252,00

	crimpagem em telefonia e redes.				SERVIÇOS LTDA		
20	Organizador de cabos, e fios espiral, diâmetro 12 mm zip tie.	427	METRO	FIOS BRASIL	B & G TEIXEIRA COMERCIAL LTDA	R$ 3,00	R$ 1.281,00
21	Cartão de memória SDXC 128 GB. 300 MB/s V90	62	UNI.	KINGSTON	MASTERBIDS TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	R$ 73,00	R$ 4.526,00
22	Leitor de cartão de memória USB, para transferência de dados.	34	UNI.	CARD READER	MAX QUALITY COMÉRCIO LTDA	R$ 49,00	R$ 1.666,00
23	Cabo HDMI. Comprimento 3m,	94	UNI.	GRASEP D-5003/3M	OLIVEIRA E ALMEIDA	R$ 11,00	R$ 1.034,00
24	Filtro de linha, extensão alimentação: 110/220 V, Quantidade Saída: 6 Tomadas	256	UNI.	JETCON	EUSTAQUIO GONÇALVES DE AZEVEDO 85442216615	R$ 19,00	R$ 4.864,00
25	Suporte de monitor 2 gavetas, em chapa de MDF, Na Cor Black Piano	188	UNI.	SOUZA / GAV BCA 3348	B & G TEIXEIRA COMERCIAL LTDA	R$ 90,00	R$ 16.920,00
26	Suporte de mesa para altura de monitores, ajustável até 17cm, 4 Níveis de Ajuste, SuportaAté40Kg.	158	UNI.	MAXCRIL	Y S DIAS COMÉRCIO DE PAPELARIA	R$ 54,34	R$ 8.585,72
27	Cabo de áudio XLR macho / fêmea de 30 metros.	19	UNI.	STARCABLE	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 129,00	R$ 2.451,00
28	Cabo de áudio XLR macho / fêmea de 10 metros.	19	UNI.	STARCABLE	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 59,00	R$ 1.121,00
29	Cabos de áudio. P10/P10 de 30 metros.	17	UNI.	STARCABLE	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 130,00	R$ 2.210,00
30	Cabo de áudio. P10/P10 de 10 metros	14	UNI.	STARCABLE	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 59,00	R$ 826,00
31	Cabo de áudio P10/P2 de 30 metros	14	UNI.	STARCABLE	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 59,00	R$ 826,00
32	Cabo de áudio P10/P2 de 10 metros	11	UNI.	STARCABLE	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 79,00	R$ 869,00
33	Cabo de HDMI de 30 metros	12	UNI.	19BR / HDMI 30M	DORATEC COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 305,00	R$ 3.660,00
34	Cabo de HDMI de 10 metros.	22	UNI.	PIX / 018-2230	DORATEC COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 48,00	R$ 1.056,00
35	Cabo de HDMI de 2 metros	34	UNI.	PIX / 018-2222	DORATEC COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 12,00	R$ 408,00
36	Adaptador HDMI p/ VGA	28	UNI.	PFIMPORT	P & F IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R$ 11,60	R$ 324,80
37	Caixa de som. Amplificada de 15 polegadas com no mínimo 800 Watts RMS de potência de saída em 2 vias.	22	UNI.	PRO BASS WAVW 15	CLEBER NASCIMENTO DA ROSA	R$ 939,00	R$ 20.658,00
38	Ponto de acesso wirelles. indoor/outdoor, padrão 802.11AC MESH, 180 metros alcance, 2,4/5,8GHz, antena dupla, POE, interface rede 1gbit/s	58	UNI.	UBIQUITI UAP-AC-MBR	C & P INFORMÁTICA LTDA	R$ 733,00	R$ 42.514,00
39	Cabo HDMI. Cabo extensor, tipo saída HDMI tipo a macho x HDMI tipo a macho, comprimento 10m,	40	UNI.	EXBOM CBX-H100SM	LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R$ 44,90	R$ 1.796,00
40	Microfone de mão, Padrão de captação unidirecional (cardioide) para minimizar o feedback (uivo), Construção de metal durável	15	UNI.	KNUP / KP-M0001	RF COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R$ 99,00	R$ 1.485,00
41	Cabo p/ microfone. P/10 mono X - XLR fêmea 5 mts.	28	UNI.	STARCABLE	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 43,00	R$ 1.204,00
42	Microfone de lapela duplo sem fio P2 e XLR para câmera filmadora.	12	UNI.	BOYAH - BY-M1	RF COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R$ 220,00	R$ 2.640,00
43	Bateria para filmadora BP-820.	7	UNI.	BP-820	P & F IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R$ 199,00	R$ 1.393,00
44	Régua filtro de linha com 5 tomadas padrão Brasil	132	UNI.	JETCON	EUSTAQUIO GONÇALVES DE AZEVEDO 85442216615	R$ 19,00	R$ 2.508,00
45	Kit mouse e teclado. Sem fio padrão ABNT2	106	UNI.	EBAI - FZF-KM520	MASTERBIDS TECNOLOGIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	R$ 37,00	R$ 3.922,00
46	Pendrive com capacidade de armazenamento de 08 GB –	214	UNI.	KAPBOM / KA-U8	LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R$ 17,00	R$ 3.638,00
47	Pendrive com capacidade de armazenamento de 16 GB –	244	UNI.	ALTOMEX / AL-U16	LICITA SHOP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R$ 18,00	R$ 4.392,00
48	Pendrive com capacidade de armazenamento de 32 GB –	239	UNI.	KAPBON KA-U32	ELETRO NOW COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA	R$ 20,00	R$ 4.780,00
49	HUB USB 3.0 (4 portas ou mais) com 900mA de corrente, velocidade de 5 Gbps.	62	UNI.	HUB	MAX QUALITY COMÉRCIO LTDA	R$ 28,00	R$ 1.736,00
50	Leitor e gravador de CD e DVD externo USB 3.0,	10	UNI.	OEM-BRINGIT CB31005	DORATEC COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 128,60	R$ 1.286,00
51	Bateria para motherboard 3V CR2032.	86	UNI.	DA VINCI	BRUNA BEZERRA DA SILVA ELETRÔNICA	R$ 1,17	R$ 100,62
52	Telefone de mesa VOIP com display gráfico, som de alta definição HD,	37	UNI.	INTELBRAS 4201251	AMMO INFORMÁTICA LTDA.	R$ 225,00	R$ 8.325,00
53	Álcool Isopropílico.	16	LITRO	IMPLASTEC	EASYTECH SECURITY COMÉRCIO DE ELETRÔNICA LTDA	R$ 28,00	R$ 448,00
54	Fita Isolante Elétrica.	42	UNI.	LEGRAND / AG-10MAT-N	DORATEC COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA	R$ 9,10	R$ 382,20
55	Fita dupla face fixa ultra forte 19mm x 2m cor verde-escuro liso,	64	UNI.	RENDICOLLA	51.243.773 DANIEL ROCHA DE SOUZA	R$ 14,00	R$ 896,00
56	Nobreak Para Computador. 800VA	80	UNI.	ZION POWER ZPS800BA	XP COMPANY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R$ 325,00	R$ 26.000,00
57	Telefone de mesa com botões de ramais e display. Compatível com central PABX,	29	UNI.	**ITEM FRACASSADO**			
58	Fechadura Eletrônica com teclado numérico e trava eletromagnética de porta	9	UNI.	INTELBRAS CONTROLADOR DE ACESSO DIGIPROX SA 202	A SOUZA DE OLIVEIRA DISTRIBUIDORA	R$ 359,00	R$ 3.231,00
59	Kit composto com 8 câmeras interna / externa Full HD, com sensor Infravermelho.	12	UNI.	MOTOROLA MDX	PROTEGER ELETRÔNICA E TELEFONIA LTDA	R$ 1.905,75	R$ 22.869,00
60	Scanner para digitalização de documentos coloridos e monocromáticos; Ciclo de trabalho diário de no mínimo 5000 digitalizações.	12	UNI.	CANON C240	DELTACRUX LTDA.	R$ 2.099,00	R$ 25.188,00
61	Base IP com protocolo compatível com telefone sem fio HD VOIP. DECT / SIP	26	UNI.	GRANDSTREAM DP752	AMMO INFORMÁTICA LTDA.	R$ 400,00	R$ 10.400,00
62	Telefone sem fio VOIP.	53	UNI.	GRANDSTREAM DP722	AMMO INFORMÁTICA LTDA.	R$ 284,00	R$ 15.052,00
63	HDD 4 TB NAS p/ servidor. HDD Interno 3,5	15	UNI.	KNUP / KP-HD833	LEGOLAS SUPRIMENTOS DE	R$ 540,00	R$ 8.100,00

	polegadas, NAS para Servidor SATA, 7.200 RPM.				INFORMÁTICA & PAPELARIA LTDA		
64	Memória Servidor 8 GB UDIMM, DDR4.	32	UNI.	KINGSTON	L DE A B DANTAS	R$ 113,00	R$ 3.616,00
65	SWITCH 24 portas. Switch gigabit gerenciável e roteamento estático de camada 2,	12	UNI.	Hub switch TP-Link TL-SG3428	BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 1.250,00	R$ 15.000,00
66	Mesa Digital Infantil. Padrão 21.5″ com opções de telas de 10.5″ até 24″ multitoque, até 10 toques simultâneos;	3	UNI.	QUINYX / QTM-2110-ZA.4	RIBEIRO COMÉRCIO LTDA	R$ 20.295,00	R$ 60.885,00
67	Projetor: HDMI, XGA, USB, sistema de projeção: tecnologia 3 LCD de 3 CHIPS	5	UNI.	TAICON 3500	RENOVACCIO COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA	R$ 899,00	R$ 4.495,00
68	NOTEBOOK CORPORATIVO Sistema operacional instalado Microsoft Windows 11 Professional 64 bits, licenciado com ativação através da BIOS do computador.	16	UNI.	ACER A515	BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 3.740,00	R$ 59.840,00
69	HDD 4 TB NAS p/ servidor. HDD Interno 3,5 polegadas, NAS para Servidor SATA, 7.200 Rpm.	48	UNI.	WESTERN DIGITAL / WD40EFPX	T L SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA	R$ 778,00	R$ 37.344,00
70	Memória Servidor 8 GB UDIMM, DDR4.	99	UNI.	SAMSUNG M393A1G40DB0-CPB	WS INFORTEC COMÉRCIO LTDA	R$ 192,95	R$ 19.102,05
71	SWITCH 24 portas. Switch gigabit gerenciável e roteamento estático de camada 2	39	UNI.	Hub switch TP-Link TL-SG3428	BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 1.250,00	R$ 48.750,00
72	Mesa Digital Infantil. Padrão 21.5″ com opções de telas de 10.5″ até 24″ multitoque, até 10 toques simultâneos;	10	UNI.	QUINYX / QTM-2110-ZA.4	B2G COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LIMITADA	R$ 19.800,00	R$ 198.000,00
73	Projetor: HDMI, XGA, USB, sistema de projeção: tecnologia 3LCD DE 3 CHIPS	17	UNI.	TAICON 3500	RENOVACCIO COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA	R$ 899,00	R$ 15.283,00
74	NOTEBOOK CORPORATIVO Sistema operacional instalado Microsoft Windows 11 Professional 64 bits, licenciado com ativação através da BIOS do computador.	65	UNI.	ACER A515	BX DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 3.740,00	R$ 243.100,00

Conforme preconiza o artigo 165, da Lei 14.133/2021, foi concedido o prazo recursal às empresas para manifestação de intenção de recursos, e após o término do tempo estipulando, verificou-se **EXISTIR INTENÇÕES RECURSAIS**, os quais foram devidamente apreciados e julgados, sendo o resultado final conforme informado acima, para o procedimento em questão.

Campo Magro, 07 de novembro de 2024.

ELAINE PROENÇA ERDEMAN
Pregoeira
Decreto Municipal n.º 298/2024

Publicado por:
Nikely Freitas Carachenski
Código Identificador:47EE8A11

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 500/2024

DECRETO Nº 500/2024
DATA: 07/11/2024

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2024 no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.773 de 07 de novembro de 2024..

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2024, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	
06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.361.0005.2015	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1180	00101-FNDE - FUNDEB 70%	1.865.400,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1275	00102-FNDE - FUNDEB 30%	1.634.600,00
	SUBTOTAL	**3.500.000,00**
	TOTAL	**3.500.000,00**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.5.1.50.0.1	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	3.500.000,00
	TOTAL	**3.500.000,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 07 de novembro de 2024.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:761180D7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 501/2024

DECRETO Nº 501/2024
DATA: 07/11/2024

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2024 no valor de R$ 357.655,86 (trezentos e cinqüenta e sete mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.774 de 07 de novembro de 2024.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2024, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 357.655,86 (trezentos e cinqüenta e sete mil, seiscentos e cinqüenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
13	SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.003	DEPARTAMENTO DE URBANISMO E ENGENHARIA	
15.451.0003.2062	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E ENGENHARIA	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4539	00910-CONVÊNIO MIN. CIDADES 955349/2023 (Abast. Água - Cavernoso)	357.655,86
	SUBTOTAL	**357.655,86**
	TOTAL	**357.655,86**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
2.4.1.9.99.0.1.08	CONVÊNIO MIN. CIDADES 955349/2023 (ABAST. ÁGUA - CAVERNOSO) - 910	357.655,86
	TOTAL	**357.655,86**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 07 de novembro de 2024.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:A0D3082F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 502/2024

DECRETO Nº 502/2024
DATA: 07/11/2024

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município para o Exercício Financeiro de 2024 no valor de R$ 292.976,68 (Duzentos e Noventa e Dois Mil, Novecentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Oito Centavos).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal nº 1.742 de 19 de dezembro de 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Geral do Exercício Financeiro de 2024, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 292.976,68 (duzentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	

04.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
04.122.0002.2007	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SA	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
470	00000-Recursos Ordinários (Livre)	1.200,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
480	00000-Recursos Ordinários (Livre)	14.100,00
	SUBTOTAL	15.300,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)	
06.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	
12.365.0005.2017	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1459	00104-Demais Impostos Vinculados - Educação Básica - MDE	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
07	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA	
07.003	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0006.2023	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1910	00000-Recursos Ordinários (Livre)	22.817,80
1920	00002-Outros Recursos não Vinculados	5.060,00
	SUBTOTAL	27.877,80
08	SECRETARIA DE SAÚDE (FUNDO MUN. DE SAÚDE - FMS)	
08.001	DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	
10.301.0007.2025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - SS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2060	00303-ASPS - Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	1.800,00
	SUBTOTAL	1.800,00
10	SECRETARIA DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
10.002	DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
26.782.0003.2053	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3760	00505-Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	30.000,00
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
3780	00000-Recursos Ordinários (Livre)	2.814,31
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3800	00505-Royalties - Compens. Financ. Recursos Hídricos	205.000,00
	SUBTOTAL	237.814,31
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
11.002	DEPARTAMENTO DE APOIO AO PRODUTOR	
20.608.0004.2055	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO AO PRODUTOR	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
4000	01065-Royalties - Exploração de Petróleo e Gás (FEP)	2.856,68
	SUBTOTAL	2.856,68
13	SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	
13.002	DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL (FUNDO MUN. - FUAMB)	
18.541.0003.2060	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	
3.3.90.37.00.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	
4350	00000-Recursos Ordinários (Livre)	4.327,89
	SUBTOTAL	4.327,89
	TOTAL	**292.976,68**

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos pelo artigo anterior serão utilizados recursos oriundos de :

I - Anulação de Dotação;

Anulação		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
11.002	DEPARTAMENTO DE APOIO AO PRODUTOR	
20.608.0004.2055	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE APOIO AO PRODUTOR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3990	01065-Royalties - Exploração de Petróleo e Gás (FEP)	2.856,68
	SUBTOTAL	2.856,68
	TOTAL	**2.856,68**

II - Superávit do Exercício Anterior;

Fonte		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
00000	Recursos Ordinários (Livre)	38.060,00
	TOTAL	**38.060,00**

III - Excesso de Arrecadação;

Conta de receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.1.1.4.51.1.2.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - MULTAS E JUROS	12.000,00
1.9.2.2.99.0.1.01	IMPUGNAÇÕES E GLOSAS DETERMINADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ - PRINCIPAL	5.060,00
1.7.1.2.50.0.1.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	235.000,00
	TOTAL	**252.060,00**

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Candói (PR), 07 de novembro de 2024.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:15998010

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E GESTPAR COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA

TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 3.966/2024

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E GESTPAR COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói/PR, inscrito no CPF sob o nº. 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 SESP/SC, e a pessoa jurídica de direito privado denominada **GESTPAR COMERCIO DE MAQUINAS COPIADORAS E IMPRESSORAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 85.467.264/0001-02, com sede na Rua Brasil, n° 262, Bairro Oficinas, CEP 84.036-010, Ponta Grossa-PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo seu sócio administrador o Sr. AMARILDO PRINCIVAL, brasileiro, casado em regime de comunhão universal de bens, portador do CPF sob o nº 491.850.559-72, Cédula de Identidade Civil RG sob o nº 32265669 SESP-PR, residente e domiciliado na Rua Curitiba, nº 840, Olarias, Ponta Grossa-PR, CEP 84.035-030, endereço eletrônico: amarildo@gestpar.com, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

Constitui objeto deste termo aditivo, a prorrogação do prazo e valor do Contrato nº 103/2023, Pregão Eletrônico nº 067/2023 e do Processo Licitatório nº 3.127/2023. “Contratação de empresa para locação de equipamentos de impressão multifuncionais novos ou seminovos”.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 137 do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO

O presente Termo Aditivo se deu início a partir do memorando anexado aos autos do Processo administrativo nº 3.966/2024.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato previsto em sua cláusula segunda até **07 de novembro de 2025.**

CLÁUSULA QUINTA
DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prorroga-se o valor global do contrato em **R$ 88.307,04** (oitenta e oito mil, trezentos e sete reais e quatro centavos).

O atual valor do contrato que passa a viger foi corrigido conforme índice de correção INPC previsto na cláusula quarta sendo assim corrigido em **4,20%.**

As despesas das parcelas contratuais vincendas em 2024 serão pagas com os créditos orçamentários da dotação relacionada a seguir consignadas na LOA (Lei Orçamentária Anual - Lei nº 1.742, de 19 de dezembro de 2023).

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte	Secretaria
2024	0840	05.001.04.123.0002.2010	0000	3.3.90.40.00.00	E	Finanças
2024	1340	06.001.12.361.0005.2015	0000	3.3.90.40.00.00	E	Educação
2024	2090	08.001.10.301.0007.2025	0303	3.3.90.40.00.00	E	Saúde
2024	3130	09.003.08.244.0006.2042	0000	3.3.90.40.00.00	E	Assistência

CLÁUSULA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e testemunhas:

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:98ED0329

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 656/2024

PORTARIA Nº 656/2024
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, de forma reduzida atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Eduarda Bortolini	Agente de administração	01 (uma)	Cascavel PR	07 de novembro 2024	capacitação para Aplicadores da prova Paraná no NRE em cascavel
Marcia de Chechi	Auxiliar de serviços gerais	01 (uma)	Cascavel PR		
Jaqueline Rohr Grohalki Gomes	Agente Administrativo	01 (uma)	Cascavel PR		
Kelly Aparecida de Oliveira	Auxiliar de serviços gerais	01 (uma)	Cascavel PR		
Rosangela Rosemeri da R. Bermnnerdi	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Neiva Maria Pilone Felimberti	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Kelly Simone Kopper Ribeiro	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Juliana Maria B. Hanemann	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Ivonete Dal Bosco Bevilaqua	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Carla Caroline Pinto	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Carla aparecida B. Borba de Oliveira	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Madalena Zeni Perin	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Adriana Bertussi	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Neusa de Fatima das Dores	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Lidiane Zanela	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Zizela Maria Primo Dallabrida	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Denise Ionara Alfen	Professora	01 (uma)	Cascavel PR	07 de novembro 2024	capacitação para Aplicadores da prova Paraná no NRE em cascavel
Joelma aparecida Batista	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		
Analicia Queiroz Lemuni	Professora	01 (uma)	Cascavel PR		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:53AA47FD

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 662/2024

PORTARIA Nº 662/2024
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, de forma reduzida atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Valdemar Correia de Mello	Motorista	01 (uma)	Londrina PR	05 de novembro 2024	Conduzir paciente Nelson Antunes Farrapo para hospital nova vida
Andreia Aparecida de Carvalho	Tec. De enfermagem	01 (uma)	Londrina PR	05 de novembro 2024	
Israel Reis Bento	Motorista	01 (uma)	Ponta Grossa PR	05 de novembro 2024	Buscar paciente Lucas Gonçalves Guimarães de alta no hospital são Camilo
Raimundo Estevan de Medeiros	Motorista	02 (duas)	Curitiba PR	05 e 06 de novembro 2024	Conduzir pacientes Leomar chagas Xavier, Aline ribas, Thaynara Cristina Antônio e Ana Paula dos santos Martins
Andreia Aparecida de Carvalho	Tec. De enfermagem	01 (uma)	Francisco Beltrão PR	04 de novembro 2024	Conduzir paciente Jordan Henrique Sabadin argenta em consulta no hospital regional do

					sudoeste
Rodrigo antonio Dal"aqua	Motorista	01 (uma)	Realeza PR	03 de novembro 2024	Levar alunos para enem

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, Capitão Leônidas Marques, em 07 de novembro de 2024.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fany Sofia Figueroa Zeniewicz
Código Identificador:2BF25D83

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2024 PROVENIENTE DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 015/2024- PROCESSO Nº 022/2024

O MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, sito à Rua Benedito Salles, nº 1060 - Centro, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, neste ato, representado pelo Senhor Hiroshi Kubo, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 089.767.919-91 e portador da Carteira de Identidade RG 839.181-5 –SSP/ PR, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado à empresa a abaixo qualificada, nos termos da Lei Federal Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 16 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, com suas alterações; conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico nº 051/2024, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO
O Objeto do Edital, que deu origem a presente Ata é o Registro de Preços, visando a futura e eventual Aquisição de massa asfáltica CBUQ para aplicação a frio, incluso frete para entrega no Município, especificações e detalhamentos consignados no Pregão Eletrônico nº 15/2024, que juntamente com a proposta da DETENTORA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.
A empresa **IDEAL ASFALTO RAPIDO LTDA** - CNPJ Nº 47.816.435/0001-72, com sede a Rua 9 De Julho, 1987, Centro, na cidade de Mirassol, CEP 15130067, Telefone: (17)99768-5588, E-mail: idealasfalto@gmail.com, representado neste ato por seu sócio administrador Senhor Matheus Antonio Fernandes, portador da Carteira de Identidade RG nº 32861238-8 SSP/SP e CPF nº 306.867.548-08, doravante denominada DETENTORA, obriga-se a fornecer à Prefeitura Municipal de Carlópolis (PR), de acordo com as solicitações feitas pela CONTRATANTE, os itens a seguir:

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES DO ADITIVO
O reequilíbrio será concedido conforme tabela abaixo, conforme analise constante no Parecer Jurídico nº 0303/2024.

Lote	Item	Descrição	Quant.	Unid	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Valor Unit. Reequilíbrio R$	Valor Total Reequilíbrio R$	Marca
1	1	Massa asfáltica usinada para aplicação a frio sacos de 25kg	2000	Saco	R$ 15,99	R$ 31.980,00	R$ 19,85	R$ 39.700,00	A.R.U.V
Valor Total								**R$ 39.700,00**	

Memorial de itens

Lote	Item	Descrição
1	1	Massa asfáltica usinada para aplicação a frio preparada com agregados pétreos, cap. 50/70, teor de betume em aprox. 6%, modificado por polímeros e processos de mistura, não emulsionado, que passa 100% na peneira 3/8". Para aplicação a frio em manutenção de pavimentos (tapa-buracos). Pode ser estocada por até 12 meses. Capaz de ser aplicada mesmo em buracos com água, em períodos de chuva, sem a perda de sua coesão e aderência ao pavimento antigo. Dispensando pintura de ligação. Apresentação: sacos de 25kg.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PERIÓDO DE VIGÊNCIA DO REAJUSTE/ REEQUILÍBRIO
A partir do dia 07 de novembro de 2024 podendo sofrer alterações devidamente justificadas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem em vigor e aqui ratificadas as demais regras e especificações constantes na Ata de Registro de Preços 025/2024, as quais não tenham sido expressamente modificadas por este instrumento, cuja ratificação é feita pelas partes.

E assim, para firmeza e validade do que foi acordado, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai devidamente assinado pelas partes Contratantes.

Carlópolis, 07 de novembro de 2024.

HIROSHI KUBO
Contratante

IDEAL ASFALTO RAPIDO LTDA
Contratada

Publicado por:
Dirceu Rogerio de Camargo
Código Identificador:D1D51FD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2024 E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 269/2024 - REPUBLICADO.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 265/2024.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, estabelecida na Rua Paulo de Frontim, Nº 25, bairro de Vila Virgínia, na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 56.081.482/0001-06, neste ato representada por seu representante legal o Sr. Luiz Carlos Gelotti, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 4.xxx.049, e do CPF nº 290.xxx.xxx-87, residente e domiciliado a na Rua Paulo de Frontim, Nº 25, bairro de Vila Virgínia, na cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajustam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 65/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.
PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO Os produtos deverão ter registro na ANVISA. A conferência de atendimento deste quesito será efetuada no ato da entrega, e em não atendendo o solicitado, será rejeitado e cancelado o registro com a empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 6.066,20 (seis mil e sessenta e seis reais e vinte centavos).**

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	BR0439807	AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 22 G X 1", TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:PROTETOR PLÁSTICO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TAMANHO: (25X0,7)	UNIDADE	20000	SR	0,06	1.200,00
7	BR0439809	AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO: 23 G X 1", TIPO PONTA: BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO: CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TAMANHO: (25X0,6)	UNIDADE	1000	SR	0,06	60,00
9	BR0439812	AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:26 G X 1/2", TIPO PONTA:BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO: PROTETOR PLÁSTICO, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TAMANHO: (13X4,5)	UNIDADE	2000	SR	0,06	120,00
16	BR0444343	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:6 CM, GRAMATURA 1:CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	1800	ANAPOLIS	0,33	594,00
21	BR0444609	ATADURA, TIPO 1:GESSADA, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:10 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1:SECAGEM ULTRA RÁPIDA	UNIDADE	80	POLARFIX	2,00	160,00

22	BR0444613	ATADURA, TIPO 1:GESSADA, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:15 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1:SECAGEM ULTRA RÁPIDA	UNIDADE	80	POLARFIX	2,81	224,80
40	BR0269876	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, DOSAGEM: 2%, APLICAÇÃO: DEGERMANTE	FRASCO - 100ML	200	VIC PHARMA	2,80	560,00
45	-	COLETOR MATERIAL PÉRFURO- CORTANTE, INFECTANTE, MATERIAL: PAPELÃO, CAPACIDADE TOTAL: 1,5 L, ACESSÓRIOS: ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, COMPONENTES ADICIONAIS: REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNIDADE	500	FLEXPELL	2,10	1.050,00
51	BR0328077	DETERGENTE ENZIMÁTICO, COMPOSIÇÃO:A BASE DE AMILASE, PROTEASE E LIPASE.	FRASCO - 1L	100	CICLO FARMA	14,00	1.400,00
90	BR0398706	IODOPOVIDONA (PVPI), CONCENTRAÇÃO: A 10% (TEOR DE IODO 1%), FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO TÓPICA AQUOSA	FRASCO - 100ML	30	VIC PHARMA	5,78	173,40
91	BR0239063	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 10, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	CAIXA - 100UN	5	BIOMASS	23,20	116,00
93	BR0239056	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 12, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	CAIXA - 100UN	5	BIOMASS	23,20	116,00
94	BR0239065	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 15, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	CAIXA - 100UN	5	BIOMASS	23,20	116,00
95	BR0239057	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 20, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL.	CAIXA - 100UN	5	BIOMASS	23,20	116,00
118	BR0443469	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 1 ML, TIPO BICO:BICO CENTRAL LUER LOCK OU SLIP, TIPO VEDAÇÃO: ÊMBOLO DE BORRACHA, ADICIONAL:GRADUADA (ESCALA ML), NUMERADA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO:EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	500	SR	0,12	60,00
VALOR TOTAL							**6.066,20**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a entrega, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.
1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código despesa
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	303 494 1013	2141 2142 2143

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ATA, iniciando-se no dia seguinte a assinatura da mesma.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias corridos após a emissão de ordem de entrega.
PARÁGRAFO QUARTO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARAGRAFO QUINTO – LOCAL DE ENTREGA: Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Ademar Luiz Burckhardt.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:

1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado ao Agente de contratação/Pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de contratação/Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – O Agente de contratação/Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 05 de novembro de 2024.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS DIMEBRÁS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA
Moises Aparecido de Souza Luiz Carlos Gelotti
Prefeito Municipal Representante Legal
CPF: 842.xxx.xxx-68 CPF: 290.xxx.xxx-87

Ademar Luiz Burckhardt Dihoany Tochinski Bazzi Maciel
Fiscal da ata de registro de preços Gestora da ata de registro de preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 269/2024.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS,** Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Av. dos Pioneiros, Nº 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **MKTEX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA**, estabelecida a Av. Alexandre Ceranto, Nº 2556, bairro Jardim Paraíso, na cidade de Umuarama, no Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n° 52.815.695/0001-63, neste ato representada por seu representante legal a Sra. Kelly Secundo dos Santos Alves, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 9.xxx.960.x, e do CPF nº 060.xxx.xxx-08, residente e domiciliada a Av. Olinda, Nº 2806, casa 02 Bloco A, bairro Jardim Cidade Alta, na cidade de Umuarama, no Estado do Paraná, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133/21 e suas alterações subsequentes, face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, tendo sido os referidos preços ofertados pela empresa cuja proposta foi classificada ajustam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS decorrente do Edital **Pregão Eletrônico Nº 65/2024**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES.**
PARÁGRAFO SEGUNDO - O produto deverá ser de primeira qualidade e atender as quantidades e especificações constantes do Termo de Referência em anexo.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Independente da aceitação o adjudicatário garantirá a qualidade do produto.
PARÁGRAFO QUARTO – É de responsabilidade da empresa manter em dia suas obrigações junto a órgãos ambientais quanto a exigências para o regular funcionamento. O Município fica eximido de qualquer responsabilidade quanto as obrigações de responsabilidade da empresa.
PARÁGRAFO QUINTO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços, a fim de que não sejam ofertados serviços que não atendam aos níveis de qualidade almejados.
PARÁGRAFO SEXTO – Observa-se que a empresa vencedora deverá atentar-se também as disposições contidas neste edital, quanto ao prazo de entrega de documentos APÓS O PREGÃO.
PARÁGRAFO SÉTIMO – Todas as despesas de deslocamento e quaisquer outras correm exclusivamente a cargo da contratada.
PARÁGRAFO OITAVO - O registro de preços da quantidade estimada não dá direito a empresa de receber a totalidade dos serviços, lhe cabendo tão somente receber o que for entregue, mediante emissão da Ordem de fornecimento por parte da Municipalidade.
PARÁGRAFO NONO - Além de todo disposto no edital, aplicam-se ao edital e ATA as normas e demais descritivos constantes no Termo de Referência e no **edital.**
PARÁGRAFO DÉCIMO - A empresa vencedora deverá efetuar análise minuciosa de todas as informações constantes no termo de referência (ANEXO III), buscando junto ao MUNICÍPIO esclarecer toda e qualquer dúvida sobre detalhes relevantes para a correta execução dos serviços/fornecimento do material, a fim de que não sejam entregues aqueles que não atendam aos níveis de qualidade estabelecidos.

PARAGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Para dirimir quaisquer dúvidas do serviço, fica estabelecido todo o descrito no TERMO DE REFERENCIA, o qual é parte do contrato.
PARAGRAFO DÉCIMO SEGUNDO Os produtos deverão ter registro na ANVISA. A conferência de atendimento deste quesito será efetuada no ato da entrega, e em não atendendo o solicitado, será rejeitado e cancelado o registro com a empresa.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo preço de **R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).**

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇAO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	BR0444355	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1: 100% ALGODÃO, DIMENSÕES: 10 CM, GRAMATURA 1: CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	1800	JN TÊXTIL	0,43	774,00
18	R0444362	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1: 100% ALGODÃO, DIMENSÕES: 12 CM, GRAMATURA 1: CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	1800	JN TÊXTIL	0,48	864,00
19	BR0444365	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:15 CM, GRAMATURA 1:CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	1800	JN TÊXTIL	0,57	1.026,00
20	BR0444371	ATADURA, TIPO 1:CREPOM, MATERIAL 1:100% ALGODÃO, DIMENSÕES:20 CM, GRAMATURA 1:CERCA DE 13 FIOS/ CM2, EMBALAGEM:EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	1200	JN TÊXTIL	0,78	936,00
VALOR TOTAL							**3.600,00**

PARAGRAFO SEGUNDO- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em reais, limitando-se a quatro casas decimais após a vírgula, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a vigência da ATA, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista legalmente, ou de redução dos preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso seja prorrogada ata/contrato o valor poderá ser reajustado conforme vigência de preços de mercado. Caso se aplique reajuste, dentro do valor de mercado, ter-se-á como parâmetro o índice do IPCA.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado:
a) após a entrega, e mediante apresentação de nota fiscal;
b) em até 30 dias após apresentação da nota fiscal;
c) A nota fiscal deve ser enviada por e-mail para o endereço "compras@catanduvas.pr.gov.br", sempre na data em que a mesma foi emitida e com todas as informações solicitadas no pedido e/ou empenho, para que o departamento competente possa fazer a conferência e, encontrando necessidade de correção possa solicitar a mesma ou a emissão de nova nota dentro de prazo não superior a 05 (cinco) dias. E, a referida nota, deve, ainda, vir acompanhada dos seguintes documentos:
Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços.
- Certidão de Regularidade junto a Fazenda Federal;
Certidão de regularidade de Tributos Municipais;
- Certificado de Regularidade do FGTS da empresa;
d) O não envio da nota fiscal com os documentos solicitados em apenso, nos termos da letra **"c"**, implicará em não pagamento, ao tempo que isentará a fazenda pública municipal de qualquer prejuízo, dano, juros ou multa.
PARÁGRAFO SEGUNDO – O município poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, dívidas ou indenizações devidas pelo fornecedor.
1 – No caso de ocorrência de irregularidade ou inexecução parcial ou total do objeto do contrato, o pagamento do saldo remanescente ficará suspenso, até ulterior decisão, para fins do contido no PARÁGRAFO PRIMEIRO.
1.1 – O contido no item PARAGRAFO PRIMEIRO E SEGUNDO será objeto de investigação através do competente processo administrativo;
PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.
PARÁGRAFO QUARTO - Caso a empresa não tenha conta no BANCO DO BRASIL, ou ainda, NÃO TENHA EMITIDO BOLETO PARA PAGAMENTO, poderá ser descontado o valor referente à transferência bancária.
PARÁGRAFO QUINTO – A Nota Fiscal deverá conter as seguintes informações:
- Modalidade da licitação,
- Número e ano do contrato;
- Número e nome do banco;
- Número da agência;
- Número da conta corrente ou poupança;
- Valor de IRPJ a ser retido.
- Número do lote;
- Data de fabricação;
- Data de validade.

1 – Ainda, por força de Lei, deverá vir especificado na Nota Fiscal qual o valor a ser retido de IRPJ, caso a empresa se enquadre nos casos em que há incidência do Imposto.
1.1 – A não incidência da retenção de imposto somente será aceita caso a empresa tenha apresentado, para assinatura do contrato, uma das DECLARAÇÕES PARA FINS DE NÃO INCIDENCIA DE IRPJ (modelos anexos ao processo).
1.2 – O pagamento da Nota Fiscal somente será efetuado se, e quando, esta estiver contemplando todos os dados obrigatórios descritos no edital e contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será de 6% ao ano, pagos somente sobre os dias de atraso, calculado o valor devido dividido por 365 multiplicado pelos dias de atraso.
1 – Para que seja paga a compensação financeira sobre os dias de atraso a contratada deverá efetuar requerimento do mesmo.
PARÁGRAFO SÉTIMO - As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Código despesa
02.11.10.301.1300.2.033	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	303 494 1013	2141 2142 2143

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA e LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de validade da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da ATA, iniciando-se no dia seguinte a assinatura da mesma.
PARÁGRAFO SEGUNDO - A ATA poderá ser prorrogada, segundo a conveniência e o interesse da Contratante, nos termos da lei.
PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias corridos após a emissão de ordem de entrega.
PARÁGRAFO QUARTO – O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo de Registro.
PARAGRAFO QUINTO – LOCAL DE ENTREGA: Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2015.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
§ 3º A sanção prevista no inciso II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei.
§ 4º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§ 5º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:
I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
PARÁGRAFO QUARTO – A forma de aplicação das penalidades e demais atos, seguirá o descrito na lei 14.133.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - CABE ao GESTOR DO CONTRATO:
1 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
2 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
4 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5 - Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6 - Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
PARÁGRAGO SEGUNDO – CABE ao FISCAL DO CONTRATO:
1 - Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
2 - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
4 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6 - Comunicar ao gestor do contrato, por meio formal, no prazo de no mínimo 90 (noventa) dias antecedentes a data de vencimento, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
7 - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
8 - Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
9 - Fica designada para fiscalização do contrato: **Ademar Luiz Burckhardt.**

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21 e seus regulamentos e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
PARÁGRAFO SEGUNDO - São obrigações do **CONTRATANTE**:
1 - Realizar os pedidos de materiais/serviços.
2 - Efetuar os pagamentos na forma e no prazo pactuado no contrato/ata de registro de preços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, do termo de referência e do contrato/ata de registro de preços, em especial o contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, cuja responsabilidade única de seu cumprimento é do fornecedor.
3 - Disponibilizar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do objeto do presente termo de referência;
4 - Designar servidores como Fiscais do Contrato, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
5 - Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE para tratar de assuntos pertinentes à execução do objeto desse Termo de Referência;
6 - Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço objeto desse Termo de Referência, executado em desacordo com o mesmo, bem como do respectivo contrato;
7 - Proporcionar as condições necessárias ao bom andamento da entrega do objeto em questão.
8 - Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto desta contratação.
9 - Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
10 - Disponibilizar equipe responsável de servidores públicos com a finalidade de operacionalizar os benefícios para utilização do sistema e ferramentas gerenciais.
11 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PARÁGRAFO TERCEIRO - São obrigações da **CONTRATADA**:
1 - Atender ao contido na Clausula terceira, parágrafo primeiro, letra **"c"** dessa ata de registro de preços, sob total e única responsabilidade.
2 - Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;
3 - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4 - Indicar o responsável por representá-la na execução do contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderão substituí-lo, informando um contato telefônico direto deste.
5 - Executar os serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Termo de referência, bem como responsabilizar-se por todos os riscos inerentes a execução dos serviços objeto da licitação.
6 - Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município.
7 - Ser responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
8 - Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados.
9 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados Município, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução.
10 - Substituir no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação, qualquer componente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município.
11 - Comunicar por escrito ao Município qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
12 - Prestar os serviços, conforme solicitação da Secretaria competente do Município.
13 - Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor ou ressarcir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.
PARÁGRAFO QUARTO - ADICIONALMENTE, A CONTRATADA DEVERÁ:

1 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
2 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município.
3 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
4 - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do Processo Licitatório.
5 - A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **1**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
6 - É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato.
6.1 - Do mesmo modo, é expressamente proibida, veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município.
7 - O licitante vencedor ficará obrigado a refazer às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da notificação, o serviço, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO UNICO - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 92, e seguintes da Lei n.º 14.133/21.
PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
PARÁGRAFO QUARTO - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
PARÁGRAFO QUINTO - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 157 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 158 e 159 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
PARÁGRAFO SEXTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
1 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c)Indenizações e multas.
2 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 151, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado ao Agente de contratação/Pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
PARÁGRAFO QUARTO - O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de contratação/Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
PARÁGRAFO QUINTO - Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação, inclusive as manifestações de recurso e contrarrecurso, exclusivamente por meio da plataforma bll.org.br. O Agente de contratação/Pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
PARÁGRAFO SEXTO – O Agente de contratação/Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
PARÁGRAFO SÉTIMO - A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **PRÁTICA CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
b) **PRÁTICA FRAUDULENTA**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
c) **PRÁTICA COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) **PRÁTICA COERCITIVA**: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA**:
(I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

PARAGRAFO PRIMEIRO - As partes firmam o presente instrumento, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro da Comarca de CATANDUVAS, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Catanduvas – PR, 05 de novembro de 2024.

Município De Catanduvas
MOISES APARECIDO DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 842.xxx.xxx-68

Mktex Dist. De Produtos Para Saúde LTDA
KELLY SECUNDO DOS SANTOS ALVES
Representante Legal
CPF: 060.xxx.xxx-08

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Fiscal Da Ata De Registro De Preços

DIHOANY TOCHINSKI BAZZI MACIEL
Gestora Da Ata De Registro De Preços

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:F961866D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 032/2024 SÚMULA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 032/2024

SÚMULA: Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Município de Doutor Ulysses, para o exercício de 2024, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** por proposta do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL e eu, **MOISEIS BRANCO DA SILVA,** Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

"LEI"

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 424.468,98 (quatrocentos e vinte e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos), para abertura da seguinte dotação no orçamento em vigor, assim discriminado:

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0013.2040		-	Manutenção da Atenção Básica de Saúde		
Fonte	1039	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.72.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		105.241,71
3.3.71.70.00.00			RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		10.796,67
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**116.038,38**

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.122.0013.2039		-	Manutenção da Atenção Básica de Saúde		
Fonte	1039	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.72.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		158.672,15
3.3.71.70.00.00			RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		9.545,55
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**168.217,70**

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0013.2067		-	Manutenção do Serviço Móvel de Urgência e Emergência - SAMU		
Fonte	1039	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.72.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		33.476,16
3.3.71.70.00.00			RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		2.194,97
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**35.671,13**

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0013.2040		-	Manutenção da Atenção Básica de Saúde		
Fonte	494	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.72.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		67.671,22
3.3.71.70.00.00			RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		5.810,94
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**73.482,16**

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.122.0013.2039		-	Manutenção da Atenção Básica de Saúde		
Fonte	3494	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.72.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		28.154,14
3.3.71.70.00.00			RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO		2.905,47
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**31.059,61**

Artigo 2º - Constitui recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo. 1º, os recursos conforme especificados abaixo: orçamentaria abaixo; conforme artigo 43, parágrafo 1º inciso 3º da Lei 4.320/64:

I – Para dar cobertura ao Crédito Especial aberto na forma do Artigo 1º será utilizada Anulação de Dotação Orçamentaria no valor R$ 424.468,98 (quatrocentos e vinte e quatro mil quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos), a ser realizado nas seguintes Fontes de Recursos:

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.122.0013.2039		-	Manutenção da Atenção Básica de Saúde		
Fonte	1039	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.90.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		168.217,70
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**168.217,70**

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0013.2040		-	Manutenção da Atenção Básica de Saúde		
Fonte	1039	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.90.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		116.038,38
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**116.038,38**

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0013.2040		-	Manutenção da Atenção Básica de Saúde		
Fonte	494	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.90.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		73.482,16
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**73.482,16**

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.122.0013.2039		-	Manutenção da Atenção Básica de Saúde		
Fonte	3494	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.90.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		31.059,61
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**31.059,61**

Órgão	07.	-	Secretaria Municipal de Saúde		
Unidade Orçamentária	07.001	-	Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0013.2067		-	Manutenção do Serviço Móvel de Urgência e Emergência - SAMU		
Fonte	1039	-	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)		
3.3.90.39.00.00		-	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		35.671,13

TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO	**R$**	**35.671,13**

Artigo 3º - Ficam incluídas as metas físicas financeira e as ações para os Programas correspondentes contidos na Lei Diretrizes Orçamentaria para 2024 e Plano Plurianual 2022-2025

Artigo 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Prefeito aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro (07.11.2024)

MOISEIS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E96FC84F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 033/2024 SÚMULA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES, PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 033/2024

SÚMULA: Dispõe sobre autorização para Abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento do Município de Doutor Ulysses, para o exercício de 2024, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais **APROVOU** por proposta do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL e eu, **MOISEIS BRANCO DA SILVA,** Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

"LEI"

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), para abertura da seguinte dotação no orçamento em vigor, assim discriminado:

Órgão	14.000	-	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
Unidade Orçamentária	14.001	-	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
18.541.0007.1049		-	Manejo de Resíduos Sólidos		
Fonte	3000	-	Recursos Ordinários (Livres) – Exercícios Anteriores		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$	105.000,00
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**105.000,00**

Artigo 2º - Constitui recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo. 1º, os recursos conforme especificados abaixo: orçamentaria abaixo; conforme artigo 43, parágrafo 1º inciso 3º da Lei 4.320/64:

I – Para dar cobertura ao Crédito Especial aberto na forma do Artigo 1º será utilizada Anulação de Dotação Orçamentaria no valor R$ R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), a ser realizado nas seguintes Fontes de Recursos:

Órgão	14.000	-	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
Unidade Orçamentária	14.001	-	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
18.541.0007.2056		-	Educação Ambiental		
Fonte	3000	-	Recursos Ordinários (Livres) – Exercícios Anteriores		
3.3.90.39.00.00		-	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R$	59.750,00
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**59.750,00**

Órgão	14.000	-	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
Unidade Orçamentária	14.001	-	Secretaria Municipal de Meio Ambiente		
18.541.0007.1013		-	Educação Ambiental		
Fonte	3000	-	Recursos Ordinários (Livres) – Exercícios Anteriores		
4.4.90.52.00.00		-	Equipamentos e Material Permanente	R$	45.250,00
TOTAL DA ABERTURA DO ORGÃO				**R$**	**45.250,00**

Artigo 3º - Ficam incluídas as metas físicas financeira e as ações para os Programas correspondentes contidos na Lei Diretrizes Orçamentaria para 2024 e Plano Plurianual 2022-2025.

Artigo 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Prefeito aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (07.11.2024)

MOISEIS BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:B925BB2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 15/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2024 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 15/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2024 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Eu **Nelson Aloisio Kunsler**, Presidente da Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal 14.133/2021 e Resolução n° 12/2023,
TORNO PÚBLICO
Para conhecimento de todos interessados que fica **AJUDICADA e HOMOLOGADA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2024 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, da(s) empresa(s) abaixo:
OBJETO: **Registro de preços visando o fornecimento de coffee break, destinado a atender eventos, cerimônias, cursos e reuniões oficiais promovidos pela Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul, conforme a demanda ao longo do período de vigência da contratação.**
EMPRESA: **ROSTIROLLA E CIA LTDA CNPJ nº 24.010.062/0001-42**

LOTE 01						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Preço Unitário**	**Qtde**	**Valor Total**
1.	Bolo tipo caseiro sabor chocolate em formato retangular com cobertura tamanho mínimo 30x20cm	própria	Unidade	R$30,00	24	R$ 720,00
2.	Dúzia de mini salgadinhos fritos (ex: coxinha, bolinha de queijo, risolis, pastelzinho, esfira e outros) e mini assados (esfira, pão de queijo)	própria	Dúzia	R$ 12,00	195	R$ 2.340,00
3.	Duzia de Mini sanduiches com pão bisnaga, recheio de presunto e queijo ou Patê de Frango.	própria	Dúzia	R$ 22,00	48	R$ 1.056,00
4.	Refrigerante, contendo 02 litros	Coca cola	Unidade	R$ 13,00	48	R$ 624,00
5.	Suco de Caixa contendo um litro de sabores variados.	Del Valle	Unidade	R$ 10,00	50	R$ 500,00
Valor total do Lote					R$ 5.240,00	

a) Data da Homologação e Adjudicação: 06 de novembro de 2024
b) Valor Total: R$ 5.240,00 (cinco mil duzentos e quarenta reais).
c) Vigência: de 07/11/2024 à 06/11/2024.

Flor da Serra do Sul/PR, 06 de novembro de 2024.

NELSON ALOISIO KUNSLER
Presidente

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:D3513CAA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 16/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2024 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 16/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2024 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Eu **Nelson Aloisio Kunsler**, Presidente da Câmara de Vereadores de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal 14.133/2021 e Resolução n° 12/2023,
TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que fica **AJUDICADA e HOMOLOGADA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2024, da(s) empresa(s) abaixo:
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FORNECIMENTO DE ARRANJOS, FLORES, E ITENS DE JARDINAGEM PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL.

EMPRESA: ADIRLEIA FATIMA PAZOLINI LEITE 047185099-39 CNPJ nº 19.622.003/0001-95						
Item	**Descrição**	**Marca**	**Unidade**	**Preço Estimado Unitário**	**Qtde**	**Valor Estimado Total**
1.	Adubo Orgânico, saca de 20 kg, com entrega na Câmara de Vereadores	Fertilizare	Saca	R$ 58,00	03	R$ 174,00
2.	Arranjos de mesa natural de tamanho médio, com flores do campo e folhas e mosquitinhos, bem preenchido. As cores das flores serão solicitadas na Ordem de Fornecimento, e o Arranjo deverá ser entregue no dia e Horário (que constará na ordem de Fornecimento) na Câmara de Vereadores.	Natural	Unidade	R$ 175,00	12	R$ 2.100,00
3.	Carbentina Alta com um vaso grande crisântemo natural com faixa homenagem com letreiro contendo entre 25 e 30 letras. Para este item, será feito solicitação de entrega imediata, na Câmara de Vereadores	Natural	Unidade	R$ 160,00	06	R$ 960,00
4.	Casca de pinus, média, saco com 5 kg, com entrega na Câmara de Vereadores	Fertilizare	Saca	R$ 44,90	10	R$ 449,00
5.	Limitador/separador de grama, 10 cm, com entrega na Câmara de Vereadores		Metro	R$ 5,50	30	R$ 165,00
6.	Orquídea Natural pote 12 com duas hastes de Flores com embrulho e laço. (cor a escolha na aquisição), com entrega na Câmara de Vereadores	Natural	Unidade	R$ 99,90	10	R$ 999,00
7.	Pedra mármore branca tamanho 00, saca com 20 kg, com entrega na Câmara de Vereadores.	Itabella	Saca	R$ 57,90	10	R$ 579,00
Valor total estimado.....						R$ 5.426,00

a) Data da Homologação e Adjudicação: 06 de novembro de 2024
b) Valor Total: R$ 5.426,00 (cinco mil quatrocentos e vinte e seis reais).
c) Vigência: de 07/11/2024 à 06/11/2025.

Flor da Serra do Sul/PR, 06 de novembro de 2024.

NELSON ALOISIO KUNSLER
Presidente

Publicado por:
Francieli Regina Caus
Código Identificador:6E224B45

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2024 LEI ALDIR BLANC

EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS (APOIO DIRETO A PROJETOS)
EDITAL DECHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024
FLOR DA SERRA DO SUL- PARANÁ
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, populaçãodo Município de Flor da Serra do Sul – Paraná.
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

1.POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do estado do Paraná.
Deste modo, oDepartamento de Cultura de Flor da serra do Sultorna público o presente edital elaborado com base naLei nº 14.399/2022(Lei PNAB), noDecreto nº 11.740/2023(Decreto PNAB), noDecreto nº 11.453/2023(Decreto de Fomento) e naInstrução Normativa MINC nº 10/2023(IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

2.INFORMAÇÕES GERAIS
2.1Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais deFlor da Serra do Sul-PR.

2.2Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados**2projetos.**
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3Valor total do edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste edital é de**R$52.369,29**
Sobre o valor total repassado pelomunicípio de Flor da serra do Sulao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

2.4Prazo de inscrição
Do dia**08/11/2024**até o dia**12/11/2024**.

2.5Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua no estado do Paraná.

Agente Culturalé toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.
O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

2.6 Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção!O agente cultural queintegrar o Conselhode Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção!Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção!A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital
Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo**1 (um)**projetoe poderá ser contemplado com nomáximo1 (um projeto).

3ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
●**Inscrições –**etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais.
●**Seleção –**etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos**.**
●**Resultado-**O resultado dos projetos aprovados será divulgado dia**14/11/2024.**
●**Recurso –**O recurso deverá ser apresentado do dia 14/11/2024 ao dia 18/11/2024 até as 15h00**.**
●**Publicação do Resultado dos Recursos, publicação do resultado final de seleção econvocaçãopara apresentar documentos de habilitação(** item 9.1)até as 17h00 do dia 18/11/2024.
●**Habilitação –**etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior deverão apresentar os documentos de habilitação, do dia**19/11/2024até o dia 21/11/2024.**
●**Publicação do resultadoda Habilitação –no dia 22/11/2024 até as 17h00.**
●**Prazo de Recurso do resultado de Habilitação – 26/11/2024.**
●**Publicação do resultado dos recursos e publicação do resultado final da Habilitação 27/11/2024.**
●**Assinatura do Termo de Execução Cultural**– etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4INSCRIÇÕES
O agente cultural deve encaminhar por meio de física ou email:cultura@fssul.pr.gov.bra seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
c) Documentos pessoais do proponente CPF e RG
d) Comprovante de Residência

Atenção!O agente culturalé responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção!A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

5COTAS
5.1Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas no edital para:
a)pessoas negras (pretas e pardas);
b)pessoas indígenas;
c)pessoas com deficiência.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

5.2Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

5.5Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e

IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração.

6COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
6.1Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentandoo Departamento de Cultura deFlor da serra do Sul- PR de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados nas seguintes datas:
- 01/12/2024: ApresentaçãoAPRESENTAÇÕES NATALINAS.
- 20/12/2024: ApresentaçãoFESTIVAL MUSICAL.

6.3Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção!O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

6.4Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

7ETAPA DE SELEÇÃO
7.1Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos.Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão: Servidores da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal Cultura, Esportes e Turismo.
Susana Cleri Machado, Flavio Xavier e Silmar Pedro Magro.

7.2Quem não podeanalisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo:tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção!Os parentes de que trata o item III são:pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

7.4Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.
7.6Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial doMunicípio de Flor da serra do Sul.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissãoque deve ser apresentado por meio de recurso escritoatravés do e mail:cultura@fssul.pr.gov.br,no prazo de**3 dias**, conforme incisoIII do Art. 9º da Lei Nº 14.903/2024 acontar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgadonosite do Município: https://fssul.pr.gov.br/.

8REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra categoria de maior pontuação geral.

9.ETAPA DE HABILITAÇÃO
9.1Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de**2 dias**após a publicação do resultado final de seleção, pore-mailos seguintes documentos:
Se o agente cultural for**pessoa física**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção!A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o agente cultural for**pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Divida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

Se o agente cultural for**grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, em nome do representante do grupo
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.

As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referencia expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração publica.

Atenção!Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.
9.2Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Comissãoque deve ser apresentado por meio de recurso escritoatravés do e-mail:cultura@fssul.pr.gov.brno prazo deaté**3 dias**a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nosite do Município: https://fssul.pr.gov.br.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
10.1Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e peloDepartamento de Cultura deFlor da serra do Sul- PRcontendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2Recebimento dos recursosfinanceiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único.
Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.

11DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Flor da Serra do Sul , de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

12MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
12.1Monitoramento e avaliação realizados peloDepartamento de Cultura.
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

12.2Como o agente cultural presta contas aoDepartamento de Cultura.
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até**28/02/2025.**
O Relatório de Execução Financeira será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção!Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site**http://fssul.pr.gov.br/**
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos as publicaçõesno site oficial do município e nas mídias sociais oficiais.

13.3Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo46 3565-1132.
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo deFlor da Serra do Sul–PR.

13.4Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até6mesesapósa publicação do resultado final.

13.5Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias;
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Critérios de seleção;
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo VI - Declaração étnico-racial.

Flor da Serra do Sul –PR 07 de novembro 2024.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I – CATEGORIAS

1.RECURSOS DO EDITAL
O presente edital possui valor total de**R$52.369,29**(cinquenta e dois mil e trezentos esessenta e nove reais e vinte e nove centavos)distribuídos da seguinte forma:
a) Até**R$32.000,00**(trinta e dois mil reais)para**CATEGORIA01 – FESTIVALMUSICAL.**
b) Até**R$ 20.269,29**(vinte mil e duzentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos) para**CATEGORIA 02 –APRESENTAÇÕES NATALINAS.**
2.DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS
Categoria 01 – FESTIVAL MUSICAL:

O presente edital tem como objetivo selecionar e apoiar a realização de um festival de música, abrangendo todas as etapas necessárias para a sua plena execução. O festival visa promover a cultura musical, incentivar novos talentos e proporcionar ao público uma experiência artística de alta qualidade.O festival deverá ocorrer nas datas informadas pelo Município no ano de 2024.
Este edital contemplará o financiamento para as seguintes áreas:
1.Espaço: Local onde o festival será realizado, garantindo um ambiente adequado e seguro para as apresentações e para o público.
2.Segurança: Contratação de serviços de segurança para garantir a integridade dos participantes, artistas e público durante todo o evento.
3.Contratação de Bandas e Artistas: Apoio para a contratação de bandas e artistas que se apresentarão no festival, com o objetivo de proporcionar uma diversidade de estilos e promover a valorização da música local e nacional.Os custos com licença de execução pública musical (ECAD) são de responsabilidade do proponente contratado.
4.Infraestrutura de Som e Luz: Financiamento para a instalação de sistemas de som e iluminação de alta qualidade, essenciais para criar uma atmosfera profissional e garantir que as performances sejam apreciadas em sua melhor forma.
5.Premiações e Troféus: Apoio para a criação e entrega de prêmios e troféus aos participantes do festival, reconhecendo e valorizando os talentos musicais que se destacarem.
6.Transmissão por Vídeo: Financiamento para a produção e transmissão do festival por vídeo, ampliando o alcance do evento e permitindo que um público maior, inclusive remoto, possa acompanhar as apresentações e o conteúdo do festival.
Este edital visa, portanto, fomentar a realização de um festival de música que seja um marco na promoção cultural, oferecendo suporte completo para todas as etapas de produção e execução. A iniciativa busca, ainda, fortalecer a cena musical, promover a diversidade cultural e proporcionar uma experiência memorável para todos os envolvidos.

CATEGORIA 02 – APRESENTAÇÕES NATALINAS.
Tem como objetivo a realização de apresentações natalinas, sendo elas o teatro natalino e o personagem Papai Noel, promovendo o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas com a vivência sobre a temática natalina como meio de promoção do desenvolvimento social, ofertando a todos os públicos momentos que resgatem o real significado do Natal, proporcionando um mundo melhor onde a tolerância, o amor, a paz e o respeito ao ser humano sejam uma constante busca.

1.Equipe completa para a organização e apresentação do evento, cenário e figurinos para a apresentação teatral natalina, contendo 16 a 20 integrantes no espetáculo com duração de 70 a 75 minutos.
2.Palco: Estrutura de palco adequada para a realização das apresentações teatrais, proporcionando visibilidade e segurança para todos.
3.Som: Equipamentos de sonorização de alta qualidade para garantir a clareza e o impacto sonoro durante as apresentações do evento.
4.Painel de Led: Instalação de painéis de LED para exibição das apresentações, garantindo uma visibilidade maior a todo publico.
5.Organização de cenário e apresentação com o personagem Papai Noel acompanhado de duas ajudantes.

3.DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES:

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA 01 FESTIVAL MUSICAL	1	1	1	1	1	R$32.000,00	R$ 32.000,00
CATEGORIA02 APRESENTAÇÕES NATALINAS	1	1	1	1	1	R$ 20.269,29	R$ 20.269,29

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)
1.DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Mini Currículo ou Mini portfólio:(Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
() Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
() Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual

Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não

Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
() Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?

( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Perfil do público a ser atingido pelo projeto(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
LGBTQIAPN+
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra __

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado(Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( )Apoio financeiro municipal
( )Apoio financeiro estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal
( )Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( )Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( )Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc)utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXOIII
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo,coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de formaevidenteos resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural doMunicípio de Flor da Serra do Sul-**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura doMunicípio de Flor da Serra do Sul.	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execuçãonas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada,para fins de avaliação,a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgaçãono Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerada,para fins de análise,a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		70

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino	5
I	Agentes culturais negros e indígenas	5
J	Agentes culturais com deficiência	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		15 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
K	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
L	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		15 PONTOS

·A pontuação final de cada candidatura seráPOR MÉDIA DAS NOTAS ATRIBUÍDAS INDIVIDUALMENTE POR CADA MEMBRO.
●Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatóriosde modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
●Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, respectivamente.
●Serão desclassificados os projetos que:
I - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
●A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO**EDITAL nº 01/2024**,NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 OMUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL/PR, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, Senhora LIANE DAMOe o(a) AGENTE CULTURAL, _____, portador(a) do RG nº _____, expedida em_____, CPF nº _____, residente _____, CEP: _____, telefones: _____, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural _____, contemplado no conforme processo administrativo nº _____.
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do DEPARTAMENTO DE CULTURA:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao Departamento de Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto,**até30/12/2024**;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo Departamento de Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural, no prazo de até 120 dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 120 dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do Município de Renascença.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III -denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV -rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O Departamento de Culturarealizará o monitoramento das ações por meio de comissão, por envio de relatórios, entre outras medidas.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado porigual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site oficial do Município de Flor da Serra do Sul.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Marmeleiropara dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo órgão:
[NOME DO REPRESENTANTE]

Pelo Agente Cultural:
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V

RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobreeventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

Metas integralmente cumpridas:

• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):

• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)

• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou algum produto?

Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.

( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME
ASSINATURA DO DECLARANTE

Publicado por:
Kellen Maria Vargas da Silva
Código Identificador:57281843

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

Por meio desta, a Prefeitura Municipal de Flórida**,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de insumos e produtos agrícolas para atendimento da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Cavadeira	UNID	5		
2	Facão com cabo	UNID	10		
3	Marreta com cabo	UNID	5		
4	Martelo	UNID	10		

5	Trena 5m	UNID	10		
6	Trena 8m	UNID	10		
7	Trena 50m	UNID	10		
8	Alicate	UNID	10		
9	Lima para enxada	UNID	15		
10	Lima para motoserra	UNID	15		
11	Lápis carpinteiro	UNID	25		
12	Chaveta quebra dedo	UNID	35		
13	Broca de aço	UNID	15		
14	Broca para concreto	UNID	35		
15	Nível de alumínio	UNID	10		
16	Cunha	UNID	40		
17	Cabo para enxada	UNID	30		
18	Luva látex	UNID	100		
19	Luva Malha	UNID	100		
20	Luva vaqueta	UNID	100		
21	Fio de Nylon para cortador de grama	UNID	15		
22	Formicida	UNID	50		
23	Chapéu	UNID	60		
24	Tesoura de poda	UNID	5		
25	Regador	UNID	3		
26	Martelete	UNID	2		
27	Arco de serra	UNID	10		
28	Serrote	UNID	10		
29	Corrente para motosserra	UNID	10		
30	Pá quadrada	UNID	10		
31	Mascara descartável com válvula	UNID	100		
32	Bomba costal	UNID	3		
33	Pulverizador	UNID	3		
34	Arame liso ovalado 15/17 1000 mt	UNID	6		

Condições de entrega: Os produtos deverão ser fornecidos de acordo com as especificações do Estudo Técnico Preliminar, em até 10 (dez) dias após a emissão da Nota de Autorização de Despesa (NAD).

Condições de pagamento: O pagamento será feito em até 30 dias após a emissão da nota fiscal com o carimbo de recebimento.

Documentos exigidos para a contratação

São exigidos quanto à habilitação jurídica:
a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
São exigidos quanto à regularidade fiscal e trabalhista:
a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
d) Apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade.

A manifestação de interesse poderá ser exteriorizada por meio de proposta apresentada, com julgamento por **MENOR PREÇO**, que deverá ser encaminhada **DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO ABAIXO**, para o e- mail licitacao@florida.pr.gov.br, bem como eventuais dúvidas a respeito do serviço a ser contratado poderão ser enviadas para o mesmo e-mail ou pelo telefone (44) 3136-0200.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA POR E-MAIL
INICIO: às 00h:00min - 08 de novembro de 2024.
FIM: às 23h:59min – 13 de novembro de 2024.

Link para obtenção do Estudo Técnico Preliminar: https://florida.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368mib0

Flórida, 04 de novembro de 2024.

REGINALDO SEVERINO DE ANDRADE
Secretário de Obras, Viação e Urbanismo

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:AA9CEB68

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

ACAMSOP
RESOLUÇÃO 12

ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS
SUDOESTE DO PARANÁ
CNPJ 81.266.306/0001-96
RESOLUÇÃO Nº. 012/2024 DE 02 DE OUTUBRO DE 2024

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL, CONFORME DISPOSITIVO DA RESOLUÇÃO Nº 001/2020 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ – ACAMSOP, usando de suas atribuições legais e estatutárias, RESOLVE:
Art. 1º - Conceder reoisição salarial aos servidores em virtude que no período de 2021 a 2023, não foram reajustados os vencimentos do servidores, conforme o §4°, no artigo 6º da Resolução nº 001/2020, sendo para o ano de 2022 5,93% e para o ano de 2023 3,71%
Art. 2º - A nova tabelas de cargos e vencimentos fica assim constiuida e os demais artigos permanecem os mesmos.
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DA PRESIDÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ - ACAMSOP, EM 02 DE OUTUBRO DE 2024.

MIGUEL MUNIZ DA SILVA:00399505903
Assinado de forma digital por MIGUEL MUNIZ DA SILVA:00399505903
Dados:2024.10.2112:28:58-03'00'

MIGUEL MUNIZ DA SILVA
Presidente em Exercicio

ANEXO II

TABELA CARGOS E VENCIMENTOS

CARGO	QTD	SIMBOLO	VENCIMENTO ATÉ	CH/ S	GRAU DE INSTRUÇÃO MÍNIMO	FORMA DE CONTRATAÇÃO
Diretor de Administração e Finanças	1	DAF	R$ 4.943,70	30H S	Possuir experiência administrativa/ financeira e habilitação competente para o Cargo	Livre contratação e exoneração/de missão pelo Presidente
Secretária	1	SE	R$ 1.977,48	40H S	Possuir experiência como secretária executiva, assistente administrativo ou em função semelhante. Possuir habilidades organizacionais e capacidade de gerenciar múltiplas tarefas. Possuir habilidades de comunicação verbal e escrita. Discrição e capacidade de lidar com informações confidenciais de forma sensata. Atitude proativa e capacidade de trabalhar de forma independente e em equipe.	Livre contratação e exoneração/demis são pelo Presidente
Aux. Administrativo	1	AA	R$ 1.977,48	40H S	Estar cursando graduação em Administração ou Contabilidade ouDireito	Teste Seletivo e/ou terceirização através de procedimento licitatório/Termo de Convênio para contratação de pessoa jurídica especializada no sistema de estágio
Aux. Administrativo	2	AAE	R$ 1.090,00	20H S	Estar cursando graduação em Administração ou Contabilidade ouDireito	Teste Seletivo e/ou terceirização através de procedimento licitatório/Termo de Convênio para contratação de pessoa jurídica especializada no sistema de estágio
Aux. De Serviços Gerais	1	AG	R$ 1.800,00	20H S	Ensino Fundamental	Teste Seletivo e/ou terceirização através de procedimento licitatório para contratação de pessoa jurídica especializada
Assessoria Contábil	1	AC	R$ 1.098,60	Conf . contrato	Graduação em Contabilidade com inscrição no CRC	Contratação através de procedimento licitatório
Assessoria de Imprensa	1	AI	R$ 1.829,00	Conf . Contrato	Possuir experiênciaem marketing, publicidade, propaganda, jornalismo, relações públicas e habilitação competente para o cargo	Livre contratação e exoneração/demis são pelo Presidente ou contratação através de procedimento licitatório
Assessoria Jurídica	1	AJ	R$ 3.500,00	Conf . contrato	Graduação em Direito cominscrição na OAB	Contratação através de procedimento licitatório

Publicado por:
Mateus Scheitt
Código Identificador:33CFCE19

ASSESSORIA LEGISLATIVA
DECRETO MUNICIPAL N.º 484 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

DECRETO MUNICIPAL N.º 484 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente para o mandato 2024/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o art. 137 da Lei Municipal n.º 3141 de 2004,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal De Meio Ambiente, que trata o Art. 3º da Lei Municipal nº 3.338/2007, de 07 de maio de 2007, para o mandato 2024/2026:

ENTIDADE	TIT/SUP	NOME
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal;	TIT	Ana Paula Nesi Tortelli
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal;	SUP	Vilmar Rigo
Secretaria Municipal de Administração	TIT	Marcos Ronaldo Koerich
Secretaria Municipal de Administração	SUP	Alessandra Schneider

Secretaria Municipal de Planejamento	TIT	Alexandre Pirih Pecóits
Secretaria Municipal de Planejamento	SUP	Ana Carolina Carboni
Secretaria Municipal de Agricultura	TIT	Claudimar Isidoro de Carli
Secretaria Municipal de Agricultura	SUP	Zenita Miranda
Secretaria Municipal de Saúde	TIT	Maiara Fausto Luzitani
Secretaria Municipal de Saúde	SUP	Arnaldo Rafael Donatti
Secretaria Municipal de Educação	TIT	Silvana Antunes
Secretaria Municipal de Educação	SUP	Suelen Aparecida Felicetti
Secretaria Municipal de Viação e Obras	TIT	José Claudimar Borges
Secretaria Municipal de Viação e Obras	SUP	Ilson Moreira
Entidades não governamentais	TIT	Hermes Ducatti
Entidades não governamentais	SUP	Davi Nesi
ACEFB - Associação Comercial e Empresarial de Francisco Beltrão	TIT	Jean Zanella
ACEFB - Associação Comercial e Empresarial de Francisco Beltrão	SUP	Mariane Zilli Molin
IAT - Instituto Água e Terra	TIT	Silvan Marchesan
IAT - Instituto Água e Terra	SUP	Fabricio Citadin Nezi
IDR - Instituto de Desenvolvimento	TIT	Varlei Toller
IDR - Instituto de Desenvolvimento	SUP	Claudimir Masieiro
SANEPAR	TIT	Vanderlei Niendicker
SANEPAR	SUP	Valdir Dalsente
Associações de Moradores de Francisco Beltrão	TIT	Maria Terezinha Marques
Associações de Moradores de Francisco Beltrão	SUP	Nelson Neves da Silva
do IPPUB - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	TIT	Rafael DalZotto
do IPPUB - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	SUP	Maria Fernanda Miranda Pezente

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 06 de novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:D810A76C

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 015/2024
PROCESSO Nº 094/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de criação e confecção de Título de Cidadão Honorário (a) ou Vulto Emérito a serem entregues em sessão solene da Câmara Municipal de Francisco Beltrão – Estado do Paraná

Em cumprimento ao disposto no art. 17, inciso VII da Lei 14.133, de 1ª de abril de 2021, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando o vencedor por critério menor preço por item:

Empresa Contratada: **JOSE BORSALLI**
CNPJ: 21.132.593/0001-10

ITEM	CODIGO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA NOME/ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/ SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	907	21504	Título de Cidadão Honorário ou Vulto Emérito do Município de Francisco Beltrão - PR. Com entrega parcelada, conforme necessidade solicitado pela câmara. cor preto, em couro ecológico, cor padrão, com medidas de 32cm de largura por 43cm de altura, acabamentos com fitas horizontais nos 4(quatro) cantos internos para fixação do título condizente com o conjunto. Em pele pergaminho vegetal. Com arte gravada artesanalmente em baixo relevo com temperatura controlada. Texto em letras góticas e cursivas de acordo à modelo ilustrativo anexo, contendo todas as informações solicitadas pela Câmara. Colorido, com cores a serem indicadas e aprovadas pela Câmara. Condicionado em caixa de proteção, cor preto, em couro ecológico, com fita nas cores da bandeira do município a direita no sentido vertical da caixa, 15mm de largura por 50cm de comprimento na parte frontal. contendo lente sobreposta. Sobre as fitas medalha de alto relevo com brasão do município, com 3,5cm e centro medindo 2,5cm de diâmetro com lente sobreposta.	20	R$ 1.570,00	R$ 31.400,00

Valor gasto na Dispensa Eletrônica nº. 015/2024, Processo nº. 094/2024 é de R$ 31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos reais).

Homologo a presente licitação.

Francisco Beltrão, em 07 de novembro de 2024.

IVANIR PAULO PROLO
Presidente

Publicado por:
Felipe Mello
Código Identificador:7DA27D85

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 02:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa FRIGERI & LAUFER LTDA.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 09/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de prorrogação de prazo do contrato, conforme Processo Administrativo nº 29.676/2024.
ADITIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 09 de janeiro de 2026, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário R$	Valor total R$
001	5	90121	Transporte Escolar por Perua ou similar, com no mínimo 09 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Rio Macaco, Posto Ceni, Antena do Divisor, Linha Korb e Linha dos Gerrmaninho para Jacutinga, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 135 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	29.835,00	4,60	137.241,00

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:5DB3211A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 02:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa BRUNA SOARES DO AMARAL – TRANSPORTES.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 7/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de prorrogação de prazo do contrato, conforme Processo Administrativo nº 29.676/2024.
ADITIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 09 de janeiro de 2026, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor total R$
001	8	90124	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 26 lugares, em estrada de chão, no horário do meio dia, para alunos matriculados na Rede Estadual Pública de Ensino, das localidades de Rio Quibebe, Água Branca e São Cristóvão para Francisco Beltrão, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 70 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	15.470,00	4,78	73.946,60

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:D7E422E0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 02:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa LAUFFER COMERCIO DE EMBUTIDOS LTDA.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 12/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de prorrogação de prazo do contrato, conforme Processo Administrativo nº 29.676/2024.
ADITIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 09 de janeiro de 2026, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário R$	Valor total R$
001	7	90123	Transporte Escolar por Perua ou Similar, com no mínimo 15 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Gruta do Jacutinga, Santo Isidoro, Morro Seco, Frutas Nava, Gralha Azul, Linha Freire e Posto Ceni, para o Jacutinga, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 160 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	35.360,00	4,38	154.876,80

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:A36BE250

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 02:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa PRESTADORA DE SERVICOS FRIZZO LTDA.

ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 13/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de prorrogação de prazo do contrato, conforme Processo Administrativo nº 29.676/2024.
Prevalece sobre este contrato ordem judicial para a suspensão da sua execução a partir de 03/05/2024, conforme comunicado constante do ofício nº 6.762/2024, em decorrência de decisão judicial relativa ao Mandado de Segurança sob o nº 0001249-70.2024.8.16.0083.
ADITIVO: Com fundamento no art. 57, § 1º, inc. II e art. 79, § 5º, da Lei nº 8.666/93, fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 09 de janeiro de 2026, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário R$	Valor Total R$
001	3	90119	Transporte Escolar por Ônibus, com no mínimo 47 lugares, em estrada de chão, no período matutino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Menino Jesus, Santa Rosa, Sadia e Pinheirinho para Escolas, Colégios e APAE de Francisco Beltrão, pelo período de 12 (doze) meses totalizando 90 km diários **totalizando aproximadamente 90 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.**	KM	19.980,00	5,75	114.885,00

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:02221C7F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 03:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa D E G DOS SANTOS – TRANSPORTES.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 08/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de prorrogação de prazo do contrato, conforme Processo Administrativo nº 29.676/2024.
ADITIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 09 de janeiro de 2026, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário R$	Valor Total R$
001	1	90117	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 25 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Vila Rural Água Viva, Menino Jesus e Rio do Mato para Nova Concórdia, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 120 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	26.520,00	7,55	160.180,80

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:92075D4D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 03:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa LAERTES RICARDO SARTOR & CIA LTDA.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 11/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de prorrogação de prazo do contrato, conforme Processo Administrativo nº 29.676/2024.
ADITIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 09 de janeiro de 2026, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário R$	Valor total R$
001	2	90118	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 25 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Linha Liston, Linha Cerne, Divisa do Verê, Rio do Mato, Guanabarra, Alto Verê/Sanga Funda e Linha Perdoncini para Nova Concórdia, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 130 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	28.730,00	6,96	199.960,80

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:101FBE26

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 04:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa SERGIO PRECZESKI – TRANSPORTE.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 14/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de prorrogação de prazo do contrato, conforme Processo Administrativo nº 29.676/2024.
ADITIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 09 de janeiro de 2026, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Un	Quantidade	Valor unitário R$	Valor Total R$
001	6	90122	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 16 lugares, em estrada de chão, com no mínimo 15 (quinze) lugares, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Linha São Roque e Fábrica Alcast para Secção Jacaré, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando 135 km diários, **totalizando aproximadamente 135 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.**	KM	26.851,50	6,92	105.526,40

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:ECED4403

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 05:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa JANIR CONCEIÇÃO DA SILVA – TRANSPORTE.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 10/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de prorrogação de prazo do contrato, conforme Processo Administrativo nº 29.676/2024.
ADITIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 09 de janeiro de 2026, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
001	4	90120	Transporte Escolar por Kombi ou perua, com no mínimo 15 lugares, em estrada de chão, no período matutino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, no Novo Ensino Médio, das localidades de Secção Jacaré, Linha São Roque, Linha São Paulo, Contorno, Nova Secção, Linha Dellani, Linha Macari, Secção São Miguel e Mantegueira para Francisco Beltrão, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 130 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	28.730,00	7,18	121.527,79

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:D4F81611

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

O Secretário Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de termo aditivo Ata de Registro de Preços nº01:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa MARCOS GABRIEL DA LUZ SILVA.
ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 688/2024 – Pregão Nº 90041/2024.
OBJETO: Eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para utilização no preparo da merenda escolar para as unidades da rede municipal de ensino.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica opinou pelo deferimento de reequilíbrio econômico financeiro ao item 01 lote 01, conforme o contido no Processo Administrativo nº 14.298/2024.
ADITIVO: Fica alterado os valores dos produtos, conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário contrato R$	Valor reajustado R$
001	1	91829	APRESUNTADO. Cozido, resfriado, em fatias, interfoliado, acondicionado em embalagem plástica atóxica, obtido da carne de suínos sadios, com aspecto e cor característicos ao mesmo, sem manchas, não amolecido, nem pegajoso. Deve conter na porção de 30 g: no mínimo 3,9 g de proteína e no máximo 3,2 gramas de gorduras totais e 350 mg de sódio. Não deve conter glúten. Deverá possuir registro no SIF ou SIP/PR. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes da validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas. MARCAS PRÉ-APROVADAS: FRIMESA, AURORA, OU OUTRA DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR.	Kg	1.520,00	28.77	
Diferença a ser incluída ao contrato						6.627,20	

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:77966414

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 03:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa BRUNA SOARES DO AMARAL – TRANSPORTES.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 7/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de reajuste inflacionário no percentual de 4,24% (quatro virgula vinte e quatro por cento) por quilometro rodado, a partir de outubro de 2024, conforme Processo Administrativo nº 14.034/2024.
ADITIVO: Fica alterado o valor do quilometro rodado conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário contratado R$	Valor reajustado R$	Valor total R$
001	8	90124	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 26 lugares, em estrada de chão, no horário do meio dia, para alunos matriculados na Rede Estadual Pública de Ensino, das localidades de Rio Quibebe, Água Branca e São Cristóvão para Francisco Beltrão, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 70 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	15.470,00	4,78	4,98	77.040,60

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:F06D66A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 03:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa FRIGERI & LAUFER LTDA.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 09/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de reajuste inflacionário no percentual de 4,24% (quatro virgula vinte e quatro por cento) por quilometro rodado, a partir de outubro de 2024, conforme Processo Administrativo nº 14.034/2024.
ADITIVO: Fica alterado o valor por quilometro rodado conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário contratado R$	Valor reajustado R$	Valor total R$
001	5	90121	Transporte Escolar por Perua ou similar, com no mínimo 09 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Rio Macaco, Posto Ceni, Antena do Divisor, Linha Korb e Linha dos Gerrmaninho para Jacutinga, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 135 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	29.835,00	4,60	4,79	142.909,65

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:C896020C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 03:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa LAUFFER COMERCIO DE EMBUTIDOS LTDA.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 12/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de reajuste inflacionário no percentual de 4,24% (quatro virgula vinte e quatro por cento) por quilometro rodado, a partir de outubro de 2024, conforme Processo Administrativo nº 29.676/2024.
ADITIVO: Fica alterado o valor do quilometro rodado conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário contratado R$	Valor reajustado R$	Valor total R$
001	7	90123	Transporte Escolar por Perua ou Similar, com no mínimo 15 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Gruta do Jacutinga, Santo Isidoro, Morro Seco, Frutas Nava, Gralha Azul, Linha Freire e Posto	KM	35.360,00	4,38	4,56	161.241,60

			Ceni, para o Jacutinga, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 160 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.					

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:FB3F218E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 04:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa D E G DOS SANTOS – TRANSPORTES.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 08/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de reajuste inflacionário no percentual de 4,24% (quatro virgula vinte e quatro por cento) por quilometro rodado a partir de outubro de 2024, conforme Processo Administrativo nº 14.034/2024.
ADITIVO: Fica alterado o valor do quilometro rodado conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário contratado R$	Valor reajustado R$	Valor total R$
001	1	90117	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 25 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Vila Rural Água Viva, Menino Jesus e Rio do Mato para Nova Concórdia, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 120 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	26.520,00	7,55	7,87	208.712,40

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:9039D27B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 04:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa LAERTES RICARDO SARTOR & CIA LTDA.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 11/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de reajuste inflacionário no percentual de 4,24% (quatro virgula vinte e quatro por cento) por quilometro rodado a partir de outubro de 2024, conforme Processo Administrativo nº 14.034/2024.
ADITIVO: Fica alterado o valor do quilometro rodado conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário contratado R$	Valor reajustado R$	Valor total R$
001	2	90118	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 25 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Linha Liston, Linha Cerne, Divisa do Verê, Rio do Mato, Guanabarra, Alto Verê/Sanga Funda e Linha Perdoncini para Nova Concórdia, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 130 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	28.730,00	6,96	7,25	208.292,50

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:253F8901

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 05:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa SERGIO PRECZESKI – TRANSPORTE.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 14/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de reajuste inflacionário no percentual de 4,24% (quatro virgula vinte e quatro por cento) por quilometro rodado a partir de outubro de 2024, conforme Processo Administrativo nº 14.034/2024.
ADITIVO: Fica alterado o valor do quilometro rodado conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Un	Quantidade	Valor unitário contratado R$	Valor reajustado R$	Valor total R$
001	6	90122	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 16 lugares, em estrada de chão, com no mínimo 15 (quinze) lugares, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Linha São Roque e Fábrica Alcast para Secção Jacaré, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando 135 km diários, **totalizando aproximadamente 135 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.**	KM	26.851,50	6,92	7,21	193.599,31

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:5AAC39F8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 06:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa JANIR CONCEIÇÃO DA SILVA – TRANSPORTE.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 10/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de reajuste inflacionário de 4,24% (quatro virgula vinte e quatro por cento) por quilometro rodado, a partir de outubro de 2024, conforme Processo Administrativo nº 14.034/2024.
ADITIVO: Fica alterado o valor por quilometro rodado conforme abaixo especificado:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário contratado R$	Valor reajustado R$	Valor total R$
001	4	90120	Transporte Escolar por Kombi ou perua, com no mínimo 15 lugares, em estrada de chão, no período matutino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, no Novo Ensino Médio, das localidades de Secção Jacaré, Linha São Roque, Linha São Paulo, Contorno, Nova Secção, Linha Dellani, Linha Macari, Secção São Miguel e Mantegueira para Francisco Beltrão, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 130 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	28.730,00	7,18	7,48	214.900,40

Francisco Beltrão, 06 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:561F912C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 05:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa D E G DOS SANTOS – TRANSPORTES.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 08/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de aditivo de META a fim de acrescer quantidade de 25% (vinte e cinco por cento) nos serviços, do item 01 lote 001 do contrato, conforme Processo Administrativo nº 30.435/2024.
ADITIVO: A CONTRATADA executará além do previsto no contrato os serviços abaixo especificados:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Contratada km	Quantidade acrescida 25% (km)	Valor Unitário R$	Valor a ser acrescido ao contrato R$
001	1	90117	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 25 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Vila Rural Água Viva, Menino Jesus e Rio do Mato para Nova Concórdia, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 120 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	26.520,00	6.630	7,87	52.178,10

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 05:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa D E G DOS SANTOS – TRANSPORTES.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 08/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de aditivo de META a fim de acrescer quantidade de 25% (vinte e cinco por cento) nos serviços, do item 01 lote 001 do contrato, conforme Processo Administrativo nº 30.435/2024.
ADITIVO: A CONTRATADA executará além do previsto no contrato os serviços abaixo especificados:

Lote	Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Contratada km	Quantidade acrescida 25% (km)	Valor Unitário R$	Valor a ser acrescido ao contrato R$
001	1	90117	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 25 lugares, em estrada de chão, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Vila Rural Água Viva, Menino Jesus e Rio do Mato para Nova Concórdia, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando aproximadamente 120 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.	KM	26.520,00	6.630	7,87	52.178,10

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:22EBCBA4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO ADITIVO

A Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, com base na Lei Federal 8.666/93 e legislação complementar, torna público extrato de Termo Aditivo Nº 06:
PARTES: Município de Francisco Beltrão - PR e a empresa SERGIO PRECZESKI – TRANSPORTE.
ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços nº 14/2024 Pregão nº 141/2023.
OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar gratuito.
JUSTIFICATIVA: JUSTIFICATIVA: Em atenção ao pedido protocolado pela Secretaria Municipal de Educação, a Procuradoria Jurídica deferiu o pedido de aditivo de META a fim de acrescer quantidade de 25% (vinte e cinco por cento) nos serviços, do item 06 lote 001 do contrato, conforme Processo Administrativo nº 30.435/2024.
ADITIVO: A CONTRATADA executará além do previsto no contrato os serviços abaixo especificados:

Lote	Item	Código	Descrição	Un	Quantidade contratada km	Quantidade acrescida 25%(km)	Valor unitário R$	Valor a ser acrescido ao contrato R$
001	6	90122	Transporte Escolar por Micro Ônibus, com no mínimo 16 lugares, em estrada de chão, com no mínimo 15 (quinze) lugares, nos períodos matutino e vespertino, para alunos matriculados na Rede Pública de Ensino, das localidades de Linha São Roque e Fábrica Alcast para Secção Jacaré, pelo período de 12 (doze) meses, totalizando 135 km diários, **totalizando aproximadamente 135 km diários e quando necessário viagens extras, de acordo com a demanda e com base nos km estimados no ETP.**	KM	26.851,50	6.712	7,21	48.393,52

Francisco Beltrão, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:1A20FBF6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL Nº 484 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente para o mandato 2024/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e considerando o art. 137 da Lei Municipal n.º 3141 de 2004,
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal De Meio Ambiente, que trata o Art. 3º da Lei Municipal nº 3.338/2007, de 07 de maio de 2007, para o mandato 2024/2026:

ENTIDADE	TIT/SUP	NOME
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal;	TIT	Ana Paula Nesi Tortelli
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Bem-Estar Animal;	SUP	Vilmar Rigo
Secretaria Municipal de Administração	TIT	Marcos Ronaldo Koerich
Secretaria Municipal de Administração	SUP	Alessandra Schneider
Secretaria Municipal de Planejamento	TIT	Alexandre Pirih Pecóits
Secretaria Municipal de Planejamento	SUP	Ana Carolina Carboni
Secretaria Municipal de Agricultura	TIT	Claudimar Isidoro de Carli
Secretaria Municipal de Agricultura	SUP	Zenita Miranda
Secretaria Municipal de Saúde	TIT	Maiara Fausto Luzitani
Secretaria Municipal de Saúde	SUP	Arnaldo Rafael Donatti
Secretaria Municipal de Educação	TIT	Silvana Antunes
Secretaria Municipal de Educação	SUP	Suelen Aparecida Felicetti
Secretaria Municipal de Viação e Obras	TIT	José Claudimar Borges
Secretaria Municipal de Viação e Obras	SUP	Ilson Moreira
Entidades não governamentais	TIT	Hermes Ducatti
Entidades não governamentais	SUP	Davi Nesi
ACEFB - Associação Comercial e Empresarial de Francisco Beltrão	TIT	Jean Zanella
ACEFB - Associação Comercial e Empresarial de Francisco Beltrão	SUP	Mariane Zilli Molin
IAT - Instituto Água e Terra	TIT	Silvan Marchesan
IAT - Instituto Água e Terra	SUP	Fabricio Citadin Nezi
IDR - Instituto de Desenvolvimento	TIT	Varlei Toller
IDR - Instituto de Desenvolvimento	SUP	Claudimir Masieiro

SANEPAR	TIT	Vanderlei Niendicker
SANEPAR	SUP	Valdir Dalsente
Associações de Moradores de Francisco Beltrão	TIT	Maria Terezinha Marques
Associações de Moradores de Francisco Beltrão	SUP	Nelson Neves da Silva
do IPPUB - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	TIT	Rafael DalZotto
do IPPUB - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	SUP	Maria Fernanda Miranda Pezente

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário;
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 06 de Novembro de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Catarina Pereira Lima
Código Identificador:81F7BEF4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.055/2.024

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3030/2023, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 140.133,33 (cento e quarenta mil e cento e trinta e três reais e trinta e três centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.361.7.2026-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$1.336,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.336,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.361.7.2026-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$1.597,33
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.597,33
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS SOCIAIS	
14.002.8.244.14.2076-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT	R$18.000,00
02038.01068.09.99.05.18.1.759.0000 Defesa Civil - Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei Estadual nº 21.720/2023	18.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.608.17.1502-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$10.900,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.900,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.608.17.1502-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$98.100,00
02026.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SEAB - PPMC III - AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO	98.100,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.122.9.2117-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$200,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	200,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001.13.122.20.2118-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$5.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.002.13.392.20.2093-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$5.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$98.100,00
02026.01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVÊNIO SEAB - PPMC III - AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO	98.100,00
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -	
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$18.000,00
02038.01068.09.99.05.18.1.759.0000 Defesa Civil - Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei Estadual nº 21.720/2023	18.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
13.002.12.361.7.2026-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$1.000,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.005 - DEPARTAMENTO DE ENSINO DISCIPLINAR	

13.005.12.361.7.2241-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$336,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	336,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.005 - DEPARTAMENTO DE ENSINO DISCIPLINAR	
13.005.12.361.7.2241-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$1.000,00
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.005 - DEPARTAMENTO DE ENSINO DISCIPLINAR	
13.005.12.361.7.2241-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$597,33
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	597,33
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.002 - DEPARTAMENTO AGROPECUARIO	
16.002.20.608.17.1502-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E REC.HIDRICOS	
16.003.18.541.18.1520-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R$900,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	900,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.002.27.812.9.2059-3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	R$200,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	200,00
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.002.13.392.20.2093-3.3.90.31.00.00.00.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 07 de novembro de 2024

ROBERTO DOS REIS DE LIMA
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:81AA73E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 EDITAL Nº 233/2024

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Portaria nº 127/2024 e Resolução nº 003/2020 e suas alterações; considerando:
a publicação do Edital nº 161/2024 de Abertura do Concurso Público n° 001/2024, no dia 12 de setembro de 2024;
a publicação do Edital nº 226/2024 com o resultado preliminar da prova dissertativa;

TORNAR PÚBLICO:

Art. 1º - O resultado da prova dissertativa após recursos, conforme estabelecido do Edital de Abertura do Concurso Público nº 161/2024 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, para os candidatos de acordo com anexos deste Edital.
Art. 2º - O Anexo I contém o resultado da prova dissertativa após recursos; O Anexo II contém as respostas aos recursos contra o resultado preliminar da prova dissertativa.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cascavel, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

LEONIR ANTUNES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio de Saúde Dos Municípios do Oeste do Paraná –CONSAMU

ANGELA DA SILVA
Presidente da Comissão Organizadora dos Concursos Públicos do CONSAMU

Anexo I – Resultado da Prova Dissertativa

CASCAVEL – AGENTE ADMINISTRATIVO (CONSAMU)		
Inscrição	**Candidato**	**Total**
1528	ALEXANDRE DOS SANTOS	72,5
1114	ANA CLAUDIA LIMA DA SILVA	60
3155	ANA PAULA SEMCHECHEM DIAS	62,5
0679	BRUNO GAUER	65
0551	CAMILA KREIN	55
2702	CARLA ANDRESSA HERMANN	85
3594	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS	80
1790	CARLOS UELES CIRQUEIRA LOPES	57,5

0928	CAROLINA FELIX MENDES	87,5
2998	CINTHIA IARA CARNIEL	75
0643	DAYANE FREIRE LAVORATTI	62,5
1474	DIENIFER BARTZ SILVA MARTINS	60
3646	EDINEIA DOS SANTOS PASSOS	60
0799	EDSON LUIZ LOOF	72,5
3157	EDUARDO PEREIRA DE ARAUJO	62,5
1005	ELIANE DOS SANTOS OLIVEIRA	70
0631	ELISANDRO DOS SANTOS	72,5
1113	ELISANGELA DE ANDRADE SIQUEIRA	65
3352	ELLIS FERNANDA LACOWICZ	80
3393	EMANNUELLY LIMA CANDIDO DA SILVA	67,5
3835	ERIMEIDE BENITES DA SILVA	67,5
2064	FLAVIA ALESSANDRA GALESKY	77,5
3848	GABRIELLY RAMOS ALVES	80
3876	GEORGE ALLINSSON LEITE SILVA VILELA	82,5
1968	HENZO GABRIEL SERAFINI KREMER	72,5
3457	IAN CARLOS TONELLA	67,5
0877	JAQUELINE CRISTINA PEDRO	70
0201	JAQUELINE DA CONCEICAO DE OLIVEIRA	60
1105	JOÃO HENRIQUE AVANCI	70
2913	JOAO HENRIQUE TIBERIO	67,5
1569	JOICE DE FATIMA NODARI	72,5
3040	JONAS VINÍCIUS REINHARDT DOS SANTOS	50
0442	JONATHAN FERREIRA ARRUDA ROCHA	75
2914	KAMILLE ANDRIELI BACHETA DA SILVA	67,5
2689	KÁTIA ELAINE MENDES	77,5
0009	KEITY MELRY RECH	65
0694	KETLLYN CAROLINE PASTORIO NOGUEIRA	75
1836	LAIZA GABRIELLI DOS SANTOS COMITRE	85
0959	LARISSA DE BASTIANI	50
1575	LAURA DE ANDRADE SIQUEIRA	77,5
3344	LEDIANE FREYTAG CARNEIRO	70
3360	LIANARA FREYTAG CARNEIRO	52,5
3817	LORENNA MASCOTO ALVES	80
3445	LUAN VERRUCH CARVALHO	65
0956	LUCINÉIA TREVISAN DA SILVA	75
0863	LUÍS HENRIQUE FERNANDES	92,5
1662	LUIZA JOSMEN PETECK DOS SANTOS	57,5
1962	MAGNA APARECIDA RODRIGUES DE SOUZA	65
148	MARCIA CHIES MILIORANSA	40
2449	MARCUS VINICIUS SCHMIDT DOS SANTOS	57,5
2915	MATEUS ALVES DE MENESES	75
2530	MAYÃ TREVISAN	90
0566	MICHELE MAYARA DE PAULA	62,5
2187	NAIARA PERIN PINTO STEIN	57,5
1035	NATALI EMANUELLE BERTI	82,5
3378	NATAN VINICIUS ZALESKI CANCIAN	72,5
3336	RAUL ALEXANDRE	57,5
0711	ROSANGELA NUNES NOGUEIRA	55
0568	ROSILMA PEREIRA TAVARES	65
3067	ROZILDA MUNHOZ SIQUEIRA	95
2799	SABRINA ROCHA	62,5
0489	SAMARA MARIA RUBECHINI MORAES	80
3126	SIMONE IRENO DE SOUSA	65
1004	SUELEN NOGUEIRA DOS SANTOS	57,5
1726	THAÍS RAMOS BARBOSA DA SILVA	62,5
2426	THAYS MARIA AITE DA SILVA	67,5
0112	THOMAS EDISON BALCIUNAS PEREIRA	70
0273	VANIA RORATTO SECCO	60
1189	VICTORIA EMANUELA DEBASTIANI	67,5
3790	VITOR HUGO KEVEN DA SILVA	67,5
0431	VITORIA EDUARDA SOARES CARRIEL	60
1213	VITÓRIA EMILY PACHUKI	90

TOLEDO – AGENTE ADMINISTRATIVO (UPA)

Inscrição	**Candidato**	**Total**
1293	ADRIANA MORENO PALACIO DA SILVA TOMÉ	60
2823	ALINE FERNANDA DEZORDI MEINERZ	75
1738	ALISSON VALENTIM RIBEIRO	70
2196	ANDREI SALLA MASCHIO	55
0621	CATIANE CANDIDO	50
3850	CESAR GUILHERME SOARES	80
3615	CILIANE FRÁ HOFFMANN	77,5
3513	DENISE CRISTINA DOS SANTOS	60
0378	ELISANGELA SAMPAIO TECH	85
0985	FRANCISCA DOS SANTOS ALMEIDA	60
3145	GUILHERME BARBOSA DE SOUZA	65
2482	ISADORA DUARTE PEREIRA	70
2028	IVONETE SINHORI	65
3843	JOSEANE ALICE SOARES	65
2569	JULIAN LOPES OJEDA	77,5
3354	JULIANE MULLER	70
1073	KACIANA AMANDA SCHUCK ZALEVSKI	70
1018	LARISSA LUIZ DA SILVA	57,5
0808	LAYSA SORAIA ESTRIS	57,5
3854	LUCAS LISOWSKI CARVALHO	55
2470	LUCAS RAFAEL GOETZ	67,5
2048	MARCOS DANIEL SIMAO	62,5
1927	MARIA JOSÉ RAIS CASARIN	60

3191	MARIANE ALVES LEITE	60
3058	MATHEUS JOSÉ DREHER	50
3029	MIRIAM CRISTINA DALLMANN RIBAS	57,5
3474	ODETE VIEIRA DIAS	72,5
1237	RAFAEL GUSTAVO DE FARIA	62,5
3087	REBEKA TALYTA SCHMITZ RIBEIRO DE ARAUJO	62,5
3333	RONALDO FERNANDES DE OLIVEIRA	62,5
0948	ROSANGELA BERTOLIN DE ALMEIDA	70
2494	ROSELI ALVES DA SILVA	85
3563	SÉRGIO RICARDO MASCARO	60
0983	SILMAX CORREIA BORGES	65
3077	SUELEN FERNANDA R DE SOUZA	65
0491	TAINARA DE PAULA	72,5
2392	VALDIR DECUFFA	40
3880	VITORIA DA SILVA RAMBO	62,5
2396	VITORIA SILVA DOS SANTOS	72,5

Anexo II – Respostas aos Recursos

Inscrição	Cargo	Justificativa	Resposta	Status
003817	CASCAVEL – AGENTE ADMINISTRATIVO (CONSAMU)		Em resposta ao pedido de reexame da prova número 174, considerando os critérios constantes no Edital de Abertura, informamos que a redação foi reavaliada. Observa-se que o texto atende em grande medida aos critérios estabelecidos, mas apresenta algumas dificuldades quanto à progressão textual. Por exemplo, no final do segundo parágrafo, diz-se apenas “Com isso, a família precisa de máxima atenção para suas crianças”, mas não se promove qualquer progressão textual a partir dessa avaliação, com detalhamento, definições, comparações, exemplos, dados estatísticos, analogias ou metáforas que justifiquem ou reforcem o ponto de vista que se pretendeu defender. O mesmo ocorre no final do terceiro parágrafo, que finaliza com uma afirmação que não é desenvolvida: “Sendo assim, esse fator merece mais atenção por parte da sociedade”. Tal dificuldade de progressão temática acaba refletindo-se na pontuação dos três primeiros critérios. Também há algumas dificuldades conceituais, como quando se diz que “a família tem um papel primordial para identificar características na criança que podem ser semelhantes ao transtorno autista”, com comparação indevida entre características e o transtorno. A escrita adequada seria: “a família tem um papel primordial para identificar características na criança que podem ser semelhantes ÀQUELAS APRESENTADAS POR QUEM TEM o transtorno DO ESPECTRO autista”. O texto ainda mobiliza aspectos complexos, sem discuti-los, como quando diz que o governo deveria proibir o funcionamento de instituições sem o mínimo de funcionários capacitados para lidar com os autistas. Tal ação teria repercussões sociais e econômicas severas, o que não é minimamente discutido no texto. Quanto ao critério referente à linguagem, o texto apresenta desvios. Por exemplo, há problema de: uso inadequado de vírgula (linha 3, 7, 10), erro na conjugação do verbo (linha 09); uso inadequado do verbo ‘ter’ no lugar de ‘haver’, refletindo a oralidade (linha 15), desvio de concordância (linha 19), falta de uso de acento grave, indicador de crase (linha 20), desvio ortográfico (linha 22 e 24). Portanto, a partir da reanálise, esta banca decide pela manutenção da nota inicialmente atribuída, conforme publicada no Edital n. 226/2024, já que ela corresponde à qualidade do texto apresentado.	INDEFERIDO
003817	CASCAVEL – AGENTE ADMINISTRATIVO (CONSAMU)		Respondido em outra entrada.	INDEFERIDO
003352	CASCAVEL – AGENTE ADMINISTRATIVO (CONSAMU)	Venho por meio deste recurso requerer a revisão da nota da prova dissertativa com base nos seguintes critérios: Item A - Adequação à proposta: o texto elaborado é dissertativo-argumentativo, e possui as partes exigidas atendendo ao tema. O primeiro parágrafo apresenta o tema e sua problemática, no segundo há relações de intertextualidade, ao trazer o direito à igualdade previsto no artigo quinto da Constituição Federal, e exemplos expandindo a problemática apontada no primeiro parágrafo, além disso, no último parágrafo o texto aborda formas de intervenção e mudança. Item C - Coerência textual: a dissertação elaborada possui uma lógica argumentativa clara, considerando que o primeiro parágrafo aborda que a perspectiva social atual causa a exclusão das pessoas neurodivergentes da sociedade, o segundo parágrafo traz do ponto de vista jurídico quais as consequências dessa exclusão, e por fim, no último parágrafo é apresentada uma intervenção social para melhor incluir o autista na sociedade. Ademais, os conectivos estão bem empregados, realçando a relação entre as partes e delas com o contexto. Item D - Linguagem (coesão e atendimento à norma gramatical): na redação elaborada existem poucos equívocos de pontuação e de ortografia, há orações complexas bem desenvolvidas, há relações de retomadas, bem como o uso de operadores argumentativos. Dessa forma, requer-se a revisão das notas atribuídas aos itens A, C e D.	Em resposta ao pedido de reexame da prova número 174, considerando os critérios constantes no Edital de Abertura, informamos que a redação foi reavaliada. Observa-se que o texto atende em grande medida aos critérios estabelecidos, mas apresenta algumas dificuldades quanto à progressão textual e à superação do senso comum, o que acaba por afetar os 3 primeiros critérios. Por exemplo, diz-se que “a percepção social ainda traz consigo preconceitos com relação ao neurodivergente”, mas não debate a origem dessa percepção. Na sequência, fala-se que as características próprias do autista é origem do preconceito, mas não são citados exemplos de tais características. E assim, sucessivamente. Quanto ao critério referente à linguagem, o texto apresenta desvios. Por exemplo, há problema de pontuação ou escolha inadequada de elemento conectivo (linha 4), falta de vírgula para isolar oração adverbial intercalada (linha 5), falta de vírgula isolando expressão conformativa (linha 10), falta de acento gráfico (linha 16), estrutura sintática própria da oralidade (linha 20) e uso inadequado de elemento conectivo (linha 24, sem referente masculino no texto). Portanto, a partir da reanálise, esta banca decide pela manutenção da nota inicialmente atribuída, conforme publicada no Edital n. 226/2024, já que ela corresponde à qualidade do texto apresentado.	INDEFERIDO
002470	TOLEDO – AGENTE ADMINISTRATIVO (UPA)		Em resposta ao pedido de reexame da prova número 258, considerando os critérios constantes no Edital de Abertura, informamos que a redação foi reavaliada. Observa-se que o texto não apresenta uma reflexão aprofundada sobre os aspectos elencados na comanda: “A percepção social sobre o autismo e os impactos dessa percepção na inclusão das pessoas autistas”. O texto se estrutura a partir de avaliações genéricas, que caberiam para muitos temas diversos (‘falta de conhecimento sobre o assunto’; ‘a percepção do aspecto em questão é problemática’), além de trazer elementos dos textos-base. Quando o produtor tenta sair do texto base em direção a algum grau de autoria, apresenta avaliações que não saem do senso comum e, como dito acima, são genéricas. Para exemplificar, veja-se esta afirmação apresentada na introdução: “Não há como negar que a percepção social sobre o autismo e os impactos dessa percepção na inclusão das pessoas autistas é uma problemática recorrente no Brasil, pelo motivo desse assunto ser pouco conhecido no Brasil”. No segundo parágrafo, há uma repetição em relação a problemática citada, mas não são apresentados desdobramentos significativos, ou seja, não é utilizado como detalhamento definições, comparações, exemplos, dados estatísticos, analogias ou metáforas que justifiquem ou reforcem o ponto de vista que se pretendeu defender. Aponta-se unicamente para avaliações genéricas, como “direitos e liberdades” e “uma sociedade justa, livre e solidária”. Além disso, há avaliações equivocadas, como aquela que indica que o que torna o preconceito ilegal é o fato de a Constituição Federal apresentar como um dos direitos fundamentais a construção de uma sociedade justa, livre e solidária. Além de não ser esse o fundamento da ilegalidade, esta não recais sobre o preconceito em si, que não pode ser controlada pelo Estado, mas sobre as atitudes advindas do preconceito. Além da dificuldade de apresentar grau de autoria com argumentos relevantes e de promover a progressão temática, o texto também apresenta desvios no que tange	INDEFERIDO

			à linguagem, como, por exemplo, desvios de concordância (linhas 06, 11), desvios quanto ao uso de pontuação – ou falta dela (linhas 15, 16, 20, 22, 26); uso inadequado de elemento de coesão referencial (linha 26), desvio de ortografia (linhas 18, 23, 24), desvio quanto à morfossintaxe (linha 03), além de outros. Portanto, a partir da reanálise, esta banca decide pela manutenção da nota inicialmente atribuída, conforme publicada no Edital n. 226/2024, já que ela corresponde à qualidade do texto apresentado.	
000983	TOLEDO – AGENTE ADMINISTRATIVO (UPA)	Prezados, muito respeitosamente eu gostaria de solicitar uma revisão da minha nota da prova dissertativa.A minha nota premilimnar da redação foi a 65 pontos, sendo considerado:Adequação à propostaConteúdo do textoCoerência textualLinguagem (coesão e atendimento à norma gramatical)Sobre a adequação à proposta vejamos a redação do edital de abertura:	Respondido em outra entrada.	INDEFERIDO
000983	TOLEDO – AGENTE ADMINISTRATIVO (UPA)	Solicito revisão da minha nota da redação, pois a nota de 65 pontos é inadequada. Solicito o aumento da minha nota.	Respondido em outra entrada.	INDEFERIDO
000983	TOLEDO – AGENTE ADMINISTRATIVO (UPA)	Prezada Banca Examinadora, Venho, respeitosamente, solicitar a reavaliação da nota atribuída à minha redação. Considero que minha produção apresenta um desenvolvimento argumentativo coerente e atende satisfatoriamente aos critérios estabelecidos para a redação, merecendo, assim, uma pontuação superior aos 65 pontos atribuídos. Segue abaixo o detalhamento dos aspectos que justificam minha solicitação: 1. Adequação à Proposta e ao Tema: A redação desenvolve plenamente o tema solicitado, abordando a exclusão social sofrida por pessoas com autismo e as dificuldades enfrentadas, que incluem o capacitismo e a falta de conhecimento sobre o TEA, conforme mencionado nos textos motivadores. Ao longo do texto, explorei tanto as influências negativas que o preconceito social exerce sobre os portadores do transtorno quanto as medidas necessárias para promover maior inclusão, mostrando um domínio do tema. 2. Conteúdo e Desenvolvimento Argumentativo: A redação apresenta argumentos claros e bem fundamentados sobre a necessidade de empatia e o combate ao capacitismo para a inclusão dos autistas. Trago exemplos concretos, como o preconceito por parte de familiares e a falta de preparo dos profissionais de saúde, que demonstram reflexão crítica e aprofundamento. Além disso, proponho soluções concretas, como a necessidade de treinamento e capacitação, demonstrando uma boa compreensão do tema e um desenvolvimento argumentativo completo. 3. Coerência e Coesão Textual: A redação exibe uma estrutura bem organizada, com introdução, desenvolvimento e conclusão, permitindo uma leitura fluida e coerente. A conexão entre as ideias e o uso de recursos coesivos demonstram uma organização textual eficaz, e o texto apresenta uma progressão de ideias que contribui para a compreensão e para a força argumentativa. 4. Linguagem e Norma Gramatical: Empreguei uma linguagem formal e apropriada ao gênero dissertativo-argumentativo. A redação respeita as normas gramaticais e apresenta um vocabulário adequado para tratar do tema com seriedade e sensibilidade. Considerando os aspectos apresentados acima, solicito que a banca reavalie minha nota. Entendo que o conteúdo desenvolvido, a coerência, a coesão e a norma culta da língua foram atendidos de maneira satisfatória, e peço uma reavaliação mais criteriosa. Solicito a alteração da minha nota para 85 pontos ou para uma nota maior que 65 pontos. Desde já, agradeço pela atenção e pela oportunidade de apresentar este recurso.	Em resposta ao pedido de reexame da prova número 335, considerando os critérios constantes no Edital de Abertura, informamos que a redação foi reavaliada. Observa-se que o texto não apresenta uma reflexão aprofundada sobre os aspectos elencados na comanda: “A percepção social sobre o autismo e os impactos dessa percepção na inclusão das pessoas autistas”. O texto se estrutura a partir de avaliações genéricas, como “muitos não entendem isso e acabam excluindo estas pessoas pelo fato de serem ‘diferentes’”; “fazendo com que os portadores do Transtorno do Espectro Autista fiquem mais tristes e piore a gravidade dos sintomas”; “Mas a grande verdade é que todos deveriam saber pelo menos o mínimo do que é esta doença e o que ela provoca, e nunca julgar as pessoas sem saber pelo que realmente estão passando”; “As pessoas precisam ter mais empatia”; “todos são seres humanos” etc. Tais avaliações não ultrapassam o senso comum e são genéricas, aplicadas a muitos contextos polêmicos e sem profundidade na reflexão. Ou seja, o texto não apresenta detalhamento definições, comparações, exemplos, dados estatísticos, analogias ou metáforas que justifiquem ou reforcem o ponto de vista que se pretendeu defender. Além da dificuldade de apresentar grau de autoria com argumentos relevantes e de promover a progressão temática, o texto apresenta problema na sua estrutura: apresenta um parágrafo inicial de cerca de 3 linhas, onde não apresenta a tese que irá defender ou a premissa inicial, um segundo parágrafo de 20 linhas, e uma conclusão de cerca de 4 linhas, o que revela fragilidades básicas no que tange à macroestrutura do texto e à paragrafação. Também há ocorrências de frases nominais (como nas linhas 07, 09 e 28/29), e dificuldade quanto ao uso de maiúsculas e minúsculas. Portanto, a partir da reanálise, esta banca decide pela manutenção da nota inicialmente atribuída, conforme publicada no Edital n. 226/2024, já que ela corresponde à qualidade do texto apresentado.	INDEFERIDO

Publicado por:
Suzi Fernanda Felix de Lira
Código Identificador:447B73D1

PROJUR

DECRETO Nº 401/2024 DATA: 07.11.2024 EMENTA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 483.300,00 (QUATROCENTOS E OITENTA E TRÊS MIL E TREZENTOS REAIS), ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE IGUAL VALOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos artigos 5º, da Lei Orçamentaria Anual nº 2.323 de 07/12/2023, bem como no artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, e, considerando o memorando sob o nº 007/2024,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 483.300,00 (quatrocentos e oitenta e três mil e trezentos reais), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 3 - Diretoria de Habitação			
Ação: 2019 - Manutenção das Atividades da Habitação			
Funcional: 0016.0482.0014			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
236	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	505	2.300,00
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração			
Unidade: 4 - Diretoria de Administração e Controle			
Ação: 2024 - Manutenção das Atividades da Administração e Controle			
Funcional: 0015.0452.0018			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
322	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	30.000,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2049 - Manutenção das Atividades de Atenção Primaria			
Funcional: 0010.0301.0030			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
831	3339014000000000000 - Diárias - civil	303	95.000,00
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego			
Unidade: 1 - Diretoria de Industria e Comercio			

Ação: 1023 - Obras de Incentivos Executadas pela Industria e Comercio			
Funcional: 0022.0661.0047			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1726	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	40.000,00
Unidade: 4 - Diretoria de Pesca e Aquicultura			
Ação: 2084 - Manutenção das Atividades da Aquicultura e Pesca			
Funcional: 0020.0606.0051			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1789	3339030000000000000 - Material de consumo	505	50.000,00
1800	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	505	50.000,00
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura			
Unidade: 2 - Diretoria de Atividades Turísticas			
Ação: 2087 - Manutenção das Atividades do Depto de Atividades Turísticas			
Funcional: 0023.0695.0054			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1864	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	80.000,00
Unidade: 3 - Diretoria de Cultura			
Ação: 2089 - Manutenção das Atividades da Cultura			
Funcional: 0013.0392.0056			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1885	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	136.000,00
TOTAL			**483.300,00**

Art. 2° Os recursos necessários à execução do contido no Art. 1° deste decreto decorrerão da anulação orçamentária, a saber:

Órgão: 3 - Secretaria Municipal de Segurança Pública e Transito			
Unidade: 2 - Superintendência da Guarda Municipal			
Ação: 2012 - Manutenção das Atividades da Superintendência da Guarda Municipal			
Funcional: 0006.0181.0011			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
130	3339030000000000000 - Material de consumo	505	30.000,00
Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Planejamento			
Unidade: 1 - Diretoria de Planejamento			
Ação: 2017 - Manutenção das Atividades do Planejamento			
Funcional: 0004.0127.0013			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
197	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	80.000,00
Unidade: 3 - Diretoria de Habitação			
Ação: 2019 - Manutenção das Atividades da Habitação			
Funcional: 0016.0482.0014			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
232	3339014000000000000 - Diárias - civil	505	2.300,00
Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade: 1 - Fundo Municipal de Saúde			
Ação: 2048 - Manutenção das Atividades Administrativas de Saúde			
Funcional: 0010.0301.0029			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
798	3339030000000000000 - Material de consumo	303	10.000,00
Ação: 2049 - Manutenção das Atividades de Atenção Primaria			
Funcional: 0010.0301.0030			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
861	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	20.000,00
Ação: 2053 - Manutenção das Atividades da Rede de Saúde Mental			
Funcional: 0010.0302.0031			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
961	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	20.000,00
Ação: 2055 - Manutenção das Atividades da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24HS			
Funcional: 0010.0302.0031			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1018	3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente	303	20.000,00
Ação: 2058 - Manutenção das Atividades de Gestão de Controle, Regularização, Auditoria e Avaliação			
Funcional: 0010.0302.0031			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1046	3339014000000000000 - Diárias - civil	303	5.000,00
Ação: 2057 - Manutenção das Atividades da Atenção Secundaria - Média e Alta Complexidade			
Funcional: 0010.0302.0032			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1057	3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	303	10.000,00
Ação: 2061 - Manutenção das Atividades do Serviço de Vigilância Epidemiológica			
Funcional: 0010.0305.0033			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1165	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	303	10.000,00
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego			
Unidade: 1 - Diretoria de Industria e Comercio			
Ação: 2080 - Manutenção das Atividades da Industria			
Funcional: 0022.0661.0047			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1739	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	70.000,00
1734	3339030000000000000 - Material de consumo	505	70.000,00
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura			
Unidade: 3 - Diretoria de Cultura			
Ação: 2088 - Manutenção das Atividades de Tombamento e Restauração do Patrimônio Publico			
Funcional: 0013.0391.0055			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1868	3339030000000000000 - Material de consumo	505	36.000,00
1871	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	36.000,00
Ação: 2089 - Manutenção das Atividades da Cultura			
Funcional: 0013.0392.0056			

Ref.	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor R$
1877	3339014000000000000 - Diárias - civil	505	5.400,00
1881	3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	505	5.000,00
1882	3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção	505	30.000,00
1883	3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	505	23.600,00
TOTAL			**483.300,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:8F8B6A8D

PROJUR
DECRETO Nº 400/2024 DATA: 07.11.2024

Ementa: cria fontes de despesas e abre Crédito Suplementar por SUPERAVIT financeiro do exercício de 2023 e anteriores no valor de R$ 576.250,83 (quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as disposições contidas na Portaria nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Técnica nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e de conformidade com o artigo 6º, I da Lei Orçamentária Anual nº 2.323 de 07/12/2023, e igualmente com o artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4320/64, e, considerando o memorando on-line sob o nº 007/2024,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a dotação para ORÇAMENTO GERAL DO MUNÍCIPIO DE GUAIRA, PARANÁ, do exercício de 2024, as fontes de recurso para despesa ID USO 505 para atender as disposições contidas na Portaria Nº 447/02 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e na Instrução Normativa nº 01/06 da Diretoria Municipal de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e na forma do artigo 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal nº 4320/64 no valor de R$ SUPERAVIT financeiro do exercício de 2023 e anteriores no valor de R$ 576.250,83 (quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), na forma abaixo discriminada:

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura			
Unidade: 2 - Diretoria de Atividades Turísticas			
Ação: 2087 - Manutenção das Atividades do Depto de Atividades Turísticas			
Funcional: 0023.0695.0054			
Ref.	**Modalidade de Aplicação**	**Vínculo**	**Valor R$**
1864	3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	505	576.250,83
TOTAL			**576.250,83**

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura e execução do crédito suplementar aberto pelo artigo 1º, serão constituídos por intermédio de recursos de SUPERÁVIT financeiro do saldo da conta contábil e bancária das receitas oriundas do Exercício de 2023 e anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:0E1E3349

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024 EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS (APOIO DIRETO A PROJETOS)

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá agentes culturais do Município de Iguaraçu/PR!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).
Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

• POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Iguaraçu/PR.
Deste modo, o Município de Iguaraçu/PRtorna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do edital

O objeto deste Edital é a **SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS DESCRITAS NO ANEXO I, COM O OBJETIVO DE INCENTIVAR AS DIVERSAS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR.**

Quantidade de projetos selecionados

Serão selecionados os seguintes projetos:

Até R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a **Categoria de Fomento as Ações Culturais da Feira Luíza da Rocha Rodrigues**. Apenas para concorrentes residentes ou com sede em Iguaraçu a pelo menos 6 meses.
Até R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para **Categoria de Grafite** para fomento as ações culturais relacionada a pintura de um lado externo do Ginásio de Esporte. Apenas para concorrentes residentes ou com sede em Iguaraçu a pelo menos 6 meses.
Até 30.000,00 (trinta mil) para **Categoria de Fomento à Projeto Musical/ Produtora de Show Musical** para se apresentar durante duas horas na Festa de Aniversário da cidade, incluindo som, iluminação, e gerador de energia. Apenas para concorrentes residentes ou com sede em Iguaraçu a pelo menos 6 meses.
Para melhor exemplificar segue tabela com descrição dos itens:

Item	Descrição	Nº de Vagas	Valor
1	**Categoria de Fomento as Ações Culturais da Feira Luíza da Rocha Rodrigues**. Apenas para concorrentes residentes ou com sede no Município de Iguaraçu/PR a pelo menos 6 (seis) meses.	01 (Ampla Concorrência)	15.000,00
2	**Categoria de Projeto de Grafite** para fomento as ações culturais relacionada a pintura de um lado externo do Ginásio de Esporte. Apenas para concorrentes residentes ou com sede no Município de Iguaraçu/PR a pelo menos 6 (seis) meses.	01 (Cotas)	15.000,00
3	**Categoria de Fomento á Projeto Musical/Produtora de Show Musical** contemplando 01 (uma) apresentação musical de no mínimo 02 (duas) horas na Festa de Aniversário da cidade, incluindo som, iluminação, e gerador de energia. Apenas para concorrentes residentes ou com sede no Município de Iguaraçu a pelo menos 6 (seis) meses.	01 (Ampla Concorrência)	30.000,00

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital

O valor total deste edital é de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).** Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
A despesa correrá à conta das Dotações Orçamentárias em anexo ao processo.
Sobre o valor total repassado pelo Município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição

DE 08 HORAS DO DIA 12/11/2024 ATÉ ÀS 23 HORAS E 59 MINUTOS DO DIA 19/11/2024.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Quem pode participar

Podem se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no Município de Iguaraçu/PR,há pelo menos 06 (seis) meses anterior a abertura do presente Edital.

2.5.1. Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! *O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.*
Atenção! *Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.*
Atenção! *A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.*

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo a 03 (três) projetose poderá ser contemplado com no máximo02 (dois) projetos.

• ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.

• INSCRIÇÕES

A seleção dos projetos submetidos a este Edital será composta das seguintes etapas:

FASE	ETAPA	LINK
1	**Avaliação** e seleção de Mérito das candidaturas, a ser realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção.	https://forms.gle/iFbZpcRzYmVo6fSt8
2	**Habilitação**: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritas no tópico 6.2 a ser realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção.	https://forms.gle/4mxQZV5K6Eexz4oA7

O agente cultural deve encaminhar por meio de Plataforma Eletrônica: https://forms.gle/iFbZpcRzYmVo6fSt8 a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (no Google Forms) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ;
e) Portfólio contendo as informações de apresentação do Agente Cultural;
f) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

• COTAS

Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:

pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

Concorrência concomitante

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Procedimentos complementares

I - Heteroidentificação: procedimento complementar à autodeclaração de pertencimento racial, para confirmação, por terceiros, da identificação como pessoa negra (preta ou parda) de acordo com seu fenótipo, isto é, conforme suas características físicas;
II - Solicitação de carta consubstanciada: documento apresentado em formato escrito, oral ou audiovisual que promove a reflexão sobre o pertencimento étnico-racial, contendo os motivos pelos quais o agente cultural se autodeclara negro (preto ou pardo) ou indígena, conforme modelo constante no Anexo III;
III - Solicitação de um documento em formato escrito, oral ou audiovisual que demonstre o pertencimento étnico do agente cultural indígena elaborado por liderança ou entidade constituída em forma de associação, fundação ou qualquer configuração de entidade formalizada ou não, desde que gerida por povos indígenas;
IV - Procedimento de avaliação biopsicossocial realizada nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, solicitação de documentos como laudo médico, certificado da Pessoa com Deficiência ou comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência; ou
V - Outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos

As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - Pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - Pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

• COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)

Preenchimento do modelo

O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto

Os projetos apresentados deverão ser executados em até 120 (cento e vinte)dias.

Custos do projeto

O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! *O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.*
Atenção! *O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.*
Atenção! *O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.*
Atenção! *Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.*

Recursos de acessibilidade

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas característicos, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:

I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

• ETAPA DE SELEÇÃO

Quem analisa os projetos

A comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão de seleção:
Pareceristas Externos (Contratados) APEG (ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA) CNPJ/MF sob o número 43.661.399/0001-64:

Fernanda Jantsch Reis;
Thainara;
Tainá Reis Serafim.

Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - Tiverem interesse direto na matéria;
II - Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - Sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

Atenção! *Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.*

Análise do mérito cultural

Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária

Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município (AMP) e no site oficial https://www.iguaracu.pr.gov.br/.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção que deve ser apresentado por meio de e-mail: licitacao@iguaracu.pr.gov.br no prazo de3 (três) DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 16 DO DECRETO 11.453/2023a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município (AMP) e no site oficial https://www.iguaracu.pr.gov.br/.

• REMANEJAMENTO DE VAGAS

Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
A) OS RECURSOS NÃO UTILIZADOS EM UMA CATEGORIA SERÃO DESTINADOS AOS PROJETOS COM MAIOR PONTUAÇÃO GERAL, OU MAIOR PONTUAÇÃO NA CATEGORIA INDICADA PELA COMISSÃO.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

• ETAPA DE HABILITAÇÃO

Documentos necessários

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no **PRAZO DE05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, por meio de plataforma eletrônico: https://forms.gle/4mxQZV5K6Eexz4oA7 os seguintes documentos:

SE O AGENTE CULTURAL FOR **PESSOA FÍSICA**:
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários FEDERAIS e Dívida Ativa da União;
III - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários ESTADUAIS E MUNICIPAIS, expedidas pela sede do Município;
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
VI - Comprovante de conta bancária de Pessoa Física *ESPECÍFICA PARA O RECEBIMENTO DO RECURSO, em nome da empresa proponente, informando: número da agência bancária com dígito, número da conta- corrente com dígito.

Atenção! *A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:*
I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - Que se encontrem em situação de rua.

SE O AGENTE CULTURAL FOR **PESSOA JURÍDICA**:
I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários FEDERAIS e à Dívida Ativa da União;
VI - Certidões negativas de débitos ESTADUAIS E MUNICIPAIS, expedidas pela sede do Município;
VII - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
IX - Comprovante de conta bancária de Pessoa Jurídica *ESPECÍFICA PARA O RECEBIMENTO DO RECURSO, em nome da empresa proponente, informando: número da agência bancária com dígito, número da conta- corrente com dígito.

SE O AGENTE CULTURAL FOR **GRUPO OU COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ):**
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelasede do Município em nome do representante do grupo
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
VI - Comprovante de conta bancária de Pessoa Física representante do Grupo *ESPECÍFICA PARA O RECEBIMENTO DO RECURSO, em nome da empresa proponente, informando: número da agência bancária com dígito, número da conta- corrente com dígito.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! *Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.*
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação

Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção, que deve ser apresentado por meio de e-mail: licitacao@iguaracu.pr.gov.br, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município (AMP) e no site oficial https://www.iguaracu.pr.gov.br/.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

• ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e peloMunicípiocontendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, **O AGENTE CULTURAL DEVE ABRIR CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA**, em instituição financeira pública, preferencialmente isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada em que não haja a cobrança de tarifas.
O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 05 (cinco) dias após a Convocação do Agente Cultural sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

Atenção! *A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.*

• DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Cultura

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao Município

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até15 de junho de 2025.
O Relatório de Execução Financeira será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

• DISPOSIÇÕES FINAIS

Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! *Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.*

Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no sitehttps://www.iguaracu.pr.gov.br ;
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações nosite oficial, diário oficiale nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail:licitacao@iguaracu.pr.gov.br;
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura.

Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 (doze) meses após a publicação do resultado final.

Do Cronograma prévio

FASE 1 – AVALIAÇÃO		
Prazo das Inscrições	**12/11/2024 à 19/11/2024**	05 dias após publicação do edital.

Análise das Inscrições	**21 à 22/11/2024**	2 dias úteis após o prazo final das inscrições.
Publicação dos Aprovados na fase de Avaliação	**25/11/2024**	Publicado após a análise do mérito dos projetos inscritos na fase 1.
Prazo para Recursos	**26 á 28/11/2024**	3 dias úteis após a publicação dos projetos aprovados na fase 1.
Publicação da Análise dos Recursos	**29/11/2024**	1 dia útil (se houver).
FASE 2 – HABILITAÇÃO		
Prazo para Envio da Documentação de Habilitação	**12/11/2024 à 19/11/2024**	5 dias úteis após publicação do edital.
Publicação do Resultado Preliminar da Habilitação	**25/11/2024**	2 dias úteis após encerramento do prazo para habilitação.
Prazo para Recursos	**26 á 28/11/2024**	3 dias úteis após publicação do resultado da habilitação.
Publicação da Análise dos Recursos	**29/11/2024**	1 dia útil (se houver).
Publicação do Resultado Final	**29/11/2024**	1 dia útil após análise dos recursos (se houver).

FASE 2 – HABILITAÇÃO		
Prazo para Envio da Documentação de Habilitação	**12/11/2024 à 19/11/2024**	5 dias úteis após publicação do edital.
Publicação do Resultado Preliminar da Habilitação	**25/11/2024**	2 dias úteis após encerramento do prazo para habilitação.
Prazo para Recursos	**26 á 28/11/2024**	3 dias úteis após publicação do resultado da habilitação.
Publicação da Análise dos Recursos	**29/11/2024**	1 dia útil (se houver).
Publicação do Resultado Final	**29/11/2024**	1 dia útil após análise dos recursos (se houver).

Obs: Se houver recursos, será concedido prazo de 02 (dois) dias úteis para o oferecimento de contrarrazões na forma da lei.

Chamada para assinatura dos Termos de Execução Cultural	**A partir de 02/12/2024**
Prazo máximo para pagamento do recurso	**10/12/2024**
Prazo para realização das Contrapartidas e Preenchimento do Formulário de Prestação de Contas	**15/06/2025**

Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Critérios de seleção
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Relatório de Execução do Objeto;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII - Declaração PCD
Anexo VIII – Formulário de interposição de recurso.

Iguaraçu/PR, 07 de novembro de 2024.

ANDRÉ LUIZ BORLINA
Secretário de Cultura e Turismo

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:3A4DF1B1

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO N.º 205/2024

Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Fone: 44 3248-1222 - CEP: 86.750-000
CNPJ (MF): 75.772.525/0001-44 IGUARACU/PR
DECRETO N.º 205/2024

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IGUARACU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 42/2023, de 22 de dezembro de 2023.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.049.198,39 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.365.0008.2022000 - MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL	
Despesa - 163 - 339036 - 00104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.365.0008.2022000 - MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL	
Despesa - 169 - 339047 - 00104 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.117,25
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.361.0006.2025000 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICIPIO	
Despesa - 193 - 339036 - 00104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06001 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Funcional - 12.365.0008.2029000 - MANUTENÇÃO PRÉ-ESCOLA VAMOS CRESCER JUNTOS	
Despesa - 232 - 339036 - 00104 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	25.000,00

Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06003 - FUNDEB	
Funcional - 12.361.0006.2032000 - ENCARGOS COM O FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 255 - 319011 - 00101 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06003 - FUNDEB	
Funcional - 12.361.0006.2033000 - ENCARGOS COM O FUNDEB - 30% - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 262 - 339030 - 00102 - MATERIAL DE CONSUMO	70.000,00
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06003 - FUNDEB	
Funcional - 12.361.0006.2033000 - ENCARGOS COM O FUNDEB - 30% - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 263 - 339036 - 00102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	25.000,00
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06003 - FUNDEB	
Funcional - 12.361.0006.2033000 - ENCARGOS COM O FUNDEB - 30% - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 264 - 339039 - 00102 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	56.851,40
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06003 - FUNDEB	
Funcional - 12.361.0006.2033000 - ENCARGOS COM O FUNDEB - 30% - ENSINO FUNDAMENTAL	
Despesa - 265 - 339047 - 00102 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06003 - FUNDEB	
Funcional - 12.365.0008.2034000 - ENCARGOS DO FUNDEB - 70% - ENSINO INFANTIL	
Despesa - 266 - 319011 - 00101 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	710.000,00
Órgão - 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade - 06003 - FUNDEB	
Funcional - 12.365.0008.2034000 - ENCARGOS DO FUNDEB - 70% - ENSINO INFANTIL	
Despesa - 267 - 319013 - 00101 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	57.229,74
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	1.049.198,39

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
111250010000000000 - 4 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal
175150010000000000 - 106 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
175150010000000000 - 107 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de IGUARACU/PR, em 6 de novembro de 2024

ELISEU SILVA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:60ED694B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2024

O Município de Itambé, com sede na Praça Rui Barbosa, nº 34, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.282.698/0001-47, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VITOR APARECIDO FEDRIGO, brasileiro, solteiro, portador da CIRG n.º RG n.º 3.925.467/0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n.º 533.612.619-53, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão nº 20/2024, para REGISTRO DE PREÇOS nº 12/2024, processo administrativo n.º 045/2024, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, nos Decretos Municipais nº 211/2023, 227/2023, 184/2018 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

1. Consideram-se REGISTRADOS os preços para futura e eventual **Aquisição de gêneros alimentícios, mediante entrega de forma parcelada, destinados à manutenção das Unidades Administrativas desta Municipalidade**, conforme quantidades e especificações contidas abaixo:

FORNECEDOR: GRANETO EMPACOTADORA E COMERCIO DE ALIMENTOS - CNPJ: 38.063.834/0001-19

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
10	Café em pó torrado e moído, tipo tradicional, em embalagem de 500 gramas. Produto de boa qualidade e sabor, com prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega e informações nutricionais do tipo do café impresso na embalagem.	PADRÃO DE MINAS	PCT	3.500	13,50	47.250,00
Valor total:				47.250,00		

FORNECEDOR: V. J. PERIN & CIA. LTDA - CNPJ: 79.958.963/0001-52

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Pão Francês do dia, com a composição: farinha de trigo especial enriquecida de ferro e ácido fólico, sal, açúcar, água, reforçador, óleo	MARQUESPAN	kg	3.000	18,00	54.000,00

	emulsificante ou condicionador e fermento (seco ou biológico).					
2	Achocolatado em pó instantâneo, saco em polietileno leitoso de 400 g. Ingredientes indispensáveis: Açúcar cacau em pó com aroma natural sem corantes artificiais. Deve constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade.	KREND	Pacote	600	7,50	4.500,00
3	Açúcar cristal branco, pacote 5 kg, embalagem resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega.	ALTO ALEGRE	UND	1.500	18,00	27.000,00
4	Água mineral 510 ml c/ 12 unidades.	SAFIRA	Fardo	200	19,50	3.900,00
5	Amido de milho, produto amiláceo extraído de milho fabricados a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade, fermentação ou ranço. O amido deve produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Embalagem original de fábrica de 1 kg com identificação do produto, dos ingredientes, informações nutricionais, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação.	APTI	unidad	100	8,10	810,00
6	Arroz integral, pacote de 1 kg, embalagem plástica resistente e transparente com a data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses, com registro no Ministério da Agricultura.	NUTRIPAR	unidad	30	7,00	210,00
7	Arroz branco polido "tipo 1", classe longo e fino pacote de 5 kg, embalagem plástica resistente e transparente com a data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega, com registro no Ministério da Agricultura.	KANAKE	UND	600	32,50	19.500,00
8	Biscoito doce, tipo maisena, pacote de 360 g., sem corantes artificiais, em embalagem plástica atóxica, com dupla proteção, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 08 meses a contar da data de entrega. Sem adição de proteína animal 0% lactose.	LIANE	unidad	650	5,90	3.835,00
9	Biscoito salgado, tipo "Cream Cracker", pacote de 360 g. Consistência crocante, sem corantes artificiais, em embalagem plástica atóxica, com dupla proteção com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 08 meses a contar da data de entrega. Sem adição de proteína animal e 0% lactose.	LIANE	UND	650	5,90	3.835,00
11	Canjiquinha, pacote de 500 g., embalagem plástica e resistente com a data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses.	PIPOIM	UND	180	2,89	520,20
12	Chá mate, caixa com 250 g., deve constar na embalagem a data de fabricação e o prazo de validade.	CHA DAS 5	UND	700	4,69	3.283,00
13	Coco ralado, pacote de 100 g., embalagem plástica e resistente com data de fabricação e prazo de validade.	INGACOCO	UND	130	3,99	518,70
14	Colorau de 1ª qualidade, pacote de 500 g., embalagem plástica, resistente e transparente deve constar a data de fabricação e prazo de validade.	PIPOIM	UND	180	6,65	1.197,00
15	Ervilha, sachê de 170 g., de 1ª qualidade, lata íntegra sem amassados, sem conservantes contendo prazo de validade e fabricação.	FUGINI	UND	180	3,90	702,00
16	Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20% substância seca, em embalagem sachê de 300 g., sem aditivos ou conservantes, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	FUGINI	UND	400	4,00	1.600,00
17	Farinha de mandioca torrada: seca, fina, tipo 1, ligeiramente, torrada, escura. Deverá estar isenta de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem flexível, atóxica, resistente, com peso de 01 kg.	MONSIL	unidad	100	8,00	800,00
18	Farinha de milho, tipo biju (biju amarelo), pacote de 1 kg, embalagem plástica resistente, constar prazo de validade e fabricação.	KATUAI	UND	100	8,50	850,00
19	Farinha de trigo especial, tipo 1, pacote de 5 kg enriquecida com ferro e ácido fólico, 100% pura, de excelente qualidade, pó branco, fino e de fácil escoamento, não devendo estar empedrada e úmida. Isenta de sujidades, mofos, larvas e insetos, com rótulo, identificação, data de fabricação, lote e validade de no mínimo 4 meses.	COAMO	UND	350	21,90	7.665,00
20	Farinha de trigo integral, produto obtido a partir de cereal integral, são, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, não poderá estar úmida, fermentada ou rançosa, cheiro e sabor próprios, embalagem de papel de 1 kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade de no mínimo 4 meses e lote.	ANACONDA	unidad	40	7,50	300,00
21	Feijão carioca, tipo 1, novo de primeira qualidade, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchos, pacote de 1 kg, com embalagem plástica resistente e transparente, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega, com registro no Ministério da Agricultura.	JOINHA	kg	600	8,30	4.980,00
22	Fermento biológico fresco. Embalagem em tablete de 500 gramas. Hermeticamente fechada, vedada e resistente com data de fabricação. O produto deverá apresentar validade mínima de 02 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	ATALAIA	Pacote	200	13,00	2.600,00
23	Fermento biológico seco: fermento biológico, seco, instantâneo. Composto por células de leveduras "Saccharomyces cerevisae" para preparo de produtos fermentados. Pacotes de 10 gramas.	ATALAIA	pct	150	1,40	210,00
24	Fermento químico, em pó, lata de 250 g., contendo prazo de validade e fabricação, deve estar registrado no ministério da agricultura.	ATALAIA	UND	40	10,50	420,00
25	Fubá de milho, pacote de 1 kg, simples, grão de milho moído; de cor amarela; com aspecto cor, cheiro e sabor próprios; com ausência de umidade, fermentação, ranço; isento de sujidades, parasitas e larvas, atóxico; contendo 1 kg. Acondicionado em embalagem plástica resistente, contendo a data de fabricação e prazo de validade.	SINHA	UND	250	4,90	1.225,00
26	Galão de água, 20 litros.	SAFIRA	unidad	30	14,00	420,00
27	Gelatina em pó, vários sabores, pacote 01 kg, enriquecida com vitamina C, D e E, contendo data de fabricação e prazo de validade.	APTI	unidad	80	19,00	1.520,00
28	Macarrão de Sêmola, tipo espaguete, pacote 01 kg, embalagem plástica resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega.	JOIA	unidad	250	7,60	1.900,00
29	Macarrão Picado Ave Maria, pacote 01 kg, embalagem plástica resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega.	JOIA	UND	250	7,60	1.900,00
30	Macarrão Picado Padre Nosso, pacote 01 kg, embalagem plástica resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega.	JOIA	unidad	250	7,60	1.900,00
31	Milho de pipoca, pacote de 500 g., de 1ª qualidade sem presença de grãos mofados e/ou carunchos em embalagem plástica resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade com registro no Ministério da Agricultura.	KATU	unidad	200	5,40	1.080,00
32	Milho verde, de 1ª qualidade, sachê de 170 g., íntegro, sem amassados, sem conservantes com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses.	FUGINI	unidad	200	4,20	840,00

33	Óleo de soja refinado, pet/lata de 900 ml, deve constar na embalagem à data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses.	COAMO	unid	650	7,14	4.641,00
34	Orégano, pacote de 20 g. Embalagem plástica resistente e transparente, com data de fabricação e prazo de validade.	PIPOIM	unidad	130	2,50	325,00
35	Ovos de galinha "tipo grande", casca lisa, embalagem em dúzias, em caixa de papelão com registro no Ministério da Agricultura SIF CISPOA. Os ovos deverão estar limpos e não trincados. Prazo de validade de no mínimo 15 dias.	CORTEZ	DZ	350	8,50	2.975,00
36	Refrigerante, sabores variados, embalagem PET com 2 litros.	CRUZEIRO	UND	1.500	6,50	9.750,00
37	Sal refinado iodado, pacote de 1 kg, embalagem plástica resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar a data de entrega.	MOC	UND	250	2,60	650,00
38	Suco artificial em pó, sabores variados, pacote de 1 kg. Embalagem plástica resistente com data de fabricação e prazo de validade.	ATALAIA	unidad	300	14,00	4.200,00
39	Suco de frutas, sabores variados em embalagens Tetra Pak de 1 litro.	PURITY	UND	300	6,50	1.950,00
40	Vinagre de álcool, embalagem plástica, 750 ml, rotulagem contendo quantidade do produto, informação nutricional, procedência, data de fabricação, prazo de validade, Nº do lote. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	CHEMIM	unidad	150	3,00	450,00
41	Bala mastigável, sabor iogurte, pacote com 600 g.	PARANA	UND	200	14,50	2.900,00
42	Bala mastigável sabores sortidos, pacote com 600 g.	PARANA	UND	200	14,00	2.800,00
43	Banha de gordura animal, 1 kg.	CASEIRA	Balde	100	25,00	2.500,00
44	Adoçante Dietético Líquido (sacarina): Adoçante dietético, líquido, 100 ml. Composto de água, sorbitol, edulcorantes artificiais: sacarina sódica e ciclamato de sódio e conservadores: Ácido benzóico, metilparbeno. Não contém glútem. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, número do lote, informação nutricional, data de validade, quantidade do produto. Registrado no Ministério da Agricultura.	ADOCYL	UND	50	6,00	300,00
45	Adoçante Dietético Líquido (stévia): Adoçante dietético, líquido, 100 ml. Extraído da planta de stévia, 100% natural, Zero açúcares. Zero lactose, Zero calorias. Composto de edulcorantes natural glicosídeos de esteviol. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, número do lote, informação nutricional, data de validade, quantidade do produto. Registrado no Ministério da Agricultura.	ADOCYL	UND	50	9,50	475,00
Valor total:			187.936,90			

2. As especificações de entrega dos bens/serviços, prazos e condições de pagamento serão aquelas definidas no Termo de Referência anexa ao Edital do processo licitatório que originou esta ata de Registro de Preços, que faz parte integrante desta, independente de transcrição, devendo cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos firmados, sob pena de aplicações das penalidades cabíveis.

3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ARP, salvo nos contratos dela decorrentes.

4. **O prazo de fornecimento será de até 07 (sete) dias**, contados após o envio da Solicitação de Despesa e-mail da contratante e seu recebimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. Poderá ser realizado adesão a esta Ata de Registro de Preços desde que aceito pelo DETENTOR e desde que não haja prejuízos as demandas dos órgãos participantes.

2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços e o contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar contratações na quantidade total estimada, e poderá ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada a Detentora do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. A formalização da Contratação, que se dará através do contrato de fornecimento, observando-se as condições estabelecidas no artigo 95 da Lei 14.133.

3. O Aceite da Solicitação de Despesa ou Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de referência e seus anexos;
a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão e os direitos da Administração previstos Lei nº 141333/21.

4. Independente de transcrição do contrato, as condições de execução/entrega do bem são as especificadas no Edital da Licitação e o Termo de Referência anexo a ele, sujeitando às partes as instruções neles contidas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2. A publicação da Ata de Registro se dará no Diário Oficial do Município de Itambé, no endereço Presencial: (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

CLÁUSULA QUINTA - DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA E DA CONTRATAÇÃO:

1. O Município de Itambé é o Órgão Gerenciador responsável pelo gerenciamento desta Ata de Registro de Preços.

2. Caberá ao servidor Rafael de Lima Amadias Timiro (matrícula: 8334) a Gestão desta ARP, cabendo as responsabilidades prevista na Lei.

3. Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido, bem como acompanhar e fiscalizar a execução e fornecimento deste contrato através da servidora Vera Lucia De Franca Melo (matrícula: 8443).

4. As obrigações do fiscal atenderão ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/21.

CLAUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas situações e condições previstas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

2. Qualquer pedido de alteração, deverá vir acompanhado dos documentos comprobatórios de suas legações, como por exemplo, divulgações em mídias especializadas, planilhas de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, copias de notas fiscal e/ou documentos oficias de fornecedores.

3. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo de sofrer sanções.

4. Os pedidos de alterações serão analisados, diligenciados e negociados pelo Gestor e sua equipe.

CLÁUSULA SETIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA:

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos termos dos artigos 13 e 27 do Decreto Municipal n.º 227/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade

2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ATA de Registro de Preços ou através de simples apostilamento.
A DETENDORA DA ATA tem pleno conhecimento dos elementos constantes desta ATA, de todas as condições gerais e peculiares do fornecimento a ser efetuado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta ATA.
As partes contratantes ficam sujeitas às normas constantes da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, bem como, pelo Decreto Municipal n.º 227/2023, Decreto Municipal n.º 184/2018 e demais normas aplicáveis, sendo que os casos omissos também serão resolvidos através da aplicação das referidas leis.

2. Integram esta Ata, o Edital do Processo de Licitação seus Anexos, a Ata da Sessão do Pregão e a(s) proposta(s) de preços do fornecedor e demais documentos pertinentes arrolados no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da cidade de Marialva/PR para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente ATA, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Itambé-Pr, 06 de setembro de 2024.

LUÍS CEZAR CONTRERAS	***FLÁVIA VICENZI***	***MARLY MARÇOLA DUARTE***
Pregoeiro Oficial	Secretária	Membro

GRANETO EMPACOTADORA E COMERCIO DE ALIMENTOS
CNPJ: 38.063.834/0001-19
Detentora do Registro

V. J. PERIN & CIA. LTDA
CNPJ: 79.958.963/0001-52
Detentora do Registro

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:163D99EF

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2024

O Município de Itambé, com sede na Praça Rui Barbosa, nº 34, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.282.698/0001-47, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VITOR APARECIDO FEDRIGO, brasileiro, solteiro, portador da CIRG n.º RG n.º 3.925.467/0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o n.º 533.612.619-53, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão nº 21/2024, para REGISTRO DE PREÇOS nº 13/2024, processo administrativo n.º 047/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, nos Decretos Municipais nº 211/2023, 227/2023, 184/2018 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

1. Consideram-se REGISTRADOS os preços para futura e eventual **Aquisição Cestas Básicas de distribuição gratuita, destinadas aos programas de Assistência Social implantados nesta municipalidade**, conforme quantidades e especificações contidas abaixo:

LOTE 01 - Exclusivo ME/EPP					
ITEM	**QTDE**	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	**200**	Unidade	Cestas Básicas de distribuição gratuita, destinadas aos programas de Assistência Social.	**153,81**	30.762,00
TOTAL				**30.762,00**	

LOTE 02 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	**QTDE**	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	**600**	Unidade	Cestas Básicas de distribuição gratuita, destinadas aos programas de Assistência Social.	**153,81**	92.286,00
TOTAL				**92.286,00**	

Dos componentes da cesta:

Item	**Especificação**	**Marca**	**Unidade**	**Quantidade**
1	Açúcar cristal branco, pacote 5 kg, embalagem resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega.	PURO CAMPO	UND	**1**
2	Arroz branco polido "tipo 1", classe longo e fino pacote de 5 kg, embalagem plástica resistente e transparente com a data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega, com registro no Ministério da Agricultura.	DOURO	UND	**1**
3	Feijão carioca, tipo 1, novo de primeira qualidade, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchos, pacote de 1 kg, com embalagem plástica resistente e transparente, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega, com registro no Ministério da Agricultura.	SAFRA NOVA	kg	**2**
4	Café em pó torrado e moído, tipo tradicional, em embalagem de 500 gramas. Produto de boa qualidade e sabor, com prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega e informações nutricionais do tipo do café impresso na embalagem.	FRUTO DE MINAS	PCT	**1**
5	Farinha de mandioca torrada: seca, fina, tipo 1, ligeiramente, torrada, escura. Deverá estar isenta de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega. Embalagem flexível, atóxica, resistente, com peso de 01 kg.	DIOKA	unidad	**1**
6	Fubá de milho, pacote de 1 kg, simples, grão de milho moído; de cor amarela; com aspecto cor, cheiro e sabor próprios; com ausência de umidade, fermentação, ranço; isento de sujidades, parasitas e larvas, atóxico; contendo 1 kg. Acondicionado em embalagem plástica resistente, contendo a data de fabricação e prazo de validade.	SINHA	UND	**1**
7	Sal refinado iodado, pacote de 1 kg, embalagem plástica resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar a data de entrega.	GARÇA	kg	**1**
8	Macarrão de Sêmola, tipo espaguete, pacote 01 kg, embalagem plástica resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da data de entrega.	JOIA	unidad	**1**
9	Leite longa vida integral, pasteurizado, embalagem caixa tetra brik aseptic, composta de 06 camadas de proteção, uma de polietileno para proteger a embalagem da umidade externa, uma camada de papel que dá resistência a embalagem. Contendo a data de fabricação e o prazo de validade de no mínimo 3 meses a contar da data de entrega.	LIDER	LITRO	**2**
10	Vinagre de álcool, embalagem plástica, 750 ml, rotulagem contendo quantidade do produto, informação nutricional, procedência, data de fabricação, prazo de validade, Nº do lote. O produto deverá apresentar validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	NEVAL	unidad	**1**
11	Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20% substância seca, em embalagem sachê de 300 g., sem aditivos ou conservantes, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	FUGINI	UND	**2**
12	Creme Dental com flúor, embalagem com 90 g., contendo, micropartículas de cálcio, ação bacteriana, registro no Ministério da saúde, embalagem deve conter a marca do fabricante, peso líquido, data de fabricação e prazo de validade.	DENTIL	unidad	**1**
13	Sabonete em barra, suave, com registro na ANVISA, aspecto físico sólido, para higienização, embalagem de 85 g.	VIDA	UND	**2**
14	Óleo de soja refinado, pet/lata de 900 ml, deve constar na embalagem à data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 12 meses.	COCAMAR	unid	**2**
15	Biscoito salgado, tipo "Cream Cracker", pacote de 360 g. Consistência crocante, sem corantes artificiais, em embalagem plástica atóxica, com dupla proteção com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 08 meses a contar da data de entrega. Sem adição de proteína animal e 0% lactose.	PICCININI	UND	**1**
16	Biscoito doce, tipo maisena, pacote de 360 g., sem corantes artificiais, em embalagem plástica atóxica, com dupla proteção, com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 08 meses a contar da data de entrega. Sem adição de proteína animal 0% lactose.	PICCININI	unidad	**1**
17	Sabão em barra glicerinado, para uso geral, biodegradável, pacote com 5 unidades de 200 gramas cada. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	ALPES	UND	**1**

2. As especificações de entrega dos bens/serviços, prazos e condições de pagamento serão aquelas definidas no Termo de Referência anexa ao Edital do processo licitatório que originou esta ata de Registro de Preços, que faz parte integrante desta, independente de transcrição, devendo cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos firmados, sob pena de aplicações das penalidades cabíveis.

3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ARP, salvo nos contratos dela decorrentes.

4. **O prazo de fornecimento será de até 07 (sete) dias**, contados após o envio da Solicitação de Despesa e-mail da contratante e seu recebimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. Poderá ser realizado adesão a esta Ata de Registro de Preços desde que aceito pelo DETENTOR e desde que não haja prejuízos as demandas dos órgãos participantes.

2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços e o contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

1. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar contratações na quantidade total estimada, e poderá ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada a Detentora do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. A formalização da Contratação, que se dará através do contrato de fornecimento, observando-se as condições estabelecidas no artigo 95 da Lei 14.133.

3. O Aceite da Solicitação de Despesa ou Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de referência e seus anexos;
a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão e os direitos da Administração previstos Lei nº 141333/21.

4. Independente de transcrição do contrato, as condições de execução/entrega do bem são as especificadas no Edital da Licitação e o Termo de Referência anexo a ele, sujeitando às partes as instruções neles contidas.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

1. O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2. A publicação da Ata de Registro se dará no Diário Oficial do Município de Itambé, no endereço Presencial: (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

CLÁUSULA QUINTA - DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA E DA CONTRATAÇÃO:

1. O Município de Itambé é o Órgão Gerenciador responsável pelo gerenciamento desta Ata de Registro de Preços.

2. Caberá ao servidor Rafael de Lima Amadias Timiro (matrícula: 8334) a Gestão desta ARP, cabendo as responsabilidades prevista na Lei.

3. Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido, bem como acompanhar e fiscalizar a execução e fornecimento deste contrato através da servidora Vera Lucia De Franca Melo (matrícula: 8443).

4. As obrigações do fiscal atenderão ao disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/21.

CLAUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas situações e condições previstas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

2. Qualquer pedido de alteração, deverá vir acompanhado dos documentos comprobatórios de suas legações, como por exemplo, divulgações em mídias especializadas, planilhas de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, copias de notas fiscal e/ou documentos oficias de fornecedores.

3. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo de sofrer sanções.

4. Os pedidos de alterações serão analisados, diligenciados e negociados pelo Gestor e sua equipe.

CLÁUSULA SETIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA:

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos termos dos artigos 13 e 27 do Decreto Municipal n.º 227/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade

2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ATA de Registro de Preços ou através de simples apostilamento.
A DETENDORA DA ATA tem pleno conhecimento dos elementos constantes desta ATA, de todas as condições gerais e peculiares do fornecimento a ser efetuado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta ATA.
As partes contratantes ficam sujeitas às normas constantes da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, bem como, pelo Decreto Municipal n.º 227/2023, Decreto Municipal n.º 184/2018 e demais normas aplicáveis, sendo que os casos omissos também serão resolvidos através da aplicação das referidas leis.

2. Integram esta Ata, o Edital do Processo de Licitação seus Anexos, a Ata da Sessão do Pregão e a(s) proposta(s) de preços do fornecedor e demais documentos pertinentes arrolados no processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da cidade de Marialva/PR para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente ATA, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Itambé-Pr, 06 de setembro de 2024.

LUÍS CEZAR CONTRERAS	***FLÁVIA VICENZI***	***MARLY MARÇOLA DUARTE***
Pregoeiro Oficial	Secretária	Membro

HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 55.187.334/0001-08
Detentora do Registro

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:BF2AA305

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 038/2024-PMI

CONTRATO Nº.160/2024.
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA:EMPRESA EXTINTORES MARINGAENSE LTDA - EPP,inscrita no CNPJ/MF sob nº.:84.981.877/0001-09.
OBJETO:Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição e recarga de extintores, para atender a demanda das Secretarias do Município.
FISCAL DESIGNADO:Reinaldo da Silva, Lotado na Secretaria de Administração.

Item	Qtdd	Undd	Objeto/Descrição	Valor (R$) Máximo Unitário	Valor (R$) Máximo Total
1.1	56	Undd Serviço	Recarga de extintor de incêndio tipo PQS ABC 06kg	100,00	5.600,00
1.2	20	Undd Serviço	Recarga de extintor de incêndio tipo PQS ABC 04kg	90,00	1.800,00
1.3	04	Undd Serviço	Recarga de extintor de incêndio tipo CO^2 06kg	140,00	560,00
1.4	10	Und	Extintor de incêndio tipo PQS ABC 04kg	210,00	2.100,00
1.5	20	Und	Adesivo tapete para demarcação de piso extintores E17, 100x100cm	150,00	3.000,00
1.6	10	Und	Abrigo de extintor modelo chapéu, chapa de aço com pintura vermelha	230,00	2.300,00
TOTAL					15.360,00

VALOR:R$15.360,00(quinze mil trezentos e sessenta reais).
FUNDAMENTO LEGAL:Lei n°. 14.133/2021.
INICIO DE VIGÊNCIA:06 de novembro de 2024.
TERMINO DA VIGÊNCIA:06 de novembro de 2025
FORO:Comarca de Paiçandu – Pr.

Ivatuba/Pr,06 de novembro de 2024.

SERGIO JOSÉ SANTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:F5FB1C2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICADO EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 035-2024-PMI

Onde se lê:CONTRATO Nº.128/2024.
Leia-se:CONTRATO Nº.158/2024.
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA:J DE BRITO - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA,inscrita no CNPJ/MF sob nº.:32.282.308/0001-63.
OBJETO:Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de materiais descartáveis para as Secretarias do município de Ivatuba.
FISCAL DESIGNADO:Elizangela Barbara Fritzen,Chefe de Gabinete.

Item	Qtdd	Undd	Objeto/Descrição	Valor (R$) Máximo Unitário	Valor (R$) Máximo Total
1.1	300	Pacote	Copo descartável polipropileno PP atóxico para água,copo transparente/translúcido, capacidade 300 ml, peso mínimo 284 g, pacote com 100 unidades, os copos devem estar embalados em mangas invioláveis. Na embalagem devem estar identificados a capacidade total, a quantidade e o peso mínimo de cada copo. Os copos devem ser gravados em relevo com a marca ou identificação do fabricante, capacidade do copo e símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230. Quanto ao aspecto visual e de segurança, devem ser observadas as determinações da NBR 14865/2002, com selo do Inmetro.	8,90	2.670,00
1.2	2.200	Pacote	Copo descartável polipropileno PP atóxico para água,copo transparente/translúcido, capacidade 180 ml, peso mínimo 198 g, pacote com 100 unidades, os copos devem estar embalados em mangas invioláveis. Na embalagem devem estar identificados a capacidade total, a quantidade e o peso mínimo de cada copo. Os copos devem ser gravados em relevo com a marca ou identificação do fabricante, capacidade do copo e símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230. Quanto ao aspecto visual e de segurança, devem ser observadas as determinações da NBR 14865/2002, com selo do Inmetro.	5,95	13.090,00
1.3	800	Pacote	Copo descartável polipropileno PP atóxico para café,copo transparente/translúcido, capacidade 50 ml, peso mínimo 75 g, pacote com 100 unidades, os copos devem estar embalados em mangas invioláveis. Na embalagem devem estar identificados a capacidade total, a quantidade e o peso mínimo de cada copo. Os copos devem ser gravados em relevo com a marca ou identificação do fabricante, capacidade do copo e símbolo de identificação do material para reciclagem conforme NBR 13230. Quanto ao aspecto visual e de segurança, devem ser observadas as determinações da NBR 14865/2002, com selo do Inmetro.	3,20	2.560,00
1.4	10	Pacote	Pote plástico redondo com tampa, transparente, 250 ml, pacote com mínimo de 25 unidades. Pode ir ao freezer e micro-ondas. Sem bisfenol-A, plástico PP.	38,90	389,00
1.5	10	Pacote	Pote plástico redondo com tampa, transparente, 500 ml, pacote com mínimo de 25 unidades. Pode ir ao freezer e micro-ondas. Sem bisfenol-A, plástico PP.	45,00	450,00
1.6	15	Pacote	Garfo descartável para refeição, linha extra forte, cristal, embalagem com mínimo 50 unidades.	10,00	150,00
1.7	10	Pacote	Colher descartável para refeição, linha extra forte, cristal, embalagem com mínimo 50 unidades.	10,00	100,00
1.8	30	Pacote	Prato raso para sobremesa, descartável, branco, 15 cm de diâmetro, embalagem com 10 unidades.	3,80	114,00
1.9	15	Unidade	Bandeja redonda de papelão laminado prata, nº5, 28cm.	4,45	66,75
1.10	15	Unidade	Bandeja redonda de papelão laminado prata, nº6, 32cm.	5,15	77,25
1.11	25	Unidade	Bandeja redonda de papelão laminado prata, nº8, 38cm.	6,35	158,75
1.12	10	Unidade	Bandeja retangular de papelão laminado prata, nº4, 27,5x33,5cm.	6,30	63,00
1.13	10	Unidade	Bandeja retangular de papelão laminado prata, nº5, 33x40cm.	7,00	70,00
1.14	25	Unidade	Bandeja redonda de isopor, branco, borda rendada/florada. Diâmetro 34cm.	3,40	85,00
1.15	20	Pacote	Copo pet cristal/transparente, reforçado, descartável, 200 ml. Pacote com 50 unidades.	32,00	640,00
1.16	10	Pacote	Saco plástico transparente para doces, tipo celofane, 14x22,5cm. Pacote com 100 unidades.	16,50	165,00
TOTAL					20.848,75

VALOR:R$20.848,75(vinte mil oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos).
FUNDAMENTO LEGAL:Lei nº. 14.133/2021.
INICIO DE VIGÊNCIA:05 de novembro de 2024.
TERMINO DA VIGÊNCIA:05 de novembro de 2025.
FORO:Comarca de Paiçandu – Pr.

Ivatuba/Pr,05 de novembro de 2024.

SERGIO JOSÉ SANTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C38916E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

LICITAÇÃO
TERMO DE DISPENSA 96-2024

Exercício: 2024		
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 96-2024		
DATA: 06/11/2024	PROTOCOLO: /	PROCESSO: 142
CONTRATANTE		
MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA		
CONTRATADO(A)		
Fornecedor: ARQUIVEI SERVICOS ON LINE LTDA		
CNPJ: 19.427.033/0001-40	Insc. Estadual:	
Endereço: AVENIDA DOUTOR CARLOS BOTELHO, 1863		
Bairro: CENTRO Cidade: São Carlos - SC	CEP: 13.560-250	
Telefone:		
OBJETO		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES PARA		

ATENDER AS NECESSIDADES DOS DEPARTAMENTOS DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM OLINDA/PR							
JUSTIFICATIVA							
O Município de Jardim Olinda através do Departamento de Administração justifica a presente contratação pelo fato de que a aquisição do referido serviço visa atender à urgente necessidade de garantir a tempestividade dos registros fiscais, contábeis e financeiros desta municipalidade. A implementação de um serviço especializado em gestão de documentos fiscais permitirá que as notas fiscais sejam disponibilizadas imediatamente após sua emissão, reduzindo significativamente a dependência do setor administrativo em relação ao envio manual dos documentos pelos fornecedores. Tal medida não apenas minimizará a ocorrência de falhas humanas, como também contribuirá para a eficiência operacional da administração pública. É importante ressaltar que a disponibilização das informações administrativas, contábeis e financeiras necessárias aos órgãos competentes é uma obrigação inadiável que deve ser cumprida rigorosamente dentro dos prazos estabelecidos. Diante disso, torna-se imprescindível assegurar o recebimento ágil e seguro dos documentos fiscais, de modo a atender às exigências legais e à transparência que a sociedade demanda. Portanto, a contratação do serviço em questão se mostra não apenas necessária, mas também estratégica para o fortalecimento da gestão pública municipal, garantindo maior celeridade e precisão nos processos administrativos e na prestação de contas.							
DESPESA							
Programática		Fonte	Descrição				
02001041220002220033904000000		10000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO- PESSOA JURÍDICA				
ITEM(S)							
Lot	Orde	Item	Descrição	Unidade	Qtde.	V. Unitário	V. Total
1	1	30668	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES	UN	12.00	293,55	3.522,60
Total:							3,522.60
EMBASAMENTO LEGAL							
Art. 74, II, Lei 14133/21							
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL							
Art. 74, II, Lei 14133/21							

LUCIMAR DE SOUZA MORAIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:D71B441B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2024

Dispõe sobre as Normas, Orientações e Procedimentos para execução das despesas relativas às Obras Públicas, realizadas pelos órgãos integrantes da Prefeitura Municipal da Lapa-Pr.

A PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA PARANÁ, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica do Município da Lapa-Pr., de 04/04/1990;
Considerando a Constituição Federal, Art. 37: "A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência";
Considerando a Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
Considerando a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2.000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
Considerando o Decreto-Lei nº 200/1.967, quanto à responsabilidade: "Art. 90: Responderão pelos prejuízos que causarem à Fazenda Pública o ordenador de despesas e o responsável pela guarda de dinheiros, valores e bens".
Considerando a Instrução Normativa Nº 001/2021 que dispõe sobre as Normas, Orientações e Procedimentos para execução das despesas realizadas pelos órgãos integrantes da Administração da Prefeitura Municipal da Lapa-Pr.

RESOLVE

Art. 1º - Dispor sobre as Normas, Orientações e Procedimentos para execução das despesas relativas às Obras Públicas, realizadas pelos órgãos integrantes da Prefeitura Municipal da Lapa-Pr.

1. INTRODUÇÃO

A elaboração desta Instrução Normativa visa orientar, de forma sucinta, sobre as normas voltadas para a execução da despesa pública com foco nas Obras Públicas. Esclarece, na prática, os principais procedimentos a serem adotados nos Órgãos da administração da Prefeitura da Lapa -Pr.
Caberá aos Ordenadores de Despesas repassá-la a todos os servidores envolvidos em qualquer fase da elaboração e execução da despesa.
O Princípio da Legalidade impõe ao agente público o dever de agir em estrito cumprimento às Leis. Esse princípio destaca que no Brasil ninguém pode, com relação à lei, alegar desconhecimento. De acordo com o art. 3º, da Introdução ao Código Civil: "Ninguém se escusa de cumprir a Lei alegando que não a conhece".
O Servidor que infringir às normas, estará sujeito a Responder, de forma solidária com os demais servidores envolvidos, além do Ressarcimento dos eventuais danos causados ao Município.

2. NORMAS, ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Serão apresentadas as principais normas, orientações e procedimentos inerentes às fases da geração da despesa pública para Obras Públicas.

2.1 Conceitos

Segundo a COFOP – Manual de Obras TCE/PR
(https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/manual-de-obras-publicas/275554/area/251), conceitua-se:
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) – é um instrumento formal pelo qual o Engenheiro, Agrônomo, Geólogo, Meteorologista, Geógrafo, Tecnólogo e o Técnico de 2º Grau registram os seus contratos profissionais junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, na jurisdição onde estão sendo executados os serviços, mediante o pagamento de uma taxa. Criada pela Lei Federal n.º 6.496/1977 e regulamentada pela

Resolução n.º 425/1998 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, CONFEA, a ART é o documento que define, para todos os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelos empreendimentos da Engenharia e da Agronomia.
- BDI - Benefícios e Despesas Indiretas: percentual relativo às despesas indiretas que incidirá sobre as composições dos custos diretos, inserido na composição dos custos unitários. Seu valor é avaliado para cada caso específico, pois depende do local, tipo de obra e impostos gerais. Inclui, ainda, o lucro esperado pelo construtor. Composição usual do BDI:

Itens	Comentários
Administração central	Correspondem aos gastos da empresa para manter e operar o seu escritório central.
Administração da obra	São despesas referentes à realização de serviços administrativos de apoio no canteiro de obras (secretaria, serviços gerais, almoxarifado, etc.). Pode ser incluída na planilha orçamentária e retirada, neste caso, do BDI.
Encargos financeiros	Calculado em função do tempo que o órgão/ entidade leva para pagar a fatura após sua emissão.
Lucro Líquido	Taxa incidente sobre o total geral dos custos e despesas, excluídas as despesas fiscais.
Riscos e Imprevistos	Riscos (incêndio, alagamento, desmoronamento, responsabilidade civil, roubo, etc.).
Tributos	Podem ser mencionados a COFINS, PIS/ PASEP e ISS. Este último de competência municipal, os demais, federais. Com vistas à desburocratização do sistema de arrecadação, a lei complementar nº 123/06 possibilitou às microempresas e empresas de pequeno porte a arrecadação desses tributos
	através de documento único (artigo 13º).

- CAU/PR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná - autarquia federal, que fiscaliza a atividade profissional de arquitetos e urbanistas (www.caupr.gov.br).
- CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente, utilizado em pavimentação rodoviária.
- Contratante – é o órgão ou entidade signatária do instrumento contratual. - Contratado – é a pessoa física ou jurídica signatária do instrumento contratual.
- Contrato Administrativo – todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública ou particular, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas. - Convênio – é o instrumento formal que disciplina a transferência de recursos públicos entre Entidades Públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para realização de objetivos de interesses comuns. No convênio há partícipes com as mesmas pretensões, podendo haver apenas diversificação na cooperação de cada um, segundo suas possibilidades, para a consecução do objetivo comum, desejado por todos.
- CREA-PR – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - autarquia federal, parte do sistema CONFEA-CREAs, que fiscaliza a atividade profissional de engenheiros e agrônomos (www.crea-pr.org.br).
- Data Base – mês de referência do preço inicial proposto pelo licitante utilizado para o cálculo do reajustamento de preços.
- Execução Direta – forma de execução de obra ou serviço de engenharia realizada pelos órgãos e entidades da Administração, utilizando-se de mão de obra de seu quadro de pessoal e seus próprios meios.
- Execução Indireta – forma de execução de obra ou serviço de engenharia em que o órgão ou entidade contrata com terceiros, sob qualquer dos seguintes regimes de execução: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, empreitada integral ou tarefa.
- Medição – verificação das quantidades de serviços executados em cada etapa do contrato e ateste da qualidade destes serviços pelo engenheiro/arquiteto fiscal, mediante registro em boletins, que devem conter planilhas que discriminem qualitativa e quantitativamente os serviços executados no período e os acumulados desde o início da obra, os previstos/ acumulados para o período conforme cronograma, todos acompanhados de seus respectivos percentuais, além de memorial de cálculo detalhado indicando os locais em que os serviços foram aferidos e o período a que se refere a medição.
- Obra de engenharia - segundo RESOLUÇÃO Nº 25/2011 TCE/PR, é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, conceituando-se:
a) ampliar: produzir aumento na área construída de uma edificação ou de
quaisquer dimensões de uma obra que já exista;
b) construir: consiste no ato de executar ou edificar uma obra nova;
c) fabricar: produzir ou transformar bens de consumo ou de produção através de processos industriais ou de manufatura;
d) recuperar: tem o sentido de restaurar, de fazer com que a obra retome suas características anteriores abrangendo um conjunto de serviços;
e) reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.
- Planilha orçamentária (orçamento base: quando execução direta; ou orçamento do edital: quando execução indireta) - é o orçamento-base da licitação. Precisa ser detalhado e tem como principal objetivo servir de parâmetro para a Administração definir os critérios de aceitabilidade de preços unitários e global no edital, sendo a principal referência para a análise das propostas das empresas licitantes.
O preço final estimado da obra é dado pela soma dos custos diretos com a Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), que engloba os custos indiretos (custos administrativos, impostos, etc.) e o lucro do construtor. A composição do BDI deve ser apresentada, preferencialmente, citando a fonte oficial ou o Acórdão do TCU utilizado como referência.
- Planilha orçamentária contratada – planilha com os valores apresentados pela empresa vencedora da licitação.
- RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) – é um instrumento formal pelo qual os Arquitetos registram os seus contratos profissionais junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, na jurisdição onde estão sendo executados os serviços, mediante o pagamento de uma taxa. A RRT define, para todos os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelos empreendimentos de Arquitetura (COFOP – Manual de Obras TCE/PR https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/manual-de-obras-publicas/275554/area/251).
- Serviço de engenharia - conforme RESOLUÇÃO Nº 25/2011 TCE/PR, é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.
- Termo de Recebimento Definitivo – termo circunstanciado, efetuado por servidor ou comissão designada pela Administração que, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria, comprove a adequação do objeto aos termos contratuais e o recebe em definitivo, sendo observada pelo executante, a obrigatoriedade de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (Lei Federal n.º 8.666/1993, art. 73, inciso I, alínea b) , §1º, §2º, §3º e §4º).
- Termo de Recebimento Provisório – termo circunstanciado pelo qual o responsável pelo acompanhamento e fiscalização das obras e serviços de engenharia, recebe o objeto da licitação, provisoriamente. Firmado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, que entrega em caráter provisório a obra (Lei Federal n.º 8.666/1993, art. 73, inciso I, alínea a).

2.2 Planejamento

A Administração Pública deverá elaborar um planejamento regrado pelos ditames de probidade, racionalidade e previsibilidade, em cumprimento aos documentos obrigatórios pela Constituição Federal: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
Portanto, as despesas devem ser PLANEJADAS (com exceção das extraordinárias) e todas devem ser executadas, seguindo as normas pertinentes, observando essencialmente o princípio da anualidade.

2.3 Orientações para execução da despesa em processos de Obras Públicas, segundo Manual de Obras Públicas elaborado pelo TCE/PR:
1) Verificação de viabilidade da obra: o estudo de viabilidade objetiva eleger o empreendimento que melhor atenda ao programa de necessidades sob os aspectos técnico, ambiental, social e econômico. É necessário a observância das restrições legais e sociais relacionadas com o empreendimento em questão, considerando o plano diretor e o código de obras do município. Ainda, a situação legal do terreno: identificação dos proprietários e verificação da existência de hipotecas ou pendências judiciais junto ao Cartório de Registro de Imóveis, de modo a se assegurar que o Poder Público possa dispor do terreno;
2) Verificação de obras paralisadas: verificar a existência de obras paralisadas, previamente ao envio de requisição à programação financeira, evitando a inclusão de novos projetos de serviços de engenharia ou obras em lei orçamentária ou de créditos adicionais antes de providenciar a adequada destinação de tais obras, o que contraria o artigo 45 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Para esta análise deve ser feita uma relação das obras municipais paralisadas, com informações de prazos de execução, valores, objetos e dotações orçamentárias. Estas informações podem ser obtidas junto ao Setor responsável pelo cadastramento das obras e pelo PIT - Portal de Informações para Todos;
3) Processo de aprovação para inclusão de obras públicas: deve ser observado a relação de obras paralisadas, considerando os critérios estabelecidos na LDO atual, a saber:
I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;
II - Estiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;
III - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
IV – Estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de convênios federais e estaduais;
V – Estiverem preservados os recursos livres alocados para execução da obra no exercício corrente.
A análise dos itens acima deve ser realizada em conjunto, tendo como atores principais do processo os gestores da Secretaria de Fazenda e das Secretarias responsáveis pela execução físico-financeira da obra, ou seja, os ordenadores da despesa das secretarias envolvidas, o contador municipal responsável pelo ente junto ao TCE/PR, o responsável pelo cadastro das obras públicas no sistema de informações interno da prefeitura e o responsável pelo setor financeiro da secretaria executora (física e financeira) da referida obra. Esta análise para inclusão de novas obras no orçamento anual (ANEXO I) deverá conter as identificações (nome e matrícula) e assinaturas dos servidores mencionados no processo. O Controle Interno deverá ser informado, por meio de comunicado interno, sobre os processos de aprovações para inclusão de novas obras, para acompanhamento e controle.
4) Inclusão de novas obras públicas no orçamento: após análise das obras paralisadas e aprovação para o processo de inclusão de nova obra pública, atendendo aos critérios estabelecidos na LDO do mesmo ano de início da obra em questão, se faz necessário a inclusão da mesma no orçamento, por intermédio de decreto, onde deve constar a relação das obras paralisadas (Demonstrativo de Obras em Andamento) e o documento com a análise da aprovação da referida obra;
5) Requisição de Obras Públicas: quando a requisição de materiais e mão-de-obra se configurar em uma ou mais obras, o objeto deve ser descrito de forma clara e individualizada (obra, localização específica, valor e planilha com o referido BDI – quando couber), mesmo que sejam alocadas em um único lote no processo licitatório. Exemplo: Pavimentação asfáltica da Rua Treze de Maio, desde a Rua Des. Westphalen até a Rua Nossa Senhora do Rocio no valor R$ 469.898,16, conforme planilha orçamentária anexa;
6) Licitações e Contratos de Obras Públicas: após aprovação da requisição pela Secretaria de Fazenda o processo segue para licitação e, posteriormente, para emissão de contrato. A partir deste momento os gestores e fiscais devem permanecer atentos a todos os atos e ações relacionadas ao referido contrato e, consequentemente, a obra em questão, tanto no sistema de informações utilizado pela prefeitura quanto no Portal Informações para Todos (PIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Os termos aditivos podem ser, dentre outros, de acréscimo (aumento da meta física e valores) e de supressão (diminuição da meta física e valores), sendo que ambos necessitam de planilhas orçamentárias emitidas pelo engenheiro responsável pela obra, por parte da prefeitura;
7) Empenhos de Obras Públicas: os empenhos referentes a obras públicas devem ser emitidos respeitando o Princípio da Anualidade, ou seja, devem se referir as medições realizadas no ano corrente. Quando o empenho for emitido, um cadastro de intervenção (obra) deverá
ser criado e relacionado ao referido empenho. Para criação deste cadastro são necessários: os dados da obra, o código da ação do PPA relacionada ao tipo de obra a ser executada (já informado na requisição), a planilha do orçamento base ou do edital, a planilha da empresa vencedora, as ARTs de execução (emitida pelo engenheiro da empresa contratada), de fiscalização (emitida pelo engenheiro fiscal da obra) e de orçamento (emitida pelo engenheiro responsável pela elaboração do orçamento utilizado na licitação), a matrícula do INSS (a CNO da obra) e o código do Bem Patrimonial da referida obra. Estes dois últimos e a ART de Execução podem ser incluídos em, no máximo, 30 dias da emissão do empenho. Este cadastro é realizado na Secretaria de Obras e os dados mencionados devem ser encaminhados ao responsável pelo cadastramento, dentro do prazo estabelecido. No caso de várias obras em um mesmo lote, a emissão dos empenhos deve ser individual, para melhor controle financeiro e transparência de dados. As anulações de empenhos devem possuir aditivos de supressão emitidos com as respectivas planilhas de supressão. Antes da solicitação para anulação de empenho relativo à obra pública o responsável pelos cadastros de intervenções deve ser informado, para que não haja inconsistências na ordem sequencial das obras do corrente ano;
8) Cadastro do Bem Patrimonial de Obras Públicas: o cadastro dos bens relacionados a obras deve ser realizado no mesmo mês da emissão do empenho, conforme o objeto do contrato e o código do referido bem encaminhado ao responsável pelo cadastro da obra. A identificação da localização da obra (coordenadas geográficas) é obrigatória para estes bens.
9) Liquidações de Obras Públicas: as liquidações e pagamentos devem ser efetivadas em data igual ou posterior às medições em percentual menor ou no máximo igual às mesmas. Para cada liquidação deverá existir apenas uma nota fiscal, visando melhor acompanhamento e controle. As notas fiscais devem estar com o atesto do fiscal da obra e com o carimbo do responsável pelo lançamento do acompanhamento no cadastro de obra, além dos boletins de medições e certidões solicitadas no contrato. Na primeira liquidação deve ser enviado a CNO da obra, as ARTs (orçamento, fiscalização e execução) e na última liquidação o Termo de Recebimento e a CND (certidão negativa de débitos, da referida CNO). As notas fiscais e os seus respectivos documentos, antes de serem enviados para liquidação na Secretaria de Fazenda, devem ser encaminhados ao setor responsável da Secretaria de Obras, para registro dos acompanhamentos no sistema utilizado pela prefeitura e para juntada dos referidos documentos ao processo físico da obra em questão;
10) Pagamentos de Obras Públicas: o pagamento da liquidação do empenho de obra pública deve respeitar o Princípio da Anualidade, podendo ser efetivado no corrente ano ou no primeiro mês do ano subsequente. Neste último, o pagamento deverá estar vinculado a restos a pagar processados (onde a nota fiscal já foi liquidada no ano anterior) ou restos a pagar não processados (onde a nota fiscal relativa ao empenho do ano anterior foi emitida no ano subsequente e, portanto, ainda não foi liquidada). Para ambos os casos os recursos financeiros para o pagamento devem estar disponíveis nos cofres públicos até o último dia útil para movimentação bancária, do ano anterior;
11) Encerramento em Obras Públicas: para conclusão da obra é necessário, a emissão de nota fiscal referente ao último acompanhamento, o respectivo boletim de medição, a CND da obra e o Termo de Recebimento Definitivo da mesma. A efetiva execução da intervenção deve ser atestada

com percentual total das medições, ou seja, 100% de medições referentes ao contrato e 100% de medições referentes a cada aditivo de acréscimo emitido. Os aditivos de supressão são somados aos respectivos percentuais de contrato ou de aditivos de acréscimo para que se alcance o percentual de cem por cento. Se a obra for concluída parcialmente, mas que permita a sua utilização (etapa útil) e se existir justificada redução de meta física, a conclusão efetiva poderá ser registrada no sistema após análise da documentação apresentada no CaCo (Canal de Comunicação) do Tribunal de Contas, pelo contador municipal responsável pelo ente no TCE/PR. Como documentação primordial, deverá ser apresentado um laudo informando a situação real da obra, assinado por responsável técnico com a respectiva ART/RRT recolhida no competente órgão de classe (CREA/CAU);
12) Acompanhamentos de Obras Públicas: os acompanhamentos são lançados no sistema da prefeitura (conforme data base do boletim de medição e da emissão de termos de paralisação e conclusão) e enviados, mensalmente, ao Tribunal de Contas do Estado. Sendo assim, após o início da obra, a cada 30 dias deverá ser lançado um acompanhamento (medição de contrato ou de aditivos, paralisação ou conclusão). Os acompanhamentos de medição devem possuir a nota fiscal e um boletim de medição com fotos dos serviços realizados no período e lançados no documento. Os acompanhamentos de paralisação podem ser emitidos quando houver atrasos nos processos das medições (no caso de convênios quando os boletins/notas fiscais precisarem de aprovação do órgão financeiro), quando não houve medição no período de 30 dias e quando houver alguma situação que inviabilize a continuidade imediata da execução da obra. Nestes dois últimos casos o fiscal pode emitir uma declaração descrevendo o motivo do atraso ou falta de medição no referido período. Todos os documentos relacionados aos acompanhamentos devem ser enviados ao responsável pelos lançamentos no cadastro de obra. O acompanhamento, por parte dos atores envolvidos, da execução dos atos e fatos da obra, deve ser realizado no sistema interno de informações utilizado pelo município, nos menus gerenciais das áreas de Compras e Contratos, Execução orçamentária, Patrimônio
e Obras públicas; pelo PIT – Portal Informação para Todos, ícone Obras, no site do TCE/PR, de acesso público; e pelo Portal de Transparência do município;
13) Ocorrências em Obras Públicas: todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato devem ser anotadas pelo representante da Administração em registro próprio, onde devem constar as assinaturas de todos os envolvidos no contrato. No caso de execução de obra, as ocorrências devem ser relatadas no "Diário de Obra", que permanece no local da execução até o término da obra. A fiscalização exercida pela Administração não reduz a responsabilidade do contratado pela execução da obra ou por possíveis danos causados à Administração ou a terceiros;
14) Obra inacabada: as obras que por qualquer motivo coerente, justificado e legal não tenham sua conclusão efetivada deve ser tratada de duas formas:
a) Obras cujo objeto sofrerá alteração – neste caso se deve proceder a conclusão da mesma, por meio de parecer jurídico, lançando os percentuais faltantes do contrato e seus aditivos no cadastro da intervenção, bem como o termo de recebimento definitivo, constando neste último que uma nova intervenção será lançada devido a reformulação completa do objeto inicial. O parecer deve estar anexo aos respectivos lançamentos;
b) Obras cujo objeto não sofrerá alteração – neste caso se deve proceder a conclusão da mesma, por meio de parecer jurídico, lançando os percentuais faltantes do contrato e seus aditivos no cadastro da intervenção. O parecer deve estar anexo aos respectivos lançamentos. Na sequência proceder a inclusão de termo de paralisação esclarecendo o interesse da Administração em prosseguir com a referida obra, por intermédio de nova licitação, atualizando sempre que houver andamento nos processos internos para contratação da nova empresa, até o reinício da obra.
(Adaptado de COFOP – Manual de Obras TCE/PR https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/manual-de-obras-publicas/275554/area/251).

Art. 2º - Esta Instrução deve ser lida e seguida por todos os servidores ligados direta e indiretamente em qualquer das fases da despesa com obras públicas.

Art. 3º - Esta Instrução entrará em vigor, após a sua publicação.

Lapa-Pr., 31 de outubro de 2024.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito da Lapa-Pr.

MARCOS ANTONIO CASTILHO
Secretário da Fazenda

SUMAIA MARIA DAWAGI DOS SANTOS
Contadora responsável pelo município junto ao TCE/PR– CRC PR. 040238/O-9

ANEXO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 000/2023
ANÁLISE PARA INCLUSÃO DE NOVAS OBRAS NO ORÇAMENTO ANUAL DE _____.

A Administração Pública visando elaborar um planejamento regrado pelos ditames de probidade, racionalidade e previsibilidade, em cumprimento aos documentos obrigatórios pela Constituição Federal: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, trata a seguir da análise para inclusão de novas obras no referido orçamento.
Seguindo as normas pertinentes, em especial o artigo 45 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), esta análise se refere a obra identificada abaixo.
Conforme enquadramento disponibilizado pelo TCE/PR: **a) qual o tipo de intervenção?**
( ) Execução de obra ( ) Projeto ( ) Outras atividades técnicas **b) qual a classificação da intervenção?**
( ) Construção ( ) Ampliação ( ) Reforma ( ) Outro **c) qual o tipo de obra?**
( ) Edificação ( ) Pavimentação ( ) Saneamento ( ) Parque ou praça ( ) Equipamento Urbano ( ) Iluminação pública **d) qual a classificação da obra?**

1	Abatedouro	14	Abastecimento de Água
2	Barracão	15	Aterro Sanitário
3	Creche	16	Canalização de Rio
4	Edifício Administrativo	17	Cemitério
5	Escola/Colégio	18	Dragagem
6	Hospital	19	Esgoto
7	Posto de Saúde	20	Fundo de Vale
8	Unidade Habitacional	21	Galeria Pluvial
9	Outros Edifícios	22	Outras Obras de Saneamento
10	Malha Viária Urbana	23	Parque ou Praça
11	Estrada Municipal	24	Abrigo de ônibus
12	Estrada Rural	25	Outros Equipamentos Urbanos
13	Obra de Arte Especial	26	Iluminação Pública

Relacionamento permitido tipo de obra e classificação da obra:

Tipo de obra	Classificação da obra	Tipo de obra	Classificação da obra
Edificação	Abatedouro	Saneamento	Abastecimento de Água
Edificação	Barracão	Saneamento	Aterro Sanitário
Edificação	Creche	Saneamento	Canalização de Rio
Edificação	Edifício Administrativo	Saneamento	Cemitério
Edificação	Escola/Colégio	Saneamento	Dragagem
Edificação	Hospital	Saneamento	Esgoto
Edificação	Posto de Saúde	Saneamento	Fundo de Vale
Edificação	Unidade Habitacional	Saneamento	Galeria Pluvial
Edificação	Outros Edifícios	Saneamento	Outras Obras de Saneamento
Pavimentação	Malha Viária Urbana	Parque ou Praça	Parque ou Praça
Pavimentação	Estrada Municipal	Equipamento Urbano	Abrigo de ônibus
Pavimentação	Estrada Rural	Equipamento Urbano	Outros Equipamentos Urbanos
Pavimentação	Obra de Arte Especial	Iluminação pública	Iluminação pública

e) Qual o valor da obra?
R$ _____
f) Qual a origem do recurso?
( ) próprio ( ) emenda parlamentar ( ) convênio estadual
( ) convênio federal
g) Necessita de contrapartida do município?
( ) Sim ( ) Não
h) Caso a opção anterior seja afirmativa:
- qual o Percentual? _____ - qual o Valor? R$ _____ i) Qual o prazo para execução da obra?
_____
j) Existe compatibilidade desta obra com o Plano Plurianual e a LDO atual? ( ) Sim ( ) Não
( ) Parcial – existe previsão para obras, mas não apresenta a ação exata para a obra em questão. A inclusão será realizada após aprovação legislativa e a inclusão orçamentária será efetivada na sequência, inserindo a ação específica da referida obra.
k) As obras em andamento estão adequadamente contempladas?
( ) Sim ( ) Não
( ) Parcial – existem obras em andamento que possuem repasses de recursos estaduais ou federais que extrapolam a previsão exata para sua realização. No que se refere a responsabilidade do ente municipal existe adequada contemplação de execução e previsão orçamentária. Para melhor entendimento está sendo encaminhado junto a esta análise o Demonstrativo de Obras em Andamento.
l) Estão preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público?
( ) Sim ( ) Não
m) Estão preservados os recursos alocados para a contrapartida de convênios federais e estaduais?
( ) Sim ( ) Não
n) Estão preservados os recursos livres alocados para execução da obra no exercício corrente? ( ) Sim ( ) Não
o) Onde será alocada a despesa orçamentária no orçamento?
Órgão: _____
Unidade: _____
Ação: _____ Funcional: _____._____._____ Modalidade de aplicação:
( ) 339030 Material de consumo R$ _____
( ) 339036 Serviços Terceiros P. Física R$ _____
( ) 339039 Serviços Terceiros P. Jurídica R$ _____
( ) 449051 Obras e Instalações R$ _____
( ) 449052 Equipamentos e Material Permanente R$ _____
p) Qual Secretaria será responsável pela execução da obra em questão? _____
q) Foram atendidas todas as exigências legais (leis, documentos e certidões) em relação ao tipo e classificação da obra?
( ) Sim ( ) Não
( ) Parcialmente, conforme esclarecimentos a seguir:
_____
r) A planilha de Orçamento Base/Edital assinada está em anexo?
( ) Sim ( ) Não

Lapa, ____de_____de_____.

_____
Nome servidor(a)
Contador(a) Municipal Secretário(a)
Matrícula:

_____
Nome servidor(a)
Municipal de Fazenda
Matrícula:

_____
Nome servidor(a)
Secretário(a) Municipal de Obras Secretário(a)

_____
Nome servidor(a)
Execução Financeira
Matrícula:

Matrícula:

_____

Nome servidor(a)
Responsável Cadastro de Obras Resp. Financeiro
Matrícula:

_____

Nome servidor(a)
Sec. Exec. Financ.
Matrícula:

DEMONSTRATIVO DE OBRAS EM ANDAMENTO DO ANO DE XXXX.

Nº/ano intervenção	Início Obra	Andamento (*)	Objeto	Contrato	Situação Física (%)	Nº Ação	Valor Contrato
01/2023	01/01/2023	Em execução		120/2023	1,5	2023	1.550.000,00

		* Tipos de andamento				
Em execução	Paralisada	Cadastro indevido	Ação judicial	Concluída	Parcialmente concluída	inacabada

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:442B682E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 42/2024

A Prefeitura Municipal de Laranjal, com sede á Rua Pernambuco, 501, Centro, na cidade de Laranjal-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.684.536/0001-80, neste ato representado(a) pelo Sr. João Elinton Dutra, Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de DISPENSA, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 30/2024 processo administrativo n.º 88/2024 RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
HORTOPLUS PROD ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n° 17.676.642/0001-08, com endereço na Rua Francisco Pires da Rocha, 309 sala 02 - CEP: 85045010 - BAIRRO: Bonsucesso, cidade de Guarapuava/PR, neste ato representado pelo Sr. **MARCELO BRANDALISE ZANINI,** brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n° 100883350 e inscrito no CPF/MF sob o n° 060.697.569-16, residente e domiciliado em R. SALDANHA MARINHO, 495 AP 201 - CEP: 85012280 - BAIRRO: TRIANON cidade de Guarapuava/PR.
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNOSTICO DE DENGUE** especificado no Termo de Referência, anexo *AO EDITAL* que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
O valor total da presente Ata é de R$ **6.472,50** (**Seis Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos**). Referente aos seguintes itens:

ITENS						
Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	TESTE DE DENGUE NS1 CX COM 25 UNIDADES	WAMA	CX	50,00	129,45	6.472,50
TOTAL						6.472,50

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE
O órgão gerenciador será o Município de Laranjal
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

JOAO ELINTON DUTRA	***MARCELO BRANDALISE ZANINI***
43497292915	06069756916

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:75E78C57

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 43/2024
A Prefeitura Municipal de Laranjal, com sede a Rua Pernambuco, 501, Centro, na cidade de Laranjal-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.684.536/0001-80, neste ato representado(a) pelo Sr. João Elinton Dutra, Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de DISPENSA, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024 processo administrativo n.º 89/2024 RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:
HORTOPLUS PROD ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n° 17.676.642/0001-08, com endereço na Rua Francisco Pires da Rocha, 309 sala 02 - CEP: 85045010 - BAIRRO: Bonsucesso, cidade de Guarapuava/PR, neste ato representado pelo Sr. **MARCELO BRANDALISE ZANINI,** brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n° 100883350 e inscrito no CPF/MF sob o n° 060.697.569-16, residente e domiciliado em R. SALDANHA MARINHO, 495 AP 201 - CEP: 85012280 - BAIRRO: TRIANON cidade de Guarapuava/PR.
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNOSTICO DE DENGUE** especificado no Termo de Referência, anexo *AO EDITAL* que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
O valor total da presente Ata é de R$ **45.624,00** (**Quarenta e Cinco Mil, Seiscentos e Vinte e Quatro Reais**). Referente aos seguintes itens:

ITENS						
Lote	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA ADULTO BOLSA PARA COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA ADULTO, DRENÁVEL, OPACA, COM PLÁSTICO ANTIODOR, COM BARREIRA DE RESINA SINTÉTICA INCORPORADA, PLANA, APRESENTANDO RECORTE MÍNIMO DE 10 A 20 MM E RECORTE FINAL DE 60 A 69 MM, COM ADESIVO MICROPOROSO HIPOALERGÊNICO, COM TELA PROTETORA DE PELE DE NAO TECIDO NA FACE POSTERIOR, COM MECANISMO PARA FECHAMENTO INDIVIDUAL	CONVATEC	UN	1.560,00	27,90	43.524,00
LOTE: 002 -	BOLSA DE COLOSTOMIA 50MM DESCARTÁVEL PCT C/10 UNIDADES	MEDSONDA	PCT	200,00	10,50	2.100,00
TOTAL						45.624,00

ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE
O órgão gerenciador será o Município de Laranjal
DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 0.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

JOAO ELINTON DUTRA	***MARCELO BRANDALISE ZANINI***
43497292915	06069756916

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:FD48C6C2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 32/2024

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA/TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2024
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 32/2024
1 - SETOR SOLICITANTE
Secretaria Municipal de Assistência Social
2 - DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 13 de novembro de 2024

- ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09:00 HORAS

- REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

- LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL
DIGITAL – https://licitar.digital/

- Manual e forma de envio das propostas, vide campo > ajuda do sistema (https://licitardigital.tawk.help/category/fornecedor)

3 – OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE PERSIANAS VERTICAIS E HORIZONTAIS NAS DEPENDÊNCIAS DAS SECRETARIAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PAÇO MUNICIPAL DE LARANJAL.

4 - DETALHAMENTO DO OBJETO/CONDIÇÕES/REQUISITOS:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	24983	VARÃO 29MM / METRO	10,40	MT	183,00	1.903,20
TOTAL						1.903,20
Lote: 2 - Lote 002						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	24984	SUPORTE PARA CORTINA	30,00	UN	24,33	729,90
TOTAL						729,90
Lote: 3 - Lote 003						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	24985	PONTEIRA PARA VARÃO DE CORTINA	30,00	UN	7,16	214,80
TOTAL						214,80
Lote: 4 - Lote 004						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	24986	CORTINA NO TECIDO BLACKOUT 80% ILHOS	30,00	MT	393,33	11.799,90
TOTAL						11.799,90
Lote: 5 - Lote 005						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	24987	TRILHO SUIÇO	21,56	MT	189,88	4.093,81
TOTAL						4.093,81
Lote: 6 - Lote 006						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	24988	TECIDO EM FITA WAVER BLACKOUT 100%	55,00	MT	139,83	7.690,65
TOTAL						7.690,65
Lote: 7 - Lote 007						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	24989	PERSIANA VERTICAL ATLANTA	48,20	MT	139,33	6.715,71
TOTAL						6.715,71
Lote: 8 - Lote 008						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	24991	PERSIANA STRIP	37,50	MT	404,66	15.174,75
TOTAL						15.174,75
Lote: 9 - Lote 009						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	24990	PERSIANA PH ALUMINIO	23,40	MT	282,33	6.606,52
TOTAL						6.606,52

Deve o Fornecedor:

• Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
• Garantir a qualidade dos serviços prestados e dos materiais fornecidos, conforme normas da ABNT ou outras normas técnicas reconhecidas;
• Executar os serviços de instalação no prazo estipulado, zelando pela segurança, limpeza e ordem nos locais de trabalho, bem como arcar com todos os custos da instalação;
• Disponibilizar telefones de contato e canais de comunicação com os responsáveis pela execução;
• Permitir e facilitar a fiscalização por parte da administração;
• Assumir total responsabilidade técnica pela execução dos serviços, inclusive refazendo serviços que não atendam aos padrões de qualidade exigidos.

O objeto deste Projeto básico, tem amparo legal disposto no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores e Decreto Municipal nº 44/2023.

6- JUSTIFICATIVA

A instalação de persianas nas unidades de Saúde, Assistência Social e Paço Municipal justifica-se pela necessidade de adequação dos ambientes, proporcionando conforto térmico e visual aos servidores e à população atendida, além de melhorar a privacidade e controle de luminosidade nos espaços. A medida visa contribuir para um ambiente de trabalho mais confortável e funcional, conforme as necessidades específicas de cada setor.
Em razão do valor solicito autorização para abertura de dispensa de licitação.

7 – VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRAZO PARA ENTREGA

As cortinas deverão ser entregues e instaladas em até 15 dias corridos após a emissão da ordem de serviço.

As cortinas deverão ser instaladas no Paço Municipal, Secretaria de Saúde e PET Chapadão, nos locais indicados pelo secretário responsável pela demanda.
A Vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.

8- PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria deste Município, na conta do CONTRATADO, até 30 (trinta) dias após a emissão de nota fiscal e entrega do produto, juntamente com a entrega das certidões referente a regularidade fiscal, tributária e trabalhista.

9. HABILITAÇÃO

Deverá o Fornecedor interessado anexar os seguintes documentos mínimos:
a) registro comercial no caso de firma individual;
a.1) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
a.2) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
a.3) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
b) Documentos de Identificação dos Sócios ou Representantes Legais.
c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
e) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
g) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;
i) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme parecer emitido pelo setor de contabilidade:

11 – PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:
a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Laranjal, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;
f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;
As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.
As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12 - VALOR ESTIMADO

R$ 54.929,24 (Cinqüenta e Quatro Mil, Novecentos e Vinte e Nove Reais e Vinte e Quatro Centavos)

13- DA COTAÇÃO DE PREÇOS

A estimativa dos custos foi baseada na média de três orçamentos fornecidos por empresas especializadas no mercado, os quais foram solicitados pela administração municipal. Todos os orçamentos foram devidamente avaliados quanto à viabilidade técnica e financeira, visando a contratação mais vantajosa para o município. A média de valores foi considerada para garantir uma contratação economicamente vantajosa e eficiente. Cotação a qual atende os parâmetros definidos pelo art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021 e Decreto Municipal 44/2023.

14 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização e gestão do contrato será feita pelo fiscal e pelo gestor de contratos de cada secretaria conforme portaria nº 20/2024.

15 – CRITÉRIO DE REGIONALIDADE

Procedimento destinado exclusivamente à participação de Micro e Pequena Empresa Local e Regional (Nos termos do artigo 32, § 2º, inciso II, da Lei Municipal nº 022/2022 – Regional I) atendendo aos preceitos da Lei Complementar nº 123/2006, dos Microempreendedores Individuais– MEI, Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), qualificados como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Considerando a importância de promover o desenvolvimento econômico local e fortalecer as empresas da região de Laranjal-PR, será adotado o critério de regionalidade para o presente procedimento. A escolha por fornecedores regionais favorece a geração de empregos e a circulação de recursos financeiros no próprio município e nas localidades próximas, estimulando a economia local e a sustentabilidade das empresas regionais. Essa medida também facilita a logística de fornecimento e atendimento, otimizando prazos de entrega e eventuais necessidades de manutenção ou ajustes nas persianas instaladas.

Adicionalmente, a contratação de empresas locais tende a aumentar a responsabilidade e o comprometimento das contratadas, uma vez que facilita a fiscalização e o acompanhamento dos serviços pela administração pública, além de reduzir custos indiretos relacionados a deslocamento e transporte de materiais.

Laranjal-PR, 07 de novembro de 2024.

NEIDE NASCIMENTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Luiz Guilherme Lopes Dos Santos
Código Identificador:DE82EA7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DIÁRIAS OUTUBRO 2024

Exercício: 2024

Relatório de Diárias

Período de 01/10/2024 à 31/10/2024

Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
10657/2024	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	02/10/2024	07:00	02/10/2024	20:00	Maringá	PR
10659/2024	966923	DIANE ARTEMIS DE CARVALHO	10007	1	66,00	01/10/2024	07:30	01/10/2024	14:00	Paranavai	PR
10682/2024	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	10007	1	360,00	03/10/2024	22:00	04/10/2024	23:00	CURITIBA	PR
10688/2024	966915	DANIELE GARCIA FERMINO	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	17:00	Paranavai	PR
10690/2024	966940	LARISSA MONTEIRO DE FARIA	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	17:00	Paranavai	PR
10691/2024	966129	MARCELINA PONTES DA SILVA	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	17:00	Paranavai	PR
10727/2024	966056	TIAGO FOGACA	09005	1	66,00	04/10/2024	08:30	04/10/2024	13:00	Paranavai	PR
10728/2024	966916	MARA HERMINIO NASCIMENTO	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	18:00	Paranavai	PR
10729/2024	966918	PATRICIA DOS SANTOS GUERRA	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	18:00	Paranavai	PR
10731/2024	966203	GERSON DE JESUS MUNHOZ	10007	1	360,00	03/10/2024	02:00	04/10/2024	01:00	CARLÓPOLIS	PR
10734/2024	54441	VALDECI DE LIMA	07001	1	66,00	02/10/2024	06:00	02/10/2024	18:00	Paranavai	PR
10735/2024	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	03/10/2024	07:00	03/10/2024	20:00	ARAPONGAS	PR
10658/2024	966034	DAMIAO ANTONELO	10007	1	66,00	01/10/2024	07:30	01/10/2024	13:00	Paranavai	PR
10771/2024	949431	ADRIANA APARECIDA DA SILVA	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	16:00	Paranavai	PR
10772/2024	950281	JOSE ALDO INO JUNIOR	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	16:00	Paranavai	PR
10773/2024	966927	BEATRIZ FERREIRA BROIS	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	16:00	Paranavai	PR
10774/2024	966941	ROSIANE DOS SANTOS SIQUEIRA	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	16:00	Paranavai	PR
10791/2024	966744	MARCOS PAULO AVANZI	10007	1	360,00	06/10/2024	22:00	07/10/2024	21:00	CURITIBA	PR
10795/2024	965807	LUCIMAR ZANGARI	06003	5	1.800,00	07/10/2024	05:00	11/10/2024	20:00	CURITIBA	PR
10793/2024	956641	AMARILDO DE SOUZA	10007	1	360,00	07/10/2024	03:00	08/10/2024	02:00	CURITIBA	PR
10822/2024	965837	ARISTIDES RODRIGUES	07001	1	66,00	07/10/2024	06:00	07/10/2024	18:00	Paranavai	PR
10823/2024	966965	CAROLINE BASAGLIA DE ARAUJO	10007	1	66,00	08/10/2024	07:00	08/10/2024	14:00	Paranavai	PR
10820/2024	966988	FERNANDO ORTEGA DE LIMA	07001	1	66,00	04/10/2024	06:00	04/10/2024	18:00	Paranavai	PR
10821/2024	966997	DAVI FELIPE GROSS GUIMARAES	07001	1	66,00	04/10/2024	06:00	04/10/2024	18:00	Paranavai	PR
10845/2024	966884	RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
10847/2024	965815	SERGIO RIBEIRO BORBA	10007	1	66,00	07/10/2024	05:00	07/10/2024	17:00	Paranavai	PR
10848/2024	956641	AMARILDO DE SOUZA	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
10849/2024	966883	FERNANDO SARAVALLI DA SILVA JESUS	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
10850/2024	966203	GERSON DE JESUS MUNHOZ	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	ARAPONGAS	PR
10851/2024	109871	LUCIANO APARECIDO CORSO	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	ARAPONGAS	PR
10852/2024	965896	EDNILSON PEIXOTO DE OLIVEIRA	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	ARAPONGAS	PR
10853/2024	965896	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
10854/2024	966744	MARCOS PAULO AVANZI	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	ARAPONGAS	PR
10855/2024	966162	VANDERLEY ANTONIO LOTT	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
10857/2024	966485	BRUNO DE SOUZA ROSA	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
10858/2024	967045	JAIR MONTEIRO ROCHA	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
10859/2024	60841	FERNANDES VALERIO MONTEIRO	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
10860/2024	967132	SILVIO SANTANA SANCHES	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
10861/2024	966882	MARLI RODRIGUES	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR
10862/2024	967119	SINESIO MOREIRA	10007	15	1.260,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Maringá	PR

		DANTAS									
10863/2024	965815	SERGIO RIBEIRO BORBA	10007	15	990,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Paranavai	PR
10864/2024	966148	RENALDO CESAR MAGALHAES	10007	15	990,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Paranavai	PR
10865/2024	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	66,00	07/10/2024	05:00	07/10/2024	17:00	Paranavai	PR
10870/2024	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	10007	15	990,00	08/10/2024	05:00	22/10/2024	17:00	Paranavai	PR
10871/2024	966934	LAUDICEIA CARDOSO	14001	3	1.260,00	09/10/2024	07:00	11/10/2024	17:30	CURITIBA	PR
10875/2024	43831	JOAO CICERO NASCIMENTO DA SILVA	11001	1	240,00	12/10/2024	13:00	13/10/2024	03:00	CAMPO MOURÃO	PR
10876/2024	59161	FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA	11001	3	720,00	10/10/2024	13:00	13/10/2024	18:00	PÉROLA	PR
10891/2024	967135	VINICIUS REGIANI BARONCELI	10007	1	66,00	08/10/2024	07:30	08/10/2024	12:00	Paranavai	PR
10897/2024	966148	RENALDO CESAR MAGALHAES	10007	1	360,00	09/10/2024	00:30	10/10/2024	01:00	CARLÓPOLIS	PR
10928/2024	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	1	360,00	09/10/2024	10:00	10/10/2024	12:00	CURITIBA	PR
10931/2024	81841	OSIASTE TERTULIANO DE BRITO	06003	1	84,00	10/10/2024	07:00	10/10/2024	18:00	LONDRINA	PR
10932/2024	966650	RAFAEL GONÇALVES SILVA	06003	1	84,00	10/10/2024	07:00	10/10/2024	18:00	LONDRINA	PR
10946/2024	966884	RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	1	360,00	10/10/2024	22:00	11/10/2024	23:00	CURITIBA	PR
11010/2024	965862	ADAILTON APARECIDO DO NASCIMENTO	10007	1	84,00	07/10/2024	12:00	07/10/2024	19:00	Maringá	PR
11015/2024	966056	TIAGO FOGACA	09005	1	66,00	10/10/2024	08:30	10/10/2024	13:00	Paranavai	PR
11016/2024	965982	CARLA GRAZIELA VIOTTO	09005	1	66,00	11/10/2024	06:00	11/10/2024	16:00	Paranavai	PR
11019/2024	54441	VALDECI DE LIMA	07001	1	66,00	09/10/2024	07:00	09/10/2024	18:00	Paranavai	PR
10689/2024	966965	CAROLINE BASAGLIA DE ARAUJO	10007	1	66,00	04/10/2024	06:30	04/10/2024	17:00	Paranavai	PR
11031/2024	967132	SILVIO SANTANA SANCHES	10007	2	720,00	13/10/2024	22:00	15/10/2024	18:00	SOROCABA	SP
11033/2024	43831	JOAO CICERO NASCIMENTO DA SILVA	06001	1	84,00	10/10/2024	06:00	10/10/2024	22:00	Maringá	PR
11038/2024	966798	JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES	02001	3	1.440,00	09/10/2024	04:00	11/10/2024	15:00	CURITIBA	PR
11039/2024	965837	ARISTIDES RODRIGUES	07001	1	66,00	14/10/2024	07:00	14/10/2024	18:00	Paranavai	PR
11040/2024	967045	JAIR MONTEIRO ROCHA	10007	1	360,00	15/10/2024	12:00	16/10/2024	11:00	CARLÓPOLIS	PR
10930/2024	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	09/10/2024	07:00	09/10/2024	20:00	Maringá	PR
Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
11064/2024	965862	ADAILTON APARECIDO DO NASCIMENTO	10007	2	720,00	15/10/2024	15:00	16/10/2024	23:00	CAMPINAS	SP
11066/2024	966034	DAMIAO ANTONELO	10007	1	66,00	18/10/2024	07:30	18/10/2024	16:30	Paranavai	PR
11067/2024	102601	ROTINBERG DOMINGOS DE OLIVEIRA	10007	1	66,00	18/10/2024	07:30	18/10/2024	16:30	Paranavai	PR
11068/2024	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	15/10/2024	07:00	15/10/2024	20:00	CIANORTE	PR
11115/2024	967005	JULIANO DEMAZZI	10007	1	84,00	16/10/2024	05:30	16/10/2024	14:30	UMUARAMA	PR
11117/2024	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	10007	1	360,00	16/10/2024	01:00	16/10/2024	23:00	ARAPOTI	PR
11123/2024	59161	FABIO HENRIQUE DE OLIVEIRA	11001	1	480,00	13/10/2024	13:00	15/10/2024	17:00	PÉROLA	PR
11130/2024	967005	JULIANO DEMAZZI	10007	1	84,00	17/10/2024	05:30	17/10/2024	14:30	UMUARAMA	PR
11011/2024	967021	RAQUEL DE FATIMA LIMA CARDOSO	09005	1	66,00	11/10/2024	06:00	11/10/2024	16:00	Paranavai	PR
11134/2024	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	17/10/2024	07:00	17/10/2024	20:00	CIANORTE	PR
11138/2024	966056	TIAGO FOGACA	09005	1	66,00	17/10/2024	08:30	17/10/2024	13:00	Paranavai	PR
11150/2024	966500	LUCIANO FERRO TAQUETE	06002	2	168,00	19/10/2024	05:00	20/10/2024	20:00	UMUARAMA	PR
11152/2024	965902	RICARDO SANTO	06002	2	168,00	19/10/2024	05:00	20/10/2024	20:00	UMUARAMA	PR
11153/2024	966204	JOAO PONCEANO DOS SANTOS	06002	2	168,00	19/10/2024	05:00	20/10/2024	20:00	UMUARAMA	PR
11154/2024	965807	LUCIMAR ZANGARI	06002	2	168,00	19/10/2024	05:00	20/10/2024	20:00	UMUARAMA	PR
11155/2024	43831	JOAO CICERO NASCIMENTO DA SILVA	06002	2	168,00	19/10/2024	05:00	20/10/2024	20:00	UMUARAMA	PR
11160/2024	967124	MARCOS PAULO FERNANDES GOUVEA	10007	1	84,00	18/10/2024	07:00	18/10/2024	17:00	UMUARAMA	PR
11161/2024	967050	INES APARECIDA DE BARROS GINGUELESKI 09005		1	84,00	18/10/2024	10:00	18/10/2024	23:30	Maringá	PR
11162/2024	967051	CHARLES MENDES	09005	1	84,00	18/10/2024	10:00	18/10/2024	23:30	Maringá	PR
11167/2024	965862	ADAILTON APARECIDO DO NASCIMENTO	10007	1	360,00	20/10/2024	20:00	21/10/2024	23:00	CURITIBA	PR
11175/2024	956641	AMARILDO DE SOUZA	10007	1	360,00	16/10/2024	23:00	17/10/2024	23:00	CARLÓPOLIS	PR
11177/2024	966203	GERSON DE JESUS MUNHOZ	10007	1	360,00	17/10/2024	22:00	18/10/2024	22:00	CURITIBA	PR
11181/2024	966744	MARCOS PAULO AVANZI	10007	1	360,00	17/10/2024	22:00	18/10/2024	22:00	JACAREZINHO	PR
11179/2024	966148	RENALDO CESAR MAGALHAES	10007	1	360,00	18/10/2024	06:00	18/10/2024	23:00	GUARAPUAVA	PR
11184/2024	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	1	360,00	21/10/2024	22:00	22/10/2024	20:00	CURITIBA	PR
11511/2024	967021	RAQUEL DE FATIMA LIMA CARDOSO	09005	1	66,00	25/10/2024	08:00	25/10/2024	16:00	Paranavai	PR
11527/2024	966908	ALCIETE CRISTINA DE LIMA	09005	1	66,00	25/10/2024	08:00	25/10/2024	16:00	Paranavai	PR
11508/2024	966203	GERSON DE JESUS MUNHOZ	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	ARAPONGAS	PR
11509/2024	956641	AMARILDO DE SOUZA	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11510/2024	966883	FERNANDO SARAVALLI DA SILVA JESUS	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11512/2024	965896	EDNILSON PEIXOTO DE OLIVEIRA	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	ARAPONGAS	PR

11513/2024	109871	LUCIANO APARECIDO CORSO	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	ARAPONGAS	PR
Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
11514/2024	966162	VANDERLEY ANTONIO LOTT	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11515/2024	966744	MARCOS PAULO AVANZI	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	ARAPONGAS	PR
11517/2024	967045	JAIR MONTEIRO ROCHA	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11518/2024	966884	RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11519/2024	60841	FERNANDES VALERIO MONTEIRO	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11520/2024	967132	SILVIO SANTANA SANCHES	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11521/2024	967119	SINESIO MOREIRA DANTAS	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11522/2024	965815	SERGIO RIBEIRO BORBA	10007	15	990,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Paranavai	PR
11523/2024	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11524/2024	966485	BRUNO DE SOUZA ROSA	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11525/2024	966744	MARCELINO CANDIDO GOMES	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11526/2024	966148	RENALDO CESAR MAGALHAES	10007	15	990,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Paranavai	PR
11528/2024	966882	MARLI RODRIGUES	10007	15	1.260,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Maringá	PR
11530/2024	965862	ADAILTON APARECIDO DO NASCIMENTO	10007	1	84,00	20/10/2024	05:00	20/10/2024	20:00	UMUARAMA	PR
11531/2024	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	10007	15	990,00	23/10/2024	05:00	06/11/2024	17:00	Paranavai	PR
11532/2024	967077	LUCAS PEREIRA DA SILVA	10007	1	84,00	22/10/2024	07:00	22/10/2024	18:00	CIANORTE	PR
11534/2024	966884	RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	1	360,00	22/10/2024	19:00	23/10/2024	20:00	PIRAQUARA	PR
11529/2024	965862	ADAILTON APARECIDO DO NASCIMENTO	10007	1	84,00	19/10/2024	05:00	19/10/2024	20:00	UMUARAMA	PR
11570/2024	956641	AMARILDO DE SOUZA	10007	1	360,00	23/10/2024	13:00	24/10/2024	15:00	CURITIBA	PR
11571/2024	966056	TIAGO FOGACA	09005	1	66,00	24/10/2024	08:30	24/10/2024	13:00	Paranavai	PR
11572/2024	967041	GIZELI RODRIGUES DE CARVALHO	09005	1	84,00	25/10/2024	06:00	25/10/2024	17:00	CIANORTE	PR
11573/2024	965982	CARLA GRAZIELA VIOTTO	09005	1	84,00	25/10/2024	06:00	25/10/2024	17:00	CIANORTE	PR
11574/2024	108551	GRASIELA ALAMINO PETEREIT	02002	1	84,00	30/10/2024	06:30	30/10/2024	15:30	Maringá	PR
11575/2024	966990	IDALVA ALVES BARBOSA	09005	1	84,00	25/10/2024	06:00	25/10/2024	17:00	CIANORTE	PR
11576/2024	967133	EMILY DE GOIS SILVA	09005	1	84,00	25/10/2024	06:00	25/10/2024	17:00	CIANORTE	PR
11577/2024	966304	DAIANE CARLA DOS SANTOS DA SILVA	10007	1	66,00	24/10/2024	07:00	24/10/2024	16:00	Paranavai	PR
11583/2024	967005	JULIANO DEMAZZI	10007	1	84,00	22/10/2024	06:00	22/10/2024	13:30	UMUARAMA	PR
11653/2024	945601	MARIA LUSMIR FERNANDES	10007	1	66,00	24/10/2024	08:00	24/10/2024	18:00	Paranavai	PR
11654/2024	945601	MARIA LUSMIR FERNANDES	10007	1	66,00	25/10/2024	08:00	25/10/2024	18:00	Paranavai	PR
11663/2024	967005	JULIANO DEMAZZI	10007	1	84,00	28/10/2024	07:00	28/10/2024	14:30	APUCARANA	PR
11662/2024	967005	JULIANO DEMAZZI	10007	1	84,00	25/10/2024	06:00	25/10/2024	13:30	CIANORTE	PR
11664/2024	967124	MARCOS PAULO FERNANDES GOUVEA	10007	1	84,00	28/10/2024	05:00	28/10/2024	15:30	UMUARAMA	PR
Empenho	Matrícula	Nome	Secretaria	Diária	Valor	Período				Cidade	UF
						Entrada		Saída			
11666/2024	967124	MARCOS PAULO FERNANDES GOUVEA	10007	1	84,00	25/10/2024	05:00	25/10/2024	15:30	Maringá	PR
11668/2024	967045	JAIR MONTEIRO ROCHA	10007	1	360,00	26/10/2024	03:00	27/10/2024	01:00	ASSIS	SP
11711/2024	966160	WALDIR NERI DE OLIVEIRA	10007	1	360,00	28/10/2024	00:00	29/10/2024	01:00	CARLÓPOLIS	PR
11713/2024	967132	SILVIO SANTANA SANCHES	10007	1	360,00	27/10/2024	22:00	28/10/2024	18:00	CURITIBA	PR
11737/2024	966798	JOSE MARIA PEREIRA FERNANDES	02001	3	1.440,00	28/10/2024	10:00	30/10/2024	23:00	CURITIBA	PR
11739/2024	965856	JEFERSON RODRIGO LIMA	10007	1	66,00	29/10/2024	09:00	29/10/2024	15:00	Paranavai	PR
11742/2024	965862	ADAILTON APARECIDO DO NASCIMENTO	10007	1	84,00	29/10/2024	04:00	29/10/2024	14:30	CAMPO MOURÃO	PR
11743/2024	966203	GERSON DE JESUS MUNHOZ	10007	1	360,00	29/10/2024	00:00	30/10/2024	01:00	ARAPOTI	PR
11761/2024	43831	JOAO CICERO NASCIMENTO DA SILVA	03001	1	84,00	31/10/2024	03:00	31/10/2024	20:00	APUCARANA	PR
11776/2024	966744	MARCOS PAULO AVANZI	10007	1	360,00	30/10/2024	22:00	01/11/2024	21:00	CURITIBA	PR
11778/2024	966884	RONALDO ADRIANO PINHEIRO	10007	1	240,00	31/10/2024	04:00	31/10/2024	23:00	BANDEIRANTES	PR
11783/2024	966148	RENALDO CESAR MAGALHAES	10007	1	360,00	01/11/2024	01:30	02/11/2024	01:00	JACAREZINHO	PR
11874/2024	966212	EDER FLAVIO CIVIERI	10007	1	360,00	03/11/2024	12:00	04/11/2024	10:00	CARLÓPOLIS	PR
10846/2024	966427	ALEXANDRA PEREIRA DE SOUZA SCALIANTE 06001		1	66,00	08/10/2024	07:00	08/10/2024	18:30	Paranavai	PR

RENAN JANUÁRIO SCANACAPRA
Sec. Finanças e Administração

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:EE102473

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

FUNDAÇÃO FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE MANDAGUARI
EDITAL Nº 4/2024 – DIVULGAÇÃO DO DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO

PROCESSO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 1/2024
QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

EDITAL Nº 4/2024 – DIVULGAÇÃO DO DEFERIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE ISENÇÃO

A Comissão de Organização, designada pelo Diretor da FAFIMAN, através da Portaria nº 39/2024, publicada em 25 de abril de 2024, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚLICA** o deferimento e indeferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição do Processo de Seleção de Pessoal – Concurso Público – Edital Nº 1/2024, do Quadro De Pessoal Técnico Administrativo da FAFIMAN.

Art. 1º O presente Edital nº 4/2024, dispõe sobre a Divulgação do deferimento/indeferimento das solicitações de isenção, dos candidatos abaixo relacionados, em conformidade com o subitem 4.3 Da Isenção – CadÚnico (Decreto Federal nº 11.016/2022).

Subitem 4.3 do Edital – Da Isenção – CadÚnico (Decreto Federal nº 11.016/2022)					
Id	**CPF**	**Nome**	**Cargo**	**Data Inscrição**	**Situação**
1	xxx.xxx.569-59	ALANA PATRICIA DE OLIVEIRA VIEIRA	Auxiliar de Tesouraria - CR	01/11/2024	**DEFERIDO**
2	xxx.xxx.499-21	ANDREZA SILVA SANTOS	Auxiliar de Tesouraria - CR	04/11/2024	**DEFERIDO**
3	xxx.xxx.549-67	BEATRIZ AMARAL TUFURETI	Contador - CR	04/11/2024	**DEFERIDO**
4	xxx.xxx.098-00	CAROLINE CRISTINA DA SILVA SÁ	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
5	xxx.xxx.639-65	GABRIEL GARCIA SILVA	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
6	xxx.xxx.021-01	IZADORA FERNANDES ALVES	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
7	xxx.xxx.559-51	JOSIANE MARCIA FERNANDES	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
8	xxx.xxx.549-33	RENÃ HENRIQUE FARIA	Advogado	.....	**INDEFERIDO** Descumprimento do item 8 do Edital

Art. 2º O presente Edital nº 4/2024, dispõe sobre a Divulgação do deferimento/indeferimento das solicitações de isenção, dos candidatos abaixo relacionados, em conformidade com o subitem 4.4 do Edital – Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Estadual nº 19.293/2017).

Subitem 4.4 do Edital – Da Isenção – Doador de Sangue (Lei Estadual nº 19.293/2017)					
Id	**CPF**	**Nome**	**Cargo**	**Data Inscrição**	**Situação**
1	xxx.xxx.149-17	ALAN JONATÃ RIBAS	Auxiliar de Tesouraria - CR	03/11/2024	**DEFERIDO**
2	xxx.xxx.159-55	CAMILA PEREIRA	Advogado	02/11/2024	**DEFERIDO**
3	xxx.xxx.719-54	CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS	Advogado	02/11/2024	**DEFERIDO**
4	xxx.xxx.789-99	DANIELLY DA SILVA RIBEIRO	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
5	xxx.xxx.579-70	EDNA ROBAINA HENRIQUE	Auxiliar de Secretaria - CR	04/11/2024	**DEFERIDO**
6	xxx.xxx.179-36	GUILHERME GRILLO FERRAZ	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
7	xxx.xxx.379-54	JANAINA CANDIDA PEREIRA	Contador - CR	.....	**INDEFERIDO** Descumprimento do item 8 do Edital
8	xxx.xxx.129-07	LEANDRO SOARES LEITE	Auxiliar de Secretaria - CR	01/11/2024	**INDEFERIDO** Descumprimento da alínea "a", do subitem 4.4.1 do Edital
9	xxx.xxx.209-41	RENAN RUGERI SALDANHA	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
10	xxx.xxx.569-38	RODRIGO DOURADO ALVES CRUZ FERREIRA	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
11	xxx.xxx.989-93	WALLYNGSON BRUNO	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
12	xxx.xxx.279-14	YAGO FERREIRA GARCIA ROSA	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**

Art. 3º O presente Edital nº 4/2024, dispõe sobre a Divulgação do deferimento/indeferimento das solicitações de isenção, dos candidatos abaixo relacionados, em conformidade com o subitem 4.5 do Edital – Da Isenção – Doador de Medula Óssea (Lei Federal nº 13.656/2018).

Subitem 4.5 do Edital – Da Isenção – Doador de Medula Óssea (Lei Federal nº 13.656/2018)					
Id	**CPF**	**Nome**	**Cargo**	**Data Inscrição**	**Situação**
1	xxx.xxx.969-88	CAMILA MONELLI LAVER	Advogado	03/11/2024	**DEFERIDO**
2	xxx.xxx.809-90	DANYELLE BARBOSA	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
3	xxx.xxx.799-61	DÉBORA MARQUES MACARI	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
4	xxx.xxx.519-70	EDUARDO MEYER	Advogado	02/11/2024	**DEFERIDO**
5	xxx.xxx.549-47	FRANCIELE NERI SANTANA	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
6	xxx.xxx.859-17	GABRIELA NAOMI RIBEIRO DA SILVA	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
7	xxx.xxx.899-88	GABRYELLE BARBOSA	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
8	xxx.xxx.729-02	ISABELLE GOMES DOS SANTOS	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
9	xxx.xxx.719-59	JAQUELINE DA SILVA RAIMUNDO	Auxiliar de Tesouraria - CR	01/11/2024	**INDEFERIDO** Descumprimento da alínea "a", do subitem 4.5.1 do Edital
10	xxx.xxx.179-35	LEIDIANE DE MORAES		.....	**INDEFERIDO** Descumprimento do item 8 do Edital
11	xxx.xxx.979-56	LETICIA ZILOTTI DOS SANTOS CINTRA	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
12	xxx.xxx.701-28	LUCIANA GIRALDELLI BENOSSI	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
13	xxx.xxx.781-54	LUIZ EDUARDO DE LIMA VIANA	Advogado	03/11/2024	**INDEFERIDO** Descumprimento da alínea "a", do subitem 4.5.1 do Edital
14	xxx.xxx.758-66	MARCELA CROSALETTI ABREU	Advogado	04/11/2024	**INDEFERIDO** Descumprimento da alínea "a", do subitem 4.5.1 do Edital
15	xxx.xxx.729-13	MARIA LUIZA YUMI OLIEIRA UEDA	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
16	xxx.xxx.549-05	PATRICIA NONOSE RIZZIERI	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDO**
17	xxx.xxx.049-57	THALIA CRISTINA CHEVÔNICA SANTOS	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
18	xxx.xxx.819-32	VINICIUS RODRIGUES TRENTINI	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**
19	xxx.xxx.739-50	VITORIA NATALIA SILVA MICHELANI	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDO**

Art. 4º O presente Edital nº 4/2024, dispõe sobre a Divulgação do deferimento/indeferimento das solicitações de isenção, dos candidatos abaixo relacionados, em conformidade com o subitem 4.6 do Edital – Da Isenção – Eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral (Lei Estadual nº 9.196/2017).

Subitem 4.6 do Edital – Da Isenção – Eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral (Lei Estadual nº 9.196/2017)					
Id	**CPF**	**Nome**	**Cargo**	**Data Inscrição**	**Situação**
1	xxx.xxx.099-50	BEATRIZ SARTORI DOS SANTOS	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDA**
2	xxx.xxx.069-25	BRUNO ROMERO	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDA**
3	xxx.xxx.139-79	CLAUDIANE DA SILVA SIQUEIRA	Advogado	.....	**INDERERIDO** Descumprimento do item 8 do Edital
4	xxx.xxx.419-92	ELCIO JOÃO GONÇALVES MOREIRA	Advogado	03/11/2024	**DEFERIDA**
5	xxx.xxx.559-17	FERNANDA THAIS VERDEIRO DE SOUSA		01/11/2024	**INDEFERIDA** Descumprimento da alínea "b", do subitem 4.6.1 do Edital
6	xxx.xxx.309-43	FERNANDO HENRIQUE DERNER	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDA**
7	xxx.xxx.829-09	GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA AVELAR	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDA**
8	xxx.xxx.529-27	HULIANOR DE LAI	Advogado	.....	**INDERERIDO** Descumprimento do item 8 do Edital
9	xxx.xxx.649-67	IGOR BARBOSA DE CARVALHO	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDA**
10	xxx.xxx.459-20	JENIFER AMANDA DE MORAIS	Advogado	.....	**INDERERIDO** Descumprimento do item 8 do Edital
11	xxx.xxx.149-13	JOYCE GARCIA NAVES	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDA**
12	xxx.xxx.739-55	KAREN FERNANDA DE PAULA NOGUEIRA	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDA**
13	xxx.xxx.069-56	LUCIANA GERALDO	Advogado	04/11/2024	**DEFERIDA**
14	xxx.xxx.529-63	MARISA FIGUEIRA	Advogado	.....	**INDERERIDO** Descumprimento do item 8 do Edital
15	xxx.xxx.029-14	TASSANY HELENA MEDINA	Advogado	01/11/2024	**DEFERIDA**

Art. 5º Fica divulgado este Edital com fulcro no regramento contido no item 4 do Edital de Abertura nº 1/2024 e seus subitens (4.1 ao 4.9), a relação dos candidatos que tiveram o pedido de isenção DEFERIDO e INDEFERIDO.

Art. 6º Registra-se que todos os pedidos de isenção INDEFERIDOS, possuem justificativas quanto a posição adotada pela Comissão Organizadora.

Art. 7º Quanto ao INDEFERIMENTO da solicitação de Isenção da taxa de Inscrição, caberá interposição de recurso no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir das 0h do dia 11/11/2024 às 23h59min do dia 12/11/20242024, observando o horário oficial de Brasília - DF. O candidato interessado em interpor recurso deverá observar as orientações contidas no item 18 do Edital de Abertura nº 1/2024.

Art. 8º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari-PR, 07 de novembro de 2024.

JOSÉ NATAL DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão de Organização
Portaria nº 39/2024

Publicado por:
Rosangela Aparecida Paulino de Oliveira
Código Identificador:F4E41006

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108/2024 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

PORTARIA Nº. 108/2024

Súmula: Concede férias a servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas férias, ***pelo período especificado***, aos servidores públicos municipais ocupantes dos respectivos cargos, na forma discriminada na lista abaixo, a saber:

MAT.	NOME FUNCIONÁRIO	DATA ADMISSÃO	CARGO	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM
				PERÍODO DE GOZO		PERÍODO AQUISITIVO	
97332	ADRIANA FAUSTINO DE GODOY	04/05/2023	AGENTE DE ENDEMIAS - CLT	04/12/2024	18/12/2024	04/05/2023	03/05/2024
2136	ADRIANO RODRIGUES BORGES	22/05/2002	MEDICO VETERINARIO	02/12/2024	13/12/2024	22/05/2022	21/05/2023
10888	ALESSANDRO CESAR DUDA	08/02/2012	VIGIA	25/11/2024	24/12/2024	07/02/2023	06/02/2024
96429	ALLANY STEFFANY SIQUEIRA AMARAL	16/10/2019	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	26/11/2024	20/12/2024	16/10/2023	15/10/2024
96401	ANA PAULA AUGUSTO SOUZA DOS SANTOS	14/10/2019	AUXILIAR DE CONSERVACAO E LIMPEZA	02/12/2024	26/12/2024	14/10/2023	13/10/2024
10814	ANDRESSA FERREIRA DE SOUZA SILVA	11/04/2011	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT	09/12/2024	20/12/2024	11/04/2023	10/04/2024
95295	ARIELLE DE CASSIA SILVA	10/05/2016	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	25/11/2024	19/12/2024	27/11/2023	26/11/2024
10546	BENEDITO OLIVEIRA SANTOS	01/07/2008	VIGIA	15/11/2024	14/12/2024	01/07/2021	30/06/2022
96046	CLAUDIA MARIA FERRAIRO RODELLI	16/01/2018	ASSISTENTE SOCIAL	09/12/2024	18/12/2024	16/01/2023	15/01/2024
95989	CRISTIANE DE TOLEDO HORTELA PEDRONE	02/03/2017	FARMACEUTICO/ BIOQUIMICO	02/12/2024	20/12/2024	02/03/2023	01/03/2024
95050	CRISTIANE PEREIRA MANGUEIRA D ELEUTERIO	01/04/2015	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT	11/12/2024	20/12/2024	01/04/2023	31/03/2024
95040	DANIELE FARINELI CAMARGO	01/04/2015	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT	09/12/2024	23/12/2024	01/04/2023	31/03/2024
95042	DRIELE DOMINGUES FREIRE	01/04/2015	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02/12/2024	16/12/2024	01/04/2023	31/03/2024
95918	EDVALDO RUIZ COPELE	03/07/2017	COORDENADOR GERAL DE SAUDE BUCAL	18/11/2024	29/11/2024	03/07/2021	02/07/2022
95918	EDVALDO RUIZ COPELE	03/07/2017	COORDENADOR GERAL DE SAUDE BUCAL	18/11/2024	29/11/2024	03/07/2021	02/07/2022

10936	ELENICE TEIXEIRA DE AGUIAR JUSTINO	05/03/2012	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	25/11/2024	09/12/2024	05/03/2024	04/03/2025
96101	ELIANE SIQUEIRA DA SILVA	01/08/2018	ENFERMEIRO 40 HORAS	12/11/2024	11/12/2024	01/08/2022	31/07/2023
95131	FERNANDO ANDRE DALOSSO DOS SANTOS	15/06/2015	CONTADOR	02/12/2024	16/12/2024	15/06/2023	14/06/2024
96483	GIOVANNA LARANIAGA MARTINS PENTEADO DA SILVA	04/11/2019	ENGENHEIRO AGRONOMO	02/12/2024	21/12/2024	04/11/2022	03/11/2023
95041	GISELI ESTEVÃO CLARO	01/04/2015	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT	02/12/2024	12/12/2024	01/04/2023	31/03/2024
94940	JAQUELINE DAIANE TAMBALO	01/09/2014	DIRETOR DE AGENDAMENTO	18/11/2024	27/11/2024	01/09/2021	31/08/2022
95173	JONATAS ANTONIO TERENCIO	01/09/2015	ASSISTENTE SOCIAL	02/12/2024	16/12/2024	01/09/2023	31/08/2024
95075	JOSE FERNANDES PERES PEREIRA	17/04/2015	ENFERMEIRO 40 HORAS	02/12/2024	12/12/2024	17/04/2023	16/04/2024
97245	JOSE HENRIQUE DIANA	14/02/2023	TECNICO EM RAIO X	02/12/2024	16/12/2024	14/02/2023	13/02/2024
96453	JOSNEI HAVRELUK	11/11/2019	OPERADOR DE MAQUINA PESADA	10/12/2024	08/01/2025	11/11/2022	10/11/2023
10702	LETICIA APARECIDA LESSA MACEU	07/02/2011	AGENTE DE ENDEMIAS - CLT	02/12/2024	16/12/2024	07/02/2023	06/02/2024
95022	LILIAN MACEDO CAPEL	01/04/2015	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT	09/12/2024	23/12/2024	01/04/2023	31/03/2024
97416	LIONDAS LEIGO DE OLIVEIRA	27/09/2023	SECRETARIO URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	25/11/2024	24/12/2024	27/09/2023	26/09/2024
96910	LUCAS GOMES BISTERÇO	01/03/2021	MECANICO MOTOR DIESEL	02/12/2024	31/12/2024	01/03/2023	29/02/2024
96052	LUCAS RENAN ROCHA KIIL	14/02/2018	DIRETOR DE LICITACOES	18/11/2024	07/12/2024	14/02/2021	13/02/2022
10377	LUCIANA FERREIRA DE ALMEIDA	15/10/2007	GARI	25/11/2024	04/12/2024	14/10/2022	13/10/2023
1713	LUCIA NICE ORSI	20/01/1997	REVISOR	25/11/2024	04/12/2024	19/01/2022	18/01/2023
10791	LUCILENE FERREIRA DE ALMEIDA	01/04/2011	GARI	09/12/2024	18/12/2024	01/04/2022	31/03/2023
96783	LUIZ CARLOS RIBEIRO	02/03/2020	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/12/2024	11/12/2024	02/03/2023	01/03/2024
95922	LUIZ MARIO DA SILVA TANOUE	01/08/2017	RESGATISTA / SOCORRISTA	09/12/2024	07/01/2025	01/08/2023	31/07/2024
95098	LUIZ RODRIGUES JUNIOR	13/04/2015	GESTOR DE MEIO AMBIENTE	02/12/2024	16/12/2024	13/04/2022	12/04/2023
95157	MARCIA BRUNER PARRA	16/07/2015	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02/12/2024	21/12/2024	16/07/2023	15/07/2024
97204	MARCONI GOMES CARDOZO	01/09/2022	MOTORISTA CAT. D	09/12/2024	18/12/2024	01/09/2023	31/08/2024
96467	MARCOS RODRIGO FORTUNATO	11/11/2019	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	25/11/2024	09/12/2024	11/11/2023	10/11/2024
10514	MARCOS VINICIUS DIAS	07/05/2008	CIRURGIÃO DENTISTA - CLT	18/11/2024	06/12/2024	07/05/2022	06/05/2023
1940	MARGARETE ESTEVES CORDEIRO	29/03/2000	ODONTOLOGO 20 HORAS	02/12/2024	13/12/2024	29/03/2023	28/03/2024
95917	MARIA ESTELA FLORA BOSSATO	17/07/2017	ASSISTENTE SOCIAL	18/11/2024	02/12/2024	17/07/2023	16/07/2024
94988	MARIANA FACHIN MILANI	01/04/2015	TECNICO DESPORTIVO	25/11/2024	12/12/2024	31/03/2022	30/03/2023
10789	MARIA REGINA ALVES SANTOS	01/04/2011	GARI	25/11/2024	24/12/2024	01/04/2022	31/03/2023
1944	MARLENE FERREIRA NEVES	29/03/2000	AUXILIAR/TECNICO EM ENFERMAGEM	18/11/2024	02/12/2024	18/09/2023	17/09/2024
10650	MARLETE BRANCO	17/02/2011	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	02/12/2024	16/12/2024	01/01/2023	31/12/2023
97422	MARTA SILVA DE ARAUJO SEPULVEDA	16/10/2023	NUTRICIONISTA	25/11/2024	06/12/2024	16/10/2023	15/10/2024
10967	MICHELE CAIRES DE MENDONÇA	23/07/2012	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	09/12/2024	23/12/2024	23/07/2023	22/07/2024
97174	MICHELI DE MELO THADDEU	08/07/2022	ASSESSOR DE DIVISAO DAS UBS'S	18/11/2024	02/12/2024	08/07/2023	07/07/2024
97146	MILENA MARTINS MARIN	05/05/2022	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	04/12/2024	23/12/2024	05/05/2022	04/05/2023
96172	MIRIAM DA SILVA BARROS TOMÉ	05/11/2018	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	11/11/2024	25/11/2024	05/11/2023	04/11/2024
2116	NEIDE MARIA DE JESUS MARQUES FERREIRA	15/02/2002	ASSISTENTE SOCIAL	09/12/2024	18/12/2024	15/02/2023	14/02/2024
10375	PAULO DIAS	13/10/2007	GARI	09/12/2024	07/01/2025	13/10/2022	12/10/2023
94971	PAULO SERGIO PARRA DE CASTRO	17/04/2015	MOTORISTA CAT. D	02/12/2024	31/12/2024	17/04/2022	16/04/2023
96916	REGINALDO DA SILVA DE SOUZA	01/04/2021	TRATORISTA	11/12/2024	20/12/2024	01/04/2023	31/03/2024
96896	ROSANGELA FERREIRA DA SILVA	08/02/2021	DIRETOR DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	02/12/2024	16/12/2024	08/02/2023	07/02/2024
96123	ROSELY BATISTA DOS SANTOS FERREIRA	15/08/2018	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT	02/12/2024	11/12/2024	15/08/2023	14/08/2024
96485	SIMONIE ROSSI PARRA	06/11/2019	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11/12/2024	20/12/2024	06/11/2023	05/11/2024
97426	SUSICLEIA GONÇALVES PEREIRA	13/11/2023	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/12/2024	11/12/2024	13/11/2023	12/11/2024
95999	THAINA EDUARDA DO CARMO KRUGER	05/06/2017	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	10/12/2024	20/12/2024	05/06/2023	04/06/2024
95305	THAIS APARECIDA ALVES TEODOZIO BIATA	01/06/2016	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	27/11/2024	11/12/2024	01/06/2022	31/05/2023
95190	TIELLY ZANELLI GOMES	01/12/2015	ASSISTENTE SOCIAL	09/12/2024	23/12/2024	01/12/2022	30/11/2023
10531	VALDIRENE GOMES MACHADO DE SOUZA	02/06/2008	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT	10/12/2024	24/12/2024	04/08/2023	03/08/2024
10359	VANESSA DE CARVALHO	17/09/2007	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - CLT	11/12/2024	20/12/2024	17/09/2023	16/09/2024
95293	VIVIANE APARECIDA MULATO PEREIRA	16/05/2016	ENFERMEIRO EM TURNO DE REVEZAMENTO	01/12/2024	20/12/2024	16/05/2023	15/05/2024

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao vigésimo primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (21/10/2024).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ana Paula Ferreira
Código Identificador:D599047A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO TERMO ADITIVO REEQUILÍBRIO ARP N.º 85/2024 – PE 01/2024

EXTRATO TERMO ADITIVO REEQUILÍBRIO ARP N.º 85/2024 – PE 01/2024

TERMO ADITIVO Nº 01/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
CNPJ: 76.105.550/0001-37
CONTRATADO: AGL – COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
CNPJ/MF n.º 76.051.036/0001-66
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2024
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da Ata de Registro de Preços n.º 85/2024, referente a Reequilíbrio Econômico-financeiro, consistente em adequação do valor do item 108 para manutenção do equilíbrio-econômico, nos termos da Lei n.º 14.133/21.
PREÇO: R$ 13.118,55 (treze mil cento e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), passando os valores a vigorar conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SALDO CONT	UND	VALOR DA ATA	VALOR REAJUSTE	VALOR DIFERENÇA
108	Óleo de soja, embalagem PETI de 900ml. Marca: Coamo	4.603	Unid	R$ 4,65	R$ 7,50	R$ 13.118,55

DATA: 06/11/2024

LUIS ANTONIO BISCAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:B661E9F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 434/24

Exercício: 2024
Decreto nº 434/2024 de 24/10/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2159/2023 de 15/12/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 777.000,00 (setecentos e setenta e sete mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA GERAL - D.A.	
03.001.04.122.0002.2.003.		Encargos Gerais do Municipio.	
25 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
27 - 3.3.90.39.00.00	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
29 - 3.3.90.47.00.00	01000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00
03.001.18.542.0004.2.005.		Fundo Municipal do Meio Ambiente	
44 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0010.2.021.		PAB - Programa de Atenção Basica	
168 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.000,00
175 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
178 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
179 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
07.001.10.301.0010.2.026.		Administração do Sistema de Saúde do Municipio	
222 - 3.3.90.40.00.00	497	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	6.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
08.001.12.361.0013.2.030.		Ensino Fundamental/Fundeb 70%	
248 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00
08.001.12.361.0013.2.032.		Manutenção do Ensino Regular	
274 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
275 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DE CULTURA E ESPORTES	
08.002.27.812.0013.2.041.		Manutenção das Atividades Esportivas	
334 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		ASSISTENCIA E SANEAMENTO	
09.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001.08.244.0011.2.042.		Manutenção do CRAS	
342 - 3.1.90.11.00.00	31934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00

350 - 3.3.90.47.00.00	31934	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
11.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TURISMO	
11.002.23.695.0014.2.103.		Manutenção da Divisão de Turismo	
443 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
Total Suplementação:			**777.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GOVERNO MUNICIPAL	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.1.086.		Centro de Eventos	
2 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	24.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA GERAL - D.A.	
03.001.20.606.0003.2.007.		Promoção da Feira do Milho	
65 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	49.500,00
03.001.20.606.0003.2.008.		Promoção da Festa do Peixe	
68 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	24.900,00
03.001.28.843.0002.0.001.		Amortização e Encargos da Divida Contratada	
76 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	49.900,00
06.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE SERVICOS URBANOS	
06.001.00.000.0000.0.000.		SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	
06.001.15.452.0008.2.014.		Manut de Praças Parques e Jardins	
128 - 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	19.900,00
130 - 3.1.91.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.800,00
07.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0010.2.025.		CIS - Consorcio Intermunicipal de Saúde	
211 - 3.3.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	230.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
08.001.12.361.0013.2.030.		Ensino Fundamental/Fundeb 70%	
245 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00
08.001.12.361.0013.2.032.		Manutenção do Ensino Regular	
265 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
266 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		ASSISTENCIA E SANEAMENTO	
09.002.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO GERAL	
09.002.17.451.0009.1.009.		Pavimentação Urbana	
371 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	13.000,00
Total Redução:			**777.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA , Estado do Paraná, em 24 de outubro de 2024.

SIMONE APARECIDA DE CARVALHO
Contador CRC - PR
046157/O-6

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:23B9080B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 443/24

Exercício: 2024
Decreto nº 443/2024 de 05/11/2024

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2159/2023 de 15/12/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.303.0010.2.028.		Programa Farmacêutico.	
518 - 4.4.90.52.00.00	33498	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	37.000,00
Total Suplementação:			**37.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA , Estado do Paraná, em 05 de novembro de 2024.

JOSE APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:2F21740A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 434/24

Exercício: 2024
Decreto nº 434/2024 de 24/10/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MARILENA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2159/2023 de 15/12/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 777.000,00 (setecentos e setenta e sete mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA GERAL - D.A.	
03.001.04.122.0002.2.003.		Encargos Gerais do Municipio.	
25 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
27 - 3.3.90.39.00.00	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	70.000,00
29 - 3.3.90.47.00.00	01000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	5.000,00
03.001.18.542.0004.2.005.		Fundo Municipal do Meio Ambiente	
44 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0010.2.021.		PAB - Programa de Atenção Basica	
168 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	135.000,00
175 - 3.3.90.30.00.00	01303	MATERIAL DE CONSUMO	80.000,00
178 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15.000,00
179 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
07.001.10.301.0010.2.026.		Administração do Sistema de Saúde do Municipio	
222 - 3.3.90.40.00.00	497	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	6.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
08.001.12.361.0013.2.030.		Ensino Fundamental/Fundeb 70%	
248 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00
08.001.12.361.0013.2.032.		Manutenção do Ensino Regular	
274 - 3.3.90.30.00.00	01103	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
275 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	25.000,00
08.002.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO DE CULTURA E ESPORTES	
08.002.27.812.0013.2.041.		Manutenção das Atividades Esportivas	
334 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		ASSISTENCIA E SANEAMENTO	
09.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.001.08.244.0011.2.042.		Manutenção do CRAS	
342 - 3.1.90.11.00.00	31934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
350 - 3.3.90.47.00.00	31934	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
11.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE TURISMO	
11.002.23.695.0014.2.103.		Manutenção da Divisão de Turismo	
443 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
		Total Suplementação:	**777.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		GOVERNO MUNICIPAL	
02.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0002.1.086.		Centro de Eventos	
2 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	24.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
03.001.00.000.0000.0.000.		DIRETORIA GERAL - D.A.	
03.001.20.606.0003.2.007.		Promoção da Feira do Milho	
65 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	49.500,00
03.001.20.606.0003.2.008.		Promoção da Festa do Peixe	
68 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	24.900,00
03.001.28.843.0002.0.001.		Amortização e Encargos da Divida Contratada	
76 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	49.900,00
06.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE SERVICOS URBANOS	
06.001.00.000.0000.0.000.		SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	
06.001.15.452.0008.2.014.		Manut de Praças Parques e Jardins	
128 - 3.1.90.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	19.900,00
130 - 3.1.91.13.00.00	01000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15.800,00
07.000.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	

07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0010.2.025.		CIS - Consorcio Intermunicipal de Saúde	
211 - 3.3.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	230.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		DEPTO. DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
08.001.00.000.0000.0.000.		MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
08.001.12.361.0013.2.030.		Ensino Fundamental/Fundeb 70%	
245 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	300.000,00
08.001.12.361.0013.2.032.		Manutenção do Ensino Regular	
265 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
266 - 3.1.90.11.00.00	01104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	25.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		ASSISTENCIA E SANEAMENTO	
09.002.00.000.0000.0.000.		SANEAMENTO GERAL	
09.002.17.451.0009.1.009.		Pavimentação Urbana	
371 - 4.4.90.51.00.00	01000	OBRAS E INSTALAÇÕES	13.000,00
		Total Redução:	**777.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MARILENA , Estado do Paraná, em 24 de outubro de 2024.

SIMONE APARECIDA DE CARVALHO
Contador CRC - PR 046157/O-6

Publicado por:
Marcos da Silva Barbosa
Código Identificador:45695FC9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE SAÚDE
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 066/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 066/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA CLINICA DE SAUDE CIDADE INDUSTRIAL CFJ LTDA.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO, portador do RG n.º5.941.401-1/PR e inscrito no CPF nº 779.259.639-72.
CONTRATADA CLINICA DE SAUDE CIDADE INDUSTRIAL CFJ LTDA, inscrito no CNPJ Nº 27.508.394/0001-40, com sede à Rua Ubaldino do Amaral, nº 927, Alto da XV, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Cep. 80045-150, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. JOÃO FELIPE KARMA ATHANASIO DE MATOS, portador do RG n° 96163410 e inscrito no CPF n° 055.986.599-64 e Fabiano Silveira Lasserre, portador do RG nº 6.679.249-8 e inscrito no CPF nº 038.647.479-61 doravante denominada contratada.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e a CLINICA DE SAUDE CIDADE INDUSTRIAL CFJ LTDA, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, no Contrato Administrativo n.º 066/2023, Inexigibilidade n° 021/2022 - Chamamento Público 002/2022, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM REALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, DE FORMA A COMPLEMENTAR A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, firmam o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
As partes de comum acordo procedem a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 066/2023 , assinado em 31/05/2023, conforme a seguinte:

•
Prazo de vigência por 09 (nove) meses, terá início em 03 de dezembro de 2024 findando-se em 03 de setembro de 2025.

•
Prazo de execução por 08 (oito) meses, terá início em 02 de outubro de 2024 findando-se em 02 de junho de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023
O valor total do Contrato Administrativo Prorrogado nos termos da cláusula segunda deste termo aditivo, será de R$ 2.209.817,49 (dois milhões duzentos e nove mil e oitocentos e dezessete reais e quarenta e nove centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QNTD.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	Prestação de Serviços Médico Generalista - Clínico Geral, para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde - 40 horas/semanais e da Unidade de Pronto Atendimento em plantões diurnos e noturnos de 12h.	HR	2581	R$ 121,42	R$ 313.385,02
2	Prestação de Serviços Médico Emergencista para atender a demanda da Unidade de Pronto Atendimento - Plantões diurnos e noturnos de 12h cada.	HR	1440	R$ 136,00	R$ 195.840,00
3	Prestação de Serviços Médico Pediatra para atender a demanda da Unidade de Pronto Atendimento - Plantões diurnos e noturnos de 12h cada.	HR	1830	R$ 171,64	R$ 314.101,20
4	Prestação de Serviços Médico Ginecologista e Obstetra para atender a demanda da Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes - Plantões diurnos e noturnos de 12h.	HR	1725	R$ 166,64	R$ 287.454,00
6	Prestação de Serviços Médico Psiquiatra para atender a demanda dos atendimentos do Centro de Atenção Psicossocial.	HR	1483	R$ 174,14	R$ 258.249,62
7	Prestação de Serviços clínico de Psicologia para atender a demanda dos atendimentos do Centro de Atenção Psicossocial e clínica.	HR	7085	R$ 69,09	R$ 489.502,65
9	Prestação de Serviços de Enfermagem para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde, Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes e Unidade de Pronto Atendimento.	HR	8516	R$ 41,25	R$ 351.285,00
Total					R$ 2.209.817,49

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para a cobertura do valor oriundo da Prorrogação Contratual, prevista na cláusula primeira deste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade funcional	Ação	Elemento	Vínculo
465	12	1 0010.0301.0112	2026	3339034000000000000	303
487	12	1 0010.0301.0112	2027	3339034000000000000	303
503	12	1 0010.0301.0112	2028	3339034000000000000	303

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n° 066/2023 assinado em 31/05/2023 que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Terceiro Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 30 de setembro de 2024.

Município De Matinhos
JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
CPF nº 779.259.639-72
Prefeito Municipal
Contratante

Clínica De Saúde Cidade Industrial LTDA
JOÃO FELIPE K. ATHANASIO DE MATOS
CPF nº 055.986.599-64
Representante Legal
Contratada

FABIANO SILVEIRA LASSERRE
CPF nº 038.647.479-61
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Tatiane Maria Pereira Sales
Código Identificador:DCA407CD

SECRETARIA DE SAÚDE
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 067/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 067/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA MEDPRIME, CLÍNICA GESTÃO E SAÚDE S/A.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO, portador do RG n.º5.941.401-1/PR e inscrito no CPF nº 779.259.639-72.

CONTRATADA MEDPRIME CLÍNICA GESTÃO E SAÚDE S/A, inscrito no CNPJ Nº 23.481.981/0001-31, com sede à Rua Cajubi, nº 23, Santa Felicidade, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Cep. 82.015-130, neste ato representada pelo seu representante legal, o Sr. LUIS SILVA DOS SANTOS, portador do RG n° 6.159.215-6 e inscrito no CPF n° 922.284.109-34 doravante denominado contratada.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e a MEDPRIME, CLÍNICA GESTÃO E SAÚDE S/A, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, no Contrato Administrativo n.º 067/2023, Inexigibilidade n° 021/2022 - Chamamento Público 002/2022, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM REALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, DE FORMA A COMPLEMENTAR A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, firmam o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
As partes de comum acordo procedem a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 067/2023 , assinado em 31/05/2023, conforme a seguinte:

•
Prazo de vigência por 09 (nove) meses, terá início em 03 de dezembro de 2024 findando-se em 03 de setembro de 2025.

•
Prazo de execução por 08 (oito) meses, terá início em 02 de outubro de 2024 findando-se em 02 de junho de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2023
O valor total do Contrato Administrativo Prorrogado nos termos da cláusula segunda deste termo aditivo, será de R$1.193.239,32 (um milhão e cento e noventa e três mil e duzentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos).

Item	Profissional	Und.	Qntd.	Valor unt.	Valor total
1	Prestação de Serviços Médico Generalista - Clínico Geral, para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde - 40 horas/semanais e da Unidade de Pronto Atendimento	HR	2581	R$	R$ 313.385,02

	em plantões diurnos e noturnos de 12h.			121,42	
2	Prestação de Serviços Médico Emergencista para atender a demanda da Unidade de Pronto Atendimento - Plantões diurnos e noturnos de 12h cada.	HR	1440	R$ 136,00	R$ 195.840,00
9	Prestação de Serviços de Enfermagem para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde, Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes e Unidade de Pronto Atendimento.	HR	8516	R$ 41,25	R$ 351.285,00
10	Prestação de Serviços de Técnico em Enfermagem para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde, Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes e Unidade de Pronto Atendimento.	HR	16105	R$ 20,66	R$ 332.729,30
Total					R$ 1.193.239,32

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para a cobertura do valor oriundo da Prorrogação Contratual, prevista na cláusula primeira deste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade funcional	Ação	Elemento	Vínculo
465	12	1 0010.0301.0112	2026	3339034000000000000	303
487	12	1 0010.0301.0112	2027	3339034000000000000	303
503	12	1 0010.0301.0112	2028	3339034000000000000	303

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n° 067/2023 assinado em 31/05/2023 que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Terceiro Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 30 de setembro de 2024.

Município De Matinhos
JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
CPF nº 779.259.639-72
Prefeito Municipal
Contratante

Medprime Clínica Gestão E Saúde
LUÍS SILVA DOS SANTOS
CPF nº 922.284.109-34
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Tatiane Maria Pereira Sales
Código Identificador:0DB7EA06

SECRETARIA DE SAÚDE
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA CAIOBÁ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO, portador do RG n.º5.941.401-1/PR e inscrito no CPF nº 779.259.639-72.
CONTRATADA CAIOBÁ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrito no CNPJ Nº 40.388.611/0001-73, com sede à Estrada Porto Passagem, nº 01, na cidade de Guaratuba, Estado do Paraná, Cep. 83.280-000, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. CLAUDIR LOURENÇO, portador do RG n° 6.189.488-8 e inscrito no CPF n° 897.430.089-34 doravante denominada contratada.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e a CAIOBÁ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, no Contrato Administrativo n.º 065/2023, Inexigibilidade n° 021/2022 - Chamamento Público 002/2022, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM REALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, DE FORMA A COMPLEMENTAR A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, firmam o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
As partes de comum acordo procedem a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 065/2023 , assinado em 31/05/2023, conforme a seguinte:

•
Prazo de vigência por 09 (nove) meses, terá início em 03 de dezembro de 2024 findando-se em 03 de setembro de 2025.

•
Prazo de execução por 08 (oito) meses, terá início em 02 de outubro de 2024 findando-se em 02 de junho de 2025

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2023
O valor total do Contrato Administrativo Prorrogado nos termos da cláusula segunda deste termo aditivo, será de R$ 2.053.044,14 (dois milhões e cinquenta e três mil e quarenta e quatro reais e quatorze centavos).

Item	Profissional	Und.	Qntd.	Valor unt.	Valor total
1	Prestação de Serviços Médico Generalista - Clínico Geral, para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde - 40 horas/semanais e da Unidade de Pronto Atendimento em plantões diurnos e noturnos de 12h.	HR	2581	R$ 121,42	R$ 313.385,02
2	Prestação de Serviços Médico Emergencista para atender a demanda da Unidade de Pronto Atendimento - Plantões diurnos e noturnos de 12h cada.	HR	1440	R$ 136,00	R$ 195.840,00
3	Prestação de Serviços Médico Pediatra para atender a demanda da Unidade de Pronto Atendimento - Plantões diurnos e noturnos de 12h cada.	HR	1830	R$ 171,64	R$ 314.101,20
4	Prestação de Serviços Médico Ginecologista e Obstetra para atender a demanda da Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes - Plantões diurnos e noturnos de 12h.	HR	1725	R$ 166,64	R$ 287.454,00
6	Prestação de Serviços Médico Psiquiatra para atender a demanda dos atendimentos do Centro de Atenção Psicossocial.	HR	1483	R$ 174,14	R$ 258.249,62
9	Prestação de Serviços de Enfermagem para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde, Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes e Unidade de Pronto Atendimento.	HR	8516	R$ 41,25	R$ 351.285,00
10	Prestação de Serviços de Técnico em Enfermagem para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde, Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes e Unidade de Pronto Atendimento.	HR	16105	R$ 20,66	R$ 332.729,30
Total					R$ 2.053.044,14

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para a cobertura do valor oriundo da Prorrogação Contratual, prevista na cláusula primeira deste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade funcional	Ação	Elemento	Vínculo
465	12	1 0010.0301.0112	2026	3339034000000000000	303
487	12	1 0010.0301.0112	2027	3339034000000000000	303
503	12	1 0010.0301.0112	2028	3339034000000000000	303

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n° 065/2023 assinado em 31/05/2023 que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Terceiro Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 30 de setembro de 2024.

Município De Matinhos
JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
CPF nº 779.259.639-72
Prefeito Municipal
Contratante

Caiobá Serviços Médicos LTDA
CLAUDIR LOURENÇO
CPF nº 897.430.089-34
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Tatiane Maria Pereira Sales
Código Identificador:57926988

SECRETARIA DE SAÚDE
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 069/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 069/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA PMT CLÍNICA MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO, portador do RG n.º5.941.401-1/PR e inscrito no CPF nº 779.259.639-72.
CONTRATADA PMT CLÍNICA MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, inscrito no CNPJ Nº 17.431.088/0001-07, com sede à Rua Sebastião Souza Cortes, nº 1130, Campo Largo da Roseira, na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Cep. 83.090-900, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. RODRIGO CHEMIN ZANINI, portador do RG n° 6.532.144-0 e inscrito no CPF n° 030.055.869-44 doravante denominada contratada.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e a PMT CLÍNICA MÉDICA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, no Contrato Administrativo n.º 069/2023, Inexigibilidade n° 021/2022 - Chamamento Público 002/2022, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM REALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, DE FORMA A COMPLEMENTAR A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, firmam o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
As partes de comum acordo procedem a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 069/2023 , assinado em 31/05/2023, conforme a seguinte:

•
Prazo de vigência por 09 (nove) meses, terá início em 03 de dezembro de 2024 findando-se em 03 de setembro de 2025.

•
Prazo de execução por 08 (oito) meses, terá início em 02 de outubro de 2024 findando-se em 02 de junho de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2023
O valor total do Contrato Administrativo Prorrogado nos termos da cláusula segunda deste termo aditivo, será de R$ 1.451.488,94 (um milhão e quatrocentos e cinquenta e um mil e oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e quatro centavos)

Item	Profissional	Und.	Qntd.	Valor unt.	Valor total
1	Prestação de Serviços Médico Generalista - Clínico Geral, para atender a demanda das Unidades Básicas de Saúde - 40 horas/semanais e da Unidade de Pronto Atendimento em plantões diurnos e noturnos de 12h.	HR	2581	R$ 121,42	R$ 313.385,02
2	Prestação de Serviços Médico Emergencista para atender a demanda da Unidade de Pronto Atendimento - Plantões diurnos e noturnos de 12h cada.	HR	1440	R$ 136,00	R$ 195.840,00
6	Prestação de Serviços Médico Psiquiatra para atender a demanda dos atendimentos do Centro de Atenção Psicossocial.	HR	1483	R$ 174,14	R$ 258.249,62
9	Prestação de Serviços de Enfermagem para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde, Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes e Unidade de Pronto Atendimento.	HR	8516	R$ 41,25	R$ 351.285,00
10	Prestação de Serviços de Técnico em Enfermagem para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde, Maternidade Nossa Senhora dos Navegantes e Unidade de Pronto Atendimento.	HR	16105	R$ 20,66	R$ 332.729,30
Total					R$ 1.451.488,94

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para a cobertura do valor oriundo da Prorrogação Contratual, prevista na cláusula primeira deste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade funcional	Ação	Elemento	Vínculo
465	12	1 0010.0301.0112	2026	3339034000000000000	303
487	12	1 0010.0301.0112	2027	3339034000000000000	303
503	12	1 0010.0301.0112	2028	3339034000000000000	303

CLÁUSULA QUARTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n° 069/2023 assinado em 31/05/2023 que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Terceiro Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 30 de setembro de 2024.

Município De Matinhos
JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
CPF nº 779.259.639-72
Prefeito Municipal
Contratante

PMT Clínica Médica E Med. Trabalho LTDA
RODRIGO CHEMIN ZANINI
CPF nº 030.055.869-44
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Tatiane Maria Pereira Sales
Código Identificador:2F8D4E6A

SECRETARIA DE SAÚDE
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 071/2023

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 071/2023, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA SERVIÇOS DE SAÚDE ZANICOTTI S/A.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO, portador do RG n.º5.941.401-1/PR e inscrito no CPF nº 779.259.639-72.

CONTRATADA SERVIÇOS DE SAÚDE ZANICOTTI S/A, inscrito no CNPJ Nº 01.304.128/0001-01, com sede à Rua União, nº 1201, Caiobá, na cidade de Matinhos, Estado do Paraná, Cep. 83.260-000, neste ato representada pelo seu representante legal, a Sra. MARILU AVANI GODOY ZANICOTTI, portador do RG n° 589.487-5 e inscrito no CPF n° 027.868.009-78 doravante denominada contratada.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e a SERVIÇOS DE SAÚDE ZANICOTTI, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, no Contrato Administrativo n.º 071/2023, Inexigibilidade n° 021/2022 - Chamamento Público 002/2022, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS A SEREM REALIZADOS NOS ESTABELECIMENTOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, DE FORMA A COMPLEMENTAR A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, firmam o presente TERCEIRO TERMO ADITIVO, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
As partes de comum acordo procedem a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 071/2023 , assinado em 31/05/2023, conforme a seguinte:

•
Prazo de vigência por 09 (nove) meses, terá início em 03 de dezembro de 2024 findando-se em 03 de setembro de 2025.

•
Prazo de execução por 08 (oito) meses, terá início em 02 de outubro de 2024 findando-se em 02 de junho de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2023
O valor total do Contrato Administrativo Prorrogado nos termos da cláusula segunda deste termo aditivo, será de R$ 1.576.513,40 (um milhão e quinhentos e setenta e seis mil quinhentos e treze reais e quarenta centavos).

Item	Profissional	Und.	Qntd.	Valor unt.	Valor total
3	Prestação de Serviços Médico Pediatra para atender a demanda da Unidade de Pronto Atendimento - Plantões diurnos e noturnos de 12h cada e UBS 8H por dia.	HR	9185	R$ 171,64	R$ 1.576.513,40
Total					R$ 1.576.513,40

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para a cobertura do valor oriundo da Prorrogação Contratual, prevista na cláusula primeira deste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade funcional	Ação	Elemento	Vínculo
465	12	1 0010.0301.0112	2026	3339034000000000000	303
487	12	1 0010.0301.0112	2027	3339034000000000000	303
503	12	1 0010.0301.0112	2028	3339034000000000000	303

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato n° 071/2023 assinado em 31/05/2023 que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Terceiro Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 30 de setembro de 2024.

Município De Matinhos
JOSÉ CARLOS DO ESPÍRITO SANTO
CPF nº 779.259.639-72
Prefeito Municipal
Contratante

Serviços De Saúde Zanicotti S/A
MARILU AVANI GODOY ZANICOTTI
CPF nº 027.868.009-78
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Tatiane Maria Pereira Sales
Código Identificador:5446E968

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Responsavel: ISMAEL BATISTA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	80 /2024
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	07/11/2024
d) Objeto Homologado :	Solicitação de abertura de licitação na REGISTRO DE PREÇOS visando a Aquisição de Gás demanda e as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu, através das Secretarias de modalidade PREGÃO de Cozinha e vasilhames a fim de atender a PRESENCIAL
e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:	
Fornecedor	
TODON COMERCIO DE GAS LTDA	

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	GÁS ENVASADO P13		Ud	200,000	100,0000	20.000,00
2	GÁS ENVASADO P45		Ud	15,000	344,0000	5.160,00
3	VASILHAME DE GÁS P13		Ud	10,000	195,0000	1.950,00
4	VASILHAME DE GÁS P45		Ud	5,000	840,0000	4.200,00
Total:						31.310,00

Paiçandu, 07/11/2024

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:95605D11

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Responsavel: ELIZANGELA LOPES DA SILVA no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	30 /2024
b) Modalidade :	Pregão
c) Data Homologação :	07/11/2024
d) Objeto Homologado :	REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, para aquisição de GÁS DE COZINHA para atender as necessidades das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial do Município e Educação de Jovens e Adultos do Município de Paiçandu, para o ano letivo de 2024

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor
TODON COMERCIO DE GAS LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
2	GÁS ENVASADO P45		Ud	300,000	335,0000	100.500,00
3	GÁS ENVASADO P-45 COTA EXCLUSIVA		Ud	100,000	335,0000	33.500,00
Total:						134.000,00

Fornecedor
KARINGAS COMERCIO DE GAS LTDA

Item	Descrição	Marcas	Unid	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	GÁS ENVASADO P13		Ud	200,000	99,0000	19.800,00
4	VASILHAME DE GÁS P13		Ud	8,000	185,0000	1.480,00
5	VASILHAME DE GÁS P45		Ud	8,000	800,0000	6.400,00
Total:						27.680,00

Paiçandu, 07/11/2024

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Dir. Presidente Fundação De Educação

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:11E2C1F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SEC. MUN. DE MEIO AMBIENTE, CULTURA, TURISMO E COMUNICAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2024 - SELEÇÃO DE PROJETOS DE COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB

A Prefeitura Municipal de Palmeira, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Comunicação, no uso de suas atribuições e em consonância com o disposto na Lei nº 14.399/2022, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR** do Edital de Chamamento Público n°005/2024 - Seleção de Projetos de Com Recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento À Cultura – PNAB.
Caberá pedido de revisão (recurso) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil posterior à publicação da presente sinalização. Os recursos deverão ser protocolados via SIC e direcionados para o Departamento de Cultura, onde serão avaliados por representantes do Departamento e encaminhados para a equipe de Pareceristas contratados, com possibilidade de publicação do resultado final com as devidas retificações.
Os proponentes que necessitarem de seus respectivos pareceres devem solicitar ao Departamento de Cultura e Turismo através de pedidos protocolados via SIC, ou através do E-mail: mhp@palmeira.pr.gov.br.

ATENÇÃO: - Caso identifique alguma divergência em suas informações, relatar a ocorrência para o e-mail administrativocultura@palmeira.pr.gov.br

CATEGORIA I – PROJETOS DE 15.000,00 REAIS
PROJETOS SELECIONADOS

VAGAS	Proponente	Projeto	Nota
01	Waldir Santos Joanassi Filho	Jubileu De Prata – 25 Anos De Macumbaria	**69,33**
02	Ilustre Palmeira	Festival Poeme-se 10 anos	**66,67**
03	Michelle Fiorucci	Exposição "Vou Falar Sobre Elas"	**66,67**
04	Fernando Cesar Bastos	Desenhando Sonhos: Criatividade em Cores	**62,67**
05	Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum	Modernização e equipagem para reserva técnica do Heimat Museum	**60,67**
06	AMEC - Associação Menonita de Assistência Social	III Festival de Inverno Tom Jobim - Música para Todos	**59,67**
07	Regiane Consuelo Marenda Abreu Moreira	"Contemporalizando"	**59,33**
08	Nelson Lopes da Silva Filho	Vozes do Brasil - Resgate e Celebração da Música Popular Brasileira	**59,00**
09	Denise Kasburg Philippsen	Algum Lugar Incrível	**58,67**
10	Ernani Bittencourt	Palmeira: Sabores e Tradições	**58,67**

PROJETOS EM LISTA DE ESPERA

Class.	Proponente	Projeto	

01	Douglas Ottoni Schulli	Os sons natalinos do Brasil	**57,33**
02	Ricardo Kasburg Philippsen	Um Coala diferente	**57,00**
03	Luana Budziak	Entre memórias e movimentos: Dança contemporânea em Palmeira	**56,33**
04	Letícia Carvalho Brod	Vinicius de Moraes: Entre Versos e Canções	**56,00**
05	Cleisson Passoni	Explorando Olhares: Curso Gratuito de Fotografia	**55,00**
06	Igor Henrique Michalski Moreira	Brasileirices: Um Passeio Pelo Teatro de Ariano Suassuna	**54,00**
07	Rogério Geraldo Lima MEI	"O anarquista Pimpão" 2ª edição	**53,33**
08	Rodrigo Haniskievicz	O Príncipe dos Poetas do Paraná	**53,00**
09	Fernando Cezar Vitecoski	"Colônia Cecília – Cartas de um Anarquista"	**52,33**
10	Noemi Teresinha Gorte Nolevaiko	"Comunicação Acessível: Oficina De Língua Brasileira De Sinais Para A Comunidade De Palmeira E Profissionais"	**52,00**
11	Instituto Casarão Das Artes	Oficinas De Teatro	**51,00**
12	Fábio Gurski	O Lamento dos Escravos: Uma Lenda de Palmeira	**50,33**
13	Péricles Antônio Calaça	Tributo ao Pop Rock Nacional - Versão Acústica	**50,33**
14	Rogério Geraldo Lima	Madeira, da casa ao caixão	**49,33**
15	Irapuan Luiz da Costa Silva	Exposição, lançamento e palestra VIRTUDE: HISTÓRIAS DA CHINA ANTIGA	**47,67**
16	Danieli Zwiegicoski	Querubina Conta e Encanta! - Contos de uma Viscondessa	**47,33**
17	Lúcia Gabriele Borges	Palavras em movimento: Oficina criativa e cultural	**45,33**
18	Rosenilda Schweigert Eurich	Brincando com o Menino Vico	**44,33**

CATEGORIA II – PROJETOS DE 10.000,00 REAIS			
PROJETOS SELECIONADOS			
VAGAS.	**Proponente**	**Projeto**	**Nota**
01	Odislaine Gomes Wience	Pontilhando Palmeira	**70,00**
02	Igor Henrique Michalski Moreira	Os Ventos do Sul: Lendas e Mistérios de Palmeira	**57,00**
03	Luana Budziak	Palmeira em foco	**55,00**
04	Ricardo Kasburg Philippsen	Um presente especial para as crianças	**53,67**
05	Cleisson Passoni	Casa Branca da Serra	**53,33**

PROJETOS EM LISTA DE ESPERA			
Class.	**Proponente**	**Projeto**	**Nota**
01	Ernani Bittencourt	Palmeira Verde: Guardiões do Futuro	**52,33**
02	Rodrigo Haniskievicz	Serenata Noturna: Poesia e Seresta nas ruas do	**52,33**
03	Michelle Fiorucci	Fábrica de Estampas	**52,00**
04	Denise Kasburg Philippsen	Inverso	**52,00**
05	Fernando Cezar Vitecoski	Nas Trilhas do Tempo: Um Olhar sobre a História de Palmeira	**52,00**
06	AMEC - Associação Menonita de Assistência Social	II Festival Brasil - Uma Noite de Ritmos Brasileiros	**51,67**
07	Fábio Gurski	Formação Audiovisual: Projeto de pela Democratização do Audiovisual em Palmeira	**51,00**
08	Waldir Santos Joanassi Filho	Coisas do Axé	**50,33**
09	Fernando Cesar Bastos	Casarões de Palmeira: Arquitetura da Arte	**47,33**
10	Danieli Zwiegicoski	A Casa do Mel do Tio	**41,67**
11	Lúcia Gabriele Borges	Cenas históricas: conectando o passado e o presente	**39,00**
12	Instituto Casarão Das Artes	Oficinas De Teatro	**36,00**
CATEGORIA III – PROJETOS DE 5.199,41 REAIS			

PROJETOS SELECIONADOS			
VAGAS.	**Proponente**	**Projeto**	**Nota**
01	Odislaine Gomes Wience	Oficina de Produção e Personalização de Bolsas Ecológicas	**73,33**
02	Michelle Fiorucci	Xilogravura Comemorativa	**64,00**
03	Douglas Ottoni Schulli	Natal nos Anos Dourados	**61,67**
04	Waldir Santos Joanassi Filho	Oficina de Brinquedos Tradicionais - Colônia de Férias	**61,33**
05	Luana Budziak	Vozes do tempo	**60,67**
06	Letícia Carvalho Brod	Oficina de Expressão Corporal: O Corpo como Linguagem	**58,33**
07	Instituto Casarão Das Artes	VIII Festival de Teatro do Instituto Casarão das Artes	**57,00**
08	Rodrigo Haniskievicz	Oficina de Musicalização Infantil para Professores	**54,33**
09	Wu Chia Ling	As Palavras Dançam – O Voo do Dragão"	**49,00**
10	Fernando Cezar Vitecoski	Roda de Versos e Causos: A Arte de Contar e Cantar	**48,67**
11	Fábio Gurski	Vídeo Clipe: Tony e Oliver	**46,67**

PROJETOS EM LISTA DE ESPERA			
Class.	**Proponente**	**Projeto**	**Nota**
01	Ricardo Kasburg Philippsen	Semeando Cultura	**46,33**
02	Regiane Consuelo Marenda Abreu Moreira	Facilitação Coreográfica Na Prática	**46,33**
03	Denise Kasburg Philippsen	Leituras para crianças de Witmarsum	**46,33**
04	Igor Henrique Michalski Moreira	Oficinas de Teatro de Bonecos: A Magia do Movimento	**46,00**
05	Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum	Material para Tratamento técnico de acervo de documentos e fotos do Heimat Museum	**45,33**
06	AMEC - Associação Menonita de Assistência Social	II Festival de Talentos - Uma Noite de Brilho e Promessa	**44,67**
07	Cleisson Passoni	Arraia Rock	**39,33**

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:2D719477

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1 ADITIVO AO CONTRATO 180/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DISPENSA NORMAL Nº 53/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 132/2023

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2023

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **VALDENEI DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador do RG 6.446.615-1 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 795.770.409-34, domiciliado na Rua XV de Novembro, N°534, Centro, Palmital-PR, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado o Fornecedor **JOÃO DIRCEU KOZINHARSKI**, com endereço à RUA XV DE NOVEMBRO , 901 - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, Palmital/PR inscrita no sob nº, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). JOAO DIRCEU KOZINHARSKI, a seguir denominada **CONTRATADO(A)**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 180/2023, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado por igual período àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor total do Lote 1, do Contrato Administrativo n. 180/2023, conforme tabela infra. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ITENS							
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	1	36768	ALUGUEL DE SALA PARA INSTALAÇÃO DO CRAS CENTRO DE REFERENCIA DE ASSINTENCIA SOCIAL EM AREA CENTRAL DO MUNICIPIO, PROXIMO A DEMAIS SERVIÇOS DA REDE DE PROTEÇÃO, COM FACIL ACESSO A TODA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.	MS	12,00	3.500,00	42.000,00
TOTAL							42.000,00

CLAÚSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital-pR,20/09/2024

VALDENEI DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

JOÃO DIRCEU KOZINHARSKI
Joao Dirceu Kozinharski,
Contratado(a)

Testemunhas:

JESSICA THAUELI BARBOSA
CPF-114.689.039-77

JOSE DA LUZ DOS SANTOS CORDEIRO
CPF-53732308987

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:7FF4CDD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 524/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/12/2024.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AFN3D41	277450T000028823	25/10/2024	51851
AGJ5I89	277450T000032041	25/10/2024	76332
AIK6E29	116100T002269922	19/10/2024	54521
AKC0I94	277450T000031545	25/10/2024	55411
AMI7J59	277450T000030583	25/10/2024	51851
ANV6212	277450T000031622	25/10/2024	55411
APB8C49	277450T000031549	25/10/2024	55414
APV6916	277450T000030581	25/10/2024	51851
ARO5A25	277450T000028821	25/10/2024	61220
ARX0B31	277450T000028822	25/10/2024	76331
ASX7J09	277450T000032032	25/10/2024	76332
ATH2A68	277450T000028820	25/10/2024	61220
ATV1D90	277450T000032025	25/10/2024	76332
AUF7878	277450T000032034	25/10/2024	60501

AVR3C27	277450T000031625	25/10/2024	73662
AVS7712	277450T000030248	25/10/2024	50450
AVS7712	277450T000030247	25/10/2024	65992
AWL2B12	116100T002315018	19/10/2024	54521
AWL4A99	277450T000031623	25/10/2024	76251
AXC8270	277450T000031619	25/10/2024	55414
AYX7180	277450T000031546	25/10/2024	76252
AZE7C20	277450T000031624	25/10/2024	55414
AZM2C58	116100T002289757	19/10/2024	54521
BAA4H05	116100T002269919	19/10/2024	54521
BAI7090	277450T000032037	25/10/2024	51930
BBC3D75	277450T000032027	25/10/2024	76332
BBP5131	277450T000030246	25/10/2024	65992
BBQ3749	277450T000032022	25/10/2024	76332
BCD2B79	116100T002289756	19/10/2024	54521
BCP9J71	277450T000031543	25/10/2024	55414
BCV6A83	277450T000031954	25/10/2024	56060
BDL4D96	116100T002269920	19/10/2024	54521
BDT9J13	277450T000031952	25/10/2024	55413
BDU9A83	277450T000032035	25/10/2024	61220
BET3I19	277450T000030585	25/10/2024	73150
BEV2H21	277450T000032039	25/10/2024	61220
BEW8D09	277450T000032021	25/10/2024	76332
CFP7H13	277450T000030584	25/10/2024	51851
CVE2151	277450T000031550	25/10/2024	55414
DMM5C62	116100T002289755	19/10/2024	54527
EZA0142	277450T000031626	25/10/2024	51851
EZZ6A67	116100T002289758	19/10/2024	54521
FXK0D28	116100T002269915	19/10/2024	54527
GCA1040	277450T000031621	25/10/2024	55414
GEH7119	277450T000031951	25/10/2024	55413
GHN6E95	277450T000031620	25/10/2024	55414
HGV1J21	277450T000030582	25/10/2024	51851
IPM1B00	277450T000031544	25/10/2024	55411
JCT6I27	277450T000032040	25/10/2024	76332
PRN0826	277450T000032038	25/10/2024	76332
PUW9H06	116100T002315021	19/10/2024	54521
PWZ3A14	116100T002315020	19/10/2024	54521
PZL1I80	277450T000027226	25/10/2024	54521
QCF7I20	277450T000032024	25/10/2024	76332
QHA4G32	277450T000031953	25/10/2024	55411
QQA5A08	116100T002269917	19/10/2024	54527
RAC5F69	277450T000032033	25/10/2024	60501
RHA2A99	277450T000032030	25/10/2024	76332
RHI7D47	116100T002289759	19/10/2024	54521
RHK6H86	277450T000032023	25/10/2024	76332
RHT0H37	277450T000031542	25/10/2024	55680
RUL1A88	277450T000031548	25/10/2024	55414
SDP2G53	116100T002078530	20/10/2024	56222
SDQ9C19	277450T000027227	25/10/2024	54521
SEN9F98	277450T000032026	25/10/2024	76332
SEO1G83	116100T002269916	19/10/2024	54521
SEO5F12	277450T000032029	25/10/2024	60501
SER7H52	277450T000032028	25/10/2024	60501
SFA7J97	116100T002315019	19/10/2024	54521
SFG9D01	116100T002269918	19/10/2024	54521
SFH1F17	277450T000031547	25/10/2024	54600
TAT3A57	277450T000032031	25/10/2024	76332

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:18DB01F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 525/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAB3375	277450NIC0041985	03/08/2024	50020	R$ 260,32
ACS6A23	277450T000027415	21/08/2024	76331	R$ 293,47
AEN0655	277450T000027429	22/08/2024	54521	R$ 195,23
AIA4A76	277450T000019678	21/08/2024	58350	R$ 195,23
AIB9125	277450T000014525	22/08/2024	55250	R$ 130,16
AKG2G26	277450T000027424	21/08/2024	54870	R$ 195,23
AKH9075	277450T000027430	22/08/2024	76251	R$ 293,47
AKN9A04	277450NIC0042001	03/08/2024	50020	R$ 586,94
AKP8577	277450T000027438	22/08/2024	76251	R$ 293,47
ALA2674	277450T000020992	21/08/2024	60681	R$ 195,23
ALP2I65	277450T000006397	21/08/2024	60501	R$ 293,47
AMK0H25	277450T000027341	21/08/2024	60681	R$ 195,23
AMZ6C66	277450T000027347	22/08/2024	60501	R$ 293,47
ANO5I77	277450NIC0042006	03/08/2024	50020	R$ 390,46
APB0430	277450T000027952	22/08/2024	73232	R$ 130,16
APL3313	277450NIC0041995	03/08/2024	50020	R$ 586,94

AQO4G08	277450T000027437	22/08/2024	76252	R$ 293,47
ARN3J69	277450T000027137	22/08/2024	55411	R$ 195,23
ATG7D77	277450T000027130	22/08/2024	76252	R$ 293,47
ATZ0180	277450T000022232	22/08/2024	57463	R$ 130,16
AUE9G14	277450T000027340	21/08/2024	60681	R$ 195,23
AUI9F26	277450T000027414	21/08/2024	57380	R$ 293,47
AWV3I95	277450T000027345	21/08/2024	60681	R$ 195,23
AWX2B91	277450T000020997	22/08/2024	60501	R$ 293,47
AXB7183	277450NIC0042008	03/08/2024	50020	R$ 390,46
AYG8436	277450T000021675	21/08/2024	76332	R$ 293,47
AYK8J61	277450T000027428	22/08/2024	76251	R$ 293,47
AYY5495	277450T000027128	22/08/2024	55411	R$ 195,23
AZR6G74	277450T000024204	22/08/2024	50100	R$ 880,41
AZX2B77	277450T000020998	22/08/2024	60501	R$ 293,47
BAL2A85	277450T000027418	21/08/2024	55414	R$ 195,23
BAX8148	277450T000027125	22/08/2024	76252	R$ 293,47
BAX8148	277450T000027440	22/08/2024	76252	R$ 293,47
BBD8G73	277450T000027136	22/08/2024	55414	R$ 195,23
BBL6C08	277450T000021970	22/08/2024	70481	R$ 293,47
BBM2I75	277450T000027955	22/08/2024	76332	R$ 293,47
BCD1H48	277450T000027132	22/08/2024	55411	R$ 195,23
BCF3823	277450NIC0041990	03/08/2024	50020	R$ 260,32
BCL7D99	277450T000027135	22/08/2024	55414	R$ 195,23
BCS7G69	277450T000027420	21/08/2024	55413	R$ 195,23
BDT7F18	277450T000020996	21/08/2024	60681	R$ 195,23
BDV3G50	277450T000027432	22/08/2024	76252	R$ 293,47
BDV3G50	277450T000027421	21/08/2024	76252	R$ 293,47
BDV4E12	277450T000006399	21/08/2024	60412	R$ 195,23
BDW8B03	277450T000027126	22/08/2024	76252	R$ 293,47
BED9D32	277450T000020385	22/08/2024	55680	R$ 195,23
BEE9J36	277450NIC0041989	03/08/2024	50020	R$ 260,32
BEG4H73	277450T000027349	22/08/2024	60501	R$ 293,47
BEZ5I43	277450T000009713	21/08/2024	76331	R$ 293,47
ECT1B43	277450T000021676	22/08/2024	55411	R$ 195,23
EFV2C82	277450T000022231	22/08/2024	55500	R$ 130,16
EHQ0I88	277450T000022234	22/08/2024	57463	R$ 130,16
EUI7F43	116100T001110895	15/08/2024	55411	R$ 195,23
EVX9J40	277450T000027957	22/08/2024	76332	R$ 293,47
FJZ7A77	277450T000027434	22/08/2024	55414	R$ 195,23
FQE6F62	277450T000027133	22/08/2024	55414	R$ 195,23
FYI6I65	277450NIC0041986	03/08/2024	50020	R$ 260,32
GAE5E86	277450NIC0041991	03/08/2024	50020	R$ 260,32
GBW8015	277450NIC0041997	03/08/2024	50020	R$ 260,32
IGB1B84	277450NIC0041998	03/08/2024	50020	R$ 260,32
MDC1G55	277450T000022233	22/08/2024	57463	R$ 130,16
MEN4G85	277450T000026606	22/08/2024	57200	R$ 195,23
MIY2H15	277450NIC0042004	03/08/2024	50020	R$ 586,94
MLZ8J89	277450T000020999	22/08/2024	76332	R$ 293,47
NBM7033	277450T000027131	22/08/2024	55411	R$ 195,23
NCK2J33	277450T000022236	22/08/2024	54790	R$ 130,16
NCK2J33	277450T000022235	22/08/2024	55250	R$ 130,16
NEL1I35	277450T000027338	21/08/2024	51851	R$ 195,23
NPM5504	277450NIC0042003	03/08/2024	50020	R$ 390,46
PPQ5108	277450T000027413	21/08/2024	56060	R$ 88,38
PUT1B67	277450T000021968	21/08/2024	70301	R$ 293,47
PWS5C40	277450T000027954	22/08/2024	76332	R$ 293,47
QOR2F96	277450T000027436	22/08/2024	54521	R$ 195,23
QOY7B77	277450T000027417	21/08/2024	55414	R$ 195,23
QPF9E52	277450T000027431	22/08/2024	55411	R$ 195,23
RHE6C43	277450T000027343	21/08/2024	57461	R$ 130,16
RHG3E36	277450T000027416	21/08/2024	55414	R$ 195,23
RHL0D62	277450T000020994	21/08/2024	60681	R$ 195,23
RHM8J91	277450NIC0041988	03/08/2024	50020	R$ 586,94
RHV3J83	277450NIC0042007	03/08/2024	50020	R$ 390,46
RHV5C49	277450T000027439	22/08/2024	55414	R$ 195,23
RHV6D47	277450T000009714	22/08/2024	76332	R$ 293,47
RJT0B82	277450T000027427	21/08/2024	55414	R$ 195,23
RLL4E09	277450NIC0041993	03/08/2024	50020	R$ 260,32
SDR6H69	277450NIC0041987	03/08/2024	50020	R$ 260,32
SEB4I60	277450NIC0042000	03/08/2024	50020	R$ 586,94
SEC7I34	277450T000027951	22/08/2024	76332	R$ 293,47
SEI4C94	277450T000020993	21/08/2024	60681	R$ 195,23
SEI7D97	277450T000027344	21/08/2024	60681	R$ 195,23
SEJ2J75	277450T000027127	22/08/2024	55414	R$ 195,23
SEJ4B24	277450T000027419	21/08/2024	55413	R$ 195,23
SEU1F91	277450T000027134	22/08/2024	55413	R$ 195,23
SEU8I62	277450T000027423	21/08/2024	60412	R$ 195,23
SEX3J40	277450T000027129	22/08/2024	55414	R$ 195,23
SEY4I36	277450T000014391	22/08/2024	50100	R$ 880,41
SFF3H31	277450NIC0041996	03/08/2024	50020	R$ 260,32
SFG2F99	277450T000027956	22/08/2024	76332	R$ 293,47
SFH3J28	277450T000027425	21/08/2024	54100	R$ 130,16
SFI4E54	277450T000027348	22/08/2024	60501	R$ 293,47
SFI9H29	277450NIC0041994	03/08/2024	50020	R$ 586,94
SIN3E42	277450NIC0042005	03/08/2024	50020	R$ 390,46
SIQ1G57	277450T000027958	22/08/2024	76332	R$ 293,47
SIT1E33	277450T000027426	21/08/2024	76252	R$ 293,47
SPE4F20	277450NIC0041992	03/08/2024	50020	R$ 260,32
STZ9B70	277450NIC0041999	03/08/2024	50020	R$ 390,46

SUG2J28	277450T000027953	22/08/2024	76332	R$ 293,47

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:30915AD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 526/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ALP2I65	277450T000006398	21/08/2024	67690	02839899981
AYK1931	277450T000027337	21/08/2024	57461	
BAH7335	277450T000027339	21/08/2024	73400	
BCN9F73	277450T000027422	21/08/2024	54600	
BDY6G59	277450T000020991	21/08/2024	73400	
BEM8A86	277450T000000443	22/08/2024	53800	
EOV6E95	277450T000027342	21/08/2024	57461	

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:730ACCAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 527/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 16/12/2024.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAC2783	277450T000029559	28/10/2024	65992
AAR3200	277450T000031316	27/10/2024	51851
ABO9999	277450T000031310	26/10/2024	54790
ADC8010	277450T000027388	29/10/2024	60330
ADK6851	277450T000031313	27/10/2024	54790
ADL1648	277450T000030587	28/10/2024	57463
ADQ5C10	277450T000030249	26/10/2024	54790
AET0J34	277450T000031319	27/10/2024	54790
AGY5D75	277450T000030814	26/10/2024	57463
AHK6408	277450T000030676	26/10/2024	57463
AHV2971	277450T000030809	26/10/2024	61220
AIB2A04	277450T000030678	26/10/2024	76332
AIE8282	277450T000031881	26/10/2024	51851
AJP8H60	277450T000007088	28/10/2024	57463
AKS5H83	277450T000031312	26/10/2024	54790
ALB7295	277450T000031317	27/10/2024	51852
ALK4529	277450T000031304	26/10/2024	51851
AMD9043	277450T000027556	27/10/2024	55500
AMF3152	277450T000027554	26/10/2024	66531
AMK9A83	277450T000029745	28/10/2024	76332
ANF7443	277450NIC0042690	09/10/2024	50020
ANH7H44	277450T000031880	26/10/2024	55680
ANU1A42	277450NIC0042678	09/10/2024	50020
APA5C68	277450T000027826	26/10/2024	66531
APK3D10	277450T000029749	28/10/2024	57463
APX4295	277450T000030938	26/10/2024	76332
AQC4J85	277450T000007545	26/10/2024	55500
AQC6I43	277450T000031628	29/10/2024	55411
AQD9J67	277450NIC0042687	09/10/2024	50020
AQL7J26	277450T000031315	27/10/2024	76332
AQV5525	277450T000030933	26/10/2024	76332
AQX3985	277450T000007547	26/10/2024	73400
ARH9B03	277450T000031876	26/10/2024	54521
ARP4H81	277450T000031882	26/10/2024	51852
ARW4E47	277450T000007544	26/10/2024	55500
ASD1E92	277450NIC0042683	09/10/2024	50020
ASN9681	277450NIC0042671	09/10/2024	50020
ASQ6J79	277450T000030826	26/10/2024	58512
ASY5603	277450NIC0042680	09/10/2024	50020
ATH5A13	277450T000018855	28/10/2024	55680
ATI7D14	277450T000031073	27/10/2024	76331
ATN6557	277450T000031874	26/10/2024	76331
AUB0J00	277450NIC0042667	09/10/2024	50020
AUK4684	277450NIC0042685	09/10/2024	50020
AUO2496	277450T000030694	27/10/2024	73232
AUQ0A92	277450T000027384	29/10/2024	55680
AUT3G96	277450T000027827	27/10/2024	59910
AVG6D18	277450T000030935	26/10/2024	73400
AVL9A19	277450T000031878	26/10/2024	55680
AVO4H08	277450T000007264	26/10/2024	55411

AVX4D06	277450T000031308	26/10/2024	51851
AWC5D58	277450T000030818	26/10/2024	58512
AWH0095	277450NIC0042691	09/10/2024	50020
AWK5262	277450T000030940	26/10/2024	76332
AWV0918	277450T000030806	26/10/2024	76332
AWV3152	277450NIC0042666	09/10/2024	50020
AXJ0B72	277450T000029747	28/10/2024	76332
AXS2468	277450T000030691	26/10/2024	60412
AXT9035	277450T000031879	26/10/2024	51851
AXX7849	277450T000029743	28/10/2024	51851
AYD8G20	277450T000030684	26/10/2024	76332
AYO0519	277450T000031302	26/10/2024	51851
AYT0951	277450T000031307	26/10/2024	51851
AYW1D35	277450T000028829	28/10/2024	58192
AZA7F27	277450T000031865	26/10/2024	51851
AZA8204	277450NIC0042670	09/10/2024	50020
AZJ0238	277450T000030941	26/10/2024	51851
AZK3I79	277450T000031070	26/10/2024	76331
AZP5B03	277450T000031884	26/10/2024	65992
AZP5B03	277450T000031883	26/10/2024	51691
AZX8467	277450T000031627	29/10/2024	53800
AZY2B75	277450T000031305	26/10/2024	51851
BAA0F15	277450T000030936	26/10/2024	76332
BAH1A96	277450T000030815	26/10/2024	61300
BAX9A30	277450T000031552	28/10/2024	65992
BAX9A30	277450T000031554	28/10/2024	67261
BAX9A30	277450T000031553	28/10/2024	50531
BBB4E08	277450NIC0042677	09/10/2024	50020
BBD7034	277450T000009746	27/10/2024	76331
BBI2825	277450T000007546	26/10/2024	55500
BBK0068	277450T000031309	26/10/2024	51851
BBZ6G50	277450T000027825	26/10/2024	55500
BCG1B30	277450T000027758	28/10/2024	55413
BCI8933	277450T000007548	26/10/2024	66531
BCQ0344	277450NIC0042686	09/10/2024	50020
BCY8H57	277450T000028828	28/10/2024	60501
BDB2810	277450T000031864	26/10/2024	76331
BDB8D26	277450T000031629	29/10/2024	55414
BDF8C23	277450T000031314	27/10/2024	76332
BDK6G41	277450T000030939	26/10/2024	73662
BDL4C70	277450T000030828	26/10/2024	58512
BDR5E98	277450T000030250	26/10/2024	55090
BDT5A84	277450T000030825	26/10/2024	58512
BED1C58	277450T000014769	28/10/2024	60502
BEF5J64	277450T000027555	27/10/2024	66531
BET4G57	277450T000030817	26/10/2024	76332
BET7805	277450T000031071	27/10/2024	76331
BWT8432	277450T000029746	28/10/2024	57463
BYD5J09	277450T000027386	29/10/2024	55411
CGR6E37	277450T000031318	27/10/2024	54790
DGY8G58	277450T000031877	26/10/2024	55500
DPE5053	277450NIC0042675	09/10/2024	50020
DSC2H84	277450T000029557	28/10/2024	55680
EBO9483	277450T000031868	26/10/2024	51852
EGR9283	277450T000004907	26/10/2024	65992
EWU8J51	277450T000031551	26/10/2024	54790
FDT9G36	277450T000031869	26/10/2024	76331
FFJ3E26	277450T000030942	26/10/2024	55500
FGS6D65	277450T000032043	29/10/2024	76332
FHY9408	277450T000030823	26/10/2024	58512
FKE9B11	277450T000030680	26/10/2024	60412
FKE9F32	277450T000031870	26/10/2024	76331
FTU6C87	277450T000027383	28/10/2024	55680
GAS2A54	277450T000031860	26/10/2024	76331
GEN9F49	277450NIC0042673	09/10/2024	50020
GGA0F92	277450T000030816	26/10/2024	57463
GJG3E68	277450T000014770	28/10/2024	60502
GRA0851	277450T000030693	27/10/2024	57463
HFP6487	277450T000031867	26/10/2024	51851
HIM2486	277450T000024103	29/10/2024	54523
HJU0G95	277450T000030679	26/10/2024	76332
HKE2901	277450T000031872	26/10/2024	51851
HSJ0I39	277450T000017868	29/10/2024	60412
IGA4106	277450T000031862	26/10/2024	51851
IPL2558	277450NIC0042681	09/10/2024	50020
IPM1B00	277450T000007328	27/10/2024	54522
IQA4H94	277450T000030686	26/10/2024	58512
ITC1A05	277450T000031866	26/10/2024	51851
IYH1D29	277450T000030690	26/10/2024	60412
IYX1H23	277450T000027382	28/10/2024	55680
JBB5E80	277450T000031303	26/10/2024	51851
JHI4C42	277450T000030937	26/10/2024	76332
JSI4B83	277450T000031861	26/10/2024	51851
KAG8B82	277450T000030675	26/10/2024	60412
KAI1286	277450T000005173	28/10/2024	60412
KDI5456	277450T000030807	26/10/2024	60412
KEM2G21	277450T000027387	29/10/2024	55500
KKB5F11	277450T000030934	26/10/2024	76332
LYO3883	277450NIC0042674	09/10/2024	50020

LZK9B43	277450T000028826	28/10/2024	54100
MBV9576	277450T000031630	29/10/2024	55414
MDS5C10	277450T000027756	28/10/2024	57463
MFR4H87	277450T000031873	26/10/2024	51851
MIO6I36	277450T000031863	26/10/2024	51851
MIU0A02	277450T000012265	28/10/2024	76332
MKQ1H39	277450T000029560	28/10/2024	58192
MLA3B36	277450T000030688	26/10/2024	76332
MLJ7B70	277450T000031311	26/10/2024	54790
MMB6C45	277450T000031320	27/10/2024	54790
NPA0606	277450T000030832	26/10/2024	60412
ONC8503	277450T000029555	28/10/2024	55680
OPU1G77	277450NIC0042679	09/10/2024	50020
PPI0J29	277450CND0000282	29/08/2024	50450
PPS4E64	277450NIC0042689	09/10/2024	50020
PSE2F96	277450T000030833	26/10/2024	61220
QIT6C35	277450T000030687	26/10/2024	61220
QND1G24	277450T000030813	26/10/2024	60412
QWW0J13	277450T000030819	26/10/2024	58512
QXG6G62	277450T000027757	28/10/2024	55680
RAJ2C93	277450T000027824	26/10/2024	55500
RFL8D80	277450T000030692	27/10/2024	60501
RHA9H96	277450NIC0042676	09/10/2024	50020
RHJ5D73	277450T000030677	26/10/2024	73400
RHR8A64	277450T000030824	26/10/2024	58512
RHW2E42	277450T000030685	26/10/2024	76332
RRI4E78	277450NIC0042668	09/10/2024	50020
RRO8I37	277450T000030681	26/10/2024	57463
RUL9B92	277450T000030808	26/10/2024	60412
RXT7B11	277450NIC0042672	09/10/2024	50020
RYF2E68	277450T000028825	28/10/2024	54100
RZZ9D70	277450T000028827	28/10/2024	54100
SDE5B33	277450T000029554	28/10/2024	55680
SDQ1G00	277450T000030589	28/10/2024	57380
SDQ1G00	277450T000030588	28/10/2024	76331
SDQ1G00	277450T000030590	28/10/2024	57463
SDQ2A02	277450T000029742	28/10/2024	57380
SDQ9E13	277450T000030682	26/10/2024	60412
SDQ9E13	277450T000030829	26/10/2024	58512
SDS0F61	277450NIC0042684	09/10/2024	50020
SDU1J86	277450T000030689	26/10/2024	76332
SDX0D08	277450T000027385	29/10/2024	55500
SDX2F26	277450T000029744	28/10/2024	60412
SDY1E67	277450T000030822	26/10/2024	58512
SDY3G63	277450NIC0042682	09/10/2024	50020
SDZ1H30	277450NIC0042688	09/10/2024	50020
SEA9H71	277450T000029561	29/10/2024	60412
SEC6B47	277450T000005174	28/10/2024	57970
SEF8D62	277450T000018854	28/10/2024	55680
SEF9J68	277450T000007549	26/10/2024	73400
SEG8F35	277450T000007550	26/10/2024	66531
SEH2D49	277450NIC0042692	09/10/2024	50020
SEI0G10	277450T000030821	26/10/2024	58512
SEJ4H81	277450T000027823	26/10/2024	55500
SEM2I75	277450T000030812	26/10/2024	60412
SEN3C82	277450T000017870	29/10/2024	66371
SEN3C82	277450T000017869	29/10/2024	73400
SEP6D66	277450T000030830	26/10/2024	58512
SER0F96	277450T000030810	26/10/2024	57463
SET4J11	277450T000030811	26/10/2024	57463
SEU3E79	277450T000031068	26/10/2024	76331
SEU9F78	277450T000004677	28/10/2024	60502
SEW2F62	277450T000030591	28/10/2024	60501
SEW9H70	277450T000032042	29/10/2024	76332
SEW9J70	277450T000031069	26/10/2024	76332
SFA0J53	277450T000027759	28/10/2024	59670
SFE0G21	277450T000031871	26/10/2024	76331
SFG3E01	277450T000030683	26/10/2024	51930
SFK5D07	277450NIC0042669	09/10/2024	50020
SFO0G62	277450T000031875	26/10/2024	57463
SII3A14	277450T000029558	28/10/2024	76331
STR8D07	277450T000005172	28/10/2024	60412
SXF1D25	277450T000029553	28/10/2024	55680
TAK7I30	277450T000030820	26/10/2024	58512
TAL0B86	277450T000031306	26/10/2024	73232
TAM9D83	277450T000031072	27/10/2024	76331
TAO5E65	277450T000030586	28/10/2024	61220
TAQ3J74	277450T000029748	28/10/2024	57463
TAR4F28	277450T000030831	26/10/2024	58512
TCR5A02	277450T000030827	26/10/2024	58512

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:169D4711

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 528/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAH0899	277450T000027979	25/08/2024	76332	R$ 293,47
ACI0235	277450T000022237	26/08/2024	55500	R$ 130,16
ACM9994	277450T000027976	25/08/2024	51851	R$ 195,23
AEX0A79	277450T000027145	23/08/2024	76252	R$ 293,47
AEX9I44	277450T000027473	24/08/2024	55500	R$ 130,16
AFC4255	277450T000027469	23/08/2024	51851	R$ 195,23
AGG2J65	277450T000024337	25/08/2024	54527	R$ 195,23
AGW9E66	277450T000024332	25/08/2024	54527	R$ 195,23
AHJ8I81	277450T000027466	23/08/2024	76332	R$ 293,47
AHK9A43	277450T000019681	25/08/2024	58350	R$ 195,23
AHO4J25	277450T000024506	26/08/2024	61220	R$ 293,47
AHS5F78	277450T000025467	23/08/2024	57463	R$ 130,16
AJK8B84	277450T000027477	24/08/2024	51851	R$ 195,23
AJW3881	277450T000027975	25/08/2024	51851	R$ 195,23
AKD4D68	277450T000020026	25/08/2024	60681	R$ 195,23
AKP2012	277450T000007054	23/08/2024	60412	R$ 195,23
AKP8577	277450T000027973	25/08/2024	51851	R$ 195,23
AKP8B18	277450T000010853	25/08/2024	54527	R$ 195,23
AKU4703	277450T000027856	26/08/2024	55414	R$ 195,23
ALL0H39	277450T000027963	25/08/2024	51851	R$ 195,23
ALS2897	277450T000010860	26/08/2024	50610	R$ 880,41
ALS2897	277450T000010859	26/08/2024	65992	R$ 293,47
ALS2897	277450T000010861	26/08/2024	50100	R$ 880,41
AMT9I03	277450T000024504	26/08/2024	66371	R$ 195,23
AMT9I03	277450T000024505	26/08/2024	50100	R$ 880,41
AMX8996	277450T000027855	26/08/2024	55411	R$ 195,23
ANZ9E16	277450T000025465	23/08/2024	51851	R$ 195,23
AOG8462	277450T000027146	23/08/2024	55411	R$ 195,23
APC3B81	277450T000027467	23/08/2024	51851	R$ 195,23
API0153	277450P000335648	17/08/2024	51851	R$ 195,23
APY7H02	277450T000027472	24/08/2024	54521	R$ 195,23
AQI3C69	277450T000027150	23/08/2024	55411	R$ 195,23
AQO1918	277450T000027468	23/08/2024	51851	R$ 195,23
AQU4D42	277450P000335644	17/08/2024	51851	R$ 195,23
ARB6I71	277450T000027448	23/08/2024	55414	R$ 195,23
ARB8E11	277450T000021456	25/08/2024	57461	R$ 130,16
ARF2H62	277450T000021000	25/08/2024	51851	R$ 195,23
ASM6898	277450T000027859	26/08/2024	51851	R$ 195,23
ASN8377	277450T000027977	25/08/2024	61220	R$ 293,47
ASQ6J79	277450T000027148	23/08/2024	55411	R$ 195,23
ASZ4272	277450T000021973	26/08/2024	57380	R$ 293,47
ATK4A05	277450T000021679	26/08/2024	57463	R$ 130,16
ATL0G58	277450P000335801	01/08/2024	57463	R$ 130,16
ATN6509	277450T000028257	26/08/2024	60681	R$ 195,23
ATU6I61	277450T000025464	23/08/2024	61220	R$ 293,47
ATW0656	277450T000010855	25/08/2024	54527	R$ 195,23
AUA6B10	277450T000027969	25/08/2024	57463	R$ 130,16
AUM6J78	277450NIC0042011	06/08/2024	50020	R$ 586,94
AVB8G44	277450T000027983	25/08/2024	57463	R$ 130,16
AVD8A06	277450P000335803	01/08/2024	55500	R$ 130,16
AVH3C43	277450T000010851	25/08/2024	54527	R$ 195,23
AVN8C31	277450T000027972	25/08/2024	51930	R$ 293,47
AVS8J18	277450T000027144	23/08/2024	55414	R$ 195,23
AVU1251	277450T000027997	26/08/2024	61220	R$ 293,47
AVY7862	277450T000024501	25/08/2024	51851	R$ 195,23
AWA4350	277450T000027964	25/08/2024	51851	R$ 195,23
AWB2H54	277450T000027449	23/08/2024	55414	R$ 195,23
AWF6034	277450P000335647	17/08/2024	51851	R$ 195,23
AWG4408	277450P000335646	17/08/2024	51851	R$ 195,23
AWM2464	277450T000026607	23/08/2024	58191	R$ 880,41
AWM9526	277450T000027147	23/08/2024	55411	R$ 195,23
AWR7334	277450T000021681	26/08/2024	76331	R$ 293,47
AWS4A65	277450T000019680	25/08/2024	58350	R$ 195,23
AWV7151	277450T000027996	26/08/2024	59670	R$ 1.467,35
AXA7107	277450T000027967	25/08/2024	51930	R$ 293,47
AXE0672	277450T000027987	26/08/2024	76331	R$ 293,47
AXP2560	277450NIC0042012	06/08/2024	50020	R$ 586,94
AXV6315	277450T000026608	23/08/2024	73400	R$ 130,16
AXZ8623	277450T000015590	25/08/2024	50100	R$ 880,41
AXZ8623	277450T000015592	25/08/2024	65992	R$ 293,47
AXZ8623	277450T000015591	25/08/2024	51180	R$ 880,41
AYH1918	277450T000027966	25/08/2024	51851	R$ 195,23
AYH6811	277450T000027138	23/08/2024	55414	R$ 195,23
AYJ5J60	277450T000009869	24/08/2024	57200	R$ 195,23
AYK1931	277450T000027447	23/08/2024	55411	R$ 195,23
AYL0I91	277450P000335806	05/08/2024	76331	R$ 293,47
AYR7284	277450T000027142	23/08/2024	76252	R$ 293,47
AZA2858	277450T000024339	25/08/2024	54527	R$ 195,23
AZB6I00	277450T000024333	25/08/2024	54527	R$ 195,23
AZD7268	116100E009516005	20/08/2024	54521	R$ 195,23
AZE2533	277450T000025462	23/08/2024	76332	R$ 293,47
AZJ6G07	277450T000019682	25/08/2024	58350	R$ 195,23
AZK4342	277450T000024503	26/08/2024	61220	R$ 293,47

AZL5C94	277450T000026609	23/08/2024	76331	R$ 293,47
AZV8H28	277450T000027988	26/08/2024	59670	R$ 1.467,35
AZZ4E12	277450T000024329	23/08/2024	60502	R$ 293,47
BAC8681	277450T000010856	25/08/2024	54527	R$ 195,23
BAC9B13	277450T000027263	23/08/2024	76332	R$ 293,47
BAD6C89	277450T000010858	25/08/2024	60501	R$ 293,47
BAL9I39	277450T000020386	22/08/2024	73400	R$ 130,16
BAU7F05	277450P000335809	06/08/2024	57380	R$ 293,47
BBA6352	277450T000009716	26/08/2024	73662	R$ 130,16
BBJ0937	277450T000024336	25/08/2024	54527	R$ 195,23
BBL0G12	277450T000027993	26/08/2024	76332	R$ 293,47
BBM6G40	277450P000335807	05/08/2024	76331	R$ 293,47
BBU7978	277450T000027989	26/08/2024	76332	R$ 293,47
BBY9174	277450T000021972	26/08/2024	58270	R$ 195,23
BCD7I28	277450T000024341	25/08/2024	60501	R$ 293,47
BCH7J05	277450T000027450	23/08/2024	55414	R$ 195,23
BCJ1446	277450T000022104	23/08/2024	51930	R$ 293,47
BCL1E44	277450T000027990	26/08/2024	60501	R$ 293,47
BCO4956	277450T000027991	26/08/2024	60501	R$ 293,47
BCQ2290	277450T000024340	25/08/2024	60501	R$ 293,47
BCZ4J58	277450T000026308	24/08/2024	55413	R$ 195,23
BDE5A70	277450T000010852	25/08/2024	54527	R$ 195,23
BDI1H93	277450T000022241	26/08/2024	55680	R$ 195,23
BDI9E06	277450T000027442	22/08/2024	76331	R$ 293,47
BDJ0161	277450T000027965	25/08/2024	51851	R$ 195,23
BDK4J89	277450T000025461	23/08/2024	76332	R$ 293,47
BDO5D25	277450T000027994	26/08/2024	61220	R$ 293,47
BEB3F95	277450T000027139	23/08/2024	76252	R$ 293,47
BEF5H51	277450T000022102	23/08/2024	66372	R$ 195,23
BEP8B26	277450T000009715	25/08/2024	76332	R$ 293,47
DIV9H94	277450P000335641	17/08/2024	61732	R$ 195,23
EDG1229	277450T000027853	26/08/2024	55411	R$ 195,23
EFV2C82	116100T002100862	16/08/2024	55680	R$ 195,23
EJA6407	277450T000026856	23/08/2024	73662	R$ 130,16
EKY3I63	277450T000027465	23/08/2024	51851	R$ 195,23
ERO0H87	277450T000027476	24/08/2024	51851	R$ 195,23
EXX7730	277450T000027961	22/08/2024	60501	R$ 293,47
FLU7H52	277450T000024502	26/08/2024	76331	R$ 293,47
FQQ5E14	277450T000028251	23/08/2024	76252	R$ 293,47
FRT2I27	277450T000027971	25/08/2024	76332	R$ 293,47
FWJ4I26	277450T000020025	25/08/2024	60681	R$ 195,23
FZC2D57	116100T001461924	16/08/2024	76251	R$ 293,47
GDM5A97	277450T000021677	22/08/2024	55411	R$ 195,23
GFZ8H69	277450T000027445	23/08/2024	55411	R$ 195,23
GXI3A22	277450T000027149	23/08/2024	54790	R$ 130,16
HCI8E88	277450T000027470	23/08/2024	51851	R$ 195,23
IGB1B84	277450T000027462	23/08/2024	54521	R$ 195,23
IML4748	277450T000026311	25/08/2024	58433	R$ 195,23
IPD1D62	277450T000021678	22/08/2024	55411	R$ 195,23
ISE1921	277450T000028254	26/08/2024	76252	R$ 293,47
IUF3J45	277450T000027471	24/08/2024	51851	R$ 195,23
JAK8A04	277450T000027960	22/08/2024	55680	R$ 195,23
JBZ3B06	277450T000027463	23/08/2024	51851	R$ 195,23
JCD4G43	277450T000027985	26/08/2024	55500	R$ 130,16
JJC8G89	277450T000027854	26/08/2024	76252	R$ 293,47
JOM1B50	277450T000027602	23/08/2024	54523	R$ 195,23
JPA3181	277450T000026306	24/08/2024	55413	R$ 195,23
KYN5H43	277450T000007055	23/08/2024	60412	R$ 195,23
LSK7F96	277450T000024338	25/08/2024	54527	R$ 195,23
LYR3830	277450T000022238	26/08/2024	55500	R$ 130,16
MAH5D36	277450T000014527	25/08/2024	55250	R$ 130,16
MBL1571	277450P000335643	17/08/2024	51851	R$ 195,23
MCC3A65	277450T000027992	26/08/2024	51930	R$ 293,47
MCF7791	277450P000335640	17/08/2024	51851	R$ 195,23
MDG8A60	277450T000018278	21/08/2024	60412	R$ 195,23
MEN2070	277450T000027475	24/08/2024	51851	R$ 195,23
MIO0G87	277450T000028258	26/08/2024	60681	R$ 195,23
MKG9C95	277450NIC0042009	06/08/2024	50020	R$ 260,32
MKU9J89	277450T000027852	26/08/2024	55414	R$ 195,23
MLU8514	277450T000027974	25/08/2024	51851	R$ 195,23
NEK7C61	277450T000025463	23/08/2024	76332	R$ 293,47
PPD6E16	277450T000027998	26/08/2024	76332	R$ 293,47
PUQ5I20	277450P000335802	01/08/2024	76331	R$ 293,47
QHO9G99	277450T000006400	25/08/2024	54527	R$ 195,23
QJG6A97	277450T000027980	25/08/2024	61220	R$ 293,47
QNL7F91	277450T000027857	26/08/2024	76251	R$ 293,47
QPV3H67	277450T000027851	26/08/2024	55414	R$ 195,23
QQS7D86	277450T000021680	26/08/2024	60412	R$ 195,23
QXT2C60	277450T000027141	23/08/2024	55411	R$ 195,23
QXT6C91	277450T000028253	26/08/2024	55411	R$ 195,23
RAX9B01	277450P000335804	05/08/2024	57463	R$ 130,16
RHG1C93	277450T000023610	23/08/2024	73400	R$ 130,16
RHM8J91	277450T000027140	23/08/2024	55414	R$ 195,23
RHQ5E55	277450T000027970	25/08/2024	76332	R$ 293,47
RHT1G79	277450T000027858	26/08/2024	55411	R$ 195,23
RHU5A90	277450T000027443	23/08/2024	51851	R$ 195,23
RTG8A25	277450T000015589	24/08/2024	57380	R$ 293,47
RTG8A25	277450T000015588	24/08/2024	60681	R$ 195,23
RUP2B00	277450P000335805	05/08/2024	57463	R$ 130,16

RVG9A15	277450T000027981	25/08/2024	60412	R$ 195,23
RVX5A49	277450T000027143	23/08/2024	55414	R$ 195,23
RXP5I46	277450T000027995	26/08/2024	57463	R$ 130,16
SDQ9C37	277450T000027446	23/08/2024	55411	R$ 195,23
SDY9F55	277450P000335808	06/08/2024	76331	R$ 293,47
SEA8A59	277450T000015911	24/08/2024	60681	R$ 195,23
SEB5D49	277450T000010857	25/08/2024	54527	R$ 195,23
SEE7C14	277450T000024331	25/08/2024	54527	R$ 195,23
SEG3C51	277450T000025601	21/08/2024	70303	R$ 293,47
SEG4E76	277450T000024334	25/08/2024	54527	R$ 195,23
SEJ6I33	277450T000024507	26/08/2024	76332	R$ 293,47
SER0J26	277450T000004248	26/08/2024	57461	R$ 130,16
SET6A21	277450T000027986	26/08/2024	61220	R$ 293,47
SEX4I45	277450T000025466	23/08/2024	61220	R$ 293,47
SFC5E32	277450T000009805	23/08/2024	54600	R$ 130,16
SFD2G57	277450T000022103	23/08/2024	60412	R$ 195,23
SFF8A23	277450T000027982	25/08/2024	57463	R$ 130,16
SFG4A65	277450T000024330	25/08/2024	54527	R$ 195,23
SFJ0H30	277450T000010854	25/08/2024	54527	R$ 195,23
SFN7B73	277450T000027464	23/08/2024	55250	R$ 130,16
SHN7E32	277450T000027444	23/08/2024	55413	R$ 195,23
SPI5D62	277450NIC0042010	06/08/2024	50020	R$ 390,46
TAI4J64	277450T000028256	26/08/2024	76332	R$ 293,47
TAI5D25	277450T000028252	23/08/2024	55411	R$ 195,23
TAS2C10	277450T000015910	24/08/2024	60681	R$ 195,23

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:3E90B39F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 529/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AFC5343	277450T000014526	25/08/2024	55250	
AGS6I20	277450T000014530	25/08/2024	55250	
AKX0495	277450P000333396	21/08/2024	73400	10973213981
ALP8F34	277450T000022239	26/08/2024	55500	
ASS4832	277450P000333390	06/08/2024	73400	12225342903
ATJ3D72	277450T000027959	22/08/2024	73400	
AWP1H28	277450T000023611	23/08/2024	73400	
BCT6B50	277450T000022242	26/08/2024	73400	
BDZ2H97	277450T000024409	20/08/2024	57463	00791437265
BED7H56	277450T000021455	25/08/2024	57461	
IML4748	277450T000026309	25/08/2024	76842	
MLB7D61	277450T000023608	23/08/2024	73400	06556395050
PKS6D14	277450T000027962	25/08/2024	57463	02394994942
SDT1G84	277450P000335650	17/08/2024	73400	07806201640
SFC8H53	277450T000023609	23/08/2024	73400	

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:B9163F69

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO 530/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 19/12/2024.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABN5184	277450T000027558	30/10/2024	57463
AGZ5E50	277450T000027557	30/10/2024	55500
AIC7D00	277450T000031556	29/10/2024	57463
ALT7812	277450T000031077	30/10/2024	73400
APH1F58	277450T000031633	30/10/2024	55413
APR6D88	277450T000030950	30/10/2024	51851
AQO9635	277450T000028831	29/10/2024	60501
ARS0D81	277450T000031655	30/10/2024	55500
ASZ3I14	277450T000031635	30/10/2024	51851
ATH9793	277450T000005175	30/10/2024	70481
ATY0G95	277450T000030943	30/10/2024	76332
AUA8F50	277450T000031631	29/10/2024	55414
AVU5D81	277450T000031074	30/10/2024	51851
AXB1G94	277450T000030946	30/10/2024	76331
AXJ5I15	277450T000030945	30/10/2024	51851
AYF2693	277450T000031557	29/10/2024	65992
AYU1D59	277450T000025606	30/10/2024	57380
AZW1764	277450T000030948	30/10/2024	76331

BAR3F38	277450T000024105	29/10/2024	76332
BBG9H24	277450T000030696	30/10/2024	57463
BBI8215	277450T000031653	30/10/2024	55500
BBU9J10	277450NIC0042698	11/10/2024	50020
BCE1J38	277450T000031078	30/10/2024	57463
BCM2E28	277450T000027561	30/10/2024	57463
BCQ0344	277450T000030695	30/10/2024	60412
BCQ6387	277450T000031652	30/10/2024	51851
BCU3C46	277450NIC0042697	11/10/2024	50020
BZB3D64	277450T000028832	29/10/2024	76331
EGF2804	277450T000031076	30/10/2024	51851
GIB3I98	277450T000031075	30/10/2024	51851
IRO2799	277450NIC0042693	11/10/2024	50020
MCM7F30	277450T000030834	30/10/2024	57463
MHK1G77	277450T000030949	30/10/2024	51851
MHT4I83	277450T000031079	30/10/2024	51851
NAZ6G96	277450T000031654	30/10/2024	55500
PUG1I17	277450T000031634	30/10/2024	55414
QNW1858	277450NIC0042696	11/10/2024	50020
RAQ3A18	277450NIC0042695	11/10/2024	50020
RRZ5D18	277450T000024104	29/10/2024	60501
SDX5A91	277450NIC0042700	11/10/2024	50020
SDY5B68	277450NIC0042699	11/10/2024	50020
SEJ4H81	277450NIC0042694	11/10/2024	50020
SER7I34	277450T000027560	30/10/2024	57463
SEZ4E86	277450T000030947	30/10/2024	76332
SJD0G01	277450T000027559	30/10/2024	76332
SXN8J56	277450T000030944	30/10/2024	76332
SYK9A48	277450T000031651	30/10/2024	76332
TAL0E74	277450T000031632	29/10/2024	55414

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:CD1A4504

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE 531/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 20/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAT0D72	277450T000014522	24/07/2024	55250	R$ 130,16
AGO5J28	277450T000008920	30/01/2024	76332	R$ 293,47
APP2D90	277450T000011989	03/05/2024	51851	R$ 195,23
APS2536	277450T000011249	21/02/2024	55414	R$ 195,23
APW9565	277450T000005281	25/04/2024	70301	R$ 293,47
AQW9B58	277450T000009663	31/01/2024	51930	R$ 293,47
ARV5656	277450T000002982	09/12/2023	59910	R$ 293,47
AUU2H72	277450T000002329	05/12/2023	76332	R$ 293,47
AWR5C76	277450T000009772	09/02/2024	55414	R$ 195,23
AXG8689	277450T000001262	30/11/2023	51851	R$ 195,23
AXS3071	277450T000008836	21/01/2024	51851	R$ 195,23
AYB5J11	277450T000012130	04/03/2024	76252	R$ 293,47
AZG7830	277450T000010486	02/04/2024	76331	R$ 293,47
AZJ8493	277450T000013052	13/03/2024	58191	R$ 880,41
AZY0D03	277450T000007923	28/01/2024	76332	R$ 293,47
BBN2958	277450T000007712	15/01/2024	58191	R$ 880,41
BBT6B53	277450T000019907	10/06/2024	60681	R$ 195,23
BBV5288	277450T000020527	06/06/2024	55411	R$ 195,23
BCK5I93	277450T000015082	28/04/2024	66532	R$ 195,23
BCK6221	277450T000012502	07/03/2024	61220	R$ 293,47
BCM5530	277450T000005500	24/01/2024	76331	R$ 293,47
BCS4G51	277450T000012030	26/03/2024	59670	R$ 1.467,35
BCS4J59	277450T000008012	03/01/2024	76332	R$ 293,47
BCS8F41	277450P000336944	21/11/2023	66531	R$ 195,23
BDF4E67	277450T000001918	04/02/2024	52151	R$ 293,47
BDF4E67	277450T000001917	04/02/2024	57380	R$ 293,47
BDI7J80	277450NIC0039832	27/12/2023	50020	R$ 586,94
BDX3E33	277450T000016018	11/04/2024	76252	R$ 293,47
BEA5G14	277450T000013440	21/03/2024	76332	R$ 293,47
BEC6A50	277450T000005645	29/12/2023	59670	R$ 1.467,35
BED8F37	277450T000003699	22/01/2024	60502	R$ 293,47
BYY9B10	277450T000016212	15/04/2024	55411	R$ 195,23
FJW6F69	116100T000439872	20/06/2024	54870	R$ 195,23
FNP3J27	277450T000011680	27/02/2024	55414	R$ 195,23
FTE0G30	277450T000017444	25/04/2024	55414	R$ 195,23
INX0J99	277450T000017007	28/05/2024	59080	R$ 1.467,35
PUV7F66	277450T000005831	21/01/2024	66020	R$ 293,47
PUV7F66	277450T000005830	21/01/2024	60681	R$ 195,23
PWI0233	277450T000010046	05/02/2024	51851	R$ 195,23
PWI0233	277450T000009333	25/01/2024	76332	R$ 293,47
QCR6C64	277450T000005716	21/01/2024	57380	R$ 293,47
QNJ8E81	277450T000001849	24/11/2023	51851	R$ 195,23
QQQ5A23	277450T000014120	10/06/2024	50100	R$ 880,41

QQQ5A23	277450T000014121	10/06/2024	51180	R$ 880,41
RBG7B02	277450P000337853	29/11/2023	76252	R$ 293,47
RHC1H89	277450T000005504	25/12/2023	73400	R$ 130,16
RHG0E57	277450T000018410	07/05/2024	55411	R$ 195,23
RHG5B14	277450T000018810	13/05/2024	55414	R$ 195,23
RHR9F93	277450T000008771	29/02/2024	66531	R$ 195,23
RVD1D79	277450T000001360	21/11/2023	61220	R$ 293,47
RYN2A67	277450T000002452	16/11/2023	57380	R$ 293,47
SDZ1H77	277450T000015628	08/06/2024	52741	R$ 2.934,70
SEF9D91	277450P000336202	11/11/2023	76252	R$ 293,47
SEM4F05	277450P000333832	26/01/2024	60412	R$ 195,23
SEP7A26	277450T000007568	30/12/2023	61220	R$ 293,47
SER0F67	277450T000011779	20/03/2024	66531	R$ 195,23
SER8F69	116100T001613560	04/02/2024	54521	R$ 195,23
SET9E15	277450T000012011	15/03/2024	52151	R$ 293,47
SFA0H62	277450T000016081	20/04/2024	55411	R$ 195,23
SFL2J85	277450T000001017	11/06/2024	55417	R$ 195,23
SIT8G57	277450T000011424	22/02/2024	55414	R$ 195,23

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:6DB937EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
NOTIFICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA 532/2024

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à SUMTRAN - PARANAGUÁ até 20/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
SEB7H95	277450T000009612	03/03/2024	73400	
SER5H08	277450T000000475	18/11/2023	73400	07704586828
SET9E15	277450T000012010	15/03/2024	73400	08398492174

Publicado por:
Renata Lopes Farias
Código Identificador:E883EF96

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Presencial Para Compras e serviços 5/2024
Processo Administrativo: 7/2024
Eu, LUIS PAULO MENDONCA HURTADO, presidente, da CAMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas s, em face da legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, e pelas normas contidas Resolução Nº 004/2023-CMP e a vista do parecer jurídico nº157/2024:

Homologo, nesta data a referida decisão, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa Presencial nº. 5/2024, o(s) participante (s Vencedor dos Itens

EMPRESA: EXCLUSIVE COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 47.034.949/0001-76

Item	Produto Descrição	Marca	Quant	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	**Mesa dos Vereadores – Louro Freijó padrão Arauco / Gianduia Natural padrão Duratex** Dimensionada em 4,80 x 0,70 x 0,80 (C x L x A). Tamponada em 45mm de espessura. Painel frontal em ripado de 45mm x 15mm x 15mm. Gavetas com corrediças ocultas padrão marca HD e puxadores cava usinados no MDF. Caixaria das gavetas em MDF 15mm e fundos em 06mm, 02 faces branco TX padrão Arauco. Frentes em 18mm. Tomadas individuais de 20A padrão marca Margirius, modelo Mini. Sapatas de nivelamento de piso.	STIVARI/ST	2	R$ 5.500,00	R$ 11.000,00
	Mesa do Presidente – Louro Freijó padrão Arauco / Gianduia Natural padrão Duratex Dimensionada em 3.20 x 0,70 x 0,80 (C x L x A). Tamponada em 45mm de espessura. Painel frontal em ripado de 45mm x 15mm x 15mm. Gavetas com corrediças ocultas padrão marca HD e puxadores cava usinados no MDF. Caixaria das gavetas em MDF 15mm e fundos em 06mm, 02 faces branco TX padrão Arauco. Frentes em 18mm. Tomadas individuais de 20A padrão marca Margirius, modelo Mini. Sapatas de nivelamento de piso.	STIVARI/ST	1	R$ 3 .500,00	R$ 3.500,00
	Tribuna – Louro Freijó padrão Arauco / Gianduia Natural padrão Duratex Dimensionada em 0,80 x 0,70 x 1,10 (C x L x A). Tamponada em 45mm de espessura. Painel frontal em ripado de 45mm x 15mm x 15mm. Tampo inclinado. Sapatas de nivelamento de piso.	STIVARI/ST	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
	Mesa Recepção - Louro Freijó padrão Arauco / Gianduia Natural padrão Duratex Caixaria em MDF 15mm e fundos em 06mm branco TX padrão Arauco. Frentes e portas em 18mm. Tamponamento em 45mm. Tampo em "L" sem emendas e painel frontal ripado de 45mm x 15mm x 15mm. Gavetas com corrediças ocultas e porta com dobradiça slow padrão marca HD. Nicho para CPU. Puxadores cava usinados no MDF. Sapatas de nivelamento de piso. Dimensões 1,50 x 2,00 x 0,60 x 0,80 (C x C x L x A)	STIVARI/ST	1	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
	TOTAL DO FORNECEDOR	R$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais)			

LUIS PAULO MENDONCA HURTADO
Presidente
Câmara Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Dheymezângela Inácio Belizário
Código Identificador:A99D5BA4

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO INEX 72-24

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMUNPAR - CISAMUNPAR - PARANAVAÍ
Compras e Contratos
Termo Homologação - Credenciamento
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 25703 Ano - Minuta - Licitação: 2024 Número - Minuta - Licitação: 151 codigoCliente: 25703 anoMinuta: 2024 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	Inexigibilidade Nº 72/2024
	Processo Administrativo: 147/2024

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 102/2023.
Homologa
Nesta data a referida decisão constante do julgamento e distribuição de demanda aplicada a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 72/2024, como segue:

Vencedores dos Itens						
25941 - CLINICA E INSTITUTO DE IMAGEM DE PARANAVAI LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM TIPO: ULTRASSONOGRAFIA	EXAME		1	R$233.000,00	R$233.000,00
Total do Fornecedor:						R$233.000,00

Dos recursos orçamentários:
18 - 00.000.0000.3339039509900000000.00000000 - Demais despesas com serviço médico-hospitalar, odontológico e laboratorial

_____
Direção Geral
CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 07 de novembro de 2024.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:D0ABF47D

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A VIDA, PATRIMÔNIO PÚBLICO E TRÂNSITO. DIRETORIA DE TRÂNSITO – DITRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
AHY2400	277490NIC0036173	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AIW8C00	277490NIC0036163	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AJY7A08	277490NIC0036181	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ALQ3D23	277490A000206158	15/08/2024	76331	R$ 293,47
AMS8303	277490NIC0036121	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ANY4323	277490NIC0036133	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AQY1H71	277490NIC0036118	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ARQ4I09	277490NIC0036094	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ASD9H04	277490NIC0036129	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ASI0B87	277490NIC0036146	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ASL7J95	277490NIC0036116	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ASW3B51	277490NIC0036124	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ATL8H79	277490NIC0036149	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ATQ8201	277490A000206154	15/08/2024	76331	R$ 293,47
ATT8198	277490NIC0036182	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ATU7F32	277490NIC0036119	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AUY6854	277490NIC0036189	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AVC6F83	277490NIC0036152	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AVC9C86	277490NIC0036164	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AVK5G66	277490NIC0036167	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AXY6166	277490NIC0036144	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AZN9093	277490NIC0036098	27/07/2024	50020	R$ 586,94
AZO1A98	277490NIC0036089	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BAM6I98	277490NIC0036097	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BBC8F88	277490NIC0036135	27/07/2024	50020	R$ 260,32
BBE4530	277490NIC0036090	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BBG4I61	277490NIC0036150	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BBS7E53	277490NIC0036147	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BCD1085	277490NIC0036126	27/07/2024	50020	R$ 260,32
BCI3F36	277490NIC0036179	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BCQ5039	277490NIC0036168	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BCR1395	277490NIC0036134	27/07/2024	50020	R$ 586,94

BCY4A80	277490NIC0036112	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BDU7D26	277490NIC0036100	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BDX2506	277490NIC0036158	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BDX5C92	277490NIC0036165	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BEB4H10	277490NIC0036120	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BEC5G55	277490NIC0036154	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BEF8F02	277490NIC0036099	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BEG3B88	277490NIC0036169	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BEM8H32	277490NIC0036185	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BEQ4B28	277490NIC0036170	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BER6D85	277490NIC0036092	27/07/2024	50020	R$ 586,94
BNZ5I99	277490NIC0036186	27/07/2024	50020	R$ 260,32
CPF4919	277490A000206160	15/08/2024	76331	R$ 293,47
DKA1H04	277490NIC0036109	27/07/2024	50020	R$ 586,94
DWC1H75	277490NIC0036104	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ECM6E31	277490NIC0036107	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ETG0940	277490A000206157	15/08/2024	76331	R$ 293,47
ETG3J67	277490NIC0036141	27/07/2024	50020	R$ 586,94
EYZ9A33	277490NIC0036128	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FBP4A79	277490NIC0036113	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FBT5D04	277490NIC0036160	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FBT5D04	277490NIC0036177	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FBT5D04	277490NIC0036117	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FBT5D04	277490NIC0036114	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FBT5D04	277490NIC0036122	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FBZ9I89	277490NIC0036155	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FDW5C82	277490NIC0036106	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FEB7A97	277490NIC0036115	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FIB4C42	277490NIC0036132	27/07/2024	50020	R$ 260,32
FRC9C20	277490NIC0036091	27/07/2024	50020	R$ 586,94
FWD3I55	277490NIC0036138	27/07/2024	50020	R$ 586,94
GJC6E39	277490NIC0036159	27/07/2024	50020	R$ 586,94
HMZ9J94	277490NIC0036143	27/07/2024	50020	R$ 586,94
ILV8133	277490NIC0036171	27/07/2024	50020	R$ 586,94
JWP3B63	277490NIC0036156	27/07/2024	50020	R$ 586,94
MBY7H57	277490NIC0036148	27/07/2024	50020	R$ 586,94
MGU6B17	277490NIC0036127	27/07/2024	50020	R$ 586,94
MJH9897	277490NIC0036183	27/07/2024	50020	R$ 586,94
MMM6B73	277490NIC0036161	27/07/2024	50020	R$ 586,94
PHV2I44	277490NIC0036123	27/07/2024	50020	R$ 586,94
PSU5I45	277490NIC0036103	27/07/2024	50020	R$ 586,94
QAR3G55	277490NIC0036187	27/07/2024	50020	R$ 586,94
QHC9B59	277490NIC0036093	27/07/2024	50020	R$ 586,94
QJP4F45	277490NIC0036188	27/07/2024	50020	R$ 586,94
QRJ8D20	277490NIC0036142	27/07/2024	50020	R$ 586,94
QZA1D41	277490NIC0036130	27/07/2024	50020	R$ 586,94
QZA1D41	277490NIC0036105	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RBI9G51	277490NIC0036125	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RBS8D26	277490NIC0036101	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RHA2F22	277490NIC0036166	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RHB8G78	277490NIC0036108	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RHD7J65	277490NIC0036190	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RHT4C46	277490NIC0036153	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RHV0G18	277490NIC0036110	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RHX6J71	277490NIC0036180	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RWE1B58	277490NIC0036139	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RYG3J70	277490NIC0036174	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RYG3J70	277490NIC0036157	27/07/2024	50020	R$ 586,94
RYN8A20	277490NIC0036184	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SDQ4G45	277490NIC0036096	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SDR8B36	277490NIC0036095	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SDV3C27	277490NIC0036111	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SDW4B57	277490NIC0036151	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SES9A93	277490NIC0036172	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SEW2F09	277490NIC0036136	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SEX4I14	277490NIC0036131	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SEY8I10	277490NIC0036176	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SFC6J11	277490NIC0036162	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SFJ4B07	277490NIC0036088	27/07/2024	50020	R$ 586,94
SFK5H56	277490NIC0036137	27/07/2024	50020	R$ 260,32
SFO0F75	277490A000206159	15/08/2024	76331	R$ 293,47
SUB2G37	277490NIC0036102	27/07/2024	50020	R$ 586,94

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:38F0948C

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A VIDA, PATRIMÔNIO PÚBLICO E TRÂNSITO. DIRETORIA DE TRÂNSITO – DITRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ABP0506	277490A000206296	08/08/2024	55411	R$ 195,23
AEX2792	277490A000206324	12/08/2024	55680	R$ 195,23
AJH9014	277490A000206305	08/08/2024	55414	R$ 195,23
AJY0I16	277490A000206321	12/08/2024	55680	R$ 195,23
AJY3H58	277490A000206201	26/07/2024	60501	R$ 293,47
ALB3G93	277490A000206319	12/08/2024	55680	R$ 195,23
ALM2B49	277490A000206301	08/08/2024	76252	R$ 293,47
ALP9826	277490A000206299	08/08/2024	54870	R$ 195,23
ANG4545	277490A000206325	12/08/2024	76251	R$ 293,47
APD8767	277490A000206308	09/08/2024	55411	R$ 195,23
ARH8917	277490A000206310	09/08/2024	76252	R$ 293,47
ARX1236	277490A000206317	12/08/2024	76251	R$ 293,47
ASD8F23	277490A000206295	08/08/2024	55417	R$ 195,23
ASX6496	277490A000206312	09/08/2024	55411	R$ 195,23
AUD8695	277490A000206292	08/08/2024	55411	R$ 195,23
AUK0952	277490NIC0036087	26/07/2024	50020	R$ 586,94
AXK7438	277490A000206320	12/08/2024	55680	R$ 195,23
AXS3H39	277490A000206203	26/07/2024	60501	R$ 293,47
AZQ9C30	277490A000205599	26/07/2024	60412	R$ 195,23
BBP9171	277490NIC0036085	26/07/2024	50020	R$ 586,94
BBZ2B27	277490NIC0036080	26/07/2024	50020	R$ 586,94
BCX4A42	277490A000206318	12/08/2024	55680	R$ 195,23
BDK8F56	277490A000206307	09/08/2024	76251	R$ 293,47
BDN9G08	277490A000205593	24/07/2024	55417	R$ 195,23
BDX7A35	277490A000206303	08/08/2024	54870	R$ 195,23
BDY8H88	277490A000206291	07/08/2024	54870	R$ 195,23
BEC1G80	277490NIC0036081	26/07/2024	50020	R$ 260,32
BEL5G19	277490A000206322	12/08/2024	55680	R$ 195,23
BEM6D91	277490A000206294	08/08/2024	55411	R$ 195,23
BEU5F28	277490NIC0036086	26/07/2024	50020	R$ 586,94
CIH3J39	277490A000205600	26/07/2024	76331	R$ 293,47
CNU3486	277490A000206204	26/07/2024	55417	R$ 195,23
DFY3360	277490A000206304	08/08/2024	55680	R$ 195,23
ELN9B01	277490NIC0036083	26/07/2024	50020	R$ 586,94
FPB9115	277490A000206315	09/08/2024	55414	R$ 195,23
GHT5F88	277490NIC0036084	26/07/2024	50020	R$ 586,94
HHK9B13	277490A000206298	08/08/2024	55414	R$ 195,23
MFF6B47	277490A000205592	24/07/2024	76331	R$ 293,47
RHE6E81	277490A000206302	08/08/2024	76252	R$ 293,47
RHQ1I50	277490A000206309	09/08/2024	55680	R$ 195,23
SEE1D86	277490A000206297	08/08/2024	76252	R$ 293,47
SEM7C00	277490A000206313	09/08/2024	54870	R$ 195,23
SEV9H54	277490A000206316	09/08/2024	55411	R$ 195,23
SFG2J13	277490NIC0036082	26/07/2024	50020	R$ 586,94
SFL4D48	277490CND0000025	08/07/2024	50371	R$ 586,94

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:D262440C

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO A VIDA, PATRIMÔNIO PÚBLICO E TRÂNSITO. DIRETORIA DE TRÂNSITO – DITRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/12/2024.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ABM5744	277490A000212192	15/10/2024	54870
AJF1E58	277490A000212408	17/10/2024	76331
BBM6540	277490A000212401	16/10/2024	55500
BCK5421	277490A000206949	16/10/2024	51851
BDP3A69	277490A000212194	16/10/2024	76331
BEI7392	277490A000206950	16/10/2024	58780
BEV5H55	277490A000206943	14/10/2024	55411
FLV5E44	277490A000206936	07/10/2024	76331
GBU9G00	277490A000212195	16/10/2024	76331
GJV0225	277490A000206947	15/10/2024	76331
HZF7527	277490A000206946	15/10/2024	76331
SEE9C59	277490A000212412	17/10/2024	55411
SEG0H41	277490A000206948	15/10/2024	76331

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:6804B18F

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO - 005/2023

3º TERMO ADITIVO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A ASSOCIAÇÃO PARANAVAIENSE DE VOLEIBOL

De um lado, o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 76.977.768/0001-81, com sede e foro nesta cidade, na Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, neste ato representado pelo Controlador Geral do Município Carlos Alberto Vieira, por meio dos poderes delegados no Decreto Municipal nº17.483/2017, residente e domiciliado nesta Cidade de Paranavaí – PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 5.337.225-2, e inscrito no C.P.F. sob o nº. 756.344.739-34 e, como interveniente o **Secretario Municipal de Esporte e Lazer**, representado por seu Secretário **Rafael Octaviano de Souza** e de outro lado o **Associação Paranavaiense de voleibol,** pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.109.899/0001-61, neste ato representado pelo **Ana Lucia Kobe Ohe,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 3.117.572-0 PR inscrito no CPF/MF sob nº. 807.259.029-49, ora simplesmente denominado PARCEIRO, formalizam o presente Termo de Colaboração, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente termo aditivo tem por objeto alterar o Plano de Aplicação do Termo de Colaboração - 005/2023, no valor de R$ 220.147,00 (duzentos e vinte mil, cento e quarenta e sete reais) com a aplicação de rendimentos no valor de R$ 595,37 (quinhentos e noventa e cinco reais e trinta e sete centavos) dando o total do plano de R$ 220.742,37 (duzentos e vinte mil, setecentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos), passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

PLANO DE APLICAÇÃO

1.1 – VALOR CONCEDENTE

PLANILHA DETALHADA				
NATUREZA	**DESCRIÇÃO DOS ITENS**	**QUANT ITENS**	**VALOR UNITÁRIO (em R$)**	**VALOR TOTAL (em R$)**
	Material de Consumo			
	Material Educativo e Esportivo	1	R$ 29.311,37	R$ 29.311,37
	Uniformes	1	R$ 20.082,80	R$ 20.082,80
	Combustível	1	R$ 500,00	R$ 657,00
Custeio				
Serviços de Terceiros (P.J.)				
Fornecimento de alimentação	1	6.600,00	6.600,00	
Despesas com escritório	1	10.650,00	10.650,00	
Locação de estruturas	1	2.684,00	2.684,00	
Serviço de chaveiro	1	160,00	160,00	
Elaboração de serviços de segurança do trabalho e medicina ocupacional	1	3.692,70	3.692,70	
Taxa de inscrição e arbitragem	1	1.240,00	1.240,00	
Vencimentos e Salários				
Pessoal			R$ 90.743,51	
13º			R$ 7.746,62	
Férias – abono constitucional			R$ 10.337,13	
INSS			R$ 27.892,42	
FGTS			R$ 7.937,77	
PIS			R$ 1.007,05	
TOTAL RECURSOS			**220.742,37**	

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente termo de colaboração.

CLÁUSLA TERCEIRA: O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 16/10/2024 a 31/12/2024.

Paranavaí, 16 de outubro de 2024.

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

ANA LUCIA KOBE OHE
Presidente

Publicado por:
Bárbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:C29D38EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2024

Compras e Contratos
Termo Homologação - Termo de Homologação - Modificado
Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 3039 Ano - Minuta - Licitação: 2024 Número - Minuta - Licitação: 141 codigoCliente: 3039 anoMinuta: 2024 cotaCredenciamento: Não

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Eletrônico Para Compras e serviços 55/2024
Processo Administrativo: 137/2024

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão Eletrônico nº. 55/2024, o(s participante(s):

Vencedores dos Itens

2560160 - CAPEL ELÉTRICA EIRELLI - EPP						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	Brita. Material: Rocha Triturada. Tamanho: Brita 2. CÓDIGO CATMAT: 216958. Observações complementares: Tamanho entre 19mm à 25mm	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	1.680	R$94,00	R$157.920,00
2	Pedra Brita 5/16 Limpa	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	1.920	R$94,00	R$180.480,00
3	Pedra Brita 5/16 Ao Fundo.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	3.360	R$88,00	R$295.680,00
5	Pedra Brita Marroada, tamanho 0,25cm à 0,60cm	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	960	R$99,00	R$95.040,00
6	Brita Material: Pedra Moída. Tipo: Bica Corrida. Aplicação: Base Para Asfalto. CÓDIGO CATMAT: 328403. Observações complementares: Mistura de tamanhos proporcional das medidas, com dimensões variando de zero (0) a 76mm.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	6.023	R$89,00	R$536.047,00
7	Brita. Material: Rocha Triturada. Tamanho: Brita 1. CÓDIGO CATMAT: 216957. Observações complementares: Pedra 3/4. Tamanho entre 9,5 à 19mm.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	2.445	R$94,00	R$229.830,00
8	Pedra Rachão.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	1.628	R$91,00	R$148.148,00
9	Brita. Material: Rocha Triturada. Tamanho: Brita 3. CÓDIGO CATMAT: 216959. Observações Complementares: tamanho entre 25mm à 50mm	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	1.710	R$97,00	R$165.870,00
10	Pó de Pedra. Tamanho entre 0,0 mm à 4,8 mm	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	790	R$83,00	R$65.570,00
11	Pedra brita 1/2 (5/8).	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	1.073	R$97,00	R$104.081,00
12	Brita Material: Pedra Moída. Tipo: Bica Corrida. Aplicação: Base Para Asfalto. CÓDIGO CATMAT: 8403. Observações complementares: Mistura de tamanhos proporcional das medidas, com dimensões variando de zero (0) a 32mm.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	11.363	R$90,00	R$1.022.670,00
13	Brita. Material: Rocha Triturada. Tamanho: Brita 2. CÓDIGO CATMAT: 216958. Observações complementares: Tamanho entre 19mm à 25mm	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	560	R$94,00	R$52.640,00
14	Pedra Brita 5/16 Limpa	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	640	R$94,00	R$60.160,00
15	Pedra Brita 5/16 Ao Fundo.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	1.120	R$88,00	R$98.560,00
16	Pedra Brita 4mm.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	720	R$89,00	R$64.080,00
17	Pedra Brita Marroada, tamanho 0,25cm à 0,60cm	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	320	R$99,00	R$31.680,00
18	Brita Material: Pedra Moída. Tipo: Bica Corrida. Aplicação: Base Para Asfalto. CÓDIGO CATMAT: 328403. Observações complementares: Mistura de tamanhos proporcional das medidas, com dimensões variando de zero (0) a 76mm.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	2.007	R$89,00	R$178.623,00
19	Brita. Material: Rocha Triturada. Tamanho: Brita 1. CÓDIGO CATMAT: 216957. Observações complementares: Pedra 3/4. Tamanho entre 9,5 à 19mm.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	815	R$94,00	R$76.610,00
20	Pedra Rachão.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	542	R$91,00	R$49.322,00
21	Brita. Material: Rocha Triturada. Tamanho: Brita 3. CÓDIGO CATMAT: 216959. Observações Complementares: tamanho entre 25mm à 50mm	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	570	R$97,00	R$55.290,00
22	Pedra brita 1/2 (5/8).	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	357	R$97,00	R$34.629,00
23	Brita Material: Pedra Moída. Tipo: Bica Corrida. Aplicação: Base Para Asfalto. CÓDIGO CATMAT: 8403. Observações complementares: Mistura de tamanhos proporcional das medidas, com dimensões variando de zero (0) a 32mm.	TONELADA	ITAPOÃ ITAPOÃ	3.787	R$90,00	R$340.830,00
Total do Fornecedor: R$4.043.760,00						

3148530 - R. INGA - TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA.						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
4	Pedra Brita 4mm.	TONELADA	P.INGA BRITA 4MM	2.160	R$83,67	R$180.727,20
Total do Fornecedor: R$180.727,20						

Paranavaí, 6 de novembro de 2024

NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Karla Nogueira Zanna
Código Identificador:AF7CC9F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2021 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR) - PREGÃO ELETRÔNICO N° 097/2021

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2021 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR)
(PROCESSO DIGITAL: 58625/2024)

PREGÃO ELETRÔNICO N° 097/2021

6º (Sexto) Termo Aditivo ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2021, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a Empresa LG SISTEMAS DE SEGURANÇA E CONSTRUTORA LTDA., na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº **76.977.768/0001-81,** neste ato devidamente representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **AIRTON DE MELO GONÇALVES**, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da cédula de identidade Civil RG. 0318585635 (MEX), e inscrito no CPF sob nº 490.043.879-0; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí- PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 843.459-46 PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI,** brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 908.597-1 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 143.931.319-9; pela Ilma. Chefe de Gabinete Sra. **THAIS MARINA PEREIRA**, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade Civil RG nº 10.525.967-0 SSP/PR e inscrita no CPF nº 064.598.519-80; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Esporte e Lazer Sr. **RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 4.357.237-7 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 835.901.379-91; pelo Ilmo. Secretário Interino Municipal de Educação Sr. **LUCIANO GONÇALVES DE LIMA**, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 4.542.404-9 e inscrito no CPF. sob nº 586.307.919-34; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura

o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade RG. nº 10.92.255-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **MATEUS BARBIERI MARRIQUE** , brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade RG. nº 128.511.38-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 094.698.139-60; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF 048.306.029-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **MÁRCIO ASSAKAWA**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3.096.717-8 PR e inscrito no CPF sob nº 553.781.109-04; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, portador da Cédula de Identidade RG. nº 20.869.605-37 PR e inscrito no CPF sob nº 018.032.340-75; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade RG. nº 8.397.170-3 e inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Procurador Geral do Município Sr. **BENJAMIM MARÇAL COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF sob nº 003.478.309-19 e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª **NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-Pr, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.795.443-9 PR, e inscrita no CPF sob nº 045.697.729-51,conforme delegação do Decreto Municipal nº 20.867/2020.

CONTRATADA: LG SISTEMAS DE SEGURANCA E CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Amapá, 2178, Centro, CEP: 87705-110, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº **39.790.946/0001-34**, neste ato devidamente representada pelo Sócio Administrador Sr. **LUCAS GABRIEL BONETI GONCALVES,** brasileiro, maior, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí/PR, Rua Amapá, 2184, Centro, CEP 87705-110, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.082.655-5 e inscrito no CPF sob nº 096.359.189-41.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

O presente contrato tem por objeto a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Contínuos de **MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIGILÂNCIA COM PATRULHA TÁTICA** MÓVEL, por meio das Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí, de acordo com as especificações constantes do Anexo II, proposta de preços e demais documentos integrantes da Licitação**, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2021**, que fazem parte integrante do presente contrato, no valor global firmado entre as partes através do **Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021**, 1º Termo Aditivo ao **Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021 (Supressão e Acréscimo de pontos de Monitoramento)**, **2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021 (Prorrogação de Prazo e Reajuste de Valores)**, **3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021 (Acréscimo de Ponto de Monitoramento)**, **4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021 (Acréscimo de Ponto de Monitoramento)** e **5º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021 (Prorrogação de Prazo e Reajuste de Valores)** tendo um total de: **R$ 340.363,20 (trezentos e quarenta mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte centavos)**.

Parágrafo Primeiro - O Regime de Execução deste CONTRATO será o de empreitada global e os materiais a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

Parágrafo Segundo - O valor contratado contempla toda mão-de-obra, custos diretos e indiretos, uniformes, EPI's, administração, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, encargos e contribuições parafiscais, tributos, despesas financeiras, operacionais e administrativas, lucro e quaisquer outros aqui não mencionados, de modo a constituir uma única contraprestação pela execução dos serviços.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATANTE reserva-se o direito de acrescer ou reduzir os serviços, se julgar necessário, até o limite previsto na Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para execução dos serviços, objeto do respectivo contrato, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de execução dos serviços e vigência contratual para **11 de Novembro de 2025**, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021, tendo em vista as justificativas, pesquisa de mercado e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito e demais Secretarias Municipais participantes do Contrato através do Memorando nº 388/2024 (SEPROVPAT) e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28/12/2023, edição 2928.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ADITIVO: REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS

As partes resolvem ainda reajustar os valores contratados, a partir de 11 de Novembro de 2024, com fundamento na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021, no percentual de **3,707852%,** referente variação do INPC/IBGE no período de setembro/2023 a setembro/2024, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo Primeiro – Após reajuste firmado através deste termo aditivo, o valor global estimado do **Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021** passa a ser de: **R$ 352.990,20 (trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa reais e vinte centavos)**, conforme abaixo:

ITEM	PRÉDIO PÚBLICO MONITORADO	Valor Mensal	Valor Total (12 meses)
1	Prédio público sito à Avenida Deputado Heitor de Alencar Furtado, nº 3550, jardim do sol, Terminal Rodoviário Aguilar Selhorst, com oito (08) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano. - **Diretoria Da Guarda Municipal.**	R$ 255,79	R$ 3.069,48
2	Prédio público, sito à Rua Antônio Felipe, Nº 905, Centro, onde está localizado esta a **Diretoria De Trânsito** com cinco (05) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
3	Prédio público, sito à Rua Antônio Felipe, 917, Centro, **PROCON**, com quatro (04) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
4	Prédio, onde se encontra instalada a s**ede da Secretaria Municipal de Agricultura (SEAGRI)**, sito à Praça Dos Expedicionários, S/N° - Jd. São Jorge, com (10) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
5	Prédio público, onde se encontra instalada a **Secretaria Municipal De Desenvolvimento Econômico E Turismo (SEDECTU**), sito à Rua Paraíba, 1.710 - Edifício HR - Centro, com treze (13) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
6	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do C**entro De Eventos Armando Trindade Fonseca,** sito à Avenida Heitor De Alencar Furtado 3260, Jardim Belo Horizonte com vinte e cinco (25) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
7	Prédio público onde se encontra instalada a **Casa Do Artesão Domingos Tortorelli**, sito à Rua Rotary, N° 90, Jardim Belo Horizonte com sete (07) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
8	Prédio público onde se encontra instalada a **Secretaria Municipal De Meio Ambiente** localizado na Rua Benedito Brambila S/N Vila Operária, com oito (08) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
9	Prédio Público da **Casa Histórica Ex. Pref. Ulisses Faria Bandeira**, localizado na Rua Irati, 980 Jd. Ouro Branco, com seis (06) sensores, para	R$ 255,79	R$ 3.069,48

	monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.		
10	Prédio público, onde se encontra instalada a **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos**, sito à Rua Francisco Alves do Nascimento, Nº 250, Jardim do Sol, com monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
11	Prédio público, onde se encontra instalado o T**erminal Rodoviário Aguilar Selhorst**, sito à Avenida Deputado Heitor de Alencar Furtado, nº 3550, Jardim do Sol, com 16 (dezesseis) sensores para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	**SUPRIMIDO**	
12	Prédio público, onde se encontra instalado o A**eroporto Edu Chaves (Eduardo Pacheco Chaves)**, sito à Rua Ver. Fued Abdala Tapxure, Nº 836, Jardim São Jorge, com monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
13	Prédio público, onde se encontra instalado o **Escritório de Administração do Cemitério Central,** sito à Rua Adibe Aburad, Nº 22, Jardim Paraíso, com monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
14	Prédio público, sito à Rua Professor Emílio Miujutin, S/N, Centro, prédio da **Secretaria Municipal De Esporte E Lazer**, com oito (08) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
15	Prédio público, sito à Rua Souza Naves - S/N, Centro, **Ginásio De Esportes Antônio Lacerda Braga**, com oito (08) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
16	Prédio público, sito à Rua Dr. Vieira Lins, S/Nº - Jardim Nakamura, **Ginásio De Esportes Emílio Garrastazú Médici - Noroestão,** com oito (08) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
17	Prédio público, sito a Av. Tancredo Neves, S/Nº - Jardim São João, **Estádio Municipal Waldemiro Wagner**, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
18	Prédio Publico onde se encontra instalado o **CENTRO ESPORTIVO DO JARDIM SÃO JORGE**, sito à Rua Pereira Passos, S/N, Jardim São Jorge, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
19	Prédio público, onde se encontra instalada a s**ede da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS),** Sito à Praça Brasil, S/N, Centro, com (13) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
20	Prédio público, onde se encontra instalada a s**ede do CRAS SÃO JORGE sito à Rua Jatobá, S/N**, Jardim Vista Alegre II. Próximo Ao Cemitério Recanto Da Saudade, (14) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
21	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **CRAS ZONA LESTE**, sito à Av. Tancredo Neves, 4325 – Jardim Guanabara. Próximo Guarda Mirim, (06) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
22	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **CRAS JARDIM MARINGÁ**, sito à Rua Antônio Fachin, 1051, Jardim Maringá (Ao Lado Da Unidade De Saúde),(10) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
23	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do C**RAS VILA OPERÁRIA**, sito à Rua João Graff Schereiber, Nº 55 – Vila Operária, (10) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
24	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do A**BRIGO ANJO DA GUARDA**, sito à Rua Antônio Felipe, 480 Centro, (05) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
25	Prédio público, onde se encontra instalada a **sede do CREAS,** sito à rua amapá, 2080 centro, (15) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
26	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do C**onselho Municipal De Assistência Social,** sito à Praça Brasil, S/N Centro, (04) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
27	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do C**onselho Tutelar,** sito à Rua Rio Grande Do Norte, 1829 Centro, (08) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
28	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **Casa Lar do Idos**o, sito à Avenida Presidente Tancredo Neves, 1905, Jardim Prudêncio, (07) Sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
29	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **CENTRO DA JUVENTUDE**, sito à Rua Operária, 355 Vila Operária, (16) sensores internos e (02) sensores externos, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
30	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **RESTAURANTE POPULAR DE PARANAVAÍ,** sito ao lado do Centro da Juventude na Rua Operária, s/n, Vila Operária, (16) sensores internos e (02) sensores externos, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
31	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **Ponto de Apoio do Controle de Endemias**, situado na Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, em frente A Praça Dos Expedicionários, Jd. São Jorge, com (04) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
32	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Central**, situado na Praça Brasil, s/n, centro, com (35) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
33	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Jardim Maringá,** situado na Rua Antônio Facchin, S/N, Jardim Maringá, com (35) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
34	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Panorama**, situado na Rua Wladislau Gaida, s/n, Jardim Panorama, com (16) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
35	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **Ponto de Apoio da UBS Panorama,** situado na Rua Maria Anchieta de Moraes, nº 183 Jardim Santos Dumont, com (08) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
36	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Zona Leste**, situado na Avenida Presidente Tancredo Neves, s/nº, Jd Guanabara, com (35) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
37	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da U**BS Parque Ouro Branco**, situado na Rua Irati Quadra A Rem, com (35) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
38	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Vila Operária Celso S. Konda**, situado na Rua Operário, S/N, Vila Operária (36) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
39	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da U**BS Vila Operária Dr. José Eloy Mendes Tramontin,** situado na Avenida Martin Luther King, S/N, Vila Operária, com (14) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
40	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Jardim Monte Cristo**, situado na Rua Projetada A, Sn Lote 01 Quadra 02, com (35) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
41	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da U**BS Jardim Morumbi**, situado na Avenida Guanabara s/n Jardim Morumbi, com (13) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
42	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Rural Jardim Morumbi**, situado na Avenida Mauá, S/N, Jardim Morumbi, com (36) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
43	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Sumaré,** situado na Avenida Militão Rodrigues De Carvalho, Qd 16, S/N, com (17) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
44	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Chácara Jaraguá Ady Zacarki**n, situado na Estrada Mirassol Ao Lado Do Nº 715, com (13) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
45	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Campo Belo**, situado na Rua Idelfonso Alves De Lima, S/N, Jd Videira, com (26) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
46	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Posto De Saúde Graciosa**, situado à Rua Rui Barbosa, S/N, Distrito De Graciosa, com (12) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
47	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Mandiocaba**, situado na Rua D, S/N, Distrito De Mandiocaba, com (06) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
48	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Piracema**, situado em frente a praça, Distrito de Piracema, com (03) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
49	Prédio público, onde se encontra instalada a sede d**o Posto de Saúde Deputado José Afonso,** situado na Avenida João Thomé De Gouvea Sn Distrito De Deputado José Afonso, com (04) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
50	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da U**BS Jardim São Jorge**, situado à Avenida Euclides Da Cunha 1080, Jd São Jorge, com (17) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
51	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da U**BS 3 Conjuntos**, situado na Área Institucional da Quadra Nº 08 Loteamento Conjunto Residencial Francisco Luiza De Assis, com (35) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
52	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **UBS Coloninha**, situado na Rua Ernesto Biazus, s/n, com (35) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
53	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **CAPS II,** situado na Rua Guaporé Nº 2290 Centro, com (14) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
54	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **CAPS INFANTIL,** situado na Rua Luiz Spigolon, nº 1811, Jd. São Sebastião, com (16) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
55	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **CAPS AD,** situado na Rua Serafim Afonso Costa Nº 1830 Centro, com (16) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
56	Prédio público, onde se encontra instalada a **sede da Vigilância em Saúde**, situado na Rua Antônio Felipe, Nº 977, Centro, com (06) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
57	Prédio público, onde se encontra instalada **a sede do SINAS**, situado na Avenida Rio Grande Do Norte , Nº 1840, Centro, com (16) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
58	Prédio público, onde se encontra instalada a sede **da Farmácia Escola**, situado na Rua Armando de Castro Araújo, Nº 26, Centro, com (06) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48

59	Prédio público, onde se encontra instalada a s**ede da Coordenação PMAQ,** situado na Rua Antônio Facchin, s/n, Jd. Maringá, com (08) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
60	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **Almoxarifado da Saúde**, situado na Avenida Tancredo Neves 2726, com (8) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
61	Prédio público, onde se encontra instalada a sede do **Centro de Especialidades odontológicas – CEO,** situado na Avenida Presidente Tancredo Neves, s/nº, Jd Guanabara,, com (16) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
62	Prédio público, onde se encontra instalada a s**ede do Programa Melhor Em Casa**, situado na Rua Antônio Felipe, Nº 1290, Centro, com (10) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
63	Prédio público, onde se encontra instalada a **Academia da Saúde,** situado na Rua Antônio Facchin, s/nº, Jd. Maringá, com (03) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
64	Prédio público, onde se encontra instalado o **Antigo P.A.**, situado na Rua Antônio José da Silva, s/nº, Jd. Canadá, com (35) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
65	Prédio público, onde se encontra instalada a **Nova Sede da Secretaria Municipal de Saúde**, situado na Rua Pernambuco, Nº 858, Centro, com (10) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
66	Prédio público, onde se encontra instalada a sede da **Secretaria Municipal de Saúde**, sito à Rua Paraíba, N° 1561, Centro, com vinte e oito (28) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
67	Prédio público, da **Secretaria Municipal De Educação (SEDUC)**, sito à Praça Brasil S/Nº, Centro, com 08 (oito) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
68	Prédio público, da **Escola Municipal Ayrton Senna Da Silva (CAIC)**, sito à Rua Frederico Ozanam S/Nº, Vila Operária, com 29 (vinte e nove) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
69	Prédio público, da **Escola Municipal Cecília Meireles,** sito à Rua Bahia Nº 151, Centro, com 16 (dezesseis) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
70	Prédio público, da **Escola Municipal Clemente Niehues**, sito à Rua Dos Pioneiros S/Nº, Distrito De Mandiocaba, com 18 (dezoito) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
71	Prédio público, da **Escola Municipal Dácia Figueiredo Fortes**, sito à Rua Ana Nery Nº 277, Núcleo Habitacional Do Jardim São Jorge, com 13 (treze) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
72	Prédio público, da **Escola Municipal Elza Grassiotto Caselli**, sito à Rua Francisco Alves Do Nascimento Nº 380, Jardim Novo Canadá, com 36 (trinta e seis) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
73	Prédio público, da **Escola Municipal Getúlio Vargas**, sito à Rua Frederico Ozanam Nº 315, Vila Operária, com 29 (vinte e nove) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
74	Prédio público, da **Escola Municipal Hermeto Botelho**, sito à Rua Amador Alves De Oliveira S/Nº, Jardim Ibirapuera, com 29 (vinte e nove) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
75	Prédio público, da **Escola Municipal Prof.ª Ilda Campano Santini,** sito à Rua Serafim Afonso Costa Nº 1.141, Jardim Maringá, com 32 (trinta e dois) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
76	Prédio público, da **Escola Municipal Jayme Canet,** sito à Rua Ettore Giovine Nº 1.320, Jardim Santa Cecília, com 25 (vinte e cinco) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
77	Prédio público, da **Escola Municipal Maria Schueroff Back**, sito à Rua José Ottersbak S/Nº, Distrito De Graciosa, com 24 (vinte e quatro) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
78	Prédio público, da **Escola Municipal Neusa Pereira Braga**, sito à Rua Tiradentes Nº 903, Jardim São Jorge, com 27 (vinte e sete) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
79	Prédio público, da **Escola Municipal Noêmia Ribeiro Do Amara**l, sito à Rua Capitão Telmo Ribeiro S/Nº, Jardim São Vicente, com 32 (trinta e dois) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
80	Prédio público, da **Escola Municipal Prof. Pedro Real,** sito à Av. Mauá S/Nº, Jardim Morumbi, com 25 (vinte e cinco) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
81	Prédio público, da **Escola Municipal Rotary Arenito,** sito à Rua Bandeirantes S/Nº, Colonina Do Jardim São Jorge, com 32 (trinta e dois) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
82	Prédio público, da Escola Municipal Santa Teresinha, sito à Rua Wladislau Gaida Nº 920, Jardim Ipê, com 23 (vinte e três) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
83	Prédio público, da **Escola Municipal Santos Dumont**, sito à Rua Barão Do Cerro Azul S/Nº, Jardim Santos Dumont, com 32 (trinta e dois) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
84	Prédio público, da **Escola Municipal Dr. José Vaz De Carvalho,** sito à Rua Anézia Ramos Moreira Nº 1.450, Distrito De Sumaré, com 32 (trinta e dois) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
85	Prédio público, da **Escola Municipal Do Campo Edith Ebiner Eckert,** sito à Chácara Jaraguá S/Nº, Distrito De Sumaré, com 25 (vinte e cinco) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
86	Prédio público, da **Escola Renascer,** anexo a Escola Municipal Jayme Canet, com 06 (seis) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
87	Prédio público, do **CMEI Isbela De Souza Ribeiro Felippe**, sito à Rua Antônio José Da Silva S/Nº, Jardim Do Sol, com 23 (vinte e três) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
88	Prédio público, do **CMEI Cecília Vecchiati Giovine**, sito à Rua Dr. José Mattos Filho Nº 455, Jardim Do Sol, com 32 (trinta e dois) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
89	Prédio público, do **CMEI do CAIC**, sito à Rua Frederico Ozanam S/Nº, Vila Operária, com 20 (vinte) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
90	Prédio público, do **CMEI Maria Madalena Fernandes De Souza**, sito à Rua Guanabara S/Nº, Jardim Morumbi, com 16 (dezesseis) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano. 0	R$ 255,79	R$ 3.069,48
91	Prédio público, do **CMEI Menino Davi**, sito à Rua Dos Ipês Nº 460, Vila Alta, com 22 (vinte e dois) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
92	Prédio público, do **CMEI Menina Isabela De Souza Da Silva,** sito à Rua Bahia S/Nº, Jardim Ouro Branco, com 36 (trinta e seis) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
93	Prédio público, do **CMEI Nossa Senhora Do Carmo** (Paranavaí), sito à Rua Antônio Fachin Nº 1.123, Vila City, com 21 (vinte e um) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
94	Prédio público, do **CMEI Alvina Godinho Silvestre,** sito no Distrito De Mandiocaba, com 06 (seis) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
95	Prédio público, do **CMEI Antônia Ayres De Oliveira**, sito à Rua Guerino Pomim Nº 1.260, Jardim Monte Cristo, com 35 (trinta e cinco) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
96	Prédio público, do **CMEI Lucilene Dos Santos Rodrigues**, sito à Rua Felipe Dos Santos Nº 680, Jardim São Jorge, com 16 (dezesseis) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
97	Prédio público, do **CMEI Prof.ª Alzira Mendonça Figueira,** sito à Rua Dayse Costa Toledo S/Nº, Jardim Ipê, com 06 (seis) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
98	Prédio público, do **Depósito Da Merenda Escolar**, sito à Rua Pernambuco Nº 589, Centro, com 07 (sete) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
99	Prédio público, do **Depósito De Materiais Da SEDUC**, sito à Praça Brasil S/Nº, Centro, com 05 (cinco) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
100	Prédio público, da E**scola Municipal Deusdete Ferreira De Cerqueira** Neto, sito à Rua Mario Miola 900; Conjunto Residencial Luiz Lorenzetti; Paranavaí – Paraná; CEP: 87712-509; com 23 (vinte e três) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
101	Prédio público, do **CMEI Jacó Jesus De Souza,** Av. Matin Luther King Nº 1.123, Vila Operária, com 35 (trinta e cinco) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
102	Prédio público, do **CMEI Nossa Senhora Do Carmo (Graciosa),** sito à Rua Rui Barbosa Nº 1.050, Distrito De Graciosa, com 13 (treze) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
103	Prédio público, do **CMEI Tia Irene Martos Rocha (Sumaré)**, sito à Rua Rui Manoel Rocha de Oliveira Nº s/n, Distrito Sumaré, com 13 (treze) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
104	Prédio público, do **Centro de Atendimento Especializado Profissionalizante Renascer**, sito à Rua Amazonas s/n, Jardim Vera Cruz, com 13 (treze) sensores, para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
105	Prédio público, sendo o **Paço Municipal** situado na Rua Getúlio Vargas, N° 900, Centro com (26) sensores, para monitoramento 24 horas por dia , 365 dias do ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
106	Prédio público, sendo o A**ntigo Posto de Saúde do Jardim Ipê**, situado na Rua Antônio Erédia Molina, s/n, Jardim Ipe com (8) sensores , para monitoramento 24 horas por dia , 365 dias do ano.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
107	Prédio público para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano para o prédio da **Fundação Cultural De Paranavaí**, localizado na rua Guaporé, 2080, Centro.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
108	Prédio público para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano para o prédio do **Teatro Municipal Altino Afonso Cost**a, localizado na rua	R$ 255,79	R$ 3.069,48

	Guaporé, 2080, Centro.		
109	Prédio público para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano para o prédio da **Biblioteca Municipal Julia Wanderley**, localizado na Rua Guaporé, 2080, Centro.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
110	Prédio público para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano para o prédio da **Biblioteca Cidadã De Paranavaí**, localizado na Rua Washington Picorelli, Conjunto Tânia Mara, Vila Operária, S/N.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
111	Prédio público para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano para a **Casa Da Cultura**, localizada na Rua Miujutin Cogei, Centro, S/N,.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
112	Prédio público para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano para o **Museu Histórico De Paranavaí**, localizado na Rua Miujutin Cogei, Centro, S/N,.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
113	Prédio público para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano para o **Tiro de Guerra de Paranavaí, l**ocalizado na Av. Martin Luther King, Jardim Farropilha, 3670.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
ACRÉSCIMO DE PRÉDIO PÚBLICO MONITORADO - 1º Termo Aditivo			
114	Prédio público para monitoramento 24 horas por dia, 365 dias por ano para o **ALMOXARIFADO CENTRAL DA SEINFRA –** Rua Francisco Alves do Nascimento, nº 250 Bairro Jardim do Sol – Paranavaí/PR**.**.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
ACRÉSCIMO DE PRÉDIO PÚBLICO MONITORADO – 3º TERMO ADITIVO			
115	**Prédio de Apoio Praça dos Pioneiros** – Rua Manoel Ribas, 1643, Centro, CEP 87703-400 – Paranavaí/PR	R$ 255,79	R$ 3.069,48
ACRÉSCIMO DE PRÉDO PÚBLICO MONITORADO – 4º TERMO ADITIVO			
116	**Prédio da Junta Militar** - Rua Paraíba, segunda Sala do Térreo ao lado da sala do empreendedor, nº1710, Centro, CEP 87701-080 Paranavaí/PR.	R$ 255,79	R$ 3.069,48
TOTAL GERAL ATUALIZADO - CONTRATO Nº 078/2021			**R$352.990,20**

Parágrafo Segundo: O pagamento da importância originada pela presente prorrogação de prazo e reajuste de valor correrá à conta dos recursos provenientes das seguintes Dotações Orçamentárias:

SEPROVPAT
13.002.15.452.0015.2.080.3390.39 (509) (ref. 1743);
PGM
18.001.02.062.002.2.671.3390.39 – (000) (ref. 1989);
SEAGRI
10.001.20.605.013.2.142.3390.39 – (000) (ref. 1530);
SEDECTU
03.001.04.122.0002.2.130.3390.39 – (000) (ref. 17);
SEMAM
09.001.18.541.0012.2150.3390.39 – (000) (ref. 1437);
SEINFRA
05.001.04.122.0002.2410.3390.39 – (000) (ref. 516);
SEMEL
15.001.27.812.0010.2870.3390.39 – (000) (ref. 1827);
SEMAS:
07.001.08.244.0002.2570.3390.39 – (000) (ref. 958);
07.002.08.244.0007.2622.3390.39 – (941) (ref. 1120);
07.002.08.244.0007.2621.3390.39 – (934) (ref. 1084);
SESAU:
04.001.10.301.0006.2250.33390.39 - (494) (ref. 181);
04.001.10.302.0006.2242.33390.39 - (494) (ref. 307);
04.001.10.304.0006.2240.33390.39 - (000) (ref. 410);
04.001.10.305.0006.2260.33390.39 - (494) (ref. 470);
04.001.10.303.0006.2342.33390.39 - (000) (ref. 375);
04.001.10.122.0006.2348.33390.39 - (000) (ref. 082);
SEDUC
06.002.12.361.0005.2450.3390.39 – (104) (ref. 778);
SEAD
12.001.04.128.0002.2041.3390.39 – (000) (ref. 1703);
FUNDAÇÃO CULTURAL
17.001.13.392.0002.2880.3390.39 – (000) (ref. 1887)**;**
GABINETE
20.001.05.153.0002.2732.3390.39 – (000) (ref. 2078);
20.001.05.153.0002.2062.3390.39 – (000) (ref. 2062).

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A empresa CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de assinatura deste aditivo, nova garantia de execução contratual ou garantia complementar a existente, destinada à garantia para fiel execução deste contrato, no percentual equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor contratual atualizado, nos termos da Cláusula Décima Quarta do Contrato de Prestação de Serviços nº 078/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Originário (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 078/2.201), datado de 11 de Novembro de 2021.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

AIRTON DE MELO GONÇALVES
Secretário Municipal De Proteção A Vida, Patrimônio Público E Trânsito
Contratante

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal De Saúde
Contratante

MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI
Secretária Municipal De Assistência Social
Contratante

THAIS MARINA PEREIRA
Chefe De Gabinete
Contratante

RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA
Secretária Municipal De Esporte E Lazer
Contratante

LUCIANO GONÇALVES DE LIMA
Secretária Municipal De Educação Interino
Contratante

TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal De Agricultura
Contratante

MATEUS BARBIERI MARRIQUE
Secretário Municipal De Infraestrutura
Contratante

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal De Des. Econômico E Turismo
Contratante

MÁRCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal De Administração
Contratante

WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO
Secretário Municipal De Meio Ambiente
Contratante

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente Da Fundação Cultural De Paranavaí
Contratante

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador Geral Do Município
Contratante

NADIME ABDALLAH DE OLIVEIRA
Diretora Especial De Compras

ITERLEI JASPER
Fiscal Do Contrato

LUCAS GABRIEL BONETI GONCALVES
LG Sistemas De Seguranca E Construtora LTDA
Contratada

Publicado por:
Dayane Geracina Barbosa Santarosa
Código Identificador:65E3981B

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 045/2024 (REAJUSTE DE VALOR) - REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 045/2024
(Reajuste de Valor)
(PROCESSO DIGITAL: 59364/2024)

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí/Pr, inscrita no CPF nº 042.081.609-77 e portadora da Cédula de Identidade RG. nº 843.459-46 PR, doravante denominada **contratante** e a empresa **LAVEBRAS GESTÃO TEXTEIS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº **06.272.575/0066-95**, com endereço na Rua Sergio Gaspareto, 350, Cond. Ind Albino Nicolau Schmidt, Santos Dumont, na cidade de Cascavel/PR, CEP 85.804-608, Telefone: (49) 3566-3135, E-mail: rafael.reis@elis.com, licitacao@elisbrasil.com, neste ato representada pelos seus Diretores Sr. **OTÁVIO BATISTA DE CARVALHO NETO**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da cédula de identidade RG nº 4.191.060 SDS – PE e CPF nº 666.550.214-72 e Sr. **REMI MICHEL FOULADOUX**, francês, casado,

administrador de empresas, portador da cédula de identidade RNE- V214380-9 e CPF nº 215.825.398-39, doravante denominado **Contratado**, resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 O objeto do presente contrato é a Contratação de Empresa Especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR para a UPA24H**, com locação e higienização de enxoval, englobando o processamento de roupas e tecidos em geral, em todas as suas etapas, desde sua utilização até o seu retorno em ideais condições de reuso sob condições higiênicas sanitárias adequadas, com disponibilização de materiais e equipamentos, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, cuja especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,091149%** referente variação do INPC no período de OUTUBRO/2023 a OUTUBRO/2024, com fundamento na Cláusula Nona do Contrato n° 045/2024 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor global estimado do Contrato nº 045/2024 passa a ser de: **R$ 482.256,25 (quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Produto	Unid.	Marca	Quant.	Valor Únit.	Valor Total
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVANDERIA. Código CATSER 19542. Observações complementares: Contratação de Empresa Especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR com locação e higienização de enxoval, englobando o processamento de roupas e tecidos em geral, em todas as suas etapas, desde sua utilização até o seu retorno em ideais condições de reuso sob condições higiênicas sanitárias adequadas, com disponibilização de materiais e equipamentos.	KG	SERVIÇO	45.625	R$ 10,57	R$ 482.256,25
R$ 482.256,25 (quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)					

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO Nº 045/2024), datado de 08 de maio de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, em 06 de novembro de 2024.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Dayane Geracina Barbosa Santarosa
Código Identificador:D595D889

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 200/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200 / 2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.397.170- 3 e inscrito no C.P.F. sob nº 049.598.719-03; Ilmo. Secretário Municipal de Esporte e Lazer Sr. **RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 4.357.237-7 SSP/PR e inscrito no C.P.F. sob nº 835.901.379-91; Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, inscrito no CPF sob nº 048.306.029-10; pelo Secretário Municipal de Educação Interino Sr. **LUCIANO GONÇALVES DE LIMA**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade nº 4.542.404-9 e inscrito no CPF sob nº 586.307.919-34; Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **MARCIO ASSAKAWA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3.096.717-8 e inscrito no CPF sob nº 553.781.109-04; Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. **MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 908.597-1 SSP/PR e inscrita no C.P.F. sob nº 143.931.319-9; ; Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade Paranavaí, Estado do Paraná e inscrito no CPF/MF nº 424.473.649-20; Secretário Municipal de Fazenda Sr. **GILMAR PINHEIRO** inscrito no CPF 300.997.499-04; Ilma. Chefe de Gabinete Srª. **THAIS MARINA PEREIRA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no C.P.F. 064.598.519-80; Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, Portador da Cédula de Identidade R.G. nº 20.869.605-37 PR e inscrito no CPF sob nº 018.032.340-75; Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA** brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 10.92.255-0 SSPR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito **Sr. AIRTON DE MELO GONÇALVES,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 031.858.563-5 Ministério da Defesa e inscrito no C.P.F. sob nº 490.043.879-00, Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; Ilmo. Procurador Geral do Município, Sr. **BENJAMIM MARÇAL COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF sob nº 003.478.309-19; Ilmo. Sr. **AMÉRICO PONTES DE CASTRO**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná portador da Cédula de Identidade R.G. nº 13.613.197-4 e inscrito no C.P.F. 005.474.639-60; e Controlador Geral do Município Sr. **CARLOS ALBERTO VIEIRA** inscrito no CPF 756.344.739-34 registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES
1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 121/2024, Pregão Eletrônico nº 042/2024, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.
CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Ata de O Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Expediente para as Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O fornecedor e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços constam na tabela abaixo.

Fornecedor: **M M LICITA LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
42	Fita Adesiva, Material: Polipropileno transparente, Tipo: Dupla Face, Largura: 12 MM, Comprimento: 30 M, Cor: Incolor, Aplicação: Multiuso. Código Catmat: 394720. Observações complementares: composto de adesivo acrílico à base de água em ambos os lados.	Und	NASTRO FITA ADESIVA TRANSPARE	1.559	R$ 2,33	R$ 3.632,47
56	Pasta Arquivo Material: Papelão Revestido De Pvc, Tipo: Catálogo, Largura: 240 MM, Altura: 330 MM, Cor: Preta, Capacidade: 200 Sacos Plástico FL, Características Adicionais 3: Trava Interna Para Saco 4 Furos. Código catmat: 375899. Observações complementares: com 04 prendedor interno colchetes.	Und	POLIBRAS PASTA ARQUIVO	4.004	R$ 20,98	R$ 84.003,92
80	Agenda Tipo: Anual, Revestimento Capa: Curvim, Quantidade Folhas: 336 fl, Gramatura: 60 G/M2, Comprimento: 205 mm, Tipo Encadernação: Costurada, Largura: 143 mm. Código Catmat: 275701. Observações complementares: ano a escolher, 1 dia por página (com exceção dos finais de semana), com separador de folhas (fitilho). Deve conter no mínimo: Página para dados pessoais e anotações, calendários (ano anterior / atual / posterior), agenda diária e índice telefônico.	Und	PANAMERIC AGENDA ANUAL	409	R$ 14,72	R$ 6.020,48
81	Fita Adesiva Material: Pvc , Largura: 50 MM, Comprimento: 30 M, Aplicação: Sinalização De Advertência , Características Adicionais: Auto- Adesiva. Código Catmat: 467603. Observações complementares: cores a escolhe	Und	NASTRO FITA ADESIVA PVC	521	R$ 14,86	R$ 7.742,06

Total do Fornecedor: **R$ 101.398,93**

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.
6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.
7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.
7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.
8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:
9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou
9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.
10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.
10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.
11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.
11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, data da última assinatura digital

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural

RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Esportes

LUCIANO GONÇALVES DE LIMA
Secretário Municipal de Educação Interino

WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO
Secretário Municipal de Meio Ambiente

MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI
Secretária Municipal de Assistência Social

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

THAIS MARINA PEREIRA
Chefe de Gabinete

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador Geral do Município

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda

AIRTON DE MELO GONÇALVES
Secretário Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

AMÉRICO PONTES DE CASTRO
Secretário de Comunicação Social

MARCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal de Administração

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

Fornecedor:
Empresa:
M M LICITA LTDA
CNPJ: 53.610.975/0001-06
Endereço: AVENIDA MARIO GALLO, 304, SALA 01 – MARIALVA – PR CEP 86990-000
E-mail: adm.mmlicita@gmail.com Telefone: 44 99850 0527

Nome do Representante:
MARCOS VINICIUS FURLANETTO
CPF: 072.242.089-73
Socio Administrador
Assinatura:_____

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:6F2849DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201 / 2024

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, Sr. RAFAEL LUCAS TORRENTE brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.397.170- 3 e inscrito no C.P.F. sob nº 049.598.719-03; Ilmo. Secretário Municipal de Esporte e Lazer Sr. RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 4.357.237-7 SSP/PR e inscrito no C.P.F. sob nº 835.901.379-91; Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Sr. CARLOS HENRIQUE SCARABELLI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, inscrito no CPF sob nº 048.306.029-10; pelo Secretário Municipal de Educação Interino Sr. LUCIANO GONÇALVES DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade nº 4.542.404-9 e inscrito no CPF sob nº 586.307.919-34; Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. MARCIO ASSAKAWA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3.096.717-8 e inscrito no CPF sob nº 553.781.109-04; Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 908.597-1 SSP/PR e inscrita no C.P.F. sob nº 143.931.319-9; ; Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES, brasileiro, residente e domiciliado na cidade Paranavaí, Estado do Paraná e inscrito no CPF/MF nº 424.473.649-20; Secretário Municipal de Fazenda Sr. GILMAR PINHEIRO inscrito no CPF 300.997.499-04; Ilma. Chefe de Gabinete Srª. THAIS MARINA PEREIRA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no C.P.F. 064.598.519-80; Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, Portador da Cédula de Identidade R.G. nº 20.869.605-37 PR e inscrito no CPF sob nº 018.032.340-75; Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. TARCISIO BARBOSA DE SOUZA brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 10.92.255-0 SSPR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. AIRTON DE MELO GONÇALVES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 031.858.563-5 Ministério da Defesa e inscrito no C.P.F. sob nº 490.043.879-00, Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; Ilmo. Procurador Geral do Município, Sr. BENJAMIM MARÇAL COSTA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF sob nº 003.478.309-19 e Ilmo. Sr. AMÉRICO PONTES DE CASTRO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná portador da Cédula de Identidade R.G. nº 13.613.197-4 e inscrito no C.P.F. 005.474.639-60; registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 121/2024, Pregão Eletrônico nº 042/2024, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Ata de O Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Expediente para as Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O fornecedor e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços constam na tabela abaixo.

Fornecedor: KIZAG MAIS PAPELARIA LTDA						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Almofada Carimbo Material Caixa: Plástico, Material Almofada: Esponja Absorvente Revestida De Tecido, Tamanho: N° 3, Cor: Variada, Tipo: Entintada. Código Catmat: 269477. Observações complementares: tinta a base de água, corantes, aditivos. Medidas mínimas:12 cm x 8 cm. Cores a escolher.	Und	CARBRINC	55	R$ 3,70	R$203,50
3	Apagador Quadro Branco Material Base: Feltro, Material Corpo: Plástico, Comprimento: 15 CM, Largura: 6 CM, Altura: 5 CM. Código Catmat: 232729.	Und	SOUZA	573	R$ 2,65	R$1.518,45
10	Caderno Material: Celulose Vegetal, Apresentação: Espiral, Quantidade Folhas: 96 FL, Comprimento: 202 MM, Largura: 140 MM, Características Adicionais: Folha Pautada E Capa Dura. Código Catmat: 332978	Und	CREDEAL	2.245	R$ 4,10	R$9.204,50
14	Caixa Plástica Material: Plástico, Comprimento: 450 MM, Largura: 335 MM, Altura: 260 MM, Tipo: Caixa Organizadora. Código Catmat: 443247. Observação complementar: Fabricada em plástico polipropileno corrugado opaco cores variadas.	Und	POLIBRAS	1.322	R$ 24,00	R$31.728,00
45	Grampo Grampeador Material: Metal, Tratamento Superficial: Galvanizado, Tamanho: 23/8. Código catmat: 321521. Observações complementares: Fabricado com arame de aço galvanizado. Indicado para grampear no mínimo até 50 folhas (papel 75 g/m²). Caixa com no mínimo 5000 grampos.	Caixa	BACCHI	145	R$ 15,30	R$2.218,50
49	Lápis Preto Material Corpo: Madeira, Dureza Carga: 2b, Formato Corpo: Sextavado, Características Adicionais: Sem Borracha Apagadora. Código catmat: 425508. Observações complementares: Graduação nº 2, apontado, medindo aproximadamente: 17,5 cm. Caixa com 144 unidades.	Caixa	LEO LEO	1.573	R$ 22,30	R$35.077,90
72	Saco Documento Material: Plástico Transparente , Capacidade Folhas: 10 FL, Comprimento: 330 MM, Largura: 240 MM, Número Furos: 4 , Aplicação: Acondicionamento De Documentos. Código Catmat: 377697. Observações complementares: 0,15 micras, grosso, pacote com 400 unidades	Pct	POLIBRAS	123	R$ 79,00	R$9.717,00
76	Livro Protocolo Quantidade Folhas: 104 UN, Comprimento: 216 MM, Largura: 154 MM, Tipo Capa: Dura , Material Capa: Papelão 820 G/M2 Revestido Papel Couchê , Gramatura Folhas: 63 G/M2, Material Folhas: Papel Ofsete. Código Catmat: 483473. Observações complementares: numeradas tipograficamente	Und	S.D	128	R$ 9,20	R$1.177,60
100	Lápis Preto Material Corpo: Madeir , Dureza Carga: 2b, Formato Corpo: Sextavado, Características Adicionais: Sem Borracha Apagadora. Código catmat: 425508. Observações complementares: Graduação nº 2, apontado, medindo aproximadamente: 17,5 cm. Caixa com 144 unidades.	Caixa	LEO LEO	524	R$ 22,30	R$11.685,20

Total do Fornecedor: R$ 102.530,65

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.
CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO
7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.
7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.
CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS
8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.
8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.
CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:
9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;
9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou
9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.
CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.
10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.
10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES
11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.
11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.
11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, data da última assinatura digital

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural

RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Esportes

LUCIANO GONÇALVES DE LIMA
Secretário Municipal de Educação Interino

WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO
Secretário Municipal de Meio Ambiente

MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI
Secretária Municipal de Assistência Social

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

THAIS MARINA PEREIRA
Chefe de Gabinete

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador Geral do Município

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda

AIRTON DE MELO GONÇALVES
Secretário Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

AMÉRICO PONTES DE CASTRO
Secretário de Comunicação Social

MARCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal de Administração

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Fornecedor:
Empresa: KIZAG MAIS PAPELARIA LTDA
CNPJ: 54.092.405/0001-26
Endereço: VENIDA ANTONIO CUNHA, nº 429, TERREO 1, CENTRO,
Jaguariaíva - PR, CEP: 84.200-000
E-mail: dinorifreitas@gmail.com
Telefone: 43 3535 7127 / 99663 3397

Nome do Representante: DINORI GONÇALVES DE FREITAS
CPF: 735.757.639-68
Representante Legal
Assinatura:_____

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:6D33191F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 202 / 2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **MATEUS BARBIERI MARRIQUE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF 094.698.139-60; Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.397.170-3 e inscrito no C.P.F. sob nº 049.598.719- 03; Ilmo. Secretário Municipal de Esporte e Lazer Sr. **RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 4.357.237-7 SSP/PR e inscrito no C.P.F. sob nº 835.901.379-91; Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF sob nº 048.306.029-10; pelo Secretário Municipal de Educação Interino Sr. **LUCIANO GONÇALVES DE LIMA**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, portador da Cédula de Identidade nº 4.542.404-9 e inscrito no CPF sob nº 586.307.919-34; Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **MARCIO ASSAKAWA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3.096.717-8 e inscrito no CPF sob nº 553.781.109-04; Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. **MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 908.597-1 SSP/PR e inscrita no C.P.F. sob nº 143.931.319-9; ; Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade Paranavaí, Estado do Paraná e inscrito no CPF/MF nº 424.473.649-20; Secretário Municipal de Fazenda Sr. **GILMAR PINHEIRO** inscrito no CPF 300.997.499-04; Ilma. Chefe de Gabinete Srª. **THAIS MARINA PEREIRA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no C.P.F. 064.598.519-80; Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, Portador da Cédula de Identidade R.G. nº 20.869.605-37 PR e inscrito no CPF sob nº 018.032.340-75; Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA** brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 10.92.255-0 SSPR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito **Sr. AIRTON DE MELO GONÇALVES,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 031.858.563-5 Ministério da Defesa e inscrito no C.P.F. sob nº 490.043.879-00, Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; Ilmo. Procurador Geral do Município, Sr. **BENJAMIM MARÇAL COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF sob nº 003.478.309-19; Controlador Geral do Município Sr. **CARLOS ALBERTO VIEIRA** inscrito no CPF 756.344.739-34 e Ilmo. Sr. **AMÉRICO PONTES DE CASTRO**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná portador da Cédula de Identidade R.G. nº 13.613.197-4 e inscrito no C.P.F. 005.474.639-60; registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 121/2024, Pregão Eletrônico nº 042/2024, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Ata de O Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Expediente para as Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O fornecedor e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços constam na tabela abaixo.

Fornecedor: **MOURA LEAL LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Alfinete Mapa Material: Metal, Tratamento Superficial: Niquelado, Material Cabeça: Plástico, Formato Cabeça: Redondo, Cor: Variada, Comprimento: 10 MM. Código Catmat: 234073. Observação complementar: Caixa com 50 unidades.	Caixa	ONDA	75	R$ 2,65	R$198,75
7	Marcador Página Material: Adesivo Plástico, Cor: Diversas, Largura: 12 mm, Comprimento: 45 mm, Transmitância: transparente. Código Catmat: 426612. Observações complementares: formato: seta, autoadesivo, com 5 cores fluorecente com no mínimo 25 folhas em cada cor.	Pct	MASTER PRI MP 2031	1.442	R$ 2,00	R$2.884,00
9	Borracha Apagadora Escrita Material: Borracha, Comprimento: 30 MM, Largura: 20 MM, Altura: 6 MM, Cor: Branca, Características Adicionais: Macia Sem Manchar Ou Danificar O Papel. Código Catmat: 483433.	Und	FUTURO	21.225	R$ 0,17	R$3.608,25
23	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado, Aplicação: Fixar Papéis E Similares, Tamanho: 2/0, Material: Arame De Aço, Formato: Paralelo. Código Catmat: 463460. Observações complementares: cor prata/metalizado, caixa com 500 g.	Caixa	BACCHI	391	R$ 9,35	R$3.655,85
24	Clipe Tratamento Superficial: Niquelado, Tamanho: 4/0, Material: Arame De Aço, Formato: Paralelo. Código Catmat: 239819. Observações complementares: cor prata/metalizado, caixa com 500 g	Caixa	TOP TOP	396	R$ 8,30	R$3.286,80
29	Colchete Material: Latão, Tipo: Gancho, Tamanho: Nº 08. Código Catmat: 261267. Observações complementares: para prender papéis, caixa contendo 72 unds cada.	Caixa	TOP TOP	18	R$ 6,40	R$115,20
31	Porta-Fita Adesiva, Material: Plástico, Comprimento: 205MM, Largura: 79MM, Formato: Retangular, Caracteristicas Adicionais: Roldana 80 mm c/cortador de Papel, base antiderrapante. Código Catmat: 263893. Observações complementares: Com lâmina em aço inoxidável, acopla fitas com diâmetro de 1 e 3 no mesmo aparelho.	Und	FUTURO	187	R$ 13,20	R$2.468,40
33	Envelope Material: Offset, Modelo: Ofício, Tamanho (C X L): 114 X 229 MM, Cor: Branco, Gramatura: 75 G/M2, Características Adicionais: Padrão Rpc Correios. Código Catmat: 459370. Observação complementar: caixa com 100 unidades.	Caixa	FORONI	144	R$ 10,10	R$1.454,40
46	Grampo Grampeador Material: Metal, Tratamento Superficial: Galvanizado, Tamanho: 23/13. Código catmat: 332121. Observações complementares: Fabricado com arame de aço, revestido e resistente a oxidação. Indicado para grampear no mínimo até 90 folhas (papel 75 g/m²). Caixa com no mínimo 1000 grampos	Caixa	ONDA	107	R$ 3,70	R$395,90
50	Molha-Dedos Material Base: Plástico, Material Tampa: Plástico, Material Carga: Creme Atóxico, Tamanho: Único, Validade Carga: 2 Anos. Código catmat: 201847. Observações complementares: peso líquido 12g, à base de glicerina, inodoro ou levemente perfumado, creme anti bacteriano, fórmula antisséptica e antialérgica que evite o acumulo e propagação de bactérias, com certificação do inmetro estampado na embalagem. Base redonda mínimo de 75mm.	Und	CARBRIN CK	207	R$ 1,35	R$279,45
58	Pasta Arquivo Material: Plástico, Características Adicionais: Sem Aba E Elástico, Tamanho: Ofício, Aplicação: Armazenar Documentos E Impressos, Características Adicionais 3: Modelo "L" / Transparente. Código catmat: 609140. Observações complementares: cores variadas. Pacote com 10 pastas.	Pct	POLIBRÃ S	1.842	R$ 5,40	R$9.946,80
59	Pasta Arquivo, Material: Polipropileno., Tipo: Abas e elástico, Cor: variada, Gramatura: 180 G/M2, Tamanho:	Und	POLIBRÁ S SOFT	2.640	R$ 1,50	R$3.960,00
	Ofício. Código Catmat: 464326. Observações Complementares: laminado transparente linear, com elástico na cor da pasta, com ponteiras plásticas.					
64	Perfurador Papel Material: Metal, Tipo: Mesa, Capacidade Perfuração: 22 FL, Funcionamento: Manual, Quantidade Furos: 2 UN. Código Catmat: 486502. Observações complementares: com escala, depósito e sistema de trava.	Und	MASTER PRI MP 801	216	R$ 14,25	R$3.078,00
77	Bobina Papel Senha Material: Termosensível, Largura: 57 MM, Comprimento: 30 M, Aplicação: Emissão De Senhas. Código Catmat: 321902. Observações complementares: caixa com 30 unidades.	Caixa	PREMIER	136	R$ 65,65	R$8.928,40
86	Envelope Material: Kraft, Modelo: Saco Padrão, Tamanho (C X L): 110 X 170 MM, Cor: Parda, Gramatura: 80 G/M. Código Catmat: 459314. Observação complementar: caixa com 250 unidades.	Caixa	FILIMAIL	33	R$ 15,90	R$524,70
87	Grafite Diâmetro: 0,7 MM, Aplicação: Lapiseira , Características Adicionais: Tipo: Hb. Código catmat: 364045. Observações complementares: Mina com comprimento de aprox. 60 mm, composição: grafite e material cerâmico, caixinha com 12 grafites.	Caixa	ONDA	210	R$ 0,35	R$73,50
88	Percevejo Material: Metal, Tratamento Superficial: Latonado, Tamanho: 10 MM. Código Catmat: 202054. Observações complementares: caixa com 100 unidades.	Caixa	FUTURO	118	R$ 2,00	R$236,00
91	Placa Isolante Tipo: Comum, Tipo Miolo: Isopor, Comprimento: 100 CM, Largura: 50 CM, Espessura: 20 MM. Código Catmat: 262541.	Und	EPS EPS	330	R$ 4,20	R$1.386,00
96	Bobina Máquina Calcular Material: Papel Acetinado, Gramatura: 55 G/M2, Cor: Branca, Largura: 58 MM, Comprimento: 30 M, Características Adicionais: Diâmetro Interno 11mm Em Plástico Ou Papelão. Código Catmat: 313915. Observação complementar: Caixa com 30 unidades.	Caixa	PREMIER	12	R$ 42,20	R$506,40

Total do Fornecedor: **R$ 46.986,80**

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.

6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.

8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:
9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou
9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.
10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.
10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.

11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.
11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, data da última assinatura digital

MATEUS BARBIERI MARRIQUE
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural

RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Esportes

LUCIANO GONÇALVES DE LIMA
Secretário Municipal de Educação Interino

WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO
Secretário Municipal de Meio Ambiente

MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI
Secretária Municipal de Assistência Social

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

THAIS MARINA PEREIRA
Chefe de Gabinete

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador Geral do Município

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda

AIRTON DE MELO GONÇALVES
Secretário Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

AMÉRICO PONTES DE CASTRO
Secretário de Comunicação Social

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

MARCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal de Administração

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Fornecedor:

Empresa:
MOURA LEAL LTDA
CNPJ: 00.273.974/0001-49
Endereço: RUA ADIB ABURAD, N° 769 – JD PARAISO – CEP: 87.708-190 PARANAVAÍ – PARANÁ
FONE: (44) 3900-0999
E-MAIL: licitacao_mouraeleal@hotmail.com

Nome do Representante: **DEIZE ALVES DE MOURA LEAL**
RG Nº1.671.677-4
CPF Nº 323.506.009-04

Assinatura:

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:23EC310E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204 / 2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **MATEUS BARBIERI MARRIQUE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF 094.698.139-60; Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.397.170-3 e inscrito no C.P.F. sob nº 049.598.719- 03; Ilmo. Secretário Municipal de Esporte e Lazer Sr. **RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 4.357.237-7 SSP/PR e inscrito no C.P.F. sob nº 835.901.379-91; Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF sob nº 048.306.029-10; pelo Secretário Municipal de Educação Interino Sr. **LUCIANO GONÇALVES DE LIMA**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, portador da Cédula de Identidade nº 4.542.404-9 e inscrito no CPF sob nº 586.307.919-34; Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **MARCIO ASSAKAWA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3.096.717-8 e inscrito no CPF sob nº 553.781.109-04; Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. **MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 908.597-1 SSP/PR e inscrita no C.P.F. sob nº 143.931.319-9; ; Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade Paranavaí, Estado do Paraná e inscrito no CPF/MF nº 424.473.649-20; Secretário Municipal de Fazenda Sr. **GILMAR PINHEIRO** inscrito no CPF 300.997.499-04; Ilma. Chefe de Gabinete Srª. **THAIS MARINA PEREIRA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no C.P.F. 064.598.519-80; Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, Portador da Cédula de Identidade R.G. nº 20.869.605-37 PR e inscrito no CPF sob nº 018.032.340-75; Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA** brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 10.92.255-0 SSPR e inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito **Sr. AIRTON DE MELO GONÇALVES,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 031.858.563-5 Ministério da Defesa e inscrito no C.P.F. sob nº 490.043.879-00, Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; Ilmo. Procurador Geral do Município, Sr. **BENJAMIM MARÇAL COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, inscrito no CPF sob nº 003.478.309-19; Controlador Geral do Município Sr. **CARLOS ALBERTO VIEIRA** inscrito no CPF 756.344.739-34 e Ilmo. Sr. **AMÉRICO PONTES DE CASTRO**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná portador da Cédula de Identidade R.G. nº 13.613.197-4 e inscrito no C.P.F. 005.474.639-60; registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 121/2024, Pregão Eletrônico nº 042/2024, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto desta Ata de O Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Expediente para as Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O fornecedor e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços constam na tabela abaixo.

Fornecedor: **MAPU DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA ESCRITORIO LTDA**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	Caixa Arquivo Material: Papelão Kraft, Onda Simples. Dimensão (C X L X A): 140 X 240 X 360 Mm. CM Cor: Pardo Impressão: Com Campo Para Identificação Características Adicionais: Apresentação Em Unidade. Código Catmat: 602026.	Und	LC ARQUIVO MORTO	8.830	R$ 2,10	R$18.543,00
12	Caixa Arquivo Material: Plástico Corrugado, Dimensão (C X L X A): 36,0 X 13,5 X 25,0 CM, Cor: Colorido, Impressão: Padrão, Características Adicionais: Com Trava. Código Catmat: 468082.	Und	ALAPLAS T ARQUIVO MORTO	815	R$ 3,20	R$2.608,00
16	Calculadora Eletrônica Número Dígitos: 12 UN, Tipo: Mesa (4 Operações Básicas), Fonte Alimentação: Pilha Aa, Características Adicionais: Visor Lcd Com Inclinação, Cálculo De Porcentagem E. Código Catmat: 462280.	Und	DOMAD CALCULA DO	212	R$ 8,86	R$1.878,32
17	Caneta Esferográfica, Material: Plástico, Quantidade Cargas: 1 UM, Material Ponta: Latão Com Esfera De Tungstênio, Tipo Escrita: Média, Cor Tinta: Vermelha, Características Adicionais: Material Transparente E Com Orifício Lateral. Código CATMAT 271838. Observações complementares: corpo sextavado e tampa ventilada. Caixa com no mínimo 50 unidades.	Caixa	INJEXPE N CANETA	325	R$ 19,68	R$6.396,00
18	Caneta Esferográfica, Material: Plástico, Quantidade Cargas: 1 UM, Material Ponta: Latão Com Esfera De Tungstênio, Tipo Escrita: Média, Cor Tinta: Preta, Características Adicionais: Material Transparente E Com Orifício Lateral. Código CATMAT 271837. Observações complementares: corpo sextavado e tampa ventilada. Caixa com no mínimo 50 unidades	Caixa	INJEXPE N CANETA	672	R$ 19,68	R$13.224,96
19	Caneta Esferográfica, Material: Plástico, Quantidade Cargas: 1 UM, Material Ponta: Latão Com Esfera De Tungstênio, Tipo Escrita: Média, Cor Tinta: Azul, Características Adicionais: Material Transparente E Com Orifício Lateral. Código CATMAT 271836. Observações complementares: corpo sextavado e tampa ventilada. Caixa com no mínimo 50 unidades.	Caixa	INJEXPE N CANETA	742	R$ 19,68	R$14.602,56
20	Caneta Marca-Texto Material: Plástico, Tipo Ponta: Chanfrada, Cor: Fluorescente / Diversas. Código Catmat: 338120. Observações complementares: Tampa ventilada com respiro antiasfixiante. Caixa com 12 unidades.	Caixa	LYKE MARCA TEXTO	2.322	R$ 6,19	R$14.373,18
25	Clipe Tratamento Superficial: Galvanizado, Tamanho: 8/0, Material: Arame De Aço, Formato: Paralelo. Código Catmat: 458597. Observações complementares: cor prata/metalizado, caixa com 500 g.	Caixa	MAX CLIPS CLIPS	236	R$ 8,00	R$1.888,00
26	Clipe Tratamento Superficial: Niquelado, Tamanho: 1, Material: Aço Inox, Formato: Trançado. Código Catmat: 292026. Observações complementares: caixa com 12 unidades,	Caixa	PEPELEX CLIPS	74	R$ 1,23	R$91,02
27	Cola Composição: Cianiacrilato, Cor: Incolor, Aplicação: Borracha E Madeira, Características Adicionais: Resistente A Temperatura De 75° C , Tipo: Instantânea. Código Catmat: 281641. Observações complementares: Embalagem de 20g. Baixa viscosidade, indicado para superfícies flexíveis. Tempo de secagem de superfície: 6 minutos. Viscosidade (cp): 40 a 120, temperatura de trabalho (°c): -55 a 80, preenchimento de folgas: Até 0,10mm, resistência ao cisalhamento (aço x aço): 100kgf/cm2.	Und	BRW COLA	257	R$ 3,16	R$812,12
30	Corretivo Líquido Material: Base D'Água - Secagem Rápida, Apresentação: Frasco, Volume: 18 ML. Código Catmat: 290284. Observações complementares: atóxico, Composição: Veículo aquoso com dispersantes e dióxido de titânio. Tampa giratória com pincel para aplicação, secagem rápida e excelente cobertura dispensando retoques. com certificação do inmetro e ocp estampado na embalagem.	Und	LYKE CORRETI VO	902	R$ 1,17	R$1.055,34
37	Etiqueta Adesiva Material: Papel Alcalino, Cor: Branca, Largura: 99 MM, Formato: Retangular, Aplicação: Impressora Jet/Laser/Copiadoras Tamanho A4, Altura: 38,10 M. Código catmat: 611957. Observações complementares: caixa com 25 fls em formato A4, com 14 etiquetas por folha.	Caixa	IMPRIMA STE ETIQUET A ADESIVA	51	R$ 8,67	R$442,17
38	Extrator Grampo Material: Aço Inoxidável, Tipo: Espátula, Tratamento Superficial: Cromado. Código catmat: 278812. Observação complementar: Dimensões mínimas:14,5x1,1cm.	Und	CAVIA EXTRATO R	529	R$ 0,86	R$454,94
39	Fita Adesiva Material: Crepe, Tipo: Monoface, Largura: 18 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Branca. Código catmat: 397743. Observações complementares: composição cola aquosa, atóxica e papel crepado/adesivo de borracha.	Und	CELLUX FITA ADESIVA	12.442	R$ 2,46	R$30.607,32
40	Fita Adesiva, Material: Propileno Transparente, Tipo: Monoface, Largura: 45 MM, Comprimento: 45 M, Cor: Incolor, Aplicação: Multiuso. Código Catmat: 356367. Observação complementar:	Und	CELLUX FITA ADESIVA	12.046	R$ 1,62	R$19.514,52

	composto de adesivo acrílico à base de água.					
41	Fita Adesiva, Material: Polipropileno Transparente, Tipo: Monoface, Largura: 12 MM, Comprimento: 50 M, Cor: Incolor. Código catmat: 330860. Observações complementares: composto de adesivo acrílico à base de água.	Und	CELLUX FITA ADESIVA	12,602	R$ 0,75	R$9.451,50
44	Grampeador Tratamento Superficial: Pintado, Material: Metal Tipo: Mesa, Capacidade: 100 FL, Tamanho Grampo: 23/6, 23/8, 23/10, E 23/13. Código catmat: 406729. Observações complementares: Dimensões aproximadas: 28,0 x 6,0 x 16,3 cm, com base plástica, base de fechamento dos grampos em chapa de aço, mola resistente com retração automática, composição: aço, base de apoio em plástico, pintura eletrostática de alta resistência.	Und	MASTER PRI GRAMPE AD	262	R$ 33,83	R$8.863,46
47	Grampo Grampeador Material: Meta, Tratamento Superficial: Galvanizado/Cobreado, Tamanho: 26/6, Uso: Grampeador De Mesa. Código catmat: 425226. Observações complementares: Fabricado com arame de aço, revestido e resistente a oxidação. Indicado para grampear até 20 folhas (papel 75 g/m²). Caixa com no mínimo 5000 grampos.	Caixa	BRW GRAMPO	759	R$ 2,58	R$1.958,22
48	Grampo Pasta Material: Plástico, Apresentação: Trilho, Comprimento: 80 MM. Código catmat: 242696. Observações complementares: tipo lingueta, aplicação fixação folhas em processos, tipo espelho garra. Caixa com 50 unidades.	Caixa	CARBRIN K GRAMPO	81	R$ 5,97	R$483,57
54	Papel Vergê Material: Celulose Vegetal, Gramatura: 180 G/M2, Comprimento: 297 MM, Largura: 210 MM, Formato: A4. Código catmat: 275639. Observações complementares: caixa com 50 folhas. Cores a escolher.	Caixa	OFFPAPE R PAPEL VERGE	215	R$ 8,86	R$1.904,90
57	Pasta Arquivo Material: Plástico, Cor: Variada, Gramatura: 180G/M2, Tamanho: Ofício, Características Adicionais 1: Com Grampo Trilho. Código catmat: 464317. Observações complementares: grampo trilho de plástico.	Und	ACP PASTA	2.804	R$ 1,35	R$3.785,40
60	Pasta Arquivo, Material: Plástico Corrugado flexivel, Tipo: Abas e Elastico, Largura: 250 mm, Altura: 350 mm, Lombada 55 mm, Cor: Variada. Código Catmat: 417227.	Und	ALAPLAS T PASTA	850	R$ 2,89	R$2.456,50
61	Pasta Arquivo, Material: Polipropileno Alta Resistência, Tipo: Registradora AZ, Largura: 285 MM, Altura: 315 MM, Lombada: 73 MM, Cor: Preta, Caracteristicas Adicionais 3: Ferragens aço Inox/Visor e Etiqueta Dupla Face. Código Catmat: 416987.	Und	LYKE PASTA	421	R$ 7,63	R$3.212,23
62	Pasta Arquivo Material: Cartão Marmorizado, Tipo: Suspensa Pendular, Largura: 365 MM, Altura: 240 MM, Cor: Marrom, Características Adicionais: Plastificada; Ponteira E Grampos Plásticos; Visor, Gramatura: 350 G/M. Código catmat: 294802. Observações complementares: com capacidade no mínimo 300 folhas de papel tamanho ofício, com 2 varetas e 4 ponteiras plásticas, 1 visor plástico, 1 etiqueta, 1 grampo trilho de plástico. Cx com 50 unds.	Caixa	ICL PASTA	281	R$ 78,45	R$22.044,45
65	Perfurador Papel Material: Metal, Tipo: Médio, Tratamento Superficial: Niquelado, Capacidade Perfuração: 60 FL, Funcionamento: Manual , Quantidade Furos: 2 UN. Código Catmat: 284574. Observações complementares: base plástica antideslizante, margeador de metal, pinos perfuradores e molas em aço resistentes e trava lateral.	Und	LYKE PERFUR AD	145	R$ 49,20	R$7.134,00
67	Pincel Quadro Branco / Magnético Material: Plástico, Material Ponta: Acrílico, Cor: Preta, Azul E Vermelha. Código Catmat: 384059. Observações complementares: Com ponta arredondada, não recarregavél, escreve em plástico, vidros, metal madeira. Composição: tinta a base de álcool, pigmentos, resinas, solventes, aditivos e ponta de acrílico. Corpo na cor da tinta com nacionalidade; marca e modelo do produto impresso no mesmo. Com certificação do inmetro na embalagem. Cores a escolher.	Und	LYKE PINCEL P/ QUADRO	5.282	R$ 0,84	R$4.436,88
68	Porta-Lápis/Clipe/Lembrete, Material: acrilico, Cor: Fumê, Tipo: Conjugado. Código Catmat: 202541. Observações complementares: Base Retangular, medindo aproximadamente: 8,6 x 7,8 x 23,8 cm.	Und	WALEU PORTA LÁPIS	305	R$ 6,64	R$2.025,20
69	Prancheta Portátil Material: Acrílico, Comprimento: 355 MM, Largura: 240 MM, Cor: Variada, Características Adicionais: Com Prendedor Em Aço Inoxidável. Código Catmat: 396055. Observação complementar: cores a escolher.	Und	CARBRIN K PRANCH ETA	1.662	R$ 8,00	R$13.296,00
73	Saco Documento Material: Plástico Transparente, Comprimento: 240 MM, Largura: 335 MM, Número Furos: Sem Furos, Aplicação: Acondicionamento De Documentos. Código Catmat: 355592. Observações complementares: 0,15 micras, grosso, pacote com 100 unidades.	Pct	ACP SACO PLASTIC O	152	R$ 9,59	R$1.457,68
75	Tinta Para Carimbo Cor: Preta, Componentes: Água, Pigmentos, Aspecto Físico: Líquido, Aplicação: Almofada, Capacidade Frasco: 40 ML. Código Catmat: 283589. Observações complementares: Composição: Resinas termoplásticas, com certificado do inmetro, estampado na embalagem.	Und	STARPRI NT TINTA P/ CARIMBO	59	R$ 2,46	R$145,14
78	Livro Ata Material: Off-Set Branco, Quantidade Folhas: 100 UN, Gramatura: 56 G/M2, Comprimento: 310 MM, Largura: 220 MM, Características Adicionais: Capa Dura Na Cor Preta, Numeradas E Pautadas. Código Catmat: 469001.	Und	PBR Livro ATA	293	R$ 8,98	R$2.631,14
79	Régua Escritório Material: Acrílico, Comprimento: 30 CM, Graduação: Centímetro/ Milímetro, Tipo Material: Rígido, Cor: Cristal, Transmitância: Transparente. Código Catmat: 313142. Observações complementares: Com no mínimo 0,3 mm de espessura e 3,05 cm de largura, demarcada a divisão de forma clara e precisa em silkscreen na cor preta.	Und	MAXCRIL REGUA	10.505	R$ 0,49	R$5.147,45
83	Cola Composição: Silicone, Aplicação: Pistola Quente, Características Adicionais: Com 11 Mm De Diâmetro E 30 Cm De Comprimento, Tipo: Bastão. Código Catmat: 284808. Observações complementares: Pacote de 1 kg.	Pct	LYKE COLA	327	R$ 27,06	R$8.848,62
84	Cola Composição: Silicone, Aplicação: Pistola Quente, Características Adicionais: Com 7,5 Mm De Diâmetro E 30 Cm De Comprimento, Tipo: Bastão. Código Catmat: 379312. Observações complementares: Pacote de 1 kg	Pct	LYKE COLA	330	R$ 27,53	R$9.084,90
89	Pistola Aplicadora Tensão Alimentação: 110/220 V, Potência: 10 W, Aplicação: Colagem, Características Adicionais: Profissional, Compatível Bastão Silicone. Código Catmat: 439981. Observações complementares: com bico protetor e isolante térmico.	Und	LYKE PISTOLA P/ COLA	1.054	R$ 6,77	R$7.135,58

102	Pasta Arquivo Material: Papelão Revestido De Pvc, Tipo: Catálogo, Largura: 240 MM, Altura: 330 MM, Cor: Preta, Capacidade: 200 Sacos Plástico FL, Características Adicionais 3: Trava Interna Para Saco 4 Furos. Código catmat: 375899. Observações complementares: com 04 prendedor interno colchetes.	UND	ACP PASTA	1.334	R$ 14,10	R$18.809,40

Total do Fornecedor: **R$ 260.803,67**

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.
CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.
6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.
7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.
7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.
8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:
9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou
9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.
10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.
10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.
11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.
11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, data da última assinatura digital

MATEUS BARBIERI MARRIQUE
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural

RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Esportes

LUCIANO GONÇALVES DE LIMA
Secretário Municipal de Educação Interino

WALTHER BARBOSA DE CAMARGO NETO
Secretário Municipal de Meio Ambiente

MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI
Secretária Municipal de Assistência Social

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

TARCÍSIO BARBOSA DE SOUZA
Secretário Municipal de Agricultura

AMAURI SEBASTIÃO NIEHUES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

THAIS MARINA PEREIRA
Chefe de Gabinete

BENJAMIM MARÇAL COSTA
Procurador Geral do Município

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda

AIRTON DE MELO GONÇALVES
Secretário Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

AMÉRICO PONTES DE CASTRO
Secretário de Comunicação Social

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

MARCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal de Administração

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Fornecedor:
Empresa: Mapu Distribuidora De Materiais Para Escritorio LTDA
CNPJ: 81.715.417/0001-78
Endereço: RUA ALBERTO STENZOWSKI, 201, NOVO MUNDO, CURITIBA/PR - CEP.: 81.050-020
Telefone: (41)99223-2868
E-mail: gerencia.mapu@yahoo.com.br

EVANDRO PUTZIGER
Nome do Representante:
CPF:022.769.209-80 RG:6.052.936-1

Assinatura:

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:5AE83D99

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 26.793/2024

Decreto Nº 26793 de 07 de novembro de 2024

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 649.073,55 (seiscentos e quarenta e nove mil, setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos)."

PEDRO BARALDI PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5341 de 01 de Janeiro de 2024:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 649.073,55 (seiscentos e quarenta e nove mil, setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos), para reforço no exercício financeiro de 2024 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade Orçamentária: 07.001 (951)	GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 07.001.0008.0244.0007.2570	**Atividade:**Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (778)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2450	**Atividade:**Manutenção do Ensino Fundamental	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00104 - Demais Impostos Vinculados à educação básica	R$ 235.073,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1633)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0129.0002.2070	**Atividade:**Atividades Diretoria de Receitas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ		
Unidade Orçamentária: 17.001 (1911)	COORDENAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	
Funcional Programática: 17.001.0013.0392.0009.2881	**Atividade:**Eventos Culturais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390310000 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 93.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.001 (1525)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.001.0004.0122.0002.2142	**Atividade:**Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.001 (545)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Funcional Programática: 05.001.0015.0451.0014.2380	**Atividade:**Atividades de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 105.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (480)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0305.0006.2352	**Atividade:**Controle da Natalidade de Cães e Gatos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 12.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (405)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0304.0006.2240	**Atividade:**TAXA - Atividades de Vigilância Sanitária	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (488)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0306.0006.2360	**Atividade:**Assistência Alimentar e Nutricional na Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (83)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:**Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390400000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (77)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0122.0006.2348	**Atividade:**Apoio Administrativo as Unidades de Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2417)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2241	**Atividade:**TFD - Transporte fora do Domicílio	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 80.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2312)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:**Piso da Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390480000 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 30.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$ 649.073,55**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade Orçamentária: 07.003 (1263)	FMIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	
Funcional Programática: 07.003.0008.0306.0017.6609	**Atividade:** Combate a Deficiência Nutricional Infantil	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 06.002 (777)	COORDENAÇÃO EDUCACIONAL	
Funcional Programática: 06.002.0012.0361.0005.2450	**Atividade:** Manutenção do Ensino Fundamental	

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390370000 - Locação de mão-de-obra	00104 - Demais Impostos Vinculados à educação básica	R$ 235.073,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (1632)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0129.0002.2070	**Atividade:** Atividades Diretoria de Receitas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ		
Unidade Orçamentária: 17.001 (1907)	COORDENAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL	
Funcional Programática: 17.001.0013.0392.0009.1885	**Projeto:** Reforma/Ampliação de Unidades Culturais	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 93.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.002 (1551)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.002.0020.0605.0013.2144	**Atividade:** Atividades de Convênios com Estado e União	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 15.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.002 (573)	FUNDO MUNICIPAL DE ASFALTO	
Funcional Programática: 05.002.0015.0451.0014.1100	**Projeto:** Obras de Pavimentação, Recapeamento, Saneamento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 81.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.002 (582)	FUNDO MUNICIPAL DE ASFALTO	
Funcional Programática: 05.002.0015.0451.0014.2382	**Atividade:** Atividades de Execução de Obras	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490510000 - Obras e instalações	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.002 (574)	FUNDO MUNICIPAL DE ASFALTO	
Funcional Programática: 05.002.0015.0451.0014.1100	**Projeto:** Obras de Pavimentação, Recapeamento, Saneamento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 4.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.002 (581)	FUNDO MUNICIPAL DE ASFALTO	
Funcional Programática: 05.002.0015.0451.0014.2382	**Atividade:** Atividades de Execução de Obras	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.002 (580)	FUNDO MUNICIPAL DE ASFALTO	
Funcional Programática: 05.002.0015.0451.0014.2382	**Atividade:** Atividades de Execução de Obras	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.002 (583)	FUNDO MUNICIPAL DE ASFALTO	
Funcional Programática: 05.002.0015.0451.0014.2382	**Atividade:** Atividades de Execução de Obras	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 5.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (455)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0305.0006.2260	**Atividade:** Incentivo Vigilância em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390360000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 32.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (482)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0305.0006.2352	**Atividade:** Controle da Natalidade de Cães e Gatos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 12.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (443)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0305.0006.2260	**Atividade:** Incentivo Vigilância em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 31.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (153)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Piso da Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 110.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$ 649.073,55**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 7 de novembro de 2024.

PEDRO BARALDI
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:5148A77D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 26.794/2024

Decreto Nº 26794 de 07 de novembro de 2024

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 469.610,94 (quatrocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e dez reais e noventa e quatro centavos)."

PEDRO BARALDI PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5341 de 01 de Janeiro de 2024:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 469.610,94 (quatrocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e dez reais e noventa e quatro centavos), para reforço no exercício financeiro de 2024 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.001 (2387)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.001.0020.0605.0013.2140	**Atividade:**Atividades de Fomento e Marketing Agropecuário	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00511 - Taxas - Prestação de Serviços	R$ 50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.001 (540)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Funcional Programática: 05.001.0015.0451.0014.1140	**Projeto:Aquisição** de Equipamentos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 110.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.001 (2231)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Funcional Programática: 05.001.0015.0451.0014.1140	**Projeto:Aquisição** de Equipamentos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00995 - Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - Código Ação - 09032022- 018159	R$ 266.946,64
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
Unidade Orçamentária: 10.002 (2426)	CONVÊNIO E PROGRAMAS DE APLICAÇÃO EM AGRICULTURA	
Funcional Programática: 10.002.0020.0605.0013.2144	**Atividade:**Atividades de Convênios com Estado e União	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390930000 - Indenizações e restituições	00912 - Conv. nº 833676/2016 - Construção da Casa do produtor	R$ 42.664,30
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 469.610,94		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2023, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 7 de novembro de 2024.

PEDRO BARALDI
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:DEEF0314

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 26.795/2024

Decreto Nº 26795 de 07 de novembro de 2024

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 236.500,00 (duzentos e trinta e seis mil e quinhentos reais)."

PEDRO BARALDI PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5341 de 01 de Janeiro de 2024:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 236.500,00 (duzentos e trinta e seis mil e quinhentos reais), para reforço no exercício financeiro de 2024 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.001 (2231)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Funcional Programática: 05.001.0015.0451.0014.1140	**Projeto:Aquisição** de Equipamentos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00995 - Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - Código Ação - 09032022- 018159	R$ 18.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (181)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:**Piso da Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (176)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:**Piso da Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 200.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (350)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0302.0006.2243	**Atividade:**UPA - Unidade de Pronto Atendimento	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390340000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	00494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 8.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$ 236.500,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1321010104 - 955 - Rem. de Dep. Banc.- FEAS - Incentivo Benefício Eventual - COVID-19 - 72995-7, 1713501101 – Atenção Primária - Equipes de Saúde da Família / ESF e Equipes de Atenção Primária / EAP - 494 da fonte 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, 995 - Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - Código Ação - 09032022-018159 nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 7 de novembro de 2024.

PEDRO BARALDI
Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:D2B9E131

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206 / 2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí, Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.397.170- 3 e inscrito no C.P.F. sob nº 049.598.719-03; Ilmo. Secretário Municipal de Esporte e Lazer Sr. **RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 4.357.237-7 SSP/PR e inscrito no C.P.F. sob nº 835.901.379-91; Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, inscrito no CPF sob nº 048.306.029-10; pelo Secretário Municipal de Educação Interino Sr. **LUCIANO GONÇALVES DE LIMA**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade nº 4.542.404-9 e inscrito no CPF sob nº 586.307.919-34; Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **MARCIO ASSAKAWA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 3.096.717-8 e inscrito no CPF sob nº 553.781.109-04; Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. **MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 908.597-1 SSP/PR e inscrita no C.P.F. sob nº 143.931.319-9; Secretário Municipal de Fazenda Sr. **GILMAR PINHEIRO** inscrito no CPF 300.997.499-04; Ilma. Chefe de Gabinete Srª. **THAIS MARINA PEREIRA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no C.P.F. 064.598.519-80; Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito **Sr. AIRTON DE MELO GONÇALVES,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí- PR, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 031.858.563-5 Ministério da Defesa e inscrito no C.P.F. sob nº 490.043.879-00 e Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609; registram os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES
1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 121/2024, Pregão Eletrônico nº 042/2024, ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto municipal nº 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA
2.1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO
3.1. O objeto desta Ata de O Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Expediente para as Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí.

CLÁUSULA 4ª: FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS
4.1. O fornecedor e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços constam na tabela abaixo.

Fornecedor: **IGUASSU COMERCIO DE PAPEIS EIRELI**						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Apontador Lápis Material: plástico, Tipo: Escolar, Cor: Variada, Tamanho: Médio. Código Catmat: 380544. Observações complementares: Com 1 furo, formato retangular. Composição: resinas termoplasticas e lâmina em aço temperado, fixada por parafuso metálico, com tratamento antiferrugem de alta qualidade para maior durabilidade.	Und	MASTER PRI 31501000 3	10.215	10.215 0,17	R$1.736,55
51	PAPEL A4 ADESIVO Uso em impressoras jato de tinta ou laser. Etiquetas autoadesivas em papel na cor branca, composta por adesivo acrílico aquoso. Dimensões mínima da etiqueta: 55,8 mm x 99 mm, em folha formato A4, branco, fosco, com 10 etiquetas por folha. Pacote com 100 folhas	Pct	GREEN PAPER 10 POR FOLHA	1.046	R$ 34,66	R$36.254,36
Total do Fornecedor:						**R$ 37.990,91**

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

CLÁUSULA 5ª: ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

CLÁUSULA 6ª: QUANTIDADES

6.1. A quantidade máxima a ser fornecida mensalmente, sem prejuízo da possibilidade de pedidos em quantidade maior, caso o fornecedor tenha disponibilidade, é de 20% (vinte por cento) do quantitativo total registrado.
6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

CLÁUSULA 7ª: CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente em até 5 (cinco) dias após a convocação, que será feita por e-mail.
7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.
7.3. As condições da contratação estão na minuta de contrato, anexa ao processo de contratação.

CLÁUSULA 8ª: POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS

8.1. Serão admitidas as solicitações de reajuste, reequilíbrio e repactuação do valor da ata de registro de preços, em procedimento idêntico ao praticado nos contratos administrativos, desde que fundamentados e acolhidos pela Diretoria Especial de Compras.
8.2. A modificação do preço implicará na reclassificação, quando for o caso.

CLÁUSULA 9ª: EXCLUSÃO DO FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O fornecedor poderá ser excluído desta ata de registro de preços quando:
9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
9.1.2. não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador;
9.1.3. sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
9.1.4. ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

9.1.5. houver razão de interesse público, devidamente justificada, ou
9.2. A exclusão do fornecedor será formalizada por despacho fundamentado do Secretário Municipal de Fazenda e terá efeito após a divulgação no sítio eletrônico oficial, sendo dispensada a divulgação por outros meios.

CLÁUSULA 10ª: SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório.
10.2. O signatário com a proposta mais vantajosa que não assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente estará sujeito a multa de 20% (vinte por cento) do valor do pedido e exclusão do registro da Ata.
10.3. Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da ata	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 11ª: ADESÕES

11.1. Não será permitida a adesão a atas de registro de preços do município de Paranavaí por órgãos e entidades de outros municípios.
11.2. As adesões por órgãos não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados nesta ata de registro de preços.
11.3. O quantitativo decorrente das adesões à esta ata de registro de preços por órgãos não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo total de cada item registrado nesta ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Paranavaí – PR, data da última assinatura digital

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor Presidente da Fundação Cultural

RAFAEL OCTAVIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Esportes

LUCIANO GONÇALVES DE LIMA
Secretário Municipal de Educação Interino

MARIA DÊIS FERREIRA KLOSOSKI
Secretária Municipal de Assistência Social

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

THAIS MARINA PEREIRA
Chefe de Gabinete

GILMAR PINHEIRO
Secretário Municipal de Fazenda

AIRTON DE MELO GONÇALVES
Secretário Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito.

MARCIO ASSAKAWA
Secretário Municipal de Administração

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Fornecedor:
Empresa:
Iguassu Comércio De Papéis LTDA
CNPJ: 29.678.353/0001-27
Endereço: Av. Morenitas, 230, Porto Meira, Foz Do Iguaçu – PR, CEP: 85855-190
FONE.: 45 3198 0939
E-MAIL: diplaspellicitacoes@hotmail.com
Nome do Representante:
MATHEUS ORO TOMIO
RG 8.594.332-4 SP/PR
CPF: 007.585.729-48

Assinatura:

Publicado por:
Nelci Aparecida Ciarini Fernandes
Código Identificador:364A4774

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 13/01/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAF0C08	277510L000030058	25/08/2024	74550	R$ 130.16
AAW8771	277510L000030211	27/08/2024	74550	R$ 130.16
ABC1590	277510L000030252	28/08/2024	74550	R$ 130.16
ACF5C90	277510L000030240	28/08/2024	74710	R$ 880.41
ACV7D97	277510L000030181	27/08/2024	74550	R$ 130.16
AEC5599	277510L000030232	27/08/2024	74550	R$ 130.16
AFD7G09	277510L000029988	24/08/2024	74550	R$ 130.16
AFF5052	277510L000030246	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AGH3I06	116100T002040897	24/08/2024	53800	R$ 130.16
AGQ6422	277510L000030022	24/08/2024	74550	R$ 130.16
AGZ7208	277510L000030048	25/08/2024	74550	R$ 130.16
AHE1035	277510L000030336	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AHY2062	277510L000030016	24/08/2024	74550	R$ 130.16
AIR8J09	277510T000055946	24/08/2024	76331	R$ 293.47
AJI8E96	277510T000106137	28/08/2024	51851	R$ 195.23
AJJ9A78	277510L000030233	27/08/2024	74550	R$ 130.16
AJY2E20	277510L000030310	28/08/2024	74630	R$ 195.23
AKA8H93	277510L000030317	28/08/2024	74630	R$ 195.23
AKD1D38	277510T000079488	28/08/2024	76332	R$ 293.47
AKE3010	277510T000082312	27/08/2024	76331	R$ 293.47
AKI4256	277510L000029943	24/08/2024	74710	R$ 880.41
AKJ7H50	277510L000030074	25/08/2024	74550	R$ 130.16
AKJ8F68	277510L000029974	24/08/2024	74630	R$ 195.23
AKX8673	277510T000038386	26/08/2024	55411	R$ 195.23
ALA4670	277510L000030220	27/08/2024	74630	R$ 195.23
ALP3C85	277510L000030010	24/08/2024	74550	R$ 130.16
ALP3C85	277510L000030013	24/08/2024	74550	R$ 130.16
ALR4561	277510L000030174	27/08/2024	74550	R$ 130.16
ALV1F94	277510T000099154	28/08/2024	76331	R$ 293.47
ALW8J49	277510L000030069	25/08/2024	74630	R$ 195.23
ALW8J49	277510L000030061	25/08/2024	74630	R$ 195.23
ALW8J49	277510L000030062	25/08/2024	74630	R$ 195.23
ALW8J49	277510L000030071	25/08/2024	74630	R$ 195.23
ALX0E06	277510L000030241	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AMI9758	277510L000030081	25/08/2024	74550	R$ 130.16
AML4J76	277510L000030307	28/08/2024	74630	R$ 195.23

ANB2582	277510L000030136	26/08/2024	74550	R$ 130.16
ANB5955	277510L000029959	24/08/2024	74550	R$ 130.16
ANW2D36	277510L000029928	24/08/2024	74550	R$ 130.16
ANZ3F53	277510L000030203	27/08/2024	74550	R$ 130.16
AOO0A34	277510L000030047	25/08/2024	74550	R$ 130.16
AOR2768	277510T000079478	27/08/2024	57030	R$ 130.16
AOY5679	277510L000030172	27/08/2024	74550	R$ 130.16
AOY5679	277510L000030106	26/08/2024	74550	R$ 130.16
APB4634	277510L000030328	28/08/2024	74550	R$ 130.16
APD8H91	277510L000030057	25/08/2024	74710	R$ 880.41
APQ0953	277510T000102265	28/08/2024	60412	R$ 195.23
APY7I90	277510T000054862	27/08/2024	76332	R$ 293.47
AQB7D74	277510L000030265	28/08/2024	74630	R$ 195.23
AQD1F86	277510L000030128	26/08/2024	74550	R$ 130.16
AQG5F78	277510L000030109	26/08/2024	74550	R$ 130.16
AQN0B12	277510L000029983	24/08/2024	74550	R$ 130.16
AQO1E01	277510L000030079	25/08/2024	74550	R$ 130.16
ARH6531	277510L000029976	24/08/2024	74630	R$ 195.23
ARN6E83	277510L000030009	24/08/2024	74550	R$ 130.16
ARN6E83	277510L000030015	24/08/2024	74630	R$ 195.23
ARW8B64	277510L000030027	25/08/2024	74550	R$ 130.16
ASI8119	277510L000029925	23/08/2024	74550	R$ 130.16
ASL0C62	277510L000030025	25/08/2024	74630	R$ 195.23
ATI4376	277510L000030171	27/08/2024	74550	R$ 130.16
ATI4376	277510L000030008	24/08/2024	74550	R$ 130.16
ATI9143	277510L000030186	27/08/2024	74550	R$ 130.16
ATQ6F29	277510L000030075	25/08/2024	74630	R$ 195.23
ATS8F85	277510L000030256	28/08/2024	74550	R$ 130.16
ATT6497	277510T000082316	27/08/2024	76331	R$ 293.47
ATX2D45	277510T000040449	28/08/2024	76252	R$ 293.47
AVF1C81	277510L000030329	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AVF2325	277510L000030286	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AVL9297	277510L000030294	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AVQ4052	277510L000029993	24/08/2024	74550	R$ 130.16
AVU9124	277510L000030277	28/08/2024	74630	R$ 195.23
AVV1A87	277510L000030293	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AVZ3J37	277510T000074102	27/08/2024	60412	R$ 195.23
AWA9913	277510L000029980	24/08/2024	74550	R$ 130.16
AWF9948	277510L000030111	26/08/2024	74630	R$ 195.23
AWG6C56	277510T000036638	28/08/2024	76331	R$ 293.47
AWG8G78	277510L000030004	24/08/2024	74550	R$ 130.16
AWP1823	277510L000030272	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AWU0E44	277510T000106135	27/08/2024	76332	R$ 293.47
AWZ3B93	277510L000030200	27/08/2024	74550	R$ 130.16
AXI3B85	277510L000030145	26/08/2024	74630	R$ 195.23
AXQ7435	277510L000030031	25/08/2024	74550	R$ 130.16
AXR4H22	277510L000030224	27/08/2024	74550	R$ 130.16
AXT0686	277510L000029926	24/08/2024	74630	R$ 195.23
AXT0720	277510L000030122	26/08/2024	74550	R$ 130.16
AXZ1221	277510L000030108	26/08/2024	74550	R$ 130.16
AYA0G30	277510L000030259	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AYE8396	277510L000030201	27/08/2024	74550	R$ 130.16
AYI2A88	277510T000079475	27/08/2024	76332	R$ 293.47
AYK6239	277510L000030287	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AYN4J89	277510L000023553	29/06/2024	74550	R$ 130.16
AYY8E47	277510L000029963	24/08/2024	74550	R$ 130.16
AZD2H31	277510L000030036	25/08/2024	74630	R$ 195.23
AZE2423	277510L000030268	28/08/2024	74550	R$ 130.16
AZH4J21	277510T000082318	27/08/2024	55417	R$ 195.23
AZL9085	277510L000030123	26/08/2024	74550	R$ 130.16
AZN8724	277510T000040445	27/08/2024	51851	R$ 195.23
AZN8724	277510T000082319	27/08/2024	76331	R$ 293.47
BAB5D64	277510L000030117	26/08/2024	74550	R$ 130.16
BAE2953	277510L000030182	27/08/2024	74550	R$ 130.16
BAF5725	277510L000030331	28/08/2024	74550	R$ 130.16
BAF5726	277510L000030301	28/08/2024	74550	R$ 130.16
BAN0J29	277510L000030288	28/08/2024	74550	R$ 130.16
BAR9590	277510L000030198	27/08/2024	74550	R$ 130.16
BBD2D49	277510T000040443	27/08/2024	76332	R$ 293.47
BBD7403	277510L000030050	25/08/2024	74550	R$ 130.16
BBE4G43	277510L000029929	24/08/2024	74630	R$ 195.23
BBI1896	277510L000029982	24/08/2024	74630	R$ 195.23
BBM6G26	277510L000023390	27/06/2024	74550	R$ 130.16
BBQ2710	277510L000030020	24/08/2024	74550	R$ 130.16
BBS4H39	277510L000030245	28/08/2024	74550	R$ 130.16
BBU0G73	277510L000030308	28/08/2024	74630	R$ 195.23
BCE9949	277510L000030229	27/08/2024	74550	R$ 130.16
BCH4989	277510L000030303	28/08/2024	74550	R$ 130.16
BCH7198	277510L000030085	26/08/2024	74550	R$ 130.16
BCJ9I17	277510L000030173	27/08/2024	74550	R$ 130.16
BCM9D05	277510L000030253	28/08/2024	74550	R$ 130.16
BCO7C56	277510T000082317	27/08/2024	76331	R$ 293.47
BCQ1686	277510L000030073	25/08/2024	74550	R$ 130.16
BCS9I78	116100T001795119	24/08/2024	56222	R$ 88.38
BCW4J89	277510T000079476	27/08/2024	76252	R$ 293.47
BCY1G93	277510T000099152	28/08/2024	76331	R$ 293.47
BCZ2430	277510T000074103	28/08/2024	76331	R$ 293.47
BDB1I98	277510T000079482	28/08/2024	58191	R$ 880.41
BDC9I80	277510T000082313	27/08/2024	51930	R$ 293.47

BDF1420	277510L000029954	24/08/2024	74710	R$ 880.41
BDK0I51	277510L000030066	25/08/2024	74550	R$ 130.16
BDK9A43	277510L000030295	28/08/2024	74550	R$ 130.16
BDO7H58	277510L000030285	28/08/2024	74550	R$ 130.16
BDO8F37	277510T000099148	27/08/2024	55417	R$ 195.23
BDQ2I27	277510T000036643	28/08/2024	76331	R$ 293.47
BDS1D18	277510L000030125	26/08/2024	74550	R$ 130.16
BDS5G78	277510T000102260	28/08/2024	55417	R$ 195.23
BEJ3J64	277510T000040444	27/08/2024	76332	R$ 293.47
BES7B46	277510L000029965	24/08/2024	74550	R$ 130.16
BET0E83	277510L000030202	27/08/2024	74550	R$ 130.16
BEU2C56	277510L000030120	26/08/2024	74550	R$ 130.16
BEW4A67	277510L000030170	27/08/2024	74550	R$ 130.16
BLO3394	277510L000030083	25/08/2024	74550	R$ 130.16
BOZ5H58	277510T000073326	28/08/2024	76331	R$ 293.47
BQY5623	277510L000030024	25/08/2024	74630	R$ 195.23
CAJ3I13	277510L000030166	27/08/2024	74550	R$ 130.16
CIY9J95	277510L000023183	26/06/2024	74550	R$ 130.16
COP7H61	277510L000029994	24/08/2024	74550	R$ 130.16
COU4535	277510L000030306	28/08/2024	74550	R$ 130.16
CTZ6385	277510L000029979	24/08/2024	74550	R$ 130.16
CXB0J37	277510L000029947	24/08/2024	74550	R$ 130.16
CYO8789	277510L000030254	28/08/2024	74550	R$ 130.16
CYW9D02	277510L000030204	27/08/2024	74550	R$ 130.16
DIT6B41	277510L000023619	29/06/2024	74550	R$ 130.16
EDG6D32	277510L000030076	25/08/2024	74550	R$ 130.16
EDM2C86	277510T000079471	27/08/2024	55500	R$ 130.16
EIU8B62	277510L000027186	29/07/2024	74550	R$ 130.16
ERZ2I33	277510L000030248	28/08/2024	74630	R$ 195.23
EWQ2A06	277510T000079483	28/08/2024	76332	R$ 293.47
EZH9E71	277510L000030028	25/08/2024	74550	R$ 130.16
FAD7I58	277510L000023501	28/06/2024	74550	R$ 130.16
FIC7B44	277510L000030065	25/08/2024	74550	R$ 130.16
FLL6C52	277510L000030298	28/08/2024	74550	R$ 130.16
FMH4B25	277510L000030019	24/08/2024	74550	R$ 130.16
FMH4B25	277510L000030017	24/08/2024	74550	R$ 130.16
FMS4J43	277510T000102257	27/08/2024	76332	R$ 293.47
FNZ2292	277510L000030099	26/08/2024	74630	R$ 195.23
FQH1B24	277510T000102256	27/08/2024	76331	R$ 293.47
FQL9E07	277510T000038390	28/08/2024	55411	R$ 195.23
FUX8B22	277510T000102264	28/08/2024	60412	R$ 195.23
FWD3C21	277510L000030237	27/08/2024	74550	R$ 130.16
FWZ4H32	277510L000030313	28/08/2024	74550	R$ 130.16
GFJ2E18	277510L000030262	28/08/2024	74550	R$ 130.16
HFG5471	277510L000029931	24/08/2024	74550	R$ 130.16
HTD9D38	277510L000030141	26/08/2024	74550	R$ 130.16
IFV5F66	277510L000030080	25/08/2024	74550	R$ 130.16
IJQ3132	277510L000030006	24/08/2024	74550	R$ 130.16
IQG6145	277510L000029997	24/08/2024	74550	R$ 130.16
ISH6B52	277510T000079472	27/08/2024	76332	R$ 293.47
ITH0E15	277510L000030146	26/08/2024	74550	R$ 130.16
ITY0E44	277510T000071783	27/08/2024	76332	R$ 293.47
ITY0E44	277510L000030199	27/08/2024	74550	R$ 130.16
IUB2E62	277510L000030095	26/08/2024	74550	R$ 130.16
IVS9A32	277510L000029992	24/08/2024	74630	R$ 195.23
IWS3J48	277510L000030183	27/08/2024	74630	R$ 195.23
JGP6G42	277510L000030337	28/08/2024	74630	R$ 195.23
JXW2G99	277510L000030197	27/08/2024	74550	R$ 130.16
JZH6257	277510L000030126	26/08/2024	74550	R$ 130.16
KKZ3D51	277510L000030333	28/08/2024	74550	R$ 130.16
KOL2239	277510T000079485	28/08/2024	60501	R$ 293.47
LTP4A56	277510L000030157	26/08/2024	74550	R$ 130.16
LUP5C07	277510L000029975	24/08/2024	74550	R$ 130.16
LWS5971	277510L000030089	26/08/2024	74630	R$ 195.23
LYG2271	277510L000029978	24/08/2024	74550	R$ 130.16
LYU7D31	116100T002040880	24/08/2024	55411	R$ 195.23
LYU7D31	116100T002040879	24/08/2024	54521	R$ 195.23
LYX7D25	277510L000030238	28/08/2024	74550	R$ 130.16
LYX7D25	277510L000030158	27/08/2024	74550	R$ 130.16
LYY7892	277510T000106134	27/08/2024	76332	R$ 293.47
LZB0210	277510L000030159	27/08/2024	74630	R$ 195.23
LZQ0889	277510L000029939	24/08/2024	74550	R$ 130.16
LZV1484	277510L000030084	25/08/2024	74550	R$ 130.16
MAU9I04	277510L000030129	26/08/2024	74550	R$ 130.16
MAU9I04	277510L000030314	28/08/2024	74550	R$ 130.16
MBK6E63	277510L000030033	25/08/2024	74550	R$ 130.16
MBN8B68	277510L000029938	24/08/2024	74550	R$ 130.16
MBQ3245	277510L000030242	28/08/2024	74550	R$ 130.16
MBQ3245	277510L000030160	27/08/2024	74710	R$ 880.41
MBQ3245	277510L000030014	24/08/2024	74710	R$ 880.41
MBR2848	277510L000030225	27/08/2024	74550	R$ 130.16
MCK4006	277510L000030150	26/08/2024	74550	R$ 130.16
MCR8498	277510L000030267	28/08/2024	74630	R$ 195.23
MCV3C45	277510L000029970	24/08/2024	74550	R$ 130.16
MDA8F12	277510L000030133	26/08/2024	74550	R$ 130.16
MDF3587	277510L000030296	28/08/2024	74550	R$ 130.16
MDT0H57	277510L000030119	26/08/2024	74630	R$ 195.23
MDT0H57	277510L000029986	24/08/2024	74550	R$ 130.16
MDT0H57	277510L000029991	24/08/2024	74710	R$ 880.41

MDU2H75	277510L000029923	23/08/2024	74630	R$ 195.23
MDZ0J54	277510L000029935	24/08/2024	74550	R$ 130.16
MER5J50	277510L000030206	27/08/2024	74630	R$ 195.23
MER5J50	277510L000030260	28/08/2024	74550	R$ 130.16
MEZ7044	277510L000030097	26/08/2024	74550	R$ 130.16
MFG5610	277510L000030271	28/08/2024	74630	R$ 195.23
MFH9665	277510T000071785	27/08/2024	60501	R$ 293.47
MGB5111	277510L000030090	26/08/2024	74550	R$ 130.16
MGH2G56	277510L000030251	28/08/2024	74630	R$ 195.23
MGO5C18	277510T000099147	27/08/2024	51851	R$ 195.23
MGV5655	277510L000030103	26/08/2024	74550	R$ 130.16
MHC9F03	277510L000030205	27/08/2024	74550	R$ 130.16
MHH7H37	277510L000030213	27/08/2024	74550	R$ 130.16
MHH7H37	277510L000030243	28/08/2024	74550	R$ 130.16
MHH7H37	277510L000030184	27/08/2024	74550	R$ 130.16
MHH7H37	277510L000030269	28/08/2024	74550	R$ 130.16
MHJ7G01	277510L000030137	26/08/2024	74550	R$ 130.16
MHM6C94	277510L000029990	24/08/2024	74550	R$ 130.16
MJC8602	277510L000030257	28/08/2024	74550	R$ 130.16
MJG4C77	277510L000030068	25/08/2024	74550	R$ 130.16
MJJ6J90	277510L000030195	27/08/2024	74550	R$ 130.16
MKZ2G39	277510T000102258	28/08/2024	76331	R$ 293.47
MLF4461	277510T000057669	27/08/2024	76331	R$ 293.47
MLJ3098	277510T000051860	28/08/2024	55417	R$ 195.23
MLP4B10	277510L000030176	27/08/2024	74630	R$ 195.23
MLX6B76	277510L000029940	24/08/2024	74550	R$ 130.16
NEM1B82	277510L000029948	24/08/2024	74550	R$ 130.16
NKA4J30	277510L000030327	28/08/2024	74630	R$ 195.23
NKA4J30	277510L000030002	24/08/2024	74630	R$ 195.23
NKA4J30	277510L000030001	24/08/2024	74550	R$ 130.16
NSA9I50	277510L000030087	26/08/2024	74550	R$ 130.16
NTN0A84	277510L000029949	24/08/2024	74550	R$ 130.16
OAP9G23	277510L000030082	25/08/2024	74550	R$ 130.16
OAX3617	277510T000051858	27/08/2024	54521	R$ 195.23
OHA3G81	277510L000029932	24/08/2024	74630	R$ 195.23
PHK3C89	277510L000030072	25/08/2024	74550	R$ 130.16
PKK3C98	277510L000030209	27/08/2024	74630	R$ 195.23
PWV0722	277510L000030000	24/08/2024	74550	R$ 130.16
PYG3E25	277510L000030177	27/08/2024	74550	R$ 130.16
PYL4003	277510T000102259	28/08/2024	76332	R$ 293.47
PZO7C85	277510L000030189	27/08/2024	74550	R$ 130.16
PZQ8B84	277510L000030054	25/08/2024	74630	R$ 195.23
QAM1D48	277510L000030302	28/08/2024	74550	R$ 130.16
QHG3G07	277510T000040448	28/08/2024	55417	R$ 195.23
QHV2E20	277510L000030185	27/08/2024	74550	R$ 130.16
QID3542	277510L000030118	26/08/2024	74550	R$ 130.16
QIQ5E29	277510L000030321	28/08/2024	74550	R$ 130.16
QIU2E56	277510L000030115	26/08/2024	74630	R$ 195.23
QIV0I66	277510L000023506	28/06/2024	74550	R$ 130.16
QJB2G79	277510T000040447	27/08/2024	60412	R$ 195.23
QJG8401	277510L000030164	27/08/2024	74550	R$ 130.16
QJJ1085	277510L000029944	24/08/2024	74550	R$ 130.16
QJK1H74	277510L000030297	28/08/2024	74550	R$ 130.16
QJM2J07	277510L000030261	28/08/2024	74550	R$ 130.16
QJV4A60	277510L000030169	27/08/2024	74550	R$ 130.16
QKQ6J19	277510L000029960	24/08/2024	74550	R$ 130.16
QKQ6J19	277510L000029999	24/08/2024	74550	R$ 130.16
QLW1E07	277510L000030322	28/08/2024	74550	R$ 130.16
QNF9744	277510L000029984	24/08/2024	74550	R$ 130.16
QNL9E92	277510L000030064	25/08/2024	74550	R$ 130.16
QQS0E59	277510L000030155	26/08/2024	74550	R$ 130.16
QUT4G75	277510T000071784	27/08/2024	60501	R$ 293.47
QVR1I15	277510L000023185	26/06/2024	74550	R$ 130.16
QVR1I15	277510L000023517	28/06/2024	74550	R$ 130.16
RAC4I32	277510T000026593	29/08/2024	57380	R$ 293.47
REB6G16	277510L000030045	25/08/2024	74550	R$ 130.16
RFL0B13	277510L000030086	26/08/2024	74630	R$ 195.23
RHE3D53	277510L000030280	28/08/2024	74550	R$ 130.16
RHG8B94	277510L000029981	24/08/2024	74550	R$ 130.16
RHI9C74	277510T000039294	27/08/2024	55417	R$ 195.23
RHK2B61	277510L000030060	25/08/2024	74550	R$ 130.16
RHK7G65	277510T000079487	28/08/2024	57030	R$ 130.16
RHK8G65	277510L000030180	27/08/2024	74550	R$ 130.16
RHM8G58	277510T000079484	28/08/2024	76332	R$ 293.47
RHO8G28	277510L000023174	26/06/2024	74550	R$ 130.16
RHP5H47	277510L000029995	24/08/2024	74630	R$ 195.23
RHR9C54	277510L000029961	24/08/2024	74550	R$ 130.16
RHT3C90	277510L000030107	26/08/2024	74550	R$ 130.16
RHT3C90	277510L000030163	27/08/2024	74550	R$ 130.16
RHV8G50	277510L000030139	26/08/2024	74550	R$ 130.16
RHY8G80	277510T000036641	28/08/2024	76331	R$ 293.47
RHZ1I72	277510L000030244	28/08/2024	74550	R$ 130.16
RIR6G45	277510T000036644	28/08/2024	76331	R$ 293.47
RNX0C38	277510L000030135	26/08/2024	74550	R$ 130.16
RTN1G49	277510T000082321	28/08/2024	51930	R$ 293.47
RXN7J89	277510L000030250	28/08/2024	74550	R$ 130.16
RYG3D37	277510L000029956	24/08/2024	74550	R$ 130.16
RYH5F46	277510T000054861	27/08/2024	76332	R$ 293.47
RYJ8D88	277510T000079473	27/08/2024	51930	R$ 293.47

RYR0A98	277510T000102263	28/08/2024	76331	R$ 293.47
SDQ1H55	277510L000030100	26/08/2024	74550	R$ 130.16
SDZ5E88	277510L000030315	28/08/2024	74630	R$ 195.23
SEC5D53	277510T000051859	28/08/2024	76332	R$ 293.47
SEE1J82	277510L000030249	28/08/2024	74550	R$ 130.16
SEF1F12	277510L000030215	27/08/2024	74550	R$ 130.16
SEP8F75	277510L000030102	26/08/2024	74550	R$ 130.16
SEQ3E48	277510L000030300	28/08/2024	74550	R$ 130.16
SER8D25	277510L000030264	28/08/2024	74550	R$ 130.16
SFK1A85	277510L000030116	26/08/2024	74550	R$ 130.16
SFK5B68	277510T000073325	28/08/2024	76331	R$ 293.47
SFK9C50	277510L000030284	28/08/2024	74550	R$ 130.16
SFM6D04	116100T002040894	24/08/2024	54600	R$ 130.16
SFM6F35	277510L000027181	29/07/2024	74550	R$ 130.16
SIU8F33	277510L000030266	28/08/2024	74630	R$ 195.23
SRM1E61	277510T000057668	27/08/2024	55411	R$ 195.23
SYM2J26	277510L000030094	26/08/2024	74550	R$ 130.16
SYM8J62	277510NIC0023781	17/08/2024	50020	R$ 260.32
SYN4E26	277510NIC0023778	17/08/2024	50020	R$ 260.32
TAI7D14	277510L000030144	26/08/2024	74630	R$ 195.23

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:980D4092

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 13/01/2025, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
AKZ9G11	277510T000038391	28/08/2024	55090	
AMX3570	277510L000030053	25/08/2024	74550	
ANJ1118	277510L000030223	27/08/2024	74550	
AOF4668	116100T002040895	24/08/2024	54600	
AOJ7B71	277510L000030039	25/08/2024	74550	
APC1274	277510L000030323	28/08/2024	74550	3961828061
AQY9058	277510L000030192	27/08/2024	74550	
AQZ7599	277510L000030207	27/08/2024	74550	
ARU8F72	116100T002040896	24/08/2024	54600	
ASE2355	277510L000029942	24/08/2024	74550	
ASW3921	277510L000030132	26/08/2024	74550	
AUL8B86	277510L000030167	27/08/2024	74550	
AVF2D36	277510L000030055	25/08/2024	74550	
AWO1G81	277510L000030161	27/08/2024	74550	
AWQ6431	277510L000030037	25/08/2024	74550	
AWX8D14	277510L000030273	28/08/2024	74550	
AXY9I51	277510L000030191	27/08/2024	74550	
AYA9I93	277510L000030187	27/08/2024	74550	
AYV1I82	277510L000030325	28/08/2024	74550	
AZD5130	277510L000030230	27/08/2024	74550	
AZL9B48	277510L000030263	28/08/2024	74550	
AZT7C08	277510L000030067	25/08/2024	74550	
BAE8925	277510L000030222	27/08/2024	74550	
BAQ2H01	277510L000030193	27/08/2024	74550	6244591011
BAY6D71	277510L000030179	27/08/2024	74550	
BBD2629	277510L000030324	28/08/2024	74550	
BCM8894	277510L000030096	26/08/2024	74550	
BCY3H74	277510L000030113	26/08/2024	74550	
BCZ8I70	277510L000029941	24/08/2024	74550	
BDK2710	277510L000030151	26/08/2024	74550	
BDL8H01	277510L000030194	27/08/2024	74550	
BDM2D16	277510L000030092	26/08/2024	74550	
BDM8G62	116100T001394135	26/08/2024	54600	3701101513
BEB0C63	277510L000029985	24/08/2024	74550	6681759283
BEO7I38	277510L000030196	27/08/2024	74550	388206411
DXR9J87	277510L000030056	25/08/2024	74550	3975573475
ELN5A08	277510L000030007	24/08/2024	74550	7813300570
FFA6B22	277510L000030208	27/08/2024	74550	
FND8A56	277510L000029987	24/08/2024	74550	
GBI0A77	277510L000030332	28/08/2024	74550	
HOW2F74	277510L000029969	24/08/2024	74550	
IJS6590	277510L000030219	27/08/2024	74550	
JGP6G42	277510L000030335	28/08/2024	74550	
MBW3D19	277510L000030029	25/08/2024	74550	
MCW1H52	277510L000030032	25/08/2024	74550	
MET7D54	277510L000030104	26/08/2024	74550	
MHP1C35	277510L000030311	28/08/2024	74550	
MIU1I96	116100T002184351	25/08/2024	55500	
MJA1J36	277510L000029927	24/08/2024	74550	
MJA1J36	277510L000030178	27/08/2024	74550	
MKP0H51	277510L000030059	25/08/2024	74550	
MLW8F43	277510L000030042	25/08/2024	74550	

MME0891	277510L000029958	24/08/2024	74550	1952845118
NDT8A80	277510L000030051	25/08/2024	74550	
PWW9G50	277510L000030149	26/08/2024	74550	3418084097
PXO2E66	277510L000029946	24/08/2024	74550	
RHG8B71	277510L000030101	26/08/2024	74550	
RTS0A48	277510L000030110	26/08/2024	74550	
SED1H15	277510L000030326	28/08/2024	74550	6202533741
SFG8E78	277510L000029951	24/08/2024	74550	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:AE025A08

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 MUNICIPIO DE PATO BRANCO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 10/01/2025.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABJ3G26	277510L000035517	01/11/2024	74550
ACH5142	277510L000035536	01/11/2024	74550
AGW6772	277510L000035554	01/11/2024	74550
AGX1005	277510L000035490	31/10/2024	74550
ALO9350	277510L000035477	31/10/2024	74550
AMZ1J29	277510L000035519	01/11/2024	74550
AOR9I10	277510L000035495	31/10/2024	74630
AOR9I10	277510L000035496	31/10/2024	74630
AOS8032	277510L000035515	01/11/2024	74550
ARF7761	277510L000035474	31/10/2024	74550
ARH7F12	277510L000035485	31/10/2024	74550
ASA6B15	277510L000035493	31/10/2024	74630
ASP8819	277510L000035500	01/11/2024	74550
ASP8819	277510L000035520	01/11/2024	74550
ASY3500	277510L000035534	01/11/2024	74550
ATQ3325	277510L000035489	31/10/2024	74550
ATV7D90	277510L000035552	01/11/2024	74550
AVG2I68	277510L000035508	01/11/2024	74550
AVQ5J89	277510L000035483	31/10/2024	74630
AVU7901	277510L000035544	01/11/2024	74550
AWA9913	277510L000035511	01/11/2024	74550
AWP1823	277510L000035481	31/10/2024	74550
AXG6D49	277510L000035525	01/11/2024	74550
AYU3G80	277510L000035521	01/11/2024	74550
AZB5G84	277510L000035488	31/10/2024	74550
AZH3J79	277510L000035516	01/11/2024	74550
BAA2347	277510L000035513	01/11/2024	74550
BAV4C21	277510L000035558	01/11/2024	74550
BAX6B07	277510L000035480	31/10/2024	74630
BAX6B07	277510L000035479	31/10/2024	74550
BBE3H46	277510L000035527	01/11/2024	74550
BBH7915	277510L000035548	01/11/2024	74550
BBN3677	277510L000035492	31/10/2024	74550
BBR2I60	277510L000035539	01/11/2024	74550
BCC9622	277510L000035535	01/11/2024	74550
BCY8I42	277510L000035512	01/11/2024	74550
BDV7D32	277510L000035505	01/11/2024	74550
BEJ4B83	277510L000035528	01/11/2024	74550
BEM7C28	277510L000035549	01/11/2024	74550
BEX2I80	277510L000035524	01/11/2024	74550
BRP6C01	277510L000035482	31/10/2024	74550
CTZ6385	277510L000035551	01/11/2024	74550
DAV9185	277510L000035550	01/11/2024	74550
EVD7E26	277510L000035497	01/11/2024	74550
FCX7J85	277510L000035502	01/11/2024	74550
GOS4243	277510L000035530	01/11/2024	74630
HCU6G13	277510L000035473	31/10/2024	74550
HTI5B81	277510L000035518	01/11/2024	74550
ILP5A40	277510L000035494	31/10/2024	74550
KAM0965	277510L000035531	01/11/2024	74550
KWH2759	277510L000035542	01/11/2024	74550
LXY2A70	277510L000035491	31/10/2024	74550
MFD5561	277510L000035504	01/11/2024	74550
MGE0B59	277510L000035553	01/11/2024	74550
MHH7H37	277510L000035506	01/11/2024	74550
MJL1A01	277510L000035538	01/11/2024	74550
OKG5C06	277510L000035472	31/10/2024	74550
QDK4E62	277510L000035499	01/11/2024	74630
QHK3542	277510L000035526	01/11/2024	74550
QJR6D56	277510L000035555	01/11/2024	74550
QJU9860	277510L000035484	31/10/2024	74550
QOQ3D76	116100T000647987	29/10/2024	54522
QPA7B60	277510L000035529	01/11/2024	74550
QPV0C28	277510L000035487	31/10/2024	74550
QQJ9A97	277510L000035533	01/11/2024	74550

RAN0B27	277510L000035557	01/11/2024	74630
RGJ4I77	277510L000035556	01/11/2024	74710
RHG7H91	277510L000035545	01/11/2024	74550
RHM2D21	277510L000035532	01/11/2024	74550
RTU8G25	277510L000035541	01/11/2024	74550
SEO0H31	277510L000035543	01/11/2024	74550
SHG0I74	277510L000035514	01/11/2024	74550
SXG6J44	277510L000035478	31/10/2024	74550
SXU9D18	277510L000035475	31/10/2024	74550

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:AA4BBE9C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 178/2024

Município de Pinhal de São Bento - 2024					
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA					
Período: 01/01/2024 até 31/12/2024					
Lei/Ato n° 4360 - Decreto n° 178/2024 de 06/11/2024			**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 3681 Lei ordinária			Lei Orçamentária Anual - LOA	965	2023
Crédito adicional			**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar			Anulação de Dotações		11.000,00
Despesa					
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:**	Anulação	10.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:**	Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração			
3.3.90.14.00.00		DIÁRIAS - CIVIL			
440	0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações		
03		Secretaria de Administração	**Tipo de alteração:**	Acréscimo	10.000,00
03.001		Secretaria de Administração	**Tipo de operação:**	Abertura	
04.122.0402.2008		Manutenção da Secretaria de Administração			
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
510	0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
08		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:**	Anulação	1.000,00
08.005		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:**	Abertura	
08.244.0801.2061		Gestão do SUAS			
3.3.90.30.00.00		MATERIAL DE CONSUMO			
3230	0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
08		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:**	Acréscimo	1.000,00
08.005		Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:**	Abertura	
08.244.0801.2061		Gestão do SUAS			
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
3260	0	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Suplementar		**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
Resumo acumulado		**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**		**Valor**
Suplementar		Anulação de Dotações	Acréscimo		11.000,00
Suplementar		Anulação de Dotações	Anulação		11.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:7E5A9C24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 180/2024

RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2024 até 31/12/2024			
Lei/Ato n° 4362 - Decreto n° 180/2024 de 07/11/2024	**Escopo**	**Nº documento**	**Ano**
Lei: 3681 Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	965	2023
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**		**Valor**
Suplementar	Anulação de Dotações		30.000,00
Despesa			
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	30.000,00
07.003	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.451.1501.2054	Manter as Atividades de Obras		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
2830 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
	07 Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Anulação	30.000,00
07.003	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.451.1501.2054	Manter as Atividades de Obras		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2850 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Anulação de Dotações	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**

Suplementar	Anulação de Dotações	Acréscimo	30.000,00
Suplementar	Anulação de Dotações	Anulação	30.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:FAE3428D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO DECRETO N° 182/2024

Município de Pinhal de São Bento - 2024			
RELATÓRIO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNCIONAL PROGRAMÁTICA			
Período: 01/01/2024 até 31/12/2024			
Lei/Ato n° 4364 - Decreto n° 182/2024 de 07/11/2024		**Escopo** / **Nº documento**	**Ano**
Lei: 3681 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual – LOA 965	2023
Crédito adicional		**Recurso do crédito adicional**	**Valor**
Suplementar		Excesso de Arrecadação	50.000,00
Despesa			
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	30.000,00
07.002	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.451.2601.2051	Manutenção da Malha Viaria Municipal		
3.3.90.34.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO		
2560 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
07	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
07.002	Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo	**Tipo de operação:** Abertura	
15.451.2601.2051	Manutenção da Malha Viaria Municipal		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
2580 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
08	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de alteração:** Acréscimo	10.000,00
08.005	Secretaria de Assistência Social	**Tipo de operação:** Abertura	
08.244.0801.2058	Manutenção da Secretaria de Assistência Social		
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		
3130 0	Recursos Ordinários (Livres)		
Crédito adicional: Suplementar		**Recurso do crédito adicional:** Excesso de Arrecadação	
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Valor**
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	50.000,00

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:82F918F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 275, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2024

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2489/2023 de 22/12/2023,

RESOLVE

Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$13.075,00 (treze mil e setenta e cinco reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
17		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
17.004		FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
17.004.20.606.1701.2.097		Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura e Pecuária	
507 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.075,00
17.007		DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO	
17.007.26.782.1501.2.162		Manutenção das atividades do Departamento de Obras e Viação	
539 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00
Total Suplementação:			13.075,00

Art. 2º Para atender o disposto no Art. 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
17		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
17.002		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
17.002.20.606.1701.2.093		Manutenção das atividades do departamento de agricultura	
484 - 3.3.50.43.00.00	1000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.000,00
17.003		DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA	
17.003.20.606.1701.2.095		Manutenção das atividades do departamento de pecuária	
490 - 3.1.90.11.00.00	1000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.000,00
491 - 3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS	1.000,00

492 - 3.1.91.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS.	1.000,00
17.004		FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
17.004.20.606.1701.2.097		Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura e Pecuária	
504 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	75,00
509 - 3.3.90.46.00.00	1000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1.000,00
510 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	3.000,00
17.006		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E MECÂNICA PESADA	
17.006.20.606.1701.2.171		Manutenção das atividades do Departamento de Manutenção e Mecânica	
522 - 3.1.90.13.00.00	1000	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS	1.000,00
Total Redução:			13.075,00

Art. 4º Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso 2024, no que couber.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 07 de novembro de 2024.

MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Jean Felipe Gonçalves
Código Identificador:60DEE59F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do Município de Pitanga Paraná!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras do Edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente Edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Pitanga.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Pitanga, através do Departamento de Cultura torna público o presente Edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento)e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do Edital
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais doMunicípio de Pitanga.

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados 12 (doze) projetos.
Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o Edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do Edital
Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
O valor total deste Edital é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
Reduzido 184 - Despesa - 3.3.90.36.00.00 - Fonte 1063 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Reduzido 185 - Despesa - 3.3.90.39.00.00 - Fonte 1063 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Sobre o valor total repassado pelo Município de Pitanga Paraná, ao Agente Cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

Prazo de inscrição
Das 00h do dia 08/11/2024 até às 23:59h do dia 22/11/2024.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste Edital.

Quem pode participar
Pode se inscrever no Edital qualquer Agente Cultural que atua ou reside noMunicípio de Pitangahá pelo menos 6 (seis) meses.
Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O Agente Cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do Edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo Edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do Edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! O Agente Cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.
Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do Edital. Ou seja, a mera participação do Agente Cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste Edital.

Quantos projetos cada Agente Cultural pode apresentar neste Edital
Cada Agente Cultural poderá concorrer neste Edital com, no máximo1 (um) projetoe poderá ser contemplado com no máximo01 (um) projeto.

ETAPAS
Este Edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural
O Cronograma de datas do Edital seguirá da seguinte forma:
08/11/2024 à 22/11/2024 – Período de Inscrições
25/11/2024 à 29/11/2024 – Análise dos Projetos
01/12/2024 – Publicação Resultado da Fase de Seleção
02/12/2024 – Abertura Recursos da Fase de Seleção
04/12/2024 – Encerramento Recursos da Fase de Seleção
05/12/2024 – Publicação Resultado Recursos da Fase de Seleção
06/12/2024 – Abertura Fase de Habilitação
09/12/2024 – Encerramento Fase de Habilitação
10/12/2024 – Publicação Resultado Fase de Habilitação
11/12/2024 – Abertura Recursos Fase de Habilitação
13/12/2024 – Encerramento Recursos Fase de Habilitação
16/12/2024 – Publicação Resultado Recursos Fase de Habilitação
18/12/2024 – Assinatura dos Termos de Execução Cultural

INSCRIÇÕES
O Agente Cultural deve encaminhar por meio dedocumentos os quais serão enviados por meio físico, protocolados junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Pitanga, ou por meio digital através do Protocolo Web da Prefeitura, disponível no site: www.pitanga.pr.gov.br a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
e) Outros documentos que o Agente Cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
Atenção! O Agente Cultural **NÃO DEVE** enviar nesta etapa documentos relativos à fase de habilitação, que serão exigidos posteriormente.
Atenção! O Agente Cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto. (Protocolar o projeto Cultural em anexo a documentação).
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB),na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

COTAS
Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do Edital para:
pessoas negras (pretas e pardas);
pessoas indígenas;
pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do Edital está descrita no Anexo I.

Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma auto declaração.
A auto declaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo de seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas
No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Procedimentos complementares
Para fins de verificação da autodeclaração, segue os procedimentos complementares de verificação da autodeclaração conforme dispõe a Instrução Normativa 10/2023, a saber:
I - heteroidentificação: procedimento complementar à autodeclaração de pertencimento racial, para confirmação, por terceiros, da identificação como pessoa negra (preta ou parda) de acordo com seu fenótipo, isto é, conforme suas características físicas;
II - solicitação de carta consubstanciada: documento apresentado em formato escrito, oral ou audiovisual que promove a reflexão sobre o pertencimento étnico-racial, contendo os motivos pelos quais o Agente Cultural se autodeclara negro (preto ou pardo) ou indígena, conforme modelo constante no Anexo III;
III - solicitação de um documento em formato escrito, oral ou audiovisual que demonstre o pertencimento étnico do Agente Cultural indígena elaborado por liderança ou entidade constituída em forma de associação, fundação ou qualquer configuração de entidade formalizada ou não, desde que gerida por povos indígenas;
IV - procedimento de avaliação biopsicossocial realizada nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, solicitação de documentos como laudo médico, Certificado da Pessoa com Deficiência ou comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência; ou
V - outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
Preenchimento do modelo
O Agente Cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O Agente Cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de Pitanga de qualquer responsabilidade civil ou penal.

Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados atédia 30/06/2025.

Custos do projeto
O Agente Cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo II indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O Agente Cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente Edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

Recursos de acessibilidade

Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas características, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa os projetos
A Comissão de Seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em Ata.
A análise dos projetos culturais será realizada por Comissão de Seleção formada por3 (três) membros titulares e 1 (um) membro suplente, para substituição em casos de necessidade ou por conflito de interesses, conforme os previstos neste Edital, ambos servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, sejam eles: Edimara Krupek – matrícula 51890 e 51892, Celene Taborda – matrícula 50072 e 51888, Marcia Stoski – matrícula 135521 e 135522 e Tania Maria Calux Arruda – matrícula 149311.
Quem não pode analisar os projetos
Os membros da Comissão de Seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do Agente Cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da Comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à Comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

Análise do mérito cultural
Os membros da Comissão de Seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por “análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste Edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da Comissão de Seleção vão avaliar se os valores informados pelo Agente Cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da Comissão de Seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo Agente Cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o Agente Cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município de Pitanga e no Site Oficial do Município de Pitanga.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado aoComissão de Seleção, que deve ser apresentado por meio de Requerimento por meio físico, protocolados junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Pitanga, ou por meio digital através do Protocolo Web da Prefeitura, disponível no site: www.pitanga.pr.gov.br, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme inciso III do Art. 9º da Lei nº 14.903/2024.A contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado noSite do Município e em Diário Oficial também.

REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
8.1 A Comissão de Seleção, em conjunto com o conselho municipal de cultura, fará a deliberação do remanejamento, sendo esta soberana.
8.2 Se houver propostas contempladas com recursos remanejados, estas devem reenviar a tabela orçamentária para aprovação da Comissão de Seleção (mediante Ata). Caso a nova tabela orçamentária seja aprovada, será anexada no Formulário de inscrição (Anexo II) que constitui o Plano de

Trabalho (Projeto) e o proponente deverá prestar contas no Relatório de Execução do Objeto (Anexo V). Caso a nova tabela orçamentária não seja aprovada, a proposta receberá o valor originalmente indicado no Anexo I.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste Edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro Edital da PNAB, inclusive remanejado para outra meta no PAAR.

CONTRAPARTIDA
Os agentes culturais contemplados neste Edital deverão garantir, como contrapartida, as seguintes medidas:
9.1 Cada proposta deverá conter uma contrapartida com ações culturais e artísticas, preferencialmente realizadas nas comunidades do Município, as quais deverão atingir públicos prioritários, bem como a população em geral;
9.2 A contrapartida deverá ser cumprida no prazo de execução (já descrito no item 6.2 deste Edital).

ETAPA DE HABILITAÇÃO
Documentos necessários
O Agente Cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de2 (dois) dias após a publicação do resultado final de seleção, por meio físico, protocolados junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Pitanga, ou por meio digital através do Protocolo Web da Prefeitura, disponível no site: www.pitanga.pr.gov.br, os seguintes documentos:
Se o Agente Cultural for **pessoa física**:
I – documento pessoal do Agente Cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditostributários federais e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelaPrefeitura Municipal de Pitanga
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo Agente Cultural.
VI - dados bancários

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

Se o Agente Cultural for **pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do Agente Cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a CréditosTributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelaPrefeitura Municipal de Pitanga
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
IX - dados bancários
Se o Agente Cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do Agente Cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditostributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelaPrefeitura Municipal de Pitanga
em nome do representante do grupo
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo Agente Cultural, em nome do representante do grupo.
VI - dados bancários
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o Agente Cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado àComissão de Seleção, que deve ser apresentado por meio de Requerimento por meio físico, protocolados junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Pitanga, ou por meio digital através do Protocolo Web da Prefeitura, disponível no site: www.pitanga.pr.gov.br, no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado noSite e no Diário Oficial.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o Agente Cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo Agente Cultural selecionado neste Edital e peloSecretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura/Departamento de Culturacontendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o Agente Cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, o Agente Cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.
Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do Agente Cultural.
O Agente Cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 2 (dois) dias após a convocação, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de Pitanga, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Monitoramento e avaliação realizados pela Comissão de Seleção
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

13.2 Como o Agente Cultural presta contas ao Departamento de Cultura
O Agente Cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo V deste Edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural, deve ser apresentado até31/07/2025 a contar do fim da vigência do Termo de Execução Cultural.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
DISPOSIÇÕES FINAIS
Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do Agente Cultural.

Acompanhamento das etapas do Edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no sitеda Prefeitura do Munícipio de Pitanga: https://www.pitanga.pr.gov.br/.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações noSite da Prefeitura, no Diário Oficial e nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo telefone3646-1122 no ramal 96 com o Departamento de Cultura.
Os casos omissos ficarão a cargo do CMPC – Conselho Municipal de Políticas Culturais.

Validade do resultado deste Edital
O resultado do Chamamento Público regido por este Edital terá validade até 31/12/2024 após a publicação do resultado final.

Anexos do Edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:
Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho;
Anexo III - Critérios de seleção
Anexo IV - Termo de Execução Cultural;
Anexo V - Relatório de Objeto da Execução Cultural;
Anexo VI - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VII - Declaração étnico-racial
Anexo VIII – Declaração PCD
Anexo IX – Formulário de interposição de recurso
Anexo X – Currículo do Proponente
Anexo XI – Mini currículo dos participantes do Projeto

MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA
Prefeito

ANEXO I – CATEGORIAS

RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) distribuídos da seguinte forma:
Até R$ R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para CATEGORIA PROJETOS LIVRES;

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS
Projetos de diferentes linguagens artísticas e culturais, tais como: Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Teatro, Dança, Literatura, Música, Ópera, Patrimônio Cultural, Material e Imaterial, Povos e Comunidades Tradicionais, Culturas Populares, Hip-Hop, Artes Integradas ou outras manifestações artísticas híbridas que estimulem a transversalidade de linguagens e criações, realizados por Agentes Culturais do Município.
Poderão estar participando deste Edital proponente de natureza jurídica: pessoa física, pessoa jurídica, coletivos sem CNPJ.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS	COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS	COTAS PARA PCD	QUANTIDADE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
CATEGORIA	6	4	1	1	12	R$ 10.000,00	R$ 120.000,00

4. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES EM CASO DE REMANEJAMENTO

Em caso de o número de propostas aprovadas ser inferior ao número de vagas disponíveis, o valor restante será dividido entre as propostas aprovadas.

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PESSOA FÍSICA, MEI OU PARA GRUPO E COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ)

DADOS DO AGENTE CULTURAL
Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
CNPJ (Se a inscrição for realizada em nome do MEI):
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

Mini Currículo ou Mini portfólio: (Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Você encaminhar o currículo em anexo, se quiser)

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva

( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outro tipo, indicar qual

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2023, o salário mínimo foi fixado em R$ 1.320,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário mínimo
( ) De 1 a 3 salários mínimos
( ) De 3 a 5 salários mínimos
( ) De 5 a 8 salários mínimos
( ) De 8 a 10 salários mínimos
( ) Acima de 10 salários mínimos
Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Outro, indicar qual

Vai concorrer às cotas?
( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoa negra
( ) Pessoa indígena
( ) Pessoa com deficiência

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( )_____ _____Outro(a)s

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

PESSOA JURÍDICA

1. DADOS DO AGENTE CULTURAL
Razão Social:
Nome fantasia:
CNPJ:
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais:
Nome do representante legal:
CPF do representante legal:
E-mail do representante legal:
Telefone do representante legal:

Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena

Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não

Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra, indicar qual

Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:

Escolha a categoria a que vai concorrer:

Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Contrapartida Social
(Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e
onde será realizada).

Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
LGBTQIAPN+
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos

Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros, indicar qual

Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____

Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

Atenção! As contratações de profissionais para os projetos contemplados com recursos do presente Edital deverão ser feitas preferencialmente por intermédio da Agência do Trabalhador da Cultura do Paraná, ligada à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Informações: https://www.agenciadotrabalhadordacultura.pr.gov.br/

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoio financeiro, tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( )Apoio financeiro municipal
( )Apoio financeiro estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( )Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( )Recursos de Lei de Incentivo Federal
( )Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional

( ) Doações de Pessoas Físicas
( )Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( )Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

3. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Pode haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc) utilizado com a referência específica do item de despesa para auxiliar a análise técnica da comissão de seleção.

Descrição do item	Justificativa	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor total	Referência de preço (opcional)
Ex.: Fotógrafo	Profissional necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,00	1	R$1.100,00	

4. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

ANEXO III
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL

A avaliação dos projetos será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
• Grau satisfatório de atendimento do critério – 6 pontos;
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – 2 pontos;
• Não atendimento do critério – 0 pontos.

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto -**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	10
B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Pitanga**A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do **Município de Pitanga.**	10
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto -**considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto -**A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas -**A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	10
G	**Trajetória artística e cultural do proponente -**Será considerada, para fins de análise, a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
H	**Contrapartida Social:** Será avaliado o interesse público em relação à execução da contrapartida social proposta pelo agente cultural.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
H	Agentes culturais do gênero feminino	5
I	Agentes culturais negros e indígenas	5
J	Agentes culturais com deficiência, idosos, registrados no Cadastro Único e/ou LGBTQIAP+	5
M	Agentes culturais que tenham gerado vagas para o município de Pitanga na Agência do Trabalhador da Cultura do Paraná*	10
N	Agentes culturais residentes em setores urbanos periféricos ou na área rural	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		30

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação**
L	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
M	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	5
N	Pessoas jurídicas sediadas em regiões de menor IDH ou coletivos/grupos pertencentes a regiões de menor IDH (setores urbanos periféricos ou na área rural)	5
O	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
P	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos que tenham gerado vagas para o município de Pitanga na Agência do Trabalhador da Cultura do Paraná*	10
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		30

*** Atenção:** A comprovação das vagas geradas na Agência do Trabalhador da Cultura do Paraná será por meio da apresentação da(s) Carta(s) de Encaminhamento para Entrevista devidamente assinada(s) e anexadas junto ao Currículo do Proponente.

A pontuação final de cada candidatura seráde terminada pela somatória dos pontos estipulados na avaliação feita pela Comissão de Seleção, conforme o regramento especificado nos itens 7 e 8 do presente Edital.
Os critérios gerais são eliminatórios de modo que o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o agente cultural.
Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, respectivamente.
Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, será realizada uma deliberação específica pela Comissão de Seleção, definindo qual projeto ficará à frente na classificação, dentre os empatados.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 40 pontos.
Serão desclassificados os projetos que:
I - receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição,garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO]

TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 05/2024, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE PITANGA, neste ato representado por MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA, Senhor (a) GLENN WILLIAM RODRIGUES BARBOSA, e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do/da MUNICÍPIO DE PITANGA:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 DIAS contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.
7.2 O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art. 19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento das ações objeto deste Termo acontecerá por meio de envio de relatório por parte do agente, bem como, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte poderá nomear uma Comissão para acompanhamento.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração até a data de 30/06/2025 podendo ser prorrogado em caso de mudanças na legislação.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Pitanga para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

LOCAL, [INDICAR DIA, MÊS E ANO].

Pelo Órgão:
[Nome Do Representante]

Pelo Agente Cultural:

[Nome Do Agente Cultural]

ANEXO V
RELATÓRIO DE Objeto da execução cultural

1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]

Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]

3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não

3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa

( ) Produção musical
( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO
5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?
( ) Sim ( ) Não
Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim. Negra	Não

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?
( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?
Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV
( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. CONTRAPARTIDA SOCIAL
Descreva como a contrapartida social foi executada, quando foi executada e onde foi executada, bem como outras informações relevantes ao relato da mesma.

9. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS
Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

Nome

Assinatura do Agente Cultural Proponente

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]

As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

[LOCAL]

[DATA]

ANEXO VII

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIIi

DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)

Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

NOME

ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024,** venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____ __.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE habilitação

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Habilitação** do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024,** venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____ ____.
Local, data.

_____
Assinatura Agente Cultural

NOME COMPLETO

ANEXO X

CURRÍCULO DO PROPONENTE

IDENTIFICAÇÃO
NOME COMPLETO:
NOME ARTÍSTICO:
ENDEREÇO:
ÁREA(S) CULTURAL(IS) DE ATUAÇÃO:
TELEFONE / WHATSAPP: ( )
E-MAIL:
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC: PITANGA - PARANÁ

FORMAÇÃO ACADÊMICA/TITULAÇÃO
- Caso o agente cultural tenha uma titulação acadêmica. Exemplo: Graduado em Música pela Universidade da Música. Especialista em Musicalização no Ensino pela Faculdade XXXX. Mestrado em Ensino de Música no PPG em Educação da Universidade XXXX.
- Caso o agente cultural não tenha uma titulação acadêmica. Exemplo: Artista autodidata na área da Música com 15 anos de experiência com bandas, shows e 2 discos lançados de maneira independente.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL
- Aqui o agente cultural pode descrever de maneira clara e objetiva a sua atuação profissional. Exemplo: Músico há 15 anos, professor de violão e compositor.

INFORME SOBRE PRODUÇÕES CULTURAIS
- Aqui o agente cultural pode descrever de maneira cronológica as suas produções culturais: apresentações, produções, participações em eventos, oficinas, cursos, palestras, formações, publicações, organização (mostras, eventos, seminários etc), exposições, projetos, assessoria artística e outras prestações de serviços na área artística. Exemplos:

Show com a banda Largatos no Festival de Inverno de Lugar Nenhum (2010);
Apresentações como músico em Barzinhos de Lugar Nenhum entre 2010 – 2013;
Aulas de violão ministradas para alunos da rede pública municipal com duração de 6 meses, sendo 2 horas por semana, na Secretaria de Cultura de Lugar Nenhum (2010);
Show com a banda Largatos no Pub Luna (2010);
Participação como músico convidado na banda Universitária para apresentações em formaturas acadêmicas (de 2011 a 2014);
Palestra sobre o uso da música como ferramenta de aprendizagem, no Congresso dos Músicos (2011);
Participação no Workshop de Música da Faculdade XXX com tema: Música como empreendedorismo (2012);
Show beneficente em prol do Hospital de Lugar Nenhum (2013);
Participação como ouvinte no evento "Como ser um Músico de Sucesso nas Redes Sociais" no SESC de Lugar Nenhum (2013);
Apresentação na Noite Cultural da Faculdade XXXX (2013).

DOIS ÚLTIMOS TRABALHOS REALIZADOS
- Aqui o agente cultural vai selecionar os dois últimos trabalhos (que já foram citados na produção cultural). Exemplo:
Participação como ouvinte no evento "Como ser um Músico de Sucesso nas Redes Sociais" no SESC de Lugar Nenhum (2013);
Apresentação na Noite Cultural da Faculdade XXXX (2013).

DUAS PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS CULTURAIS
- Aqui o agente cultural vai selecionar as duas principais participações em eventos (que já foram citados na produção cultural). Exemplo:
Palestra sobre o uso da música como ferramenta de aprendizagem, no Congresso dos Músicos (2011);
Participação no Workshop de Música da Faculdade XXX com tema: Música como empreendedorismo (2012).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES
- Aqui o agente cultural vai destacar as suas principais realizações (que já foram citados na produção cultural). Exemplo:
Membro fundador da Banda Largatos;
Professor de Violão para alunos da rede pública;

PRÊMIOS E TÍTULOS RECEBIDOS
- Aqui o Agente Cultural coloca os prêmios ou títulos. Exemplo:
Primeiro colocado no Festival de Rock na festa de aniversário do Município de Lugar Nenhum (2012);
Menção honrosa no Concurso de Novos Talentos de Lugar Nenhum (2010).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES - LINKS, FANPAGES, SITES, ETC.
- Aqui o agente cultural coloca os links de algumas das suas produções, seja das redes sociais ou outro meio de comunicação. Exemplo:
Link YouTube Show com a banda Largatos no Festival de Inverno de Lugar Nenhum (2010) https://www.youtube.com/watch?v=6iUt6h8XXf0 ;
Link postagem redes sociais Aulas de violão na Secretaria de Cultura de Lugar Nenhum (2010) https://www.facebook.com/aulas ;
Link YouTube Show com a banda Largatos no Pub Luna (2010) https://www.youtube.com/watch?v=B8PR5SxFGwY
Links de postagens em redes sociais de shows como músico convidado na banda Universitária (de 2011 a 2014)
https://www.instagram.com/fomatura01
https://www.instagram.com/fomatura02
https://www.instagram.com/fomatura03
https://www.instagram.com/fomatura04
Link postagem matéria jornal local da Palestra sobre o uso da música como ferramenta de aprendizagem, no Congresso dos Músicos (2011)
https://www.globo.com/?utm_source=barraGCOM
Link reportagem sobre o Workshop de Música da Faculdade XXX (2012)
https://g1.globo.com/?utm_source=globo.com&utm_medium=header

Caso o agente cultural não tenha os links e queira comprovar com prints de publicações, reportagens ou fotos, poderá acrescentar de maneira cronológica e devidamente identificado, como no exemplo a seguir:

Show realizado na Feira da Calçada, Lugar Nenhum (2022).

ANEXO XI

MINI CURRÍCULO DOS PARTICIPANTES DO PROJETO

No mini currículo dos participantes do projeto não há necessidade de inserir todos os dados pessoais. Dar preferência ao nome completo e nome artístico, bem como às informações mais relevantes relacionadas à atuação no setor cultural, de maneira direta, objetiva e clara.

Exemplo 01:
Nome completo: João Paulo da Silva Nunes
Nome artístico: João da Silva
João da Silva é fotógrafo profissional há 10 anos. Fez curso profissionalizante no SENAC em 2013. Trabalhou por 5 anos como fotógrafo de casamento e aniversários. Há 5 anos passou a trabalhar na Agência UP de publicidade como fotografo e videomaker. Fez cursos de captação e edição de vídeo na UNIVIDEO. É freelancer em diversas agências na produção de peças publicitárias. Já produziu dois curta metragens autorais que estão disponíveis no seu canal do YouTube Silva Maker.

Exemplo 02:
Nome completo: Maria Ambrósia de Jesus Trindade Souza
Nome artístico: Maria de Jesus

Maria de Jesus é artista independente e autodidata. Aprendeu a tocar violão com 4 anos. Com 12 anos já tinha sua própria banda chamada Rock Marias. Se apresentou em vários festivais e foi campeã no festival musical do Estado do Acre. Atualmente é compositora e está preparando para

lançar suas músicas autorais nas plataformas digitais. Se apresenta em barzinhos, casamentos e aniversários, o que possibilita que sobreviva da música. Também é professora voluntária de violão no Projeto Músicos do Amanhã.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:76CA38AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
RATIFICAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA DISPENSA N°57/2024.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA57/2024

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve. Ratificar a presente Dispensa 57/2024 em conformidade com Artigo 75, Inciso II da Lei federal 14133/21. Nestes termos:

Data Dispensa	07/11/2024
Objeto	REGISTRO DE PREÇO POR DISPENSA PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO DE 20 MPA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS INFRAESTRUTURA E URBANISMO.

FORNECEDORES:**N.C MARTINS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o N° 84.817.998/0001-01, localizada na Rodovia Br 466, S/N, Parque Industrial Pitanga – PR, 85.200-000 PITANGA, PR.

LOTE 1 –

Item	Cód.	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total (R$)
1	73108	8 CONCRETO 20 MPA PARA EXECUÇÃO DE MEIO FIO COM MÁQUINA EXTRUSORA	M³	110	52,00	57.200,00

Valor Total do Fornecedor: Valor: R$57.200,00 (cinquenta e sete mil, duzentos reais).

Fundamentado no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

LEI Nº 14133/21 3Art. 75.
É dispensável a licitação:
*II – para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto n º 11.871, de 2023).**R$ 50.000,00 (** de emergência ou de calamidade pública,*

Município de Pitanga,07 de Novembro de 2024.

DR. MAICOL GEISON CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA
Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º362/2024
O**MUNICÍPIO DE PITANGA – ESTADO DO PARANÁ**, com sede no Centro Admistrativo 28 de Janeiro, nº 171, na cidade de Pitanga- Pr, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.172.907/0001-08, neste ato representado pelo**DR. MAICOL G. CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA,**Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 8.286.265-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 043.260.959-89, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Dispensa, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº57/2024, processo administrativo n.º336/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa:**N.C MARTINS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o N°84.817.998/0001-01, localizada na Rodovia Br 466,S/N,Parque IndustrialPitanga - PR, 85.200-000 PITANGA, PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo**Sr.Elisandra Martins Portes,**inscrita no RG nº.582.6585-3SSP/PRe no CPF nº.020.277.099-08, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas noEdital de**Dispensan°57/2024,**sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO POR DISPENSA PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO DE 20 MPA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS INFRAESTRUTURA E URBANISMO.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
2.2.**Valor total da AtaR$57.200,00 (cinquenta e sete mil, duzentos reais).**

Item	Cód.	Descrição	Und.	Qtde.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$).
01	73108	CONCRETO 20 MPA PARA EXECUÇÃO DE MEIO FIO COM MÁQUINA EXTRUSORA	M³	110	520,00	57.200,00

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1..Em caso de adesão à ata de registro de preços, decorrentes desta licitação ou desta contratação direta, évedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de assinatura,podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto*no edital ou no aviso de contratação direta*e se obrigar nos limites dela;
4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
4.7. Habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2.Somenteserá efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos*no editalou no aviso de contratação direta;*e
4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos*do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:
4.12.1.Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1., sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4., e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2. e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3., a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
8.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.4.1. Por razão de interesse público;
8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

09. DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA DOS PRODUTOS
09.1.Os objetos serão conferidos, fiscalizados e atestados pelo Departamento de Patrimônio do Município de Pitanga, pela Comissão de Recebimento e pela Secretaria solicitante.

10.LOCAL, FORMA, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS / OBJETOS / SERVIÇOS.
10.1. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer, no máximo, 10 dias corridos após o recebimento da nota de empenho pela contratada.
10.2. A entrega do material deverá ocorrer em local indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo de Pitanga, na quantidade indicada na nota de empenho.
10.3. As entregas deverão ocorrer no horário das 08h00min até as 11h00min e das 13h00min até as 17h00min.,
10.4. A entrega da quantidade solicitada deverá ser entregue diretamente na máquina extrusora, no ritmo de trabalho desta e de modo contínuo, exceto se solicitado pela Secretaria de Obras de modo diverso.
10.5. A entrega dos objetos deve começar imediatamente após a assinatura do contrato.
10.6. O material entregue deve estar apto a utilização, com todas suas características e peculiaridades normais intactas, aptos a aplicação a qual se destina.
10.7. Não serão recebidos definitivamente metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os materiais solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal.
10.8. A descarga/instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por caminhão da empresa fornecedora, dirigido por funcionários da empresa contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários.
10.9. Os servidores municipais tão somente direcionaram a “bica” do caminhão de concreto, a apontando para a máquina extrusora, sendo o restante da operação do maquinário responsabilidade da empresa contratada.
10.10. O material será conferido no ato da entrega, por um responsável da Comissão de Recebimento ou um representante da secretaria solicitante que também fara a fiscalização do Termo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
10.11.O material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
10.12. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
10.14. O recebimento provisório ou definitivo do material não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos OBJETOS e SERVIÇOS, resguardando-se a Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo do Município de Pitanga o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificados. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão de Recebimento, a Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo, poderá aplicar a penalidade de suspensão prevista em lei e no Edital de licitação.
10.15. Além do seu preço de venda, a Empresa deverá cumprir as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente sobre a entrega dos materiais nas condições supra fixadas.
10.16. O material deve estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.
10.17. As garantias ficam previstas ficam expostas acima conforme previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
11.1. Fiscalizar, por meio da Comissão de Recebimento da municipalidade conforme as especificações deste Termo.
11.2. Atestar as Faturas, após comprovação do recebimento e instalação correspondente dos OBJETOS, conforme o disposto neste Termo.
11.3. Acompanhar e fiscalizar, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando ao fornecedor as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
11.4. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos. 11.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins da aceitação e recebimento definitivo.
11.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no material fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
11.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
11.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo.
11.9. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
11.10. Comunicar em tempo hábil, via e-mail, a Contratada, a quantidade dos objetos a serem fornecidos, em Notas de Empenho assinadas pela autoridade competente.
11.11. Indicar formalmente, o gestor para acompanhamento da execução contratual.

12.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
12.2. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, por escrito, com a devida comprovação.
12.3. Manter durante toda a execução do presente Termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
12.4. Correrão por conta da Contratada todas as despesas, enfim todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.
12.5. A Contratada está obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante.
12.6. Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga, descarga e instalação. 12.7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações.
12.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais.
12.9. Substituir os materiais / produtos / objetos / serviços deste Termo de Referência, que por ventura forem entregues à Contratante com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer alteração de quantidade, validade, vícios, defeitos, incorreções, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
12.10. Comprometer-se a fornecer o objeto deste Termo e da proposta, em conformidade com as especificações contidas no Termo de referência, e no caso de não ser o fabricante, responderá, solidariamente e preferencialmente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminua o valor.

13. DA FISCALIZAÇÃO
13.1. A Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os produtos / objetos / serviços, diretamente ou por profissionais designados, conforme portaria 481/2024:
13.2. Fabiano Sedorak, matricula n° 505761;
13.3. Danieli Vujanski, matrícula nº 21238;

14.DAS PENALIDADES
14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
14.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
14.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
14.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 08.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

15. CONDIÇÕES GERAIS
15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

15.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em02 (duas)vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

16. FORO
16.1.As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias (impressas por sistema Presencial de dados) de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de PITANGA, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Pitanga, 07 de Novembro de 2024.

DR. MAICOL G. CALLEGARI RODRIGUES BARBOSA
Prefeito

N.C MARTINS LTDA

Fiscal;

FABIANO CEDORAK,
Matrícula n°505761.

DANIELI VUJANSKI,
Matrícula nº 21238.

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:3CD929EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO CONTRATO 548/2022

Termo de Aditivo n. 5
CONTRATO 548/2022

Termo de Aditivo de prazo de vigência e valor ao contrato 548/2022 firmado entre o Município de Pitanga e a empresa JL JARDINAGEM E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS LTDA - EPP, na forma a seguir:
Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA** e, de outro lado, a empresa **JL JARDINAGEM E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS LTDA - EPP,** já qualificados, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte Termo Aditivo, para o contrato **548/2022**, referente à licitação Edital de Pregão Eletrônico n. 136/2022, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DOS ESPAÇOS E ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.
A seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência e execução originalmente previsto para vencimento em 23/08/2024, fica prorrogado por período de 4 meses, inciando-se em 24/08/2024 e encerrando-se em 24/12/2024. Em conformidade com Artigo 57, Inciso II da Lei Federal 8666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA: Os valores e quantidades renovam-se para o novo período, totalizando valor de R$1.248.312,19, (um milhão duzentos e quarenta e oito mil trezentos e doze reais e dezenove centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	25971	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA, EM ÁREAS INTERNAS - PRÉDIOS PÚBLICOS	M2	828.869,00	R$ 0,71	588.496,,99
2	25972	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA - ÁREAS EXTERNAS - PATRIMÔNIO PÚBLICO	M2	916.410,00	R$ 0,72	659.815,20
TOTAL						1.248.312,19

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas permanecem inalteradas por este termo.
E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Pitanga, 16/07/2024.

DR. MAICOL GEISON C. R. BARBOSA
Prefeito Municipal

_____
JL JARDINAGEM E CONSERVACAO DE RODOVIAS LTDA – EPP

Publicado por:
Marcio Adalberto Becher
Código Identificador:E6BF6467

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 141/2024 TRATORBIG

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2024

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº 4572335-6 SSP/PR, CPF nº 865.490.069-53, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **TRATORBIG PEÇAS PARA TRATORES LTDA**, sob nº CNPJ 95.420.972/0001-41, estabelecida à Rua Bom Jesus de Iguape, nº2131, Bairro Hauer, CEP 81.610-040, Curitiba, Estado do Paraná, representada por **EROS LUIZ DE SOUZA**, inscrito no CPF 317.972.889-20, portador da cédula de identidade Civil RG 1.846.043-2, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento, conforme necessidade, de óleos lubrificantes destinados à manutenção de máquinas e veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, pelo período de 12 (doze) meses, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos no Termo de Referência

ITEM	NOME	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aditivo para radiador sintético pronto para o uso flex e a Diesel - 5 litros. Marca: Power	GALÃO	60	R$20,00	R$1.200,00
2	AGUA DESMINERALIZADA 5 Litros. Marca: Power	GALÃO	50	R$12,00	R$600,00
3	Fluido de freio DOT 3 Utilizado em freios a disco ou tambor, aplicação em veículos diversos classificação SAE J 1703, fmvss-116 DOT 3, e ABNT NBR 9292 tipo 3 fluido sintético atendendo à especificação DOT 3, para uso em sistemas de freios, em embalagens de 500 ml, condicionadas em caixa com 24 unidades. Marca: Rayol	CX	2	R$200,00	R$400,00
7	Óleo de motor diesel SAE 15W40 API C14- Balde 20 litros. Marca: Rayol	GALÃO	30	R$198,00	R$5.940,00
9	Óleo de motor gasolina 20W50 API SL, Multiviscoso, para motores a gasolina álcool e GNV ou bicombustíveis. Composto pelos seguintes aditivos: antidesgaste, anticorrosivo antioxidante, detergente, dispersante, antiespumante, abaixador do ponto de fluidez, melhorador do índice de viscosidade e agente de reserva alcalina. EMBALAGEM DE 1 LITRO Acondicionado em caixa com 24 litros. Marca: Rayol	CX	6	R$295,00	R$1.770,00
17	Óleo SAE 50 CAT TO4/C4 -desenvolvido especialmente para uso em sistemas hidráulicos, conversores de torque, comandos finais e sistemas de transmissão de equipamentos de terraplanagem onde se exige um produto que atenda as especificações CAT TO-4 e ALLISON C-4, além de outras especificações dos principais fabricantes de equipamentos do segmento Galão C/ 20 litros. Marca: Rayol	GALÃO	30	R$275,00	R$8.250,00
18	Óleo de motor 20 w50 API CH4 - Multiviscoso, para motores a diesel. Aprovado pelo API. Composto pelos seguintes aditivos: anti-desgaste, anticorrosivoantioxidante, detergente, dispersante, antiespumante, abaixador do ponto de fluidez, melhorador do índice de viscosidade e agente de reserva alcalina. Galão com 20 litros. Marca: Rayol	GALÃO	40	R$275,00	R$11.000,00
19	Óleo sintético 0w20 API SN/GF5 Formulado com óleos básicos 100% sintéticos, possuindo altíssimo desempenho e aditivos de avançada tecnologia, que proporcione total proteção ao motor. Atender aos mais recentes requerimentos de lubrificação dos modernos motores de quatro tempos flex, à gasolina, etanol ou GNV, principalmente aqueles equipados com injeção direta e/ou turbo compressor. Embalagens de 1 Litro, condicionadas em caixa com 24 unidades. Marca: Rayol	CX	6	R$367,00	R$2.202,00
22	WBF 100 BALDE 20 LITROS. Marca: Rayol	GALÃO	20	R$267,00	R$5.340,00
				TOTAL	R$36.702,00

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2024.

2 A entrega deverá ocorrer conforme orientações do Departamento Municipal Rodoviário de Porto Amazonas, o qual passará as informações do local dos serviços onde o produto deverá ser aplicado.

3 Os produtos não serão adquiridos de uma única vez, e sim de forma fracionada e nas quantidades solicitadas pelo Departamento Municipal Rodoviário, conforme necessidade, tendo em vista que não há depósito no Departamento em condições de armazenamento, durante o período de vigência do contrato de 12 (doze) meses.

4 A entrega do pedido independe de quantidades mínimas do(s) produto(s), NÃO PODENDO a empresa vencedora dos itens alegar a seu favor que não efetuou a entrega no prazo estabelecido em edital porque os custos operacionais para a sua realização são maiores que a própria mercadoria.

5 Ocorrendo erro na emissão da nota fiscal eletrônica, ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, as mesmas serão devolvidas e o pagamento ficará pendente até que a empresa fornecedora providencie medidas de regularização. Isto cabe também, no caso de irregularidade de certidões fiscais, pois o pagamento somente será liberado mediante apresentação das certidões que comprovem a manutenção da Regularidade Fiscal. Nestes casos, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, sem acrescentar qualquer ônus ao Município de Porto Amazonas.

6 O produto deverá ser entregue seguindo as especificações descritas no quadro do item 1 do Termo de Referência. Se o produto estiver em desacordo com os requisitos estabelecidos, a empresa deverá substituí-lo em até 24 (vinte e quatro) horas

7 O Gestor(a) de Contrato é a Sr. Robson Ribeiro Fagundes, Decreto nº 130/2023, e o fiscal de contrato será o servidor Ney José de Britto, portaria nº 028/2021.

8 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$36.702,00 (trinta e seis mil setecentos e dois reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 08/11/2024, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 07/11/2025.

9 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 054/2024,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

10 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Porto Amazonas, 07/11/2024.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*TRATORBIG PEÇAS PARA TRATORES LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:3AE09337

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 142/2024 GRUPO BELA VISTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2024

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº 4572335-6 SSP/PR, CPF nº 865.490.069-53, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **GRUPO BELA VISTA LTDA**, inscrita sob CNPJ 41.105.473/0001-30, estabelecida à Av. Lucidio Florencio Ribeiro, n°861, cidade de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, CEP 83.480-000, representada por **ELIZABETE MACHADO DE LIMA**, inscrita no CPF 032.349.819-14, portadora da cédula de identidade Civil RG 8.453.568-0 SSP/PR, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento, conforme necessidade, de óleos lubrificantes destinados à manutenção de máquinas e veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, pelo período de 12 (doze) meses, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos no Termo de Referência.

ITEM	NOME	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	Fluido de freio DOT 4 SAE 1703; ISSO 4925 Deve atender a classificação DOT 4, fornecido em embalagem de 500 ml, ponto de ebulição superior a 230°C, condicionadas em caixa com 24 unidades. Marca: Powerbril	CX	2	R$229,00	R$458,00
5	Graxa multi uso EP2 Graxa à base de sabão de lítio do tipo múltipla aplicações, com óleo básico mineral e aditivos de extrema pressão, antidesgaste e inibidores de oxidação e corrosão. Recomendada para lubrificação de equipamentos automotivos e industriais. Apresenta características de extrema pressão, boa resistência à lavagem por água e estabilidade ao trabalho, embalado em balde de 20 kg. Marca: Ingrax	BALDE	6	R$339,00	R$2.034,00
6	Óleo de câmbio/diferencial 90 Para transmissão (câmbio e diferencial), classificação API GL5, embalado em galão de 20 Litros. Marca: Uni	GALÃO	20	R$249,00	R$4.980,00
8	Óleo de motor diesel SAE 40 – API CF/SF - galão com 20 litros. Marca: MaxI 1	GALÃO	30	R$212,00	R$6.360,00
10	Óleo de transmissão 80w-90-LT- API GL 4/ GL 5 - Óleo lubrificante para transmissões, câmbio e engrenagem de elevada resistência à oxidação, com estabilidade à formação de espuma e livre fluidez a baixas temperaturas. Embalagem com 1 litro, condicionadas em caixa com 24 unidades. Marca: Uni	CX	2	R$297,00	R$594,00
11	Óleo Hidráulico 68 - óleo para sistema hidráulicos que operem em condições severas de pressão e temperatura e composto pelos seguintes aditivos anticorrosivo, antidesgaste, antiespumante, antiferrugem, antioxidante e abaixador do ponto de fluidez. Atende a viscosidade ISO VG 68 e a classificação DIN 51524 tipo HL. Galão com 20 litros. Marca: Uni	GALÃO	100	R$149,00	R$14.900,00
12	Óleo Hidráulico ATF Para transmissões automáticas, atendendo à especificação GM Tipo A Sufixo A (TASA) e com Índice de Viscosidade 163.galão com 20 litros. Marca: Uni	GALÃO	60	R$209,00	R$12.540,00
13	Óleo HD 10W Composição: Aditivos - anticorrosivo, antidesgaste, antiespumante, antiferrugem, antioxidante, abaixador do ponto de fluidez, modificador de fricção, agentes de extrema pressão, corante azul e melhorador do Índice de Viscosidade. Galão com 20 litros. Marca: Uni	GALÃO	60	R$219,00	R$13.140,00
14	Óleo semissintético SAE 15w40 Óleo multiviscoso formulado com óleos básicos minerais e sintéticos, recomendado para todos os motores de quatro tempos Flex, a gasolina, a etanol ou GNV que requeiram a especificação SAE 15W-40 e API SL. Embalagens de 1 Litro, condicionadas em caixa com 24 unidades. Marca: Uni	CX	3	R$289,00	R$867,00
15	Óleo sintético SAE 5w30 Para motores gasolina/etanol utilização em motores 04 tempos flex (gasolina/etanol) e outros. Aplicação em veículos em geral, classificação api sn/rc, ilsac gf-5, lubrificante sintético para veículos modernos, em embalagens de 01 litro, acondicionadas em caixa com 24 unidades. Marca: Uni	CX	6	R$329,00	R$1.974,00
16	Óleo 10W30 - API CF - galão C/ 20 litros. Marca: Uni	GALÃO	60	R$208,00	R$12.480,00
20	Óleo para transmissão 140 Óleo lubrificante mineral SAE 140. Utilizado para caixas de transmissão e diferenciais, aplicação em equipamentos rodoviários diversos, classificação API gl-5 embalagem Galão c/ 20 litros. Marca: Uni	GALÃO	25	R$248,00	R$6.200,00
24	ARLA 32 PREMIUM 20l. Marca: Ecobrilho	GALÃO	100	R$57,00	R$5.700,00
				TOTAL	R$82.227,00

Obs: Os produtos fornecidos deverão obedecer as especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 054/2024.

2 A entrega deverá ocorrer conforme orientações do Departamento Municipal Rodoviário de Porto Amazonas, o qual passará as informações do local dos serviços onde o produto deverá ser aplicado.

3 Os produtos não serão adquiridos de uma única vez, e sim de forma fracionada e nas quantidades solicitadas pelo Departamento Municipal Rodoviário, conforme necessidade, tendo em vista que não há depósito no Departamento em condições de armazenamento, durante o período de vigência do contrato de 12 (doze) meses.

4 A entrega do pedido independe de quantidades mínimas do(s) produto(s), NÃO PODENDO a empresa vencedora dos itens alegar a seu favor que não efetuou a entrega no prazo estabelecido em edital porque os custos operacionais para a sua realização são maiores que a própria mercadoria.

5 Ocorrendo erro na emissão da nota fiscal eletrônica, ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, as mesmas serão devolvidas e o pagamento ficará pendente até que a empresa fornecedora providencie medidas de regularização. Isto cabe também, no caso de irregularidade de certidões fiscais, pois o pagamento somente será liberado mediante apresentação das certidões que comprovem a manutenção da Regularidade Fiscal. Nestes casos, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, sem acrescentar qualquer ônus ao Município de Porto Amazonas.

6 O produto deverá ser entregue seguindo as especificações descritas no quadro do item 1 do Termo de Referência. Se o produto estiver em desacordo com os requisitos estabelecidos, a empresa deverá substituí-lo em até 24 (vinte e quatro) horas

7 O Gestor(a) de Contrato é a Sr. Robson Ribeiro Fagundes, Decreto nº 130/2023, e o fiscal de contrato será o servidor Ney José de Britto, portaria nº 028/2021.

8 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$82.227,00 (oitenta e dois mil duzentos e vinte e sete reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 08/11/2024, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 07/11/2025.

9 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 054/2024,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

10 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 07/11/2024.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***GRUPO BELA VISTA LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:A4ECC227

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 10215/2024 DE 07/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1631/2023 de 18/12/2023.

Decreta:
Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 109.360,35 (cento e nove mil trezentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
04.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA	
04.003 .00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0005.2.053.	Ações para Atender Benefícios Eventuais do LOAS	
991 - 3.3.90.39.00.00	1960 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	5.066,51
1085 - 3.3.90.39.00.00	3960 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.293,84
27.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E OBRAS	
27.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Obras	
27.002.15.451.0008.2.022.	Ações para Manutenção do Departamento de Obras	
782 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
	Total Suplementação:	**109.360,35**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
04.000.00.000.0000.0.000.	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMILIA	
04.003 .00.000.0000.0.000.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL	
04.003.08.244.0034.2.190.	Ações para Manutenção dos Serviços da Politica Municipal de Assistência Social	
923 - 3.3.90.14.00.00	1960 DIÁRIAS - CIVIL	5.066,51
873 - 3.3.90.39.00.00	3960 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.293,84
17 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
17 .004.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE TURISMO	
17 .004.23.695.0008.2.205.	Ações para manutenção do Departamento de Turismo	
500 - 3.3.90.14.00.00	01000 DIÁRIAS - CIVIL	5.662,06
501 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	32.174,94
502 - 3.3.90.36.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	4.000,00
503 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	38.163,00
29 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS	
29.001.00.000.0000.0.000.	GABINETE DA SECRETARIA DA MULHER E DOS DIREITOS HUMANOS	
29.001.14.422.0039.2.202.	Ações para Atender a Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos	
825 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
828 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
	Total Redução:	**109.360,35**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 07 de novembro de 2024.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:A8637DE0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATOS DE CONTRATOS							
CONTRATO 2024	CONTRATADA (O)	PROCESSO	OBJETO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO	DATA DE ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR TOTAL
082	LUIR CAMPOS CAMARGO LTDA	Pregão Eletrônico nº 66/2023	FORNECIMENTO DE KIT LANCHES	21/10/2024	21/10/2024	20/10/2025	R$ 54.464,00
083	KARINA DE FATIMA DONATO	Pregão Eletrônico nº 66/2023	FORNECIMENTO DE CESTAS	21/10/2024	21/10/2024	20/10/2025	R$ 12.822,67
084	PRADO ATACADO EIRELI ME	Pregão Eletrônico nº 66/2023	FORNECIMENTO DE KIT LANCHES	21/10/2024	21/10/2024	20/10/2025	R$ 17.963,00
085	GM ENGENHARIA E GERENCIAMENTO LTDA	Pregão Eletrônico nº 69/2023	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE CALÇADAS	01/11/2024	01/11/2024	31/10/2025	R$ 171.745,72

Publicado por:
Matheus Lesinhoski Barchechen
Código Identificador:36D86002

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS

PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS CONTRATUAIS							
Nº ADITIVO	CONTRATADA/DETENTORA	ATA/ CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	FINALIDADE	DATA DE ASSINATURA	VALOR ANTERIOR VIGÊNCIA ANTERIOR	VALOR ATUAL VIGÊNCIA ATUAL
6	IRIS BS SYSTEM EIRELI	22/2022	Inexigibilidade nº 06/2022	Prorrogação de Prazo e Valor	09/10/2024	R$ 1.507.375,00 09/10/2024	R$ 1.556.000,00 09/11/2024
1	PROGRESSO ENGENHARIA K M LTDA	126/2023	Tomada de Preços nº 02/2023	Prorrogação de Prazo de Vigência	22/10/2024	22/10/2024	20/01/2025
5	PRADO ATACADO EIRELI ME	65/2024	Pregão Eletrônico Nº 13/2024	Reequilíbrio Econômico	31/10/2024	R$ 422.046,85	R$ 426.351,01
2	J. DOLINSKI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA	63/2024	Concorrência Eletrônica Nº 02/2024	Prorrogação de Prazo de Execução	01/11/2024	04/10/2024	11/12/2024
3	NETSERVER INFORMATICA E INTERNET LTDA	107/2021	Pregão Eletrônico Nº 48/2021	Prorrogação de Prazo e Valor	01/11/2024	17/11/2024 R$ 318.422,72	17/11/2025 R$ 418.134,08
1	APEX SAUDE INTELIGENTE E SERVIÇOS LTDA	08/2024	Pregão Eletrônico Nº 76/2023	Acréscimo de Quantidades	01/11/2024	R$ 426.640,00	R$ 503.140,00
1	DOCTOR GESTÃO EM SERVIÇOS LTDA	09/2024	Pregão Eletrônico Nº 76/2023	Acréscimo de Quantidades	01/11/2024	R$ 936.225,68	R$ 1.170.282,42
1	EGA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA	10/2024	Pregão Eletrônico Nº 76/2023	Acréscimo de Quantidades	01/11/2024	R$ 407.420,00	R$ 509.275,00
1	VCI SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI	11/2024	Pregão Eletrônico Nº 76/2023	Acréscimo de Quantidades	01/11/2024	R$ 197.808,00	R$ 247.260,00
2	TWD MEDICAL SERVIÇOS LTDA	110/2022	Pregão Eletrônico Nº 72/2022	Prorrogação de Prazo e Valor	01/11/2024	09/11/2024 R$ 13.932,00	09/11/2025 R$ 20.898,00
2	VIVIANE DE MOURA ME	120/2023	Pregão Eletrônico Nº 56/2023	Acréscimo de Quantidades	06/11/2024	R$ 445.536,02	R$ 448.251,74
1	SIGMUND SEGURANÇA E VILIGANCIA LTDA	221/2023	Pregão Eletrônico Nº 75/2023	Acréscimo de Quantidades	06/11/2024	R$ 27.698,44	R$ 34.532,68

Publicado por:
Matheus Lesinhoski Barchechen
Código Identificador:1418EC17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RESOLUÇÃO Nº 001/2024, DE 09 DE OUTUBRO DE 2024

RESOLUÇÃO Nº 001/2024, DE 09 DE OUTUBRO DE 2024

Abre crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2024.

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAPEN (RPPS de Renascença), no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 1919/2024, de 09 de outubro de 2024,
RESOLVE:
Art. 1º) – Abrir **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementar ações do **PPA-Plano** Plurianual, Lei nº 1748 de 29/07/2021, **LDO-**Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1866/2023 de 27/09/2023, e **LOA-**Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1881/2023 de 13/12/2023, para o Exercício Financeiro de **2024,** no valor de **R$ 4.504.000,00 (quatro milhões e quinhentos e quatro mil reais),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0900	FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - FAPEN		
0901	Fundo FINANCEIRO		
092720036.2.035	Manutenção das Atividades do FAPEN (FINANCEIRO)		
3.3.90.30.00	Material de consumo	1046-RD	10.000,00
3.3.90.30.00	Material de consumo	1049-RD	5.000,00

3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	1046-RD	10.000,00
3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	1049-RD	2.000,00
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	1046-RD	10.000,00
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	1049-RD	5.000,00
3.3.90.40.00	Serviços de tecnologia da informação	1046-RD	5.000,00
3.3.90.40.00	Serviços de tecnologia da informação	1049-RD	2.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições	1046-RD	10.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições	1049-RD	5.000,00
092720036.2.036	Beneficiários do FAPEN – Manutenção (FINANCEIRO)		
3.1.90.01.00	Aposentadorias RPPS, Reserva remunerada e reformas dos militares	1046-RD	3.300.000,00
3.1.90.01.00	Aposentadorias RPPS, Reserva remunerada e reformas dos militares	1049-RD	200.000,00
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do Militar	1046-RD	700.000,00
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do Militar	1049-RD	200.000,00
288460004.0.002	Encargos Especiais – Fundo FINANCEIRO		
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	1046-RD	20.000,00
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	1049-RD	20.000,00
TOTAL			**4.504.000,00**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:
I – REDUÇÃO TOTAL/PARCIAL (RD) de dotações orçamentárias, conforme abaixo especifica:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0900	FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - FAPEN		
0901	Fundo FINANCEIRO		
092720036.2.035	Manutenção das Atividades do FAPEN (FINANCEIRO)		
3.3.90.30.00 (923)	Material de consumo	040	15.000,00
3.3.90.36.00 (926)	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	040	12.000,00
3.3.90.39.00 (928)	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	040	15.000,00
3.3.90.40.00 (930)	Serviços de tecnologia da informação	040	7.000,00
3.3.90.93.00 (932)	Indenizações e restituições	040	15.000,00
092720036.2.036	Beneficiários do FAPEN – Manutenção (FINANCEIRO)	040	
3.1.90.01.00 (935)	Aposentadorias RPPS, Reserva remunerada e reformas dos militares	040	4.000.000,00
3.1.90.03.00 (936)	Pensões do RPPS e do Militar	040	400.000,00
288460004.0.002	Encargos Especiais – Fundo FINANCEIRO	040	
3.1.90.01.00 (937)	Aposentadorias RPPS, Reserva remunerada e reformas dos militares	040	25.000,00
3.3.90.91.00 (938)	Sentenças Judiciais	040	15.000,00
TOTAL			**4.504.000,00**

Art. 3º) - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Renascença, Paraná, em 09 de outubro de 2024.

ISRAEL HILÁRIO CORLASSOLI
Presidente do FAPEN

Publicado por:
Deise Martinello
Código Identificador:36E719F3

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 2496/2024, DE 09 DE OUTUBRO DE 2024

Abre crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2024.

O Prefeito Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 1919/2024, de 09 de outubro de 2024,
DECRETA:

Art. 1º) – Abre **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementa ações do **PPA**-Plano Plurianual, Lei nº 1748 de 29/07/2021, **LDO-**Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1866/2023 de 27/09/2023, e **LOA**-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1881/2023 de 13/12/2023, para o Exercício Financeiro de **2024**, no valor de **R$ 4.504.000,00 (quatro milhões e quinhentos e quatro mil reais),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0900	FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - FAPEN		
0901	Fundo FINANCEIRO		
092720036.2.035	Manutenção das Atividades do FAPEN (FINANCEIRO)		
3.3.90.30.00	Material de consumo	1046-RD	10.000,00
3.3.90.30.00	Material de consumo	1049-RD	5.000,00
3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	1046-RD	10.000,00
3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	1049-RD	2.000,00
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	1046-RD	10.000,00
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	1049-RD	5.000,00
3.3.90.40.00	Serviços de tecnologia da informação	1046-RD	5.000,00
3.3.90.40.00	Serviços de tecnologia da informação	1049-RD	2.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições	1046-RD	10.000,00
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições	1049-RD	5.000,00
092720036.2.036	Beneficiários do FAPEN – Manutenção (FINANCEIRO)		
3.1.90.01.00	Aposentadorias RPPS, Reserva remunerada e reformas dos militares	1046-RD	3.300.000,00
3.1.90.01.00	Aposentadorias RPPS, Reserva remunerada e reformas dos militares	1049-RD	200.000,00
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do Militar	1046-RD	700.000,00
3.1.90.03.00	Pensões do RPPS e do Militar	1049-RD	200.000,00

288460004.0.002	Encargos Especiais – Fundo FINANCEIRO		
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	1046-RD	20.000,00
3.3.90.91.00	Sentenças Judiciais	1049-RD	20.000,00
TOTAL			**4.504.000,00**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:

I – REDUÇÃO TOTAL/PARCIAL (RD) de dotações orçamentárias, conforme abaixo especifica:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	Fonte	VALOR R$
0900	FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES - FAPEN		
0901	Fundo FINANCEIRO		
092720036.2.035	Manutenção das Atividades do FAPEN (FINANCEIRO)		
3.3.90.30.00 (923)	Material de consumo	040	15.000,00
3.3.90.36.00 (926)	Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	040	12.000,00
3.3.90.39.00 (928)	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	040	15.000,00
3.3.90.40.00 (930)	Serviços de tecnologia da informação	040	7.000,00
3.3.90.93.00 (932)	Indenizações e restituições	040	15.000,00
092720036.2.036	Beneficiários do FAPEN – Manutenção (FINANCEIRO)	040	
3.1.90.01.00 (935)	Aposentadorias RPPS, Reserva remunerada e reformas dos militares	040	4.000.000,00
3.1.90.03.00 (936)	Pensões do RPPS e do Militar	040	400.000,00
288460004.0.002	Encargos Especiais – Fundo FINANCEIRO	040	
3.1.90.01.00 (937)	Aposentadorias RPPS, Reserva remunerada e reformas dos militares	040	25.000,00
3.3.90.91.00 (938)	Sentenças Judiciais	040	15.000,00
TOTAL			**4.504.000,00**

Art. 3º) - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos 09 (nove) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro.

IDALIR JOÃO ZANELLA
Prefeito

Publicado por:
Deise Martinello
Código Identificador:BE3E0B6D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO N° 159/2024

Decreto nº 159/2024

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2024 no valor de até R$ 163.802,35 (cento e sessenta e três mil oitocentos e dois reais e trinta e cinco centavos).

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial as concedidas pelo Parágrafo 1° do Art. 6° da Lei n° 713/2023 – LOA, decreta:
DECRETO
Artigo 1º - Abre no PPA/LDO e Orçamento vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 163.802,35 (cento e sessenta e três mil oitocentos e dois reais e trinta e cinco centavos).

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.002		DIVISÃO ADMINISTRATIVA	
03.002.04.122.2004.2.008.		ADMINISTRAÇÃO GERAL	
804 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBL	
05.005		DIVISÃO DE OBRAS	
05.005.04.122.2010.2.018.		DIVISÃO DE OBRAS	
801 - 3.3.90.30.00.00	1504	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.003		DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
06.003.12.361.2014.2.027.		ENSINO FUNDAMENTAL	
287 - 3.3.90.32.00.00	1034	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	584,98
06.003.12.361.2014.2.064.		TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO BÁSICA	
323 - 3.3.90.39.00.00	1034	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00
738 - 3.3.90.30.00.00	51034	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
803 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.300,00
07		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO DO IVAÍ	
07.002		DIVISÃO SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	
07.002.10.301.2017.2.033.		ATENÇÃO PRIMARIA	
417 - 3.3.90.30.00.00	1510	MATERIAL DE CONSUMO	20.690,00
769 - 3.3.90.30.00.00	6494	MATERIAL DE CONSUMO	50.447,37
07.002.10.301.2017.2.034.		SAÚDE BUCAL (PSB)	
453 - 3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
456 - 3.3.90.34.00.00	1494	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	27.280,00
08		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

08.002.08.244.2020.2.043.		ATIVIDADES LIGADAS AO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	
802 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.100,00
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL	
12.002		CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
12.002.18.541.2026.2.054.		CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
805 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.400,00
Total Suplementação:			163.802,35

Artigo 2º - Para atender o disposto no artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso Anulação de Dotação, no valor de R$ 163.802,35 (cento e sessenta e três mil oitocentos e dois reais e trinta e cinco centavos), de acordo com o Art. 43, Parágrafo 1º, e seus Incisos, da Lei Federal 4.320/64.

Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO, TRANSPORTE E SERVIÇOS PÚBLI	
05.003		DIVISÃO DE RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
05.003.15.452.2011.2.023.		SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
187 - 3.3.90.30.00.00	1504	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
191 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.002		DIVISÃO DE CRECHE	
06.002.12.365.2013.2.026.		CRECHE	
256 - 3.3.90.32.00.00	1034	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
06.003		DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
06.003.12.361.2014.2.027.		ENSINO FUNDAMENTAL	
737 - 3.3.90.32.00.00	51034	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10.000,00
281 - 3.3.90.30.00.00	1034	MATERIAL DE CONSUMO	584,98
07		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO DO IVAÍ	
07.002		DIVISÃO SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE	
07.002.10.301.2017.2.033.		ATENÇÃO PRIMARIA	
414 - 3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
428 - 3.3.90.39.00.00	1510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.690,00
427 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00
416 - 3.3.90.30.00.00	1504	MATERIAL DE CONSUMO	3.800,00
07.002.10.301.2017.2.034.		SAÚDE BUCAL (PSB)	
785 - 3.3.90.30.00.00	6494	MATERIAL DE CONSUMO	50.447,37
459 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
07.002.10.305.2017.2.038.		VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
523 - 3.3.90.30.00.00	1494	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
526 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.280,00
Total Redução:			163.802,35

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, em 06 novembro de 2024.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Henrique Biazotto
Código Identificador:F9178CE8

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 242/2024

PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057

ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA							
DIÁRIA Nº.242/2024							
(campo de preenchimento pela contabilidade)							
Nome do Agente Público:	Sidinei Batista		CPF:		026.890.049-33		
Função:	MOTORISTA		Unidade de Lotação:		CENTRO DE SAUDE		
Município de destino:	PIRAQUARA						
Local do Evento:	HOSPITAL DERMATOLOGICO						
Saída:	04/11/2024		Chegada:		04/11/2024		
Motivo do Deslocamento:							
TRANSPORTE DE PACIENTE.							
CÁLCULO DAS DIÁRIAS							
N° Diárias com Pernoite:			Valor Unitário da Diária:		R$		
N° Diárias sem Pernoite:	01		Valor Unitário da Diária:		R$225,00		
Valor Total das Diárias:	R$225,00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular			Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 06 de NOVEMBRO de 2024.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:BB7BE1E6

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DIÁRIA 243/2024

PAÇO EDISON ROGÉRIO BORBA CARNEIRO						
CNPJ: 01.612.413/0001-90						
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - Pr						
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057						
ANEXO I – REQUERIMENTO DE DIÁRIA						
DIÁRIA N°.243/2024						
(campo de preenchimento pela contabilidade)						
Nome do Agente Público: PEDRO TABORDA DESPLANCHES				CPF: 608.420.679-49		
Função: PREFEITO MUNICIPAL				Unidade de Lotação: GABINETE SR. PREFEITO		
Município de destino: BRASÍLIA/DF						
Local do Evento: GABINETE DE DEPUTADOS E MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA.						
Saída: 11/11/2024				Chegada: 14/11/2024		
Motivo do Deslocamento:						
REUNIÃO NO GABINETE DOS DEPUTADOS: LUÍZ NISHIMORI, LUÍZA CANZIANI, ALIEL MACHADO, ELTON						
VELTER E DEMAIS DEPUTADOS; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA.						
CÁLCULO DAS DIÁRIAS						
N° Diárias com Pernoite: 03				Valor Unitário da Diária: R$1270,00		
N° Diárias sem Pernoite:01				Valor Unitário da Diária:R$635,00		
Valor Total das Diárias: R$ 4.445.00						
Meio de Transporte:	X	Oficial		Particular		Transporte Coletivo (ônibus, avião, van...)

Rio Branco do Ivaí, 07 de novembro de 2024.

_____
Servidor Solicitante

AUTORIZAÇÃO
Mediante as atribuições a mim conferidas pela lei n° 555/2019, e após análise do mérito do objeto deste requerimento, defiro como a aprovada a concessão da diária.

_____
Secretário de Departamento

e/ou

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Pontes Silva
Código Identificador:C6043B5E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024

A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, através do Pregoeiro designado pelo Decreto nº 7.179/2024, tendo em vista o que consta do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 060/2024, que tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de coleta regular A, B e E, transporte, tratamento e disposição final, de Resíduos de Serviços de Saúde, com objetivo de atender os estabelecimentos de saúde municipais, pelo período de 12 meses, a serem prorrogados conforme legislação vigente"** leva ao conhecimento dos interessados os licitantes declarados vencedores para os lotes, conforme abaixo relacionados:

Empresa vencedora:

AMBSERV TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA

Razão Social	Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vl. Unit.	Vl. Total
AMBSERV TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	1	COLETA TRANSPORTE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃOFINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	KG	Serviço	16200	R$ 13,57	R$ 219.834,00

Valor Máximo para a contratação **R$ 219.834,00 (duzentos e dezenove mil oitocentos e trinta e quatro reais).**
Vistas do processo poderão ser obtidas perante o próprio Pregoeiro/Equipe de Apoio, em dias de expediente normal, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Rio Branco do Sul, 07 de novembro de 2024

RAFAELA LUIZE BUENO
Pregoeiro

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:DA3DA27C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.389/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) Servidor (a) desta Municipalidade, **LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** conforme Art. 117 e 118, da Lei Complementar 55/2011, de acordo com o que segue abaixo:

Protocolo	Matricula	Nome do Servidor	Data Início	Data Final	Dias	Secretaria
27.172/24	32582-1/1	Alessandra Gomes da Silva	03/11/2024	09/11/2024	7	Saúde
27.137/24	33945-8/1	Amanda da Silva de Assis	01/11/2024	07/11/2024	7	Educação
26.858/24	1911-9/1	Ana Angelica da Costa dos Santos	29/10/2024	31/10/2024	3	Educação
26.858/24	1911-9/2	Ana Angelica da Costa dos Santos	29/10/2024	31/10/2024	3	Educação
26.858/24	1911-9/1	Ana Angelica da Costa dos Santos	01/11/2024	05/11/2024	5	Educação
26.858/24	1911-9/2	Ana Angelica da Costa dos Santos	01/11/2024	05/11/2024	5	Educação
27.027/24	377867-3/3	Ana Claudia de Oliveira Souza	30/10/2024	05/11/2024	7	Educação
27.051/24	33211-9/2	Andreia Nunes Borges Huss	31/10/2024	06/11/2024	7	Educação
26.297/24	377924-6/1	Glivania de Souza	25/10/2024	29/10/2024	5	Saúde
26.782/24	32809-0/1	Helena Lucia Koch	29/10/2024	02/11/2024	5	Administração
27.227/24	378212-3/1	Kandice Lyzandra Alves de Oliveira	01/11/2024	08/11/2024	8	Educação
27.298/24	32767-0/1	Neide Bezerra	04/11/2024	10/11/2024	7	Educação
27.279/24	337172-7/4	Neli Santina Moreira	04/11/2024	08/11/2024	5	Educação
27.199/24	33819-6/1	Patricia Fernanda Benedito	03/11/2024	08/11/2024	6	Educação
26.607/24	32582-7/1	Pedro Floriano Vicente	30/10/2024	03/11/2024	5	Saúde
26.482/24	377657-3/3	Roseli Araújo Volpato	29/10/2024	02/11/2024	5	Saúde
26.403/24	33181-3/1	Rosiane Henrique dos Reis	28/10/2024	29/10/2024	2	Educação
27.316/24	2020-6/1	Samuel Jorge de Almeida	05/11/2024	09/11/2024	5	Administração
26.873/24	32722-0/1	Vanessa Vieira da Silva	30/10/2024	12/11/2024	14	Saúde

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 06 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:B393A15F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 32.390/2024 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

CONCEDER aos(a)Servidores (a)desta Municipalidade,as **FÉRIAS** regulamentares a que tem direito, de acordo com o**Art. 150, da lei Complementar 55/2011**, conforme segue abaixo:

Protocolo	Matrícula	Nome do Servidor	Período	Data Início	Data Final	Dias	Secretaria
23.355/24	377195-4/1	Adriane de Fátima dos Santos de Moraes	2022/2023	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
22.535/24	33977-6/1	Alessandra Gonçalves Vilasboas	2023/2024	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
23.772/24	33738-2/1	Ana Luisa Dias	2023/2024	11/11/2024	20/11/2024	10	Saúde
24.904/24	1306-4/1	Carlos Luiz Lepre	2022/2023	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
M. 16.845/24	32701-8/1	Carlos Nagy	2023/2024	06/11/2024	05/12/2024	30	Serviços Públicos
22.641/24	377788-0/2	Cristiane França da Silva	2023/2024	11/11/2024	20/11/2024	10	Saúde
20.997/24	377315-9/1	Danielle Barzon Cortez	2023/2024	05/11/2024	14/11/2024	10	Saúde
24.242/24	2111-3/1	Edson Henrique de Paulo	2023/2024	04/11/2024	03/12/2024	30	Saúde
24.336/24	337217-0/1	Erica Lopes Rodrigues Marra	2023/2024	05/11/2024	14/11/2024	10	Administração
23.990/24	33267-4/3	Fabiana Petruscke Niyama	2023/2024	04/11/2024	18/11/2024	15	Saúde
25.194/24	1735-3/1	Fátima Crippa de Almeida	2023/2024	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
M. 3.054/24	33751-0/2	Fernando Tizzo	2023/2024	14/11/2024	23/11/2024	10	Chefia de Gabinete
24.443/24	34017-0/1	Jonas Aparecido da Silva	2023/2024	11/11/2024	10/12/2024	30	Chefia de Gabinete
24.394/24	31684-9/1	Leonor Alves Sanches Pereira Florio	2023/2024	13/11/2024	06/12/2024	24	Cultura
25.529/24	33983-0/1	Ligia Preto de Castro Costa	2022/2023	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
M. 14.875/24	377488-0/1	Maria da Glória Araujo Vieira	2022/2023	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
16.725/24	33727-7/1	Marlon Scheurmann Gomes	2023/2024	04/11/2024	23/11/2024	20	Saúde

M. 25.939/24	1933-0/1	Maurilio Puliquesi	2022/2023	05/11/2024	14/11/2024	10	Finanças
14.982/24	377233-0/1	Mayara Franco dos Santos Oliveira	2023/2024	01/11/2024	30/11/2024	30	Saúde
24.228/24	295-0/1	Pedro Batista Ribeiro	2023/2024	04/11/2024	03/12/2024	30	Saúde
22.968/24	32634-8/1	Priscila Elaine Ieger Pierin	2023/2024	13/11/2024	22/11/2024	10	Saúde
23.697/24	33733-1/1	Renan Antonio do Nascimento	2023/2024	04/11/2024	18/11/2024	15	Saúde
22.531/24	34009-0/1	Renan Huss	2022/2023	04/11/2024	23/11/2024	20	Educação
22.671/24	936-9/1	Roberto Kiyoshi Kawai	2022/2023	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
22.671/24	2136-9/1	Roberto Kiyoshi Kawai	2022/2023	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
23.213/24	337262-6/1	Silvia Moribe Tominaga	2023/2024	04/11/2024	13/11/2024	10	Saúde
24.752/24	97-3/2	Ubiratã Ferrari de Lima	2022/2023	05/11/2024	14/11/2024	10	Esportes
M. 17.151/24	2027-3/1	Vilma Campos da Silva	2023/2024	11/11/2024	20/11/2024	10	Serviços Públicos
23.693/24	33351-4/1	Zelia Ribeiro Eziquiel	2023/2024	05/11/2024	14/11/2024	10	Saúde

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 15 de outubro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Letícia Bernardino Nascimento
Código Identificador:FF49BC8E

SECRETARIA GERAL
TERMO DE APOSTILAMENTO 01/062023

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2023, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA E A O LAR INFANTIL ANDRE LUIZ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, com sede na Avenida Presidente Bernardes, nº 809, inscrito no CNPJ n° 76.288.760/0001-08, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO**, residente edomiciliado nesta cidade,.

CONTRATADO: LAR INFANTIL ANDRÉ LUIZ, com sede na Rua Platina, nº 04, Vila Oliveira, inscrita no CNPJ nº 77.216.331/0001-98, doravante denominado simplesmente CONVENENTE, neste ato representado por seu presidente JOEL ESTEVES, residente e domiciliado em Rolândia/PR.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Inexigibilidade de Chamamento Público nº 45/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA DO APOSTILAMENTO Fora apresentado ao Departamento de Projetos e Convênios, pedido de alteração de valores das rubricas orçamentarias , **LAR INFANTIL ANDRE LUIZ-LICS**, pelo FUNDEB, fazendo necessário o apostilamento. Em análise interna, consignou-se que a situação em apreço possui legalidade amparada na Lei Federal nº 13.019/2014 e que não possui quaisquer impedimentos, de cunho legal, que obste o deferimento do pleito formulado. Isso porque a Lei Federal nº 13.019/2014, em seu artigo 57, permite a alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostilamento ao plano de trabalho original.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO: Constitui objeto deste Termo de Apostilamento a alteração de valores da despesa do plano de trabalho,passando a vigorar as seguintes alterações no plano de trabalho:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO –

PLANO DE APLICAÇÃO		
NATUREZA DA DESPESA		**VALOR**
META	**ESPECIFICAÇÃO**	
1	3.1.90.11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA	R$ 1.293.615,04
2	3.1.90.13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 230.000,00
3	3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.000,00
4	3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	R$2.380,00
5	4.4.90.51- OBRAS E INSTALAÇÕES	R$38.896,00
6	4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 16.206,92
TOTAL		**R$ 1.582.097,96**

DESDOBRAMENTO DO PLANO DE APLICAÇÃO			
META	**ETAPA**	**ESPECIFICAÇÃO:**	**VALOR**
1	1	3.1.90.11.01 - VENCIMENTOS E SALÁRIOS	R$1.078.000,00
	2	3.1.90.11.43 - 13º SALÁRIO	R$91.500,00
	3	3.1.90.11.45 - FÉRIAS + ABONO CONSTITUCIONAL	R$ 124.115,04
2	1	3.1.90.13.02 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	R$ 106.000,00
	2	3.1.90.13.01 - FGTS	R$ 107.500,00
	3	3.1.90.13.18 - PIS	R$11.500,00
	4	3.1.90.13.99 - IR	5.000,00
3	1	3.3.90.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE	R$1.000,00
4	**1**	3.3.90.39.16 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (PJ)	R$2.380,00
5	1	4.4.90.52.35 CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMAS BENS PATRIMONIAL	R$ 38.896,00
6	1	4.4.90.52.12 EQUIPAMENTOS AUDIO, VIDEO, FOTO	R$13.716,92
	2	4.4.90.52.35 – EQUIPAMENTOS DE UTENSILIOS DOMÉSTICOS	R$2.490,00
TOTAL R$1.582.097,96			

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO						
MÊS	**Mai/2023**	**Jun/2023**	**Jul/2023**	**Ago/2023**	**Set/2023**	**Out/2023**

VALOR	**R$60.000,00**	**R$67.000,00**	**R$58.000,00**	**R$58.000,00**	**R$110.782,06**	**R$58.000,00**
MÊS	**Nov/2023**	**Dez/2023**	**Jan/2024**	**Fev/2024**	**Mar/2024**	**Abr/2024**
VALOR	**R$58.000,00**	**R$58.000,00**	**R$58.000,00**	**R$58.000,00**	**R$58.000,00**	**R$57.120,70**
MÊS	**Mai/2024**	**Jun/2024**	**Jul/2024**	**Ago/2024**	**Set/2024**	**Out/2024**
VALOR	**R$70.000,00**	**R$90.000,00**	**R$60.000,00**	**R$70.000,00**	**R$65.000,00**	**R$70.000,00**
MÊS	**Nov/2024**	**Dez/2024**	**Jan/2025**	**Fev/2025**	**Mar/2025**	**Abr/2025**
VALOR	**R$100.000,00**	**R$50.000,00**	**R$53.195,20**	**R$70.000,00**	**R$70.000,00**	**R$55.000,00**
TOTAL	**R$1.582.097,96**					

CLÁUSULA QUARTA – FUNDAMENTO - Com base no art. 57 da Lei Federal nº 13019/2014, realiza-se o presente Termo Apostilamento nº. 01/062023

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no TERMO DE COLABORAÇÃO Nº06/2023que não foram modificadas de moda expressa por este Instrumento.

Rolândia, 06 de novembro de 2024

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

LEISE MARCIA DE MORAES CAMARGO
Secretária Municipal de Educação

JOEL ESTEVES
Presidente da Entidade

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:888E1554

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2024

Ref. Pregão nº 123/2024
O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa A ESTAÇÃO TACÓGRAFOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rod. PR 218, S/N, Parque Industrial Mário Martins Arantes, CEP nº87.750-000, fone nº 44-3248-1870, e-mail: aestacaotacografos@gmail.com, na cidade de Iguaraçu - PR, cadastrada no CNPJ 35.561.639/0001-20, representada pela Senhora LUCILENE BATISTA DE MOURA GUIMARÃES, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação dos serviços/aquisição de tacógrafo e conotacógrafo, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 123/2024, devidamente homologado pelo Município em 01/11/2024.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	Marca
1	1	MT	50,00	58048	CABO COM 04 FIOS	14,50	725,00	REVIQ
	2	und	10,00	58049	CABO DE VELOCIMETRO	185,00	1.850,00	REVIQ
	3	und	10,00	58050	CONJUNTO CHICOTE COMPLETO 1308	115,00	1.150,00	REVIQ
	4	und	15,00	58051	TOMADA PARA SENSOR HALL 04 PINOS 1318	42,00	630,00	REVIQ
	5	und	15,00	58052	CONJUNTO DE LAMINA DE CORTE DISCO	92,00	1.380,00	VDO
	6	und	30,00	58053	AGULHA DE TEMPO	88,00	2.640,00	VDO
	7	und	30,00	58054	AGULHA DE DISTANCIA	88,00	2.640,00	VDO
	8	und	25,00	58055	EIXO DE TRANSISSÃO	72,00	1.800,00	VDO
	9	und	30,00	58056	RELOGIO 1318/1390	315,00	9.450,00	VDO
	10	und	15,00	58057	ENGRENAGEM IMÃ	34,00	510,00	VDO
	11	und	15,00	58058	CABO FLEXIVEL 16 VIAS	108,00	1.620,00	REVIQ
	12	und	15,00	58059	CONJUNTO ODOMETRO 1318	84,00	1.260,00	VDO
	13	und	50,00	58060	PORCA PROLONG VELOCIMETRO MB	11,00	550,00	VDO
	14	und	15,00	58061	REDUTOR 08695:1	194,00	2.910,00	VDO
	15	und	25,00	58062	SENSOR HALL 1318 4P	345,00	8.625,00	VDO
	16	und	6,00	58063	TACOGRAFO ELETRONICO 1318 7D	2.400,00	14.400,00	VDO
	17	und	6,00	58064	TACOGRAFO MTCO 1390 7D	2.550,00	15.300,00	VDO
	18	und	5,00	58065	TACOGRAFO ELETRONICO DIARIO	2.450,00	12.250,00	VDO
	19	und	5,00	58066	TACOGRAFO MTCO DIARIO	2.550,00	12.750,00	VDO
	20	und	100,00	58067	SERVIÇO DE AFERIR TACOGRAFOS, CERTIFICADO PELO INMETRO COM TODAS AS TAXAS INCLUSAS.	337,34	33.734,00	MARCA PRÓPRIA
	21	SER	100,00	58068	SERVIÇO DE SELAGEM CRONOTACOGRAFO	82,00	8.200,00	MARCA PRÓPRIA
	22	SER	100,00	58069	SERVIÇO DE ENSAIO	142,00	14.200,00	MARCA PRÓPRIA
	23	SER	100,00	58070	SERVIÇO DE REVISAR TACOGRAFOS	100,00	10.000,00	MARCA PRÓPRIA
	24	SER	100,00	58071	SERVIÇO DE RETIRAR E COLOCAR PAINEL	90,00	9.000,00	MARCA PRÓPRIA
	25	SER	100,00	58072	SERVIÇO DE CONSERTO DE PAINEL	503,46	50.346,00	MARCA PRÓPRIA
	26	SER	100,00	58073	SERVIÇO DE INSTALAR HORIMETRO	90,00	9.000,00	MARCA PRÓPRIA
	27	CX	100,00	58074	DISCO PARA TACOGRAFO 125KM DIARIO CAIXA COM 100 DISCOS	40,00	4.000,00	TJR
	28	CX	100,00	58075	DISCO PARA TACOGRAFO 125KM SEMANAL CAIXA COM 10 CONJUNTOS DE 7 DISCOS DISCOS	40,00	4.000,00	TJR
	29	CX	50,00	58076	DISCO PARA TACOGRAFO 180KM DIARIO CAIXA COM 100 DISCOS	38,00	1.900,00	TJR
	30	CX	50,00	58077	DISCO PARA TACOGRAFO 180KM SEMANAL CAIXA COM 10 CONJUNTOS DE 7 DISCOS	38,00	1.900,00	TJR
	31	CX	40,00	58078	BOBINA PARA TACOGRAFO SEVA SVC 3000 A	32,00	1.280,00	FIP

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
Este processo pauta-se na aquisição de: Bens de consumo, bem patrimoniais, serviços comuns, serviços técnicos especializados.
Justificar com base no estudo técnico preliminar a aquisição escolhida no item acima.
Documentação técnica específica, a ser cobrada no edital, referente ao serviço que será prestado ou ao produto a ser adquirido:
A resolução traz os requisitos mínimos do registrador, entre eles, a aprovação do Instituto Nacional de Metrologia,Qualidade e Tecnologia(INMETRO) e o registro dos dados referentes ao período de 24 horas em um único disco ou bobina dos tacografos digitais.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS
Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) entregue(s) no prazo máximo de 05 (CINCO) dias.
O serviços e entrega dos itens no local onde e feito os serviços de aferimento dos equipamentos obrigatórios conforme a lei federal 9.503/97 do código de trânsito brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia se obriga a pagar ao Detentor do Registro de Preços o valor total estimado de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) a ser pago, conforme nota de empenho e entrega dos itens, em até 30 (trinta) dias posterior ao recebimento da fatura após a confirmação de entrega dos produtos, por intermédio da tesouraria, mediante depósito eletrônico em conta corrente, conforme emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que

haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor do contrato ou ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do contrato;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do contrato, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO e DA VIGÊNCIA
O prazo de entrega dos itens será de até 05 (cinco) dias, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento e o prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento pelas partes, podendo ser prorrogado conforme prerrogativas da legislação vigente.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 01 – Infra Estrutura; 02 – Educação; 03 – Saúde; 04 – Assistência Social; 05 – Esportes; 06 – Agricultura e Meio Ambiente; 07 – Cultura e Turismo;08 – Serviços Públicos;

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
Para Serviços: 33.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; 33.90.36.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 01 de novembro de 2024.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal de Rolândia	***A ESTAÇÃO TACÓGRAFOS LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	SÉRGIO DOMINGUES
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Chefia de Gabinete

Publicado por:
Ana Paula Moreira da Silva
Código Identificador:C16B25CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
CONTRATO 132/2024

CONTRATO 132/2024

Ref.: Inexigibilidade nº 025/2024

Que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA - PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO**, portador da Cédula de Identidade/RG nº 8 XX.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX.XX,

residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86.600-218, assim denominado **CONTRATANTE,** e por outro lado **EUGÊNIO & MARQUES LTDA**, cadastrado no CNPJ/MF sob nº 01.600.153/0001-32, estabelecida na Avenida Brasil, nº. 391, sala 01, centro na cidade de **IGUARAÇU - PR**, telefone (44) 98842.7711, email administração@tecnomedmga.com, neste ato legalmente representada pela Sra. **EDILAINE CAVALCANTE DE MORAES, portadora de cédula de identidade nº 47.XXX.XXX SESP-PR e do CPF** Nº 885.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de IGUARAÇU - PR, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **CONTRATO**, fundamentado no Artigo. 74 da lei 14.133/2021 e suas alterações, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente contrato tem como objeto Contratação de empresa especializada em serviço de manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, para o Aparelho de Raio-X (marca LOTUS, modelo HF 630M), incluindo substituição imediata da peça danificada: Ampola de Raio-X (nova) e outras peças que se encontrarem com defeito, e substituição temporária do Aparelho de Raio-x em caso de necessidade, fundamentado no Artigo 74 da lei 14133/21, bem como suas alterações posteriores, devidamente ratificada em 07/11/2024, conforme tabela abaixo:
São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
b) O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
c) A Proposta do Contratado; e
d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Lote	Item	Qtd.	Descrição do produto	Valor Mensal	Valor Total
1	1	12	Manutenção preventiva e corretiva, com substituição de peças, para o Aparelho de Raio-X (marca LOTUS, modelo HF 630M), incluindo substituição imediata da peça danificada: Ampola de Raio-X (nova) e outras peças que se encontrarem com defeito, e substituição temporária do Aparelho de Raio-x em caso de necessidade	R$ 3.800,00	R$ 45.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
O início dos serviços será em imediato, o prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme interesse da administração, nas formas dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
Promover o pagamento de acordo com o instrumento contratual pré-estabelecido;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou da entrega do produto;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços e demais informações necessárias para a correta execução do fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
A empresa deverá manter os equipamentos e as instalações do objeto em perfeitas condições de funcionamento e segurança, por meio de manutenções permanentes, preventivas e corretivas, executando-a com pessoal técnico comprovadamente qualificado, sem qualquer despesa adicional do município, incluindo mão de obra necessária para a execução dos serviços.
Os serviços de **manutenção preventiva e corretiva** abrangerão a supervisão, conservação e limpeza dos equipamentos e das instalações, e a eliminação de todo e qualquer problema, defeito ou mau funcionamento, além do esclarecimento de quaisquer dúvidas da Secretaria de Saúde ou do pessoal desta relacionadas à instalação, manutenção e uso do mesmo.
A empresa deverá examinar, **periodicamente e sempre que necessário ou quando requerido pela Secretaria de Saúde**, os dispositivos de segurança dos equipamentos e instalações, bem como efetuar regulagens nos mesmos, eliminando pronta e imediatamente eventuais defeitos, inclusive com a substituição de peças, partes, componentes, cabos e acessórios defeituosos e a instalação dos correspondentes novos que se façam necessários.
A empresa deverá atender, em no **máximo 1 (um) dia útil após a solicitação**, quaisquer chamados para realização de **manutenção corretiva**, prazo do diagnóstico **máximo 1 (um) dia útil** , quando necessário, **disponibilizando os serviços durante o horário de funcionamento do Setor de Raio-X**, procedendo aos reparos e substituição de peças, partes, componentes e/ou acessórios, a fim de eliminar completamente todo e qualquer defeito constatado nos equipamentos e instalações. Sendo assim o prazo de resolução será no máximo de 02 (dois) dias úteis.
Tendo em vista que o serviço de raios-X não pode ser paralisado, a empresa deve garantir a substituição temporária do Aparelho de Raio-X em caso de necessidade.
Constatada a necessidade de substituição de peças nos equipamentos, seu fornecimento e instalação obedecerão às seguintes etapas:
Emissão de relatório circunstanciado, pela empresa, especificando o defeito apresentado e as peças que necessitam ser substituídas.
Ratificação, pela Secretaria de Saúde da necessidade de substituição das peças indicadas no relatório apresentado pela empresa.
Havendo necessidade de substituição de peças, a empresa deverá realizar o reparo seja no local onde estão instalados os equipamentos ou em oficina, a contar da aprovação do serviço pelo gestor do contrato.
Todas as peças fornecidas e instaladas pela empresa deverão ser genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior.
Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela empresa à Unidade solicitante do serviço.
Caso haja impossibilidade de apresentação das peças no prazo, a empresa deverá apresentar documento justificando a impossibilidade do fornecimento e instalação.
Itens para manutenção preventiva de raio-X:
a) Verificação ajustes e alinhamentos das partes mecânicas;
b) Verificação e ajustes nas partes elétricas ou eletrônicas;
c) Recalibração, Kv, mA, mAs, para atender as recomendações do fabricante e principalmente os protocolos da Portaria 453 ANVISA MS;
d) Lubrificação de toda parte mecânica;
e) Testes de isolação nos cabos de alta tensão;
f) Fixação e alinhamento do feixe de RX com Feixe de Luz do colimador, para atender as recomendações do fabricante e principalmente os protocolos da Portaria 453 ANVISA MS;
g) Substituições de conexões, teclas, terminais;
h) Limpeza interna e externa do equipamento;
i) Estão inclusos: óleos desingripantes, lubrificantes, isolantes, terminais, conectores, tecla, chaves de pulso, travas, material de limpeza;
j) Troca de peças, se necessário;
k) Dentre outros serviços necessários para o perfeito funcionamento do equipamento.
Itens para manutenção corretiva de raio-x:

a) Serviços de mão de obra especializada, através de reparos para eliminar defeitos ocorridos dentro das condições de utilização adequada dos equipamentos;
b) Calibração e substituição/instalação de qualquer peça ou componentes que compõem o equipamento, o uso de instrumentos de aferição calibrados específicos para a recalibração de todos os parâmetros para que os equipamentos de raios-x, atendendo todas as exigências da a Anvisa/MS.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO
Fica ajustado o valor de **R$ 45.600,00**(quarenta e cinco mil e seiscentos reais) dividido em 12 (doze) parcelas.
O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *(*IPCA ou INPC*)* de correção monetária.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) O prazo de validade;
b) A data da emissão;
c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
d) O período respectivo de execução do contrato;
e) O valor a pagar; e
f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;
5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.
13. O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial comunicado para ciência e posteriormente aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE
1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice do IPCA ou INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
3. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.
4. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

5. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão0 adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.
6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
1. Das obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Custos de tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais;
Custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da ata de registro de preços, assim definido na Norma Tributária.
2. O Detentor do Registro de Preços deve levar em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

Cláusula OITAVA - Das PENALIDADES
a) O licitante e o Contratado que incorra em infrações, conforme Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:
I) Advertência;
II) Multa;
III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo mínimo de 03(três) anos;
IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo mínimo de 03 (três) anos e não superiora 06(seis) anos;
V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços–GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos.
V.a) As sanções previstas nas alíneas “I”,“II”,“III”e“IV”do item anterior poderão ser aplicadas ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado, cumulativamente com a multa.
V.b) Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.
V.c) A multa, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato/ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21,será aplicada a quem:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
b) A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 06(seis)anos,será aplicada a quem:
I) recursar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;
II) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
III) apresentar documentação falsa;
IV) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
V) não mantiver a proposta;
VI) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
VII) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses previstas no item 12.9;
VIII) cometer fraude fiscal.
c) O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços–GMS, pelo prazo de até 06 (seis) anos,será aplicado a quem:
I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;
III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
IV - no tocante a licitações e contratos:
IV.a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
IV.b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
IV.c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
IV.d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
IV.e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
IV.f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
IV.g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
d) Cabe ao órgão e/ou entidade contratante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

e) Na hipótese do ocorrido nesta clausula, autoridade máxima do órgão e/ou entidade contratante é a autoridade competente para impor as penalidades previstas anteriormente.
f) Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:
I) Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar coma Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
II) Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior na alínea"I".
g) Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:
I) Proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
II) Os danos resultantes da infração;
III) Situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
IV) Reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
V) Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.
h) Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
i) Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos Contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.
j) Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA NONA- DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES
Quando forem verificadas situações, que ensejarem a aplicação das penalidades/multas, previstas na cláusula anterior, o CONTRATANTE dará início ao procedimento administrativo cabível, para apuração dos fatos e respectivas sanções se necessárias, mediante prévia notificação ao contratado dos atos a serem realizados.
Parágrafo Primeiro
Compete ao , quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.
Parágrafo Segundo
É facultado à CONTRATADA recorrer, conforme estabelece a legislação vigente, quando não concordar com as penalidades aplicadas

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO
Para a fiscalização, gestão e supervisão do contrato fica estipulado o que se segue:
1 - O fiscal e gestor do contrato serão indicados pelo CONTRATANTE, sendo eles capacitados para exercerem essas funções.
2 - Caberá a gestão do contrato à Gestora de Contratos a Sra. Creonice Maria Tozini a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:
a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização; d) propor medidas que melhore a execução do contrato.
3 - A fiscalização da execução dos serviços será exercida por funcionário designado pela Prefeitura Municipal de Rolândia.
4 - Fica nomeado como fiscal de contrato o Sra. **TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS D' APARECIDO** e a Sra. **VÂNIA BONFIM SANTOS YOSHIDA**, que será responsável pela fiscalização dos serviços que este termo contratual compreende, sendo responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, cobranças, notificações, elaboração de relatórios e solicitação de sanções que possam a ocorrer no decorrer da vigência do contrato
5 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.
6 - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, as quais não implicarão corresponsabilidade do CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.
7- A fiscalização e a CONTRATADA podem solicitar reuniões de gerenciamento. A finalidade será revisar os resultados e andamento dos serviços remanescentes e discutir os problemas potenciais.
7- Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento.

Cláusula DÉCIMA PRIMEIRA – Da Alteração Contratual
O CONTRATADO obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato

Cláusula DÉCIMA SEGUNDA – Da Rescisão Contratual
1. O contrato pode ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
8. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
09 – Secretaria Municipal de Saúde
09.01 – Fundo Municipal de Saúde
103020009.2.049.3390.39.00.00 Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Rolândia, Estado do Paraná, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Edital ou execução do ajuste, não resolvidas na esfera administrativa. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente instrumento para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 07 de novembro de 2024.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***EUGÊNIO & MARQUES LTDA***
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**ERIKA FERNANDA DOS S. BEZERRA**
Secretário Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Saúde
VÂNIA BONFIM SANOTS YOSHIDA	**TATIANE RIBEIRO DOS SANTOS D' APARECIDO**
Fiscal do contrato	Fiscal do contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:D96C418E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 50/2024

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no art. 74 da Lei 14.133/2021, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	Aquisição de equipamentos ortopédicos para compor o Projeto Banco Ortopédico do Rotary Club de Salto do Lontra/PR, com recursos provenientes da Emenda Impositiva nº 01, de autoria do Vereador Joel Piekler. A emenda destina o valor de R$ 71.780,01 (setenta e um mil, setecentos e oitenta reais e um centavo) como repasse para o Rotary Club, conforme previsão no art. 105-A, §1º da Lei Orgânica Municipal e na Lei Orçamentária Anual nº 499/2023	ROTARY CLUB DE SALTO DO LONTRA - PARANÁ	1,00	71.780,01	71.780,01

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
ROTARY CLUB DE SALTO DO LONTRA - PARANÁ	71.780,01

Salto do Lontra, 07 de novembro de 2024

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:FD323F4C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
ANEXO I - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05-2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

O presente termo de referência foi elaborado em atendimento as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas atualizações, que regulamentam o art. 37, XXI da Constituição Federal.

2. OBJETO:

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPARO DA CALÇADA E ENTRADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA/PR.

2.2. Descritivo/ Quantitativo:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1.	UN	35	MALHA POP	40,00	1.400,00
2.	UN	85	CIMENTO 50 KG	32,00	2.720,00
3.	UN	10	CAL HIDRATADA	14,00	140,00
4.	PC	02	PREGO 17X27	14,00	28,00
5.	KG	03	ARAME RECOZIDO TORCIDO	13,00	39,00
6.	UN	12	TABUA 30 CM	33,00	396,00
7.	UN	06	TABUA 15 CM	14,00	84,00
8.	UN	06	BARRA DE FERRO 5/16	39,00	234,00
9.	UN	05	BARRA DE FERRO 3/8	58,00	290,00
10.	UN	07	BARRA DE FERRO 4.2	12,00	84,00
11.	MT	10	AREIA GROSSA	147,00	1.470,00
12.	MT	09	PEDRA BRITA	124,00	1.116,00
13.	MT	02	AREIA MÉDIA	134,00	268,00
14.	UN	300	TIJOLO 6 FUROS	0,45	135,00
15.	UN	02	TUBO ESGOTO	53,00	106,00
16.	UN	01	CAIXA SIF.	10,00	10,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:				**R$ 8.520,00 (oito mil quinhentos e vinte reais)**	

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Com o desgaste das calçadas da Câmara Municipal ocasionado pelo longo decurso de tempo desde a construção e também pelas intempéries da natureza vão surgindo fissuras, buracos e rachaduras. O desgaste da calçada pode ser causado por vários fatores, como a movimentação do solo, que está sujeito a variações de temperatura, pressão e umidade. Essas variações podem causar a contração ou expansão do solo, o que exerce pressão sobre as estruturas de concreto e leva à formação de trincas, entre outros problemas. Deve ser realizado o conserto para o devido acesso ao prédio por parte de servidores, vereadores e população em geral, além de se garantir espaço adequado para se estacionar o veículo oficial da Câmara Municipal.
2.2. Os materiais adquiridos serão utilizados para o devido conserto a ser realizado por empresa prestadora de serviço contratada mediante processo licitatório.

2.3. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso II, Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021 e na alteração introduzida no Anexo do Decreto Federal nº 10.922/2022, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação.

3. DA ENTREGA DO MATERIAL

3.1. O fornecimento será efetuado em remessa fracionada, nas quantidades solicitadas pela Câmara Municipal, com prazo máximo de até 03 (três) dias corridos para a entrega após a solicitação.

4. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida pela servidora TAÍS FERNANDA GARBUYO DE CASTRO – CONTADOR LEGISLATIVO, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;
4.2. Durante todo o período de vigência deste contrato a CONTRATADA deverá manter um representante para contato administrativo sempre que for necessário;
4.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através dos meios oficiais de comunicação da Câmara Municipal;
4.4. Todos os atos emitidos pela fiscalização em conformidade ao edital e normas de direito aplicáveis serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

5. DAS OBRIGAÇÕES:

5.1. Da Contratada

São obrigações da CONTRATADA, além das condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, o seguinte:

5.1.1. Fornecer o objeto nas especificações contidas no termo de referência e edital;
5.1.2. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer ocorrência que impeça o fornecimento do material contratado;
5.1.3. Não subcontratar outras empresas para fornecimento do material aqui descrito;
5.1.4. Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o material fornecido;

5.1.5. Atender ao prazo de entrega dos produtos e cumprir com as obrigações previstas durante a vigência deste instrumento.

5.2. Da Contratante

São obrigações da CONTRATANTE, além das condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, o seguinte:
5.2.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento do contrato;
5.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação mediante protocolo por parte do licitante na Câmara Municipal a ser realizado dentro do prazo previstos na Lei Federal 14.133/2021 e edital;
5.2.3. Designar o responsável pela comunicação e fiscalização;

5.3 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.3.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelo cometimento das infrações previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administravas as seguintes sanções: I - Advertência; II - Multa; III - Impedimento de licitar e contratar; IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Na aplicação das sanções serão considerados: I - a natureza e a gravidade da infração cometida; II - as peculiaridades do caso concreto; III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes; IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas e condições ajustadas ou execução em desacordo com a proposta apresentada, será aplicada, garantida a ampla defesa, multa da seguinte forma: De 5% (cinco) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato em caso de atraso na prestação do serviço, observada a seguinte gradação: a) Atraso de 01 a 05 dias: multa de 5%; b) Atraso de 06 a 10 dias: multa de 10%; c) Atraso de 11 a 15 dias: multa de 15%; d) Atraso de 16 a 20 dias: multa de 20%; e) Acima de 20 dias: multa de 30%.
Se a multa aplicada e eventuais indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Constatando o descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais que ensejem a aplicação de penalidades, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço, emitirá notificação escrita a CONTRATADA, para regularização da situação.
A notificação será enviada pelo correio com aviso de recebimento, ou entregue a CONTRATADA por e-mail eletrônico mediante confirmação de recebimento, ou na sua impossibilidade, publicada no Diário Oficial. Não havendo regularização da situação por

parte da CONTRATADA, em até 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da notificação, o responsável pela fiscalização do fornecimento/serviço notificará o Presidente da Câmara Municipal para que seja instaurado o competente processo administrativo sancionatório.
Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. A Administração, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

6. DA ESTIMATIVA DE CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA

6.1. A estimativa de contratação é de até 30 (trinta) dias;

6.1.1. As etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto serão acompanhadas pela Câmara Municipal.

6.2. A vigência do contrato será de até 30 (trinta) dias, com início a partir da assinatura do instrumento contratual.

7. DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

7.1. O valor total estimado para execução dos serviços discriminados será de R$ 8.520,00 (oito mil quinhentos e vinte reais), que serão pagos pela CONTRATANTE com a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor público responsável pela fiscalização.
7.1.1. Transcorrido a fase de habilitação, a proposta entregue é irretratável e irrenunciável.
7.2. O pagamento será efetuado pelo(a) contratante em até 10 (dez) dias, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente.
7.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento, para o exercício de 2024, na seguinte dotação:

33.90.30.24.00 – Material para manutenção de bens imóveis.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A Empresa deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, com os servidores decorrentes da prestação dos serviços, sem qualquer ônus à Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, devendo providenciar a entrega de materiais sob sua responsabilidade na sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Romão dos Santos Junior, 70, Centro, Santa Amélia/PR.

Santa Amélia/PR, 06 de novembro de 2024.

PATRICK DEODATI TEIXEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:47365FEE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 806/2024

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.
I – Secretaria Municipal de saúde

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Veículo	Valor
B	André Vilalva Leal	Motorista	Cornélio Procópio	09/11/2024	Transportar paciente	BAL1747	45,00

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 7 de novembro de 2024.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emerson Antonio de Andrade
Código Identificador:76901189

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO					
PROCESSO ADMINISTRATIVO					
Modalidade:	Pregão Presencial				
Número/Ano:	38/2024		**Data de abertura:**	01/11/2024	
Data adjudicação:	01/11/2024		**Data homologação:**	05/11/2024	
Tipo de avaliação:	Por item		**Critério de avaliação:**	Menor preço	
Modo de disputa:	Fechado-Aberto		**Condição de pagamento:**	Parcelada	
Credenciamento:	Não	**Chamamento:** Não		**Registro de preço:**	Sim
Objeto da licitação:					
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE BORRACHARIA.					

Nos termos do Art. 28, inciso I, Lei 14.133/2021 e as suas alterações, o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação do Presidente da Comissão de Contratação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada , que tem como vencedor(es) abaixo

Licitante	CNPJ/CPF	Total do vencedor
DEJAIR LACERDA CAMPANUCCI 12256833860	12.628.389/0001-01	R$ 208.115,00
Total:		**R$ 208.115,00**

DEJAIR LACERDA CAMPANUCCI 12256833860 - Não Exclusivo

Código	Descrição do item	Unidade	Qtd.	Valor unit.	Valor total
14406	CAMARA DE AR 325X8	UNIDADE	24,0000	R$ 37,5000	R$ 900,00
14407	CAMARA DE AR 13/14	UNIDADE	24,0000	R$ 72,0000	R$ 1.728,00
14408	CAMARA DE AR 750X16	UNIDADE	24,0000	R$ 115,0000	R$ 2.760,00
14409	CAMARA DE AR 9.5X24	UNIDADE	24,0000	R$ 230,0000	R$ 5.520,00
14410	CAMARA DE AR 12X4X24	UNIDADE	24,0000	R$ 315,0000	R$ 7.560,00
14411	CAMARA DE AR KMX24	UNIDADE	24,0000	R$ 439,0000	R$ 10.536,00
14412	CAMARA DE AR 19.5X24	UNIDADE	24,0000	R$ 562,0000	R$ 13.488,00
14413	CAMARA DE AR 14.7X17.5	UNIDADE	24,0000	R$ 185,0000	R$ 4.440,00
14414	CAMARA DE AR 1000X20	UNIDADE	24,0000	R$ 185,0000	R$ 4.440,00
14415	CAMARA DE AR 900X20	UNIDADE	24,0000	R$ 178,0000	R$ 4.272,00
14416	CAMARA DE AR 18.4X30	UNIDADE	24,0000	R$ 583,5000	R$ 14.004,00
14417	CAMARA DE AR 17.5X25	UNIDADE	24,0000	R$ 425,0000	R$ 10.200,00
14419	PROTEROR ARO 25	UNIDADE	24,0000	R$ 252,0000	R$ 6.048,00
14420	CONSERTO PNEU MICRO ONIBUS CAMINHAO ARO 17,5/20 E 22,5	UNIDADE	40,0000	R$ 283,5000	R$ 11.340,00
14421	BALANCEAMENTO VEICULOS MEDIOS	UNIDADE	120,0000	R$ 28,0000	R$ 3.360,00
14422	BALANCEAMENTO VEICULOS LEVES	UNIDADE	150,0000	R$ 20,0000	R$ 3.000,00
15918					

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro
CEP 86225-000
CNPJ – 76.290.691/0001-77

	ALINHAMENTO VEICULOS LEVE	un	40,0000	R$ 70,0000	R$ 2.800,00
15919	ALINHAMENTO VEICULOS MEDIO	un	30,0000	R$ 90,0000	R$ 2.700,00
6268	PROTETOR ARO 20	UN	32,0000	R$ 81,0000	R$ 2.592,00
7343	CONSERTO DO PNEU MICRO ÔNIBUS, CAMINHÃO, ÔNIBUS ARO 17,5 20 E 22	UNIDADE	50,0000	R$ 49,5000	R$ 2.475,00
7344	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU MICRO ÔNIBUS, CAMINHÃO, ÔNIBUS ARO 17,5 20 E 22	UNIDADE	96,0000	R$ 44,0000	R$ 4.224,00
7345	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU MICRO ÔNIBUS, CAMINHÃO, ÔNIBUS ARO 17,5 20 E 22	UNIDADE	60,0000	R$ 40,0000	R$ 2.400,00
7346	TROCA DE BICO DO PNEU MICRO ÔNIBUS, CAMINHÃO, ÔNIBUS ARO 17,5 20 E 22	UNIDADE	60,0000	R$ 32,0000	R$ 1.920,00
7347	CONSERTO DO PNEU DA PÁ CARREGADEIRA	UNIDADE	24,0000	R$ 196,5000	R$ 4.716,00
7348	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU DA PÁ CARREGADEIRA	UNIDADE	36,0000	R$ 186,5000	R$ 6.714,00
7349	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU DA PÁ CARREGADEIRA	UNIDADE	24,0000	R$ 85,0000	R$ 2.040,00
7350	TROCA DE BICO DO PNEU DA PÁ CARREGADEIRA	UNIDADE	24,0000	R$ 69,0000	R$ 1.656,00
7351	CONSERTO DO PNEU DA AMBULANCIA, TOYOTA, ARO 16	UNIDADE	36,0000	R$ 37,5000	R$ 1.350,00
7352	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU DA AMBULANCIA, TOYOTA, ARO 16	UNIDADE	60,0000	R$ 38,5000	R$ 2.310,00
7353	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU DA AMBULANCIA, TOYOTA, ARO 16	UNIDADE	30,0000	R$ 22,0000	R$ 660,00

7354	CONSERTO DO PNEU DE TRATORES COM ÁGUA	UNIDADE	24,0000	R$ 193,5000	R$ 4.644,00
7355	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU DE TRATORES COM ÁGUA	UNIDADE	36,0000	R$ 185,5000	R$ 6.678,00
7356	CONSERTO DO PNEU ARO 24	UNIDADE	36,0000	R$ 98,5000	R$ 3.546,00
7357	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU ARO 24	UNIDADE	36,0000	R$ 97,5000	R$ 3.510,00
7358	CONSERTO DO PNEU MOTONIVELADORA	UNIDADE	36,0000	R$ 183,5000	R$ 6.606,00
7359	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU MOTONIVELADORA	UNIDADE	36,0000	R$ 174,0000	R$ 6.264,00
7360	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU MOTONIVELADORA	UNIDADE	24,0000	R$ 105,0000	R$ 2.520,00
7361	CONSERTO TRAZEIRO DO PNEU RETROESCAVADEIRA	UNIDADE	36,0000	R$ 166,5000	R$ 5.994,00
7362	CONSERTO DIANTEIRO DO PNEU RETROESCAVADEIRA	UNIDADE	36,0000	R$ 95,0000	R$ 3.420,00
7363	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU RETROESCAVADEIRA	UNIDADE	36,0000	R$ 152,5000	R$ 5.490,00
7364	CONSERTO DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS	UNIDADE	80,0000	R$ 29,0000	R$ 2.320,00
7365	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS	UNIDADE	120,0000	R$ 19,5000	R$ 2.340,00
7366	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS	UNIDADE	60,0000	R$ 13,5000	R$ 810,00
7367	BICOS S/ CÂMARAS DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS	UNIDADE	120,0000	R$ 16,0000	R$ 1.920,00
7368	CONSERTOS VULCANIZADOS DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS	UNIDADE	60,0000	R$ 35,5000	R$ 2.130,00
7369	PNEU PEQUENO DO MANCHÃO	UNIDADE	30,0000	R$ 31,0000	R$ 930,00
7370	PNEU MEDIO DO MANCHÃO	UNIDADE	30,0000	R$ 45,0000	R$ 1.350,00
7371	PNEU GRANDE DO MANCHÃO	UNIDADE	60,0000	R$ 91,5000	R$ 5.490,00
Valor Total: R$ 208.115,00					

Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão-PR
Rua Jerônimo Faria Martins, nº 514 – Ed. Odoval dos Santos – Centro
CEP 86225-000
CNPJ – 76.290.691/0001-77

SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, 5 de novembro de 2024

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:B41CF7F2

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
PREGÃO PRESENCIAL 38/2024

PREGÃO PRESENCIAL 38/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38/2024
Validade da ata: de 05/11/2024 até 05/11/2025

ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS

DEJAIR LACERDA CAMPANUCCI 12256833860

Item	Descrição	Marca	Und. medida	Quantidade	Valor unitário	Valor limite
1	ALINHAMENTO VEICULOS LEVE		un	40,0000	R$ 70,00	R$ 2.800,00
2	ALINHAMENTO VEICULOS MEDIO		un	30,0000	R$ 90,00	R$ 2.700,00
3	BALANCEAMENTO VEICULOS LEVES		UNIDADE	150,0000	R$ 20,00	R$ 3.000,00
4	BALANCEAMENTO VEICULOS MEDIOS		UNIDADE	120,0000	R$ 28,00	R$ 3.360,00
5	BICOS S/ CÂMARAS DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS		UNIDADE	120,0000	R$ 16,00	R$ 1.920,00
6	CAMARA DE AR 1000X20		UNIDADE	24,0000	R$ 185,00	R$ 4.440,00
7	CAMARA DE AR 12X4X24		UNIDADE	24,0000	R$ 315,00	R$ 7.560,00
8	CAMARA DE AR 13/14		UNIDADE	24,0000	R$ 72,00	R$ 1.728,00
9	CAMARA DE AR 14.7X17.5		UNIDADE	24,0000	R$ 185,00	R$ 4.440,00
10	CAMARA DE AR 17.5X25		UNIDADE	24,0000	R$ 425,00	R$ 10.200,00
11	CAMARA DE AR 18.4X30		UNIDADE	24,0000	R$ 583,50	R$ 14.004,00
12	CAMARA DE AR 19.5X24		UNIDADE	24,0000	R$ 562,00	R$ 13.488,00
13	CAMARA DE AR 325X8		UNIDADE	24,0000	R$ 37,50	R$ 900,00
14	CAMARA DE AR 750X16		UNIDADE	24,0000	R$ 115,00	R$ 2.760,00
15	CAMARA DE AR 9.5X24		UNIDADE	24,0000	R$ 230,00	R$ 5.520,00
16	CAMARA DE AR 900X20		UNIDADE	24,0000	R$ 178,00	R$ 4.272,00
17	CAMARA DE AR KMX24		UNIDADE	24,0000	R$ 439,00	R$ 10.536,00
18	CONSERTO DIANTEIRO DO PNEU RETROESCAVADEIRA		UNIDADE	36,0000	R$ 95,00	R$ 3.420,00
19	CONSERTO DO PNEU ARO 24		UNIDADE	36,0000	R$ 98,50	R$ 3.546,00
20	CONSERTO DO PNEU DA AMBULANCIA, TOYOTA, ARO 16		UNIDADE	36,0000	R$ 37,50	R$ 1.350,00
21	CONSERTO DO PNEU DA PÁ CARREGADEIRA		UNIDADE	24,0000	R$ 196,50	R$ 4.716,00
22	CONSERTO DO PNEU DE TRATORES COM ÁGUA		UNIDADE	24,0000	R$ 193,50	R$ 4.644,00
23	CONSERTO DO PNEU MICRO ÔNIBUS, CAMINHÃO, ÔNIBUS ARO 17,5 20 E 22		UNIDADE	50,0000	R$ 49,50	R$ 2.475,00
24	CONSERTO DO PNEU MOTONIVELADORA		UNIDADE	36,0000	R$ 183,50	R$ 6.606,00

PREGÃO PRESENCIAL 38/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38/2024
Validade da ata: de 05/11/2024 até 05/11/2025

ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS

25	CONSERTO DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS		UNIDADE	80,0000	R$ 29,00	R$ 2.320,00
26	CONSERTO PNEU MICRO ONIBUS CAMINHAO ARO 17,5/20 E 22,5		UNIDADE	40,0000	R$ 283,50	R$ 11.340,00
27	CONSERTO TRAZEIRO DO PNEU RETROESCAVADEIRA		UNIDADE	36,0000	R$ 166,50	R$ 5.994,00
28	CONSERTOS VULCANIZADOS DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS		UNIDADE	60,0000	R$ 35,50	R$ 2.130,00
29	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU ARO 24		UNIDADE	36,0000	R$ 97,50	R$ 3.510,00
30	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU DA AMBULANCIA, TOYOTA, ARO 16		UNIDADE	60,0000	R$ 38,50	R$ 2.310,00

31	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU DA PÁ CARREGADEIRA		UNIDADE	36,0000	R$ 186,50	R$ 6.714,00
32	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU DE TRATORES COM ÁGUA		UNIDADE	36,0000	R$ 185,50	R$ 6.678,00
33	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU MICRO ÔNIBUS, CAMINHÃO, ÔNIBUS ARO 17,5 20 E 22		UNIDADE	96,0000	R$ 44,00	R$ 4.224,00
34	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU MOTONIVELADORA		UNIDADE	36,0000	R$ 174,00	R$ 6.264,00
35	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU RETROESCAVADEIRA		UNIDADE	36,0000	R$ 152,50	R$ 5.490,00
36	MONTAGEM / DESMONTAGEM DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS		UNIDADE	120,0000	R$ 19,50	R$ 2.340,00
37	PNEU GRANDE DO MANCHÃO		UNIDADE	60,0000	R$ 91,50	R$ 5.490,00
38	PNEU MEDIO DO MANCHÃO		UNIDADE	30,0000	R$ 45,00	R$ 1.350,00
39	PNEU PEQUENO DO MANCHÃO		UNIDADE	30,0000	R$ 31,00	R$ 930,00
40	PROTEROR ARO 25		UNIDADE	24,0000	R$ 252,00	R$ 6.048,00
41	PROTETOR ARO 20		UN	32,0000	R$ 81,00	R$ 2.592,00
42	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU DA AMBULANCIA, TOYOTA, ARO 16		UNIDADE	30,0000	R$ 22,00	R$ 660,00
Data da emissão: 05/11/2024 14:16:24		AGILIBlue Compras e licitações - Ágili Software Brasil		Emitido por: MARCOS VINICIUS DUARTE		
PREGÃO PRESENCIAL 38/2024 **ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38/2024** **Validade da ata: de 05/11/2024 até 05/11/2025**						
ANEXO I - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS						
43	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU DA PÁ CARREGADEIRA		UNIDADE	24,0000	R$ 85,00	R$ 2.040,00
44	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU MICRO ÔNIBUS, CAMINHÃO, ÔNIBUS ARO 17,5 20 E 22		UNIDADE	60,0000	R$ 40,00	R$ 2.400,00
45	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU MOTONIVELADORA		UNIDADE	24,0000	R$ 105,00	R$ 2.520,00
46	TROCA (RODÍZIO) DO PNEU VEÍCULOS BAIXOS E MOTOS		UNIDADE	60,0000	R$ 13,50	R$ 810,00
47	TROCA DE BICO DO PNEU DA PÁ CARREGADEIRA		UNIDADE	24,0000	R$ 69,00	R$ 1.656,00
48	TROCA DE BICO DO PNEU MICRO ÔNIBUS, CAMINHÃO, ÔNIBUS ARO 17,5 20 E 22		UNIDADE	60,0000	R$ 32,00	R$ 1.920,00
Valor total						**R$ 208.115,00**

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:9F5D7A97

DIVISÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE
DECRETO Nº 2.314/2024

DECRETO Nº 2.314/2024

SÚMULA: "Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências".

Edimar Aparecido Pereira dos Santos, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1070/2023, de 11 de dezembro de 2023.
Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$ 305.097,12 (trezentos e cinco mil e noventa e sete reais e doze centavos)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Red.	Descrição	Fonte	Valor
12		**SECRETARIA DE SAUDE E PREVENCAO**		
12.001		**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**		
10.301.0007.2036		**REPASSE GOVERNO ESTADUAL**		
3.3.71.70	264	Rateio pela Participação em Consórcio Público	372	R$ 58.548,64
3.3.71.70	264	Rateio pela Participação em Consórcio Público	137	R$ 1.529,63
3.3.90.14	265	Diárias – Civil	372	R$ 4.106,32
3.3.90.30	266	Material de Consumo	137	R$ 8.846,87
3.3.90.30	266	Material de Consumo	372	R$ 115.906,00
10.301.0007.2037		**MANUTENCAO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA**		
3.3.90.30	272	Material de Consumo	494	R$ 43.870,43
13		**SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**		
13.001		**DIVISAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**		
15.452.0005.1012		**INVESTIMENTO DIVISAO OBRAS E SERVICOS PUBLICOS**		
4.4.90.51	297	Obras e Instalações	784	R$ 23.390,11
15.451.0005.1035		**EMENDA PARLAMENTAR 202340340003**		
4.4.90.51	362	Obras e Instalações	1016	R$ 48.899,12
TOTAL SUPLEMENTAR				**R$ 305.097,12**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes abaixo, não previstos no Orçamento vigente:

Descrição	Valor
Superávit Financeiro – 137 Custeio estadual	R$ 10.376,50
Superávit Financeiro – 372 Custeio estadual	R$ 178.560,96
Superávit Financeiro – 494 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.	R$ 43.870,43
Superávit Financeiro – 784 EMENDA PARLAMENTAR 672024-9	R$ 21.853,16
Excesso de Arrecadação – 784 EMENDA PARLAMENTAR 672024-9	R$ 1.536,95
Excesso de Arrecadação – 1016 Emendas Individuais Impositivas – transferência especial – (Inciso I do Art. 166-A da E.C. 105/2019).	R$ 48.899,12
TOTAL	**R$ 305.097,12**

Art. 3º - Altera a Lei Municipal nº 1.053/2023, de 21 de junho de 2023 (LDO) e a Lei Municipal nº 1.007/2021, de 07 de outubro de 2021 (PPA), em igual importância respeitando abertura de créditos Especiais das respectivas alterações orçamentárias.

Art. 4º - Fica autorizado ao Executivo Municipal, a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 07 de novembro de 2024.

EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia de Assis
Código Identificador:B397AEA2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2562/2024

Exercício: 2024
Decreto nº 2562/2024 de 24/10/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 759/2023 de 21/12/2023.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0006.2.007.		Manutenção das Atividades Administrativas	
48 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SVOU	
05.001.08.244.0017.2.108.		Manutenção do Cemitério Municipal	
200 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.0024.2.028.		Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
427 - 3.1.90.11.00.00	01101	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
06.001.12.361.0024.2.029.		Manutenção do Ensino Fundamental - MDE	
483 - 3.3.90.39.00.00	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
06.001.12.361.0024.2.030.		Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	
516 - 3.3.90.30.00.00	1903	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00
06.001.12.365.0025.2.090.		Manutenção da Educação Infantil Creche - FUNDEB	
652 - 3.1.90.04.00.00	01101	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	6.000,00
668 - 3.1.90.94.00.00	01101	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.000,00
06.001.12.367.0026.2.112.		Educação Especial - FUNDEB 30%	
709 - 3.3.50.43.00.00	01102	SUBVENÇÕES SOCIAIS	71.048,47
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.302.0030.2.045.		PAB - Unidade Pronto Atendimento	
963 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
978 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	31.951,53
10.000.00.000.0000.0.000.		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERA DOS ENCARGOS GERAIS	
10.001.28.843.0011.0.074.		Amortização e Encargos de Confissões de Dívidas - INSS	
1311 - 4.6.90.71.00.00	01000	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	6.000,00
Total Suplementação:			**170.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SVOU	
05.001.26.782.0022.2.024.		Manutenção de Estradas Vicinais	
301 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	10.000,00
05.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
05.002.15.452.0020.2.022.		Manutenção da Limpeza Pública	
336 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	18.500,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.0023.2.026.		Administração Geral da Secretaria de Educação	
382 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	11.451,53
06.001.12.361.0024.2.028.		Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
424 - 3.1.90.04.00.00	01101	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	81.048,47
06.001.12.361.0024.2.029.		Manutenção do Ensino Fundamental - MDE	
470 - 3.3.90.30.00.00	01107	MATERIAL DE CONSUMO	4.000,00
06.001.12.361.0024.2.030.		Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental	
525 - 3.3.90.39.00.00	1903	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.000,00

06.001.12.365.0025.2.032.		Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche	
555 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
06.001.27.812.0028.2.036.		Desenvolvimento das Atividades Desportivas e de Lazer	
748 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0030.2.039.		Manutenção do Programa Saúde da Família	
800 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
07.001.10.301.0030.2.044.		PAB - Programa de Atenção Básica	
877 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
07.001.10.302.0030.2.045.		PAB - Unidade Pronto Atendimento	
965 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.001.08.244.0040.2.062.		CRAS - Centro de Referência da Assistência Social	
1153 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
08.001.08.244.0040.2.098.		CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social	
1183 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	3.000,00
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E FOMENTO AGROPECUÁRIO	
09.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SICFA	
09.001.04.122.0041.2.063.		Administração Geral da Indústria, Comércio, e Fomento Agropecuário	
1259 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE HABITAÇÃO	
11.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
11.001.04.122.0006.2.010.		Manutenção das Atividades de Planejamento Projetos e Engenharia	
1344 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	5.000,00
Total Redução:			**170.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO , Estado do Paraná, em 24 de outubro de 2024.

FRANCISCO ANTONIO BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:570A50CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I - RELATÓRIO DEFINITIVO DE NOTAS DA PROVA PRÁTICA

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR - MUNICÍPIO					
CONCURSO PÚBLICO - 001/2024					
ORGANIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS					
ANEXO I - RELATÓRIO DEFINITIVO DE NOTAS DA PROVA PRÁTICA					
33 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE -					
NOME	**INSCRIÇÃO**	**PO**	**PP**	**PONTOS**	**RESULTADO**
ANA PAULA LOBO	0010561	58,60	59,00	117,60	Aprovado
CLAUDINEIA APARECIDA DA SILVA BORGES	0010069	76,40	57,00	133,40	Aprovado
FRANCIS LEIRE COLLE ALVES	0010489	63,20	65,00	128,20	Aprovado
GABRIELI DESPLANCHES FOGASSA	0010535	67,00	34,00	101,00	Reprovado
ISABELLA SILVA TELLES	0010157	64,20	73,00	137,20	Aprovado
JAQUELINE APARECIDA BACHIEGAS	0010597	54,80	57,00	111,80	Aprovado
JAQUELINE DOS SANTOS RIBEIRO	0010559	61,40	72,50	133,90	Aprovado
LILIAN ROSA DA SILVA LIMA	0010269	63,40	34,00	97,40	Reprovado
LUANA DOS SANTOS MORGAN	0010396	57,60	72,50	130,10	Aprovado
LUCAS TEIXEIRA PEIXOTO	0010397	60,40	36,00	96,40	Reprovado
MARIA EDUARDA FERREIRA BARBOSA	0010580	70,80	34,00	104,80	Reprovado
RODRIGO EDUARDO RAMALHO	0010132	63,40	55,00	118,40	Aprovado
SANDRA CANDIDA DE OLIVEIRA VIANA	0010373	67,00	84,50	151,50	Aprovado
VANESSA LOTT MARTINS	0010498	53,80	57,50	111,30	Aprovado

38 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO ESCOLAR - SEDE -					
NOME	**INSCRIÇÃO**	**PO**	**PP**	**PONTOS**	**RESULTADO**
BÁRBARA MANOELA SOARES DOS SANTOS	0010536	60,40	49,00	109,40	Reprovado
CELSO JOSE BRAGA	0010585	63,40	49,00	112,40	Reprovado
CLAUDIA PEREIRA LISBOA	0010072	61,40	59,00	120,40	Aprovado
DAIANA DA ROCHA FERNANDES	0010061	75,40	63,00	138,40	Aprovado
DAIANE DORÉ GONÇALVES	0010065	67,00	92,00	159,00	Aprovado
DAIANE DOS SANTOS GOMES	0010326	60,40	69,00	129,40	Aprovado
ELAINE AUGUSTO CORREIA FAZOLI	0010366	57,60	-	57,60	Ausente
FABIANA APARECIDA DE ASSIS	0010046	58,60	65,00	123,60	Aprovado
HELEN PRISCILA RIEDO GONCALO DE ALMEIDA	0010312	57,60	100,00	157,60	Aprovado
JACKSON FELIPE BONFINI PEREIRA	0010272	67,00	84,50	151,50	Aprovado
JAIANE VITÓRIA DO SANTOS BRITO KAMEDA	0010141	59,40	72,50	131,90	Aprovado
JÉSSICA CRISTINA DA SILVA SANTOS	0010187	62,40	-	62,40	Ausente
JULIANA MAGALHÃES VIANA SILVA	0010350	64,00	-	64,00	Ausente
KÁTIA VITÓRIA GUIMARÃES TERTO DA SILVA	0010496	53,80	86,00	139,80	Aprovado
LEONARDO AUGUSTO DOS SANTOS ROCHA	0010539	77,40	100,00	177,40	Aprovado
LIRIANARA PATRICIA GOMES LOPES	0010190	55,80	90,00	145,80	Aprovado
LUCAS FLORENCIO MAGALHÃES VOSS	0010324	88,60	100,00	188,60	Aprovado
MAIKON RENATO DE SOUZA RIBEIRO DE COITO	0010547	59,40	92,00	151,40	Aprovado
MARIA CLARA ALVES DE OLIVEIRA	0010027	57,60	92,00	149,60	Aprovado
MÔNICA SANTOS DO CARMO CABRAL	0010370	63,20	74,50	137,70	Aprovado
OSIEL MOREIRA LIMA JUNIOR	0010329	61,40	-	61,40	Ausente

RAFAEL DE PAULA OLIVEIRA	0010138	67,00	82,50	149,50	Aprovado
SABRINA SOUZA MOREIRA	0010364	61,40	57,00	118,40	Aprovado
SANDRA REGINA FREIRE SOBRAL ALVES	0010341	63,20	92,00	155,20	Aprovado
TATIANE CARDOSO NODARE	0010248	52,00	57,00	109,00	Aprovado
VERÔNICA DE FREITAS LIMA	0010111	52,00	72,50	124,50	Aprovado
VITOR GABRIEL FLÁVIO DA SILVA	0010022	68,00	72,50	140,50	Aprovado

38.1 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO ESCOLAR - DISTRITO -

NOME	INSCRIÇÃO	PO	PP	PONTOS	RESULTADO
DANIELI APARECIDA MARTINKOSKI SILVA	0010023	58,60	90,00	148,60	Aprovado
MARIANE CANASSA ROMERO	0010106	52,00	73,00	125,00	Aprovado
TAINÁ DE SOUZA SCANACAPRA	0010013	67,00	100,00	167,00	Aprovado
VANESSA APARECIDA BACCHIEGA	0010574	59,40	61,00	120,40	Aprovado
VITORIA DA SILVA BERTAGLIA	0010458	60,40	67,00	127,40	Aprovado
WESLEY MARTINS PEREIRA	0010449	64,20	77,00	141,20	Aprovado

43 - MOTORISTA I - SEDE -

NOME	INSCRIÇÃO	PO	PP	PONTOS	RESULTADO
ADEMIR ALEIXO DOS SANTOS	0010570	54,80	84,00	138,80	Aprovado
ALESSANDRO RODRIGUES DOS SANTOS	0010506	65,20	52,00	117,20	Aprovado
ALEX GONÇALVES DELECRODE	0010250	57,60	72,00	129,60	Aprovado
EMANUEL SILVA ROCHA	0010538	52,00	92,00	144,00	Aprovado
EUDNEI MAQUEDA RODRIGUES	0010012	60,40	100,00	160,40	Aprovado
FABIO ROGERIO DA SILVA	0010336	58,60	92,00	150,60	Aprovado
FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS	0010311	67,00	100,00	167,00	Aprovado
GUILHERME HENRIQUE PAULINO DOS SANTOS	0010168	68,00	100,00	168,00	Aprovado
HENRIQUE DE SOUZA	0010540	54,80	100,00	154,80	Aprovado
JUAREZ LUIZ RECH	0010231	71,80	100,00	171,80	Aprovado
JÚLIO CÉSAR DORÉ GONÇALVES	0010612	70,00	92,00	162,00	Aprovado
LAIONEL FERREIRA GALVÃO	0010511	52,80	60,00	112,80	Aprovado
LEANDRO CEZAR RAGIOTTO	0010284	65,20	100,00	165,20	Aprovado
NILTON APARECIDO DA SILVA JUNIOR	0010265	65,20	100,00	165,20	Aprovado
SAMARA ALVES DA SILVA	0010050	57,60	-	57,60	Ausente

43.1 - MOTORISTA I - DISTRITO -

NOME	INSCRIÇÃO	PO	PP	PONTOS	RESULTADO
ACACIO SOARES DOS SANTOS	0010508	63,40	92,00	155,40	Aprovado
HERLAN COUTINHO SILVA	0010016	52,00	92,00	144,00	Aprovado

70 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA URBANA -

NOME	INSCRIÇÃO	PO	PP	PONTOS	RESULTADO
AGNALDO LUIZ ONORIO DA SILVA	0010608	79,20	86,50	165,70	Aprovado
ANA PAULA DOS SANTOS SILVA	0010177	51,00	65,00	116,00	Aprovado
ANDERSON RICARDO RAGIOTTO	0010285	67,00	71,00	138,00	Aprovado
CLAUDINEIA APARECIDA DA SILVA BORGES	0010068	70,80	69,00	139,80	Aprovado
DAIANA DA ROCHA FERNANDES	0010056	58,60	84,50	143,10	Aprovado
DAIANE BISPO DA SILVA	0010565	54,80	40,00	94,80	Reprovado
DENISE BUSSOLO MARCOLIN	0010298	52,00	42,00	94,00	Reprovado
EDIANE BISPO DA SILVA	0010567	61,40	38,00	99,40	Reprovado
GABRIELA VITÓRIA BASIQUETTO	0010478	64,20	86,50	150,70	Aprovado
GENECILDA ALBUQUERQUE ALEIXO DA SILVA	0010398	52,80	96,00	148,80	Aprovado
GISLAINE DA SILVA FRANCISCO	0010582	66,20	-	66,20	Ausente
JUSSARA XAVIER DE CARVALHO	0010133	59,60	41,50	101,10	Reprovado
LUANA AMANDA DA SILVA	0010295	59,60	47,50	107,10	Reprovado
LUCIANA DOS SANTOS	0010494	53,80	51,00	104,80	Aprovado
MAIKON RENATO DE SOUZA RIBEIRO DE COITO	0010391	68,00	84,50	152,50	Aprovado
MÔNICA SANTOS DO CARMO CABRAL	0010300	59,40	75,00	134,40	Aprovado
NAELI VICENTE DOS ANJOS	0010224	61,40	65,00	126,40	Aprovado
PAULO CEZAR LIMA DE OLIVEIRA	0010412	55,80	86,50	142,30	Aprovado
RITA MARTÍNEZ MARCELINO	0010268	55,80	82,50	138,30	Aprovado
SILVIA JOELMA PEREIRA BERTA	0010240	58,60	65,00	123,60	Aprovado
VALQUÍRIA MORAES DA CRUZ DE OLIVEIRA	0010509	51,00	69,00	120,00	Aprovado

70.1 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA RURAL -

NOME	INSCRIÇÃO	PO	PP	PONTOS	RESULTADO
ANDERSON JOSÉ BAZZO	0010192	79,40	92,00	171,40	Aprovado
ANTONIO CARLOS FILHO	0010523	65,20	51,00	116,20	Aprovado
BEATRIZ FERREIRA BRÓIS	0010107	61,40	-	61,40	Ausente
CRISTIANE CARDOSO FREIRE PEREIRA	0010614	52,80	62,50	115,30	Aprovado
DAIANE DORÉ GONÇALVES	0010066	58,60	84,00	142,60	Aprovado
DAIANE FABIANE BERTAGLIA NOSIMA	0010358	59,60	84,00	143,60	Aprovado
ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	0010283	63,20	76,50	139,70	Aprovado
HELENA REGINA DOS SANTOS COSTA	0010357	52,00	49,00	101,00	Reprovado
KYSLLEN KAYOHANA BARROS BUSSOLO	0010083	57,60	82,00	139,60	Aprovado

76 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO -

NOME	INSCRIÇÃO	PO	PP	PONTOS	RESULTADO
ANDRESSA XAVIER CATOSSI	0010131	60,40	88,00	148,40	Aprovado
ANDRIELE APARECIDA OLIVEIRA LOURENÇO	0010382	58,60	51,00	109,60	Aprovado
CLEITON FRANCISCO OBINO DA SILVA	0010369	53,80	98,00	151,80	Aprovado
DAIANE DOS SANTOS GOMES	0010325	52,80	100,00	152,80	Aprovado
FABIO DANTAS DA ROCHA	0010347	56,60	74,50	131,10	Aprovado
GUILHERME MARQUES TOMIELO	0010375	51,00	90,50	141,50	Aprovado
JHONNATHAN STEVAM PIRES DE OLIVEIRA	0010210	56,60	98,00	154,60	Aprovado
LEONARDO AUGUSTO DOS SANTOS ROCHA	0010610	51,80	100,00	151,80	Aprovado
MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA ROBLES	0010605	52,00	74,50	126,50	Aprovado

MARIA ESTELA FIORE CORDEIRO	0010208	64,00	100,00	164,00	Aprovado
MARIANE ROMA GURSON FUZA	0010193	59,40	80,50	139,90	Aprovado
PAULO ANDRADE DO NASCIMENTO NETO	0010282	51,00	62,50	113,50	Aprovado
ROGERIO ONORIO DA SILVA	0010587	51,80	69,00	120,80	Aprovado
VINICIUS DE CARVALHO VANDRESEN	0010374	61,40	72,50	133,90	Aprovado
WALDYRENE ALVES LILIOSO HENNIG	0010429	54,80	92,00	146,80	Aprovado

82 - AGENTE DE TRIBUTOS -					
NOME	**INSCRIÇÃO**	**PO**	**PP**	**PONTOS**	**RESULTADO**
ANDERSON CARDOSO MARQUES	0010609	84,00	94,00	178,00	Aprovado
LARIZA YUKIE FELICIO NARIMATSU	0010348	50,80	100,00	150,80	Aprovado

117 - TRATORISTA -					
NOME	**INSCRIÇÃO**	**PO**	**PP**	**PONTOS**	**RESULTADO**
AMAURI GIMENES	0010203	50,00	100,00	150,00	Aprovado
LEONARDO CESAR CARVALHO	0010552	64,20	100,00	164,20	Aprovado
WELLITON GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA	0010328	56,60	-	56,60	Ausente

122 - PEDREIRO -					
NOME	**INSCRIÇÃO**	**PO**	**PP**	**PONTOS**	**RESULTADO**
FABIO XAVIER DE SOUZA	0010599	66,00	100,00	166,00	Aprovado
LUIZ FERNANDO DA SILVA	0010418	83,00	100,00	183,00	Aprovado
MARCIANO MARCOLIN FERREIRA	0010009	69,80	92,50	162,30	Aprovado
ROBSON DA NEVES SILVA	0010234	65,00	-	65,00	Ausente

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:97CB714C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL (AMPLA CONCORRÊNCIA)

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR - MUNICÍPIO
CONCURSO PÚBLICO - 001/2024
ORGANIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS
ANEXO II - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL (AMPLA CONCORRÊNCIA)
29 - AUXILIAR HIGIENE BUCAL -

NOME	**INSCRIÇÃO**	**NASC.**	**PO**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**
VERÔNICA DE FREITAS LIMA	0010110	19/08/1983	65,20	65,20	1º
AMANDA THAYNARA SANTOS COSTA	0010455	17/01/2001	63,20	63,20	2º

33 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE -

NOME	**INSCRIÇÃO**	**NASC.**	**PO**	**PP**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**
SANDRA CANDIDA DE OLIVEIRA VIANA	0010373	01/11/1978	67,00	84,50	151,50	1º
ISABELLA SILVA TELLES	0010157	27/11/2001	64,20	73,00	137,20	2º
JAQUELINE DOS SANTOS RIBEIRO	0010559	10/07/1991	61,40	72,50	133,90	3º
CLAUDINEIA APARECIDA DA SILVA BORGES	0010069	11/10/1984	76,40	57,00	133,40	4º
LUANA DOS SANTOS MORGAN	0010396	11/02/1997	57,60	72,50	130,10	5º
FRANCIS LEIRE COLLE ALVES	0010489	07/01/1980	63,20	65,00	128,20	6º
RODRIGO EDUARDO RAMALHO	0010132	02/12/1991	63,40	55,00	118,40	7º
ANA PAULA LOBO	0010561	06/03/1988	58,60	59,00	117,60	8º
JAQUELINE APARECIDA BACHIEGAS	0010597	15/07/1981	54,80	57,00	111,80	9º
VANESSA LOTT MARTINS	0010498	08/12/1990	53,80	57,50	111,30	10º

38 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO ESCOLAR - SEDE -

NOME	**INSCRIÇÃO**	**NASC.**	**PO**	**PP**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**
LUCAS FLORENCIO MAGALHÃES VOSS	0010324	13/05/2005	88,60	100,00	188,60	1º
LEONARDO AUGUSTO DOS SANTOS ROCHA	0010539	05/07/1992	77,40	100,00	177,40	2º
DAIANE DORÉ GONÇALVES	0010065	28/02/1998	67,00	92,00	159,00	3º
HELEN PRISCILA RIEDO GONCALO DE ALMEIDA	0010312	02/09/1990	57,60	100,00	157,60	4º
SANDRA REGINA FREIRE SOBRAL ALVES	0010341	28/01/1981	63,20	92,00	155,20	5º
JACKSON FELIPE BONFINI PEREIRA	0010272	06/04/2002	67,00	84,50	151,50	6º
MAIKON RENATO DE SOUZA RIBEIRO DE COITO	0010547	26/12/1991	59,40	92,00	151,40	7º
MARIA CLARA ALVES DE OLIVEIRA	0010027	15/05/2002	57,60	92,00	149,60	8º
RAFAEL DE PAULA OLIVEIRA	0010138	13/12/2004	67,00	82,50	149,50	9º
LIRIANARA PATRICIA GOMES LOPES	0010190	10/11/1988	55,80	90,00	145,80	10º
VITOR GABRIEL FLÁVIO DA SILVA	0010022	10/06/2000	68,00	72,50	140,50	11º
KÁTIA VITÓRIA GUIMARÃES TERTO DA SILVA	0010496	19/04/2004	53,80	86,00	139,80	12º
DAIANA DA ROCHA FERNANDES	0010061	13/09/1997	75,40	63,00	138,40	13º
MÔNICA SANTOS DO CARMO CABRAL	0010370	16/08/1978	63,20	74,50	137,70	14º
JAIANE VITÓRIA DO SANTOS BRITO KAMEDA	0010141	02/04/2005	59,40	72,50	131,90	15º
DAIANE DOS SANTOS GOMES	0010326	19/06/1993	60,40	69,00	129,40	16º
VERÔNICA DE FREITAS LIMA	0010111	19/08/1983	52,00	72,50	124,50	17º
FABIANA APARECIDA DE ASSIS	0010046	07/10/1998	58,60	65,00	123,60	18º
CLAUDIA PEREIRA LISBOA	0010072	27/05/1996	61,40	59,00	120,40	19º
SABRINA SOUZA MOREIRA	0010364	13/07/2003	61,40	57,00	118,40	20º
TATIANE CARDOSO NODARE	0010248	21/08/1998	52,00	57,00	109,00	21º

38.1 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO ESCOLAR - DISTRITO -

NOME	**INSCRIÇÃO**	**NASC.**	**PO**	**PP**	**NOTA FINAL**	**POSIÇÃO**
TAINÁ DE SOUZA SCANACAPRA	0010013	21/05/2000	67,00	100,00	167,00	1º
DANIELI APARECIDA MARTINKOSKI SILVA	0010023	11/03/1994	58,60	90,00	148,60	2º
WESLEY MARTINS PEREIRA	0010449	20/06/1997	64,20	77,00	141,20	3º
VITORIA DA SILVA BERTAGLIA	0010458	19/09/2005	60,40	67,00	127,40	4º

MARIANE CANASSA ROMERO	0010106	03/02/1997	52,00	73,00	125,00	5º
VANESSA APARECIDA BACCHIEGA	0010574	10/06/1991	59,40	61,00	120,40	6º

43 - MOTORISTA I - SEDE -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
JUAREZ LUIZ RECH	0010231	06/08/1984	71,80	100,00	171,80	1º
GUILHERME HENRIQUE PAULINO DOS SANTOS	0010168	27/12/2002	68,00	100,00	168,00	2º
FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS	0010311	12/04/1980	67,00	100,00	167,00	3º
LEANDRO CEZAR RAGIOTTO	0010284	30/04/1977	65,20	100,00	165,20	4º
NILTON APARECIDO DA SILVA JUNIOR	0010265	18/04/1987	65,20	100,00	165,20	5º
JÚLIO CÉSAR DORÉ GONÇALVES	0010612	11/05/1986	70,00	92,00	162,00	6º
EUDNEI MAQUEDA RODRIGUES	0010012	06/08/1965	60,40	100,00	160,40	7º
HENRIQUE DE SOUZA	0010540	25/01/1991	54,80	100,00	154,80	8º
FABIO ROGERIO DA SILVA	0010336	25/06/1978	58,60	92,00	150,60	9º
EMANUEL SILVA ROCHA	0010538	03/06/2000	52,00	92,00	144,00	10º
ADEMIR ALEIXO DOS SANTOS	0010570	06/12/1972	54,80	84,00	138,80	11º
ALEX GONÇALVES DELECRODE	0010250	19/08/1981	57,60	72,00	129,60	12º
ALESSANDRO RODRIGUES DOS SANTOS	0010506	05/12/1987	65,20	52,00	117,20	13º
LAIONEL FERREIRA GALVÃO	0010511	26/11/1992	52,80	60,00	112,80	14º

43.1 - MOTORISTA I - DISTRITO -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
ACACIO SOARES DOS SANTOS	0010508	31/07/1984	63,40	92,00	155,40	1º
HERLAN COUTINHO SILVA	0010016	31/01/1984	52,00	92,00	144,00	2º

52 - VIGILANTE -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PAF	NOTA FINAL	POSIÇÃO
WALLISON DA SILVA MENDES	0010089	16/11/2000	89,60	Apto	89,60	1º
EMERSON APARECIDO DA SILVA SOARES	0010200	07/08/1982	82,00	Apto	82,00	2º
ANDERSON RUZZI	0010184	07/03/1983	80,20	Apto	80,20	3º
DANIEL RIBEIRO	0010081	05/02/1988	69,80	Apto	69,80	4º
ADENILSON SOARES DOS SANTOS	0010553	06/01/1986	67,80	Apto	67,80	5º
WELLINGTON VIANA DE. FRANÇA	0010148	28/11/1994	64,20	Apto	64,20	6º
EMERSON MARIANO	0010394	20/05/1973	58,60	Apto	58,60	7º

68 - PSICÓLOGO -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	NOTA FINAL	POSIÇÃO
JOAO RICARDO DOS SANTOS ROCHA	0010490	27/10/2000	69,00	69,00	1º
MARIA LUIZA POLACHINI GALHARDO	0010071	14/04/1999	67,00	67,00	2º
JULIANA SALINAS VERRI	0010426	30/04/1996	64,20	64,20	3º
PAULA RIBEIRO DOS SANTOS	0010049	20/09/1996	51,00	51,00	4º

70 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA URBANA -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
AGNALDO LUIZ ONORIO DA SILVA	0010608	27/10/1985	79,20	86,50	165,70	1º
MAIKON RENATO DE SOUZA RIBEIRO DE COITO	0010391	26/12/1991	68,00	84,50	152,50	2º
GABRIELA VITÓRIA BASIQUETTO	0010478	21/04/2001	64,20	86,50	150,70	3º
GENECILDA ALBUQUERQUE ALEIXO DA SILVA	0010398	21/02/1984	52,80	96,00	148,80	4º
DAIANA DA ROCHA FERNANDES	0010056	13/09/1997	58,60	84,50	143,10	5º
PAULO CEZAR LIMA DE OLIVEIRA	0010412	30/12/2004	55,80	86,50	142,30	6º
CLAUDINEIA APARECIDA DA SILVA BORGES	0010068	11/10/1984	70,80	69,00	139,80	7º
RITA MARTÍNEZ MARCELINO	0010268	04/07/1987	55,80	82,50	138,30	8º
ANDERSON RICARDO RAGIOTTO	0010285	13/03/1974	67,00	71,00	138,00	9º
MÔNICA SANTOS DO CARMO CABRAL	0010300	16/08/1978	59,40	75,00	134,40	10º
NAELI VICENTE DOS ANJOS	0010224	11/06/2003	61,40	65,00	126,40	11º
SILVIA JOELMA PEREIRA BERTA	0010240	17/08/1975	58,60	65,00	123,60	12º
VALQUÍRIA MORAES DA CRUZ DE OLIVEIRA	0010509	22/03/1992	51,00	69,00	120,00	13º
ANA PAULA DOS SANTOS SILVA	0010177	28/04/1997	51,00	65,00	116,00	14º
LUCIANA DOS SANTOS	0010494	05/10/1992	53,80	51,00	104,80	15º

70.1 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA RURAL -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
ANDERSON JOSÉ BAZZO	0010192	24/10/1981	79,40	92,00	171,40	1º
DAIANE FABIANE BERTAGLIA NOSIMA	0010358	07/12/1981	59,60	84,00	143,60	2º
DAIANE DORÉ GONÇALVES	0010066	28/02/1998	58,60	84,00	142,60	3º
ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	0010283	16/02/1995	63,20	76,50	139,70	4º
KYSLLEN KAYOHANA BARROS BUSSOLO	0010083	03/01/2006	57,60	82,00	139,60	5º
ANTONIO CARLOS FILHO	0010523	10/12/1962	65,20	51,00	116,20	6º
CRISTIANE CARDOSO FREIRE PEREIRA	0010614	13/07/1986	52,80	62,50	115,30	7º

71 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM - SEDE -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	NOTA FINAL	POSIÇÃO
ALYNE ALVES FRYDRIGEVSKI	0010238	09/01/1999	63,40	63,40	1º

71.1 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM - DISTRITO -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	NOTA FINAL	POSIÇÃO
ANIELI DE PAULA DUARTE	0010551	21/07/1988	71,80	71,80	1º
HELENA REGINA DOS SANTOS COSTA	0010359	14/03/1991	54,80	54,80	2º
ANA CAROLINA OLIVEIRA DA SILVA	0010388	23/07/1995	54,80	54,80	3º

76 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
MARIA ESTELA FIORE CORDEIRO	0010208	27/11/2001	64,00	100,00	164,00	1º
JHONNATHAN STEVAM PIRES DE OLIVEIRA	0010210	04/08/1997	56,60	98,00	154,60	2º
DAIANE DOS SANTOS GOMES	0010325	19/06/1993	52,80	100,00	152,80	3º

CLEITON FRANCISCO OBINO DA SILVA	0010369	21/11/1991	53,80	98,00	151,80	4º
LEONARDO AUGUSTO DOS SANTOS ROCHA	0010610	05/07/1992	51,80	100,00	151,80	5º
ANDRESSA XAVIER CATOSSI	0010131	05/07/2003	60,40	88,00	148,40	6º
WALDYRENE ALVES LILIOSO HENNIG	0010429	17/08/1993	54,80	92,00	146,80	7º
GUILHERME MARQUES TOMIELO	0010375	20/02/1997	51,00	90,50	141,50	8º
MARIANE ROMA GURSON FUZA	0010193	24/01/1998	59,40	80,50	139,90	9º
VINICIUS DE CARVALHO VANDRESEN	0010374	31/01/2001	61,40	72,50	133,90	10º
FABIO DANTAS DA ROCHA	0010347	22/04/1986	56,60	74,50	131,10	11º
MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES DA SILVA ROBLES	0010605	11/05/1980	52,00	74,50	126,50	12º
ROGERIO ONORIO DA SILVA	0010587	21/12/1987	51,80	69,00	120,80	13º
PAULO ANDRADE DO NASCIMENTO NETO	0010282	19/02/1978	51,00	62,50	113,50	14º
ANDRIELE APARECIDA OLIVEIRA LOURENÇO	0010382	23/03/1986	58,60	51,00	109,60	15º

82 - AGENTE DE TRIBUTOS -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
ANDERSON CARDOSO MARQUES	0010609	11/01/1994	84,00	94,00	178,00	1º
LARIZA YUKIE FELICIO NARIMATSU	0010348	03/02/1991	50,80	100,00	150,80	2º

113 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO - SEDE -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PAF	NOTA FINAL	POSIÇÃO
ADENILSON SOARES DOS SANTOS	0010554	06/01/1986	70,80	Apto	70,80	1º
ANDERSON DANTAS MONTEIRO	0010447	12/02/2006	65,20	Apto	65,20	2º
VITOR HUGO SILVA DOS SANTOS	0010064	27/05/2005	55,60	Apto	55,60	3º
JORGE LUIZ MORAIS CABRAL	0010409	17/02/2004	51,00	Apto	51,00	4º

113.1 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO - DISTRITO -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PAF	NOTA FINAL	POSIÇÃO
ELISERGIO NARDIN	0010461	10/01/1984	68,00	Apto	68,00	1º
ALISON FELIPE MIGUEL SANTOS	0010047	04/02/2001	57,60	Apto	57,60	2º

117 - TRATORISTA -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
LEONARDO CESAR CARVALHO	0010552	06/03/1981	64,20	100,00	164,20	1º
AMAURI GIMENES	0010203	20/01/1974	50,00	100,00	150,00	2º

121 - ASSISTENTE SOCIAL -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	NOTA FINAL	POSIÇÃO
GIOVANA RODRIGUES ALVES CREMONEZI	0010140	24/03/1994	80,20	80,20	1º
JAQUELINE LANZA ZINATO	0010372	13/06/1999	78,40	78,40	2º
CAMILA MIQUELLI RIBEIRO NEVES	0010139	01/03/1988	69,80	69,80	3º
EMMILY CRISTINA BRITO DE SOUZA	0010351	02/04/1998	69,00	69,00	4º
REGINA BORGES BESERRA	0010121	05/11/1983	67,00	67,00	5º
CLAUDIA PEREIRA LISBOA	0010073	27/05/1996	59,40	59,40	6º

122 - PEDREIRO -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	PAF	NOTA FINAL	POSIÇÃO
FABIO XAVIER DE SOUZA	0010599	15/09/1980	66,00	100,00	Apto	166,00	1º
MARCIANO MARCOLIN FERREIRA	0010009	13/07/1990	69,80	92,50	Apto	162,30	2º

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:0C449FDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL (AFRODESCENDENTES)

SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR - MUNICÍPIO
CONCURSO PÚBLICO - 001/2024
ORGANIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS
ANEXO III - RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL (AFRODESCENDENTES)

33 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE SAÚDE -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
JAQUELINE DOS SANTOS RIBEIRO	0010559	10/07/1991	61,40	72,50	133,90	1º

43 - MOTORISTA I - SEDE -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
GUILHERME HENRIQUE PAULINO DOS SANTOS	0010168	27/12/2002	68,00	100,00	168,00	1º

70 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA URBANA -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
AGNALDO LUIZ ONORIO DA SILVA	0010608	27/10/1985	79,20	86,50	165,70	1º

70.1 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ÁREA RURAL -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	PP	NOTA FINAL	POSIÇÃO
ELIANE APARECIDA DOS SANTOS	0010283	16/02/1995	63,20	76,50	139,70	1º

121 - ASSISTENTE SOCIAL -

NOME	INSCRIÇÃO	NASC.	PO	NOTA FINAL	POSIÇÃO
EMMILY CRISTINA BRITO DE SOUZA	0010351	02/04/1998	69,00	69,00	1º

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:68B90F3E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 16/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos da lavanderia hospitalar, atendendo as necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Izabel do Oeste – PR, com Recursos Próprios, para um período de 1 (um) ano, com Recursos Próprios.

EMPRESA VENCEDORA:
ALGE T ELETRONICA E TECNOLOGIA APLICADA LTDA
CNPJ: 06.146.505/0001-45
Av. Carlos Correa Borges, 3178, Bairro Jardim Atami
Maringá/PR
CEP: 87.062-202

Lote	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Cód. Despesa	Cód. Almox.	R$ Unitário	R$ Total
1	1	1	Serv.	Mão-de-obra para manutenção preventiva em secadora modelo DL 41 DRY LIGHT – ano de fabricação 01/2018, série 6598, marca Maltec. Emissão de laudo técnico posterior, pelo responsável técnico, e emissão de ART.	394	46259	1.450,00	1.450,00
1	2	1	Serv.	Mão-de-obra para manutenção preventiva em centrifuga, modelo EC 35 – ano de fabricação 04/2018, série 6718, marca Maltec. Emissão de laudo técnico posterior, pelo responsável técnico, e emissão de ART.	394	46260	1.450,00	1.450,00
1	3	1	Serv.	Mão-de-obra para manutenção preventiva em calandra, modelo CL 163 DRY LIGHT – ano de fabricação 04/2018, série 6709, marca Maltec. Emissão de laudo técnico posterior, pelo responsável técnico, e emissão de ART.	394	46261	1.450,00	1.450,00
1	4	100	Serv.	Hora técnica para manutenções corretivas, com laudo técnico, de acordo com padrões técnicos recomendados pelo fabricante e pelas normas vigentes. Se o equipamento ou algum componente dele, necessitar ser retirado das dependências da instituição, para a realização do serviço de Manutenção Corretiva, a responsabilidade, bem como as despesas, quaisquer que sejam, correrão por conta da contratada, bem como a disponibilização de outro que possa ser substituído no período do reparo. Comparecer em até 12 horas, após o chamado.	394	150441	380,00	38.000,00
1	5	1	Unid.	Peças, acessórios, materiais e componentes em geral para manutenções preventivas e corretivas, das máquinas e equipamentos da lavanderia hospitalar.	388	150280	10.000,00	10.000,00

VALOR TOTAL: R$ 52.350,00 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta reais).

Homologo a presente inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso I do Art. 74 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 07 de novembro de 2024.

MOACIR MAROSTICA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Alexandre Luiz Baioto Forte
Código Identificador:BC2BEBB7

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DECRETO 3713_2024 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO - DIVERSOS (LIMITE 15%)

DECRETO Nº 3713
Data: 07/11/2024

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Santa Izabel do Oeste para o Exercício Financeiro de 2024.

O Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº. 2670 de 22 de novembro de 2023 e da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 43, § 1º, inciso III.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Santa Izabel do Oeste - PR, um Crédito Adicional Suplementar no Exercício Financeiro de 2024, no valor R$ 145.358,15 (cento e quarenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social
Unidade	001	Fundo Municipal da Assistência Social
Função	0008	Assistência Social

Subfunção	0244	Assistência Comunitária	
Programa de Governo	0016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
Meta	2141	Manutenção do Bloco de Proteção Especial de Média Complexidade	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	1.000,00
Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social	
Unidade	001	Fundo Municipal da Assistência Social	
Função	0008	Assistência Social	
Subfunção	0244	Assistência Comunitária	
Programa de Governo	0016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
Meta	2142	Manutenção do Bloco de Gestão do Bolsa Familia e Cadastro Único	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		00940	300,00
Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social	
Unidade	001	Fundo Municipal da Assistência Social	
Função	0008	Assistência Social	
Subfunção	0244	Assistência Comunitária	
Programa de Governo	0016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
Meta	2144	Bloco de Proteção Social Básica	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339014000000000000 - Diárias - civil		00000	1.000,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	5.000,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	5.000,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	5.000,00
Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social	
Unidade	004	Direção do Dpto de Assistência Social	
Função	0008	Assistência Social Assistência à Criança e ao Adolescente	
Subfunção	0243		
Programa de Governo	0011	PROMOVENDO A CIDADANIA	
Meta	2039	Manutenção do Conselho Tutelar	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339014000000000000 - Diárias - civil		00000	1.000,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	500,00
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		00000	3.600,00
Órgão	03	Secret. Municipal de Administracao - Sme	
Unidade	001	Div. de Serv. Gerais e Recursos Humanos	
Função	0004	Administração	
Subfunção	0122	Administracao Geral	
Programa de Governo	0002	ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA	
Meta	2004	Manutencao das Atividades Administrativas	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339030000000000000 - Material de consumo		00000	500,00
3339030000000000000 - Material de consumo		00000	3.000,00
3339030000000000000 - Material de consumo		00000	1.000,00
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00000	16.000,00
Órgão	04	Secretária Municipal da Fazenda	
Unidade	001	Div.contab.tesouraria, Trib.e Fiscal.	
Função	0004	Administração	
Subfunção	0123	Administração Financeira	
Programa de Governo	0002	ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA	
Meta	2006	Manutencao das Unidades da Fazenda	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339091000000000000 - Sentenças judiciais		00000	13.000,00
3339091000000000000 - Sentenças judiciais		00000	10.000,00
3339091000000000000 - Sentenças judiciais		00000	8.000,00
Órgão	05	Secretaria Municip. de Servicos Publicos	
Unidade	001	Div. de Transportes Rod. Municipal	
Função	0026	Transporte	
Subfunção	0782	Transporte Rodoviário	
Programa de Governo	0003	ESTRADA PARA TODOS	
Meta	2007	Manutenção dos Serviços Rodoviários	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física		00000	500,00
Órgão	06	Secretaria Munic. da Expansao Economica	
Unidade	001	Div. de Agropecuaria	
Função	0020	Agricultura	
Subfunção	0606	Extensão Rural	
Programa de Governo	0005	AGRICULTURA INTEGRADA	
Meta	2011	Manutenção da Produção Agropecuária	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339030000000000000 - Material de consumo		00000	10.000,00
Órgão	07	Secretaria Municipal da Educacao	
Unidade	001	Div.adm.escolar e Assist.educando	
Função	0012	Educação	
Subfunção	0361	Ensino Fundamental	
Programa de Governo	0007	EDUCAÇÃO INTEGRADA - FAMÍLIA, ESC.e SOC	
Meta	2020	Manutenção da Merenda Escolar/creche/eja	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		01042	4.000,00
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		00104	10.000,00
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		00104	13.420,04
Órgão	07	Secretaria Municipal da Educacao	
Unidade	001	Div.adm.escolar e Assist.educando	
Função	0012	Educação	
Subfunção	0361	Ensino Fundamental	
Programa de Governo	0007	EDUCAÇÃO INTEGRADA - FAMÍLIA, ESC.e SOC	
Meta	2071	Manutenção do Transporte Escolar	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00103	1.517,13

3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00104	857,96
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00104	225,00
Órgão	07	Secretaria Municipal da Educacao	
Unidade	001	Div.adm.escolar e Assist.educando	
Função	0012	Educação	
Subfunção	0361	Ensino Fundamental	
Programa de Governo	0007	EDUCAÇÃO INTEGRADA - FAMÍLIA, ESC.e SOC	
Meta	2148	Manutenção dos Programas do Ensino Fundamental	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339014000000000000 - Diárias - civil		00103	5.000,00
3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física		00103	1.000,00
Órgão	07	Secretaria Municipal da Educacao	
Unidade	001	Div.adm.escolar e Assist.educando	
Função	0012	Educação	
Subfunção	0365	Educação Infantil	
Programa de Governo	0007	EDUCAÇÃO INTEGRADA - FAMÍLIA, ESC.e SOC	
Meta	2149	Manutenção dos Programas da Educação Infantil	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		00104	676,00
Órgão	08	Secretaria Munic da Cultura e do Esporte	
Unidade	001	Divisao da Cultura e Esporte	
Função	0027	Desporto e Lazer	
Subfunção	0812	Desporto Comunitário	
Programa de Governo	0008	CULTURA E ESPORTE POPULAR	
Meta	2031	Manutenção do Esporte e da Cultura	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339031000000000000 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras		00000	3.253,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	479,02
Órgão	09	Secretaria Municipal da Saude	
Unidade	002	Fundo Municipal da Saude	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0301	Atenção Básica	
Programa de Governo	0024	REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Meta	2110	Manutenção da Rede de Atenção Primária	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339014000000000000 - Diárias - civil		00303	2.000,00
3339014000000000000 - Diárias - civil		00303	3.000,00
3339014000000000000 - Diárias - civil		00303	1.000,00
3339014000000000000 - Diárias - civil		00303	1.000,00
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		00303	300,00
Órgão	09	Secretaria Municipal da Saude	
Unidade	002	Fundo Municipal da Saude	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa de Governo	0028	REDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC	
Meta	2044	Manutenção das Atividades do Consórcio ARSS/CRE	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3337170000000000000 - Rateio pela participação em consórcio público		00303	5.000,00
Órgão	09	Secretaria Municipal da Saude	
Unidade	002	Fundo Municipal da Saude	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa de Governo	0028	REDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC	
Meta	2114	Manutenção da Rede de Média e Alta Complexidade	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00303	1.000,00
3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física		00303	230,00
Órgão	09	Secretaria Municipal da Saude	
Unidade	002	Fundo Municipal da Saude	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa de Governo	0029	REDE DE URGÊNCIA E MERGÊNCIA	
Meta	2101	Manutenção das Atividades do Consórcio CIRUSPAR/SAMU	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3447170000000000000 - Rateio pela participação em consórcio público		00303	600,00
Órgão	09	Secretaria Municipal da Saude	
Unidade	002	Fundo Municipal da Saude	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0303	Suporte Profilático e Terapêutico	
Programa de Governo	0026	REDE DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
Meta	2112	Manutenção da Rede de Assistência Farmacêutica	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		00303	6.400,00

Art. 2º - Para cobertura do presente DECRETO, serão utilizados os recursos oriundos do cancelamento das dotações a seguir:

Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social	
Unidade	001	Fundo Municipal da Assistência Social	
Função	0008	Assistência Social	
Subfunção	0244	Assistência Comunitária	
Programa de Governo	0016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
Meta	2037	Programa Municipal da Família Acolhedora (Lei 2.311_2020)	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339030000000000000 - Material de consumo		00000	2.000,00
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		00000	3.000,00
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00000	2.500,00
3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física		00000	5.000,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	2.500,00

3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	1.000,00
Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social	
Unidade	001	Fundo Municipal da Assistência Social	
Função	0008	Assistência Social	
Subfunção	0244	Assistência Comunitária	
Programa de Governo	0016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
Meta	2141	Manutenção do Bloco de Proteção Especial de Média Complexidade	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339030000000000000 - Material de consumo		00000	1.000,00
Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social	
Unidade	001	Fundo Municipal da Assistência Social	
Função	0008	Assistência Social	
Subfunção	0244	Assistência Comunitária	
Programa de Governo	0016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
Meta	2142	Manutenção do Bloco de Gestão do Bolsa Familia e Cadastro Único	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		00940	300,00
Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social	
Unidade	002	Fundo Municipal - Fmdca	
Função	0008	Assistência Social	
Subfunção	0243	Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa de Governo	0017	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Meta	6037	Manutenção de Serviços à Criança/adolescente	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		00000	5.000,00
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		00000	3.000,00
3449052000000000000 - Equipamentos e material permanente		00000	3.600,00

Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social	
Unidade	002	Fundo Municipal - Fmdca	
Função	0008	Assistência Social	
Subfunção	0243	Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa de Governo	0017	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Meta	6046	Programa de Medidas Sócio Educativa - SINASE	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	2.000,00
Órgão	10	Secretaria Munic. de Assistencia Social	
Unidade	004	Direção do Dpto de Assistência Social	
Função	0008	Assistência Social	
Subfunção	0243	Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa de Governo	0011	PROMOVENDO A CIDADANIA	
Meta	2039	Manutenção do Conselho Tutelar	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00000	500,00
Órgão	12	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
Unidade	001	Divisão de Meio Ambiente	
Função	0018	Gestão Ambiental	
Subfunção	0541	Preservação e Conservação Ambiental	
Programa de Governo	0012	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
Meta	2152	Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339036000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa física		00000	1.000,00
Órgão	03	Secret. Municipal de Administracao - Sme	
Unidade	001	Div. de Serv. Gerais e Recursos Humanos	
Função	0004	Administração	
Subfunção	0122	Administracao Geral	
Programa de Governo	0002	ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA	
Meta	2004	Manutencao das Atividades Administrativas	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339008000000000000 - Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar		00000	230,00
3339014000000000000 - Diárias - civil		00000	1.000,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	3.000,00
3339040000000000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica		00000	16.000,00
Órgão	03	Secret. Municipal de Administracao - Sme	
Unidade	001	Div. de Serv. Gerais e Recursos Humanos	
Função	0099	Reserva de Contingência	
Subfunção	0999	Reserva de contingência	
Programa de Governo	0009	Reserva de Contingência	
Meta	9099	Reserva de Contingência	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3999999000000000000 - Reserva de contingência		00000	10.000,00
3999999000000000000 - Reserva de contingência		00000	8.000,00
3999999000000000000 - Reserva de contingência		00000	3.253,00
3999999000000000000 - Reserva de contingência		00000	3.000,00
3999999000000000000 - Reserva de contingência		00000	1.000,00
3999999000000000000 - Reserva de contingência		00000	1.000,00
Órgão	04	Secretária Municipal da Fazenda	
Unidade	001	Div.contab.tesouraria, Trib.e Fiscal.	
Função	0004	Administração	
Subfunção	0123	Administração Financeira	
Programa de Governo	0002	ADMINISTRAÇÃO INTEGRADA	
Meta	2006	Manutencao das Unidades da Fazenda	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339093000000000000 - Indenizações e restituições		00000	13.000,00
Órgão	05	Secretaria Municip. de Servicos Publicos	
Unidade	002	Div. de Servicos Urbanos	
Função	0015	Urbanismo	
Subfunção	0452	Servicos Urbanos	

Programa de Governo	0004	CRESCE SANTA IZABEL	
Meta	2008	Manutenção dos Serviços Públicos Urbano	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	500,00
Órgão	06	Secretaria Munic. da Expansao Economica	
Unidade	002	Div. de Industria e Comercio	
Função	0022	Indústria	
Subfunção	0661	Promoção Industrial	
Programa de Governo	0006	TRABALHO E CIDADANIA	
Meta	2015	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00000	5.000,00
Órgão	07	Secretaria Municipal da Educacao	
Unidade	001	Div.adm.escolar e Assist.educando	
Função	0012	Educação	
Subfunção	0361	Ensino Fundamental	
Programa de Governo	0007	EDUCAÇÃO INTEGRADA - FAMÍLIA,ESC.e SOC	
Meta	2020	Manutenção da Merenda Escolar/creche/eja	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339030000000000000 - Material de consumo		01042	2.000,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		01042	2.000,00
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		00103	13.420,04
Órgão	07	Secretaria Municipal da Educacao	
Unidade	001	Div.adm.escolar e Assist.educando	
Função	0012	Educação	
Subfunção	0361	Ensino Fundamental	
Programa de Governo	0007	EDUCAÇÃO INTEGRADA - FAMÍLIA, ESC.e SOC	
Meta	2071	Manutenção do Transporte Escolar	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339030000000000000 - Material de consumo		00103	479,02
3339030000000000000 - Material de consumo		00103	1.517,13
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00103	857,96
Órgão	07	Secretaria Municipal da Educacao	
Unidade	001	Div.adm.escolar e Assist.educando	
Função	0012	Educação	
Subfunção	0361	Ensino Fundamental	
Programa de Governo	0007	EDUCAÇÃO INTEGRADA - FAMÍLIA, ESC.e SOC	
Meta	2148	Manutenção dos Programas do Ensino Fundamental	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339080000000000000 - Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar		00103	225,00
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00103	676,00
Órgão	07	Secretaria Municipal da Educacao	
Unidade	001	Div.adm.escolar e Assist.educando	
Função	0012	Educação	
Subfunção	0365	Educação Infantil	
Programa de Governo	0007	EDUCAÇÃO INTEGRADA - FAMÍLIA, ESC.e SOC	
Meta	2149	Manutenção dos Programas da Educação Infantil	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3319016000000000000 - Outras despesas variáveis - pessoal civil		00104	5.000,00
3319113000000000000 - Contribuições patronais		00104	5.000,00
Órgão	08	Secretaria Munic da Cultura e do Esporte	
Unidade	001	Divisao da Cultura e Esporte	
Função	0027	Desporto e Lazer	
Subfunção	0812	Desporto Comunitário	
Programa de Governo	0008	CULTURA E ESPORTE POPULAR	
Meta	2031	Manutenção do Esporte e da Cultura	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00000	1.500,00
Órgão	09	Secretaria Municipal da Saude	
Unidade	001	Divisão de Direção do Departamento	
Função	0004	Administração	
Subfunção	0122	Administracao Geral	
Programa de Governo	0010	VIGILÂNCIA EM SAÚDE - BUSC. QUALID. VIDA	
Meta	2125	Manutenção da Direção do Departamento de Saúde	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00000	300,00
Órgão	09	Secretaria Municipal da Saude	
Unidade	002	Fundo Municipal da Saude	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0301	Atenção Básica	
Programa de Governo	0024	REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Meta	2110	Manutenção da Rede de Atenção Primária	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339032000000000000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita		00303	600,00
3339033000000000000 - Passagens e despesas com locomoção		00303	1.000,00
3339034000000000000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização		00303	5.000,00
3339034000000000000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização		00303	6.400,00
Órgão	09	Secretaria Municipal da Saude	
Unidade	002	Fundo Municipal da Saude	
Função	0010	Saúde	
Subfunção	0301	Atenção Básica	
Programa de Governo	0033	GESTÃO DO SUS	
Meta	2139	Programa de Qualificação dos Conselhos Municipais de Saúde-PQCMS	
Despesa		**Fonte**	**2024**
3339039000000000000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica		00303	2.000,00

Art. 3º - Ficam Ajustadas as Cotas de Receitas e o Cronograma de desembolso que sofreram alterações em virtude do presente decreto.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2024.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 7 de novembro de 2024.

MOACIR MAROSTICA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Everton Leandro Camargo Mendes
Código Identificador:EFF05F92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão Eletrônico
Nº 25/2024

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão Eletrônico Nº 25/2024***, que teve como objeto ***Aquisição de Materiais para Desenvolvimento e Aplicação de Cursos e Oficinas em atendimento ao Programa de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV) às famílias beneficiadas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

COMÉRCIO DE LINHAS E LÃS SANTA ROSA LTDA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
4	1	TULE FILÓ DE ARMAÇÃO 1,20 m de largura – branco, rosa.	DELFIN DELFIN		MTS	100,00	4,02	402,00
4	2	COLLANT DE BALLET meia manga infantil – decote redondo, collant em helanca 100% poliamida – tamanhos 04, 06, 08, 10, 12 (cores básicas- preto, branco e rosa)	CLL CLL		UN	60,00	48,87	2.932,20
4	3	MEIA CALÇA DE BALLET em helanca – alta durabilidade – tamanhos infantis 00, 0, PP – cores básicas (preto, branco e rosa)	CLL CLL		UN	60,00	15,33	919,80
4	4	SAPATILHA DE BALLET Sapatilha de ballet meia ponta de lona – elástico no peito do pé - forro em algodão – tamanhos entre o 26 e o 36 – cores básicas (preto, branco e rosa)	CLL CLL		PAR	60,00	34,10	2.046,00
TOTAL								6.300,00
OLMIR LUIS PECCIN								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	AGULHA DE CROCHÊ Nº 4 c/cabo de bambu ou emborrachado	CIRCULO CHOCHÊ		UN	100,00	8,00	800,00
1	2	AGULHA DE CROCHÊ Nº 3,5 C/CABO DE BAMBU OU EMBORRACHADO	CIRCULO CHOCHÊ		UN	100,00	6,80	680,00
1	3	AGULHA DE CROCHÊ N° 3 c/cabo de bambu ou emborrachado	CIRCULO CHOCHÊ		UN	100,00	6,50	650,00
1	4	AGULHA PARA PONTO CRUZ	TAPESTRY PONTO		UN	200,00	0,70	140,00
1	5	AGULHA PARA COSTURA / MAQUINA RETA Nº DIVERSOS	SINGER RETA		UN	200,00	1,00	200,00
1	6	AGULHA PARA COSTURA / OVERLOQUE CABO FINO E GROSSO	SINGER OVERLOQUE		UN	200,00	2,00	400,00
1	7	AGULHAS/COSTURA/OVERLOQUE DIVERSOS TAMANHOS	SINGER OVERLOQUE		UN	250,00	1,20	300,00
1	8	PAR DE AGULHAS PARA TRICO - TAM. VARIADOS	CIRCULO TRICO		PAR	150,00	5,60	840,00
1	9	AGULHA PARA COSTURA N° 3	NYBC N° 3		UN	250,00	0,20	50,00
1	10	AGULHA PARA COSTURA N° 1	NYBC N° 1		UN	250,00	0,40	100,00
1	11	AGULHA PARA MÁQUINA GALONEIRA	SINGER GALOLEIRA		UN	100,00	1,40	140,00
2	1	BOLA DE ISOPOR 35 MM	STYROFORM 35 MM		UN	200,00	0,192	38,40
2	2	BOLA DE ISOPOR 80MM	STYROFORM 80MM		UN	200,00	1,24	248,00
2	3	BOLA DE ISOPOR 90MM	STYROFORM 90MM		UN	200,00	2,152	430,40
2	4	PLACAS DE ISOPOR 2CM tamanho: 1m x 0,50cm x 2cm	PLACTERM 2 CM		UN	10,00	6,64	66,40
2	5	FIBRA SILICONADA para enchimento, antialérgico, embalagem contendo 1 kg.	SANTA FÉ SILICONADA		KG	50,00	10,32	516,00
2	6	BOLA DE ISOPOR 25 MM	STYROFORM 25MM		UN	200,00	0,152	30,40
3	1	CLAVA PRO Clavas em material PVC, polipropileno, madeira e borracha. Comprimento: 51 cm. Peso aproximado 200 gramas	NEWRONIO PVC		UN	18,00	21,40	385,20
3	2	BOLA BOLHA 62 MM confeccionada com vinil atóxico livre de ftalatos recheada de painço, peso 115 gramas, pino plástico com trava, na cor azul, disponível nas cores azul, laranja, amarelo, verde, roxo e rosa.	TRIPE CIRCO VINIL		UN	30,00	19,00	570,00
3	3	ARO ARGOLA MALABARISMO Argolas (Aros) com 35 mm de diâmetro externo e 28 mm de diâmetro interno, com 4 mm de espessura e peso aproximado de 115 gramas.	TRIPE CIRCO ARGOLAS		UN	30,00	35,90	1.077,00
3	4	DEVIL STICK comprimento de 660 mm em madeira e EVA, diâmetro de 20 mm no centro e 40 mm na ponta, com par de baquetas de borracha de 63 cm.	TRIPE CIRCO MADEIRA		UN	5,00	107,40	537,00
3	5	PRATO DE EQUILIBRIO feito em plástico de alta resistência e durabilidade, acompanhando vareta de madeira de 60 cm, nas seguintes dimensões: 3x24x24 cm (altura x largura x comp.) e vareta de 60 cm	TRIPE CIRCO PLÁSTICO		UN	5,00	44,90	224,50
3	6	BANDEIRA/FLAG confeccionada em tecido poliamida cores vibrantes, peso removível com velcro, dedal duplo em fibra tubular de poliéster peso 350 gramas.	TRIPE CIRCO TECIDO		PAR	10,00	133,40	1.334,00
3	7	ROLA-ROLA Contendo 1 cilindro em PVC com 14 cm de diâmentro e 39 cm de comprimento e uma prancha de madeira com 2 cm de espessura, 80 cm de comprimento e 27 cm de largura	TRIPE CIRCO PVC		UN	5,00	254,70	1.273,50
3	8	DIABOLO Em borracha com eixo em metal, 130 mm de diâmetro, 300 gramas, ideal para palco, com baqueta de madeira e cordão de nylon	TRIPE CIRCO BORRACHA		UN	10,00	95,20	952,00
3	9	CORDA ESTATICA K2 com 10,5 mm de diâmetro e peso 90 g/m, alongamento de 2,6%, composto de 60& poliéster e 40% poliamida, carga de ruptura 3.300 kg, com grande resistência a abrasão e tração, excelente maleabilidade e baixo alongamento	K2 ESTÁTICA		MTS	50,00	32,90	1.645,00
3	10	BOLA DE RESINA PARA CONTATO MALABARES material resina, medida 100mm (aproximadamente) e peso 550gr	TRIPE CIRCO RESINA		UN	3,00	338,00	1.014,00
3	11	BAQUETA PARA DIABOLO DE ALUMINIO Ponteira com novo sistema anti-corte de cordas(peça em plástico com rosca), saída de linha frontal, comprimentos 33 cm, 35 cm ou 40 cm, acompanha linha e 2 ponteiras para reposição	TRIPE CIRCO ALUMÍNIO		UN	5,00	65,80	329,00
3	12	MINI TRAMP PRO	JOAD MINI		UN	1,00	95,20	95,20
3	13	TRAPÉZIO para a prática de acrobacia aérea, com corda 14 mm forrada em jeans, barra de ferro em 60 cm	CROSS CIRCUS AÉREA		UN	1,00	789,90	789,90

3	14	LIRA ACROBÁTICA Possui aproximadamente 90 cm de diâmetro interno, com um ponto de fixação, acabamento pintura eletrostática em pó, tamanho 80 cm, 85 cm e 90 cm, conforme disponibilidade, cor apenas branca	TRIPE CIRCO ACROBÁTICA		UN	1,00	683,90	683,90
3	15	CINTO LONJA DE SEGURANÇA Dois pontos de ancoragem reforçados, iguais e simétricos, cintura e coxas acolchoadas, a regulação das mesmas se realiza por correis sintéticas deslizantes através de anéis metálicos, de segurança, forma ergonômica para um melhor ajuste do corpo	ATHENAS DE SEGURANÇA		UN	3,00	175,60	526,80
3	16	BAMBOLÊ Arco GR oficial, tamanho adulto, com 88 cm de diâmetro, fabricado em material originalmente na cor branca, arco em PVC de alta resistência, cuja composição foi desenvolvida por profissionais especializados utilizando tecnologia adequada para proporcionar alta resistência ao material, indicado para ginastas acima de 12 anos de idade aproximadamente e/ou em fase de treinamento da modalidade de ginástica rítmica, o arco oficial proporciona à atleta maior estabilidade e precisão no manejo do aparelho.	TRIPE CIRCO ARCO		UN	10,00	156,00	1.560,00
3	17	CORDA PARA DIABOLO	TRIPE CIRCO DIABOLO		UN	70,00	12,90	903,00
5	1	BARBANTE Nº 4 85% algodão 15% outras fibras, cor: cru com no mínimo 1kg	FIAL ALGODÃO		UN	200,00	19,44	3.888,00
5	2	BARBANTE Nº 6 85% algodão 15% outras fibras, cor: cru com no mínimo 1kg	FIAL ALGODÃO		UN	200,00	22,08	4.416,00
5	3	CORDA SISAL grossa 5mm c/20mt	LULI SISAL		RL	20,00	34,355	687,10
5	4	BARBANTE Nº 2 85% algodão 15% outras fibras, cor: cru com no mínimo 1kg	FIAL ALGODÃO		UN	200,00	21,79	4.358,00
5	5	BARBANTE SISAL 300/1 c/fio fino kg bobina com no mínimo 1 kg, e no mínimo 300 mt.	RREL SISAL		UN	30,00	5,03	150,90
7	1	COLA QUENTE EM BASTÃO GROSSO - PACOTE Pacote de Bastão de Cola Quente Grosso; cor: semi-transparente; tamanho aproximado de cada bastão: 11 mm (diamêtro) x 30 cm (comprimento); tamanho mínimo do pacote: 1 kilograma.	RENDICOLLA COLA QUENTE		PCT	5,00	32,008	160,04
7	2	COLA QUENTE EM BASTÃO FINA - PACOTE Pacote de cola quente em bastão fina; cor: semi-transparente; bastão de aproximadamente 30 cm (comprimento), diâmetro 7mm, pacote com no mínimo 1kilograma.	RENDICOLLA COLA QUENTE		UN	5,00	31,104	155,52
7	3	TERMOCOLANTE medida aprox. 1 X 1	CIRCULO TERMOCOLANTE		UN	50,00	16,20	810,00
7	4	TERMOLINA LEITOSA 100 ML	ACRILEX LEITOSA		UN	100,00	9,60	960,00
7	5	COLA INSTANTANEA ULTRA RAPIDA 10G com bico antientupimento, alta temperatura, maior flexibilidade	KALA INSTANTÂNEA		UN	150,00	6,592	988,80
7	6	COLA DE EVA 35G com no mínimo 35g para uso em trabalhos de colagem com bico aplicador.	ACRILEX EVA		UN	20,00	3,20	64,00
7	7	COLA DE ISOPOR 90 GR com no mínimo 90g com bico aplicador.	ACRILEX ISOPOE		UN	30,00	3,392	101,76
7	8	COLA PARA DECOUPAGEM 60 ML GEL Reversivel soluvel em água, de fácil limpeza neutra e não tóxica.	CORFIX DECOUPAGEM		UN	60,00	6,56	393,60
7	9	GOMA LACA INDIANA 100 ML INCOLOR	ACRILEX INDIANA		UN	40,00	14,192	567,68
7	10	COLA PERMANENTE para tecido com no mínimo 37 g pronta para uso.	ACRILEX PERMANENTE		UN	30,00	4,768	143,04
7	11	COLA PERMANENTE PARA ARTESANATO características: elastômeros sintéticos, benzeno e acetato de etila(T6000) – 60 gr	TEKBOND PERMANENTE		UN	50,00	6,80	340,00
7	12	COLA DE CONTATO PARA ARTESANATO selante a base de resina sintética e solvente, secagem ao ar – adere, veda e sela – bisnaga com bico fino 50gr	PEGAMIL ARTESANATO		UN	30,00	11,60	348,00
7	13	COLA PARA ARTESANATO B7000 - 110 ML	TEKBOND ARTESANATO		UN	30,00	22,40	672,00
7	14	COLA PERMANENTE PARA PINTURA EM TECIDO COM NO MINIMO 37 ML	ACRILEX ARTESANATO		UN	80,00	4,232	338,56
8	1	ARGOLA ACRILICA Nº 100 - PCT 24 UND	BELLA ART ACRÍLICA		PCT	10,00	21,1206	211,21
8	2	ARGOLA ACRILICA Nº 200 COM 6 UNIDADE	BELLA ART ACRÍLICA		PCT	30,00	18,9483	568,45
8	3	ARGOLA DE MADEIRA 10CM	RREL MADEIRA		UN	200,00	1,4377	287,54
8	4	CHINELO tamanhos diversos e cores diversos (tipo Havaianas)	HAVAIANAS DIVERSOS		PAR	200,00	13,6193	2.723,86
8	5	CONTAS ACRILICAS PITANGA - CORES DIVERSAS Embalagem com no mínimo 10 gr.	LADEIRA ACRÍLICA		UN	500,00	1,1955	597,75
8	6	CONTAS ACRILICAS MODELO DIVERSOS - TRASPARENTE E COLORIDAS Embalagem com no mínimo 10 gr.	LADEIRA ACRÍLICA		UN	800,00	1,4611	1.168,88
8	7	LÃ PARA TRICO 40G FINA 100% ACRILICO TEX 375 - NOVELOS DE DIVERS Cores diversas.	PINGUIM TRICO		UN	250,00	5,3914	1.347,85
8	8	LINHA DE NAILON Nº 30 - ROLO C/ 100M (PESCA)	ART PESCA NAILON		UN	80,00	5,4696	437,57
8	9	VELCRO 20 X 25 - 40% POLIAMIDA 60% POLIESTER	EXCEL NAILON		UN	10,00	26,9496	269,50
8	10	LINHA PARA CROCHÊ 1.000m - 100% algodão mercerizado, tex 151, cores firmes - cores diversas	CIRCULO CROCHÊ		UN	200,00	14,0491	2.809,82
8	11	PAPEL PARA DECOUPAGE 30 X 45	LITOART DECOUPAGE		UN	70,00	1,4611	102,28
8	12	MEADAS PARA PONTO CRUZ 100% algodão - 8 metros, Cores variadas.	CIRCULO PONTO CRUZ		UN	250,00	2,5004	625,10
8	13	PURPURINA PÓ (CORES: CORES VARIADAS) 3 gr (cores variadas) cx c/12 unidades.	HONEY PÓ		PCT	20,00	9,0327	180,65
8	14	CONTAS - CANUTILHO, CHARLOTE, STRASS, RENDEL, FACETADAS, ORELHA DE RAT Variadas, medida de 10 gr.	LADEIRA CONTAS		UN	500,00	1,3439	671,95
8	15	LINHA PARA CROCHE 125 MTS 100% algodão gazada e marcerizado, cores diversas.	CIRCULO CROCHÊ		UN	100,00	4,0865	408,65
8	16	LINHA PARA CROCHE 500 METROS 100% Algodão mercerizado, 298 tex,cores diversas.	CIRCULO CROCHÊ		UN	200,00	13,0177	2.603,54
8	17	LINHA PARA ARTESANATO Tipo amigurumi, tamanho mínimo 250 metros, tex 492, cores deiversas.	CIRCULO ARTESANATO		UN	150,00	8,8217	1.323,26
8	18	LINHA PARA ARTESANATO 150 M Tex 333,58% algodão, 42% acrílico.	PINGUIM ARTESANATO		UN	200,00	8,8217	1.764,34
8	19	PEROLA 12 MM - PACOTE COM 500 G	LADEIRA 12 MM		PCT	6,00	43,6789	262,07
8	20	PEROLA 14 MM - PACOTE COM 500 G	LADEIRA 14 MM		PCT	6,00	43,718	262,31
8	21	PEROLA 18 MM - PACOTE COM 500 G	LADEIRA 15 MM		PCT	6,00	48,2251	289,35
8	22	PEROLA N° 4 - MEDIDA DE 10 GR	LADEIRA N° 4		UN	300,00	1,172	351,60
8	23	PEROLA N° 6 - MEDIDA DE 10 GR	LADEIRA N° 6		UN	300,00	1,172	351,60
8	24	PEROLA N° 8 - MEDIDA DE 10 GR	LADEIRA N° 8		UN	300,00	1,172	351,60
8	25	ISQUEIRO A GÁS Grande com peso de no minimo 23 gramas. Tipo BIC.	BIC GÁS		UN	50,00	4,2741	213,71
8	26	STENCIL ACETATO tamanhos variados – frutas, flores, texturas, infantil, barrinhas objetos...	LITOART ACETATO		UN	250,00	9,8453	2.461,33
8	27	TESOURA PARA BORDADO PONTA CURVA aço inoxidável e resina termoplástica – tamanho 9,10cm	MUNDIAL CURVA		UN	30,00	29,6923	890,77
8	28	PONTO PALITO composição 92% algodão 8% poliamida – cor branca – rolo com 50 metros – largura 22mm	HAK PALITO		RL	10,00	36,334	363,34
8	29	REGUA PARA PATCHWORK E ARTESANATO 15cmX60cm em material acrílico transparente	CIRCULO ARTESANATO		UN	15,00	34,6149	519,22
8	30	REGUA PARA PATCHWORK E ARTESANATO 15X30 CM, EM MATERIAL ACRILICO TRANSPARENTE	CIRCULO ARTESANATO		UN	15,00	25,3947	380,92
10	1	ALGODÃO EM BOLAS - 95 gr Algodão em bolas: Produzido a partir de rigorosa seleção de fibras naturais, 100% hidrofilizado, que asseguram qualidade, higiene, maciez e alto poder de absorção de líquidos aquosos e gordurosos. Pacote com no mínimo 95 gr	DENGO BOLAS		PCT	20,00	5,10	102,00
10	2	TESOURA REMOVEDORAS DE CUTÍCULAS em aço inoxidavel	MUNDIAL CUTICULAS		UN	10,00	25,90	259,00
10	3	LIXA PARA UNHAS com no mínimo 15 cm, pacote com 100 unidades.	HIGIBRAS UNHAS		PCT	1,00	5,80	5,80
10	4	ESPATULA PARA EMPURRAR CUTÍCULA em aço inoxidavel	CUTEMAX CUTICULAS		UN	10,00	6,70	67,00
10	5	AUTOCLAVE PARA TESOURAS REMOVEDORAS DE CUTICULAS capacidade de 5 litros – potência 500w – frequência 50/60 HZ – temperatura de trabalho 121ºC – pressão de trabalho 1 kg/cm2	LA BELLE CUTICULAS		UN	1,00	964,17	964,17
10	6	REMOVEDOR DE ESMALTES mínimo de 100 ml	FARMAX ESMALTE		UN	20,00	4,50	90,00
10	7	REMOVEDOR DE CUTICULAS COM NO MINIMO 100 ML	CORA CUTICULA		UN	20,00	11,10	222,00
10	8	AMOLADOR PROFISSIONAL DE TESOURA, AFIADOR DE TESOURAS PROFISSIONAL	SQ SÓ QUALIDADE AFIADOR		UN	1,00	39,40	39,40
11	1	MANTA MICRO FIBRA 90X1,00	BENE CASA MICRO FIBRA		UN	100,00	24,70	2.470,00

11	2	FITA DE CETIM Nº 0 100% poliester rolo com no mínimo 100 metros diversas cores.	EXCEL Nº 0		RL	10,00	11,68	116,80
11	3	FITA DE CETIM Nº 1 100% poliester - diversas cores com no mínimo 100 metros.	EXCEL Nº 01		RL	10,00	11,76	117,60
11	4	FITA DE CETIM Nº 3 15MM Rolo com no mínimo 50 metros	EXCEL Nº 3		RL	4,00	21,51	86,04
11	5	FITA DE CETIM Nº 5 22MM Com no mínimo 50 metros	EXCEL Nº 5		RL	4,00	21,07	84,28
11	6	FITA DE CETIM Nº 9 38MM Com no mínimo 50 metros	EXCEL Nº 9		RL	4,00	27,195	108,78
11	7	PEÇA BORDADO INGLÊS COM PASSA FITA com passa fita 13,7 x 7cm 90% poliester 10% algodão cores diversas.	EXCEL INGLÊS		RL	80,00	24,28	1.942,40
11	8	PEÇA DE SIANINHA 9MMX10M 100% VISCOSA	SÃO JOSÉ SIANINHA		RL	50,00	10,62	531,00
11	9	PEÇA DE BORDADO INGLÊS 13,70mx5cm 90% poliester 10% algodão cores diversas.	EXCEL INGLÊS		RL	80,00	13,35	1.068,00
11	10	PEÇA DE BORDADO PASSA FITA 2 CM 90% poliester 13 mt cores diversas.	EXCEL PASSA FITA		RL	80,00	15,50	1.240,00
11	11	PEÇA DE SIANINHA 5MMX10mt 100% VISCOSA	SÃO JOSÉ SIANINHA		RL	50,00	7,62	381,00
11	12	CORDÃO PARA DECORAÇÃO 1,0mm x 50m, 100% poliéster.	SÃO JOSÉ DECORAÇÃO		RL	20,00	22,48	449,60
11	13	CHITÃO COM ESTAMPAS PEQUENAS Chitão com 1,50m largura -estampas pequenas (metro)	MASCARENHAS ESTAMPAS		MTS	100,00	11,44	1.144,00
11	14	FELTRO - CORES DIVERSAS 140 X 100	SANTA FÉ CORES DIVERSAS		MTS	50,00	16,64	832,00
11	15	MALHA 100% ALGODÃO FIO 30/1 CORES CLARAS 1,20 largura cores cores claras (para recém-nascido).	4K 30/1		KG	60,00	59,54	3.572,40
11	16	RENDAS 100% POLIAMIDA - METRO 37 MM - CORES VARIADAS	NAJA 37 MM		MTS	130,00	1,03	133,90
11	17	RENDA BRODERI 2,5 CM DE LARGURA 2,5cm de largura com no mínimo 13,71 mt composição do Tecido: poliéster e algodão; composição do bordado: poliéster - cores: branco, vermelho, rosa e azul bebê.	EXCEL BRODELI		MTS	30,00	2,25	67,50
11	18	RENDA BRODERI 8 CM 8,0cm de largura por 13 mt composição do tecido: poliéster e algodão; composição do bordado: poliéster - Cores variadas	EXCEL BRODELI		UN	200,00	3,52	704,00
11	19	RENDA GUIPIR 8 cm/13,70 mt	EXCEL GUIPIR		UN	30,00	44,29	1.328,70
11	20	CORDÃO DE CETIM 1MM c/50M - CORES VARIADAS	EXCEL CETIM		RL	100,00	10,87	1.087,00
11	21	CORDÃO DE CETIM 2 MM COM 50 CM - CORES VARIADAS	EXCEL CETIM		RL	100,00	14,35	1.435,00
12	1	PINCEL CHATO CABO AMARELO Nº0 Pincel Chato Curto e Lixado de cabo longo amarelo com cerdas naturais e virola em alumínio. Indicado para pintura em Telas, Painel, Mural e Tecidos. Composição Cerdas: São os fios colhidos do porco ou javali, facilmente identificados pela finalização da extremidade em duas ou mais pontas.	PINCEIS TIGRE AMARELO		UN	30,00	2,90	87,00
12	2	PINCEL CHATO CABO AMARELO Nº2 Pincel Chato Curto e Lixado de cabo longo amarelo com cerdas naturais e virola em alumínio. Indicado para pintura em Telas, Painel, Mural e Tecidos. Composição Cerdas: São os fios colhidos do porco ou javali, facilmente identificados pela finalização da extremidade em duas ou mais pontas.	PINCEIS TIGRE AMARELO		UN	30,00	3,01	90,30
12	3	PINCEL CHATO CABO AMARELO Nº4 Pincel Chato Curto e Lixado de cabo longo amarelo com cerdas naturais e virola em alumínio. Indicado para pintura em Telas, Painel, Mural e Tecidos. Composição Cerdas: São os fios colhidos do porco ou javali, facilmente identificados pela finalização da extremidade em duas ou mais pontas.	PINCEIS TIGRE AMARELO		UN	30,00	2,89	86,70
12	4	PINCEL CHATO CABO AMARELO Nº6 Pincel Chato Curto e Lixado de cabo longo amarelo com cerdas naturais e virola em alumínio. Indicado para pintura em Telas, Painel, Mural e Tecidos. Composição Cerdas: São os fios colhidos do porco ou javali, facilmente identificados pela finalização da extremidade em duas ou mais pontas.	PINCEIS TIGRE AMARELO		UN	30,00	3,02	90,60
12	5	PINCEL CHATO CABO AMARELO Nº8 Pincel Chato Curto e Lixado de cabo longo amarelo com cerdas naturais e virola em alumínio. Indicado para pintura em Telas, Painel, Mural e Tecidos. Composição Cerdas: São os fios colhidos do porco ou javali, facilmente identificados pela finalização da extremidade em duas ou mais pontas.	PINCEIS TIGRE AMARELO		UN	30,00	3,20	96,00
12	6	PINCEL CHATO CABO AMARELO Nº10 Pincel Chato Curto e Lixado de cabo longo amarelo com cerdas naturais e virola em alumínio. Indicado para pintura em Telas, Painel, Mural e Tecidos. Composição Cerdas: São os fios colhidos do porco ou javali, facilmente identificados pela finalização da extremidade em duas ou mais pontas.	PINCEIS TIGRE AMARELO		UN	30,00	3,93	117,90
12	7	PINCEL CHATO CURTO CABO VERMELHO Nº0 Pincel Chato Curto de cabo longo vermelho com cerdas naturais e virola em alumínio Composição: Cerdas pelo orelha de boi	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	7,53	225,90
12	8	PINCEL CHATO CURTO CABO VERMELHO Nº2 Pincel Chato Curto de cabo longo vermelho com cerdas naturais e virola em alumínio Composição: Cerdas pelo orelha de boi	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	8,29	248,70
12	9	PINCEL CHATO CURTO CABO VERMELHO Nº4 Pincel Chato Curto de cabo longo vermelho com cerdas naturais e virola em alumínio Composição: Cerdas pelo orelha de boi	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	8,57	257,10
12	10	PINCEL CHATO CURTO CABO VERMELHO Nº6 Pincel Chato Curto de cabo longo vermelho com cerdas naturais e virola em alumínio Composição: Cerdas pelo orelha de boi	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	10,35	310,50
12	11	PINCEL CHATO CURTO CABO VERMELHO Nº8 Pincel Chato Curto de cabo longo vermelho com cerdas naturais e virola em alumínio Composição: Cerdas pelo orelha de boi	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	12,07	362,10
12	12	PINCEL CHATO CURTO CABO VERMELHO Nº10 Pincel Chato Curto de cabo longo vermelho com cerdas naturais e virola em alumínio Composição: Cerdas pelo orelha de boi	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	13,33	399,90
12	13	PINCEL CERDA REDONDA TIPO PITUÁ Nº0 Com cerdas naturais alvejadas em formato redondo, cabo curto de madeira e virola em alumínio.	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	8,19	245,70
12	14	PINCEL CERDA REDONDA TIPO PITUÁ Nº2 Com cerdas naturais alvejadas em formato redondo, cabo curto de madeira e virola em alumínio.	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	6,04	181,20
12	15	PINCEL CERDA REDONDA TIPO PITUÁ Nº4 Com cerdas naturais alvejadas em formato redondo, cabo curto de madeira e virola em alumínio.	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	8,22	246,60
12	16	PINCEL CERDA REDONDA TIPO PITUÁ Nº6 Com cerdas naturais alvejadas em formato redondo, cabo curto de madeira e virola em alumínio.	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	8,56	256,80
12	17	PINCEL CERDA REDONDA TIPO PITUÁ Nº8 Com cerdas naturais alvejadas em formato redondo, cabo curto de madeira e virola em alumínio.	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	17,34	520,20
12	18	PINCEL FILET Nº0 Pincel Redondo com Cerda sintética dourada, virola de alumínio, pincel para acabamento e pequenos detalhes na pintura.	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	10,03	300,90
12	19	PINCEL FILET Nº00 Pincel Redondo com Cerda sintética dourada, virola de alumínio, pincel para acabamento e pequenos detalhes na pintura.	CONDOR VERMELHO		UN	30,00	9,11	273,30
13	1	FRALDA DE PANO COM BARRA PRONTA 70 X 70 100% ALGODÃO Pacote de 05 unidades.	MINASREY ALGODÃO		PCT	200,00	12,90	2.580,00
13	2	TALCO Talco com no mínimo 200gr talco suave e delicado dermatologicamente testado sem corantes.	TABU SUAVE		UN	20,00	11,00	220,00
14	1	THINNER 900ML	FARBEN THINNER		LT	20,00	16,80	336,00
14	2	TINTA PARA TECIDO AQUARELA SILK 60 ML	ACRILEX AQUARELA		UN	100,00	5,00	500,00
14	3	CLAREADOR PARA PINTURA em tecido não tóxicas – 37 m	ACRILEX PINTURA		UN	100,00	4,80	480,00
14	4	TINTA FOSCA PARA ARTES. MATEX PVA, BASE ÁGUA 100ML - CORES VARIADAS	ACRILEX FOSCA		UN	30,00	5,80	174,00
14	5	TINTA PARA TECIDOS (CORES DIVERSAS) 37 ML	ACRILEX TECIDOS		UN	300,00	4,30	1.290,00
14	6	DILUENTE P/TINTA EM TECIDO com no mínimo 60ml . Indicada para diluir a tinta para tecido fosca	ACRILEX TECIDOS		UN	100,00	5,90	590,00
14	7	TINTA PVA (cores diversas) mínimo 37ml a base de latex com acabamento fosco.	ACRILEX PVA		UN	100,00	4,30	430,00
15	1	TOALHA DE BANHO PARA PINTAR E BORDAR - 0,70 X 1,40 - 100% ALGODÃO	VALETEX BANHO		UN	200,00	19,35	3.870,00
15	2	TOALHA DE ROSTO P/ PINTAR E BORDAR 50 X 80 - 100% ALGODÃO	VALETEX ROSTO		UN	200,00	13,00	2.600,00
15	3	TOALHAS DE LOUÇA 100% ALGODÃO 0,50X0,70 PARA FAZER CROCHÊ COM BARRADO.	ESTILOTEX LOUÇA		UN	350,00	5,00	1.750,00
15	4	TOALHA LAVABO p/pintar e bordar – 30X40 cm – cores claras	VALETEX LAVABO		UN	300,00	8,90	2.670,00
16	1	PISTOLA P/ COLA QUENTE profissional (bastão grosso) com botão liga/desliga – 60 w	GRAMP LINE COLA QUENTE		UN	30,00	30,595	917,85
16	2	PISTOLA P/ COLA QUENTE F profissional (bastão fino) com botão liga/desliga – 20 w	MAKE + COLA QUENTE		UN	30,00	25,3212	759,64
16	3	PALITO DE PICOLÉ PCT C/ 100	THEOTO PICOLÉ		PCT	50,00	2,9904	149,52
16	4	PALITO DE CHURRASCO PCTO C/ 100	THEOTO CHURRASCO		PCT	50,00	5,3931	269,66
16	5	CAIXA DE LÁPIS 6B Caixa com mínimo 12 Unidades	SERTIC 6B		CX	5,00	13,0866	65,43
16	6	EVA COM GLITER 40 X 60 CM Cores diversas, com 10 unidades.	MAKE + GLITER		PCT	30,00	30,4587	913,76
16	7	EVA TEXTURA 40X 60 CM Cores diversas, com 10 unidades.	MAKE + TEXTURA		PCT	20,00	30,5865	611,73
16	8	CANETA FANTASMINHA p/tecido – ponta 0.5mm – preta e vermelha	LEN FANTASMINHA		UN	200,00	6,3047	1.260,94
16	9	FITA CREPE - 18MM X 50 MT	ADELBRAS CREPE		UN	50,00	3,3057	165,29

16	10	PAPEL CONTAT FOSCO cor: branco, preto – 45cm/10mt	CONTACT FOSCO		RL	10,00	47,5241	475,24
16	11	ESTILETE PROFISSIONAL EMBORRACHADO – 25MM	SERTIC EMBORRACHADO		UN	70,00	29,8197	2.087,38
16	12	FURADOR PARA PAPEL E EVA gigante 50mm – formas variadas	MAKE + PAPEL		UN	15,00	54,5275	817,91
16	13	CHAVEIRO COM ETIQUETA DE POLIPROPILENO organizador de identificação – caixa com 25 unid.- cores sortidas- acompanha etiquetas-	WALEU POLIPROPILENO		CX	4,00	22,925	91,70
16	14	EVA 40 X 60 CM cores diversas, embalagem com 10 unidades	MAKE + 40X60		PCT	25,00	12,5583	313,96
17	1	PORTA RETRATO CRU 15X21 CM FRENTE COM VIDRO	MABILUCA 15X21		UN	50,00	12,50	625,00
17	2	PORTA RETRATO CRU 20X25 CM FRENTE COM VIDRO	MABILUCA 20X25		UN	50,00	19,30	965,00
TOTAL								116.899,37

TECELAGEM MADRYTEX LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
6	1	PAPEL CARBONO PARA TECIDO 66cm de comprimento/ 44 cm de largura cores: preto, amarelo, vermelho – 10 folhas	DISPEL CONFORME EDITAL		CX	10,00	16,00	160,00
6	2	ELASTICO Nº8 72% algodão 28% elastodieno 100mt	ZANOTTI CONFORME EDITAL		UN	60,00	20,20	1.212,00
6	3	LINHA PARA OVERLOQUE 100% poliester texturizado 70g - Cores diversas	TRICHE CONFORME EDITAL		UN	50,00	4,30	215,00
6	4	LINHA PARA COSTURA 2000J 2.000j 100% poliester = 1.828m - cores Diversas	TRICHE CONFORME EDITAL		RL	100,00	4,40	440,00
6	5	VIES COLORIDO FINO - 100% ALGODÃO 24MM X 50M	MAKRO CONFORME EDITAL		RL	10,00	10,40	104,00
6	6	VIES COLORIDO LARGO - 100% ALGODÃO 35MM X 20M	MAKRO CONFORME EDITAL		RL	10,00	8,30	83,00
6	7	FITA METRICA PARA COSTURA 1,50 CM composição PVC e fibra de vidro .	MAKRO CONFORME EDITAL		UN	50,00	1,80	90,00
6	8	GIZ PARA TECIDO - CORES VARIADAS - CAIXA COM 10 UNIDADES	MDX CONFORME EDITAL		CX	5,00	4,30	21,50
6	9	LINHA PARA MÁQUINA DE COSTURA RETA 2000 J 2.000j 1.328 mt cores variadas.	TRICHE CONFORME EDITAL		UN	200,00	4,00	800,00
6	10	LINHA PARA OVERLOQUE CONES GRANDES 500 G 100% Poliester texturizado 165 cores: variadas.	TRICHE CONFORME EDITAL		UN	200,00	23,80	4.760,00
6	11	PAPEL KRAFT MOLDE PARA COSTURA 60 X 1,40 M 80 G	DARCEPEL CONFORME EDITAL		RL	5,00	54,70	273,50
6	12	ALFINETE CABEÇA DE VIDRO caixa com 100 unid.	MAKRO CONFORME EDITAL		CX	50,00	8,30	415,00
6	13	ELASTICO 3 cm largura, rolo 25m	ZANOTTI CONFORME EDITAL		RL	50,00	12,20	610,00
6	14	ELASTICO 15 MM 100 metros cada	ZANOTTI CONFORME EDITAL		RL	10,00	12,20	122,00
6	15	LINHA CONES GRANDES 5000J 4.570 mt 100% poliéster, Cores: variadas	TRICHE CONFORME EDITAL		UN	200,00	9,50	1.900,00
6	16	TESOURA PARA COSTURA PROFISSIONAL aço inox com cabo emborrachado 12"	MAKRO CONFORME EDITAL		UN	30,00	29,30	879,00
6	17	TESOURA PARA ALFAIATARIA 8" inox cabo emborrachado	MAKRO CONFORME EDITAL		UN	30,00	18,50	555,00
6	18	BASE PARA CORTE DE TECIDO 60 X 90 CM	MAKRO CONFORME EDITAL		UN	10,00	115,40	1.154,00
6	19	CORTADOR ROTATIVO CIRCULAR DE TECIDO 45MM	MAKRO CONFORME EDITAL		UN	10,00	27,10	271,00
6	20	REFIL LAMINA DO CORTADOR CIRCULAR DE TECIDO 45MM	MAKRO CONFORME EDITAL		UN	100,00	15,60	1.560,00
6	21	TESOURA ARREMATE aço inoxidável e resina termoplástica – tamanho 12 cm	MAKRO CONFORME EDITAL		UN	30,00	5,70	171,00
6	22	ZIPER EM METRO Nº 3 100% poliéster - largura 2,6 cm – peso /metro linear 10gr/mt	MAKRO CONFORME EDITAL		MTS	100,00	1,70	170,00
6	23	CURSOR DE ZIPER Nº 3 feito em liga metálica – peso 1,11gr/peça – comprimento 2,7mm	MAKRO CONFORME EDITAL		UN	200,00	0,60	120,00
6	24	DESMANCHADOR DE COSTURA lâmina em aço de alta qualidade com presença de bola de segurança	MAKRO CONFORME EDITAL		UN	15,00	2,00	30,00
6	25	BOBINA ALTA para máquina de costura doméstica – material plástico transparente – tamanho total 1,1 cm de altura X 2 cm de diâmetro - pacote com 50 unid.	MAKRO CONFORME EDITAL		PCT	5,00	16,80	84,00
9	1	TECIDO SOFT Metro x 1,50 largura cores e estampas variadas.	ADAR CONFORME EDITAL		MTS	150,00	12,40	1.860,00
9	2	TECIDO FLANELA 1,70 LARGURA - CORES E ESTAMPAS VARIADAS	INCOMFRAL CONFORME EDITAL		MTS	150,00	14,20	2.130,00
9	3	TECIDO OXFORD 1,50 LARGURA - CORES E ESTAMPAS VARIADAS	ADAR CONFORME EDITAL		MTS	100,00	6,90	690,00
9	4	TECIDO BRIM METRO Tecido brim cores 1,60m largura (cores/estampas variadas)	CONSTANCIO CONFORME EDITAL		MTS	100,00	17,70	1.770,00
9	5	TNT 1,40 LARGURA GRAMATURADA 40 - DIVERSAS CORES	SUL BRASIL CONFORME EDITAL		MTS	300,00	1,60	480,00
9	6	TECIDO DE PATCHWORK Tecido para patchwork 1,50m de largura (cores/estampas variadas)	SÃO GERALDO CONFORME EDITAL		MTS	200,00	18,70	3.740,00
9	7	TECIDO RIBANA POLIÉSTER 1,20m x 1,00 largura (cores/estampas variadas)	QUATRO K CONFORME EDITAL		MTS	100,00	24,00	2.400,00
9	8	TECIDO PARA LENÇOL 1,70 LARGURA CORES E ESTAMPAS VARIADAS - ALGODÃO	SÃO GERALDO CONFORME EDITAL		MTS	250,00	6,90	1.725,00
9	9	MANTA ACRILICA SILICONADA espessura 3 cm largura 1,40 m c/ 200 g por metro utilizada em patchwork, edredon etc	PLANALTO CONFORME EDITAL		MTS	50,00	9,10	455,00
9	10	TECIDO MALHA FIO 30/01 penteado cores claras 1,20 largura.	QUATRO K CONFORME EDITAL		KG	60,00	46,20	2.772,00
9	11	TECIDO MALHA 100% ALGODÃO fio 30/1 , 1,20 largura cores cores claras (para recém-nascido).	QUATRO K CONFORME EDITAL		KG	60,00	46,20	2.772,00
9	12	TECIDO TRICOLONE Tecido tricoline (cores/estampas variadas) 1,50m largura	QUATRO K CONFORME EDITAL		MTS	200,00	13,70	2.740,00
9	13	TECIDO MICROSOFT 100% 1,50 de largura, cores e estampas variadas.	EUROTEXTIL CONFORME EDITAL		MTS	200,00	17,30	3.460,00
9	14	TECIDO MALHA VISCOLAYCRA 1,60 de largura cores e estampas variadas.	EUROTEXTIL CONFORME EDITAL		UN	200,00	25,70	5.140,00
9	15	TECIDO JACQUARD ESTAMPADO PARA TOALHA DE MESA - CORES DIVERSAS 2,80 de largura.	EUROTEXTIL CONFORME EDITAL		MTS	200,00	20,20	4.040,00
9	16	TECIDO CÃNHAMO FINO branco - 1,40 m de largura	EUROTEXTIL CONFORME EDITAL		MTS	50,00	22,42	1.121,00
9	17	TECIDO ETAMINE (ponto cruz) – 1,40 m de largura - branca	ESTILOTEX CONFORME EDITAL		MTS	70,00	16,50	1.155,00
9	18	TECIDO TALAGARÇA GROSSA cor crú – 1,40 m de largura	QUATRO K CONFORME EDITAL		UN	150,00	20,10	3.015,00

9	19	TECIDO MALHA ALGODÃO 0,80 m largura (cores/estampas variadas)	QUATRO CONFORME EDITAL	K		MTS	150,00	16,90	2.535,00
TOTAL									60.200,00

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 183.399,37 (Cento e Oitenta e Três Mil, Trezentos e Noventa e Nove Reais e Quarenta Centavos), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em sete dias de novembro de 2024.

RENATO TONIDANDEL

Publicado por:
Fernanda Carolina Bohn da Silva
Código Identificador:6861DEC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2024.

Resultado da sessão do Pregão Eletrônico n° 041/2024.

Objeto:Aquisição de insumos agrícolas e materiais diversos, destinados a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras – PR.

Em cumprimento ao disposto no art. 20, inciso XI da Lei Municipal n° 402/2009, torna-se público o resultado do Pregão Eletrônico n° 041/2024, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital, o seguinte resultado:

ITEM	Proponente Vencedora	Valor Total do Item em R$
ITEM 01	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$142.500,00
ITEM 02	BIDDEN COMERCIAL LTDA	R$2.500,00
ITEM 03	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 2.310,00
ITEM 04	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$7.500,00
ITEM 05	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.950,00
ITEM 06	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.020,00
ITEM 07	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.110,00
ITEM 08	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.198,80
ITEM 09	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 4.830,00
ITEM 10	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 210,00
ITEM 11	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.495,00
ITEM 12	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.680
ITEM 13	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.630,00
ITEM 14	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.200,00
ITEM 15	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$220,00
ITEM 16	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$220,00
ITEM 17	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 248,00
ITEM 18	BARÃOSEG LTDA	R$ 1.090,00
ITEM 19	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.285,20
ITEM 20	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.613,00
ITEM 21	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$700,00
ITEM 22	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$450,00
ITEM 23	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 2.340,00
ITEM 24	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$1.125,00
ITEM 25	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 600,00
ITEM 26	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 350,00
ITEM 27	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 400,00
ITEM 28	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 324,00
ITEM 29	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 3.750,00
ITEM 30	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 2.280,00
ITEM 31	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 220,00
ITEM 32	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 295,00
ITEM 33	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 685,00
ITEM 34	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 880,00
ITEM 35	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.300,00
ITEM 36	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 973,00
ITEM 37	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 287,00
ITEM 38	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 408,00
ITEM 39	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 302,40
ITEM 40	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 630,00
ITEM 41	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.400,00
ITEM 42	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 840,00
ITEM 43	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 700,00
ITEM 44	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$780,00
ITEM 45	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 270,00
ITEM 46	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 500,00
ITEM 47	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 247,50
ITEM 48	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 338,00
ITEM 49	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$405,00
ITEM 50	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 208,50
ITEM 51	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$360,00
ITEM 52	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 330,00
ITEM 53	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 450,00

ITEM 54	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 450,00
ITEM 55	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 360,00
ITEM 56	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 330,00
ITEM 57	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 440,00
ITEM 58	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 200,00
ITEM 59	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.104,00
ITEM 60	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 547,00
ITEM 61	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$4.725,00
ITEM 62	BARÃOSEG LTDA	R$378,00
ITEM 63	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 237,00
ITEM 64	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$180,00
ITEM 65	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 870,00
ITEM 66	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 640,00
ITEM 67	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 4.513,50
ITEM 68	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 5.145,00
ITEM 69	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 108,00
ITEM 70	PESKA SPORT COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	R$278,00
ITEM 71	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$1.973,80
ITEM 72	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.275,00
ITEM 73	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 600,00
ITEM 74	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 11.000,00
ITEM 75	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$5.950,00
ITEM 76	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 1.755,00
ITEM 77	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 10.400,00
ITEM 78	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 7.900,00
ITEM 79	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 2.075,00
ITEM 80	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 700,00
ITEM 81	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 400,00
ITEM 82	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 819,50
ITEM 83	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$3.900,00
ITEM 84	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$ 302,50
ITEM 85	FONTEL COMERCIO DE ADUBOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	R$190,00
ITEM 86	PESKA SPORT COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	R$ 229,80
ITEM 87	BARÃOSEG LTDA	R$ 179,00

São José das Palmeiras, 06/11/2024.

Publique-se

CLAUDINEI FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:49750C83

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO DIEPSNSA Nº 77/2024

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E CLÍNICA MARIA DAS NEVES LTDA – ME, CNPJ/MF nº 23.304.158/0001-50

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 77/2024 DE 17/10/2024.
OBJETO: Serviços de elaboração de perícia médica
03.001.04.122.00002.2008 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	PERICIA MÉDICA SIMPLES: UM (01) MÉDICO DO TRABALHO, PARA A AVALIAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS QUE ENCONTRAM-SE EM SITUAÇÃO DE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA	UNID	20	350,00	7.000,00
2	PERICIA MÉDICA ATRAVÉS DE JUNTA MÉDICA: UM (01) MÉDICO DO TRABALHO E UM (01) MÉDICO ESPECIALISTA DE ACORDO COM A MOLÉSIA QUE ACOMETE O SERVIDOR	UNID	10	1.050,00	10.500,00
VALOR TOTAL					**17.500,00**

Valor global: R$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais), cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 31 de outubro de 2024.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:592B8DCD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 92/2024

PORTARIA N.° 92 /2024

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

A Prefeita Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1.º - Nos termos do Art. 98 da Lei Municipal 07/1993, conceder Licença-Prêmio ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Servidor	Admissão	Período	Período de Fluição	Cargo	Lotação
193	Valdemar Bispo Nascimento	12/09/2003	2008-2013	21/11/2024 a 20/12/2024 (30 dias)	Auxiliar de Serviços Gerais A	Secr. D.V.O.U.

Art. 2.º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

NEILA DE FÁTIMA LUIZÃO FERNANDES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:583A2268

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 348/2024

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1964 e Art. 8º, Inc. III da Lei municipal nº 1455/2023.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2024, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0003.2005	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
	TOTAL	**10.000,00**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados recursos de cancelamento parcial de acordo com o que dispõe o art. 43 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e Art. 8º, Inc. III da Lei municipal nº 1455/2023.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
12	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
12.001	TURISMO, INDUSTRIA E COMERCIO	
23.695.0014.2036	IMPLANTAÇÃO, APOIO E INCENTIVO AO TURISMO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3570	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	**10.000,00**
	TOTAL	**10.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 07 de novembro de 2024.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melany Suetch
Código Identificador:14097502

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 350/2024

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no total de R$ 344.490,63 (Trezentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e noventa reais e sessenta e três centavos).

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 42, da Lei n.º 4.320/1963 e Lei municipal nº 1455/2023.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para exercício de 2024, Crédito Adicional Suplementar, conforme especifica a seguir na importância de R$ 344.490,63 (Trezentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e noventa reais e sessenta e três centavos).

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0003.2005	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
360	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	200,00
	SUBTOTAL	**15.200,00**
04	TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIARIOS	
04.001	TRANSPORTE E SERVIÇOS RODOVIARIOS	
26.782.0004.2007	MANUTENÇÃO DO TRANSP. URBANO E TRANSP. RURAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
530	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	25.000,00
	SUBTOTAL	**25.000,00**
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.364.0006.2012	MANUT. DO TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITARIOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1480	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
12.361.0006.2017	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1000	00107-Salário-Educação	14.802,50
12.364.0006.2012	MANUT. DO TRANSPORTE DE ALUNOS UNIVERSITARIOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1490	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
12.361.0006.2017	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1060	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	60.000,00
12.365.0006.2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL CRECHE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1610	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	15.000,00
12.361.0006.2017	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1140	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	26.488,13
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1160	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	100.000,00
	SUBTOTAL	**223.290,63**
09	SECRETARIA DE SAUDE	
09.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.301.0009.2023	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
2040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
2370	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	SUBTOTAL	**11.000,00**
10	ASSISTENCIA SOCIAL	
10.001	FUNDO MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0011.2027	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2990	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
08.244.0011.2029	FRENTE DE TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
2800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	**25.000,00**
11	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
20.606.0013.2032	MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
18.541.0013.2034	INCENTIVAR, RECUPERAR E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
3290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
20.606.0013.2032	MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3430	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
18.541.0013.2034	INCENTIVAR, RECUPERAR E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	

3310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.000,00
	SUBTOTAL	**14.000,00**
13	MANUTENÇÃO DA POLITICA MUN. DE RESIDUOS SOLIDOS	
13.001	MANUTENÇÃO DA POLITICA MUN. DE RESIDUOS SOLIDOS	
18.541.0013.2035	MANUTENÇÃO DA POLITICA MUN. DE RESIDUOS SOLIDOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3640	00000-Recursos Ordinários (Livres)	31.000,00
	SUBTOTAL	**31.000,00**
	TOTAL	**344.490,63**

Art. 2º - Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no artigo anterior, serão utilizados o cancelamento parcial e o excesso de arrecadação de acordo com o que dispõe o art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1964 e Lei Municipal nº 1455/2023.

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
06	EDUCAÇÃO	
06.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2017	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
980	00107-Salário-Educação	14.802,50
	SUBTOTAL	**14.802,50**
	TOTAL	**14.802,50**

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.3.2.1.01.0.1.01.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	1.462,37
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL	126.488,13
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO ICMS – PRINCIPAL	178.000,00
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - CFEM - PRINCIPAL	254,12
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO LEI Nº 7990/89 - PRINCIPAL	1.094,99
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - FEP - PRINCIPAL	22.388,52
	TOTAL	**329.688,13**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sapopema – Pr, 07 de novembro de 2024.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melany Suetch
Código Identificador:82B89B7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA DISPENSA Nº 24/2024

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 17/2024 – CMS
Fornecedor: MICHELE MARQUES LONGO
CNPJ/CPF: 32.537.902/0001-77
Valor Total: R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	**QUADRO/MOLDURA "A3"**, com as seguintes características mínimas: – medida: mínima de 520 mm x 390 mm e máxima de 530 mm x 400 (medida externa); – molduras em madeira; – Acabamento liso; – cor preta; – moldura com 30 mm de largura; – moldura com espessura mínima de 10 mm e máxima de 15 mm; – com possibilidade de orientação na posição paisagem ou retrato; – fundo do quadro em MDF; – na parte frontal deverá ter veludo preto, de modo a comportar uma folha tamanho "A3"; – com vidro antirreflexo de espessura mínima de 2 mm; – fechamento através de flexipontas; – com fixadores de parede de forma a possibilitar tanto a posição horizontal quanto vertical.	Unidade	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
Total do Fornecedor:		**R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais)**			

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 18/2024 – CMS
Fornecedor: MOLDURAS NOBRE INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.
CNPJ/CPF: 80.283.377/0001-34
Valor Total: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	**QUADRO/MOLDURA "A4"**, com as seguintes características mínimas: – medida: mínima de 395 mm x 310 mm e máxima de 405 mm x 320 (medida externa); – molduras em madeira; – Acabamento liso; – cor preta; – moldura com 30 mm de largura;	Unidade	100	R$ 45,00	R$ 4.500,00

– moldura com espessura mínima de 10 mm e máxima de 15 mm; – com possibilidade de orientação na posição paisagem ou retrato; – fundo do quadro em MDF; – na parte frontal deverá ter veludo preto, de modo a comportar uma folha tamanho "A4"; – com vidro antirreflexo de espessura mínima de 2 mm; – fechamento através de flexipontas; – com fixadores de parede de forma a possibilitar tanto a posição horizontal quanto vertical.				
Total do Fornecedor:	**R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**			

Câmara Municipal de Sarandi, 05 dias do mês de novembro de 2024.

EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"
Presidente da Câmara

Publicado por:
Vagner Rafael Vaz
Código Identificador:2AC73F2A

SECRETÁRIO M. DA JUV. CULT. ESP. E LAZER
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024 - OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS - RESULTADO PRELIMINAR

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024 - OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS
RESULTADO PRELIMINAR

LOTE 1					
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Artes Cênicas - Apresentações De Teatro - Recurso de R$ 4.000,00	Andrea Pires De Abreu	Quando as cortinas se fecham	Não	265	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Artes Cênicas - Apresentações De Teatro
Artes Cênicas - Apresentações De Teatro - Recurso de R$ 4.000,00	Andrea Pires De Abreu	Quando as cortinas se fecham	Não	265	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Artes Cênicas - Apresentações De Teatro
Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança - Recurso de R$ 4.000,00	Aline Natalia Pacífico De Lima Da Silva Paganini	Movimentos Urbanos: Workshops de Locking Dance e Hip Hop Dance	Não	285	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência -Artes Cênicas - Eventos de Danças Urbanas
Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança - Recurso de R$ 4.000,00	Luiz Henrique Da Costa Vieira	Circus Dance	Não	275	Aprovado - Vaga de cota remanejada Artes Cênicas - Eventos de Danças Urbanas
Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança - Recurso de R$ 4.000,00	Bruna Thais Viana	A arte de dançar é vida	Não	265	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência -Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança
Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança - Recurso de R$ 4.000,00	Cintya Corci Múcio	Atrações no picadeiro	Não	260	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência -Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança
Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança - Recurso de R$ 4.000,00	Cristiane Luzia Vieira Silva	Aula de Ritmos e Apresentação	Não	255	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência -Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança
Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança - Recurso de R$ 4.000,00	Alisson Rocha	Corpos em Movimento	Não	250	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Artes Cênicas - Apresentações Ou Espetáculo De Dança
Artes Cênicas - Eventos De Danças Urbanas - Recurso de R$ 4.000,00	Alisson Onilio	Caminhos da Arte: Construindo Carreiras no Hip Hop	Não	300	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência -Artes Cênicas - Eventos de Danças Urbanas
Artes Cênicas - Eventos De Danças Urbanas - Recurso de R$ 4.000,00	Marcelo Pedro Da Silva	Workshop e Apresentação	Não	280	Aprovado - Vaga de cota remanejada Artes Cênicas - Eventos de Danças Urbanas
Artes Cênicas - Eventos De Danças Urbanas - Recurso de R$ 4.000,00	Dorival Francisco Ferreira	Aprender, executar e evoluir	Não	240	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência -Artes Cênicas - Eventos de Danças Urbanas
LOTE 2					
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Artes Visuais - Exposição - Recurso de R$ 3.000,00	ANA RODES	Conexões visuais	Não	285	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Artes Visuais - Exposição
Artes Visuais - Exposição - Recurso de R$ 3.000,00	Jadi Helena Iaguela Vieira	Ecos do Espírito	Não	275	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Artes Visuais - Exposição
LOTE 3					
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Artesanato - Feira - Recurso de R$ 9.500,00	JOSE SOARES DA SILVAX	Feira: Tecendo a vida	Sim	300	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Artesanato - Feira - Recurso de R$ 9.500,00	Grasieli De Lima Kirach Da Silva	ARTE NA COMUNIDADE	Não	250	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Artesanato - Feira
Artesanato - Feira - Recurso de R$ 9.500,00	Nayara Ferreira Da Silva - Estaca & Cia	Contos e Artes – Feiras de Artesanato e Contação de Histórias	Não	185	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Artesanato - Feira
Artesanato - Feira - Recurso de R$ 9.500,00	Vandressa Lídia Moreira	Sarandi feito à mão - Valorizando o artesanato local	Não	180	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Artesanato - Feira
LOTE 4					
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Literatura - Recurso de R$ 10.500,00	Paulo Henrique Silva Rodrigues Dos Santos		Sim	305	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Literatura
Literatura - Recurso de R$ 10.500,00	Bruno Guilherme Selbmann	Literatura a Bordo: pedale para a imaginação e descubra um mundo de histórias a cada parada!	Não	230	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Literatura - Recurso de R$ 10.500,00	Elaine Aparecida Teleken Tavares-ME - Cenatrupe	Lendo Lendas - A Lenda da Gralha Azul	Não	185	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
LOTE 5					
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Música - Recurso de R$ 4.000,00	ISMAEL VIEIRA DA SILVA JUNIOR	Conifera Folk	sim	270	Aprovado - Vaga destinada à cota - Música
Música - Recurso de R$ 4.000,00	Jessica Cristina Nacar	O Hip Hop vive!	Não	270	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Música
Música - Recurso de R$ 4.000,00	Cleiton Junior De Souza	Mixando Histórias: Música e Movimento na Cultura Hip Hop	Não	265	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Música - Recurso de R$ 4.000,00	Pedro Eduardo Favero Da Silva	Workshop de ritmo e poesia	Não	255	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Música
Música - Recurso de R$ 4.000,00	Leonardo Carlos Gonzalez Malta	NAO CONSTA	Não	250	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Música
Música - Recurso de R$ 4.000,00	Adriana Paula De Souza	LEEPRA	Não	240	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Música
Música - Recurso de R$ 4.000,00	Roberto Carlos Rezende	Novas Escutas - Música	Não	240	Aprovado - Vaga de cota remanejada - Música

Música - Recurso de R$ 4.000,00	ROGERIO APARECIDO FACUNDO	TUM TUM TA	Não	235	Aprovado - Vaga de cota remanejada - Música
Música - Recurso de R$ 4.000,00	Débora Louize Pleins Ferraz	Débora Louize - Música	Não	195	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Projeto Cultural/Artístico em Prol De Ações Afirmativas
Música - Recurso de R$ 4.000,00	Leonardo Carlos Gonzalez Malta	As origens Hip Hop	Não	230	Aprovado - Vaga destinada à ampla concorrência - Música
LOTE 6					
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Projeto Cultural/Artísti co Em Prol De Ações Afirmativas - Recurso de R$ 4.000,00	Larissa Soares De Almeida	Vozes da Alma - Rimas que libertam!	Não	305	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Projeto Cultural/Artístico em Prol De Ações Afirmativas
Projeto Cultural/Artístico Em Prol De Ações Afirmativas - Recurso de R$ 4.000,00	Carlos Eduardo Gasques Antunes	Não descreveu	Não	270	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Projeto Cultural/Artístico em Prol De Ações Afirmativas

Publicado por:
Reginaldo Zauizio de Souza
Código Identificador:9A1CCA37

SECRETÁRIO M. DA JUV. CULT. ESP. E LAZER
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024 - VIDEO PRODUÇÃO - RESULTADO PRELIMINAR

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024 - VIDEO PRODUÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR

LOTE 1					
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Curta Metragem (5 minutos a 12 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado de R$ 6.265,54	Elaine Aparecida Talek	Regras da Amizade	Não	285	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido a ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Curta Metragem (5 minutos a 12 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 6.265,54	Ariel Prestes Dos Santos	“APMI e seus 41 anos”	sim	240	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Curta Metragem (5 a 12 minutos e 59 segundos)
Curta Metragem (5 minutos a 12 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 6.265,54	Daiane Caroline Machado	Renascer Ancestral	Sim	220	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência Curta Metragem (5 minutos a 12 minutos e 59 segundos)
Curta Metragem (5 minutos a 12 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 6.265,54	Luiz Antonio Marques Junior	Biomas do Brasil - Aqui se planta, aqui se colhe! (animação)	Não	180	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Curta Metragem (5 a 12 minutos e 59 segundos)
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Dione Matias	Sarandi, a cidade que conseguiu erradicar duas favelas.	Não	300	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos)
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Elaine Aparecida Teleken Tavares-Me	O Som do Trem	Não	295	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Bruno Barra Da Silva	Show Black - o filme	Sim	275	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Vinicius De Brito Marcelino - Estúdio Bonates	‘’O céu entre nós’’	Sim	275	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Bruno Barra Da Silva	Show Black - o filme	Sim	270	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Ana Rodes - Brisadiana	"No Ritmo das Ruas: O Hip Hop em Sarandi"	Não	265	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos)
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Welington Rodrigo Alves Calu	HIP HOP DE QUEBRA	sim	265	Aprovado - Vaga destinada a cotas pessoas negras - Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos)
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Jordan Golfeto Ribeiro	Melanina	Não	260	Aprovado - Remanejado ampla concorrência, vaga que era para pessoas indígena, remanejado para pessoas negras e remanejado para ampla concorrência - Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos)
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	56.240.504 Luana Boaro Seidel Mello	"Semeando Esperança"	Não	255	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Felipe Pimentel De Oliveira	‘’Sinais de Amor’’	Não	255	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Gabrielly Heloisa Pessoa	Empreendedores da Rua: Aqueles que se movem ao encontro dos seus sonhos	Não	240	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Fernanda Cristina Bertalha Selbmann	Empreendedores da Rua: Aqueles que se movem ao encontro d	Não	240	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Ariele Prestes Dos Santos	‘’Salve os Pioneiros"	Não	235	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Média Metragem 1 (30 minutos a 59 minutos) - Recurso destinado deR$ 61.314,35	Claudemar Pereira Celestino	MEMÓRIAS ANTIGAS, RELÍQUIAS PRESENTE	Não	220	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
		LOTE 3			
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Amanda De Andrade Braga	Meu mundo sem Janelas	Não	305	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Media Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos)
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Proteção Ao Menor Carente De Maringá	IDENTIDADE SOCIOCULTURAL	Não	285	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Paulo Henrique Silva Rodrigues Dos Santos	O Lino Cozinha	Sim	275	Aprovado - Vaga destinada a cotas pessoas negras - Media Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos)
Média Metragem 2 (13 minutos a 29	Tiago Da Silva	De Dentro pra Fora: Sarandi	Sim	265	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Media

minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00					Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos)
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Vinicius De Brito Marcelino	onde o vento não toca	Sim	265	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Ana Rodes	Ecos da Periferia: O Hip Hop Feminino em Sarandi	Não	265	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Alisson Onilio	"Ritmos de Rua"	Não	265	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Bruno Mello Machado	"Por que o Índio Parou no Sinal"	Não	255	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Maria Do Carmo Pereira Leite Fereira	Qual é a resposta?''	sim	245	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Paulo Vinicius Favero Da Silva	O Homem que sabia que iria morrer	Não	235	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Jose Soares Da Silva		Sim	235	Reprovado – O(a) proponente não foi classificado(a) devido à ausência comprovatória de documentos exigidos em edital, que são obrigatórios na fase de inscrição.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Bruno Mello Machado	Reflexos do Invisíve	Não	230	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado deR$ 30.000,00	Manuela Batista De Morais	"Bate-Papo em Sinais: Folia de Reis, Cultura e Vida"	Sim (Pessoa Branca)	230	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado de R$ 30.000,00	Leonardo Carlos Gonzalez Malta	Break é o Meio	Não	220	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado de R$ 30.000,00	Allana Bastos Gonzalez Malta	O amor não paga as contas.	Não	220	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
Média Metragem 2 (13 minutos a 29 minutos e 59 segundos) - Recurso destinado de R$ 30.000,00	Kainã Santos De Souza	Pescadores de vida	Não	185	Reprovado – O(a) proponente não alcançou nota final suficiente, levando em consideração a média de pontuação presente em cada critério avaliado, para ser classificado nesta fase para a categoria em que se inscreveu neste Edital.
	LOTE 4				
Categoria:	**Agente:**	**Nome Projeto:**	**Cota:**	**Pontuação Final**	**Colocação**
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Porfirio Martins Tavares	Confeccionando Um Serrador Autômato	Não	280	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Nelci Vanin Teleken	Confeccionando Empanada para Espetáculos	Não	280	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Andressa Caroline Pedroso Segala	Raízes de Força – A Jornada dos Cachos	Sim	270	Aprovado - Vaga destinada a cotas pessoas negras - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Suelen Oliveira	BASE	Não	270	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Elias Coelho Da Silva	CARNE E OSSO	Não	255	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Luciano Da Silva Vidal	Como o desenho vira ilustração científica?	Não	245	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Allana Bastos Gonzalez Malta	O amor não paga as contas.	Não	230	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Claudia Monique Alves Da Cruz	Projeto resgatando vidas	Não	225	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Daiane Caroline Machado	Hoje não	Sim	225	Aprovado - Vaga destinada a cotas pessoas negras - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Andressa Caroline Pedroso Segala	Raízes de Força – A Jornada dos Cachos	Sim	215	Aprovado - Vaga destinada a cotas pessoas negras - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)
Vídeos e vídeo clipes (03 a 06 minutos) - Recurso destinado de R$ 2.500,00	Leonardo Carlos Gonzalez Malta	Break é o Meio	Não	185	Aprovado - Vaga destinada a ampla concorrência - Vídeos e videoclipes (03 a 06 minutos)

Publicado por:
Reginaldo Zauizio de Souza
Código Identificador:A065A12A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: ATENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 47.887.311/0001-88

Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Marca	Vl Unit	Vl Total
24	COLAR DE TOMADA PVC 40X3/4	UNID	10	Tigre	8,65	86,50
25	COLAR DE TOMADA PVC 50X3/4	UNID	50	Tigre	9,99	499,50
26	COLAR DE TOMADA PVC 75X3/4	UNID	10	Tigre	16,66	166,60
27	COLAR DE TOMADA PVC 85X3/4	UNID	10	Tigre	14,96	149,60
36	COTOVELO 90 PVC BRANCO ESGOTO 100MM	UNID	100	Pevesul	4,03	403,00
122	SERRA AMARELA BIMETAL 30CM	UNID	300	Elite	6,72	2.016,00
151	VEDANTE P/ TORNEIRA 3/4	UNID	2000	Uno Plastic	0,34	680,00
TOTAL						**4.001,20**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 4.001,20

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:BFBAB0B8

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA
CNPJ/CPF: 37.278.673/0001-18

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Max Total
132	TUBO AÇO CARBONO SCH 20 DN 200mm NBR 5590 BARRA 6m	BARRA	07	Aços Verola	2.555,36	17.887,52
TOTAL						**17.887,52**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 17.887,52

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:8B9168CB

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: FR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TUBOS E CONEXÕES LTDA
CNPJ/CPF: 46.945.369/0001-78

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
42	CURVA LONGA PVC PBA 60MM	UNID	10	Pipeplast	22,00	220,00
49	JOELHO 90 PVC SOLDÁVEL 40MM NBR 5648	UNID	30	Multilit	2,60	78,00
51	JOELHO 90 PVC SOLDÁVEL 60MM NBR 5648	UNID	30	Multilit	7,50	225,00
136	TUBO FG 2" BARRA COM 06 METROS	BARRA	20	Tuper	370,62	7.412,40
137	TUBO FG 3" BARRA COM 06 METROS	BARRA	20	Tuper	630,00	12.600,00
TOTAL						**20.535,40**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 20.535,40

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:648BCF1A

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA ME
CNPJ/CPF: 05.931.197/0001-04

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
41	COTOVELO BRANCO ROSCA ¾	UNID	500	Multilit	1,27	635,00
44	EXTREMIDADE P/ HIDROMETRO LONGA PVC C/ PORCA E ANEL DE BORRACHA 3/4	UNID	100	KTX	1,95	195,00
45	FITA VEDA ROSCA 18mmX25mm NBR 16368	UNID	1000	Nh	2,80	2.800,00
46	JOELHO 90 PVC SOLDAVEL 20MM NBR 5648	UNID	50	Multilit	0,28	14,00
47	JOELHO 90 PVC SOLDAVEL 25MM NBR 5648	UNID	1500	Multilit	0,40	600,00
48	JOELHO 90 PVC SOLDAVEL 32MM NBR 5648	UNID	10	Multilit	1,27	12,70
50	JOELHO 90 PVC SOLDÁVEL 50MM NBR 5648	UNID	30	Multilit	2,65	79,50
73	JUNTA LUVA DE LARGA TOLERÂNCIA DN 50MM	UNID	04	Pam	437,00	1.748,00
74	JUNTA LUVA DE LARGA TOLERÂNCIA DN 75MM	UNID	04	Pam	469,00	1.876,00
87	LUVA DE UNIÃO COM ACENTO CONICO EM BRONZE FG 4"	UNID	02	Mech	494,00	988,00
92	LUVA FG 3/4	UNID	500	Mech	4,82	2.410,00
99	LUVA PVC SOLDAVEL 20MM NBR 5648	UNID	100	Multilit	0,26	26,00
105	NIPLE DUPLO FG 1/2 NBR 6943	UNID	40	Mech	3,82	152,80
106	NIPLE DUPLO FG 3/4 NBR 6943	UNID	300	Mech	4,65	1.395,00
110	REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 32MMX25MM	UNID	10	Multilit	0,41	4,10
112	REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50MMX40MM	UNID	05	Multilit	1,56	7,80

113	REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 60MMX50MM	UNID	05	Multilit	2,38	11,90
127	TE FG 3/4 NBR 6943	UNID	1000	Mech	7,82	7.820,00
133	TUBO COLETOR PVC OCRE LISO 150MM NBR 7362 BARRA COM 06 METROS	BARRA	125	Multilit	145,33	18.166,25
142	TUBO PVC ESGOTO BRANCO 100MM	BARRA	100	Multilit	60,86	6.086,00
TOTAL						**45.028,05**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 45.028,05

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:719F5D26

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: GUSTAVO AZEVEDO PINTO ME
CNPJ/CPF: 08.688.131/0001-15

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
135	TUBO DE CONCRETO 0,60X1,0M PB PS1	UNID	60	AJC	211,00	12.600,00
TOTAL						**12.600,00**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 12.600,00

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:26CE9DCF

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: HIDROTEL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/CPF: 35.302.323/0001-14

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
43	EXTREMIDADE CURTA C/ PORCA E ANEL DE BORRACHA 3/4"	UNID	1000	Plasmab	4,02	4.020,00
57	JUNTA DE CORRER COM BOLSA JUNTA MECANICA DN 150MM	UNID	04	FCT	653,11	2.612,44
58	JUNTA DE CORRER COM BOLSA JUNTA MECANICA DN 200MM	UNID	12	FCT	941,29	11.295,48
59	JUNTA DE CORRER COM BOLSA JUNTA MECANICA DN 50MM	UNID	04	FCT	511,72	2.046,88
61	JUNTA GIBAUT 100MM PARA FF	UNID	04	Lot Metais	224,72	898,88
65	JUNTA GIBAUT 200MM PARA FF	UNID	04	Lot Metais	555,46	2.221,84
68	JUNTA LUVA DE LARGA TOLERÂNCIA DN 100MM	UNID	04	Columbus	575,51	2.302,04
72	JUNTA LUVA DE LARGA TOLERÂNCIA DN 200MM	UNID	12	Columbus	1.625,87	19.510,44
88	LUVA DEFOFO COM ANEL DE BORRACHA 100MM JUNTA INTEGRADA	UNID	30	Corr Plastik	39,70	1.191,00
95	LUVA PVC BRANCA C/ ROSCA 3/4	UNID	800	Tubozan	0,75	600,00
120	REGISTRO ESFERA ACABAMENTO BORBOLETA ¾ NBR 11306	UNID	1000	Polierg	4,26	4.260,00
TOTAL						**50.959,00**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 50.959,00

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:5D994749

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: LUPY BRASIL VÁLVULAS E EQUIPAMENTOS EIRELI EPP
CNPJ/CPF: 26.133.037/0001-81

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Vl Unit	Vl Total
117	REGISTRO DE GAVETA 200mm com VOLANTE / FLANGEADO	UNID	06	1.750,00	10.500,00
TOTAL					**10.500,00**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 10.500,00

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:0ECD92B2

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI EPP
CNPJ/CPF: 04.151.335/0001-61

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
01	ADAPTADOR 110MM PVC PBA	UNID	10	C&M	30,00	300,00
02	ADAPTADOR 75MM PVC PBA	UNID	10	C&M	25,00	250,00
03	ADAPTADOR 85MM PVC PBA	UNID	10	C&M	15,00	150,00
04	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO C/B-R P/ REGISTRO 20X1/2 NBR 5648	UNID	200	Plastilit	0,30	60,00
05	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO C/B-R P/ REGISTRO 25X3/4 NBR 5648	UNID	1500	Plastilit	0,35	525,00
06	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO C/B-R P/ REGISTRO 32X1/2 NBR 5648	UNID	10	Plastilit	1,25	12,50
07	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO C/B-R P/ REGISTRO 40MM NBR 5648	UNID	50	Plastilit	2,15	107,50
08	ADAPTADOR SOLDÁVEL PVC 50MM	UNID	50	Plastilit	2,30	115,00
09	ADESIVO PLÁSTICO BISNAGA C/ 75GR NBR 14725	UNID	800	Lekat	3,00	2.400,00
10	ANEL DE VEDAÇÃO PARA TUBETE	UNID	3000	Hanemann	0,10	300,00
11	BUCHA DE REDUÇÃO FG 3/4X1/2	UNID	30	Gipp	4,80	144,00
12	BUCHA DE REDUÇÃO PVC C/ ROSCA 3/4 P/ 1/2	UNID	50	Plastilit	0,50	25,00
13	CAP PBA 75MM COM ANEL	UNID	05	C&M	18,00	90,00
14	CAPS PVC SOLDAVEL 20MM NBR 5648	UNID	40	Plastilit	0,40	16,00
15	CAPS PVC SOLDAVEL 25MM NBR 5648	UNID	600	Plastilit	0,48	288,00
16	CAPS PVC SOLDÁVEL 32MM NBR 5648	UNID	60	Plastilit	0,90	54,00
17	CAPS PVC SOLDÁVEL 40MM NBR 5648	UNID	10	Plastilit	1,80	18,00
18	CAPS PVC SOLDÁVEL 50MM NBR 5648	UNID	10	PLastilit	3,90	39,00
19	CAPS PVC SOLDAVEL 60MM NBR 5648	UNID	50	Plastilit	4,90	245,00
20	CAPS PVC SOLDÁVEL 75MM NBR 5648	UNID	10	Plastilit	12,50	125,00
21	CAPS PVC SOLDAVEL 85MM NBR 5648	UNID	10	Plastilit	40,05	400,50
22	COLAR DE TOMADA FF 150MMX25MM	UNID	05	Fanuel	69,00	345,00
23	COLAR DE TOMADA FF 200MMX25MM	UNID	05	Fanuel	89,00	445,00
28	COLAR DE TOMADA PVC C/ TR C/S ROSCA 60X3/4 NBR 11821	UNID	600	Ipal	8,60	5.160,00
29	COTOVELO 45 PVC 25MM NBR 5648	UNID	100	Plastilit	1,19	119,00
30	COTOVELO 90 FG ¾	UNID	1500	Gipp	7,96	11.940,00
31	COTOVELO 90 FG 1 1/2"	UNID	05	Gipp	23,05	115,25
32	COTOVELO 90 FG 2 1/2"	UNID	05	Gipp	60,60	303,00
33	COTOVELO 90 FG 2"	UNID	05	Gipp	34,60	173,00
34	COTOVELO 90 FG 3"	UNID	05	Gipp	92,80	464,00
35	COTOVELO 90 FG 4"	UNID	05	Gipp	165,10	825,50
37	COTOVELO 90º FF BOLSA E FLANGE 150MM	UNID	01	Inapi	1.616,00	1.616,00
38	COTOVELO 90º FF BOLSA E FLANGE 200MM	UNID	01	Inapi	2.268,00	2.268,00
39	COTOVELO 90º FF FLANGE E FLANGE 150MM	UNID	01	Pam	876,10	876,10
40	COTOVELO 90º FF FLANGE E FLANGE 200MM	UNID	07	Pam	1.231,00	8.617,00
60	JUNTA DE CORRER COM BOLSA JUNTA MECANICA DN 75MM	UNID	04	Pam	390,00	1.560,00
62	JUNTA GIBAUT 110MM PARA FF	UNID	04	Fanuel	230,00	920,00
63	JUNTA GIBAUT 140MM PARA FF	UNID	04	Fanuel	400,00	1.600,00
64	JUNTA GIBAUT 150MM PARA FF	UNID	04	Fanuel	350,00	1.400,00
80	LUVA DE CORRER 75MM	UNID	20	C&M	14,00	280,00
81	LUVA DE CORRER FF 150mm	UNID	01	Pam	400,00	400,00
82	LUVA DE CORRER FF 200mm	UNID	01	Pam	550,00	550,00
86	LUVA DE REDUÇÃO FG COM ANEL DE BORRACHA 3/4X1/2	UNID	50	Gipp	6,00	300,00
90	LUVA DEFOFO COM ANEL DE BORRACHA 250MM JUNTA INTEGRADA	UNID	16	C&M	200,00	3.200,00
91	LUVA FG 2”	UNID	20	Gipp	19,00	380,00
93	LUVA FG 3”	UNID	20	Gipp	55,00	1.100,00
94	LUVA OCRE 200MM	UNID	10	C&M	18,00	180,00
97	LUVA PVC PBA DE CORRER CL 20 200MM	UNID	50	C&M	140,00	7.000,00
107	NIPLE FG 2” NBR 6943	UNID	03	Gipp	19,50	58,50
108	PASTA LUBRIFICANTE 500 GRAMAS	UNID	300	Gienex	9,00	2.700,00
116	REGISTRO DE GAVETA 150mm com VOLANTE / FLANGEADO	UNID	01	Pam	1.100,00	1.100,00
118	REGISTRO DE GAVETA FERRO FUNDIDO PVC PBA CUNHA DE BORRACHA DN 50MM NBR 14968	UNID	15	Pam	350,00	5.250,00
119	REGISTRO DE PRESSÃO 1400 MXF FG ¾ NBR 1414	UNID	1200	Jed Metais	23,00	27.600,00
121	REGISTRO FG 1.1/2”	UNID	02	Genebre	80,00	160,00
124	TÊ FF BOLSA 150mm	UNID	01	Pam	500,00	500,00
125	TÊ FF BOLSA 200mm	UNID	01	Pam	750,00	750,00
126	TE FG 1/2 NBR 6943	UNID	20	Gipp	5,50	110,00
128	TE PVC PBA 60MM COM ANEL	UNID	10	Asperbras	17,00	170,00
129	TE PVC PBA 75MM COM ANEL	UNID	06	C&M	30,00	180,00
134	TUBO COLETOR PVC OCRE LISO 200MM NBR 7362 BARRA COM 06 METROS	BARRA	10	Multilit	320,00	3.200,00
141	TUBO PVC DEFOFO 250MM NBR 7665	BARRA	20	Multilit	1.100,00	22.000,00
145	TUBO PVC PBA CL 15 60MM NBR 5647	BARRA	200	Multilit	68,50	13.700,00
147	TUBO PVC PBA CL 15 85MM NBR 5647	BARRA	10	Multilit	140,00	1.400,00
					TOTAL	**136.679,85**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 136.679,85

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:D959D3AC

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: 48.156.453 MICHELE NUNES DE SOUZA ALMEIDA ANDRADE
CNPJ/CPF: 48.156.453/0001-38

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
139	TUBO PVC DEFOFO 150MM NBR 7665	BARRA	150	Corr Plastik	398,90	59.835,00
140	TUBO PVC DEFOFO 200MM NBR 7665	BARRA	20	Corr Plastik	698,90	13.978,00
144	TUBO PVC PBA CL 15 50MM NBR 5647	BARRA	50	Fortleve	66,00	3.300,00
149	TUBO PVC SOLDÁVEL 25MM NBR 5648	BARRA	500	Fortleve	15,89	7.945,00
	TOTAL					**85.058,00**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 85.058,00

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:A0BABA6C

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: MIGRASUL COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, FERRAGENS E ARTEFATOS DE BORRACHA DO SUL LTDA
CNPJ/CPF: 44.570.843/0001-07

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
75	LACRE ANTIFRAUDE PARA HIDRÔMETRO ¾ AZUL, PERMITA REUTILIZAÇÃO.	UNID	10000	Hifersane	0,60	6.000,00
77	LUVA DE CORRER 110MM	UNID	10	Hifersane	24,90	249,00
79	LUVA DE CORRER 50MM	UNID	20	Hifersane	5,80	116,00
84	LUVA DE CORRER P/ TB SOLDÁVEL COM ANEL DE BORRACHA 40MM NBR 5648	UNID	30	Hifersane	5,20	156,00
85	LUVA DE CORRER PVC PBA COM ANEL DE BORRACHA 60MM NBR 5648	UNID	500	Hifersane	6,00	3.000,00
89	LUVA DEFOFO COM ANEL DE BORRACHA 150MM JUNTA INTEGRADA	UNID	50	Hifersane	74,90	3.745,00
96	LUVA PVC PBA 85MM COM ANEL	UNID	10	Hifersane	16,00	160,00
100	LUVA PVC SOLDAVEL 25MM NBR 5648	UNID	1000	Multilit	0,35	350,00
103	LUVA PVC SOLDAVEL 60MM NBR 5648	UNID	40	Multilit	4,00	160,00
130	TE PVC SOLDAVEL 60MM	UNID	10	Multilit	10,00	100,00
143	TUBO PVC PBA CL 15 40MM NBR 5647	BARRA	10	Multilit	63,46	634,60
TOTAL						**14.670,60**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 14.670,60

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:1550179A

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: NELIA MARIA CYRINO LEAL INDUSTRIA DE MATERIAIS FUNDIDOS LTDA
CNPJ/CPF: 11.109.083/0001-78

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
55	JUNTA DE CORRER COM BOLSA JUNTA MECANICA DN 110MM	UNID	04	Fanuel	1.096,00	4.384,00
56	JUNTA DE CORRER COM BOLSA JUNTA MECANICA DN 140MM	UNID	04	Fanuel	1.332,00	5.328,00
123	TAMPÃO FERRO FUNDIDO T55	UNID	60	Fanuel	391,00	23.460,00
TOTAL						**33.172,00**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 33.172,00

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:710EA41E

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: TALENTOS D'ÁGUA REPRESENTAÇÃO, PROJETOS, ASSESSORIA LTDA
CNPJ/CPF: 24.419.445/0001-79

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
52	JOELHO 90 PVC SOLDÁVEL 75MM NBR 5648	UNID	10	Tigre	30,00	300,00
53	JOELHO 90 PVC SOLDÁVEL 85MM NBR 5648	UNID	10	Tigre	50,00	500,00
66	JUNTA GIBAUT 50MM PARA FF	UNID	04	Fanuel	200,00	800,00
67	JUNTA GIBAUT 75MM PARA FF	UNID	04	Fanuel	200,00	800,00
69	JUNTA LUVA DE LARGA TOLERÂNCIA DN 110MM	UNID	04	Pam	714,00	2.856,00

70	JUNTA LUVA DE LARGA TOLERÂNCIA DN 140MM	UNID	04	Pam	783,00	3.132,00
71	JUNTA LUVA DE LARGA TOLERÂNCIA DN 150MM	UNID	04	Pam	783,00	3.132,00
76	LUVA DE CORRER ½"	UNID	20	Tigre	3,90	78,00
78	LUVA DE CORRER 32MM	UNID	50	Tigre	3,00	150,00
83	LUVA DE CORRER P/ TB SOLDAVEL COM ANEL DE BORRACHA 25MM NBR 5648	UNID	500	Tigre	2,05	1.025,00
98	LUVA PVC SOLDAVEL 140MM NBR 5648	UNID	50	Tigre	11,00	550,00
101	LUVA PVC SOLDAVEL 40MM NBR 5648	UNID	10	Tigre	1,55	15,50
102	LUVA PVC SOLDÁVEL 50MM NBR 5648	UNID	30	Tigre	2,15	64,50
104	LUVA SOLDAVEL C/ ROSCA LR 25X3/4 NBR 5648	UNID	1000	Tigre	0,70	700,00
109	PLUG PVC ¾ NBR 5648	UNID	200	Tigre	0,47	94,00
111	REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40MMX32MM	UNID	05	Tigre	1,00	5,00
114	REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 75MMX60MM	UNID	05	Tigre	4,25	21,25
115	REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 85MMX75MM	UNID	05	Tigre	6,00	30,00
131	TE PVC SOLDAVEL 85MM	UNID	10	Tigre	23,00	230,00
138	TUBO PVC 3/4 BRANCO ROSCA NBR 5648	BARRA	400	Tigre	32,54	13.016,00
146	TUBO PVC PBA CL 15 75MM NBR 5647	BARRA	10	Tigre	125,00	1.250,00
148	TUBO PVC SOLDÁVEL 20MM NBR 5648	BARRA	30	Tigre	12,65	379,50
150	TUBO PVC SOLDAVEL 32MM NBR 5648	BARRA	20	Tigre	28,66	573,20
TOTAL						**29.701,95**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 29.701,95

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:AAB63649

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	142/2024
b) Licitação Nrº:	12/2024
c) Modalidade:	Pregão Eletrônico
d) Data Adjudicação/Homologação:	06/11/2024
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	**REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA MANUTENÇÕES E NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO, INTERLIGAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DO SETOR LESTE E LACRES ANTIFRAUDE.**

33.030.17.512.0020.2.313.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076
33.040.17.512.0020.2.314.3.3.90.30.00.00 FONTE 1076

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: TUBCON TUBOS E CONEXÕES, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ/CPF: 46.314.067/0001-00

Item	Descrição	Unidade	Qtd	Marca	Vl Unit	Vl Total
54	JUNTA DE CORRER COM BOLSA JUNTA MECANICA DN 100MM	UNID	04	LCRJM	865,00	3.460,00
TOTAL						**3.460,00**

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 3.460,00

Sertanópolis, 06 de novembro de 2024.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:04FB9994

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO I

Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas					
Camara Municipal de Sulina Fevereiro de 2024 - Anexo 01, da Lei 4.320/64					
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA					
Receita			Despesa		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		

			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAI	55.339,15	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.138,83	58.477,98
Déficit		58.477,98			
Receitas Correntes Intraorçamentárias			Despesas Correntes Intraorçamentárias		
Totais		58.477,98	Totais		58.477,98
Totais		58.477,98	Totais		58.477,98
Resumo		Receita	Despesa		
Receitas Correntes		-	Despesas Correntes		58.477,98
Receitas Correntes Intraorçamentária		-	Despesas Correntes Intraorçamentária		-
Receitas de Capital		-	Despesas de Capital		-
Receitas de Capital Intraorçamentária		-	Despesas de Capital Intraorçamentária		-
Déficit		58.477,98			
Total		58.477,98	Total		58.477,98
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Nov/2024, 16h e 32m.					

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:0F0AB4E2

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 2

Natureza da Despesa Segundo as Categorias Econômicas				
Camara Municipal de Sulina Fevereiro de 2024 - Anexo 2, da Lei 4.320/64				
Unidade Gestora.....: CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA				
Órgão.....: 01 CÂMARA MUNICIPAL				
Unidade Orçamentária: 01.01 LEGISLATIVO MUNICIPAL				
Código	Especificação	Desdobramento	Grupo de Natureza da Despesa	Natureza da Despesa
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES			58.477,98
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		55.339,15	
3.1.90.00.00.0000	APLICAÇÕES DIRETAS		55.339,15	
3.1.90.11.00.0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	51.122,16		
3.1.90.13.00.0000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.216,99		
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.138,83	
3.3.90.00.00.0000	APLICAÇÕES DIRETAS		3.138,83	
3.3.90.30.00.0000	MATERIAL DE CONSUMO	2.178,94		
3.3.90.39.00.0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	214,00		
3.3.90.40.00.0000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	129,90		
3.3.90.46.00.0000	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	615,99		
	Total da Unidade Orçamentária			58.477,98
	Total do Órgão			58.477,98
	Total Geral			58.477,98

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:E2B5E2FC

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 6

Camara Municipal de Sulina	**Programa de Trabalho**				
	Fevereiro de 2024 - Anexo 6, da Lei 4.320/64				
Unidade Gestora.....: CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA					
Órgão.....: 01 CÂMARA MUNICIPAL					
Unidade Orçamentária: 01.01 LEGISLATIVO MUNICIPAL					
Código	**Especificação**	**Projetos**	**Atividades**	**Oper. Especiais**	**Total**
01.000.0000.0.000.000	Legislativa		58.477,98		58.477,98
01.031.0000.0.000.000	Ação Legislativa		58.477,98		58.477,98
01.031.0001.0.000.000	Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, legislar e fiscalizar os atos administrativos.		58.477,98		58.477,98
01.031.0001.2.001.000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS		58.477,98		58.477,98
Total Unidade Orçamentária.....			58.477,98		58.477,98
Total do Órgão			58.477,98		58.477,98
Total Geral			58.477,98		58.477,98
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Nov/2024, 16h e 34m.					

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:0815DE74

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 7

Programa de Trabalho de Governo					**Folha: 1**
Camara Municipal de Sulina	**Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividades e O.E.**				
Fevereiro de 2024 - Anexo 7, da Lei 4.320/64					
Unidade Gestora : CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA					
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
01.000.0000	Legislativa		58.477,98		58.477,98
01.031.0000	Ação Legislativa		58.477,98		58.477,98
01.031.0001	Dar cumprimento às funções básicas do		58.477,98		58.477,98
	Poder Legislativo, legislar e fiscalizar os atos administrativos.				
Total		0,00	58.477,98		58.477,98
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Nov/2024, 16h e 35m.					

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:AFAAAC84

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 8

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas				
Camara Municipal de Sulina	**Conforme o Vínculo com os Recursos**			
Exercício de 2024 - Anexo 8, da Lei 4.320/64				
Unidade Gestora : CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA				
Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01.000.0000	Legislativa	58.477,98		58.477,98
01.031.0000	Ação Legislativa	58.477,98		58.477,98
01.031.0001	Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, legislar e fiscalizar os atos administrativos.	58.477,98		58.477,98
Total		58.477,98		58.477,98
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Nov/2024, 16h e 36m.				

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:0161409D

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 9

Demonstrativo da Despesa por Funções			
Camara Municipal de Sulina	**Fevereiro de 2024 - Anexo 9, da Lei 4.320/64**		
Unidade Gestora : CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA			
Órgão	**Função**	**Despesa Executada**	**Total**
01 CÂMARA MUNICIPAL			
	01 Legislativa	58.477,98	58.477,98
Estado do Paraná	**Demonstrativo da Despesa por Funções**		
Camara Municipal de Sulina	**Fevereiro de 2024 - Anexo 9, da Lei 4.320/64**		
Unidade Gestora : CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA			
---------- Resumo ----------			
Função		**Despesa Executada**	
01 Legislativa		58.477,98	
Total Geral		58.477,98	
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Nov/2024, 16h e 36m.			

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:DB815A13

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 11

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada						
Camara Municipal de Sulina	**Meses 2-2 de 2024 - Anexo 11, da Lei 4.320/64**					
Unidade Gestora: CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA						
		---------- A u t o r i z a d a ----------				
Identificação		**Créditos Orçamentários e Suplementares**	**Créditos Espe- ciais e Extra- Ordinários**	**Total**	**Realizada**	**Diferença**
Códigos	**Títulos**					
01	CÂMARA MUNICIPAL	1.433.250,00	0,00	1.433.250,00	58.477,98	1.374.772,02
0101	LEGISLATIVO MUNICIPAL	1.433.250,00	0,00	1.433.250,00	58.477,98	1.374.772,02
0101.01	Legislativa	1.433.250,00	0,00	1.433.250,00	58.477,98	1.374.772,02
0101.01031	Ação Legislativa	1.433.250,00	0,00	1.433.250,00	58.477,98	1.374.772,02
0101.010310001	Dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, legislar e fiscalizar os atos administrativos.	1.433.250,00	0,00	1.433.250,00	58.477,98	1.374.772,02
0101.0103100012.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	1.433.250,00	0,00	1.433.250,00	58.477,98	1.374.772,02
300000.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.289.925,00	0,00	1.289.925,00	58.477,98	1.231.447,02
310000.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	948.150,00	0,00	948.150,00	55.339,15	892.810,85
319000.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	948.150,00	0,00	948.150,00	55.339,15	892.810,85
319011.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS	771.750,00	0,00	771.750,00	51.122,16	720.627,84
	FIXAS - PESSOAL CIVIL					
319013.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	176.400,00	0,00	176.400,00	4.216,99	172.183,01
330000.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	341.775,00	0,00	341.775,00	3.138,83	338.636,17
339000.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	341.775,00	0,00	341.775,00	3.138,83	338.636,17
339014.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	55.125,00	0,00	55.125,00	0,00	55.125,00
339030.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	77.175,00	0,00	77.175,00	2.178,94	74.996,06
339033.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	33.075,00	0,00	33.075,00	0,00	33.075,00
339036.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11.025,00	0,00	11.025,00	0,00	11.025,00
339039.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	77.175,00	0,00	77.175,00	214,00	76.961,00
339040.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	66.150,00	0,00	66.150,00	129,90	66.020,10
339046.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	11.025,00	0,00	11.025,00	615,99	10.409,01
339093.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.025,00	0,00	11.025,00	0,00	11.025,00
400000.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	143.325,00	0,00	143.325,00	0,00	143.325,00
440000.00.00.00	INVESTIMENTOS	143.325,00	0,00	143.325,00	0,00	143.325,00
449000.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	143.325,00	0,00	143.325,00	0,00	143.325,00
449051.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	77.175,00	0,00	77.175,00	0,00	77.175,00
449052.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	66.150,00	0,00	66.150,00	0,00	66.150,00
Total	Unidade Orçamentária.....	1.433.250,00	0,00	1.433.250,00	58.477,98	1.374.772,02

Total	Órgão.....	1.433.250,00	0,00	1.433.250,00	58.477,98	1.374.772,02
Total	Geral.....	1.433.250,00	0,00	1.433.250,00	58.477,98	1.374.772,02

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:6219BF52

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 12

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Munícipio: Sulina				R$ 1,00
Período: Fevereiro de 2024				
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Previsão Inicial** (a)	**Previsão Atualizada** (b)	**Receitas Realizadas** (c)	**Saldo** (d)=(c-b)
Receitas Correntes (I)	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Receitas de Capital (II)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	-	-
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	-	-
Déficit (VI)	-	-	114.809,12	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	**114.809,12**	**114.809,12**
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Nov/2024, 16h e 38m.				

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
Munícipio: Sulina						R$ 1,00
Estado do Paraná						
Período: Fevereiro de 2024						
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	**Dotação Inicial** (e)	**Dotação Atualizada** (f)	**Despesas Empenhadas** (g)	**Despesas Liquidadas** (h)	**Despesas Pagas** (i)	**Saldo da Dotação (j)=(f-g)**
Despesas Correntes (VIII)	**1.289.925,00**	**1.289.925,00**	**126.068,94**	**114.809,12**	**114.589,12**	**1.163.856,06**
Pessoal e Encargos Sociais	948.150,00	948.150,00	106.805,21	106.805,21	106.805,21	841.344,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	341.775,00	341.775,00	19.263,73	8.003,91	7.783,91	322.511,27
Despesas de Capital (IX)	**143.325,00**	**143.325,00**	-	-	-	**143.325,00**
Investimentos	143.325,00	143.325,00	-	-	-	143.325,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	**1.433.250,00**	**1.433.250,00**	**126.068,94**	**114.809,12**	**114.589,12**	**1.307.181,06**
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	**1.433.250,00**	**1.433.250,00**	**126.068,94**	**114.809,12**	**114.589,12**	**1.307.181,06**
Superávit (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	**1.433.250,00**	**1.433.250,00**	**126.068,94**	**114.809,12**	**114.589,12**	**1.307.181,06**
Reserva do RPPS (XVI)	-	-	-	-	-	-
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Nov/2024, 16h e 38m.						

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
Munícipio: Sulina					R$ 1,00
Estado do Paraná					
Período: Fevereiro de 2024					
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA					
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**Inscritos**	**Liquidados** (c)	**Pagos** (d)	**Cancelados** (e)	**Saldo** (f) = (a+b-d-e)

	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes (I)	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (II)	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes (I)	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (II)	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	-	-	-	-

As Receitas e Despesas Intraorçamentárias não foram consideradas para computo dos valores deste anexo

FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 05/Nov/2024, 16h e 38m.

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:398DD45F

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 13

BALANÇO FINANCEIRO

			R$ 1,00
Município: Sulina			
Estado do Paraná			
Período: 01/02/2024 até 29/02/2024			
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA			
INGRESSOS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Receita Orçamentária (I)		**0,00**	**0,00**
Ordinária		**0,00**	**0,00**
Vinculada		**0,00**	**0,00**
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Geral - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		**75.000,00**	**900.723,65**
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		75.000,00	900.723,65
Transferencias Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		**9.835,98**	**126.234,63**
Despesa a Liquidar		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Despesa a Pagar		70,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.559,42	118.515,78
Outros Recebimentos Extraorçamentários		206,56	7.718,85
Saldo do Período Anterior		**24.869,37**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa		24.869,37	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		**109.705,35**	**1.026.958,28**

BALANÇO FINANCEIRO

			R$ 1,00
Município: Sulina			
Estado do Paraná			
Período: 01/02/2024 até 29/02/2024			
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA			
DISPÊNDIOS			
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Despesa Orçamentária (VI)		**58.477,98**	**796.974,05**
Ordinária		**0,00**	**0,00**
Vinculada		**58.477,98**	**796.974,05**
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Geral - RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		58.477,98	796.974,05
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		**0,00**	**103.749,60**
Transferências Concedidas para a Execução Orcamentária		0,00	103.749,60
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		**15.816,49**	**126.234,63**
Despesa Anterior Paga		6.050,51	0,00
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00

Pagamento de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.765,98	126.234,63
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Período Atual		**35.410,88**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa		35.410,88	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		**109.705,35**	**1.026.958,28**

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:1E9AC096

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 14

BALANÇO PATRIMONIAL			
Município: Sulina			
Estado do Paraná			
Período: 01/01/2024 Até 29/02/2024			
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA			R$ 1,00
QUADRO DO ATIVO, PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Exercício: 2024
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATIVO			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		35.410,88	0,00
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques		0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
Ativo Biológico		0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagás Antecipadamente		0,00	0,00
Total Ativo Circulante		35.410,88	0,00
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado		117.196,53	117.196,53
Intangível		0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante		117.196,53	117.196,53
TOTAL DO ATIVO		**152.607,41**	**117.196,53**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		220,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo		0,00	0,00
Total do Passivo Circulante		220,00	0,00
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Transferências Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Patrimonio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		117.196,53	117.196,53
Apuração do Resultado do Exercicio		35.190,88	0,00
(-) Ações / Cotas Em Tesouraria		0,00	0,00
Total do Patrimonio Líquido		152.387,41	117.196,53
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**152.607,41**	**117.196,53**

BALANÇO PATRIMONIAL			
Município: Sulina			
Estado do Paraná			
Período: 01/01/2024 Até 29/02/2024			
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA			R$ 1,00
Sulina - Estado do Paraná			
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			Exercício: 2024
(LEI Nº 4.320/64)			
ATIVO (I)	**Nota**	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
Ativo Financeiro		35.410,88	0,00
Ativo Permanente		117.196,53	117.196,53
Total do Ativo		**152.607,41**	**117.196,53**
PASSIVO (II)			

Passivo Financeiro		11.479,82	0,00
Passivo Permanente		0,00	0,00
Total do Passivo		**11.479,82**	**0,00**
Saldo Patrimonial (I - II)		**141.127,59**	**117.196,53**
Sulina - Estado do Paraná			
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
(LEI Nº 4.320/64)			Exercício: 2024
	Nota	**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
ATOS POTENCIAIS ATIVOS			
Garantias e Contrapartidas recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos		**0,00**	**0,00**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Garantias e Contragarantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		11.240,00	4.870,00
Demandas Judiciais		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos		**11.240,00**	**4.870,00**
Sulina - Estado do Paraná			
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO			
(LEI Nº 4.320/1964)			Exercício: 2024
Nota		**Exercício Atual**	**Exercício Anterior**
FONTE DE RECURSOS			
1 Recursos Do Tesouro (Descentralizados)		23.931,06	0,00
94 Retenções Em Caracter Consignatório		0,00	0,00
Superávit/Déficit do Exercício		23.931,06	0,00
*Nota Explicativa: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.			

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:DE3E27A4

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 17

Demonstração da Dívida Flutuante				
Município: Sulina				
Estado: Estado do Paraná				
Período: Fevereiro de 2024				
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA				R$ 1,00
Títulos	**Saldos do Período Anterior**	**Inscrição**	**Baixa**	**Saldo para o Período Seguinte**
Restos a Pagar				
Restos a Pagar Não Processados de Exer. Anteriores				
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Inscrição no Exercício				
2024	12.669,91	(1.410,09)	0,00	11.259,82
Subtotal (II)	12.669,91	(1.410,09)	0,00	11.259,82
Restos a Pagar Não Proc. em Liquidação de Exer. Anteriores				
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores				
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados Inscrição no Exercício				
2024	4.790,42	(4.570,42)	0,00	(4.570,42)
Subtotal (V)	4.790,42	(4.570,42)	0,00	(4.570,42)
Subtotal dos Restos a Pagar	17.460,33	(5.980,51)	0,00	6.689,40
Serviço da Dívida a Pagar				
SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS	0,00	50.802,16	50.802,16	0,00
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	320,00	320,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E	4.490,42	4.216,99	8.707,41	0,00
REMUNERAÇÕES				
FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	300,00	4.548,92	4.628,92	220,00
Subtotal do Serviço da Dívida a Pagar (VI)	4.790,42	59.888,07	64.458,49	220,00
Depósitos				
SICREDI	0,00	3.090,31	3.090,31	0,00
REND. APLICAÇÃO CÂMARA	0,00	206,56	206,56	0,00
PESSOA FISICA	0,00	4.553,36	4.553,36	0,00
IRRF A REPASSAR DE SERVIDORES ATIVOS	0,00	1.911,52	1.911,52	0,00
PESSOA JURIDICA	0,00	4,23	4,23	0,00
Subtotal dos Depósitos (VII)	0,00	9.765,98	9.765,98	0,00
Total Geral (I+II+III+IV+V+VI+VII)	22.250,75	63.673,54	74.224,47	6.909,40

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:D4265C5C

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 18

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Município: Sulina		
Estado do Paraná		
Período: Fevereiro de 2024		
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA		R$ 1,00
	Nota	**Exercício Atual**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos		**75.206,56**
Transferências recebidas		75.000,00
Outros ingressos operacionais		206,56
Desembolsos		**64.665,05**
Pessoal e demais despesas		54.899,07
Outros desembolsos operacionais		9.765,98
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		**10.541,51**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		**10.541,51**
Caixa e Equivalente de caixa inicial		24.869,37
Caixa e Equivalente de caixa final		35.410,88

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS	
Município: Sulina	
Estado do Paraná	
Período: Fevereiro de 2024	
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA	R$ 1,00
	Exercício Atual
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	
Intragovernamentais	75.000,00
Total das transferências recebidas	**75.000,00**
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	
Município: Sulina	
Estado do Paraná	
Período: Fevereiro de 2024	
Unidade Gestora: 0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA	R$ 1,00
	Exercício Atual
Legislativa	54.899,07
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**54.899,07**
Nota: A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada pelo método direto, isto é, evidencia somente as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes (bancos).	
Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.	

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:F059B54A

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 19

Município: Sulina	UF: Estado do Paraná								
Anexo 19 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido									
Período: Fevereiro de 2024									
0001 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA									
									R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**Pat.Social/ Capital Social**	**Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)**	**Reserva de Capital**	**Ajustes de Avaliação Patrimonial**	**Reservas de Lucros**	**Demais Reservas**	**Resultados Acumulados**	**Ações/Cotas em Tesouraria**	**TOTAL**
Saldos iniciais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**117.196,53**	**0,00**	**117.196,53**
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate / Remissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição / Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos finais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Nota: Os valores apresentados consideram a movimentação das contas Intra OFSS.									

Publicado por:
Jackson Roberto Schneider
Código Identificador:B18CB0EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ATA DA REUNIÃO DA EQUIPE TÉCNICA COM O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 2024

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro, às nove horas, reuniram-se no Centro Cultural Alécio Rampazzo Soccal, a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Senhora Rosane Estela Raimundo Zampar, juntamente com os membros do Fórum Municipal de Educação e com a Equipe Técnica, devidamente nomeados, para realizar a agenda de trabalho que irá nortear as ações e etapas relativas ao Monitoramento Anual das Metas e Estratégias contempladas no Plano Municipal de Educação. A Secretaria de Educação, ressaltou da importância da constituição da agenda de

trabalho para organizar os procedimentos que devem ser observados e analisados a realização do Monitoramento do Plano Municipal de Educação, observando o Plano Nacional de Educação. Ressaltou que este ano o município ainda não recebeu o caderno de subsídios SEED/Ipardes, cabendo o município realizar o monitoramento com as informação existentes. Conseguinte foi elaborado a Planilha constando as etapas e prazos a serem seguidos, sem mais, eu Viviane Cristina Batista, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e os demais presentes.

_____
VIVIANE CRISTINA BATISTA MOTA

_____
ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR

_____
IRANI CRISTINA OCCHI RIBEIRO

_____
SONIA RIBEIRO DA SILVA BLASQUES

_____
DIEMES POMAROLI GALHARDO

_____
KATSOLENE BENÁ DA SILVA

_____
HELIANDRA ANTONIASSI BENTO

_____
BRUNA BATISTA GARBIN

_____
CRISTIANE APARECIDA GOMES BENÁ

_____
RENATO RIBEIRO DA SILVA

_____
MARA CRISTINA DE PAULA

_____
SIMONE APARECIDA MARI BENTO

_____
NAYARA DIAS MIRANDA

_____
JORDANA LUBASKI DE MARCO FARIA

_____
PAULO CEZAR PAVANELLI

I - ETAPA: Organização do trabalho			
Ação	**Responsável**	**Previsão de execução**	**Observações**
1. Separar os atos legais que instituem a Equipe Técnica e a Comissão Coordenadora.	Equipe Técnica	25/10/2024	Horário Previsto: 8h30min às 11h30min
2. Organização da Agenda de estudos.	Equipe Técnica	25/11/2024	Horário Previsto: 8h30min às 11h00
II - ETAPA: Estudar o Plano			
Ação	**Responsável**	**Previsão de execução**	**Observações**
1. Estudar o caderno de subsídios SEED/Ipardes para Monitoramento e Avaliação do PME.	Equipe Técnica, Comissão Coordenadora, Conselho Municipal de Educação e Coordenação Geral do Fórum Municipal de Educação.	29/10/2024 30/10/2024 01/11/2024	As ações elencadas serão realizadas concomitantemente nas datas previstas.
2. Estudo das Metas e Estratégias do PME, relacionando com os dados atuais.			Horário Previsto: 8h30min às 15h
3. Coleta de dados para o processo de avaliação do PME e inserção no relatório.			
III - ETAPA: Monitorar continuamente as metas e estratégias			
Ação	**Responsável**	**Previsão de execução**	**Observações**
1. Análise dos relatórios de monitoramento para subsidiar o processo de avaliação do PME.	Equipe Técnica e Comissão Coordenadora.	20/11/2024	Horário Previsto: 8h30min às 11h30min
2. Finalização do relatório Anual de Avaliação e Monitoramento.	Equipe Técnica e Comissão Coordenadora.	21/11/2024	O relatório de Avaliação será preenchido durante todo o processo de monitoramento
3. Validação do Relatório	Secretária Municipal de Educação e Cultura.	21/11/2024	
4. Publicação do Monitoramento do PME no Diário oficial		22/11/2024	
5. Encaminhamento do Monitoramento anual para o NRE para inserção no PNE em Movimento			
IV - ETAPA: Avaliar periodicamente o plano			
Ação	**Responsável**	**Previsão de execução**	**Observações**
Encaminhamento e Protocolo do Relatório Anual para a Câmara de Vereadores	Equipe Técnica, Comissão Coordenadora, Conselho Municipal de Educação e Coordenação Geral do Fórum Municipal de Educação.	25/11/2024	Horário de expediente

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:D8F609FF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 20247189098520 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 20209577991440, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A E MUNICÍPIO DE TERRA RICA

A S.A, CNPJ nº 04.368.898/0001-06, **COPEL DISTRIBUIÇÃO** com sede
Rua José Izidoro Biazetto, 158, bairro Mossunguê, Curitiba – PR, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, neste ato representada por Smeici Ouriques, Gerente do Departamento de Faturamento da Distribuição, RG 7.650.771-6 SSP/PR, CPF 035.133.179- 48, doravante denominada DISTRIBUIDORA, e Município de Terra Rica, localizado na Av. Claudio Domingos Soletti n°1120 – Centro – Terra Rica - PR, responsável pela unidade consumidora ou conjunto de unidades consumidoras agrupadas sob o número de identificação 45050971, representado por Julio Cesar da Silva Leite, RG 4.469.482-4, CPF 312.132.352-00, doravante denominado (a) CONSUMIDOR(A), resolvem de comum acordo alterar o contrato de Prestação de Serviço Público de Energia Elétrica nº 20209577991440, celebrado entre as partes em 09/2020, mediante cláusulas e condições seguintes:

- Conforme **cláusula décima segunda**, do contrato ora aditado, a publicação resumida deste Termo Aditivo, no Diário Oficial, será providenciada pelo CONSUMIDOR, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo as despesas por sua conta.

- A **cláusula décima quarta** do contrato, a partir desta data, passará a ter o valor de R$ R$ 667.850,00 (seiscentos e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais), sob a seguintes classificações funcionais programáticas:

02.004.06.182.0007.2033	05.002.10.301.0010.2055	06.001.08.122.0017.2085
02.004.06.182.0007.2033	05.002.10.301.0010.2055	06.001.08.122.0017.2087
03.002.04.122.0007.2029	05.002.10.301.0010.2055	06.002.08.244.0015.2080
04.001.12.122.0028.2131	05.002.10.301.0010.2056	06.002.08.244.0015.2081

04.002.12.361.0005.2019	05.002.10.301.0010.2056	06.002.08.244.0015.2082
04.002.12.361.0005.2019	05.002.10.301.0010.2056	06.003.08.243.0018.2089
04.003.12.365.0030.2011	05.002.10.301.0010.2062	06.003.08.243.0018.2090
04.003.12.365.0030.2011	05.002.10.301.0010.2071	06.003.08.243.0018.2091
04.008.13.392.0006.2027	05.002.10.301.0010.2071	06.004.08.241.0014.2076
04.008.13.392.0006.2028	05.002.10.302.0011.2066	07.001.04.122.0020.2097
05.001.10.122.0013.2070	05.002.10.302.0011.2142	07.002.20.122.0022.2108
05.001.14.422.0010.2032	05.002.10.302.0011.2142	07.002.20.606.0022.2110
05.002.10.301.0010.2054	05.002.10.303.0010.2063	07.002.20.606.0022.2111
05.002.10.301.0010.2054	05.002.10.304.0012.2068	07.002.20.606.0022.2108
05.002.10.301.0010.2054	05.002.10.304.0012.2068	07.003.04.122.0020.2098
05.002.10.301.0010.2054	06.001.08.122.0017.2085	07.004.18.541.0019.2094
05.002.10.301.0010.2055	06.001.08.122.0017.2087	07.004.18.541.0019.2094
05.002.10.301.0010.2055	06.002.08.244.0015.2080	07.004.18.541.0019.2095
05.002.10.301.0010.2055	06.002.08.244.0015.2081	08.001.27.422.0023.2041
05.002.10.301.0010.2056	06.002.08.244.0015.2082	08.001.27.695.0023.2121
05.002.10.301.0010.2056	06.003.08.243.0018.2089	10.001.26.122.0021.2129
05.002.10.301.0010.2062	06.003.08.243.0018.2090	10.002.15.451.0021.2104
05.002.10.301.0010.2071	06.003.08.243.0018.2091	10.002.15.452.0021.2103
05.002.10.302.0011.2066	06.004.08.241.0014.2076	10.002.15.452.0021.2106
05.002.10.302.0011.2142	07.001.04.122.0020.2097	10.002.15.452.0021.2116

05.002.10.302.0011.2142	07.002.20.122.0022.2108	10.002.26.451.0021.2102
05.002.10.303.0010.2063	07.002.20.606.0022.2110	10.003.15.452.0021.2113
05.002.10.304.0012.2068	07.002.20.606.0022.2111	10.003.15.452.0021.2113
05.002.10.304.0012.2068	07.002.20.606.0022.2108	10.004.26.782.0021.2115
06.001.08.122.0017.2085	07.003.04.122.0020.2098	10.004.26.784.0021.2101
06.001.08.122.0017.2087	07.004.18.541.0019.2094	11.001.04.122.0024.2145
06.002.08.244.0015.2080	07.004.18.541.0019.2094	12.002.27.812.0023.2150
06.002.08.244.0015.2081	07.004.18.541.0019.2095	12.002.27.813.0023.2148
06.002.08.244.0015.2082	08.001.27.422.0023.2041	

E categoria econômica 3.3.90.39.00.00, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL 1.000/2021.

3- O prazo de vigência do presente Termo Aditivo será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, prorrogáveis por iguais e sucessíveis períodos, respeitada a vigência máxima decimal, se houver interesse das partes contratantes, na forma do artigo 107 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.
4 - As partes ratificam todas as demais cláusulas do contrato ora aditado, que não conflitarem com o previsto neste termo aditivo. E por estarem justas e acordadas com as condições e cláusulas aqui estabelecidas, as partes assinam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Curitiba, 03 de setembro de 2024.

Pela Distribuidora:

SMEICI OURIQUES
Gerente do Departamento de Faturamento da Distribuição

Pelo Consumidor:

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: Felipe Gabardo Cardoso
RG 8.080.170-0 SSP PR
CPF 037.172.529-17

Nome: Renata de Abreu Nunes
RG: 25.533.393-6
CPF: 253.265.558-59

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:A5226545

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI N° 061/2024

Lei N.º 061/2024

SÚMULA: Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS*, do Município de Terra Rica e da outras providências.*

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º Fica instituído o **REFIS** - Programa de Recuperação Fiscal, destinado a promover a regularização de crédito tributários do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, relativos a Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, vencidos até 31/12/2023, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O ingresso no REFIS possibilitará regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo 1º, na forma definida na tabela abaixo:

Percentual de Desconto		
Forma de Pagamento	**Juros**	**Multa**
À Vista	70%	70%
Em 04 parcelas	50%	50%
Em 08 parcelas	30%	30%
Em 12 parcelas	20%	20%

§ 1º. O valor mínimo da parcela será de R$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R$ 100,00 (cem reais) para pessoa Jurídica.

§ 2º. A primeira parcela deverá ser paga no ato do parcelamento.

§ 3º. A adesão ao pagamento de débitos tributários com dispensa proporcional de multas e de juros prevista nesta Lei poderá ser formalizada até o dia **30/12/2024**.

Art. 3º Implicará em rescisão e imediata execução judicial do REFIS:

I - O atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal, bem como do tributo devido relativamente aos fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo;

II - O descumprimento das condições previstas no termo do REFIS.

Art. 4º Os débitos tributários que estiverem sendo objeto de execução fiscal, observarão as seguintes regras:

I - Somente serão submetidos aos benefícios tributários desta Lei caso não tenha sido realizado nenhum parcelamento durante a execução;

II - Não serão dispensadas as custas processuais e os honorários advocatícios arbitrados pelo Juiz no processo de Execução Fiscal;

III – Enquanto não houver o pagamento integral das verbas constantes no inciso II, não será formulado pela procuradoria municipal o respectivo pedido de extinção da execução fiscal.

Art. 5º A adesão ao REFIS implica:

I – Confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;

II – Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;

III – Ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;

IV – Aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;

V – Compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente;

Art. 6º O requerimento de adesão deverá ser apresentado em formulário próprio *(anexo I),* devidamente assinado pelo devedor ou seu representante legal com poderes especiais.

Art. 7º Na forma do art. 14, da Lei Complementar n.º 101/2000, o anexo II da presente Lei demonstra a estimativa de impacto financeiro-orçamentário no presente exercício e nos dois seguintes.

Art. 8º - Está lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte quatro (07/11/2024).

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO DE ADESÃO AO PROGRAMA REFIS
LEI MUNICIPAL Nº 061/2024

ATENÇÃO: O PRAZO FINAL PARA ADESÃO É 30/12/2024.

PROCESSO Nº

Ao Departamento de Tributação e Finanças:

Nome ou Razão Social do Contribuinte:		
CNPJ/CPF:	E-mail:	
Endereço para Correspondência:		
Telefone:	Celular:	WhatsApp:
Endereço Completo do **IMÓVEL** objeto da negociação:		

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADESÃO AO PROGRAMA:

Pessoa Física:
Carteira de Identidade;
CPF;
Comprovante de Residência.

Pessoa Jurídica:
2.1. Certidão Simplificada da Junta Comercial atualizada.
2.2. Do Sócio-Gerente/Administrador: Carteira de Identidade, CPF e Comprovante de Residência.

Do procurador, no caso de requerimento feito mediante procuração:
Procuração pública ou particular com firma reconhecida em cartório, com poderes específicos; Carteira de Identidade; CPF; Comprovante de Residência do Procurador e Representado.

DECLARO estar ciente que a concessão do desconto incide apenas sobre as penalidades, isto é, os juros de mora, multa e suas atualizações, das dívidas com fato gerador ocorrido até 31/12/2023, vedada a inclusão do principal e sua atualização.

Assim, solicito adesão ao Programa REFIS, na forma escolhida abaixo:

Formas de Pagamento	Percentual de Desconto	Opção
Pagamento à vista	70% do valor das penalidades	( )
Pagamento em até 04 parcelas	50% do valor das penalidades	( )
Pagamento em até 08 parcelas	30% do valor das penalidades	( )
Pagamento em até 12 parcelas	20% do valor das penalidades	( )

O limite de parcelamento está condicionado ao nº de parcelas do contrato.

O contribuinte está ciente e de acordo com o regramento do programa, nas seguintes condições:

• Considera-se formalizada a adesão ao REFIS com a apresentação deste requerimento e com o pagamento da primeira parcela.

TRATANDO-SE DE DÉBITO OBJETO DE AÇÃO JUDICIAL:

Na hipótese de débitos já ajuizados, para fins de aplicação do Refis, condiciona-se a adesão à:

Inexistência de parcelamento durante a execução;
Apreciação do requerimento e autorização pela Procuradoria Jurídica.

Havendo penhora ou arresto de bens efetivados nos autos, ou outra garantia, a concessão do parcelamento/refinanciamento de que trata este Programa fica condicionada à manutenção da respectiva garantia até quitação do débito negociado;

O pagamento das custas administrativas, judiciais, cartorárias, bem como honorários advocatícios são de responsabilidade da parte interessada, não incidindo os benefícios deste Programa, e deverão ser pagos anterior a adesão ao REFIS.

REGRAS GERAIS:

• A formalização da adesão constitui confissão irretratável e irrevogável do débito e importa aceitação plena e irrestrita das demais condições estabelecidas na Lei do REFIS.

• Nas hipóteses de parcelamento/refinanciamento as parcelas são mensais e sucessivas.

• O contribuinte será excluído do REFIS nas hipóteses a seguir:

I – Inobservância de quaisquer exigências previstas neste requerimento ou na Lei de REFIS;

II – Atraso no pagamento de duas parcelas consecutivas, relativas aos tributos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal, bem como do tributo devido relativamente aos fatos geradores ocorridos após a data da formalização do acordo.

• Ocorrendo a exclusão do REFIS, os valores referentes aos descontos concedidos, serão acrescidos no valor consolidado, implicando na perda do direito aos benefícios previstos neste Programa.

• A exclusão do programa independe de notificação prévia e dá-se automaticamente com a ocorrência de uma das hipóteses descritas nesse requerimento ou na Lei de Refis.

• A exclusão do REFIS implica exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e não pago, restabelecendo-se os encargos e acréscimos legais na forma da legislação aplicável.

• Para efeito do disposto no caput, considera-se também, falta de pagamento, o pagamento em valor inferior de qualquer parcela.

• Declara também aceitação plena e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste requerimento e na lei de aprovação do REFIS.

Data do Requerimento

/ /

_____
Assinatura do Contribuinte/Representante Legal

ANEXO II

RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTO-FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 069/2024

Senhor Presidente e demais Edis:

Das Informações Preliminares

A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, em artigo 165 §9º prevê a regulamentação que dispõe sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual. A Lei Complementar nº 101/2000 (conhecida como lei de responsabilidade Fiscal) regulamentou estas atividades a nível Federal, Estadual e Municipal, extensivo aos demais órgãos governamentais.
Para atendimento do disposto na Seção II da Renúncia da Receita, artigo 14, o qual transcrevemos abaixo:
Art. 14.A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:
I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no*caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
§ 1oA renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
§ 2oSe o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o*caput*deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.
O Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, por meio de suas resoluções esclarece que:

Resolução 44/01-TC – O Município, desde que observados os requisitos do art. 14 da lei complementar 101/00, poderá conceder descontos para pagamento à vista do IPTU e isenção de juros e correção monetária sobre os tributos vencidos.

Resolução 44/01-TC - Lei municipal que autorize o Poder executivo a cobrar somente o valor principal de dividas de contribuintes em atraso, dispensado os valores acessórios. Caracterização do ato como renúncia fiscal, sujeitando-se ao regramento estabelecido no art. 14 da LC 101/00.

Resolução 9399/00-TC – Qualquer renúncia de receita deverá seguir os ditames do art. 14 da lei complementar 101/00. Da mesma forma, a entabulação de acordos judiciais visando a extinção de obrigações tributarias ou não, estará jungida ao artigo da lei acima citado.

O Executivo Municipal apresenta o demonstrativo da Renúncia de Receitas para fins de análise e aprovação do Projeto de Lei nº 069/2024 que segue apenso ao presente Relatório de Impacto Orçamentário-financeiro.

A Secretaria de Fazenda do Município de Terra Rica possui estoque de Dívida Ativa atualizada, relativo aos tributos (IPTU, ISS), Taxas e COSIP de sua competência vencidos até 31 de dezembro de 2023, num montante de R$ 3.636.604,28 (três milhões, seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e quatro reais e vinte e oito centavos), sendo R$ 1.771.565,75 (um milhão, setecentos e setenta e um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) correspondente a multas e juros atualizados até 30/09/2024.
Desses valores parte já se encontram em cobrança judicial e outra parte está sujeita também à remessa para execução fiscal, a fim de interrupção da prescrição prevista no artigo 174 parágrafo único inciso I da Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional).
O Executivo Municipal considerando o atual estado de queda na arrecadação com redução na participação do Fundo de Participação dos Municípios de 1,2% para 1% de acordo com o censo de 2022, com o aumento nos gastos com o funcionalismo para atendimento dos planos de carreira e

aumento nas despesas fixas da prefeitura que necessita arcar com os compromissos com seus fornecedores, e também interromper a prescrição dos créditos tributários na forma da Lei Complementar Federal nº 5.172/66 (CNT).

Da Renúncia Fiscal

O projeto de Lei que ora remetemos à apreciação dos nobres vereadores concede benefícios fiscais aos contribuintes como incentivo para o pagamento dos tributos, quais sejam:

Anistia de 70% das penalidades de (multa) para os contribuintes que quitarem seus débitos a vista;
Anistia de 50% das penalidades de (multa) para os contribuintes que fizerem o parcelamento e quitarem seus débitos em ate 4 parcelas;
Anistia de 30% das penalidades de (multa) para os contribuintes que fizerem o parcelamento e quitarem seus débitos em ate 8 parcelas;
Anistia de 20% das penalidades de (multa) para os contribuintes que fizerem o parcelamento e quitarem seus débitos em ate 12 parcelas;
Desconto de 70% sobre os juros para os contribuintes que quitarem seus débitos a vista;
Desconto de 50% dos (juros) para os contribuintes que fizerem o parcelamento e quitarem seus débitos em ate 4 parcelas;
Desconto de 30% dos (juros) para os contribuintes que fizerem o parcelamento e quitarem seus débitos em ate 8 parcelas;
Desconto de 20% dos (juros) para os contribuintes que fizerem o parcelamento e quitarem seus débitos em ate 12 parcelas;

A anistia será aplicada nos termos do artigo 181 inciso II alíneas "a" e "d" da Lei Complementar nº 5.172/66 para todos os contribuintes que optarem pelo pagamento a vista, ou o parcelamento de suas obrigações tributárias, mediante a confissão irretratável de seus débitos.
Os descontos serão aplicados sobres os valores dos juros dos contribuintes que efetivamente optarem pelo pagamento a vista, ou que pagar os débitos, no prazo estabelecido no documento de arrecadação do parcelamento.

Do Montante da Renúncia Fiscal

Na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentarias para o exercício de 2024, o Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, conta a previsão de R$ 352.536,88 (trezentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos) para os lançamentos de créditos do exercício somente, e apresenta como forma de compensação para atendimento ao art. 14 da LRF, reajuste do IPTU acima da inflação, desconto para o pagamento a vista para recebimento dos mesmos.
Quando passamos a tratar dos valores inscritos em Dívida Ativa, que o município deixou de arrecadar nos anos anteriores, necessitamos da aprovação de nova demonstração e legislação, e que na hipótese que todos os contribuintes liquidem suas obrigações tributárias referentes aos tributos, taxas e COSIP, o valor da renúncia fiscal relativo às anistias das multas somaria a importância de R$ 81.394,35 (oitenta e um mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos) e os descontos sobre juros importaria em R$ 627.231,95 (seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), **totalizando renúncia fiscal de R$ 708.626,30 (setecentos e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e trinta centavos)**.
Considerando o ultimo Refis elaborado pelo Município em 2023 com os débitos vencidos até 31/12/2022, e uma previsão de adesão dos contribuintes nesse exercício, teríamos o provável quadro abaixo de renúncia fiscal.

A previsão orçamentária para arrecadação de receitas de Dívida Ativa incluindo o principal, multa, juros para o exercício de 2024 está disposta nas seguintes condições:

Origem do Credito	Valor a receber Divida Ativa	Valor de Multa e Juros
IPTU	487.608,93	171.603,35
ISS	59.305,28	4.952.74
TAXAS	259.385,82	104.191,21
COSIP	9.917,66	2.336,60
TOTAL	**816.217,69**	**278.131,16**

Dos valores previstos em orçamento para o exercício de 2024, conforme exposto acima foi arrecadado até o dia 29/02/2024 os seguintes valores:

Origem do Credito	Valor recebido Dívida Ativa	Valor de Multa e Juros
IPTU	150.001,69	120.395,59
ISS	38.086,79	3.302,18
TAXAS	45.491,27	36.066,55
COSIP	4.378,40	2.021,60
TOTAL	237.958,15	161.785,92

Dos valores previstos e arrecadados nos 3 últimos exercícios de Dividas Ativas do município:

Crédito	2021		2022		2023	
	Previsto	Arrecadado	Previsto	Arrecadado	Previsto	Arrecadado
D.A. IPTU	70.000,00	340.311,26	314.245,85	268.089,12	347.694,45	357.403,78
D.A. COSIP	3.350,87	7.612,47	7.327,82	8.108,37	6.318,54	10.723,69
D.A. ISS	20.656,09	36.010,62	22.291,52	40.042,12	71.470,39	26.728,52
D.A. TAXAS	130.466,95	233.318,44	183.943,67	187.993,90	271.464,48	281.668,82
MJ COSIP	1.847,86	2.009,17	3.246,72	4.489,47	3.045,09	2.944,96
MJ IPTU	80.000,00	96.330,20	132.625,68	154.517,86	125.647,12	137.653,76
MJ ISS	21.040,38	8.822,76	19.141,55	14.442,90	16.884,55	3.415,01
MJ TAXAS	61.428,50	68.131,16	90.037,66	113.077,28	106.288,51	113.566,61
TOTAL	**388.790,65**	**792.546,08**	**772.860,47**	**790.761,02**	**948.813,13**	**934.105,15**

03.01 – Resumo da Renúncia Fiscal

Da Forma de Compensação

Para efeito de compensação dos valores renunciado o Município está efetuando trabalho de fiscalização imobiliária e atualizando os registros do cadastro técnico imobiliária visando melhoria na receita tributária imobiliária, e bem como revisando a Planta Genérica de Valores.

Não será renunciado o direito do município em cobrar a correção monetária dos valores até o momento de adesão ao programa de Refis que em 30/09/2024 representa o valor de R$ 980.020,87 (novecentos e oitenta mil, vinte reais e oitenta e sete centavos), valor maior que a renúncia fiscal prevista.

Das Metas Fiscais.

Considerando os valores previstos em orçamento para o exercício de 2024, e o valor realizado em orçamento até a presente data, o presente projeto de lei não representa renúncia fiscal.
Haverá um excesso de arrecadação, pois a previsão no orçamento é arrecadar do estoque da Dívida Ativa R$ 625.305,89 (seiscentos e vinte e cinco mil, trezentos e cinco reais e oitenta e nove centavos) e poderá arrecadar já com a renúncia R$ 4.518.763,25 (quatro milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos), propiciando o cumprimento das metas fiscais previstas na LDO (Lei de Diretriz Orçamentária) para o atual exercício financeiro, e para os seguintes, atendendo assim a Lei 101.

06-Da Conclusão

Concluímos o presente relatório, juntando ao mesmo a planilha de cálculo da Dívida Ativa demonstrando os valores inscritos em Dívida Ativa e os valores de possíveis renúncias de receita da LDO, já devidamente justificada no decorrer dos relatos.

Terra Rica, em 04 de novembro de 2024

VALDICÉIA DA SILVA
Contadora – CRC 077623/O-0

JOSÉ ROBERTO PÉRICO
Controle Interno

GUILHERME DE JESUS FRIIA
Diretor da Divisão de Tributos

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:F443416D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL N° 074/2024

EDITAL PARA FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 074/2024
APOIO DIRETO A PROJETOS

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

Olá agentes culturais do Município de Terra Rica/PR!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).
Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de Terra Rica/PR.
Deste modo, o Município de Terra Rica/PRtorna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do edital
O objeto deste Edital é a **SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA RECEBEREM APOIO FINANCEIRO NAS CATEGORIAS DESCRITAS NO ANEXO I, COM O OBJETIVO DE INCENTIVAR AS DIVERSAS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DOMUNICÍPIO DE TERRA RICA/PR.**

Quantidade de projetos selecionados
Serão selecionados os seguintes projetos:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD DE VAGAS	VALOR POR VAGA	VALOR TOTAL
01	CATEGORIA DE FOMENTO E APOIO À GRUPOS DE TEATRO/DANÇA TEMÁTICA "NATAL" CONTEMPLANDO NO MÍNIMO 01 (UMA) APRESENTAÇÃO DE NATAL NO MÊS DE DEZEMBRO. O projeto deverá contemplar a apresentação na Sede do Município. Este Item é aberto	**01 (AMPLA CONCORRÊNCIA)**	**R$ 37.500,00**	**R$ 37.500,00**

	para agentes Culturais que fazem parte a Região Noroeste de Cultura.			
02	CATEGORIA DE FOMENTO E APOIO À GRUPOS DE LITERATURA, CONTEMPLANDO NO MÍNIMO 01 (uma) APRESENTAÇÃO (contação de histórias). Apenas para agentes culturais de Terra Rica.	**01 (AMPLA CONCORRÊNCIA)**	**R$ 6.000,00**	**R$ 6.000,00**
03	CATEGORIA DE FOMENTO E APOIO À GRUPOS DE DANÇA CAPOEIRA, CONTEMPLANDO NO MÍNIMO 01 (uma) APRESENTAÇÃO. Apenas para agentes culturais de Terra Rica.	**01 (COTAS)**	**R$ 6.000,00**	**R$ 6.000,00**

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

Valor total do edital
O valor total deste edital é de **R$** 49.500,00 **(quarenta e nove mil e quinhentos reais).** Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I.
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
04.008	DIVISÃO DE CULTURA	
13.392.0006.2027	Incentivo a Eventos Culturais	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1607	01063-BB 25467-3 TRANSF POLIT NAC ALDIR BLANC FOMENTO CULT LEI 14399-2022 FTE1063	36.884,63
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
1606	01063-BB 25467-3 TRANSF POLIT NAC ALDIR BLANC FOMENTO CULT LEI 14399-2022 FTE1063	66.884,63
13.392.0006.2028	Manutenção da Divisão da Cultura	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1666	01063-BB 25467-3 TRANSF POLIT NAC ALDIR BLANC FOMENTO CULT LEI 14399-2022 FTE1063	30.000,00
	SUBTOTAL	133.769,26
	TOTAL	133.769,26

Sobre o valor total repassado pelo Município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

A REALIZAÇÃO DO PROJETO PELO AGENTE CULTURAL NO ÂMBITO DESTE EDITAL NÃO SE CARACTERIZA COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PORTANTO, O ENTE FEDERATIVO NÃO DEVE SOLICITAR NOTA FISCAL DO AGENTE CULTURAL COMO CONDICIONANTE PARA O RECEBIMENTO DOS RECURSOS E NÃO DEVE RETER VALORES REFERENTES A IMPOSTOS CABÍVEIS APENAS EM CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS.

Prazo de inscrição
Das 07:00 horas do dia 08/11/2024 até às 23:59 horas do dia 18/11/2024.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.
Quem pode participar

Podem se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no Município de Terra Rica/PR,há pelo menos 06 (seis) meses anterior a abertura do presente Edital para os itens 02 e 03 e para o item 01 podem concorrer agentes Culturais que fazem parte a Região Noroeste de Cultura.

.

2.5.1. Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:
I - Pessoa física ou Microempreendedor Individual (MEI)
II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)
III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)
IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VI.

Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
Atenção! *O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.*
Atenção! *Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.*
Atenção! *A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.*

Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo a 03 (três) projetose poderá ser contemplado com no máximo02 (dois) projetos.

ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;

Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;

Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;

Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural.

INSCRIÇÕES

FASE	ETAPA	LINK
1	**Avaliação** e seleção de Mérito das candidaturas, a ser realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção.	**https://forms.gle/1z2qXGsuBfpfc3nC8**
2	**Habilitação**: fase de análise dos documentos de habilitação do proponente, descritas no tópico 6.2 a ser realizada pela Comissão de Avaliação e Seleção.	**https://forms.gle/wj9EWiR7CvAMvvEt5**

O agente cultural deve encaminhar por meio de Plataforma Eletrônica a seguinte documentação obrigatória:

a) Formulário de inscrição que constitui o Plano de Trabalho (projeto);

b) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;

c) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;

d) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ;

e) Portfólio contendo as informações de apresentação do Agente Cultural;

f) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

COTAS

Categoria de cotas

Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:

pessoas negras (pretas e pardas);

pessoas indígenas;

pessoas com deficiência.

A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.

Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.

A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

Concorrência concomitante

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.

Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.

Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

Procedimentos complementares

I - heteroidentificação: procedimento complementar à autodeclaração de pertencimento racial, para confirmação, por terceiros, da identificação como pessoa negra (preta ou parda) de acordo com seu fenótipo, isto é, conforme suas características físicas;

II - solicitação de carta consubstanciada: documento apresentado em formato escrito, oral ou audiovisual que promove a reflexão sobre o pertencimento étnico-racial, contendo os motivos pelos quais o agente cultural se autodeclara negro (preto ou pardo) ou indígena, conforme modelo constante no formulário de insrição;

III - solicitação de um documento em formato escrito, oral ou audiovisual que demonstre o pertencimento étnico do agente cultural indígena elaborado por liderança ou entidade constituída em forma de associação, fundação ou qualquer configuração de entidade formalizada ou não, desde que gerida por povos indígenas;

IV - procedimento de avaliação biopsicossocial realizada nos termos do § 1º do art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, solicitação de documentos como laudo médico, Certificado da Pessoa com Deficiência ou comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência; ou

V - outras estratégias com vistas a garantir que as cotas sejam destinadas a pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos

As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:

I - pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,

II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;

III - pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VII e Anexo VIII.

COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho, documento (no link disponibilizado) que contém a ficha de inscrição, a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela execução do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de qualquer responsabilidade civil ou penal.
Previsão de execução do projeto
Os projetos apresentados deverão ser executados em até 30 (trinta)dias.
Custos do projeto
O agente cultural deve criar uma planilha orçamentária indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.
Atenção! *O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.*
Atenção! *O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.*
Atenção! *O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a dupliTerra Rica ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.*
Atenção! *Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.*

Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas característicos, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

ETAPA DE SELEÇÃO
Quem analisa os projetos

A comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão de seleção:
Comissão Nomeada (Decreto nº 190/2024 - Súmula: Nomeia Comissão de Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização da PNAB - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e dá outras providências).
*MARISELIA BARBOSA DA SILVA MAXE 069.***.778-32;*
*CRISTINA JASPER 029.***.539-38;*
*PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA TEIXEIRA 065.***.059-77;*
*DAIANE MOREIRA DE SOUZA SILVA 390.***.948-00;*
Pareceristas Externos (Contratados) APEG (ACADEMIA DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS GOVERNAMENTAIS LIMITADA) CNPJ/MF sob o número 43.661.399/0001-64:

FERNANDA JANTSCH REIS;
ANA QUELE PASSOS;
TAINÁ REIS SERAFIM.

Quem não pode analisar os projetos
Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.

Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.

Atenção! *Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.*

Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.
Entende-se por "Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município e no site oficial http://www.terrarica.pr.gov.br/.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção que deve ser apresentado por meio de e-mail: cultura@terrarica.pr.gov.br no prazo de3 (três) DIAS ÚTEIS, CONFORME INCISO III DO ART. 16 DO DECRETO 11.453/2023a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município e no site oficial http://www.terrarica.pr.gov.br/.

REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
A) OS RECURSOS NÃO UTILIZADOS EM UMA CATEGORIA SERÃO DESTINADOS AOS PROJETOS COM MAIOR PONTUAÇÃO GERAL, OU MAIOR PONTUAÇÃO NA CATEGORIA INDICADA PELA COMISSÃO.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB.

ETAPA DE HABILITAÇÃO
O agente cultural deve encaminhar os documentos de habilitação abaixo listados por meio de Plataforma Eletrônica descrita no item 4.
Documentos necessários
SE O AGENTE CULTURAL FOR **PESSOA FÍSICA**:
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários FEDERAIS e Dívida Ativa da União;
III - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários ESTADUAIS E MUNICIPAIS, expedidas pela sede do Município;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.
VI - comprovante de conta bancária de Pessoa Física *ESPECÍFICA PARA O RECEBIMENTO DO RECURSO, em nome da empresa proponente, informando: número da agência bancária com dígito, número da conta- corrente com dígito.

Atenção! *A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:*
I - pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - que se encontrem em situação de rua.

SE O AGENTE CULTURAL FOR **PESSOA JURÍDICA**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários FEDERAIS e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos ESTADUAIS E MUNICIPAIS, expedidas pela sede do Município;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
IX - comprovante de conta bancária de Pessoa Jurídica *ESPECÍFICA PARA O RECEBIMENTO DO RECURSO, em nome da empresa proponente, informando: número da agência bancária com dígito, número da conta- corrente com dígito.

SE O AGENTE CULTURAL FOR **GRUPO OU COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA (SEM CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;
II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelasede do Município em nome do representante do grupo
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
VI - comprovante de conta bancária de Pessoa Física representante do Grupo *ESPECÍFICA PARA O RECEBIMENTO DO RECURSO, em nome da empresa proponente, informando: número da agência bancária com dígito, número da conta- corrente com dígito.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! *Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.*
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Comissão de Seleção, que deve ser apresentado por meio de e-mail: cultura@terrarica.pr.gov.br no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no Diário Oficial do Município e no site oficial http://www.terrarica.pr.gov.br/.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS
Termo de Execução Cultural
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e peloMunicípiocontendo as obrigações dos assinantes do Termo.

Recebimento dos recursos financeiros
Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.
Para recebimento dos recursos, **O AGENTE CULTURAL DEVE ABRIR CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA**, em instituição financeira pública, preferencialmente isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada em que não haja a cobrança de tarifas.
O agente cultural deve assinar o Termo de Execução Cultural até 05 (cinco) dias após a Convocação do Agente Cultural sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.
Atenção! *A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.*

DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS
Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1ºdo art. 37 da Constituição Federal.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Cultura
Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

Como o agente cultural presta contas ao Município
O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, conforme documento constante no Anexo V deste edital.
O Relatório Final de Execução do Objeto deve ser apresentado até31 de dezembro de 2024.
O Relatório de Execução Financeira será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Desclassificação de projetos
Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Atenção! *Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.*

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no sitehttp://www.terrarica.pr.gov.br/.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações nosite oficial, diário oficiale nas mídias sociais oficiais.

Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: cultura@terrarica.pr.gov.br e telefone(44) 3441-3491.
Os casos omissos ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura.

Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 (doze) meses após a publicação do resultado final.

Do Cronograma prévio

FASE 1 – AVALIAÇÃO		
Prazo das Inscrições	**08/11/2024 à 18/11/2024**	05 (cinco) dias após publicação do edital.
Análise das Inscrições	**19 à 21/11/2024**	2 dias úteis após o prazo final das inscrições.
Publicação dos Aprovados na fase de Avaliação e Convocação para Apresentação de Documentos da Fase 2	**22/11/2024**	Publicado após a análise do mérito dos projetos inscritos na fase 1.
Prazo para Recursos	**25 á 27/11/2024**	3 dias úteis após a publicação dos projetos aprovados na fase 1.
Publicação da Análise dos Recursos	**28/11/2024**	Até 1 dia útil (se houver).

FASE 2 – HABILITAÇÃO		
Prazo para Envio da Documentação de Habilitação	**22 à 25/11/2024**	2 dias úteis após a publicação da análise de mérito.
Publicação do Resultado Preliminar da Habilitação	**26/11/2024**	1 dia útil após encerramento do prazo para habilitação.
Prazo para Recursos	**27 á 29/11/2024**	3 dias úteis após publicação do resultado da habilitação.
Publicação da Análise dos Recursos	**02/12/2024**	1 dia útil (se houver).
Publicação do Resultado Final	**03/12/2024**	1 dia útil após análise dos recursos (se houver).

Chamada para assinatura dos Termos de Execução Cultural	**A partir de 03/12/2024**
Prazo máximo para pagamento do recurso	**10/12/2024**
Prazo para realização das Contrapartidas e Preenchimento do Formulário de Prestação de Contas	**30/12/2024**

Anexos do edital
Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Critérios de seleção;
Anexo III - Termo de Execução Cultural;
Anexo IV - Cartilha Guia para Prestação de Contas;
Anexo V - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VI - Declaração étnico-racial
Anexo VII – Declaração PCD
Anexo VIII – Formulário de interposição de recurso.

Terra Rica/PR, 05 de novembro de 2024.

(Assinado Digitalmente)
NOEMI OLIVERIA DA COSTA,
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
José Roberto Périco
Código Identificador:7B0F625E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 519/2024

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, PARA O EXERCÍCIO DE 2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIO CESAR DA SILVA LEITE, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 113 DE 21 de dezembro de 2023.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizado a abrir no orçamento-programa para o exercício de 2024 um Crédito Adicional Suplementar no valor de **R$ 114.708,27 (Cento e Quatorze Mil, Setecentos e Oito Reais e Vinte e Sete Centavos)** nas seguintes dotações:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2056	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	
1940	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.000,00
10.304.0012.2068	Manutenção da Vigilância em Saúde	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2603	23494-CEF 55-6 FORTALEC DA VIGILANCIA EM SAÚDE PROVIGIA-PR SESA 1103/21 F 23494	12.000,00
10.301.0010.2056	Piso de Atenção Básica-PAB	

3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1977	28494-CEF 624013-3 INCREMENTO PAB EMENDA DE BANCADA FTE 28494	459,01
	SUBTOTAL	16.459,01
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.122.0017.2085	Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência	
4.4.22.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
2796	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER	
08.001	GABINETE DO SECRETARIO TURISMO E LAZER	
27.695.0023.2121	Manutenção da Divisão do Lazer e Turismo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3910	00000-Recursos Ordinários (Livres)	85.000,00
	SUBTOTAL	85.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
10.004	DIVISÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	
26.782.0021.2115	Manutenção da Divisão de Maquinas e Veiculos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4517	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	10.249,26
	SUBTOTAL	10.249,26
	TOTAL	114.708,27

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 114.708,27

Art. 2º -Para fazer face ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado:

I- Cancelamento no valor **R$ 7.000,00 (Sete Mil Reais**) nas seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0010.2056	Piso de Atenção Básica-PAB	
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1950	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	4.000,00
	SUBTOTAL	4.000,00
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001	GABINETE DO SECRETARIO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.122.0017.2085	Manutenção da Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2765	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
	SUBTOTAL	3.000,00
	TOTAL	7.000,00

TOTAL DO CANCELAMENTO R$ 7.000,00

II- Superávit Financeiro do Exercício de 2023 no valor de **R$ 12.459,01 (Doze Mil Quatrocentos e Cinquenta e Nove Reais e Um Centavo**) nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
23494	CEF 55-6 FORTALEC DA VIGILANCIA EM SAÚDE PROVIGIA-PR SESA 1103/21 F 23494	12.000,00
28494	CEF 624013-3 INCREMENTO PAB EMENDA DE BANCADA FTE 28494	459,01
	TOTAL	12.459,01

III- Excesso de arrecadação de receita, no valor de **R$ 95.249,26 (Noventa e Cinco Mil Duzentos e Quarenta e Nove Reais e Vinte e Seis Centavos)** contabilizado na seguinte rubrica:

1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – PRINCIPAL 85.000,00

1.3.2.1.01.0.1.05.22.00.00.00 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - FONTE 512.....160,64

1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO – PRINCIPAL 10.088,62

Art. 3º - Ficam incluídas na programação financeira e/ou cronograma de desembolso os seguintes valores como segue:

Alterações Adicionais das Cotas de Receita

Fonte: 0000 Novembro R$ 85.000,00
Fonte: 0512 Novembro R$ 10.249,26

Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso

Fonte: 0000 Novembro R$ 85.000,00
Fonte: 0512 Novembro R$ 10.249,26
Fonte: 23494 Novembro R$ 12.000,00
Fonte: 28494 Novembro R$ 459,01

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, 07 de novembro de 2024 (07/11/2024) .

JÚLIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Fernando Zacarias Dos Santos
Código Identificador:EAB4B11F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL N° 27/2024 - AUXILIO TRANSPORTE

EDITAL Nº 27/2024
RESULTADO PRELIMINAR DOS INSCRITOS E CADASTRADOS PARA O RECEBIMENTO DO CUSTEIO PARCIAL DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES – BOLSA AUXÍLIO UNIVERSITÁRIO
A Secretaria Municipal de Educação por meio dos membros da Comissão de Análise e Deferimento da Bolsa Auxílio - CADBA, nomeada pela Portaria nº 16217/2024, e no uso de suas atribuições legais, especialmente da Lei Municipal nº 1.936/2022 e demais disposições legais **TORNA PÚBLICO o RESULTADO PRELIMINAR** dos inscritos e cadastrados para o recebimento de custeio parcial de transporte de estudantes – Bolsa Auxílio para o mês de **novembro/2024**, para os estudantes abaixo relacionados.
Reconhecem os membros do CADBA que os estudantes abaixo relacionados apresentam a frequência exigida e atendem aos requisitos de cadastramento e da Lei nº 1.936/2022:

AUXÍLIO TRANSPORTE PARA TOLEDO – PR

Nº	NOME DO BENEFICIÁRIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	NÍVEL TÉCNICO/ GRADUAÇÃO	RESULTADO MÊS DE NOVEMBRO/2024	VALOR MENSAL R$
1	Alexsandro Lauersdorf Santos	FAG	Graduação	Deferido	400,00
2	Andressa Maciel de Souza Domene	UNIPAR	Graduação	Indeferido	160,00
3	Andiara Frasson Lopes	UNIPAR	Graduação	Deferido	400,00
4	Artur Mendonça Antonio	UNIPAR	Graduação	Deferido	400,00
5	Beatriz Santos do Nascimento	SENAC	Técnico	Indeferido	400,00
6	Carla Beatriz Heinen Silva	PUCPR	Graduação	Deferido	400,00
7	Cintia Marques Avanci de Souza	UTFPR	Graduação	Indeferido	400,00
8	Daiane Franciele Staback	ESTÁCIO	Graduação	Indeferido	400,00
9	Eduarda Teixeira de Souza	PUCPR	Graduação	Deferido	400,00
10	Eduardo Issao Nakai Frasson	UNIPAR	Graduação	Deferido	400,00
11	Elisson Rodolfo Martins de Almeida	UNIPAR	Graduação	Deferido	400,00
12	Erika de Gois Freire Lopes	UNIPAR	Graduação	Deferido	400,00
13	Felipe Yoshio Nishida	UNIPAR	Graduação	Indeferido	400,00
14	Gabriel Antonio Xander	BIOPARK	**Técnico**	**Deferido**	**400,00**
15	Gabriel Eduardo Simão	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
16	Gabriel Ferreira Freitas	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
17	Gabriel Gomes De Souza	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
18	Gabriel Henrique Pezzeti de Sales	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**400,00**
19	Gabriel Henrique Ribeiro	PUCPR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
20	Gustavo Poletine Wasicki	FAG	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
21	Isabela Kakimori Perisato	PUCPR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
22	Jaqueline Moura Leonel	UNIASSELVI	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
23	Jennifer Correia Zavadzki	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
24	João Pedro Ferrari dos Santos	PUCPR	**Graduação**	**Indeferido**	**400,00**
25	Lamis BurhamTaha	UTFPR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
26	Larissa Cadette dos Santos	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
27	Larissa Sant'anna Priori	PUCPR	**Graduação**	**Indeferido**	**400,00**
28	Leticia Mayhara Soares Aparecido	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
29	Lucas Eduardo Agostinelli	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
30	Lucas Pedro Casini	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
31	Lucas Piva Caetano	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
32	Luiz Miguel Roque	PUCPR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
33	Mayse Perandre Nepomuceno Soares	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
34	Maria Eduarda Carlos Barazetti	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**400,00**
35	Maria Vitória Bertolucci Martins	PUCPR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
36	Marcely Pagadigorria	PUCPR	**Graduação**	**Indeferido**	**400,00**
37	Marlene Molina Soares	UNOPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
38	Maxwillian Perandre Barbara Gaspar	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
39	Millena Viacelli Simões	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
40	Murilo Carlos Garcia Trindade	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
41	Naiane Alves Antonioli	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
42	Nataly Cristina de Souza	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
43	Nathalia dos Santos Agostinelli	PUCPR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
44	Pablo Araujo Lopes Biassi	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**400,00**
45	Rauana Vitorino Sanches	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**

46	Vinicius dos Santos Gomes	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
47	Vinicius Gabriel Pasqualini Delarmelino	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**
48	Vitória Keiliohany Correia Alves	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**400,00**

AUXÍLIO TRANSPORTE PARA GUAÍRA – PR

Nº	NOME DO BENEFICIÁRIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	NÍVEL TÉCNICO/ GRADUAÇÃO	RESULTADO MÊS DE NOVEMBRO/2024	VALOR MENSAL R$
1	Adriano Tesini Hirono	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
2	Amanda dos Santos Freitas	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
3	Ana Cristina Arcanjo dos Santos	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
4	Ariane Fasolo Ipolita	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
5	Bruno Henrique Rebelo Zamian	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
6	Camila Moura Leonel	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
7	Caroline Topolniak Wasicki	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
8	Cintia Iuri Takahashi Cancio	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
9	Daniel de Oliveira Pimenta	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
10	Dienifer Ruiz Guilher Moura	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**24,00**
11	Diogo Henrique dos Santos Mello	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
12	Diogo Lopes de Sá	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
13	Eloiza Becker da Silva Magalhães	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
14	Emily Aparecida Ribeiro Zavadzki	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
15	Gabriel Diniz Meira Gomes	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
16	Gabrieli Aparecida Nogueira dos Santos	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
17	Gabrielle Tomadon Perissatto	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
18	Gabrielly Walker Joaquim	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
19	Gabriely Alves Martins	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
20	Guilherme Henrique Garcia de Oliveira	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
21	Hellen Carolaine Alves Serra	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
22	Higo Silva Monteiro Martins	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
23	Isabela Marques Nabão	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
24	Isabela Scalabrin Jankauskas	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
25	Janaina Gomes dos Santos	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
26	Jean Carlos da Silva	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
27	Jessica Zanin Alves de Oliveira	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
28	João Marcos Batista	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
29	Julia Tayna De Moura	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
30	Kauan Camargo Santos	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
31	Kauã Cardoso Soares	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
32	Ketelin Rafaela dos Anjos Batista	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
33	Ketely Arieli Stolaric	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
34	Laiana Fernanda Rodrigues Bezerra	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
35	Larissa da Silva Rodrigues	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
36	Larissa de Oliveira Queiroz	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
37	Larissa Vitória Gomes dos Santos	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
38	Luan de Lima Godoy	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**48,00**
39	Lucas Gabriel Martins Marchetti	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**48,00**
40	Lucas Henrique Almeida do Nascimento	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
41	Luiz Antonio Neotte de Mello Costa	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
42	Marcela Moura dos Reis	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
43	Marcio Cancio Takahashi	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
44	Maria Claudia Patricia de Souza Santos	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
45	Maria Eduarda Bizo Catti	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
46	Maria Fernanda de Oliveira Grosso	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
47	Maria Vitória Hoffmann	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
48	Mariana Sabatine Ferreira	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
49	Matheus Gomes Coelho	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**48,00**
50	Mayllon Augusto Vasconcellos Da Silva	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
51	Michele Soledade da Silva	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
52	Monaliza Lima Pinaffi	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
53	Natiely de Souza Coelho	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
54	Nikolas Schwartz Granieri	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
55	Paula Hosda de Lima	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**24,00**
56	Rafael Igor Ignacio Braga	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
57	Rafael Piteli da Silva	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
58	Raiane Talita dos Santos Bezerra	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
59	Tainara Cristina Reis	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
60	Thais de Oliveira	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
61	Tiago Costa Gon	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
62	Vitor Hugo Campos da Silva	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
63	Victor Hugo do Nascimento	UNIPAR	**Graduação**	**Indeferido**	**120,00**
64	Vinicius Barzagui	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
65	Vinicius Gabriel Basso Sampaio	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
66	Vinícyos Henrique Prudêncio Falkowski	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**120,00**
67	Yasmim Zanelatto Leonel	UNIPAR	**Técnico**	**Indeferido**	**24,00**

AUXÍLIO TRANSPORTE PARA MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PR

Nº	NOME DO BENEFICIÁRIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	NÍVEL TÉCNICO/	RESULTADO	VALOR

			GRADUAÇÃO	MÊS DE NOVEMBRO/2024	MENSAL R$
1	Camile Carvalho Bastos	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
2	Edgard de Souza Silva	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
3	Eduardo de Souza Silva	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
4	Emily Vitória Silva Rosalem	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
5	Evellyn Monique Nogueira Adão	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
6	Gabriel Cequinato	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
7	Guilherme Kakimori Perisato	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
8	Helena Victória de Freitas Brito	ISEPE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
9	Helio de Souza Junior	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
10	Isabela Eva de Souza Martins	ISEPE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
11	Jenifer Natani Marques	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
12	Kauan Oliveira da Silva	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
13	Leticia Sbaraine	ISEPE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
14	Lucas Mateus Ikert	ISEPE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
15	Maria Clara Glossler	ISEPE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
16	Maria Rita Ferreira Dias	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
17	Romilson Ramon Martinez Domingues	ISEPE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
18	Pedro Henrique de Souza	ISEPE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
19	Vinicius Parlato Zaura	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**
20	Waydya Gomes Pezzetti	UNIOESTE	**Graduação**	**Deferido**	**320,00**

AUXÍLIO TRANSPORTE PARA PALOTINA – PR

Nº	NOME DO BENEFICIÁRIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	NÍVEL TÉCNICO/ GRADUAÇÃO	RESULTADO MÊS DE NOVEMBRO/2024	VALOR MENSAL R$
1	Amanda Moura Leonel	UFPR	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**
2	Amanda Tolotto da Rocha	UFPR	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**
3	Ana Julia Viola	UFPR	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**
4	Andre Mezavila Domeni	UFPR	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**
5	Athos de Azevedo	MULTIVERSA	**Graduação**	**Indeferido**	**160,00**
6	Bruna Accacia Sporh Nassif	MULTIVERSA	**Graduação**	**Deferido**	**128,00**
7	Gabriel Hellmann Link	UFPR	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**
8	Jessica Rezende Cella	MULTIVERSA	**Graduação**	**Indeferido**	**160,00**
9	Letícia Roque Goulart	UFPR	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**
10	Natani Lima Flauzino	UFPR	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**
11	Pamily dos Santos Barreto	UFPR	**Graduação**	**Indeferido**	**160,00**
12	Queren Nalevaiko de Carvalho	UFPR	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**
13	Rafael Aranão Correa	UFPR	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**
14	Vanusa Espiaci Santos	MULTIVERSA	**Graduação**	**Indeferido**	**160,00**
15	Rodrigo Schuck Martin	Colégio Agrícola Adroaldo . Colombo	**Técnico**	**Deferido**	**160,00**

AUXÍLIO TRANSPORTE PARA UMUARAMA – PR

Nº	NOME DO BENEFICIÁRIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	NÍVEL TÉCNICO/ GRADUAÇÃO	RESULTADO MÊS DE NOVEMBRO/2024	VALOR MENSAL R$
1	Alessandro Munhoz da Silva	ADAMANTINA	**Técnico**	**Deferido**	**88,00**
2	Ellen Niedermeyer de Oliveira	ADAMANTINA	**Técnico**	**Indeferido**	**88,00**
3	Juracy Vilas Boas	ADAMANTINA	**Técnico**	**Indeferido**	**88,00**
4	Laura Klimkowski Jofre Pereira	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**440,00**
5	Lucas Henrique de Almeida	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**440,00**
6	Matheus Ferrari Gomes	SENAC	**Técnico**	**Deferido**	**440,00**
7	Natalia Cabral de Alexandrino	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**440,00**
8	Valdemar Artmann Junior	UNIPAR	**Graduação**	**Deferido**	**88,00**

AUXÍLIO TRANSPORTE PARA ASSIS – PR

Nº	NOME DO BENEFICIÁRIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	NÍVEL TÉCNICO/ GRADUAÇÃO	RESULTADO MÊS DE NOVEMBRO/2024	VALOR MENSAL R$
1	Anna Carolyne Ungri Rogerio	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
2	Alexia dos Santos Fasolo	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
3	Beatriz Vitoria Servino Roling	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
4	Bruna Katiely Pereira	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
5	Denise Kronbauer Casari	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
6	Edicleia Teixeira da Silva	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
7	Eduardo Henrique Xavier Machado	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
8	Ezequiel Alves de Souza	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
9	Gabrielle Monteiro Lima	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
10	Gabriely Arcelino Jorge	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
11	Guilherme Neves Lima	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
12	Henrique Antonio Bortoleto	UNIMEO	**Graduação**	**Indeferido**	**360,00**
13	Karine Ayumi Noda	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
14	Kamile Aiko Noda	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
15	Leonardo Gaspareto Favato	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
16	Lucas da Silva Souza	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
17	Natan Luiz Mareli	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
18	Otávio Rian Figueiredo Mancini	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**

19	Paola Pacheco Martins	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
20	Samara Salustriano Pardim	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
21	Thayla Gabrielli Souza Gomes	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**
22	Yasmim Rebelo Rodrigues Dias	UNIMEO	**Graduação**	**Deferido**	**360,00**

AUXÍLIO TRANSPORTE PARA MUNDO NOVO – MS

Nº	**NOME DO BENEFICIÁRIO**	**INSTITUIÇÃO DE ENSINO**	**NÍVEL TÉCNICO/ GRADUAÇÃO**	**RESULTADO MÊS DE NOVEMBRO/2024**	**VALOR MENSAL R$**
	Vinicius Rorras Mariano Gonçalves dos Santos	**UEMS**	**Graduação**	**Deferido**	**160,00**

Nos termos do item 7 do Edital nº 01/2024 de Bolsa Auxílio Transporte, para os requerimentos que foram indeferidos, os interessados poderão interpor **recurso contra o resultado**, a ser direcionado à Secretaria Municipal de Educação por meio de protocolo do recurso no Paço Municipal (Av. Costa e Silva, nº 95 – Terra Roxa/PR) – Setor de Protocolo, no prazo de **02 (dois) dias úteis** a contar da publicação do presente Edital.

Terra Roxa, 07 de novembro de 2024.

EVERTON SOARES DE SOUSA BARROSO
Secretário Municipal de Educação e Cultura
Port. nº 15725/2024

BARBARA CAROLINE LOPES FERREIRA
Membro do CADBA

JANAINA SANTANA DA SILVA
Membro do CADBA

ROSIMAR GALANTE
Membro Do CADBA

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:CBC2A0EC

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4337

DECRETO Nº.4337 de 07 de Novembro de 2024.

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2074 de 06 Dezembro de 2023.
DECRETA
Art.
1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 72.500,00 (setenta e dois mil e quinhentos reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	483	Departamento de Cultura	**7.2.13.392.20.2051 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura**	6.000,00
			339093 - Indenizações e restituições	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	577	Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo	**10.1.15.451.24.1028 - Construir, Revitalizar, Pavimentar e Urbanizar Avenidas e Ruas do Perímetro Urbano da Sede e Distritos**	16.500,00
			449051 - Obras e instalações	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	630	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	**12.1.4.122.26.2060 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Industria, Comércio e Turismo**	50.000,00
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	476	Departamento de Cultura	**7.2.13.392.20.2051 - Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura**	6.000,00
			339031 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	81	Secretaria Municipal de Finanças	**4.1.28.843.28.3 - Dívida Pública Interna Contratada**	66.500,00
			469071 - Principal da dívida contratual resgatado	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 7 de Novembro de 2024.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:573794E1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº260/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE UHT EM CAIXINHAS, DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
Contratada: GELO CANEI LTDA – CNPJ N° 45.127.508/0001-93

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
1	**1.600**	CX	CAIXAS DE 1000ML DE LEITE, UHT, FONTE NATURAL DE PROTEÍNAS E CÁLCIO, MANTENDO AS CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO LEITE IN-NATURA, INCLUSIVE TEOR DE GORDURA. A EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE (MÍNIMO DE 60 DIAS) E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. PODE SER ARMAZENADO EM TEMPERATURA AMBIENTE.	TERRA VIVA	5,62	**8.992,00**
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO					**R$ 8.992,00**	

Valor total para o fornecedor: R$ 8.992,00 (Oito mil novecentos e noventa e dois reais).

Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado conforme especificado na Ata de Registro de Preços.
Prazo: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogada conforme Art.84 da Lei 14.133/2021.
Data da assinatura: 07/11/2024

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:F4863658



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ESCALA SEMANAL SOBREAVISO SETOR TRANSPORTE

DEPARTAMENTO: SERVIÇOS RODOVIARIOS
Horário e Escala dos Serviços conselho
Mês: Novembro 2024

Nome	Horário	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S
		14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
Nilso Cardoso	17:00 A 23:59																										S			
Nilso Cardoso	00:00 A 23:59																											S		
Nilso Cardoso	00:00 A 23:59																												S	
Nilso Cardoso	00:00 A 08:00																													S

Fe= Férias - **A**: Atestado médico - **L**: Licença **- S -** sobreaviso

Foz do Jordão 07 de Novembro de 2024.

Assinatura do Secretario:_____

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:7B1AF400

